O INSTITUTO

VOLUME XXXIX — SEGUNDA SERIE

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX

Julho de 1891 a Junho de 1892

Auro pretiosior

COIMBRA

Imprensa da Universidade

1892

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX—JULHO DE 1891

SEGUNDA SERIE—N.° 1

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

	Pag.
RELIGIÃO E PATRIOTISMO (Sermão) — pelo **dr. Francisco Martins**	1
UNIVERSIDADE DE COIMBRA — Premios e informações boas e distinctas (anno lectivo de 1890–1891)	33
O ULTIMO ANNO LECTIVO — por **F. P.**	50
ALGEBRA (Ao sr. J. C. Medeiros) — por **Junio de Sousa** ..	51
MEMORIAS DE CASTILHO — por **Julio de Castilho**	67
POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES — por **Sousa Viterbo**	76

COLLABORADORES DO VOLUME XXXIX DO «INSTITUTO»

A. A.
Abel Pereira de Andrade
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Alfredo da Cunha
Antonio (D.) Ayres de Gouvêa (Bispo de Bethsaida)
Antonio Domingues Cortez da Silva Curado
Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos
Antonio Joaquim Ferreira da Silva
Antonio José Teixeira
Antonio Luiz de Seabra (Visconde de Seabra)
Bernardino Luiz Machado Guimarães
Bernardino Pereira Pinheiro
C. A. Laisant
Fernando Martins de Carvalho
Francisco Marques de Sousa Viterbo
Francisco Martins
Jacques Wladimir de Bedriaga
João Jacintho Tavares de Medeiros
Joaquim Mendes dos Remedios
José Frederico Laranjo
José Maria de Mello de Mattos
José Ramos-Coelho
Julio Augusto Henriques
Julio de Castilho (Visconde de Castilho)
Junio de Sousa
Leon Fairmaire
Luiz da Costa e Almeida
Luiz Pereira da Costa
Luiz Prospero Peragallo
Pedro Augusto Monteiro Castello-Branco
Theophilo Braga
Thomaz Blanc (L'abbé)
**.

(Postumos)

Francisco Gomes de Amorim
Joaquim Ignacio de Freitas
José Maria Latino Coelho.

INDICE

DAS

MATERIAS CONTIDAS NO VOLUME XXXIX

A

Algebra, 51, 103, 166, 232, 395, 722, 802, 884.
Amphibiens et reptiles (Notes sur les), 498, 642, 736, 814, 901.
Anno lectivo (O ultimo), 50.
Antonio (D.) da Costa, 579.
Antonio (D.) da Costa (Á beira da sepultura de), 582.
Antonio (D.) da Costa (Avaliado na camara dos senhores deputados), 583.

B

Bibliographia—Ferreira Deusdado, *O ensino carcerario e o congresso penitenciario internacional de S. Petersburgo,* 146.
Boletim bibliographico—Ramos-Coelho, *A mãe de Camões,* 696.
» —*Cartas selectas,* escriptas por Abilio Augusto da Fonseca Pinto, 939.

C

Carmes (Versão das) de A. Tibullo (poesia), 254, 356, 424.
Cartas escolhidas—IX Francisco Gomes de Amorim a Abilio Augusto da Fonseca Pinto, 353.
» —X Joaquim Ignacio de Freitas a Antonio Joaquim de Sá, 682.
Cinco de maio (poesia), 654.
Cinque maggio (poesia), 655.
Contributions à l'étude de la faune entomologique de St. Thomé, 112, 641.
Coração de mulher! (poesia), 938.
Critica litteraria—*A synthese cartesiana. Influencia do cartesianismo sobre o racionalismo,* por Abel Andrade, 621.

Critica litteraria—*Institutiones Theologiae Dogmatico-Polemicae, quas in scholarum usum disposuit Bernardus Augustus de Madureira; editio secunda aucta et emendata.* Conimbricae, Typis Academicis, MDCCCXC, 875.

D

Duas Julias (poesia), 351.

E

Elegias (Versão das) de A. Tibullo (poesia), 129.
Esboço de uma tentativa scientifica. Methodo a seguir nos estudos sobre a evolução politica em Portugal, 777.
Estudos da sciencia politica. Theoria do estado, 297.

F

Fogos fatuos (poesia), 525.
Foi (La) (poesia), 853.
Francisco Gomes de Amorim, 348.
Francisco Gomes de Amorim (A beira da sepultura de), 428.

G

Giordano Bruno, 697, 792, 865.

I

Influencia do cartesianismo sobre o racionalismo, 81, 153, 217, 315, 377, 465, 550.

J

Jesus libertador da humanidade, 537.
Joaquim Alves de Sousa, 649.

L

Latino Coelho, 117.

M

Magnetismo terrestre, 343, 895.
Memorias de Castilho, 67, 134, 186, 261, 258, 432, 513, 594, 667, 758, 829, 916.
Mors-Tempus (poesia), 526.

N

Nota sobre a doutrina da proporcionalidade, 330.
Notes sur les amphibiens et reptiles, 498, 642, 736, 814, 901.

O

Observações (Algumas) ácerca dos §§ 3.º e 4.º do artigo 380.º e outros do Codigo Civil Portuguez, 226, 384.
Ode dialogada de Horacio, liv. III, 9.ª, 184.
Oração academica, pronunciada no doutoramento do ex.mo sr. licenciado Antonio Maria Henriques da Silva, 935.
Oração de sapiencia (recitada na sala dos actos grandes da Universidade de Coimbra a 16 de outubro de 1891), 457.

P

Patria (Á) (poesia), 119.
Pedro V (D.), 124.
Pendulo compensador (Theoria do), 743.
Plano (Sobre o) bitangente ao topo, 251.
Poesias de auctores portuguezes em livros de escriptores hespanhoes, 76, 140, 208, 292, 452, 527, 606, 688, 772, 855, 922.
Ponticas de Ovidio Nasão (poesia), 585, 656, 749, 821, 908.
Primeira abertura do tumulo de D. Isabel de Aragão (a Rainha Sancta), 841.
Primeiras noções sobre o calculo das quantidades geometricas, 562, 627.
Projecto de lei sobre a revisão de sentença crime (Na camara dos senhores deputados), 709.
Projecto de lei sobre revisão da sentença crime, 472.
Proporcionalidade (Nota sobre a doutrina da), 330.
Propriétés des paraboles du 3.e degré, 809.

Q

Questão entre José Anastasio da Cunha e José Monteiro da Rocha, 490.
Questão social (A), 781.

R

Rainha Sancta (D. Isabel de Aragão), 481.
Religião e patriotismo, 1.
Revisão (A) da sentença crime e a anthropologia criminal, 479.
Revisão da sentença crime, 472, 617, 709.

S

Sciencia politica. Theoria do Estado, 297.
Synthese cartesiana (Sobre a), 617.

T

Theoria do Estado. Estudos da sciencia politica, 297.
Theoria do pendulo compensador, 743.
Toxicologia. Resumo do caso medico-legal «Gonçalves» (Porto), 94.
Tibullo (Versão de poesias e passos de auctores latinos referentes a) (poesia), 508.

U

Ultimo (O) anno lectivo, 50.
Universidade de Coimbra. Premios e informações boas e distinctas (anno lectivo de 1890–1891), 33.
Universidade (A) de Montpellier e a eschola de agricultura, 410.

V

Versão dos Carmes de A. Tibullo (poesia), 254, 356, 424.
Versão das elegias de A. Tibullo (poesia), 129.
Versão de poesias e passos de auctores latinos, referentes a Tibullo (poesia), 208.
Visita Real, 931.

COLLABORADORES DOS 39 VOLUMES DO «INSTITUTO» (1)

(PRIMEIRA E SEGUNDA SERIES)

Abel Maria Dias Jordão
Abel Pereira de Andrade
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Abilio Braga
Abilio Guerra Junqueiro
Adelino Antonio das Neves e Mello
Adolpho Ferreira de Loureiro
Adolpho Frederico Moller
Adriano de Abreu Cardoso Machado
Adriano de Paiva Faria Leite Brandão, Conde de Campo Bello
Adriano Xavier Lopes Vieira
Adrião Forjaz Pereira de Sampaio
Adrião Pereira Forjaz de Sampaio
Agostinho de Mendonça Falcão

---

(1) Encerramos com o presente livro a segunda serie do nosso jornal, e junctamos-lhe a lista dos collaboradores que honraram as paginas d'estes trinta e nove volumes, numeração que é rara na litteratura periodica portugueza.

E como grata homenagem a um auxilio tão prestimoso, lustre não só do *Instituto* como tambem da nossa historia contemporanea, porque reflecte em grande parte o tirocinio proficuo de academicos estudiosos, os quaes depois se inscreveram e encarnaram nos fastos das glorias patrias, iremos esboçando subsequentemente alguns traços biographicos d'estes nossos distinctos escriptores. Prouvera a Deus que a alteza do assumpto aprimorasse a nossa penna e dessemos aos portuguezes um livro que egualasse pelo menos o de Cornelio entre os romanos! Não é só a habilidade no manejo da penna que promove a reputação litteraria; concorre poderosamente para o renome a importancia do sujeito. Jacintho Freire, por exemplo, fecundo na escripta, enalteceu-se sobre tudo com o celebrado panegyrico de D. João de Castro. Filiando-se, conforme as circumstancias da epocha, n'uma eschola detestavel como a de Gongora, salvou-se do olvido á sombra do seu biographado. A sympathia da escolha conseguiu-lhe a immortalidade nas lettras; deslumbrou os espiritos de modo que com os primores da narração obscureceu as maculas proprias do seu estylo, indubitavelmente acanhado e hyperbolico.

A relação que apresentamos foi elaborada á pressa e com as difficuldades que derivam de compulsar tantos volumes para averiguação de nomes. Pedimos por isso venia das deficiencias que se encontrarem.

F. P.

Agostinho de Ornellas de Vasconcellos Esmeraldo Rolim de Moura
Alberto Telles de Utra Machado
Albino Augusto Giraldes de Moraes
Albino Ferreira Antunes Coelho
Alexandre José da Silva Braga Junior
Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo
Alexandre Meirelles de Tavora
Alfredo Augusto Schiappa Monteiro de Carvalho
Alfredo Campos
Alfredo Carneiro da Cunha
Alfredo Filgueiras da Rocha Peixoto
Alfredo Vieira Peixoto Villas-Boas, Barão de Paçô Vieira
Amandio Tude Barreto Feio
Aniceto de Oliveira Xavier
Anselmo José de Assis e Andrade
Anthero Tarquinio do Quental
Antonio Alves Pereira
Antonio de Assis Teixeira de Magalhães
Antonio Augusto da Costa Simões
Antonio Augusto de Oliveira Valle
Antonio de Azevedo Castello-Branco
Antonio (D.) Ayres de Gouvêa, Bispo de Bethsaida
Antonio Bernardino de Menezes
Antonio de Campos Junior
Antonio Candido de Figueiredo
Antonio Candido Gonçalves Crespo
Antonio Candido Ribeiro da Costa
Antonio Cardoso Borges de Figueiredo
Antonio da Costa Paiva, Barão do Castello de Paiva
Antonio (D.) da Costa de Sousa de Macedo
Antonio da Cunha Vieira de Meirelles
Antonio Domingues Cortez da Silva Curado
Antonio Feliciano de Castilho, 1.º Visconde de Castilho
Antonio Francisco Barata
Antonio Francisco Tavares
Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos
Antonio Henriques da Silva
Antonio Ignacio Coelho de Moraes
Antonio João Flores
Antonio João de França Bettencourt
Antonio Joaquim de Castro Feijó
Antonio Joaquim Ferreira da Silva
Antonio Joaquim Ribeiro Gomes de Abreu
Antonio José Gonçalves Guimarães
Antonio José Teixeira
Antonio José Viale
Antonio Lopes Guimarães Pedrosa
Antonio Lopes dos Sanctos Valente
Antonio Luiz Ferreira Gyrão
Antonio Luiz de Seabra, Visconde de Seabra
Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco
Antonio de Macedo Papança, Conde de Monsaraz
Antonio Maria de Amorim
Antonio Maria Seabra de Albuquerque
Antonio Maria de Senna

Antonio Maria de Sousa Horta e Costa
Antonio Nunes de Carvalho
Antonio de Oliveira Silva Gayo
Antonio de Paula de Sousa Couceiro
Antonio Pereira de Paiva Pona
Antonio Pereira Pimentel de Brito Côrte-Real
Antonio Ribeiro Gonçalves
Antonio de Saldanha Oliveira Zuzarte Figueira e Sousa, Conde e depois Marquez de Rio Maior.
Antonio dos Sanctos Pereira Jardim
Antonio dos Sanctos Viégas
Antonio Sergio da Silva e Castro
Antonio de Serpa Pimentel
Antonio Tavares da Cunha Soares de Albergaria
Antonio Venancio de Oliveira David
Antonio Victorino da Motta
Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro
Aristides Pinto Ferreira de Bastos
Arthur Pinto da Rocha
Augusto Antonio da Rocha
Augusto d'Arzilla Fonseca
Augusto Cesar Barjona de Freitas
Augusto Cesar Rodrigues Sarmento
Augusto Cesar da Silva Mattos
Augusto (D.) Eduardo Nunes, Arcebispo de Evora
Augusto Filippe Simões
Augusto Luciano Simões de Carvalho
Augusto Mendes Simões de Castro
Augusto Pereira Nobre

Basilio Alberto de Sousa Pinto, Visconde de S. Jeronymo
Bernardino Joaquim da Silva Carneiro
Bernardino Luiz Machado Guimarães
Bernardino Pereira Pinheiro
Bernardo Antonio Serra de Mirabeau
Bernardo de Serpa Pimentel

C. A. Laisant
Carlo Pollonera
Carlos May Figueira
Carlos Ribeiro

Daniele Rosa
Daniel Sharpe
Delphim Gomes Ferreira
Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel
Domingos Manuel Pereira de Carvalho de Abreu

Edmond Goëze
Eduardo Burnay
Eduardo da Fonseca Vasconcellos
Enrique (Don) del Castillo y Alba
Ernesto Frederico Pereira Marecos
Eugenia (D.) Candida da Costa e Almeida
Eugenio Arnaldo de Barros Ribeiro

Eugenio de Castro e Almeida
Eugenio Vaz Pacheco do Canto e Castro

Fernando Martins de Carvalho
Fernando Mattoso dos Sanctos
Filippe do Quental
Filomeno da Camara Mello Cabral
Firmino Augusto de Magalhães
Florencio Mago Barretto-Feio
Francisco Adolpho Manso-Preto
Francisco Antonio Alves
Francisco Antonio da Cruz Amante
Francisco Antonio Diniz
Francisco Antonio Martins Bastos
Francisco Antonio de Mello
Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo
Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão
Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão Junior
Francisco Antonio Veiga
Francisco Augusto Corrêa Barata
Francisco Augusto Martins de Carvalho
Francisco Bastos Oliveira Mattos
Francisco de Castro Freire
Francisco Fernandes da Costa
Francisco Freire de Carvalho
Francisco Gomes de Amorim
Francisco da Graça Miguens
Francisco Marques Cardoso
Francisco Marques de Sousa Viterbo
Francisco Martins
Francisco Martins Sarmento
Francisco Miranda da Costa Lobo
Francisco Moniz Barreto Côrte-Real
Francisco de Paula Sancta Clara
Francisco Pereira de Torres Coelho
Francisco Raphael da Silveira Malhão
Francisco (D.) de Sousa Holstein, Marquez de Sousa Holstein
F., Barão de Thüemen
F. J. Schmitz
F. P. Hopffer
F. Welwicht

Gabriel Victor do Monte Pereira
Gaspar Ribeiro de Vasconcellos Souto-Mayor
Georg Winter
Germano Abilio Vieira de Meirelles
Guilherme Braga
Guilherme Augusto de Vasconcellos-Abreu
Guilhermino Augusto de Barros
Gustavo de Lagerheim
G. von Niessel

Henri Faure
Henrique O'Neill, Visconde de Sancta Monica

Henrique Teixeira Bastos
Hermann Dührssen

Ignacio Rodrigues da Costa Duarte

Jacintho Antonio de Sousa
Jacintho Candido da Silva Junior
Jacome Luiz Sarmento de Vasconcellos
Jacques Wladimir de Bedriaga
Jayme Constantino de Freitas Moniz
Jayme de Magalhães Lima
Jeronymo José de Mello
Jeronymo Rodrigues Ramos
João Alberto Pereira de Azevedo
João de Andrade Corvo
João Augusto Teixeira
João Baptista Ribeiro Coelho
João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens
João Bernardo Heitor de Athayde
João Corrêa Ayres de Campos
João (D.) Chrysostomo de Amorim Pessoa, Arcebispo de Braga
João de Deus do Nascimento Ramos
João Feliciano Gonçalves Cardoso
João Jacintho da Silva Corrêa
João Jacintho Tavares de Medeiros
João José Dantas Souto Rodrigues
João José de Mendonça Cortez
João de Lemos Seixas Castello-Branco
João Marcellino Arroyo
João Maria Baptista Callixto
João Maximo da Costa Falcão
João Mousinho de Albuquerque
João Pinto Rodrigues dos Sanctos
João Soares de Lacerda
João Vicente Roque Cupertino de Andrade
Joaquim Alves Pereira
Joaquim Alves de Sousa
Joaquim Antonio da Silva Cordeiro
Joaquim de Araujo
Joaquim Augusto Simões de Carvalho
Joaquim Augusto de Sousa Refoios
Joaquim da Conceição Gomes
Joaquim Gonçalves Mamede
Joaquim Januario de Sousa Torres e Almeida
Joaquim José Paes da Silva
Joaquim Maria Rodrigues de Brito
Joaquim de Mariz
Joaquim Martins Teixeira de Carvalho
Joaquim Mendes dos Remedios
Joaquim Pedro de Oliveira Martins
Joaquim dos Reis
Joaquim da Rocha e Cunha Amorim
Joaquim dos Sanctos e Silva
Joaquim Simões Ferreira
Joaquim Simões da Silva Ferraz

Joaquim Theophilo Fernandes Braga
José Agnello Leger
José Alberto Homem da Cunha Côrte-Real
José (D.) Amador de los Rios
José Antonio Monteiro Teixeira
José Antonio Serrano
José Augusto Sanches da Gama
José Borges Pacheco Pereira
José Braz de Mendonça Furtado
José Cecilio da Costa
José Christiano A'nell de Medeiros
José Epiphanio Marques
José Ferreira de Macedo Pinto
José Francisco da Silva Pinto
José Francisco Trindade Coelho
José Frederico Laranjo
José Freire de Serpa Pimentel, Visconde de Gouvêa
José Gastaldo y Fontabella
José Joaquim Lopes Praça
José Joaquim Pereira Falcão
José Joaquim da Silva Pereira Caldas
José Julio Gonçalves Coelho
José Julio de Oliveira Pinto Moreira
José (D.) Manuel de Lemos, Bispo Conde
José Maria de Abreu
José (D.) Maria d'Almeida e Araujo Correia de Lacerda
José Maria Avelino de Amorim
José Maria de Mello de Mattos
José Maria Rodrigues
José Maria da Silva Leal
José de Oliveira Machado
José de Parada e Silva Leitão
José Pereira da Costa Cardoso
José Pereira de Paiva Pitta
José Peres Ramires
José Ramos-Coelho
José Rodrigues de Azevedo
José de Saldanha Oliveira e Sousa
José Sebastião Martins Pereira
José da Silva Mendes Leal
José de Sousa Monteiro
José Silvestre Ribeiro
José Teixeira de Queiroz e Almeida de Moraes
Julio Augusto Henriques
Julio de Castilho, 2.º Visconde de Castilho
Julio Firmino Judice Biker
Julio Marques de Vilhena
Julio Maximo de Oliveira Pimentel, Visconde de Villa-Maior
Junio de Sousa
J. Moreira de Pinho
J. Reinke

Leon Fairmaire
Leovigildo Antonio da Cunha
Levi Maria Jordão, Visconde de Paiva Manso

Lino Augusto de Macedo do Valle
Luiz Albano de Andrade Moraes e Almeida
Luiz Augusto Pereira Bastos
Luiz Carlos Simões Ferreira
Luiz da Costa e Almeida
Luiz Guedes Coutinho Garrido
Luiz José de Vasconcellos Azevedo e Silva Carvajal
Luiz Leite Pereira Jardim, Conde de Valenças
Luiz Maria da Silva Ramos
Luiz Osorio da Cunha Pereira de Castro
Luiz Pereira da Costa
Luiz do Pilar Pereira de Castro
Luiz Prospero Peragallo
Luiz Ribeiro de Souto-Mayor
Luiz Woodhouse

Marcelliano Ribeiro de Mendonça
Matthias de Carvalho e Vasconcellos
Manuel da Costa Alemão
Manuel da Cruz Pereira Coutinho
Manuel Dias da Silva
Manuel Eduardo da Motta Veiga
Manuel Emygdio Garcia
Manuel Filippe Coelho
Manuel da Fonseca Pinto
Manuel Joaquim Barradas
Manuel Luiz Coelho da Silva
Manuel Maria da Silva Bruschy
Manuel Marques de Lima Figueiredo
Manuel Martins
Manuel Nunes Giraldes
Manuel de Oliveira Chaves e Castro
Manuel Paes de Figueiredo e Sousa
Manuel Paulino de Oliveira
Manuel Rodrigues da Silva e Abreu
Manuel dos Sanctos Pereira Jardim, Visconde de Montesão
Manuel de Serpa Machado
Manuel (D.) Torres Campos
Maria (D.) Candida de Carvalho Coutinho e Vasconcellos
Maria (D.) da Gloria da Costa e Almeida
Miguel Baptista da Silva
Miguel Osorio Cabral de Castro
Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcellos

Nuno Silvestre Teixeira

Pedro de Amorim Vianna
Pedro Augusto Martins da Róxa
Pedro Augusto Monteiro Castello-Branco
Pedro Manuel Nogueira
Pietro Doria

Raymundo da Silva Motta
Ricardo Augusto Pereira Guimarães, Visconde de Benalcanfor
Rodolpho Ferreira Dias Guimarães

Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto
Roque Augusto de Seixas, Barão de Seixas
Roque Joaquim Fernandes Thomaz
Rufino Guerra Osorio

Thomas Blanc
Tollens

Venancio Augusto Deslandes
Ventura (Don) Maria Sotelo
Vicente Ferrer Netto Paiva
Vicente Machado de Faria e Maia
Vicente Urbino de Freitas

Xavier da Cunha.

ADDENDA (1)

José (D.) Alves de Mariz, Bispo de Bragança

Antonio Augusto Soares de Passos

Francisco (D.) de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra
Francisco (D. Fr.) de S. Luiz, Cardeal Saraiva

João da Cunha Neves e Carvalho
Joaquim Maria Rodrigues de Brito
José Cardoso Ferreira Castello
José Maria Latino Coelho
José Monteiro da Rocha

Manuel de Almeida
Manuel Matthias Vieira Fialho de Mendonça

Pedro (D.) de Sousa Holstein, Duque de Palmella

Ricardo Raymundo Nogueira

Sebastião Corvo de Andrade
Silvestre Pinheiro Ferreira.

---

(1) Junctamos aqui o nome do reverendo Bispo de Bragança pelo fragmento que publicámos da sua patriotica Pastoral contra o *Ultimatum* inglez; e os dos principaes auctores, cujos escriptos foram postumamente aproveitados quer na integra quer por extracto.

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

RELIGIÃO E PATRIOTISMO

SERMÃO

Que na solemnidade inaugural, celebrada com missa do Espirito Sancto e juramento dos lentes, para a abertura dos exercicios da Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1890 a 1891, prégou em o dia 1.º de outubro, na real capella da mesma Universidade, o dr. Francisco Martins, lente cathedratico da Faculdade de Theologia.

Beata gens, cujus est Dominus Deus eorum: populus quem elegit Dominus.

Ps. XXXII.

ILLUSTRE REITOR E PRELADO D'ESTA UNIVERSIDADE, *
DOUTORES E MESTRES,
ESTUDIOSOS MOÇOS:

É edificante e da mais remontada significação e alcance o acto que ora practicamos. Assim Deus permitta que elle produza os beneficos effeitos a que é destinado!

A religião recebendo homenagem publica e solemne da sciencia, e uma e outra, como anjos tutelares, acolhendo e afagando em amoravel amplexo esta sympathica pleiade de jovens estudiosos, esperança e futuro da patria, animando-lhe, fecundando-lhe as mais justas aspirações, aprumando-lhe, vigorisando-lhe o cara-

* O illustrissimo e excellentissimo senhor conselheiro doutor Antonio dos Sanctos Viégas.

cter, eis, MEUS SENHORES, o espectaculo grandiosamente bello e edificativo, que n'este momento inebria de justo prazer a minha alma de sacerdote, de professor e de portuguez.

Attesta e significa elle a mais legitima, decorosa, e por todos os titulos veneranda tenacidade em manter e transmittir intemerata e incorruptivel a herdada tradição dos tempos idos, sempre dignos de honrosa memoria.

É mui adequado a influir salutar e efficazmente na grande e inadiavel obra, que a todos nos traz agora tão afadigadamente empenhados, a revivificação da nossa nacionalidade.

As instituições e os povos, como o individuo e a familia, sentem a necessidade irresistivel de consagrar pela religião os factos mais notaveis da sua vida, a não ser que uma desorientação lastimavel deturpe o que a voz da natureza e o dictame da consciencia instantemente reclamam. Debalde se tentará abafar esta voz, suffocar este dictame; em tanta maneira se impõem, que desatten-del-as é grave risco de inevitavel perturbação.

Em verdade, Senhores, que o homem é um animal religioso; e em abrindo a historia, para logo se nos deparam as provas mais frisantes d'este asserto (1).

Os povos que mais se têm avantajado, esses que ainda hoje, depois de tantos seculos, nos assombram, e de cujos feitos grandiosos estão repletos os fastos da humanidade, foram além de tudo religiosos (2). É que a religião tem uma força excepcional, unica, para alentar animos, incutir coragem, instillar dignidade, aformosentar o caracter, robustecer e sobreelevar todas as aspirações nobres.

Promanando de um principio superior e dirigindo-se a elle, paira sempre em uma região calma e serena, que não póde, que não deve ser inquinada pelas paixões humanas, pois que é ella o aroma que preserva da corrupção as sociedades. Nunca um povo fundamentadamente se jactará de primeiro, em que seja o mais poderoso, senão fôr tambem o mais religioso.

Por isso em todos os estados sociaes a educação tem merecido especial cuidado, e preoccupado sempre os que dirigem os povos; e o elemento religioso tem sido sempre considerado por todos como o mais proficuo e efficaz para a boa constituição das sociedades. É elle o mais solido alicerce que baseia o edificio social. Entre as escholas e opiniões varias que sobre tão momentoso assumpto se disputam primazias sobresahe, e sobreexcede a todas com reconhecida e indiscutivel superioridade, e até sem soffrer confrontos, a alta sabedoria da Egreja que o Mestre Divino fez depositaria e guarda intemerata da sua doutrina sublime, irra-

diando, projectando vivissima luz sobre todos os espiritos para os esclarecer com fulgor e penetração incomparaveis (3).

Bem o sabeis, Senhores. Os factos respondem irrefragavelmente por esta verdade.

Para desconhecel-a seria necessario cerrar os ouvidos, ou ter ensurdecido aos brados eloquentes da majestosa voz da historia, que por seculos a vem pregoando.

É que ella abarca todos os tempos, todos os logares, agremia todas as nações, adapta-se a todos os gráus de cultura e a todas as condições das sociedades humanas. Esta acção universal estabelece-se no mundo pelo exercicio d'esse culto em espirito e verdade, ensinado pelo seu Divino Fundador (4), e cujas instituições offerecem a todas as necessidades do espirito humano satisfações admiraveis.

Assim o comprehenderam os nossos maiores, e por isso com elle vincularam os actos da vida civica, para lhes dar uma consagração, em verdade proficua emquanto discretamente usada.

Esta feição geral não podia deixar de se imprimir na vida academica, e em observancia do nosso estatuto (5) e da sabia determinação do venerando concilio de Trento (6), que tambem é lei do nosso paiz (7), aqui nos achamos congregados para iniciar o novo anno lectivo em conformidade com aquellas prescripções.

Reparadas as forças no intervallo dos trabalhos escholares, e recuperado vigor para novas lides, ahi se nos depara vasto campo a todas as especulações scientificas. Para n'ellas entrarmos com passo firme é que hoje se abrem as portas d'este estabelecimento scientifico por um acto do culto catholico, «d'esse bello culto que tem acompanhado a nacionalidade portugueza desde o seu berço,» e que a nossa Universidade, mantendo e continuando as suas tradições já seis vezes seculares, benemeritamente pratica.

Nem ha receio que por isso venha a ser tida em menos apreço, ou desdenhada como eschola do passado, pois a todos é bem evidente que o é tambem do presente e o será do futuro, como este mesmo culto, no qual se encontra sempre o espirito e a acção de Jesus: —*Christus heri, et hodie et ipse in saecula.*

Para gloria d'ella e satisfação de quantos a presam, e são muitos, cumpre notar que a nossa eschola tem sido o alfôbre dos homens publicos, e dos mais benemeritos do nosso paiz.

Aqui têm vindo elles adextrar-se, receber os elementos para as grandes lides da gerencia dos negocios publicos, e até muitos têm illustrado o nosso magisterio; aqui se têm educado as numerosas gerações, que nos precederam, e que tão afamada fizeram a nossa querida patria..., a nossa querida patria, que hoje por entre lam-

*

pejos de esperança de tempos melhores vemos tão decahida e ameaçada!... Tenhamos n'esta conjunctura solemne e angustiosa a prudencia de notar, com a reflexão que cumpre, a lição da philosophia da historia: que cada nação teve a sorte que devia ter, e posto que os estados morrem, cada estado póde e deve aspirar á immortalidade; que nenhum estado florescente decahiu senão depois de ter abandonado as instituições que o tinham feito florescer; nenhum prosperou senão reparando as faltas e corrigindo os abusos.

Pois que assim é, e a religião que felizmente professamos tanto e sempre ha contribuido para o engrandecimento da nossa patria, é tempo de volvermos a ella as nossas mais serias attenções; e de nos esforçarmos por avivar as boas crenças que tanto alentaram os nossos maiores. «Envergonhemo'-nos do que houver máo e corrupto nos nossos costumes; envergonhemo'-nos de muitas vezes não seguirmos na vida practica os dictames do Christianismo; não nos envergonhemos, porém, do culto dos sete seculos da monarchia.»

A razão de ser d'esta acção sagrada, as circumstancias excepcionaes, em que ella este anno é celebrada, a situação que atravessamos, as perplexidades que salteiam todos os espiritos, este mal-estar que ao presente experimenta todo o bom cidadão portuguez, tudo me aconselha a vir inculcar a necessidade da crença religiosa para afervorar os brios nacionaes e esclarecer e illustrar os sentimentos patrioticos.

É aqui, onde vejo crescer e illustrar-se uma grande maioria da mocidade estudiosa do meu paiz, a flor da mocidade portugueza, é aqui, meus Senhores, que mais desafogadamente e com maior esperança de bom exito, eu posso e devo inculcar estas ideias, pregoar estas salutares doutrinas.

A alma se me expande em effusivo arroubamento, porque Deus assim o permitte!

Nunca, ingenuamente o confesso, nunca o magisterio sagrado, que tanto amo, se me afigura tão majestoso e ennobrecido, nunca me sinto tão exaltado a meus proprios olhos, como quando tenho de o exercer aqui, n'este alcaçar da sciencia, no seio d'esta sabia Academia.

Não procurarei movimentos oratorios em rasgos de eloquencia, que nem d'isso possuo o segredo, nem os comporta a illustração d'este auditorio.

Direi singelamente, despretenciosamente e á luz da historia, sobre as relações entre a religião e o patriotismo.

Illustre Prelado, respeitaveis collegas, jovens estudiosos, suppri com a vossa muita e mui illustrada benevolencia as insufficiencias do orador, que para se desempenhar d'este honroso encargo invoca as luzes da divina graça.

I

A patria, a sociedade civil de que somos membros, ou antes filhos e sustentaculo, é digno objecto da nossa dedicação e dos nossos mais generosos e heroicos sacrificios (8).

Uma nação fórma um corpo, um ser, cuja unidade, força e vida, sendo para nós um facto necessario quotidianamente, constituem a mais estupenda maravilha.

Numerosas gerações esparsas em vasto territorio associam os seus esforços para um fim commum, e parecem pensar, querer, obrar, como um só homem.

Procura-se, e por muito tempo ainda se procurará, a razão fundamental das sociedades; qualquer, porém, que possa ser, nunca se explicará a sociedade politica se não se reconhecer e venerar em sua existencia a acção tão salutar e poderosa da Providencia. Só ella é capaz de produzir e manter essas afinidades mysteriosas, laços occultos e vida secreta dos grandes corpos, chamados nações.

Ha n'ellas elementos dissolventes que promovem a ruina, e lhe acarretariam o fraccionamento, se a mão que sustenta e rege o universo não coadunasse, não conservasse unidos os diversos elementos que compõem a sociedade.

Sim, só Deus póde conserval-a e mantel-a nas suas condições de unidade, de vida, de ordem e de prosperidade. Por isso o amor da patria acha nas crenças religiosas um mobil e um penhor poderoso.

É por designio paternal da Providencia que permanecemos indissoluvelmente unidos ao paiz, á nacionalidade, para constituir o estado, e fazer d'elle uma grande familia, um povo de irmãos, livres, unidos e leaes. Assim o amor da patria brota espontaneo, tem sua raiz na consciencia humana, parte de nossa natureza, manifesta-se e desenvolve-se no ambiente dos estados politicos. É uma consequencia logica da propria natureza humana.

Os nossos affectos, os nossos sentimentos, o nosso caracter, o nosso modo de ser, dependem, em grande parte, do paiz em que pela vez primeira abrimos os olhos á luz, e do meio em que se

desenvolvem as nossas faculdades, ao qual devemos as nossas primeiras e mais abundantes impressões.

A patria é pois alguma coisa que fórma parte de nós mesmos, a que devemos quasi todos os affectos purissimos que modelam e nutrem o nosso espirito, ao passo que nos ligam ás multiplices espheras sociaes em que a nossa actividade se desenvolve. A patria está em intimo contacto com a natureza; d'ahi procede a admiravel conformidade das tendencias e aptidões das differentes raças com a sua situação geographica.

Longe de nós, ainda assim, perfilhar por completo as theorias que sobre este assumpto vão correndo n'algumas escholas.

Não acceitamos com Montesquieu a influencia decisiva do clima, nem com Herder podemos admittir que a natureza actua sobre o homem a ponto de o tornar um seu instrumento cego. Não acceitamos como inspirador das acções do homem o meio ambiente de Augusto Comte, nem como unicos factores que determinem a existencia do homem tal como é, a hereditariedade e a adaptação ao meio, tão preconisados pela moderna eschola anthropogenica, com Heckel á sua frente.

Mas se não concordamos com o que ha de exagerado n'estas theorias extremas, não podemos deixar de reconhecer que o homem vive e se desenvolve dentro da natureza, de que se torna a expressão mais acabada e perfeita. Essa influencia, porém, do meio cosmico de modo nenhum annulla a livre vontade do homem, nem exclue a intervenção da Providencia na formação da historia humana.

É pois certo que o amor da patria se confunde em certo modo com o amor da propria natureza (9).

D'ahi vem esse indizivel affecto, que irresistivelmente consagramos á terra da patria; d'ahi procede que a ella volvemos sempre vistas saudosas.

E porque é que, muitas vezes, deixando paragens amenas e apraziveis, corremos a ella apezar da aridez do solo, da aspereza do clima, do aspecto e do tracto, se não porque é a terra da patria, *nisi si patria sit?* (10).

II

Quando, porém, com a reflexão de um crente medito sobre as paginas biblicas, e vejo como o sancto amor da patria ahi é

inculcado, favorecido, recommendado, imposto como um dever de consciencia tão sagrado e respeitavel, que pelo seu cumprimento lhe são deferidas as palmas do martyrio, comprehendo melhor a alteza suprema d'esse dever sublimado pela religião.

N'este, como em todos os sentimentos nobres, o coração aqui não se contrahe, mas orvalhado pelos vivificantes influxos da divina graça, e suavemente aquecido aos seus fecundantes ardores, como solo uberrimo desentranha-se prodigiosamente em actos da mais excelsa heroicidade.

E quantos e quão grandes e generosos sacrificios se não tem imposto a religião pela patria!

O paganismo comprehendera que a religião deve ser o aroma que conserve o patriotismo como conserva a sciencia; vinculava, por isso, no mesmo affecto o altar e o lar: *Pro aris et focis.*

As imagens dos deuses, envolvidas nas prégas dos seus estandartes, presidiam aos combates; antes de se moverem e agitarem, seus valentes batalhões invocavam a Victoria.

Entre os povos gentilicos o que maior e mais duradoura influencia exerceu por suas conquistas territoriaes, por sua lingua e instituições foi inquestionavelmente o povo romano.

Pois desde tempos remotos a religião exerceu entre elle influencia consideravel assim na moral publica como particular.

Que magnificas provas não deram os primeiros romanos do seu amor á verdade e á justiça, á patria e á liberdade?! (11) E a esse amor entranhado, a essas nobres virtudes deveu Roma a sua grandeza.

O espirito religioso, ao principio intimamente ligado á constituição politica e civil da antiga Roma, desappareceu; e junctamente com a religião desappareceu a seriedade moral dos romanos.

Á proporção que diminue o respeito pelos deuses, oblitera-se o antigo sentimento, perde-se o desinteresse e a abnegação, entibia-se a força do patriotismo, que desappareceu com as outras virtudes (12).

Que exemplo! que aviso!

Entre o povo judeu o amor da patria toma fórmas religiosas mais determinadas e precisas. A causa de Deus anda indissoluvelmente unida com a do povo, a arca sancta é levada á frente dos combates. Tem uma carta unica, outhorgada no Sinai e commentada pelos prophetas. O amor da patria é a força e o vinculo d'esse povo religioso.

Compulsemos os annaes e a litteratura d'esse povo excepcional, cuja dedicação patriotica é tão notavel como a sua existencia, e veremos pelas doutrinas e pelos factos como o culto da patria e o da religião se casam, se unificam por fórma a não poder separal-os.

A religião abraça a patria, mistura o nome abençoado da patria em suas preces e em seus canticos; extende azas maternaes sobre ella para protegel-a contra sedições e tyrannias.

Deus, a familia, a patria, eis com effeito as grandes ideias que os livros sagrados ensinam (13).

Seus ensinamentos a mantém na justiça que eleva as nações, os seus preceitos a defendem contra as paixões que tornam os povos desventurados. *Justitia elevat gentem, miseros autem facit populos peccatum* (14).

As alegrias da patria são as suas alegrias, toma parte nas suas tristezas, associa-se a seus triumphos, nenhuma de suas glorias lhe é extranha ou indifferente.

Na historia do povo de Deus encontramos com effeito exemplos mui proprios a excitar, exaltar e estimular o sentimento patriotico pelo despertar das crenças religiosas. D'entre innumeros colheremos apenas alguns, notando que as epochas de esplendor correspondem aos periodos de maior zelo religioso.

Os interesses da patria foram sempre caros aos hebreus. Nunca hesitaram defendel-os até com risco da propria vida. Obedecem fielmente á lei que os obriga a todos a pegar em armas; quando lhes é declarada a guerra, a mobilisação realisa-se com louvavel presteza (15), e, se não é geral, a tribu que não é chamada queixa-se amargamente, e reputa-se ultrajada (16).

Othoniel, quando ainda se não havia extinguido a lembrança das maravilhas que Deus tinha operado a favor do povo, bem como as suas instantes recommendações, em avançada edade sem que a bravura o houvesse ainda abandonado, nem menos a sua piedade, contribue para chamar esse povo ao verdadeiro Deus, recordando-lhe tudo o que Jehovah lhe havia feito e tudo o que Josué havia feito prometter a seus paes, poz-se á frente do povo e por uma batalha decisiva alcança para Israel uma paz diuturna (17).

Os reinados de David e Salomão incontestavelmente marcam o apogeo da grandeza do povo escolhido.

Desde as margens do Oronte á torrente do Egypto é reconhecida e respeitada a auctoridade de David. É este periodo essencialmente guerreiro, mas com isso não é descurada a religião. Grande era o valor da arca da alliança, e bem sabido o seu destino depois dos desastres de Heli (18). Agora este sacrario das tradições religiosas e civicas é transportado da casa de Abinadab em Kiryath-Yarim, conduzido a Jerusalem, e collocado solemnemente na acropole de

Sião (19). Pensa em lhe elevar um templo magnifico: «Eu habito um palacio de cedro, diz elle ao propheta Nathan, e a arca de Jehovah é sempre encerrada em uma simples tenda! Quero que tambem ella seja alojada em um templo de cedro (20).»

A Providencia, porém, destinara o seu successor para levar a cabo esta gigantea empreza. E esse templo, cuja descripção se desenrola em alguns capitulos do livro dos Reis (21), tornou-se o padrão de maior gloria nacional. E conjunctamente com tamanho esplendor na parte religiosa, e, por sem duvida, como consequencia d'elle, progridem a navegação e o commercio, a ponto de dizer a Biblia que «no tempo de Salomão o dinheiro tornou-se commum em Jerusalem como pedras, e os cedros como os sycomoros que nascem nas campinas (22).» Esta brilhante prosperidade chegou, é certo, a corromper o coração do rei; mas isto, além de ser uma prova frisante da instabilidade das grandezas humanas, tambem o é da verdade que vamos fazendo vingar. A obediencia e observancia discreta dos preceitos religiosos é que podem felicitar os individuos e os estados, e o brilho de uma civilisação é ephemero se não baseia no cumprimento fiel d'esses preceitos.

Com o restabelecimento do culto do verdadeiro Deus em Juda desenvolve Asa sob todas as fórmas a prosperidade nacional (23). Josaphat, herdeiro das virtudes de seu pae, manifestou ainda maior zelo pelo culto nacional, procurando tambem reorganisar a administração e o exercito, e assim fez reinar a paz e com ella o aproveitamento de suas utilissimas reformas (24).

O culto de Jehovah foi tomado muito a peito por Ozias sob a feliz influencia do propheta Zacharias, e por isso tambem o seu reinado foi um dos mais gloriosos na historia dos Hebreos, assim pela prosperidade na guerra, como pelo desenvolvimento das artes da paz, da agricultura, e ainda pelos aformoseamentos da capital (25).

Isaias apresenta-nos um quadro animadissimo do estado moral e politico do povo de Juda no tempo do piedoso rei Ezechias. N'esta epocha da historia do povo judeu a litteratura hebraica, decadente desde Salomão, toma novo brilho; foi a edade de ouro da poesia prophetica. Ao lado de Isaias florescia na côrte o propheta Micheas, de Moreseth. O bello cantico composto por Ezechias depois da sua infermidade faz reconhecer em tão piedoso rei um dos melhores poetas da epocha (26).

As *Chronicas* nos referem que Josias começou as reformas religiosas desde os principios de seu governo. Uma circumstancia imprevista, a descoberta de um antigo e venerando manuscripto da lei, despertou ainda mais a solicitude religiosa do rei, ordenando ao povo que renovasse o juramento de fidelidade a Jehovah,

A piedade e energia de Josias, auxiliadas pela corajosa dedicação do filho de Helcias, que prégava nas praças publicas, contribuiram poderosamente para o engrandecimento religioso pela destruição da *idolatria*, e por este meio para a prosperidade nacional. Por isso a desastrosa morte do piedoso rei levou o luto e a consternação a toda a parte, pois com elle desceu aos sepulcros de Sião o ultimo sustentaculo da religião.

Jeremias e todos os prophetas da epocha compozeram á morte d'este rei lamentações que ainda muito tempo depois se recitavam no anniversario da batalha de Mageddo. «Nunca antes d'elle houve rei mais dedicado a Jehovah de todo o seu coração, com todas as forças da sua alma; e em todas as suas acções, que foram sempre conformes á lei de Moysés, nunca outro lhe foi egual (27).»

Desd'este fatal acontecimento o reino de Juda, de quem podia esperar-se um momento de regeneração politica e religiosa, caminhou a passos agigantados para a ruina total, por se recusar a restabelecer em sua pureza o culto do verdadeiro Deus, como lh'o advertia Jeremias, «essa columna de ferro, esse muro de bronze em face dos reis de Juda (28).»

Ponderemos reflectidamente estas situações, e tenhamos a prudencia do confronto!

A quéda de Juda acarretou a expatriação de uma grande maioria d'este povo e dos mais notaveis cidadãos, o incendio do templo e dos principaes edificios da capital; e em pouco tempo a magnifica Jerusalem foi transformada em um montão de ruinas. Foi esta catastrophe que inspirou os magnificos threnos do propheta de Anathoth. «Como é que a cidade, outr'ora tão populosa, está agora deserta! a que era grande entre as gentes se tornou como uma viuva abandonada! Chora dia e noite e suas lagrimas sulcam-lhe as faces. Nem um amigo que venha consolal-a. Os visinhos trahiram-n'a e tornaram-se-lhe inimigos. Estão desertas as estradas de Sião, ninguem concorre ás suas solemnidades. As portas de Sião escancaradas, os seus sacerdotes soluçantes, as suas virgens lamentam-se, e ella afundada em afflicção. Os seus inimigos tornaram-se-lhe em senhores; os seus adversarios prosperaram. Jehovah arruinou-a por causa da multidão de seus crimes; seus filhos foram captivos para terra extrangeira (29).»

Nos primeiros annos do captiveiro Jeremias, contra a opinião dos imprudentes aconselhava a supportal-o com paciencia, a trabalhar por cobrar forças a fim de chegar a opportunidade de sacudir o jugo.

Babylonia tinha seus dias contados. Os grandes imperios baqueiam

como o roble ao embate do furacão; os pequenos, como «a junça do brejo,» resistem apezar de rijamente sacudidos (30).

Tenhamos fé, e sejamos doceis ás lições da historia!

Os enfados do exilio são-lhe insupportaveis. Nehemias, devorado de tristeza, pede instantemente ao rei a sua repatriação (31); e quando longe de Jerusalem os Israelitas soffrem as amarguras de longo captiveiro, suspendem seus instrumentos musicos nos salgueiros das margens dos rios da Chaldea, engrossados com suas lagrimas, e recusam entoar os hymnos dos canticos do Senhor.

«Nós estavamos assentados nas margens dos rios de Babylonia e choravamos com a lembrança de Sião.»

«Suspenderamos as harpas nos salgueiros das ribas.»

«Os oppressores pediam-n'os canticos; os inimigos queriam gritos alegres: Cantae-nos, diziam, algum cantico de Sião.»

«Como, porém, fariamos nós ouvir os louvores de Jehovah em terra extrangeira?»

«Se te esquecer, Jerusalem, que a minha dextra se mirre.»

«Que a minha lingua emmudeça, se me não lembrar de ti! se não puzer Jerusalem acima de todas as minhas alegrias!... (32)»

Os ditosos, que os vencedores haviam deixado na terra natal, reputavam-se felizes e, levando suas offerendas ao logar onde estivera o templo, assim cantavam: «arruinada como está amam teus servos a Sião, amam os escombros do templo, amam as cinzas dos seus maiores, lamentam a desolação da patria (33).»

Quando Antiocho, rei da Syria, resolveu destruir a lei dos judeus, brilha n'esta cruel conjunctura o exemplo do sancto velho Eleazar, que legou a toda a nação a lembrança da sua morte para estimulo de virtude e fortaleza (34); e o da mãe dos Machabeos com seus sete filhos, que entre os mais atrozes supplicios declaravam preferir morrer a violar as leis de Deus e da sua patria (35).

Quem ignora que n'essa commovente historia do patriotismo israelita avultam e sobresahem as grandes figuras dos Maccabeos?

Ver as desgraças da patria é para elles uma dôr immensa, á qual preferem a morte (36).

Os sublimes discursos d'esses heroes immortaes, que todos eram sanctos, revelam patriotas religiosos.

Ao exhalar o derradeiro alento Mathatias, depois de recordar os nomes dos seus compatriotas, que de geração em geração se tinham distinguido pela sua confiança em Deus até ao heroismo, assim falla: Coragem, defendei com valentia a lei, por ella sereis glo-

riosos. E, no ardor dos combates, Judas, Jonathas, Simão repetem esta viril e magnifica linguagem (37).

O patriotismo inspirando-se na religião dá esta coragem, anima este esforço, e conduzindo calma e dignamente á gloria faz heroes.

Os Machabeos são d'isso prova certa, e no emtanto, nota um sancto Padre, não eram christãos! (38)

III

O patriotismo judeu era apenas uma figura do patriotismo christão (39). Jesus Christo, exemplar perfeito de todas as virtudes sociaes, é um perfeito cidadão, amou o seu paiz, amou a sua patria, amou o seu povo, deplorou as desgraças que ameaçavam Jerusalem (40).

Pela bem conhecida e profunda maxima da constituição christã: dae a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus (41), ensina a obediencia aos poderes constituidos, e proclama no interesse das consciencias a distincção e independencia das duas ordens: espiritual e temporal; mas não as separa, embora sabiamente lhes marque os limites.

Nas crises mais graves o patriotismo christão attinge proporções eguaes á immensidade das desgraças. Nunca este generoso e nobre sentimento se mostrou mais intelligente, nem mais dedicado, nem com maior abnegação do que quando foi dirigido pelos dictames do christianismo.

Haja vista o que sobre este importantissimo ponto nos ensinam alguns dos nossos progenitores na fé.

Calumniados em seus costumes, em suas doutrinas e em seus sentimentos civicos, por tres seculos estiveram os christãos expostos ao vendaval medonho de atroz perseguição.

N'ess'hora de angustia, acalcanhados por leis de excepção, e não menos pela furia popular e pela má vontade dos magistrados, viram elles surgir d'entre o seu gremio vozes de protesto e de defesa.

Esses corajosos advogados, ainda antes de lhes vingarem o bom nome e de justificarem a philosophia de suas doutrinas, procuravam destruir as desconfianças do estado romano, que os considerava inimigos occultos de suas instituições, de suas leis, e até de sua existencia.

Assim leal e habilmente os apologistas christãos reivindicavam justiça para os sentimentos patrioticos dos seus correligionarios.

Se os imperadores houvessem comprehendido o alcance d'essas palavras, a historia houvera sido outra.

O imperio, joven ainda, assimilaria os elementos de vigor offerecidos pelo Christianismo, e as beneficas influencias d'este desenvolver-se-hiam facilmente em seu seio; depois, quando se deu a inevitavel reconciliação entre elles, era tarde. O mundo romano, envelhecido no interior e ameaçado no exterior, nem ao contacto com o Evangelho podia alongar os dias.

O imperio deixou passar a occasião que lhe proporcionava a Providencia.

A mão extendida pelos apologistas foi desdenhosamente repellida. Teria podido não o ser; e o facto de a ter lealmente offerecido mostra quaes eram em politica os sentimentos dos christãos esclarecidos (42). A sua fidelidade não deveria ter inspirado duvidas.

As memorias apologeticas de Justino, philosopho e martyr, dirigidas aos omnipotentes senhores do mundo, apresentam um modelo d'essa lealdade.

N'ellas falla o Christianismo por bocca de um digno embaixador, manifestando sem hypocrisia nem arrogancia os seus verdadeiros sentimentos para com o imperio romano.

Recorda Justino que os christãos mostram em tudo submissão exacta ás ordens emanadas da auctoridade, esforçando-se, mais que os outros, em pagar os tributos e as taxas aos que têm missão de as receber, reservando-se uma só liberdade, a da consciencia (43).

«Adoramos um só Deus, mas no mais obedecemo-vos com alegria, reconhecendo-vos como reis e principes dos homens, pedindo em nossas orações que com o poder soberano alcanceis tambem uma alma recta (44).»

Os christãos, além de serem subditos dedicados do imperio, tambem são «os seus auxiliares mais uteis, os que ensinam que ninguem escapa aos olhos de Deus, o máo e o ambicioso, o conspirador e o homem virtuoso, e que todos recebem premio ou castigo eterno segundo o merito de suas obras (45).»

S. Justino faz sobresahir a efficacia social de tal doutrina, quantos crimes impede, que util soccorro presta ás leis. Estabelecendo a ordem nas almas, os christãos contribuem poderosamente para estabelecel-a na sociedade (46).

Temos alli o antecedente do celebre dicto do auctor do Espirito das leis (47).

Exprime-se Justino mais modestamente como convinha á situação e ao seu tempo, mas o tom firme e sincero de suas decla-

rações revelam que não é qualquer que falla, mas um romano e um patriota (48).

Quinto Septimio Florencio Tertulliano, homem doutissimo e versadissimo nas coisas divinas e humanas; cujo maravilhoso genio abarca toda a philosophia, todas as suas seitas, auctores e disciplinas, todos os factos e todas as sciencias, e que, póde dizer-se, tinha tantas ideias como palavras, e em cada ideia uma victoria (49); de quem, como de Origenes affirmava o grande Jeronymo, admiramos o talento e o saber, e reprovamos os erros (50), muitas vezes se refere á dedicação civica dos christãos.

Um pro-consul da Africa procedia cruelmente contra elles; Tertulliano dirige-lhe uma exhortação (51):

«Não te queremos amedrontar, nem te receiamos; procuramos salvar todos os homens, bradando-lhes: *não façaes guerra a Deus.* Não somos réos de lesa-majestade, porque um christão sabe que é Deus quem constituiu o imperante, e por isso reputa uma necessidade amal-o, honral-o, orar pela prosperidade do imperio (52).»

São ainda mais para notar as immortaes palavras, com que o grande apologista africano põe bem em relevo a dedicação civica dos christãos na mais sancta e douta apologia (53). O seu pensamento politico é clarissimo; inspira-se n'este sentimento de submissão religiosa e ardente patriotismo, de que se mostram animados os principaes interpretes da doutrina evangelica nos primeiros seculos.

«Os christãos não devem ser accusados por se recusarem a sacrificar ao imperador e chamar-lhe Deus, que é uma lisonja miseravel. Oramos pelo imperador, pelos seus ministros, pela auctoridade, pela tranquillidade e prosperidade do Estado, pelo exercito, pelo senado e pelo povo. E não se diga que somos cidadãos *inuteis* e *improductivos*; ao contrario tomamos parte em todos os ramos da actividade social.

Exercemos o fôro, trabalhamos nas officinas, dedicamo'-nos ao commercio, somos agricultores, militamos no exercito, cultivamos as lettras e as sciencias, publicamos obras para vosso uso. Em verdade que não sei como nos podeis considerar cidadãos inuteis, a nós que assim concorremos comvosco n'este labutar da vida. Pouco tempo contamos de existencia, mas alastramos já por toda a parte, atulhamos as cidades, as ilhas, os castellos, as assembléas, os campos, as tribus, as decurias, o palacio, o senado, o tribunal, o forum; apenas vos abandonamos os templos. A que atroz e exterminadora guerra não estariamos dispostos, se a nossa doutrina nos não prescrevesse antes morrer do que matar, nós que soffremos tão resolutamente a morte?!

Até sem pegar em armas, e sem nos rebellarmos podiamos punir-vos: retirando-nos.

As cidades ermas parecer-vos-hiam verdadeiras necropoles; em vão procurarieis a quem governar. Terieis mais inimigos do que cidadãos, porque, se agora tendes menos inimigos, é por causa da prodigiosa multidão de christãos!»

Os outros apologistas, indo na esteira dos que os precederam, continuam a tradição fiel aos ensinos apostolicos.

O que ha de bom no mundo antigo—na esphera dos espiritos, a philosophia, na esphera das realidades tangiveis, o imperio—não possue amigos mais dedicados.

Athenagoras, philosopho atheniense convertido, dedica a sua apologia aos imperadores.

Falla-lhes como fiel subdito: «Nós, a quem chamam christãos, não fazemos mal a ninguem. Quem mais do que nós é digno de ser attendido, nós que desejamos a prosperidade, o augmento e a paz do imperio? (54)»

Os bispos fallam como o philosopho; é a mesma linguagem enthusiastica e leal. Com as reservas dictadas pela fé encontramol-a sob a penna de Theophilo, bispo de Antiochia (55), e de Melitão, bispo de Sardes.

Um homem que tinha sido consul, prefeito, mestre em Roma, Ambrosio, um dia arrancado a esse meio popular e consular e transportado á séde curul dos que pascem a grei christã, escreveu em o livro, cujo titulo imitou de Cicero, e que lhe não é inferior: que a justiça tem um quadruplo desenvolvimento, que a justiça dos christãos primeiro se dirige a Deus, em segundo logar á patria, em terceiro á familia, e emfim á humanidade; e continuando em sua linguagem poetica cheia de energia accrescenta: Procuraes a felicidade, procuraes a nobreza, é justo; mas não sei que haja felicidade superior á da alma que quer servir o seu paiz... Procuraes a nobreza e a honra, não conheço honra maior do que a honra e a nobreza da alma que se esquece de si, da familia, dos que o cercam, e contemplando a imagem da patria lhe parece assaz bella e seductora para lhe consagrar o coração, para lhe sacrificar a vida. Falla este sancto Padre, como outr'ora os mais dedicados filhos da Grecia e Roma: «O cidadão deve reputar-se mais feliz em conjurar os perigos da patria do que em escapar elle a um perigo (56).»

E no seu procedimento mostrava-se harmonico com seus escriptos.

Vandalos, Suevos, Godos e Alanos, commandados por seu chefe

Radagaise, assediam Milão, e o piedoso bispo com o auxilio de Stilicão, general de Honorio, defende a cidade (57). Emquanto o genio da lingua grega e do paganismo inspirava a Claudiano frios elogios, Ambrosio escrevia cartas patrioticas e christãs em honra d'esse general (58).

Tambem cada pedra de Milão ainda hoje respira a lembrança de sancto Ambrosio, e o antigo *duomo* recolheu as suas cinzas!

O reconhecimento dos povos não é um vão ruido quando se transmitte atravez das edades! (59)

Na terra da Africa os mesmos exemplos confortam o coração. Quando os barbaros ameaçam a Cyrenaica, os sacerdotes sublevam as populações e as conduzem do templo ao combate.

Por toda a parte os vemos organisando e dirigindo a defesa, fallando a suas ovelhas, deplorando as desgraças da patria.

Saber que o paiz está salvo, em que por elle fosse necessario morrer é o voto do notavel discipulo da celebre Hypathia, Synesio (60).

Em uma catastase dirigida aos chefes romanos, instando grande invasão de barbaros, em primorosa linguagem revela, com um distincto zelo episcopal, um profundo amor patriotico. Dominado por estes dois sentimentos, este bispo de Ptolomaida pungentemente deplora as desgraças da religião e da patria (61).

Sidonio Apollinario lança um grito de alarme aos Arvernos para defender contra os godos as muralhas da cidade, de que é pastor, Clermont, que, depois de longo cerco, denodadamente defendida, apezar da attitude heroica do seu bispo, vai cahir nas mãos d'aquelles barbaros (62).

É imponente a coragem d'estes homens para salvar a civilisação antiga; procuram, é verdade, erigir sobre as ruinas d'ella sociedades novas, mas que sentidos threnos não fazem ouvir antes que se resignem a acceitar essa missão!

É por entre o mais vergonhoso abandono dos espiritos e das coragens, diz Villemain, é n'um imperio governado por eunuchos, invadido pelos barbaros, que um Athanasio, um Ambrosio, um Chrysostomo, um Agostinho, prégam a moral mais elevada, a mais sublime eloquencia.

Na derrocada do imperio só o seu genio permanece firme. Parecem fundadores no meio das ruinas (63).

É necessario ver chorar Jeronymo e Agostinho sobre a quéda de Roma, é necessario ler as paginas de eloquencia sublime, que esta calamidade lhes inspira, para melhor apreciar o seu patriotismo.

Haviam-se cumprido os fataes destinos de Roma: a cidade

eterna attingira o seu termo, a cidade deusa era profanada, a cidade victoriosa do mundo, a cidade dos reis fôra saqueada e vencida. Alarico entregara-a por tres dias e tres noites á espada e ás chammas.

Quando Roma, assim vencida, acorda o mundo com o estrondo de sua quéda, é tão dilacerante a dôr de Agostinho, que para consolar o seu povo e consolar-se com elle condul-o ao calvario, e com os olhos fixos na cruz compara as desgraças que os flagellam á suprema desgraça da morte de Christo. *Appende cum Christo Romam; appende cum Christo universum mundum.*

Aterrado com os triumphos dos Vandalos, pede a Deus que ou proteja a sua cara Hippona ou lhe poupe com o beneficio da morte o horrivel espectaculo de uma tal victoria (64). E logrou deixar a vida antes que os barbaros talassem o seu paiz e saqueassem a sua séde episcopal. Foi elle o ultimo homem eminente da Africa; depois d'elle começa a barbaria.

É na solidão de Bethlem que Jeronymo recebe a noticia da tomada de Roma; e nas mais plangentes expressões traduz nobremente as dolorosas impressões do seu espirito, a afflicção enorme do seu coração de sacerdote, em que achava uma eloquencia commovida, capaz de causar inveja ao orador romano.

Nunca nos seus mais bellos dias o forum ouviu accentos tão patheticos.

A noticia chegou-lhe quando redigia o seu commentario a Ezechiel. Suspendeu-se assombrado, como se o não tivera previsto, como se no seu commentario a Daniel não houvesse apontado aos terrores do mundo esse colosso, que tinha pés de argilla. A penna cahiu-lhe da mão; quedou-se melancholico e taciturno: «calei-me, nos diz, porque senti que era tempo de lagrimas...» *Diuque tacui, sciens tempus esse lacrymarum* (65).

Depois sua imaginação ia procurar nas poeticas pinturas do saque de Troia uma ideia das medonhas scenas de que Roma fôra theatro, e repetia com Virgilio, seu auctor favorito: Quem referirá os factos d'essa noite cruel? quem pela palavra explicará tanto morticinio? quem poderá egualar as lagrimas á dôr? Uma cidade vetusta vem de ruir depois de dominar por longos seculos! (66)

Em Roma os melhores cidadãos, os soldados mais valentes haviam recebido o baptismo, e muitas vezes se embriagavam na taça eucharistica, *Ebrii erant Christi sanguine* (67).

Os concilios condemnam e fulminam os cobardes que abandonam as aguias romanas (68).

Não é licito esquecer aqui e deixar de rememorar a valentia,

denodo e intrepidez com que a heroica legião de Mauricio combateu pela defesa do solo da patria, o que tão ingratamente lhe foi compensado por quem mais devera ter na conta merecida tão importantes serviços (69).

IV

Como certamente, Senhores, havereis observado na exposição, embora incompleta e imperfeita, que acabo de fazer-vos, não ha em as differentes circumstancias, e nas situações variadissimas assim dos individuos como dos estados, antagonismo nem incompatibilidade entre o amor da religião e o amor da patria; antes esses amores se attrahem e resumem em um ineffavel e identico sentimento, ha entre elles perfeita affinidade.

«A patria, escreveu um principe da tribuna sagrada em França, é a nossa Egreja do tempo, como a Egreja é a nossa patria da eternidade; e se a orbita d'ésta é mais vasta do que a d'aquella, têm no emtanto ambas o mesmo centro, que é Deus; o mesmo interesse, que é a justiça; o mesmo asylo, que é a consciencia; os mesmos cidadãos, que são o corpo e a alma de seus filhos (70).»

O amor da patria triumpha de todas as paixões, resiste a todos os interesses, não se deixa vencer por nenhuma ingratidão. Foi cultivado pelo gentilismo. Manifesta-se então em gloriosas luctas, exprime-se primorosamente em Roma e em Athenas em magnificos discursos; são-lhe consagrados os mais bellos canticos da poesia antiga.

Todavia o patriotismo gentilico é estreito, exclusivo e cruel.

Depois de suas brilhantes conquistas o imperio romano contava mais escravos do que cidadãos. Fóra de Athenas não ha nem luzes, nem justiça, nem deveres; até o Lacedemonio é a seus olhos um povo barbaro. O patriotismo christão tem outros caracteres, sua esphera é mais ampla; não abrange só o solo natal, mas a unidade da patria, transpõe as fronteiras, extende-se ás allianças.

As guerras desde que o christianismo foi prégado são em menor numero e menos crueis.

A incontestavel superioridade d'este patriotismo é devida á vulgarisação das ideias moraes, ás influencias do Evangelho, que civilisou o mundo; mas não recua diante das aggressões injustas e das questões de honra e brio nacional. Sob este aspecto é da

mais delicada susceptibilidade, porque é cioso de sua dignidade. Diante das humilhações da patria não hesita, não vacilla!...

Na defesa do pavilhão nacional mostra-se intrepido, audacioso, denodado, heroico. As difficuldades não o aterram; corre, vôa com ardimento ao perigo. Morrer pela patria deve ser para o christão em certas circumstancias a maior felicidade, pois tal morte é uma gloria que precede e merece outra, que é eterna. Sustentada pelas vistas da fé, a coragem do soldado christão exalta-se; as promessas de Deus, que corôa os martyres do dever, e o reconhecimento da Egreja, que lhes dá logar com os Machabeos e os Mauricios nos sagrados diptycos, excitam suas energias e o fazem invencivel. É por isso que um ministro da guerra francez pronunciou do alto da tribuna no parlamento estas palavras: «para caminhar resolutamente á morte, o soldado tem necessidade de crenças.» Seria, na verdade, uma insensatez morrer pela patria, se os heroes dos combates fossem sepultados em seus tumulos sem recompensa e sem esperança!

V

A fé e a esperança é que alentam animos e dão esforço nas crises mais angustiosas.

Para confirmação d'esta verdade não temos a mendigar exemplos extranhos; relanceemos os olhos pelo livro de ouro em que estão escriptos os fastos da nossa terra: ahi se nos deparam os mais aprimorados.

N'essas paginas magnificas estão escriptos, aureolados da mais refulgente gloria, os nomes illustres d'esses venerandos heroes, que animados pelo conforto das crenças christãs «se fizeram tão subidos; engastaram magnificos florões no diadema da patria (71), d'aquelles verdadeiros heroes, que entre os mais afamados invejara, e cobiçara Roma para seus filhos, e que emquanto no mundo se der preço á virtude, serão n'elle estimados, conservando na memoria e na tradição dos seculos o pedestal firmissimo da estatua da fama de Portugal.»

Desde os plainos de Ourique e as famosas victorias que «arraigaram no solo com mão robusta a nacionalidade portugueza até aos de Aljubarrota; e desde as façanhas homericas dos cavalleiros, a que difficilmente sobrepuja o rei popular, o mestre de Aviz,» até aos heroes de 1640; e desde esse glorioso resurgimento até aos

que fizeram eclipsar a estrella do anjo da victoria, todos como ao Gama faz dizer Camões «tiveram na alma escripta a lei d'aquelle, a cujo imperio obedece o visivel e o invisivel, d'aquelle que creou todo o hemispherio, tudo o que sente, e todo o insensivel; d'esse Homem-Deus, que padeceu deshonra e vituperio, soffrendo morte injusta e insoffrivel:»

> E que do céo á terra emfim desceu,
> *Por subir os mortaes da terra ao céo* (72).

Com effeito, Senhores, desde «o primeiro Affonso, na fé todo inflammado, cuja lança escura faz qualquer extranha gloria,» até aos combates e victorias da guerra peninsular, ganhas sobre as aguerridas tropas do heroe de Austerliz, sempre, com desassombro o dizemos, em peitos portuguezes se vinculou estreitamente o amor da patria e o da religião; por isso nós lhe recordamos os nomes com saudosa veneração e profundo respeito.

Conta-se que Affonso Henriques, quando viu na tomada de Santarem, seus homens de armas, despedaçados os ferrolhos, e dentro do castello, ajoelhara no liminar d'aquellas portas, n'um movimento de enthusiasmo religioso, agradecendo a Deus o abri-lh'as. D'aqui surgiu o mosteiro de Alcobaça. Por motivos identicos se ergueram Sancta Cruz de Coimbra, S. Vicente de Fóra, Nossa Senhora dos Martyres, S. Jorge e S. Martinho em Lisboa, e tantos outros templos!

A viva fé n'estes e n'outros milagres, diz o vernaculo cantor da Primavera, renovava e accendia a devoção, que n'aquelles peitos vestidos de ferro se transformava em valor bastante a romper por tudo: nem de menos se carecia que de maravilhas para abonar a presença do Deus das victorias em arraiaes já quebrantados da fortuna (73).

E não é só a bravura e denodo militar que em o nosso paiz tem crescido á sombra da fé, tambem a dedicação civica sob todos os aspectos d'ella tem recebido as mais salutares inspirações em serviço da grande imagem da patria.

Bem conheceis, Senhores, os innumeros factos que esmaltam e sobredoiram a memoria de tantos benemeritos, que sem vaidade nacional podemos comparar aos que mais se distinguiram entre os outros povos.

«Portentosas foram antigamente aquellas façanhas, ó Portuguezes, com que descobristes novos mares e novas terras e déste a conhecer ao mundo o mesmo mundo.»

Ocioso será lembrar os nomes de Egas Moniz, de Fuas Roupinho, Nuno fero, o illustre Gama, os Affonsos, Pacheco fortissimo, os

temidos Almeidas, Albuquerque terrivel, Castro forte, e outros em quem poder não tem a morte.

Chamarei agora e mui rapidamente a vossa attenção para dois nomes, dois astros rutilantes da fulgentissima constellação, que scintilla no céo purissimo de Portugal n'uma das epochas mais brilhantes da sua historia, n'esse tempo da grande epopea, «que por mar e por terra foi escripta pela ponta da espada e pelos arrojos nauticos d'essa pleiade,» que tanto illustrou o reinado de D. João I «que com Deus e o proprio montante tinha em nada Castella» e o seguinte.

Fallo de D. Nuno Alvares Pereira e do infante D. Fernando.

Do primeiro podemos afoitamente affirmar que foi um sublimado heroe e um verdadeiro christão. Nenhum guerreiro encarou jámais a morte com maior intrepidez. No mais recrescido ardor do combate, o condestavel corria perante o Deus das victorias, e lhe implorava seu efficaz soccorro por meio dos rogos mais fervidos e vehementes.

Depois de lidar como alentado campeador, como guerreiro denodado, e como conselheiro experimentado, resolveu encerrar-se no convento dos carmelitas de Lisboa sob o nome de Nuno de Sancta Maria.

D. Fernando, havendo ficado em refens para garantia da promessa da entrega de Ceuta depois do desastre de Tanger, foi elle o primeiro a aconselhar *que se não entregasse aos moiros nem um palmo de terra portugueza;* e com uma constancia heroica sacrificou a sua existencia em flor, sepultando-se nas trevas de um carcere, onde emfim morreu martyrisado, sem que dos labios se lhe exhalasse um queixume, sem que nunca perdesse a doce serenidade. Os poetas que tomaram para assumpto de suas composições o martyrio do infante D. Fernando disseram-n'o—*principe constante;* a historia com razão melhor o designou com o epitheto de—*Infante sancto,* porque essa resignação do que soffria pela patria lhe vinha das convicções religiosas.

Religião e patria: tal tem sido a divisa dos «homericos vultos da nossa terra, que Deus peleja por quem extende a fé da Madre Egreja, e não ha muro tão gastado da antiguidade, e tão fraco em Portugal, em cujas pedras não esteja escripto com lettras de bronze: *Verbum Domini manet in aeternum* (74).»

Que se não percam essas boas tradições; lidemos por conserval-as fielmente como herança preciosa, restaurem-se com sollicitude para que nos dias de lucto, nas horas de perigo, o sacerdocio e o exercito, o professorado e a magistratura, a industria, a agricultura,

o commercio, todas as classes emfim mostrem dedicação sem limites; esta é e tem sido a superioridade do patriotismo portuguez influenciado pelas crenças christãs.

Sejam as classes illustradas que para edificação publica dêem o exemplo, a que as outras se componham.

Não é com as agitações que podem produzir a anarchia, nem com as irreflectidas preoccupações dos interesses materiaes, nem com a immoderada effervescencia das luctas partidarias, que podemos preparar um futuro prospero á nossa patria.

Non tali auxilio nec defensoribus istis
Tempus eget.

Recordo com desafogo e convicção estas palavras do Mantuano.

«Não nos desviemos do lustre e do valor dos passados em gostos e vaidades atolados. Seja o amor da patria não movido de premio vil; mas alto, e quasi eterno (75),» pois que pertencemos á gente portugueza, tão amante da gloria da patria, «palavras formosissimas, palavras de anjos—patria e gloria!»

Mas, ah Senhores! a patria é em lucto, o brilho de sua gloria empanou-se!

Atravessamos um d'esses transes que deixam fundo e doloroso vestigio na historia dos infortunios dos povos.

Força é reconhecel-o, em que a todos nos punja e torture atrocissimamente, este outr'ora rutilantissimo astro, que refulgia no céo purissimo das nações nobremente engrandecidas, agora está obumbrado; d'ahi esta anciedade, esse mal-estar que á hora que agora é possue e domina todo o portuguez.

Uma nação poderosa, esquecida de que «a amizade não deve ser entre os estados menos sagrada, nem menos fundada na estima que entre particulares (76);» deslembrada dos mais rudimentares principios de direito internacional e contradictoria comsigo mesmo na tradição historica, esquecida da gloria que nos cabe «de lhe havermos ensinado, a ella e ás outras grandes nações, o caminho das conquistas e do poderio (77);» tracta-nos como se fossemos o opprobrio das nações! (78)

Perdoae, Senhores, esta ingrata referencia, que vem de molde a vibrar as fibras mais intimas de um coração portuguez, a estremecer o mais exquisito e sensivel patriotismo.

Se extrangeiros esquecem os titulos que baseiam os nossos mais incontestaveis direitos, e por sobre o nome portuguez «escripto com a espada na face das cinco partes do mundo» pretendem passar a esponja do desdem; se obliteram os tantissimos titulos

que nos devem impôr ao respeito do mundo; não os esqueçamos nós, recordemol-os sensatamente, varonilmente.

Não esqueçamos que «quem se faz respeitar pela fidelidade, pela justiça, pela prudencia e pela coragem, nunca terá necessidade de comprar amigos (79).»

Recordemos que «a defensão da patria está em saberem seus filhos pelejar por ella, quando o soldado extrangeiro ousar accommetter a terra que nos herdaram nossos paes, e onde elles morreram livres, como nós havemos de morrer.»

Não esqueçamos que já «démos ao mundo os mais subidos exemplos de quanto é forte uma nação pouquissimo numerosa, quando crê na propria virtude e confia na protecção de Deus.» Sim, na protecção de Deus! Ah! como aqui me sinto irresistivelmente necessitado a citar-vos as palavras de um nosso grande mystico e notavel classico, o carmelita Fr. Thomé de Jesus.

Era depois d'aquella fatal jornada d'Africa!...

Captivo em Berberia, o digno irmão de Diogo de Paiva de Andrada, contemplando a sua situação e a da patria querida, embebendo-se nos arroubamentos da contemplação ineffavel dos *trabalhos* de Jesus, procurava ministrar em um livro admiravel (80) balsamo e conforto a seus compatriotas.

Na carta em que faz a dedicatoria da sua obra á nação portugueza, referindo-se á protecção de Deus a Portugal assim se exprime.

«Christianissimos portuguezes, não façaes conta da ignorancia dos que vos têm por nação já desamparada de Deus, e desfavorecida d'elle pelos muitos trabalhos que nos tempos presentes vos deu... Lembrai-vos das grandes mercês que vossa nação tem de Deus recebido, e a muita honra que por ellas entre todas as nações quiz esse Senhor que tivesseis. E confiai que nenhumas mudanças são poderosas para escurecer vosso nome: se de vossa parte não faltar firme fé, e segura confiança na bondade, e poder d'aquelle Senhor que sempre até agora vos alentou e favoreceu! (81)»

Que uncção e que suavidade n'estas palavras! como soam bem aos nossos ouvidos, como fallam amoravelmente aos nossos corações de crentes e de portuguezes! São uma affirmação, devem ser para nós um incitamento!

Sopeio a custo o desejo, e refreio a tentação de mais largas e numerosas citações, que ao nosso proposito se nos deparam no vastissimo campo da nossa opulenta litteratura, «nos aureos volumes dos fastos portuguezes que terão o mesmo apreço, e a mesma estima, e talvez ainda maior respeito, e acatamento, que nós hoje consagramos aos Livios, e aos Tacitos, porque n'estes só se guarda o deposito das superstições, e dos vicios, e se lêm os crimes dos tyrannos entre os prestigios polidos de um estylo elegante, e

n'aquelles só descobrirão os milagres do amor da patria sanctificados pela religião (82).»

«Ainda mal que memorias, e só memorias, são tudo o que d'essa gloria nos resta!»

Representam o brado ingente de patriotismo e crença christã, que reboa sob as magnificentissimas abobadas do grandioso templo da litteratura nacional.

Não acabo, porém, commigo que não cite alguns trechos do monumental Sermão que o principe dos oradores portuguezes prégou pelo bom successo das armas de Portugal contra as de Hollanda, pois que em muitos pontos parece composto para a situação actual.

«... as obras maravilhosas, as proezas, as victorias, as conquistas, que por meio dos Portuguezes obrou em tempos passados vossa omnipotencia, Senhor, vossa mão foi a que venceu, e sujeitou tantas nações barbaras, bellicosas e indomitas, e as despojou do dominio de suas proprias terras, para n'ellas os plantar, como plantou com tão bem fundadas raizes; e para n'ellas os dilatar, como dilatou e extendeu em todas as partes do mundo: na Africa, na Asia, na America. Porque não foi a força do seu braço, nem a da sua espada a que lhes sujeitou as terras que possuiram, e as gentes e leis que avassallaram; senão a virtude de vossa dextra omnipotente, e a luz, e o premio supremo do vosso beneplacito, com que n'elles vos agradastes e d'elles vos servistes. Porém agora, Senhor, vemos tudo isto tão trocado, que já parece que nos deixastes de todo, e nos lançastes de vós, porque já não ides diante das nossas bandeiras, nem capitaneais como d'antes os nossos exercitos. Os que tão costumados eramos a vencer e triumphar, não por fracos, mas por castigados fazeis que voltemos as costas aos nossos inimigos, e perdidos, os que antigamente foram despojos do nosso valor, são agora roubo de sua cobiça.

Não fôra tanto para sentir, se, perdidas fazendas e vidas, se salvara ao menos a honra; mas tambem esta a passos contados se vai perdendo: e aquelle nome portuguez, tão celebrado nos annaes da fama, já o hereje insolente com as victorias o affronta, e o gentio, de que estamos cercados, e que tanto o venerava e temia, já o despreza.

.....

Os Portuguezes, que assim estas terras vastissimas, como as remotissimas do Oriente, as conquistaram á custa de tantas vidas, e tanto sangue, mais por dilatar vosso nome, e vossa fé (que esse era o zelo d'aquelles christianissimos reis) que por ampliar e extender seu imperio.

.....

Se esta havia de ser a paga e o fructo de nossos trabalhos, porque foi o trabalhar, porque foi o derramar tanto e tão illustre sangue n'estas conquistas? Para que abrimos os mares nunca d'antes navegados? Para que descobrimos as regiões e os climas não conhecidos? Para que contrastámos os ventos, e as tempestades com tanto arrojo, que apenas ha baixío no Oceano, que não esteja infamado com miserabilissimos naufragios de Portuguezes? E depois de tantos perigos, depois de tantas desgraças, depois de tantas e tão lastimosas mortes, ou nas praias sem sepultura, ou sepultados nas entranhas das feras e dos peixes, que as terras que assim ganhámos, as hajamos de perder assim? (83)»

VI

Chegados a este ponto, e sendo certo que o amor da patria e o da religião se vinculam estreitamente, e não menos que o nobilissimo sentimento de patriotismo carece de ser fecundado pelo rocio da crença christã; e pois que assim orvalhado floresceu elle e se agigantou entre nós em os tempos da nossa pristina grandeza, que nos resta senão volver um olhar retrospectivo e verificar que temos um *deficit* consideravel?

As boas crenças antigas têm-se entibiado, força é reconhecel-o; e com ellas têm esmorecido os outros sentimentos que n'ellas tinham seu mais seguro esteio.

Para que occultar ou dissimular? O momento não é para menos do que a lealdade a mais lidimamente portugueza (84), e não sei nem quero faltar ao que devo ao meu ministerio e a vós, Senhores, á vossa obrigante e benevolentissima expectativa.

Precisamos de uma renovação, de um rejuvenescimento: assim o está clamando a consciencia publica por meio dos seus variadissimos orgãos.

Pois bem, mettamos hombros a tão impreterivel como esperançosa e sorridente empreza, cada um na medida de sua esphera.

Soffreemos as inglorias dissenções domesticas, em que tantas energias se gastam improficuamente, nocivamente.

Procuremos adquirir pela reflexão essa paciencia prudente que domina os acontecimentos, essa magnanimidade que triumpha de todos os obstaculos.

Deve merecer especial cuidado a educação da juventude: é

d'ella, da sua boa direcção, que em grande parte depende a realisação do nosso ideal de grandeza e prosperidade da pátria.

O grande philosopho e mathematico, Leibniz, assim disse: «sempre julguei que se reformaria o genero humano reformando-se a educação da juventude. A boa educação da mocidade é o primeiro fundamento da felicidade humana.»

O notavel bispo de Orleans, ha pouco fallecido, em um livro sobre educação assim escreveu: «Se perguntamos a Hespanha e a Portugal e a outras nações celebres a historia de suas desgraças, responderão talvez: decahimos desde que, faltando-nos a educação, nos faltaram os homens (85).»

Pois se os espiritos eminentes dos paizes mais avantajados assim nos apontam com philosophica reflexão, por que não teremos nós a prudencia, a sabedoria de ouvir-lhes as advertencias?

Tenhamos fé, Senhores, que Deus fez salvaveis as nações: *Sanabiles fecit (Deus) nationes orbis terrarum* (86). Tenhamos presente que o fasto e todas as forças de Xerxes vieram quebrar-se contra a coragem, a disciplina e a liberdade dos Espartanos e dos Athenienses.

Revigorisemos a vida nacional, retemperando-a no banho salutar de uma seria educação, solidamente firmada no indestructivel pedestal das crenças religiosas.

Cortemos cerce por quaesquer prejuizos, e vamos serenamente e com passo firme e resoluto até onde nos estão apontando as nossas gloriosas tradições.

Isto reclama o bem da nossa patria; e em conjuncturas taes o amor da patria é a lei suprema.

Sabios professores, a vós cabe n'esta obra uma parte considerabilissima. Timbre é vosso, e mui honroso, o cumprimento fiel e exemplar dos deveres profissionaes; assim bemmereceis dirigindo a mocidade que aqui vem instruir-se; e este bom exemplo no cumprimento do dever não é, sob o aspecto moral, nem a menos delicada, nem a menos proficua parte da vossa ardua e gratissima tarefa.

É muito, na verdade, mas não é tudo. Bem sei que me fallece auctoridade para assim vos fallar; mas, se me fallece auctoridade, sobejam-me provas de deferencia para crer que m'o relevareis.

O juramento que ides prestar, respeitaveis collegas, traduz e é prova das vossas crenças religiosas, sem as quaes não ha em qualquer empreza penhor seguro de bom exito.

Este acto, celebrado em luzida solemnidade, não póde deixar de influir beneficamente no animo dos nossos estudantes, que assim estão presenceando a alliança, tão natural e tão suave, do amor e

do culto mais entranhado e inquebrantavel da sciencia com estas boas e salutares crenças de seus dignos mestres.

Este procedimento lhes serve de edificação, e contribue efficazmente para roborar-lhes a moralidade; e assim é completada a missão do magisterio.

Não repellem elles estes bons exemplos; ao contrario acatam-n'os, respeitam-n'os e seguem-n'os. Despertam-lhes e avivam-lhes as impressões gratissimas da primeira edade, em que no lar paterno beberam a educação religiosa.

Se no ardimento proprio dos verdes annos alguns sentem amortecidas tão doces impressões, agradecerão tudo o que contribua a despertar-lh'as. Pois quem ha ahi que não sinta suavissima consolação, prazer indizivel e intimo em acordar os echos da voz materna, que com amor estremecido, por entre aquelles afagos e inolvidaveis caricias, que só o coração de mãe sabe liberalisar, lhe ministrou os primeiros elementos da educação religiosa, lançando assim os mais solidos alicerces da vida moral?

É provado, pois as excepções por diminutas devem esquecer-se, é provado que a juventude estudiosa é sempre reconhecida, e compensa largamente estes bons serviços.

Se n'uma allucinação momentanea parecer olvidal-os, sobrepujemos nós com desculpas generosas as irreflexões e as verduras da mocidade, mostrando ainda sob este respeito amor ao magisterio e bem servindo assim a patria.

O paiz, grato a tantos e tão valiosos serviços, continuará a bemdizer e a venerar a nossa Universidade.

A vós, estudiosos moços, a vós, florentissima juventude, corresponder com reconhecimento e docilidade. Não faltareis, que é brio de almas nobres reconhecer e acceitar tudo quanto é bom e justo; e não sei que haja coração nem mais generoso nem mais bello do que o da mocidade estudiosa.

Não se deixa dominar por interesses grosseiros, nem obcecar por ambições rasteiras; ao envez, aspira elle a peito cheio as fragrancias e olores purissimos dos vicejantes e perfumados campos das grandiosidades heroicas.

Coração pulcherrimo, palpitando sempre e alando-se com vôo rasgado aos mais puros, aos mais elevados ideiaes.

Este o tradicional conceito dos estudantes da Universidade de Coimbra; não o desmentireis, não renegareis os titulos nobiliarios que por seis seculos vos herdaram as gerações idas.

Bem certo que a geração presente saberá, atravez de todas as vicissitudes, honrar e accrescentar herança tão valiosa, acceitando com toda a hombridade e cumprindo religiosamente os encargos

d'ella, que n'esta propria hora são grandes e onerosos. Hora é de responsabilidades e de sacrificio; impreterivel é pois immolar nas aras do amor patrio tudo o que possa annuveal-o.

O futuro é vosso, mancebos estudiosos; pertence-vos o porvir.

A patria vos considera complacente; de vós, de vossos talentos e discreta actividade espera relevantes serviços; a cada um corre o dever de prestar-lh'os, qual a qual mais desinteressada e dedicadamente.

N'outra solemnidade, vozes mais auctorisadas que não é a minha, quando os mais distinctos d'entre vós subirem ao capitolio a receber as recompensas merecidas, eloquentemente vos incitarão ao estudo, que é preparação para o digno desempenho d'aquelle indeclinavel dever. Eu, considerando a natureza d'esta e a do logar em que me cabe a consolação intima de fallar-vos; seguindo a ordem de ideias que tenho vindo expondo, a outro ponto bem que harmonico com aquelle chamo a vossa attenção.

Quero, ao concluir, com voz amiga, n'este desafogo d'alma com que uso communicar com as intelligencias e os corações juvenis, em nome dos vossos mais caros interesses e dos da patria, admoestar-vos a que pondereis, com a energica reflexão de que sois capazes, o que levo expendido:

o amor da religião e o da patria germanam-se, derivam da propria natureza, vinculam-se por laços indestructiveis;

as crenças religiosas têm sido, atravez de todos os tempos, o mais efficaz inspirador das dedicações patrioticas;

o christianismo enalteceu essas dedicações;

a Egreja por seus mais conspicuos e auctorisados orgãos as tem illustrado;

em o nosso paiz floresceram admiravelmente por estas beneficas influencias.

Cumpre-vos, pois, cultivar com esmero estas crenças, aferval-as com entranhado affecto, que n'isso vai o vosso mais vital interesse, que prende com o viver do tempo e com os destinos da eternidade.

Passou o tempo da irreligião e do indifferentismo; essas vozes subversivas e demolidoras devem emmudecer por completo.

Nas sociedades solidamente cultas as crenças religiosas ganham cada vez mais terreno, e são tidas como o esteio mais seguro da vida moral dos povos.

Assim o comprehendereis vós, gentilissima juventude, e assim diligenciareis preparar um futuro prospero para a nossa querida patria; pois bem deveis saber quão certa é a affirmação dos livros sanctos: *beata gens cujus est Dominus Deus eorum, populus quem elegit Dominus.*

NOTAS

(1) Plutharc., *Cont. Colat. Epic.;* M. T. Cic., *Tuscul. Disputat.;* Luc. Ann. Senec., *Epist. 11.*ª

(2) L. Caec. Firm. Lactanc., *Divin. Inst. adv. gent.,* lib. II, cap. I.

(3) Joan. I, 9.

(4) Ibid. IV, 24.

(5) Liv. I, tit. XIII.

(6) Sess. XXV, *De Reformatione,* cap. II.

(7) Decret. de 2 de maio de 1568; 1 de março de 1569; 8 de abril de 1569; Bulla de 5 de janeiro de 1570.

(8) Sed cum omnia ratione animoque lustraris, omnium societatum nulla est gravior, nulla carior, quam ea quae cum Republica est unicuique nostrum. Cari sunt parentes, cari liberi, propinqui, familiares: sed omnes omnium caritates patria complexa est: pro qua quis bonus dubitet mortem oppetere, si ei sit profuturus? Cic., *De officiis*, lib. I, cap. XVII, n.º 57, edic. conimbr.

(9) Et quia naturale est, ut unusquisque genitale diligat solum, et nihil dulcius habeat patria. Hieronym., *Comm. in Jerem.,* lib. II, cap. VII.

(10) Quis porro, praeter periculum horridi et ignoti maris, Asia aut Africa aut Italia relicta, Germaniam peteret informem terris, asperam coelo, tristem cultu aspectuque, nisi si patria sit? Corn. Tacit., *De Moribus Germanorum,* c. 2.

(11) August., *De civitate Dei,* I, 19, 24; V, 18.

(12) August., *Ad Marcell,* Epist. CXXXIX; *De civitate Dei,* cap. XVIII; Juvenal., *Satyr.*, 6.

(13) Vict. Duruy, *Hist. sainte,* 7.ª édition. Pref.

(14) Prov. XIV, 34.

(15) Juizes, VII, 24; I Reis, XI, 8 e 9.

(16) Ibid., VIII, 1 e 2; Juizes, XII, 1.

(17) Ibid., III, 1–11.

(18) I Reg., cap. IV. Conf. Ernest Babelon, contin. de l'*Histoire ancienne de l'Orient,* par François Lenormant, tom. VI, chap. V e VI.

(19) II Reg., VI.

(20) Ibid., VII.

(21) III Reg., V-VIII.

(22) Ibid., X, 27.

(23) Ibid., XV; II Paralip., XV e XVI.

(24) III Reg., III, XV e XXII; II Paralip., XVII-XX.

(25) Ibid., XXVI.

(26) IV Reg., XVIII-XX; II Paralip., XXIX-XXXII; Isai., XXXVII-XXXIX.

(27) Ibid., XII, XXIII; II Paralip., XXXIV-XXXV.

(28) Jerem., I, 18; II Paralip., XXXVI.

(29) Id., Thren. I, 1-5.

(30) Id., XLII-XLVI.

(31) II Esd. II.

(32) Ps. CXXXVI.

(33) Ps. CI.

(34) II Mach., VI, 31.

(35) Ibidem, VII. Quid de matre loquar, quae spectabat laeta filiorum quot funera tot trophaea, et morientium vocibus tanquam psallentium cantibus delectabatur, pulcherrimam ventris sui citharam in filiis cernens, et pietatis harmoniam omni lyrae numero dulciorem?

Ambros., *De officiis Ministrorum*, lib. I, cap. XLI, n.º 212, tom. 2.º, pag. 54, edic. benedict.

(36) I Mach., II.

(37) I Mach., II, IX, XII, XVI.

(38) Gregor. Nazianz., Orat., XXII, *in Maccab. laud.*

(39) I Cor., X, 11.

(40) Matth., XVII, 28, XXIII, 37 e 38; Luc., VII, 3, 4 e 41, XII, 13 e 14, XIV, 41, XVIII, 28.

(41) Matth., XXII, 21.

(42) Renan, *Marc-Aurèle*, pag. 285; Duruy, *Histoire des Romains*, tom. V, pag. 127, citados por Paul Allard, *Histoire des persécutions pendant les deux premières siècles d'après les documents archéologiques.*

(43) Tributa vero et census iis qui a vobis constituti sunt, ubique in primis conamur pendere, quemadmodum ab eo instituti sumus. S. Just., *Apolog.* I.

(44) Hinc Deum solum adoramus: vobis autem in aliis rebus laeti servimus, regesque vos et principes hominum esse profitemur, rogamusque ut vos cum regali potestate sanam bonamque mentem habere inveniamini. Ibid.

(45) Patroni porro et socii vestri sumus ad pacem soli ex omnibus hominibus maxime, qui hoc censemus, latere Deum eum qui improbe faciat, aut avarum, aut insidiatorem, aut eum qui virtutibus sit praeditus, non posse: et in aeternum supplicium raptum iri, vel salutem consecuturum unumquemque pro eorum quo gesserit dignitate. S. Just., *Apolog.* I, 12.

(46) Si enim haec omnes homines cognita haberent, nemo ad breve tempus vitium sequeretur, quod se ad aeternum ignis supplicium raptum iri intelligeret, sed omni ratione se in officio contineret, virtuteque ornaret, ut a Deo bona consequerentur, et a suppliciis liberaretur. Neque enim legum quae a vobis feruntur, vel suppliciorum metum, dum injuste vivunt, latere conantur: sed quia fieri posse intelligunt. Ut vos qui homines estis lateant, injuste vivunt, si intelligant exploratumque habeant, fieri non posse ut Deum aliquod lateat non solum factum, sed etiam consilium. Ibid.

(47) Les principes du Christianisme, bien gravés dans le coeur, seraient infiniment plus forts que ce faux honneur des monarchies, ces vertus humaines des republiques, et cette crainte servile des Etats despotiques. Montesquieu, *De l'Esprit des lois*, liv. XXIV, chap. VI.

(48) Conf. Paul Allard, log. cit.

(49) Vincent de Lerins, *Communitorium*, c. XXIV.

(50) Admiramur ingenium, damnamus haeresim.

(51) Q. Sept. Flor. Tertull., *Ad Scapulam*, 5 capita.

(52) Non te terremus, qui nec timemus, sed velim ut omnes salvos facere possimus, monendo μὴ θεομαχεῖν. Ibid., cap. IV. Christianus nullius est hostis, nedum imperatoris, quem sciens a Deo suo constitui, necesse est ut et revereatur, et honoret, et salvum velit cum toto romano imperio, quousque saeculum stabit. Ibid., c. II.

(53) Quid Tertulliano eruditius, quid acutius? Apologeticus ejus, et contra Gentes libri cunctam saeculi obtinent disciplinam. Hieron., Epist. LXX, *Ad Magnum Oratorem urbis Romae*, n.º 5; Bossuet, 5.º *avertissement.*

(54) *Legatio pro Christianis*, c. L e XXXVII.

(55) *Ad Autolycum*, I, 12.

(56) Justitiae autem pietas est prima in Deum, secunda in patriam, tertia

in parentes, item in omnes: quae et ipsa secundum naturae est magisterium. Siquidem ab ineunte aetate ubi primum sensus infundi coeperit, vitam amamus tanquam Dei munus, patriam, parentesque diligimus...

Ambros., *De officiis Ministrorum,* lib. I, cap. XXVII, n.º 127, pag. 34.

(57) Adversus arma, milites, Gothos quoque lacrymae meae arma sunt; talia enim monimenta sunt sacerdotis.

Ambros., *Sermo contra Auxentium de Basilicis tradendis,* n.º 2, pag. 864.

(58) Paulin, *De Vita Ambrosii,* 50.

(59) Conf. M. Capefigue, *Les Quatre premières siècles de l'Église Chrétienne,* tom. IV; H. Taine, *Voyage en Italie,* tom. II.

(60) Extemplo moriar, ubi primum pristinam formam patria recuperarit. Synes. Cyrenn., *Epist. 107.ª* Maxim. Biblioth. Veter. Patr.

(61) Neque mihi patria superest, quam deseram:... In nisulis itaque degam; inops ex divite, inquilinus, Cythereo cive ignobilior... Phroh sepulchra illa Dorica, quorum particeps non ero! heu infelicem Ptolemaidem, cujus ego postremus omnium sacerdos fui! Verum ea calamitas animo meo adhaerescit. Nihil dicere amplius possum: lacrymae linguam meam impediunt... Quid tempus terimus? quid moramur?... Nam impressioni et incursioni constituta dies appropinquat... is qui hostilem exercitum ducit. Sane illud prae ceteris tempus sacerdotibus necessarium ad atria Dei cursum efficiet, cum ad ipsam urbem praesens periculum accesserit. Ego in loco meo in Ecclesia permanebo... Dei minister ego sum, ac sacrificus, ac fortas, se animam ipsam sacrificare illi me convenit.

Ibid., *Catastasis dicta in maximam Barbarorum excursionem praefecto Gennadio, ac duce Innocentio.*

(62) Maxim. Biblioth. Veter. Patr. et Antiq. Script. Eccl.

(63) Villemain, *Tableau de l'éloquence chrétienne au IV.º siècle.*

(64) August., *Honorato,* Epist. 228, XXVIII.

(65) Ezechielis volumen olim aggredi volui, et sponsionem creberrimam studiosis lectoribus reddere; sed in ipso dictandi exordio ita animus meus occidentalium provinciarum, et maxime urbis Romae vastatione confusus est, ut juxta vulgare proverbium, proprium quoque ignorarem vocabulum: diuque tacui, sciens tempus esse lacrymarum... Quod si juxta inclytum oratorem, *silent inter arma leges* quanto magis studia Scripturarum?

Hieronym., *Ad Marcellin. et Anapsych.,* Epist. CXXVI.

Vide: *Ad Heliod.,* Epist. LX, n.ºs 17 e 18; *Ad Ageruch.,* Epist. CXXIII, n.ºs 16 e 17; *Ad Princip.,* Epist. CXXVII, n.º 12; *Ad Gandent.,* Epist. CXXVIII, n.º 4; *Ad Sabinian.,* Epist. CXLVII, n.º 5.

(66) *Quis cladem illius noctis, quis funera fando*
Explicet, aut possit lacrymis aequare dolorem?
Urbs antiqua ruit, multos dominata per annos.
Virgil., *Aeneid.,* lib. II, vv. 361–363.

Vid. Amédée Thierry, *Récits de l'Histoire Romaine au V.e siècle—Saint Jérome, la société chrétienne en occident.*

(67) S. Aug.

(68) Concilio, Arrl., I, n.º 314. Vid. Mausi, tom. 2.º; Tillemont, tom. 3.º; Munchen, *Dissert.,* S. 74.

(69) Conf. Paul Allard, *Le martyre de la légion thébéenne, memoire lu au congr. scientif. des cathol.,* 1888, citado por Fran Xav. Kraus, *Histoire de l'Église,* traduite par le P. Godet et C. Verschaffel.

(70) Lacordaire, *Lettres à un jeune homme sur la vie chrétienne; 3.e lettre—Du culte de Jesus Christ dans l'E'glise.*

(71) *Lus.,* c. I, est. 6.

(72) Ibid., c. I, est. 65 e 66.

(73) A. F. de Castilho, *Q. Hist.*
(74) Padre Antonio Vieira, *Hist. do Fut.*, cap. VIII, n.º 141.
(75) *Lus.*, c. VIII, est. 39.
(76) Condillac, *De l'étude de l'histoire*, chap. I.
(77) A. Herculano, *Cartas sobre a Hist. de Portugal*, carta V.
(78) Ezechiel. Prophet., V, 14.
(79) Condillac., loc. cit.
(80) *Trabalhos de Jesus*, compostos pelo veneravel padre Fr. Thomé de Jesus, da ordem dos eremitas de Sancto Agostinho, da provincia de Portugal, estando captivo em Berberia.
(81) Fr. Thomé de Jesus, *Carta dirigida em 8 de novembro de 1581 á nação portugueza no tempo d'aquellas grandes tribulações da jornada de Africa.*
(82) Padre J. A. de Macedo, *Á nação portugueza*, dedicatoria do poema *O Oriente.*
(83) *Sermão que no anno de 1640 prégou o veneravel padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, na egreja de Nossa Senhora da Ajuda da cidade da Bahia, exposto no ultimo dos quinze dias, em que todas as egrejas da mesma cidade tinham feito deprecações a Deus pelo bom successo das Armas de Portugal contra as de Hollanda.*
(84) ... por esta ser a natureza do *leal* e verdadeiro portugues.
J. de Barros, *Decada 2.ª*, liv. 5.º, cap. 8.º

Da gente louva a antiga fortaleza,
A lealdade d'animo e nobreza.
L. de Camões, *Lus.*, cant. V, est. 90.

(85) F. Dupanloup, *De l'éducation*, tom. I, Introduction, pag. VI.
(86) Sapient., cap. I, v. 14.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Premios e informações boas e distinctas

(Anno lectivo de 1890-1891)

Faculdade de Theologia

(Em Congregação de 13 de julho de 1891)

PRIMEIRO ANNO

Distincção—3 Manuel Isaias Abundio da Silva, filho de Luiz José da Silva, natural de Vianna do Castello, freguezia de Sancta Maria Maior.

—4 Manuel José dos Sanctos Farinha, filho de José dos Sanctos Farinha, natural de Lisboa, freguezia de Sanctos-o-Velho.

—13 José Jorge Domingues Mariz, filho de Manuel Domingues Mariz, natural da freguezia do Salvador de Christello, concelho de Barcellos, districto de Braga.

TERCEIRO ANNO

Premio — 10 Joaquim Mendes dos Remedios, filho de Albino Mendes, natural de Niza, freguezia do Espirito Sancto, concelho de Niza, districto de Portalegre.

1.ª distincção—9 Manuel Anaquim, filho de Antonio Anaquim, natural da Covilhã, freguezia de S. Pedro, districto de Castello Branco.

2.ª *distincção*—7 Manuel Pedrò Ruella Tavares, filho de José Maria de Oliveira e Silva, natural do Bunheiro, concelho de Estarreja, districto de Aveiro.

QUARTO ANNO

Accessit — 3 Joaquim Alves Torres, filho de Antonio Alves Torres, natural de S. Miguel de Arcos, freguezia de S. Miguel de Arcos, concelho de Villa do Conde, districto do Porto.

QUINTO ANNO

Premio — 1 Abel Pereira de Andrade, filho de José Maria Pereira de Andrade, natural de Villa do Conde, freguezia de S. João Baptista, districto do Porto.

— 3 Antonio Correia de Menezes, filho de Manuel da Silva Cardoso, natural de Sacorelhe, freguezia de Ventosa, concelho de Vouzella, districto de Vizeu.

Accessit — 2 Antonio de Abranches Martins, filho de Antonio de Abranches Ferreira, natural de Paranhos, freguezia de S. Martinho, concelho de Ceia, districto da Guarda.

Distincção — 10 Luiz Gonzaga de Azevedo, filho de Thomaz de Azevedo Araujo Cardoso, natural dos Arcos de Val-de-Vez, freguezia de S. Paio, districto de Vianna do Castello.

Informações

BACHAREIS FORMADOS

Abel Pereira de Andrade — MB. 17.

Antonio Correia de Menezes — MB. 16.

Antonio de Abranches Martins — B. 15.

Antonio Moutinho, filho de Manuel Moutinho, natural de Aguas Sanctas, concelho da Maia, districto do Porto — B. 13.

Luiz Gonzaga de Azevedo — B. 13.

José Rodrigues Liberal Sampaio, filho de Antonio Rodrigues Sampaio, natural de Sarraquinhos, concelho de Monte-Alegre, districto de Villa Real — B. 12.

Antonio Marques de Figueiredo, filho de João Marques de Figueiredo, natural de Cimo de Villa, concelho de Oliveira de Frades, districto de Vizeu — B. 11.

Faculdade de Direito

(Em Congregação de 21 de julho de 1891)

PRIMEIRO ANNO

1.ª distincção — 8 Alvaro da Costa Machado Villela, filho de Manuel José Machado Villela, natural da freguezia de Parada e Barbude, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

2.ª distincção — 70 Eduardo Ernesto de Faria, filho de Francisco Ignacio Rebello de Faria, natural de Miranda do Douro, districto de Bragança.

3.ª distincção — 93 Antonio José da Silva Basto Junior, filho de Antonio José da Silva Basto, natural de Guimarães, freguezia de S. Paio, districto de Braga.

4.ª distincção — 101 Antonio Tavares Xavier, filho de José Tavares Xavier, natural da freguezia de Macinhata do Vouga, concelho de Agueda, districto de Aveiro.

SEGUNDO ANNO

Accessit — 66 Manuel Duarte, filho de João José Duarte, natural da Villa do Nordeste, freguezia de S. Jorge (Ilha de S. Miguel, districto oriental dos Açores).

1.ª distincção — 50 João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes, filho de José Teixeira de Queiroz de Moraes Sarmento, natural de Coimbra, freguezia da Sé.

2.ª distincção — 20 Antonio Thomé, filho de Manuel Thomé, natural de Carpinteiro, freguezia de Casal de Cinza, concelho e districto da Guarda.

3.ª distincção — 42 Francisco Henriques Goes, filho de José Henriques Goes, natural de Formozelha, freguezia de Sancto Varão, concelho de Montemór-o-Velho, districto de Coimbra.

TERCEIRO ANNO

1.º accessit — 86 Manuel Joaquim Fratel, filho de pae incognito, natural de Portalegre, freguezia da Sé.

2.º *accessit* — 17 Antonio José Teixeira de Abreu, filho de Francisco Gomes de Abreu, natural de Cabanas, concelho de Carregal do Sal, districto de Vizeu.

*

3.º accessit — 58 José Joaquim Mendes Leal, filho de João Mendes de Abreu e Costa, natural de Torrozello, concelho de Ceia, districto da Guarda.

1.ª distincção — 3 Affonso Augusto da Costa, filho de Sebastião Fernandes da Costa, natural de Ceia, freguezia de Nossa Senhora da Assumpção, districto da Guarda.

2.ª distincção — 64 Julio Augusto Forbes da Costa, filho de José Julio da Costa, natural do Porto, freguezia de Sancto Ildefonso.

3.ª distincção — 46 Horacio Affonso da Silva Poiares, filho de Antonio José da Silva Poiares, natural de Mira, districto de Coimbra.

QUARTO ANNO

Accessit — 19 Arthur Pinto de Miranda Montenegro, filho de Augusto Pinto de Miranda Montenegro, natural de Lisboa, freguezia de S. José.

1.ª distincção — 66 José Mendes Fernandes Martins, filho de Agostinho Mendes Martins, natural de Pinhanços, freguezia de Sancta Luzia, concelho de Ceia, districto da Guarda.

2.ª distincção — 42 Joaquim Nunes Mexia, filho de João Luiz, natural de Móra, freguezia de Nossa Senhora da Graça, districto de Evora.

Distincção — 14 Antonio Pereira Reis, filho de João Pereira, natural do Funchal (Ilha da Madeira), freguezia de Sancta Maria Maior.

— 35 João Lopes Carneiro de Moura, filho de Maria dos Prazeres Lopes Carneiro, natural de Monte-Alegre, freguezia de Sancta Maria, districto de Villa Real.

— 46 José Capello Franco Frazão, filho de João Antonio Franco Frazão, natural da Capinha, concelho do Fundão, districto de Castello Branco.

— 58 Paulo José Falcão, filho de José Joaquim Pereira Falcão, natural de Coimbra.

— 71 Quirino Avelino de Jesus, filho de Manuel de Jesus, natural do Funchal (Ilha da Madeira).

Informações

LICENCIADO

Antonio Luiz Gomes, filho de Antonio Gomes Luiz, natural da Gandara, concelho de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro — MB. 16.

BACHAREIS FORMADOS

Fernando Augusto de Miranda Martins de Carvalho, filho de Francisco Augusto Martins de Carvalho, natural de Lamego, districto de Vizeu — B. 14.

Francisco Botelho de Carvalho e Oliveira Leite, filho de Antonio Bernardo de Oliveira Leite, natural de Outeiro, concelho de Cabeceiras de Basto, districto de Braga — B. 14.

Virgilio Eneas Maldonado Horta e Valle, filho de Francisco José Horta do Valle, natural de Tondella, districto de Vizeu — B. 14.

Amadeu Augusto Pinto da Silva, filho de Manuel Francisco da Silva Sobrinho, natural de Sancta Cruz do Douro, concelho de Baião, districto do Porto — B. 13.

José Soares da Cunha e Costa, filho de Augusto Cesar Elmano da Cunha e Costa, natural de Lisboa — B. 13.

Alberto Osorio de Castro, filho de João Baptista de Castro, natural de Coimbra — B. 12.

Alfredo Antonio Teixeira Ribeiro, filho de João Alvares Ribeiro, natural do Mosteiro, concelho de Vieira, districto de Braga — B. 12.

Antão Fernandes de Carvalho, filho de Abel Antão da Silva Fernandes, natural de Villa-Secca, concelho do Peso da Regoa, districto de Villa Real — B. 12.

Antonio de Campos, filho de Antonio de Campos, natural de Trancoso, districto da Guarda — B. 12.

Antonio Duarte de Oliveira Soares, filho de Antonio Maria de Oliveira Soares, natural de Lisboa — B. 12.

Ernesto Carlos Botelho Moniz, filho de Joaquim Carlos Botelho Moniz, natural de Vidaes, concelho das Caldas da Rainha, districto de Leiria — B. 12.

José Maria Pinheiro da Silva Junior, filho de José Maria Pinheiro da Silva, natural da Carvoeira, concelho de Torres Vedras, districto de Lisboa — B. 12.

José Miranda, filho de Ignacio Miranda, natural de Coimbra — B. 12.

José Rodrigues Liberal Sampaio — B. 12.

Mario Augusto de Miranda Monteiro, filho de Jeronymo da Costa Monteiro, natural do Sobral, concelho do Carregal, districto de Vizeu — B. 12.

Mario da Silva Pinheiro Chagas, filho de Manuel Pinheiro Chagas, natural de Lisboa — B. 12.

Silvio Pellico Lopes Ferreira Netto, filho de Abilio Lopes Fer-

reira Netto, natural de Pereiro d'Alem, concelho de Poiares, districto de Coimbra — B. 12.

Alberto Felicio Paes do Amaral, filho de José Felicio da Costa Nunes de Figueiredo, natural de Cannas de Senhorim, concelho de Nellas, districto de Vizeu — B. 11.

Alfredo Ribeiro, filho de José Joaquim Ribeiro, natural de Villa Verde, districto de Braga — B. 11.

Annibal Martins Bessa, filho de Victorino Ferreira Bessa, natural de Amarante, districto do Porto — B. 11.

Antonio Candido Pires de Vasconcellos, filho de Joaquim Manuel Mendes de Vasconcellos, natural de Freixo de Numão, concelho de Villa Nova de Foscôa, districto da Guarda — B. 11.

Antonio de Freitas Ribeiro, filho de Antonio Francisco Ribeiro, natural de Guimarães, districto de Braga — B. 11.

Antonio Emygdio das Angustias e Sá, filho de Querobino Sanct'Anna de Sá, natural de Velção, comarca de Salsete, Gôa, Estados da India — B. 11.

Antonio José de Oliveira Mourão, filho de Antonio José de Oliveira Mourão, natural de Ilhavo, districto de Aveiro — B. 11.

Antonio Mendes de Castro e Vasconcellos, filho de Manuel Balthazar Leite de Vasconcellos, natural de Sendim, concelho de Felgueiras, districto do Porto — B. 11.

Celestino Henriques Correia Severino, filho de Manuel Henriques Correia Severino, natural de Alcofra, concelho de Oliveira de Frades, districto de Vizeu — B. 11.

Domingos de Sousa Junior, filho de Domingos José de Sousa Junior, natural de Guimarães, districto de Braga — B. 11.

Eduardo de Sousa Magalhães, filho de Antonio Ignacio de Sousa, natural de Villa do Conde, districto do Porto — B. 11.

Ernesto Tavares de Soveral Martins, filho de Luiz Tavares de Soveral Martins, natural de Oliveirinha, concelho do Carregal do Sal, districto de Vizeu — B. 11.

Francisco de Bastos Oliveira Mattos, filho de Francisco Garcia de Mattos, natural da cidade de Parahyba do Sul (Brazil) — B. 11.

Joaquim Antonio da Silva Tenreiro, filho de Joaquim Antonio da Silva Tenreiro, natural de Oliveira de Cunhedo, concelho de Penacova, districto de Coimbra — B. 11.

José Botelho de Mello, filho de Francisco Botelho de Mello, natural de Ponta Delgada — B. 11.

José Caetano de Mattos Sanches, filho de Manuel José de Mattos Sanches, natural de Faro — B. 11.

José Crespo Simões de Carvalho, filho de Manuel Gonçalves Crespo, natural de Villa Fernando, concelho e districto da Guarda — B. 11.

José Freire de Carvalho Falcão, filho de Joaquim Freire de Carvalho Falcão, natural de Castello Rodrigo, districto da Guarda — B. 11.

José Libertador Ferraz Azevedo, filho de Manuel Justino de Azevedo, natural de Cellas, concelho e districto de Coimbra — B. 11.

Julio da Costa Cabral, filho de Francisco Leopoldino da Costa Cabral, natural da cidade de Bagé, Rio Grande do Sul (Brazil) — B. 11.

Julio de Lemos Correia Leal, filho de João Correia Esteves Leal, natural de Cabanas, concelho do Carregal, districto de Vizeu — B. 11.

Luiz de Loureiro Mello Borges de Castro, filho de José de Mello Borges de Castro, natural de Vizeu — B. 11.

Manuel Nunes Garcia, filho de José Nunes de Gabriel, natural do Souto, concelho do Sabugal, districto da Guarda — B. 11.

Manuel Vicente Vallejo Themudo, filho de Manuel Freire Themudo de Oliveira, natural de Abrantes, districto de Santarem — B. 11.

Faculdade de Medicina

(Em Congregação de 30 de julho de 1891)

PRIMEIRO ANNO

1.º accessit — 19 José da Costa Gaitto, filho de Antonio da Costa Gaitto, natural de Valle de Mattoco, freguezia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, districto de Coimbra.

2.º accessit — 17 Antonio Baptista Leite de Faria, filho de João Baptista Leite de Faria, natural de Azurem, freguezia de S. Pedro, concelho de Guimarães, districto de Braga.

3.º accessit — 2 Antonio de Abreu Freire, filho de José Thomaz Martins, natural de Avanca, freguezia de Sancta Marinha, concelho de Estarreja, districto de Aveiro.

4.º accessit — 16 Carlos Leite Monteiro, filho de Antonio Leite Monteiro, natural do Funchal.

Distincção — 4 Antonio de Sousa Vadre, filho de Antonio de Sousa Gomes Castellino e Alvim, natural da freguezia de Ceiça, concelho de Villa Nova de Ourem, districto de Santarem.

— 12 Ayres Julio de Sousa Lobão de Macedo Chaves, filho de João Baptista de Sousa Macedo Chaves, natural de Refojos, freguezia de S. Miguel, concelho de Cabeceiras de Basto, districto de Braga.

— 21 Victo de Carvalho Baptista, filho de José Maria Lopes de Carvalho Baptista, natural de Celorico da Beira, districto da Guarda.

— 25 Alberto Deodato da Costa Rato, filho de Januario da Costa Rato, natural da Covilhã, districto de Castello Branco.

SEGUNDO ANNO

Distincção — 8 Antonio de Sousa Neves, filho de Francisco de Sousa Neves, natural de Alcobaça, districto de Leiria.

— 10 Domingos Pulido Garcia, filho de João Thomaz Garcia, natural da Vidigueira, freguezia de S. Pedro, districto de Beja.

— 11 Francisco Antonio da Cruz Amante, filho de Augusto Antonio da Cruz Amante, natural de Coimbra, freguezia de S. Christovão.

— 29 Julio Cesar Lucas, filho de José dos Sanctos Lucas, natural de Figueiró da Serra, freguezia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de Gouveia, districto da Guarda.

TERCEIRO ANNO

1.º accessit — 11 Francisco José da Silva Basto, filho de Antonio José da Silva Basto, natural de Guimarães, freguezia de S. Paio, districto de Braga.

2.º accessit — 1 Accacio Monteiro Leitão, filho de Antonio Ivo Leitão, natural de Pombal, districto de Leiria.

3.º accessit — 12 Francisco Martins Bello, filho de Antonio Martins Bello, natural de Reguengos de Monsaraz, districto de Evora.

4.º accessit — 19 Joaquim Tavares Festas, filho de Antonio Leão Festas, natural da Gandara, freguezia de Valle de Remigio, concelho de Mortagua, districto de Vizeu.

1.ª distincção — 25 Augusto de Almeida e Oliveira (1), filho de Justiniano da Cruz Almeida, natural de Carnicães, concelho de Trancoso, districto da Guarda.

---

(1) A este alumno seria dado *accessit* se podessem conceder-se mais de quatro.

2.ª *distincção* — 4 Antonio Jacintho Marcão, filho de Thomaz Lopes Marcão, natural de Reguengos de Monsaraz, districto de Evora.

3.ª *distincção* — 14 Henrique Maria de Aguiar, filho de José Maria de Aguiar, natural de Ponta Delgada, freguezia de S. Sebastião.

4.ª *distincção* — 30 Alfredo de Freitas, filho de Manuel de Freitas, natural do Funchal (Ilha da Madeira).

5.ª *distincção* — 18 Joaquim Julio Cutileiro, filho de Domingos Bernardino Cutileiro, natural de Evora, freguezia de Sancto Antão.

6.ª *distincção* — 9 Evaristo José Cutileiro, filho de José Joaquim Cutileiro, natural de Evora, freguezia de S. Mamede.

QUARTO ANNO

Accessit — 6 Aniceto de Oliveira Xavier, filho de Joaquim de Oliveira Braz, natural de Valle-da-Urra, concelho de Villa de Rei, districto de Castello Branco.

— 7 Antonino Vaz de Macedo, filho de João dos Sanctos Vaz Raposo, natural de S. Vicente da Beira, freguezia de Nossa Senhora da Assumpção, concelho de S. Vicente da Beira, districto de Castello Branco.

— 24 Lucio Martins da Rocha, filho de Luiz José Martins, natural de Famalicão, districto da Guarda.

— 25 Manuel Antonio Lino Junior, filho de Manuel Antonio Lino, natural de Angra do Heroismo, freguezia de Nossa Senhora da Conceição (Ilha Terceira, districto central dos Açores).

1.ª *distincção* — 23 Julio Paulo de Freitas (1), filho de Silvano José de Freitas, natural do Funchal, freguezia de S. Gonçalo (Ilha da Madeira).

Distincção — 5 Alipio Barbosa de Oliveira Coimbra, filho de Bernardo Alvares Barbosa, natural de Figueira de Lorvão, freguezia de S. Baptista, concelho de Penacova, districto de Coimbra.

— 9 Antonio da Silva Pontes, filho de Manuel Francisco Pontes, natural de Faro.

— 27 Julio Graça Craveiro, filho de Manuel de Freitas Craveiro, natural de Villa do Conde, districto do Porto.

---

(1) Este alumno teria *accessit* se podessem conceder-se mais de quatro.

QUINTO ANNO

Accessit — 8 João Carlos da Silva Senna, filho de João Vicente de Senna, natural de Elvas, freguezia de Sancta Maria de Alcaçova, districto de Portalegre.

Informações

LICENCIADO

Annibal Freire Salter de Mendonça Sousa Cid, filho de Francisco Freire Salter de Sousa Cid, natural da Chamusca, districto de Santarem — MB. 16.

BACHAREIS FORMADOS

Francisco Vieira, filho de Manuel Vieira de Barbara, natural dos Canhas, concelho da Ponta do Sol, districto do Funchal, Ilha da Madeira — B. 15.

João Carlos da Silva Senna — B. 15.

Antonio José da Silva Cabral, filho de José Joaquim Cabral, natural das Calhetas, concelho da Ribeira Grande, districto de Ponta Delgada, Ilha de S. Miguel — B. 13.

José Carlos Ehrhardt, filho de Guilherme Ehrhardt, natural do Porto — B. 13.

José Vasques Osorio de Almeida, filho de Domingos Vasques Osorio, natural do Peso da Regoa, districto de Villa Real — B. 13.

Manuel Rodrigues Pereira, filho de Francisco Rodrigues Pereira, natural da Horta (Ilha do Fayal) — B. 13.

Arthur Alves Bebiano, filho de Antonio Alves Bebiano, natural de Queluz, Minas Geraes (Brazil) — B. 12.

Augusto Baeta das Neves Barreto, filho de Jacintho Baeta das Neves, natural da Castanheira, concelho de Pedrogão Grande, districto de Leiria — B. 12.

Faculdade de Mathematica

(Em Congregação de 30 de julho de 1891)

PRIMEIRO ANNO

Accessit — 27 (vol.) José Augusto da Costa Rego, filho de Francisco do Rego, natural de Ponta Delgada, freguezia de S. Sebastião (Ilha de S. Miguel, districto oriental dos Açores).

Distincção — 3 (ord.) Carlos de Sousa Bastos, filho de Antonio Maria de Sousa Bastos, natural de Coimbra, freguezia de Sancta Cruz.

— 4 (ord.) Fiel da Fonseca Viterbo, filho de Boaventura da Fonseca e Silva de Viterbo, natural do Porto, freguezia de Nossa Senhora da Victoria.

— 8 (ord.) José Pacheco da Costa Salema, filho de Augusto Pinto da Costa Salema, natural de Coimbra, freguezia de S. Bartholomeu.

— 2 (vol.) Alberto Alves Ferreira Cardoso, filho de Joaquim Domingos Ferreira Cardoso, natural do Porto, freguezia do Bomfim.

— 7 (vol.) Carlos Alberto de Miranda Martins de Carvalho, filho de Francisco Augusto Martins de Carvalho, natural de Sinfães, districto de Vizeu.

— 16 (vol.) Pedro Doria Nazareth, filho de José Antonio de Sousa Nazareth, natural de Coimbra, freguezia de S. Bartholomeu.

— 17 (vol.) Pedro Joyce Diniz, filho de Francisco Antonio Diniz, natural de Coimbra, freguezia de S. Christovão.

SEGUNDO ANNO

Partido — 9 (vol.) Alvaro José da Silva Basto, filho de Antonio José da Silva Basto, natural de Guimarães, freguezia de S. Paio, districto de Braga.

Accessit — 12 (vol.) Joaquim Luiz Martha, filho de Augusto Luiz Martha, natural de Coimbra, freguezia de S. Bartholomeu.

Distincção — 1 (ord.) Alfredo Machado, filho de João Vicente Machado, natural de Braga, freguezia de S. João do Souto.

— 3 (vol.) Carlos Alberto Lopes de Almeida, filho de Antonio José Lopes, natural de Lamego, freguezia da Sé, districto de Vizeu.

TERCEIRO ANNO

Accessit — 4 (ord.) Manuel Soares de Mello e Simas, filho de Manuel Maria de Mello e Simas, natural da Horta (Ilha do Fayal).

— 1 (vol.) Antonio José dos Reis Mexia Leitão, filho de João José da Cunha Leitão, natural de Campo Maior, freguezia de Nossa Senhora da Expectação, districto de Portalegre.

— 5 (vol.) Alberto Cesar de Faria Graça, filho de Julio Cesar de Faria Graça, natural de Villa do Conde, freguezia de S. João Baptista, districto do Porto.

Distincção — 1 (ord.) Bellarmino Augusto Fernandes, filho de Joaquim José Fernandes, natural de Sande, freguezia de S. Lourenço, concelho de Guimarães, districto de Braga.

— 2 (ord.) João de Almeida Dias, filho de José de Almeida Dias, natural de Grijó, freguezia do Gafanhão, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

— 3 (ord.) José Maria Marques, filho de Paulo José Marques, natural de Aldeia da Ponte, concelho do Sabugal, districto da Guarda.

— 7 (ord.) José Augusto dos Sanctos Lucas, filho de José dos Sanctos Lucas, natural de Figueiró da Serra, freguezia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de Gouveia, districto da Guarda.

— 7 (vol.) José Antunes Vaz Serra, filho de Antonio Antunes Áquem, natural do Souto da Casa, concelho do Fundão, districto de Castello Branco.

Relação dos alumnos que n'este anno lectivo de 1890-1891 concluiram os tres primeiros annos do curso preparatorio para a Eschola do Exercito.

1.ª classe:

1 (vol.) Antonio José dos Reis Mexia Leitão — MB.
2 (ord). João de Almeida Dias — MB.
5 (vol.) Alberto Cesar de Faria Graça — MB.
1 (ord.) Bellarmino Augusto Fernandes — MB.
7 (ord.) José Augusto dos Sanctos Lucas — MB.
4 (ord.) Manuel Soares de Mello e Simas — MB.

2.ª classe:

7 (vol.) José Antunes Vaz Serra — B.

4 (vol.) Manuel Maria Borges de Castro da Costa Leite, filho de Manuel Maria da Costa, natural do Porto, freguezia de Miragaya — B.

2 (vol.) Bernardo Barbosa de Quadros, filho de Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, natural de Ovar, freguezia de S. Christovão, districto de Aveiro — B.
3 (ord.) José Maria Marques — B.

QUARTO ANNO

Premio — 2 (ord.) Antonio dos Sanctos Viégas, filho de Antonio dos Sanctos Viégas, natural de Coimbra, freguezia de S. Christovão.
Accessit — 3 (vol.) Antonio Jacintho Fernandes Gião, filho de Domingos Rosado Piteira Gião, natural da freguezia de S. Pedro de Corval, concelho de Reguengos, districto de Evora.

QUINTO ANNO

Accessit — 2 (ord.) Henrique Ventura dos Sanctos Reis, filho de José Ventura dos Sanctos Reis, natural de Mattosinhos, freguezia de S. Salvador, concelho de Bouças, districto do Porto.

Informações

BACHAREIS FORMADOS

Henrique Ventura dos Sanctos Reis — MB. 16.
Manuel Thomaz Soeiro da Silveira, filho de Maria dos Prazeres Soeiro, natural de Beja — B. 12.

Faculdade de Philosophia

(Em Congregação de 30 de julho de 1891)

PRIMEIRO ANNO

1.ª cadeira (Chimica Inorganica)

1.º *accessit* — 18 (vol.) Pedro Joyce Diniz.
2.º *accessit* — 17 (vol.) Pedro Doria Nazareth.

3.º accessit—24 (vol.) José Luiz de Andrade Mendes Pinheiro, filho de Ignacio Augusto de Andrade Mendes Pinheiro, natural de Montemór-o-Velho, freguezia de S. Martinho e Sancta Maria de Alcaçova, districto de Coimbra.

Distincção—2 (ord.) José Gomes da Silva Ramos, filho de Manuel Gomes Parente Ramos, natural de Sancta Maria de Portozello, concelho e districto de Vianna do Castello.

—7 (vol.) Carlos Alberto de Miranda Martins de Carvalho.

—21 (vol.) Carlos de Sousa Bastos.

—65 (vol.) Adriano Porphyrio Gameiro Burguete, filho de Ernesto Gameiro Burguete, natural de Constancia, districto de Santarem.

SEGUNDO ANNO

2.ª cadeira (Chimica Organica)

Accessit—7 (obrig.) Pedro José Falcão, filho de José Joaquim Pereira Falcão, natural de Coimbra, freguezia de S. Christovão.

—17 (obrig.) Antonio de Padua, filho de Anna Maria da Silva, natural de Labruja, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

—3 (vol.) Pedro Maria de Macedo da Cunha Coutinho, filho de Pedro Maria de Macedo da Cunha Coutinho, natural de Amarante, freguezia de S. Gonçalo, districto do Porto.

Distincção—3 (obrig.) Diogo Barata Cortez, filho de Augusto Cesar Cortez, natural da Varzea de Goes, freguezia de S. Pedro, concelho de Goes, districto de Coimbra.

—13 (obrig.) Luiz Antonio Trincão, filho de Antonio Antunes Trincão, natural das Lapas, freguezia de Nossa Senhora da Graça, concelho de Torres Novas, districto de Santarem.

—7 (vol.) José Maria Joaquim Tavares, filho de Joaquim Francisco, natural de Valle da Urra, freguezia e concelho de Villa de Rei, districto de Castello Branco.

Curso especial de analyse chimica

1.ª distincção—11 (vol.) Alvaro José da Silva Basto.

2.ª distincção—10 (vol.) Francisco Cardoso de Lemos, filho de João Cardoso de Lemos da Gama, natural da Casa Branca, freguezia do Ervedal, concelho de Souzel, districto de Portalegre.

TERCEIRO ANNO

3.ª cadeira (Physica, 1.ª parte)

Premio — 12 (vol.) Alvaro José da Silva Basto.
Accessit — 7 (obrig.) Pedro José Falcão.
— 25 (obrig.) Joaquim Possidonio Coelho, filho de Manuel Diogo Coelho, natural de Castello de Vide, freguezia de S. Thiago, districto de Portalegre.
— 11 (vol.) Francisco Cardoso de Lemos.
— 15 (vol.) Pedro Maria de Macedo da Cunha Coutinho.
1.ª distincção — José Maria Joaquim Tavares.
2.ª distincção — 6 (obrig.) Manuel Vieira de Carvalho, filho de Manuel Vieira de Carvalho, natural de Aveiro, freguezia de Vera Cruz.
— 15 (obrig.) Luiz Antonio Trincão.
— 18 (vol.) Antonio Domingues Cortez da Silva Curado, filho de José Domingues Curado, natural de Regueira de Ponte, freguezia de S. Sebastião, concelho e districto de Leiria.

QUARTO ANNO

5.ª cadeira (Physica, 2.ª parte)

Premio — 12 (obrig.) Ruy Telles Palhinha, filho de Gonçalo Rodrigues Palhinha, natural de Angra do Heroismo, freguezia da Sé (Ilha Terceira, districto central dos Açores).
1.º accessit — 15 (vol.) João de Almeida Dias.
2.º accessit — 6 (obrig.) João Avelino Pereira da Rocha, filho de Francisco Avelino Pereira da Rocha, natural de Villa Real, freguezia de S. Pedro.
— 1 (vol.) Antonio José dos Reis Mexia Leitão.
— 16 (vol.) Simão de Roches da Cunha Brum, filho do Barão de Roches, natural de Angra do Heroismo (Ilha Terceira, districto central dos Açores).
1.ª distincção — 33 (obrig.) João Serras e Silva, filho de Antonio Serras e Silva, natural de Alcaravella, freguezia de Sancta Clara, concelho do Sardoal, districto de Santarem.
— 6 (vol.) Manuel Soares de Mello e Simas.
— 13 (vol.) Antonio Teixeira de Queiroz Botelho de Castro e

Vasconcellos, filho de José Teixeira de Queiroz Botelho Pimentel e Vasconcellos, natural de Sinfães, freguezia de S. Baptista, districto de Vizeu.

— 18 (vol.) José Tavares de Araujo e Castro, filho de Antonio José Tavares de Castro, natural de Oliveira do Bairro, freguezia de S. Miguel, districto de Aveiro.

2.ª *distincção* — 9 (obrig.) José Rodrigues de Oliveira, filho de Raphael Rodrigues de Oliveira, natural de Coimbra, freguezia de S. Christovão.

— 26 (obrig.) Antonio Agostinho Morão de Campos, filho de José Morão de Campos, natural do Sabugal, freguezia de S. João Baptista, districto da Guarda.

— 19 (vol.) Alberto Cesar de Faria Graça.

6.ª cadeira (Zoologia)

Premio — 4 (vol.) Bernardo Ayres, filho de Manuel de Jesus Ayres, natural de Nogueira, freguezia de S. Pedro, districto de Villa Real.

1.º *accessit* — 6 (obrig.) João Avelino Pereira da Rocha, filho de Francisco Avelino Pereira da Rocha, natural de Villa Real, freguezia de S. Pedro.

2.º *accessit* — 9 (obrig.) José Rodrigues de Oliveira.

3.º *accessit* — 12 (obrig.) Ruy Telles Palhinha.

QUINTO ANNO

7.ª cadeira (Mineralogia e Geologia)

Accessit — 1 (vol.) José Augusto Pereira Gonçalves Junior, filho de José Augusto Pereira Gonçalves, natural de Aguiar da Beira, districto da Guarda.

— 3 (vol.) Antonio dos Sanctos Viégas.

Distincção — 7 (vol.) Antonio Jacintho Fernandes Gião.

8.ª cadeira (Anthropologia e Paleontologia)

Premio — 3 (vol.) Bernardo Ayres.

Informações

DOUTOR

Luiz dos Sanctos Viégas, filho de Antonio dos Sanctos Viégas, natural de Coimbra — MB. 18.

BACHAREIS FORMADOS

Bernardo Ayres — BM. 17.
Henrique Ventura dos Sanctos Reis — B. 14.
Manuel Thomaz Soeiro da Silveira — B. 13.

O ULTIMO ANNO LECTIVO

Inserimos na frente d'este volume do *Instituto,* que é já o trigesimo nono da sua publicação, dois documentos concernentes ao anno lectivo da Universidade, findo n'este mez: o discurso pronunciado na sua abertura em 1 de outubro e a relação dos estudantes distinctos n'este curto tirocinio pela sua applicação.

Além da regularidade das aulas, socego constante e comportamento exemplar, circumstancias characteristicas d'este periodo escholastico, accresceram algumas publicações importantes que accentuam a sua actividade scientifica. Continuaram os jornaes: *Revista de legislação, Coimbra medica, Jornal das sciencias mathematicas* e *Boletim broteriano,* e começou a *Revista de Coimbra,* dedicada a *sciencias moraes e jurisprudencia,* redigida e collaborada por estudantes de direito e theologia, sendo, entre outros, dos primeiros os srs. Fernando Martins de Carvalho, Amadeu Pinto, Botelho e Carneiro de Moura, e dos segundos os srs. A. Correia de Menezes e Abranches Martins.

O sr. dr. Bernardo de Madureira lida incessante na segunda edição das suas *Instituições de theologia,* melhorando-a e additando-a proficientemente. O sr. dr. José Frederico Laranjo na segunda edição dos seus *Elementos de economia politica* emprega cuidadoso desvelo no estudo e desenvolução do adiantamento progressivo d'esta sciencia. O sr. dr. J. J. Lopes Praça anda colligindo com improba sollicitude todos os documentos legislativos que respeitam ao direito publico portuguez. O sr. dr. Sanches da Gama, como additamento ao nosso Codigo Civil, esmera-se em coordenar toda a legislação posterior que o desenvolve e completa. Dos srs. drs. Guimarães Pedrosa e Henriques da Silva consta que preparam os elementos para as respectivas collecções legislativas, o primeiro do direito administrativo e o segundo do direito penal.

Nas sciencias naturaes são muito recentes os livros dos srs. drs. Sacadura sobre *Pharmacotechnia* e Sousa Gomes sobre *Chimica organica*. E distinguem-se as dissertações dos srs. drs. Luiz dos Sanctos Viégas sobre *Thermochimica* no seu acto de conclusões magnas na faculdade de philosophia, e Annibal Cid sobre o *Arsenico* no seu acto de licenciatura em medicina.

F. P.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ALGEBRA

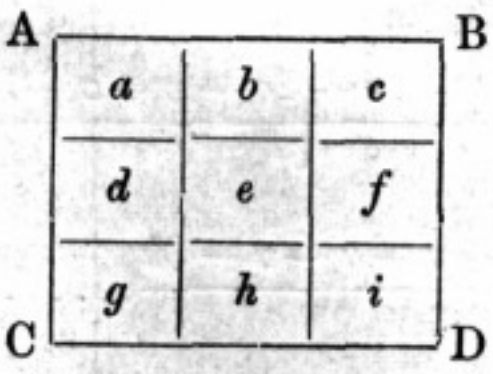
(Ao sr. J. C. Medeiros)

Problemas indeterminados

(Continuação do n.º 11, vol. XXXVII, de maio de 1890)

II

Sejam agora nove numeros, a, b, c, d, e, f, g, h, i, que pretendemos collocar no quadrado pela fórma indicada na figura



estando ligados entre si pelas seguintes equações:

$$\left.\begin{array}{l} a+b+c=t;\ d+e+f=u;\ g+h+i=v;\ a+d+g=x; \\ b+e+h=y;\ c+f+i=z;\ a+e+i=p;\ c+e+g=q; \end{array}\right\}(1).$$

Eliminando successivamente a, b, c, d, e, g, v, obtem-se:

$$6i-5z+3t-3y+3f+3h+2u-2x+2q-p=0;\ \ldots(2).$$

*

Eliminando, porém, successivamente a, b, c, d, g, h, t ou v, encontra-se:

$$3e+x+z-u-p-q=0; \ldots\ldots\ldots\ldots (3).$$

Eliminando ainda successivamente c, d, f, g, h, i, u ou z, resulta:

$$3e+t+v-y-p-q=0; \ldots\ldots\ldots (3');$$

o que aliás era sabido; porque sendo evidentemente, $t+u+v=x+y+z$, logo se reconhecia a identidade em (3) e (3').

Temos portanto:

$$i=\frac{5z-3t+3y-2u+2x-2q+p-3f-3h}{6} \ldots\ldots (4);$$

$$g=\frac{z-3t+3y-4u+4x+2q-p+3f-3h}{6} \ldots\ldots (4');$$

$$e=\frac{p+q+u-z-x}{3} \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (4'');$$

$$d=\frac{2u+z+x-p-q-3f}{3} \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (4''');$$

$$c=\frac{3t-3y+2u-2x+2q-p+z-3f+3h}{6} \ldots\ldots (4^{IV});$$

$$b=\frac{3y+z+x-p-q-u-3h}{3} \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (4^{V});$$

$$a=\frac{t-y+p-z+f+h}{2} \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (4^{VI}).$$

A equação (2) mostra, que ficariam indeterminados nove numeros, quando se desconhecessem os dezesete, que entram nas oito equações (1), no caso de todas estas serem distinctas; como *a priori* era manifesto. Succede, porém, que as ligações d'esses numeros, tornam algumas d'aquellas equações não distinctas, o que se evidenceia pela eliminação, restando por isso duas arbi-

trarias f e h, ainda na hypothese de se darem as oito sommas de parcellas componentes das linhas horizontaes, verticaes e diagonaes do quadrado. O numero e, independente de f e h, é o unico determinado; os outros seis variam com estas arbitrarias.

Com effeito, por exemplo a quarta equação (1), $a+d+g=x$, posto aqui o valor, $d=u-e-f$, tirado na segunda; depois, $e=y-b-h$, saido da quinta; em seguida $h=v-g-i$, da terceira; e finalmente, $f+i=z-c$, da sexta; transforma-se em $a+b+c=x+y+z-u-v$; a qual, em consequencia da relação, $x+y+z=t+u+v$, é a primeira das equações (1), $a+b+c=t$.

1.° Se fizessemos, $t=u=v=x=y=z=p=q$, resultaria:

$$i=\frac{4x-3f-3h}{6};\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(4_I);$$

$$g=\frac{2x+3f-3h}{6};\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(4_I');$$

$$e=\frac{x}{3};\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(4_I'');$$

$$d=\frac{2x-3f}{3};\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(4_I''');$$

$$c=\frac{2x-3f+3h}{6};\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(4_I^{IV});$$

$$b=\frac{2x-3h}{3};\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(4_I^{V});$$

$$a=\frac{f+h}{2};\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(4_I^{VI});$$

É o caso de serem eguaes entre si as sommas das parcellas não só de cada uma das tres linhas horizontaes e de cada uma

das tres verticaes como de cada uma das duas diagonaes. As equações (1) dão n'esta hypothese as seguintes relações:

$$\left.\begin{array}{l} a+i=b+h=2e;\ a+b=e+g;\ b+c=d+g;\ a+c=e+h; \\ a+i=c+g=2e;\ a+b=f+i;\ b+c=e+i;\ a+g=e+f; \\ a+i=d+f=2e;\ a+d=c+e;\ c+e=h+i;\ b+e=g+i; \\ b+h=c+g=2e;\ a+d=h+i;\ c+f=g+h;\ c+i=d+e; \\ b+h=d+f=2e;\ a+e=c+f;\ d+g=e+i; \\ c+g=d+f=2e;\ a+e=g+h;\ e+g=f+i; \end{array}\right\} (5).$$

Supponhamos que devem entrar no quadrado apenas numeros inteiros, positivos e deseguaes, cuja somma de tres d'elles dispostos pelo modo indicado seja s. Temos as sete equações (4), em que ha as duas arbitrarias f e h.

$$a=\frac{f+h}{2};\ b=\frac{2s}{3}-h;\ c=\frac{s}{3}-\left(\frac{f-h}{2}\right);\ d=\frac{2s}{3}-f;$$
$$e=\frac{s}{3};\ g=\frac{s}{3}+\left(\frac{f-h}{2}\right);\ i=\frac{2s}{3}-\left(\frac{f+h}{2}\right).$$

1.º Caso

$h<f;\ f=h+\alpha$, sendo α numero positivo; $\frac{f-h}{2}=+\frac{\alpha}{2}$;

$$a=h+\frac{\alpha}{2};\ b=\frac{2s}{3}-h;\ c=\frac{s}{3}-\frac{\alpha}{2};\ d=\frac{2s}{3}-h-\alpha;$$
$$e=\frac{s}{3};\ g=\frac{s}{3}+\frac{\alpha}{2};\ i=\frac{2s}{3}-h-\frac{\alpha}{2}.$$

D'aqui resulta:

$$\left.\begin{array}{l} a>h;\ b>d;\ c<e;\ d<i;\ e<g;\ f>h \\ a<f;\ b>i;\ c<g;\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots \end{array}\right\} (A).$$

Para os nove numeros $a, b, c, d, e, f, g, h, i$ serem inteiros, é necessario que seja α par, s divisivel por 3:

$$\alpha = 2p;\ s = 3N;$$

d'onde: $a = h+p;\ b = 2N-h;\ c = N-p;\ d = 2N-h-2p;$
$e = N;\ g = N+p;\ i = 2N-h-p;\ f = h+2p.$

Para os mesmos numeros serem positivos é preciso que tenhamos: $N > \frac{h}{2};\ N > p;\ N > \frac{h}{2}+p;\ N > \frac{h}{2}+\frac{p}{2};$ ou sómente: (C).... $N > \frac{h}{2}+p;$ visto comprehender todas estas condições; ou chamando β o numero positivo que designa a differença entre $\frac{h}{2}+p$ e N, a equação:

$$N = \frac{h}{2}+p+\beta \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (C).$$

Temos substituindo os valores:

$$a = h+p;\ b = 2p+2\beta;\ c = \frac{h}{2}+\beta;\ d = 2\beta;\ e = \frac{h}{2}+p+\beta;$$

$$g = \frac{h}{2}+2p+\beta;\ i = p+2\beta;\ f = h+2p.$$

Como $f-h = 2p = b-d;$ segue-se que f e h, bem como b e d são ambos impares ou ambos pares.

Para serem differentes todos os nove numeros é preciso:

$a \gtrless b;\ b \gtrless c;\ c \gtrless d;\ d \gtrless e;\ e < g;\ g \gtrless i;\ i \gtrless f;\ f > h;$
$a \gtrless c;\ b > d;\ c < e;\ d \gtrless g;\ e \gtrless i;\ g \gtrless f;\ i \gtrless h;$
$a \gtrless d;\ b \gtrless e;\ c < g;\ d < i;\ e \gtrless f;\ g \gtrless h;$
$a \gtrless e;\ b \gtrless g;\ c \gtrless i;\ d \gtrless f;\ e \gtrless h;$
$a \gtrless g;\ b > i;\ c \gtrless f;\ d \gtrless h;$
$a \gtrless i;\ b \gtrless f;\ c \gtrless h;$
$a > h;\ b \gtrless h;$
$a < f;$

attendendo já as condições do quadro (A) ou pondo os valores de a, b, c, d, e, g, i, f:

$$h \gtrless p+2\beta;\ h \gtrless 2\beta-2p;\ h \gtrless 2\beta-p;\ h \gtrless 2\beta;\ h \gtrless 2p+2\beta;$$

$$h \gtrless 2\beta+4p;\ h \gtrless 2\beta-4p;\ p>0.$$

Se fôr $h<2\beta-4p$; *a fortiori* será:

$$h<\left\{\begin{array}{l}2\beta-2p;\\2\beta-p;\\2\beta;\\2\beta+p;\\2\beta+2p;\\2\beta+4p;\end{array}\right\}$$

Logo, para o signal inferior das desegualdades, é sufficiente, visto comprehender a todas, a condição

$$h<2\beta-4p;\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(A).$$

Se fôr $h>2\beta+4p$; *a fortiori* será:

$$h>\left\{\begin{array}{l}2\beta+2p;\\2\beta+p;\\2\beta;\\2\beta-p;\\2\beta-2p;\\2\beta-4p;\end{array}\right\}$$

Logo, para o signal superior das desegualdades, é sufficiente, visto comprehender a todas, a condição

$$h>2\beta+4p;\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(B).$$

Temos ainda a considerar os seguintes casos:
Se fôr $h > 2\beta - 4p$; e $h < 2\beta - 2p$; será *a fortiori*:

$$h < \left\{ \begin{array}{l} 2\beta - p; \\ 2\beta; \\ 2\beta + p; \\ 2\beta + 2p; \\ 2\beta + 4p; \end{array} \right.$$

Se fôr $h > 2\beta - 2p$; e $h < 2\beta - p$; será *a fortiori* $h > 2\beta - 4p$; e

$$h < \left\{ \begin{array}{l} 2\beta; \\ 2\beta + p; \\ 2\beta + 2p; \\ 2\beta + 4p; \end{array} \right.$$

Se fôr $h > 2\beta - p$; e $h < 2\beta$; será *a fortiori* $h > 2\beta - 2p$; $h > 2\beta - 4p$; e

$$h < \left\{ \begin{array}{l} 2\beta + p; \\ 2\beta + 2p; \\ 2\beta + 4p; \end{array} \right.$$

Se fôr $h > 2\beta$; e $h < 2\beta + p$; será *a fortiori* $h > 2\beta - p$; $h > 2\beta - 2p$; $h > 2\beta - 4p$; e

$$h < \left\{ \begin{array}{l} 2\beta + 2p; \\ 2\beta + 4p; \end{array} \right.$$

Se fôr $h > 2\beta + p$; e $h < 2\beta + 2p$; será *a fortiori* $h > 2\beta$; $h > 2\beta - p$; $h > 2\beta - 2p$; $h > 2\beta - 4p$; e $h < 2\beta + 4p$;

Se fôr $h > 2\beta + 2p$; e $h < 2\beta + 4p$.

Temos pois, resumindo estes casos:

$$h < 2\beta - 2p;\ h > 2\beta - 4p \ldots\ldots\ldots\ldots (D)$$

$$h < 2\beta - p;\ \ h > 2\beta - 2p \ldots\ldots\ldots\ldots (E)$$

$$h < 2\beta;\ \qquad h > 2\beta - p \ldots\ldots\ldots\ldots (F)$$

$$h < 2\beta + p;\ \ h > 2\beta \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (G)$$

$$h < 2\beta + 2p;\ h > 2\beta + p \ldots\ldots\ldots\ldots (H)$$

$$h < 2\beta + 4p;\ h > 2\beta + 2p \ldots\ldots\ldots\ldots (I).$$

2.° Caso

$$h > f;\ h = f + \lambda;\ \frac{f-h}{2} = -\frac{\lambda}{2};\ a = h - \frac{\lambda}{2};\ b = \frac{2s}{3} - h;$$

$$c = \frac{s}{3} + \frac{\lambda}{2};\ d = \frac{2s}{3} - h + \lambda;\ e = \frac{s}{3};\ g = \frac{s}{3} - \frac{\lambda}{2};$$

$$i = \frac{2s}{3} - h + \frac{\lambda}{2}.$$

D'aqui resulta:

$$\left.\begin{array}{l} a < h;\ b < d;\ c > e;\ d > i;\ e > g;\ f < h \ldots\ldots\ldots\ldots \\ a > f;\ b < i;\ c > g; \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots \end{array}\right\} (A').$$

Para os nove numeros a, b, c, d, e, f, g, h, i serem inteiros é indispensavel fazer λ par e s divisivel por 3:

$$\lambda = 2q;\ s = 3N;$$

d'onde:

$$a=h-q;\ b=2N-h;\ c=N+q;\ d=2N-h+2q;\ e=N;$$
$$g=N-q;\ i=2N-h+q;\ f=h-2q.$$

Para os mesmos numeros serem positivos é mister que tenhamos

$$h>q;\ 2N>h;\ 2N+2q>h;\ N>q;\ 2N+q>h;$$

com

$$h>2q;\ \text{ou}\ h>2q;\ N>\frac{h}{2};\ N>\frac{h}{2}-q;\ N>q;\ N>\frac{h}{2}-\frac{q}{2};$$

ou simplesmente:

$$(C'')\ldots.\ N>\frac{h}{2};$$

que as comprehende todas, vista a hypothese $f=h-\lambda$; ou $f=h-2q$; em que tem de ser $\frac{h}{2}>q$; ou chamando δ a differença entre $\frac{h}{2}$ e N, e r a differença entre h e $2q$ as equações:

$$h=2q+r;\ N=\frac{h}{2}+\delta\ldots\ldots\ldots\ (C'').$$

$$a=q+r;\ b=2\delta;\ c=\frac{h}{2}+q+\delta;\ d=2\delta+2q;\ e=\frac{h}{2}+\delta;$$
$$g=\frac{h}{2}+\delta-q;\ i=2\delta+q;\ f=r;$$

ou eliminando h;

$$a=q+r;\ b=2\delta;\ c=2q+\frac{r}{2}+\delta;\ d=2\delta+2q;\ e=q+\frac{r}{2}+\delta;$$
$$g=\frac{r}{2}+\delta;\ i=2\delta+q;\ f=r.$$

Como $h-f=2q=d-b$; segue-se que h e f, bem como d e b, são conjunctamente impares ou pares.

Para serem differentes:

$$a \gtrless b;\ b \gtrless c;\ c \gtrless d;\ d \gtrless e;\ e > g;\ g \gtrless i;\ i \gtrless f;\ f < h;$$
$$a \gtrless c;\ b < d;\ c > e;\ d \gtrless g;\ e \gtrless i;\ g \gtrless f;\ i \gtrless h;$$
$$a \gtrless d;\ b \gtrless e;\ c > g;\ d > i;\ e \gtrless f;\ g \gtrless h;$$
$$a \gtrless e;\ b \gtrless g;\ c \gtrless i;\ d \gtrless f;\ e \gtrless h;$$
$$a \gtrless g;\ b < i;\ c \gtrless f;\ d \gtrless h;$$
$$a \gtrless i;\ b \gtrless f;\ c \gtrless h;$$
$$a < h;\ b \gtrless h;$$
$$a > f;$$

attendendo já as condições do quadro (A') ou pondo os valores de a, b, c, ...

$$r \gtrless 2\partial - q;\ r \gtrless 2q + 2\partial;\ r \gtrless 2\partial + q;\ r \gtrless 2\partial;\ r \gtrless 2\partial - 2q;$$
$$q > 0;\ r \gtrless 2\partial - 4q;\ r \gtrless 2\partial + 4q.$$

Se fôr $r > 2\partial + 4q$: *a fortiori* será:

$$r > \left\{ \begin{array}{l} 2\partial + 2q; \\ 2\partial + q; \\ 2\partial; \\ 2\partial - q; \\ 2\partial - 2q; \\ 2\partial - 4q; \end{array} \right\}$$

Logo, para o signal superior das desegualdades, é sufficiente, por comprehender a todas, a condição:

$$r > 2\partial + 4q \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (A').$$

Se fôr $r < 2\partial - 4q$; *a fortiori* será:

$$r < \left\{ \begin{array}{l} 2\partial - 2q; \\ 2\partial - q; \\ 2\partial; \\ 2\partial + q; \\ 2\partial + 2q; \\ 2\partial + 4q; \end{array} \right\}$$

Logo, para o signal inferior das desegualdades, é sufficiente, por comprehender a todas, a condição:

$$r < 2\partial - 4q \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots \text{(B')}.$$

Temos ainda a considerar os seguintes casos:
Se fôr $r < 2\partial + 4q$; e $r > 2\partial + 2q$ será *a fortiori*;

$$r > \left\{ \begin{array}{l} 2\partial + q; \\ 2\partial; \\ 2\partial - q; \\ 2\partial - 2q; \\ 2\partial - 4q; \end{array} \right\}$$

Se fôr $r < 2\partial + 2q$; e $r > 2\partial + q$; *a fortiori* será:

$$r > \left\{ \begin{array}{l} 2\partial; \\ 2\partial - q; \\ 2\partial - 2q; \\ 2\partial - 4q; \end{array} \right\}$$

Se fôr $r < 2\partial + q$; e $r > 2\partial$; *a fortiori* será:

$$r > \left\{ \begin{array}{l} 2\partial - q; \\ 2\partial - 2q; \\ 2\partial - 4q; \end{array} \right\}$$

Se fôr $r < 2\partial$; e $r > 2\partial - q$; *a fortiori* será;

$$r > \left\{ \begin{array}{l} 2\partial - 2q; \\ 2\partial - 4q; \end{array} \right\}$$

Se fôr $r < 2\partial - q$; e $r > 2\partial - 2q$; *a fortiori* será:

$$r > \{ 2\partial - 4q; \}$$

Se fôr $r < 2\partial - 2q$; e $r > 2\partial - 4q$,

Temos, pois, resumindo todos estes seis casos:

$r > 2\partial + 2q$; $r < 2\partial + 4q$..... (D′)

$r > 2\partial + q$; $r < 2\partial + 2q$..... (E′)

$r > 2\partial$; $r < 2\partial + q$..... (F′)

$r > 2\partial - q$; $r < 2\partial$..... (G′)

$r > 2\partial - 2q$; $r < 2\partial - q$..... (H′)

$r > 2\partial - 4q$; $r < 2\partial - 2q$..... (I′).

Os valores das paginas 54 e 58 mostram que sendo $f - h = \partial$, e $h - f = \lambda$, numeros pares, os dois f e h hão de infallivelmente ser ou ambos impares ou ambos pares.

As sommas $a + i = c + g = 2e$, são pares; logo a e i, bem como c e g, são ambos conjunctamente pares, ou ambos conjunctamente impares.

Os valores $a=h+p$; $i=2e-h-p$; $a=h-q$; $i=2e-h+q$; evidenceiam que, sendo p e q, pares, da fórma $p=2i'$; $q=2i''$; se obtem:

$$\left.\begin{array}{l} a=2i'+h;\ i=2e-2i'-h;\ a=h-2i'';\\ i=2e+2i''-h;\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\end{array}\right\}(15).$$

e que sendo p e q impares, da fórma $p=2i'+1$; $q=2i''+1$; se alcança:

$$\left.\begin{array}{l} a=2i'+1+h;\ i=2e-2i'-1-h;\\ a=h=2i''-1;\ i=2e+2i''+1-h;\ldots.\end{array}\right\}(16).$$

Se h fôr par, na hypothese de serem tambem pares p e q, (15) demonstra que são tambem pares a e i.

Se h fôr impar, na hypothese de serem tambem impares p e q (16) demonstra que a e i são numeros pares.

Se h fôr par, na hypothese de serem impares p e q, (16) prova que a e i são numeros impares.

Se h fôr impar, na hypothese de serem pares p e q, (15) mostra que a e i são numeros impares.

Os valores de b e d indicam, que estes numeros são pares ou impares, conforme h e f o forem; visto que representam a differença entre o numero par $\frac{2s}{3}$ e os mesmos h e f.

Se pois h fôr par, haverá no quadrado quatro numeros pares,

$$b,\ d,\ f,\ h;$$

e se tambem forem pares, p e q, haverá ainda a, i;

Se h fôr impar, haverá no quadrado quatro numeros impares,

$$b,\ d,\ f,\ h;$$

e se tambem forem impares, p e q, haverá dois numeros pares

$$a,\ i;$$

Se h fôr par, haverá no quadrado quatro numeros pares,

$$b,\ d,\ f,\ h;$$

e se forem impares, p e q, haverá dois numeros impares

$$a,\ i;$$

Se h fôr impar, haverá no quadrado quatro numeros impares,

$$b,\ d,\ f,\ h;$$

e se forem pares, p e q, haverá ainda outros dois numeros impares.

$$a,\ i.$$

Temos por outro lado:

$$c+g=a+i=2e;\ g-c=2p;\ c=e-p;\ g=e+p;\ \ldots(17).$$

$$c-g=2q;\ c=e+g;\ g=e-q;\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(18).$$

Se p e q são da fórma $p=2i'$; $q=2i''$; os valores (17) e (18) transformam-se nos seguintes:

$$c=e-2i';\ g=e+2i';\ \ldots\ldots\ldots\ldots(17').$$

$$c=e+2i'';\ g=e-2i'';\ldots\ldots\ldots\ldots(18').$$

Se p e q são da fórma $p=2i'+1$; $q=2i''+1$; os valores (17) e (18) transformam-se nos seguintes:

$$c=e-2i'-1;\ g=e+2i'+1;\ \ldots\ldots(17_1').$$

$$c=e+2i''-1;\ g=e-2i''+1;\ \ldots\ldots(18_1').$$

I

Seja e impar, da fórma $e = 2i''' + 1$; os valores (17′) e (18′) mostram que

c e g são ambos numeros impares, quando são pares p e q.

Os valores ($17_{,}'$) e ($18_{,}'$) mostram que

c e g são ambos numeros pares, quando são impares p e q.

II

Seja e par, da fórma $e = 2i'''$; os valores (17′) e (18′) evidenceiam que

c e g são ambos numeros pares, quando são tambem pares p e q.

Os valores ($17_{,}'$) e ($18_{,}'$) provam que

c e g são ambos numeros impares, quando tambem o são p e q.

Resumindo a discussão, temos:

$p, q, h,$ pares; $\left\{\begin{array}{l} a, b, d, f, h, i;\ \text{pares;} \\ c, e, g;\ \text{impares.} \end{array}\right\}$

$e,$ impar.

$p, q, e, h,$ impares; $\left\{\begin{array}{l} b, d, f, h, e;\ \text{impares;} \\ a, c, g, i;\ \text{pares.} \end{array}\right\}$

$p, q, e,$ impares; $\left\{\begin{array}{l} a, e, i;\ \text{impares;} \\ b, c, d, f, h, g;\ \text{pares.} \end{array}\right\}$

$h,$ par.

$p, q,$ pares; $\left\{\begin{array}{l} \text{nenhum numero par;} \\ a, b, c, d, e, f, g, h, i;\ \text{impares.} \end{array}\right\}$

$e, h,$ impares

$p, q, e, h,$ pares; $\left\{\begin{array}{l} a, b, c, d, e, f, g, h, i;\ \text{pares;} \\ \text{nenhum numero impar.} \end{array}\right\}$

p, *q*, *h*, impares;	*b*, *c*, *d*, *f*, *g*, *h*; impares;
e, par.	*a*, *e*, *i*; pares.
p, *q*, impares;	*a*, *c*, *g*, *i*; impares;
e, *h*, pares.	*b*, *d*, *e*, *f*, *h*; pares.
p, *q*, *e*, pares;	*c*, *e*, *g*; pares;
h, impar.	*a*, *b*, *d*, *f*, *h*, *i*; impares.

(Continúa).

JUNIO DE SOUSA.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

(Continuado do n.º 12, paginas 959, volume XXXVIII)

XI

Historia de duas sessões mnemonicas no Real Collegio dos Nobres.—Abril de 1836.—Alexandre Magno de Castilho e José Feliciano.—O que é a mnemonica.—Explicações muito a medo, e muito a fugir.

Conduzem-nos agora as datas á grande festa litteraria, que em 10 de abril d'este anno de 36 celebrou o ex-emigrado José Feliciano de Castilho na sala dos actos do Collegio dos Nobres; festa singularissima, de genero nunca presenceado em Lisboa nos tempos modernos, e que a todos os que a ella assistiram deixou maravilhados. Fallo da sua sessão mnemonica.

Pouco depois, em 5 de junho, seu irmão Alexandre repetia com egual esplendor analoga prova publica. Para não repetir eu aqui os pormenores, referir-me-hei conjunctamente ás duas sessões.

*

Mas como, e por onde, principiar?

É difficil fallar hoje ácerca da arte mnemonica, tão decahida de seus foros, graças á nossa incuria proverbial, e ao incontestavel trabalho que exige no principio o adquirir os processos, e senhorear por elles a mecanica da arte. Por isso, arrependido já de ter encetado o assumpto, exporei apenas (muito por alto), não esses processos, pois constam de livros especiaes, mas os alicerces naturaes em que se baseia a arte mnemotechnica, e depois os resultados d'ella, presenceados e applaudidos por toda Lisboa, depois de o haverem sido por uma boa parte da Europa illustrada.

*

A grande prova da verdade da mnemonica é esta: que é instinctiva.

Todo o homem possue o instincto (digâmos assim) de associar o difficil ao facil, para mais simples comprehensão, o fugaz ao estavel, para mais efficaz retenção. Ignorando o que seja mnemonica, toda a gente mnemonisa para seu uso, e constantemente.

Ora aproveitar essa tendencia instinctiva, codifical-a, systematisal-a, é o que fez a arte; é o que fizeram em todos os tempos muito bons engenhos, desde Simonides até Cicero, desde Cicero até ao padre Frei Francisco de Sancto Agostinho de Macedo, e d'elle até nós.

Pergunta-se:

—De que serve a mnemonica?

Responde-se:

—De dar poderosa alavanca artificial á memoria natural, de lhe conferir, por assim dizer, o don dos milagres. A mnemonica serve ás faculdades retentivas, como o telescopio ás visuaes.

—Póde-se ser mnemonista sem possuir cabedal sufficiente de memoria?

—De certo que não, assim como se não póde usar o telescopio sem ter olhos, nem conseguir as maravilhas da mecanica, sem possuir a força inicial. É claro. Mas, assim como os instrumentos duplicam, centuplicam, a força insignificante dos olhos e do braço humano, assim os processos da mnemotechnia, estribados como são na filiação das ideias, centuplicam as nossas limitadas posses naturaes.

É a memoria a menos nobre, certamente, das faculdades da

alma; é porém talvez a mais practica, a mais util. Concebe-se portanto, que pôr ao serviço d'ella a vontade e a intelligencia, é augmentar-lhe mil vezes o poder.

—São difficeis os processos no principio?

—Talvez; ou mais francamente: são. Mas que ha mais temivel, e escabroso, do que escasquear o *hora-horæ* e o *laudo-laudas?* Que ha mais semsabor e deprimente, do que as fusas e semifusas, as colcheias e semicolcheias? Que ha mais ignobil e triste, do que 2 e 2 são 4, 9 e 7 são 16? E comtudo, uns passos a diante do *hora-horæ,* lá está á nossa espera Virgilio com a *Eneida* na mão, e Cicero com as *Tusculanas;* as semifusas fazem o *D. João* de Mosart, e o *Barbeiro* de Rossini; e uns numeros combinados de certo modo realisam os assombros da astronomia.

Assim é tudo n'este mundo.

Limitando-me ao meu ponto: assim é especialmente a mnemonica. Os principios são difficeis, e os resultados são estupendos.

Tenho provas do que digo; fallo cheio de convicção, como sempre; sou, até certo ponto, eu proprio, incontestavel demonstração do que affirmo.

Criei-me com a mnemonica; devo-lhe muito; e dever-lhe-hia mais, se, incitado do exemplo, continuasse a cultival-a. Mas exemplos, não os ha; ha apenas motejos, perguntas capciosas, objecções ridiculamente puerís, gargalhada, e rotina. Ora vivam, meus caros senhores; passem muito bem.

*

Aquelles principios singelos e claros que expendi, levaram Alexandre e José de Castilho a aproveitarem o que possuiam de intelligencia e vontade, para apprender o systema então professado publicamente em França por Fainègle e Aimé-Paris. Apprendido elle, aperfeiçoaram-n'o e adaptaram-n'o a seu uso; aguerriram no uso a sua memoria natural; e nas sessões mnemonicas que celebraram foram o espanto de quantos as presenciearam, em Londres, em Pariz, em Bruxellas, na Suissa, em todas as provincias de França, e por ultimo em Lisboa.

Que Cicero, na recitação dos seus discursos, se servia de mnemonica, é bem sabido.

Que Seneca se gabava de prodigiosa habilidade, que só poderia alcançar por um systema mnemonico, hoje ignorado, conta-o por

exemplo o Cavalheiro de Oliveira n'uma das suas cartas, e cita outros homens perítos na arte de reter na memoria as noções mais difficeis e disparatadas. Tambem Bluteau no seu artigo *Memoria local* levanta a ponta do véo d'esses segredos.

Que o padre Menestrier, celebre heraldico do seculo XVII, possuia tambem algum methodo mnemonico muito seu, é innegavel, a ser verdade ter decorado em poucos minutos, como prova de memoria, trezentas palavras sem nexo, perante a Rainha Christina da Suecia.

Que o nosso notavel padre Frei Francisco de Sancto Agostinho de Macedo, ao defender oito dias seguidos, nas barbas do Leão de S. Marcos, as suas theses *de omni scibili,* se arrimava em bordões mnemonicos, é certissimo, nem de outra sorte podera elle ter realisado a limpo aquelle magnifico alardo das suas posses memorativas.

O que fossem os processos empregados por esses e outros homens, ignora-se; mas nunca a tradição dos processos se interrompeu, e substituiu-os a arte moderna.

Estão achados uns, que os equivalem. Porque é repellil-os?

Fixam-se os numeros mais abstrusos, mais longos; as series menos ligadas entre si; e fixam-se em todas as direcções, de cima para baixo, de baixo para cima, sem cançasso e sem custo, graças a formulas já comprovadas. Faz-se e consegue-se tudo isto; e os ignorantes, só por serem ignorantes, riem!!!...

. . . . . .

*

Ao chegarem a Lisboa, de volta da emigração, quizeram os irmãos Castilhos, Alexandre e José, mostrar aos seus conterraneos a maneira como tinham ganho lá fóra o duro pão do exilio. Emquanto alguns cantavam e tocavam nos theatros para viver, emquanto outros davam lições de mathematica, e outros pintavam miniaturas, os dois Castilhos lançaram mão d'aquelle recurso, e viveram de ensinar em grandes cursos publicos a arte da mnemonica. Isso, que os amigos d'elles sabiam, não o sabia todo o publico. Tiveram pois a honra de celebrar uma esplendida demonstração practica do systema perante Suas Majestades Fidelissimas e Altezas, Sua Eminencia o Cardeal Patriarcha, o Ministerio, a Côrte, o Corpo diplomatico, o Parlamento, e a Imprensa.

Foi na sala grande dos actos do Real Collegio dos Nobres, hoje desapparecida inteiramente nas reconstrucções da Eschola Polytechnica; salão vastissimo e luxuoso, ornamentado com bellissimos estuques de João Grossi, e cujas ruinas ainda cheguei a ver em 1855 e 56. Por ellas se avaliava o esplendor do salão, reputado então um dos melhores, se não o melhor, de toda Lisboa.

Feitos os convites, encheu-se todo o recinto. Na primeira das duas sessões, a de 10 de abril, couberam as honras do dia a José Feliciano de Castilho.

Durante a entrada dos numerosos ouvintes, distribuiu um continuo, á porta da sala, os elementos para a cruel sabbatina, em que todo aquelle publico era convidado a ser arguente. Esses elementos eram as folhas cortadas de um livro impresso de proposito, onde se achavam (com pequenas variações de uma sessão para a outra) quinze mil datas sobre os assumptos seguintes:

1.º—Acontecimentos importantes da historia de França;

2.º—Nomenclatura dos setenta e cinco Reis de França, com o seu numero de ordem, principaes acontecimentos de cada reinado, data da exaltação, data e genero da morte, nomes do predecessor e successor, duração do reinado, etc.;

3.º—Quatrocentas epochas notaveis de diversas nações;

4.º—Grande numero de cercos e batalhas memoraveis;

5.º—Nomenclatura de todos os duzentos e cincoenta e dois Papas, desde S. Pedro até Gregorio XVI;

6.º—Nomenclatura dos Reis de Portugal, com as mesmas circumstancias que nos de França;

7.º—Datas de muitos descobrimentos, invenções, e fundações de estabelecimentos uteis;

8.º—Recenseamento de França, official até 1837, contendo o numero de ordem, o nome e população dos oitenta e seis departamentos, suas capitaes com a competente população; idem a população de todas as principaes cidades de França, que não são capitaes de departamentos;

9.º—Numero de ordem e população das provincias de Portugal, e população geral das quatro partes do mundo;

10.º—Latitude, longitude, e população, de todas as capitaes da Europa;

11.º—Altura de todas as principaes montanhas das quatro partes do mundo;

12.º—Altura de muitos edificios notaveis;

13.º—Duração das revoluções sideraes de todos os planetas, e sua distancia media ao sol;

14.°—Latitude e longitude, por gráus e minutos, de todas as cidades de Portugal, bem como a sua população;

15.°—Methodo natural de Antonio Lourenço de Jussieu; divisão das plantas em quinze classes, com seus caracteres geraes, e numero de familias de cada uma; subdivisão em dezasseis familias, e indicação da classe a que pertence qualquer;

16.°—Pesos especificos, até á quarta casa de decimaes, dos fluidos elasticos, dos liquidos, e dos solidos, taes como se lêem no *Annuaire du bureau des longitudes pour 1835;*

17.°—Latitude e longitude, por gráus e minutos, dos principaes portos de mar de Hespanha, França, e Portugal;

18.°—Versos decuplos (em relação á totalidade) de todos os quatro cantos da *Arte poetica* de Boileau;

19.°—Morte de grande numero de homens celebres;

20.°—Relação do diametro com a circumferencia do circulo, calculada até 155 decimaes;

21.°—Problema resolvido por Euler, do cavalleiro do jogo do xadrez; maneira de fazer com que elle corra as sessenta e quatro casas do taboleiro em sessenta e quatro saltos;

22.°—Consumo da cidade de Pariz extrahido do supracitado *Annuaire;*

23.°—Dia da semana de qualquer mez, de qualquer anno, desde 1582 até 2400, ou calendario perpetuo;

24.°—Numero de ordem de todos os artigos da Carta franceza, dado que seja o seu numero;

25.°—Nomenclatura dos Reis de Inglaterra, com as mesmas particularidades que nos de França e Portugal;

26.°—Provincias da Belgica; sua população; suas capitaes, e população;

27.°—Orçamento geral do rendimento e despeza de Portugal do 1.° de julho de 1836, a 30 de junho de 1837, apresentada ás Côrtes em 1 de março de 1836;

28.°—Velocidade de muitos projecteis, e outros corpos;

29.°—Factos principaes da historia de Italia;

30.°—Feitos mais conspicuos da historia romana;

31.°—Variedades.

Cada espectador ficava assim habilitado a julgar, por seus olhos, da exacção com que o prelector lhe respondesse; e o prolector só supplicava uma coisa: que fossem todos os seus juizes inexoraveis em apontar qualquer inexacção nas respostas, e multiplicassem as interpellações sem descanço, sem intervallo, com toda a velocidade imaginavel.

O discurso preliminar com que Alexandre de Castilho abriu a sua sessão, é curto, e de uma nitidez que leva *a priori* o convencimento a quem estiver de boa fé.

..... «Esta arte»—diz elle no correr da sua exposição—«ainda «que, vista de fóra, vos deva parecer uma machina immensa e «complicadissima, uma creação prodigiosa, uma d'aquellas inspi-«rações divinas que o genio tem de mil em mil annos, é todavia «simples como tudo quanto é verdadeiro, e nasce da propria indole «da nossa alma.

«Sim, senhores; logo que se consegue apprendel-a, e se reflecte «profundamente sobre ella, menos admira que se chegasse a formar, «do que o não se ter formado mais cedo, espalhado mais rapida-«mente, e estabelecido de um modo universal e irrevogavel.

«A maior parte das regras de que se compõe, resultam de pro-«pensões tão naturaes ao homem, que d'entre as pessoas que me «ouvem não haverá talvez uma, que, sem o cuidar, não mnemonise «á sua moda, e que no trabalho de apprender, ou conservar as «ideias, se não valha tambem de formulas mais ou menos perfeitas.

«Mas porque razão, sendo a mnemonica um acto natural do «espirito, esta arte, no adiantamento em que já se acha, e que «não é ainda senão o segundo degráu da longa escada que tem «de subir para chegar ao seu zenith, por que razão, digo, se repre-«senta a todos como uma coisa nova e transcendente?

«A esta pergunta, que aliás é obvia, poderiamos responder com «muitas outras perguntas:

«Por que razão não vem nunca a reflexão e a analyse, senão «longo tempo depois da posse e do goso?

«Por que razão, vivendo os homens, desde o seu principio, n'um «duplice oceano de ar e de luz, não conheceram senão hontem a «composição da luz e do ar?

«Por que razão, tendo sido coeva com a nossa existencia animal «a circular corrente do sangue, tantas mil gerações morreram sem «conhecel-a?

«Por que razão, tendo as plantas dormido desde a primeira «noite do nosso globo, e as suas flores amado desde a primeira «manhã, foi necessario que viesse Linneu para revelar estes dois «universalissimos phenomenos?

«Assim, de ser a mnemonica nova como arte, não se segue que «seja nova como disposição, propensão, ou instincto, se assim lhe «quizerem chamar; e é d'esta naturalidade, universalidade, e anti-«guidade da sua base, que resulta, a meu ver, a sua principal «força.

«Se o entendimento dictou a si mesmo leis com o titulo de «LOGICA, se a vontade recebeu d'elle um codigo, com o nome de

«MORAL, porque razão, das tres faculdades a mais mecanica não «receberia do mesmo entendimento regras, que, derivando-se da «sua propria natureza, a ajudassem sem custo em seus immensos «trabalhos?...»

Ha jornaes do tempo, que dão conta das duas magnificas sessões que estou mencionando. Cito apenas os que conheço: os numeros do periodico *O Independente,* de 11 de abril e 7 de junho de 1836, e o *Jornal dos Amigos das Lettras;* e não transcrevo artigos enthusiasticos, para não alongar o meu capitulo.

Mas pondo de parte esse discurso preliminar, e esses jornaes, contarei o que ouvi em casa muita vez, e a varias pessoas que tinham assistido ás sessões do Collegio dos Nobres.

Ao topo da sala, sobre um estrado alcatifado achava-se o conferente juncto a uma meza pequena, e tendo defronte de si, na sala e nas tribunas, Lisboa inteira. José Feliciano de Castilho era um elegantissimo rapaz de vinte e seis annos, com a physionomia mais viva e os olhos mais penetrantes do mundo. Ainda na velhice mostrava restos estragados da sua prodigiosa edade adulta. Alexandre, menos galante, mas mais distincto, tinha a linha parisiense (como se diz hoje). Magro, cara fina e rapada, nariz aquilino e estreito, era uma verdadeira cabeça lamartiniana.

Com todo este conjuncto agradabilissimo de circumstancias, não admira que as sessões mnemonicas do Collegio dos Nobres dessem brado, e deixassem nas lembranças de todos um sulco profundo, que durou muitos annos.

O publico interrogava, e o conferente respondia. Ao principio as perguntas foram timidas, e intervalladas; a pouco e pouco a attenção foi crescendo, a natural timidez dos interrogadores foi fugindo, e o tiroteio brilhantissimo, o duello entre um homem e centenares d'elles, chegou ao auge do interesse, e durou quatro horas.

*

Deixando porém por agora esta arte valiosa, que durante a emigração de 28 a 34 foi o pão quotidiano dos dois irmãos, voltemos ao nosso poeta, a quem aliás n'esta digressão não abandonámos. Não o abandonámos, porque d'este seu necessario contacto com a nova arte mnemonica, brotou na alma d'elle o primeiro

germen, talvez, dos seus futuros commettimentos de simplificação do ensino publico.

Tout est en tout;

maxima de Jacotot, que o poeta citava muita vez.

*

Concluirei o capitulo com este post-scriptum:

Em ... de ... d'este anno de 1836 era José Feliciano de Castilho nomeado Governador Civil de Santarem. Não chegou porém a tomar posse, por sobrevir a revolução do mez de setembro.

Em 31 de julho do mesmo anno, anniversario do juramento da Carta, cantou-se em S. Carlos um hymno politico, lettra de Antonio Feliciano de Castilho. Vem nas *Excavações poeticas*.

(Continúa).

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

São numerosas as poesias de escriptores portuguezes que se acham em livros de auctores hespanhoes. Quem as colleccionasse todas, teria formado um interessante cancioneiro. Seria um capitulo valioso a ajunctar ao *Catalogo* do sr. Garcia Peres, e por elle se veria a intimidade de relações que existiu por vezes entre os litteratos das duas mais importantes nacionalidades da peninsula. Alguns dos nossos poetas passaram quasi toda a sua vida em Hespanha, e alli exerceram a sua actividade, e até a sua influencia, e por isso não admira que os nomes de Jorge de Montemór, de Miguel da Silveira e de João de Mattos Fragoso, além de outros, appareçam frequentemente nas anthologias e nos livros hespanhoes. No seculo XVI e no seculo XVII era costume preencher as folhas preliminares de qualquer obra com os versos laudatorios dos amigos do auctor. Suppunha-se ingenuamente que era o modo infallivel de alcançar o passaporte da immortalidade. Nós hoje sorrimo-nos d'esta preoccupação, que tantas vezes tocava as raias do extravagante e do ridiculo; mas, se consultarmos a consciencia, veremos que não nos fica a mão muito livre para atirar a pedra ao telhado do visinho. O elogio mutuo continua a florescer da mesma maneira. Não se extinguiu; modificou-se apenas, revestiu-se de novas fórmas, confirmando assim, litterariamente, as theorias do transformismo.

Se a moda era realmente affectada, se a lisonja era a materia prima de todos esses versos encomiasticos, é de justiça todavia confessar-se que algumas vezes o elogio era uma consagração justificada, que a posteridade não tem desmentido. Acontece que algumas obras valem mais pelas paginas preliminares, de collaboração extranha, do que pelo proprio contexto, e ahi se encontram elementos para a historia litteraria da epocha, e que vem elucidar alguns pontos obscuros da biographia e da bibliographia. Uma exploração systematica d'essas producções avulsas deve subministrar forçosamente subsidios valiosos para quem quizer conhe-

cer a fundo as ideias criticas predominantes e a indole caracteristica do periodo litterario correspondente.

Alguns dos nomes que recenseamos são completamente ineditos, não os apontaram sequer os nossos bibliographos, nem os compendiou no seu *Catalogo* o sr. Garcia Peres. Talvez não valham mais que pela novidade ou pela raridade, mas pareceu-nos que não seria absolutamente ocioso inventarial-os. É possivel que se descubram novas provas do seu valor intellectual, e que novos factos appareçam que venham realçar a sua personalidade. Tudo está em encontrar o primeiro ponto de apoio.

A maxima parte das composições poeticas são em hespanhol, mas algumas ha tambem em latim. Quasi todos os livros, que em seguida vamos descrever, sahiram dos prélos de Hespanha, exceptuando alguns que foram impressos em Portugal, onde tão incessantemente se reproduziam as edições hespanholas, e onde tambem se estamparam algumas edições *princeps*.

Dadas estas ligeiras explicações preambulares do nosso trabalho, iniciaremos este elencho por um dos poetas que mais voga teve em Hespanha, onde inaugurou um genero, que tão apreciado foi não só na peninsula, mas na Europa.

I

Jorge de Montemór

A bibliographia portugueza tem sido um pouco madrasta para com este notavel poeta, que enriqueceu a litteratura hespanhola com o seu afamado poema pastoril *La Diana*. No paiz visinho era elle tão considerado, que o tractavam por *excellentissimo poeta,* e Arbolanche lhe chama, por antonomasia, *el Lusitano*. Em Portugal as suas obras não eram bem vistas, e só se fez em Coimbra uma edição do seu *Cancioneiro,* o que é para extranhar, quando era vulgarissimo o reproduzirem-se entre nós os livros de auctores hespanhoes. A inquisição prohibiu a *Diana,* e só nos fins do primeiro quartel do seculo XVII é que se levantou o interdicto. Na dedicatoria da edição de Lisboa de 1624, por Pedro Craesbeeck, lê-se esta clausula;

«Prohibirão-se em Portugal as obras de Jorge de Monte Mayor, parece que em castigo de dar a Reynos estranhos o que devia a este onde nascera, da qual culpa sendo arguido, respondeo, que não seria muyto que hum filho fosse ingrato a Portugal, poys Portugal o tinha sido a tantos filhos: porem que elle para não merecer este nome, determinava de escrever em verso o descubri-

mento da India Oriental; mas a morte que logo lhe sobreveyo lhe atalhou este intento, ou (o que he mays certo) a dita de Vasco da Gama, que ordenou reservar esta empresa para Camões, querendo, que pois ella fora a mayor do mundo, a cantasse tambem o mayor Poeta que n'elle então houvesse.»

Innocencio consagrou poucas linhas a Montemór, e o sr. Brito Aranha procurou até certo ponto reparar a injustiça, ampliando-lhe a bibliographia. Não mencionou comtudo o *Cancioneiro,* impresso em Coimbra por Joam da Barreira, e esqueceu-se de descrever um opusculo rarissimo, de que existe um exemplar — talvez unico — na Bibliotheça Nacional de Lisboa. É a *Glosa de diez coplas de don Jorge Manrrique hecha por Jorge de Montemoor: sobre la muerte de la muy alta princesa dona Maria hija del Rey dõ Juan tercero de Portugal.* Vem descripta sob o n.º 3125 no *Ensayo de una biblioteca,* de Gallardo, e transcripta na integra no *Catalogo* do sr. Garcia Perez.

Outra obra de Montemór, rarissima, de que o *Diccionario Bibliographico* não faz menção, é a *Exposicion moral sobre el psalmo* lxxxvj, onde o nosso poeta se declara cantor da capella da infanta D. Maria. Nicolau Antonio pensava que fosse producção de outro poeta differente do celebrado lusitano. Salvá possuia um precioso exemplar em pergaminho, que descreve sob o n.º 816.

Passemos agora a enumerar os livros em que se lêem esparsas algumas composições poeticas de Jorge de Montemór:

1 — *Las obras del Poeta Mosen Ausias March, corregidas de los errores q̃ tenian.* Valladolid, Sebastiã Martinez, 1555.

Ha no principio o seguinte soneto de Iorge de Monte Mayor al Auctor:

Diuino Ausias que con alto buelo
tus versos a las nuues leuantaste
y a España en tanto grado sublimaste
q̃ Smirna y Mantua quedan por el suelo.
Con alta erudicion diuino zelo
en tal grado tu musa auentajaste
que claro aca en la tierra nos mostraste
la parte que possees en el cielo.
No fue Minerua no la que ayudaua
a leuantar tu estilo sobre humano
ni huuiste menester al roxo Apolo
Espiritu divino te inspirava
el qual a si mouio tu seso y mano
que fuyste entre los hombres vno solo.

No verso do folio 221 lêem-se as seguintes oitavas de Jorge de Monte Mayor, *al Lector:*

Lector, el oro fino y estremado
en sus profundas minas escondido
aun qu'escelente sea y sublimado
y de valor mas alto y mas subido
en quanto al hombre no es comunicado
y de su vena oculta no ha salido
la propria estima tiene en esta vida
que cosa nunca vista ni entendida.

Es oro este poema y tan perfecto
que aun mas que'loro fino vale y pesa
en tus manos esta lector discreto
no niegues el valor a tal empresa
de oy mas sera notorio este secreto
pues lo ha manifestado Iuan de Resa
con su vocabulario tan diuino
que eguale con Antonio y Calepyno.

D'esta obra existe um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Jorge de Montemór traduziu as obras de Ausias March. Salvá descreve longamente, sob o n.º 771, a que se suppõe primeira edição. Não tem indicação de logar nem de anno e intitula-se da seguinte fórma:

Primera parte de las obras del excellentissimo Poeta y Philosopho mossen Ausias March cauallero Valenciano. Traduzidas de lengua Lemosina en Castellano por Iorge de Montemayor, y dirigidas al muy magnifico señor mossen Simon Ros.

Salvá qualifica esta edição de preciosa e curiosissima, sendo até então desconhecida de todos os bibliophilos. Descreve tambem, sob o n.º 772, a segunda impressão, de Madrid, Francisco Sanchez, 1579.

2 — *Historia ejemplar de las dos constantes mujeres Españolas, de D. Luis Pachseo de Narvaez.* Madrid, en la imprenta del Reino, 1635.

Esta obra vem descripta em Gallardo sob o n.º 3308, e ahi se diz que entre os versos encomiasticos se encontram de Montemayor.

Será, porém, o nosso poeta? Parece-nos que é outro, seu homonymo, mais recente.

3 — *Cronica del Gran Capitan Gonzalo Hernandez de Cordoba y Aguilar, por Hernando del Pulgar.* Sevilla, en casa de Andrea de Pescioni, 1582.

4 — *Floresta de varia poesia, de Diego Ramirez Pagan.* Valencia, por Iuan Nauarro, 1562.

5 — *Risso y planto de Democrito y Heraclito. Traduzido de Yta-*

liasso en nuestra Lengua Vulgar, por Alfeo de Lobera. Valladolid, Sebastian Martinez, 1554.

Tras ao principio um soneto de Jorge de Montemór em honra do traductor.

6 — *Carlo famoso, de D. Luys Çapata.* Valencia, Juan Mey, 1566.

7 — *Compendio de las hystorias del reyno de Napoles del famoso Doctor Pandolfo Colenucio jurisconsulto. Traduzido por Nicolas Spinosa.* Valencia, Joan Navarro, 1563.

Entre os versos laudatorios uma estancia de Montemór.

8 — *Primera parte de la Caroleu, trata las victorias del Emperador Carlo V Rey de España. Compuesta por Hieronymo Sempere.* Valencia, Joan de Arcos, 1560.

Soneto.

9 — *Orígenes de la lengua española, compuestos por varios autores, recogidos por Don Gregorio Mayans i Siscár.* Madrid, Juan de Zuniga, 1737.

É esta a edição que encontramos descripta em Salvá sob o n.º 2321. O sr. Brito Aranha transcreve da obra de Mayans para o *Diccionario Bibliographico*, vol. XII, um soneto em portuguez de J. de Montemór.

(*Continúa*). SOUSA VITERBO.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX — AGOSTO DE 1891

SEGUNDA SERIE — N.° 2

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO — por **Abel Andrade** 81

RESUMO DO CASO MEDICO-LEGAL — GONÇALVES (PORTO) — por **A. J. Ferreira da Silva** 94

ALGEBRA (Ao sr. J. C. Medeiros) — por **Junio de Sousa** .. 103

CONTRIBUTIONS À L'ÉTUDE DE LA FAUNE ENTOMOLOGIQUE DE S. THOMÉ — por **V. Fairmaire** 112

LATINO COELHO — por **F. P.** 117

Á PATRIA (poesia) — por **Latino Coelho** 119

D. PEDRO V — por **J. M. Latino Coelho** 124

VERSÃO DAS ELEGIAS DE A. TIBULLO (poesia) — por **A. A.**.. 129

MEMORIAS DE CASTILHO — por **Julio de Castilho** 134

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES — por **Sousa Viterbo** 140

BIBLIOGRAPHIA — por **Fernando Martins de Carvalho**..... 146

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO

Entre as modernas questões, suscitadas pela investigação analytica da dynamicidade intencional do Cartesianismo, julgamos importantissima a que se refere ás relações de Descartes com o Racionalismo.

A continua dependencia, primaria ou secundaria, dos systemas philosophicos, ou por via de filiação genetica ou de simples influencia, apresenta-se á intelligencia de todos os pensadores como um facto indiscutivel. E não se julgue, que d'este modo estamos obrigados a legitimar uma excepção para os phenomenos philosophicos; similhante dependencia se observa na ordem social e em todos os phenomenos constitutivos e integrantes de um todo organico.

Sem pretendermos apresentar uma doutrina completamente nova, afastar-nos-hemos entretanto do exclusivismo de Ritter, de Zeferino Gonzales, do Abbade Thomas e de tantos outros, que unicamente attendem aos corollarios, que os successores de Descartes conseguiram deduzir dos seus principios, menosprezando as suas intenções,—quem sabe?—talvez orthodoxas e diametralmente adversas ao Racionalismo.

Um critico imparcial não deve desprezar a intencionalidade de um philosopho, todas as vezes que se discute a eschola em que se filía o seu systema doutrinario. Bem sabemos que a influencia consequente permanece a mesma independentemente da intencionalidade; entretanto mui justo será o critico philosophico, se, investigando o sentido primitivo e authentico de certa doutrina, não deixar de registrar a sua potencia causal e consequentemente positiva.

Para bem procedermos, em harmonia com esta ordem de idéas, dividiremos o nosso estudo em tres capitulos:

Capitulo I—Seculo de Descartes.
Capitulo II—O Racionalismo de Descartes.
Capitulo III—Influencia do Cartesianismo sobre o Racionalismo.

CAPITULO I

Seculo de Descartes

A razão e a auctoridade; symptomas da revolução philosophica; *scepticismo* (Cornelio Agrippa, Montaigne, Charron, Lamothe-Levayer); *corrente anti-Aristotelica* (o Aristoteles grego e o germanico; Policiano, Pomponazzi, Melanchton, Patrizzi, Pico de Mirandola; a renascença; o Aristoteles orthodoxo de Bolonha, etc.); *os primeiros racionalistas* (Ramus-Pierre de la Ramée, Bruno, Vanini, Campanella); *o mysticismo,* etc.

Para calcularmos rigorosamente a energia potencial do Cartesianismo em meio do philosophismo do seu tempo e cumulativamente a sua influencia sobre o Racionalismo, necessitamos de conhecer a gradação thermometrica dos espiritos coevos do eminente philosopho. É para nós um dogma, que muitas vezes a existencia de certa corrente philosophica depende mais do meio adequado em que se disseminaram germens, que não são talvez extraordinarios, —symbolos de idéas, que tambem não constituem patrimonio exclusivo de superiores espiritos. Ahi está a historia, que nos mostra muitas vezes os homens de um seculo abraçarem uma idéa, por isso mesmo que a sua capacidade philosophica se encontra atonica e desgostosa deante de systemas decadentes. É que o espirito humano exige alimentação condigna; quando não saboreia pratos de alta cosinha, contenta-se com um philosophismo qualquer.

Para bem apreciarmos a acção racionalista de Descartes julgamos necessario traçar um esboço das tendencias philosophicas da transição do seculo XVI–XVII.

Durante muitos annos reinava nas escholas, como nas academias, universidades e demais institutos scientificos o Aristotelismo; o mesmo paço dos reis não ficava distante da acção de simillhante doutrina. Entretanto no começo do seculo XVI iniciou-se uma lucta

encarniçada da razão contra Aristoteles ou melhor contra a auctoridade tradicional, que a razão não queria supportar. N'esta lucta, que necessitamos demonstrar dentro dos acanhados limites d'este capitulo, divisava-se a razão indomita de philosophos irrequietos atravez dos varios symptomas disfarçados n'uma rivalidade entre Platão e Aristoteles, n'uma opposição do verdadeiro ao falso Aristoteles ou em factos congeneres. E' certo, porém, que no meio de similhante movimento não appareceu até Descartes nenhum systema unitario e organicamente constituido; dispersos os elementos do systema, era necessario um vigor de doutrinas systematisadas para orientar a opinião scientifica vacillante. Ha muitos momentos similhantes na vida nacional e scientifica dos povos, momentos que conjecturamos pathologicos; n'este estado se encontra actualmente, por exemplo, o povo portuguez disposto a trilhar a esteira do primeiro aventureiro.

Esse pulso vigoroso, que levou após de si a opinião vacillante depois de algumas refregas, foi Descartes.

Mas demonstremos, a linhas geraes, a feição caracteristica do seculo de Descartes para não serem julgadas infundadas as nossas asserções.

No meio dos complexos phenomenos de toda a ordem, que se succedem, confundem e entrecruzam, podemos talvez descobrir quatro symptomas da mesma energia revolucionaria da razão contra a auctoridade:

a) Scepticismo;
b) Corrente anti-aristotelica;
c) Os primeiros racionalistas;
d) O mysticismo, o pietismo e demais seitas religiosas.

Não se julgue que esta ordem de correntes é restricta a certos e determinados annos; de modo algum. Coexistem todas e actuam conjunctamente.

a) Scepticismo

Parecerá extranho apresentar o scepticismo como symptoma racionalista; alguem julgará que o sceptico, por isso mesmo que o é, reconhece a impotencia da sua razão para resolver certa ordem de questões superiores; muito ao contrario, dir-se-ha, o scepticismo é contra as prorogativas da razão.

Não pensamos assim. Na natureza do scepticismo comprehende-se o debutar racionalista; o sceptico por systema nada sabe, mas reconhece na sua razão a faculdade de conhecer tudo; o conflicto da convicção da sua capacidade intellectual para conhecer tudo

com os desenganos da triste experiencia, que só pouco póde attingir, produz este pathologico estado em que se encontra o sceptico.

Desde que o homem creia na limitação das suas faculdades, não é sceptico, não o póde ser, pois possue alguma certeza,—a da limitação da sua capacidade intellectiva e, implicitamente, uma determinada faculdade de conhecer.

Outro tanto não succede ao racionalista: admittindo por egual a faculdade racional de conhecer tudo e considerando que não póde attingir certas verdades superiores, começa por desconfiar da sua faculdade cognoscitiva. D'aqui ao scepticismo não dista muito.

Justificado assim o nosso plano, é conveniente referirmo'-nos á corrente sceptica do seculo XVI.

Em 1531 Cornelio Agrippa publica o seu celebrado livro—*Sobre a incerteza e vaidade das sciencias;* n'este trabalho apresentam-se denodadamente os mais avançados principios racionalistas junctamente com o scepticismo.

Montaigne (1533–1592) produziu mais deleteria influencia com a sua Apologia de Remond de Sebonde; os variados e capciosos argumentos dos scepticos são expostos na Apologia com finissima graça; Montaigne apresenta-se honestamente e com o maximo respeito apparente pelos principios da razão e pela fé, insultando-os ao mesmo tempo; assim consegue introduzir a sua descrença no mundo devoto, que gosta de ouvir exalçar a superioridade da fé e os legitimos e justos direitos da razão, como em todos os lares descrentes, que se deliciam a passar bem algumas horas observando os finissimos fulgores do genio de Montaigne.

É digno das censuras de muitos criticos o modo pouco leal como Montaigne, defendendo os direitos da razão e da fé, dirige áquella e principalmente á fé, as mais acres e irreverentes invectivas. Ao mesmo tempo que faz as suas affirmações racionalistas, Montaigne exclamava: *Que sais-je?*

As mesmas doutrinas de Montaigne foram reduzidas a compendio por Charron (1541–1603), que, embora systematisasse os principios scepticos do espirituoso Montaigne, não conseguiu substituir com o seu processo o que a causa do scepticismo perdeu com a fina *verve* do auctor da Apologia.

Houve tambem quem apresentasse em linguagem elevada os principios do scepticismo, embora moderado. Sanches (1552–1632), professor de philosophia e de medicina na Universidade de Tolosa, no seu trabalho—*De multum nobili et prima universali scientia,* propõe-se discutir com os sabios e as escholas. Em que consiste essa sciencia universal por excellencia? em demonstrar que se não sabe e que é impossivel saber coisa alguma—*quod nihil scitur*—.

Esta obra, embora escripta em latim, não tem a fórma escholastica; «*quid?*» eis a divisa de Sanches; «*nihil scitur*» eis a sua conclusão. Em tudo encontra motivos para duvidar: *quo magis cogito, magis dubito,*—eis o resultado dos seus esforços para a descoberta da verdade.

A todos estes scepticos é conveniente addicionar Lamothe-Levayer (1588–1672), que em 1632 escreveu os Dialogos de Orasio Tubero; embora não possua a fina *verve* de Montaigne, suppre talvez com a erudição a deficiencia do ingenho superior, que não possue.

Eis um esboço da corrente sceptica do seculo XVI. Descartes filia-se n'ella, ou pela feição racionalista, que se deu braços por vezes com similhante systema, ou pela duvida methodica, mediante a qual Descartes tentou pulverisar a insciencia do seu seculo.

b) Corrente anti-aristotelica

É de todos conhecido o longo predominio da doutrina de Aristoteles, cujas idéas, por vezes alteradas, originaram frequentemente polemicas violentas. Com o seculo XVI começa Aristoteles a perder terreno, que vai ser occupado por outro qualquer philosopho, Platão, Parmenides, Anaxagoras, Democrito, Epicuro, Cicero, etc., ou pela razão individual. Devemos mesmo notar que, n'esta lucta de Platão ou outro qualquer philosopho contra Aristoteles, vence sempre a razão, que combate sob pseudonymos varios. Assim devemos apreciar o conflicto das varias interpretações de Aristoteles. Policiano, descobrindo antilogias entre o Aristoteles grego e o germanico,—Pomponazzi, distinguindo o verdadeiro Aristoteles do Aristoteles da Escholastica, —Melanchton, oppondo á escholastica uma philosophia Aristotelica,—o zelo exaggerado de Patrizzi pedindo a substituição de Aristoteles por Platão,—Pico de Mirandola, discutindo os textos de Aristoteles,—tudo isto são symptomas do predominio da razão individual, que tenta arcar com as velhas e respeitaveis tradições consubstanciadas em Aristoteles. Aristoteles, para todos estes philosophos, não é o chefe de uma eschola, mas o symbolo da tradição. Com esta se levanta a lucta.

Entretanto, como o movimento assume esta nova phase, assim o estudaremos, sem desconhecermos entretanto as idéas que elle representa.

O renascimento das lettras, artes e sciencias,—o conhecimento dos textos originaes de Platão mediante os manuscriptos que vieram

com os gregos de Constantinopla expulsos por Mahomet —, o estudo do grego e demais linguas antigas, que n'esse tempo assumia uma importancia de primeira ordem, tudo isto permittiu o conhecimento pleno de Aristoteles e Platão e convidou os eminentes pensadores á analyse dos textos originaes. Assim se começou a duvidar de uma sciencia, tantas vezes secular; no meio da duvida surgiu uma sympathia, e com esta se lançou a razão na liberdade de exame.

Patrizzi (1529–1597), em nome da fé, convida o Papa a desthronar Aristoteles, collocando em seu logar Platão; egual convite endereça aos theologos do seu tempo. A mesma discussão da authenticidade dos textos Aristotelicos, levantada por Pico de Mirandola (1463–1494) encontrou em Patrizzi um ardente e enthusiasta polemista; chega a concluir que sómente tres ou quatro textos possuem as notas da verdadeira authenticidade. Bernardino Telles, pusilanime até ao ponto de não ter a coragem necessaria para atacar Aristoteles, chama em seu auxilio a auctoridade de Parmenides; assim protegido, pulverisa a Physica de Aristoteles e apresenta uma doutrina completamente differente das idéas do seu tempo. Chrysostomo Magnino oppõe a Aristoteles Democrito, practicando o mesmo expediente de Telles; Guilherme de Berigard defende os Jonios e Anaxagoras das injustas censuras de Aristoteles, a que se refere insistentemente Berigard; Gassendi (1592–1655) restaura Epicuro, para assim proteger com a auctoridade dos antigos as suas concepções.

Muitos criticos, apreciando esta restauração systematica da philosophia antiga, descobrem n'este procedimento dos philosophos do seculo XVI um simples prurido de erudição; não julgamos assim. Todos ouviam soar a ultima hora do Aristotelismo, mas ninguem se atrevia a defrontar com um monumento tantas vezes secular; a razão individual reconhecia a inutilidade do Aristotelismo, mas não se sentia bastante forte para a lucta; a unica solução razoavel consistia em recorrer á antiguidade e procurar na vetustez dos tempos os argumentos fortes que a sociedade do seculo XVI não lhes podia garantir. Assim se deve, julgamos nós, apreciar este movimento philosophico.

O conhecimento dos textos originaes e, mais do que isso, a necessidade que tinham os Peripateticos de se defenderem, provocaram a dissensão dentro da mesma eschola de Aristoteles; uns davam mais consideração a esta interpretação, outros inclinavam-se pela tradição escholastica; havia quem jurasse sob as bandeiras de Alexandre de Aphrodisa, como tambem outros substituiam a opinião de Aphrodisa por outra qualquer.

Os pensadores do seculo XVI surprehenderam-se extremamente, quando compararam os textos originaes de Aristoteles com as

traducções e os commentarios da Escholastica. «Comparei, exclamava Policiano, o Aristoteles grego com o Aristoteles germanico, isto é, a synthese da eloquencia com um todo disforme e barbaro, e lamentei soffrido que o Aristoteles grego não foi traduzido, mas desnaturado.»

Para logo se fundaram duas escholas: o Aristotelismo puro, de Padua e Bolonha, sustentado por Pomponazzi e Melanchton— como elles diziam—, e o Aristoteles da escholastica, falso, adulterado, barbaro; assim o increpavam os seus adversarios.

Pomponazzi intenta sustentar que o verdadeiro Aristoteles é incompativel com a doutrina da Egreja; segundo este racionalista incipiente, Aristoteles sustenta que a alma não é immortal, que Deus não é uma Providencia, que o mundo é eterno, que não ha anjos, nem demonios, nem milagres, e tudo isto é anathematisado pela Egreja.

Levado por esta ordem de idéas, chega a concluir Pomponazzi, que crê como christão o que é impossivel acreditar como philosopho.

D'este modo vibrava-se o golpe mais fundamentalmente destruidor com que era possivel mimosear Aristoteles: a sua philosophia era incompativel com a doutrina da Egreja.

Não se julgue que Pomponazzi estava só; com elle se encontravam muitos seculares, innumeros medicos, espiritos avançados, livres pensadores, que nutriam uma certa satisfação, desenvolvendo similhante antithese entre Aristoteles e a Egreja.

Bem reconhecia esta propaganda vastissima Melchior Cano: no concilio de Trento pede promptas providencias contra similhante eschola, que infestava uma parte importante da Italia. Affirmando sempre os discipulos de Pomponazzi, que acreditam como crentes o que repudiam como philosophos, ahi vão esses prenunciadores do livre exame caminhando desenfreadamente e compromettendo simultaneamente a Egreja e a razão.

Era tal o odio que se desenvolvia contra a doutrina de Aristoteles, que a mesma Grammatica protestava contra a belleza do latim maculada pela escholastica. Que direi, exclama Mario Nizzoli, que direi d'essa immensidade de termos barbaros e desusados, mas empregados quotidianamente pelos escholasticos? quem não lhes ouve fallar constantemente em potencialidades, quiddidades, entidades, etc., etc., e innumeros termos congeneres e de egual belleza?

Assim era desthronado Aristoteles; a razão occultava-se sob innumeras fórmas para guerrear Aristoteles, o respeito pela tradição.

c) Os primeiros racionalistas

Já analysámos os dois momentos chronologicos da transição da vida tradicional para o racionalismo; dentro da mesma eschola tradicional-Aristotelica, os espiritos avançados começaram de duvidar; descreram mais tarde e iniciaram a revolta da razão escudados na respeitabilidade dos philosophos antigos.

N'esta secção analysaremos a feição racionalista de alguns homens importantes do seculo XVI; antes d'isso cumpre-nos observar que não vamos encontrar um systema em que estejam encorporados principios racionalistas; entretanto apparecer-nos-ha a idéa d'este systema e vel-a-hemos caminhar, triumphante por vezes, embora sobre cadaveres.

Os vultos mais importantes, que symbolisam a lucta da razão contra Aristoteles, são Ramus (Pierre de la Ramée), Bruno, Vanini e Campanella.

Ramus ou Pierre de la Ramée (1515–1572), em Paris, no centro do mundo scientifico, no dominio da doutrina Peripatetica, ousa atacar directamente a doutrina de Aristoteles.

No IV livro das *Animadversiones Aristotelicae* conta como, depois de se ter desprendido das trevas de Aristoteles, concebeu o pensamento de uma doutrina philosophica. Depois de ter estudado alguns annos a doutrina de Aristoteles e lamentando os poucos fructos colhidos da sua applicação a similhante systema, assim exclama: «Hei misero mihi! ut obstupui, ut alte ingemui, ut me naturamque meam deploravi, ut infelici quodam miseroque fato et ingenio a musis prossus abhorrenti me natum esse judicavi, qui nullum fructum ejus sapientiae quae tanta in Aristotelis logicis praedicaretur, percipere aut cernere tantis laboribus potuissem!»

Em seguida refere a extraordinaria influencia que, após este momento de desalento, sobre elle exerceram os dialogos de Platão, que pela primeira vez fizeram brilhar a seus olhos a luz da verdade. O que mais seduziu Ramus foi o procedimento de Socrates recorrendo sempre á razão para refutar as falsas opiniões. «Porque não adoptaremos para com Aristoteles este interessante processo de Socrates?—Quid plura? coepi egomet sic mecum cogitare: hem! quid vetat paulisper socratizein?»

Devemos observar que a influencia de Platão sobre Ramus versou unicamente sobre a fórma exterior e nunca sobre a dialetica; podemos até dizer que Ramus não tinha dialetica. Em compensação os seus trabalhos eram sempre animados de um espirito unitario, muito para elogiar, que o levou a relacionar a philosophia

com as mathematicas. Assim emancipou a sciencia do jugo de Aristoteles, secularisou a lingua philosophica, levantou a razão, a experiencia e o calculo, e consummou talvez uma reforma pedagogica, litteraria e moral.

Sem nos demorarmos mais com Ramus, diremos que a sua defesa dos direitos da razão, como elle mesmo diria, nem constituiu um systema logicamente deduzido, embora elle lhe tentasse imprimir artificialmente certa unidade, que não possuia, nem tão pouco produziu effeitos duradoiros, mas sobretudo completos. Foi mais alguma polvora nos complexos elementos racionalistas do seculo XVI, mas não orientou sequer o seu meio.

Entretanto não queremos dizer que a influencia de Ramus fosse nulla; de modo algum. Não sem motivo, em 1624, meio seculo depois da morte de Ramus, o Parlamento condemnava á morte quem ensinasse maximas contra os antigos auctores, especialmente contra Aristoteles.

Bruno (1550–1600) defendeu na Italia, Inglaterra e França idéas racionalistas. Achamos imprudente a critica dos que, como Huet, julgam encontrar em Bruno um systema completo. Muito ao contrario Bruno perfilha as mais variadas e contradictorias doutrinas, que se desenvolvem sempre n'um fundo pantheista de carregadas côres racionalistas.

Vanini (1585–1619), napolitano como Bruno, volta á antiguidade e, mui ao contrario dos seus confrades no sacerdocio da apologia da razão, diz-se Aristotelico, mas d'aquelle Aristotelismo de Bolonha e Padua, defendido por Pomponazzi e que era incompativel com a Biblia.

Para nos convencermos ainda outra vez da incoherencia, da falta de unidade e mesmo da antilogia constante em que vivem os philosophos d'este seculo, bastará considerarmos o retrato d'elles em Vanini. No *Amphitheatro* apresenta-se adversario de Luthero, apologista de Moysés, defensor da existencia de Deus, da providencia e da liberdade humana; nos dialogos—*De admirandis reginae Deaeque mortalium arcanis* ri-se de tudo o que tinha sustentado no Amphitheatro. Mais tarde identifica Deus com a natureza, affirma que o mundo é movido pela sua fórma e não pela vontade de uma intelligencia; não crê na immortalidade, nem na espiritualidade da alma, etc.

Campanella (1568–1639), tambem napolitano, muito nos auxilía na comprehensão do estado do seculo em que nasceu Descartes. Orthodoxo e talvez papista, é um dominico fiel aos votos da sua ordem, um adversario convicto dos herejes e dos atheus.

Na sua philosophia domina um empirismo alliado a um mysticismo exaggerado: pretende demonstrar que todas as faculdades

intellectuaes se reduzem á sensação; só os sentidos nos dão a absoluta certeza: «ejus enim cognitio certissima est quia sit in objecto praesente.»

No ser ha tres propriedades fundamentaes: potentia essendi, amor essendi, sapientia essendi. Todos os seres derivam d'estas tres propriedades fundamentaes.

Explicava racionalmente a virtude da triade e tentava mesmo approximar-se racionalmente da Trindade.

Era astrologo; no mesmo anno em que Descartes publicava o seu Discurso sobre o methodo, Campanella tomava o horoscopio, examinava os astros e predizia a vida futura do Delphim, filho de Luiz XIII.

Podemos dizer sem receio de errar: Campanella era um philosopho incoherente; as suas doutrinas não obedeciam a uma organisação systematica.

D'estas poucas palavras sobre o estado da philosophia ao tempo do nascimento de Descartes deduz-se que não havia um systema *dominante*: Aristoteles já não exercia universal imperio nas intelligencias; a razão individual desthronara-o e tentava levantar-se sobre os escombros do Aristotelismo. Entretanto não apparece um philosopho com o pulso necessario para orientar a opinião, medeante os meios condignos, isto é, medeante um systema que illumine o chaos e que aproveite os elementos dispersos, nativamente dispostos para se encorporarem n'uma synthese racionalista.

d) O mysticismo, pietismo e demais seitas religiosas

Vamos referirmo'-nos ao estado religioso do seculo em que viveu Descartes. Não nos propomos entrar em grandes desenvolvimentos, embora possuamos trabalhos promptos e mais ou menos completos sobre este assumpto (1). Diremos o necessario para reconstruirmos o scenario de Descartes.

No seculo XVI o mysticismo assume uma preponderancia extrema; os philosophos mysticos d'este seculo intentam relacionar-se com a mysteriosa e antiga doutrina da kaballa e com o proprio texto da Escriptura, interpretado allegoricamente.

Embora combatam abertamente Aristoteles e os excessos da razão, é certo que exaggeram muito o ambito da faculdade racional,

---

(1) Opportunamente publicaremos uma monographia em que se estuda o estado religioso do seculo XVI.

determinando a seu modo os sentidos allegoricos e desprezando por vezes caprichosamente o sentido litteral.

Não nos illudamos: estes mysticos, veneraveis pela sinceridade das suas crenças, devem ser considerados como apostolos fervorosos, embora inconscientes, do exame individual.

Jacob Boehm, talvez o primeiro mystico do seculo XVI, conta que o seu espirito astral, impressionado com a subita apparição de um vaso de estanho, foi transportado ao centro da terra, e de tal modo se compenetrou da luz divina, que d'ahi por deante conseguia ler os mais reconditos pensamentos na essencia de qualquer individuo.

Cardan crê nos sonhos e na arte de adivinhar e ufana-se por ter visões sobrenaturaes e conversar com um seu espirito familiar.

João Baptista van Helmont contemplava a sua alma, fóra de si mesmo, objectivada n'um ponto luminoso; chegava mesmo, dizia, a conversar com ella. Todas as vezes que desejava resolver um problema conseguia concretisal-o; sonhava com elle de noite e resolvia-o quasi sempre.

Este mysticismo, pretendendo fazer derivar tudo da unica revelação divina individual, causou a emancipação da razão ou pelas suas diatribes contra o formalismo escholastico e theologico ou pela audacia das visões metaphysicas ou pelas suas interpretações allegoricas das escripturas, que mais tarde produziram a exegese racionalista.

Não confundamos estes mysticos (Boehm, Cardan, etc.) com os precursores de Spener, com os Pietistas do seculo XVI; aquelles não se limitavam como os Pietistas a contemplar a luz interior, que tambem admittiam; iam mais longe, provocavam as visões pela theurgia, pela magia diabolica ou angelica, pela evocação dos espiritos, medeante practicas maravilhosas. Foi principalmente por causa d'estas practicas, que os mysticos se metamorphosearam, por um momento, em alchimistas, verdadeiros precursores dos chimicos modernos.

Não assim os Pietistas, que se entregavam unicamente á contemplação da luz interior, da divina revelação, como elles diziam.

Luthero, Calvino, Zuinglio e Munzer foram pietistas: para distinguir a falsa da verdadeira doutrina, Luthero recorre á revelação interior, que ha de necessariamente guiar o homem na resolução de tão importante problema; essa luz interior ensina similhante distincção a Calvino, como a faculdade da visão separa o preto do branco; Munzer, com o verbo interior que o Espirito Sancto lhe revela, interpreta a Biblia collocando-se acima d'ella.

Schwenkfeldt von Ossig (1490–1561) considera o seu Evangelho interior superior a todos os Evangelhos do Christianismo.

Como estes pietistas, pensam João de Leyde, Hans Denk (+ 1528), Luiz Hetzer (+ 1529), Arnd, Joris, etc.

Mas o que é essa luz interior que o homem possue senão a razão individual? Como conceber essa superioridade da razão sobre a Biblia, se não considerarmos o Pietismo como o mais radical racionalismo disfarçado em luz interior, que outra coisa não é além da razão individual?

Embora salvemos a boa fé dos precursores de Spener, cumpre-nos dizer que no seu systema se encontram os elementos necessarios para a constituição do racionalismo.

Entre os variados systemas que surgiram do Protestantismo houve duas seitas, que mais justamente traduziram no seculo XVI o espirito da reforma: referimo'-nos ao Arminianismo e Socinianismo.

Os Arminianos, assim chamados de Thiago Harmensen ou Arminio (1560–1609), nada mais foram a principio do que uma reacção contra a predestinação e a graça calvinista.

A sua doutrina resumia-se n'esta maxima—«nulla auctoritas rationis sed ratio autoritatis regina dominaque esse debet:» era este o lemma de Ramée acceite por Arminio. Sustentou esta doutrina em Genova, onde estudou com Theodoro Beza,—em Padua ouvindo Zabarella e em Leyde, quando ahi leu Theologia.

Os seus discipulos, chamados *Remonstrants,* prégaram a completa liberdade de consciencia.

Os Socinianos prégaram o mais bem acabado racionalismo; por vezes o respeito por Calvino conteve Lelio Socino dentro das formulas protestantes. Fóra d'isso em toda a doutrina apparece o puro racionalismo.

*

Eis o meio em que appareceu Descartes; a philosophia, desligada de Aristoteles, debatia-se no meio dos mais paradoxaes absurdos; não havia um systema bem organisado, embora todos os pensadores se inclinassem pelo levantamento da razão individual.

O vacuo deixado pelo desapparecimento de Aristoteles necessitava de ser preenchido; entretanto ninguem se julgava capaz de o substituir.

A corrente religiosa, perplexa entre o litteralismo e o pietismo, inclinou-se alfim pelo mysticismo: o mesmo é dizer que se manifestou com predisposições racionalistas.

No seculo XVI encontramos os meios necessarios para a constituição de um qualquer systema philosophico; os alchimistas des-

cobriram innumeras propriedades materiaes; o philosophismo conta muitas verdades aproveitaveis, mas adulteradas com as tendencias racionalistas.

Os materiaes do grande edificio estão prestes a justapôr-se; falta a argamassa do genio para reunir systematicamente os elementos dispersos; vai apparecer Descartes, o grande artista.

(Continúa). ABEL ANDRADE.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

TOXICOLOGIA

RESUMO DO CASO MEDICO-LEGAL — GONÇALVES (PORTO)

Erro pharmaceutico. Estrychnina em vez de santonina n'uns pós vermifugos.

I

Não é cousa para causar espanto, nos annaes da toxicologia portugueza, a investigação e descoberta dos alcaloides vegetaes em casos de envenenamento. Das estatisticas publicadas no *Instituto* de Coimbra (1) consta que os peritos encarregados, n'aquella cidade, das analyses toxicologicas, no periodo de 1859 a 1871, os srs. drs. F. A. Alves e Serra de Mirabeau, determinaram n'um caso, a atropina, que foi extrahida de um decocto de folhas de belladona (2), e n'um outro caso, a estrychnina. D'esta ultima investigação encontra-se, no jornal já citado, um extracto (3), no qual são apontados os methodos que foram usados para descobrir aquelle alcaloide em visceras suspeitas, methodos entre os quaes figura o de Stass.

Anteriormente a esta epocha, encontramos no mesma revista, noticia de um exame toxicologico de visceras, realisado pelo sr.

---

(1) Vide o *Instituto*, jornal scientifico e litterario, vol. xv. Coimbra, 1872, pag. 53 a 56.
(2) Idem, vol. xi, pag. 149 e 150.
(3) Idem, vol. xiii. Coimbra, 1866, pag. 58 e 59.

dr. COSTA SIMÕES, por 1856, em que este distincto homem de sciencia procurou determinar a presença dos alcaloides em materia suspeita (1), pelo mesmo methodo de STASS, que tinha sido publicado, quatro annos antes, pelo seu auctor, a proposito da notabilissima investigação medico-legal no processo Bocarmé.

De alguns relatorios publicados no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana,* resulta tambem que era corrente nas investigações medico-legaes realisadas pelos peritos d'essa sociedade, os srs. dr. JOAQUIM JOSÉ ALVES e MANUEL VICENTE DE JESUS, o emprego do referido methodo para a determinação dos venenos organicos. Citarei, entre outros relatorios, o que tem a data de 2 de abril de 1859 e se refere ás visceras do cadaver de Manuel Braz Alegria, e o de 20 de novembro de 1871, que diz respeito ás materias suspeitas do cadaver de D. Maria Hygina Gonçalves do Rego (2).

Têm sido até agora muitissimo raros entre nós os envenenamentos determinados por meio dos alcaloides, podendo-se dizer que os venenos mais usados pelos suicidas ou pelos criminosos são o arsenio e o phosphoro.

Em Inglaterra e na França, depois que os methodos de investigação dos venenos mineraes se aperfeiçoaram, têm recorrido os criminosos a outros toxicos, e, no grupo dos alcaloides, á estrychnina. Em Inglaterra especialmente, onde se póde adquirir com a maior facilidade o *Battle's vermin killer,* veneno para ratos, na composição do qual figura aquelle energico alcaloide, é a estrychnina bastante usada, e o numero de crimes e suicidios de que tem sido agente, muito consideravel. Das estatisticas apura-se que 45 % dos suicidios em Inglaterra são commettidos por meio da estrychnina; em França, a proporção é muito mais baixa, de 18 a 20 %.

A estrychnina tem tido tambem parte importante na estatistica dos envenenamentos commettidos por accidentes e erros pharmaceuticos. Os accidentes são determinados na maior parte pelo exaggero das dóses de estrychnina, applicada como medicamento. Os erros pharmaceuticos são devidos, cousa notavel, na quasi totalidade á troca da santonina, applicada como vermifugo, pela estrychnina, troca que se explica por uma similhança de nomes. Mais de 12 % dos envenenamentos pela estrychnina se explicam por esta fórma (MEHAUTÉ).

---

(1) Idem, vol. IV, pag. 259 e 260, 267 e 268.

(2) *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana,* 6.ª serie, tomo 3.º, 1872, pag. 61 a 64.

No *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* encontramos tambem a noticia de muitos accidentes e casos fataes, determinados por uma mistura de santonina com calomelanos, vendida n'uma pharmacia do Rio de Janeiro (rua da Carioca, n.º 113). A analyse demonstrou que essa santonina continha estrychnina.

Eu mesmo, trabalhando ha doze annos com os srs. J. PINTO D'AZEVEDO e I. F. MOURA, tive occasião de applicar os methodos de investigação dos alcaloides n'um caso que causou alguma sensação no Porto, porque diz respeito ao fallecimento de uma creança, determinado por um erro similhante no aviamento de uma receita.

A raridade de taes casos entre nós e a analogia que tem aquelle a que acima nos referimos com um outro que lemos n'uma publicação recente, e foi observado pelo dr. M. G. TOURDES, professor de medicina legal na Faculdade de Nancy, referente a uma creança de sete annos de edade, residente em Koenigshoffen (perto de Strasburgo), levam-me a publicar o resumo do que eu estudei.

O caso narrado pelo professor de Nancy foi tambem fatal. Teve por causa a troca da santonina pela estrychnina, em pastilhas vermifugas. A analyse permittiu reconhecer, com toda a evidencia, a presença da estrychnina no resto das pastilhas. Os symptomas observados durante a molestia da creança fizeram suspeitar que a troca de medicamentos se tinha dado; o exame toxicologico das visceras não forneceu indicações sufficientes para se poder affirmar a presença d'aquelle alcaloide; comtudo, as circumstancias de facto, a presença da estrychnina nas pastilhas que restavam, a apparição subitanea dos accidentes depois que a creança tomou o medicamento, a natureza dos symptomas absolutamente characteristicos, o genero de morte, a rapidez do termo fatal e os resultados da autopsia, não deixaram duvida alguma a respeito do envenenamento pela estrychnina.

Circumstancias similhantes se deram no que vamos narrar.

Pelo resumo se poderá apreciar o modo como os peritos comprehenderam o problema toxicologico, e a circumspecção com que se houveram nas conclusões.

II

O menor J*, filho de J. A. Gonçalves, morador na rua de Sancto Antonio, da cidade do Porto, tendo seis annos de edade incompletos, apresentava symptomas que levaram a crer a exis-

tencia de vermes intestinaes. No dia 15 de agosto de 1878, cerca do meio-dia, o medico, dr. L. Torres, conversando com o pai do menor e ouvindo d'elle a affecção da creança, receitou um pó vermifugo, cuja composição era a seguinte:

Santonina Calomelanos	aã.....	5 centigrammas
Rhuibarbo em pó finissimo		1 decigramma

Mande em uma capsula de hostia e como esta mais duas. Uma capsula de manhã cedo, tres dias seguidos.

Porto, 15—8—78.

O pai mandou aviar a receita no mesmo dia á pharmacia R*. Na noite d'esse dia sahiu o menor com seu pai para fóra de casa e recolheu, seria meia-noite. N'esta occasião foi dada á creança a primeira dóse do medicamento que tinha vindo da pharmacia R*. Passados apenas dois minutos, o menino achou-se muito incommodado, teve depois convulsões fortissimas e ficou todo hirto. É chamado immediatamente o medico da familia, o dr. F. J. de Sousa Loureiro, mas os seus esforços foram impotentes para salvar a creança, que falleceu cerca das duas horas e meia da noite. O medico, dr. L. Torres, avisado do fallecimento da creança com symptomas que julgou serem characteristicos dos envenenamentos pela estrychnina e suspeitando ter-se dado uma troca no medicamento, no mesmo dia da morte da creança, pelas nove horas da manhã, fez lacrar a receita que tinha formulado e parte do medicamento que restara, na presença de testemunhas e com as formalidades legaes, para mais tarde se proceder á analyse no mesmo medicamento. O pharmaceutico R* era desde muitos annos amigo intimo de J. A. Gonçalves e este reputa-o como homem de character e honesto, não suspeitando de fórma alguma que na troca do medicamento houvesse intenção criminosa; o medicamento fôra preparado pelo praticante do mesmo pharmaceutico R*, achando-se este ultimo, na occasião em que o medicamento se preparava, na rua de Sancto Antonio com um tio da victima. O praticante trocara por descuido e não de proposito, os frascos em que se achavam a santonina e a estrychnina.

III

Autopsia. — A autopsia foi feita no dia 3 de setembro, dezoito dias depois da morte, no cemiterio privativo da freguezia de Sancto

Ildefonso, no prado do Repouso. O cadaver da creança fôra sepultado em 17 de agosto em catacumba e encerrado em caixão de chumbo. Praticadas duas pequenas aberturas em sentido opposto, nas extremidades do caixão, sahiu por ellas um liquido amarellado, gorduroso, e grande porção de gazes fetidos. Aberto longitudinalmente em toda a sua extensão o mesmo caixão de chumbo e o de madeira que estava dentro do primeiro, procederam os peritos á autopsia cujos principaes resultados foram os seguintes:

O corpo é o de uma creança do sexo masculino, cujo porte é de $1^{m},20$ e representa ter a edade de cinco a seis annos approximadamente. O corpo flaccido e com uma côr denegrida acha-se n'um estado de putrefacção que indica não ser a morte de data recente. A face estava denegrida, os globulos oculares estavam rebentados e deixavam sahir um liquido amarellado e fetido; a bocca e o nariz estavam carcomidos; os cabellos, de côr castanho-clara, eram compridos e achavam-se em bom estado. O ventre muito dilatado; o estomago estava molle, friavel e adherente aos tecidos circumvisinhos, notando-se na superficie externa uma injecção vascular que se extendia a todo o intestino. O figado estava congestionado, tinha côr cinzento-escura e no córte deixava correr sangue escuro difluente. Vesicula biliar completamente vasia.

Não se fez o exame das visceras thoraxicas e da cavidade craneana e vertebral, em consequencia do estado adiantado de putrefacção em que se achava o cadaver.

Foram peritos n'esta autopsia os srs. drs. J. T. Ribeiro Fortes e A. A. da Costa Sampaio.

IV

Analyse chimica.—As analyses chimicas foram feitas no Laboratorio chimico da Academia polytechnica e comprehenderam duas partes: 1.ª—o exame do medicamento; 2.ª—o exame das visceras suspeitas.

Os peritos dirigiram-se immediatamente á pesquiza da estrychnina, não só pelo facto dos symptomas que precederam a morte da creança depois da ingestão do medicamento, que foram principalmente as convulsões tetanicas, como tambem por que não é caso novo o envenenamento pelos pós de santonina, sós ou de mistura com o protochloreto de mercurio, ou porque aquella substancia seja inquinada de estrychnina, ou por se confundirem as duas substancias por causa da similhança dos nomes.

Os peritos dando conta do exame do medicamento, exprimem-se assim:

A) **Exame do medicamento.** — «Para indagar se o medicamento continha estrychnina: *a*) procedemos primeiramente á experimentação physiologica sobre rans; *b*) em segundo logar fizemos o ensaio chimico com o fim de confirmar os resultados obtidos na primeira serie de experiencias. Recorremos primeiramente á investigação physiologica, porque receiámos que a pequena quantidade de materia de que dispunhamos não nos permittisse satisfactoriamente utilisar os dados chimicos; além d'isso, no caso especial de que se trata, o medicamento devia reproduzir nas rans os symptomas tão frisantes e palpaveis observados no menor, o que nos daria certamente elementos para uma conclusão judiciosa. Sob este ponto de vista, como diz o professor TARDIEU, este meio de investigação é precioso, sobretudo quando executado sobre rans, nas quaes uma pequena porção de veneno póde produzir nitidamente a influencia toxica, e onde é facil observar o tetano characteristico do envenenamento pela estrychnina.»

a) «Primeiramente tomámos porções proximamente eguaes, do medicamento suspeito e de estrychnina pura; para fazermos em seguida as experiencias physiologicas comparativas, escolhemos tres rans approximadamente da mesma grandeza, cada uma das quaes foi lançada n'um vaso grande de precipitação. Praticámos em todas com um bisturi uma incisão pouco profunda na parte interna da coxa e ahi por meio de uma vareta de vidro, fizemos uma excavação propria para receber a materia a examinar. N'uma ran introduzimos a estrychnina pura, reduzida a pó finissimo; na segunda introduzimos uma porção egual de medicamento; nada fizemos na terceira. Dez a quinze minutos depois d'esta operação, as duas rans manifestaram signaes evidentes de envenenamento pela estrychnina, indicando-os ainda primeiro a ran á qual fôra propinado o medicamento. Os membros anteriores e posteriores alongaram-se repentinamente com grande tensão, conservaram-se hirtos por algum tempo e foram séde de contracções rapidas e violentas. Este estado conservou-se por algum tempo para cessar em seguida e continuar com pequenos intervallos de tempo. Tocando com uma vareta de vidro nos membros das mesmas rans, as contracções manifestaram-se de prompto. N'uma palavra, eram tão similhantes os symptomas apresentados pelas mesmas rans, que se podia desde logo concluir que o medicamento continha estrychnina em quantidade tal, que a sua presença era nitidamente revelada por este meio.

Ainda assim, fez-se uma segunda serie de experiencias. Dissolvemos partes eguaes do medicamento e da estrychnina, em chloroformio; filtrámos, evaporámos as soluções até á seccura e tratámos os residuos em pequenas capsulas com alcool ordinario. Eguaes porções das soluções assim obtidas foram injectadas por meio da seringa de Pravaz, em duas rans do mesmo tamanho; os mesmos symptomas que na experiencia precedente se manifestaram, se bem que um pouco mais tarde, depois da injecção. Todas as rans ás quaes fôra propinado o veneno e o medicamento estavam mortas, horas depois da experiencia. A que não soffrera egual tratamento continuava vivendo no vaso para precipitação, em que fôra lançada.»

b) «Os ensaios chimicos foram tambem comparativos, quer dizer, as reacções eram primeiro feitas sobre estrychnina pura e depois repetidas sobre o medicamento, para se poderem confrontar os resultados.»

«Antes de expôr as reacções que fizemos, devemos mencionar uma observação que confirmou os resultados obtidos nas experiencias antecedentes. As duas pequenas capsulas em que fallámos, que continham a solução alcoolica

de estrychnina pura e do medicamento, ficaram de um dia para o outro no laboratorio; evaporara-se n'esse tempo todo o alcool n'ellas contido. Observámos n'uma e n'outra crystaes aciculares exactamente da mesma fórma; os que provinham da solução do medicamento estavam amarellados em consequencia da substancia córante do rhuibarbo que entrava no mesmo medicamento e que tinha sido arrastada pelos solventes empregados.»

«No exame chimico usámos dos residuos, intensamente amargos, existentes nas pequenas capsulas e com elles fizemos as experiencias que vão ser indicadas.»

«*Primeira:*—Uma pequena porção d'estes residuos, reduzida a pó fino, foi deitada em tampas de cadinho de platina e humedecida com algumas gottas de acido sulfurico puro e concentrado, por meio de uma vareta de vidro, e em seguida misturada com uma pequena porção de bichromato de potassa reduzido a pó finissimo. Agitando a massa com a vareta de vidro e extendendo-a sobre a tampa do cadinho de platina observámos a producção de uma bella côr azul que passava promptamente a violete, em seguida a vermelha e depois de algum tempo a amarella.»

«Foi frisante n'esta experiencia, a mais characteristica para reconhecer a estrychnina, a similhança nos phenomenos observados, no residuo da solução do medicamento e na estrychnina pura.»

«*Segunda:*—Repetimos esta experiencia sobre uma parte do medicamento, e o resultado foi tão nitido como aquelle que se obteve com o residuo da solução alcoolica do mesmo.»

«*Terceira:*—Uma outra porção dos residuos foi dissolvida em agua muito levemente acidulada de acido chlorhydrico e a solução obtida tratada por uma corrente lenta de chloro gazoso. A chegada do chloro nas duas soluções determinou a formação de um precipitado branco que se apresentou sob a fórma de pelliculas á superficie, acabando por se depositar toda a estrychnina existente no liquido, no estado de trichlorestrychnina. Ao mesmo tempo os liquidos tornaram-se mais acidos. E ainda uma reacção characteristica da estrychnina; nenhum alcaloide, além d'ella, se comporta com o chloro, por este modo.»

«*Quarta:*—A solução chlorhydrica precipitou pelo chloreto de ouro em amarello-claro; e pelo chloreto de platina, em branco-amarellado.»

«Depois d'estes ensaios não podia haver duvida de que no medicamento existia a estrychnina em quantidade tal, que a sua presença foi nitidamente reconhecida, quer pelos signaes toxicos da experimentação physiologica, quer pelos da analyse chimica.»

B) **Exame das visceras suspeitas.**—No exame das visceras suspeitas foi seguido o processo de TARDIEU e ROUSSIN (1). As visceras começam por ser tratadas como no methodo de STASS; o liquido procedente do tratamento do extracto alcoolico pela agua é, porém, precipitado, depois de filtração, pelo soluto de iodeto de potassio iodado (reagente de BOUCHARDAT), que precipita toda a estrychnina. Decanta-se, lava-se o precipitado com agua levemente acidulada pelo acido sulfurico, e, depois de decantação do

(1) Vide TARDIEU (AMBROISE) et ROUSSIN (Z), *Étude médico-légale et clinique sur l'empoisonnement*, 2ª édition. Paris, 1875, pag. 1099.

liquido, trata-se o precipitado pelo acido sulfurico a $^1/_{10}$ e limalha de ferro. No liquido limpido fica então o alcaloide sob a fórma salina e põe-se em liberdade tratando-o pela ammonia, O precipitado é lavado e secco, e depois tratado pelo alcool, que dissolve a estrychnina e a abandona por evaporação.

N'uma primeira pesquiza em que se empregou cerca de metade das materias suspeitas (estomago, parte dos intestinos e figado) formou-se pela acção do reagente de BOUCHARDAT um leve precipitado vermelho-cinzento; mas a addição da ammonia ao liquido acido onde devia existir o alcaloide sob fórma salina, não deu precipitado apreciavel; o alcool, que o deveria dissolver, deixou por evaporação um pequenissimo residuo, no qual não foi possivel verificar as reacções da estrychnina.

Em face d'este resultado, os peritos decidiram-se a repetir sobre o resto das materias suspeitas, que tinham á sua disposição, a investigação da estrychnina, pelo mesmo methodo, modificando-o apenas na escolha do solvente, que em vez de ser o alcool, como preceituam TARDIEU e ROUSSIN, foi o chloroformio (1), cujo poder dissolvente para a estrychnina é maior.

N'esta analyse foi observada, depois da addição da ammonia ao soluto sulfurico do precipitado, a formação de pequenos crystaes brancos e brilhantes, que se tornavam mais visiveis quando se agitava o liquido e se observava o tubo de ensaio contra a luz do sol.

O residuo obtido por evaporação do chloroformio era muito pequeno, e deu apenas para realisar a reacção com o acido sulfurico e bichromato de potassa. Obteve-se em pontos uma côr azul-violacea e depois violete fugaz.

Tanto este character, como a precipitação pela addição da ammonia, são indicações de estrychnina; mas os peritos em sua consciencia julgaram-nas, de per si sós, insufficientes para affirmarem a existencia da estrychnina nas visceras do menor (2).

---

(1) No processo Martinet (julho de 1881) os peritos, drs. SCHLAGDENHAUFFEN e GARNIER modificaram o processo de DRAGENDORFF, empregando tambem como dissolvente da estrychnina o chloroformio.

(2) «Os resultados da analyse dos orgãos não foram tão decisivos e não achariamos n'elles sós, fundamento para affirmar ou negar que nas visceras suspeitas havia estrychnina.»

V

Mas approximando aquelles resultados dos que foram relatados no exame toxicologico do medicamento, no qual fôra reconhecida de um modo certo a presença da estrychnina, tendo em vista a apparição brusca e a natureza dos symptomas observados na creança, depois da ingestão do medicamento, e o desenlace rapido e fatal, conforme consta dos depoimentos exarados no processo; e considerando que a pouca nitidez dos resultados obtidos no exame das visceras se póde explicar—pela pequena porção de estrychnina ingerida pela creança, e pelo facto de se não ter podido recolher para a analyse a materia cerebral, onde, na opinião de alguns toxicologistas, se accumula aquelle alcaloide; pela diffusão do veneno na economia; e ainda pela circumstancia provavel de parte d'elle ter sido eliminado pela secreção urinaria—; os peritos declaram que ha razão bastante para affirmar, por aquellas indicações, a existencia da estrychnina nas visceras suspeitas e concluem pelo envenenamento da creança por este alcaloide.

O relatorio tem a data de 10 de dezembro de 1878.

A. J. Ferreira da Silva.

ALGEBRA

(Ao sr. J. C. Medeiros)

Problemas indeterminados

(Continuado do n.º 1, paginas 66)

Supponhamos agora que é dada a somma, $t+u+v=x+y+z=a+b+c+d+e+f+g+h+i$ dos nove numeros, que pretendemos collocar no quadrado; e seja para exemplo a dos nove numeros digitos, $1+2+3+4+5+6+7+8+9=45$. É necessario introduzir a condição, de ser menor que dez qualquer dos numeros, que deve ser posto no quadrado. É geralmente no caso de e impar, se a ultima parcella da somma fôr $2N-1$, basta que seja menor que $2N$ qualquer dos nove numeros.

Temos assim as condições:

$$h<2N;\ h+p<2N;\ 2N-h<2N;\ N-p<2N;$$
$$2N-h-2p<2N;\ N<2N;\ N+p<2N;$$
$$h+2p<2N;\ 2N-h-p<2N;$$

d'onde resulta

$$h<2N;\ h<2N-p;\ h>0;\ p>-N;\ h>-2p;$$
$$p<N;\ h<2N-2p;\ h>-p;\ N>0;$$

ou simplesmente

$$h>0;\ h<2N-2p;\ p<N;\ \ldots\ldots\ldots(19)$$

que as comprehende todas.

Da mesma fórma:

$$h<2N;\ h-q<2N;\ 2N-h<2N;\ N+q<2N;$$
$$2N-h+2q<2N;\ N-q<2N;\ h-2q<2N;$$
$$2N-h+q<2N;$$

d'onde resulta:

$$h<2N;\ h<2N+q;\ h>0;\ q<N;\ h>2q;$$
$$q>-N;\ h<2N+2q;\ h>q;$$

ou simplesmente

$$h>2q;\ h<2N;\ q<N;\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ (19')$$

que as comprehende todas.

Appliquemos aos differentes casos enumerados.

(*a*) Seja $h<2\beta-4p;\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ (A);$

como $f=h+\alpha$; α não pode exceder a 8, nem p a 4. Temos portanto, por ser $N=5$:

$p=1,2,3,4.\quad 5=\frac{h}{2}+p+\beta;\ \beta=4-\frac{h}{2};\ \beta=3-\frac{h}{2};$

$\alpha=2,4,6,8.$

$$\beta=2-\frac{h}{2};\ \beta=1-\frac{h}{2};$$

$h<2\beta-4p$, equivale a $h<5-3p$; e portanto $p>1$, daria h

negativo. Temos, pois:

$$p=1;\ \alpha=2;\ f=h+2;\ h=1;\ f=3;\ a=2;\ b=9;$$
$$c=4;\ d=7;\ e=5;\ g=6;\ i=8;$$

e o quadrado

(γ)

2	9	4
7	5	3
6	1	8

(*b*) Seja $h>2\beta+4p;$ .....(B);

podemos pôr:

$$p=1,\ 2,\ 3,\ 4;\quad 5=\frac{h}{2}+p+\beta.$$
$$\alpha=2,\ 4,\ 6,\ 8.$$

A condição dá $h>5+p$; e portanto

$$p=1\begin{cases}\beta=4-\dfrac{h}{2};\ h<8;\ h>6;\\ \\ h=7.\end{cases};$$

Os outros valores $p=2,\ 3,\ 4$, davam para h limites contraditorios. Temos, pois:

$$p=1;\ \alpha=2;\ h=7;\ f=9;\ a=8;\ b=3;$$
$$c=4;\ d=1;\ e=5;\ g=6;\ i=2;$$

com o quadrado

(θ)

8	3	4
1	5	9
6	7	2

(*c*) Seja $h<2\beta-2p\,;\ h>2\beta-4p\,;\ldots\ldots\ldots\ldots(\mathrm{D})\,;$

$$5-\frac{h}{2}+p+\beta\,;$$

logo

$$h<5-2p\,;\ h>5-3p\,;$$

nenhum dos quatro valores de p dá soluções positivas e inteiras para h.

(*d*) Seja $h<2\beta-p\,;\ h>2\beta-2p\,;\ldots\ldots\ldots\ldots(\mathrm{E})\,;$

$$5=\frac{h}{2}+p+\beta\,;\ h<5-\frac{3p}{2}\,;\ h>5-2p\,;$$

tambem nenhum dos quatro valores de p dá soluções para h em numeros inteiros e positivos.

(*e*) Seja $h<2\beta\,;\ h>2\beta-p$

$$5=\frac{h}{2}+p+\beta\,;\ h<5-p\,;\ h>5-\frac{3p}{2}\,;$$

$$p=1,\ 2,\ 3,\ 4\,;$$
$$\alpha=2,\ 4,\ 6,\ 8\,;$$

Os valores $p=1,\ 2,\ 4$, não dão soluções em numeros inteiros e positivos; $p=3$, produz o seguinte:

$$p=3\left\{\begin{array}{l} h<2\,;\ h>\dfrac{1}{2}\,; \\ \\ h=1\,; \end{array}\right\}$$

$h=1\,;\ f=7\,;\ a=4\,;\ b=9\,;\ c=2\,;\ d=3\,;\ e=5\,;\ g=8\,;\ i=6\,;$

e o quadrado

(e)

4	9	2
3	5	7
8	1	6

(*f*) Seja $h<2\beta+p;\ h>2\beta$.....(G);

$$5=\frac{h}{2}+p+\beta;\ h<5-\frac{p}{2};\ h>5-p;$$

os valores $p=1$; $p=2$; dão numeros fraccionarios: o valor $p=4$, $\alpha=8$; dá $h<3$; $h>1$; $h=2$; mas (19) mostra que deve ser $h<2$; aliás seria $f=10$. Só se aproveita $p=3$;

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<\frac{7}{2};\ h>2; \\ h=3. \end{matrix}\right\}$$

$a=6$; $b=7$; $c=2$; $d=1$; $e=5$; $f=9$; $g=8$; $i=4$;

e o quadrado

(η)

6	7	2
1	5	9
8	3	4

(*g*) Seja $h<2\beta+2p;\ h>2\beta+p;$.....(H);

$$5=\frac{h}{2}+p+\beta;\ h<5;\ h>5-\frac{p}{2};$$

nenhum dos valores $p=1, 2, 3, 4$; dá soluções em numeros inteiros, positivos e digitos.

(*h*) Seja $h<2\beta+4p;\ h>2\beta+2p;\ldots\ldots\ldots\ldots(\mathrm{I});$

$$5=\frac{h}{2}+p+\beta;\ h<5+p;\ h>5;$$

Está nas mesmas circumstancias do antecedente.

(*a'*) Seja $r>2\delta+4q;\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(\mathrm{A}');$

como $h=f+\lambda$; λ não pode exceder a 8, nem q a 4. Temos portanto:

$$5=\frac{h}{2}+\delta;\ h>5+3q;\ q=1, 2, 3, 4;$$
$$\lambda=2, 4, 6, 8;$$

os valores $q=2, 3, 4$, não dão soluções em numeros digitos;

$$q=1\left\{\begin{matrix}h>8;\\ \\ h=9\end{matrix}\right\}$$

$a=8;\ b=1;\ c=6;\ d=3;\ e=5;\ f=7;\ g=4;\ i=2;$

e o quadrado

(ξ)

8	1	6
3	5	7
4	9	2

(*b'*) Seja $r<2\delta-4q;\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(\mathrm{B}');$

$$q=1, 2, 3, 4;\qquad 5=\frac{h}{2}+\delta;\ h<5-q;$$
$$\lambda=2, 4, 6, 8;$$

só dá solução em numeros positivos e inteiros o valor

$$q=1\begin{cases}h<4;\\ \\ h=1,\ 2,\ 3,\end{cases}$$

$$q=1;\ \lambda=2;\ h=3;\ f=1;$$
$$a=2;\ b=7;\ c=6;\ d=9;$$
$$e=5;\ g=4;\ i=8;$$

e o quadrado em frente

(α)

2	7	6
9	5	1
4	3	8

(c′) Seja $r>2\delta+2q;\ r<2\delta+4q;$ ..... (D′);

$$q=1,\ 2,\ 3,\ 4;\qquad 5=\frac{h}{2}+\delta;\ h>5+2q;\ h<5+3q;$$

$$\lambda=2,\ 4,\ 6,\ 8;$$

nenhum dos quatro valores de q dá soluções em numeros positivos, inteiros e digitos.

(d′) Seja $r>2\delta+q;\ r<2\delta+2q;$ ..... (E′);

$$q=1,\ 2,\ 3,\ 4;\qquad 5=\frac{h}{2}+\delta;\ h>5+\frac{3q}{2};\ h<5+2q;$$

$$\lambda=2,\ 4,\ 6,\ 8;$$

nenhum dos quatro valores de q dá solução em numeros inteiros, positivos e digitos.

(e') Seja $r > 2\delta;\ r < 2\delta + q;\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ (F');$

$$q = 1,\ 2,\ 3,\ 4; \qquad 5 = \frac{h}{2} + \delta;\ h > 5 + q;\ h < 5 + \frac{3q}{2};$$
$$\lambda = 2,\ 4,\ 6,\ 8;$$

sómente dá solução em numeros inteiros, positivos e digitos o valor

$$q = 3 \left\{ \begin{array}{l} h > 8;\ h < \frac{19}{2}; \\ h = 9. \end{array} \right\}$$

$$q = 3;\ \lambda = 6;\ h = 9;$$
$$a = 6;\ b = 1;\ c = 8;$$
$$d = 7;\ e = 5;\ f = 3;$$
$$g = 2;\ i = 4;$$

e o quadrado

(δ)

6	1	8
7	5	3
2	9	4

(f') Seja $r > 2\delta - q;\ r < 2\delta;\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ (G');$

$$q = 1,\ 2,\ 3,\ 4; \qquad 5 = \frac{h}{2} + \delta;\ h > 5 + \frac{q}{2};\ h < 5 + q;$$
$$\lambda = 2,\ 4,\ 6,\ 8;$$

tambem só dá soluções aproveitaveis o valor

$$q = 3 \left\{ \begin{array}{l} h > \frac{13}{2};\ h < 8; \\ h = 7. \end{array} \right\}$$

$$h = 7;\ f = 1;\ a = 4;$$
$$b = 3;\ c = 8;\ d = 9;$$
$$e = 5;\ g = 2;\ i = 6;$$

e o quadrado

(β)

4	3	8
9	5	1
2	7	6

(*g'*) Seja $r > 2\delta - 2q\,;\ r < 2\delta - q\,;$ ..... (H');

$$5 = \frac{h}{2} + \delta\,;\ h > 5\,;\ h < 5 + \frac{q}{2}\,;$$

os quatro valores de q só dão soluções fraccionarias, negativas ou nullas.

(*h'*) Seja $r > 2\delta - 4q\,;\ r < 2\delta - 2q\,;$ ..... (I');

$$5 = \frac{h}{2} + \delta\,;\ h > 5 - q\,;\ h < 5\,;$$

está nas mesmas circumstancias do antecedente.

Podemos, portanto, dispôr de nove numeros por fórma que a somma das parcellas de cada uma das tres linhas horizontaes $(a+b+c\,;\ d+e+f\,;\ g+h+i\,;)$ e a de cada uma das tres linhas verticaes $(a+d+g\,;\ b+e+h\,;\ c+f+i\,;)$ e de cada uma das duas diagonaes $(a+e+i\,;\ c+e+g\,;)$ seja egual a um mesmo numero s, n'este caso 15 (que é o quociente de $45 = 1+2+3+4+5+6+7+8+9$, dividido por 3, numero das parcellas de cada somma).

Muito facilmente se chegava tambem ao mesmo resultado pelo seguinte processo.

(Continúa).

JUNIO DE SOUSA.

CONTRIBUTIONS A L'ÉTUDE DE LA FAUNE ENTOMOLOGIQUE DE S. THOMÉ

En 1885 l'illustre explorateur botanique portugais, Mr. Adolpho Frederico Moller, a été chargé par le gouvernement de son pays d'une mission scientifique dans l'île de S. Thomé, située dans l'Afrique occidentale.

Mr. Moller ne s'est pas seulement occupé de la botanique; la zoologie, la géologie et l'ethnographie ont mérité son attention.

De l'exploration de cet infatigable explorateur je n'ai vu que dix exemplaires d'insectes, lesquels m'ont été envoyés par mon ami Mr. Grouelle, qui les avait reçus de Mr. le Dr. J. von Bedriaga.

La magnifique collection entomologique, que Mr. Moller a apportée de S. Thomé, se trouve chez Mr. le Dr. Manuel Paulino d'Oliveira, actuel directeur du Muséum Zoologique de l'Université de Coimbra.

Mr. le Dr. Lopes Vieira a fait seulement publier quelques-uns de ces derniers au journal—l'*Instituto*—(13 mars 1887), dont la détermination appartient à Mr. le Dr. Manuel Paulino.

Combien de préciosités ne se trouveront pas là?

Il nous semble qu'on en trouvera trop, parce que dans le petit nombre d'exemplaires que nous avons étudiés et que nous publions ci-après se trouvent beaucoup de nouveautés, comme nos lecteurs auront lieu d'apprécier.

---

1. **Cladognathus antilopus** Sweder.

2. **Oryctes latecavatus**—Long. 62 mill. Oblongus, subparallelus, niger, nitidus; clypeo fortiter emarginato, utrinque lobato et rufo-piloso, vertice cornu valido, fortiter arcuato, punctato, apice emarginato armato; prothorace longitudine haud latiore, antice tantum leviter angustato, angulis paulo lobato-productis, dorso medio late et longe sat profunde excavato, excavatione subtiliter dense transversim strigosulo et rufo piloso, marginibus paulo elevatis, sed parte postica valde elevata, gibbosa,

sat acute carinata, et obsolete triangulata, lateribus utrinque triimpressis, impressionibus fortiter rugosis, parte basali lævi; scutello dense rugoso, apice lævi, elytris parallelis, apice rotundatis, dorso lævibus, utrinque obsoletissime tristriatis; propygidio lateribus et basi subtiliter dense stringosulo et asperulo, pygidio basi et lateribus grosse punctato, punctis piligeris, intervallis subtiliter coriaceis; subtus lævis, tibiis anticis valide tridentatis.

Ressemble assez à l'*O. Boas,* mais plus grand, plus allongé parallèle, avec le corselet plus long, à peine rétréci en avant, longuement et largement excavé; le chaperon est fortement bilobé.

3. **Psephus melanotoides**—Long. 16 mill. Elongatus, postice leviter attenuatus, niger, nitidus, pallido-villosulus; capite convexo, sat dense punctato, antice arcuato et acute carinato, antennis basin prothoracis paulo superantibus, articulis compressis, apice sat acute angulatis, 3° quarto fere longiore; prothorace elytris haud angustiore a basi leviter angustato, lateribus parum arcuatis, dorso parum dense punctato, angulis posticis compressis, haud divaricatis, fere intus arcuatis; scutello ovato, apice paulo acuminato; elytris striato-punctatis, striis parum impressis, punctis postice fere obsolescentibus, intervallis planis, subtilissime transversim plicatulis; subtus dense punctatus, tarsis articulis 2° 3° que sat longe lamellatis.

Cette espèce ressemble beaucoup à un *Melanotus;* elle se rapproche des *P. beniniensis* et *striato-punctatus* Cand., mais elle est beaucoup plus petite, et le front est convexe.

4. **Psephus athoides** Cand.

5. **Stadenus sensifulvus**—Long. 9 mill. Elongatus, antice leviter attenuatus, niger, supra opacus, subtiliter pubescens, subtus paulo invidus, prothorace elytrorumque basi flavido-fulvis; antennis minus gracilibus, medium corporis paulo superantibus, compressis, articulis apice intus angulatis, haud productis, articulo 1° intidissimo; prothorace postice dilatato, lateribus sinuato, antice rotundato, angulis posticis magnis, exsertis, dorso medio elevato et longitudinaliter foveato, utrinque concavo, basi medio fere tuberculato; scutello nigro, apice fere truncato; elytris sutura et utrinque costis 4 sat acutis, intervallis foveolis clathratis, foveolis fere quadratis; segmento ventrali ultimo fere conico, medio sulcato.—*S. antennali* Bourg., affinis, sed aliter coloratus, antennarum articulis haud dentato-productis sat distinctus.

Physolagria n. g.

Ce nouveau genre est extrêmement voisin des *Lagria,* et, bien que le faciès soit fort différent, il ne s'en distingue que par le corselet allongé, les yeux moins fortement échancrés, le dernier article des palpes maxillaires plus épais, plus large, plus tronqué, l'écusson obtus et les élytres ne recouvrant pas d'ailes, à épaules nulles. Le corps est plus convexe, hérissé de longs poils peu serrés.

6. **P. Molleri**—Long. 5 à 6 mill. Oblonga, capite prothoraceque angustis, elytris breviter ovatis, amplis, fusca, nitida, pilis griseis hirsutula, subtus cum pedibus antennisque pallide ferrugineis, his apice infuscatis; capite prothoraceque rugosis et punctatis, illo basi sat abrupte angustato, sutura clypeali profunde impressa, clypeo dilutiore, fere lævi, antice angustato, labro et ore ferrugineis; antennis basin prothoracis longe superantibus, apicem versus paulo-crassioribus, articulo 3° sequenti vix sensim longiore, ultimo duobus præcedentibus conjunctis fere æquali, apice paulo acuminato; prothorace capite haud angustiore, longitudine haud latiore, lateribus fere rectis, postice levissime sinuatis, basi late sinuata; scutello dense rugoso, obtuso; elytris basi prothorace haud latioribus, valde convexis, medio ampliatis, apice obtusis, dense et fortiter rugoso-punctatis; pedibus sat elongatis, tarsis posticis articulo 1° valde elongato.

Cet insecte a un peu le faciès d'un très petit *Meloe;* c'est un type curieux et intéressant, et je suis heureux de le dédier au Botaniste distingué à qui on en doit la découverte.

7. **Mecistocerus nubeculosus**—Long. 12 mill. Oblongus, lateribus paulo compressus, convexus, fuscus, indumento squamuloso cinereo, piceo vage maculoso, dense vestitus, prothorace utrinque vittula pallidiore paulo armata ornato, elytris pallido variegatis; capite summo dense fortiter punctacto, denudato, rostro paulo arcuato, nitidissimo, basi breviter carinulato et punctato, apice metasternum attingente; prothorace transverso, elytris angustiore, antice angustato, basi medio leviter lobato, dorso punctis grossis ocellatis parum dense obsito, punctis lateribus densioribus, antice fere obsoletis, medio linea longitudinali denudata subcarinato; scutello convexo, polito; elytris ad humeros angulatim rotundatis, postice angustatis, ante apicem impressis, apice obtusis, dorso grosse punctato-seriatis, punctis ocellatis, intervallis planis, ante apicem paulo callosis; subtus parce punctatus, pedibus sat magnis, femoribus subtus acute dentatis.

Ressemble au *M. planidorsis* Ur., mais plus étroit, avec le

corselet moins large, à carène médiane moins nette, l'écusson convexe et lisse, et les élytres plus convexes, à épaules plus angulées, à points bien plus gros.

8. **Mallodon Downesii** Hope.

9. **Philematium Greeffi** Karsch, Gesells. naturf. Freunde zu Berlin (1881), p. 62.—Long. 21 à 25 mill.

Viridi æneum, pedibus antennisque nigris, tarsis flavido-albo-hirtis, corpore subtus plus minus dense aureo-hirto, pronoto glabro, disco sparse punctato, nitido, elytris opacis, dentissime granuloso-rugosis, antennis corpore longioribus, femoribus posticis elytrorum apicem superantibus.

La description de Mr. Karsch convient bien à un individu rapporté par Mr. Moller; mais on peut ajouter que la pubescence qui recouvre le dessous du corps est plutôt rousse que dorée, et soyeuse; le corselet est lisse au milieu, muni de chaque côté d'une forte dent très pointue et les élytres sont couvertes d'une rugosité extrêmement fine et serrée, un peu transversale; les tarses sont couverts d'une pubescence d'un gris soyeux, presque argenté.

Hatita n. g.

Acetabula antica aperta. Prosternum angustissimum. Tarsi unguiculis acute appendiculatis. Epipleuræ basi latæ, paulo concavæ, mox abrupte angustatæ, ante apicem obliteratæ. Tibiæ apice brevissime vix distincte mucronatæ! Corpus ovatum, postice ampliatum. Antennæ graciles, medium corporis superantes, articulo 2° brevi, ceteris subæqualibus. Prothorax transversus, elytris angustior, haud sulcatus. Coxæ intermediæ contiguæ. Pedes graciles, tarsorum articulo 1° elongato, 3° profunde bilobo, 4° elongato, gracili. Palpi maxillares articulo ultimo conico, acuto.

Ce nouveau genre ressemble assez aux *Aulacophora* pour le faciès, mais il en diffère par les crochets des tarses appendiculés, cet appendice étant très aigu, par les épipleures un peu concaves et le corselet non sillonné, transversalement; il est intermediaire entre les Aulacophorites et les Phyllobroticites.

10. **Hatita limbatella**—Long. 8 mill. Ovata, postice ampliata, convexa, fusco-nigra, nitida, elytris vitta rufa, lateribus et sutura angusta, medio paulo sed postice valde dilatata limbatis, capite rufo, vertice et fronte medio labroque nigris, prothorace rufo maculoso; capite lævi, inter oculos transversim sulcato, sulco fere trifoveolato; prothorace transversim subquadrato, antice et postice æquilato, lateribus marginatis, fere rectis, antice vix ampliatis

et postice vix sinuatis, angulis anticis obtusissime lobatis, posticis fere rectis, de dorso postice utrinque late impresso; scutello sat lato, apice late rotundato; elytris sat dense subtiliter punctatis, basi paulo evidentius, dorso obsoletissime lineatis; subtus sat dense punctulata, segmento ventrali ultimo rufo, apice sinuato.

Paris, mai 1891. V. FAIRMAIRE.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

LATINO COELHO

> ... Paguei-me da boa feição do publico e puz banca de escriptor, mas sem vaidade, sem calculo, sem egoismo... Achei no escrever um deleite, uma distracção, um mundo ideal onde me vingar das contradicções em que me trazia o mundo positivo.
>
> L. C.

Abriu-se hontem uma sepultura, cuja capacidade, se a aferissemos pelos meritos do morto, mal poderia rastrear-se no tamanho, por ser a sepultura de um gigante! Orfanou-se a academia real das sciencias, assim como a eschola polytechnica; perdeu-se uma penna, superior no apuro, que parecia de oiro pelo finissimo quilate e de aço puro pela firmeza. A pericia do academico era inimitavel, inexcedivel a facundia do professor; as lettras patrias tomam pesado lucto pelo obito de um filho seu, singularmente benemerito.

Vagaram tres logares, e vagos ficam! Não ha quem attinja craveira tão elevada — na escrivaninha da nossa primeira associação litteraria, na cathedra do magisterio, na tribuna da imprensa. Polyglotta era uma maravilha, orador e escriptor um assombro. Versava as linguas como poucos, a penna como ninguem. A sua sombra ha de eclipsar os que tentem substituil-o, por maiores que nos pareçam.

Não exaggeramos. O sr. JOSÉ MARIA LATINO COELHO deixa

na litteratura portugueza lacuna difficil de preencher-se. Abram-se os seus livros, leiam-se os innumeraveis artigos que elle disseminou pelos jornaes: onde quer que assentasse a penna, ahi se estampou o traço do genio, a lição proficua. A correcção esmerada e exemplar, dote que nem todos os sabios logram, reunia criterio atilado, juizo seguro, estylo precioso. Persuadia pela sagacidade, deslumbrava pela louçania da fórma. Nos vôos do seu enthusiasmo enfeixava admiravelmente no mesmo rapto a valentia da aguia com a doçura da philomela. Todos o amavam, todos o queriam, e elle a todos seduzia. Dir-se-hia abelha caprichosa fabricando o seu mel no calice de todas as flores; ou, antes, semelhava o estatuario que enriquece a sua officina de modelos peregrinos que formam o desespero dos mestres.

O sr. LATINO COELHO foi socio correspondente do INSTITUTO DE COIMBRA, e desejaramos por isso que n'este jornal, que é o jornal da sociedade, se traçasse commemoração condigna de tão illustre confrade. Tentámol-o por meio de um convite dirigido a quem sobre todos competia fazel-o, mas não o permittiram as ferias balneares, o que sentimos devéras. Fique pois apenas registado em singela phrase este nosso respeitoso preito a tão honrada memoria.

F. F.

Á PATRIA [1]

Et quelques châtimens que me garde la tombe,
Si ce peuple est puni, s'il pleure, s'il succombe,
J'oublirai mes revers en apprenant les siens,
Et l'horreur de ses maux finira tous les miens!

Casimir Delavigne, LE PARIA, act. V, sc. II.

I

Sobre a altiva Siam endurecida
O propheta miserrimo carpia;
E via ao longe a noite ennegrecida,
Que da cidade sancta os dias tristes
De sombras sepulcraes enlutaria.
E os muros torreados,
Tresdobrada armadura de gigantes,
Contra quem baqueavam derrotados
Os impetos possantes
De barbaros soldados,
Via ao longe prostrarem-se por terra
Ao clanglor de trombetas discordantes,
Bradando morte e guerra.

Nova Siam, oh! patria envilecida,
Sobre tuas ruinas folgarei,
E na lousa mesquinha, a par do nome,
Divinas maldicções insculpirei.

---

(1) Em homenagem ao nosso inclito consocio, o sr. JOSÉ MARIA LATINO COELHO, inserimos n'este numero uma poesia e o extracto do notavel artigo relativo a El-Rei D. Pedro V. Moveu-nos a *poesia* pelo assumpto, tão adequado ás circumstancias actuaes; e o *artigo*, porque n'elle se tracta com justiça e desassombro dos tempos epicos de D. Pedro IV e D. Maria II. Ninguem o escreveria melhor nem com mais competencia.

II

Per servir sempre ó vincitrice ó vinta.
Filicuja.

Tu, que n'Africa adusta outr'ora alçaste
Das Quinas o pendão,
E que d'Asia ás palmeiras ensinaste
Teu nome e teu brazão:
Que — rainha da terra — desprendeste
Sobre a terra o teu manto reluzente,
Que nas virgineas lymphas o tingiste,
Esmaltando-o das páreas d'Oriente;
Que, qual gigante immenso,
Co'os pés de bronze as c'roas esmagavas,
E fazias tremer nos solios d'ouro
Os reis que avassallavas;
Tu, por quem suas vagas enrolando,
Em nobre melodia,
O Ganges murmurando
Almos cantos de gloria repetia;
Ó rainha d'então, escrava agora,
Ergue misera a fronte, e humilhada
Vê teus manchados louros resequidos
Cahir em pó na terra devastada;
Ergue misera a fronte, onde brotaram
As palmas da victoria,
Decifra a extrema lettra do teu nome,
Que o mundo, a quem abriste as aureas portas,
Vai das folhas riscar da culta historia.

O nobre diadema, que arrancaste
Á rainha do Adria majestosa,
Que co'os rubís das Indias adornaste
E de Manar co'a per'la valiosa,
Onde, misera, jaz?
Teu elmo d'ouro fino, onde alterosa
A serpe campeou,
Teu pennacho de guerra, que ondeava
De louros precursor,
Quem pelo pó dos campos o rojou?
.....

Que foi d'aquella «Dio» celebrada,
Da famosa Damão, d'Arzilla forte?
De Ceuta, a mauritana,
Da fragrante Ceylão qual foi a sorte?
Dos rotos bastiões de tanto alcaçar
Não vês, ebrias de sangue, hostes cerradas,
As inimigas frontes levantando,
Contra muros de craneos e d'ossadas!
Da tuba agonisante á voz sinistra
As pedras mal conjunctas se prostraram,
E em torno de seus troços mal-poupados
As heras se enroscaram.
Teu sagrado estandarte se mudou
Em crepe funeral,
E envolta n'elle, ó patria, te rojaste
Pelos musgos da pedra sepulcral!

E no elmo de Affonso á terra extranha
Esmolaste — descrida — ajuda impía,
E do Tamisa o lodo acarretaste
Na purpura real que te cobria!
E as hispanas phalanges orgulhosas
Co'o ferro zombador na signa rôta
De teus brazões herdados — apagaram
As vivas tradições d'Aljubarrota!

III

Extende, escrava, um crepe luctuoso
Nas arrendadas faces do moimento,
Onde vagueia o espectro majestoso
Do teu rei popular;
E co'o vago 'stridor, co'o teu lamento
Não deixes expandir-se a voz marmorea,
Que das naves, dos tumulos surgindo,
As ogivas transpõe, ainda carpindo
As funebres canções da tua gloria.

Ouve, escuta nos trances d'agonia,
Sob o lodo em que jazes moribunda,
O trovejar rouquenho de mil vozes,
A maldicção profunda,

Que das cavadas tumbas onde jazem,
Os sangrentos sudarios levantando,
Os heroes, que por ti sangue verteram,
Te vão na hora extrema arremessando.

IV

.... Patria, ao menos,
Junctos morremos....
Garrett, CAMÕES, cant. X.

Mas quem da patria amiga entre os loureiros
—Bem que murchos p'ra sempre!—viu no berço
O céo de Portugal;
Quem desde os infantis dias primeiros
Viu nobres tremulando as sanctas Quinas
Do seu pendão real;
Quem sentiu esta brisa perfumada,
Que afaga a minha terra,
Quem pisou esta plaga alcatifada,
Que o patrio Tejo encerra;
Oh! quem póde, impiedoso, ir longe d'ella
Ver outro sol brilhar,
E em meio de nações, que hontem nasceram,
Da patria o berço illustre renegar?!

Oh! não—não serei eu.—Quando o tridente
Da funesta Albion conquistadora
Sobre as nossas cabeças se extender,
E entre fumantes cinzas vencedora
De Erin a infanda lei nos impuzer;
E dos sacros annosos monumentos
No devastado campo o cego arado
De prostrados heroes sobre as ossadas
Profano houver passado,
Irei, entre os escombros divagando
Da minha patria qu'rida,
A extrema vez a aragem respirando,
Que a portuguezes peitos dera a vida.
E o lusitano gladio impetuoso,
Que inimigas phalanges rareava,
E o sceptro d'esses reis, que a reis impunha
As leis que lhes dictava;

E uma folha, uma só, da c'roa augusta
Da portugueza gente,
De mussulmano sangue ainda regada,
De gloria inda virente,
Na campa que encerrar da patria o nome
Piedoso deporei;
E ás soberbas nações, que nos ultragem,
Altivo bradarei:
«Portugal aqui jaz: — é campa estreita
P'ra tão crescida gloria.
Se o prostrado Tritão já não temeis,
Ao menos respeitae sua memoria,
Vós, escravos d'então, agora reis!»

LATINO COELHO.

D. PEDRO V

Nascer rei é commum, porque basta o acaso do nascimento. Fazer-se rei é difficil, porque depende da intelligencia e do coração. Um rei, que nasce rei, é um homem a quem a fortuna, na cega distribuição dos bens terrenos, deixou cahir uma corôa sobre o berço. Aquelle é só rei verdadeiro que, tomando o diadema que lhe concedeu a Providencia, accrescenta aos ornatos da soberania, a majestade da intelligencia. Um rei que se contenta com os esplendores herdados, é um homem vulgar, que se torna conhecido por um manto, por um numero de ordem na serie dos soberanos, pelos respeitos da etiqueta, e pelas lisonjarias dos aulicos. Rei verdadeiro só é aquelle que, ainda mesmo quando a fortuna lhe arrebata os dons caprichosamente concedidos, tenha, no exilio e no infortunio, uma fronte que recorde a corôa, uma intelligencia que memore a majestade, e um coração que justifique a soberania.

Reinar é mais do que nascer, porque o nascimento é um acaso, e o reinar uma vocação, ou um estudo. Para uma corôa é bastante uma cabeça; para um sceptro, mãos debeis e afeminadas; para a chlamyde sobejam hombros no mais mesquinho; mas para reinar todo o entendimento é curto, toda a vontade frouxa, toda a sciencia diminuta. O rei ha de ser o mais exemplar nos seus costumes, porque está posto em logar preeminente como espelho dos seus concidadãos. As maculas que apenas deslustram a toga dos humildes, ressumbram e transparecem mais vivas, entre os lumes do throno, na opa dos supremos dominadores. O rei ha de ser de entendimento claro e primoroso, como de quem de tão alto ha de estar velando pelos homens, e espraiando as vistas por tão vasto horizonte, como é o de uma nação inteira. O rei ha de sentir o animo egualmente apparelhado para as adversidades e para os triumphos, e pagar em desvelos pelo seu povo os respeitos que lhe attrahe só por si a majestade. Que se diria do soberano que, nos momentos da angustia publica, pozesse em côbro a sua pessoa por não arriscar a vida e o sceptro, que lhe cahiu nas mãos, sem algum titulo mais do que nascer? Que se diria d'elle, quando o soldado, arrancado pela conscripção ao lar pacifico da familia e aos lavores modestos do campo, tem por dever a morte e por galardão o esquecimento, depois de salvar a terra, em que

nem um só palmo lhe coube por herança? Que se diria do rei, que fizesse da corôa um diadema de festins, e do manto uma gala de saraos?

O Senhor D. Pedro V nasceu rei; a sua breve, mas honrosa historia denuncia já que pretende justificar pelos seus actos os favores da Providencia.

Ha cincoenta annos que a revolução, minando e commovendo a sociedade antiga, trabalha por transformar a nossa terra, e por substituir os costumes da velha monarchia pelas idéas da moderna civilisação. A revolução é um grande facto, e uma lei salutar da humanidade. A revolução, mudando os costumes e as idéas, tem aproveitado com egual lição aos soberanos e aos povos. A liberdade popular nasceu da revolução, e da revolução se ergueram tambem alguns thronos actuaes. Nos paizes em que a revolução plantou triumphalmente a sua bandeira, e legou monumentos perduraveis, o laço que prendia os reis e os seus subditos deixou de ser o terror, para ser o amor e a confiança. Os reis que appareciam velados pela sombra do despotismo, rota pela liberdade a nuvem que os occultava, deixaram perceber humanadas as feições mais amoraveis e radiosas. Quando os reis eram deuses, o povo figurava-os como as hordas selvagens imaginam os seus idolos, dominando pelo raio, e aspirando o perfume sacrilego de humanas hecatombas. Depois que os reis se fizeram homens os joelhos deixaram de se dobrar na sua presença, mas os braços prestaram-se mais resolutos e vigorosos á defensa dos seus direitos vinculados aos direitos da nação.

A revolução exhauriu entre nós todos os episodios da guerra e do exterminio. A espada fundou a liberdade. Um rei heroe, D. Pedro IV, demittiu de si o peso de duas corôas, para mais desassombrado menear o bastão do commando n'uma expedição, que começou por uma temeridade, e quasi loucura de patriotismo, para acabar n'uma epopéa de victorias. É lastima que a revolução, que tantas vezes tem salvado a sociedade, deixe traz si um rasto de sangue, e enlucte de crepes as suas glorias. A revolução, plantando em Portugal a liberdade, deixou por largos annos o solo commovido pelas luctas intestinas e pelos odios entre irmãos. Fundou-se a liberdade de um jacto; mas o governo representativo, governo de experiencias e de tradições, levou um reinado inteiro a constituir, difficultado pelas paixões politicas, que são sempre o legado lastimoso das contendas civis.

A Providencia destinara um rei para formular a liberdade, e para sellar com a victoria a magna carta dos fôros populares; dispozera uma rainha para assistir ás luctas politicas, em que os cidadãos inexperientes haviam de destillar do succo dos partidos

e do fel das paixões a essencia do governo parlamentar. Acabado o primeiro tirocinio, e começado o periodo de aperfeiçoamento e de consolidação, devia apparecer um chefe novo, sem paixões odientas, porque, nascendo no seu tumulto, se educara longe d'ellas; sem viciosas tradições que respeitar, sem lisonjas que retribuir, sem offensas que amnistiar, sem erros proprios que escurecer, e sem preconceitos que dissimular; um chefe que podesse datar do seu reinado a marcha regular e harmonica do systema representativo. Para a primeira epocha, a da abnegação e da victoria, um rei soldado e desprendido dos esplendores do throno; para a segunda, a das contestações e discordias intestinas, uma rainha, educada no exilio, com o animo varonil e fortalecido pelos infortunios da expatriação; para a terceira, um rei de esclarecido entendimento, de laboriosa applicação, e de solidos estudos. Na primeira epocha foi necessaria a espada; foi a do duque de Bragança; agora é necessaria a intelligencia; é a do Senhor D. Pedro V. Entre os louros guerreiros do fundador da dynastia constitucional e os louros pacificos do seu herdeiro, entre o rei que funda em Portugal a moderna civilisação, e o rei que tem por missão presidir ao seu desenvolvimento, appareceu uma rainha, que teve por encargo providencial, mais do que as obrigações do throno, os desvelos de mãe, e o officio de educadora.

. . . . . .

O Senhor D. Pedro V, querendo para si sómente as obrigações e os privilegios do primeiro cidadão do seu paiz, acata as franquias *que o povo conquistou com o seu esforço, e com o seu sangue.* A sociedade regenerou-se pela revolução; mas os povos não se emancipam para a absoluta independencia dos seus membros e para o viver agreste das tribus primitivas. O homem politico deveu o seu fôro de cidadão á sua espada. Agora é mistér que deva a sua qualidade de homem civilisado á sua intelligencia e educação. A revolução das escholas é o complemento da revolução das praças e dos campos de batalha. Da liberdade e da cultura espiritual nasce e desenvolve-se a felicidade social, a riqueza publica, a commum civilisação. É por isso que a educação e o ensino nacional são assumptos favoritos, em que se delicía e robustece a meditação e o ingenho de el-rei. Desde as mais elevadas discussões sobre a instrucção até ás mais aridas particularidades d'esta principal e tão fertil provincia da administração, todas as questões do ensino têm livre accesso á facil comprehensão de D. Pedro V. Não desdenhando, por impropria, antes honrando com o exemplo, a missão fecunda do escriptor, o rei de Portugal diverte os ocios da sua vida publica, versando os bons livros, havendo por melhores e mais auctorisados conselheiros a estes que são communs a todos

os monarchas, a estes desapaixonados e livres estadistas, que discorrendo o mundo, por dizerem verdade aos homens, nem aos reis a douram, nem por ella mercadejam honrarias e mercês.

O Senhor D. Pedro V não crê deslustrar a preeminencia e dignidade do reinar, tomando a penna, para, á similhança de D. Duarte, de Napoleão, de Frederico o Grande e do actual rei da Saxonia, accrescentar honrosamente o catalogo dos escriptores coroados, e junctar aos respeitos da soberania a aureola brilhante do talento. Como o rei-philosopho de Sans-Souci, el-rei compraz-se na conversação dos doutos, e a sua presença illustra, e a sua palavra auctorisa as congregações dos sabios, e as solemnidades e festas litterarias. O Senhor D. Pedro V comprehendeu que era a civilisação e a instrucção publica a divisa de seu reinado, porque é a doutrina dominante no seu tempo e no seu paiz. Eis aqui como el-rei resumia o problema d'este seculo, presidindo á sessão solemne de abertura da eschola polytechnica, em 17 de novembro do anno passado.

«É a reanimar uma sociedade quebrada pelas luctas de principios, d'onde nasce para muitos a descrença dos principios; é a pôr a intelligencia ao pé do poder e do trabalho; é a educar o cidadão para o exercicio da liberdade politica, que tende esse vasto problema da instrucção que está em tantos labios, que para a sua resolução encontra tão poucas vontades. Fazer conhecer os direitos era a obra das revoluções que deviam despertar a sociedade, e ensinar-lhe a fazer depender de si mesma o seu bem-estar. Collocar ao lado da noção de direito a noção do dever, é a tarefa d'aquelles a quem cabe a missão de solidificar o edificio que a revolução social fundou.»

Para reinar n'este seculo é precisa a sciencia, a virtude e a resolução. A cabeça que comprehende, o coração que aspira, não bastariam a presidir aos negocios publicos, se o esforço fallecesse nas supremas magistraturas. Um grande infortunio publico veio offerecer occasião em que se provasse o animo brioso do soberano. O desfallecimento de tantos animos da melhor tempera, que cederam e afracaram diante de uma temerosa epidemia, serviu como que de fundo, em que destacava mais serena e generosa a juvenil coragem do monarcha portuguez.

As palavras e os actos de el-rei, a sua educação e os seus costumes annunciavam-n'o como um homem digno de presidir a um povo livre e glorioso. Quando elle, repousando da actividade dos negocios, se recolhe a meditar no seu aspero *officio de rei* (como elle proprio lhe chamou uma vez), a sua elevada intelligencia tem-lhe descoberto mil vezes que um throno constitucional dura sempre mais seguro entre os combates da opinião, entre as tempestades apparentes da imprensa, e da tribuna, do que um

throno firmado pelos esteios enganadores da tradição e do terror. Os thronos constitucionaes, que têm por insignia principal a liberdade popular, fluctuam, sem se afundir. Os solios que têm por estrado a servidão, não têm elasticidade para affrontar as commoções que os estremecem. As naos, com vogarem no mais instavel dos caminhos, contam mil vezes as borrascas por victorias. E as torres, com assentar no seio da terra os fundamentos, não resistem sem ruina ás vagas tempestuosas que dia e noite lhe roem os cimentos.

Janeiro 1858. J. M. Latino Coelho.

VERSÃO DAS ELEGIAS DE A. TIBULLO

(Continuada do vol. XII, pag. 87)

LIVRO PRIMEIRO

Elegia nona

Porquê jurar-me, se offender havias
Meu infeliz amor, em face aos numes
Juras que a occultas violar dispunhas?
Ah! desgraçado! se a principio esconde
Os perjurios alguem, tardia embora,
A pena vem com pé tranquillo. Ó deuses,
Poupae-o: é justo que uma vez offenda
Impune vossas leis a formosura.
Lucros buscando, o lavrador ajunge
Ao arado engenhoso os fortes toiros,
E com duro trabalho a terra opprime.
Lucros buscando, ás baloiçadas quilhas
Com ventos de servir conduzem astros.
Assim com dons o meu amor me prendem!
Mas praza ao céo que em cinza, em agua chilra,
Taes dons se tornem. D'esta affronta, em breve,
Pago serei, que o pó tua lindeza
Ha de manchar e desgrenhar-te o vento
As madeixas, queimar-te o sol a face
E os anneis do cabello; a longa estrada
Os invalidos pés ha de trilhar-te.
Quantas vezes te disse: «teus encantos
Com oiro não polluas! que infortunios
Immensos, de continuo, o ouro causa!
Se cubiçoso alguem o amor viola,
Aspera torna Venus e difficil.
Antes minha cabeça em fogo abraza

E traspassa-me a ferro o peito, e as costas
Com retorcido latego me rasga.
Nem teus peccados esconder esperes.
Um deus existe que desvenda os dolos.
Esse deus deixa ao servo o ser discreto;
Mas faz que a temulenta seductora
Com soltura de lingua o caso espalhe.
Esse deus manda, em somno, falar alto,
Expor, mau-grado a nós, secretos factos.»
Isto eu dizia. Agora me envergonho
De o ter dito com lagrimas, agora
De a teus mimosos pés prostrado haver-me.
Então tu me juravas que nem d'ouro
Nenhum peso, nem joias te fariam
Vender a fé, nem se a Campania terra
Te dessem como paga, nem se ainda,
Mimo de Baccho, os campos do Falerno.
Com taes palavras tanto me enlevaras,
Que eu não vira nos céos luzirem astros,
Nem puro ser o fulgurar do raio.
Demais, choravas: eu, indouto em fraudes,
Credulo, até as faces te enxugava!
Que mais farias, se a donzella amasses?
Oxalá como tu seja ella instavel!
Oh! quanta vez o facho eu truxe ás noites
Por frustrar que a conversa alguem ouvisse!
.....
..... (1).
Pois bem, quando outro amante me houver preso,
E neste peito teu reinar soberbo,
Has de chorar; e então o teu castigo
Ser-me-ha prazer e a Venus aurea palma
Em paga sagrarei com esta lettra:
«D'amor fallaz isento emfim Tibullo,
Ó deusa, te dedica esta offerenda,
E supplice te exora um grato affecto!»

---

(1) Por motivo de decoro, já lembrado em nota a pag. 238 do vol. v do *Instituto*, supprimiram-se trinta e seis versos n'esta elegia.

Elegia decima

Quem foi que a horrenda espada alçou primeiro?
Quão fero foi e veramente ferreo!
Nasce então o assassinio, então as guerras;
Mais breve se abre então da morte a estrada:
Mas não merece o misero as censuras:
Tristes de nós em nosso mal volvemos
O que nos dera contra as brutas feras.
É só do ouro esta culpa: jámais guerras,
Em quanto o copo de frondosa faia
Nossa meza adornava; jámais fossos,
Nem muralhas havia; descuidoso
Entre o vario rebanho o pegureiro
Dormia a bom levar. Como me fôra
A vida doce então, não conhecendo
As tristes armas nunca, e sem que ouvisse,
Pulando o coração, os sons da tuba.
Hoje sou aos combates arrastado
E já, talvez, algum soldado empunha
Lança que no meu lado ha de cravar-se.
Guardae-me, ó patrios Lares, pois vós mesmos,
Quando eu menino a vossos pés brincava,
Alimento me déstes; nem vos peje
Do antigo lenho que vos mostra em vulto,
Que assim do velho avô o lar honrastes.
E então melhor a fé mantinham todos,
Quando, pobre no culto, em templo exiguo,
Se estava de madeira o deus patente.
E era propicio a quem brindava os cachos
Ou lhe enastrava nas madeixas santas
As corôas d'espigas; e esse mesmo
A quem sahia o voto favoravel
Offerecia os bolos, e depunha
A filhinha que o segue o puro favo.
Mas de nós afastae, Lares, as lanças
Bronzeas e o porco que a possilga atulha
Será victima rustica e de trages
Puros o seguirei, levando a cesta
De myrto ornada, e eu proprio ornada a fronte
De myrtos; oh! que assim vos eu apraza,

*

Forte nas armas que outro o seja e prostre,
Querido a Marte, os generaes adversos
Para que a mim bebido contar possa
Seus feitos o soldado, sobre a meza
Com vinho os arraiaes pintando. A negra
Morte, que insania a de a apressar com guerras!
Se ella furtiva vem com pé calado.
Não ha messes, não ha vinhedos cultos,
Só o Cerbero audaz e o torpe nauta
Das aguas Stygias, lá em baixo, e a turba
De faces cavas, de cabello ardido,
Pallida errando junto aos torvos lagos.
Quanto é mais de louvar quem entre a prole
Honesta occupa a tropega velhice
No humilde albergue; esse as ovelhas suas
Segue, e o filho os anhos e a consorte
Para a cançada volta agua lhe amorna.
Que assim eu fosse, e me coubera a sorte
D'alvejar-me a cabeça em cans, e, velho,
Os feitos referir d'antigas eras;
E emtanto fecundasse a paz os campos:
Foi primeira, a paz candida, que aos jugos
Curvos appôz os bois lavrando; as vides
A paz alenta e em çumo infarta as uvas
Que hão de de vinho trasbordar ao filho
A cantara paterna; e a relha, a enxada
Se avigoram na paz, em quanto á sombra
As tristes armas do cruel guerreiro
Gasta a ferruge, e pouco sobrio a casa
Traz do bosque no carro esposa e filhos
O camponio: é de Venus que então fervem
As luctas; a mulher lastima as tranças
Desgrenhadas, o assalto á porta, e chora
Pisada a meiga face; e chora o mesmo
Que a vence o haver nas loucas mãos tal força.
Lascivo o Amor á rixa aguça injurias
E entre os irados vem por fim sentar-se.
Ah! que é de pedra e ferro, quem magoa
A amante; esse dos céos provoca os deuses.
Bem baste o abrir-lhe os véos que o seio vestem,
Bem baste o desfazer da trança o ornato,
Baste o arrancar-lhe lagrimas: mil vezes
Ditoso esse a quem póde a terna amante
Chorar irado! Mas quem mãos ferinas

Lhe lança, que esse empunhe escudo e chuça
E longe esteja do prazer de Venus.
  E tu para entre nós, Paz creadora,
Brandindo espigas, vem, adiante os fructos
Vertendo a flux do candido regaço.

A. A.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

(Continuado do n.º 1, paginas 75)

XII

Novos trabalhos litterarios de Castilho Antonio.—Publica-se *A Noite do Castello.*—Analyse succinta e imparcial do poema.—Elogio que lhe teceu Herculano.

Emquanto se passavam os factos que descrevi, foi na mencionada casa da rua do Monte-Olivete, n.º 36 (ou 56), que hoje ignoro de todo que predio fosse, que o nosso poeta revia para a imprensa, auxiliado da sua dedicadissima secretária, o manuscripto de tres livros publicados em julho de 1836 (1); a saber: a terceira edição portugueza das *Cartas d'Eccho e Narciso,* e a primeira do poema *A Noite do Castello,* e da traducção das *Palavras de um crente.*

O primeiro d'estes livros já foi por mim analysado no logar respectivo. O terceiro tambem. Fallemos do segundo.

---

(1) Segundo deprehendo de um annuncio do n.º 13 do jornal francez publicado em Lisboa, *L'Abeille,* de M.me d'Andrada.

*

O que é *A Noite do Castello,* sabem-n'o todos os que a leram e são capazes de julgar obras d'esse genero. Direi como eu a considero.

Parece-me um quadro de admiravel colorido, mas em partes falho no desenho; e lamento.... (tive a ousadia de o dizer ao auctor, com a franqueza que não exclue o maximo respeito) lamento, sim, que para composição tão vasta não fosse escolhido assumpto nacional.

Que tinta preciosa lhe não dava a nossa edade-media, se elle tivesse querido pedir-lh'a! Quanto a sua linguagem portugueza de lei, e a hombridade do seu estylo, se prestavam áquelle genero de restauração, basta que o digam os *Quadros historicos,* e o drama *Camões.* Não quiz porém; e fosse ou não fosse influenciado em 1829 pelo poema *O phantasma* de Schiller, e pelas obras romanticas da França, caldeira enorme onde já refervia julho de 1830, o que é certo é que perdeu uma parte dos seus meios de effeito, e diminuiu o alcance da obra, limitando-se a copiar da phantasia os cavalleiros, um tanto convencionaes, do poema, e deixando de os retratar do vivo, isto é, das chronicas de Portugal.

Ahi sim, encontraria elle os toques naturaes, as posturas verdadeiras, d'aquelles homens quasi legendarios; com taes retratos engenharia o quadro, se o não achasse inteiro, como ás vezes aconteceu a Garrett; e em tal quadro firmaria o seu nome de auctor, certo de que o firmava para seculos.

Com isto não pretendo diminuir um apice no merecimento do poema, que Alexandre Herculano, melhor critico, chamou «quasi «sempre bello, e por vezes sublime (1).» Versos d'aquelles, ainda os não tinha visto a nossa eschola romantica. O fogo, e muita vez o mimo das paixões d'aquelles personagens, repassa-nos a alma, ainda que o não queirâmos; e, sobre tudo, a grandeza e nobreza d'aquelle descriptivo (pintado por um cego!) não se excedeu ainda entre nós, segundo é minha convicção.

No mais, pecca o poema. Pecca por falta de plano. Pecca por falta de côr local. Aquelle castello, que ora parece allemão, ora italiano, nunca parece portuguez. Pecca pelas longuras no dialogo e no monologo (é *contra* muito geral nas nossas litteraturas peninsulares); e isso talvez afrouxe a intensidade da acção dramatica.

---

(1) *Jornal da Soc. dos Am. das Lettras,* n.º I.

Pecca finalmente por um certo afeminado d'aquelles typos, que bem demonstra não terem sido *vistos,* mas serem meras copias de copia, embora muito nitidas na côr e no debuxo dos pormenores.

O geral da composição tem linhas magnificas, apezar de certos encontros e quebras (termos de pintor), que prejudicam a unidade.

A mais bella figura é sem duvida o Conde Orlando, valente, senhoril, e sacrificando tudo ao culto de sua filha. Uma vez lido, não esquece nunca mais o triste Conde Orlando. (Do Orlando do Ariosto só tem o nome, escusado é dizel-o).

Ignez é, quanto a mim, a menos firmemente traçada das figuras do poema.

O cavalleiro Henrique é declamador, mas perdôa-se-lhe a loquacidade, pelo estylo primorosamente pittoresco em que desafoga as suas dores, ainda que se não entende bem a causa de tanto odio.

As paizagens, essas são de uma belleza indescriptivel. O scenario do principio do primeiro canto é magnifico de opulencia. Alli ha riquezas de estylo a rodo, e o leitor assiste em pessoa á desusada festa que alvoroça o lago, e ao sarau de nupcias no castello de Orlando.

Todo por dentro e fóra illuminado,
o castello feudal pernoita em festa
na margem negra do espaçoso lago.

A narração da tornada de Henrique, feita por elle proprio, os seus sustos ao chegar da Palestina, a sua commoção ao avistar pela primeira vez o castello, ao longe, entre o bosque, a sua anciedade ao percorrer com olhos soffregos as vidraças incendiadas pelo sol poente, em busca da janella de Ignez, os mil pormenores narrativos, o menino camponez que serve de guia ao cavalleiro, os pavões do parque senhorial, as innocentes respostas que dilaceram o coração do amante, emfim todo aquelle conjuncto, que discorre desde a phrase

Ignez, foi na minh'alma a tua ideia
a maior do Universo....

até ás palavras

..... *eternos ambos,*

tudo isso chamou vivamente a sagaz attenção de Herculano, por ser um quadro acabado, um episodio notavel, que, por assim dizer, resume o poema, e brilha sobre toda aquella pagina escura, como carbunculo de vivissima luz.

A descripção do dobre dos sinos, logo no canto I, arripia, e toma nas nossas recordações um logar para sempre.

«O poema»—exclama Herculano—«termina por um d'estes

«mysterios da noite e dos finados, que o homem acaso imaginou, «quando desejoso de ver n'este mundo um reflexo d'esse outro, «em que Deus distribue o premio ou o castigo. Solemne é este «acabamento»—continúa o eminente escriptor—«e muito con-«tribue para que da *Noite do Castello* fique uma duradoira memoria, «ainda largo tempo depois de acabada a sua leitura.»

Ha no tom geral d'este poema indomado, muito de Walter Scott, muito de Schiller, mas infelizmente algum ressaibo dos romances tenebrosos do tempo. Isso é bem verdade; e quem se esquivou cá a essa influencia? Pois não é ella tão palpavel até nos romances historicos de Herculano? Pois não lhe sacrificou tambem nos seus alguma coisa o Garrett, que dos tres era o homem de mais mundo, o mais generalisador, e o de mais fino gosto (quanto a mim) n'estes assumptos?

Algumas das molas que movem a machina theatral da *Noite do Castello* gastaram-se; o que porém é preciso (repitâmol-o sempre) é reconhecer que para então aquelle poema significava um progresso, era um acontecimento.

Vê-se o amigo de Ovidio, a inoffensiva cigarra do Caramulo, já a braços com a influencia do romanticismo, já na corrente da maneira nova; o fundo ainda é indeciso; a fórma, conquistou-a. «O auctor»—observa Herculano—«procurou sacudir quanto «poude as recordações classicas.» Note-se: *quanto poude*.

Como *Os ciumes do bardo*, é *A Noite do Castello* um poema de ciumes. N'aquelle, o amante suicida-se; n'este, o amante trahido mata; mas, segundo o já citado juiz, n'este poema «o grito da «desesperação é mais intimo, e as imagens e os pensamentos mais «bastos e cerrados. A mesma traça do poema é muito mais feliz.»

Varios anachronismos (atrevo-me a dizel-o) se encontram quanto a usos e costumes do tempo das cruzadas. Peccado venial, ainda assim, se attendermos ás circumstancias em que foi traçada a obra.

De tudo se deduz, e é certo, que o auctor não se sentia no terreno nativo ao gizar o seu quadro phantastico. O estro do romanticismo commove-o; mas revela-se na escripta um descostume, *um gracioso não saber*, que nos dá a conhecer o profugo do Sperchio ou do Taygete emmaranhado em selva encantada de anões e gnomos. Comtudo, estão alli as indecisões e incertezas de um mestre, em cuja phrase cadente e sonora vibra o que ha de melhor nas melhores escholas.

N'aquelle entrecho cavalleiroso e gentil, n'aquellas

tão joviaes guerreiras cortezias,

sorri por longe o polidissimo Ariosto, que o nosso poeta conhecia muito, e recitava peregrinamente.

A gruta ou caramanchel de verdura, logo no Canto II,

De alta espaçosa gruta abre-se ao fundo
ampla cabana de perenne folha,
á lua, ao sol, aos zephyros vedada,

parece suggerida pela do Canto I do *Orlando,* gruta sombria onde a fugitiva Angelica vai acolher-se:

Ecco non lungi un bel cespuglio vede
Di spin fioriti e di vermiglie rose;
. . . . . .
E la foglia co'rami in modo è mista,
Che il sol non v'entra, non che minor vista.

O duello nocturno entre os dois rivaes ebrios de furor é terrivelmente bello.

Amotinou-se a noite ao repentino
cruzar de ferros, tropear de plantas,
ranger de dentes, retinir de golpes.

Lembra involuntariamente analoga situação em Ariosto:

Cominciar quivi una crudel battaglia
Come a piè si trovar, coi brandi ignudi.

Quanto á fórma em geral, entrevê-se já uma curiosa mudança no credo litterario do auctor. O homem de trinta annos olha com mais imparcialidade para os mestres da lingua, do que olhava o adolescente de Coimbra. Filinto é já Filinto para elle; não o epigrammatisa, entende-o, e segue-o; no estylo de Castilho já se vai denunciando um aproveitado discipulo do insigne traductor do *Oberon.*

Apezar de todos os senões que a medo apontei, salvo melhor juizo, e só como homenagem a um espirito que tanto amou a verdade, é este poema obra de tal ordem, que de veras lastímo que o auctor não explorasse, como Garrett, a mina riquissima da lenda ou da chronica nacional.

Que lhe faltou? não sei bem dizer. Faltou-lhe talvez, n'aquelles primeiros annos da assimilação e da creação, mais horizonte, mais convivencia litteraria no seu gabinete da Castanheira.

O irmão adorava-o; mas n'isto não o podia guiar, porque não conhecia o mundo. Os amigos andavam dispersos, e os esforços realisavam-se isolados e sem plano.

O poeta precisa ver, ver muito, ver sempre. Se Castilho tivesse vista, e se tivesse podido emigrar, oh! quanto não lucraria a sua Musa!

Os livros só por si não bastam. São muito, e são nada. O homem

nasceu para o seu semelhante. A humanidade é o livro supremo de Deus.

*

Teve o poema *A Noite do Castello* extraordinaria reputação. No correr dos annos, nem veio a faltar-lhe a consagração artistica. O maestro brazileiro Carlos Gomes compoz uma opera sobre libretto do poeta A. J. Fernandes dos Reis, extrahido do poema de Castilho. Era a sua estreia lyrica.

Celebrou-se a primeira representação a 4 de setembro de 1861, no Theatro lyrico do Rio de Janeiro. Da musica dizia então o correspondente do nosso periodico *Revista Contemporanea* (1):

«A primeira representação foi o presagio de um brilhantissimo «futuro, se o máo destino, que persegue quasi sempre os homens «de verdadeiro talento, não vier impedir-lhe o passo. A recepção «que teve *A Noite do Castello* é muito significativa. Os applausos «foram geraes e continuados, crescendo sempre o enthusiasmo, «que quasi tocou as raias do delirio no fim da opera.»

É bello ver como o joven maestro correspondeu á espectativa. Hoje o nome de Carlos Gomes é celebridade na Arte. Gósto de ver enlaçada a sua gloria com o nome de meu Pae.

(Continúa).

---

(1) Tomo III, n.º VI.

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

(Continuado do n.º 1, paginas 80)

II

D. Isabel de Castro e Andrade

Não encontramos este nome no *Catalogo* do sr. Garcia Peres, nem no *Diccionario* de Innocencio. Conhecemos de D. Isabel um soneto em portuguez na seguinte obra:

10 — *Primera, segvnda y tercera Partes de la Araucana de don Alonso de Ercilla y Çuñiga,* etc. Madrid, en casa del Licẽciado Castro, 1597.

Não sabemos se já viria nas edições anteriores. Copiamol-o da edição de Madrid de 1776, por D. Antonio de Sancha. Eil-o:

Araucana nação mais venturoza,
mais que quantas hoje ha de gloria dina;
pois na prosperidade, e na ruina
sempre invejada estais, nunca invejoza.
Se inristra o illustre Alfonso a temeroza
lança, se arranca a espada, que fulmina,
creyo, que julgareis, que determina
só conquistar a terra belicoza.
Fará... mas não temais essa mão forte,
que se vos tira a liberdade, e a vida,
ella vos pagará bem largamente.
Que a troco de uma breve e honrada morte,
com seu divino estilo esclarecido,
deixará vossa fama eternamente.

III

Francisco Martins

Foi professor de grammatica latina em Salamanca, e ahi publicou diversos tractados da sua especialidade, que se podem ver descriptos em Salvá, sob o n.º 2317 e em Gallardo sob o n.º 2931.

Ha d'elle um epigramma latino na obra seguinte.

11 — *Los XV libros de los Metamorphoseos de el excellente Poeta Latino Ovidio. Traducidos en verso suelto y octava rima por Antonio Perez.* Salamanca, Ivan Perier, 1580.

Cremos que tambem são d'elle uns versos latinos, que vem na obra de Castañiza, *Las fiestas que hizo en Salamanca,* que adeante indicamos a proposito de João Gonçalves.

IV

Jeronymo Corte Real

12 — *Elogios en loor de los tres famosos varones Don Jayme de Aragon, Don Fernando Cortes Marques del Valle, y Don Aluaro de Baçan Marques de Santa Cruz. Cõpuestos por Gabriel Lasso de la Vega.* Çaragoça, Alonso Rodrigues, 1601.

Salvá (n.º 266) colloca esta obra, apezar de ser escripta em prosa, entre as *antologias,* por causa das muitas poesias que contém, de diversos auctores. Entre elles figura Jeronymo de Corte Real.

V

Bento Caldeira

Publicou em 1580, em Alcalá de Henares, uma traducção dos *Lusiadas.* Conhece-se d'elle mais um soneto, que vem na seguinte obra de Cristoval Mosquera de Figueiroa:

13 — *Comentario en breve compendio de disciplina militar en que*

se escriue la jornada de las islas de los Açores. Madrid, Luis Sanchez, 1596.

O soneto é d'este theor:

Qvando el tiempo Señor que arde y sospira
Por dar la muerte á la memoria y fama,
La dará al gran valor, que tanto os ama,
Que humilla el mar y la Francesa ira.
Por la escala del Cielo, de do os mira
La eternidad, que con gran voz os llama
Dexais subiendo vn rastro y vna llama
Que ala vista mortal vence y admira.
La grande Pallas, si mil siglos antes
No jurara, de no tomar esposo,
De aceptaros por tal ha dado muestras.
Por hermano (que puede) os quiere honroso,
Y pone en vuestros braços triumphantes
Sus armas, parescidas à las vuestras.

VI

Alonso Baquer

Nome completamente desconhecido na bibliographia portugueza. Nem mesmo suspeitariamos que era portuguez, se elle proprio o não declarasse.

Vem d'elle um soneto na obra seguinte, de que existe um exemplar na Bibliotheca nacional de Lisboa:

14 — *Los amantes de Teruel, epopeya trágica, con la Restauracion de España por la parte de Sobrarbe y conquista del reino de Valencia: por Yague de Sales.* Valencia, Patricio Mey, 1616.

N'uma das folhas preliminares está a poesia de Baquer, assim subscripta:

Del Licenciado Alonso Baquer Portugues, en el qual habla el libro con el letor, en alabança de la obra.

SONETO

El que es docto y curioso, y ver dessea
(Por serlo mas) portentos monstruosos,
Aspides de la Libia ponçoñosos,
Montes y promontorios de Iudea:

El que ya con la historia se recrea,
Ya con dulces acentos fabulosos:
Y el que codicia hechos valerosos
En armas y en amor a mi me lea.
En mi hallara la variedad que quiere
El gusto humano, pues hallara guerra,
Ficcion que alegra, historia que entretiene.
Muertos, gustos, y amores, si pidiere,
Que de mi autor que todo aquesto encierra,
El nombre es gracia, y en dezir la tiene.

VII

Dr. Fernando Cardoso

Foi doutor em medicina e exerceu a profissão em Madrid. Fugindo de Hespanha e recolhendo-se a Italia, alli abjurou a religião christã, professando publicamente o judaismo, que era por certo a crença de seus maiores. Vem mencionado no *Catalogo* do sr. Garcia Peres, que descreve as suas obras. Conhecemos d'elle poesias esparsas nos seguintes livros:

15 — *Fama posthvma a la vida y mverte del doctor Frey Lope Felix de Vega Carpio. Y elogios panegiricos a la immortalidad de sv nombre. Escritos por los mas esclarecidos Ingenios. Solicitados por el doctor Jvan Perez de Montalvan*, etc. Madrid, Imprenta del Reyno, 1636.

A este certamen funebre concorreram diversos poetas portuguezes, e Fernando Cardoso com este soneto:

Este de quien el Lauro es corta gloria
En copiosos conceptos que derrama,
Libra tu excelso Tumulo en su Fama,
Y el Trofeo inmortal en su Memoria.
No el Bronce le reserua eterna Historia,
En vnos y otros numeros le aclama,
Y en viuos Esplendores de su llama
Contra el oluido ilustra su victoria.
Milagroso prodigio en fertil Pluma,
Admiracion sera de las Edades
Honor de lo ingenioso y lo fecundo.
Mas porque nunca el tiempo lo consuma,
Vota el Cielo a su nombre Eternidades,
Dolor España, y sentimiento el mundo.

16 — *El Monte Vesuvio, ahora la Montana de Soma, dedicado a D. Felipe IV, el Grande, nuestro señor Rey catolico de las Españas, Monarca Católico de las Indias Orientales y Occidentales, por el Doctor Juan de Quiñones, Alcalde de su casa y corte.* Madrid, Juan Gonzalez, 1632.

17 — *Anfiteatro de Felipe el Grande, por D. José Pellicer de Tovar.* Madrid, por Juan Gonzalez, 1631.

O sr. marquez do Jerez de los Cavalleros fez uma nova edição d'esta obra (Sevilha, 1890) e d'ella copiamos o seguinte soneto de Cardoso:

Este que entrambos orbes predomina,
Claro Numa español, Marte cristiano,
En el airoso impulso de su mano,
Envuelto en majestad, rayos fulmina.
Del invicto animal la frente inclina,
Que aplaudiendo á su golpe soberano,
Si atiende lo valiente en brazo humano,
Respeta lo sagrado en luz divina.
Dichoso muere el bruto, pues merece
Regio valor en último suspiro,
Siendo mortal, con vida más triunfante.
El cielo, que su diestra favorece,
Anuncia, que centellas de su tiro
Serán del mundo incendio fulminante.

VIII

Dr. Manoel Miguens Acosta

É de crer que o seu nome, portuguezmente escripto, seja Manuel Migueis da Costa. Foi cathedratico na Universidade de Alcalá. Ha d'elle um epigramma latino na seguinte obra d'um seu collega no professorado:

18 — *Disputationes Medicae super Fen primam libri primi Auicenæ, etiam Philosophis valde vtiles. Opvs doctoris Petri Garcia Carrero.* Compluti, ex officina Joannis Gratiani, apud Viduam. Anno 1611.

Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe um exemplar d'esta obra, d'onde transcrevemos a poesia encomiastica do nosso com-

patriota. Pelo titulo que a encabeça, ficamos sabendo que o cathedratico portuguez era natural de Portalegre. Eis a transcripção:

Emanvelis Migvens Acosta Lusitani Portalegrẽsis, Doctoris Medici in Complutensi Academia, publici professoris ad Medicinæ studiosos.

EPIGRAMMA

Si quam de cœlis altissimus ille creauit,
Vir sapiens, arte discere doctus armas.
Noscere si cupis humanæ medicamina vitæ
Atque Arabum primi dogmata aperta viri.
Ecce tibi enodat Carrerius ille, secundo
Quicaret, & nullum sentit in Orbe parem.
Ille maiorem nunquam secla acta viderunt,
Non odie Orbis habet, non habiturus erit.
Artis amatores Medicinæ hunc euoluite, quando
Doctrinæ vobis copia plena patet
Nanq̃ ego non alio me vellem tempore natum
Quam quotam docto contingit ore frui.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

BIBLIOGRAPHIA

O ensino carcerario e o congresso penitenciario internacional de S. Petersburgo por Ferreira-Deusdado.

Um livro de que a opinião que se lê avulsa nos jornaes se não occupa.

Porque a gente sensata, muito sensata,—gente de espirito são n'um corpo são, mediocre e que gosa de boa saude, que é a opinião impressa, preoccupa-se com outros e por sem duvida mais importantes assumptos. Trabalhos de sciencia *recebe e agradece*.

Ainda ao menos se são precedidos de animadoras cartas-prologos das Theocracias nacionaes...

A sociedade portugueza faz prato de resistencia dos vulgarisadores francezes, sem talento, sem sciencia, baratos e manuaes. Conhece por estes os grandes homens do extrangeiro, e por causa d'elles despreza tudo o que ó nacional.

E, comtudo, em Portugal trabalha-se, escreve-se, ensina-se e sabe-se como lá fóra.

Que importa? Nós continuamos impassivelmente desprezadores de tudo o que é nosso, e n'uma ociosidade de degenerados, esperando tudo de lá fóra, não querendo contribuir com um esforço nosso qualquer, n'um morboso sebastianismo do Extrangeiro.

*

A Obra do sr. Deusdado é extranha á *surmenage* intellectual da nossa sociedade, que produz no campo litterario a importação de falsificações da litteratura decadente, e na sciencia pequenas obras, mediocres, sem qualquer orientação, sem talento, que por ahi vêm a publico.

Homem superior, cheio de talento, com uma poderosa iniciativa scientifica, o sr. Ferreira-Deusdado luctou n'este paiz, sem opinião intelligente, em que sabios e homens de lettras se vêem obrigados

a fazer-se apaniguados do Executivo, e venceu. Hoje é considerado no paiz, e ainda mais lá fóra do que no paiz.

E nós somos tanto mais imparciaes a seu respeito, que nos separa a mais radical differença de orientação scientifica.

*

O sr. Ferreira-Deusdado é penitenciarista. A regeneração do criminoso pelos meios penitenciarios é para elle fim da pena.

«A cella, sanctuario da penitencia do monge, converteu-se na cellula, cadinho que depura os instinctos ruins do scelerado e exalta os bons. É a crença n'este salutar influxo que fortalece e diffunde o regimen penitenciario. A solidão é um carcere benefico para a alma quando não póde ser um asylo.

«Este systema prisional tem a sua origem na tradição christã e o seu fundamento n'uma philosophia moral elevada, que as almas grosseiras e o egoismo contemporaneo mal comprehendem. Pela primeira vez foi estabelecido, como regimen regular, além do Atlantico pela seita dos Quakers proclamando inteiramente a abolição dos castigos corporaes, e punindo com a solidão, como base promotora do arrependimento.» (*Introducção,* pag. IX).

Sem discutir agora os fundamentos da eschola penitenciarista, direi apenas que a cella do monge raro produzia o homem normalmente, serenamente bom, e muitas vezes, e quasi sempre, produzia a hysteria religiosa, a nevroastenia mystica do nirvana christão. Hoje a penitenciaria tem similhantes resultados: n'ella se desenvolvem fórmas criminosas da nevroastenia. A recidiva é um producto natural da nevroastenia adquirida nas prisões, e principalmente nas prisões penitenciarias (principe de Krapotkine), da alteração psycho-nervosa a ellas devida (Benedikt). A mim, repugnou-me sempre a penitenciaria como meio de regeneração do criminoso. Um meio de regeneração do criminoso, que o afasta do homem normal, e o encerra na propria animalidade, nos instinctos inferiores do bimano primitivo, que o delinquente resuscita por atavismo!

Porém o sr. Deusdado não acceita como unico criterio da penalidade o principio de regeneração do criminoso.

«O fim da justiça penal é não só a regeneração ethologica e externa do culpado, o restabelecimento da ordem moral violada, o respeito pela auctoridade legitima, a defesa da sociedade, a acção intimidativa, *mas é, sobretudo, a necessaria sancção da propria lei.*»

De facto, independentemente de qualquer opinião sobre a origem do phenomeno criminoso, o que é uma verdade, que nenhuma intransigencia de eschola póde demolir, é que a punição do crime é sempre a sancção necessaria do contracto social. A todas as estipulações, d'este contracto, de fazer ou não fazer alguma cousa deve corresponder uma clausula penal. A pena é mais alguma cousa do que isto, mas é isto. E o sr. Deusdado disse-o sem exclusivismos de eschola, sem a preoccupação morbida do Novo.

«O systema penitenciario é radicalmente opposto a todas as theorias do fatalismo do destino antigo e do moderno determinismo materialista da vontade do delinquente, visto que fundamentalmente associa a idéa da emenda á do castigo, a da regeneração moral á do cumprimento da justiça, principios que evidentemente têm como consequencia necessaria a crença na liberdade individual.

«Para a criminologia, que se inspira no materialismo hodierno, não ha justiça social nem possibilidade da emenda do criminoso; ha a defesa egoista pela segregação ou mais simplesmente pela morte.»

O misoneismo, o horror ao Novo, que se encontra em todas as obras do sr. Deusdado, é o seu defeito. É declaradamente metaphysico; e, francamente, a metaphysica, que lhe deve superiores esforços de talento, não o merece.

Prefeririamos vel-o ao lado da sciencia positivista e dos homens de primeira plana que a evangelisam á custa de esforços épicos de genio.

Preferiamos vel-o, a elle, que tem um talento superior e são, ao lado d'estes homens que têm direito á actividade do seu espirito, e separado dos homens da metaphysica, em que o genio, que o têm incontestavelmente, é desegual, illogico, uma fórma de psychose degenerativa; prefeririamos.

Não prosigamos, porém, em divagações, e discutamos, se bem que rapidamente, as opiniões do sr. Deusdado.

Diz s. ex.ª que o systema penitenciario é radicalmente opposto a todas as theorias do antigo fatalismo e do moderno determinismo. Que seja opposto o systema penitenciario ao fatalismo antigo, mais um estado morbido do que uma phase regular na evolução philosophica, concordamos; não vemos, porém, por que seja opposto ao moderno determinismo. Com a doutrina do livre arbitrio devemos admittir que os motivos adquiridos na prisão, que vão formar no delinquente novos stratos do caracter, um caracter adquirido, podem em todo o tempo ser neutralisados por outros motivos e pelo simples livre arbitrio; com o determinismo só devemos admittir que possam ser neutralisados por motivos mais fortes, e raro serão mais fortes os motivos transitorios dos diversos

actos isolados do que os *motivos organicos,* que constituirem já o fundo hereditario ou adquirido do caracter. A educação é um determinismo antecipado para todos os actos.

Não julgamos que o systema penitenciario associe ás idéas de emenda e de regeneração moral as idéas do castigo e do cumprimento da justiça, ou, por outros termos, a responsabilidade moral. E entre esta e o livre arbitrio, como observa com razão Giulio Fioretti, não existe uma necessaria correlação, mas só uma tenaz associação de idéas formada pelo habito de muitas gerações.

Censura o sr. Deusdado a eschola criminalista moderna por adoptar como criterio da justiça penal só a defesa da sociedade pela segregação ou mais simplesmente pela morte do criminoso.

Porém da concepção positivista do phenomeno criminoso não é consequencia necessaria acceitar-se a defesa social como criterio e unico criterio da responsabilidade.

A concorrencia vital do homem-delinquente e do homem-normal, a selecção social a favor d'este, e a eliminação d'aquelle, são uma necessidade historica, uma consequencia natural das leis da evolução organica e social: mas essa concorrencia não é só, não é bem, a defesa social.

A eliminação social do criminoso, uma necessidade de todos os tempos não tem sido constantemente uma funcção da justiça penal do Estado.

Foi-o já, mas não o foi sempre, mas não o é hoje.

A justiça foi já um militarismo contra as raças criminosas intranacionaes, correspondendo ao militarismo contra o extrangeiro, contra as raças de fóra. E estes dois militarismos evolutiram parallelamente, e ambos atravessaram uma phase *offensiva* e uma phase *defensiva*.

Mas antes d'isso a justiça tinha tido diversos fundamentos e fórmas diversas: teve uma evolução anthropologica, uma evolução politica.

Hoje, se bem que a eliminação de criminoso é uma necessidade social, não constitue uma funcção do Estado. O criterio da justiça penal do Estado na actual phase historica não nos parece ser o da defesa social, mas outro que no n.º 10 da *Revista de Coimbra* apresentámos.

Dos principios da *historia natural do criminoso* da eschola italiana deduz-se logicamente que a eliminação do criminoso é uma necessidade e uma funcção social: porém não se deduz que esta funcção deva ser, e ser sempre realisada pelo Estado e que a justiça penal do Estado só possa ter essa funcção.

Pelo que respeita á pena de morte não concordamos, não podemos concordar, com a maioria dos escriptores da eschola anthro-

pologica, que a admittem. A eliminação das raças criminosas não se realisa tanto pela eliminação dos criminosos como pela selecção dos caracteres nos criminosos, e, quando mesmo a eliminação do criminoso seja indispensavel, não se deve fazer pela pena de morte. Garofalo prefere a pena de morte aos outros meios de eliminação do criminoso por uma razão economica principalmente:—a diminuição das despezas feitas pelo Estado nas prisões com os criminosos incorregiveis. Quando mesmo, porém, Garofalo tenha a logica pelo seu lado, a pena de morte repugna ás tendencias altruistas que se vão desenvolvendo cada vez mais, e o sentimento é bem mais importante factor da evolução do que a intelligencia.

O sr. Deusdado considera como principaes factores do crime os sociaes. «A existencia do crime não deve fazer-nos pessimistas. A vida não é em si nem um bem, nem um mal, mas apenas o logar em que o homem practica o bem ou mal. Melhoremos as condições d'este logar e o mal enfraquecer-se-ha progressivamente.»

Nós admittimos que ha crimes provenientes de factores sociaes. Não se admittindo, porém, como não se póde hoje admittir a irreductibilidade das diversas ordens de phenomenos (physicos, chimicos, biologicos e sociaes), que Comte defendia, os factores sociaes não podem ser considerados senão modalidades novas e mais complexas dos factores anthropologicos e psychologicos.

Além d'isto as causas sociaes produzem as degenerações e estas muitas vezes a reversão atavica. «Un auteur, nous ne saurions dire si c'est M. de Quatrefages, a avancé que dans les contrées de l'Irlande, où la population est le plus avilie par la misère, les formes néanderthaloïdes du crâne se représentent.» (Zaborowski, *L'homme préhistorique*). E com o atavismo physico deve manifestar-se o atavismo moral na reversão para o Sentir, o Pensar e o Querer neanderthaloides.

Debalde, portanto, se pretenderão separar dos factores anthropologicos os factores sociaes.

*

Se algumas das censuras feitas pelo sr. Deusdado á eschola anthropologica têm fundamento, muitas outras são destituidas de todo o fundamento.

Nem a anthropologia criminal nem a anthropologia criminal se podem considerar já hoje constituidas definitivamente. Ha n'ellas hypotheses que têm de ser abandonadas, e ha muitos empirismos que aguardam generalisações, theorisação.

Isto, porém, não nos deve fazer recuar para as velhas theorias, mas esperar do Futuro. Debalde convertemos o Passado n'um messianismo: o futuro da sciencia não está n'uma renascença, mas n'uma *creação natural,* evolutiva.

Se é verdade que o atavismo não é a explicação unica do phenomeno criminoso, se é verdade que é empirica a concepção de hombroso da alliança do atavismo e da epilepsia no delinquente, se ha crimes, que são productos naturaes da vida social (*Revista de Coimbra,* pag. 145 e seg.), nem por isso deve ser rejeitada a theoria positivista do crime.

Na nossa opinião o criminoso é o resultado de uma degeneração epileptoide das raças inferiores perante as superiores. Com esta degeneração das raças primitivas, resuscitadas por atavismo, perante o homem-normal e como ella ha a degeneração do negro, do americano e do australiano perante o europeu e a degeneração das aristocracias perante o terceiro estado.

E a Historia é isto: a stratificação das raças e a degeneração morbida das raças vencidas perante as vencedoras. É este facto a explicação de todos os acontecimentos historicos, do nascimento de todas as instituições sociaes.

Assim a degeneração das aristocracias foi, a nosso ver, a causa do nascimento das monarchias: as phases da historia monarchica foram as phases da degeneração das aristocracias. Devia Um facilmente apoderar-se do poder desde que a degeneração atacou a casta superior. Mas a esta degeneração nenhuma parte da aristocracia podia conservar-se eternamente extranha. E assim, segundo Esquirol, nas actuaes familias reinantes as molestias mentaes são 60 % mais frequentes do que nas outras familias. E devem sel-o tambem as molestias moraes em virtude das *transformações degenerativas da hereditariedade* (Morel). A monarchia constitucional foi a ultima phase da degeneração das aristocracias. Hoje, porém, a monarchia constitucional parece adaptar-se ás tendencias nacionaes e harmonisar-se com todas as aspirações do terceiro estado.

Mas a burguezia não é hoje já a gente epica das communas. É evidente a degeneração do terceiro estado, que ficará certamente vencido na selecção social pelo proletariado, uma casta forte, juvenil. A degeneração do terceiro estado terá as mesmas phases historicas da degeneração das aristocracias e dará porventura origem a instituições analogas (1).

---

(1) Em Portugal, como na Allemanha, as tendencias socialistas dos actuaes reinantes podem operar a consolidação da monarchia e preparal-a para resistir á revolução do quarto estado, mais ou menos proxima.

O criterio da anthropologia criminal é hoje o criterio da sociologia.

*

Voltemos, porém, ao livro.

O livro do sr. Deusdado tem os defeitos da eschola em que se filia o seu auctor e as grandes qualidades d'este. E nós preferimos uma obra de talento de um metaphysico a uma obra mediocre de um experimentalista.

A obra do sr. Deusdado não é só uma obra de talento: é tambem um esforço de altruismo. S. ex.ª filia-se na eschola, que quer fazer do regime prisional um *socialismo de Estado a favor dos criminosos* (Prins).

Se por hoje nos limitamos a demonstrar a orientação criminalista do sr. Deusdado, em artigos subsequentes referir-nos-hemos a alguns dos assumptos especiaes que trata nos capitulos da sua obra.

Desde já, porém, agradecemos a s. ex.ª a penhorante offerta que nos fez do seu livro.

FERNANDO MARTINS DE CARVALHO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX—SETEMBRO DE 1891

SEGUNDA SERIE — N.° 3

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO — por **Abel Andrade** 153
ALGEBRA (Ao sr. J. C. Medeiros) — por **Junio de Sousa** .. 166
ODE DIALOGADA, DE HORACIO, LIV. III, 9.ª — por **A. A.** 184
MEMORIAS DE CASTILHO — por **Julio de Castilho** 186
POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES — por **Sousa Viterbo** 208

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO

(Continuado do n.º 2, paginas 93)

CAPITULO II

O Racionalismo de Descartes

Biographia de Descartes; ambito do Cartesianismo; a duvida de Descartes; influencia dos sentidos sobre os *prejuizos* da infancia; «penso, logo existo»; superioridade d'este principio; critica; corollarios da doutrina cartesiana; relatividade do principio de Descartes; principios formaes ou subsidiarios (principio da contradicção, etc.), principios demonstrativos («penso, logo existo», etc.); superioridade da demonstração da existencia da alma no Cartesianismo; a existencia de Deus; condição necessaria da nossa cognoscibilidade; criterio dos conhecimentos (clareza e distincção: a evidencia); a veracidade divina; uma phase do Cartesianismo; a intuição interior (principio do Racionalismo); indecisão e incoherencia de Descartes; symptomas do Racionalismo em Descartes (reacção contra o meio sensualista, illusão dos sentidos, sua incompetencia para o conhecimento de Deus, funestas consequencias do empirismo, naturalismo exaggerado do Cartesianismo, principio da evidencia); orthodoxia da intencionalidade cartesiana (protesto contra o pensamento de reforma politica ou religiosa, condemnação absoluta da revolução religiosa, excepção da theologia no meio da condemnação de todas as sciencias, limitação do ambito do Cartesianismo, dedicatoria á Sorbonna, inutilisação do *Mundo*, procedimento de Descartes).

No meio d'esta heterogeneidade de elementos, indefinidos e incoherentes, apparece Descartes com o seu systema philosophico.

Na exposição da sua doutrina unicamente nos referiremos ao que mais ou menos directamente nos permitte divisar as tendencias

racionalistas do Cartesianismo. Não queremos ser demasiado extenso, mas nunca sacrificaremos á brevidade a clareza e logica, deducção do nosso trabalho.

Nasceu Descartes em Haya, perto de Tours, no anno de 1596. Relacionado com as mais nobres familias da sua provincia e possuidor de uma invejavel fortuna, entrou aos nove annos no collegio dos Jesuitas de La Flèche, fundado por Henrique IV, instituto que gosava de quasi todos os privilegios de uma Universidade; de dezesete annos tinha percorrido todo o programma dos estudos ahi superiormente dirigidos pelos Jesuitas. Ao terminar o seu curso inventariou todos os conhecimentos que possuia, analysou a sua sciencia e pouco encontrou de solido e aproveitavel; não que os seus mestres tivessem concorrido com a sua curta intelligencia, acanhada erudição e máo methodo para similhante resultado; muito ao contrario, Descartes nunca deixou de elogiar a perspicacia e o methodo de seus professores. Duvidas sombrias se tinham levantado já no espirito do joven philosopho—ainda não tinha vinte annos—sobre a certeza das nossas sciencias; uma pequena excepção abrangia as mathematicas puras; e quando mais tarde applicou á physica os principios mathematicos, não acreditou egualmente na mathematica assim applicada.

Desgostoso comtudo e muito entristecido deante de sete annos perdidos no meio de inuteis labutações, resolveu afogar a sua desillusão no grande bulicio de Paris, ou, melhor, adquirir na practica do mundo a certeza que não viu nas reflexões dos philosophos. Por bastante tempo se entregou aos mundanos prazeres da grande capital; e só mais tarde, estimulado pelo amor da sciencia, corta subitaneamente com todas as suas relações de rapaz e dedica-se de novo ao estudo das mathematicas. No fim de dois annos os seus antigos amigos reatam novas relações, introduzindo-o no *grand-monde* parisiense.

Em 1617 alistou-se como voluntario no exercito de Mauricio de Nassau, d'onde sahiu para o de Maximiliano da Baviera, militando ultimamente na Hungria ás ordens de Bucquoy.

Durante esta sua vida, varia e inconsistente, Descartes observou que as crenças que dominavam a vida practica eram tão incertas como as doutrinas dos sabios e que as obras, postas em practica por muitas pessoas, eram menos harmonicas do que as que pertenciam a um só auctor. Este ensinamento foi importantissimo para Descartes, porque a sua obra devia possuir aquella harmonia e obedecer a esta firmeza de execução. Consequentemente renunciou a todos os prejuizos que constituiam o seu pensamento e começou de edificar novamente sobre bases seguras e completamente isentas da minima duvida. Para logo prescreveu regras

simples, que orientassem as suas investigações e mais tarde a sua conducta moral.

Não nos demoramos na exposição das regras de investigação e de conducta; ao lel-as no *Methodo* parece-nos ouvir as hesitações de Charron. Entremos propriamente na synthese do seu systema.

*

Obedecendo á imposição do cardeal Berulle (1), retirou-se Descartes para a Hollanda a fim de melhor completar os seus estudos (2). Synthetisemos as suas conclusões:

Embora a philosophia comprehenda tudo o que é conhecido pela luz natural, Descartes não estuda toda a complexidade de phenomenos contidos em area tão vastissima; dirige os seus cuidados para a logica, como introducção á philosophia, e estuda ulteriormente a metaphysica que comprehende a physica, d'onde dimanam a medicina, a mechanica e a moral. Entre tão amplos estudos escolheu de preferencia a metaphysica e a physica.

As suas investigações metaphysicas partem inalteravelmente da duvida sobre toda a experiencia; se quizermos encontrar um fundamento solido do conhecimento, deveremos combater os prejuizos de que somos victima desde a infancia. Não se julgue que a duvida cartesiana versa sómente sobre os principios universaes; tambem comprehende a experiencia sensivel.

O principal fundamento de todos os prejuizos parece a Descartes consistir em que confiamos demasiadamente nos sentidos emquanto a nossa razão não possue o desenvolvimento ulterior; a mesma experiencia, que nos adverte das confusas representações das coisas fornecidas pelos sentidos, as illusões que o homem julga não poucas vezes realidades durante o somno, nos accessos de febre e no estado de loucura, são outros tantos argumentos comprovativos da these cartesiana.

Descartes ainda confirma o seu modo de pensar com a possi-

---

(1) Descartes descobriu o seu principio—*cogito, ergo sum*—no mesmo anno em que formulou as regras acima referidas; por algum tempo guardou silencio, até que certo dia declarou no meio de uma reunião de sabios que possuia um methodo que deveria elevar a philosophia á certeza das mathematicas. O cardeal Berulle, que se encontrava tambem n'esta reunião, obrigou-o em consciencia a participar a sua descoberta ao mundo sabio.

(2) É extraordinario o retiro completo de Descartes na Hollanda; não exaggeramos dizendo que só convivia medeante a correspondencia do intermedeario padre Mersenne.

*

bilidade da existencia de um genio poderoso e máo, que se interessasse em nos enganar e que tivesse o poder de excitar na nossa imaginação vultos ficticios.

Não podemos deixar de confessar que o fundamento da duvida cartesiana é destituido de toda e qualquer certeza incontestavel; tudo conjecturas e simplesmente conjecturas. Entretanto Descartes não presta o minimo assentimento aos principios do entendimento emquanto não se convencer de que nenhum poder superior propoz taes principios á nossa luz natural e que, ao contrario, Deus, egualmente veraz e benevolo, informa e conduz todos os nossos pensamentos.

É certo porém que, segundo Descartes, ha um principio sobre que é absolutamente impossivel duvidar; é o seu celebrado principio: «Penso, logo existo.» Descartes distingue este principio de outro qualquer, porque a propria duvida em vez de o aniquilar confirma-o: «Duvido, logo penso, existo (1).»

Que pensar do valor de similhante principio? Não julgamos que possua um valor absoluto; pelo menos temos algumas duvidas sobre essa doutrina que para muitos auctores passa como indiscutivel.

Este principio conclue do phenomeno do pensamento para a existencia do eu; o eu é expressamente caracterisado como substancia pensante. Poder-se-ha tirar similhante conclusão sem que se admitta a certeza de principios universaes? Não julgamos assim (2).

Descartes chega a confessar que a sua conclusão involve não só muitas noções, mas este principio: o pensamento suppõe o ser, —e est'outro: é contradictorio dizer que uma coisa pensa, mas que não existe no momento em que pensa.

Ainda mais: algures Descartes affirma que o seu principio suppõe e baseia-se n'este: o nada não póde ter propriedades nem modificações; consequentemente aonde houver propriedades e modificações é necessario admittir uma substancia a que ellas pertençam.

Tentando determinar a significação d'este principio, diz Des-

---

(1) A mesma hypothese de um Deus máo, diz Descartes, não poderia diminuir a força d'esta verdade, porque ninguem, omnipotente e divino que seja, poderá fazer com que eu não exista, por isso que duvido.

(2) Descartes viu esta difficuldade; melhor: mostraram-n'a os seus adversarios. Nas respostas ás segundas objecções, recolhidas pelo padre Mersenne, tenta demonstrar Descartes, que não conclue a sua existencia da do seu pensamento, á similhança de um syllogismo, mas como uma coisa conhecida de per si; vê-a por uma simples intuição do espirito.

cartes, que o principio de contradicção póde ser empregado como principio universal para estabelecer toda e qualquer verdade.

Assim podemos concluir, embora Descartes seja mais ou menos obscuro, que a duvida cartesiana não comprehende os principios universaes da luz natural, para empregarmos a sua phrase predilecta. Não que Descartes n'um ou n'outro logar não dê a entender esta solução; suppõe-n'a certamente, quando com toda a lucidez expõe a sua crença nas verdades, nas inspirações da luz natural.

Se uma ou outra vez parece lançar-se n'uma ordem de idéas diversa, assim o exige a hypothese da possibilidade do Deus maligno; e quando mais tarde choveram as objecções dos seus adversarios, Descartes, obrigado a restringir mais e mais a sua opinião, affirmou que não podiamos duvidar dos principios naturaes desde que tivessemos a sua intuição clara: signal de que o bom Deus despertava em nós similhantes pensamentos.

A doutrina cartesiana, segundo a qual Deus podia fazer o contradictorio, não augmentou menos as duvidas do seu systema; entretanto, como similhante conceito dependia da demonstração da existencia de Deus, insistimos em affirmar, contra muito graves auctores, que o principio do «cogito...» não tem o valor absoluto, mas simplesmente relativo (1).

Se Descartes é indeciso quando explica o seu principio, claramente expõe a significação que lhe dá. Distingue os principios formaes ou subsidiarios da demonstração—dos principios que conduzem ao conhecimento de uma realidade.

Entre os principios formaes conta-se o principio de contradicção, repousando em noções geraes; com estes nada tem o principio fundamental de Descartes. Á segunda ordem de principios pertence a proposição: «Penso, logo existo.»

Este ultimo principio dá-nos o conhecimento de uma existencia real, porque de nada conhecemos melhor a existencia do que a da nossa alma. Ainda mais: a existencia da alma é mais conhecida do que a do corpo.

Vejamos como: descobrimos a existencia do pensamento; esse pensamento affirma, nega, está indeciso, duvída, etc., e possue muitas outras qualidades, que só se explicam mediante a consciencia e a reflexão. No ultimo reducto em que esse *pensamento*

---

(1) Não adulteramos assim o Cartesianismo; modificamos algum tanto o seu conceito. Quem ler algumas paginas das Meditações sobre a philosophia primaria convence-se de que muitos principios não eram duvidas para Descartes; uns incluia-os no «*cogito, ergo sum*», outros subentendia-os separadamente de similhante conceito. Portanto o *cogito, ergo sum* não era o principio de *todos* os conhecimentos.

resiste á *duvida* de Descartes, *duvída* ainda; Descartes deduz a realidade incontestavel do seu pensamento, porque *duvidando* de si mesmo, *duvída* e portanto existe; ora não é possivel conceber a duvida sem a consciencia e a reflexão. Mas como a consciencia e a reflexão pertencem mais á essencia da alma do que do corpo, bem conclue Descartes que melhor do que o corpo se conhece a alma em ordem á sua existencia. Deveremos dizer mais rigorosamente: na ordem dos conhecimentos cartesianos apparece primeiro a realidade da alma.

Descartes aproveita admiravelmente esta conclusão da realidade da alma *sómente;* como as perturbações dos nossos conhecimentos fluem das influencias sensiveis do organismo, da observação emfim, Descartes corta com a hypotheticidade da experiencia, põe-n'a de parte e assenta o quartel general do seu systema no edificio imperturbavel, incondicional, constituido pelos principios da razão. Este principio cartesiano não poderia ser invalidado por prejuizos de ordem alguma.

D'este modo chega Descartes ao conhecimento da existencia da alma, desprendido completamente da experiencia; já vimos que a mesma hypothese de um Deus máo não poderia invalidar similhante conclusão. Outro tanto não succede com os outros objectos distinctos da existencia da alma; para o conhecimento d'esses é necessario admittir a existencia de um Deus sabio, bom e veraz, que nos não queira enganar. Descartes tenta demonstrar-lhe a existencia e determinar os seus attributos; é de notar que n'essa demonstração emprega principios racionaes, que jámais poderão fluir da existencia da alma e cuja demonstração portanto só poderia ser feita subentendendo-se a existencia de Deus. Entretanto, laborando é certo em circulo vicioso, Descartes desenvolve o seu argumento *a simultaneo* mui elogiado por Franck, e ultíma a demonstração da existencia de Deus.

Com o processo anteriormente indicado Descartes chegou ao conhecimento da existencia do eu e demonstrou a existencia de Deus, condição necessaria da nossa cognoscibilidade. Mas, não basta conhecer verdades successivamente, é necessario encontrar no processo como se fizeram as primeiras investigações um criterio que possamos empregar em estudos similares. Qual será elle?

Segundo Descartes esse criterio reside na clareza e distincção; mas que deveremos entender por clareza e distincção? As suas expressões são excessivamente vagas e julgamos impossivel determinar-lhes o sentido; não nos demoramos com as considerações que sobre este assumpto desenvolve Descartes, e simplesmente diremos que, formulando algures a sua doutrina practica relativa á clareza e distincção, synthetisa-a na evidencia.

Immediatamente reconhece a necessidade de justificar a sua confiança nas idéas de similhante genero, encontrando-se em seriissimos embaraços. A principio parece contentar-se dando por exemplo a certeza do principio: «cogito, ergo sum.» D'esta analogia deduz que devemos admittir como certo o que se nos apresenta com similhantes caracteres de veracidade.

Mas, em pouco tempo, desconfiando talvez d'esta solução, appella para a veracidade divina; se as idéas, que nos é impossivel conceber separadas, não estivessem intimamente relacionadas, Deus seria um mentiroso. Similhante argumento resulta da hypothese admittida por Descartes segundo a qual Deus inspira e suggere ao homem as idéas certas, isto é, claras e distinctas.

A proposito de similhante doutrina distingue Descartes as idéas adventicias, constituidas pela nossa imaginação, das innatas, em que não podemos deixar de acreditar.

Mais tarde, em virtude das difficuldades que foram oppostas pelos seus adversarios, abandonou este novo expediente, modificando-o em harmonia com a opposição, que a elle se dirigia. Assim considera a intuição das verdades simples na nossa razão como o fundamento de qualquer conhecimento certo.

Embora todas as noções da luz intellectual estejam mutuamente encadeadas e não possam, sem prejuizo da verdade, ser completamente separadas, Descartes admitte com esta solução pensamentos de natureza simplicissima, que sendo conhecidos em si mesmos nada podem comprehender de falso e erroneo. É, mediante esses pensamentos simples, que Descartes tenta comprehender as verdades complexas mais ou menos illuminadas pelo brilho evidente das simples. Nunca se deve tentar a explicação d'essas idéas simples; nem é util, nem necessaria similhante empreza, porque o que constitue o principio da evidencia nem póde ser mais evidente, nem é necessario que o seja. Toda a verdade simples baseia-se, tem a razão da sua existencia em si mesma, é clara de per si; o simples é evidente por intuição e principio de todo o conhecimento ulterior. Assim Descartes considera o pensamento como a intuição interior dos nossos principios simples; em primeiro logar devemos conhecer a razão que tudo comprehende; da intuição que ella possue das verdades simples depende qualquer conhecimento certo; os sentidos e a imaginação devem considerar-se como meios de que se serve a razão quando conhece.

Acabamos de examinar o modo como Descartes, tendo em vista todas as *nuances* da sua duvida, procura um fundamento solido para a sua doutrina. Não julguemos que o eminente philosopho désse n'este proposito um passo firme e sem hesitações; muito ao contrario, tudo é indistincção ao apurar conceitos e confusão nas

varias noções que apresenta. Por mais que meditassemos não nos foi possivel chegar a apprehender o que Descartes quereria dizer com as noções simples, como ainda hoje todos ignoram o uso d'essas noções na construcção da sciencia. Descartes julga conveniente distinguir o pensamento puro, que estuda as noções simples, da representação sensivel e dos pensamentos da nossa imaginação sensivel. Só no pensamento puro o espirito actua com plena independencia; ao contrario, a acção do espirito e do corpo confundem-se nos sentidos e na imaginação. Julga prudente Descartes prevenir os estudiosos de que nunca se devem deixar illudir, nas investigações metaphysicas, pelos principios mathematicos, pois que a pureza d'estes principios costuma sempre ser alterada pelas ficções da imaginação.

Entretanto, quando enumera as idéas innatas, que devemos descobrir em nós, interiormente, pela intuição psychologica, inclue n'essas idéas as de extensão e numero, fundamento das mathematicas.

Não comprehendemos este singular desplante; ou os principios mathematicos (idéas de numero e extensão) são alterados pelas ficções da imaginação, e n'esse caso não podem ser innatos, proprios do entendimento puro;—ou os mesmos principios mathematicos são egualmente alterados, e n'esse caso não podem ser innatos.

Demais Descartes não tem idéas seguras sobre a esphera d'esses conceitos puros; muitas vezes affirma que esses conceitos são innumeros, como limita extraordinariamente o seu numero, chegando por outro lado a dizer que todas as idéas são innatas e que a experiencia sensivel nada mais faz do que proporcionar-lhes o desenvolvimento.

Tentando demonstrar a sua doutrina, partindo das idéas mais simples segundo o methodo mathematico, ao apresentar certos axiomas exprime o summo desejo de que se fizesse a sua demonstração.

Não duvidamos affirmar que Descartes nunca conseguiu reduzir as suas idéas scientificas ás noções mais simples, assim como nunca soube definitivamente se os conhecimentos mathematicos deveriam constituir uma parte dos conhecimentos puros da nossa razão.

Assim temos esboçado o caracter geral do Cartesianismo em harmonia com o que se encontra nas suas obras; vamos agora determinar, mediante uma especificação methodica, os germens do Racionalismo que n'elle se encontram. Ao mesmo tempo iremos explicando as causas das suas asserções divergentes; estes dois estudos podem e devem mesmo fazer-se simultaneamente; melhor e mais nitida será a idéa que fazemos do systema de Descartes.

a) As incertezas que se encontram em Descartes, as suas mesmas antilogias, são o reflexo de um violento conflicto entre as diversas tendencias scientificas do seu tempo, a que Descartes não se podia conservar completamente extranho. Descartes, relacionado e mesmo dado ao estudo das mathematicas e das suas applicações á physica, devia naturalmente inclinar-se para todas as direcções em que se tinham desenvolvido as sciencias experimentaes, que estudavam a natureza. Estas sciencias tinham em geral conduzido ao sensualismo os seus cultores. Ora Descartes não podia seguir similhante caminho, como os restantes sensualistas. Pronuncia-se contra a proposição: «nihil est in intellectu...;» protesta contra a idéa de representar a nossa alma como uma taboa rasa. Quer reduzir toda a sciencia á evidencia da razão; appella constantemente para as idéas innatas e para a razão, que simplesmente se serve dos sentidos e da imaginação como auxiliares. A fidelidade dos sentidos em nada se parece com a fidelidade do intellecto. Outrosim declara que as idéas innatas nem sempre estão presentes ao homem como pensamentos reaes; o que todos temos é a faculdade, a capacidade de as conceber, prestando valioso subsidio na actualisação d'essa capacidade os sentidos e a imaginação. A differença capital entre os conhecimentos sensiveis e os do entendimento consiste em que os primeiros occupam-se do objecto *particularmente* e os do entendimento estudam o *universal*.

Para demonstrar aos seus adversarios que o universal,—no sentido rigoroso do termo e nunca como as experiencias, sempre limitadas, o podem representar—, é conhecido pelo homem, appella para as mathematicas; por isso mesmo defende a verdade do universal.

N'esta ordem de idéas é visivel como Descartes abandona o sensualismo, entrando exaggeradamente no ambito do racionalismo.

b) Pelo exame das causas d'onde procedem os phenomenos, Descartes convenceu-se de que os nossos sentidos não representavam os objectos com pureza, mas simplesmente de um modo confuso; eis a origem da sua reluctancia constante contra os sentidos; crê, é certo, como Bacon, corrigir qualquer illusão pela mutua comparação das percepções; mas d'aqui é necessario appellar sempre para o supremo tribunal da razão, que decidirá em ultima instancia da verdade ou falsidade de qualquer percepção; quando por este processo desejamos conhecer a essencia das coisas, deveremos recorrer ás idéas mathematicas.

Descartes admitte que o corpo, objecto das sciencias naturaes, não póde ser conhecido na sua verdadeira natureza,—emquanto se distingue do espirito—, mediante os sentidos, mas sómente por

intermedio da razão. O corpo só para nós é sensivel, pois que se nos apresenta de um modo sensivel; em si mesmo considerado, pelo contrario, é unicamente a substancia extensa, que só póde ser conhecida pela idéa mathematica de extensão.

c) Descartes, depois de ter affirmado que o corpo do homem era melhor conhecido pela razão do que pelos sentidos, caminha n'esta ordem de idéas e affirma que o proprio Deus e outro qualquer espirito, ainda são menos perfeitamente conhecidos pelos sentidos do que o corpo. Todas as vezes que confiamos nas representações sensiveis só conseguimos opiniões erroneas a respeito do espirito que nos apparece mais ou menos confundido com o corpo. Certamente muito melhor conheceriamos Deus se não tivessemos sentidos. Descartes affirma uma e muitas vezes, que os sentidos nada mais são do que poderosos obstaculos para o conhecimento de Deus e de nós mesmo. A razão pura é para Descartes o gráu supremo na ordem dos conhecimentos.

d) Descartes, contemplando os tristissimos resultados do empirismo dos homens seus contemporaneos, começou de se oppôr systematicamente ás vistas limitadissimas de quem simplesmente seguisse os sentidos. Por isso é que constantemente avisa os seus leitores de que nunca se devem deixar guiar pelos sentidos e pelos prejuizos da infancia.

E' por isto que reprehende os philosophos anteriores de não terem distinguido o corpo do espirito; ainda é esta a causa, por que considera suprema vantagem do seu systema encontrar a essencia do espirito no pensamento.

É notavel, diremos ainda, este modo de fundar o racionalismo; deriva de uma inclinação para o sensualismo, que não fica completamente destruida (1); na realidade Descartes para prestar o seu assentimento á razão, appella para uma experiencia, para a intuição intima.

e) Como muito bem adverte o Abbade Thomas, o espirito do Cartesianismo conduz necessariamente ao racionalismo. Descartes antes de apresentar a sua doutrina da duvida methodica exceptua a fé christã de similhante processo; os discipulos, porém, mui logicamente nem ao menos iniciaram a reserva do mestre. Como fazermos profissão de fé sobre os dogmas revelados e suspendermos o nosso juizo sobre as verdades fundamentaes da religião natural, a existencia de Deus, por exemplo, a espiritualidade e a immortalidade da alma? E quando o methodo dubitativo nada mais fizesse além de exaltar desmesuradamente o orgulho da razão e

---

(1) Zeferino González, *Historia de la Filosofia*, tomo III, pag. 236, nota.

o amor da independencia, já isso era o bastante para concorrer para o desenvolvimento do racionalismo. A duvida cartesiana desenvolve habitos, tendencias moraes e intellectuaes incompativeis com o espirito da fé. O que se arroga o direito de citar perante o tribunal da sua razão individual a razão universal dos seculos, difficilmente encontrará no seu coração a humildade necessaria para a sua intelligencia supportar o jugo de um dogma incomprehensivel.

f) Para bem comprehendermos a feição racionalista basta approximar certos capitulos do Cartesianismo: o philosopho só deve acceitar o jugo da evidencia, não da evidencia extrinseca, dos testimunhos, mas da evidencia interna das idéas. Deve suspender o seu juizo emquanto que a doutrina proposta lhe não apparecer circumdada dos luminosos clarões da evidencia. Portanto todo o investigador da verdade deve depurar no cadinho da critica as suas opiniões e as suas crenças,—deve duvidar de tudo antes de conhecer coisa alguma. Primeiro que procedamos á revisão das doutrinas admittidas anteriormente mediante o assentimento á fidelidade testimunhal, devemos pôr de parte todos os prejuizos, isto é, todos os juizos que não repousarem na evidencia intrinseca do seu objecto. D'este modo, a duvida como ponto de partida da sciencia e a evidencia ideal como regra unica dos nossos juizos, eis os dois artigos fundamentaes do Cartesianismo.

E que é esta evidencia intrinseca, que a razão vê, necessaria para qualquer conhecimento? Para que qualquer juizo não seja um prejuizo, é neccessario que a razão contemple o seu objecto; portanto arvora-se a razão em arbitra suprema de toda a verdade. Ainda mais: a evidencia, como condição necessaria, exige que o homem não só contemple o objecto do juizo, mas que o veja na essencia mediante uma intuição completa. Assim encontramos o racionalismo mais avançado; para qualquer objecto ou juizo ser verdadeiro é necessario que a razão o conheça e o comprehenda na sua mesma essencia.

*

Desde já é facil reconhecer o que este germen produzirá nos seculos futuros; em Philosophia teremos, em ultima analyse e se formos coherentes, um scepticismo absoluto; em Religião a negação de Deus, da creação, do Christo divino substituido pelo Christo historico ou philosophico, etc., etc., porque ninguem póde com-

prehender intuitivamente qualquer d'estes problemas. Descartes não chegou a estas conclusões, porque respeitava ainda as venerandas tradições do passado; só mais tarde os seus discipulos, com a razão fria e serena, deixaram germinar a idéa cartesiana. Produziu o racionalismo.

Mas Descartes teria intenção de pulverisar principios tão venerandos e secularmente estabelecidos? É importante a ventilação d'este assumpto, para melhor comprehendermos a linha de Descartes na polemica com os seus adversarios e a que logo nos referiremos. Para não nos demorarmos muito, synthetisaremos os argumentos com que salvaguardamos as purissimas intenções de Descartes:

a) No Discurso sobre o methodo Descartes protesta contra qualquer pensamento de reforma politica ou religiosa. Apezar de encontrar bastantes difficuldades na reforma do seu espirito, taes difficuldades não eram irremediaveis nem susceptiveis de se compararem com os grandes obstaculos que se defrontam na reforma das menores coisas que se referem ao publico. N'essa obra declara o philosopho que ninguem o deve confundir com certos personagens turbulentos e inquietos, que, não sendo chamados nem por nascimento nem por fortuna á direcção dos publicos negocios, tentam fazer revolução em tudo por systema; «se alguma coisa na minha obra, diz Descartes, fundamentasse similhante suspeita no espirito de alguem, muito me arrependeria de a ter escripto.»

b) Obedecer ás leis e aos costumes do seu paiz, conservando constantemente a religião em que Deus permittiu que elle fosse educado desde creança, eis a principal regra de conducta cartesiana. Se protesta contra qualquer pensamento de reforma politica, ainda mais vivamente se levanta contra qualquer reforma religiosa. «Possuo e venero a religião do rei, da minha mãe,» assim responde ao theologo reformado Revius, que o induz a examinar os fundamentos da sua religião mediante o seu systema philosophico.

c) Condemna universalmente todas as sciencias; exceptua d'esse anathema universal, porém, a theologia. «Pensava na nossa theologia e pretendia fruir a beatitude celeste como os mais felizes; soube mais tarde que o caminho celeste não estava menos patente aos mais ignorantes do que aos mais doutos e que as verdades reveladas, que ensinam a via do céo, eram superiores á nossa capacidade intellectual. Por isso não me atrevo a subordinar as verdades sobrenaturaes á fraqueza dos meus raciocinios, e creio mesmo que só poderá examinar similhantes verdades quem tiver a assistencia celeste, quem fôr mais do que um simples homem.»

d) Descartes estuda a immortalidade da alma, o seu estado na vida futura e a moral christã. Escreveu a Chanut: «Alguns homens

estão tão encolerisados contra mim por causa de uns innocentes principios de physica... Que diriam se eu estudasse a moral, o estado da alma depois da morte, etc.!»

e) Dedica aos doutores e decanos da Sagrada Faculdade de Theologia da Sorbonna as suas Meditações. Assim procede, como escreveu ao padre Mersenne, para melhor se defender dos seus adversarios com similhante auctoridade.

f) Estava prestes a terminar a sua grande obra—*Mundo*—quando Galileu foi condemnado; por isso que no—*Mundo*—se sustentavam identicos ou similhantes principios, inutilisou quasi todo o seu trabalho, encontrando-se simplesmente alguns fragmentos depois da sua morte. Nas cartas ao seu intermediario (10 de janeiro, 15 de março, 14 de agosto de 1634) refere-se Descartes aos seus principios de physica, e não é difficil descobrir ahi a grande perturbação do espirito de Descartes pela condemnação de Galileu. Mais tarde, em 1644, nos seus *Principios,* ainda não ousa sustentar a hypothese de Copernico.

Bossuet chega mesmo a dizer que as precauções de Descartes eram excessivas.

g) Uma das razões mais convincentes da boa fé de Descartes encontra-se no modo como considerava as idéas mathematicas. O modo como Descartes entendia a intuição interior das idéas no nosso espirito levou-o a não reconhecer nas idéas mathematicas, que se referem ao que é corporeo, senão uma dignidade inferior ao puro pensar do espirito, e a fazel-as brotar dentro de nós mesmos por intermedio da imaginação. Se elle concebesse a intuição interior como devia, equipararia as idéas mathematicas ás idéas puras da razão.

Entretanto as accusações que se fazem a Descartes não são completamente infundadas; com a intenção de melhor vencer os adversarios, que desprezavam ou desconheciam esta regra de distincção entre a razão e a fé, Descartes começava a harmonisar a sua doutrina com a religião e especialmente com textos da Biblia. N'este empenho por vezes defendeu o racionalismo, talvez ainda inconscientemente.

Não insistimos mais n'este assumpto; dirigimo'-nos ao capitulo immediato, onde estudaremos a influencia do Cartesianismo sobre o Racionalismo.

(Continúa). ABEL ANDRADE.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ALGEBRA

(Ao sr. J. C. Medeiros)

Problemas indeterminados

(Continuado do n.º 2, paginas 111)

As equações (4_l), são n'este caso:

$$a=\frac{f+h}{2};\ b=10-h;\ c=5+\frac{(h-f)}{2};$$

$$d=10-f;\ e=5;\ g=5-\left(\frac{h-f}{2}\right);\ i=10-\left(\frac{h+f}{2}\right);\ \ldots(6).$$

Ora como os numeros $a, b, c, d, e, f, g, h, i,$ devem ser todos differentes, as duas indeterminadas h e f só podem ter os valores seguintes:

$$f=1 \text{ com } \{h=2, 3, 4, 6, 7, 8, 9\};\ldots\ldots\ldots(7);$$

$$f=2 \text{ com } \{h=1, 3, 4, 6, 7, 8, 9\};\ldots\ldots\ldots(8);$$

$$f=3 \text{ com } \{h=1, 2, 4, 6, 7, 8, 9\};\ldots\ldots\ldots(9);$$

$$f=4 \text{ com } \{h=1, 2, 3, 6, 7, 8, 9\};\ldots\ldots\ldots(10);$$

$$f=6 \text{ com } \{h=1, 2, 3, 4, 7, 8, 9\};\ldots\ldots\ldots(11);$$

$$f=7 \text{ com } \{h=1, 2, 3, 4, 6, 8, 9\};\ldots\ldots\ldots(12);$$

$$f=8 \text{ com } \{h=1, 2, 3, 4, 6, 7, 9\};\ldots\ldots\ldots(13);$$

$$f=9 \text{ com } \{h=1, 2, 3, 4, 6, 7, 8\};\ldots\ldots\ldots(14).$$

Formemos as quantidades $\frac{h+f}{2}$ e $\frac{h-f}{2}$.

(7) dá $\begin{cases} \frac{h+f}{2} = 2, 4; \text{ porque outros valores são fraccionarios ou o numero 5, que pertence a } e; \text{ com } f=1;\ h=3, 7. \\ \frac{h-f}{2} = 1, 3, 4; \text{ com } f=1;\ h=3, 7, 9. \end{cases}$

(8) dá $\begin{cases} \frac{h+f}{2} = 3, 4; \text{ com } f=2;\ h=4, 6. \\ \frac{h-f}{2} = 1, 2, 3; \text{ com } f=2;\ h=4, 6, 8. \end{cases}$

(9) dá $\begin{cases} \frac{h+f}{2} = 2, 6; \text{ com } f=3;\ h=1, 9. \\ \frac{h-f}{2} = -1, 2, 3; \text{ com } f=3;\ h=1, 7, 9. \end{cases}$

(10) dá $\begin{cases} \frac{h+f}{2} = 3, 6; \text{ com } f=4;\ h=2, 8. \\ \frac{h-f}{2} = -1,1, 2; \text{ com } f=4;\ h=2, 6, 8. \end{cases}$

(11) dá $\begin{cases} \frac{h+f}{2} = 4, 7; \text{ com } f=6;\ h=2, 8. \\ \frac{h-f}{2} = -2, -1,1; \text{ com } f=6;\ h=2, 4, 8. \end{cases}$

(12) dá $\begin{cases} \frac{h+f}{2} = 4, 8; \text{ com } f=7;\ h=1, 9. \\ \frac{h-f}{2} = -3, -2, 1; \text{ com } f=7;\ h=1, 3, 9. \end{cases}$

$$(13)\ \text{dá}\begin{cases}\dfrac{h+f}{2}=6,\ 7;\ \text{com}\ f=8;\ h=4,\ 6.\\[2ex]\dfrac{h-f}{2}=-3,\ -2,\ -1;\ \text{com}\ f=8;\ h=2,\ 4,\ 6.\end{cases}$$

$$(14)\ \text{dá}\begin{cases}\dfrac{h+f}{2}=6,\ 8;\ \text{com}\ f=9;\ h=3,\ 7.\\[2ex]\dfrac{h-f}{2}=-4,\ -3,\ -1;\ \text{com}\ f=9;\ h=1,\ 3,\ 7.\end{cases}$$

Como, porém, quando $f=2$, (6) dá $d=8$, h só póde ser 4 ou 6; e $\dfrac{h+f}{2}=3,\ 4$; $\dfrac{h-f}{2}=1,\ 2$. E porque (6) dá $g=4$ para o valor $h=4$; só póde ser $h=6$. Este valor dá $i=6$. Portanto não póde tambem ser $h=6$, nem por consequencia $f=2$.

Tambem não póde ser $f=4$; porque (6) daria para $h=6$, o mesmo valor $g=4$; para o valor $h=2$, $g=2$; e para o valor $h=8$, $i=4$.

Nem póde ser $f=6$; porque para $h=2$, seria $i=6$; para $h=4$, $g=6$; e para $h=8$, $c=6$.

Ainda, não póde ser $f=8$; porque para $h=2$, seria $d=2$; para $h=4$, $i=4$; e para $h=6$, $g=6$.

Não póde ser $f=1$, com $h=9$; porque (6) daria $g=1$.

Nem tambem $f=3$, com $h=7$; porque seria $g=3$.

Nem ainda $f=7$, com $h=3$; porque seria $g=7$.

Nem tão pouco $f=9$, com $h=1$; porque seria $g=9$.

Logo só póde ser:

$$f=1;\ \text{com}\ \{h=3,\ 7\};$$

$$f=3;\ \text{com}\ \{h=1,\ 9\};$$

$$f=7;\ \text{com}\ \{h=1,\ 9\};$$

$$f=9;\ \text{com}\ \{h=3,\ 7\}.$$

Temos, pois, as seguintes 8 soluções distinctas:

α	β	γ	δ	ε	ξ	η	θ
$a=2$	$a=4$	$a=2$	$a=6$	$a=4$	$a=8$	$a=6$	$a=8$
$b=7$	$b=3$	$b=9$	$b=1$	$b=9$	$b=1$	$b=7$	$b=3$
$c=6$	$c=8$	$c=4$	$c=8$	$c=2$	$c=6$	$c=2$	$c=4$
$d=9$	$d=9$	$d=7$	$d=7$	$d=3$	$d=3$	$d=1$	$d=1$
$e=5$	$e=5$	$e=5$	$e=5$	$e=5$	$e=5$	$e=5$	$e=5$
$f=1$	$f=1$	$f=3$	$f=3$	$f=7$	$f=7$	$f=9$	$f=9$
$g=4$	$g=2$	$g=6$	$g=2$	$g=8$	$g=4$	$g=8$	$g=6$
$h=3$	$h=7$	$h=1$	$h=9$	$h=1$	$h=9$	$h=3$	$h=7$
$i=8$	$i=6$	$i=8$	$i=4$	$i=6$	$i=2$	$i=4$	$i=2$

α			η			δ			ξ		
2	7	6	6	7	2	6	1	8	8	1	6
9	5	1	1	5	9	7	5	3	3	5	7
4	3	8	8	3	4	2	9	4	4	9	2
			É α visto pela face opposta do papel.			Resulta do movimento de α da direita para a esquerda.			É δ visto pela face opposta do papel.		

θ			β			ε			γ		
8	3	4	4	3	8	4	9	2	2	9	4
1	5	9	9	5	1	3	5	7	7	5	3
6	7	2	2	7	6	8	1	6	6	1	8
Resulta do movimento de δ da direita para a esquerda.			É θ visto pela face opposta do papel.			Resulta do movimento de θ da direita para a esquerda.			É ε visto pela face opposta do papel.		

Não se tendo introduzido a condição de assentar o quadrado

sobre uma determinada base, podendo ser esta qualquer dos lados; nem de estarem escriptos os numeros n'uma só das duas superficies, quando o podem estar em qualquer d'ellas, vê-se que o calculo deu o que devia dar ficando o problema indeterminado.

Escolher a somma, $S=45$, dos nove numeros digitos, desde que se não admittia que fossem alguns eguaes entre si, ou eguaes a zero, importava tanto como dar tambem cada uma das nove parcellas, ficando apenas indeterminada a sua collocação. O mesmo não acontece, porém, com outra somma, que possa compor-se de parcellas differentes, conforme vae examinar-se.

Tomemos $S=81=1+3+5+7+9+11+13+15+17$; $s=27$; $N=e=9$; e vejamos o que succede nos diversos casos. É preciso observar, que são applicaveis as desegualdades (19) e (19′).

$$(a)\qquad h<2\beta-4p;\ 9=\frac{h}{2}+p+\beta;\ h<9-3p;$$

$$p=1,\ 2;$$

$$\alpha=2,\ 4;\qquad p=1\begin{cases}h<6;\\ \\ h=1,\ 2,\ 3,\ 4,\ 5;\end{cases};$$

$$p=2\begin{cases}h<3;\\ \\ h=1,\ 2;\end{cases};$$

$p=1$; $\alpha=2$; $h=1$; $a=2$; $b=17$; $c=8$; $d=15$; $f=3$; $g=10$; $i=16$; com o quadrado

2	17	8
15	9	3
10	1	16

$p=1$; $\alpha=2$; $h=2$; $a=3$; $b=16$; $c=8$; $d=14$; $f=4$; $g=10$; $i=15$; com o quadrado

3	16	8
14	9	4
10	2	15

$p=1$; $\alpha=2$; $h=3$; $a=4$; $b=15$; $c=8$; $d=13$; $f=5$; $g=10$; $i=14$; com o quadrado

4	15	8
13	9	5
10	3	14

$p=1$; $\alpha=2$; $h=4$; $a=5$; $b=14$; $c=8$; $d=12$; $f=6$; $g=10$; $i=13$; com o quadrado

5	14	8
12	9	6
10	4	13

$p=1$; $\alpha=2$; $h=5$; $a=6$; $b=13$; $c=8$; $d=11$; $f=7$; $g=10$; $i=12$; e o quadrado

6	13	8
11	9	7
10	5	12

$p=2$; $\alpha=4$; $h=1$; $a=3$; $b=17$; $c=7$; $d=13$; $f=5$; $g=11$; $i=15$; com o quadrado composto dos primeiros nove numeros impares

3	17	7
13	9	5
11	1	15

*

$p=2$; $\alpha=4$; $h=2$; $a=4$; $b=16$; $c=7$; $d=12$; $f=6$; $g=11$; $i=14$; e o quadrado

4	16	7
12	9	6
11	2	14

(*b*) $$h>2\beta+4p;\ 9=\frac{h}{2}+p+\beta;\ h>9+p;$$

mas, como β é numero positivo, temos para

$$p=1\left\{\begin{matrix}h<16;\ h>10;\\ h=11,\ 12,\ 13,\ 14,\ 15;\end{matrix}\right\};$$

$$p=2\left\{\begin{matrix}h<14;\ h>11;\\ h=12,\ 13.\end{matrix}\right\};$$

Desde $p=3$, os limites de h são contradictorios.

$p=1$; $\alpha=2$; $h=11$; $a=12$; $b=7$; $c=8$; $d=5$; $f=13$; $g=10$; $i=6$; e o quadrado

12	7	8
5	9	13
10	11	6

$p=1$; $\alpha=2$; $h=12$; $a=13$; $b=6$; $c=8$; $d=4$; $f=14$; $g=10$; $i=5$; e o quadrado

13	6	8
4	9	14
10	12	5

$p=1$; $\alpha=2$; $h=13$; $a=14$; $b=5$; $c=8$; $d=3$; $f=15$; $g=10$; $i=4$; e o quadrado

14	5	8
3	9	15
10	13	4

$p=1$; $\alpha=2$; $h=14$; $a=15$; $b=4$; $c=8$; $d=2$; $f=16$; $g=10$; $i=3$; e o quadrado

15	4	8
2	9	16
10	14	3

$p=1$; $\alpha=2$; $h=15$; $a=16$; $b=3$; $c=8$; $d=1$; $f=17$; $g=10$; $i=2$; e o quadrado

16	3	8
1	9	17
10	15	2

$p=2$; $\alpha=4$; $h=12$; $a=14$; $b=6$; $c=7$; $d=2$; $f=16$; $g=11$; $i=4$; e o quadrado

14	6	7
2	9	16
11	12	4

$p=2$; $\alpha=4$; $h=13$; $a=15$; $b=5$; $c=7$; $d=1$; $f=17$; $g=11$; $i=3$; e o quadrado composto dos primeiros nove numeros impares

15	5	7
1	9	17
11	13	3

(c) $\quad h<2\beta-2p;\ h>2\beta-4p;\ 9=\frac{h}{2}+p+\beta;$

$h<9-2p;\ h>9-3p;$

os valores, $p=1$, $p=4$, ... não dão soluções inteiras;

$$p=2\left\{\begin{matrix} h<5;\ h>3; \\ h=4 \end{matrix}\right\};$$

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<3;\ h>0; \\ h=1,\ 2. \end{matrix}\right\};$$

$p=2$; $\alpha=4$; $h=4$; $a=6$; $b=14$; $c=7$; $d=10$; $e=9$; $f=8$; $g=11$; $i=12$; e o quadrado

6	14	7
10	9	8
11	4	12

$p=3$; $\alpha=6$; $h=1$; $a=4$; $b=17$; $c=6$; $d=11$; $f=7$; $g=12$; $i=14$; e o quadrado

4	17	6
11	9	7
12	1	14

$p=3$; $\alpha=6$; $h=2$; $a=5$; $b=16$; $c=6$; $d=10$; $f=8$; $g=12$; $i=13$; e o quadrado

5	16	6
10	9	8
12	2	13

(*d*) $\quad h<2\beta-p;\ h>2\beta-2p;\ 9=\frac{h}{2}+p+\beta;$

$$h<9-\frac{3p}{2};\ h>9-2p;$$

os valores $p=1,\ 2,\ 6,\ldots$ não dão soluções inteiras;

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<\frac{9}{2};\ h>3; \\ h=4. \end{matrix}\right\};$$

$$p=4\left\{\begin{matrix} h<3;\ h>1 \\ h=2. \end{matrix}\right\};$$

$$p=5\left\{\begin{matrix} h<\frac{3}{2};\ h>-1; \\ h=1. \end{matrix}\right\};$$

$p=3$; $\alpha=6$; $h=4$; $a=7$; $b=14$; $c=6$; $d=8$; $e=9$; $f=10$; $g=12$; $i=11$; e o quadrado

7	14	6
8	9	10
12	4	11

$p=4$; $\alpha=8$; $h=2$; $a=6$; $b=16$; $c=5$; $d=8$; $f=10$; $g=13$; $i=12$; e o quadrado

6	16	5
8	9	10
13	2	12

$p=5$; $\alpha=10$; $h=1$; $a=6$; $b=17$; $c=4$; $d=7$; $f=11$; $g=14$; $i=12$; e o quadrado

6	17	4
7	9	11
14	1	12

(e) $$h<2\beta;\ h>2\beta-p;\ 9=\frac{h}{2}+p+\beta;$$

$$h<9-p;\ h>9-\frac{3p}{2};$$

os valores $p=1,\ 2,\ 8,\ 9,\ldots$ não dão soluções inteiras

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<6;\ h>\frac{9}{2}; \\ h=5. \end{matrix}\right\};$$

$$p=4\left\{\begin{matrix} h<5;\ h>3; \\ h=4. \end{matrix}\right\};$$

$$p=5\left\{\begin{matrix} h<4;\ h>\frac{3}{2}; \\ h=2,\ 3. \end{matrix}\right\};$$

$$p=6\left\{\begin{matrix} h<3;\ h>0; \\ h=1,\ 2. \end{matrix}\right\};$$

$$p=7\left\{\begin{matrix} h<2;\ h>-\frac{3}{2}; \\ h=1. \end{matrix}\right\};$$

$p=3$; $\alpha=6$; $h=5$; $a=8$; $b=13$; $c=6$; $d=7$; $e=9$; $f=11$; $g=12$; $i=10$; e o quadrado

8	13	6
7	9	11
12	5	10

$p=4$; $\alpha=8$; $h=4$; $a=8$; $b=14$; $c=5$; $d=6$; $f=12$; $g=13$; $i=10$; e o quadrado

8	14	5
6	9	12
13	4	10

$p=5$; $\alpha=10$; $h=2$; $a=7$; $b=16$; $c=4$; $d=6$; $f=12$; $g=14$; $i=11$; e o quadrado

7	16	4
6	9	12
14	2	11

$p=5$; $\alpha=10$; $h=3$; $a=8$; $b=15$; $c=4$; $d=5$; $f=13$; $g=14$; $i=10$; e o quadrado

8	15	4
5	9	13
14	3	10

$p=6$; $\alpha=12$; $h=1$; $a=7$; $b=17$; $c=3$; $d=5$; $f=13$; $g=15$; $i=11$; e o quadrado composto dos primeiros nove numeros impares

7	17	3
5	9	13
15	1	11

$p=6$; $\alpha=12$; $h=2$; $a=8$; $b=16$; $c=3$; $d=4$; $f=14$; $g=15$; $i=10$; e o quadrado

8	16	3
4	9	14
15	2	10

$p=7$; $\alpha=14$; $h=1$; $a=8$; $b=17$; $c=2$; $d=3$; $f=15$; $g=16$; $i=10$; e o quadrado

8	17	2
3	9	15
16	1	10

(f) $$h<2\beta+p;\ h>2\beta;\ 9=\frac{h}{2}+p+\beta;$$

$$h<9-\frac{p}{2};\ h>9-p;$$

os valores $p=1, 2, 16, \ldots$ não dão soluções inteiras; e como o valor de β, numero positivo, mostra que $p=8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15$, tambem não podiam conter soluções positivas e in-

teiras, porque para $p=8$, os valores $h=2,\ 3,\ 4$, eram contradictorios com $h<2$, que o valor de β exige; ficam sómente as seguintes:

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<\frac{15}{2};\ h>6; \\ h=7. \end{matrix}\right\};$$

$$p=4\left\{\begin{matrix} h<7;\ h>5; \\ h=6. \end{matrix}\right\};$$

$$p=5\left\{\begin{matrix} h<\frac{13}{2};\ h>4; \\ h=5,\ 6. \end{matrix}\right\};$$

$$p=6\left\{\begin{matrix} h<6;\ h>3; \\ h=4,\ 5. \end{matrix}\right\};$$

$$p=7\left\{\begin{matrix} h<\frac{11}{2};\ h>2; \\ h=3. \end{matrix}\right\};$$

$h=4$, $h=5$, não dão soluções positivas e inteiras; porque $\beta=2-\frac{h}{2}$, demonstra que deve ser $h<4$;

$p=3$; $\alpha=6$; $h=7$; $a=10$; $b=11$; $c=6$; $d=5$; $f=13$; $g=12$; $i=8$; e o quadrado

10	11	6
5	9	13
12	7	8

$p=4$; $\alpha=8$; $h=6$; $a=10$; $b=12$; $c=5$; $d=4$; $f=14$; $g=13$; $i=8$; e o quadrado

10	12	5
4	9	14
13	6	8

$p=5$; $\alpha=10$; $h=5$; $a=10$; $b=13$; $c=4$; $d=3$; $f=15$; $g=14$; $i=8$; e o quadrado

10	13	4
3	9	15
14	5	8

$p=5$; $\alpha=10$; $h=6$; $a=11$; $b=12$; $c=4$; $d=2$; $f=16$; $g=14$; $i=7$; e o quadrado

11	12	4
2	9	16
14	6	7

$p=6$; $\alpha=12$; $h=4$; $a=10$; $b=14$; $c=3$; $d=2$; $f=16$; $g=15$; $i=8$; e o quadrado

10	14	3
2	9	16
15	4	8

$p=6$; $\alpha=12$; $h=5$; $a=11$; $b=13$; $c=3$; $d=1$; $f=17$; $g=15$; $i=7$; e o quadrado composto dos primeiros nove numeros impares

11	13	3
1	9	17
15	5	7

$p=7$; $\alpha=14$; $h=3$; $a=10$; $b=15$; $c=2$; $d=1$; $f=17$; $g=16$; $i=8$; e o quadrado

10	15	2
1	9	17
16	3	8

(g) $$h<2\beta+2p;\ h>2\beta+p;\ 9=\frac{h}{2}+p+\beta;$$

$$h<9;\ h>9-\frac{p}{2};$$

os valores $p=1, 2$, não dão soluções inteiras e positivas;

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<9;\ h>\frac{15}{2}; \\ h=8. \end{matrix}\right\};$$

$$p=4\left\{\begin{matrix} h<9;\ h>7; \\ h=8. \end{matrix}\right\};$$

$$p=5\left\{\begin{matrix} h<9;\ h>\frac{13}{2}; \\ h=7. \end{matrix}\right\};$$

não póde aproveitar-se o valor $h=8$; porque β mostra que é $h<8$, quando $p=5$.

$p=3$; $\alpha=6$; $h=8$; $a=11$; $b=10$; $c=6$; $d=4$; $f=14$; $g=12$; $i=7$; e o quadrado

11	10	6
4	9	14
12	8	7

$p=4$; $\alpha=8$; $h=8$; $a=12$; $b=10$; $c=5$; $d=2$; $f=16$; $g=13$; $i=6$; e o quadrado

12	10	5
2	9	16
13	8	6

$p=5$; $\alpha=10$; $h=7$; $a=12$; $b=11$; $c=4$; $d=1$; $f=17$; $g=14$; $i=6$; e o quadrado

12	11	4
1	9	17
14	7	6

(*h*) $\quad h<2\beta+4p;\ h>2\beta+2p;\ 9=\frac{h}{2}+p+\beta;$

$h<9+p;\ h>9;$

o valor, $p=1$, nada póde produzir em numeros inteiros;

$$p=2\left\{\begin{matrix} h<11;\ h>9; \\ h=10. \end{matrix}\right\};$$

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<12;\ h>9; \\ h=10,\ 11. \end{matrix}\right\};$$

os valores $p=4, 5, 6, 7\ldots.$ nada podem trazer, porque β indica ser $h<10$, quando $p=4$; e por outro lado o limite superior de h é maior que nove. Com mais forte razão os valores de p superiores, que dão successivamente $h<8$; $h<6$; $h<4$;... conservando-se o mesmo limite superior de h, cousa alguma accrescentam.

$h=2$; $\alpha=4$; $h=10$; $a=12$; $b=8$; $c=7$; $d=4$; $f=14$; $g=11$; $i=6$; e o quadrado

12	8	7
4	9	14
11	10	6

$p=3$; $\alpha=6$; $h=10$; $a=13$; $b=8$; $c=6$; $d=2$; $f=16$; $g=12$; $i=5$; e o quadrado

13	8	6
2	9	16
12	10	5

$p=3$; $\alpha=6$; $h=11$; $a=14$; $b=7$; $c=6$; $d=1$; $f=17$; $g=12$; $i=4$; e o quadrado

14	7	6
1	9	17
12	11	4

(Continúa). JUNIO DE SOUSA.

ERRATAS DO N.º 1

Pagina 54, linha 11, aonde se lê (4) : leia-se (4_1).
Pagina 62, linha 18, aonde se lê $f-h=\delta$: leia-se $f-h=\alpha$.
Pagina 63, linha 8, aonde se lê $a=h=2i''-1$: leia-se $a=h-2i''-1$.
Pagina 64, linha 12, aonde se lê $c=e+g$: leia-se $c=e+q$.
Pagina 64, linha 20, aonde se lê $c=e+2i''-1$; leia-se $c=e+2i''+1$.
Pagina 64, linha 20, aonde se lê $g=e-2i''+1$: leia-se $g=e-2i''-1$.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

ODE DIALOGADA, DE HORACIO, LIV. III, 9.ª

(Ao doutor Thomaz de Carvalho)

HORACIO

Emquanto te era grato o meu amor constante,
Nem outro mais feliz teu collo melindroso
Nos braços estreitava, apaixonado amante;
Mais que da Persia o rei vivi eu venturoso.

LYDIA

Emquanto outra não deu mais fogo aos teus ardores,
Nem pospunha Chloé de Lydia a pura chamma,
Lydia d'eterno nome em seducção d'amores;
Mais que a Ilia romana ergui preclara fama.

HORACIO

A mim Chloé cretense hoje me tem captivo,
Na cithara instruida, em cantos inspirada,
Por quem da morte o horror affrontarei altivo,
Se a sorte a deixa a mim sobreviver amada.

LYDIA

A mim, com mutuo ardor, me abraza em fogo extremo
Calais filho d'Ornitho, em Turium gloria viva,
Por quem morrer até mais d'uma vez não temo,
Se a sorte dá que a mim o amado sobreviva.

HORACIO

Porém, se o antigo amor no ferreo jugo unisse
De novo os que conserva em vida separada,
E a loira Chloé mandasse expulsa, e abrisse
Patente a porta a Lydia outr'ora desprezada?

LYDIA

Bem que mais bello elle é que o sol, tu inconstante
Inda mais que a cortiça em agua, e mais bravio
Que o Adriatico mar, de vagas infamante,
Comtigo amo viver, comtigo á morte eu rio.

A. A.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

(Continuado do n.º 2, paginas 139)

XIII *

Proposta de Castilho no gremio da «Sociedade dos Amigos das Lettras» para uma solemne homenagem publica a Luiz de Camões.—Julho a setembro de 1836.—Procura dos ossos do grande Epico.—Opinião de Garrett.—Continua-se o mesmo assumpto, e discute-se.

D'entre os assumptos de maior ou menor interesse litterario, tratados pela «Sociedade dos Amigos das Lettras», acha-se um, que devo mencionar, porque se refere a certa proposta apresentada por Antonio Feliciano de Castilho: a procura dos ossos de Luiz de Camões.

Antes de mais nada: se houve Portuguez que venerasse e apreciasse Camões, foi, sem duvida nem hesitação, o meu biographado.

A isto levantam de lá a cabeça alguns leitores superficiaes da *Conversação preambular* ao poema do sr. Thomaz Ribeiro, alguns fabricantes de interpretações malignas.

Pois levantem muito embora a cabeça; e (ainda que lhes juro que não é para elles que escrevo) estimo que me oiçam, uma vez que é chegada a occasião de discutir um ponto grave. Por minha parte, exporei os factos com lizura.

Se houve coração portuguez que vibrasse ao sopro epico de Camões, que se doesse das desventuras de Camões, que avaliasse e apreciasse bem por dentro a indole moral e a indole artistica do Poeta, que se ufanasse de tão illustre conterraneo, que lhe soubesse de cór quasi todos os versos, e os recitasse com o enthusiasmo de verdadeiro entendedor, que o mencionasse mil vezes, que o citasse, que o analysasse, que lhe dedicasse (conforme as suas forças) padrões immorredoiros, esse coração portuguezissimo foi o do cego que se chamou Castilho.

Em creança, imitava-lhe os sonetos e as canções.

Logo os seus primeiros versos impressos denunciam o culto camoniano: a dedicatoria do *Epicedio* á morte da senhora D. Maria I cita uma phrase do Epico:

se tão sublime preço cabe em verso;

e o proprio *Epicedio,* referindo-se a Camões, chama-lhe

... o suave cantor do heroe famoso,
que abrir as portas foi do vasto Oriente,
... o nobre vate, que ensinou sublime
quem primeiro lançou d'alta Ulyssêa
eternas bases que do tempo zombam.

Depois, um poemeto devaneado em 1831, no alto das Chagas, intitula-se em homenagem ao vate: *O sacrificio a Camões.*

Esse poemeto contém versos d'esta força:

Morre Camões, mendigo entre mendigos,
estranho aos seus, nos braços de um estranho;
mas entre elles deu tudo: aos seus ingratos,
o coração, o engenho, a vida, a gloria;
ao seu amigo, a amarga liberdade,
tarda fama, uns seitis, e poucos livros.
De tão impios avós proscrita raça,
o destino em miserrima hecatomba
a teus manes, Camões, nos sacrifica (1).

N'outro livro diz o bardo, fallando da poesia bucolica:

«D'entre os nossos, para por todos citar um, mas um que por «todos valha, Camões não só afamou os Portuguezes sujeitadores «de elementos e homens, mas todo se deleita em conversar os «pegureiros e campos da nossa graciosa Lusitania (2).»

---

(1) *Excav. poet.*
(2) *A Primavera,* 2.ª ed., pag. 9.

Tratando dos dactylos no hendecassyllabo, mostra elevado apreço a Camões como metrificador; e preferindo-lhe Vasco Mausinho de Quebedo, sob esse aspecto, não o faz sem certo resguardo meticuloso.

«Camões — diz elle — Camões que de todos....» (os nossos poetas quinhentistas) — «foi por ventura o de mais delicado ouvido, ri-«mando hendecassyllabos até nem na epopêa duvidou de os pôr «(os esdruxulos), quando acaso lhe appareciam, e sem nenhuma «intenção ou fito poetico; o que a Vasco Mausinho de Quebedo, «seu inferior em poesia, mas superior, se é licito dizel-o, em «metrificar, por tal arte desagradou, que etc., etc., etc. (1).»

N'outra parte cai-lhe da penna esta phrase:

«Camões e Bocage, grandes mestres de pequenissimos disci-«pulos (2).»

N'um fugitivo artigo de poucas linhas, na *Revista Universal Lisbonense,* annunciando uma traducção nova dos *Lusiadas* por M. Ragon, litterato francez, e encarecendo o avultado numero de traducções do grande poema, diz:

«Se não houvera outra alguma pedra de toque para se conhe-«cerem os subidos quilates d'este poema, e d'esta gente, e d'estes «feitos que se n'elle contam, isto só podera bastar para nos enso-berbecermos cá n'este cantinho do mundo (3).»

Na *Chave do enigma,* apresentando aquella sua irrealisavel ideia de um refugio litterario, ou aposentadoria artistica em Santa Cruz de Coimbra, brada com affectuosa expansão:

«Pobre Camões! se a tua Santa Cruz, esse torrão inspirativo, «onde tu mesmo havias poetado tambem nos dias da tua mocidade, «fosse já então isso que lhe eu cubiçava nos meus entre-sonhos á «beira do lago dos cedros, e te hospedasse com orgulho nas suas «sombras, abastado, seguro, escutado, e applaudido de outros «cysnes, não saberias ter suspirado no teu ultimo canto aquelle «triste verso:

«*o gosto de escrever, que vou perdendo;*

«nem aquella estancia, que ainda nos faz corar por nossos bisavós:

«*Vão os annos descendo, e já do estio*
«*ha pouco que passar até o outomno:*
«*a fortuna me faz o engenho frio,*
«*do qual já não me jacto nem me abono* (4).»

---

(1) *A Primavera,* 2.ª ed., pag. 159.
(2) *Noticia* ácerca da sr.ª D. Francisca Possollo, pag. XVIII.
(3) *Rev. Univ.,* tomo I, pag. 567.
(4) *A chave do enigma,* pag. 319.

Outra vez, observando a indole essencialmente alatinada da lingua portugueza, diz isto, onde se prova, ainda assim, o gosto que tinha em citar o grande Poeta:

«Mais latina então, não quero que a haja; neguem-n'o embora «os Italianos; o Camões é que tinha razão (1).»

Na segunda Epistola a Sua Majestade a Imperatriz do Brazil, quando a lyra de Castilho se lamenta sobre os engenhos desaproveitados, mortos á nascença pela falta de cultura intellectual, canta estes desejos lugubres e sentidos, em que o nome do nosso Epico é logo entre todos o primeiro que a sua dor lhe suggere:

«Nunca mais, ao pisar agreste cemiterio,
«possa dizer-se: Além jaz talvez um Camões!»

Uma vez, escrevendo de monumentos levantados a poetas grandes, a proposito do monumento de Bocage em Setubal, expande n'um brilhante parallelo entre Camões e Bocage as suas convicções sobre o merito de ambos, e fal-o em termos enthusiasticos de apreciador e entendedor (2).

Fallando de Ronsard e Camões, observa:

«O primeiro morreu; e o segundo não ha de morrer;»

e accrescenta:

«Depois de Ronsard, vem Malherbe que o eclypsa; depois de «Camões, a Poesia portugueza, viuva e requestada, ainda não «enxugou as lagrimas com segundas bodas (3).»

Quando, em varios passos das suas obras, sollicíta da Camara de Lisboa a construcção de um *campo elysio,* ou pantheon de homens illustres (outra utopia em que o não pude acompanhar) aponta o nome de Camões como *o primeiro entre os primeiros* dignos de habitarem esse cemiterio de honra (4).

Outra vez, dedica á memoria do Poeta-cavalleiro um drama (fundado sobre outro drama francez, como elle proprio confessou sempre), um drama cheio de lagrimas, escripto com sangue, e palpitando patriotismo. Essa obra é um padrão de amor e enthusiasmo; em muito da traça geral é franceza; na sua rendilhada architectura é portuguezissima; no tom melancolico e solemne é digna do assumpto; e no precioso annexo das suas Notas, todas crentes, todas uteis, é moimento lugubre, que só por si bastaria a illustrar o coração e o talento do architecto.

---

(1) *Os Fastos,* prologo, pag. XLVI.
(2) *Carta* á vereação de Setubal, pag. 4 e seg.
(3) *Camões,* drama. Nota intitulada *Foros de poetas,* 2.ª ed., tomo II, pag. 214.
(4) *Camões;* drama, 2.ª ed., tomo II, pag. 143.

Em 1835 andou empenhadissimo a diligenciar que se erigisse um monumento ao seu poeta.

«Mais de anno ha — diz elle em agosto de 1836 — que o desenho «foi feito a rogos meus pelo nosso consocio (na Sociedade dos «Amigos das Lettras) o sr. Assis Rodrigues, e por mim apresentado «á Camara Municipal de Lisboa.»

N'esse mesmo mez de agosto de 36, como já vou mostrar detidamente, apresentou á referida Sociedade uma proposta notavel para honras funebres nacionaes a Luiz de Camões, fundação do campo elysio, etc. (1).

Quando Lisboa, e todos os Portuguezes, levantam ao Cantor dos Lusiadas, por mão de um dos nossos mais arrojados e talentosos esculptores, uma estatua de bronze, lá está Castilho entre os primeiros do grupo; lá se distingue entre os que se empenham na boa collocação do monumento; lá pede para elle uma praça ampla, symetrica, á beira-mar, ao pé das Tagides, invocadas tanto de alma pelo consagrador das nossas glorias; e depois, é a mão de Castilho uma das que vão collocar, em dia solemne, a pedra fundamental; e é a historica penna de oiro, offerecida a Castilho pelos Portuguezes do Brazil, a que elle proprio offerece para lh'a honrarem com a assignatura do auto da inauguração.

*

O leitor illustrado está percebendo, sem duvida, que esta serie de citações é apenas uma parte minima do que poderia ser, se eu não temesse abusar da paciencia de quem percorre as minhas paginas; mas quero que se convença, de que um homem que assim fallou, e assim pensou, tanta vez, tantas vezes, no decurso de tantos annos, e a proposito de tão variados assumptos, é mais que um banal admirador de Camões: é um amigo, e amigo como poucos. Quem assim se expressa, com esse calor, é insuspeito, e compra o direito absoluto de dizer do Grande Homem as verdades litterarias que entender.

Eu, porque sou filho, não deixo de conhecer desprimores litterarios em obras de meu glorioso Pae.

É indispensavel fixarmos bem uma coisa: aqui n'este paiz, ou se ha de abocanhar como cão damnado, ou se ha de louvar e exaltar sem restricções. Ou havemos de esmordaçar os vivos e os

---

(1) Veja-se na *Rev. Univ. Lisb.*, tomo IV, pag. 563.

mortos, ou havemos de adular os mortos e os vivos (tambem se adulam os mortos). Aqui, tudo são manias: ou ha de jazer esquecido o cadaver de um Camões no espaço de tres seculos, ou hão de pulular a todos os cantos os *camonianos* sem tom nem som (justiça feita aos illustradissimos, que os ha). Ou se ha de deixar jazer no pó, sem uma lapide, sem um monumento sequer, o Homem que mais illustrou perante os estrangeiros a nossa terra, ou se ha de mover guerra tenaz e calumniosa a quem ouse dizer:—Camões é grande de mais para caber nas leituras das escolas.

Valha-nos Deus com tanta contradicção!

Póde-se admirar um poeta, e achar-lhe senões. O sol tem maculas; a turba, que não tem olhos para o encarar, não lh'as percebe; só lh'as percebem os astronomos. O poeta, por maior que seja, tem maculas tambem; a turba ignara dos proprios chamados admiradores, *servum pecus,* não lh'as percebe; só lh'as percebem os altissimos observadores. Por outra: a maior parte dos que se dão ares de admiradores de Camões nunca o leram, mas teem o livro encadernado em chagrin na estante mais á vista. Se lessem o Poeta, e se o soubessem ler (ahi é que está a difficuldade), achavam-lhe os pontos fracos; e, sem que isso diminuisse o seu enthusiasmo, mais que legitimo, confessavam-n'os, e apontavam-n'os como escolhos.

A questão é esta, e só esta:

Castilho prefaciou o *D. Jayme* do sr. Thomaz Ribeiro; Castilho levou-se de um enthusiasmo grande pelos versos, influido em parte pela sympathia pessoal que lhe mereceu o auctor (tudo isso lá vem contado a diante n'um dos volumes seguintes); e esse enthusiasmo arrastou-o a conclusões, quanto a mim illogicas, e exageradas. Esse era (com a devida venia) o defeito da sua critica: ia talvez até onde já não devia ir; sempre assim foi; nunca possuiu a bossa critica, a fleugma do juiz. O seu genio arrebatado e inflammavel enganava-o, compromettia-o, e tornava-o ás vezes parcial.

Que outra coisa é, senão parcialidade, o querer, por exemplo, que o poema do sr. Thomaz Ribeiro entrasse logo no dia seguinte, logo no mesmo dia, como leitura obrigada nas escolas? (Isto vai dito, é claro, sem a minima intenção de desconhecer os dotes do poema).

Mas dando de mão a essa questão, que não vem para agora, só direi que, não acompanhando a Castilho n'este seu alvitre ácerca do *D. Jayme,* não vejo no que antecede, ácerca dos *Lusiadas,* o minimo vislumbre de amostra de sombra de desrespeito a Camões, como uns malignos intrigantes para ahi assoalharam de pessima-fé, e como outros repetiram, sem se darem talvez ao trabalho de fazer

auto de corpo de delicto! e sem terem sequer a lealdade de reler com imparcialidade fria este ponto da *Conversação preambular!*

Pois então agora oiçam.

*

A *Conversação preambular* diz isto assim:

«Ninguem haverá por coisa indifferente a escolha dos livros de «texto para uso das escolas, quer secundarias, quer mesmo ele- «mentares. São os cerebros puerís cera molle, em que o bom e o «mau se imprimem com egual facilidade .....
«Importa logo, que em mãos taes se não mettam livros ao acaso, «mas se lhes dêem, e só se lhes consintam, os bons, e d'entre os «bons os optimos, isto é os que reunirem em si um complexo de «muitos dotes; a saber: noticias de prestimo, persuasão moral, «pureza de arminho no tocante aos costumes, variedade summa, «agrado constante, clareza amavel, linguagem sã e correcta, estylo «quanto possivel formoso. Estarão por ventura n'este caso os livros «em que geralmente se fazem ler e tresler os meninos e meninas, «mesmo nas melhores escolas d'este Reino?»

.....

E continúa mais a diante:

«Qual é o livro de poesia mais corrente e moente no uso das «escolas? *Os Lusiadas.*»

«Satisfarão *Os Lusiadas* a todos os requisitos que apontámos, «ou á maioria, ou á melhoria d'elles, quando menos?.....,.»

Depois accrescenta:

«Essa epopêa, que eu não quero contrapesar com a *Iliada,* «com a *Eneida,* ou com a *Jerusalem,* mas que fórma com as tres «um dos quatro monumentos epicos mais sublimes,.....
«*Os Lusiadas,* são intrusos na escola primaria. Na escola primaria «são inuteis; são nocivos.»

Haverá contradicção entre esta asserção arrojada, e os sentimentos das transcripções apresentadas acima?

Nenhuma.

O que o auctor quer dizer, é que *Os Lusiadas,* embora *sublime monumento,* são descabidos *na escola primaria.* Descabidos *na escola primaria,* e só n'ella. Assim tambem (digo eu) seriam intrusos na escola elementar de desenho, assim seriam inuteis, e nocivos, a Galathêa ou a Transfiguração de Raphael, e o Juizo final de Miguel Angelo, e a maioria dos primores artisticos dos sublimes pintores.

Seria esta uma opinião isolada e extravagante de Castilho? não é.

Viale, admirador enthusiasta de Camões, e homem sizudo, ordeiro, circumspecto, e nunca transviado na miragem dos paradoxos, inclinava-se á mesma persuasão, quando escrevia no prologo da sua *Selecta camoniana:*

«Os *Lusiadas,* poema merecidamente citado entre as melhores «epopêas de que se ufanam os povos mais cultos, os *Lusiadas,* a «epopêa portugueza por excellencia, não podem sem graves incon«venientes (note-se) ser postos na sua integra nas mãos dos alu«mnos das escolas primarias. Disse-o o sr. dr. Antonio Feliciano «de Castilho, o principe dos nossos poetas contemporaneos, que «aliás (note-se) folga mais que ninguem de tributar solemne e «illustrado culto de admiração e de respeito ao sublime Cantor «das glorias nacionaes; disse-o o sabio, cuja competencia em «pontos de litteratura e de pedagogia não é contestada, nem «contestavel.»

*

Continuemos:

Será como curso de historia patria e universal, que se quer na escola o grande poema portuguez? Mas «as noticias historicas, «estrangeiras e nacionaes, antigas e modernas, fabulosas, sagradas, «e profanas, accumuladas nos *Lusiadas* são alludidas tão de leve, «que só um erudito, e a poder de commentarios, as deslinda.» Logo, são perdidas para as creanças.

«A inconciliavel mistura das fabulas pagãs com as crenças de «que se compõe o Christianismo,»—aquella miscellanea hybrida, de gosto medieval, e que só a poder de sophismas se defende, póde adulterar á nascença os instinctos essencialmente logicos da mocidade.

«Os bons costumes, escusado é repetil-o, confessam-n'o todos, «são gravemente lesados nos *Lusiadas*. A Ilha dos Amores só por «si sobraria para os desterrar para bem longe de institutos da «puericia.»

A linguagem, a grammatica, a versificação dos *Lusiadas* são obsoletas, antiquadas, e não podem hoje dar-se por modelos.

Assim como nenhum pintor hoje quereria assignar um quadro de Cimabue ou Giotto (embora desejasse possuir a energia das faculdades artisticas d'esses pintores), assim tambem nenhum poeta hodierno assignaria por sua uma estancia de Camões (embora invejasse o mais possivel, como o suprasummo da gloria,

as faculdades intellectuaes do grande Poeta, para as submetter á esthetica do nosso tempo).

Isto tudo, pouco mais ou menos, é o que diz Castilho.

Até aqui, acompanho-o de todo o coração; d'aqui para diante acho que já aberra em querer que aos *Lusiadas* se substitua o *D. Jayme* nas escolas!!! Enganou-se; transviou-se; exagerou a sua sympathia.

*

Como aquelle arrojo de fallar francamente dos *Lusiadas* era novo entre nós, fez sensação; d'ahi veio um espanto misturado de indignação postiça; d'ahi veio a furia com que os inimigos do *D. Jayme* se pozeram a fingir que os *Lusiadas* tinham sido assaltados, e se deram ares de defensores das ameias d'esse castello litterario; d'ahi veio o explorar-se tal acontecimento para ganhar celebridade por alguns dias no palanque dos folhetins; d'ahi veio o tomarem logo os invejosos de Castilho aquelle trecho da *Conversação preambular,* fazendo d'elle arma calumniosa, que porém lhes rebentou nas mãos.

E disseram em altos brados, procurando hypocritamente acordar os brios patrioticos do publico de boa fé:

—Não vêem isto?! o Castilho insulta o Camões.

—Sim?! e como?

—Diz que os *Lusiadas* não prestam para nada; que não teem senso commum; que é preciso que ninguem os leia; que é urgente arrancar essa leitura aos rapazes das escolas; que o ultimo poetastro dos nossos dias faria melhores estancias que o Camões.

E assoalharam, sem pudor, outros que taes desconchavos, tão falsos como inverosimeis.

E uma parte do publico, que nunca aliás leu o Camões, repetiu em côro, sem tambem ler a *Conversação:*

—Ora! ora! é onde póde chegar o atrevimento! atacar o Camões!! dizer que os *Lusiadas* não prestam!!! Iniquidade! Aqui d'el-Rei!...

*

E assim se escreve a historia! e assim a escrevem uns certos.... cujos nomesinhos não hão de vir deshonrar estas paginas!!

E assim se escreve a historia!!...

.....

*

Estou talvez, a proposito de factos passados em 1836, antecipando discussões, cujo logar mais proprio tem fatalmente de chegar quando eu tratar de 1862; mas era indispensavel que assim fosse, para que o leitor se compenetrasse do enthusiasmo com que este cego vidente quebrou em 1836 lanças pelo seu e nosso Luiz de Camões.

Tomando pois como mais uma homenagem de Castilho os alludidos trechos da *Conversação preambular,* direi que foi um homem d'estes, um admirador tão insuspeito do Poeta nacional, quem propoz para Camões, no seio da Sociedade dos Amigos das Lettras, a maior glorificação que uma Nação podia tributar a um Homem: a fundação de um cemiterio especial de grandes benemeritos, inaugurado pelo auctor dos *Lusiadas,* se os seus ossos apparecessem; a immediata e affincada procura d'esses ossos venerandos; e emfim, honras funebres nacionaes, verdadeiramente realengas, em desaggravo do esquecido Poeta.

Foi isto n'uma das sessões de julho de 1836.

Levantou-se Castilho, e propoz aos seus consocios aquellas festas, como «uma desafronta publica, uma quasi litação religiosa «a um morto de tres seculos, tão mesquinho e desvalído nos dias «da sua existencia, quão grande e celebrado hoje pelo mundo.»

Com applauso de todos foi acolhida a generosa ideia; e sendo commettido ao proponente o encargo de redigir o programma da festividade publica entre-sonhada por elle, e presenceada por nós-outros no tricentenario, logo em 6 de agosto (1) apresentou á Sociedade uma Memoria dividida em tres partes, onde aquella alma devaneadora, mas pouco pratica, alvitrava:

1.º—a fundação de um pantheon nacional;

2.º—a procura dos ossos de Camões, segundo os dados historicos que o proponente apresentava, e a trasladação solemne d'esses ossos para o campo elysio ou pantheon;

3.º—a erecção de uma estatua ao grande Homem, para o que já Castilho trabalhára, obtendo de Assis Rodrigues um projecto, e entregando-o á Camara Municipal (2).

---

(1) Vem essa data citada na *Revista Universal,* tomo IV, pag. 563.

(2) «O sr. Antonio Feliciano de Castilho» — dizia em 1860 o Visconde de Juromenha — «foi o primeiro que propoz, sendo socio da Sociedade intitulada «*Amigos das Lettras,* a exploração para se encontrarem os restos mortaes «de Camões. Propoz á Camara Municipal de Lisboa um plano para um

*

Foi acolhida com muito louvor esta Memoria (de que possuo o borrão original, da lettra de Castilho Augusto); e foi logo encarregada uma commissão de *amigos das lettras,* de proceder sem demora á busca das cinzas do Epico. Compoz-se esta commissão de Antonio Feliciano de Castilho, de Francisco de Assis Rodrigues, esculptor, e de João Maria Feijó, engenheiro; aggregaram-se-lhes os socios Gonçalo Vaz de Carvalho, Francisco de Paula Cardoso de Almeida Morgado de Assentiz, e Augusto Frederico de Castilho.

Antes de mais, dirigiram-se, o presidente Gonçalo Vaz, e o secretario José de Castilho ao Governo da Rainha com um requerimento, pedindo para os commissionados a indispensavel licença. Como tem hoje muito interesse conhecer os passos que deram estes laboriosos homens, aqui vão os documentos:

Requerimento a S. M. a Rainha D. Maria II
pelo Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos

«SENHORA:

«A Sociedade dos Amigos das Lettras, tendo muito a peito «tributar ás venerandas cinzas de Camões os unicos testemunhos «de consideração e respeito que em seus meios cabem, tem pro-«jectado elevar-lhe um monumento decente, e em logar a isso «accommodado, em um dos cemiterios publicos da Capital; mas «como isto se não deva levar a effeito, sem primeiro se saber, «com toda a certeza, onde param os restos mortaes do Auctor «dos «Lusiadas,» e constando que estes restos existem na egreja, «hoje côro de baixo, do Convento de Sanct'Anna, não póde a «Sociedade proceder ás precisas indagações, sem que para isso «seja auctorisada por Vossa Majestade; pelo que,

«Pede a Vossa Majestade Haja por bem «Mandar que, pelo Ministerio dos Negocios «Ecclesiasticos e de Justiça, se passem as

---

«cemiterio privilegiado, onde se recolhessem os ossos dos homens illustres, «com o titulo de *Campo Elysio,* em o qual se deviam recolher logo os de «Camões e os de Filinto Elysio; dirigiu sobre este assumpto ao presidente «da Camara duas cartas, e houve por bem entreter comigo uma mui inte-«ressante correspondencia.» *Obras de Luiz de Camões,* tomo I, pag. 402.

«ordens precisas, a fim de que a Commissão
«da Sociedade dos Amigos das Lettras
«encarregada d'esta importante indagação
«não seja estorvada, no emprego dos meios
que julgar conducentes a tão importante fim.
«E. R. M.ce

«Sala das sessões da Sociedade dos Amigos das Lettras ...
«de agosto de 1836.

«*Gonçalo José Vaz de Carvalho,* presidente
«*Dr. José Feliciano de Castilho,* secretario.»

O requerimento foi a informar com este officio:

Officio de S. Ex.ª o Ministro dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça a Sua Eminencia o Cardeal Patriarcha D. Patricio da Silva

«Negocios Ecclesiasticos.

«Em.mo e Rev.dmo Senhor:

«Sua Majestade a Rainha Manda remetter a V. Em.ª o incluso «requerimento, em que a Sociedade dos Amigos das Lettras pede, «se lhe não ponha embaraço algum na indagação que se propõe «fazer dos restos mortaes de Camões, a fim de que, sendo depois «decentemente conduzidos a um dos cemiterios d'esta Capital, «alli lhe possam elevar o monumento que teem projectado; e a «Mesma Augusta Senhora Deseja que V. Em.ª não só não ponha «estorvo algum á pretenção da dita Sociedade, mas antes a auxilie «no emprego dos meios que julgar conducentes a este objecto.

«Deus Guarde a V. Em.ª—Secretaria de Estado dos Negocios «Ecclesiasticos e de Justiça em 26 de agosto de 1836.

«Em.mo e Rev.dmo Senhor
«Cardeal Patriarcha.

«*Joaquim Antonio d'Aguiar.*»

Em vista de tão calorosa recommendação do Governo, o senhor Patriarcha deu á Sociedade o seguinte passe, cujo autographo existe nos restos do cartorio do extincto Mosteiro de Sanct'Anna conservados na Repartição de Fazenda do Districto de Lisboa, onde o vi e copiei:

«Damos licença, para que a Sociedade dos Amigos das Lettras,

«ou a sua Commissão, possa entrar no côro de baixo das Reli-
«giosas do Convento de Sanct'Anna d'esta Capital, com os officiaes
«necessarios, para ahi procederem á louvavel indagação de huma
«sepultura, que se suppõe existir no pavimento do mesmo Côro,
«e extrahirem d'ella os restos mortaes que se acharem ser do
«celebre Portuguez Luiz de Camões, e serem trasladados a um
«publico e honroso tumulo. A Rev.da Madre Abbadessa não lhes
«duvide da (sic) entrada, nem ponha embaraços, ou estorvos á
«sobredita indagação, até se conseguir e ultimar o seu fim; ficando
«na certeza de que qualquer desmancho ou prejuizo que se lhe
«faça, será immediatamente reparado, restituido tudo ao seu
«estado antecedente, e á mesma decencia, sem que resulte á sua
«exemplar Communidade o mais leve incommodo.

«S. Vicente, 29 de agosto de 1836.

«*P. Patriarcha.*»

*

Temos pois a Commissão legalmente habilitada para realisar os seus desejos.

Chegou o dia 7 de setembro, e eram dez horas da manhã, quando já em Sanct'Anna se achavam reunidos o estatuario Assis Rodrigues, o engenheiro Feijó, o Morgado, Gonçalo Vaz, e os dois irmãos Castilhos, Antonio e Augusto.

Mandada á senhora Abbadessa a licença competente, cuja minuta acabo de transcrever, deram principio á busca.

Possuo, da lettra de Castilho Augusto Frederico, os minuciosos apontamentos, dictados por Antonio Feliciano, do modo como foi dirigido o plano das operações. O relatorio de tudo nunca chegou a fazer-se.

Vou extractar esses apontamentos; por ahi se vê a tenacidade singular que desenvolveram aquelles maniacos, auxiliados de alguns operarios chamados de proposito. Tinha o que quer que fosse de lugubre ver tão porfiada procura n'um lagedo avaro e surdo, que lhes não sabia responder.

Em quanto as Monjas rezavam Vesperas, aquelles homens, dirigidos e esforçados pelo cego poeta, lidavam na tarefa de procurar nas sombras da morte a sombra do grande Morto. Elles, a lavrarem o solo; ellas, lá em cima, psalmeando de vagarinho, alheias a tudo, como verdadeira imagem do despego do mundo.

Não se emprega mais zelo, não se sentem mais ancias e alvoroços procurando minas de oiro.

«Que de vezes, talvez,» — exclama Castilho nos citados apontamentos — «os nossos pés lhe andaram mesmo por cima sem o cuidarmos!

«Uma das coisas mais desconsoladas que ha, é este não responder «dos finados ao amor que os chama. Vós vos communicais com o «vosso amigo ausente, de uma parte para outra do mundo; mas «o vosso maior amigo, o vosso irmão, a metade de vós mesmo «que morreu... ainda que em braços o tenhais, ainda que lhe «clameis, ainda que entre vós tivesseis ajustado revelar-vos os «segredos da Providencia, são mudos como a estatua do sepulcro.»

E mais a diante:

«N'esta desconfiança de acharmos o Camões, uma reflexão se «nos suggere, tristissima ao amor proprio: Que é pois a gloria? «que somos nós, a quem o soprosinho da nossa vaidade enche «todas as velas?

«Mas após esta, vem outra ideia raiada de luz, e embalsamada «de consolação: Aquelle que se não sabe onde está, está por isso «mesmo em toda a parte.

.....

«Esta desapparição do corpo do Poeta representa-se-nos á phan- «tasia como coisa por certo modo sobrenatural. Quasi que se sente, «que assim preenche o seu extraordinario destino de errar sempre «sem domicilio nem poisada. Veja-se o que elle diz na canção em «que falla das suas peregrinações, que deixou repartida pelo mundo «a vida em mil pedaços!...»

E mais a diante:

«Pelo menos, me dizia eu, aqui esteve elle muitas vezes; aqui «orou e chorou; aqui desejou ficar para sempre; e d'aqui surgirão «ao toque da trombeta os ossos, que o nosso affecto não vale a «ressuscitar.»

E n'outra parte:

«Dizem as lendas e chronicas, que as sepulturas dos Sanctos «a si proprias se denunciavam com uma fragrancia suavissima «entre canticos dos espiritos invisiveis. Por que razão os ossos do «Homem, que ainda depois de morto encanta a nossa terra, não «terão tambem alguma virtude que os revele? por que lhe não «ressôam em torno alguns eccos harmoniosos dos seus antigos «pensamentos?»

Depois, pensando nas pobres Monjas de Sanct'Anna, que lá continuavam psalmeando, em quanto elles martellavam no templo, exclama:

«Ha um não-sei-quê poetico em considerar estas mulheres, que «vivendo na terra trazem o coração no Céo; que atravessam o «mundo estranhas ao tempo e ao mundo, como aves que poisam

«no alto do mastro! Ha um não-sei-quê poetico em as considerar «tão ciosas da posse das cinzas de um homem como Camões, «cantor das armas e da gloria. Que teem com elle as que só cantam «*Gloria a Deus e aos homens paz?*»

*

Parece que antes do começo da busca se consultaram as Monjas, que, na sua qualidade de donas da casa, se suppunha podiam ter conservado alguma tradição oral, que esclarecesse o ponto.

Possuo entre os papeis relativos a este trabalho, um quarto de papel almaço azul, onde, por lettra de pessoa edosa, visivelmente da Communidade, se acha escripto em dezassete linhas e meia o seguinte (conservo a orthographia d'este documento, o qual julgo ser a informação dada á Commissão por algumas das Religiosas, com a simplicidade sincera de pessoa alheia a assumptos litterarios):

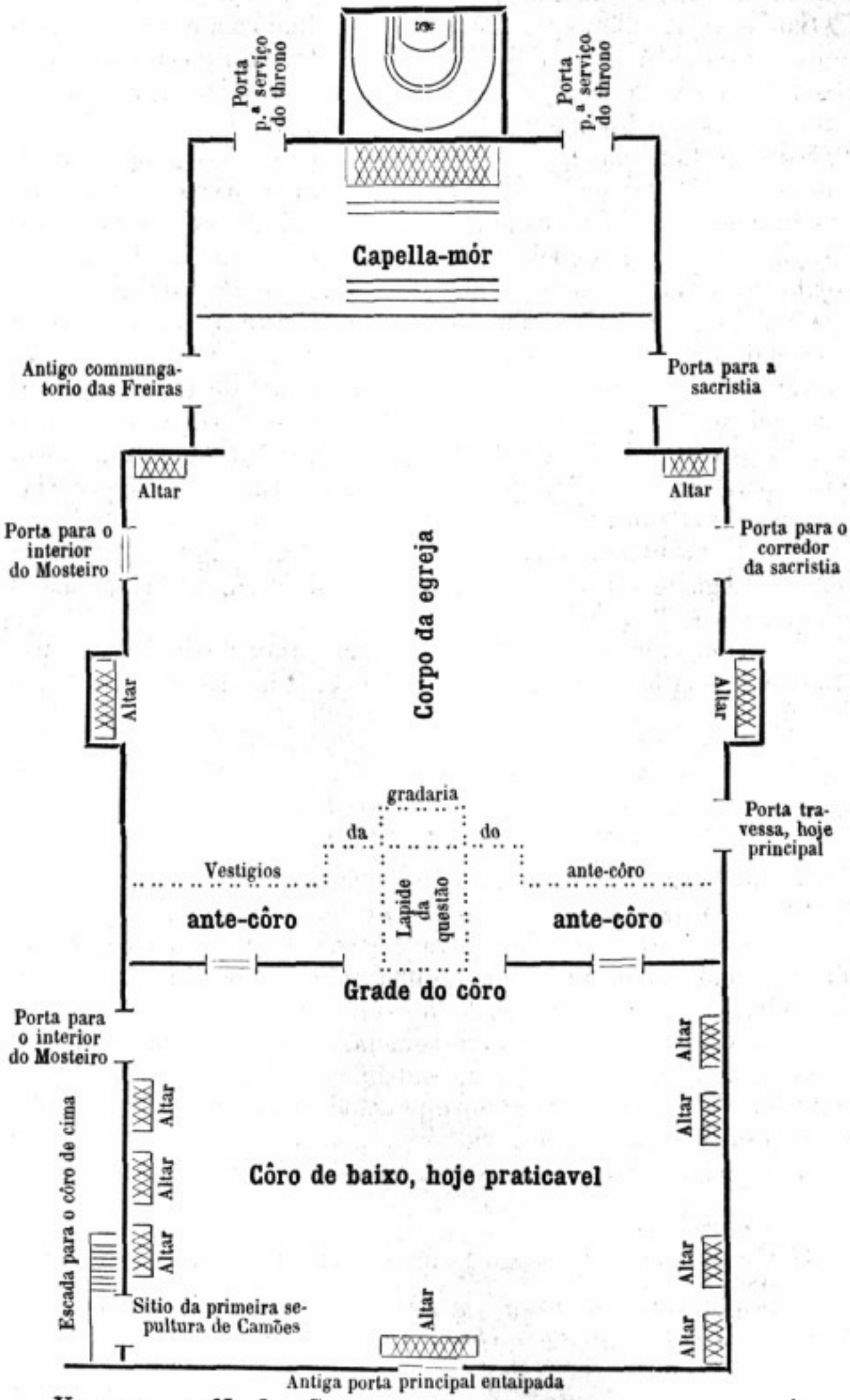
Em hums Livros piquenos intitulados Luciadas de Luis de Camões, he q̃ dis o seu nacimento e a sua morte, a q.ª foi no tempo q̃ os Felipes governarão este Reino faleceu em 1577 ó 1578 por tradição he q̃ se dis q̃ se enterrou no Coro de Baxo deste Mosteiro, q̃ nessa hera ja hera Mosteiro, mas tão bem hera Parrochia, e por baxo do Coro de Sima q̃ agora existe, hera Igreja nesse tempo, e a porta da Igreja não hera a donde he agora mas Sim fazia frontaria a Calçada, e donde he a Portaria, hera então a Sacrestia, empucivel he saber o lugar da Sua Sepultura, Só desmanchando todo o Coro de baxo, e cavandose, he q̃ se puderia Saber, mas isso he empucivel. dizer o P.e Joze Agostinho q̃ vio a Sepultura isso he falço, pois ja pelo Terremoto estava o Coro, e a Igreja como agora esta. mas nos tais Livrinhos he q̃ da alguma nuticia, mas m.to breve &. e as Relegiozas q̃ ja pelo Terremoto herão idozas, só sabião o mesmo q̃ nos agora sabemos.

Tem a maior graça este ingenuo e adoravel depoimento. Archivando-o respeitosamente, como traço quinhentista perdido no seculo XIX, continuarei a narração.

*

Começaram os pesquizadores o seu trabalho pelo corpo da egreja. O plano estrategico (em duas palavras) foi este:

Planta aproximada da egreja do extincto Mosteiro de Sanct'Anna em Lisboa



Tinham-se examinado e cotejado na Bibliotheca Publica os biographos antigos de Camões, e apontado com minucia o que diziam do enterro do Poeta.

Sabia-se por elles, que tinha sido sepultado na egreja do mosteiro de Sanct'Anna. «Foi sepultado na Igreja de Sancta Anna, «sem letreiro, ou campa algũa, que mostrasse o lugar de sua «sepultura» — diz Manuel Severim de Faria (1).

Sabia-se tambem, que, desejoso de reparar essa pobreza e indifferença, D. Gonçalo Coutinho mandara cobrir o cadaver do Poeta com uma nobre campa e um epitaphio; dil-o o citado biographo:.... «Pouco depois de seu fallecimento, mouido Dom Gon«çalo Coutinho do zelo da patria, a quem o Poeta tinha tanto «merecido, lhe mandou cobrir o lugar da sepultura com hũa campa «de marmore com este honroso epitaphio: Aqui jaz.... &. (2)»

Sabia-se mais, pelo affirmar o douto Manuel de Faria e Sousa, que, por occasião de se collocar a lapide de marmore, se removeram os restos do Poeta, desde o canto á mão esquerda da porta principal, para o meio, quasi, do templo. Eis as suas proprias palavras em 1639:

.... «Fue enterrado con toda miseria en la Iglesia de santa «Ana, luego al entrar de la puerta, casi al rincon de la mano «izquierda.» (3).....

.... «Don Gonçalo le passó casi a la mitad de la Iglesia, po«niendole una losa de marmol rasa, con esta inscripcion... &. (4)»

*

O que havia pois para fazer? o seguinte:

1.º — procurar a porta *principal* do tempo de Camões;

2.º — como essa porta marcava o centro do templo na direcção do seu eixo maior, procurar alguma campa, com inscripção, ou sem ella, *casi a la mitad de la Iglesia*.

A tal porta principal estava achada, embora não fosse já praticavel; as Freiras tinham-n'a condemnado, fazendo o côro baixo entre ella e o resto do templo, e passando a ser entrada principal a que era travéssa. Importava porém pouco a situação do cadaver á parte esquerda da porta condemnada, visto o depoimento de

---

(1) *Vida de Luiz de Camões*, 1.ª edição (1624), fl. 128 v.
(2) Ibid., fl. 130.
(3) Primeira *Vida del Poeta* (*Lusiadas*, 1, col. 58). Madrid, 1639.
(4) Segunda *Vida del Poeta* (*Rimas varias*, 1, § 38.º Lisboa, 1685.)

Faria e Sousa, que fallava positivamente em remoção da campa para o meio, quasi, da nave.

Dirigiram-se portanto as attenções para o meio do pavimento do templo; mas como Faria e Sousa não dizia se a segunda sepultura era encostada juncto aos altares, na direcção do centro da egreja, ou isolada na linha central do pavimento, começaram a pesquizar as sepulturas que encontraram juncto do altar de S. Francisco, que era á mão esquerda de quem do meio do templo olhava para o altar-mór. Achou-se, proximo ao frontal do dito altar, a entrada de um carneiro. Pertencia a *Francisco de Abreu,* Fidalgo da Casa Real, que o mandara arranjar para si e seus herdeiros em dezembro de 1643, segundo a inscripção lapidar. A um lado, a campa de uma *D. Lucia,* etc.

Não se achando mais coisa alguma debaixo do estrado, e não havendo outra sepultura do lado esquerdo do templo, pois que o corpo d'elle era todo ladrilhado de xadrez de lagedo de Hollanda, passou-se a descobrir uma grande cova, cuja extremidade ressahia tres palmos, ao centro e por baixo da balaustrada que guarnecia uma especie de ante-côro, que cortava o templo de lado a lado. Como o restante da dita loisa estava coberto com o estrado do mesmo ante-côro, foi necessario arrancar as taboas; feito o que, achou-se ser a pedra de qualidade *lioz,* com uns doze palmos de comprido e seis fartos de largo, sem lettreiro ou ornatos, e perfeitamente liza. Faltando por então alavancas para a levantar, suspenderam os visitantes o seu juizo, e (por descargo de consciencia) passaram ao côro de baixo, a despeito da affirmação de Faria e Sousa.

Ahi reconheceram muito bem o logar onde tinha sido a antiga porta *principal* da egreja, então (como hoje) occupado e mascarado pelo altar do Senhor Jesus Crucificado, correspondendo de frente ao altar-mór no eixo maior da nave. O sitio d'essa porta (que hoje se percebe da rua muito melhor, desde o arranjo que alli fizeram em 1880) via-se de fóra já então, e conhecia-se ter sido entaipado.

Consultaram-se as Freiras sobre a banda por onde mais conviria começar as buscas; não sabiam responder; nenhuma tradição *certa* se conservava no Mosteiro, nem sequer entre as suas mais antigas moradoras. Uma houve entretanto, que optou pelo lado esquerdo da porta entupida, o que não deixava de se conformar com o antigo logar da sepultura do Poeta, segundo o depoimento dos biographos. Foi visivelmente a auctora do papel que transcrevi.

Por esse motivo é que se tratou de procurar do lado esquerdo, preferindo-se começar pelo canto onde era, e é, a escada para o côro de cima. Arrancados tres degraus, começava-se a tirar o

*

entulho que enchia o vão, mas suspendeu-se a tarefa por falta de cestos, e por ser meia hora depois do meio dia.

Voltaram ás duas horas e meia; mas por contemplação para com as Religiosas, que estavam no côro, preferiram os commissionados ir levantar a lage grande. Não bastando a tarde para concluir isso, e achando-se já reunidos alguns curiosos, que incommodavam, entendeu-se mais acertado retirar, depois de pôr na lapide o sêllo da Sociedade. Eram horas do escurecer.

*

O dia 8 de setembro, por ser sanctificado, interrompeu a busca.

No dia 9 ás dez horas da manhã já se achava na egreja a commissão. Fechou-se a porta da rua, e conseguiram os operarios remover a lagea. Havia por baixo d'ella um subterraneo ladrilhado, de oito palmos e cinco polegadas de fundo, de nove palmos e seis polegadas de comprimento, de quatro palmos e sete polegadas de largura. Descia-se-lhe por uma escadinha de tres degraus em frente do altar-mór. O que dentro havia era terra, e alguns ossos; mais ossos que de uma pessoa só. Examinados e ajunctados, deixaram-se dentro, e recobriram-se outra vez com a campa. Era meio dia. Sahiram.

Lá diz Castilho na Nota do drama «Camões» *Honras posthumas:*

«Verdade é que esses ossos, bem examinados, não davam um «esqueleto completo, e aliás se encontrou entre elles algum de mais, «como bem verificou o sr. Assis Rodrigues. Todas estas diffe-«renças para mais e para menos, podem, e devem, ter sido resul-«tado, em parte, da trasladação da primeira jasida para esta «segunda, pois na primitiva sepultura se podiam ter já misturado «com alguns outros; em parte, de se haverem resolvido aqui em «terra com a lima surda do tempo, pois alguma pouca terra se «encontrou entre elles; e em parte, por ventura, de que se ati-«rariam para alli na confusão das obras da reedificação alguns «outros que andassem a granel.»

Voltaram os exploradores n'essa mesma tarde do dia 9, e entraram no côro de baixo.

Começou-se por passar em revista os azulejos da parte esquerda da antiga porta. Não os havia na extensão da parede desde a dita porta até ao canto da porta da escada do côro de cima. Acharam-se só nas paredes do patim d'essa escada, mas sem os famosos emblemas de Miguel Leitão de Andrada, mencionados na Chronica

dos Franciscanos; eram vasos muito triviaes com flores, e a adoração da Eucharistia pelos Anjos.

Em quanto alguns dos obreiros continuavam removendo o entulho do vão da escada, passaram outros a apalpar todo o chão, ao longo da parede do lado esquerdo de quem entrasse pela antiga porta principal. Arrancadas varias taboas do solho, ao longo da dita parede, viu-se que os barrotes que as sustentavam eram assentes sobre terra e entulho. Sondada a terra por toda a parte, offereceu sempre uma profundidade de mais de tres palmos sem a minima resistencia. Desenganados os pesquizadores de que não havia pois por alli nenhuma campa sotterrada, visto que as sondas tinham descido muito a baixo do pavimento, deram por findas as diligencias d'essa tarde.

*

No dia 10 pelas nove horas da manhã recomeçaram.

Continuou-se com o côro de baixo; reconheceu-se toda a parede esquerda do parallelogrammo do côro, e não foram vistos os decantados azulejos. Continuou-se a sondar todo o pavimento do côro, sempre na profundidade de mais de tres palmos; e nada! Afastou-se todo o resto do entulho do vão da escada que conduz para o côro de cima, e descobriu-se o antigo pavimento do patim da escada, que era de pedra liza. Era terreo o vão da escada; sondado cinco palmos, não offereceu resistencia.

Na segunda-feira 12 recomeçaram as pesquizas pelas sete horas. Os membros da Commissão já porém tinham cançado, ou formado o seu juizo; só compareceu Castilho Antonio; dos socios aggregados só compareceu Castilho Augusto.

Movidos de algumas reflexões das Monjas, trataram de excavar, ou mantear profundamente, o chão á esquerda da porta. Dessolhou-se todo, e rasgou-se n'elle uma manta de quatro palmos. Evidentemente se reconheceu então haver-se chegado a baixo do antigo pavimento, que tinha menos profundidade que as anteriores sondas. Appareceram ossos dispersos, e nada mais.

Desenganados de que já nada havia que esperar do côro, passaram os dois (por escrupulo de zelo) a examinar o chão dos claustros, da egreja, da sacristia, e dos corredores, isto é, sem excavações, e limitando-se apenas a ler as inscripções do pavimento, e a copiar algumas por curiosidade. Nada se encontrou.

Deram-se por convencidos de que era exacta a asserção de Faria e Sousa, e de que os preciosos restos de Camões tinham

sido removidos por D. Gonçalo Coutinho do primeiro logar do seu enterro.

Logo, ficou para elles (como parece ficara para os outros companheiros da investigação) claro e corrente, que a tal campa quasi ao meio da egreja, semi-encoberta com o estrado e a balaustrada do ante-côro de baixo, devia ser a de Camões, e que entre os ossos, de mais do que de uma só pessoa, que lá tinham visto e tocado, deviam estar os de Camões.

*

E no emtanto, não se adiantou mais um passo. A Sociedade dos Amigos das Lettras dispersou-se; vieram os successos politicos d'esse mesmo mez de setembro de 36; Castilho teve por então a doença e o fallecimento de sua mulher, transtornos de familia, o fallecimento do irmão querido; e, convicto como estava do serviço que já prestára, não pensou mais, nem mais poude pensar, no assumpto.

Quando em 1844 ia sahir a terceira edição do poema *Camões* de Almeida Garrett, pediu este a Castilho, com quem muita vez conversara na materia, alguma noticia explicativa da pesquiza. Deu-se-lhe, e elle extratou-a n'uma nota, adoptando completamente a ideia.

Castilho conta o caso assim na citada Nota *Honras posthumas* appensa ao seu drama *Camões:*

«O meu amigo o sr. Garrett, não menos encantado do que eu «com o descobrimento, me pediu, em 1844, para a terceira edição «do seu *Camões* uma noticia d'aquellas investigações; dei-lh'a com «a melhor vontade; até pela honra que me resultava de ver o meu «nome n'um cantinho d'esse monumento, que o sr. Garrett soube «fabricar de diamante á gloria de Camões e á sua propria.»

E Garrett concluindo a sua narração da busca e a exposição dos argumentos de Castilho, exclama:

«Para mim, para todos os que, á mingua de authenticas formaes, «podem crer em reliquias authenticadas com probabilidades tão «visinhas da certeza, para mim é moralmente certo, é provado, «quanto humanamente se póde provar em casos taes, que alli «estão as cinzas de Camões.»

E accrescenta:

«O logar é o da historia; de todos os signaes que ella nos dá «para reconhecermos aquelle sepulcro venerado, só nos falta a «loisa que o terremoto esmigalhou. Apparece uma nova, como é

«nova toda a linha média do pavimento da egreja. Não apparece, «apezar das mais escrupulosas diligencias, memoria de jazigo, «carneiro, ou sepultura particular de nenhuma pessoa ou familia, «que depois do terremoto alli viesse enterrar-se. Estamos como «no tempo em que D. Gonçalo Coutinho procurava a já esquecida «primeira sepultura do Poeta; acham-se difficuldades que fazem «hesitar, mas que são muito venciveis; nenhuma razão se offerece «contra a probabilidade, e todas a reforçam (1).»

(Continúa).

(1) Nota ao poema *Camões*.

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

(Continuado do n.º 2, paginas 145)

IX

Leonardo Turriano

Apezar de italiano, incluimos aqui este nome, por ser o d'um homem, que exerceu a sua actividade artistica em Portugal, deixando successão.

A poesia que publicamos acha-se inserta na 4.ª parte da seguinte obra de Bartholomeu Cayrasco de Figueiroa, impressa primitivamente em Valladolid em 1603, reimpressa em Lisboa. Eis o titulo da edição lisbonense:

19 — *Templo militante. Flos sanctorvm, y trivmphos de svs virtudes. Dirigido a la M. C. del Rey Don Philippe Tercero deste nombre* (Armas reaes. D'um e d'outro lado: Año 1613). *Por Don Bartholome Cayrasco de Figueroa, Prior, y Canonigo de la Iglesia Catedral de Canaria. Primera y segvnda parte. Con las licencias necessarias,* etc. Lisboa, Pedro Crasbeeck.

Esta primeira e segunda parte formam um volume em folio de 531 paginas. O segundo volume não é menor. A terceira e quarta partes, publicadas posteriormente, têm paginação á parte. A obra é curiosa e o auctor mostra alguma faculdade poetica. Comprehende milhares de versos.

LEONARDO TVRRIANO

INGENIERO GENERAL DEL REYNO DE PORTUGAL POR SU MAGESTAD

Cancion en toscano, en loa del avtor, y su obra.

Se della mente i vanni
Tarpati alzar a volo
I potessi, e volar dou'io vorrei,
E surmontando i scanni

De l'vno, e l'altro polo
(Ou' hãno stãza eterna gli altri Dei)
Più chiaro scorgerei
Del tuo bel prato adorno
Ogni pianta, ogni fiore;
E qua, per farti honore,
Noua ghirlanda trecciarei intorno
A'tuoi sacrati crini,
Ad honta de gli Homeri, e dè Latini

Sacri ligustri, e oliui,
Ginebri, lauri, e mirti,
Indegni son della tua sacra fronte.
Altri Apolli, altri diui,
Altri numi, altri spirti,
Altro fiume, altre Muse, e d'altro fõte,
Altre ninfe, altro monte,
Tieni in l'empirea prole
D'anime gloriose
Di bellezze pretiose
Che fanno sacro choro al sõmo Sole;
Onde i gesti, e gli amori
Hai de'tuoi sãti carmie i diui ardori.

Felice te, che l'ali
Si pennate, e lucenti
Di volar sopra il Ciel ti dié natura;
E le cose mortali
Librando, i rai splendenti
Vagheggi sol: ch'è trina luce, e pura.
Onde hor morte immatura
Sopra tuoi sacri altari
Depon la falce, e'l scettro;
E al tuo suaue plettro
I secoli preteriti preclari
Viuranno sempre d'oro:
Tãto può di sua Musa il suõ canoro.

La tua suaue lira
Di bellezze celesti
In ciel risplenderá (celeste Orfeo)
E'l fregio tuo che aspira
A' stellati contesti
Inuolará l'honor Appollineo.
Ma il sacro Caduceo
Del gran Mercurio suona
Delle tue lodi il grido
E il meriteuol nido
Ribõba in gli alti chiostri d'Helicona:
Si il Tempio militante
Ti fá (Poeta egregio) trionfante.

E la purpurea Aurora
Ritorna in paradiso,
E Febo con sucirai sgõbra le stelle;

E gli occhi mei adhora
Vaghi di si bel viso,
Restano ecclissi alle tue glorie belle.
Ma ecco Ninfe snelle
Che con stellati ammanti
Colmi de tue vaghezze
Poetiche bellezze
Te infiorano, cantando in dolci canti
(In cui l'orecchie pasco)
Le lodi a te douute gran Cairasco.
Care Muse aspettiam ch'il sol tramõti,
Che con piû sublime
Vedrete degne di vostr'alte rime.

X

Dr. Miguel da Silveira

20 — *Relacion de las fiestas que la insigne Villa de Madrid hizo en la Canonicacion de su Bienauenturado Hijo y Patron San Isidro, con las Comedias que se representaron y los Versos que en la Iucta Poetica se escreuieron. Por Lope de Vega Carpio.* Madrid, por la viuda de Alonso Martin, 1622.

Miguel da Silveira concorreu a este certamen com a seguinte *Cancion:*

Sacra deydad, que el corbo diente animaos
del divino cultor, que en cercos de oro
el campo surca, que produze estrellas,
si senos rompe a los impireos climas,
abreme de tus llamas el tesoro,
porque espiritu beua en sus centellas,
luzes descienden bellas,
atraydas del portico fulgente,
o Isidro, cuya accion contemplatiua
a tus mieses deriua,
de fecundo vapor copia viuiente,
ofreciendote en rusticos faroles
mas termino de luz alados soles.

Con el sacro motor, que eternas leyes
obserua, en giros de Calisto, al Austro,
suertes trocaste de supremos dones:
y por el sudor culto de tus bueyes
te dedica el timon que rige el plaustro
de los siete argentados Teriones,
en los cielos dispones
de suprema virtud mieses diuinas,
que dan a tu labor glorioso fruto,

y angelico tributo
de la impirea region al suelo inclinas,
que por eleuacion de tu sossiego,
la tierra brota espiritus de fuego.

En quanto ofreces victima a la immensa
magestad del Olimpo luminoso,
consagrado a su culto el pensamiento,
el cielo que sus glorias recompensa,
espira a tu exercicio en su reposo,
de las estrellas animado aliento,
el metrico concento,
que en incensables rithmos permanece,
en cambios del honor, q̃ a Dios se aumenta,
de sus tronos ausente,
que mas grados de gloria humilde ofrece,
tu candida oracion a tu decoro,
que citaras volantes de su coro.

Con afectos del animo diuino,
de la contemplacion la sed mitigas,
en aura de seraficas Altares,
donde miras por campo cristalino,
en parua de astros fertiles espigas,
que fecundan tributo a Mançanares
de esmeralda los mares
son grata inundacion de enjutas olas,
que en granos de oro vsuras fertiliza,
con que el tiempo eterniza
la copia que en tus lumbres acrisolas,
porque en mano estiual el cielo vea,
duplicadas aristas en Astrea.

La tierra que en tus plantas celestiales
gozò fertilidad, libró opulencia,
que influxo de Astros en sudor derrama,
quando eleuado a tronos immortales
negauas a los surcos tu presencia,
por su restauracion al cielo clama,
de ministrante llama
numero sacro a tu labor destina,
que en tunicas de sol viste fulgores,
y entre puros candores
con textura de rayos peregrina,
que tu virtud a las terrestres venas
con sus deydades restituye apenas.

Del luzero que abrio puertas al dia,
soberuia alada precipita el buelo,
y abraça de la tierra el centro graue,
tu cultor de abrasada hierarquia,
por humildes afectos diste al suelo
el alma de los zefiros suaue,
si en la cultura caue
tanta virtud, que vniste las sinceras

deidades de los campos de zafiros
a perezosos tiros,
al inefable ser que anima esferas
la patria que a tu honor se sacrifica
en cosecha de espiritus dedica.

21 — *Eternidad del rey D. Filippe III, nuestro senor, el Piadoso,* etc. Madrid, por la viuda de Alonso Martin, 1629.
Soneto.

22 — *Prosas y versos del Pastor de Clenarda, de Miguel Botello, natural de la ciudad de Viseo.* Madrid, por la viuda de Fernando Correa de Montenegro.

Apezar de Botelho ser portuguez, fazemos aqui menção d'esta obra para assim reunirmos as poesias dispersas de Silveira.

É um madrigal que o dr. Silveira dedica ao seu compatriota:

Canta tu lira (o cisne Lusitano)
obsequias del olvido,
que en memorias vencido,
las leyẽs derogaste al curso humano,
tu ingenio soberano
forma de Mançanares
Olimpicos altares,
y de sus flores bellas
hermosa variedad de las estrellas,
que el adorno de Flora,
en cielos de Clenarda,
en astros se conuierte,
y permite la suerte
que para coronar su blãca Aurora
en numero canoro
trãsfieras luzes, cõ tu plectro de oro.

23 — *Elogio del Juramento del Serenissimo Principe D. Filipe Domingo IV deste nombre. De Luis Velez de Guevara.* Madrid, por Miguel Serrano de Vargas, 1608.

24 — *Compendio de la ortografia Castellana de D. Nicolas Davila, natural de Cartagena de Levante.* Madrid, por Francisco Martinz, 1631.
Madrigal.

25 — *Direccion de Secretarios de Señores, de Gabriel Perez del Bassio Angulo,* Madrid, 1613.
— *No Anfiteatro de Filipe el Grande, por D. José Pelicer de*

Tovar, já descripta no n.º 17, sahiram dous sonetos de Silveira, a saber:

El prevenido rayo que destina
En el bruto de Europa ardiente estrago,
¡Oh soberano Jove! fue presago
De imperio, que a tu cetro el yugo inclina.
Su luna es la otomana que fulmina
Tu diestra, abrindo en él sangriento lago:
Si uniste á los efetos el amago,
Del barbaro anticipas la rüina.
Con plomo fulminado de tu esfera
Eclipsada esta luz, ¿qué clima ó parte
De las cuatro del orbe se te atreve?
¡Oh si su Autor más mundos permitiera!
Porque á tanto poder unida el arte,
A un golpe un mundo solo es triunfo breve.

Jove ¡oh señor! desnudo el firmamento
De celestes imágenes admira,
Viendo que al circo hispano se retira
Todo el honor de su estrellado asiento.
Transformado otra vez en el sangriento
Bruto de Europa, la palestra gira,
A las fieras relámpagos respira,
Nublando el aire, fulminando el viento.
El horror de Nemea el cuello inclina
Reverente al tonante; tu reprimes
Su deidad disfrazada en sombra vana.
¡Oh efeto superior de acción divina!
Que muestra que á las causas más sublimes
Predomina tu diestra soberana.

26 — *La Cruz, por Albano Ramires de la Trapera.* Madrid, por Juan de la Cuesta, 1612.

Soneto.

— *El Monte Vesuvio, etc., por el doctor Juan de Quiñones.* Já descripta sob o n.º 16. Madrid, Juan Gonzalez, 1623.

Soneto.

27 — *Jvsta poetica y alabanzas jvstas que hizo la Insigne Villa de Madrid al bienauenturado San Isidro en las Fiestas de su Biatificacion, recopiladas por Lope de Vega Carpio.* Madrid, por la viuda de Alonso Martin, 1620.

28 — *Obras de Francisco de Figueroa, laureado Pindaro español, publicadas por el L. Luis Tribaldos de Toledo,* etc. *Dedicadas a don Vicente Noguera,* etc. Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1625.

Entre os preliminares traz o seguinte soneto de M. da Silveira a D. Vicente Nogueira:

Aquel râyo de luz, que en tiempo lârgo
De su muerte sepulchros necessita
Por ti con nueva lumbre resuscita
Desd'el profundo abysmo del Lethargo.
Que si al divino aliento puso embârgo
Estatuto mortal por ti se quita
Que en librarlo le dás parte infinita
Del dulces Lotos a la vida amargo.
Igual memoria tu saber merece
Al milagroso espiritu que assombra
Sobre la admiracion la fantasia
Por que si nasce el sol quando apparece,
Nasce su vida, pues de escura sombra
La buelves a los thalamos del dia.

XI

Sebastian de Alfaro

Barbosa Machado incluiu-o na sua *Bibliotheca Lusitana,* considerando-o portuguez. Diz mais que cursara a Universidade de Coimbra, e que traduzira do italiano os dialogos de Nicolau Franco, que ficaram manuscriptos. Ha poesias suas, latinas, nas *Obras* de Sá de Miranda (Lisboa, 1595) e na *Arte de caça da altanaria,* de Diogo Fernandes, Lisboa, 1616.

Tem tambem uma poesia na seguinte obra de Francisco de Luque Fajardo:

29 — *Relacion de la fiesta qve se hizo en Sevilla a la Beatificacion del Glorioso S. Ignacio.* Sevilla, Luis Estapiñan, 1610.

Barbosa Machado menciona tambem outro epigramma d'elle na seguinte obra:

30 — *Historia General de la Yndia Oriental. Los Descubrimientos, y Conquistas, que han hecho las Armas de Portugal,* etc. *Compuesta por Fray Antonio de San Roman.* Valladolid, Luis Sanchez, 1603.

XII

Christovão Ferreira de Sampaio

O sr. Garcia Peres inscreve-o no seu *Catalogo,* enumerando as obras por ellé publicadas. Ignora-se, porém, a terra da sua naturalidade, assim como outras particularidades da sua vida. Ha d'elle uma *canção ao extasis de Santa Thereza* na seguinte obra:

31 — *Compendio de las solemnes fiestas qve en toda España se hicieran en la Beatificacion de N. B. M. Teresa de Jesvs,* etc., *por Fray Diego San Joseph.* Madrid, viuva de Alonso Martin, 1615.

XIII

Valeriano de Frias de Castilho

Foi thesoureiro do arcebispo de Braga D. Fr. Agostinho de Castro. Era intendido em architectura, e como tal o enviou o prelado bracharense a Vianna para dirigir as exequias de D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. Veja-se o que a este respeito escreve Fr. Luiz de Sousa na vida do celebrado dominicano. Pertencia com toda a probabilidade á familia dos architectos Frias. Encontra-se d'elle um soneto na seguinte obra:

32 — *Argentina y Conqvista del Rio de la Plata, con otros acaecimientos de los Reynos del Peru, Tucuman, y estado del Brasil, por el Arcediano don Martin del Barco Centenera.* En Lisboa, por Pedro Crasbeeck, 1602.

O soneto é d'este theor:

El Rio de la Plata queda vfano,
Por ver tan celebrada su memoria,
Pregunto qual merece mayor gloria,
El Rio o su poeta Trugillano.
Si va a dezir verdad yo Valeriano
De Frias de Castillo la victoria
Dare a la Argentina bella historia
Y a su dueño de ingenio soberano.
Venid Musas gozad del nueuo Appolo,
Nimphas del rico Tejo con Diana,
Dexad la antigua fonte Cabalina:
Mirad que aquesto Barco basta solo,
Que a la prouincia arriba Lusitana
Por empresa trayendo su Argentina.

XIV

Miguel Botelho

Ha composições d'este poeta nas seguintes obras:
— *Jvsta poetica y alabanzas jvstas,* etc. Madrid, 1620.
Já descripta no n.º 27.

33 — *Fiestas de la boda de la incasable mal casada. Autor Alonso Gerómino de Salas Barbadillo.* Madrid, viuva de Cosme Delgado, 1622.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX — OUTUBRO DE 1891

SEGUNDA SERIE — N.° 4

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

	Pag.
INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO — por **Abel Andrade**	217
ALGUMAS OBSERVAÇÕES ÁCERCA DOS §§ 3.º E 4.º DO ARTIGO 380.º E OUTROS ARTIGOS DO CODIGO CIVIL PORTUGUEZ — por **José Maria de Mello de Mattos**	226
ALGEBRA (Ao sr. J. C. Medeiros) — por **Junio de Sousa**	232
SOBRE O PLANO BITANGENTE AO TORO — por **Aniceto Xavier**	251
VERSÃO DOS CARMES DE A. TIBULLO — por **A. A.**	254
MEMORIAS DE CASTILHO — por **Julio de Castilho**	261
POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES — por **Sousa Viterbo**	292

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO

(Continuado do n.º 3, paginas 165)

CAPITULO III

Influencia do Cartesianismo sobre o Racionalismo

Causas da propagação do Cartesianismo.—1) *O Racionalismo de Descartes na Hollanda:* a rainha Christina cartesiana; Huygens e Hoogland; polemica de Reneri com Gisberto de Voët; Descartes na Universidade de Leyde (Heereboord, Rey, etc.), de Utrecht (Bruyn, Burmann, Welthuysen, etc.), de Groningue (Desmarets, Gousset, etc.), de Franekere (Roellius, etc.), de Louvain, etc. Procedimento dos cartesianos; tentativas conciliadoras de Amerpool; Arminianos e Socinianos; Cocceianismo; reacção orthodoxa (synodo de Dordrecht, de Delft; os ministros religiosos de Utrecht). Wittichio e Guelincx; exposição do racionalismo de Guelincx; transição historica de Guelincx para Spinosa; synthese do Spinosismo-racionalista; Spinosistas racionalistas: Leenhof, Deurhoff, Hattem, etc.

Cumpre-nos examinar a influencia que as doutrinas philosophicas de Descartes exerceram no movimento racionalista que se manifestou nos ultimos tres seculos, principalmente no sentido religioso.

Não só durante a vida do mestre como depois da sua morte o Cartesianismo propagou-se de um modo extraordinario; não temos duvida alguma em subscrever a opinião de Pedro Borel, quando disse que no anno da morte de Descartes o numero dos seus discipulos deveria comparar-se com as estrellas do céo ou as areias do mar.

É mesmo conveniente observar que nenhuma corrente philo-

sophica atravessou em tão pouco tempo tão diversas camadas sociaes.

Se bem nos recordarmos do estado em que se encontrava a philosophia no momento em que appareceu Descartes, facilmente nos convenceremos de que os elementos dispersos, apparentemente heterogeneos, synthetisados nos varios systemas já referidos no capitulo I, se agrupariam em volta do eminente philosopho. Este phenomeno, vulgarissimo no embate das forças physicas, era auxiliado ainda pela communidade intrinseca da tendencia d'essa heterogeneidade de elementos para uma homogeneidade pronunciadamente racionalista com o racionalismo da duvida cartesiana, assaz visivel em muitas paginas das suas obras.

Além de se encontrarem no mesmo systema em virtude de tendencias identicas ou pelo menos similares, o vulto extraordinario de Descartes, incontestavelmente um talento de primeira grandeza, não deveria ter seduzido menos os pensadores do seu tempo e seus successores.

Mas, acima das razões expostas, muito primariamente influiu na extraordinaria extensão e intensidade da corrente cartesiana a qualidade das doutrinas sustentadas por Descartes.

Em todos os seculos encontramos a razão, naturalmente indomita, livre, expandindo-se sempre no meio dos maiores sacrificios e sublevando-se a todos os momentos contra a auctoridade. Uma doutrina que representasse a conquista dos direitos da razão, pulverisando o jugo da tradição, captaria as sympathias de muitos homens, agradava ás suas naturaes tendencias. N'estas circumstancias se encontrava o Cartesianismo,—a razão, arbitra suprema da legitimidade dos seus conhecimentos.

Para procedermos methodicamente estudaremos o movimento racionalista, iniciado por Descartes e egualmente fumentado na Hollanda, França, Allemanha, Suissa, Inglaterra e Italia.

1) O Racionalismo cartesiano na Hollanda

Estudando o racionalismo cartesiano na Hollanda, investigaremos em primeiro logar a corrente que vai de Descartes a Spinosa e subsequentemente Spinosa e seus sectarios.

Descartes falleceu em 1650; n'esse anno já as suas doutrinas tinham entrada nos palacios com a princeza Isabel, neta de Thiago I, primogenita de Frederico V e com a rainha da Suecia, Christina (1);

---

(1) Estudamos esta discipula de Descartes na Hollanda para não abrirmos uma nova secção.

entravam nos solares dos mais importantes personagens com Constantino Huygens e Cornelio van Hoogland e dominavam quasi nas Universidades de Utrecht, Leyde, Franekere, Nimegue, Harderwick, Duisbourg, Herborn e na eschola illustre de Breda.

Não é difficil encontrar n'este movimento inicial a feição racionalista.

Deixando as leves sombras de racionalismo que se encontram em Isabel, notamos de passagem que a rainha Christina ia adulterando o christianismo e a Biblia a fim de a accommodar com a doutrina da infinidade de mundos sustentada por Descartes. É esta a conclusão a que chegamos depois de meditarmos as difficuldades, apresentadas pela rainha Christina e referidas pelo seu intermediario Chanut.

Huygens e Hoogland, mediocres interpretes de Descartes, ainda se sustentaram durante algum tempo no terreno da tradição. Talvez por isso mesmo foram censurados pelo mestre.

Em Deventer Reneri e o seu discipulo Regius (Leroy) sustentaram a philosophia de Descartes contra os peripateticos Gisberto de Voët, ou Voetius, e Martinho Schoockius; sem nos demorarmos na apreciação critica d'esta lucta, podemos bem definir as situações dizendo que de um lado sustentava-se o predominio omnimodo da tradição e Reneri com Regius defendiam a regra racionalista da duvida e evidencia.

Na Universidade de Leyde entrou o cartesianismo com Heereboord, professor de theologia, e João de Rey, professor de philosophia. A principio Heereboord sustentava a isenção da theologia a respeito da evidencia e duvida cartesianas; entretanto os dois theologos, Revius e Triglandio, viram o perigo imminente e pelejaram *à outrance* pela doutrina tradicional; com este intuito em 1647 defenderam-se theses publicamente contra Descartes; n'essas theses era Descartes accusado de atheismo. Muito soffreria o cartesianismo, se o proprio Descartes, tres annos antes de morrer, por intermedio do embaixador da França não conseguisse a intervenção do Principe de Orange, que serenou os contendores.

Na Universidade de Utrecht, pouco tempo depois da morte de Descartes, apparece-nos João de Bruyn, que a proposito do conhecimento natural de Deus foi deduzindo alguns corollarios racionalistas da doutrina de Descartes; similhantemente procederam Pedro Burmann, Lambert Welthuysen, e sobretudo este ultimo. Welthuysen não era nem professor, nem theologo, como elle mesmo escreve n'um prefacio da sua dissertação sobre o movimento da terra. Os seus variados escriptos, em tudo cartesianos, tornaram-se notaveis pelo seu atrevido e radical racionalismo applicado ás Escripturas. Compoz muitas dissertações sobre

*

o uso da razão em assumptos theologicos, obedecendo sempre as suas vistas ao principio racionalista.

A Universidade de Groningue era quasi completamente cartesiana, a darmos credito ao testimunho de Welthuysen. Ahi floresceram Desmarets, professor de theologia, João Gousset e principalmente o professor de historia e lingua grega, Tobias André, notavel pelas suas tendencias racionalistas.

Importante fóco de cartesianismo, ou, melhor, de racionalismo encontra-se na Universidade de Franekere. Foi ahi introduzida similhante doutrina por Alexandre Roellius, que escreveu duas dissertações, uma sobre religião natural e outra sobre as idéas innatas. Na sua esteira caminha o conservador Ruardo Andala.

De modo similhante se propagou o cartesianismo com feição pronunciadamente racionalista nas demais Universidades e na eschola de Breda.

A Universidade de Louvain na Belgica não permaneceu extranha a este movimento; a despeito das medidas do nuncio Vecchio (Carta á Faculdade das Artes, 1 de julho de 1662; Carta ao reitor, 29 de agosto de 1662) e dos Jesuitas, o Cartesianismo triumphou momentaneamente, em que pese a Plempio (1652).

Como temos deixado entrever, não poucas luctas sustentaram os cartesianos para que a sua doutrina dominasse os espiritos do seu tempo. É muito para notar a linha de conducta dos defensores de Descartes; tentam demonstrar que Descartes estava com Aristoteles, e com similhante fim escrevem tractados de philosophia peripatetico-cartesiana.

Muitos procuraram demonstrar que Descartes estava de accordo com a Biblia e por vezes *Mozaizara*. «*Cartesius Mozaïzans*» assim se intitula uma obra de um cartesiano de Groningue. João Amerpool sustentou que a theoria dos turbilhões cartesianos estava em perfeita harmonia com o Genesis. Mas para demonstrar similhante harmonia era necessario que o sentido litteral fosse sacrificado ao sentido figurado, — que a Biblia e a Theologia fossem submettidas a explicações racionalistas. Assim é que todos estes philosophos e theologos cartesianos tendem a subordinar a interpretação da Escriptura a uma regra superior de philosophia ou da razão e a modificar a theologia de modo a concilial-a com a nova philosophia. Com esta orientação racionalista se apresentava a philosophia cartesiana quando invadiu os theologos reformados da Hollanda.

Por outro lado todos os theologos dissidentes desde a origem se inclinavam, pondo mesmo de parte qualquer preconceito philosophico, a interpretar mais livremente as escripturas e a fazer importantes concessões á razão e á liberdade; é facil imaginar

como o racionalismo cartesiano se desenvolveria rapidamente encontrando tão prospero terreno e um partido tão consideravel do seu lado, disposto a defendel-o. Assim é que os Arminianos e Socinianos se firmaram pressurosamente na philosophia nova. Em pouco tempo todos confundiram nas suas defesas, nos seus ataques e nos seus anathemas, o cartesianismo com as seitas religiosas dissidentes, que tentavam destruir a auctoridade das escripturas e dos synodos.

É mesmo notavel o que se passou a proposito do Cocceianismo (de João Cocceio, de Franekere); era considerado cartesiano e anti-cartesiano conforme os seus adeptos defendiam ou não a doutrina de Descartes.

Quasi todos os theologos e philosophos cartesianos da Hollanda escreveram a favor da harmonia entre a razão e a fé, e demonstraram a sua conformidade mutua.

Durante o calor das disputas cartesianas esta questão agitou de um modo particular certas Universidades, e entre ellas a de Franekere; em 1686 os racionalistas cartesianos sustentaram a these seguinte, sobre a qual muito se escreveu: erram os que dizem que, se a Escriptura nos ensinasse alguma coisa irracional, deveriamos acreditar de preferencia na Escriptura, como se a Escriptura e a razão podessem estar em opposição, como se duas coisas contrarias podessem ser simultaneamente verdadeiras, como se podesse ser verdadeiro o que é contrario á razão. Estas tentativas para conciliar a razão e a fé originaram innumeros golpes racionalistas.

Não poucos cartesianos, e entre elles Meyer e Balthasar Bekker, ousaram estabelecer essa harmonia em beneficio da razão e em prejuizo da fé. A obra de Duker sobre este thema intitula-se: «Disputatio philosophica inauguralis de recta raticionatione quam publice defendendam proponit Duker.»

Com muita razão os theologos orthodoxos pugnam *pro aris,* accusando o cartesianismo de abolir o *magisterium theologiae in philosophiam* e de fazer côro com a impiedade e o socinianismo. N'este mesmo intuito os reformados mais moderados decretam em 1656 no synodo nacional de Dordrecht: a philosophia deve permanecer separada da theologia e os theologos devem abster-se de empregar os raciocinios de Descartes ou nos seus escriptos, ou nas suas lições, ou nas suas theses publicas. Isto mesmo é decretado em 1657 no synodo de Delft, o qual manda que nenhuma cadeira ou dignidade seja concedida a quem professar o cartesianismo. Mais tarde, no reitorado de Pedro Burmann, professor de theologia cartesiana, os ministros de Utrecht advertiram as familias, por um decreto em flamengo, da pena de condemnação eterna, que

pesava sobre os que enviassem os seus filhos ás academias em que reinava a philosophia de Descartes.

Entretanto não se julgue que estes decretos, de muita força é certo, conseguem impedir o progresso do cartesianismo. No local onde se editam esses mandatos continúa a ensinar-se Descartes, embora não se pronuncie o seu nome. Os decretos synodaes só comprehendem os theologos; ainda ha philosophos. As ordens de uma universidade não comprehendem todos os professores de outro qualquer estabelecimento. Por estas e muitas outras razões o racionalismo de Descartes continúa.

Um dos homens que mais concorreu para o desenvolvimento das idéas cartesianas foi Wittichio, homem notavel pela sua sciencia, e não menos pela sua piedade, que tentou defender sim os direitos da razão, mas concilial-os com a fé. A sua principal obra tem por objecto a momentosa questão da harmonia da razão com a fé; Wittichio intenta demonstrar especialmente o accordo da Escriptura com a verdade philosophica de Descartes. No Prefacio combate as calumnias dos adversarios do cartesianismo, principalmente de Lentulus e Revius, e elogia a obra de Clauberg. Narra os ataques suscitados contra elle a respeito das suas duas dissertações, uma sobre o abuso da Sagrada Escriptura nas coisas philosophicas, outra sobre o movimento da terra. Contra os theologos, que sustentavam a impotencia da razão e que desejavam deduzir a philosophia da Escriptura, sustenta a independencia do conhecimento philosophico, filho da razão e nunca da Escriptura. Inclina-se pelo sentido figurado contra o litteral.

Deixando muitos outros personagens, vamos estudar o racionalismo de Descartes em Guelincx, por intermedio de quem se estabelece a transição de Descartes para Spinosa.

*

Arnold Guelincx nasceu em Antuerpia em 1625; foi doze annos professor de philosophia em Louvain, onde sustentou importantissimas theses. Depois de interessantes peripecias da sua vida convenceu-se da veracidade do cartesianismo, que professou publicamente. Aqui simplesmente nos pertence examinar as conclusões racionalistas que Guelincx deduziu do cartesianismo.

As vistas de Guelincx dirigem-se principalmente á metaphysica, onde se relaciona com o racionalismo de Descartes.

Em tudo segue Descartes, como demonstram, além de muitas declarações particulares, as suas lições sobre os principios do

grande philosopho. Em grande parte das suas obras justifica muitas opiniões do mestre.

Segundo o pensar d'este philosopho a physica limita-se unicamente a estabelecer a harmonia entre os sentidos e a razão, ou á applicação da metaphysica ao que nos é conhecido pelos sentidos. D'este modo é possivel examinar com que rigor Guelincx tenta construir a sua philosophia unicamente sobre a razão; se admitte os sentidos, nunca se serve d'elles como meios de descobrir verdades philosophicas. Para vingar esta doutrina Guelincx vê-se obrigado a desprezar algumas incoherencias de Descartes; em ninguem como em Guelincx são tão claros «os anneis em que se move o cartesianismo.»

Attribue o mais elevado valor aos conhecimentos da razão ou do entendimento puro; considera, ao contrario, os conhecimentos da experiencia como uma coisa mais ou menos subordinada; a analogia e a inducção pouca importancia possuem para a sua logica; a experiencia corresponde unicamente á questão da existencia ou não existencia de certa coisa, nunca demonstra uma verdade scientifica, que comprehende a causalidade e o fundamento de qualquer phenomeno. A experiencia revela-nos o motivo exterior por que nós devemos admittir certa existencia; tal motivo porém não basta, é necessario procurar o motivo interno, que deve ser descoberto pela razão; emquanto não se encontrar est'outra garantia da veracidade dos nossos conhecimentos, ninguem póde estar tranquillo.

Restaura o antigo axioma: «não ha sciencia do accidente»; isso é bastante para excluir da verdadeira sciencia os conhecimentos fornecidos pelos sentidos, historia e tradição. D'aqui conclue que o accidente, ainda mesmo quando fosse o verdadeiro predicado do sujeito, não possuia senão um valor transitorio; pertenceria ás relações habituaes do homem; nada tem com elle a verdadeira sciencia, que se propõe conhecer as verdades eternas. Deante do conhecimento dos accidentes a razão esforça-se em conhecer a essencia ou a natureza das coisas por meio da definição.

Fiel á doutrina do mestre, sustenta que toda a sciencia deve atravessar a indecisão da duvida; é certo porém que não devemos duvidar para duvidar sempre, como fazem os scepticos. O ponto de partida da philosophia suppõe que não sabemos nada, *mas principalmente que nós temos a certeza da nossa ignorancia;* é n'isto que consiste a duvida. Da duvida dirigimo'-nos ao pensamento e d'aqui ao juizo: *eu sou*. D'este modo a intuição interna do nosso ser e do nosso pensamento constitue o mais solido fundamento dos nossos conhecimentos.

Guelincx aprecia os objectos d'esta intuição interna diversa-

mente da experiencia externa; já dissemos que este philosopho insistia sobre a definição, por isso que não lhe bastavam o exemplo e a inducção; quando porém se occupa dos objectos da intuição interna, nem mesmo necessita da definição, o exemplo basta. A intuição da razão satisfaz-nos immediatamente. Todos os processos da logica podem ser reduzidos á definição e ás razões primarias, notando-se que a mesma definição se reduz á razão primaria, pois que suppõe as idéas necessarias que não precisam de justificação, visto conterem em si a razão fundamental.

Temos a mais clara consciencia dos factos internos; não devemos procurar explical-os, e ainda menos devemos tentar definil-os apezar de os conhecermos perfeitamente.

Não é necessario continuar na exposição de similhante doutrina para nos convencermos dos fructos racionalistas, embryonariamente contidos no cartesianismo.

Mas estudemos o racionalismo de Spinosa, em que se encontra perfeitamente desenvolvido o cartesianismo.

Spinosa é um discipulo de Descartes (1). Applicando sempre o principio da evidencia e a universalidade da duvida, Spinosa expoz a sua doutrina racionalista no *Tractado Theologico-Politico*. Da doutrina contida n'esse livro diremos alguma coisa.

A liberdade de pensar (corollario da duvida systematica, resolvida pelo principio da evidencia, pela razão individual) concilia-se com a lei divina e revelada. Antes de demonstrar esta these propõe-se combater a superstição, filha da ignorancia e da timidez, dis-

---

(1) Consultando de leve as obras de Spinosa e Descartes, convencemo'-nos de que não ha filiação alguma entre estas duas individualidades; tanto as idéas como a fórma parecem diversas. O methodo de Spinosa é a antithese do de Descartes; um vai de Deus para o homem, outro do homem para Deus. A mesma doutrina é completamente diversa. Como comparar o Deus de Descartes, esse Deus soberanamente perfeito, que pensa, que quer, que é optimo em todas as suas resoluções,—e o Deus de Spinosa, sem entendimento, nem vontade, unico de substancia, fóra do qual nada se póde conceber? Por isso é que os cartesianos, e principalmente o Cardeal Gerdil, sustentaram a these da incompatibilidade dos dois systemas: Cartesianismo e Spinosismo.

Do mesmo modo procede V. Cousin; depois de ter notado a filiação cartesiana de Spinosa (*Fragments de philosophie cartésienne, Rapports de spinosisme et du cartésianisme*, pag. 469), levado por novos estudos, sustenta a doutrina contraria (*Histoire générale de la philosophie*, 11ª leçon, 1866) nos ultimos annos da sua vida. Da opinião de Gerdil é tambem o theologo hollandez Watcher, refutado por Leibnitz, Saisset e Franck. Não temos duvida alguma em contraditar a opinião de Gerdil e Cousin; pensamos como Leibnitz: «Spinosa nada mais fez além de cultivar certas sementes da philosophia de Descartes.» Faremos essa demonstração á medida que demonstrarmos as vistas racionalistas de Spinosa.

tinguir a palavra divina da palavra humana, a credulidade da fé, e realçar a luz natural, desprezada e amaldiçoada por muitos como fonte da impiedade. Para desacreditar a razão natural oppõe-se-lhe uma pretendida palavra divina, em cujo nome se pretende suffocar a mais nobre energia do homem.

As Escripturas são apresentadas como orgão e demonstração d'esse principio superior á razão. Spinosa tenta demonstrar que as Sagradas Escripturas não contêm algum conhecimento que exceda os limites do conhecimento philosophico. Eis um modo, apparentemente satisfactorio, de conciliar a razão com a fé.

Não ha sobrenatural nas prophecias, na escolha do povo judeu e nos milagres; nada é essencial nas tradições historicas e nas ceremonias da lei; as Escripturas são um simples ensinamento de obediencia e piedade, proporcionado pelos prophetas e pelos apostolos, aos que se dirigiam a elles. Os prophetas são superiores aos outros homens pela imaginação, e nunca pela intelligencia...

É impossivel qualquer antagonismo entre a religião e a philosophia, pois que só mediante as especulações metaphysicas apprehendemos o que sabemos de Deus e dos seus attributos. A philosophia e a religião nada têm que ver uma com a outra; nada têm de commum no seu fim e objecto. A philosophia propõe-se descobrir a verdade e a religião promover a obediencia e a piedade. A theologia não é serva da razão, como a razão não o é da theologia; cada uma é soberana absoluta no seu dominio.

O que havemos dicto basta para termos uma noção mais ou menos exacta do racionalismo cartesiano no meio do systema de Spinosa.

Devemos observar que o racionalismo de Spinosa foi immediatamente transportado para a exegese biblica; ou o *Tractado Theologico-Politico* não encerrasse alguns capitulos sobre o melhor processo a seguir na interpretação das Escripturas. Entre os promotores do Spinosismo religioso deve enumerar-se Frederico van Leenhof, condemnado pelo synodo de Alcmaer (1708), e Wilhem Deurhoff (1684), e Ponciano van Hattem, o celebre chefe do Hattemismo, com os seus discipulos Jacob Briel e Adriano Booms.

Não nos demoramos em demonstrar como na Hollanda o Cartesianismo concorreu para o desenvolvimento do racionalismo. Ahi estão os factos; «a duvida cartesiana e o principio da evidencia» foram-se desenvolvendo pouco a pouco até que produziram o mais accentuado racionalismo. Mas, continuemos.

(Continúa).

ABEL ANDRADE.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES ÁCERCA DOS §§ 3.º E 4.º DO ARTIGO 380.º E OUTROS ARTIGOS DO CODIGO CIVIL PORTUGUEZ

Ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro ADOLPHO FERREIRA DE LOUREIRO,
Tenente Coronel de Estado Maior e Engenheiro de 1.ª classe no Ministerio das Obras Publicas

(Continuado do n.º 7, pag. 511, vol. XXXVIII)

IV

Antes de proseguir no estudo da delimitação dos rios, cujas difficuldades se apontaram no capitulo precedente, convém dar algumas noções referentes ao trabalho geologico d'elles. É certo que os engenheiros e os geologos ainda têm este assumpto em estudo muito rudimentar, tanto que, ao expôr os problemas referentes á distribuição das velocidades nos canaes descobertos, justificadamente diz o sr. engenheiro Collignon, inspector dos estudos na Eschola Nacional de Pontes e Calçadas de Paris «o movimento natural dos liquidos produz-se por saccudidas ou por ondas conforme leis muito complicadas, que fogem até hoje á analyse (1).» Estas palavras confirmam a divergencia já acima apontada ácerca da influencia dos coefficientes de attrito nas paredes dos canaes e ainda em apoio d'ellas diz o sr. engenheiro Bazin «ainda hoje não possuimos noções claras ácerca dos movimentos internos dos fluidos e das acções mutuas das molleculas d'elles. Talvez que esta parte tão delicada da sciencia tenha que ficar por muito tempo ainda no dominio do empirismo (2).» Ora ignorando-se o que se refere á velocidade das correntes de agua não é para admirar que ainda haja opiniões muito controvertidas relativamente ao trabalho d'ellas por isso que, n'esta ultima noção entre a idéa do caminho percorrido e da força que actua o movel.

---

(1) Vid. Ed. Collignon, *Hydraulique*, pag. 310 (nota).
(2) Cit. par Ed. Collignon, *Hydraulique*, pag. 310.

Sem contestação alguma são indispensaveis os conhecimentos technicos para a boa redacção e interpretação das leis que se referem a factos de ordem physica e nos quaes têm que intervir, além dos factores naturaes, os interesses complexos do individuo e da communidade. Por isso, no caso presente, expôr-se-ha primeiramente, apezar das grandes lacunas que encerra, o que technicamente se conhece com relação ao trabalho geologico dos rios, vendo-se assim como, ainda sob este ponto de vista, o problema da delimitação do leito d'elles leva naturalmente como em direito (1) aos casos de accessão a que no capitulo precedente se referiu este trabalho.

V

É um principio assente para todas as pessoas que se dedicam ao estudo das sciencias naturaes que os agentes dynamicos tendem sem cessar para a conquista do estado de equilibrio, como diz o sr. engenheiro A. de Lapparent, ao referir-se especialmente aos agentes da dynamica exterior do globo, concluindo d'ahi justificadamente que todo o rio «ha de procurar diminuir o seu declive cavando o leito pouco e pouco (2).»

De facto nas diversas phases do trabalho de um rio nota-se que o volume das aguas e o seu declive corroem o terreno por onde passa a veia de agua arrastando para jusante as terras de montante que conseguiu desaggregar. O rio estabelece portanto o seu perfil longitudinal; mas, não sendo homogeneas as camadas de terreno que percorre, succede que varias degradações, têm logar no leito d'elle, sendo até, como adeante se verá, esta desegualdade de resistencias uma causa interessante de alluvião.

Aos rios que ainda não conseguiram cavar o leito dá-se em geologia o nome de *rios torrenciaes,* embora para alguns deva ser puramente local esta designação. Distinguem-se das *torrentes* propriamente ditas por estas não serem senão rios temporarios (3), que têm a propriedade de reunir n'uma vaga só toda a agua que

---

(1) Vid. *Annales des Ponts et Chaussées,* 5ª série, 4ª année, numero de outubro de 1874; *Memoria sobre o estado actual da jurisprudencia relativamente á delimitação das correntes de agua e do dominio publico* pelo sr. engenheiro Schlemmer, pag. 236 e nota a pag. 244 em pag. 264.

(2) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 203.

(3) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 194.

cahiu durante algum tempo n'uma região bastante extensa. Sob o ponto de vista do trabalho, apezar do seu declive bem menor do que o das torrentes, podem bem ser equiparadas estas duas classes de cursos de agua (1), embora o poder transportador das torrentes seja incomparavelmente maior do que o dos rios torrenciaes (2). De facto com um declive de seis centimetros por metro, que é vulgarissimo encontrar-se no *canal de vasão* de uma torrente, podem desenvolver-se velocidades extraordinarias. Suppondo com effeito que o perimetro molhado do canal de vasão de uma torrente tenha vinte metros e a secção de vasão trinta e dois metros quadrados, o que, para o caso de um rectangulo, dará um vulgar desnivel de dois metros na vaga da torrente, a conhecida formula de Bazin

$$\frac{RI}{V^2} = 0{,}00028\left(1 + \frac{1{,}25}{R}\right)$$

daria uma velocidade de $13^m{,}87$ por segundo, isto é, quasi a que adquiriria um grave depois de uma quéda de dez metros e mais que sufficiente para corroer um canal com fundo de rocha, se por acaso a acção da agua fosse continuada.

Com effeito na construcção de um canal tem-se sempre em vista não lhe dar inclinações que produzam velocidades superiores ás que a experiencia determina como limite da resistencia do material com que ha de construir-se o leito d'elle (3) e em fundo de rocha nunca essa velocidade póde ultrapassar tres metros. Segundo o sr. A. de Lapparent uma velocidade de $1^m{,}20$ desloca os calháos que tiverem o volume de um ovo, mas as pedras chatas só com uma velocidade de $1^m{,}80$ é que se movem. O deslocamento de materiaes todavia não se dá apenas em resultado da velocidade das correntes, mas ainda em virtude das pressões da agua e dos turbilhões verticaes determinados pelas irregularidades do leito dos rios (4). Similhantes acções estão nos casos expressos nas palavras acima referidas dos srs. engenheiros Bazin e Collignon, havendo portanto a entrar em linha de conta, nos phenomenos de transporte exercidos pelos rios, com factores importantes cuja acção se não póde medir e que são a natureza do leito das cor-

---

(1) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 212.
(2) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 200.
(3) Para esclarecimentos d'este assumpto vid. E. With, *Les machines*, tomo 1.º, pag. 60, e P. Guillemain, *Rivières et Canaux*, tomo 1.º, pag. 13.
(4) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 211.

rentes de agua, de que dependem as excavações (affouillements) que n'ellas se dão e a quantidade de obstaculos que se offerecem ao livre escoamento d'ellas.

Mas retomando o exemplo da torrente acima indicada, ver-se-hia que a vasão d'ella por segundo seria de 443^{m},84; isto é, quasi metade do caudal que para o Mondego calculou o ex.^{mo} sr. conselheiro Loureiro em cheia extraordinaria e na occasião do seu maximo (1), tres quartas partes do caudal calculado para o rio Vouga na cheia de 12 de novembro de 1888 no sitio de S. João de Loure, a centesima parte approximadamente do caudal do Tejo na secção comprehendida entre o pontal de Cacilhas e o aterro da Boa Vista (2), menos de metade do caudal unitario do Tibre, segundo o professor Venturoli (3), tres quartas partes do caudal do Rheno em Kehl e um pouco mais do que o caudal do Rhodano ambos em occasião de estiagem (4). Similhantes vasões fazem comprehender facilmente porque é que as torrentes são transitorias.

Procurando saber a pressão exercida sobre uma superficie resistente indefinida pela corrente torrencial estudada, facilmente se deduziria, empregando a formula de Bresse

$$R = \pi \Omega \cos \alpha \frac{U^2}{g}$$

que ultrapassaria 626 toneladas metricas quando o plano resistente fosse vertical (5).

Todas estas considerações provam evidentemente quão grande é o trabalho das torrentes e portanto qual o termo de comparação que haveria para os rios torrenciaes (6). Comtudo a fim de dar

---

(1) Vid. *Memoria sobre o melhoramento do Mondego entre Coimbra e Foz Dão* in *Revista de Obras Publicas e Minas*, tomo 11.º, pag. 38.

(2) Vid. *Plano geral das obras que convém levar a effeito para o melhoramento do porto de Lisboa*—Memoria pelo ex.^{mo} sr. conselheiro B. F. de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça, pag. 46.

(3) Vid. *Memoria sobre a canalisação do Tibre e defesa de Roma contra as inundações* pelo ex.^{mo} sr. conselheiro A. Loureiro in *Revista de Obras Publicas e Minas*, tomo 11.º, pag. 272 e 273.

(4) Vid. P. Guillemain, obra cit., tomo 1.º, pag. 11.

(5) Vid. Bresse, *Hydraulique*, 3^{e} édition, pag. 410.

(6) Para bem restringir a definição de torrente parece util traduzir-se a que deu o fallecido engenheiro Surell: «As torrentes correm em valles muito curtos. As cheias são sempre rapidas e quasi sempre subitaneas. Os declives d'ellas ultrapassam 6 centimetros por metro em todo o comprimento do percurso e nunca são inferiores a dois centimetros por metro. A proprie-

uma idéa do poder transportador dos rios d'esta natureza refere o sr. engenheiro A. de Lapparent que se avalia em 62:000 metros cubicos a quantidade de detrictos que a Linth arrasta annualmente para o lago de Wallenstadt (1) embora a prova mais evidente das forças desenvolvidas por similhantes cursos de agua se encontre nas gargantas ou *cañons* (2) que excavam apresentando paredes verticaes com 1:000 a 1:800 metros de altura. O grande cañon do Colorado na America, cujo trajecto de 383 kilometros ainda

---

dade characteristica d'ellas e excavar a montanha, depositar as excavações no valle e divagar em seguida em resultado dos depositos effectuados.» (Vid. P. Guillemain, *Rivières et Canaux*, pag. 10). Convém agora notar que os calculos acima feitos e baseados para a velocidade na formula de Bazin são inferiores aos que daria a formula de d'Aubuisson que, segundo o engenheiro Surell, é a que «convém melhor que toda e qualquer outra para o calculo da vasão das torrentes. Esta formula é

$$u = 51\sqrt{\frac{p\,s}{c}}$$

e a ella se applicariam, no caso presente os dados seguintes:

$$p = 0{,}06 \qquad s = 32^{m2} \qquad c = 20^{m}$$

de que resultaria uma velocidade

$$u = 15^{m},81.$$

O engenheiro Surell, em vez dos dados acima expostos, para estudar os effeitos da velocidade e vasão de uma torrente dá como mais vulgares o declive ainda de 6 centimetros por metro e uma altura de agua de 2 metros, mas suppõe a largura da torrente apenas de 8 metros em vez de 16, como se fez no texto. N'este caso a secção de vasão seria de 16^{m2} e o perimetro molhado de 12 m. l., o que daria segundo a formula de d'Aubuisson $u = 14^{m},28$ e para a vasão $228^{m3},48$. Para fazer idéa d'este enorme caudal, diz o engenheiro referido, convém saber que em tempo ordinario o Garonne apenas vasa 150 metros cubicos de agua e o Sena 130. De maneira que uma torrente de menos de cinco leguas de comprido, quando cheia pelas trovoadas, expelle mais agua do que a que passa ordinariamente por debaixo das pontes d'estes grandes rios. Não admira portanto que a duração das cheias seja tão limitada nas torrentes.» (Vid. Léchalas, *Hydraulique fluviale*, pag. 419 e 420).

(1) Vid. A. de Lapparente, obra cit., pag. 212.

(2) Na America hespanhola do norte dá-se o nome de *cañons* ao leito de um rio summamente apertado e de grande profundidade. (Vid. *La tierra y el hombre* por Frederico Hellwald, traducção hespanhola de D. Manuel Arauda y Sanjuan, vol. 1.º, pag. 9). Este nome de resto entrou em uso corrente na geologia e d'elle se encontram definições ainda em livros elementares taes como Dana—*text book of geology*, A. de Lapparent, *Abrégé de géologie*. Por isso se conserva sem se lhe procurar termo correspondente portuguez, se é que o ha.

até hoje não foi explorado (1) e o cañon de Arawaypa no Arisona (2) attestam o poderoso trabalho dos rios torrenciaes, embora se deva observar desde já que elle não é apenas devido á acção mechanica das aguas, como adeante melhor se exporá. As cheias do Colorado ainda hoje attingem, segundo o sr. engenheiro A. de Lapparent de 15 a 30 metros de altura, apezar de não serem os declives medios do rio de mais de 37 decimas de millimetro (3) e por isso as forças mechanicas então desenvolvidas serão enormes e os seus effeitos importantissimos. «O que torna possivel a formação d'estas gargantas em terrenos compostos de rochas duras, diz o sr. engenheiro A. de Lapparent é o estado mais ou menos lesinoso da massa d'ellas (4)...» «Cada um d'esses lesins das rochas constitue uma linha de menor resistencia e, em resultado da mesma lei que obriga as torrentes a diminuirem pouco e pouco por erosão o declive do seu canal de vasão, os rios torrenciaes abaixam tambem gradualmente o leito não por excavação directa de um sulco na massa das rochas mas pelo aluimento e desmoronamento progressivos dos pedaços de rochas fendidas que affloram nos thalwegs (5).» Em apoio d'esta opinião indica o sr. A. de Lapparent o planalto central de França e a passagem atravez dos schistos lamellares entre Brives e Limoges, observando o contraste que se dá entre o perfil alli abrupto e suave nos valles em que se encontram o grès e argillas vermelhos (6).

(Continúa). JOSÉ MARIA DE MELLO DE MATTOS,

Engenheiro de 4.ª classe no corpo de Engenheiros das Obras Publicas.

---

(1) Vid. Frederico Hellwald, *La tierra y el hombre,* trad. hesp., tomo 1.º, pag. 9, col. 1.ª

(2) D'este cañon encontra-se uma descripção minuciosa em Frederico Hellwald, obra cit., tomo 1.º, pag. 9, col. 2.ª

(3) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 212.

(4) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 213.

(5) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 215.

(6) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 214.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ALGEBRA

(Ao sr. J. C. Medeiros)

Problemas indeterminados

II

(Continuação do n.º 3, paginas 183)

$$(a') \qquad r > 2\delta + 4q;\ 9 = \frac{h}{2} + \delta;\ h > 9 + 3q;$$

para ser δ positivo é necessario que seja $h < 18$;

$$q = 1 \begin{cases} h < 18;\ h > 12; \\ h = 13,\ 14,\ 15,\ 16,\ 17. \end{cases};$$

$$q = 2 \begin{cases} h < 18;\ h > 15; \\ h = 16,\ 17. \end{cases};$$

desde $q = 3$; os limites de h são contradictorios.

$q = 1$; $\lambda = 2$; $h = 13$; $a = 12$; $b = 5$; $c = 10$; $d = 7$; $f = 11$; $g = 8$; $i = 6$; e o quadrado

12	5	10
7	9	11
8	13	6

$q=1$; $\lambda=2$; $h=14$; $a=13$; $b=4$; $c=10$; $d=6$; $f=12$; $g=8$; $i=5$; e o quadrado

13	4	10
6	9	12
8	14	5

$q=1$; $\lambda=2$; $h=15$; $a=14$; $b=3$; $c=10$; $d=5$; $f=13$; $g=8$; $i=4$; e o quadrado

14	3	10
5	9	13
8	15	4

$q=1$; $\lambda=2$; $h=16$; $a=15$; $b=2$; $c=10$; $d=4$; $f=14$; $g=8$; $i=3$; e o quadrado

15	2	10
4	9	14
8	16	3

$q=1$; $\lambda=2$; $h=17$; $a=16$; $b=1$; $c=10$; $d=3$; $f=15$; $g=8$; $i=2$; e o quadrado

16	1	10
3	9	15
8	17	2

$q=2$; $\lambda=4$; $h=16$; $a=14$; $b=2$; $c=11$; $d=6$; $f=12$; $g=7$; $i=4$; e o quadrado

14	2	11
6	9	12
7	16	4

$q=2$; $\lambda=4$; $h=17$; $a=15$; $b=1$; $c=11$; $d=5$; $f=13$; $g=7$; $i=3$; e o quadrado composto dos nove primeiros numeros impares

15	1	11
5	9	13
7	17	3

$$(b') \qquad r<2\delta-4q;\ 9=\frac{h}{2}+\delta;\ h<9-q;\ h>2q;$$

por ser r ou f, numero positivo, como já se viu tambem na desegualdade (19');

$$q=1\left\{\begin{matrix} h<8;\ h>2; \\ h=3,\ 4,\ 5,\ 6,\ 7. \end{matrix}\right\};$$

$$q=2\left\{\begin{matrix} h<7;\ h>4; \\ h=5,\ 6. \end{matrix}\right\};$$

desde $q=3$, os limites de h são contradictorios.

$q=1$; $\lambda=2$; $h=3$; $a=2$; $b=15$; $c=10$; $d=17$; $f=1$; $g=8$; $i=16$; e o quadrado

2	15	10
17	9	1
8	3	16

$q=1$; $\lambda=2$; $h=4$; $a=3$; $b=14$; $c=10$; $d=16$; $f=2$; $g=8$; $i=15$; e o quadrado

3	14	10
16	9	2
8	4	15

$q=1$; $\lambda=2$; $h=5$; $a=4$; $b=13$; $c=10$; $d=15$; $f=3$; $g=8$; $i=14$; e o quadrado

4	13	10
15	9	3
8	5	14

$q=1$; $\lambda=2$; $h=6$; $a=5$; $b=12$; $c=10$; $d=14$; $f=4$; $g=8$; $i=13$; e o quadrado

5	12	10
14	9	4
8	6	13

*

$q=1$; $\lambda=2$; $h=7$; $a=6$; $b=11$; $c=10$; $d=13$; $f=5$; $g=8$; $i=12$; e o quadrado

6	11	10
13	9	5
8	7	12

$q=2$; $\lambda=4$; $h=5$; $a=3$; $b=13$; $c=11$; $d=17$; $f=1$; $g=7$; $i=15$; e o quadrado composto dos primeiros nove numeros impares

3	13	11
17	9	1
7	5	15

$q=2$; $\lambda=4$; $h=6$; $a=4$; $b=12$; $c=11$; $d=16$; $f=2$; $g=7$; $i=14$; e o quadrado

4	12	11
16	9	2
7	6	14

(c′) $\qquad r>2\delta+2q$; $r<2\delta+4q$; $h>9+2q$;

$$h<9+3q;\ 9=\frac{h}{2}+\delta;$$

o valor, $q=1$, não dá soluções inteiras;

$$q=2\left\{\begin{matrix} h<15;\ h>13; \\ h=14. \end{matrix}\right\};$$

$$q=3\left\{\begin{matrix} h<18;\ h>15; \\ h=16,\ 17. \end{matrix}\right\};$$

desde $q=4$ em diante $h>17$.

$q=2$; $\lambda=4$; $h=14$; $a=12$; $b=4$; $c=11$; $d=8$; $f=10$;
$g=7$; $i=6$; e o quadrado

12	4	11
8	9	10
7	14	6

$q=3$; $\lambda=6$; $h=16$; $a=13$; $b=2$; $c=12$; $d=8$; $f=10$;
$g=6$; $i=5$; e o quadrado

13	2	12
8	9	10
6	16	5

$q=3$; $\lambda=6$; $h=17$; $a=14$; $b=1$; $c=12$; $d=7$; $f=11$;
$g=6$; $i=4$; e o quadrado

14	1	12
7	9	11
6	17	4

(d') $\qquad r>2\delta+q;\ r<2\delta+2q;\ 9=\frac{h}{2}+\delta;$

$$h>9+\frac{3q}{2};\ h<9+2q;$$

os valores $q=1$, $q=2$, não dão soluções em numeros inteiros;

$$q=3\begin{cases}h<15;\ h>\dfrac{27}{2};\\ h=14.\end{cases};$$

$$q=4\begin{cases}h<17;\ h>15;\\ h=16.\end{cases};$$

$$q=5\begin{cases}h<19;\ h>\dfrac{33}{2};\\ h=17.\end{cases};$$

d'aqui em diante os valores de q dariam $h>17$.

$q=3$; $\lambda=6$; $h=14$; $a=11$; $b=4$; $c=12$; $d=10$; $f=8$; $g=6$; $i=7$; e o quadrado

11	4	12
10	9	8
6	14	7

$q=4$; $\lambda=8$; $h=16$; $a=12$; $b=2$; $c=13$; $d=10$; $f=8$; $g=5$; $i=6$; e o quadrado

12	2	13
10	9	8
5	16	6

$q=5$; $\lambda=10$; $h=17$; $a=12$; $b=1$; $c=14$; $d=11$; $f=7$; $g=4$; $i=6$; e o quadrado

12	1	14
11	9	7
4	17	6

(e') $$r>2\delta;\ r<2\delta+q;\ 9=\frac{h}{2}+\delta;$$

$$h<9+\frac{3q}{2};\ h>9+q;$$

os valores $q=1,\ 2,$ não dão soluções inteiras e positivas para h;

$$q=3\left\{\begin{matrix} h<\frac{27}{2};\ h>12; \\ h=13. \end{matrix}\right\};$$

$$q=4\left\{\begin{matrix} h<15;\ h>13; \\ h=14. \end{matrix}\right\};$$

$$q=5\left\{\begin{matrix} h<\frac{33}{2};\ h>14; \\ h=15,\ 16. \end{matrix}\right\};$$

$$q=6\left\{\begin{matrix} h<18;\ h>15; \\ h=16,\ 17. \end{matrix}\right\};$$

$$q=7\left\{\begin{matrix} h<\frac{39}{2};\ h>16; \\ h=17. \end{matrix}\right\};$$

visto que não póde ser $h>17$.

$q=3$; $\lambda=6$; $h=13$; $a=10$; $b=5$; $c=12$; $d=11$; $f=7$; $g=6$; $i=8$; e o quadrado

10	5	12
11	9	7
6	13	8

$q=4$; $\lambda=8$; $h=14$; $a=10$; $b=4$; $c=13$; $d=12$; $f=6$; $g=5$; $i=8$; e o quadrado

10	4	13
12	9	6
5	14	8

$q=5$; $\lambda=10$; $h=15$; $a=10$; $b=3$; $c=14$; $d=13$; $f=5$; $g=4$; $i=8$; e o quadrado

10	3	14
13	9	5
4	15	8

$q=5$; $\lambda=10$; $h=16$; $a=11$; $b=2$; $c=14$; $d=12$; $f=6$; $g=4$; $i=7$; e o quadrado

11	2	14
12	9	6
4	16	7

$q=6$; $\lambda=12$; $h=16$; $a=10$; $b=2$; $c=15$; $d=14$; $f=4$; $g=3$; $i=8$; e o quadrado

10	2	15
14	9	4
3	16	8

$q=6$; $\lambda=12$; $h=17$; $a=11$; $b=1$; $c=15$; $d=13$; $f=5$; $g=3$; $i=7$; e o quadrado composto dos primeiros nove numeros impares

11	1	15
13	9	5
3	17	7

$q=7$; $\lambda=14$; $h=17$; $a=10$; $b=1$; $c=16$; $d=15$; $f=3$; $g=2$; $i=8$; e o quadrado

10	1	16
15	9	3
2	17	8

(f') $$r>2\delta-q;\ r<2\delta;\ 9=\frac{h}{2}+\delta;$$

$$h<9+q;\ h>9+\frac{q}{2}$$

os valores $q=1$, 2, não dão soluções inteiras e positivas.

$$q=3\begin{cases} h<12;\ h>\dfrac{21}{2}; \\ h=11. \end{cases};$$

$$q=4\left\{\begin{matrix}h<13\,;\,h>11\,;\\ h=12.\end{matrix}\right\};$$

$$q=5\left\{\begin{matrix}h<14;\,h>\dfrac{23}{2}\,;\\ h=12,\ 13.\end{matrix}\right\};$$

$$q=6\left\{\begin{matrix}h<15\,;\,h>12;\\ h=13,\ 14.\end{matrix}\right\};$$

$$q=7\left\{\begin{matrix}h<16;\,h>\dfrac{25}{2}\,;\\ h=15.\end{matrix}\right\};$$

porque sendo $h>2q$, para ser r positivo, não podem aproveitar-se os valores $h=13,\ 14$; d'aqui em diante nada produzem os valores de q pelo mesmo motivo.

$q=3$; $\lambda=6$; $h=11$; $a=8$; $b=7$; $c=12$; $d=13$; $f=5$; $g=6$; $i=10$; e o quadrado

8	7	12
13	9	5
6	11	10

$q=4$; $\lambda=8$; $h=12$; $a=8$; $b=6$; $c=13$; $d=14$; $f=4$; $g=5$; $i=10$; e o quadrado

8	6	13
14	9	4
5	12	10

$q=5$; $\lambda=10$; $h=12$; $a=7$; $b=6$; $c=14$; $d=16$; $f=2$; $g=4$; $i=11$; e o quadrado

7	6	14
16	9	2
4	12	11

$q=5$; $\lambda=10$; $h=13$; $a=8$; $b=5$; $c=14$; $d=15$; $f=3$; $g=4$; $i=10$; e o quadrado

8	5	14
15	9	3
4	13	10

$q=6$; $\lambda=12$; $h=13$; $a=7$; $b=5$; $c=15$; $d=17$; $f=1$; $g=3$; $i=11$; e o quadrado composto dos primeiros nove numeros impares

7	5	15
17	9	1
3	13	11

$q=6$; $\lambda=12$; $h=14$; $a=8$; $b=4$; $c=15$; $d=16$; $f=2$; $g=3$; $i=10$; e o quadrado

8	4	15
16	9	2
3	14	10

$q=7$; $\lambda=14$; $h=15$; $a=8$; $b=3$; $c=16$; $d=17$; $f=1$; $g=2$; $i=10$; e o quadrado

8	3	16
17	9	1
2	15	10

$$(g') \qquad r>2\delta-2q;\ r<2\delta-q;\ 9=\frac{h}{2}+\delta;$$

$$h<9+\frac{q}{2};\ h>9;$$

os valores $q=1, 2,$ não dão soluções inteiras;

$$q=3\left\{\begin{matrix} h<\frac{21}{2};\ h>9; \\ h=10. \end{matrix}\right\};$$

$$q=4\left\{\begin{matrix} h<11;\ h>9; \\ h=10. \end{matrix}\right\};$$

$$q=5\left\{\begin{matrix} h<\frac{23}{2};\ h>9; \\ h=11. \end{matrix}\right\};$$

devendo excluir-se o valor $h=10$; porque $h>2q$.

$q=3$; $\lambda=6$; $h=10$; $a=7$; $b=8$; $c=12$; $d=14$; $f=4$; $g=6$; $i=11$; e o quadrado

7	8	12
14	9	4
6	10	11

$q=4$; $\lambda=8$; $h=10$; $a=6$; $b=8$; $c=13$; $d=16$; $f=2$;
$g=5$; $i=12$; e o quadrado

6	8	13
16	9	2
5	10	12

$q=5$; $\lambda=10$; $h=11$; $a=6$; $b=7$; $c=14$; $d=17$; $f=1$;
$g=4$; $i=12$; e o quadrado

6	7	14
17	9	1
4	11	12

$$(h') \qquad r>2\delta-4q;\ r<2\delta-2q;\ 9=\frac{h}{2}+\delta;$$

$$h<9;\ h>9-q;$$

o valor, $q=1$, não dá soluções inteiras;

$$q=2\left\{\begin{matrix} h<9;\ h>7; \\ h=8. \end{matrix}\right\};$$

$$q=3\left\{\begin{matrix} h<9;\ h>6; \\ h=7,\ 8. \end{matrix}\right\};$$

quando $q=4$, nenhum dos valores de $h=6,\ 7,\ 8$, se póde aproveitar porque $h>2q$; e com mais forte razão acontece com valores de q superiores a 4. Temos assim:

$q=2$; $\lambda=4$; $h=8$; $a=6$; $b=10$; $c=11$; $d=14$; $f=4$; $g=7$; $i=12$; e o quadrado

6	10	11
14	9	4
7	8	12

$q=3$; $\lambda=6$; $h=7$; $a=4$; $b=11$; $c=12$; $d=17$; $f=1$; $g=6$; $i=14$; e o quadrado

4	11	12
17	9	1
6	7	14

$q=3$; $\lambda=6$; $h=8$; $a=5$; $b=10$; $c=12$; $d=16$; $f=2$; $g=6$; $i=13$; e o quadrado

5	10	12
16	9	2
6	8	13

Obtivemos portanto, além dos oito quadrados compostos dos primeiros nove numeros impares, mais 72 quadrados em que entram todas as parcellas, inferiores a 18, com que se póde formar a somma 81 d'aquelles nove numeros, e que se accommodam ás condições do problema, que são no caso particular exposto, a egualdade na somma 27 de cada uma das tres linhas horizontaes, de cada uma das tres linhas verticaes, e de cada uma das duas diagonaes.

Eis todos os quadrados reunidos :

$h < f$

3	17	7	7	17	3	11	13	3	15	5	7
13	9	5	5	9	13	1	9	17	1	9	17
11	1	15	15	1	11	15	5	7	11	13	3

2	17	8	8	17	2	10	15	2	16	3	8
15	9	3	3	9	15	1	9	17	1	9	17
10	1	16	16	1	10	16	3	8	10	15	2

4	17	6	6	17	4	12	11	4	14	7	6
11	9	7	7	9	11	1	9	17	1	9	17
12	1	14	14	1	12	14	7	6	12	11	4

3	16	8	8	16	3	10	14	3	15	4	8
14	9	4	4	9	14	2	9	16	2	9	16
10	2	15	15	2	10	15	4	8	10	14	3

4	16	7	7	16	4	11	12	4	14	6	7
12	9	6	6	9	12	2	9	16	2	9	16
11	2	14	14	2	11	14	6	7	11	12	4

5	16	6	6	16	5	12	10	5	13	8	6
10	9	8	8	9	10	2	9	16	2	9	16
12	2	13	13	2	12	13	8	6	12	10	5

4	15	8	8	15	4	10	13	4	14	5	8
13	9	5	5	9	13	3	9	15	3	9	15
10	3	14	14	3	10	14	5	8	10	13	4

5	14	8	8	14	5	10	12	5	13	6	8
12	9	6	6	9	12	4	9	14	4	9	14
10	4	13	13	4	10	13	6	8	10	12	5

6	14	7	7	14	6	11	10	6	12	8	7
10	9	8	8	9	10	4	9	14	4	9	14
11	4	12	12	4	11	12	8	7	11	10	6

6	13	8	8	13	6	10	11	6	12	7	8
11	9	7	7	9	11	5	9	13	5	9	13
10	5	12	12	5	10	12	7	8	10	11	6

$h > f$

3	13	11	7	5	15	11	1	15	15	1	11
17	9	1	17	9	1	13	9	5	5	9	13
7	5	15	3	13	11	3	17	7	7	17	3

2	15	10	8	3	16	10	1	16	16	1	10
17	9	1	17	9	1	15	9	3	3	9	15
8	3	16	2	15	10	2	17	8	8	17	2

4	11	12	6	7	14	12	1	14	14	1	12
17	9	1	17	9	1	11	9	7	7	9	11
6	7	14	4	11	12	4	17	6	6	17	4

3	14	10	8	4	15	10	2	15	15	2	10
16	9	2	16	9	2	14	9	4	4	9	14
8	4	15	3	14	10	3	16	8	8	16	3

4	12	11	7	6	14	11	2	14	14	2	11
16	9	2	16	9	2	12	9	6	6	9	12
7	6	14	4	12	11	4	16	7	7	16	4

5	10	12	6	8	13	12	2	13	13	2	12
16	9	2	16	9	2	10	9	8	8	9	10
6	8	13	5	10	12	5	16	6	6	16	5

4	13	10	8	5	14	10	3	14	14	3	10
15	9	3	15	9	3	13	9	5	5	9	13
8	5	14	4	13	10	4	15	8	8	15	4

5	12	10	8	6	13	10	4	13	13	4	10
14	9	4	14	9	4	12	9	6	6	9	12
8	6	13	5	12	10	5	14	8	8	14	5

6	10	11	7	8	12	11	4	12	12	4	11
14	9	4	14	9	4	10	9	8	8	9	10
7	8	12	6	10	11	6	14	7	7	14	6

6	11	10	8	7	12	10	5	12	12	5	10
13	9	5	13	9	5	11	9	7	7	9	11
8	7	12	6	11	10	6	13	8	8	13	6

(Continúa).

JUNIO DE SOUSA.

SOBRE O PLANO BITANGENTE AO TORO

Procuremos a equação da superficie, gerada por um circulo, que se move em torno d'uma linha exterior, situada no seu plano. Designando por R o raio do circulo, por l a distancia do centro ao eixo, e tomando para eixo dos z o de rotação e para plano dos xy o gerado pela linha l, serão

$$\left.\begin{array}{ll} z=a & y=0 \\ x^2+y^2=b^2, & z^2+(x-l)^2=\mathrm{R}^2 \end{array}\right\} (1).$$

as equações da generatriz e directriz.

Feitas as eliminações convenientes, chega-se á equação da superficie *o toro*

$$\mathrm{R}^2=z^2+(-l\pm\sqrt{x^2+y^2})^2 \quad (2).$$

O plano tangente no ponto (x_i, y_i, z_i) terá por equação

$$\left.\begin{array}{l} (z-z_i)z_i+(y-y_i)\dfrac{y_i(-l\pm\sqrt{x_i^2+y_i^2})}{\pm\sqrt{x_i^2+y_i^2}}+ \\ +(x-x_i)\dfrac{x_i(-l\pm\sqrt{x_i^2+y_i^2})}{\pm\sqrt{x_i^2+y_i^2}}=0 \end{array}\right\} (3).$$

Introduzindo a condição do plano passar pelo centro (origem das coordenadas) teremos

$$\left.\begin{array}{l} \pm zz_i\sqrt{x_i^2+y_i^2}+yy_i(-l\pm\sqrt{x_i^2+y_i^2}) \\ +xx_i(-l\pm\sqrt{x_i^2+y_i^2})=0 \end{array}\right\} (4),$$

e o ponto de tangencia ficará determinado pelas equações

$$\left.\begin{aligned} &R^2 = z_i^2 + (-l \pm \sqrt{x_i^2+y_i})^2 = 0 \\ &\pm z_i^2\sqrt{x_i^2+y_i^2} + y_i^2(-l \pm \sqrt{x_i^2+y_i^2}) + x_i^2(-l \pm \sqrt{x_i^2+y_i^2}) = 0 \end{aligned}\right\} (5).$$

Como apenas temos duas equações, conclue-se a existencia de uma infinidade de planos tangentes centraes, e o logar geometrico de todos os seus pontos de contacto será dado pelas equações (5).

Simplifiquemol-as, e assim virá

$$z_i^2 = \mp \frac{x_i^2(-l \pm \sqrt{x_i^2+y_i^2}) + y_i^2(-l \pm \sqrt{x_i^2+y_i^2})}{\sqrt{x_i^2+y_i^2}}$$

$$= R^2 - (-l \pm \sqrt{x_i^2+y_i})^2$$

e d'aqui

$$\pm \sqrt{x_i^2+y_i^2}(l^2 - R^2) = l(x_i^2+y_i^2);$$

assim as equações (5) ficam substituidas por

$$\left.\begin{aligned} z_i &= \pm \frac{R\sqrt{l^2-R^2}}{l}, \quad x_i^2+y_i^2 = \frac{(l^2-R^2)^2}{l^2} \end{aligned}\right\} (6)$$

que representam dois parallelos equidistantes do plano equatorial; d'onde se conclue que qualquer plano tangente central, tocando os dois parallelos (6), é bitangente.

Procuremos agora a intersecção com o toro do plano bitangente no ponto $(x_i y_i z_i)$, cuja equação, attendendo a (6), é

$$z\sqrt{l^2-R^2} = yy_i \frac{lR}{l^2-R^2} \pm xR\sqrt{1 - \frac{l^2 y_i^2}{(l^2-R^2)^2}}.$$

Como no plano equatorial a posição dos eixos x e y é arbitraria, fixemol-os de fórma que seja $y_i = 0$, e então a equação do plano será

$$z\sqrt{l^2-R^2} = \pm Rx \qquad (7).$$

A eliminação de z entre esta equação e (2) dará a projecção da intersecção no plano xy, e a equação d'esta curva será

$$R^2 = \frac{x^2 R^2}{l^2 - R^2} + (-l \pm \sqrt{x^2 + y^2})^2.$$

Feitas as operações, vem a equação

$$\left.\begin{aligned} x^4\left[\frac{l^2}{l^2 - R^2}\right]^2 + 2x\,\frac{l^2}{l^2 - R^2}(y^2 + R^2 - l^2) \\ + (R^4 + l^4 + y^4 - 2R^2 l^2 - 2R^2 y^2 - 2l^2 y^2) \end{aligned}\right\} = 0,$$

que, decomposta em factores, dá

$$\left.\begin{aligned} \left[x^2\,\frac{l^2}{l^2 - R^2} + y^2 + R^2 - 2Ry - l^2\right] \\ \left[x^2\,\frac{l^2}{l^2 - A^2} + y^2 + R^2 + 2Ry - l^2\right] \end{aligned}\right\} = 0.$$

D'aqui se conclue que a curva de intersecção se projecta segundo duas linhas de segunda ordem, dadas pelas equações

$$l^2 x^2 + (l^2 - R^2)(y \pm R)^2 = l^2(l^2 - R^2) \qquad (8).$$

Se transportarmos (8) ao plano bitangente, obtem-se por uma simples transformação de coordenadas a equação da curva de intersecção sobre o seu plano, e virá

$$x^2 + (y \pm R)^2 = l^2;$$

assim o plano bitangente corta o toro segundo dois circulos.

Coimbra, 1—3—91.

ANICETO XAVIER.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

VERSÃO DOS CARMES DE A. TIBULLO

LIVRO QUARTO

Carme primeiro

(A J. P. de Oliveira Martins)

À ti, Messala, canto; em que me aterrem
Tuas claras virtudes, que arreceio
Valer mal possam minhas debeis forças:
Comtudo tentarei. Mas, se em meus carmes
Teu devido louvor não brilha inteiro,
Sendo eu de taes acções a humilde penna;
(E quem, a não ser tu, póde os teus feitos
Em escriptos tecer que lhe não passem,
Por mais que diga, acções inda maiores);
Baste-me o haver querido: nem por fraca
A offerta engeitarás. Tambem a Phebo
Deu Cres mui gratos dons, e a Baccho Icaro,
Dos hospedes no bando o mais jucundo,
Como no puro ceu attestam astros,
O Cão e a Virgo, por que eterno viva.
Demais, Alcides, deus a entrar no Olympo,
Cruzou alegre de Molorcho a choça.
E nem o toiro com doiradas pontas
Aos immortaes cahiu victima sempre;
Applacou-os até qualquer migalha.

Seja-te, pois, tambem este apoucado
Trabalho, grato, e possa eu, em memoria,
Versos, a mais e mais, depois compor-te.
  Narre outrem do universo as maravilhas,
Como no immenso espaço o mundo assenta,
Como o mar se reprime em curvo bojo
E vago tente o ar surgir da terra,
Igneo o ether no todo o compenetre
E o ceu pendente sobrecerre tudo.
Quanto, porém, ousar a musa minha,
Ou digna de ti cante, o que a esperança
Logo por si denega, ou cante menos,
Por certo menos, tudo te sagrâmos;
Adorne um nome tal os meus escriptos.
  Da antiga estirpe sobram-te os louvores;
Sim! mas não basta ao teu ardor de gloria
De teus avós a fama, nem indagas
O que em cada retrato o lemma exponha.
  Da alta ascendencia tua as priscas honras
Lidas vencer; ganhando inda maiores,
Maior será teu lustre entre os vindouros.
  Os feitos teus, porém, conter não póde
O lettreiro da estátua, amplos volumes
Com verso eterno os sagrarão, e anciosas
Virão de toda a parte a prosa e o metro
Compor, e decantar os teus louvores.
  Quem será no concurso a melhor penna?
Fosse eu o vencedor, lograva a gloria
De o meu nome inscrever tantas façanhas!
Pois quem te excede em armas ou no foro?
Nem d'aqui, nem d'alli, teu elogio
É maior, é menor; tal a balança,
Se peso egual lhe opprime as conchas ambas,
Nem se abate esta mais, nem surge aquella,
E, quando o peso é differente, oscilla,
Vaga instavel, sobe um, desce outro prato.
Se em tumulto o inconstante povo freme,
Ninguem melhor o applaca; juiz fero
Cumpre abrandar, mitiga-o teu discurso.
  Um tal Nestor nem Pylos gerar conta,
Nem Ithaca gerou tamanho Ulysses,
Da pequena cidade egregia honra;
Velho embora vivesse aquelle, emquanto
Tres seculos Titan nas ferteis horas

Percorre o mundo, audaz este vagasse
Por ignotas cidades, até onde
Do mar a extrema vaga a terra cinge.
  Pois, se este rechaçou com arma adversa
As Cicones phalanges, nem aos Lotos
A marcha desviar lhes vale, e frustra
Na rocha Etnêa o morador Neptunio
Com lhe vasar os olhos, já vencidos
Do Baccho Maroneu; se o vento Eolio
A Antíphate o conduz em mar sereno,
E aos Lestrygões incultos que refresca
Da nobre Artácia a gelida nascente;
Nem os copos da Circe, unico, o mudam,
Bem que, estirpe do sol, tão habil fosse
Em transformar com mágicas e cantos
As fórmas primitivas; se entra as furnas
Obscuras dos Cimmerios, onde nunca
Do nascer ao cahir penetra o dia,
Ou corra a pino Phebo ou corra em baixo,
E, de Plutão no reino, a prole illustre
Dos numes viu errando em leves sombras,
E as praias das Sirenas deixa á popa;
Se, ao vogar nos confins de dupla morte,
Nem de Scylla o bramar impetuoso,
Entre as rabidas ondas serpeando,
Com os cães o apavora, nem Charybde
Violenta o devorou, como costuma,
Quer sublime surgisse em vaga enorme,
Quer, roto o pégo, a nu mostrasse o abysmo;
Nem se calem do errante sol os pastos
Violados, nem o amor e as ferteis veigas
D'Atlantida Calypso, nem a plaga
Pheácia, termo ás miseras viagens.
  E, quer visse tudo isto a nossa terra,
Quer a fabula desse a taes errores
Um mundo novo, seja-lhe fadiga
Lançar a barra além tua facundia.
  Eia, pois; como tu, ninguem da guerra
As artes sabe:—onde convém o fôsso
Emtorno aos arraiaes cavar seguro,
Como erriçar hostil a palissada,
Qual o sitio melhor para o vallado
Fechar, e aonde a terra as gratas aguas
Repuxe em fontes, com entrada facil

Aos teus, aos inimigos perigosa;
Como ao soldado esforce a assidua justa;
Quem remesse melhor tardio dardo
E a veloz seta, ou com pesado pilo
Rompa caminho, ou quem fugaz ginete
Saiba, apertando o freio, ter sujeito,
E dar ao vagoroso a redea solta,
Ou se arroje a galope na carreira,
Ou em curvetas, em galões o obrigue;
Quem prime no broquel, d'um lado e d'outro
Os impetos baldando ás grossas lanças,
Ou acerte, girando a funda, no alvo.
  Eis de Marte cruel as pugnas chegam.
Já das contrarias hostes as bandeiras
Frente a frente fluctuam desfraldadas.
Cabe-te agora da batalha o arbitrio:
Se é mister em quadrado unir as filas,
Para em frentes eguaes marcharem justas,
Ou se é melhor bater-se em duas alas,
Ter o soldado da direita em face
O da esquerda inimiga, e a esquerda a opposta,
Dando dupla victoria as alas ambas.
  Nem vaga em versos meus louvor ambiguo:
Canto o que eu proprio exp'rimentei nas guerras;
Da vencida Iapydia eu vi o forte
Soldado, e o da Pannónia astucioso,
Que entre os gelos dos Alpes vive esparso,
E vi tambem o misero Arupino,
Nas armas nado, a quem não quebra a edade
Senil, tornando assim menor assombro
Esses seculos tres da Pylia fama:
Renove-lhe Titán cem ferteis annos,
E comtudo o vereis agil de corpo
No celere corcel audaz mostrar-se,
E as fortes redeas moderar garboso.
  Sob o commando teu, elle, o que doma,
Que nunca as costas deu, sujeita o collo
Livre aos grilhões romanos. Mas não basta
Isto á tua ambição; mais nobres glorias
Te esperam: futuraram-m'as patentes
Verdadeiros signaes que a palma levam
Aos certos do Melampo Amythaónio.
  Do novo anno fecundo abrindo a aurora,
Tu cingias da purpura de Tyro

A veste refulgente, d'entre as ondas
Mais esplendido o sol a fronte erguia,
Davam tregua aos tufões discordes ventos;
No curso acostumado os curvos rios
O passo suspendiam, repousava
Na vaga bonançosa o mar sanhudo;
Nem ave alguma perpassava as auras
Subtis, nem entre os bosques embrenhados
Os asperos quadrupedes pasciam,
Quando o silencio aos votos teus convinha.
Jupiter mesmo, percorrendo o espaço,
O Olympo desampára, aos ceus vizinho,
E vem no leve carro a apresentar-se,
Prestar attento ouvido ás preces tuas.
Que a tudo annue, acena-o a cabeça
Verdadeira, e nas aras brilha o fogo
Mais amoravel sobre os dons impostos.
Vá, pois; ás mais magnanimas emprezas
Te arroja, um deus te exhorta, nunca vistos
Triumphos obterás que a todos pasmem.
Não deterá teu curso a Gallia adversa
Com o proximo Marte, nem a Hespanha
Audaz, d'extensas terras, nem o fero
Paiz, onde assentou Thereu colono,
Nem o que o Nilo banha, ou do Choáspes
A régia limpha, ou onde o veloz Gyndes,
De Cyro insania, em varias fozes sulca
Os campos Arecteus, ou vago o Araxe
Por limites ao reino impõe Tomyris,
Nem onde, celebrando impios convivios
Nas sevas mezas, o Padeu domina,
Vizinho a Phebo, a terra extrema, ou rega
Istro os Getas e Tánais os Mosynos.
Mas porque me dilato? em quantas plagas
Com ondas cinge o mar, não ha d'oppor-te
Nenhuma região contrárias armas.
Levando-lhe o Romano Marte, espera
Por ti Britano invicto, e a outra parte
Do mundo, além do termo onde o sol chega.
Pois no ar circumfluente o globo paira,
E em partes cinco se dispõe todo o orbe;
Duas devasta sempre o intenso frio
E densa sombra a superficie esconde;
A agua não segue o liquido caminho,

Que em duro gelo e neve se condensa;
Jámais ahi Titan esparge raios.
A do meio, porém, está sujeita
Sempre ao calor de Phebo, quer da terra
No estio o disco seu mais perto venha,
Quer dos hibernos astros a carreira
Fugaz apresse; n'ella ao solo a face
Em leivas não levanta o oppresso arado,
Nem fructo as messes dão, nem pasto os campos.
As terras nenhum deus ahi cultiva,
Nem Baccho ou Ceres, e animaes não vagam
Nenhuns nesses baldios abrazados.
Entre esta e aquellas que enrijesce o frio,
Fertil a nossa existe, e em parte opposta,
Em tudo egual á nossa, outra decorre,
As quaes, sendo do ceu a egual distancia,
Tempera o ar, que extingue e volve gratas
D'um lado e d'outro as encontradas forças.
D'isto nos vem a amenidade do anno
Com varias estações; aqui apprende
O touro a submetter ao jugo o collo,
E a trepar-se ao excelso ramo a vide;
Das messes annuaes maduro fructo
Aqui se colhe, o ferro os sulcos rasga
E de bronze o esporão retalha os mares,
E entre altos muros as cidades surgem.
Quando as tuas façanhas, pois, voarem
Nos preclaros triumphos, só tu grande
Serás chamado n'uma e n'outra zona:
Mas para alçar pregão de tantas glorias
Não sou eu digno assaz, se o proprio Phebo
Os inspirados versos me não dicta.
Comtudo tens quem póde apparelhar-se
Para as grandes proezas: esse é Valgio;
Ninguem do eterno Homero está mais perto.
Languidos ocios vis não m'os consente
O meu contínuo empenho, bem que adversa
Como sóe a fortuna, me fatigue.
Se em vivenda magnifica brilharam
Meus grandes faustos, se aos celleiros amplos
Os louros, vastos sulcos ordenados
A trasbordar enchiam, nem searas
Fecundas me faltavam, se os oiteiros
Em copioso tropel pascia o gado,

De sobra para mim e até superfluo
Para os ladrões, para os vorazes lobos;
Agora resta apenas a saudade:
E a magua sempre viva a recordar-me
Os annos, que lá vão, augmenta a magua.
Mas, embora mais aspera me caiba
A sorte, e do restante me despoje,
Não serás de meus versos esquecido.
  Nem só te sagrarei Pierias honras;
Por ti até do mar ás ondas bravas
Me atrevo, bem que os ventos reluctando
Hibernos vagalhões ás nuvens ergam;
Por ti eu, só, me opponho ás densas turmas,
E até á chamma Etnêa o corpo arrójo.
  Tudo o que sou é teu; de mim bem pouco
Vale o cuidado; a ti, comtigo seja
Toda a ventura; a mim nem Lydios reinos,
Nem do grande Gylippo a preferida
Fama me possa advir, nem dar-me anhelos
De ser auctor de Meleteas obras.
  A ti todo o meu verso se dedique,
Quer o estimem de cor, ou quer dos labios
A' superficie vague; nem a meta
De te cantar me marcarão os fados.
  Quando o tumulo emfim cubrir meus ossos,
Quer o tempo fatal me apresse a morte,
Quer longa espace a vida; ou vá, mudada
A fórma, ser corcel agil nos campos,
Ou do tardo armentio, eu touro, gloria,
Ou ave alar-me ao liquido ar nas pennas;
Logo que os longos tempos me volverem
Homem, irei no escripto interrompido
Os carmes proseguir a ti sagrados.

A. A.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

XIII

Proposta de Castilho no gremio da «Sociedade dos Amigos das Lettras» para uma solemne homenagem publica a Luiz de Camões.—Julho a setembro de 1836.—Procura dos ossos do grande Epico.—Opinião de Garrett.—Continua-se o mesmo assumpto, e discute-se.

(Continuado do n.º 3, paginas 207)

E n'isto se estava, quando outro amigo do grande Epico, o meu chorado mestre Visconde de Juromenha, movido do desejo de estudar por si este intricado problema, pediu, como particular, auctorisação, em 1854, ao senhor Patriarcha D. Guilherme para examinar em Sanct'Anna os sitios segundo os dados historicos; mas por essa mesma occasião, em 30 de dezembro de 1854, era nomeada pelo Governo do Duque de Saldanha uma Commissão official *ad hoc,* e a ella ficava tambem pertencendo o insigne biographo camoniano.

N'esta Commissão deixou de entrar Antonio Feliciano de Castilho.

Não se assustem os animos timoratos; deixou de entrar, por um motivo simplicissimo: acabava de pedir licença ao Governo, para uma excursão pedagogistica ao Rio de Janeiro, e partiu por esses dias.

Poderia hoje alguem, que ignorasse esta circumstancia, julgar que o excluiam a drede, ou por malevolencia, ou com o fito em não misturar n'esta nova Commissão elemento algum da antiga, e deixar os novos pesquisadores trabalhar alheios a influencia estranha e plano preconcebido; mas tal não era.

Malevolencia, não a podia haver, sendo Presidente do Conselho o Marechal, e Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, amigos de Castilho. O outro motivo tambem não, visto que dos membros da Commissão de 1836 entravam n'esta Gonçalo Vaz (então Visconde de Monção), e o Engenheiro Feijó.

A Commissão nova, composta dos vogaes Visconde de Juromenha, Visconde de Monção, Dr. Manuel José Fernandes Cicouro, Carlos da Silva Maia, João Maria Feijó, e o Conselheiro José Tavares de Macedo, trabalhou com todo o affinco, e foi de opinião diametralmente opposta á de Castilho.

Vamos por partes.

*

Castilho acceitava como boa e concludente a asserção de Faria e Sousa, quanto á remoção da ossada para o meio da egreja.

A Commissão de 1854 rejeitou essa asserção, e acreditava não terem os restos do Poeta sido jámais removidos do seu primeiro poiso á esquerda da antiga porta principal.

Essa, com effeito, é que era a chave da abobada de toda a argumentação; falhando ella, e dando-se por menos exacto n'este ponto o eruditissimo Faria e Sousa, caducava o parecer de Castilho.

O Visconde de Juromenha, que eu tanto desejaria me podesse agora ouvir, o Visconde de Juromenha, com cuja boa amisade de veras me honrei, o Visconde de Juromenha, escrevendo a Castilho, em outubro de 1858, uma longa carta (cujo autographo possuo) sobre tão encontradas opiniões, expende em primeira mão o sentir dos seus collegas, a quem provavelmente, como pratico, dirigiu e capitaneou; e tanto, que a Commissão, de que foi relator o Conselheiro Tavares de Macedo, pouco mais faz do que reproduzir esta argumentação de Juromenha. Cifrar-me-hei portanto a discutir aqui as palavras de Juromenha directamente a Castilho; combatendo-as, combato ao mesmo tempo o que repete o notavel pesquisador na sua biographia de Camões, impressa em 1860, e a referida Commissão no seu relatorio, impresso em 1880.

Oiçâmos pois, antes de mais nada, as palavras de Juromenha. Peço a maior attenção:

..... «Sinto—diz elle—não poder ser da opinião de Faria e «Sousa—que aliás muito respeito pelos grandes serviços prestados «á memoria do Poeta—e o qual he o primeiro que apresenta a «asserção da sepultura em outro lugar, não só porque alias sendo «tão indagador, não póde ser absolvido nesta occasião de descuido «por não vesitar o lugar, o que se manifesta por apresentar o «epitaphio errado, com a addição de Pedro de Maris das expres- «soens de *viveo pobre e miseravelmente,* erro que foi emmendado «logo na edição subsequente de 1614, mas porque alem disto é «contradicto o estimavel commentador por hum escriptor seu «contemporaneo que vesitava a sepultura do Poeta, e que nos «deixou a collecção mais copiosa de todos os epitaphios que ali «se reunião (1).»

Vou analysar, asserção por asserção, esse periodo. Importa porém saber, desde já, quem vem a ser esse *escriptor,* esse *contemporaneo* de tanto peso, que é assim contraposto a Faria e Sousa, esse indagador que Juromenha affirma *visitáva a sepultura do Poeta,* esse archeologo, emfim, que, segundo acabâmos de ouvir ao mesmo Juromenha, *nos deixou a collecção mais copiosa de todos os epitaphios, que ali* (no Mosteiro de Sanct'Anna) *se reuniam.*

Chamava-se Diogo Mouro de Sousa.

Para os meus leitores, como para os leitores do Visconde de Juromenha, como para o proprio erudito Visconde, esse Diogo Mouro de Sousa não passava de um desconhecido, até á occasião do apparecimento de certo volume de manuscriptos da antiga livraria da Casa das Necessidades, hoje conservado na Bibliotheca Real da Ajuda. Não é um d'aquelles homens, cuja fama, cujo peso moral, se impõem aos mesmos que lhes desconhecem as obras; é um obscuro *collector* de uma miscellanea de versos e prosas de

---

(1) Eis as palavras de Juromenha na sua Vida de Luiz de Camões:

«Falando da sepultura do Poeta, direi duas palavras sobre uma opinião que voga desde o seculo XVII, que a sua sepultura era uma campa que está ao meio da grade do côro, ficando parte do lado de dentro da Igreja; quem asseverou isto foi Faria e Sousa, que vemos que não visitou esta sepultura, pois traz o epitaphio errado; porem a sua opinião não pode sustentar-se á vista do testemunho de Diogo de Mouro de Sousa, que escrevia pelo mesmo tempo de Faria e Sousa, e o qual trasladou os epitaphios no proprio local, e os dá junto á porta principal á mão esquerda, e mais especialmente o do Chronista franciscano fr. Fernando da Soledade, que escrevia cerca do meado do seculo passado, e em consequencia mui posterior á asserção de Faria e Sousa, disendo que no anno em que escrevia, de 1739, n'aquelle mesmo local se encontravam as inscripções.» Vida de Luiz de Camões, *Obras,* tomo 1, pag. 154.

lavra alheia, collector como houve, e ha, muitos. Logo analysarei detidamente a tal miscellanea.

As palavras d'elle, que tanto impressionaram a Juromenha, e o obrigaram a rejeitar a asserção de Faria e Sousa, a quem aliás o Visconde muito respeitava, *pelos grandes serviços prestados á memoria do Poeta,* as significativas palavras que deslumbraram o grande biographo, e o levaram a consequencias cuja vacuidade vou tentar demonstrar, lêem-se a folhas 247; são estas, fielmente copiadas por mim na Ajuda:

«*A entrada da porta prinçi | pal de santana amaõ esque | rda, está ã sepultura do fa | mmoso Poeta Luis de camões | aqual man dou facer Dom | Gonçalo coutinho, naqual | estaõ postos estes ePhitap- | hios | EPhitaphios |*

(Segue-se o epitaphio latino mandado compôr por Martim Gonçalves, *Naso Elegis,* etc., sete dystichos; e a folha 248 vem a descripção dos azulejos da parede: «*E na parede Junto á sepultura está*» etc. É o azulejo mandado pôr a expensas de Miguel Leitão de Andrada).

Das palavras transcriptas conclue Juromenha que se tratava da primeira sepultura do Poeta, á mão esquerda da antiga porta principal, sendo aliás já mencionada, como o leitor acaba de ver, a campa mandada pôr por D. Gonçalo, e ficando assim prejudicada aos olhos do mesmo Juromenha a affirmação positiva de Faria e Sousa, da remoção do cadaver para o meio da egreja.

Castilho, repito, seguia a Manuel de Faria e Sousa, conhecido em toda a republica litteraria, commentador applicado e laborioso do Epico, quasi seu contemporaneo, litterato que sabia escutar e aquilatar as tradições, e cujas obras nos dão a medida do muito que valiam a sua intelligencia e o seu vasto saber, Faria e Sousa, enthusiasta muito particular de Camões, e que parece ter sido o primeiro que diligenciou ver erguido um monumento artistico ao Poeta, Faria e Sousa, emfim, que levou vinte e cinco annos a commentar os *Lusiadas,* examinou mais de mil auctores (elle proprio o affirma), e levantou ao grande Cantor um verdadeiro monumento litterario!

Juromenha seguia a esse tal Diogo Mouro de Sousa, que ninguem conhece, obscuro compillador de uma collecçãosinha manuscripta, que chegou ás mãos do insigne biographo camoniano moderno, e que os exploradores de 36 nunca tiveram occasião de ver.

É importantissimo, como trabalho prévio, examinar o gráu de veracidade que merecem os dois informadores: Manuel de Faria, e Diogo Mouro.

Vejamos.

*

Encantado com o descobrimento casual do manuscripto d'este ultimo, e dando-lhe, me parece, mais attenção do que elle merecia, trata desde logo Juromenha de invalidar e pulverisar o depoimento (aliás importante) de Faria e Sousa, «o primeiro que apresenta «a asserção da sepultura em outro logar.» Entende-se bem que esse depoimento o contrariasse; e, como tactico habil, procura pôl-o fóra de combate; isto é, procura encravar uma bocca de fogo ao adversario.

E para tal fim, o que faz?

Diz que não merece fé o depoimento.

E porque não merece fé?

Porque, apezar de muito indagador, commetteu Faria e Sousa o desleixo de não visitar o logar do sepulcro do Poeta em Sanct'-Anna, vivendo o mesmo Faria por varias vezes em Lisboa.

Em que se funda tal accusação de desleixo, imperdoavel n'um homem meticuloso, miudo, e a quem o commentario historico ou mythologico de um nome ou de um termo leva ás vezes longo espaço?

Unicamente no seguinte: em trazer Faria e Sousa o epitaphio errado, isto é, com a simples addição das palavras *viveu pobre e miseravelmente,* que os biographos escreviam, copiando-se uns aos outros, mas que em realidade não se liam na loisa.

E argumenta Juromenha:

Trazes o epitaphio errado? ahi está a prova clara de que não visitaste o logar da sepultura do Poeta; logo, as tuas asserções ácerca da posição da dita sepultura não merecem credito.

Ora quanto a mim, esse lapso só prova que Faria e Sousa não teve ensejo, ou tempo, ou paciencia, de copiar por seus olhos o *epitaphio,* mas não prova, nem póde provar, que não visse o *sitio* da sepultura. É inverosimil que um tal homem deixasse de visitar a egreja onde descançava o seu illustre Epico; e o ter errado a transcripção do epitaphio d'elle não prova que não tivesse visto a campa.

Não se prova que não a visse; e ha noventa e nove probabilidades e tres quartos, sobre cem, de que a viu.

Todos os que lidam com este genero de estudos, sabem a facilidade fatal, com que, por ommissão e commissão, se erram e deturpam, insensivel e inconscientemente, as inscripções transcriptas até em livros mui conscienciosos.

Umas vezes é o copista pouco observador, ou pouco pratico, ou está com pressa, ou a pedra é alta e a luz pouca; outras vezes, quem erra é o seu amanuense; outras é a typographia, que, por falta de lettras inclusas ou conjunctas, altera a genuinidade do texto lapidar; outras vezes são os vulgarisadores, que, por maior clareza, entendem dever desdobrar abbreviaturas. Aqui, é uma falta de maiusculas; acolá um V por um U, ou vice-versa; mais além um S por um 5; n'outra parte um AM por um ÃO; n'outra parte, uma data arabiga por uma data romana; n'outra, emfim, a partição das linhas inexacta. É frequentissimo reconhecer essas alterações em inscripções aliás examinadas pelos mais graves auctores de historia. Digam-n'o Coelho Gasco, D. Rodrigo da Cunha, Marinho de Azevedo.... e quantos mais!

Se assim é (e é de certo) não podemos decidir por aquelle indicio, e em ultima instancia, que Manuel de Faria e Sousa commetteu o indesculpavel *descuido* de não *visitar o logar* da sepultura de Camões.

Não visitou? porquê? apenas porque na sua relação apparece inexacto o epitaphio mandado pôr por D. Gonçalo!!

Ora a tantas causas se póde esse engano de Faria attribuir (quando, de mais a mais, vemos que nas suas duas *Vidas* de Camões impressas, e no original autographo, conservado na Bibliotheca d'el-Rei, discorda a orthographia do mesmissimo epitaphio), que seria de certo muito arriscado deduzir d'esse engano, que um tal e tão applicado homem nunca tivesse a justa curiosidade de subir até Sanct'Anna, para examinar, se não o epitaphio, ao menos o sitio, quasi sagrado, da ultima jazida do grande Cantor.

Pois não podia Faria e Sousa, por brevidade, ter deixado de copiar de sua mão o lettreiro, e ter-se confiado cegamente á lição de Pedro de Mariz?

—Mas—diz-se—essa lição erronea veiu logo emendada na edição subsequente do mesmo Mariz; portanto, o lapso de Faria é indesculpavel.

E quem nos affirma que este possuisse a nova edição emendada?

Por ultimo: o erro do epitaphio, commetteram-n'o outros, e nem por isso são accusados de descuido e negligencia, nem acoimados de suspeitos; a saber:

depois de Faria e Sousa, quasi todos os biographos do Epico;

antes de Faria e Sousa, Manuel Severim de Faria, Manuel Corrêa, e Pedro de Mariz, o seu primeiro biographo.

Logo, porque ha de carregar sobre Faria e Sousa o peso todo da accusação? Por ser preciso arredal-o do campo?! Parece-me.... pelo menos pouco justo.

*

Vamos a exemplos, que mostrarão bem claro a improcedencia de tal accusação.

Não conhecerei eu o Terreiro do Paço? Não saberei descrever minuciosamente a orientação do monumento, a sua composição geral, a sua significação historica? certamente; mas ignoro a inscripção do plintho, e copio-a de um roteiro que tenho á mão. Está errada, e eu portanto dou-a errada. Poderá dizer-se que não visitei o monumento? que não sei a sua posição?

Outro exemplo:

Tratando de estudar antiguidades da dominação romana, chego a umas lapides patentes algures em Lisboa. Vejo-as, meço-as, tomo nota do sitio; mas, cançado de outros trabalhos, exhausto de outras copias, ou abhorrecido, ou leviano, digo comigo:

—Não preciso ter a secca de copiar isso que estou vendo. Logo descançadamente copiarei tudo das *Portugalliæ Inscriptiones* de Levy.

Chego a casa, copio as inscripções. Imprimo-as n'um livro. Estavam erradas.

E um critico, d'aqui a duzentos annos, escreve (como o illustre Juromenha):

— *Sinto não poder ser da opinião de Fulano..... porque, sendo aliás tão indagador, não póde ser absolvido, n'esta occasião, de descuido por não visitar os logares, o que se manifesta por apresentar as inscripções erradas.*

Pois equivocou-se de meio a meio o critico. Eu visitei o Terreiro do Paço, examinei a estatua, medi as lapides romanas, descrevi ao certo o sitio de todas ellas; o meu crime foi fiar-me na lição alheia.

Ha mais:

Garrett na nota do seu poema, ao transcrever o epitaphio de Camões, tambem o erra com a tal addição do *viveu pobre e miseravelmente;* e ninguem insinuará, creio eu, que um tal homem não conhecesse a 2.ª edição de Mariz, e a Chronica dos Franciscanos, e não tivesse estudado a materia, e não podesse formar um juizo claro. Enganou-se. Quem se não engana?

Mas ha ainda mais, e mais frisante:

Na sua carta a Castilho, Juromenha erra o nome de Diogo Mouro de Sousa, e chama-lhe *Diogo de Sousa Mouro*. Na sua biographia do Epico, traz com graves inexacções as transcripções que faz d'esse compillador seu favorito, e na nota 83, a pag. 511

*

do tomo I, erra consideravelmente a transcripção do proprio titulo da tal miscellanea. E quererá alguem inferir d'esses lapsos, que o estudioso e conscienciosissimo biographo não viu por seus olhos, e não manuseou, o manuscripto d'aquelle collector, a que ligava tanto apreço? Ninguem o quer.

Portanto: para mim a secundaria questão de ter Faria e Sousa errado, na transcripção, o epitaphio de Camões, não prova, nem póde provar, que o insigne commentador tivesse deixado de visitar a sepultura do Epico, e não soubesse ao certo o logar d'ella: isto é: que, tendo estado primeiro á esquerda da porta principal, tinha sido transferida para o meio, quasi, da egreja. Logo (aos meus olhos) a asserção de Faria e Sousa, o primeiro que a apresenta, não merece o desprezo summario, com que o meu bom Visconde de Juromenha a atira para o cesto dos papeis velhos; não o merece, porque não é absurda; não o merece, porque não é inverosimil; não o merece, porque vem de um homem muito douto, muito *indagador,* e livre de suspeição moral (de mais a mais, a fraude, a poder admittir-se, era inutil n'este caso); não o merece, porque a sua affirmação não contraría asserções anteriores de contemporaneos; não o merece, porque é positiva, é impressa na presença de um publico, do qual boa parte sabia a verdade; não o merece, porque é certo que não foi contradicta por escriptor algum antes de Juromenha, duzentos e seis annos depois da morte de Faria e Sousa; não o merece, emfim, porque seria impossivel affirmar semelhante coisa se fosse falsa, e affirmal-a com aquelle luxo de minucia exacta, *casi a la mitad de la Iglesia.*

*

Tavares de Macedo no Relatorio que escreveu dos trabalhos da Commissão de 1854, cujo era secretario, tambem erra o nome de Mouro, chamando-lhe *Diogo* DE MOURA *de Sousa.*

Chama á indigesta miscellanea *collecção de* NOTICIAS.

Diz que sendo essa collecção manuscripta feita em 1638, o foi «portanto já posteriormente ao tempo em que Faria e Sousa fazia «os seus estudos.» Ora sabemos que Faria, fallecido em 1649, publicou os Commentarios aos *Lusiadas* em 1639; d'onde se vê que a observação nada prova.

Transcreve Tavares de Macedo as palavras de Mouro; depois, diz:

«E continua, depois dos epitaphios bem conhecidos: *E na «parede,* &.»

Ora é certo que Mouro não traz *os epitaphios* (o portuguez e o latino), mas só *o epitaphio* latino; o que faz differença, e demonstra a ligeireza, com que o auto se engendrou! e a ligeireza ainda maior, com que o testemunho de Faria e Sousa é calcado aos pés!!

*

Diogo Mouro de Sousa (paremos uns minutos a examinal-o) parece ter sido um sujeito qualquer, sem cotação litteraria; não apparece mencionado na *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado; nem no *Diccionario bibliographico* de Innocencio Francisco da Silva; nem na *Bibliotheca historica* de José Carlos Pinto de Sousa; nem na *Bibliographia historica* de Jorge Cesar de Figanière; nem no *Diccionario bibliographico militar* do sr. Francisco Augusto Martins de Carvalho. Sabe-se apenas, porque elle o diz, a fl. 35 e 37 do seu pifio volume manuscripto, que era sobrinho de um tal Gaspar Fogaça, versejador. Ficamos na mesma; não sei quem fosse Gaspar Fogaça; talvez irmão de um João Fogaça, que em 1591 imprimiu certa traducção mencionada por Innocencio.

Isto tudo, *a priori*.

Examinando o tal volume que deslumbrou a Juromenha, vemos que Mouro de Sousa não passa de um collector superficial de inscripções a esmo; mas não juntava só isso; nem sequer se póde dizer que era especialista do genero. Juntava *por sua corioside* (como elle diz) *m.tas e diuersas Poesias, de defferentes sogeitos;* e além d'isso *alguns ephitaphios de differentes sepulturas,* e tambem *outros m.tos applaudidos.*

Sim; juntava poesias de *defferentes sogeitos,* e *ephitaphios applaudidos* (!), e talvez muitas outras coisas heterogeneas, como alguem poderá juntar autographos, estampilhas, bengalas, botões de regimentos extinctos, e cartazes de theatros, sem merecer foros de *especialista* de coisa alguma; é um curioso. Entretinha-se o Mouro n'esses passatempos, que o divertiam, e aos seus amigos. Estava no seu direito.

Mas onde, e em quê (pergunta o bom senso) se firma, como em alicerce de granito, o conceito *litterario* que elle merece, para ser contraposto, ao cabo de dois seculos, a um Faria e Sousa? Onde se estribam os foros *litterarios* e *criticos,* que a nós outros deve merecer, segundo Juromenha, aquelle pobre compillador? Nada saberia fundamentar um tal conceito. Nenhuma obra, propria ou alheia, o motiva. Esse conceito é completamente nullo. E ao

passo que o insigne Juromenha teria de acceitar e confessar estas verdades, viu-se obrigado pela sua lealdade a declarar a Castilho (como o leitor observou), que muito respeitava a Faria e Sousa *pelos grandes serviços prestados á memoria do Poeta,* e viu-se forçado a chamar-lhe *tão indagador;* encomios esses, que ninguem poderia conferir a Diogo Mouro.

Direi mais: nada auctorisava Juromenha a chamar-lhe *escriptor*. Um homem que se limita a copiar, por desenfado, e a eito, lettreiros, versos, epigrammas, tudo alheio, não passa de copista. Um copista não é um *escriptor;* quando muito, póde ser um amanuense de secretaria (como eu já fui).

*

Comtudo Juromenha, na sua obcecação inexplicavel, escreve a Castilho, na citada carta, que esse *escriptor* (ou antes collector indigesto de miscellaneas) *visitava a sepultura do Poeta*.

Por onde se demonstra isso? Por vir certa a inscripção? Não basta esse indicio, como mostrei *a contrario sensu*. Venha outro.

Dil-o o proprio Mouro? Não o diz.

Dil-o alguem? Ninguem.

Logo, ao passo que é muito mais que *provavel* que Faria e Sousa visitasse a campa em Sanct'Anna, é impossivel *affirmar* que Mouro a visitasse.

*

Diz mais Juromenha a Castilho, que este mesmo Mouro de Sousa «*nos deixou a collecção mais copiosa de todos os epitaphios «que ali* (em Sanct'Anna) *se reuniam.*»

Custa a crer o que estou lendo da lettra de Juromenha!!! e agora, não me repugna pensar que o infatigavel trabalhador houvesse, n'este ponto, curado apenas por alheias informações erroneas.

Pois é admissivel que o Visconde de Juromenha tivesse examinado a fundo a miscellanea de Mouro de Sousa, (miscellanea onde nenhum epitaphio de Sanct'Anna, a não ser o de Camões, se encontra), e affirmasse tão levianamente, a um homem cuja doutrina elle estava combatendo, que na dita miscellanea se encontrava *a collecção mais copiosa de todos os epitaphios que ali se reuniam?!!!*

Ou eu estou sonhando, ou não sei ver.

Não houve falsa-fé no meu excellente Juromenha; affirmo-o; é até escusado (é quasi uma inconveniencia) affirmal-o; mas houve superficialidade indesculpavel no exame que elle fez do livro; ou houve muito culpavel leviandade, ou infamissima traição, no seu informador (fosse quem fosse).

Não. Mouro não colleccionou (pelo menos n'este volume) as inscripções da egreja monachal de Sanct'Anna; e as mesmas que apresenta (pouquissimas) de uma duzia de templos de Lisboa, e de outros varios da provincia, e de Hespanha, nada, absolutamente nada, nos induz a crer que as copiasse todas dos seus proprios sitios, como certamente não recebeu da mão de *todos* os *defferentes sogeitos* as poesias que se divertiu a armazenar no seu album, ou coiseiro, sem plano, sem motivo, mas por uma certa mania aliás louvavel.

Repito: não vejo pois em que se fundava Juromenha para dizer em 1858 a Castilho, que Mouro «visitáva a sepultura do Poeta» (quando é certo que nem se sabe que Mouro vivesse em Lisboa); e para escrever em 1860, na sua Vida de Camões, que o dito Mouro «trasladou o epitaphio *no proprio local.*»

Não será isso (salvo todo o devido respeito) uma especie de illusão optica, uma miragem inconsciente da boa vontade do honrado Juromenha?

*

O livro de Mouro (duas palavras a respeito do decantado livro) tem o titulo seguinte:

LIURO DE DIOGO MOURO DESOUSA, OQUAL | ELLE ESCREUEO POR SUA CORIOSIDE; DEM^{tas} | & DIUERSAS POESIAS, DE DEFFERENTES SO== | GEITOS; & DE ALGUNS EPHITAPHIOS DE DI== | FFERENTES SEPULTURAS DIGNOS DESENOTARẼ; | & DE OUTROS M.^{tos} APPLAUDIDOS QUE TODOS | UÃO MESTURADOS, IMPORTA A QUEM QUER | QUE PASSAR ONAÕ COMONIQUE, PORQUE ´UAÕ | NELLE COUSAS QUE IMPORTAÕ REPUTAÇAÕ | ALHEA. FEITO NO ANNO 1638 |

É um 4.º grosso, de 499 folhas numeradas só na frente; a ultima é toda branca, por fórma que em realidade o volume termina na folha 498 v.

Contém poesias a assumptos sacros, enigmas, sonetos amatorios, versinhos facetos a tal ou tal anecdota, pasquins, glosas, sonetos com os consoantes obrigados, lettreiros, etc.

N'este pandemonio ha obras de auctores castelhanos, e portu-

guezes, uns conhecidos, outros muito obscuros. Ahi encontramos D. Luiz de Gongora, D. Francisco de Quevedo, Lope de Vega Carpio, o Conde de Salinas, o Marquez de Alemquer, o Conde de Villamediana, Lupercio Leonardo de Argensola, etc., e o Licenciado Henrique Nunes de Santarem, Fernão Corrêa, Fernão Rodrigues Lobo Soropita, D. João Soares, o Capitão Luiz de Castro, Francisco Nunes de Avila, o Conde de Portalegre D. João da Silva, Pedro da Costa Tavares, D. Francisco de Portugal, Simão Torresão, D. Thomaz Jordão de Noronha, e até Luiz de Camões entra no rol com uns epigrammas.

Vê-se que este collector armazenava tudo quanto lhe agradava, viesse d'onde viesse. Ha ali desde as canções ao Divino, até ás bagatellas maledicentes, *que importaõ* (como elle diz) *reputaçaõ alhea*. Em tempo em que a Imprensa não tinha a expansão que hoje tem, eram vulgares estas miscellaneas; não ha collecção de manuscriptos, que não as possua. Os cancioneiros eram aquillo, e não outra coisa.

A folhas 202 começam:

LETREIROS UARIOS A DEFERENTES | SEPULTURAS DIGNOS DESE | NOTAREM.

Vejamos.

Ha um de certa ermida *junto ao mosteiro de Victorino* (das Donas?); outro junto á Atalaya, sitio onde se deu uma batalha; outro perto de Lanhoso; outro a baixo de Villa Larinho (sic); outro no Gardão (sic); outro em Ciudad-Rodrigo; outro na freguezia de S. Miguel perto de Elvas; outro em S. Lourenço de Almofala; outro perto de Guimarães; outro junto a Bobadilha; outro em Malhada Sorda; outro em Valverde; outro em Malpartida (no termo de Almeida?); outro no logar de Gualteiro; outro perto do Sabugal; outro na Lixa; outro perto de Trancoso; outro em Almada; outro na Aldeia da Ponte; outro em Ferreirim; outro em Coimbra; outro em Chucendo (?); outro em Lisboa no cruzeiro da Graça; outro no claustro da mesma egreja; outro em S. Mamede de Lisboa; outro em S. Francisco; outro em S. Pedro de Alfama; dois em S. Vicente de fóra; outro em Sancta Iria de Santarem; outro em Sancto Antonio dos Capuchos; outro em Campo-Maior; outro n'uma egreja do Porto; outro no Carmo (do Porto?); outro em Alcalá; quatro sem indicação de sitio; aqui entra uma poesia de Lope de Vega á morte de D. Rodrigo Caldeiron (sic); outra de D. Luiz de Gongora ao tumulo de certa Rainha em Cordova; outra do mesmo ao mesmo assumpto; outra ao já citado D. Rodrigo; nove sonetos varios em tom de epitaphio; nove poesias funebres

de diversos auctores; um epitaphio em Sancto Antonio de Souzel; outro na mesma villa; o de Camões, em latim, na egreja de Sanct'-Anna de Lisboa, e a descripção dos azulejos de Andrada; outro epitaphio á porta da Inquisição; outro na Graça; outro sem logar indicado; outros dois no Carmo. E eis ahi tudo que se contém n'esta secção, quasi toda ella epigraphica, do livro que estamos analysando.

É uma mixtella semsabor, sem authenticidade, sem methodo, sem pormenores, que possam abonar o *de visu,* e que emfim não inspira a minima confiança. Esses lettreiros nem ao menos veem em caracteres romanos, ou gothicos, imitando com certa exacção os lapidares; são em cursivo, sem individualidade, sem caracteristico algum.

O homem (diga-se a verdade) não desejava senão conservar um ou outro lettreiro interessante, gracioso, que o fizesse rir, que tivesse chiste, que na sua concisão mostrasse certa eloquencia sentenciosa, ou se referisse a alguma anecdota, ou lhe lembrasse um caso, que elle se entretinha em narrar. Mouro em epigraphia era o que foi em litteratura: um curioso inoffensivo. Nunca houve *moiro* tão manso em Fez ou em Tetuão. Não lhe quero o mais leve mal, note-se; e tel-o-hia deixado dormir a somno solto no seu *aduar* da Ajuda, se não fossem os enthusiasmos menos considerados (e por assim dizer hostís) de Juromenha, o homem aliás mais benevolo do mundo!

*

Agora, que já o leitor conhece melhor o que é, e o que vale, o livro de Diogo Mouro (nome que só pertence á primeira pagina, a do titulo, e só se refere á propriedade e posse d'aquelles cadernos de papel almaço), voltarei a examinar o que elle diz da sepultura de Camões.

Eis aqui outra vez as suas palavras:

A entrada da porta prinçipal de santana amaõ esquerda, estâ ã sepultura do fammoso Poeta Luis de camões aqual mandou facer Dom Gonçalo coutinho, naqual estaõ postos estes ePhitaphios.

(Segue o epitaphio latino).

O que me parece bem provavel, é que Mouro, sem ter ido a Sanct'Anna, tomasse como certa, e fez bem, a noticia que lhe deram, ou elle leu, do enterro de Camões á parte esquerda da porta principal; e não soube, ou o seu informador não soube tambem, a transferencia da ossada para o meio da egreja, *casi a la mitad de la Iglesia.*

A affirmação d'elle é pois verdadeira, mas incompleta, e não vem *contradizer,* como pensou Juromenha, as affirmações de Faria e Sousa.

Palavras de Juromenha:

«É contradicto o estimavel commentador por um escriptor seu «contemporaneo, que visitava a sepultura do Poeta.»

Contradicto? como?! Um auctor *contradiz* outro, quando nega um facto asseverado por esse, ou quando chama preto ao que outro chamou branco; mas um auctor não *contradiz,* me parece, quando concorda com metade da asserção de outro, e ommitte a metade restante.

Esta distincção é necessaria.

Temos de uma banda um Faria e Sousa, que diz que o Poeta foi transferido para logar diverso do primeiro onde o sepultaram.

Temos da outra parte um Diogo Mouro, que fala na primitiva sepultura, e, mencionando o epitaphio novo, ommitte a circumstancia da mudança do logar.

Será isto, em boa hermeneutica litteraria, *contradizer?* Não; certamente não.

*

Um simile esclarecerá melhor o que talvez eu não expressei bem.

O Visconde de Juromenha morou muito tempo na quinta denominada «do Sarmento» junto a Carnide; e nos dois ultimos annos (pouco mais ou menos) da sua vida morou em Lisboa, na casa dos Leites, Viscondes de Veiros, na esquina do antigo largosinho de S. Thomé para a antiga rua do mesmo nome (hoje rua do Infante D. Henrique), n.º 68. É certo.

Supponhâmos que um seu biographo, alto indagador, homem de probidade, affeito a estudos serios, e por elles conhecidissimo (designal-o-hemos pela lettra A), escreve isto:

O meu biographado Visconde de Juromenha vivia na quinta do Sarmento, em Carnide, d'onde se mudou para o predio em que veio a fallecer, na rua do Infante D. Henrique, esquina meridional do antigo largo da egreja de S. Thomé, numero.....

Hesita, e pára, por não saber de cór o numero de uma habitação que elle aliás conhece muito bem, por onde tem passado centos de vezes, e onde até entrou. Informa-se, escrevendo a um bairrista; chega-lhe o numero errado, e elle escreve-o e imprime-o errado.

Passa em julgado, e adopta-se, a informação do biographo.

Uma vez, d'aqui a muitas dezenas de annos, apparece n'uma carta, ou n'um apontamento qualquer de um sujeito desconhecido, a quem designaremos pela lettra **B**, isto assim:

Juromenha vivia na quinta do Sarmento junto a Carnide.

E um pesquizador do seculo XXII diz:

Sinto não poder ser da opinião de Fulano **A**,..... *porque, sendo aliás tão indagador, não póde ser absolvido, n'esta occasião, de descuido, por não visitar o logar, o que se manifesta por apresentar errado o numero do predio, segundo está verificado. Juromenha não habitou em S. Thomé, porque apparece o testemunho do manuscripto do Cicrano* **B**, *papel feito cincoenta annos depois da morte do mesmo Visconde, e que o dá só como morador em Carnide. Este depoimento contradiz o outro.*

Não creio que *contradiga*. O que vejo é que o segundo escriptor (**B**) não errou, e o primeiro (**A**) não só não errou, mas adiantou. O segundo foi exacto, mas incompleto; e o primeiro, apezar de ter o numero da porta falho, não deixa de merecer todo o credito quanto ao sitio que indica; tantas circumstancias topographicas não se inventavam. Dizer o segundo (**B**) menos que o primeiro (**A**), não me parece que seja *contradizel-o*, ou *contestal-o*, ou *impugnal-o*, ou *contradictal-o*, ou *contrarial-o*, ou *oppôr-se-lhe*, ou *atacal-o*, ou *negar* e *repulsar a sua verdade*.

É perfeitamente o caso dos depoimentos de Faria e Sousa e Mouro de Sousa.

Outro exemplo:

Os escriptores apontados lá em cima dão a Camões sepultado em Sanct'Anna.

Chega outro, e diz:

—É falsa a asserção, porque ahi temos Carvalho da Costa, o laborioso auctor da *Chorographia*, que, sendo aliás tão indagador, não menciona tal sepultura ao descrever a egreja de Sanct'Anna.

Pergunto: acertaria acaso quem argumentasse com essa simples *ommissão* de Carvalho da Costa?

Vamos a diante.

*

Juromenha, e a Commissão de 1854, davam peso a uma chamada *tradição* das Monjas, que dizia acharem-se os ossos á mão esquerda da antiga porta, tradição (palavras textuaes de Juromenha) «transmittida por uma secular de 86 annos de idade, e de casa «62, a qual, bem como a respeitavel Abadessa, havião ali conhecido

«huma freira fallecida no anno de 1830, na provecta idade de alem «de cem annos.»

Com a devida cautella, isto nada prova; absolutamente nada. Essa senhora de oitenta e seis annos, não será a mesma que em 1836 Castilho e os seus companheiros consultaram, segundo acima se disse? Essa senhora optou, sem mais exame, e não se sabe com que fundamento historico, pelo lado esquerdo da porta entupida (a antiga porta principal), seguindo, supponhâmos, o que lêra, ou ouvira ler, em algum biographo antigo. Essa mesma senhora é, com muitissima probabilidade, a auctora do quarto de papel manuscripto de dezassete linhas e meia, que possuo, e que se refere, com tanta ingenuidade e adoravel singeleza, aos *Livros piquenos intitulados Luciadas de Luis de Camões*.

(Note-se que não ha da minha parte a minima intenção de desrespeito para com a informadora dos exploradores de Sanct'Anna).

Mas essa senhora, de oitenta e seis annos em 1855, nascera em 1768; portanto, depois do terremoto, e longissimo dos factos quinhentistas que nos interessam agora.

Objecta-se porém:

—Tinha ali conhecido uma Freira de cem annos em 1830.

Podia conhecer; mas, dado mesmo que a centannaria tivesse estudado tal questão, enfadonha até para especialistas, e tivesse tido meio de formar opiniões valiosas, era moderna; essa senhora nascêra por 1730. Como servia para testemunha, ou sequer para guia n'este labirinto, tendo entrado no Mosteiro depois que se achava feito o côro de baixo, e as memorias camonianas do dito Mosteiro quasi tão obliteradas então como hoje?

Não nos deixemos levar de miragens, que a um homem douto, de boa fé, e de claro juizo, como Juromenha, não devem transviar. Essas tradições em Mosteiros femininos pouquissimo ou nenhum credito podem merecer á luz da critica. Vejam a boa Soror Maria do Baptista com as tradições do Salvador! As sanctas Monjas não curam, por via de regra, de discussões litterarias; o seu estudo é outro; não andam a excavar a terra e a procurar ossos; desprezam a terra; os ossos são pó, cinza, e nada. O mundo d'ellas é mais alto: é o Céo.

As tradições n'estas boas e sanctas Casas monachaes entroncavam quasi sempre em mysticismo exagerado, e n'elle desfechavam.

Conta Frei Luiz de Sousa com a sua eloquencia habitual, ao falar em certo Mosteiro de Lisboa, o caso sobrenatural de uma Missa nocturna, «officiada— diz elle— com toda solemnidade de «vozes e festa;» e conclue o grande estylista:

«Este successo, e visão, devia dar principio a duas tradições «recebidas n'esta casa por todas as moradoras d'ella, e auctorisada

«com antiguidade de muitos annos: uma, de virem os Anjos assistir «e cantar n'aquelle côro; a outra, que foi sagrada a egreja não «por ministerio de homens, senão de Anjos.»

Estas é que são as *tradições* genuinas dos Mosteiros. O modo como fosse enterrado, mais á direita, mais á esquerda, um pobre peccador, pouquissimo importava.

*

Castilho, seguindo sempre a opinião de Faria e Sousa, e tendo achado, como mostrei, uma lapide grande quasi ao centro do que foi a antiga egreja, e meio coberta pela grade do ante-côro de baixo, disse de si para si:

—Eis aqui a campa de Camões.

Objectavam os pesquizadores a si proprios:

—Mas esta lapide não tem lettras; e Faria e Sousa dá n'ella inscripto um epitaphio.

Certo é; mas explicava Castilho a circumstancia de se achar sem lettras a lapide, pelo facto de ter sido quebrada a primitiva, a dos epitaphios, na occasião do desabamento das abobadas do templo em 1755, e substituida pela actual. Era muito verosimil.

Juromenha na sua supramencionada carta, e Tavares de Macedo no seu relatorio, teimavam:

1.°—em que essa lapide, não camoniana, era antiga;

2.°—em que não podiam as lageas do templo ter sido espedaçadas em 1755, pois não desabara o côro do mesmo templo.

Vamos de vagar.

Quanto á primeira conjectura, ser *antiga* a lapide, isto é, ser anterior ao terremoto, confessemos que é bem difficil decidir *ex-cathedra* a *edade* de uma lapide puída pelo passar, pelo raspar, de muitas gerações; a lapide velha podia ter perdido as lettras com o pisar dos visitantes. É o que succedeu, já quasi de todo, a outra celebre campa: a de D. Rodrigo da Cunha, o doutissimo Arcebispo, na Sé de Lisboa; e a quantas mais!

Exemplo tirado do ventre dos autos:

Quem consultar ácerca do Mosteiro de Sanct'Anna o codice manuscripto da Bibliotheca Nacional, *Historia de Lisboa* (1), obra redigida entre os annos de 1704 e 1708, lerá a menção do epitaphio

(1) Rep. dos mss.—A—4—11.

camoniano, «cujas lettras,—diz o anonymo auctor—gastadas com «o tempo o deyxam ler com pouca expressam.»

Juntem mais cento e cincoenta annos, isto é, cheguem a 1854, e verão se a *pouca expressam* não diminuiu ainda!

Quanto ao segundo ponto, o haver-se partido a lapide antiga, objectavam com muita segurança Juromenha e Tavares de Macedo, não ter desabado o côro do templo; portanto não haver essa causa para o destroço da lapide.

Juromenha, na carta a Castilho, invocava um manuscripto, por elle possuido, feito por um Franciscano cujo nome ahi não cita, por brevidade, mas que Tavares de Macedo na nota 14 do seu folheto nos denuncia. N'esse codice, de que foi auctor o conhecido Frei Antonio do Sacramento, Prégador, e Guardião do Convento de Bethleem, na Terra-Sancta, diz-se:

«Pelo terramoto de 1755 padeceu grandes ruinas—(o Mosteiro «de Sanct'Anna)—pois a egreja, e não os córos, cahiu em terra.»

Forte com essa affirmação de Frei Antonio do Sacramento (que se podia estribar ainda em João Baptista de Castro, e em Moreira de Mendonça), quer Tavares de Macedo concluir que a lapide camoniana, inclusa (segundo elle) no ponto mais interior do côro, deveu ficar intacta em 1755. «Não foi pois—diz o erudito Aca- «demico—o terremoto d'este anno o que fez perder os signaes «da sepultura de Camões.»

A isto respondo eu, que, admittido (como me parece que o está) que a loisa do Poeta jazesse ao meio do templo, apenas meio coberta pela divisoria do côro, não vejo a impossibilidade de que (embora os côros ficassem de pé) o desabamento da abobada não quebrasse a loisa. Quem nos diz que esse anteparo, ou grade, do chamado ante-côro, que atravessava a campa, não fosse mais moderno que o terremoto? e sendo assim, a campa ficava quasi toda a descoberto, e portanto exposta a ser espedaçada, sem que os córos padecessem.

*

O mais forte argumento do Visconde de Juromenha e do Conselheiro Tavares de Macedo, é o seguinte: o que escreve em 1709 o Chronista dos Franciscanos Frei Fernando da Soledade, pessoa que se crê ter examinado por seus olhos a sepultura.

E que escreve elle?

Na 1.ª edição da sua *Historia seraphica* (1), falando de Camões:

«Foy deposto seu cadaver na Igreja deste Mosteiro, em hũa

(1) Tomo IV, pag. 526.

«sepultura ordinaria, da qual o mudou para outra mais espaçosa «D. Gonsalo Coutinho, & nella mandou abrir o seguinte letreyro: «*Aqui jaz* &.....»

Diz-se: este Chronista, sabedor e indagador, não fala em transferencia dos ossos, mas só em melhoria de campa; logo, é evidente que o Poeta ainda jazia no sitio primitivo.

Perdão: o que se vê é que este Chronista, embora sabedor e indagador, foi n'este ponto succincto de mais; o que se vê é que seguiu quasi á risca o que diz Estevam Lopes, editor das *Rimas* de Camões, em 1595, o qual Estevam Lopes, dirigindo-se a D. Gonçalo Coutinho, exalta o haver elle dado «sepultura honrada «aos ossos d'este veneravel varão, que pobre e plebeiamente jazião «no Mosteiro de S.ᵗ Anna.»

O Chronista disse lizamente o que todos sabiam; escrevia a cento e tantos annos de distancia de D. Gonçalo; sabia, como nós, o que rezam os livros; mas sabia dos antigos pormenores do caso tanto como nós, e como os coveiros, visto que Faria e Sousa nos conta que já D. Gonçalo teve grande difficuldade em topar o sitio exacto dos ossos do Poeta!

Por consequencia, o não nos falar Frei Fernando da Soledade, tão minuciosamente como Faria e Sousa, na transferencia da ossada de Camões, nada prova; e é muito para notar o seguinte (estas coisas devem ser vistas ao microscopio): as palavras de Frei Fernando deixam entrever (ou ver) que elle dava peso ás de Faria e Sousa:

«Foy deposto seu cadaver na Igreja d'este Mosteiro em hũa «sepultura ordinaria,» —(mas não diz em que sitio, e bem póde entender-se a primeira)—«da qual o mudou» —(ahi está a ideia clara da transferencia)—«para outra mais espaçosa Dom Gonsalo Coutinho.»

Conclusão: o Chronista Franciscano foi pouco explicito, sim; mas menos explicito ainda foi um seu contemporaneo illustre, o celebre Padre Antonio Carvalho da Costa, não mencionando, como acima observei de passagem, a existencia dos despojos do grande Poeta no Mosteiro; menos explicitos ainda do que Frei Fernando foram outros auctores mais antigos, como Manuel Severim de Faria, que em 1624 diz apenas que D. Gonçalo mandara cobrir a sepultura com uma campa de marmore; ou o Licenciado Manuel Corrêa, que em 1613 apenas diz que o Poeta jaz em Sanct'Anna; ou Pedro de Mariz, que em 1613 só conta haver certo fidalgo portuguez, cujo nome não põe, mandado fazer ao grande Epico *sepultura propria,* mas raza; ou, em summa, o citado Estevam Lopes, que em 1595 nada adianta quanto ao sitio do enterro.

(Peço ao leitor tome nota da affirmação de Pedro de Mariz, que logo tem de ser trazida de novo á baila).

Mas ainda assim, relendo attento as palavras de Frei Fernando da Soledade, não vejo que ellas impliquem, segundo se quer inculcar, a negação da transferencia do cadaver de uma cova para outra; quer dizer: vejo que se harmonisam com as de Faria e Sousa.

Diz elle: *hũa sepultura ordinaria* (seria a primeira, á mão esquerda da porta principal, onde Camões jazia *plebeiamente*), *da qual o mudou para outra mais espaçosa D. Gonsalo Coutinho* (seria a segunda quasi ao meio da egreja). Note-se: DA QUAL O MUDOU. Não houve só alargamento de cova, houve mudança; O MUDOU. Sim; *o mudou* para a sepultura *propria* de que fala claramente Mariz.

Além d'isto, a mesma phrase *sepultura ordinaria* nos ministra uma certa luz no assumpto. *Ordinario,* que na antiga linguagem, não significava, creio eu, tanto ao certo como hoje, qualidade desprezivel, refere-se ali a commum, geral; era sepultura não distincta, não differençada das demais da Irmandade, e arrebanhada nas renques do chão, umas junto ás outras. Essa collocação *ordinaria,* consuetudinaria, n'aquella sinistra legião da morte, exigia, n'uma egreja não muito vasta, certa economia de espaço, economia que se contrapõe á ideia de sepultura *mais espaçosa,* sepultura ancha e honrada, como havia de ser a segunda. *Da qual o mudou para outra mais espaçosa.*

*

Não podemos abandonar ainda a Frei Fernando da Soledade.

Queria a Commissão de 1854 tirar grande reforço das seguintes palavras d'elle, na 2.ª edição do volume citado (1):

«Na parede, que fica da parte esquerda, ao entrar pela porta «principal desta Igreja, junto da sua sepultura se vê outra me- «moria de Luiz de Camoens, que mandou fazer em azulejo Miguel «Leytaõ de Andrade.»

Ora quanto a mim, essas palavras em nada alteram a minha argumentação.

A antiga *porta principal* no topo do templo já não existia praticavel em 1736, quando Frei Fernando publicava a 2.ª edição do

(1) Pag. 528.

tomo respectivo da sua *Historia seraphica*. A porta *principal* n'esse anno, desde poucos annos (uns cinco talvez) era já a que é hoje *principal* (a antiga porta *travessa*). Consta isso das proprias phrases do Chronista na sua mencionada 2.ª edição:

«Hoje (1736) existem estas memorias—(a campa de Camões, «e os azulejos de Miguel Leitão de Andrada)—dentro da clausura «em o Coro inferior deste Mosteiro, o qual—(côro)—ha poucos «annos—(note-se)—se fez, tapandose para esse fim a porta prin-«cipal, e da banda da Igreja a parte della, que ficava debaixo do «côro superior.»

Como podia Frei Fernando dizer *na parede que fica da parte esquerda,* AO ENTRAR *pela porta principal,* se já não se entrava por essa porta? A phrase *ao entrar pela porta principal* tem actualidade, refere-se aos dias do auctor. Se elle quizesse significar a outra porta, por onde já se não entrava, não diria *ao entrar*.

É bem possivel, pois, que a porta *principal,* a que se refere Frei Fernando, seja a porta travessa; e sendo assim, os azulejos, embora afastados da campa, ficavam na direcção d'ella, e não tão remotos que não lhes coubesse o adverbio *junto,* de que tambem se serve Diogo Mouro.

Quem poderá affirmar com pleno convencimento, que essa porta denominada *principal* não seja a porta *travessa?* Com effeito, a outra, a do topo da calçada, parece foi sempre mesquinha e pobre, e esta muito maior e mais dominante. Não erraria muito um visitante do Mosteiro dos Jeronymos, que mencionasse a estatua do Infante D. Henrique sobre a porta *principal* do venerando edificio manuelino. Parece muito natural o dar-se, com effeito, em Belem, preeminencia á porta grande que olha ao sul, sobre a outra, muito menor, que olha ao poente. Em 1628 succedeu isso a um viajante francez, Monconys, ao descrever o celebre Mosteiro do Rastello.

«*L'église est très grande*—diz Monconys—*et son entrée toute «remplie de statues de marbre* (1).»

Reparem: *son entrée,* quando ella tem duas; isto é: a sua entrada *principal,* a que dá para o Tejo, a que primeiro saúda o viajante, a que se enfeita de um sem-numero de estatuas, pequenas e grandes, ao longo dos seus botaréos e archivoltas.

D'esta mesma porta grande meridional, diz o erudito Varnhagen (2) (insistindo aliás em que é lateral e não principal) que da frontaria é o pedaço mais digno de admiração aquelle *nobre e majestoso portal;* descreve essa entrada, e diz que *a arte e o esmero*

(1) *Voyages de M. de Monconys,* tomo IV, pag. 31.
(2) *Memoria historica do Mosteiro de Belem,* pag. 13.

de construcção empregado n'este portal lhe dão o *primeiro logar,* se bem que o uso era collocar ao poente a porta principal. Tudo mostra como essa porta sabe impôr-se.

Um viajante inglez que esteve aqui em 1846, M. T. Hughes, ao falar do mosteiro de Belem no seu livro *Revelations of Portugal* (1), diz: *Over the principal entrance is the statue of Dom Henry, the Navigator.* Vejam: sobre a porta *principal.*

Se isto, em ponto grande, succedia e succede com os Jeronymos, porque não succederia em ponto pequeno com a modesta egreja de Sanct'Anna?

*

Dir-se-me-ha:

Mas a egreja de Sanct'Anna, depois de tapada a porta do topo da calçada, ficou tendo sómente uma porta, e seria pleonasmo chamar-lhe *principal,* se era unica.

Peço perdão: além d'essa havia mais duas portas pequeninas e esguias (embora não praticaveis) aos dois lados da larga grade do côro de baixo; havia mais, do lado esquerdo do corpo do templo, outra porta communicando com o interior do Mosteiro; e fronteira, no lado direito, outra para o corredor da sacristia; havia mais, na capella-mór, do lado da Epistola, defronte do commungatorio das Monjas, a porta da sacristia; havia mais, ás duas ilhargas do altar-mór, duas pequenas portas de serviço para o throno. Ora admittindo mesmo que as disposições internas do templo mudassem um pouco, é indiscutivel que, pelo menos, a porta da sacristia, a que levava para o interior do Convento, e as do throno, deveram existir desde então; e de mais a mais, os desenhos e apainelados do azulejo (anterior ao terremoto) mostram o logar de quasi todas essas portas que enumerei.

Logo, o chamar porta *principal* á antiga porta *travéssa,* não era inutil, era consequencia logica da sua comparação com as outras.

Em 1736 já a egreja se achava na mesma disposição geral topographica em que está hoje. Por onde se vê que, a ser verdadeira esta versão, os azulejos de Andrada ficariam á mão esquerda de quem entrava pela porta por onde hoje se entra: ficariam n'essa parede do nascente, e na direcção da campa, que se via, e se vê,

---

(1) Tomo II, pag. 325.

ao meio da nave. Diziam pois com acerto os taes azulejos, sem aliás descerem a minucias:

O gran Camões aqui jaz
em pouca terra enterrado.

«Aqui»—isto é, n'este templo, n'este recinto. «Aqui»—isto é, perto do azulejo. «Aqui»—isto é, a poucos passos de quem estivesse lendo a inscripção. Depois de fechado o côro de baixo, ficaram os azulejos, e metade da campa, incluidos n'elle; por isso diz o Chronista: «Hoje (1736) existem estas memorias dentro da «clausura, em o côro inferior.»

Veio o terremoto, a ruina, os concertos pouco meditados, o nenhum apreço a memorias litterarias, a nossa innata mania de destruir, a nossa guerra já antiga aos azulejos, e o azulejo desappareceu! e os epitaphios de D. Gonçalo e de Martim Gonçalves foram sumidos! ou puídos ou espedaçados.

E em quanto esta serie de infortunios posthumos acontecia ao homem da

..... *lyra sonorosa,*

que foi

.... *mais afamada que ditosa,*

as Monjas, as legitimas donas d'aquella casa, acampadas em barracas provisorias, e com o seu antigo Cenobio meio destruido, continuavam, alheias ao mundo, psalmeando e aspirando a um mundo melhor.

E queremos fazer conta em 1836, e em 1855, das *memorias* e *tradições* da Communidade!!!...

.....

*

Confesso lizamente ao meu leitor, que esta minha explicação ultima, e essas distincções entre a porta principal e a lateral, me não satisfazem em cheio, apezar de verosimeis. Acho-as meramente hypotheticas. Eu explico melhor outra interpretação (conjectural como tudo isto infelizmente).

Para quem insistir em dar ás palavras de Frei Fernando em 1736 e ás de Diogo Mouro em 1638 inteiro credito quanto ao significado da porta *principal,* para quem insistir em que ambos esses auctores se referiam á porta hoje entaipada, tenho tambem resposta, que em nada prejudica, e antes confirma, a asserção de

*

Faria e Sousa (d'esse testemunho não prescindo eu), sem invalidar de todo as phrases de Mouro nem as do Padre Soledade.

Faria e Sousa dava a primeira sepultura do Poeta á mão esquerda da porta principal, como Mouro, e como Soledade. Estes dois ultimos citam *junto* á sepultura os azulejos de Miguel Leitão de Andrada.

N'outro livro meu tive occasião de estudar a vida d'este cavalleiro, e vi que, tendo logrado escapar-se á moirama depois de preso em Alcacer-Kibir, chegou á sua terra nos primeiros dias de 1580. É muito verosimil que tivesse então (se não as tinha desde annos) algumas relações com o desgraçado e já moribundo Poeta, e que, ou ainda n'esse anno, ou em algum dos seguintes, antes de 1595, lhe occorresse mandar collocar junto aos restos inanimados do homem dos LUSIADAS aquelles modestos padrões de azulejo, justamente no sitio onde primeiro o tinham sepultado.

Passou tempo; e doendo-se D. Gonçalo Coutinho de saber que o *gran Camões* jazia n'um coval de Irmandade, *plebeiamente,* trasladou-o para a sepultura *honrada* e *propria,* collocada *casi a la mitad de la Iglesia,* e cobriu essa cova com uma campa inscripta.

Os azulejos seriam pois, segundo esta minha supposição, anteriores á campa; ainda existiam (inuteis, por assim dizer) em 1735. Como eram inuteis, e ficavam longe da sepultura, arrancaram-n'os, não por maldade, mas por ignorancia e falta de criterio.

Assim se explica o dizer de Mouro e o de Frei Fernando, e assim se fazem concordar esses auctores, repito, com o grave Faria e Sousa.

*

Ha um novo argumento adduzido por Tavares de Macedo no seu Relatorio, e do qual não se serviu Juromenha na mencionada carta a Castilho: é o dizer Barbosa Machado na sua immortal *Bibliotheca Lusitana* o seguinte: que, tendo Camões sido sepultado *em logar humilde* da egreja de Sanct'Anna, D. Gonçalo o transferiu *para parte mais decorosa, qual foy o lado esquerdo da porta principal.*

Por maior clareza, oiçâmos a transcripção do alludido trecho, mais completo, da *Bibliotheca*. Eil-o:

«Foy sepultado—(Luiz de Camões)—na Igreja, que juntamente era Parochia, do Convento de Santa Anna de Religiosas «desta Côrte, em lugar humilde, donde o transferio no anno de «1595, dezaseis depois de sua morte, D. Gonçalo Coutinho..... «..... para parte mais decorosa, qual foy o lado esquerdo da porta

«principal da dita Igreja; e sobre huma pedra lhe gravou o se-
«guinte epitafio:

AQUI IAZ LUIZ DE CAMOENS
PRINCIPE DOS POETAS DO SEU TEMPO
VIVEO POBRE, E MISERAVELMENTE
E ASSI MORREO
ANNO DE M.D.LXXIX

Esta campa lhe mandou aqui

por D. Gon-
çalo Coutinho.

Na qual se não enterrará pessoa alguma.

«A este epitafio se seguio o seguinte....» &.

(Segue o epitaphio latino).

Como o leitor acaba de ver, Barbosa claudica n'este fragmento. No anno da morte (1579 em vez de 1580) não ha engano, em relação ao que se sabia n'aquelle tempo, visto que só Juromenha descobriu a verdade; mas ha-o na inclusão erronea das palavras *viveu pobre e miseravelmente,* que, segundo o chronista dos Franciscanos, não se liam na loisa. Á vista d'isso, bem podia o grande bibliographo, que aliás tanto viu e trabalhou em outros assumptos, ter-se enganado tambem, ao apontar como *parte mais decorosa* o lado esquerdo da porta principal (se, por acaso, em 1752, entendia por *principal* a porta já então entupida). Essa parte *decorosa,* já vimos o que valia; nada tinha de decorosa; era um coval plebeu.

Apezar de taes rebarbas, que de certo foram notadas pela Commissão (quero crel-o), mas que a não preoccuparam muito, Barbosa Machado, auctor bem mais moderno, é contraposto por ella a Faria e Sousa. Seja assim muito nas boas horas; aqui não se lhe oppõe um *quidam;* trata-se de um douto; seja assim.

Mas pergunto apenas:

Faria é rejeitado porquê?

Por ter errado o epitaphio camoniano.

E Barbosa não o errou tambem, como se acaba de ver?

Errou.

Não traz tambem o malfadado *viveu pobre e miseravelmente?*

Traz.

Portanto, em estricta lealdade, devia a Commissão rejeitar Barbosa, como rejeitou Faria; e devia dizer:

—Se erras o epitaphio, descurioso e negligente homem, é que nunca te lembraste de ir a Sanct'Anna; logo, a tua asserção quanto ao sitio da campa vale tanto como a de Faria, que nós expungimos e rejeitámos com tanto affinco.

Mas a Commissão não fez isso; e como este bibliographo illustre apresentava uma versão singular, que parecia inclinar-se para o lado esquerdo da porta velha (preoccupação de todos), a Commissão fechou os olhos ao erro do epitaphio, nem sequer transcreve esse epitaphio (1), e mostra-se tão tolerante e indulgente para com Barbosa, quanto severa, exigente, e injusta se mostrara para com Faria.

A meu juizo, o ter Barbosa errado o epitaphio nada prova. O que se me afigura é isto: uma de duas: ou elle seria leviano n'este ponto, e confundiria as especies sem o querer, ou se referiria á banda esquerda da porta *travéssa* (hoje principal, e já principal quando elle publicava o seu volume). Com effeito, a campa que lá está, e que todos ainda conhecemos meio encoberta com a grade do ante-côro, fica um pouco desviada á mão esquerda de quem hoje entra; cabiam-lhe pois estas palavras, que ainda agora lhe cabem: *para parte mais decorosa, qual foy o lado esquerdo da porta principal.*

Esforça-se Tavares de Macedo em querer provar que não houve trasladação do Poeta, de um ponto para outro do templo (2); e depois, ao tentar estribar-se no mutilado testemunho de Barbosa Machado, acceita como liquida a ideia da trasladação, visto que acceita, adduz, e transcreve, as phrases: *lugar humilde, donde o* TRANSFERIU..... *D. Gonçalo Coutinho para parte mais decorosa* (3).

Com o devido respeito, parece-me pouco logico tudo isto.

Escreve mais Tavares de Macedo, que Barbosa Machado, «não querendo duvidar da asserção de Faria e Sousa, diz que «D. Gonçalo Coutinho trasladou as cinzas de Camões para o *lado «esquerdo da porta principal da egreja* (4).»

---

(1) Se se não tratasse aqui do Conselheiro Tavares de Macedo, pessoa a cuja honestidade de caracter presto homenagem, dir-se-hia haver no relator da Commissão proposito firme n'essa ommissão do epitaphio; houve apenas lapso.

(2) .... «Trasladou-lhe os ossos D. Gonçalo Coutinho? E ou trasladasse «ou não, onde ficou sendo a sepultura dos ossos do poeta? Primeiramente «diremos que nos parece que *não houve trasladação.*» *Relatorio*, pag. 14.

(3) Pag. 17.

(4) Pag. 17.

Ahi está mais uma homenagem a Faria e Sousa; é a de Barbosa. Este não quiz duvidar da asserção d'aquelle (como aliás o quiz a Commissão de 1854); e viu na campa ao lado esquerdo da porta principal moderna a segunda jazida de Camões. Quanto a mim, está tudo claro.

Ora admittida a ideia de trasladação, demos ao minucioso Faria e Sousa, muito anterior a Barbosa, e especialista camoniano (predicado que não cabe ao auctor da *Bibliotheca*) a honra de ter sido o primeiro que fixou minuciosamente os sitios: o do enterro primitivo, e o da campa.

Conclusão:

A adduzida asserção de Barbosa não só não prejudica, mas confirma, a de Faria e Sousa.

*

Eis ahi exposto com lizura o que penso no assumpto.

Appliquei as minhas faculdades com todo o empenho; não tanto por se tratar de uma opinião de meu Pae, que podia naturalmente errar, como qualquer outro homem, mas por desejo de achar a verdade.

Poderá alguem redarguir-me, que era tão concludente a argumentação de Juromenha, que logrou convencer e arrastar dois dos membros da Commissão antiga, Feijó, e Gonçalo Vaz, dois homens intelligentes, que tinham por seus olhos visto a primeira exploração, e vieram a adoptar e assignar as conclusões de 1855.

A isto respondo:

Não foram só dois os convencidos; foram tres.

Em resposta ás mencionadas palavras de Juromenha, em outubro de 1858, escrevia-lhe Castilho em 9 do mesmo mez uma nobre carta, em que já acceitava por boa a versão de Juromenha. Isso é mesmo d'elle. Assim praticam os homens de bem. Oiçam:

«Pelo que pertence á actual jazida de Camões, confesso que «as ponderações e provas, por V. Ex.ª apresentadas, singularmente «abalaram a persuasão em que eu estava, e da qual ainda não «bem acabo de sahir.

«Reconheço (sem a minima lisonja o declaro, e sem nenhuma «repugnancia nem pejo o confesso) que n'estas archeologias, campo «que V. Ex.ª cultiva como dono, e por onde eu só como curioso «atravesso de longe em longe, não sou eu homem para me aven- «turar a qualquer lucta com V. Ex.ª; de mais a mais, fallece-me

«de todo em todo o tempo, que se requer, e se não dispensa, «para as não faceis pesquizas d'este genero (1).»

. . . . . .

Muito bem. Castilho, então enfronhadissimo, em 1858, nas questões do Methodo de Leitura, e sem poder examinar novamente a materia, viu-se combatido por Diogo Mouro, que elle não conhecia, mas que lhe representavam como um *escriptor*, auctor da *mais copiosa collecção* dos epitaphios de Sanct'Anna, e *contradictor* do grande Faria e Sousa; viu-se *influido* pelo prestigio sympathico da palavra de Juromenha; acceitou sem mais observação a opinião d'elle, como a acceitaram Feijó e Gonçalo Vaz. Que prova isso?

Aos meus olhos só prova a fallibilidade dos juizos humanos; só prova que Feijó, Gonçalo Vaz, e Castilho, se enganaram d'esta vez, como se enganaram os outros membros todos da Commissão de 1854; e não prova que a verdade deixasse de estar, como até ali, nos argumentos dos pesquizadores de 1836.

Gonçalo Vaz, Feijó, e Castilho, estavam no pleno direito, e na obrigação, de retractarem a sua supposição antiga, se a viam destruida pelas novas buscas. Eu, que não a vejo destruida, e que tive tempo de examinar (como soube) a materia, estou tambem no meu plenissimo direito de não acceitar os argumentos da segunda Commissão, e, portanto, na estricta obrigação de o declarar.

É o que faço.

*

São notorias as miragens que tanta vez desorientam a critica litteraria e historica. Admittida irrecusavel boa-fé, tanto em Castilho como em Juromenha, qual dos dois andou melhor? Castilho (torno a perguntar) acceitando o testemunho, insuspeito e não contradicto, do estudioso provado e sabido em assumptos historicos e litterarios, polygrapho incançavel, e «um dos homens mais «eruditos do seu seculo,» como lhe chama Innocencio, admirador e commentador de Camões, e como tal *indagador* teimoso do que se referisse ao poeta? ou Juromenha, rejeitando asserções positivas de tal varão, em nome da ommissão de um obscurissimo *collector* de epitaphios, que é duvidoso os tivesse visto todos por seus olhos?

---

(1) Esta carta, apparecida no espolio litterario do Visconde de Juromenha, e cujo rascunho eu possuo, sahiu impressa no *Circulo Camoniano*, e d'ella fez o sr. Joaquim de Araujo redactor do mesmo *Circulo* uma tiragem especial separada.

Fosse como fosse, prevaleceu a opinião da Commissão de 54. O seu auto, lavrado em 15 de maio de 1855, declara que «se «havia procedido á busca dos ossos do illustre poeta, depois de «colligidas pelos membros da Commissão todas as noticias que «foi possivel obter, relativas ao jazigo dos mesmos ossos, não só «em historias e memorias impressas, mas tambem em diversos «manuscriptos; não deixando de ser procuradas as que porventura «podessem existir no cartorio do mesmo convento, e no da fre- «guezia de Nossa Senhora da Pena; informando-se das tradições «da casa, e examinando toda a egreja e outros logares do referido «convento; e que, em virtude de tudo isto, a Commissão se con- «firmava na opinião de que, não podendo duvidar-se de que os «ossos do Poeta existiam no seu antigo jazigo, pelos annos de «1736, é egualmente fóra de duvida, que de então para cá não «foram removidos;..... e que por isso juntára —(a Commissão)— «os ossos no local aonde todas as memorias dignas de fé designam «a sua sepultura.»....

Em vista d'essas conclusões, é certissimo que os ossos a que se prestaram as honras nacionaes em 1880 foram os taes, arrebanhados no coval antigo do côro de baixo, á mão esquerda de quem entrasse d'antes pela porta hoje entaipada.

Eu proprio, que hoje ataco a authenticidade d'esses ossos, os fui acompanhar! Sim; porque a esse tempo não tinha examinado a questão, e seguia a nobre reconsideração de meu Pae na sua carta a Juromenha. A ultima opinião de meu Pae concordava com a dos exploradores de 1854; bastava isso para que eu, representante do nome d'Elle, me achasse ali, no mesmo prestito funebre e triumphal onde Elle sem duvida se teria achado.... se ainda então vivesse.

*

Um ultimo esclarecimento:

Como se póde conciliar essa nova achada, com a attestação dos apontamentos que ficaram de Castilho e seus companheiros, em que se menciona ter a primeira Commissão revolvido e sondado já infructuosamente, em 1836, o mesmo sitio do côro, á mão esquerda? Muito bem, me parece.

Castilho (quando digo *Castilho* personifico em nome d'elle a Commissão de 36) procurava, por descargo de consciencia, á esquerda da antiga porta, uma lapide, que não se encontrou, porque lá não existia, e nunca tinha existido ali; aquelle sitio do

côro baixo foi sondado, e apenas se encontraram *ossos dispersos, e nada mais;* então, levado da verosimil affirmativa de Faria e Sousa, reforçada pela expressão *sepultura propria,* de Mariz, e quiçá pelas do Chronista franciscano, dirigiu toda a sua attenção para a campa isolada a meio do templo; ao passo que Juromenha, rico com a indicação de Diogo Mouro de Sousa, procurava ossos á esquerda da antiga porta; e esses ossos achados, que eram os taes *ossos dispersos,* tomou-os pelos do Poeta misturados com os de outra gente.

Ora é bem certo, que, examinando o livro mais antigo de assentamentos funerarios da Parochia da Pena, os quaes começam em 1588, se acham muitos registos de pessoas enterradas *na egreja, debaixo do côro, á banda esquerda e á banda direita;* era um coval. E tambem não é menos certo, que a ideia de *sepultura propria, espaçosa,* e *honrada,* não se coaduna com a ideia de ossos de muita gente.

Um cadaver deposto n'um coval commum não dispõe senão de pouquissimo espaço (é a *sepultura ordinaria* de que falava o Padre Soledade); mas o cadaver de Camões, sequestrado um dia aos seus companheiros pelo querer de D. Gonçalo Coutinho, foi transferido para sepultura *mais espaçosa;* e tanto mais *espaçosa,* que lhe coube certamente uma campa que podesse abranger os dois epitaphios, portuguez e latino.

Ossos de muita gente eram sem duvida os que vi em 1880, ali, n'aquelle mesmo côro de baixo, ainda então claustral; enchiam uma grande caixa preta. Entre elles presumia-se dever estar o Cantor da grande Epopêa, e podiam estar quasi todos os epicos do mundo, em camaradagem posthuma com quasi todos os sapateiros da Padaria.

Se o Poeta foi (como dizem Estevam Lopes, Severim de Faria, e todos) mandado cobrir, annos depois de sepultado, com uma campa de marmore, separaram a sua ossada das outras que ali jaziam *plebeiamente* (embora n'essa separação houvesse já difficuldade).

Se separaram aquella nobre ossada, e a resguardaram em cova *propria,* não é admissivel aquelle Josaphat portatil, que nós todos acompanhámos a Belem.

Se o Poeta jazia ao meio da egreja (como nenhum testemunho serio deixa de fazer acreditar), o seu leito mortuario é aquella sepultura ladrilhada, que lá está, descoberta e authenticada por Antonio Feliciano de Castilho.

O terem-se achado na cova ladrilhada alguns ossos a mais do que os que compõem um só esqueleto, explica-se bem, até pela confusão e ruina subsequentes a 1755, quando não seja pela

difficuldade que teve D. Gonçalo em destrinçar aquelles ossos d'entre os outros que os avisinhavam no coval.

Entre *alguns ossos mais,* e *muitissimos ossos,* ha grande differença.

*

CONCLUSÃO:

Estarão pois as cinzas do filho de Simão Vaz e Anna de Macedo entre o acervo de costellas, caveiras, tibias, e femures, que todos fomos arrecadar no Pantheon de Belem?

Quanto a mim, não estão; e até melhor prova, acceito e adopto a primitiva opinião de Castilho e dos seus companheiros e auxiliares de 1836.

(Continúa).

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

(Continuado do n.º 3, paginas 216)

XV

Francisco de Francia y Acosta

Collaborou tambem na *Jvsta poetica* e na *Relacion de las fiestas que la insigne Villa de Madrid hizo en la canoniçacion de su Bienauenturado Hijo y Patron San Isidro.* N'este ultimo certamen alcançou o terceiro premio nos Sonetos. Compoz, além d'isso, umas Decimas. Reproduzimos o soneto premiado:

Sedientos de celestes Hierarquias,
(Viuo golfo de llamas superiores)
Esperar no pudieron tus ardores
El termino fatal que apetecias.
En ti mismo ascendiendo, ò nueuo Elias
(En ti carro triunfal de mas fulgores)
Aguila en mas luzientes resplandores
Muchos soles veuiste en pocos dias.
Aprendiendo las lumbres que suspendes,
Por engañar la sed con la memoria
Tu te restituiste a ti, y al suelo.
Para mas alta eleuacion deciendes,
Porque tanto mayor sera la gloria,
Quanto mas tarde te corone el cielo.

Lope de Vega, recapitulando o torneio, e apreciando os poetas e as composições premiadas, faz o seguinte lisonjeiro conceito do nosso compatriota:

Ya de Francisco de Francia
el luzido entendimiento
viene con su pompa y lustre
causa a tan dulces efectos.

Honrando el Reyno de Vlises
de viuos ingenios Reyno,
como de gloriosas armas
y de Orientales trofeos.
Ya la dulce compostura
de Castilla, está pidiendo
su logar en Redondillas,
y ya de verlas me alegro.
Porque no sufren faxina,
ni Emphaticos desafueros,
sino la verdad hermosa
de Sentencias y Conceptos.
No niego la exornacion,
ni las figuras les niego
la moderacion alabo,
y los excessos condeno.

O mesmo Lope de Vega, na approvação do *Jardin de Apolo*, de Francia y Acosta, tem estas elogiosas expressões para as poesias contidas n'aquelle volume:

«Son tan grandes en estilo, como pequeñas en numero; sus concetos raros, sus versos graves.»

34 — *Relacion de las fiestas que ha hecho el Colegio Imperial de la Compañia de Iesus de Madrid en la canonizacion de San Ignacio de Loyola, y S. Francisco Xavier. Por Don Fernando de Monforte y Herrera.* Madrid, Luis Sanches, 1622.

35 — *Theatro popvlar. Novelas morales, etc. Por D. Francisco de Lugo y Davila.* Madrid, viuva de Fernando Correa de Montenegro, 1622. Soneto.

XVI

Antonio Lopez de Vega

Ha versos seus nas seguintes obras: *Fama posthvma, Jvsta poetica, Relacion de las fiestas,* e *Anfiteatro de Felipe el Grande,* já descriptas.

É d'este teor o soneto que se encontra n'esta ultima producção:

De Jarama el terror al africano
De fieras rey probó atrever su saña,
Y aunque de altiva acreditó la hazaña,
De rebelde infamó el orgullo vano.
Mira en el bruto real lo soberano
Mal respetado el Júpiter de España,
Y su decoró, aun en la ofensa extraña,
Del rayo vengador le armó la mano.

Cayo al vibrarle la orgullosa frente,
Que en símbolo y verdad mostró su aliento
Contra dos majestades atrevido.
Sobró el golpe al morir y al escarmiento;
Que si oprime un amago al delincuente,
¿Qué error podrá llegar á ser herido?

XVII

Gabriel Pereira de Castro

Nas *Obras de Francisco de Figueroa,* que já descrevemos, ao tractar de Miguel da Silveira, lê-se o seguinte soneto do auctor da *Ulysseia:*

Del Doctor Gabriel Pereira de Castro Cavallero de la Orden de Christus, del Cõsejo de su Magestad, i su Alcalde de Corte en la de Portugal. A Francisco de Figueroa:

Flores, que hazeis eterna Primavera,
I del alma enseñais tiernos affetos,
Frutos de óro escondidos, i secretos
Entre las verdes hojas desta Higuera.
Passion suave, causa hermosa, i fiera,
Si la causa se vee por los effetos,
Abrazados sentidos, i concetos
En fuego hurtado a otra mas alta esphera.
Pintura viva sois, que con pinzeles
Del cuidado al Amor sacò del alma,
Do estâ el original mas peregrino.
Ramos de tal Higuera e no Laureles
Corona a Apollo a Marte invicta Palma
Seran de oi mas; ô Figveroa Divino.

Gabriel Pereira de Castro tem tambem duas poesias latinas, em elogio do auctor, na seguinte obra:

36 — *Anagramma de la vida humana, compuesta por Henrique Visorio de Perpiñan,* etc. Lisboa por Antonio Alvarez y Afonso Lopez, 1590.

XVIII

Fr. Boaventura Machado

Chamado no seculo Simão Machado. Com este nome publicou as *Comedias portuguesas.* Entrado na religião, compoz um longo poema religioso, ou antes chronica rimada, de que publicou só a 1.ª parte: *Primera parte del Libro llamado Silva de espirituales y morales pensamientos,* etc.

Conhecemos mais d'elle dois sonetos, que vêm na seguinte obra:

37 —*Tratado contra Lvthero y otros hereges segvn el decreto del S. C. Trident. etc. Compvesto por Fray Dimas Serpi,* etc. Lisboa, Antonio Alvarez, 1617.

Qvando se desafiaron vida y muerte
la muerte dio mortal muerte a la vida:
y la vida como era immortal vida
con su muerte mato la immortal muerte.
Contra el peccado vida de la muerte,
el qual de nueuo da muerte a la vida,
la vida nos dexo y aca en la vida,
sacramentos que dan muerte a la muerte.
Y como en la immortal y eterna vida
no entra ni puede entrar sombra de muerte,
ay purgatorio entre esta y la otra vida
Do se suelen purgar despues de muerte
las cnlpas perdonadas en la vida
y no purgadas antes de la muerte.

Aqui sabio lector se te presenta
manjar para alma y cuerpo prouechoso;
plato ay de muerte cierta y fin dudoso,
plato de estrecha y rigurosa cuenta.
Fuego que no consume y que atormenta
vno con esperança de reposo,
y otro en atormentar tan riguroso
que de eternidad solo se sustenta.
Son fuegos que atormentan tan deueras,
aunque es el vno delles transitorio,
el otro siendo como he dicho eterno.
Que si lo que te ofresco consideras
no es posible saber que es purgatorio,
sin procurar huyr lo que es infierno.

No genero trocadilho pouco temos visto de melhor, sobretudo o primeiro soneto. É possivel que a influencia do meio litterario da epocha tornasse faceis estes exercicios da gymnastica poetica, que se nos afiguram hoje insuportaveis tormentos da phantasia. Verdade é que o nephelibatismo da actualidade não fica atraz do culteranismo do seculo XVII.

XIX

Simão da Cunha Ribera

38 —*Vergel de Mvsica spiritual speculativa y actiua. del qual, muchas, diuersas y suaues flores se puedē coger. Autor el Bachiller Tapia Numantino.* Burgos de Osma, Diego Fernando de Cordova, 1570.

Traz duas composições laudatorias de Simon Acuña de Ribera, lusitano, uma das quaes é um epigramma latino, e a outra, em oitavas, em hespanhol, é como segue:

Al son de la vihuela que tañia
Su dulce voz y versos applicando.
Las piedras (segun fama) enternescia
El musico Amphion en canto blando,
Y a los muros de Thebas las traya
Adonde ellas por si se yuan juntando
Con mas arte y primor que las pusiera
El mas sutil artifice que fuera.

Vos gran musico Tapia en nuestros dias
No menos que Amphion sois celebrado,
Pues nos mostrais sin falta porque vias
En musica ser pueda vno estremado,
Que si tu Amphion enternecias
Las piedras con tu canto tan loado
Lo que de ti se dixo antiguamente
Lo enseña agora Tapia a mucha gente.

Tu con tu suaue voz y dulces sones
Las piedras atrayas y ablandauas
Mas el arte y primor de tus canciones
A ninguno se lee que lo enseñauas,
Tapia con su doctrina, mil Amphiones
Que con mas gracia cantan, que cantauas
Instruye cada dia, y haze tales
Que la fama no halla sus iguales.

Tu los muros de Thebas belicosos
Al son de tu vihuela edificaste,
Y de los tiempos y hados rigurosos
Con tu famoso nombre los libraste,
Vos Tapia, a los de Soria mas dichosos
Defendereis que el tiempo no los gaste,
Con mas valor que vuestros Sorianos
Los defendieron contra los Romanos.

Que mientras con su luz marauillosa
Alumbrará a la tierra el Sol dorado
Y hara huyr la noche tenebrosa
De sus hermosos rayos, rodeado,
Siempre sera por vos Soria famosa
A pesar del oluido y tiempo ayrado,
Pues ha criado en si dichosamente
Vn hijo tan famoso y eminente.

Existe um exemplar d'esta obra na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX—NOVEMBRO DE 1891

SEGUNDA SERIE—N.° 5

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

ESTUDOS DA SCIENCIA POLITICA — THEORIA DO ESTADO — por **João Jacintho Tavares de Medeiros** 297

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO — por **Abel Andrade** 315

NOTA SOBRE A DOUTRINA DA PROPORCIONALIDADE — por **L. C. Almeida** 330

MAGNETISMO TERRESTRE — por **Antonio Domingues Cortez da Silva Curado** 343

FRANCISCO GOMES DE AMORIM — por **Sousa Viterbo** 348

DUAS JULIAS (poesia) — por **F. Gomes de Amorim** 351

CARTAS ESCOLHIDAS — por **F. P.** 353

VERSÃO DOS CARMES DE A. TIBULLO — por **A. A.** 356

MEMORIAS DE CASTILHO — por **Julio de Castilho** 359

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

ESTUDOS DA SCIENCIA POLITICA

Theoria do Estado

Fragmento de um livro inedito

O que é o Estado? Que elementos o constituem? O que se lhe deve e o que póde esperar-se d'elle?

Eis as principaes interrogações que a si mesmo formúla a cada momento quem se não acha ainda inteiramente eivado do indifferentismo condemnavel, que de ha muito tempo uma grande parte dos povos tem votado á solução dos seus problemas politicos.

Presentemente, quando se aprecia mais de perto o estado de decadencia assustadora a que alguns d'esses povos têm chegado; quando os monopolistas e os privilegiados do governo e da administração publica apparecem a liquidar responsabilidades sómente com recriminações mutuas, ou descobrindo crimes e abusos, ou impedindo que elles se evitem; quando estes mesmos se confessam impotentes para a restauração das suas obras e appellam para o povo que os consentiu e tolerou, é triste, na verdade, termos de nos convencer da existencia de tamanha lepra, que embotou quasi completamente o sentimento de honestidade e de dignidade nacional; mas cumpre, emquanto é tempo, atalhar o mal, se ainda ha esperança de remedio, ou, pelo menos, mostrar que nem todos se dispõem egualmente a amortalhar-se na deshonra involvendo-se no mesmo epitaphio. É necessario resurgir energicamente d'essa criminosa apathia para evitar o abysmo, attendendo á lição severa dos factos, que nos ensina que não ha divida que se não solva, nem falta que se não expie, e que os mais potentosos imperios da humanidade, os que mais avassallaram o mundo e os homens pela tyrannia e desregramento, tiveram seus dias contados, obedecendo a essa lei inflexivel da transformação universal, que decompõe os colossos em atomos, para os sujeitar a novas phases

da vida, porque as nações ou os Estados enfermam e fallecem tão naturalmente como os individuos que os constituem.

O Estado nem é o phantasma sinistro do Hamlet, attribulando a todos na mesma desgraça com toda a intensidade dos seus horrores, nem é a esphinge, sempre enygmatica, impondo o seu silencio esmagador a todas as conjecturas e aspirações; o Estado tem evidentemente as suas leis de formação e de desenvolvimento, pelas quaes se dirige na lucta pela existencia, como todos os organismos; tem leis physicas e leis moraes, e, d'entre estas, não podem desprezar-se nem infringir-se impunemente as que respeitam á verdade, á justiça e á moralidade; porque o Estado deve retratar a sociedade, como n'esta se reflecte a familia e na familia o individuo; e mal d'aquelle em cuja consciencia se extinguiram os elementos mais nobres do seu character, e, porventura, as armas mais poderosas do combate, da civilisação e do progresso. Estudemos, pois, essas leis e preparemo'-nos para a sua execução.

São quasi geraes em ambos os hemispherios as convulsões politicas, que vão levantando como em uma só onda todas as massas populares, embora para se quebrarem muitas vezes contra os rochedos do vago e indefinido, que nem lhes determina o valor practico das suas aspirações, nem lhes fornece ideal seguro; o descontentamento alastra-se procurando porventura soterrar, como lava volcanica, todas as instituições sociaes, algumas ainda não decrepitas pelo tempo, mas demasiado gastas como instrumentos de exploração do forte contra o fraco; todavia, se a revolução é eminente e inadiavel; se é necessario mesmo destruir até aos primeiros fundamentos, esperando das ruinas o renascimento de uma phenix, não serão de certo a anarchia do espirito ou a desordem da acção que operem este novo milagre da redempção humana, porque, se a lucta é perigosa e a maioria das vezes de resultados incertos, comtudo impõe-se quasi sempre como fatal, sendo peior ainda quando anarchica ou desordenada.

Mas o que é o Estado? As definições dos grandes escriptores, desde Cicero até aos mais modernos, peccam em geral por metaphysicas ou extremamente theoricas, e sobretudo por incompletas, tomando pelo todo alguns dos seus elementos ou algumas das suas funcções, ou determinando como characteristicos proprios muitas condições communs a outras instituições. De fórma que se, por um lado, á noção do Estado póde applicar-se bem o aphorismo —*tot capita quot sententiae*—, por outro, os inconvenientes practicos que d'ahi resultam são evidentes e numerosos, porque não ha simples erros de doutrina que não produzam necessariamente os seus effeitos no meio social.

O Estado não é a sociedade como pretendem alguns, nem é a

nação como pretendem outros; nem finalmente é o povo, nem o seu governo como ainda alguem affirma, embora em cada uma d'estas noções se comprehenda evidentemente a idéa de organisação e de um fim commum e geral. Não é a sociedade, mas sim uma phase d'ella, com um fim objectivamente especial, o fim politico, tendente a garantir a realisação dos diversos fins individuaes; não é a nação, que apenas exprime uma relação de origem no meio geographico, ainda que com muitas outras condições de homogeneidade, como a lingua, crenças e costumes, porque para o mesmo fim politico podem muito bem associar-se differentes nações; não é o povo, quer este se considere a massa total de todos os elementos sociaes, quer sómente uma fracção da sociedade ethnographicamente distincta e circumscripta a um determinado meio natural, porque, no primeiro caso, poderia confundir-se com a sociedade tomada na sua accepção generica, e no segundo confundir-se-hia egualmente com a nação, que, como já vimos, póde ser tão sómente um dos elementos do Estado; não é finalmente o governo, porque este é uma modalidade social, e se, n'um sentido, póde tomar-se como o orgão principal das funcções do Estado, n'outro, e sem duvida mais rigorosamente, é o complexo de todas essas funcções. A noção do Estado depende, pois, da justa e exacta apreciação de todos estes elementos, no que incontestavelmente ha de influir o processo que se adoptar em tal apreciação.

A historia da evolução social e os estudos da moderna anthropologia, combinando-se e completando-se mutuamente, apresentam-nos o Estado como um organismo desde as suas manifestações mais simples e, por assim dizer, embryonarias até ás mais complexas e perfeitas da actualidade; desde a sua formação primitiva até ao seu mais elevado gráu de desenvolvimento, obedecendo sempre á lei inflexivel da transformação dos seres, ora compondo, ora desaggregando ou eliminando mesmo, com todas as variantes que podem resultar da lucta incessante pela existencia. Comprehende-se facilmente qual deveria ser a simplicidade d'esta instituição, quando significava apenas a estabilidade de uma familia, que sahira da vida nomada para se fixar no sólo, que encontrara o seu primeiro titulo na occupação e na cultura; comprehende-se egualmente o que seria na primitiva expansão da familia e nos seus primeiros agrupamentos determinados pela necessidade de associação, porque a transformação de um centro familiar em tribu, esta primeira multiplicação das cellulas sociaes, pouco modificava ainda a extensão do meio ou a sua cohesão intima; depois os agrupamentos das tribus deveriam já corresponder a outras exigencias tornando porventura a vida do Estado mais complicada

e difficil. Parece ser esta a genese dos Estados simples. D'aqui por diante, a sua composição e decomposição desde os mais pequenos Estados até aos maiores imperios, o modo por que uns se destacam de outros como por scissiparação, a fórma por que alguns se absorvem inteiramente, ou se fragmentam mais ou menos, são factos que a historia nos revela e a actualidade demonstra ainda como consequencias naturalissimas de uma lucta permanente em que o vencido cede o logar ao vencedor, quer a razão se chame Direito, quer se denomine simplesmente força.

Em qualquer d'estas condições, de simples ou composto, o Estado deve considerar-se sob dois pontos de vista particulares, consoante se tracta da sua constituição intima, do seu organismo e funcções, ou das suas relações perante os outros Estados. Se ao primeiro aspecto póde dar-se prioridade logica, ao segundo convém de certo a prioridade historica; de fórma que pela observação de todas as suas manifestações poderemos determinar a sua natureza e funcções e, conseguintemente, as leis de sua formação e desenvolvimento. Considerados os Estados individualmente, *prima facie,* representam collectividades ou autonomias soberanas, com vida propria e independente, subsistindo por si e como para si; considerados em seus elementos, são incontestavelmente organismos sociaes com fins exclusivamente politicos, obedecendo a leis anatomicas e physiologicas, com sua morphologia especial, como todos os seres vivos, com orgãos e funcções proprias, com vida particular e de relação.

Se é a lucta pela existencia que legitíma a formação do Estado, como hoje parece axiomatico, a primeira das condições a que necessariamente deve attender-se, como base de toda a estructura, é a da adaptação individual ao meio natural ou cosmico, de fórma que n'este se encontrem uma determinada extensão geographica comprehendendo simultaneamente um clima apropriado á raça, uma producção proporcionada ás necessidades de alimentação, e os indispensaveis meios de defesa em relação com os meios de aggressão, que podem prevenir-se. Os homens, como toda a fauna, são impellidos pela necessidade impreterivel de procurarem por si as condições de vida, que a natureza offerece espontaneamente á flora para sua conservação e reproducção. Tanto a aggregação que se verifica no primeiro caso, como a identificação no segundo, resultam evidentemente de um justo equilibrio, a que chamaremos homogeneidade das necessidades e dos respectivos meios de as satisfazer, porque assim como a planta só apparece e se desenvolve em um certo sólo com as indispensaveis condições de humidade, calor, luz, etc., assim tambem ao homem e ao animal só convém um certo meio geographico com determinadas condições meteoro-

logicas; se a planta carece de abrigo que a preserve das inclemencias do tempo, o homem fortifica-se nas planuras dos valles ou nas cumiadas das serras e das montanhas, para multiplicar as suas forças ou enfraquecer a concorrencia.

Os elementos anatomicos que entram na constituição dos Estados, isto é, individuos, familias e outras collectividades diversas, obedecem egualmente em relação uns aos outros, á mesma homogeneidade, de fórma que a sua unidade social e politica depende inteiramente da maior ou menor cohesão e affinidade resultantes d'essa homogeneidade. Nas familias e suas primitivas expansões, como as tribus, consiste ella sem duvida na agnação e pouco mais; nos outros agrupamentos superiores é produzida pelas origens ethnographicas, pela identidade e similhança de linguas, pelas mesmas crenças e costumes, e, em todo o caso, por um interesse commum, que, quando não resuma perfeitamente todos estes factores, se imponha como necessidade da conservação e da defesa.

Muitos Estados ha em que esta lei da homogeneidade parece pouco influir, dispensando de certo modo a continuidade geographica e admittindo a diversidade ethnographica com a variedade de linguas, de religião, de costumes, e até do direito, como acontece nos que possuem vastos dominios coloniaes, e nos que são constituidos por differentes nacionalidades, com linguas proprias e maior ou menor liberdade religiosa; mas estes factos ou são na realidade excepções de natureza transitoria, ou traduzem simplesmente o que mais em rigor poderemos chamar federações, cujas autonomias assentam n'essa mesma lei da homogeneidade.

Por um modo muito facil de comprehender-se a cohesão nos Estados simples revela-se muito mais poderosa que nos Estados compostos, actuando no primeiro caso como affinidade e força centripeta, e, no segundo, tão sómente como centrifuga; e d'aqui resulta evidentemente a necessidade de centralisação ou descentralisação, conforme as circumstancias. Os Estados simples podem fundir-se ou aggregar-se por virtude da sua maior ou menor homogeneidade; os Estados compostos fragmentam-se ou desaggregam-se pela sua relativa incohesão ou falta de homogeneidade. As colonias, resultantes sempre da emigração, são um desdobramento natural da população, que, perdendo a primitiva homogeneidade de interesses, e principalmente a de territorio, por um crescente desequilibrio de circumstancias vão adaptar-se a um outro meio, onde encontrem ou possam crear as condiçõos de que necessitam; mas a discontinuidade geographica tende por isso a realisar a completa separação e a levantar uma autonomia onde existia até então um dominio sómente provisorio. Esta mesma separação se póde operar naturalmente em territorio continuo, mas acci-

dentado ou sobremodo desproporcionado á necessaria força de cohesão; podem, por isso, levantar-se novas autonomias, ou distinctas e separadas, ou apenas relacionadas por um laço federativo. A absorpção de certos Estados em outros, quando mesmo se opére pela fusão de todos os seus elementos, como perfeitamente homogeneos, hypothese a mais favoravel para a sua unidade politica, nunca póde considerar-se definitiva, porque a maior composição dos Estados exige maior força centrifuga, causa permanente da sua fragmentação; se, em vez da absorpção, se opéra, pelo contrario, uma simples aggregação, como de moleculas juxtapostas, devemos com mais razão considerar este acto como provisorio e interino á espera de momento opportuno de reacção.

O chamado principio das nacionalidades, inventado para prevenir abusos e evitar os excessos da lucta, é meramente convencional e impotente perante a logica inexoravel dos acontecimentos, se porventura não traduz uma verdadeira homogeneidade de elementos naturaes e moraes, mesologicos e sociaes, de que possa resultar uma força de resistencia, simples ou combinada, pelo menos egual á força da aggressão. A existencia de pequenos Estados e de autonomias neutraes não é nem póde ser a applicação d'esse principio, senão emquanto, baseada n'uma perfeita homogeneidade, estabelece, além d'isto, uma justa ponderação de outras autonomias superiormente antagonicas, porque, aliás, o mesmo principio, por si só, nem conserva limites, nem os amplia, assim como não levanta nacionalidades nem as faz resurgir. Definida assim a sua influencia, o seu valor scientifico critica-se pelo que elle póde produzir de homogeneo e uniforme nos dois elementos irreductiveis de territorio e população, e o seu valor practico depende da diversidade de circumstancias em que a lucta e suas consequencias se podem considerar.

Nem a continuidade geographica nem a homogeneidade de outras condições podem explicar satisfactoriamente a unidade politica de toda a Suissa. A constituição dos Alpes favorece sem duvida a sua separação dos Estados limitrophes; mas o accidentado interior das montanhas e a diversidade ethnographica, de linguas, de costumes, de religião e do direito, justificam bem a existencia dos differentes Estados autonomos, apenas ligados pelo laço federativo. A federação helvetica póde fornecer exemplo de maior cohesão do que qualquer outra pela necessidade de defesa commum, e sobretudo pela homogeneidade de sentimentos, resultante da solidez da sua educação, do seu natural civismo, do amor ao trabalho, da sua dignidade pessoal, e em summa de um character nobre e independente para quem a liberdade deriva da propria consciencia, formando de cada individuo um cidadão e um membro do Estado.

A unidade germanica, por mais intima que se considere, jámais poderá ultrapassar a realisação de um simples ideal federativo, não obstante ser incontestavel que os differentes Estados allemães constituem, por assim dizer, uma só nacionalidade em consequencia da extraordinaria homogeneidade de suas condições, porque o seu territorio, embora continuo, é todavia desproporcionado á acção da força centripeta de que carece para uma cohesão duradoura, e a indispensavel distribuição d'essa força produz inevitavelmente interesses diversos a muitos respeitos. A Russia tem conseguido condensar as suas forças em uma continuidade egualmente desproporcional, ou, mais ainda, de sorte que parece contrariar a necessidade de uns certos limites perante a sua homogeneidade ethnographica; mas, n'um futuro que não vem longe, como tudo deixa prever, a sua actual unidade politica, esticada até aos ultimos extremos da elasticidade, ha de ceder, bem ou mal, aos principios de descentralisação, para se constituir de um modo mais practico e natural. Não está exactamente nas mesmas circumstancias a unidade italiana, reconstituida á custa de supremos esforços nos nossos dias, porque, apezar de não assentar em tão perfeita homogeneidade e identidade de character, como o dos allemães, tem comtudo a seu favor uma mais comedida continuidade geographica, e, porventura, maior força de cohesão, ainda que tambem sujeita a attenuar-se progressivamente, como acontece em todos os Estados compostos. Lá existe de um modo indubitavel uma força latente de expansão e desaggregação actuando constantemente, e talvez apenas temperada pelos recentes effeitos da remodelação da Italia, e ainda por uma descentralisação relativamente ampla, que vai aproximando, a pouco e pouco, o unitarismo da fórma actual do ideal federativo. Se da Italia passarmos á Hespanha, evidentemente composta de differentes Estados simples, concluiremos sem grande receio de erro que a sua unidade actual não poderá sustentar-se sómente em razão da sua continuidade geographica, sujeita, como está, a mil antagonismos tradicionaes, que assaz prejudicam as demais condições de homogeneidade.

A discontinuidade geographica foi sem duvida a causa mais poderosa que produziu a independencia dos Estados Unidos da America, a das republicas hespanholas, e a do Brazil, embora se revestisse de outras apparencias ou pretextos; e é a mesma que ha de operar n'um futuro mais ou menos remoto as autonomias do Canadá, da Australasia e das actuaes colonias da Asia e da Africa, sejam quaes forem as aguias ou os leões que as subjuguem. É muito natural que a Inglaterra venha um dia a limitar-se resignada ás suas primitivas condições de continuidade, conformando-se com a separação da sua pobre visinha Irlanda, e é de esperar que

a França tenha de contemplar uma ou mais federadas ao transpôr o Mediterraneo, porque a sua discontinuidade, causa eminente da separação, não obsta comtudo á federação ou alliança, quando existam outros elementos de homogeneidade, principalmente o de origem e da lingua.

A muitas outras considerações se prestava o presente assumpto, applicando estes principios de composição e decomposição dos Estados a mais alguns paizes, mesmo áquelles que parecem dever a sua existencia a um arbitrio mais ou menos compensador das forças internacionaes; mas para verificarmos a sua exactidão desnecessario é ir mais longe ou alargar o campo de observação, aliás uniforme.

De conformidade com estas idéas podemos considerar como incontestavel que á estructura e constituição intima dos Estados preside a lei da lucta pela existencia dos povos do mesmo modo que ella póde reputar-se a causa impulsora do desenvolvimento individual, concluindo que as suas consequencias practicas dependem evidentemente das condições do meio natural e individual, segundo a sua maior ou menor homogeneidade; podemos tambem admittir como indubitavel que esta homogeneidade consiste nas condições naturaes, em um justo equilibrio entre as necessidades e meios de as satisfazer, isto é, na proporcionalidade do meio geographico e meteorologico, em que entra como factor importantissimo a continuidade physica ou de territorio; e, nas condições individuaes, essa homogeneidade é tanto maior, quanto mais se aproximam os differentes elementos pela similhança ou identidade ethnographica, comprehendendo a linguagem, costumes, religião, direito, etc., de fórma que essas condições apresentam tambem uma especie de continuidade moral. Assim o Estado deve resumir, como synthese e ideal supremo, a continuidade do individuo atravez do tempo e do espaço, que outra cousa não é a segurança dos dois instinctos fundamentaes da conservação do homem e da sua especie.

Mas, se a lucta pela existencia se impõe como incessante e fatal, a verificação das suas condições precisa comtudo de uma acção mais ou menos lenta e da combinação de todos os seus elementos. A decomposição completa ou parcial de um Estado, o seu desapparecimento ou fragmentação, o levantamento de uma autonomia ou a sua simples reconstituição, são factos de tal maneira complexos, que se não realisam n'um momento, ainda que pareçam a solução brusca de um conflicto violento ou um acontecimento na verdade inesperado; podem ser consequencias fataes e inevitaveis, mas até certo ponto imprevistas, porque nem sempre são faceis de apreciar as influencias reciprocas de uns elementos sobre

outros, como não é facil determinar o momento opportuno do desenlace. Os grandes Estados decahem muitas vezes mais rapidamente que os pequenos, porque a sua força de cohesão, mais largamente distribuida, produz a desaggregação, convertendo, por assim dizer, o orgam em organismo. A reconstituição autonomica é o triumpho obtido contra o vencedor após uma lucta de assimilação e de reacção; o levantamento de uma autonomia traduz a emancipação completa do filho, tanto mais vigoroso e conformado quanto maiores foram os cuidados e desvelos do pai. Os imperios de Alexandre e dos Cesares cahiram irremediavelmente sob o peso das suas proprias grandezas, corroidos mais pelas enfermidades intestinas que os decompunham, do que pelas repetidas aggressões externas; a reconstituição das pequenas nacionalidades, como Belgica, Portugal e a Grecia, etc., é a prova mais concludente de que a assimilação se não opéra por um simples arbitrio, por mais violento que elle seja; e, como protestando sempre contra essa assimilação, levantam-se a cada momento a Hungria e a Noruega, mostrando bem quanto são ciosas das suas autonomias, muitas vezes sómente em presença de um receio infundado ou de uma leve desconfiança. A Polonia, apezar de materialmente retalhada e de extremamente enfraquecida, vê ainda como longinqua miragem o ideal da sua reconstituição, para a qual se não desvanecem esperanças nem se medem sacrificios, exactamente nos mesmos propositos em que se mantiveram durante muito tempo os pequenos Estados da peninsula dos Balkans; finalmente a Alsacia e Lorena, destinadas quasi como contrapeso a sustentarem o fiel da balança politica franco-allemã, parecem aguardar apenas a reparação de forças e um novo ajuste de contas, a cujos effeitos hajam de submetter-se, sem excluir mesmo o de se eliminarem em ambos os membros d'esta equação para a resolução mais facil de um equilibrio ainda desconhecido ou indeterminado, porque, como já temos notado, a homogeneidade e a cohesão não dependem simplesmente de uma circumstancia eventual e de momento.

Devemos notar por ultimo e em conclusão que, sejam quaes forem os resultados da lucta pela existencia, por mais ponderados que se considerem os elementos que n'ella entram, jámais poderão os Estados sahir de uma situação meramente transitoria, porque a lucta é permanente e a estabilidade repugna ao progresso. Conhecer as suas leis e dar-lhes plena execução é a um tempo preparar a victoria propria, obstar ao triumpho alheio, e, pelo menos, suavisar as condições de vencido, que em muitos casos importam uma verdadeira victoria.

Se passarmos a considerar os elementos constitutivos do Estado sob o seu aspecto physiologico, ou modo como entram na vida

do organismo, deveremos attender em primeiro logar ao principio fundamental da coordenação das suas forças, e em segundo aos phenomenos produzidos por essas forças ou ao que mais propriamente chamaremos funcções.

Aos Estados simples, como organismos rudimentares, devem corresponder funcções menos perfeitas que aos Estados compostos, porque a distribuição das forças importa a divisão do trabalho, e esta o seu natural aperfeiçoamento. Na vida embryonaria confundem-se todos os orgãos, e as suas manifestações reduzem-se, por assim dizer, a um simples movimento; mas, á medida que esses orgãos se vão destacando a pouco e pouco, tambem se determinam e differenceiam as suas respectivas funcções, sem comtudo fraccionarem a sua unidade, porque os elementos apparecem dispostos e adaptados uns aos outros com acção reflexa e vida ao mesmo tempo particular e geral. As cellulas entram na composição dos diversos orgãos, estes constituem os apparelhos ou systemas, e todos realisam superiormente o organismo. Assim o individuo entra na familia nas mesmas condições em que a cellula entra no orgão; a familia, a tribu, e as instituições sociaes compõem verdadeiros systemas ou espheras de acção, e todos constituem o organismo politico denominado Estado, que deve representar uma perfeita coordenação physiologica, uma continuidade de forças e unidade de movimento, em harmonia com a continuidade geographica e homogeneidade de suas condições anatomicas.

Os primitivos Estados simples jámais poderiam originar uma noção organica, porque a sua funcção era inteiramente absorvente, e os Estados compostos permaneceram muito tempo sem a exacta comprehensão da necessidade do equilibrio e de uma justa coordenação dos seus differentes elementos. A escravidão, as castas, as classes e as ordens têm sido, desde a antiguidade até á moderna constituição dos Estados, um obstaculo permanente para a concepção de um organismo assente em leis naturaes. A escravidão, apezar de traduzir innegavelmente um sensivel progresso sobre a dureza e ferocidade da lucta, poupando a vida e aproveitando as forças dos vencidos, comtudo não os assimilava aos vencedores, excluindo-os por isso da communhão da vida politica, e impondo-lhes deveres sem lhes reconhecer direitos. As castas asiaticas e as classes europêas, baseadas na mesma falsa concepção de origem, estabeleciam differenças tão profundas e radicaes entre si, que mal chega a perceber-se como n'um meio de opposição reciproca e permanente a natureza as conciliava ainda sob o imperio de uma unidade politica superior. Separadas quasi perpetuamente umas das outras e sem grande possibilidade de se fundirem, constituiam por isso aggremiações particulares com fins perfeitamente

distinctos, e o Estado, em vez de traduzir a idéa de harmonia, era pelo contrario o reflexo imperturbavel de antagonismos e discordias. Emquanto as castas provinham de um mesmo mytho religioso, mas de differentes orgãos da divindade, segundo os attributos ou funcções especiaes que se suppunha corresponderem-lhes, as classes assentavam tambem em uma mesma necessidade do Estado, mas evidentemente incompativeis umas com outras e limitadas reciprocamente pelas espheras da acção que lhes eram determinadas; assim como, por exemplo, á casta brahmanica se attribuia a cultura da sciencia, da religião e do direito, porque se originara na bocca da propria divindade, e a casta immediatamente inferior dos kshatriyas reservava para si a força e todas as manifestações da auctoridade, porque provinha do braço d'essa divindade, sssim tambem os patricios romanos, como os eupatridas gregos, distinguiam-se politicamente a muitos respeitos dos plebeus e dos seus congeneres, principalmente porque descendiam de familias nobres, companheiras dos chefes dos Estados, symbolisando a heroicidade como as castas representavam o principio divino. Umas e outras viviam, porém, como sobrepostas á similhança das camadas geologicas, ou desenvolviam-se como plantas de differentes especies, embora no mesmo meio, ou, finalmente, gyravam como espheras excentricas, mas sem grandes relações de intimidade, nem consciencia nitida da sua constituição organica.

As castas e classes transformaram-se em ordens ou estados, para florescerem na Europa durante a edade media sob um regimen de organisação interna, que as dividia e subdividia hierarchicamente, mas sem relações externas de umas para com outras que mutuamente as vinculassem. Levantadas no periodo mais acceso da lucta de uma população exuberante de força contra uma civilisação decrepita, tinham todavia por si os vicios tradicionaes e os mythos religiosos, porque parece que a intelligencia do homem jámais pôde satisfazer-se com as simples expansões da natureza sem as referir a uma causa superior, divina ou heroica, que justificasse a sua grandeza, as suas aspirações e os seus privilegios. Os nobres chamados a constituir a alta milicia, como os kshatriyas, encadeiavam-se artificialmente uns aos outros por meio de diversos élos, mas não formavam, ainda assim, uma só cadeia; o clero, que, em vez de se elevar até á divindade, a fazia descer pelo contrario a todas as cousas mundanas, mantinha differentes graduações, não porque o humilde sacerdote não representasse em toda a perfeição o fundador supremo da religião, mas porque na direcção temporal dos negocios do mundo, a que essa religião não podia ser extranha, os simples pastores necessitavam de inspecção

e de superintendencia, exactamente como se a divindade os não inspirasse a todos por egual, e d'aqui resultava achar-se inteiramente fóra do Estado a sua unidade superior, e dentro d'elle sómente differentes centros de acção, apenas coordenados na conquista e conservação da sua supremacia; a burguezia, ou terceiro Estado, composta de homens livres, por se acharem ligados ao paiz mais pela sua cultura e ausencia de privilegios do que realmente pela liberdade e isenção da influencia dos outros Estados, intervinha na funcção politica representando a parte não sacrificada de todo por aquelles privilegios, e como alavanca indispensavel ao equilibrio das suas forças, ao mesmo tempo que era ponto de apoio para o exercicio de um frouxo poder central, que vivia de hesitações e de alternativas.

Eram estas as tres ordens ou orgãos que deviam desempenhar as funcções politicas do Estado, não contando com um outro elemento *innominato,* o unico na verdade productor, para o qual os primeiros dois reservavam apenas a protecção legal das suas jurisdicções e dos tributos reaes e pessoaes, segundo a escala das suas prerogativas e privilegios, porque, quanto ao mais, desapparecia por entre as dobras hierarchicas d'aquellas ordens, como da familia desapparecem os filhos espurios. Constituidas n'estas condições, as ordens eram verdadeiros fócos revolucionarios, Estados imperfeitamente organisados, aspirando á independencia da acção em meios todavia communs, e por isso impotentes para a desaggregação, como insufficientes para uma completa homogeneidade.

Impunha-se, pois, como natural um trabalho de profunda reforma, não de amalgama ou absorpção de todos os elementos, nem de reconstituição de uma unidade symbolica, porque o maravilhoso não tinha podido sustentar-se em opposição com as leis da natureza, mas um trabalho de organisação geral, fazendo convergir todas as forças para uma resultante harmonica com o meio e condições em que ellas tinham de actuar.

Essa reforma veio operal-a até certo ponto em França a revolução de 1789 proclamando a abolição de todos os privilegios de nascimento, e, por consequencia, a egualdade natural para o exercicio de todos os direitos civis e politicos com a correspondente egualdade tributaria. Esta nova revelação da doutrina social veio, como evangelho, estabelecer um direito fundado exclusivamente na natureza humana, destinado, por isso, a ser traduzido nas constituições modernas e a fazer baquear todo o antigo regimen; mas a quéda das instituições não era por si só sufficiente para dar vida a principios abstractos, como não bastava o facto de se enfileirarem os cidadãos no mesmo pé de egualdade para dar movimento regular ao novo machinismo politico; pelo contrario, quando

a evolução attinge os extremos da dissolução, que outra cousa não é a ausencia de um organismo, a força redistribuida tende necessariamente para a heterogeneidade e segregação dos mesmos elementos que d'antes combinara, transformando-os em pequenas unidades desarticuladas com uma especie de movimento de ebulição sem solidez nem resistencia, e por isso mesmo á mercê do primeiro impulso de maior expansibilidade ou de maior condensação. São, por assim dizer, estas differenças thermometricas, que, em seguida ás mais profundas revoluções, têm levantado tambem os mais audaciosos dictadores, comprimindo, quanto possivel, a demasiada expansibilidade para evitarem a decomposição. As classes e as ordens haviam desapparecido, pois, no centro da Europa, como elementos do funccionalismo politico, mas não estavam creados outros orgãos que as substituissem, nem as novas instituições, que devem ser essencialmente homogeneas, podiam levantar-se n'um momento por tal fórma, que viessem conciliar inteiramente o principio de egualdade natural com as differentes funcções que o Estado tinha a desempenhar. Era indispensavel uma preparação lenta, que contrapozesse aos principios separatistas da vocação hereditaria e privilegiada o da egualdade fundamental de todos os individuos como membros do mesmo organismo, chamando-os todavia ao exercicio das differentes funcções segundo as suas aptidões e merecimentos; era necessaria uma educação homogenea baseada na liberdade de acção e do pensamento, e interessar por egual em todas as manifestações da civilisação e do progresso toda a industria e todo o commercio; era preciso, emfim, reconstituir ao mesmo tempo a unidade physica e a unidade moral de maneira que na consciencia do individuo se encontrasse o primeiro e porventura o mais importante elemento da autonomia social.

Estes resultados só appareceram mais tarde, como era natural, por entre as brumosas alternativas da acção e reacção dos sentimentos egoistas; e a sua generalisação fóra de França foi ainda mais tardia, porque, além de encontrar nos outros meios as mesmas difficuldades internas, formara-se contra ella uma fortissima colligação e apertado bloqueio, como se as leis naturaes fossem susceptiveis do isolamento a que é necessario reduzir os fócos infecciosos para evitar a sua propagação. É, porém, certo que as modernas constituições, embora mantenham ligeiros vestigios do passado como signaes evidentes de transacção, e ainda assim não tenham tido uma realisação completa por mal comprehendidas, ou porque d'ellas se tenha tambem largamente abusado, foram comtudo inspiradas pelos principios revolucionarios, e organisaram os Estados sobre a mesma base da soberania nacional e da egual-

dade natural, restituindo, por consequencia, ao homem todo o direito ao exercicio da sua capacidade nas differentes espheras de acção em que elle póde considerar-se. As circumscripções territoriaes não separam os homens nem as familias, nem dividem os interesses ou aspirações, nem emfim estabelecem categorias antagonicas; são apenas orgãos do mesmo organismo, em cujas funcções o homem entra ligando as mais remotas ás mais proximas e convertendo a acção individual em acção do Estado, e vice-versa, do mesmo modo que nas funcções physiologicas do individuo o acto volitivo se traduz externamente, ou a impressão externa se transforma em acto psychico. As primeiras e mais simples circumscripções, as communas principalmente, enlaçam solidariamente as familias n'uma ordem de interesses materiaes e moraes, para os quaes é insufficiente a economia ou governo individual, e preparam assim o primeiro centro de actividade politica; as circumscripções mais amplas abraçam e comprehendem as primeiras em uma outra communidade de interesses e aspirações mais geraes, como por sua vez são involvidas pelo Estado em toda a sua complexidade organica. D'esta fórma não ha um só acto individual, por mais isolado e insignificante que pareça, que se não reflicta em todo o organismo, nem uma só funcção organica que não affecte ou se não explique pela situação de cada um dos elementos d'esse organismo.

De harmonia com estes principios deveremos sem duvida concluir que o Estado é uma instituição natural, não obstante a interpretação das leis da natureza, e a sua correspondente execução pelo homem dependerem em grande parte da civilisação humana. Não assenta n'um contracto social, porque nem se funda no arbitrio dos homens, nem o consenso humano póde jámais contrariar as leis naturaes, nem finalmente é licito confundir as leis positivas do desenvolvimento dos Estados com os principios fundamentaes que ellas devem traduzir mais ou menos perfeitamente. É porém innegavel que a theoria do contracto, apezar de partir de uma hypothese imaginaria, influiu poderosamente nas modernas constituições, devolvendo á discussão do homem e á opinião publica a determinação dos direitos, que d'antes se diziam emanados da vontade de Deus, exercida comtudo pelos tyrannos da terra.

Determinada assim a natureza do Estado e seus elementos constitutivos, convinha de certo discutir agora o valor scientifico de um outro assumpto de não menor alcance, e que póde considerar-se, a justo titulo, o remate da theoria fundamental do Estado, isto é, o que se lhe deve e o que póde esperar-se d'elle. Mas a complexidade d'esta questão, que evidentemente involve toda a vida juridica do Estado sob duas especies de relações, e toda a

sua finalidade, sob um ponto de vista mais generico, nem póde ser exactamente comprehendida nem encontrar solução cabal senão quando se estudem detidamente as funcções geraes e especiaes do organismo politico em sua intima correspondencia, o que, certamente, exige maior desenvolvimento do que aliás é compativel com a noção synthetica do Estado, de que ao presente nos occupamos. Completaremos comtudo esta noção com os elementos essenciaes que entram n'ella, considerando já o Estado, por assim dizer, em seu natural exercicio.

Da moderna concepção organica do Estado derivam a este respeito consequencias practicas de um valor na verdade importantissimo. Em primeiro logar nunca o ideal do Estado poderá ser a anarchia ou a independencia absoluta do homem, por mais harmonico que possamos suppôr o seu desenvolvimento com as leis individuaes. Depois, assim como se não comprehende a existencia de qualquer dos orgãos do homem senão como seu elemento, assim tambem a existencia do proprio homem só póde comprehender-se como fazendo parte de uma outra entidade superior. Se, na phrase de um auctorisado escriptor, a cellula, o tecido e o orgão só têm existencia biologica no corpo animal como fazendo parte de um aggregado, assim o homem, a familia e a collectividade só têm existencia sociologica e politica como membros de uma mais vasta sociedade, e por consequencia de um outro organismo. Ora a vida organica não se concebe realmente sem que a circulação geral deponha em cada um dos tecidos dos orgãos os elementos que o sangue lhe fornece, nem o sangue se constitue sem que os mesmos orgãos lhe ministrem o necessario alimento como justa compensação das perdas continuamente soffridas; e é assim que á transformação, operada pelos alimentos na producção do sangue, se segue uma similhante transformação do mesmo sangue nas substancias constitutivas dos orgãos.

A biologia politica representa n'esta conformidade uma serie indefinida de transformações successivas. O Estado apropria a si os alimentos que lhe fornecem os individuos e as collectividades, mas decompõe-nos e transforma-os immediatamente para os abandonar por sua vez á vida particular dos seus orgãos. É n'esta mutua correspondencia de condições de vitalidade organica que consiste o equilibrio mechanico das suas forças, e o que na vida juridica se denomina reciprocidade de direitos e deveres.

O Estado não póde pois legitimar direitos que lhe não sejam necessarios como organismo; os individuos e as collectividades como orgãos não podem esquivar-se ao cumprimento dos deveres, que sejam condição indispensavel da vida do Estado; o organismo não póde dar menos do que necessitem os seus orgãos; estes não

podem esperar mais do que tenham dado por sua vez. O menor privilegio, a menor isenção do que cada um deva produzir na sua respectiva esphera de actividade importa um verdadeiro desequilibrio de forças, o sacrificio de um em beneficio de outro, e, em summa, a injustiça. Da injustiça nascem todas as revoluções.

Tanto os direitos como os deveres politicos assentam pois na necessidade da existencia do Estado, e por consequencia no fim que elle se propõe conseguir em harmonia com a lei da lucta pela existencia, isto é, garantindo a conservação e reproducção do homem no meio social. Nem o homem póde desejar mais do que os chamados direitos de liberdade em todas as suas variadas manifestações, comprehendendo o de assimilação das condições necessarias á vida, nem o Estado deve garantir mais do que essa mesma liberdade, como simples isenção de toda e qualquer coacção no desenvolvimento do homem e da sociedade. Todas as funcções do Estado se podem pois reduzir a uma funcção geral preventiva de educação, ou antes preparação para o exercicio do direito de liberdade e a uma outra funcção repressiva para o restabelecimento de um direito, quando offendido; todos os deveres do homem consistem portanto em ministrar ao Estado os serviços e condições de que elle necessita para o seu funccionamento. A legislação, regulando o desenvolvimento natural do homem no meio social, é sem duvida a primeira e mais importante condição de ordem, e a funcção legislativa traduz, por isso, a primeira força ou poder do Estado. A conveniente organisação dos serviços e das instituições necessarias á sua execução, taes como a politicia, os tribunaes, e a força publica, e bem assim toda a administração dos meios indispensaveis á vida do Estado, constituem evidentemente a segunda funcção geral e manifestam a segunda força ou poder politico.

As instituições de educação e ensino scientifico e artistico, as moraes e religiosas, as economicas, comprehendendo todas as commerciaes e industriaes, não são creações puramente politicas, mas sim sociologicas; dependem e contribuem de certo para o Estado, como todas as manifestações humanas e sociaes, no que respeita á liberdade e protecção de que carecem para a sua existencia, mas não são nem podem ser productos immediatos do Estado. A grande influencia, que na vida politica exercem innegavelmente os costumes, a religião e a instrucção mais geral, formando o character moral e a feição social do homem pela cultura da sua intelligencia e do sentimento da sua dignidade, bem como pela practica das virtudes que mais podem convir á elevação e grandeza dos seus destinos, submette muitas vezes inteiramente estas funcções sociologicas á acção directa do Estado;

e a deficiencia de iniciativa para a fundação de muitas instituições uteis, taes como as de assistencia e de caridade, converte tambem não poucas vezes n'um verdadeiro systema de socialismo politico o que em rigor deveria considerar-se producto espontaneo da sociologia economica.

Da falsa concepção da natureza e finalidade do Estado, e, sobretudo, do predominio dos sentimentos egoistas sobre a solidariedade social e politica, derivam evidentemente serias perturbações para a vida dos povos e até o compromettimento da propria existencia autonomica, porque em qualquer dos casos se enfraquece ou decompõe a sua unidade moral, na verdade tão importante como a sua unidade physica. Quando por um lado se recusa ou sophisma o cumprimento dos menores deveres politicos, ao mesmo tempo que se considera o Estado verdadeiro manancial de todas as condições de vida individual e collectiva; quando ao contrario o Estado se apresenta como poder absorvente, prendendo e sugando, por cada um dos mil tentaculos de invenção phantastica, toda a actividade e seus productos, sem nada distribuir de util e proveitoso, ou accumulando avidamente em larguezas de uns o que importa sacrificios de outros; presuppõe-se em ambas as hypotheses um dualismo absurdo, e tão insustentavel como se os orgãos apprehensores rompessem hostilidades com o estomago, ou os demais centros organicos dependessem da arbitraria preferencia d'este. Todavia é certo que, ao passo que o necessario civismo se amesquinha e desapparece na lucta dos interesses individuaes, pede-se ao Estado a ordem, a justiça, a sciencia, a moralidade, a religião, a protecção do commercio, das artes e da industria, o trabalho, a assistencia, e em summa tudo quanto póde entrar no amplissimo ambito de uma especie de suprema tutela social em relação a um mundo de incapazes e interdictos; e é assim que, sem uma sensivel contradicção de principios nem de factos, os mais refractarios ás contribuições do Estado são tambem os que mais concorrem a disputar preferencias no exercicio das funcções remuneradas, contravindo ordinariamente a lei da divisão e perfeição do trabalho com accumulações incompativeis e em opposição com as aptidões individuaes, e, emfim, creando uma população de funccionarios em evidente desproporção com as necessidades publicas.

Não será facil traçar com rigor perfeitamente practico uma linha divisoria entre algumas funcções geraes do Estado ou politicas e outras funcções meramente sociologicas, porque a propria existencia do Estado é tão condicionada, que não póde deixar de submetter-se e de pautar-se pelas variaveis circumstancias occorrentes; mas é innegavel que o desenvolvimento social e o estado

politico se influenceiam reciprocamente substituindo-se algumas vezes um ao outro na medida das necessidades de conservação e de progresso. É tambem indiscutivel que as funcções geraes do Estado presuppõem o emprego de todos os meios de que elle carece em harmonia com as leis de sua composição e da lucta pela existencia, preparando, portanto, o meio natural para a conveniente adaptação do homem e constituição da unidade physica pelos trabalhos de producção, de hygiene e de defesa, e desenvolvendo ou protegendo a cultura intellectual e moral para a formação da unidade social por meio da educação e instrucção, na verdade os mais importantes elementos da ordem e da liberdade e as armas mais poderosas da lucta e da victoria. A relaxação dos costumes pela ausencia dos sentimentos de dignidade e de probidade implica sem duvida o primeiro *deficit* social, a que os Estados não podem ser indifferentes sem concorrerem para a sua propria ruina. Por ultimo é egualmente indubitavel que nem a sociedade nem os individuos podem conservar-se em antagonismo com o Estado, pois que a vida de um synthetisa necessariamente a vida dos outros com todos os seus vicios e virtudes. As contribuições publicas traduzem as primeiras funcções com que cada orgão entra na composição physiologica do Estado; as funcções geraes do organismo politico devem corresponder em productividade a essas funcções especiaes, e justificar cabalmente a necessidade da sua existencia sem monopolios, nem privilegios, nem isenções, mas de perfeita harmonia com a solidariedade organica, com a diversidade de aptidões e com a lei da divisão do trabalho. A legitimidade de todas as relações politicas póde em conclusão aferir-se pelo seguinte criterio:—nas funcções sociaes e individuaes o maximo respeito pela missão do Estado; nas funcções politicas o maximo respeito pela liberdade individual e social.

João Jacintho Tavares de Medeiros.

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO

CAPITULO III

Influencia do Cartesianismo sobre o Racionalismo

(Continuado do n.º 4, paginas 225)

2) *O Racionalismo de Descartes na França:* evolução divergente dos elementos racionalistas; a congregação do Oratorio (André Martin, Poisson, Malebranche, Arnauld, etc.)—3) *O Racionalismo de Descartes na Allemanha:* influencia do movimento cartesiano hollandez sobre a Allemanha; Leibnitz e Descartes; Wolf, Kant, Hegel, etc.

2) O Racionalismo cartesiano em França

O movimento cartesiano em França não se accentua tão rapida e efficazmente como na Hollanda; a integração da synthese cartesiana nem chega mesmo a completar-se, em virtude de circumstancias innumeras que impediram a convergente evolução dos elementos philosophicos determinados pelos phenomenos de dissolução social produzidos pela critica negativa.

A uniformidade harmonica da organisação das universidades não existia na Hollanda; d'este modo a prohibição de um reitor circumscrevia-se aos professores da sua universidade; não assim na França, onde todas as universidades e instituições sociaes estavam submettidas egualmente á mesma auctoridade ecclesiastica e ás decisões do mesmo monarcha. Não admira que fossem diversos os phenomenos, occorridos na Hollanda e na França; emquanto na França a hierarchia ecclesiastica e civil estava solidamente organisada, na Hollanda dominava uma geral desorganisação: a insubordinação funccional produzia os seus deleterios effeitos e as universidades eram dirigidas pelos magistrados locaes.

No momento em que na Hollanda, ainda mesmo em vida de Descartes, as academias e universidades eram racionalistas, na

França, só ao terminar do seculo XVII, as classes que não exerciam officialmente o munus do ensino, adheriram ao movimento hollandez. Foi no seculo XVIII que alguns professores tiveram a coragem bastante para se levantarem contra a tradição e impugnarem as doutrinas classicas, nas mesmas cathedras da Sorbonna onde ellas tinham encontrado os seus maiores apologistas.

Se quizermos innumerar os adeptos de Descartes em França, teremos de indicar alguns jesuitas: Charnet, Vatier, Mesland, a congregação do Oratorio, a sociedade de Port-Royal, bastantes benedictinos: Mabillon, etc., os recolhidos da congregação de Sancta Genoveva: Pedro Lalement, Rué le Bossu, muitos clerigos, seculares e magistrados; n'esta incompleta noticia historica devem ser referidos os nomes de M.me de Sévigné, de Grignan, Marqueza de Sablé, Duqueza de Maine, etc., etc.

Entre os philosophos cartesianos acima referidos, devemos especialisar como dignos de maior consideração, em virtude da grande influencia que exerceram sobre os seus contemporaneos e da superioridade incontestavel dos seus systemas, os padres do Oratorio e entre esses André Martin, Poisson, Malebranche e Arnauld.

Se perscrutarmos as causas da admissão do Cartesianismo na congregação do Oratorio encontramos o extraordinario predominio do Platonismo, dispondo favoravelmente os espiritos para uma doutrina, que elevasse as aspirações da razão e diminuisse o ferreo jugo da tradição.

De tempos a tempos surgiam energicos protestos contra a consideração que alguns oratorianos votavam a Platão; isto porém não impedia que os admiradores do philosopho grego legitimassem a sua sympathia, dizendo que admiravam Platão como philosopho, repudiando-o como theologo.

Assim é que, em terreno tão prospero, o Cartesianismo se desenvolveu extraordinariamente; quando em 1678 os superiores foram obrigados a prohibir a adopção dos principios cartesianos, muitos membros da congregação do Oratorio protestaram nos seguintes termos: «se o cartesianismo é uma peste, na nossa congregação ha mais de duzentos affectados de similhante doença (1).» A congregação do Oratorio era cartesiana.

Segundo as indicações de Malebranche (2), André Martin foi o primeiro oratoriano que introduziu Descartes no ensino philosophico e subsequentemente no espirito dos seus discipulos.

---

(1) *Voyage du monde de Descartes*, III, P. Daniel; *Menagiana* (edição de 1741), 4 volumes in-12; 3.º vol., pag. 262.

(2) *Recherche de la vérité.*

Referindo-se ás questões theologicas da fé e tentando harmonisar a liberdade hominal com a força irresistivel da graça, como queria Jansenio, Martin tenta unir a fé com a razão, subordinando a primeira á segunda.

No meio dos diversos aspectos que póde revestir um systema philosophico, é relativamente facil descriminar o racionalismo predominante ou a subordinação orthodoxa da razão aos principios supraracionaes, todas as vezes que se examina attentamente a celebre conciliação da razão com a fé; por este processo infallivel divisamos o mais accentuado racionalismo na doutrina de Martin.

Considera a fé como um estado inferior pelo qual ascendemos até á razão, á sciencia; a fé é anterior á razão na ordem chronologica e nunca na ordem da dignidade e da excellencia.

Apresenta-se como ontologista radical sempre que analysa a existencia de Deus; conhecer Deus corresponde á visão de Deus em si mesmo.

*

Ao primeiro movimento cartesiano tinha succedido uma reacção violenta, que se manifestou na condemnação das obras de Descartes pela congregação do Sancto Officio, com a formula: *donec corrigantur;* symptoma importante d'esta recordação historica «*retour au type,*» encontra-se na prohibição da oração funebre de Descartes na egreja de Sancta Genoveva do Monte, no meio de muitos dos seus admiradores e discipulos, que tinham resolvido celebrar as exequias do mestre, no mesmo dia em que os seus restos mortaes entravam em França; não obedecia a mais favoraveis intuitos a resolução de 1624 prohibindo, sob pena de morte, o ensino da doutrina de Descartes; a mesma Sorbonna, em 1670, impetrou do parlamento de Paris um decreto contra a philosophia nova (1).

Estas medidas de repressão não produziram o resultado desejado; não só a compressão das naturaes tendencias do espirito, por uma singular antithese e notavel contraste, mais exacerba as aspirações de um crente, de um revolucionario em philosophia como em politica, mas tambem o espirito sarcastico e mordente de Boileau, ridiculisando o decreto do parlamento e a *Memoria* eloquente de Arnauld publicada por Cousin, evitaram a continuação da perseguição do Cartesianismo.

---

(1) Franck, *Dictionnaire des sciences philosophiques,* vb. *Cartésianisme,* pag. 242-246.

No meio d'este conflicto de idéas e de repressões apparece Malebranche, que, embora não seja incondicionalmente pelas soluções de Descartes, muito se approxima da sua doutrina.

Em ninguem como em Malebranche se póde estudar a phase intermedia da transição da orthodoxia tradicional para o racionalismo; o ontologismo de Malebranche deve entrar como elemento constitutivo e integrante da synthese philosophica, emquanto symbolisa os esforços da razão, reconhecendo a necessidade de ser livre, absolutamente independente, mas não tendo a força necessaria para cortar cerce com os prejuizos do passado, com a vida da tradição.

Para não nos demorarmos muito, synthetisamos o ontologismo de Malebranche do seguinte modo:

α) «Omnia in Deo a nobis immediate videri, sive ea quae sensibus percipiuntur, sive quae intelliguntur mente.» Vemos tudo em Deus; vemos em Deus o *intellegivel* e o *sensivel*.

Admire-se o esforço racionalista de Malebranche; não comprehendemos mais amplas garantias da razão, nem dominio mais vasto; a razão conhece tudo: *vê tudo*.

Mas, Malebranche reconhece a heterodoxia d'esta sua asserção e restringe-a logo muito habilmente, mas de modo a trahir as suas intenções: «não vemos a essencia de Deus *absolute ut in se est,* mas *in sensu relativo, ut est idea archetypa.*» Assim satisfazia este eminente philosopho ás exigencias da orthodoxia e manifestava de um modo habilissimo os superiores direitos da razão.

β) O ontologismo explica do melhor modo possivel os nossos conhecimentos, porque Deus, em quem residem os *intelligiveis,* está sempre presente em todos os logares.

O *Deus,* em quem residem os intelligiveis, nada mais é do que a razão individual descobrindo, nas modalidades da sua propria substancia, a natureza de todos os seres creados e possiveis.

γ) A nossa intelligencia dirige-se para Deus como para o seu ultimo fim; assim como Deus é o primeiro objecto da vontade assim tambem o deve ser da intelligencia.

∂) Não professando o Ontologismo temos de explicar, dizia Malebranche, os nossos conhecimentos pelos sentidos, o que é absurdo.

Não é necessario filiar o Ontologismo de Malebranche em Descartes; o conceito da razão universal, a intuição, a evidencia de todos os nossos conhecimentos, tudo isto demonstra, que farte, o nosso asserto: Malebranche é um cartesiano orthodoxo, se póde haver orthodoxia dentro do Cartesianismo (1).

---

(1) Embora o Ontologismo corresponda a um momento historico da revolução philosophica, iniciada no seculo XII e XIII, antecedente logico e

Dispensamo'-nos de expôr o modo de pensar de outros philosophos cartesianos em França; embora não se apresentassem radicalmente racionalistas, professavam entretanto os principios do eminente revolucionario.

Inimigos declarados do Cartesianismo, os jesuitas nunca cessaram de perseguir a propaganda cartesiana; ainda se ouviam as ultimas gargalhadas do inexcedivel Boileau e já os jesuitas instavam do monarcha prohibição expressa para a propaganda cartesiana; o monarcha cede e a congregação do Oratorio vê-se obrigada a subscrever estas condições humilhantes: a extensão não é a essencia da materia, em cada corpo natural ha uma somma substancial realmente distincta da materia, o pensamento não é a essencia da alma racional, é possivel o vacuo, etc.

Apezar de tudo os jesuitas não conseguiram *descartesianar,* como então se dizia, a França; houve martyres e se não ha razão para repetir a phrase proverbial de Tertuliano, é certo todavia que Arnauld, Lamy, Bossuet, Fenelon, etc., foram dignos continuadores do eminente revolucionario.

Por ultimo não devemos deixar de nos referirmos ao fundador do Positivismo, Augusto Comte, cujo systema tem a sua filiação historica e organica no Cartesianismo.

Como demonstraremos no estudo da synthese sociologica do Cartesianismo, ao ultimarmos este capitulo, as especulações de Descartes correspondiam á grande necessidade da razão ou da consciencia humana em construir uma nova synthese racional, depois que a synthese religiosa ou catholica já não satisfazia ao espirito critico. Descartes não tinha ainda os elementos objectivos das sciencias que depois se constituiram, a Chimica, a Biologia, a Psychologia e as sciencias sociaes, principalmente a Historia; fez a sua construcção subjectiva, mas com a segurança do methodo mathematico e por isso determinando o grande principio dynamico das transformações do movimento nos varios equilibrios da materia (1).

Em melhores condições de prova apparece Augusto Comte, construindo uma nova synthese philosophica, real e objectiva,

---

chronologico da evolução convergente iniciada por Descartes e em via de realisação com os trabalhos de Comte e Spencer, é certo que, anormal e inconsistente, como todos o reconhecem, o ontologismo tem sectarios devotados em Giobert, Ubagho, Fabre, Gerdil, etc.—(Malebranche, *De la recherche de la vérité;* Gerdil, *Défense du sentiment du père Malebranche;* Zigliara, *De la lumière intellectuelle,* etc.)

(1) Sr. Theophilo Braga.

sem as incertezas do mundo subjectivo e com a segurança dos problemas resolvidos em face da sociologia (1).

É o mesmo Augusto Comte quem declara que o positivismo é o resultado necessario da combinação de duas evoluções philosophicas preparatorias e complementares; á frente de uma encontra-se Descartes, que abandonou os estudos sociaes para concentrar os seus esforços nas especulações inorganicas; a outra evolução é dirigida por Bacon, que estudou particularmente as theorias sociaes (2).

Ao terminarmos este esboço do Cartesianismo em França podemos repetir as phrases de Huxley: «*de tous les penseurs, celui que, d'après moi, représente mieux que tout autre la souche et le tronc de la philosophie et de la science modernes, c'est René Descartes* (3).»

3) O Racionalismo cartesiano na Allemanha

O conhecimento das intimas relações, em que se encontravam a Hollanda e a Allemanha, facilita-nos a comprehensão do dominio que o Cartesianismo exerceu n'este ultimo paiz. Nas universidades reformadas visinhas da Hollanda houve desde o tempo de Descartes

---

(1) Quem se recordar do titulo do nosso trabalho julgará extranho ao nosso intuito o estudo do positivismo, embora este systema tenha a sua filiação historica e organica em Descartes; estuda-se a influencia de Descartes sobre o racionalismo e o positivismo não é seguramente o mesmo que o racionalismo.

Incluimos esta pequena referencia a Augusto Comte, no nosso trabalho, por duas considerações: no nosso estudo não descuramos a importante synthese philosophica de Descartes na sua evolução historica; ora no Comtismo encontramos elementos cartesianos.

Demais ha traços racionalistas communs ao cartesianismo e ao positivismo, ambos estes systemas rejeitam o supra-racionalismo, o sobrenatural, o divino; contentam-se com a observação; para Descartes exige-se a observação clara do objecto, a evidencia (synthese philosophica), para Comte é necessaria a observação real e objectiva (synthese positiva).

D'este modo já é facil descriminar as relações de homogeneidade e heterogeneidade na evolução convergente e divergente dos elementos geradores do Cartesianismo e do positivismo.

Ainda, em virtude d'esta divergencia na fixação do criterio dos conhecimentos, podemos comprehender a exclusão dos phenomenos sociaes da synthese cartesiana quando elles desempenham o mais importante logar na concepção Comteana.—Augusto Comte, *Cours de Philosophie Positive,* tom. VI, 58ª leçon, pag. 548–674.

(2) Augusto Comte, obra e logar citado, pag. 548, 551, 563; Roberty, *La Philosophie du siècle,* pag. 32.

(3) Huxley, *Les sciences naturelles,* pag. 452-453.

muitos professores cartesianos; os estudantes allemães da margem do Rheno iam aperfeiçoar os seus conhecimentos scientificos e doutorar-se nas universidades de Leyde, Utrecht, Groningue, d'onde voltavam imbuidos nas idéas de Descartes; muitos d'esses academicos, mais tarde professores nas universidades allemães, tentavam demonstrar nas suas cathedras as idéas que tinham recebido na Hollanda. Bastará citar Clauberg, que, depois de ter estudado na Hollanda, ensinou a philosophia cartesiana nas duas universidades de Herborn e Duisbourg. Encontramos muitos outros professores cartesianos, nas mesmas condições de Clauberg, em Francfort, Breme, Halle, Leipzick, etc.

O maior adversario e ao mesmo tempo um dos importantes continuadores de Descartes na Allemanha foi certamente o philosopho Leibnitz (1). Não entramos na discussão da debatida controversia relativa á filiação cartesiana das idéas de Leibnitz; analysamos a polemica e chegamos ás seguintes conclusões:

1) Leibnitz a principio desdenhou da doutrina de Descartes, porque d'ella possuia um conhecimento muito superficial;

2) Mais tarde, depois da sua viagem á França, admirou de perto Descartes, embora não confessasse similhante dependencia philosophica; encontra-se no *Systema da natureza e da graça* esta segunda phase, bem pronunciadamente diversa da primeira, constante da correspondencia de Leibnitz e Malebranche colleccionada por Cousin (2);

3) Por ultimo o eminente philosopho começa de protestar contra os que o consideravam cartesiano; similhante protesto coincide com a publicação de um fragmento intitulado *de Vita beata* em que se defende o mechanismo cartesiano; ahi se reproduziam as idéas de Descartes sobre a moral e a felicidade e paraphraseavam-se as regras da logica cartesiana.

Em virtude de uma contradição, frequente nos espiritos superiores, Leibnitz chega aos extremos de empregar phrases radicaes, tentando divorciar-se completamente de Descartes.

«*Dicere non vereor,* escreve Leibnitz, *plura me probare in libris Aristotelis* περὶ φυσικῆς ἀκροασεως *quam in Meditationibus Cartesii.... me fateor nihil minus quam cartesianum esse* (3).»

Em que peze porém a Leibnitz, a sua theoria philosophica

---

(1) Paul Janet et Gabriel Séailles, *Histoire de la philosophie.* Deuxième fascicule, pag. 1033: «Leibnitz est le disciple et l'adversaire de Descartes;» Zeferino González, *Historia de la Filosofia,* tom. III, pag. 323, 329.

(2) *Fragments philosophiques, Philosophie moderne,* II partie, 1866.

(3) *Epistola de Leibnitz a Thiago Thomaz,* 1669 (prefacio á dissertação sobre o estylo philosophico de Nizoli, pag. 148.

tem muitos capitulos de Descartes. Não se julgue entretanto que o systema philosophico de Leibnitz não possue affirmativas divergentes do Cartesianismo; muito ao contrario a impossibilidade de conceber os corpos mediante a extensão de Descartes, o desejo de explicar racionalmente certos mysterios do Christianismo e nomeadamente a presença real, obrigaram Leibnitz a introduzir a *força* na noção da materia.

Demais este philosopho ampliou o methodo racional de Descartes, accrescentando ao principio simplesmente analytico da identidade, que se refere ao *possivel,* um principio synthetico, o thermometro do *melhor,* que regula as existencias.

O ecletismo consciencioso e a consideração especial votada aos systemas do passado, especie de syncretismo philosophico em que os mais contradictorios philosophos concorrem com as particulas, por vezes imperceptiveis, de verdade, que exageraram e adulteraram no meio das suas illusões infundadas (1), tudo isso demonstra claramente que Leibnitz tomando como ponto de partida o Cartesianismo foi mais adeante nas suas especulações. «A philosophia cartesiana, diz este pensador, é a antecamara da verdade; é difficil progredir em similhante estudo sem penetrar n'essa antecamara, mas priva-se do verdadeiro conhecimento das coisas o pensador que se contenta com o Cartesianismo.»

Todas as vezes que este philosopho se approxima de certos capitulos do Cartesianismo, afasta-se do sensualismo de Locke em proveito constante do racionalismo; haja vista a sua doutrina da origem das idéas e a tentativa de harmonisar a revelação biblica com a sciencia.

Na origem das idéas Leibnitz (2) é um discipulo de Descartes e simultaneamente um adversario de Locke; a sua doutrina baseia-se no principio de que todos os actos internos de uma monada são originados na sua mesma essencia sem alguma influencia exterior; d'este principio conclue Leibnitz que todas as idéas são innatas.

Por vezes este philosopho falla de certas idéas que vêm da experiencia; devemos porém advertir que, por meio de similhante linguagem, Leibnitz tenta accommodar a sua doutrina á assimilação ainda dos mais rudes, dos ignorantes.

---

(1) De passagem diremos que n'esta concepção de Leibnitz se podem encontrar alguns elementos do systema philosophico de Anthero do Quental, esboçado na *Revista de Portugal;* lamentamos que o eminente philosopho não ultimasse os trabalhos de revisão philosophica, a que ultimamente se entregava na *Ilha da Madeira. Revista de Portugal.*

(2) *Nouveaux Essais sur l'entendement humain.*

Insurge-se contra os que consideram a alma como taboa rasa onde se podem imprimir os typos das idéas; os que assim pensam, diz o philosopho, abraçam uma chimera; na alma nem mesmo ha *faculdades,* se por este termo se indicam forças em *potencia;* não se concebe a faculdade ou força sem a actualidade, sem produzir alguns effeitos mais ou menos consideraveis.

Explicando a sua doutrina diz Leibnitz: as idéas innatas não são noções sempre presentes ao espirito, mas disposições e virtualidades naturaes; ninguem póde admittir a possibilidade de ler na alma as leis eternas da razão; as idéas innatas existem na alma *sómente* emquanto a experiencia não as desperta, proporcionando ensejo de serem conhecidas.

Assim os caracteres das idéas innatas podem reduzir-se á *universalidade* e *necessidade.*

A todos é palpavel o racionalismo da ideologia de Leibnitz; a experiencia não representa elemento importante na genese dos conhecimentos, muito ao contrario ha sempre da parte d'este philosopho uma repulsão visivel em acceitar as menores influencias vindas da experiencia; na realidade as idéas innatas são caracterisadas pela universalidade e necessidade, ao passo que os resultados da experiencia são contingentes, limitados pelo espaço e pelo tempo.

Mas, para bem comprehendermos o systema racionalista de Leibnitz, basta sabermos que este philosopho localisa o exemplar das verdades eternas e necessarias, gravadas no intimo de todas as consciencias, no entendimento divino; com a razão divina communicam todos os homens mediante a razão individual.

N'esta doutrina não se encontrará o mais puro racionalismo? a razão individual communica com o principio divino e sobrenatural por excellencia, com Deus. Leibnitz desenvolveu, que farte, os elementos racionalistas contidos no Cartesianismo.

Em dois estudos importantes: *Discours de la conformité de la raison et de la foi* e *Essais de Théodicée* este philosopho tenta harmonisar a philosophia com a theologia, a razão com a fé; por vezes o eminente philosopho perfilha doutrinas incompativeis; a sua incompatibilidade vai até ao ponto de encontrarmos criticos illustres de Leibnitz, attribuindo ao mesmo philosopho principios completamente diversos (1).

A consciencia dos direitos inauferiveis da razão, a timidez de apresentar doutrina abertamente opposta á orthodoxia, crearam

---

(1) Amand-Saintes, *Histoire critique du rationalisme en Allemagne,* pag. 83–87; Vigouroux, *Les livres saints et la critique rationaliste.*

um systema bifronte em que theologos e philosophos racionalistas se comprazem.

*

Um dos mais importantes discipulos de Leibnitz foi Wolf: «Leibnitz trouxe o capital e Wolf aproveitou todos os juros (1).»

Não é facil imaginar a revolução philosophica iniciada por Wolf na Allemanha; nem a comprehendeu talvez esse philosopho iniciando a epocha das luzes,—*Aufklärung,* o puro racionalismo.

A critica historica, no seu juizo imparcial, attribue aos elementos constitutivos do seculo de Wolf a importancia e influencia extraordinaria das suas doutrinas; ha momentos historicos em que um trabalho ou personagem mediocre fazem a revolução mais profunda e radical.

O deismo inglez tinha-se desenvolvido, em todas as suas manifestações, com os trabalhos de Herbert de Cherbury, Toland, Shaftesbury, Tindal, Bolingleroke e Darid Hume; em virtude dos innumeros meios de communicação entre a Inglaterra e a França, em pouco tempo o movimento deista apparece n'este ultimo paiz com o nome de philosophismo; a este movimento pertencem Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Diderot, d'Alembert e muitos outros.

As idéas de liberdade, em politica como em religião, expandem-se notavelmente e dentro de poucos annos circulam o mundo civilisado; assim é que o racionalismo começado na Inglaterra, implantado na França, com cedo apparece na Allemanha, mediante a protecção de Frederico II, o rei philosopho (2).

Quando o deismo inglez e o philosophismo francez entravam na Allemanha, começava a destacar-se Christiano Wolf.

Este philosopho tentava simplesmente divulgar as idéas de Leibnitz; muitos escriptores affirmam que o pensamento do mestre foi modificado pelo discipulo; não pensamos assim; em Leibnitz encontrava Wolf duas *nuances* bem distinctas; divulgou a que lhe despertava mais sympathia e desenvolveu todas as suas consequencias.

Para bem se comprehender, como as doutrinas de Descartes relativas ao supremo criterio da razão, na analyse e discussão das verdades intellectuaes, influenciaram Wolf por intermedio de

---

(1) Kosenkrantz, citado por Amand-Saintes, *Histoire critique du rationalisme en Allemagne,* pag. 87.

(2) Vigouroux, *Les livres saints et la critique rationaliste,* tom. II; Amand-Saintes, obra e logar citado.

Leibnitz, reproduzimos a synthese do Wolfismo elaborada por um auctor insuspeito:

a) Elimina os milagres; Deus necessita de menos poder para fazer milagres do que para conservar os phenomenos naturaes;

b) Do mesmo modo termina com o sobrenatural em geral;

c) Iniciou a separação completa entre o sobrenatural e a razão, declarando impossivel tudo o que fôr contrario á razão;

d) A mesma moral do Christianismo foi impugnada no celebre discurso sobre a moral de Confucio.

A publicação successiva das obras de Wolf creava correntes importantes de antipathia, constituidas pelos orthodoxos que necessitavam da fé e pelos timidos que não tinham a coragem de acompanhar o movimento, que intencionalmente applaudiam. Ao mesmo tempo um regosijo quasi geral aguardava a continuação das *boutades* de Wolf, cujo discipulado dentro de pouco tempo era constituido pela Allemanha pensante.

Os prégadores divulgavam nos pulpitos germanicos os principios do energico successor de Leibnitz; Schmid tentou *wolfianisar* a Biblia; a côrte de Berlim transformou-se em Atheneu dos *Alétho-philos* ou amigos da verdade; a *Logica* de Wolf é considerada obrigatoria para os estudantes de instrucção secundaria.

D'este modo assistimos ao reinado do Cartesianismo na Allemanha; como concluem todos os auctores, o *Wolfismo* nada mais era do que a affirmação energica e destemida dos direitos da razão em presença da philosophia como da theologia.

O enthusiasmo por Wolf originou uma importante corrente philosophico-theologica em que se encontram Baumgarten, Semler, Reimarus, Lessing e mais tarde Eichorn e Paulus.

Devemos observar que, originado o movimento racionalista, a questão era discutida entre o clero orthodoxo, defensor *ex-officio* do sobrenatural e da subordinação dos principios racionaes ao elemento divino, e os philosophos que podiam livremente assentir a qualquer doutrina, junctamente com algumas ovelhas desgarradas do gremio orthodoxo. Por isso é que, se quizessemos estudar detidamente a evolução cartesiana a partir de Wolf, necessitariamos de conhecer as luctas successivas que mais tarde limitaram os campos do seguinte modo: *orthodoxia* constituida por um limitado numero de theologos e philosophos; *naturalismo-historico* (Eichorn) em que se encontravam os defensores da interpretação mythica da Biblia; *naturalismo-psychologico* (Paulus) defendendo a sinceridade dos hagiographos e considerando todos os pretendidos milagres como hallucinações, visões, suggestões, etc.

No naturalismo-historico, como no psychologico, encontrava-se claramente a essencia do Cartesianismo.

*

Quando Paulus começava de propagar o Cartesianismo applicado á Biblia dominava o Kantismo, em que se encontram tambem elementos caracteristicos do systema de Descartes.

Não é difficil encontrar no Kantismo vestigios importantes do Cartesianismo, ou na sua parte critica ou no complexo das suas doutrinas transcendentes.

Insurgindo-se contra o dogmatismo, refutando as pretenções do empirismo, Kant dirigia tambem as suas investigações para o scepticismo de Hume, cuja eschola contava innumeros adeptos ao seu tempo.

Para mais scientificamente impugnar as tres escholas suas contemporaneas, o eminente philosopho de Koenisberg começou de analysar os principios fundamentaes dos conhecimentos, discutindo-lhes a origem, valor e limites; julgou conveniente submetter o espirito humano a um exame severo, a fim de reconhecer precisamente a natureza da sua constituição, os limites em que deve funccionar, o processo da formação dos conhecimentos, seu valor e extensão.

Não podemos deixar de reconhecer n'esta parte, indiscutivelmente a mais importante do Kantismo, a influencia de Descartes. Quando este philosopho proclamava a duvida methodica, como origem critica da sciencia, não involvia implicitamente a idéa de remontar aos elementos essenciaes do entendimento e dos nossos conhecimentos em geral, examinar-lhes o valor, alcance e limites de acção? Será possivel duvidar systematicamente dos conhecimentos adquiridos sem duvidar tambem das faculdades cognoscitivas?

Não podemos comprehender a duvida systematica dos conhecimentos adquiridos deante do dogmatismo das faculdades intellectivas. Por isso vemos claramente no Kantismo o elemento critico, a duvida methodica do Cartesianismo.

Mas não é só na genese da philosophia transcendente que encontramos a influencia cartesiana; no mesmo corpo da doutrina Kantiana verificamos a mesma influencia.

Fiel ao seu processo de construcção organica, Kant analysou os elementos essenciaes de todo o conhecimento; desprezando os diversos phenomenos psychicos, conseguiu reduzir todos os seus elementos a dois grupos importantes: elementos *aprioristicos* e elementos empiricos, fórma e materia.

Os elementos *aprioristicos* são immutaveis e universaes; os empiricos variaveis e particulares.

A parte essencial dos nossos conhecimentos é constituida pelo elemento formal; de modo que os elementos *aprioristicos* subsistem sempre os mesmos, atravez de todas as modalidades da experiencia, embora o mundo dos contingentes termine.

Muito ao contrario a materia cognoscitiva assume variadissimas feições e reveste as mais diversas caracteristicas; mutavel e contingente, como é, não póde constituir solida base de qualquer conhecimento.

Mas as concepções *aprioristicas* do nosso espirito, as *categorias,* na phraseologia Kantiana, serão verdadeira expressão da realidade?

Kant, na primeira phase da sua philosophia, contesta a possibilidade absoluta de nos convencermos de similhante correspondencia entre o *etwas noumenico* e o *phenomeno* (Erscheinung); não affirma a antinomia, nem mesmo a desharmonia entre o *noumenos* e o *phenomeno,* mas não encontra meio algum de se convencer de similhante correlatividade. Eis o scepticismo absoluto de Kant.

Mediante a *critica da razão practica,* Kant evita o scepticismo a que o conduziu a *critica da razão pura;* ha um certo numero de verdades que arrastam irresistivelmente o assentimento universal: a liberdade voluntaria, a immortalidade da alma e a providencia divina; admitte-as e sobre ellas construe a sua Deontologia.

Não entramos no desenvolvimento da theoria Kantiana, quando tenta estabelecer a transição da razão theorica para a practica; não nos referimos á moral de Kant, porque transformariamos d'este modo a indole do nosso trabalho; vamos sómente especialisar a influencia de Descartes sobre a concepção da liberdade Kantiana.

Se Descartes apresentou timidamente, em harmonia com o seu caracter conservador, com as circumstancias do seu tempo e moldado pelas suas inquebrantaveis convicções de crente, o principio da liberdade psychologica, Kant, com uma orientação mais segura e sem as preoccupações conservadoras de Descartes, inaugura a epocha da liberdade, demonstrada á luz da critica psychologica e applicada aos mais importantes phenomenos sociaes.

«O nosso seculo, diz Kant, é o seculo da critica; nada se exime á sua acção, nem a religião com a sua santidade, nem a politica com a majestade.» Applicou este principio, a necessidade de sujeitar tudo ao livre exame da razão, a todos os ramos da vida social; a mesma religião foi discutida em harmonia com o criticismo na sua obra: *Religion innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft;* n'este trabalho considera symetricamente a philosophia

e a religião; deve conjecturar-se como a genuina demonstração da eschola naturalista, considerando Jesus como um philosopho e a sua *Biblia* um curso de moral social.

Com a doutrina Kantiana determinou-se criticamente a corrente racionalista, iniciada principalmente por Descartes (1); n'esta determinação encontra-se a influencia cartesiana não só no seu processo de formação, mas tambem no mesmo systema doutrinario.

A doutrina de Kant foi desenvolvida pelos seus discipulos, predominando uma das varias *nuances* que o Kantismo apresenta.

O *autoteismo* de Fichte exaggerou demasiadamente a força da razão; considerando o pensamento como argumento infallivel da existencia, Fichte foi ao extremo de admittir a creação do *eu* pelo sujeito pensante e de considerar *real* simplesmente o mesmo *eu;* o *não-eu* existe desde que o *eu* se limita a si mesmo.

Embora estas consequencias se não contenham nas premissas cartesianas, o ponto de partida de Fichte coincide com o de Descartes: extraordinario predominio do *eu* pensante.

O *idealismo* de Hegel com a sua theoria da evolução da *idéa,* germina o racionalismo idealista que informou muitos pensadores ulteriores.

A *idéa,* principio, lei e termo dos seres, manifesta-se e determina-se na ordem dos conceitos puros ou do pensamento, na esphera da natureza ou mundo material, nos phenomenos do espirito humano, occasionando assim a *Logica,* a *Philosophia da Natureza* e a *Philosophia do Espirito.*

A *idéa,* em ultima analyse a totalidade do ser *(das Ganze),* considerada em si mesma e como noção racional, constitue o objecto da *Logica;* na sua evolução e objectividade na natureza, isto é, emquanto a natureza é produzida pela *idéa* immanente na sua essencia, origina-se a *Philosophia da Natureza.* No momento em que adquire a consciencia de si mesmo no homem, constitue-se a *Philosophia do Espirito.*

Devemos observar que esta trindade scientifica nada mais representa do que tres momentos importantes da evolução da *idéa,* que começa com a identidade do pensamento e do ser *(das absolute Wissen erkenut Denken und Sein als identisch)* e termina por identica affirmação.

A *Philosophia do Espirito,* ultima parte da evolução da *idéa,*

---

(1) Amand-Saintes, obra citada; Franck, *Dictionnaire des sciences philosophiques,* vb. *Kant,* pag. 856–877; Jouffroy, *Cours de Droit Naturel,* tom. II, pag. 248–302; Zeferino Gonzáles, obra citada, tom. III, pag. 444; Balmes, *Filosofia Elemental,* pag. 577.

termo do *fieri* (werden), manifesta-se ainda como *sujeito, objecto* e *absoluto.*

«O espirito subjectivo, como as demais coisas, recebe a sua existencia do desenvolvimento da *idéa,* que se transforma em intelligencia e vontade livre no homem.»

Hegel não impõe limites de ordem algum á legitima expansão da liberdade, desde o momento em que não incommode a liberdade do seu similhante.

Encontra-se ahi o cunho caracteristico de Descartes.

Demais, no mesmo processo de construcção scientifica, Hegel perfilha a doutrina de Descartes, reconhecendo a necessidade de uma synthese, mais improficua do que a cartesiana, porque é essencialmente idealista.

Ninguem desconhece a importancia do Hegelianismo; a *direita* e a *esquerda* d'esta eschola, em que se encontram os mais eminentes pensadores germanicos, os mais avançados theologos, os politicos mais notaveis e os philosophos mais incomprehensiveis, demonstram bem que Hegel concorreu primariamente para a publicidade das doutrinas cartesianas.

(Continúa).

ABEL ANDRADE.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

NOTA SOBRE A DOUTRINA DA PROPORCIONALIDADE

(Ao Conselheiro Dr. Antonio José Teixeira)

Préferez, dans l'enseignement, les mèthodes générales; attachez-vous à les présenter de la manière la plus simple, et vous verrez en même temps qu'elles sont toujours les plus faciles.

LAPLACE, *Ecoles normales*, tome IV, pag. 49.

Nas linhas que seguem apresentamos em breve resumo os principios fundamentaes concernentes á doutrina da proporcionalidade.

Adoptando para as grandezas incommensuraveis uma representação numerica apropriada, parece-nos ter dado a possivel clareza e necessaria precisão tanto áquella doutrina como tambem ao calculo dos numeros incommensuraveis que lhe serve de fundamento.

Sobre este mesmo assumpto já entre nós têm sido publicados valiosos trabalhos, devidos alguns d'elles a antigos e mui distinctos professores da Faculdade de Mathematica, como se póde ver na excellente monographia aqui impressa em 1865 com o titulo de — *Estudos sobre a doutrina da proporcionalidade, especialmente sobre a definição V do livro V de Euclides, pelo Dr. An-*

tonio José Teixeira, Lente substituto ordinario da Faculdade de Mathematica; é certo porém que visam quasi todas essas publicações mais alto do que este nosso modestissimo trabalho, apenas destinado a aclarar as primeiras noções de uma doutrina, posto que elementar, de vastissimas applicações em os numerosos ramos das sciencias mathematicas.

I

Grandezas e numeros incommensuraveis

Propostas duas grandezas homogeneas, A e A′, diz-se que a primeira é incommensuravel relativamente á segunda, quando A não é multiplice de nenhum submultiplice de A′.

N'esta supposição procuremos determinar a medida de A relativamente a A′ considerada como unidade.

Para isso começaremos por investigar quantas vezes, n, cabe A′ em A; teremos assim medido uma parte de A, que será numericamente representada por n (*), e ficará por medir outra parte menor que A′.

Para proseguir na medição d'esta ultima parte, adoptaremos uma unidade auxiliar A″, certo numero, i', de vezes menor que A′, e procuraremos quantas vezes, n', cabe A″ n'essa parte; e juctando o numero $\frac{n'}{i'}$ ao numero inteiro n precedentemente achado, teremos assim $n + \frac{n'}{i'}$ para representar uma parte de A, e ficará por medir outra parte menor que A″.

Em seguida adoptaremos outra unidade auxiliar A‴, certo numero, i'', de vezes menor que A″, e indagaremos quantas vezes, n'', cabe essa unidade na parte ainda não medida de A. Teremos

---

(*) Podendo n ser zero.

assim uma parte de A representada por $n + \frac{n'}{i'} + \frac{n''}{i'i''}$, e ficará por medir outra parte menor que A^{III}.

Proseguindo pelo mesmo teor e designando constantemente por a a parte variavel de A, avaliada numericamente como se acaba de dizer, e por α a parte restante, teremos

$$A = a + \alpha,$$

sendo os valores numericos successivos de a os seguintes:

$$(1) \quad \begin{cases} n, \\ n + \frac{n'}{i'}, \\ n + \frac{n'}{i'} + \frac{n''}{i'i''}, \\ n + \frac{n'}{i'} + \frac{n''}{i'i''} + \frac{n'''}{i'i''i'''}, \\ \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots; \end{cases}$$

e, porque α tende successivamente para zero, será

$$A = \text{lim. } a,$$

o que, tendo em attenção os valores successivos de a, tambem se denota, escrevendo simplesmente (*)

$$(2) \quad A = n + \frac{n'}{i'} + \frac{n''}{i'i''} + \frac{n'''}{i'i''i'''} + \ldots,$$

(*) Assim a expressão $\frac{4}{9} = 0{,}44444\ldots$ não significa em rigor senão que, proposto qualquer numero $< \frac{4}{9}$, póde o decimal $0{,}44444\ldots$ (conti-

sendo

$$(3) \qquad n+\frac{n'}{i'}+\frac{n''}{i'i''}+\ldots\ldots$$

o que se considera e denomina *numero incommensuravel,* numero que dá a medida de A relativamente a A′ no sentido que fica indicado (Veja-se mais adiante o n.º III).

Scholio 1.º Suppondo que em logar de i', i'',.... empregavamos outros numeros j', j'',...., caso em que os numeros n', n'',.... seriam tambem substituidos por outros, m', m'',...., teriamos

$$(4) \qquad n+\frac{n'}{i'}+\frac{n''}{i'i''}+\ldots.=n+\frac{m'}{j'}+\frac{m''}{j'j''}+\ldots.,$$

o que mostra que, referidos a uma mesma unidade contínua qualquer os numeros que constituem os dois membros de (4), serão eguaes as grandezas por elles representadas.

Scholio 2.º Reciprocamente, proposto um numero incommensuravel, isto é, uma expressão da fórma (3) referida a uma unidade contínua qualquer, haverá sempre uma grandeza, e só uma, do genero d'essa unidade, cuja medida seja dada pelo dito numero.

Para bem o comprehender, seja a o numero formado pelos k

---

nuado quanto for necessario) denotar numero maior que o proposto, ainda que tambem $<\frac{4}{9}$.

Esta é a significação do signal = em similhantes expressões (*Principios mathematicos*, pelo sr. José Anastasio da Cunha, pag. 45).

Serie convergente chamam os Mathematicos áquella, cujos termos são similhantemente determinados, cada um pelo numero de termos precedente, de sorte que sempre a serie se possa continuar, e finalmente venha a ser indifferente o continual-a ou não, por se poder desprezar sem erro notavel a somma de quantos termos se quizesse augmentar aos já escriptos ou indicados: e estes ultimos indicam-se escrevendo etc. depois dos primeiros dois, ou tres, ou quantos se quizer: é porém necessario que os termos escriptos mostrem como se poderia continuar a serie, ou que isso se saiba por outra via.

(Sr. José Anastasio, logar citado, pag. 106).

primeiros termos do numero incommensuravel dado, e a' esse mesmo numero acrescentado com mais uma unidade auxiliar egual á menor dos que entram n'essa expressão de a. Á medida que augmentar k, augmentará tambem a e diminuirá a'; e porque qualquer grandeza, que augmenta ou diminue indefinidamente sem ultrapassar um valor finito qualquer dado, tende necessariamente para um limite, cada uma das quantidades a e a' tenderá para o seu limite.

E esses limites serão eguaes, visto que a differença entre a e a' tende indefinidamente para zero.

Com effeito, sendo L e L′ os limites para que tendem respectivamente a e a', se fosse $L < L'$, como é $L > a$ e $L' < a'$, a differença entre a' e a seria sempre maior que a differença finita $L' - L$; e se pelo contrario fosse $L > L'$, á medida que a se approximasse de L e a' de L′, a differença entre a' e a, longe de diminuir, antes iria augmentando, tendendo indefinidamente para $L - L'$.

Não podendo pois ser L′ maior nem menor que L, será $L' = L$.

II

Das operações entre grandezas e numeros incommensuraveis

Somma e *Subtracção*. Como estas duas operações perfeitamente se concebem sem necessidade da reducção dos respectivos dados a numeros, as mesmas definições já anteriormente conhecidas serão ainda applicaveis quando por ventura os elementos propostos se refiram a grandezas incommensuraveis.

Assim, *somma* de duas ou mais grandezas homogeneas commensuraveis ou incommensuraveis (*parcellas*) é o todo de que são partes essas grandezas.

E subtrahir de uma grandeza (*diminuendo*) outra grandeza do mesmo genero (*diminuidor*) é achar uma grandeza (*resto, excesso* ou *differença*) de cuja somma com o diminuidor resulte o diminuendo.

Multiplicação. *Producto* de uma grandeza (*multiplicando*) por outra grandeza expressa numericamente, isto é, por um numero (*multiplicador*) é a grandeza, cuja medida em relação ao multi-

plicando considerado como unidade é expressa pelo mesmo numero que representa o multiplicador (*).

Attendendo á doutrina do scholio 2.º do n.º I, facilmente se reconhece que, seja qual for o multiplicando e embora o multiplicador represente um numero incommensuravel, sempre o producto será uma grandeza determinada e bem definida.

Demonstra-se tambem que o resultado d'esta operação não depende da lei que seguirem os numeros i', i'', . . . que exprimem quantas vezes cada uma das differentes unidades auxiliares successivas é respectivamente menor que a precedente.

Com effeito, representando por

$$A \times B = C, \quad A \times B_{,} = C_{,},$$

os resultados de duas multiplicações, em ambas as quaes é sempre o mesmo o multiplicando A, e em que B e $B_{,}$ são duas representações numericas de uma mesma grandeza (n.º I, scholio 1.º), supponhamos que era $C_{,} > C$, ou $C_{,} - C = D$, sendo D differente de zero.

N'esta hypothese denotando por b' o valor numerico que se obteria aproveitando os primeiros termos de B e acrescentando ao ultimo d'esses termos mais uma unidade da sua respectiva ordem, seria $A \times b' > C$, podendo porém sempre conseguir-se que fosse

$$A \times b' < C + \frac{1}{2} D; \tag{5}$$

por outro lado aproveitando sómente os primeiros termos de $B_{,}$ e designando a sua somma por $b_{,}$, teriamos $A \times b_{,} < C_{,}$, podendo tambem sempre conseguir-se que fique satisfeita a relação

$$A \times b_{,} > C + \frac{1}{2} D. \tag{6}$$

(*) Suppondo o multiplicando expresso numericamente, e portanto referido a uma unidade qualquer, o producto virá tambem referido a essa mesma unidade.

Tendo pois em vista as relações (5) e (6), concluiriamos que era

$$A \times b' < A \times b_{,},$$

relação impossivel por ser $b' > b_{,}$.

Do mesmo modo se raciocinaria quando por ventura se quizesse suppor $C_{,} < C$.

Será pois $C = C_{,}$.

Divisão. Dividir uma grandeza (*dividendo*) por outra grandeza do mesmo genero (*divisor*) é achar o numero (*quociente*) que dá a medida da primeira grandeza relativamente á segunda considerada como unidade (Veja-se o que se disse em I).

E dividir uma grandeza (*dividendo*) por um numero (*divisor*) é achar a grandeza (*quociente*) que seria preciso adoptar como unidade para que o dividendo ficasse representado por um numero egual ao divisor.

N'este ultimo caso, qualquer que seja o dividendo A e suppondo que o divisor é um numero incommensuravel B, reconhece-se a existencia do quociente, substituindo successivamente B por b e b', procurando a differença entre $\frac{A}{b}$ e $\frac{A}{b'}$, vendo que essa differença tende indefinidamente para zero, e finalmente discorrendo como já o fizemos a proposito do scholio 2.º do n.º I.

Potencias e raizes. Pelo que respeita á elevação a potencias e á extracção de raizes, o que fica dito é sufficiente para se reconhecer a existencia e determinar a significação do resultado de cada uma d'essas operações.

III

Propriedades das operações indicadas entre numeros incommensuraveis

Demonstraremos agora uma propriedade das mais interessantes relativa ás operações indicadas entre grandezas ou numeros incommensuraveis.

Somma. Sendo A, B, C, ... quaesquer grandezas incommen-

suraveis, teremos, com a significação já anteriormente indicada,

$$A = a + \alpha,\ B = b + \beta,\ C = c + \gamma, \ldots,$$

logo

$$A + B + C + \ldots = a + b + c + \ldots + \alpha + \beta + \gamma + \ldots,$$

e, pois que $\alpha + \beta + \gamma \ldots$ tende para zero,

$$(7) \qquad A + B + C + \ldots = \lim (a + b + c \ldots).$$

Subtracção. Do mesmo modo se demonstraria que é

$$(8) \qquad A - B = \lim (a - b).$$

Multiplicação. Attendendo á definição já dada de producto, temos

$$A \times B \text{ ou } AB = \lim (Ab),$$

e, porque é

$$Ab = (a + \alpha)\, b = ab + \alpha b,$$

será

$$(9) \qquad AB = \lim (ab + \alpha b) = \lim (ab).$$

Divisão. Qualquer que seja o caso da divisão que se considere (*), teremos sempre

$$\frac{A}{b} > \frac{A}{B} > \frac{A}{b'},$$

e pois que a differença $\frac{A}{b} - \frac{A}{b'}$ tende para zero, concluiremos,

---

(*) Vejam-se os dois casos considerados em II.

como em o scholio 2.º do n.º I,

$$(10) \qquad \frac{A}{B} = \lim \frac{A}{b} = \lim \left(\frac{a}{b} + \frac{\alpha}{b} \right) = \lim \left(\frac{a}{b} \right).$$

Potencias e raizes. Do mesmo modo se verá que é

$$(11) \qquad A^n = \lim (a^n), \quad \sqrt[n]{A} = \lim (\sqrt[n]{a}).$$

Nas relações (7), (8), (9), (10) e (11) se comprehende a propriedade que faz o objecto d'este n.º III (*).

Suppondo agora que $a, b, c, \ldots$ representam as expressões indefinidas ou numeros incommensuraveis respectivos ás grandezas A, B, C, ... e usando de uma simplificação analoga á que já se empregou em (2), as relações precedentes indicam-se mais concisamente, escrevendo

$$A + B = a + b, \quad A - B = a - b$$

$$A \times B = a \times b, \quad A : B = a : b$$

$$A^n = a^n, \qquad \sqrt[n]{A} = \sqrt[n]{a}.$$

(*) A propriedadc expressa por estas relações emprega-se com vantagem na demonstração da maior parte dos theoremas relativos ás operações indicadas entre numeros incommensuraveis.

Assim, querendo demonstrar que a ordem dos factores é arbitraria, escreveriamos

$$A \times B = \lim (a \times b) = \lim (b \times a) = B \times A.$$

Do mesmo modo

$$(A + B)C = \lim (a + b)c = \lim (ac + bc) = AC + BC.$$

E assim tambem a respeito d'outras mais proposições.

IV

Principio fundamental ou criterio da proporcionalidade

Razão entre duas grandezas homogeneas (*antecedente* e *consequente*) é o numero que dá a medida da primeira d'essas grandezas relativamente á segunda considerada como unidade.

Determina-se a razão medindo directamente o antecedente com o consequente (*), ou aliás medindo o antecedente e o consequente ambos com a mesma unidade, que poderá ser qualquer, e dividindo depois o primeiro dos numeros assim obtidos pelo segundo (**). A egualdade de duas razões constitue o que se chama *proporção.*

Razões e proporções gozam de diversas propriedades que facilmente se demonstram no caso da commensurabilidade e que depois se generalizam applicando os principios do n.º III.

Suppondo conhecidas todas essas propriedades, de que aliás não carecemos aqui, passaremos desde já a demonstrar o principio que faz o objecto principal d'este numero e que póde assim enunciar-se:

Propostas duas grandezas homogeneas A *e* A′ *e outras duas* B *e* B′ *tambem homogeneas e correspondentes ás primeiras, sendo* B *correspondente a* A *e* B′ *a* A′; *se qualquer que seja a grandeza* a *do genero de* A *e* A′ *e a sua correspondente* b *do genero de* B *e* B′, *a* 2a, 3a, . . . *corresponderem respectivamente* 2b, 3b, . . ., *será* (***)

$$\frac{A}{A'} = \frac{B}{B'}.$$

(*) Veja-se o n.º I.

(**) Vejam-se em II as definições de multiplicação e de divisão.

Em consequencia da possibilidade de assim terem expressos numericamente os seus respectivos termos, as razões entre quaesquer grandezas contínuas podem ser submettidas ás mesmas regras já demonstradas na arithmetica para as razões consideradas entre numeros.

(***) Na pratica applica-se commodamente a regra precedente imaginando que uma das quantidades dadas A é o dobro, ou o triplo .... da sua homogenea A′, e investigando se n'essa hypothese será tambem B respectivamente o dobro, ou o triplo . . . de B′.

Supponhamos em primeiro logar que A era commensuravel em relação a A′, e que a razão de A para A′ era expressa por $\frac{m}{n}$, onde m e n designam dois numeros inteiros quaesquer: teremos assim

$$\frac{A}{A'} = \frac{m}{n} \text{ ou } A = A' \times \frac{m}{n}.$$

Ora correspondendo B′ a A′, a $A' \times \frac{1}{n}$ corresponderá $B' \times \frac{1}{n}$, e a $A' \times \frac{1}{n} \times m$, isto é, a $A' \times \frac{m}{n}$ corresponderá $B' \times \frac{1}{n} \times m$ ou $B' \times \frac{m}{n}$; e como $A' \times \frac{m}{n}$ é egual a A, e a A corresponde B, será $B = B' \times \frac{m}{n}$, ou $\frac{B}{B'} = \frac{m}{n}$. Sendo pois $\frac{A}{A'} = \frac{m}{n}$, $\frac{B}{B'} = \frac{m}{n}$, teremos

$$\frac{A}{A'} = \frac{B}{B'}.$$

Corollario. Resulta do que fica dito que, se A′ e B′ forem correspondentes, tambem o serão $A'\theta$ e $B'\theta$, designando θ um numero commensuravel qualquer.

Passando agora a considerar o caso de ser A incommensuravel relativamente a A′, designaremos por H o numero incommensuravel que exprime a razão $\frac{A}{A'}$, por h o numero formado pelos k primeiros termos de H e por h' esse mesmo numero acrescentado com mais uma unidade auxiliar egual á menor das que entram em h.

D'este modo teremos

$$A'h < A < A'h',$$

e como a $A'h$ e $A'h'$ correspondem respectivamente $B'h$ e $B'h'$, será tambem

$$B'h < B < B'h'$$

ou $$h < \frac{B}{B'} < h',$$

o que mostra que a razão $\frac{B}{B'}$ é egual a h mais uma fracção menor que a menor das unidades auxiliares que entram n'esta ultima quantidade, e n'outros termos manifesta que, na hypothese de que as differentes unidades auxiliares empregadas na medição de B com B′ sigam a mesma lei das que foram usadas quando se mediu A com A′, os primeiros k termos da razão $\frac{A}{A'}$, cuja somma temos aqui representado por h, serão respectivamente eguaes aos primeiros k termos da razão $\frac{B}{B'}$. E, como esta relação de egualdade póde ser levada tão longe quanto se queira, será finalmente

$$\frac{A}{A'} = \frac{B}{B'}. \tag{12}$$

Scholio. Até aqui temos supposto que a lei da formação das differentes unidades auxiliares era a mesma em $\frac{A}{A'}$ que em $\frac{B}{B'}$; resulta porém do que já ficou dito no scholio 1.º do n.º I que a relação (12) já demonstrada n'essa hypothese ainda continuará a verificar-se sem essa restricção.

V

Sobre as applicações do principio do n.º IV ás questões de arithmetica e de geometria

Na arithmetica a resolução dos problemas dependentes das proporções (*regra de tres*) obtem-se geralmente pela immediata e rigorosa applicação do processo anteriormente apresentado; não succede porém o mesmo na geometria, onde a demonstração das

proposições em que figura a doutrina da proporcionalidade se faz, ordinariamente, por um processo mais longo.

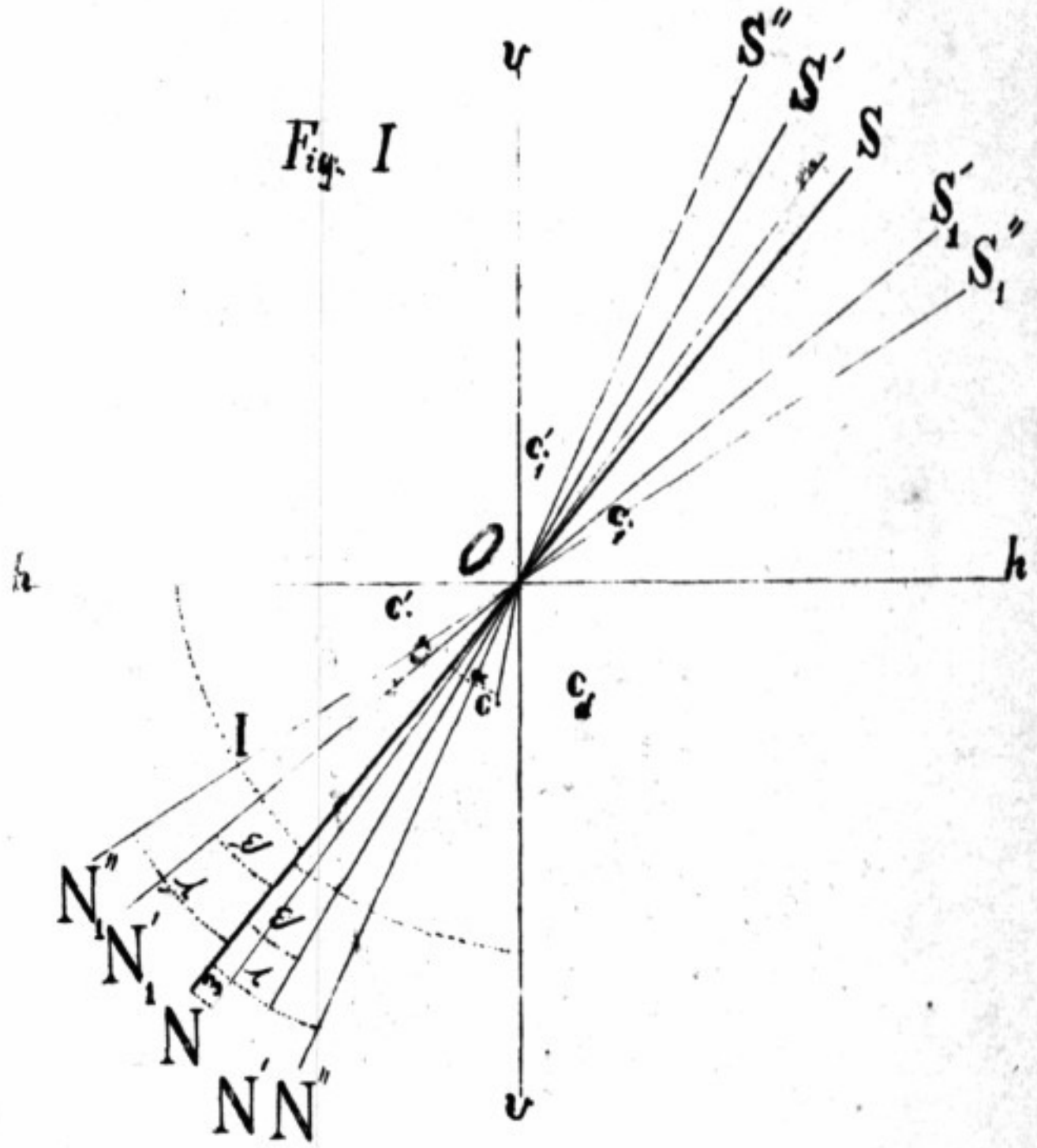
Sem nos fazermos cargo de apreciar agora esse processo, limitar-nos-hemos a indicar a applicação da regra anterior á demonstração d'uma d'essas proporções geometricas.

Considerem-se dois quaesquer rectangulos de bases eguaes.

Suppondo que a altura d'um d'esses rectangulos era o dobro, ou o triplo, ... da do outro, com facilidade se reconheceria que tambem o primeiro rectangulo seria respectivamente o dobro, ou o triplo, ... do segundo, pelo que tendo em vista a regra do n.º IV, se pode immediatamente concluir que, quaesquer que sejam as duas alturas, estarão estas entre si como os proprios rectangulos.

L. C. Almeida.

Fig. I



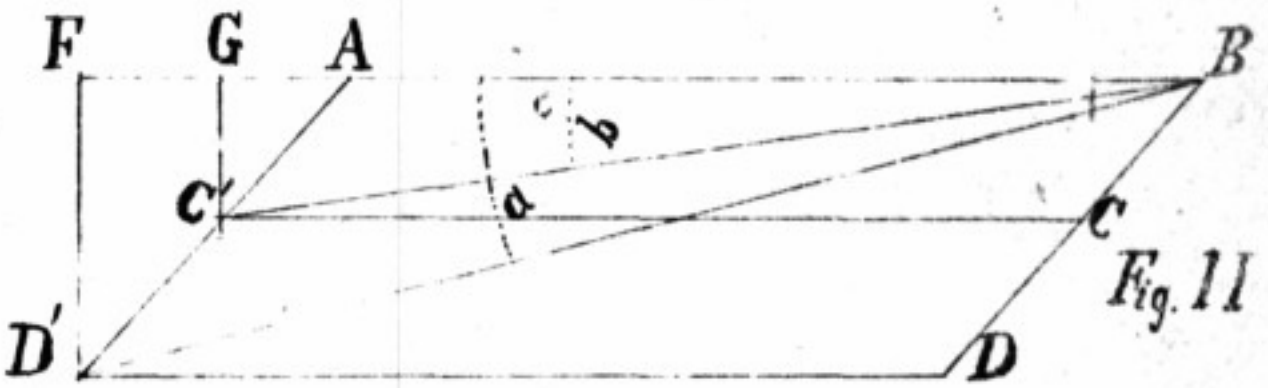


Fig. II

MAGNETISMO TERRESTRE

Rectificação dos erros da agulha no inclinometro de Barrow

Estes erros consistem na falta de coincidencia do eixo magnetico com o eixo geometrico e na falta de coincidencia do centro de gravidade com o eixo de suspensão. Vamos ver até que ponto se corrigem com a media de quatro leituras, correspondentes a quatro disposições diversas da agulha, e qual a maxima divergencia entre essas leituras, compativel com o rigor exigido n'uma observação.

Determinação do angulo de inclinação

Seja N S (fig. 1.ª) a direcção do binario terrestre no logar de observação, $h\,h$ a horizontal do ponto de suspensão da agulha, $v\,v$ a vertical d'esse ponto, $h\,O\,v$ o meridiano magnetico e I o angulo de inclinação. Se no ponto O suspendermos uma agulha isenta de defeitos, as suas pontas deverão coincidir com N S.

Supponhamos deslocado o centro de gravidade para qualquer ponto c e seja P a acção da gravidade sobre este ponto, d a sua distancia ao ponto O e α o angulo de d com N S.

N'estas condições a agulha debaixo da acção do binario F e da força P deslocar-se-ha de um angulo β para N′ S′, direcção da resultante de F e do momento

$$P\,d\cos(I+\alpha+\beta)$$

e a leitura no circulo vertical será $I+\beta$.

Se voltarmos a face da agulha, o ponto c cahirá em c' e a força P deslocará a agulha de um angulo $\gamma > \beta$ para N″ S″, direcção da resultante de F e do momento

$$P\,d\cos(I-\alpha+\gamma) > P\,d\cos(I+\alpha+\beta)$$

e a leitura será $I+\gamma$.

Se invertermos os polos magneticos á agulha e a collocarmos com o centro de gravidade para a parte inferior, o ponto *c* cahirá em c_1 e a força P deslocará a agulha de um angulo $\gamma' > \gamma$ para $N''_1 S''_1$, direcção da resultante de F e do momento

$$P\,d\cos(I-\alpha-\gamma') > P\,d\cos(I-\alpha+\gamma),$$

e a leitura será $I-\gamma'$.

Invertendo a face da agulha, o ponto *c* cahirá em c'_1 e deslocará a agulha de um angulo $\beta' > \beta$ para $N'_1 S'_1$, direcção da resultante de F e do momento

$$P\,d\cos(I+\alpha-\beta') > P\,d\cos(I+\alpha+\beta),$$

e a leitura será $I-\beta'$.

Tomando a media das quatro leituras,

$$I_a = I + \frac{1}{4}(\beta-\beta') + \frac{1}{4}(\gamma-\gamma'),$$

obteremos um valor que se approximará tanto mais de I, quanto menores forem as differenças $\beta-\beta'$ e $\gamma-\gamma'$.

Se considerarmos o centro de gravidade em qualquer ponto c_2, a sul de *v v*, os calculos serão os mesmos, mudando de signal os angulos de deslocamento da agulha em relação a NS, e a media será

$$I_b = I + \frac{1}{4}(\beta'-\beta) + \frac{1}{4}(\gamma'-\gamma),$$

e o erro dependerá das differenças $\beta'-\beta$ e $\gamma'-\gamma$.

Se a agulha reunir os dois defeitos e representarmos por ω o angulo feito pelos dois eixos, as leituras serão por sua ordem $I+\beta+\omega$, $I+\gamma-\omega$, $I-\gamma'+\omega$ e $I-\beta'-\omega$ e a media será ainda a mesma I_a; e por conseguinte a media das leituras annullará completamente o erro, por maior que elle seja.

Passemos a discutir a egualdade

$$I_a = I + \frac{1}{4}(\beta - \beta') + \frac{1}{4}(\gamma - \gamma') \text{ (1).}$$

Se fôr $\beta = \beta' = \gamma = \gamma'$, estas egualdades correspondem a quatro leituras eguaes, que só poderão ter logar quando a agulha fôr isenta de defeitos.

Se fôr $\beta = \gamma$, deverá ser tambem $\beta' = \gamma'$ e a egualdade (1) reduzir-se-ha a

$$I_a = I + \frac{1}{2}(\beta - \beta')$$

e o erro $\frac{1}{2}(\beta - \beta')$ provirá ou do cruzamento dos eixos ou do deslocamento do centro de gravidade segundo o eixo magnetico, ou de ambas as causas.

No primeiro caso será $\beta = \beta'$ e a media dará a inclinação verdadeira.

No segundo caso o erro commettido será de $\frac{1}{2}(\beta - \beta')$ e no terceiro o erro será menor, por isso que uma parte d'esta semi-differença se annulla.

Para conhecermos o maior erro que se póde commetter n'estas operações, consideremos o segundo caso e demonstremos o seguinte lemma:

Se tivermos uma força constante AB *e duas forças* BC e BD (fig. 2.ª) *variaveis no mesmo sentido e se construirmos os respectivos parallelogrammos, a relação* $\frac{a}{b}$ *entre os angulos, formados pelas diagonaes com a força* AB, *tende para* $\frac{BD}{BC}$ *á maneira que* BD e BC *forem diminuindo.*

Temos $AC' = BC$ e $AD' = BD$. Os triangulos similhantes $C'GA$ e $D'FA$ dão

$$\frac{AD'}{D'C'} = \frac{D'F}{C'G} = \frac{D'B}{C'B} \cdot \frac{\text{sen } a}{\text{sen } b} = \frac{BD}{BC}.$$

Á maneira que BD e BC forem diminuindo, as diagonaes vão-se approximando de AB e será

$$\lim \frac{D'B}{C'B} = 1.$$

Podemos portanto para a e b muito pequenos considerar

$$\frac{BD}{BC} = \frac{\operatorname{sen} a}{\operatorname{sen} b}$$

ou, tomando os arcos pelos senos

$$\frac{BD}{BC} = \frac{a}{b}.$$

Applicando este principio ás forças F e aos momentos,

$$P d \cos(I+\beta) \text{ e } P d \cos(I-\beta'),$$

correspondentes ás leituras $I+\beta$ e $I-\beta'$, em que β e β' são os angulos das resultantes com a força F, temos

$$\frac{P d \cos(I+\beta)}{P d \cos(I-\beta')} = \frac{\cos(I+\beta)}{\cos(I-\beta')} = \frac{\beta}{\beta'}$$

donde

$$\frac{\cos(I+\beta)+\cos(I-\beta')}{\beta+\beta'} = \frac{\cos(I+\beta)}{\beta} = \frac{\cos(I-\beta')}{\beta'}.$$

Conhecido β ou β', a differença entre esse valor e $\frac{1}{2}(\beta-\beta')$ indica-nos approximadamente o maximo erro commettido.

Se nos pedirem, por exemplo, a inclinação n'um logar com um erro inferior a 2′ e se forem 59° e 61° as duas leituras, tomaremos a media 60° com um erro de 1′,50″, na hypothese da differença de leituras provir só do deslocamento do centro de gravidade.

Se fôr $\beta \gtrless \gamma$ será tambem $\beta' \gtrless \gamma'$.

Estas desegualdades provêm da grandeza de α que póde variar desde 0 a 90° (*a*).

Para conhecermos approximadamente o maximo erro commettido, dividiremos tambem $\gamma + \gamma'$ proporcionalmente aos respectivos momentos e, entrando com as quantidades $\beta, \beta', \gamma, \gamma'$ em (1), compararemos o resultado com a media das quatro leituras.

Coimbra, 2 de novembro de 1891.

Antonio Domingues Cortez da Silva Curado.

(*a*) Alguns auctores adoptam um methodo de discussão em que suppõem α muito pequeno. Parece-me que esse methodo pecca por falta de generalidade, porquanto o centro de gravidade da agulha póde estar em qualquer ponto em volta do eixo de suspensão e a agulha dar-nos resultados satisfactorios, logo que d seja muito pequeno; e é este o caso mais geral.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

FRANCISCO GOMES DE AMORIM

Isto não é um estudo biographico ou uma critica litteraria; é apenas uma commemoração rapida, pagina sentida do *Livro de Noa,* em que o *Instituto* vai lançando o obituario dos seus queridos. Cabe á minha obscura penna traçar o luctuoso registo.

Não é sem um cruel esforço que o faço, embora seja um lenitivo o avivar a memoria dos amigos, que não mais tornaremos a ver senão na miragem da nossa saudade. Felizes os que morrem! tenho eu proferido muitas vezes, ao presencear o interminavel cortejo dos que nos vão abandonando. Todavia, deante do cadaver de GOMES DE AMORIM eu não soltei essa exclamação anciosa, porque sentia quebrar-se dentro em mim um élo que me ligava áquella existencia, porque reconhecia que o coração d'elle era uma d'estas plantas, que, como o meu, tambem tinha as suas raizes n'este vaso de eleição, que se chama um coração de filha.

Ha vinte annos que duravam as nossas relações de estima pessoal e litteraria, e nunca na nossa convivencia perpassara uma d'estas nuvens, que tantas vezes perturbam a intimidade dos homens de lettras. Acostumara-me a respeital-o, a ter por elle uma sympathia quasi filial, e elle correspondia-me com uma affectuosidade paterna. Quando o principiei a conhecer, estava eu então em toda a pujança da minha mocidade e elle tinha completado e amadurecido a sua actividade litteraria. O fogo da sua intelligencia creadora tinha sido substituido pela suave luz temperada do seu espirito estudioso e perscrutador. O poeta dos *Cantos Matutinos,* o dramaturgo do *Odio de Raça,* vinha, n'uma evolução natural, cedendo o passo ao paciente investigador das *Memorias biographicas de Garrett.*

Áquelle tempo a sua casa, ninho alcandorado n'uma das eminencias de Lisboa, era, na sua modestia e na sua simplicidade, um salão parisiense, o centro onde se reunia com frequencia o que havia de mais notavel na litteratura e nas artes, e até na politica. Gomes de Amorim gostava de acolher os novos e incitava-os, com a tenacidade da sua vida, a que não desanimassem. Effectivamente o seu passado, tão cheio de lances aventurosos, era o estimulo mais poderoso que se poderia applicar a uma imaginação ardente.

Gomes de Amorim possuia em dom elevado uma qualidade que não é muito vulgar na nossa sociedade. Sabia conversar. O seu estylo fallado, de um pittoresco singelo e attrahente, era superior, no meu modo de ver, ao seu estylo escripto. Ao principio a sua conversação era um pouco monotona; a sua voz tinha o quer que fosse de arrastado e languido. A preoccupação constante da doença dava-lhe um tom de melancholia, mas pouco e pouco a tristeza dissipava-se e a sua palavra tomava um colorido fulgurante. A physionomia, bella e expressiva, animava-se, e a gente ficava debaixo do encanto da narrativa, sobretudo, quando elle evocava os seus tempos de rapaz, e nos pintava a paizagem da natureza tropical e os quadros do viver primitivo das tribus americanas. Como que se sentia o rumorejar das florestas, o gemer das cachoeiras, o estrallejar das folhas sob o rastejar dos reptis, a harmonia do grande côro entoado pelos milhares de aves de fórmas extranhas e colorido metallico.

Gomes de Amorim sabia, como ninguem, conciliar o instincto do bello com o instincto da ordem e da economia. O seu jardim, tão pittorescamente arrimado ás ruinas do Carmo, o seu gabinete de trabalho, tão graciosamente disposto e ornamentado, davam um claro indicio do gosto artistico do seu possuidor. Poeta sempre, Gomes de Amorim nunca realisou porém o ideal do poeta descuidoso e dissipador. O mais modesto burguez não lhe saberia dar lições de economia domestica, antes teria muito que aprender do seu exemplo. O futuro da familia preoccupava-o constantemente, e a chamma d'este amor era o fogo sagrado que lhe dava vida e ao mesmo tempo o devorava. Deus, porém, recompensou-o rodeando-o de filhas adoraveis, bellas e intelligentes, que tornavam o seu lar n'um verdadeiro sanctuario.

Ha dois ou tres annos que Gomes de Amorim se sentia mais abatido moralmente, mas nada fazia presagiar o seu fim tão rapido, embora o seu organismo não podesse resistir a um choque violento. Esse abalo veio inesperado, quando menos se suppunha. A sua morte foi uma verdadeira surpreza, sobretudo pelas circumstancias excepcionaes que a rodearam. Na vespora havia chegado de Cintra

e passara alegre, satisfeito, tendo a jantar um dos seus amigos mais intimos, um cavalheiro muito estimavel do Pará, o sr. Almeida. Sua filha, a sr.ª D. Maria Luiza, trouxera de Cintra umas begonias que colhera no jardim com idéa de distribuir pelas suas amigas. Gomes de Amorim dissera-lhe porém que ficasse com ellas, que serviam a enfeitar e a dar alegria á casa. Mal supporia elle que lhe haviam de ornar o cadaver!

Sua filha mais nova, a sr.ª D. Julia, esposa do sr. visconde de Ferreira de Lima, tinha mandado de Villa Flor, onde actualmente reside, um pequenino ramo, saudosa lembrança para sua familia. A sr.ª D. Marianna, a filha mais velha, que teve a triste consolação de recolher as ultimas palavras de seu pae, deu ao ramo o mesmo piedoso destino. Pensou, e pensou bem, com a philosophia de um coração feminino, que aquellas violetas eram as representantes de sua irmã, a sua alma em perfume para assim dizer, e que ellas dariam ao pobre morto as mesmas lagrimas consoladoras que a filha lhe daria ausente.

Um phenomeno curioso se deu n'este caso e que vem demonstrar a correlação inexplicavel das almas, esta força de suggestão e de impressionabilidade nervosa, que a sciencia moderna procura concatenar e explicar, sob o nome de telepathia. São os phantasmas da vida, *the phantasms of the living,* como lhes chamam os inglezes. No mesmo dia em que se deu a fatal desgraça, a sr.ª D. Julia, na ignorancia da sua grande dôr, sonhara que seu pae fallecera e que o seu raminho havia sido depositado no caixão mortuario.

São presentimentos, mas presentimentos fóra do commum que não deixam de impressionar profundamente. Estas pequeninas cousas podem parecer futeis, mas demonstram em toda a familia Amorim um grande fundo de impressionabilidade poetica, o amor da familia convertido n'um verdadeiro culto.

Ao nome da sr.ª D. Julia andava ligada uma tradição magoada e intima de familia. O poeta tivera outra filha do mesmo nome, que morrera aos dois annos e que deixara uma saudade dilacerante no coração dos paes amantissimos. Esse véo de tristeza veio dissipal-o a aurora que despontava em outro berço. A nova Julia mitigou a dor que parecia inapagavel e foi o astro de esperança que illuminou os ultimos annos de seu pae. Essa elegia e esse idyllio consubstanciaram-se na poesia inedita que em seguida vai publicada, e que é a melhor commemoração que se poderia fazer em honra de Francisco Gomes de Amorim.

O talento é quem grava a si proprio o seu mais bello epitaphio.

SOUSA VITERBO.

DUAS JULIAS

Não posso, ai! não posso inda
Pensar de olhos enxutos,
Que a tua vida é finda,
E só a dôr dá fructos!

Espirito gentil,
Aonde te sumiste,
Sem ver o sol d'abril?

Oh! minha amada filha,
Em que anjo, flor, ou astro,
Teu rosto agora brilha?

Bem perto estás, talvez,
E sem poder dizer-me
Que na minha alma lês?!

Teu corpo inanimado,
Mais pallido que a cera,
Tambem me foi roubado.

Cantavam (que irrisão!)
Cantavam, e eu chorava
Ao pé do teu caixão!

E surdos aos meus prantos
Lá foram enterrar-te,
Ao som de novos cantos!

Chorei, chorei, chorei,
Até ferir os olhos!...
Mas não te reanimei.

Ai! dize-me onde existes;
Em que astro estás mudada;
E se inda alegras tristes.
. . . . . .

Chegou talvez aos céos
A voz que soluçava,
Pedindo um anjo a Deus...

A mãe, accorda, um dia,
E mostra ao pae—milagre!—
A filha, que volvia.

O mesmo riso e olhar,
A mesma ingenua graça,
Precoce e singular!

—Quem és? D'onde vieste?
Não pódes ser a mesma,
Que jaz sob o cypreste!—

—Silencio! Deus não quer
Que saibam cá no mundo
Se eu fui anjo ou mulher.

Doeu-lhe a vossa pena,
Mandou que eu regressasse
Da patria não terrena—.

—Oh! sol do meu inverno,
És pois, a mesma então?!—
—Talvez... Só disse o Eterno,
Que eu sou consolação—.

F. Gomes de Amorim.

EPISTOLOGRAPHIA

CARTAS ESCOLHIDAS

IX

Francisco Gomes de Amorim
a A. A. da Fonseca Pinto

Cintra, 23 de setembro de 1890.

MEU PREZADISSIMO ABILIO.—Recebi as *Cartas Selectas*. Não lh'as agradeci logo, porque o meu estado de saude, cada vez mais deploravel, só hoje me permittiu que terminasse a leitura.

Beijo-lhe as mãos pelo mimo e pela affectuosa dedicatoria que n'elle escreveu o amigo.

Já em devido tempo lhe manifestei o meu reconhecimento pelas suas cartas—*Ruinas do Carmo*—, e pela que dirigiu ao sr. dr. José Epiphanio Marques sobre a *Flor de marmore*. Permitta porém que agora renove esses protestos de gratidão sincera por achar reunidos n'esta collecção preciosa aquelles affectuosos e eruditos escriptos, gratos testemunhos da sua boa amizade. E não só estes me penhoram, nem sou eu só que lhe estou em obrigação como um dos agraciados pela sua elegantissima penna; é sua devedora a nação inteira, que tem de adir a herança das *Cartas Selectas*, para enriquecer-lhe a litteratura.

Correcção e pureza de linguagem, elegancia, amenidade e singeleza de estylo; variedade e gosto na escolha dos assumptos; erudição natural e apropriada a cada um d'elles sem sombra de pedanteria, taes são em rapidos traços as eminentes qualidades que eu lhe noto. Desde a primeira até á ultima carta se lê sempre com vivo interesse e curiosidade. É um livro classico, feito á moderna sem a intenção de mostrar sciencia; mas revelando-a aonde convém fazel-o, servindo como verdadeiro instrumento do escriptor que sabe usar da sua arte primorosamente.

Ignoro se as pessoas que lerem o que lhe digo, e souberem que v. teve a generosidade de louvar algum dos meus modestos trabalhos litterarios, me qualificarão como socio do elogio mutuo, quando eu só cumpro um dever de justiça. Embora o façam: «A verdade que eu conto nua e pura vence toda a grandiloqua escriptura.»

Entendo que as *Cartas Selectas* devem ser dadas como leitura obrigatoria das escholas. Ellas ensinam a bem escrever e a bem pensar, formando o gosto pela clareza e vernaculidade de elocução, portuguesissima. É possivel que entre tantas bellezas tambem se encontre acaso algum ligeiro senão (perfeito só Deus); mas não ha de ser tal, que prejudique a lição dos estudiosos. *Verum ubi plura nitent in carmine non ego paucis offendar maculis.*

E eu não sou critico; embora me atreva a dizer que n'estes ultimos tempos não tenho lido trabalho de que tanto goste como das *Cartas Selectas*. Esta é a minha humilde opinião, que desalinhadamente escrevo logo depois de terminada a leitura.

E peço-lhe desculpa de não poder nem saber mais e melhor. —Seu velho amigo, obrigadissimo e admirador—*Francisco Gomes de Amorim.*

Nota

Inserimos aqui a *carta* precedente como preito á memoria do amigo que nol-a endereçou. Não tem, nem póde ter outra interpretação esta publicidade. D'ella se deprehende simplesmente o affecto que lhe merecemos, o qual nos honra pelo muito que valia o distincto litterato.

Era elle nosso consocio n'esta sociedade do *Instituto de Coimbra,* e por tal motivo hoje commemora o seu fallecimento a penna de um outro nosso consocio, que tambem singularmente o estimava. As suas nobres palavras explicam bem quaes os altos merecimentos de FRANCISCO GOMES DE AMORIM, tanto nas lettras como na familia. E que elle era grande foi opinião unanime dos nossos melhores escriptores: de Lopes de Mendonça *(Memorias de litteratura),* de Rebello da Silva (*Revista contemporanea,* vol. v), de Camillo *(Cancioneiro alegre),* de Candido de Figueiredo *(Homens e lettras),* e de outros.

Aos presentimentos notaveis, referidos pelo sr. Sousa Viterbo, podemos junctar mais um, que se nos depara agora mesmo com a leitura de uma poesia recentissima, por ventura a sua ultima producção, inserta no *Almanach* da sr.ª D. Guiomar Torresão. «Na vespora havia chegado de Cintra, e passara alegre, satisfeito...»

diz o sr. Viterbo. Pois em Cintra, e n'esta mesma temporada, escrevia AMORIM as tres quadras seguintes:

AB IMO PECTORE

Eu sinto, olhando o azul da immensidade,
Docemente cahir no peito afflicto
O balsamo suave da saudade,
Talvez lembrança vaga do infinito!...

Sonho outra patria, na celeste esphera,
Sem odios, sem invejas d'este inferno;
Onde é perpetua e bella a primavera,
Que nutrirá meu ser de amor eterno.

Feliz, se, em breve, livre da materia,
Minha alma percorrer o espaço infindo!
Pois me parece na região sideria
Que avisto Deus, sinto me ir subindo.

Cintra, Villa Estephania, 1891.

F. GOMES DE AMORIM.

Não commentamos; fallam por si mesmas ás datas da poesia e da morte do poeta.

F. P.

VERSÃO DOS CARMES DE A. TIBULLO

LIVRO QUARTO

Carme segundo

(A J. P. de Oliveira Martins)

Ás kalendas por ti Sulpicia acorre em gala,
Grande Marte; e, sabendo-o, eia! dos ceus te abala.
Venus t'o excusará; mas vê, cruel, que ao chão
A ti, de pasmo absorto, as armas te não vão.
Dos olhos, se abrazar com fogo tenta os numes,
O implacavel Amor lhe acende os duplos lumes.
E em quantas coisas faz, e vá para onde fôr,
Compõe-n'a e segue-a a furto o garbo seductor.
Se as madeixas desfaz, que lindo o seu cabello!
E em tranças, se o trançou, não fica menos bello.
Se a tyria palla veste, abraza-nos d'amor;
Abraza-nos, se traja os veus de niveo albor.
Tal Vertumno feliz, no grande Olympo eterno,
Tendo ornatos a mil, com mil se adorna terno.
  Só das moças é digna a que em mimoso veu,
Caro retincto em Tyro, envolve o corpo seu;
A que tem quanto dá nos prados olorosos
O arabigo cultor, rico em vergeis cheirosos;
E quantas gemmas vai lá no vermelho mar,
Juncto aos phrisões do sol, o índico apanhar.
  Essa, ó Musas, cantae nas festivaes kalendas;
Phebo altivo, convém que á lyra eburnea attendas:
Celebre-se esta pompa em annos e annos mil;
Nem para o côro vosso ha moça mais gentil.

Carme terceiro

Quer por brenhas do monte, e quer vagueis no prado,
Poupae, ó javalis, ao meu gentil amado.
Nem vos valha afiar as prezas com furor;
Que em guarda m'o conserve incolume o Amor.
Mas longe o afasta Delia em triste ardor da caça;
Oh! que as selvas se vão; dos cães se extinga a raça.
Que loucura essa d'ir das penhas pelos vãos
As redes enlaçar, maguando as tenras mãos!
Que praz entrar da fera a furto nos caminhos,
Co'as pernas a sangrar das sarças nos espinhos!
Mas comtigo, ó Cerintho, eu vá a divagar,
E as redes pelo monte eu mesma irei levar;
Eu mesma buscarei do cervo ardido a pista,
Tirando a ferrea trela ao cão, para que invista.
Então, se, ó minha luz, unido ao coração
Comtigo eu vista fôr, salve! bosques então;
Então, ó javali, escapa-te do laço,
Sem perturbar d'amor o voluptuoso abraço.
Mas, agora, sem mim, vai, casto de prazer,
De Diana na lei, as redes extender,
E, se fôr sotopôr-se a furto ao meu amante
Alguma, despedace-a a fera devorante.
Ah! deixa da caçada a lida ao servo teu,
E vem, corre veloz ao doce seio meu.

Carme quarto

Ai! vem-nos acudir ao mal da terna amada;
Corre, Phebo gentil, de coma aos ventos dada.
Crê-me, apressa-te, Phebo, e de na bella pôr
As mãos medicinaes não sentirás pudor.
Lida, lida afastar-lhe a pallida magreza;
Que a febre lhe não manche a candida belleza:
E quanto tem de mal, e quanto é de temer,
O leve o rio ao mar no rapido correr.
Vem, sancto, e traz comtigo o antidoto abonado,
E a reza que restaura o corpo quebrantado;
Nem vexes o infeliz que o fado lhe temeu,

E, por ella soffrer, mil votos faz ao ceu;
Se, em quanto as preces diz, contra os eternos numes,
Ao vel-a languescer, soltar duros queixumes.
—Depõe, Cerintho, a dor; deus aos amantes ri:
Adora-a sempre tu, que salva é para ti.
Não é mister chorar, ser-te-ha mais apto o pranto,
Quando te fôr severa, ella, teu doce encanto;
Mas toda é tua agora, teu só é seu sentir
E de credula turba em vão se vê cingir.
—Vem, pois, ó Phebo, ó deus: grande louvor te é dado
De dois restituir n'um corpo restaurado.
E celebre serás e alegre, ao sancto altar
Vendo, á porfia os dois, os votos presentar.
«Feliz!» dos immortaes dir-te-ha o côro honrado,
Tuas artes subtis cad'um a cubiçar.

Carme quinto

Esse que a mim te deu, Cerintho, um dia é sancto,
E sempre o sagrarei com festival encanto.
Deram no teu nascer as Parcas nova lei
Ás bellas, do prazer com acclamar-te rei.
Como eu ardo entre as mais; mas praz-me arder, Cerintho,
Se, em teu peito se inflamma um fogo, qual eu sinto.
Mutuo te rogo amor, ai! pelos olhos teus,
Pelo occulto gosar e o Genio, dom dos ceus.
Colhe os dons, grande Genio, e o voto favorece,
Se, ao cogitar de mim, elle pôr mim se aquece:
Mas, se acaso outro amor o faz já suspirar,
Foge, ó sancto, eu t'o rogo, o seu infido lar.
Nem sejas tu injusta, ó Venus: qué ou de braços
Presos, como eu, te sirva ou quebra-me os meus laços:
Ou, melhor, n'um bem forte ambos nos vem prender,
Que o tempo nunca mais o possa desfazer.
Deseja o mesmo que eu, porém a sós deseja,
Pois de ás claras assim o divulgar se peja.
Eia, annue, Natal; és deus, ves-lhe o sentir.
¿Que importa ser occulto ou publico o pedir?

A. A.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

XIII

(Continuado do n.º 4, paginas 291)

Post scriptum

Estava redigido tudo que precede, quando, n'este verão de 1891, um amigo meu me perguntou se era minha conhecida a terceira Commissão nomeada em 1880 para nova busca dos ossos de Camões.

—Terceira Commissão?

—Sim, terceira.

—Nomeada em 1880? no anno da festa tricentennaria?!

—Sim, e justamente depois que os ossos de Camões, indicados pela Commissão de 1854, acabavam de ser encerrados em Belem.

Nunca tinha ouvido falar n'esta Commissão nova. Nomeou-a o sr. Ministro do Reino d'esse tempo, levado, segundo parece, de duvidas que assaltaram o M.to Rev.do sr. Padre Sebastião de Almeida Viegas, Capellão das Freiras de Sanct'Anna. Era composta dos seguintes vogaes: os srs.

Carlos Ribeiro, Academico, e Deputado, Presidente (hoje fallecido);

Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, Academico;

Conselheiro José Tavares de Macedo, Official Maior aposentado do Ministerio da Marinha, Academico (hoje fallecido);

Visconde de Juromenha, Academico (hoje fallecido);

João Pedro da Costa Basto, Official Maior aposentado do Real Archivo da Torre do Tombo, Academico;

Padre Sebastião de Almeida Viegas, Capellão no Mosteiro de Sanct'Anna; e

Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga, Academico, Secretario.

As actas não se publicaram; comtudo, uma parte dos estudos da illustre Commissão é hoje conhecida pelo escripto de um dos vogaes, e dos mais competentes.

Esse escripto, opinião pessoal, não está assignado; é seu auctor o sr. João Pedro da Costa Basto. Se o cito, ao começar a discutir com pessoa tão douta, é só depois de ter alcançado a devida permissão. Ninguem mais do que o sr. Basto présa a verdade; em homenagem pois á verdade, que todos procurâmos, exporei o que penso na materia.

*

Começa o sr. Basto por nos deixar entender, que o parecer da terceira Commissão foi que o Poeta jazia no côro de baixo, lá ao canto, e não ao centro da egreja, o que mostra que Mouro de Sousa continuava a triumphar.

Diz o erudito Academico, que em 22 e 23 de julho se fizeram pesquizas infructuosas, e que em 4 de agosto se procedeu «a uma «exploração geral no côro;» diz mais: o «ponto em que se fez a «excavação — (a banda esquerda), — todas as inducções levavam «a crer ter sido o verdadeiro jazigo do poeta.»

Certamente; o primitivo jazigo; d'onde foi transferido para o meio do templo. Não me admira pois, que as pesquizas não dessem resultado.

Diz o sr. Basto:

«A falta absoluta, porém, da lousa e dos azulejos, que a deviam «indicar, causou-me uma penosa sensação.»

Creio bem; assim como a todos os devotos das glorias nacionaes; mas, se me é licito formular opinião depois de taes buscas, quanto a mim os azulejos ali não indicavam a lousa; indicaram, até certo anno, o sitio do corpo; esse corpo foi transferido, e os azulejos ficaram sendo apenas uma recordação para quem a soubesse

entender. Por fim desappareceram. A lousa dos epitaphios, essa pertence ao meio da egreja.

*

Quer o sr. Basto no seu capitulo I, intitulado «SE D. GONÇALO COUTINHO ENCONTROU, OU NÃO, O VERDADEIRO JAZIGO DE CAMÕES,» explicar, com uma interpretação sua, o facto asseverado por Mariz e Faria e Sousa, de ter custado muito trabalho o atinar com o logar da sepultura primitiva.

Observa que, tendo a morte de Camões coincidido com «o mais «calamitoso periodo da nossa historia,» e vivendo elle «obscuro «e misanthropo n'um bairro afastado,» passaria sem a menção devida o seu fallecimento, por não haver a publicidade que ha hoje para tudo. Quer que, vivendo D. Gonçalo Coutinho a muitas leguas de Lisboa, «na sua quinta de Vaqueiros, encontrasse taes «ou quaes difficuldades quando, annos depois, tratou de honrar «as cinzas do seu desditoso amigo.»

Essas difficuldades eram, segundo o sr. Basto, indagar-se «para «qual das egrejas ou cemiterios de Lisboa fôra conduzido o ca- «daver;» e accrescenta:

«Que não fosse facil atinar desde logo com a egreja em que «elle estava, n'isso convenho eu, porque não só é possivel, mas «até natural. Agora que, depois de se saber qual era ella, custasse «a descobrir o jazigo, não me parece admissivel.»

Vejamos a razão:

«Todas ellas tinham, necessariamente, além do *Livro dos obitos* «para uso exclusivo do parocho, assentos regulares dos enterra- «mentos, visto que o preço dos covaes constituia receita da *fabrica,* «e que os mesmos covaes tinham de receber novos cadaveres, «depois de consumidos os primeiros.»

«Creio, portanto,—conclue o sr. Basto—que não ha motivo «algum para duvidar da authenticidade dos ossos, que D. Gonçalo «Coutinho buscou honrar e proteger.»

Não vejo por que o respeitavel Academico defenda a authen- ticidade d'esses ossos; ninguem, creio eu, a atacou jámais.

É certissimo ter Camões morrido n'um tempo calamitoso para todos os Portuguezes; e D. Gonçalo, ao tomar a nobre resolução de preservar do olvido os restos do eminente Poeta, teve grande custo em achal-os.

Não creio, porém, que o motivo fosse o não saber em que egreja elle jazia; isso havia de sabel-o o grupo, maior ou menor, dos

admiradores. Na Casa de Marialva passava de paes a filhos o amor ás lettras. Direi mais: Camões era ainda aparentado com D. Gonçalo, porque, segundo se vê na *Vida* por Manuel Severim, um dos avós de Camões, Gonçalo Vaz, tinha casado com uma neta do progenitor dos Condes de Marialva. Tinha D. Gonçalo Coutinho tratado o Poeta, e mantinha com elle, ou com adeptos e partidarios d'elle, relações pelas quaes facilmente descobriria a verdade; *descobriria* não é o termo; a verdade então não estava occulta; era notoria; digamos antes: *saberia* a verdade.

Depois de formado o proposito de prestar aquella homenagem posthuma a Camões, que os amigos sabiam onde tinha habitado nos seus derradeiros onze annos de Lisboa, averiguada estava tambem a parochia onde tinha sido sepultado. Só faltava exhumar o cadaver, e transportal-o para a cova que lhe fosse destinada. N'essa exhumação, e não na procura do cemiterio, é que houve, quanto a mim, a difficuldade.

«Que não fosse facil—diz o sr. Basto—atinar desde logo com «a egreja em que elle estava, n'isso convenho eu, porque não só «é possivel, mas até natural.»

Parece-me bem pouco natural, pelos motivos que expendi. Ora se hoje, na rumorosa Lisboa, que em 1880, tres seculos depois da morte de Camões, contava 203:000 habitantes, um homem que tivesse aqui relações não acharia difficuldade (abstrahindo mesmo da publicidade jornalistica) para saber em que freguezia fallecera uma pessoa illustre, conhecida no publico por uma obra monumental, não é possivel admittir-se que D. Gonçalo Coutinho, n'uma povoação de menos da decima parte da gente, não podesse pelos seus conhecidos atinar, logo que o quizesse (se o não soubesse por si), com a parte de Lisboa onde Camões morrera, e consequentemente com a egreja onde jazia.

Camões, por muito revôlta que andasse a politica portugueza, por muito obscuro e retirado que vivesse, por poucos que fossem os meios de publicidade da Lisboa velha, não era (para um certo grupo, entenda-se) um João Ninguem; era um soldado da India e da China, um homem de estirpe nobre e aparentada; tinha sido, quanto as differenças sociaes o permittiam, um agradavel commensal de casas illustres, um companheiro jovial, citado pelos seus bons ditos, e, como tal, lembrado; era auctor de muitissimos versos decorados, e de um poema, que em 1580 já tinha sido impresso desde oito annos, e se considerava uma especie de protesto patriotico dos Portuguezes fieis submettidos ao jugo de Castella; era, emfim, o engenho, a quem já os contemporaneos tinham pelo PRINCIPE DOS POETAS DE SEU TEMPO.

Um tal varão podia achar-se relativamente esquecido, e estava;

mas é impossivel que não houvesse um grupo, mais ou menos numeroso, que o conhecesse bem; e n'esse grupo (não entrando algumas sumidades sociaes mencionadas por Severim) havia os Frades de S. Domingos, lettrados e influentes, havia sujeitos como Ruy Dias da Camara, Commendador de S. Gens de Arganil na Ordem de Christo, o Licenciado Manuel Corrêa «que o conheceu «e foi seu familiar amigo,» havia Miguel Leitão de Andrada, homem rico e relacionado, e havia D. Gonçalo Coutinho. Portanto, não acceito, com a devida vénia, a *difficuldade* segundo o sr. Basto a interpreta.

«Agora — diz o mesmo sr. — que, depois de se saber qual era «ella — (a egreja) — custasse a descobrir o jazigo, não me parece «admissivel. Todas ellas tinham, necessariamente, além do *Livro «dos obitos,* para uso exclusivo do parocho, assentos regulares dos «enterramentos.»

Eis ahi justamente, salvo melhor juizo, onde me parece que residiam as difficuldades que achou D. Gonçalo Coutinho.

Eu me explico.

*

Esses assentos regulares, já vamos ver como eram feitos, embora as Constituições antigas da Diocese impozessem aos Parochos a obrigação de um registo de obitos (além de outros).

E as confrarias? não tinham os seus livros?

Tinham (ou deviam ter) dois: o tombo dos bens de raiz, e o inventario dos moveis; eram de obrigação.

Quanto ao livro dos obitos, duas palavras:

Correndo, como já observei na discussão das doutrinas do meu mestre e saudoso amigo o Visconde de Juromenha, os registos funerarios da parochia, os quaes principiam em Gonçalo Oliveira «estribeiro que foi de D. Aleixo,» e fallecido em 20 de maio de 1588 (1), vê-se como era vaga, e pouco circumstanciada, a ma-

---

(1) O titulo exacto d'esses registos, hoje preciosos, é o seguinte:
Neste Volume | Estão encadernados Tres Livros | De Defuntos, | Q̃ servirão nesta Parochia no tempo, | que estava em S. Anna | O Primeiro | Começa em 14 de Outr.º de 1588, e acaba em 20 | de Setembro de 1613 | O Segundo | Começa em 14 de Outr.º de 1613, eacaba em opr.º | de Abril de 1639 | O Terceiro | Começa em 22 de Fevereiro de 1640, eacaba em | 24 de Abril de 1661. |

Na 1.ª pagina:

Lº Em q̃. se escreuẽ os Mortos; de 1588.— | Jhũs. Mª J H S | Aos. 20 de

*

neira como se indicava o sitio onde os cadaveres ficavam depostos!

Faz dó correr essa lista funebre!

Assim pois, encontro uma Catherina Fernandes sepultada *entrando pela porta principal á banda direita;* um Filippe Martins, *no adro da cidade;* uma Madanela Monteira, *debaixo do côro á banda esquerda;* um Gaspar Mendes, *na egreja defronte da capella das Almas;* um Balthazar Francisco, peneireiro, *no adro junto á porta travessa;* uma Brites Luis, *no adro junto á porta travessa;* um Martim Fernandes, *da Pia para a capella das Almas;* um Paulo Indio, *junto do acima;* uma Isabel Fernandes, *no adro a par da egreja á porta travessa;* um Antonio Dias, *a par do acima;* um Braz Francisco, *perto da meza do Santissimo Sacramento;* um Pedro Fernandes, *á porta principal, de dentro;* um sapateiro João Lopes, *no meio defronte das Almas;* uma Filippa Gonçalves, *no adro defronte da capella, da outra banda do caminho;* não falando em muitissimos apenas indicados como enterrados *na egreja,* ou *dentro da egreja,* e muitissimos *debaixo do côro.* Tambem creio que, por humildade, uma ou outra Religiosa se tivesse mandado sepultar ali n'aquelles covaes, prescindindo do seu enterro claustral, que era uma regalia. Isso ainda vinha augmentar a confusão. Haja vista uma d'essas senhoras, dos fins do seculo XVII, depositada «no Côro de baixo, na entrada da porta antiga»—diz o Chronista da Ordem (1).

Ora pela má redacção dos registos que transcrevi, se vê, com muita lastima, como eram mal feitos esses apontamentos, e como a topographia mortuaria (expressemo'-nos assim) era vagamente designada!

Que nos custa pois a crer, que o registo do grande Homem dissesse apenas: *Luiz de Camões, escudeiro, &., fallecido aos 10 de junho de 1580, &., enterrado na egreja debaixo do côro* (como tantos outros!), ou *debaixo do côro á banda esquerda?*

Dez ou doze annos que passassem sobre esse enterro obscuro, n'uma egreja limitada, onde (como tambem já observei) era preciso economisar espaço, trariam grandes difficuldades a achar-se

---

Mayo. de 1588— | Da parte deste Prouisor Simao borges. a 5. de Setr.º | Com penna de excomunhão ipso facto, e inCurrenda | lhe foi notificado per hũ escreuão que não mostrace | este Lº dos defuntos aos escriuais secullares: 5. de Setr.º | de 1599—A Mad.ra |

Verso em branco.

(1) Frei Fernando da Soledade, *Hist. seraf.*, 2.ª ed., parte IV, tomo II, pag. 175.

e authenticar-se um esqueleto, difficuldades que a boa-vontade de D. Gonçalo conseguiu vencer.

Cavava-se, via-se pouco mais ou menos o sitio pela indicação boçal do coveiro (se era o mesmo), sobre a indicação confusa do registo; buscava-se um pouco á direita, um pouco á esquerda, havia a lembrança vaga da mortalha, percebia-se se eram de trajo masculino os farrapos lugubres e humidos que se topavam, e dizia-se depois da busca: Eil-o aqui.

Não duvido um minuto da authenticidade do esqueleto exhumado pelo neto dos Marialvas; o que digo é que Faria e Sousa, tão *indagador,* e a quem a memoria de Camões tanto ficou devendo, tinha os seus motivos para escrever: *fue bien dificil el hallarle.*

*

Quem assiste (como já assisti) á exhumação de um corpo consumido por alguns annos de demora na terra, é que percebe quanto custa aquella tarefa sinistra; os ossos desaggregados espalham-se no terreno; a mortalha, reduzida a polme, mal se reconhece. N'um caso que presenciei, apenas os dentes, além de grandes porções de barbas e cabello, indicavam a quem tivesse conhecido a pessoa, ser aquelle o seu despojo mortal.

Lembro-me d'estas minucias, e estou a perceber o *bien dificil* de Faria e Sousa, e a ver que só algum antigo conhecido de Camões poderia authentical-o, por algum signal analogo áquelles, no acto da sua exhumação em Sanct'Anna.

E note-se: a difficuldade da triste scena a que assisti nos Prazeres, era nada em comparação com a do chão de Sanct'Anna, attendendo ás muitas e severas providencias, com que hoje a policia dos cemiterios arrola e distribue os corpos. Hoje cada corpo, de rico ou de pobre, que vá de caixão á cova, é conservado sobre si por certo numero de annos, e corresponde a um algarismo nos livros respectivos.

Mas no seculo XVI, n'uma Lisboa cahotica, em tempo de epidemias frequentes, e quando os registos medico-policiaes não existiam, confessemos que sepultar uma porção de cadaveres *na egreja,* ou *á porta travessa,* ou *da outra banda do caminho,* ou *debaixo do côro,* equivalia quasi a lançal-os na lugubre e irremediavel promiscuidade de uma valla.

Além d'isto, a gente que por ali, n'aquelles covaes, se sepultava, era pobre e humilde, quasi toda; vinha dos hospitaes, vinha da

miseria, e ia para o esquecimento. Constituia a plebe da morte; pertencia ao grupo dos que não deixavam receita para a fabrica, ainda mesmo quando sepultados nas egrejas; não havia signaes distinctivos que os individualisassem.

O exhumar, portanto, annos depois de enterrado, e enterrado sem signal, o homem pobre e desvalído que ali ficára descançando em 11 de junho de 1580, aquelle poeta sem familia, e sobre cujo cadaver não correram as lagrimas de uma mulher amada ou de um filho, o exhumal-o, repito, trazia necessariamente as *difficuldades,* que não escaparam ao espirito indagador de Faria e Sousa.

Não queirâmos regular o que se praticava ha seculos, pelo que hoje se pratíca.

*

Citei lá em cima o grande Frei Luiz de Sousa; seja-me licito cital-o outra vez ainda; com uma pessoa tão lida, como o sr. Basto, estas evocações nunca são importunas.

Foi por estes mesmos annos, em 1608, que as Monjas do Salvador trasladaram da sua egreja para o côro alto a ossada do illustre fundador da casa, o Cardeal D. João Esteves. Pois bem; no seu caixão, que então se abriu, não se achou só uma ossada, acharam-se duas! Duas?! E ninguem sabia qual d'ellas era a do Cardeal, e qual a intruza! E ninguem sabia quando a segunda tinha entrado!! e as chamadas *tradições* do Mosteiro eram mudas a tal respeito!!! Por outra: n'este caso, não houve só difficuldade, houve impossibilidade absoluta, de authenticar os restos do Cardeal Arcebispo! Que admira o muito que custasse authenticar os do soldado cantor!

Ha na Chronica do Padre Monforte (1) outro caso, que vem corroborar o que digo.

Falleceu em Aveiro um Religioso chamado Frei Antonio de Abrantes.

«Vinte e seis annos, pouco mais ou menos, depois de sepultado, «—(oiçâmos as palavras textuaes do Chronista)—sendo Guardião «Frei Antonio de Lamego, em o Convento de Aveiro, onde o servo «de Deus morreu no sobredito dia dos Innocentes do anno de 1577, «morrendo na mesma casa Frei Francisco Foreiro, outro grande «servo de Deus,..... abriram, para o enterrarem, a cova «em que foi sepultado Frei Antonio, e foi achado n'ella um corpo

---

(1) Pag. 482 da 2.ª edição, que é a de que me sirvo.

«inteiro. Não se soube então cujo era,—(peço ao leitor que repare) «—por não haver ali algum Religioso que se houvesse achado «presente á sua morte; mas tirando-se depois informação dos que «n'outro tempo ali haviam morado,—(pois isto não é espantoso? «pergunto eu)—se achou ser de Frei Antonio de Abrantes, porque «depois d'elle se não enterrara ali outro.»

Ahi tem pois o sr. Basto, como por esse mesmissimo tempo se faziam os registos. Era assim.

Que admira, pois, torno a perguntar, que em Lisboa, muito mais populosa que Aveiro, e n'um coval plebeu, e publico, se não achasse com presteza um corpo enterrado annos antes da busca?!

Era difficil, sim, vencer essas difficuldades; venceu-as porém a mão piedosa de D. Gonçalo, e recolheu aquellas cinzas venerandas; e recolheu-as tão conscienciosamente, que ninguem nunca jámais se lembrou de duvidar da authenticidade d'aquellas palavras singelas: AQUI JAZ LUIZ DE CAMÕES.

Por que vem pois agora o sr. Basto esgrimir em vão, dizendo «que não ha motivo algum para duvidar da authenticidade dos «ossos que D. Gonçalo Coutinho buscou honrar e proteger?»

*

No seu capitulo II, intitulado «IGREJA DE SANT'ANNA EM 1580,» dá-nos o sr. Basto um interessante esboço historico.

Vê-se que, auxiliadas do braço da Rainha D. Catherina, tinham as obras do Mosteiro caminhado com rapidez.

Ainda em sua carta de 10 de julho de 1561 a Rainha Regente ordenava ao Desembargador Fernão de Magalhães, Corregedor dos feitos e causas civeis, comprasse em volta da egreja de Sanct'-Anna, que era de 1543, cedida á mesma senhora pelos irmãos da Confraria, alguns chãos para ahi se edificar o Mosteiro das Penitentes (1), e já em 28 de fevereiro de 1573, em doze annos escassos, não só se achavam recolhidas na sua nova casa as boas Monjas, mas era accrescentado em frente do altar-mór o côro alto, que lá está ainda, e passada quitação de 185$000 réis por essa obra ao carpinteiro de casas Antonio Godinho (2).

---

(1) Copiei esse documento original na Repartição de Fazenda do Districto de Lisboa—Cartorio do extincto Mosteiro de Sanct'Anna, Masso 8, n.º 3, quando fazia estudos para a minha biographia de Vieira Lusitano.

(2) É o sr. Costa Basto quem cita esse documento, que eu não conhecia.

De outras obras importantes do Mosteiro ha lembrança no *estromẽto de conheçimẽto e quitação,* que em 8 de julho do mesmo anno de 1573 passou o celebre pintor Gaspar Dias, morador ao Jogo da Pela da Mouraria, ás Madres de Sanct'Anna, de 200$000 réis, pelos quaes elle as demandava, como herdeiro que era de um Estevam Affonso, mestre das obras do Mosteiro. É curioso papel, por mais de um motivo (1).

Este, que eu lá vi, vem jogar com o outro que cita o sr. Basto, e mostrar-nos que as despezas que então oneravam a Communidade eram muitas; por onde, não admira que as obras da porta do novo recinto conquistado debaixo do côro, e o ladrilhado de parte d'esse recinto, se demorassem annos, como muito bem observa o sr. Basto, fundado conjecturalmente nas censuras do Visitador.

*

No capitulo III, intitulado «SE HOUVE TRASLADAÇÃO DO CADAVER,» esforça-se o sr. Basto, com todo o peso da sua auctoridade, no mesmo notavel proposito de Juromenha e Tavares de Macedo: demolir a asserção de Faria e Sousa!

Se bem que tudo quanto penso na materia, ou quasi tudo, lá ficou exposto acima, ainda assim não posso deixar de insistir, até como signal de deferencia ao sr. Basto.

Com argumentos negativos é que se procura invalidar o que diz positiva e terminantemente um homem como Faria e Sousa! De não terem sido muito explicitos alguns documentos, que aliás o não contrariam, deduz-se que esse homem errou, ou devaneou levianamente! *imaginou* é a expressão do sr. Basto.

Vamos por partes.

Oiçâmos o douto Academico:

«Nem na inscripção da campa, nem na dedicatoria de Estevam «Lopes (1595), nem no prologo de Pedro de Mariz (1613), nem «no discurso de Manuel Severim de Faria (1624), nem, sequer, na «primeira vida de Camões, por Manuel de Faria e Sousa (1639), «se encontra uma unica palavra, que indique mudança de logar.»

Continúa:

«A inscripção diz: *Esta campa lhe mandou* AQUI PÔR *D. Gonçalo Coutinho.*

«Estevam Lopes: *este fidalgo lhe deu* SEPULTURA *honrada.*

---

(1) Repartição de Fazenda — Cartorio de Sanct'Anna, Masso 8, n.º 83.

«Pedro de Mariz: *um fidalgo portuguez lhe mandou fazer* SEPULTURA PROPRIA *(mas tão raza como a do mais povo).*

«Manuel Severim: *D. Gonçalo Coutinho..... lhe mandou* COBRIR O LUGAR DA SEPULTURA *com uma campa de marmore.*

«E Manuel de Faria: *Pusosele una losa de marmol.*»

Perdão; peço licença para completar essas transcripções, copiadas talvez um pouco á pressa.

A inscripção lapidar dizia:

AQUI *jaz Luiz de Camões principe dos poetas de seu tempo. Morreo no anno de 1579. Esta campa lhe mandou* AQUI PÔR *Dom Gonçalo Coutinho na qual se não enterrará pessoa alguma.*

Note-se: *lhe mandou* AQUI *pôr,* e não *lhe mandou pôr.* Quer dizer: *aqui,* no logar para onde se mandou de novo trasladar o corpo; *aqui,* para que as pessoas que tivessem sabido da primitiva sepultura ficassem sabendo positivamente que o Poeta fôra tirado de *lá* para *aqui.* Aquella palavra *aqui* (superflua na phrase, e superflua depois do *aqui jaz*) revela transferencia; pelo menos deixa-a presumir.

Estevam Lopes diz em 1595, com enthusiasmo bem legitimo em quem presenceava aquelle rasgo generoso e meritorio de D. Gonçalo:

Mas como não hei de exaltar até o ceo a magnifica e muy heroica obra que V. M.ce fez em dar SEPULTURA HONRADA *aos ossos d'este veneravel varão, que* POBRE E PLEBEIAMENTE *jazião no Mosteiro de Sant'Anna!*

Isto é (segundo plausivel conjectura): em collocar em sepultura *nobre* os ossos que jaziam no humilde coval *plebeu.* Esta interpretação pouco valeria isolada; aproximada ás outras, reforça-as.

Pedro de Mariz, tão succinctinho, tão pobre de noticias, apenas diz no engoiado prologo com que abre a edição de 1613 dos *Commentarios aos Lusiadas,* de Manuel Corrêa, que:

Um fidalgo portuguez lhe mandara fazer SEPULTURA PROPRIA, *mas tão raza como as do mais povo,* com o epitaphio *Aqui jaz, &.* (com a addição do *viveu pobre e miseravelmente*).

Isto é: de um enterro commum extrahiu os ossos do Poeta para sepultura á parte, *propria.* Tirou-os, pois, do coval, que era sepultura commum. E não faça duvida a clausula «tão raza como a do «mais povo;» nas mais nobres campas impunham as Constituições synodaes essa circumstancia como obrigatoria. A nobreza d'esta lousa do Poeta cifrou-se em ser grande, e por isso a sua sepultura pareceu a alguem um *carneiro* (como logo direi).

Manuel Severim de Faria diz em 1624:

D. Gonçalo Coutinho..... lhe mandou cobrir o logar da sepultura com huma campa de marmore, com este honroso epitaphio: Aqui jaz &.

Isto é: o logar da sepultura nova (póde perfeitamente ser), mandou-o cobrir com uma campa. N'essa phrase o sentido fica de todo perplexo, em equilibrio indifferente. Nas phrases todas que transcrevi, a asserção de Faria e Sousa nem uma só vez é contrariada; e se esses homens não são claros bastante, o que é certo é que não se oppõe o que elles adduzem ao que adduz aquelle grande commentador. Ponto importantissimo, e que me parece conquistado.

Oiçâmos agora Faria e Sousa.

Manuel de Faria e Sousa, emfim, duas vezes fala no assumpto. Na 1.ª Vida do Poeta diz:

Fuè enterrado con toda miseria en la Iglesia de santa Ana luego al entrar de la puerta, casi al rincon de la mano izquierda.

Na 2.ª Vida diz, talvez por mais minuciosamente informado:

Sea lo que fuere, el fuè sepultado en ella—(a egreja)—*y tan sin señal de sepultura (esto fuè al rincon de la mano izquierda) que quando Don Gonçalo quiso darle la que le diò, fuè bien dificil el hallarle.*

Don Gonçalo le passò casi a la mitad de la Iglesia, poniendole una losa de marmol rasa.

Isto é (como se o auctor estivesse antevendo duvidas em alguem no futuro): no coval não havia indicação do sitio ao rez da porta, á mão esquerda, o que se harmonisa com outra asserção de Severim: *sem letreiro ou campa alguma que mostrasse o lugar da sua sepultura;* por fórma que d'essa falta nasceram os embaraços na busca. A final a ossada foi tirada, passada para o meio da egreja, e *ahi* se lhe poz uma campa. Tudo em Faria e Sousa é claro, liso, verosimil, e direi mais: verdadeiro.

Tudo d'elle e d'esses outros concorda e se harmonisa; e não vejo por que as affirmações dos doutos e dos indoutos, os testemunhos dos de muitas luzes e dos de *poucas luzes,* hajam de acceitar-se e louvar-se, e só as palavras de Faria e Sousa, que em todo o processo é o primeiro que depõe com minucia, hajam de ser acoimadas de improcedentes, apocryphas, e imaginarias! Custa a crer.

*

«Se não me illudo muito—conclue o sr. Basto—o que d'estes «testemunhos se collige é que a piedosa obra de D. Gonçalo se «limitou á compra d'aquelle coval, para ninguem mais ali ser en«terrado, e á collocação de uma lapide, que indicasse aos vin-

«douros o logar onde dormia o seu ultimo somno o cantor das glorias «portuguezas.»

Quanto a mim, illude-se muito e muitissimo o nosso sabio mestre. Que importava a D. Gonçalo o *coval?* elle só queria saber de uma *cova*. Achada ella (e o sr. Basto pugna com denodo contra os que, por hypothese, podessem duvidar da authenticidade dos ossos apartados), tirado d'ali o grande Poeta, pouco importava que o resto do coval continuasse a ser cheio no rodar dos annos.

Agora digo eu, paraphraseando palavras do sr. Basto: nem na inscripção da campa, nem na dedicatoria de Estevam Lopes (1595), nem no prologo de Pedro de Mariz (1613), nem no discurso de Manuel Severim de Faria (1624), nem sequer na 1.ª Vida de Camões por Faria e Sousa (1639), se encontra uma unica palavra que auctorise a suppôr-se a compra do coval; versão nova do sr. Basto, e em manifesto desaccordo com a sua firme crença de que os ossos do Poeta foram achados por D. Gonçalo.

Se este, ao cabo de muitas diligencias, os não tivesse encontrado, poderia alguem admittir que, n'um excesso do seu zelo piedoso e litterario, comprasse o coval, por saber que ahi, algures, jaziam aquellas reliquias; mas tal não consta. Custou-lhe a achal-as, mas conseguiu; e achadas ellas, que tinha elle com o coval? A lapide foi cobrir a nova sepultura, *casi a la mitad de la Iglesia,* e o coval continuou a servir.

Porém que disse eu? *comprasse o coval?* Isso era-lhe expressamente defezo pela Lei. «Outro si mandamos que se nam vendam «as sepulturas nẽ enteramentos, nem se faça pacto nem conuença «sobre ellas, antes nem despois do enteramento»—dizem já as Constituições do Cardeal Arcebispo D. Affonso em 1536 (1).

Comprar um particular aquellas renques de sepulturas, como quem arremata um rebanho, era repugnante ao espirito maternal da Egreja. Isso estava reservado para quem em 1834 adquiriu certos bens ecclesiasticos.

Melhorar sepultura a um morto, e transferil-o, com licença do Ordinario, era licito, e foi o que fez D. Gonçalo Coutinho.

*

Duas palavras entre parenthesis, em quanto não continuo com a analyse das asserções do meu amigo o sr. Basto.

---

(1) Tit. XIII, const. VIII, § 2.º

Por que motivo Juromenha, Tavares de Macedo, o sr. Basto, e, em summa, os que adoptaram aquelle parecer da Commissão de 54, acceitam do melhor grado o testemunho de todos os auctores que não mencionam os azulejos de Leitão de Andrada? Não é singular?

Argumenta-se: Faria e Sousa não viu a campa, porque traz errado o epitaphio; os outros, que o erraram tambem, e que, tendo visto, ou podido ver, os azulejos, os não mencionam, são admittidos sem suspeição!

Juromenha, Tavares de Macedo, e o sr. Basto, dizem:

—Faria e Sousa não merece credito n'este ponto.

—Porquê?

—Porque errou o epitaphio, que era patente. Quem nos serve, como texto de Evangelho, é Mouro de Sousa.

—Mas—torno eu—Mouro, que assim invocais, tambem não menciona o epitaphio portuguez da lousa, e apenas copía o latino. Grave erro, gravissima ommissão, equivalente a um erro. Logo, rejeitae-o tambem.

Prosigâmos.

*

«A lenda da trasladação,—escreve o sr. Basto—que em diversas «epochas tem illudido espiritos aliás muito illustrados, nasceu «evidentemente das inconsideradas palavras de Manuel de Faria «(na segunda vida do poeta): *Don Gonçalo* LE PASSÒ CASI A LA «MITAD DE LA IGLESIA, PONIENDOLE UNA LOSA,» &.

A *lenda!* é muito boa. Tão *lenda,* como outra qualquer asserção positiva de escriptor honesto. A *lenda?!!* porquê?

Quando eu vir desmuronarem-se n'uma derrocada monumental os argumentos que apresentei contra a auctoridade de Mouro; quando eu vir provado á evidencia que Faria era um impostor, e que tinha motivo occulto para assim adulterar um facto; quando vir desmentido o grave Barbosa Machado, que escreveu d'elle: «Observou inviolavelmente a verdade, mostrando-se sempre ini-«migo jurado da lisonja;» então, sim, então chamarei *lenda,* e peor do que isso, ao que elle diz. Até ahi não, e parece-me pouco bem escolhido o termo.

«A lenda da trasladação..... nasceu das inconsideradas «palavras de Manuel de Faria.»

Inconsideradas! outro termo escolhido talvez com menos acerto. Isso justamente é que se não prova. Foram *consideradas;* tão *consideradas,* que vieram depois de exame, e só apparecem na 2.ª Vida;

tão *consideradas,* repito, que o auctor, querendo ser exacto, não diz *a la mitad de la Iglesia,* diz *casi,* por um requinte de escrupulo.

A ideia da trasladação não nasceu, quanto a mim, das palavras de Faria e Sousa; a propria lousa já traz implicita, ou explicita, essa ideia. A asserção de Faria é que nasceu do facto irrecusavel da trasladação; o que faz differença.

*

Continuaremos a ouvir o sr. Basto:

«Convém, porém, não esquecer que Manuel de Faria escreveu «esta segunda vida (1646) em Madrid, onde residiu por muito «tempo, e onde morreu tres annos depois.....»

Não sei que possa influir, para a verdade e consciencia de uma obra de indole tão portugueza, ser escripta em Madrid, e ser composta tres annos antes do fallecimento do auctor, que apenas aos cincoenta e nove terminou a sua carreira, e portanto não se podia chamar caduco, ou senilmente enfraquecido de cerebro. Não percebo de todo a que vem essa observação.

Diz mais o illustre Academico:

«..... que, apezar de ter estado em Lisboa algumas vezes «antes de 1632, nunca se lembrou ou teve ensejo de visitar a «igreja de Sant'Anna.....»

É outra vez a preoccupação do meu bom Visconde de Juromenha. Tenho a certeza de que ao sr. Basto havia de ser difficillimo, ou impossivel, demonstrar com a sua verdade habitual essas proposições, em que se deixou inconscientemente escorregar.

Continúa:

«..... e que, escrevendo por informações alheias, as suas «palavras perdem todo o valor quando se contrapõem ao teste-«munho de homens que pessoalmente examinaram as memorias «que descrevem.»

Não se segue. Ás vezes vale bem mais uma informação alheia muito fidedigna, do que um testemunho ocular mal expresso. Eu, por mim, se, vivendo em S. Petersburgo, e escrevendo uma obra sobre assumpto lisbonense, recebesse do sr. João Basto, sempre tão obsequioso, uma informação sobre a posição de tal ou tal campa, anteporia o seu parecer (sem a minima duvida) até a uma observação pessoal minha feita em pouco boas condições.

(Isto é para o caso de se querer que Faria e Sousa, escrevendo em Madrid, se escrevia, repetisse o que de Lisboa lhe mandavam dizer sobre a transferencia da ossada para o meio da egreja. É,

porém, mais que muitissimo provavel, que elle fizesse obra por observações suas pessoaes, e exactas. Errar o epitaphio nada prova).

De pormenores da vida de Faria e Sousa pouco se sabe; conhecem-se-lhe apenas as linhas geraes. Sabe-se que morou n'umas quintas da provincia, e no Porto, e em Madrid, e em Roma, e em Lisboa. Averigua-se ter estado em Lisboa desde 1628 a 30, e muito provavelmente na volta de Italia e na primeira vinda de Madrid. Mas bastava aquelle prazo apurado de 28 a 30. Vinte e cinco annos levou elle a commentar os *Lusiadas;* ora fallecendo em 1649, já em 1624, quatro annos antes de aqui estar, andava devorado do fogo das pesquizas. Logo, é mais que probabilissimo que fosse ver a campa em Sanct'Anna.

Dá-o Barbosa como pessoa retrahida, concentrada no estudo, e que «nunca frequentou casa alguma mais que a propria, e a «Igreja.» Nova presumpção de que o tentasse aquella visita.

*

Diz mais o sr. Basto:

«No caso sujeito vemos que elle, tendo no seu primeiro trabalho «affirmado que a campa fôra posta *luego al entrar de la puerta,* «*casi al rincon de la mano izquierda* (indicação confusa e appa- «rentemente contradictoria, mas que se póde conciliar com a ver- «dade dos factos), imagina depois, no segundo, que D. Gonçalo, «tendo encontrado o jazigo, *le passò casi a la mitad de la Iglesia.*»

De vagar, de vagar. Não vejo qual seja o crime de Faria e Sousa.

O que elle narrava na 1.ª Vida não se refere á campa, mas ao enterro e primeiro poiso do cadaver. Queira o sr. Basto reler:

Fuè enterrado con toda miseria en la Iglesia de santa Ana luego al entrar de la puerta, casi al rincon de la mano izquierda.

Não se fala ahi senão no acto do *enterramento* primitivo. Onde vê o sr. Basto que o auctor diga ter-se posto uma CAMPA? Foi mera illusão sua, ou *lapsus calami.* Faria e Sousa não menciona ahi a campa; refere-se apenas ao cadaver primeiramente sepultado no coval. Não chego a perceber o que o sr. Basto aqui acha de *confuso e apparentemente contradictorio.*

«Imagina depois..... que D. Gonçalo, tendo encontrado o «jazigo, *le passò casi a la mitad de la Iglesia.*»

Imagina!? pouco boa escolha de verbo; o auctor não imagina; affirma; não diz apenas: supponho, penso, calculo, conjecturo,

imagino; conta um facto, que muitos deviam saber, e que se não oppõe ao que até então andava escripto.

«Mas como é possivel—pergunta o sr. Basto—admittir simi-«lhante trasladação se nós sabemos que a memoria mandada «fabricar por Miguel Leitão estava collocada na parede, servindo «de tarja á lousa, e tendo no epitaphio

«O grão Camões *aqui jaz*
«Em pouca terra enterrado?»

A isto responde a minha conjectura: ter sido o azulejo anterior á campa. O azulejo não mentia dizendo *aqui jaz,* n'este coval; quando o cadaver d'ali foi removido, é que o azulejo não ficou falando verdade rigorosa. O *aqui* significava o templo, o recinto todo.

*

Fortemente abalado pela inspecção da lousa central, que lá está ainda hoje, ao meio da egreja, e que os «espiritos aliás muito «illustrados» da Commissão de 36 tinham dado pela do Poeta, o sr. Basto como que se livra d'essa apparição importuna, consagrando-lhe tres linhas, de fugida, com summa concisão; e diz:

«Quanto á grande lage sem inscripção, que existe no centro «da igreja e está dividida pela grade do côro, essa não é uma «lousa de sepultura: é a tampa ou cobertura de um carneiro.»

Não é uma lousa de sepultura? tem a maior graça.

Para toda a gente, menos para o sr. Basto, é uma lousa de sepultura grande; sepultura distincta, e que mereceu lhe chamassem *espaçosa, honrada;* sepultura como então convinha a um morto que se pretendia glorificar; sepultura decente ao principe dos poetas de Hespanha, a quem o proprio Faria no «*Epitome*» chama *el mejor poeta de Europa, Don Luis de Camoens;* sepultura, emfim, tão pouco *plebeia,* que mereceu que os encomios de Estevam Lopes se exaltassem *até o Céo!*

E de mais: chamem-lhe sepultura, ou chamem-lhe carneiro; já lá acima apresentei as medições; essa distincção não passa de logomachia; um *carneiro* n'aquellas condições modestas é uma sepultura; uma *sepultura* n'aquellas condições de largueza será um carneiro; mas um carneiro é sempre uma sepultura.

Pergunto por fim: querá alguem chamar *carneiro* á *sepultura* de D. Rodrigo da Cunha, só porque a lousa mede $2^{m},61$ de comprido, e $1^{m},70$ de largo? Certamente não.

*

O capitulo IV da Memoria que estou analysando, «SE NO MESMO COVAL SE ENTERROU ALGUEM ANTES OU DEPOIS DO POETA,» é uma engenhosa computação do numero aproximado de cadaveres que no coval se podiam conter em determinado periodo de annos. Pouco adianta para o caso que nos occupa.

Aqui esforça-se o sr. Basto por mostrar que se não acha provada a data de 1595 para a collocação da lousa de Camões por D. Gonçalo. Cita Estevam Lopes, que apenas narra o facto sem fixar a data (publicando as *Rimas* em 1595), e cita Severim, que apenas diz: *pouco depois do seu fallecimento.*

Ora bem; e porque não cita o sr. Basto tambem a Faria e Sousa? este auctor escreve ao contar a trasladação: «*Don Gonçalo «le passò..... &. poniendole una losa de marmol rasa con esta ins-«cripcion en el año 1595.*» Não vejo motivo que me demonstre estar Faria e Sousa inhibido de acertar.... n'uma affirmação ao menos!

Mas isto, dou-o de barato. Não serve para a minha argumentação. Que fosse a lousa posta n'esse anno, ou antes, é perfeitamente indifferente.

N'esta averiguação tambem o sr. Basto me parece querer mais do que se lhe póde conceder. Diz elle:

«..... Se esta obra fosse posterior a 1588, era natural que «apparecesse alguma cota ou assento a similhante respeito no «livro dos obitos a que já me referi; e comtudo o seu silencio é «completo.»

Não se me figura, salvo o devido respeito, muito natural que no livro dos obitos posterior a 1588, isto é, mais moderno oito annos que o fallecimento de Camões, se fizesse registo algum da trasladação. Essa nota havia de constar do livro, hoje perdido, relativo a 1580. No termo de obito de Luiz de Camões havia de ter sido escripto, á margem: *trasladado para tal ponto,* ou *coberto com lousa por ordem de Fulano, com licença do senhor Arcebispo,* ou coisa assim. É o que se usa ainda hoje.

Segundo as Constituições da Diocese, era rigorosamente vedado o adquirir sepultura perpetua, o trasladar ossos desde uma egreja para outra, ou sequer de um ponto para outro da mesma egreja, sem licença especial do Prelado. Portanto, deveu haver essa licença, e deveu ter sido apresentada por D. Gonçalo ao Parocho da Pena. Desappareceu tambem. *(Continúa).*

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX — DEZEMBRO DE 1891

SEGUNDA SERIE — N.° 6

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO — por **Abel Andrade** 377

ALGUMAS OBSERVAÇÕES ÁCERCA DOS §§ 3.º E 4.º DO ARTIGO 380.º E OUTROS ARTIGOS DO CODIGO CIVIL PORTUGUEZ — por **José Maria de Mello de Mattos** 384

ALGEBRA (Ao sr. J. C. Medeiros) — por **Junio de Sousa** .. 395

A UNIVERSIDADE DE MONTPELLIER E A ESCHOLA DE AGRICULTURA — por **J. A. Henriques** 410

VERSÃO DOS CARMES DE A. TIBULLO — por **A. A.** 424

Á BEIRA DA SEPULTURA DE FRANCISCO GOMES DE AMORIM — por **José Frederico Laranjo** 428

MEMORIAS DE CASTILHO — por **Julio de Castilho** 432

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES — por **Sousa Viterbo** 452

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO

CAPITULO III

Influencia do Cartesianismo sobre o Racionalismo

(Continuado do n.º 5, paginas 329)

4) O Racionalismo cartesiano na Suissa, Inglaterra, etc.

O Cartesianismo moderado tambem orientou o movimento scientifico da região helvetica; depois de preparado o terreno pelas tentativas racionalistas dos philosophos radicaes a que nos referimos no capitulo I, implantou-se por algum tempo a theoria de Descartes na Suissa apezar da opposição dos pastores ecclesiasticos, do conselho de Berne e de Genova.

Durante a reforma do seculo XVI muitas cidades adoptaram os principios protestantes; esses principios eram mantidos e defendidos por um synodo constituido pelos ministros de cada cantão; reuniam-se os pastores annualmente em Zurich sob a presidencia do decano da cidade, que recebia o nome de *antistes* (1). Este conciliabulo impediu a extensão do movimento racionalista-cartesiano n'este paiz.

Assim as associações dos pastores, muito preponderantes na direcção do ensino e nas universidades, oppozeram consideravel resistencia contra Descartes em favor de Aristoteles; o conselho

(1) Crétineau-Joly, *Histoire du Souderbund*, I, pag. 273 e seg.

de Berne em 1669 e 1680 prohibiu o ensino da philosophia cartesiana nas lições publicas da Academia ou nas simples conversas particulares. Do mesmo modo procedeu o conselho de Genova.

Deve-se a Robert Chouet a introducção do Cartesianismo na Suissa, ensinando-o publicamente na universidade de Saumur e em Genova.

Desenvolvia-se o systema de Chouet com resultados favoraveis para o Cartesianismo, quando surge Gautier (Antonio); combatendo o Cartesianismo, approximou-se do sensualismo e estabeleceu a corrente empirica que ainda hoje se conserva, principalmente nas sciencias physico-chimicas e historico-naturaes (1).

*

A mesma Inglaterra, patria classica do empirismo, não permaneceu extranha ao movimento revolucionario de Descartes. No seculo XVII, no periodo que vai de Hobbes a Locke, o Cartesianismo apparece n'este paiz com as theorias de Legrand.

Este religioso publicou em Londres muitas obras destinadas á propagação e defesa de Descartes; para proporcionar o ingresso da sua doutrina nas universidades, expol-a sob fórma escholastica nas suas *Institutiones philosophiae;* são uma exposição methodica e completa da philosophia de Descartes augmentada com desenvolvimentos relativos á logica e á moral.

Os esforços de Legrand foram combatidos por duas corporações notaveis e temiveis: a universidade de Oxford e alguns professores de Cambridge.

Á frente da universidade de Oxford encontrava-se o bispo Samuel Parker: aproveitou o movimento de reacção contra o sensualismo de Hobbes, confundiu o systema d'este philosopho com o Cartesianismo e assim diminuiu o effeito dos trabalhos de Legrand.

E' certo que Descartes, como Hobbes, ensinou o mechanismo como principio do movimento organico e inorganico; mas, se Hobbes filiava na necessidade ou acaso similhante movimento, Descartes attribuia ás infinitas perfeições de Deus a origem do mechanismo, que imprimia na materia as admiraveis leis do movimento. Não é difficil reconhecer a distancia que separa os dois eminentes

---

(1) Fillier, *Histoire de Berne;* Bouillier, *Histoire de la philosophie cartésienne,* tom. II, pag. 499.

philosophos; todavia Parker não se cança de repetir que a restricção de Descartes é um sophisma aconselhado pela prudencia.

Contra a refutação de Parker (1) escreve Legrand a notavel apologia, cujo prefacio é uma refutação do atheismo (2).

Cudworth, chefe da eschola de Cambridge, embora adversario de Descartes é semi-cartesiano. Pensa como Descartes sobre a essencia da materia, aborrece do mesmo modo as fórmas substanciaes e admitte os mesmos argumentos para demonstrar a existencia de Deus e da alma. Entretanto censura Descartes por sujeitar as verdades eternas aos decretos arbitrarios de Deus e extender o mechanismo aos seres organisados e vivos.

A extensão é a essencia dos corpos inorganicos; não acontece assim com os organicos.

Cudworth censura o mechanismo applicado aos corpos organisados, porque acostuma os homens a explicar a existencia d'elles sem recorrer ao principio divino.

Se entre Deus e a materia não se collocar uma certa natureza animada por um espirito vital, submissa ás ordens divinas, mas autonoma, não póde haver verdadeira piedade. Retire-se esse intermediario, e a materia dirigirá por si mesma os seus movimentos ou Deus será a causa universal e immediata dos mesmos movimentos atomicos. D'este modo admitte-se o atheismo ou suppõe-se que Deus se preoccupa ainda com as menores eventualidades.

Cudworth crê remediar este inconveniente admittindo uma natureza plastica universal, uma alma espiritual de que Deus se serve para actuar; uma alma cega e inconsciente, que penetra todas as particulas da materia.

Eis o systema opposto por Cudworth a Descartes; o mediador plastico deve considerar-se o termo medio que separa o puro mechanismo do puro pensamento.

Apezar dos esforços de Parker e Cudworth o Cartesianismo estabeleceu-se suavemente na Inglaterra; ainda se vêem vestigios da synthese cartesiana em Locke e Spencer.

*

O mesmo systema de Malebranche, cuja feição cartesiana já

---

(1) *Disputationes de Deo et divina providentia.*
(2) *Apologia pro Renato Descartes contra Samuelem Parkerum.*

*

indicámos (1), é seguido na Inglaterra por John Norris, Berkeley, e em geral pelos *quakers*.

Norris sustenta a unidade da verdadeira philosophia e da verdadeira religião, fundado na sua homogeneidade perante a razão divina.

Além das bellezas contingentes, que se manifestam de modo variadissimo, ou nas verdadeiras reproducções de um original, ou nas divinas creações de um artista, devemos admittir a belleza suprema, typo e modelo dos seres contingentes. Isto mesmo se verifica na ordem da verdade e do bem. Imitando o divino Platão e, em geral, a eschola de Alexandria, este philosopho admitte a existencia de um mundo ideal, em que se encontram identificados os principios da verdade, do bem e do bello; as perfeições dos contingentes devem considerar-se reflexo d'essas perfeições typicas que existem na mente divina, constituindo o mundo archetypico, o mundo ideal (2). Da existencia do mundo ideal não podemos duvidar; em Deus existem todas as perfeições com um caracter de necessidade e eternidade. Assim não acontece com o mundo dos contingentes; a demonstração da sua existencia depende do testimunho dos sentidos. Invoca-se é certo a revelação para confirmar o depoimento dos sentidos, mas a fé nos monumentos da revelação não se baseará na fé no testimunho dos sentidos?

Como é facil de ver, Norris suppõe a necessidade do principio da evidencia; a existencia do mundo ideal impõe-se irresistivelmente á nossa intelligencia, porque a nossa intelligencia *vê* a Deus e n'elle todas as idéas archetypicas. A duvida relativa á existencia dos seres contingentes resulta de a sua demonstração não proceder de uma intuição, da evidencia.

Berkeley não admitte a possibilidade do homem conhecer as coisas em si mesmas; podemos conhecer as idéas, nunca a existencia das coisas correlativas; do mesmo modo Malebranche affirma que conhece immediatamente as idéas e de nenhum modo os objectos. A unica divergencia entre os dois philosophos reside na presumpção de Berkeley, invocando em seu auxilio o testimunho do genero humano.

---

(1) *Instituto*, segunda serie, n.º 5, pag. 318.

(2) É frequente ouvir os apologistas de S. Thomaz de Aquino attribuir a theoria do mundo ideal, archetypico, ao mesmo theologo, que foi o mais eminente philosopho do seu tempo. E todavia nada mais falso. Essa theoria bebeu-a Thomaz de Aquino na eschola de Alexandria, como esta a tinha encontrado nas obras do divino Platão; com a duplicidade, litteral e espiritual, do sentido biblico importaram os padres a theoria do mundo archetypico. Franck, *La Kabbale; Opera Philonis*, ed. de Maugey.

Do mesmo modo estes dois philosophos exceptuam de similhante radicalismo a alma humana e o principio divino.

Os *quakers* (George Fox, Naylor, Burrough, Ames, Penn) com a sua doutrina extravagante tentavam realisar as abstracções de Malebranche.

Todo o homem tem um dia em que Deus o visita, e n'esse dia Deus quer illuminal-o pela revelação, para lhe communicar uma luz, uma revelação, uma força interior que produz o renascimento espiritual e a justificação sobrenatural. Essa luz interior converteu-se em pouco tempo na razão individual.

Similhante luz, dizem os *quakers,* é a base de todas as verdades religiosas, de toda a sciencia divina.

Assim esta seita abandona o ontologismo para abraçar o puro Cartesianismo, o racionalismo.

*

Embora o sensualismo de Locke diste muito do Cartesianismo, é certo que na distincção, admittida por Locke, entre espirito e materia podem encontrar-se, com Dugal-Stewart, vestigios da doutrina cartesiana.

O mesmo Locke confessa que as obras de Descartes fizeram brilhar aos seus olhos uma luz nova; obrigaram-n'o a estudar a philosophia nova.

Mas fallemos de Spencer mais demoradamente; é considerado hoje o representante da ultima philosophia.

Spencer synthetisou n'uma fórma generica os phenomenos e a genese do universo mechanico e dos seres animados; por isso o seu evolucionismo é uma doutrina philosophica.

A vida resulta da coordenação interna de acções *(lei da integração)* e da sua correspondencia externa com o meio *(lei da adaptação)*.

A vida é uma coordenação de acções: d'onde resulta que o termo da coordenação é a morte; uma imperfeição na coordenação é a doença.

Demais esta definição harmonisa-se com a idéa que formamos dos diversos modulos da vida, pois que consideramos em ultimo logar os organismos que só manifestam uma insignificante coordenação de acções, e ao desenvolvimento dos modulos da vida corresponde maior extensão e complexidade crescente de coordenação.

A correspondencia externa com o meio é a correspondencia contínua das relações internas com as relações externas; similhante correlação dá-se nas diversas phases do embryão, que correspondem permanentemente aos diversos meios em que o embryão se encontra.

Nos mesmos phenomenos chimicos ha uma correspondencia entre as transformações internas e os movimentos externos, mas essa correlação não differe essencialmente da que existe entre o movimento de uma palha e o movimento do vento que a agita. Em ambos os casos um movimento produz uma modificação egual.

A alteração do objecto não tende a produzir uma modificação secundaria anteriormente á alteração secundaria do meio ambiente. Mas nos corpos vivos ha d'estas alterações, e a *correspondencia externa com o meio* consiste n'isso mesmo.

O movimento universal constitue a synthese da genese e dos phenomenos sociaes; todos os seres se transformam em virtude da tendencia do homogeneo para o heterogeneo, do indefinido para o definido; realisada a integração, determinada por certo limite, accentua-se a tendencia inversa do heterogeneo para o homogeneo.

A homogeneidade é uma condição de equilibrio instavel; effectivamente n'um aggregado homogeneo as differentes partes estão expostas a forças differentes especifica ou intensamente; são, portanto, diversamente modificadas, o que constitue a instabilidade do homogeneo.

A transição do homogeneo para o heterogeneo realisa-se em virtude da *multiplicação dos effeitos*. Uma força uniforme, incidindo n'um aggregado uniforme, dispersa-se; incidindo n'um aggregado constituido por partes dissimilhantes, dispersa-se em cada uma d'essas partes; as forças resultantes de similhante dispersão constituem differenciações qualitativas, tanto mais differenciadas quanto mais dissimilhantes são essas partes.

As duas leis referidas indicam a transição do homogeneo para o heterogeneo; deve-se á *lei da segregação* a transformação do homogeneo em um heterogeneo harmonico: se um aggregado qualquer, composto de unidades dissimilhantes, está sujeito á acção de uma força, que se exerce indifferentemente sobre estas unidades, separam-se umas das outras e constituem aggregados menores, compostos de unidades similhantes dentro de cada aggregado, mas dissimilhantes das dos outros aggregados.

Em harmonia com estes principios realisa-se a lei geral da evolução, isto é, a lei da distribuição progressiva da materia e do movimento; esta lei tende a um estado relativamente estavel,

ao equilibrio *movens* dos movimentos da materia inorganica e organica (1).

Deante d'este esboço da incomparavel synthese Spenceriana somos naturalmente levados a reflectir na influencia do Cartesianismo. Além do principio da evidencia, que Spencer razoavelmente modificou baseando as suas concepções nas relações dynamicas da materia inorganica e organisada, a mesma noção de uma synthese universal pertence a Descartes. Spencer, podendo dar á synthese subjectiva a segurança de uma deducção dos dados mechanicos, seguiu essa demonstração desde os movimentos atomicos da materia bruta até ás mais altas manifestações da consciencia. Spencer na Inglaterra, como Comte na França e os modernos philosophos da Europa, deriva de Descartes em melhores condições scientificas. O seculo XIX é o seculo das grandes syntheses do espirito humano; Descartes foi talvez o creador d'essa synthese inicial.

(Continúa). ABEL ANDRADE.

---

(1) *Principes de biologie,* part. I, cap. IV; part. III, cap. VIII; *Les Premiers Principes,* II parte, cap. XVI, pag. 383; cap. XX, pag. 431, etc.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES ÁCERCA DOS §§ 3.º E 4.º DO ARTIGO 380.º E OUTROS ARTIGOS DO CODIGO CIVIL PORTUGUEZ

Ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro ADOLPHO FERREIRA DE LOUREIRO,
Tenente Coronel de Estado Maior e Engenheiro de 1.ª classe no Ministerio das Obras Publicas

V

(Continuado do n.º 4, paginas 231)

De passagem deve notar-se que facto similhante se dá no rio Vouga, quando passa dos terrenos primitivos, em que corre entre montanhas graniticas, para os terrenos terciarios onde se encontra o grès e a argilla. Offerece porém o nosso paiz um exemplo de corrosão de quartzites, devida em grande parte sem duvida ao trabalho das aguas bem evidenciado nas portas do Rodam no rio Tejo. O fallecido general Manuel José Julio Guerra na sua Memoria ácerca d'aquelle rio bem notou as quartzites alludidas cuja direcção em travez do leito da corrente de agua é bem evidente. Eis demais o que se lê na Memoria referida: «de Concavada até Villa Velha o valle do Tejo tem um novo typo. O seu leito é encaixilhado entre as serras povoadas de espessos matagaes. Os schistos constituem as margens tortuosas e muito irregulares do rio e só nas portas do Rodam se encontram as quartzites. Estas rochas atravessam o leito do rio e são geralmente a causa da formação dos rapidos. As irregularidades do fundo do rio determinam necessariamente as do movimento das aguas (1).» A montante das portas mencionadas acha-se um hydrometro e podendo no verão atravessar-se o rio a vau tanto em frente d'elle como ainda juncto ás Portas, as cheias de 19 de fevereiro de 1855 e

---

(1) Vid. *Estudos feitos no rio Tejo, auctorisados pelas instrucções que acompanham o decreto de 30 de julho de 1849, para melhoramento da navegação d'este rio e protecção dos campos adjacentes* in *Boletim do Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria*, n.º 3, de março de 1861, pag. 345.

14 de fevereiro de 1872 attingiram alli alturas respectivamente de 22^{m},50 e 16^{m},50 (1).

Não é conseguintemente para admirar que rochas tão duras tenham sido corroidas e «como prova da rapidez com que póde realisar-se o trabalho vertical da excavação dos leitos dos rios, diz o sr. A. de Lapparent, costuma citar-se a torrente de Simeto na Sicilia tapada em 1603 por uma *coulée* de lava proveniente de uma erupção do Etna, o Simeto conseguiu em menos de tres seculos, aproveitando-se das fendas da lava abrir n'ella uma garganta cuja profundidade varía de 20 a 25 metros com uma largura media de 12 a 18 metros (2).»

Um exemplo conhecido de rio que excava o leito se encontra na America. Segundo os calculos do geologo Lyell as cataractas do Niagara approximam-se annualmente da origem 30 centimetros. Blackwell, que estudou o problema especialmente desde 1838, renovando as suas averiguações em 1846, 1851 e 1856 concluiu porém que o recuo era de tres pés por anno (3) e segundo affirma o sr. A. de Lapparent a quéda do lado do Canadá n'aquella cataracta recuou 3^{m},70 desde 1842 até 1863 (4), isto é, 18 centimetros por anno.

O rio Mondego tambem excava o seu leito ainda muito sensivelmente, conforme se póde concluir das seguintes palavras do ex.^{mo} sr. conselheiro Loureiro: «No sitio da Raiva, da Pedra Aguda e em outros onde o Mondego corre em leito de rocha tem esta sido gasta e o leito do rio baixado. Este abaixamento no alto Mondego contrasta com a grande elevação do leito do rio de Coimbra para baixo (5).»

D'este longo estudo deve concluir-se que ainda até hoje se não póde avaliar positivamente a acção das correntes de agua na excavação do seu perfil longitudinal, mas que essa acção é evidente, embora auxiliada pelo estado das rochas e sem duvida por causas meteorologicas taes como a chuva, os ventos (6) as mudanças de temperatura e outras que a sciencia ainda até hoje não póde avaliar em especial.

O trabalho da excavação do leito dos rios traz porém como resultado a diminuição da velocidade da corrente de agua, con-

---

(1) Vid. *Memoria ácerca do regimen do Tejo e outros rios* pelo ex.^{mo} sr. conselheiro B. F. de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça, pag. 48 e 49.
(2) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 214.
(3) Vid. Frederico Hellwald, obra cit., tomo 1.º, pag. 35, col. 1.ª (nota).
(4) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 217.
(5) Vid. *Memoria* cit. in *Revista de Obras Publicas*, tomo XI, pag. 42.
(6) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 145.

forme se vê claramente pela formula de Bazin, já acima referida e a que póde dar-se a fórma seguinte

$$V^2 = \frac{R^2 I}{0{,}00028\,(R + 1{,}25)}.$$

Com effeito d'ella se deduz facilmente que a inclinação sendo directamente proporcional ao quadrado da velocidade da corrente, esta ha de moderar a sua acção muito rapidamente á medida que o declive diminuir, podendo até calcular-se a perda de energia por meio de formulas sabidas de mechanica.

Observa-se de facto que ainda em occasião de cheias nunca as velocidades dos rios são superiores a 5 metros emquanto que nas torrentes ellas attingem as grandes velocidades que acima se apontaram. Para o Mondego o ex.^{mo} sr. conselheiro Loureiro computou a velocidade das cheias no sitio do valle da Azenha em 4^m,68 (1). Para o Tibre n'uma secção media desde a entrada no valle de S. Paulo até á ponte do caminho de ferro o sr. engenheiro Baccarini calculou a velocidade em 4^m,14 (2), ao Garonne attribue o sr. engenheiro Léchalas velocidades inferiores a 4 metros em occasião de cheias (3) e a velocidade para o Loire não foi medida nas grandes cheias que n'este rio attingiram em Saumur 6^m,70 em 1843 (4) e 7^m,07 em junho de 1856 (5).

Como consequencia immediata da diminuição da velocidade da corrente dos rios, os materiaes por elles carriados depositar-se-hão dando assim logar a phenomenos de transporte que melhor se evidenciam depois das cheias, mas que se realisam em todo o tempo. No Mondego, durante as cheias apresentam-se as aguas completamente turvas e por muito tempo passam ao estado que os francezes designam pelo termo *louche*, e então os objectos mergulhados no rio até á profundidade de um metro deixam de ser visiveis. «N'este caso, diz o ex.^{mo} sr. conselheiro Loureiro, ha ainda transporte de vazas tenues e de sedimentos terrosos. Logo que as aguas se purificam e se apresentam perfeitamente claras e crystallinas já não transportam vazas nem lodo mas continúa ainda o trans-

---

(1) Vid. *Memoria* cit. in *Revista de Obras Publicas*, tomo XI, pag. 35.
(2) Vid. A. Loureiro, *A canalisação do Tibre—Memoria* já cit. in *Revista de Obras Publicas*, tomo XI, pag. 276.
(3) Vid. Léchalas, obra cit., pag. 118.
(4) Vid. Léchalas, obra cit., pag. 173.
(5) Vid. Léchalas, obra cit., pag. 177.

porte das areias e dos pequenos calháos e laminas de schistos. Este transporte é maximo tanto pela quantidade como pela grandeza dos objectos transportados durante as cheias (1).»

Nos sitios do porto do Caneiro, de Lenteiros e dos Carvalhos encontram-se areias a $3^m,45$; $6^m,68$ e $11^m,93$ acima do thalweg do rio o que faz concluir ao ex.^{mo} sr. conselheiro Loureiro que houve cheias superiores ás conhecidas de 1860, 1872 e 1878 (2). N'este caso observa-se ainda que «os pequenos calháos, carrejos, lascas e laminas de schisto se encontram no Mondego até ás proximidades de Pereira e no rio Velho até o logar da Geria ou um pouco mais abaixo. Da Portella para cima é que apparecem os grossos calháos e as pedras de maiores dimensões algumas a alturas extraordinarias como já se observou (3).»

Baseado em experiencias feitas no Tejo pelo sr. engenheiro Gama Braga conclue o ex.^{mo} sr. conselheiro Almeida d'Eça que aquelle rio traz em suspensão durante o inverno 4,9 decimetros cubicos de nateiros por cada metro cubico de agua, emquanto que no Pó, em que se practicam correntemente as operações de colmatagem, se contam 3,3 decimetros cubicos de materias fertilisantes por cada metro cubico de agua (4).

A Durance apenas traz em suspensão 1,28 decimetros cubicos de materias solidas e o Sena tão sómente 93,75 centimetros cubicos em cada metro cubico de agua, embora o seu affluente o Marne contenha 321 centimetros cubicos; mas o Nilo que fornece o exemplo classico dos ennateiramentos pouco se avantaja a estes exemplos pois que transporta apenas 783,75 centimetros cubicos de materias vazosas por metro cubico de agua (5). De mais é facil prever que os maximos transportes cabem aos rios torrenciaes.

No transporte das materias excavadas pelos rios e especialmente no problema dos transportes das areias ha porém tantas duvidas que se não póde determinar a influencia que as correntes fluviaes exercem separadamente na deslocação dos grãos de areia uns sobre os outros e na suspensão d'elles nas aguas, dando-se casos que a sciencia não póde explicar. Com effeito La Bèche observa que «não parece que conheçamos as velocidades que deve ter a agua para remover um fundo de lodo, areia ou areia grossa (gravier); porque vemos correntes extremamente rapidas na superficie pas-

---

(1) Vid. *Memoria* cit. in *Revista de Obras Publicas*, tomo XI, pag. 40.
(2) Vid. *Memoria* cit. in *Revista de Obras Publicas*, pag. 40.
(3) Vid. *Memoria* cit. in *Revista de Obras Publicas*, pag. 41.
(4) Vid. *Memorias* cit., pag. 56.
(5) Os algarismos apontados foram deduzidos dos que fornece Léchalas, *Hydraulique fluviale*, pag. 63 e 64.

sarem por baixios d'esta natureza sem os alterar (1),» o que póde explicar-se pela observação do sr. A. de Lapparent da não orientação mas da forte adherencia das particulas lodosas (2).

Ainda o sr. engenheiro Léchalas expõe a theoria dos movimentos das areias, mas considera o problema no caso em que tem que applicar-se á navegação, concluindo por determinar que os diques longitudinaes traçados ao longo do leito menor de um rio devem completar-se pelo estabelecimento de barragens e eclusas para assim se fixarem as profundidades da agua de modo a regularisarem-se os transportes de areias (3). D'aquelle trabalho conclue-se que os depositos formados no leito dos rios ainda pelos materiaes por elles carriados diminuindo-lhes as velocidades devem ser tidos em conta na navegação. De resto o sr. engenheiro Guillemain aponta como inconveniente a dragagem excessiva dos baixios renovaveis e por isso recommenda «a maior prudencia a fim de prevenir contra o abuso d'este processo commodo, potente mas ás vezes perigoso de abrir passagem (4)» á draga e para se evidenciarem mais as duvidas que offerece o problema dos materiaes carriados pelos rios deve lembrar-se o facto apontado pelos srs. engenheiros Lègron e Chaperon de que as correntes dos rios em aguas medias e estiagem dispõem os fundos moveis de maneira que facilmente são carriados pelas correntes das cheias e que estas deixam os leitos dos rios de modo que as aguas ordinarias transportam facilmente os materiaes n'elles contidos até lhes estabelecerem o equilibrio (5). Mais nenhum trabalho me consta que aponte phenomenos identicos ao que aquelles engenheiros observaram no Rheno, mas de tudo o que precede se deduz que o resultado immediato da perda de velocidade das correntes de agua é sempre o deposito mais ou menos pronunciado dos materiaes carriados e n'isto póde comparar-se o trabalho dos rios ao das correntes maritimas de que adeante se fallará ou ao das torrentes que, depois de cavarem o seu leito vêm depositar no valle mais largo em que desemboca o canal de vasão os materiaes excavados e transportados e ahi divagam por isso que perdendo a velocidade effectuam depositos que, ao dar-se nova trovoada, determinam outra direcção differente da veia fluida.

Similhantes resultados fazem variar o effeito dos rios que não excavando de um modo demasiado sensivel o leito passam a alargar

---

(1) Vid. Léchalas, obra cit., pag. 351.
(2) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 221.
(3) Vid. Guillemain, *Revières et Canaux,* tomo 1.º, pag. 488 e 528.
(4) Vid. Guillemain, obra cit., tomo 1.º, pag. 86.
(5) Vid. Léchalas, obra cit., pag. 351.

o valle fixando o perfil transversal depois de fixarem o seu perfil longitudinal (1).

O effeito das correntes de agua attinge então o seu maximo por occasião das cheias que derrubam as paredes do canal de vasão já preparadas para esse effeito pelas aguas de infiltração, agentes atmosphericos (2), não hemogeneidade das rochas e outras causas de que não póde medir-se a acção. Não cessa porém o phenomeno da fixação do perfil transversal com a altitude das aguas por isso que é por demais sabido que os rios excavam as margens concavas, podendo attribuir-se este facto á acção da força centrifuga que traçaria a planta do rio, havendo até um problema interessante de hydraulica racional por meio do qual se determina a secção transversal da superficie de uma corrente curvilinea.

As hypotheses com que se entra na resolução d'esse problema são:

Homogeneidade e não viscosidade do liquido;

Trajectorias circulares com os centros todos n'uma mesma recta perpendicular ao plano das trajectorias;

Egual velocidade em cada uma das molleculas;

Corrente sensivelmente horizontal

e a equação a que se chega é a de uma curva plana que mostra que a linha de agua é tal que os vertices crescem conforme o logarithmo hyperbolico das distancias das molleculas liquidas á vertical dos centros (3).

A quarta hypothese approxima este problema dos declives dos rios em estiagem e apezar de se não poderem realisar na practica as demais hypotheses póde com a solução achada explicar-se de um modo plausivel «a observação que muitas pessoas dizem ter feito e que consistiria na curvatura da linha de agua para dadas secções transversaes dos rios.» «A razão, diz o professor Bresse, está provavelmente as mais das vezes na curvatura dos filetes fluidos que determina as forças de inercia centrifugas e torna desiguaes as pressões sobre uma mesma faxa horizontal de uma secção dada (4).» O facto indicado póde ainda explicar até certo ponto a excavação das margens concavas pela maior pressão que n'ellas exerceria a agua e por isso o alluvião das margens convexas e a posição do thalweg juncto á margem concava. No problema que offerece a practica ha porém a entrar ainda em linha

---

(1) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 204.
(2) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 204.
(3) Vid. Bresse, *Hydraulique* já cit., pag. 40.
(4) Vid. Bresse, obra cit., pag. 41.

de conta com a difficuldade de corrosão da margem e este ponto interessante está ainda longe de ser resolvido como acima se viu; mas, apezar das grandes lacunas que a sciencia aponta, o sr. engenheiro Fargue deduziu, baseado só nos factos conhecidissimos acima apontados uma das mais brilhantes leis da hydraulica fluvial e tendente á fixação do thalweg dos rios (1).

Pelo que acaba de se expôr vê-se já que as curvaturas na planta dos rios produzem os alluviões nas margens convexas formando alli peninsulas com uma inclinação suave e que na estiagem mostram um leito composto de seixo ou areia grossa (2) em estado de equilibrio devido á acção das correntes de agua (3). As margens concavas pelo contrario são escarpadas e corroidas pelas aguas de maneira que desabam para o rio desde que cresce o angulo formado com a horizontal pelo talude natural das terras. Os materiaes assim derrubados no leito dos rios deslocam as correntes fazendo-as divagar, de maneira que ainda mais excavam a margem concava e perturbam, por isso que variam de intensidade, o estado de equilibrio dos materiaes que constituem a margem convexa até que estes de novo adquiram o equilibrio necessario para resistirem á nova intensidade da corrente (4).

---

(1) Vid. Léchalas, obra cit., pag. 378. As leis de Fargue foram applicadas ao Rhodano pelo sr. engenheiro du Boys que deu conta dos seus trabalhos n'uma memoria publicada nos *Annales des Ponts et Chaussées*, de setembro de 1879. A respeito dos trabalhos d'aquelle engenheiro diz o sr. conselheiro A. F. de Loureiro «o sr. engenheiro Fargue procedendo no Garonne a experiencias e a estudos interessantissimos para a determinação das leis segundo as quaes as curvas successivas de um rio deviam ser reguladas e concordadas entre si chegou á deducção d'estas leis (lei do afastamento, do callado de agua, do angulo, da continuidade, do declive do fundo e da permanencia do thalweg) que viu confirmadas por uma longa serie de experiencias feitas em um canal artificial que se estabeleceu em Brienne.» (Vid. *Estudos sobre alguns portos commerciaes de Europa, Asia, Africa e Oceania e sobre diversos serviços concernentes á engenharia civil,* vol. 1.º, pag. 329).

(2) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 218.

(3) Vid. Léchalas, obra cit., pag. 351.

(4) Ha opiniões que controvertem a doutrina exposta. O sr. engenheiro Léchalas, por exemplo, observa que grossos calháos podem separar-se do fundo em resultado de correntes violentas ou outras circumstancias extraordinarias (*Hydraulique fluviale,* pag. 38, nota). O sr. engenheiro Dupuit, já fallecido, sustenta que uma corrente rapida em leito de areia grossa suspende pedras de um certo volume e com volumes inferiores, de modo que assim se explicam os baixios em que se encontram materiaes que diminuem de volume á medida que se exploram no sentido vertical. O sr. engenheiro F. Breton discorda d'estas opiniões e, segundo elle, o volume dos materiaes que constituem o leito dos rios torrenciaes cresce de jusante para montante e não no sentido vertical. (*Mémoire sur les barrages de retenue des graviers dans les gorges des torrents,* 1ª partie, pag. 13). A theoria das perdas

Estes deslocamentos incessantes e que apenas com o tempo se tornam sensiveis, dando-se pelos resvalamentos dos materiaes uns sobre os outros formam os calháos rolados, cujas arestas apenas se gastam, conservando a fórma geral que tinham, quando destacados das rochas (1), se cahirem n'um rio já em estado de regimen, isto é, n'uma veia de agua em que se dê apenas transporte de materiaes e não excavação do leito.

Convém observar no emtanto que a designação de rio no estado de regimen é vaga por isso que, segundo a natureza das camadas de terrenos atravessadas pela veia de agua póde ella, em certos pontos, cavar ainda o leito e n'outros achar-se já em estado de regimen como succede com o Mondego, por exemplo (2).

Do que acaba de ler-se conclue-se portanto que os desabamentos das margens concavas dos rios determinando variação nas correntes e, fazendo-as divagar, muitas vezes dividem em duas a veia fluida dando-se assim origem aos mouchões, camalhões, insuas ou ilhas cuja posse determinam os artigos 2:294 e 2:295 do Codigo Civil.

Taes ilhas porém não se formam só nas partes curvas dos rios mas ainda nos lanços rectilineos, bastando para isso que a veia fluida encontre uma resistencia que possa servir de apoio aos materiaes carriados pela corrente. Similhante apoio ou é devido á arte (pilares de uma ponte) ou á natureza (transporte violento de materiaes em resultado de cheias, desabamento de pedras provenientes de vertentes ravinadas, etc.); e n'este ultimo caso, vê-se que a violencia das cheias póde formar mouchões ou ilhas no meio dos rios alluviunando-os assim; mas não é só d'este modo que as cheias determinam alluviões.

De facto em seguida a chuvas prolongadas a terra satura-se de agua e começam a ter logar as cheias fluviaes, a menos que as margens dos rios não sejam impermeaveis e muito ravinadas, caso em que não seriam precisas as chuvas continuadas para se darem as cheias (1). Tornado conseguintemente impermeavel por saturação o terreno sobre que cahem as chuvas, vão ellas ter rapidamente ao rio, passando pelos thalwegs de escoamento e

---

de equilibrio exposta no texto não passa da extensão a todos os rios do que o sr. engenheiro F. Breton expõe no caso restricto do equilibrio dos seixos nas torrentes. (Vid. *Memoria ácerca das barragens de sustentação das areias nas gargantas das torrentes,* pag. 10, 17 e 20).

(1) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 218.

(2) *Revista* cit., pag. 40 e A. de Lapparent, obra cit., pag. 205.

(1) Vid. Léchalas, obra cit., pag. 62.

arrastando comsigo todas as partes moveis e soluveis do terreno por onde passam.

Não tendo porém o rio capacidade bastante para escoar as aguas todas que a elle vêm ter rapidamente, primeiro augmenta a velocidade da corrente (1) e em seguida transborda do leito que occupa em estiagem; e que se conhece pelo nome de leito menor (2), para aquelle a que se dá o nome de leito maior e que é constituido por todo o terreno que as aguas recobrem em tempo de cheia. Augmentando assim a secção de vasão diminue a velocidade e com ella o poder transportador do rio dando-se os alluviões de cheias que se depositam, conforme era de prever, juncto das margens do leito menor e em camadas inclinadas, os de maiores dimensões, mais longe as areias e por fim só quando as aguas se tornarem quasi estagnadas é que se depositam os limos ou nateiros (3).

Como consequencia d'esta ordem, em que se succedem os depositos, acontece que os valles estreitos e compostos de terrenos impermeaveis, em que corre uma veia de agua, conservam sempre um perfil concavo em cuja parte mais baixa se acha o rio; mas, embora os terrenos sejam impermeaveis, se o valle fôr muito largo as margens do leito menor elevam-se mais rapidamente do que o resto do valle, por isso que juncto d'ellas é que se dão as alluviões mais importantes e em consequencia o valle tende a tomar um perfil convexo nas proximidades do rio, que acaba por correr em terreno mais elevado do que o resto do valle. Em apoio d'esta affirmação o sr. engenheiro de Lapparent aponta os valles do Nilo e do Mississipi encontrando-se n'este ultimo a margem natural mais alta $3^{m},55$ do que o extremo do leito maior que fica a 2:100 metros (4) d'ella.

Nos valles permeaveis, como só depois de chuvas continuadas é que os terrenos chegam a saturar-se da agua, acontece que a maior parte dos materiaes carriados se depositam quasi todos nas margens do leito menor e a veia de agua chega por fim a correr no sitio mais elevado do perfil transversal; mas, por isso que o terreno é permeavel encontram-se pantanos desde o rio até ao sopé das collinas que limitam o valle e juncto a estas o que poderiam chamar-se *pseudo-rios* provenientes das aguas filtradas do rio e d'aquellas que a chuva trouxe das vertentes e que por terem pequeno escoante só lentamente e mais a jusante se reunem á corrente principal.

---

(1) Vid. Léchalas, obra cit., pag. 99.
(2) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 205.
(3) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 219.
(4) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 219.

Ainda uma outra causa de alluvião se dá na reunião de um rio com o seu affluente. A secção de vasão do rio principal não cresce a jusante de modo que fique sendo a somma das secções de vasão d'este a montante e do confluente na sua foz. Dá-se portanto um augmento de velocidade, para assim crescer o caudal e por isso, apezar dos choques das duas veias liquidas, não se formam alluviões a jusante da confluencia mas juncto á foz do affluente, cujas aguas perdem a velocidade de que vinham animadas. Assim se constituem portanto essas linguas de terra characteristicas, que augmentam continuadamente, tendendo a formar angulos de cada vez mais agudos as direcções dos dois confluentes. É o que se dá por exemplo na confluencia dos rios Vouga e Agueda a jusante da Ponte da Rata e o que o sr. engenheiro A. de Lapparent diz que se observa na grande planicie alluvial entre Muguncia e Bale no valle do Rheno (1).

Ha por fim outro modo por que podem ainda dar-se as alluviões. Observa-se nos paizes montanhosos como a Suissa e em todos aquelles em que as correntes de agua atravessam lagos. Em resultado da resistencia desegual dos terrenos por onde passa um rio podem elles ser excavados de tal maneira que apresentam alternativamente tanto em planta como em perfil, intumescencias e estrangulamentos. Se estes forem constituidos de rochas duras, o rio será formado alternativamente de lagos e canaes estreitos conhecidos pelo nome de *corredores* e d'este modo compôr-se-ha de tantos talhões quantos os lagos que formar. A agua proveniente de um lago, tendo que passar por cima de uma barragem ou descarregadouro, que constitue o ponto de sahida, vem limpida e sem nateiros; mas, encontrando um corredor com forte declive, excaval-o-ha principiando pela crista da barragem e determinando consequentemente o abaixamento do nivel de agua no lago. Logo que a corrente de agua encontra outro lago, ahi perde a sua velocidade, depositando os materiaes que carriar e por fim torna a sahir d'elle ainda de novo sem velocidade nem materiaes em suspensão (2). D'esta maneira no encontro de cada lago com a cor-

---

(1) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 221.

(2) Em hydraulica estuda-se o problema do escoamento dos liquidos n'um descarregador, mas ainda se não conhece uma theoria racional para os problemas d'esta natureza. No numero de janeiro de 1890 dos *Annaes das Pontes e Calçadas* encontra-se uma memoria do sr. engenheiro Bazin referente á fórma das superficies liquidas n'este caso e completando o que em o numero de outubro de 1888 d'aquella revista tinha dicto com referencia a vasão em similhantes apparelhos. O atrazo em que se acha este ramo da hydraulica não permitte a exposição de uma theoria do trabalho das aguas nos des-

rente de agua vão-se formando depositos a que Désor chama *deltas torrenciaes* (1) e que, iniciados debaixo de agua, apparecem por fim em resultado do abaixamento continuo do nivel do lago em que se realisaram. D'este modo se originam planicies de alluvião cuja formação póde até ser provocada, como succedeu nos lagos de Toune e Brienz e ultimamente com os de Bienne, Morat e Neufchatel, graças a uma derivação do Aar na Suissa (2).

Não são comtudo estes os unicos trabalhos de alluvião dos rios pois que nas suas fozes tambem elles os produzem; mas, como n'esse ponto é preciso entrar em detalhes de outra ordem, expondo as characteristicas hydrographicas e geologicas que ahi revestem os cursos de agua, fará esse assumpto o objecto do capitulo seguinte.

(Continúa). JOSÉ MARIA DE MELLO DE MATTOS,

Engenheiro de 4.ª classe no corpo de Engenheiros das Obras Publicas.

---

carregadores. Vid. Bresse, *Hydraulique,* 3e édition, pag. 73; Collignon, *Hydraulique,* cap. 3e, pag. 143 e numeros já citados dos *Annaes das Pontes e Calçadas.*

(1) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 201.

(2) Vid. A. de Lapparent, obra cit., pag. 224 e 225.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ALGEBRA

(Ao sr. J. C. Medeiros)

Problemas indeterminados

II

(Continuação do n.º 4, paginas 250)

Se em vez da somma dos primeiros nove numeros impares houvessemos tomado a somma dos primeiros nove numeros pares, $S=2+4+6+8+10+12+14+16+18=90$; $s=\frac{90}{3}=30$; $\frac{30}{3}=10=e=N$; $f=h+\alpha$. Como temos e par, e a ultima parcella da somma $2N-2$, qualquer dos nove numeros deve ser menor que $2N-1$. Haverá, pois, as duas seguintes desegualdades:

$$h>1;\ h<2N-2p-1;\ N>1+p;\ \ldots\ldots\ (20)$$

$$h>1+2q;\ h<2N-1;\ N>1+q;\ \ldots\ldots\ (20')$$

(a) $h<10-3p;\ 2\beta=20-2p-h;\ h>1;\ h<2N-2p-1;$

$$p=1\begin{cases}h<7;\\ h=2,\ 3,\ 4,\ 5,\ 6.\end{cases};$$

$$p=2\begin{cases}h<4;\\ h=2,\ 3.\end{cases};$$

*

os valores de p superiores a 2 dão soluções fraccionarias ou negativas.

$p=1$; $\alpha=2$; $h=2$; $a=3$; $b=18$; $c=9$; $d=16$; $f=4$; $g=11$; $i=17$; e o quadrado

3	18	9
16	10	4
11	2	17

$p=1$; $\alpha=2$; $h=3$; $a=4$; $b=17$; $c=9$; $d=15$; $f=5$; $g=11$; $i=16$; e o quadrado

4	17	9
15	10	5
11	3	16

$p=1$; $\alpha=2$; $h=4$; $a=5$; $b=16$; $c=9$; $d=14$; $f=6$; $g=11$; $i=15$; e o quadrado

5	16	9
14	10	6
11	4	15

$p=1$; $\alpha=2$; $h=5$; $a=6$; $b=15$; $c=9$; $d=13$; $f=7$; $g=11$; $i=14$; e o quadrado

6	15	9
13	10	7
11	5	14

$p=1$; $\alpha=2$; $h=6$; $a=7$; $b=14$; $c=9$; $d=12$; $f=8$; $g=11$; $i=13$; e o quadrado

7	14	9
12	10	8
11	6	13

$p=2$; $\alpha=4$; $h=2$; $a=4$; $b=18$; $c=8$; $d=14$; $f=6$; $g=12$; $i=16$; e o quadrado composto dos nove primeiros numeros pares

4	18	8
14	10	6
12	2	16

$p=2$; $\alpha=4$; $h=3$; $a=5$; $b=17$; $c=8$; $d=13$; $f=7$; $g=12$; $i=15$; e o quadrado

5	17	8
13	10	7
12	3	15

(*b*) $h>10+p$; $2\beta=20-2p-h$; $h>1$; $h<2N-2p-1$;

$$p=1\begin{cases} h<17;\ h>11; \\ h=12,\ 13,\ 14,\ 15,\ 16. \end{cases};$$

$$p=2\begin{cases} h<15;\ h>12; \\ h=13,\ 14. \end{cases};$$

os valores de p superiores a 2 não formam soluções em numeros positivos e inteiros.

$p=1$; $\alpha=2$; $h=12$; $a=13$; $b=8$; $c=9$; $d=6$; $f=14$; $g=11$; $i=7$; e o quadrado

13	8	9
6	10	14
11	12	7

$p=1$; $\alpha=2$; $h=13$; $a=14$; $b=7$; $c=9$; $d=5$; $f=15$; $g=11$; $i=6$; e o quadrado

14	7	9
5	10	15
11	13	6

$p=1$; $\alpha=2$; $h=14$; $a=15$; $b=6$; $c=9$; $d=4$; $f=16$; $g=11$; $i=5$; e o quadrado

15	6	9
4	10	16
11	14	5

$p=1$; $\alpha=2$; $h=15$; $a=16$; $b=5$; $c=9$; $d=3$; $f=17$; $g=11$; $i=4$; e o quadrado

16	5	9
3	10	17
11	15	4

$p=1$; $\alpha=2$; $h=16$; $a=17$; $b=4$; $c=9$; $d=2$; $f=18$; $g=11$; $i=3$; e o quadrado

17	4	9
2	10	18
11	16	3

$p=2$; $\alpha=4$; $h=13$; $a=15$; $b=7$; $c=8$; $d=3$; $f=17$; $g=12$; $i=5$; e o quadrado

15	7	8
3	10	17
12	13	5

$p=2$; $\alpha=4$; $h=14$; $a=16$; $b=6$; $c=8$; $d=2$; $f=18$; $g=12$; $i=4$; e o quadrado

16	6	8
2	10	18
12	14	4

(c) $h<10-2p$; $h>10-3p$; $2\beta=20-2p-h$;

$h>1$; $h<2N-2p-1$;

o valor, $p=1$, não dá soluções inteiras;

$$p=2\left\{\begin{matrix} h<6;\ h>4; \\ h=5. \end{matrix}\right\};$$

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<4;\ h>1; \\ h=2,\ 3. \end{matrix}\right\};$$

$p=2$; $\alpha=4$; $h=5$; $a=7$; $b=15$; $c=8$; $d=11$; $f=9$;
$g=12$; $i=13$; e o quadrado

7	15	8
11	10	9
12	5	13

$p=3$; $\alpha=6$; $h=2$; $a=5$; $b=18$; $c=7$; $d=12$; $f=8$;
$g=13$; $i=15$; e o quadrado

5	18	7
12	10	8
13	2	15

$p=3$; $\alpha=6$; $h=3$; $a=6$; $b=17$; $c=7$; $d=11$; $f=9$;
$g=13$; $i=14$; e o quadrado

6	17	7
11	10	9
13	3	14

(*d*) $\quad h<10-\frac{3p}{2}$; $h>10-2p$; $2\beta=20-2p-h$;

$h>1$; $h<2N-2p-1$;

os valores, $p=1$, 2, não dão soluções em numeros inteiros;

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<\frac{11}{2};\ h>4; \\ h=5. \end{matrix}\right\};$$

$$p=4\left\{\begin{matrix} h<4;\ h>2; \\ h=3. \end{matrix}\right\};$$

$$p=5\left\{\begin{matrix} h<\frac{5}{2};\ h>0; \\ h=2. \end{matrix}\right\};$$

$p=3$; $\alpha=6$; $h=5$; $a=8$; $b=15$; $c=7$; $d=9$; $f=11$; $g=13$; $i=12$; e o quadrado

8	15	7
9	10	11
13	5	12

$p=4$; $\alpha=8$; $h=3$; $a=7$; $b=17$; $c=6$; $d=9$; $f=11$; $g=14$; $i=13$; e o quadrado

7	17	6
9	10	11
14	3	13

$p=5$; $\alpha=10$; $h=2$; $a=7$; $b=18$; $c=5$; $d=8$; $f=12$; $g=15$; $i=13$; e o quadrado

7	18	5
8	10	12
15	2	13

(e) $$h<10-p;\ h>10-\frac{3p}{2};\ 2\beta=20-2p-h;$$

$$h>1;\ h<2N-2p-1;$$

os valores, $p=1,\ 2$, não produzem soluções inteiras.

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<7;\ h>\frac{11}{2}; \\ h=6. \end{matrix}\right\};$$

$$p=4\left\{\begin{matrix} h<6;\ h>4; \\ h=5. \end{matrix}\right\};$$

$$p=5\left\{\begin{matrix} h<5;\ h>\frac{5}{2}; \\ h=3,\ 4. \end{matrix}\right\};$$

$$p=6\left\{\begin{matrix} h<4;\ h>1; \\ h=2,\ 3. \end{matrix}\right\};$$

$$p=7\left\{\begin{matrix} h<3;\ h>-\frac{1}{2}; \\ h=2. \end{matrix}\right\};$$

$p=3;\ \alpha=6;\ h=6;\ a=9;\ b=14;\ c=7;\ d=8;\ f=12;$
$g=13;\ i=11;$ e o quadrado

9	14	7
8	10	12
13	6	11

$p=4$; $\alpha=8$; $h=5$; $a=9$; $b=15$; $c=6$; $d=7$; $f=13$; $g=14$; $i=11$; e o quadrado

9	15	6
7	10	13
14	5	11

$p=5$; $\alpha=10$; $h=3$; $a=8$; $b=17$; $c=5$; $d=7$; $f=13$; $g=15$; $i=12$; e o quadrado

8	17	5
7	10	13
15	3	12

$p=5$; $\alpha=10$; $h=4$; $a=9$; $b=16$; $c=5$; $d=6$; $f=14$; $g=15$; $i=11$; e o quadrado

9	16	5
6	10	14
15	4	11

$p=6$; $\alpha=12$; $h=2$; $a=8$; $b=18$; $c=4$; $d=6$; $f=14$; $g=16$; $i=12$; e o quadrado composto dos nove primeiros numeros pares

8	18	4
6	10	14
16	2	12

$p=6$; $\alpha=12$; $h=3$; $a=9$; $b=17$; $c=4$; $d=5$; $f=15$; $g=16$; $i=11$; e o quadrado

9	17	4
5	10	15
16	3	11

$p=7$; $\alpha=14$; $h=2$; $a=9$; $b=18$; $c=3$; $d=4$; $f=16$; $g=17$; $i=11$; e o quadrado

9	18	3
4	10	16
17	2	11

$$(f) \qquad h<10-\frac{p}{2};\ h>10-p;\ 2\beta=20-2p-h;$$

$$h>1;\ h<2N-2p-1;$$

os valores $p=1,\ 2,$ não produzem soluções inteiras;

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<\frac{17}{2};\ h>7; \\ h=8. \end{matrix}\right\};$$

$$p=4\left\{\begin{matrix} h<8;\ h>6; \\ h=7. \end{matrix}\right\};$$

$$p=5\left\{\begin{matrix} h<\frac{15}{2};\ h>5; \\ h=6,\ 7. \end{matrix}\right\};$$

$$p=6\left\{\begin{matrix} h<7;\ h>4; \\ h=5,\ 6. \end{matrix}\right\};$$

$$p=7\left\{\begin{matrix} h<\frac{13}{2};\ h>3; \\ h=4. \end{matrix}\right\};$$

$p=3$; $\alpha=6$; $h=8$; $a=11$; $b=12$; $c=7$; $d=6$; $f=14$; $g=13$; $i=9$; e o quadrado

11	12	7
6	10	14
13	8	9

$p=4$; $\alpha=8$; $h=7$; $a=11$; $b=13$; $c=6$; $d=5$; $f=15$; $g=14$; $i=9$; e o quadrado

11	13	6
5	10	15
14	7	9

$p=5$; $\alpha=10$; $h=6$; $a=11$; $b=14$; $c=5$; $d=4$; $f=16$; $g=15$; $i=9$; e o quadrado

11	14	5
4	10	16
15	6	9

$p=5$; $a=10$; $h=7$; $a=12$; $b=13$; $c=5$; $d=3$; $f=17$; $g=15$; $i=8$; e o quadrado

12	13	5
3	10	17
15	7	8

$p=6$; $\alpha=12$; $h=5$; $a=11$; $b=15$; $c=4$; $d=3$; $f=17$; $g=16$; $i=9$; e o quadrado

11	15	4
3	10	17
16	5	9

$p=6$; $\alpha=12$; $h=6$; $a=12$; $b=14$; $c=4$; $d=2$; $f=18$; $g=16$; $i=8$; e o quadrado composto dos nove primeiros numeros pares

12	14	4
2	10	18
16	6	8

$p=7$; $\alpha=14$; $h=4$; $a=11$; $b=16$; $c=3$; $d=2$; $f=18$; $g=17$; $i=9$; e o quadrado

11	16	3
2	10	18
17	4	9

(*g*) $$h<10;\ h>10-\frac{p}{2};\ 2\beta=20-2p-h;$$

$$h>1;\ h<2N-2p-1;$$

os valores, $p=1,\ 2$, não produzem soluções inteiras;

$$p=3\begin{cases}h<10;\ h>\frac{17}{2};\\ h=9.\end{cases};$$

$$p=4\begin{cases}h<10;\ h>8;\\ h=9.\end{cases};$$

$$p=5\begin{cases}h<10;\ h>\frac{15}{2};\\ h=8,\ 9.\end{cases};$$

$p=3;\ \alpha=6;\ h=9;\ a=12;\ b=11;\ c=7;\ d=5;\ f=15;$
$g=13;\ i=8;$ e o quadrado

12	11	7
5	10	15
13	9	8

$p=4;\ \alpha=8;\ h=9;\ a=13;\ b=11;\ c=6;\ d=3;\ f=17;$
$g=14;\ i=7;$ e o quadrado

13	11	6
3	10	17
14	9	7

$p=5$; $\alpha=10$; $h=8$; $a=13$; $b=12$; $c=5$; $d=2$; $f=18$; $g=15$; $i=7$; e o quadrado

13	12	5
2	10	18
15	8	7

(*h*) $\quad h<10+p$; $h>10$; $2\beta=20-2p-h$;
$h>1$; $h<2N-2p-1$;

o valor, $p=1$, não dá soluções em numeros inteiros;

$$p=2\left\{\begin{matrix} h<12;\ h>10; \\ h=11. \end{matrix}\right\};$$

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<13;\ h>10; \\ h=11,\ 12. \end{matrix}\right\};$$

$p=2$; $\alpha=4$; $h=11$; $a=13$; $b=9$; $c=8$; $d=5$; $f=15$; $g=12$; $i=7$; e o quadrado

13	9	8
5	10	15
12	11	7

$p=3$; $\alpha=6$; $h=11$; $a=14$; $b=9$; $c=7$; $d=3$; $f=17$; $g=13$; $i=6$; e o quadrado

14	9	7
3	10	17
13	11	6

$p=3$; $\alpha=6$; $h=12$; $a=15$; $b=8$; $c=7$; $d=2$; $f=18$; $g=13$; $i=5$; e o quadrado

15	8	7
2	10	18
13	12	5

(Continúa).

JUNIO DE SOUSA.

A UNIVERSIDADE DE MONTPELLIER E A ESCHOLA DE AGRICULTURA

Quando em maio de 1890 recebi o honroso mandato de representar com o dr. Assis Teixeira a Universidade de Coimbra nas memoraveis festas do 6.º centenario da Universidade monspelliense, formei logo o plano de visitar e estudar os estabelecimentos scientificos, onde fossem professadas as sciencias naturaes, para tirar proveito da minha viagem.

A passagem por Hespanha foi rapida, não dando por isso tempo para grande exame. Em Madrid apenas de novo visitei o jardim botanico. Nem a occasião era propria porque o dia que alli passei era de festa, celebrando-se o anniversario de Affonso XIII.

Em Barcelona a Universidade offereceu-me bastante que examinar, e foi-me esse exame facil porque tive por guias extremamente amaveis alguns professores.

O edificio universitario, moderno, é magnifico. Para o ensino das sciencias naturaes tem gabinetes, não grandes, mas com elementos quasi sufficientes para as demonstrações. A botanica era de todos os ramos da historia natural a que mais pobremente era dotada. Notei isso especialmente porque ainda ha bem pouco tempo aquella sciencia alli era professada por um professor distincto, o dr. Costa. A Universidade tem apenas um pequenissimo herbario e nem um simples horto botanico.

N'esta Universidade ha as Faculdades de Philosophia e Letras, Direito, Pharmacia, Sciencias, Medicina e os cursos de notariado, practicantes e parteiras. No anno lectivo de 1887 a 1888 o numero total de alumnos matriculados foi de 1:639.

Em Montpellier muito mais havia que observar. Não era muito propria a occasião, porque tudo e todos estavam em festas. Como porém os principaes ornamentos a ver eram os estabelecimentos universitarios, muito se viu ainda.

Nas Faculdades francezas o ensino tem hoje um desenvolvimento completo e moderno. É o que se encontra na Universidade de Montpellier, que apezar de ser uma das mais velhas da Europa está vigorosa e remoçada. Ao contrario do que succede na vida humana, as escholas de Montpellier com a edade têm adquirido força e actividade.

N'ellas se professam a Medicina, a Pharmacia, as Sciencias, as Letras e o Direito.

A Faculdade de Direito é de certo a mais antiga, pois foi fundada em 1160 por Placentino. Supprimida em 1792, foi restabelecida em 1878 e inaugurada em 17 de novembro de 1880. O curso de direito comprehende quatro annos. Além do curso geral ha um curso complementar.

A distribuição das materias é a seguinte (1):

1.º anno

Direito civil; Direito romano; Economia politica; Historia do direito francez e Elementos de direito constitucional; Direito criminal.

2.º anno

Direito civil; Direito romano; Processo civil; Economia politica.

3.º anno

Direito civil; Direito commercial; Direito administrativo; Direito internacional privado.

4.º anno

Direito constitucional; Pandectas; Historia do direito.

Curso complementar

Notariado e Registro; Direito maritimo; Direito civil; Practica; Legislação industrial; Direito internacional publico.

A Faculdade de Letras, fundada em 1838, comprehende o ensino do seguinte: Philosophia; Sciencia de educação; Historia e anti-

(1) No *Annuaire des Facultés, 1891-1892*, ultimamente publicado, encontra-se uma noticia completa das Faculdades, programmas, etc.

guidades gregas e romanas; Historia; Geographia; Lingua e litteratura grega; Lingua e litteratura latina; Litteratura franceza; Litteratura extrangeira e archeologia; Lingua allemã.

A Faculdade de Medicina é a segunda em antiguidade.

Supprimida em 1792 depois de seiscentos annos de existencia, foi reorganisada em 1808. A reputação d'esta eschola foi sempre grande, e por isso ella foi frequentada por estudantes de todo o mundo. Em 1830 era frequentada por perto de 3:000 alumnos!

Está perfeitamente organisada. Os edificios onde estão estabelecidos os gabinetes e laboratorios são magnificos. Além do Hospital geral tem mais o novo hospital suburbano, cuja construcção ainda está incompleta, mas cujo plano passa por ser um dos mais perfeitos.

O ensino da medicina faz-se em variós estabelecimentos.

O Laboratorio de anatomia pathologica e de histologia tem gabinetes para estudo e salas para os alumnos trabalharem. N'este Laboratorio ha mais de 6:000 preparações destinadas ás demonstrações. É n'este estabelecimento que está o gabinete de bacteriologia.

O Laboratorio e muzeu de hygiene, o pavilhão de anatomia humana, dotados de grandes meios proprios para o ensino e para os trabalhos, são estabelecimentos de grande valor.

Para a clinica das doenças mentaes ha disposições apropriadas e gabinetes especiaes, podendo servir para o tratamento de 500 doentes. Da mesma fórma a clinica ophtalmologica, que faz parte de um curso complementar creado em 1887, é feita com todo o desenvolvimento. Comprehende um curso theorico, ensino practico e serviço clinico. O movimento geral d'esta clinica é hoje de perto de 2:000 por anno com uma media de 300 operações.

As materias professadas n'esta Faculdade são as indicadas no seguinte quadro:

Cursos

Semestre de inverno	Semestre de verão
Medicina legal e Toxicologia	Chimica medicinal
Medicina operatoria	Hygiene
Anatomia pathologica e Histologia	Physiologia
Anatomia	Therapeutica e Materia medica
Pathologia interna	Botanica e Historia natural medicinal
Pathologia externa	Physica medicinal.

Cursos complementares e conferencias

Semestre de inverno	Semestre de verão
Partos	Histologia
Anatomia	Pathologia interna
Physiologia	Pathologia geral
Physica medicinal	Medicina legal
Chimica medicinal	Pathologia externa.
Historia natural medicinal	

Clinicas

Clinica interna e externa Clinica obstetricia e Gynecologica Doenças mentaes e nervosas Doenças dos velhos Doenças das creanças Clinica ophtalmologica Molestias syphiliticas e cutaneas	O mesmo.

Trabalhos practicos obrigatorios

Semestre de inverno		Semestre de verão	
		Historia natural medicinal, 1 dia	
Anatomia Physica	Todos os dias	Chimica medicinal Physiologia Histologia Medicina operatoria	3 dias.

Todas estas materias estão distribuidas por quatro annos.

Em cada anno ha um premio constando de uma medalha de prata e de livros no valor de 100 francos nos dois primeiros annos e de 185 francos nos dois ultimos. Ha mais o premio Fontaine de 423 francos e o premio da cidade de Montpellier de 200 francos e ainda cinco premios instituidos pelo professor Buisson, e que pela liberalidade da viuva d'este professor cada um é de 1:000

francos. São conferidos a alumnos que tenham feito todos os estudos e exames na Faculdade de Medicina de Montpellier. Servem de base para conferir estes premios não só a applicação aos estudos, mas tambem os serviços prestados nos hospitaes e em epocha de epidemias.

A par da Faculdade de Medicina está a Eschola superior de Pharmacia, cujos Laboratorios occupam uma area de perto de 3:000 metros quadrados. Com a nova organisação universitaria parte dos edificios e terrenos servirão para o Instituto de Chimica.

A Pharmacia, cujo estudo entre nós é quasi ficticio, tem em Montpellier um desenvolvimento notavel, como se vê pelo seguinte quadro:

Curso

Historia natural dos medicamentos e Botanica; Chimica analytica e Toxicologia; Chimica geral; Pharmacia; Physica.

Cursos complementares e auxiliares

Mineralogia e Hydrologia; Materia medica; Chimica mineral; Pharmacia galenica; Historia natural (organographia).

Cursos practicos e conferencias

Chimica; Toxicologia e Pharmacia; Historia natural; Physica.
Estas materias estão distribuidas por tres annos.
O numero de alumnos d'esta eschola em 1889 era de 100.

A Faculdade de Sciencias, creada em 1809, foi installada a 30 de maio de 1810 e desde seu principio contava o ensino das mathematicas, astronomia, physica, chimica, zoologia, botanica, mineralogia e geologia. A cadeira de astronomia foi substituida em 1883 por uma outra de mechanica racional.

O quadro d'esta Faculdade é o seguinte:

Sciencias mathematicas

Calculo differencial e integral;
Mechanica racional;
Astronomia.

Sciencias physicas

Physica (conferencias, 3 dias; trabalhos practicos, 2 dias; curso, 3 dias por semana);
Chimica (curso, 3 dias; conferencias, 3 dias; trabalhos practicos, 2 dias por semana);
Mineralogia.

Sciencias naturaes

Geologia, 3 lições por semana;
Petrographia, 1 conferencia semanal;
Zoologia e Anatomia comparada, 3 lições, 3 conferencias semanaes;
Botanica, 2 lições, 2 conferencias e 1 dia de trabalhos practicos;
Paleontologia statigraphica, 1 conferencia e 1 dia de trabalhos practicos.

Para satisfazer cabalmente ao ensino d'estes varios ramos da sciencia dispõe a Faculdade dos seguintes Institutos:

o Instituto de mathematica;
o Instituto de geologia e Mineralogia, onde se encontra o muzeu regional de geologia;
o Instituto de physica;
o Instituto de chimica, creado em 1889;
o Instituto de zoologia, ao qual está ligada a estação zoologica de Cette;
o Instituto botanico.

Foi este o que mais prendeu a minha attenção, porque do estudo e exame do que n'elle havia, proveito especial podia tirar para melhor cumprir com o cargo que actualmente desempenho.

Este instituto consta hoje do jardim botanico, do herbario, muzeu, bibliotheca, de diversos laboratorios e salas para as lições, conferencias e trabalhos practicos.

O jardim botanico, fundado em 1593, é grande e digno de ser visitado, attendendo á boa disposição das plantas, á riqueza das collecções e não menos pelas recordações historicas, porquanto n'elle estudaram e viveram muitos dos melhores botanicos francezes, e outros ainda de outras nacionalidades. Desde 1593 a 1888, desde Richer de Belleval até J. Planchon, alli estudaram, entre outros, Magnol, Tournefort, A. de Jussieu, Broussonet, A. P. de Candolle, Delile, Moquin-Tandon e muitos outros, cujos nomes formariam longa lista.

É grande o numero de plantas cultivadas e muito exacta a nomenclatura das especies, sendo os rotulos dos de melhores systemas. N'um grande numero de especies, a par do nome, é representada a distribuição geographica, como eu já tinha visto no bello jardim botanico de Bruxellas.

O jardim possue algumas estufas, duas das quaes são de bastante capacidade.

O Instituto de Botanica propriamente dicto, construido ultimamente, mereceu as attenções de todos os visitantes a quem interessava o estudo dos vegetaes. Foi creado em fins de janeiro de 1889, e graças á iniciativa do sr. Liard, director do Ensino superior, está organisado de modo que todo o ensino botanico da Universidade (Medicina, Sciencias, Pharmacia) ahi póde realisar-se. Comprehende quatro pavilhões situados no jardim botanico, occupando uma superficie de 828 metros quadrados.

Dos quatro o principal é o PAVILHÃO RICHER DE BELLEVAL (1) reservado ao serviço especial de ensino. Está ahi ao rez do chão a sala para conferencias, o muzeu de estudo e o laboratorio photographico. No primeiro andar fica o amphitheatro com 130 logares, optima illuminação e com os accessorios indispensaveis para as demonstrações. Communica com a sala de espera dos professores, que está ligada com o deposito do material de ensino. Uma sala de $18^{m},50$ serve de laboratorio de microscopia. Podem trabalhar n'elle vinte observadores. Ao pé d'esta sala está o gabinete do chefe de trabalhos.

N'este edificio não ha luxo, mas todo o espaço está habilmente aproveitado. As paredes da sala de entrada do amphitheatro e das salas das conferencias não estão nuas. Na primeira quatro quadros, devidos a Max Leenhardt, representam plantas decorativas e scenas de trabalhos scientificos. Serviu de thema ao artista a maxima de B. Palissy. «A verdade descobre-se a quem a procura; mas para conseguir obtel-a é indispensavel vontade, dextreza e amor de trabalho.» Nas paredes lateraes está pintada a carta da região mediterranea franceza e a carta das regiões botanicas da bacia mediterranea.

Uma lapide de marmore tem inscriptos os nomes dos protectores do Instituto de Botanica.

Na sala de conferencia estão os retratos dos botanicos mais

---

(1) Em Montpellier é de uso e muito justo dar aos estabelecimentos e ruas os nomes dos homens notaveis.

distinctos e no amphitheatro a lista chronologica dos botanicos que estudaram, ensinaram ou fizeram publicações em Montpellier.

O alumno tem só a aprender com taes decorações.

O PAVILHÃO DE MAGNOL é accommodado aos trabalhos de anatomia e de physiologia. Ao rez do chão ha uma sala onde podem trabalhar seis pessoas. Ahi têm tudo quanto lhe fôr necessario. Encontram os livros mais indispensaveis para trabalhos correntes e um catalogo geral das obras de Botanica existentes em todas as bibliothecas publicas de Montpellier (1).

A par d'esta sala fica o laboratorio chimico.

O primeiro andar é dividido em quatro gabinetes de estudo com os laboratorios correspondentes destinados aos professores.

Um pequeno pavilhão, a distancia e isolado, serve de complemento a este e é destinado aos estudos de bacteriologia.

O PAVILHÃO DE CANDOLLE é destinado á Botanica systematica. Ao rez do chão fica o gabinete do professor e director do jardim, uma pequena bibliotheca de livros systematicos e em seguida o herbario, que occupa uma sala de 30 metros de comprimento por 7 de largo. Os bustos de Linneu, de A. P. de Candolle e um retrato do sr. E. Boissier ornam esta casa.

Seria longa a lista das collecções contidas no herbario. Bastará dizer que n'elle existem collecções de grande valor, devidas a botanicos notaveis. Contém egualmente quasi todas as collecções de cryptogamicas ultimamente publicadas.

Uma das partes mais importantes é a que se refere ao estudo da flora mediterranea. Esta parte foi começada em 1887. O professor Flahault dirigiu-se a todos os botanicos que se achavam em condição de colher plantas d'aquella região, pedindo-lhes a sua collaboração.

O successo ultrapassou as esperanças do sr. Flahault, pois sóbe já a 10:000 o numero das especies da região mediterranea, reunidas no herbario de Montpellier.

Felizmente o jardim botanico de Coimbra é um dos collaboradores.

O primeiro andar do pavilhão de Candolle é destinado á habitação do conservador do herbario, o sr. Barrandon, bem conhecido e respeitado pelas suas publicações relativas á flora monspessulana.

Na sala onde é guardado o material de ensino admirei grande numero de desenhos, representando diagrammas e secções de flores executados pelos alumnos. Bom era que os estudantes portu-

---

(1) As diversas bibliothecas de Montpellier contêm 227:000 volumes. Só a da Universidade contém 90:000 e a bibliotheca municipal possue 110:000.

guezes vissem estes trabalhos, que representam muito estudo e muitas horas de trabalho.

Admirei tambem ahi os esplendidos desenhos começados sob a direcção de A. P. de Candolle em 1810 por Node-Véran. São 950 desenhos coloridos. Node-Véran era professor de escripta. O sabio de Candolle conhecendo-lhe a aptidão fel-o aguarelista. É curioso ver o progresso, notavelmente rapido, indicado nos desenhos. Esta collecção é de grande valor.

O Instituto de Botanica é devido á iniciativa do professor Flahault. Novo ainda, cheio de energia, talento e estudo, conseguiu rapidamente o que outros difficilmente fariam em muito tempo.

O Governo deu para a construcção 68:700 francos (12:366$000 réis).

Max Leenhardt fez de graça as pinturas, de que fallei. A. de Candolle, W. Barbey, Mr. P. Olivier e outros offereceram livros; as collecções dispersas por varios estabelecimentos foram alli reunidas, e hoje os amadores da botanica, estudantes e professores têm meios amplos de estudo e a Universidade um Instituto que lhe faz honra.

O ensino da Botanica tem aqui um grande desenvolvimento, que contrasta de modo notavel com o pouco que nas nossas escholas superiores se faz. Da *Noticia* sobre o Instituto botanico publicada pelo professor Flahault transcrevemos o seguinte para dar a conhecer como tal ensino é feito.

Serviço dos cursos, conferencias e trabalhos practicos (anno escholar de 1889–90)

Cursos

Mr. Flahault, professor na Faculdade de Sciencias: segundas e quartas-feiras ás cinco horas durante todo o anno.—*Thahophytos:* conhecimentos actuaes; methodos de estudo e de observação d'estes vegetaes.

Mr. Courchet, professor na Eschola de Pharmacia: sextas-feiras e sabbados ás oito horas da manhã (semestre de verão).—Botanica systematica: *Dicotyledoneas calycifloreas, corollifloreas, monochlamydeas.*

Mr. Granel, professor na Faculdade de Medicina: segundas, terças e quartas ás dez horas da manhã (semestre de verão).

—Botanica medicinal: estudo especial das plantas empregadas em medicina.

Mr. Flahault: quintas-feiras ás cinco horas da tarde.—Os problemas mais importantes da botanica.

Conferencias

Mr. Jadin, chefe de trabalhos na Faculdade de Sciencias: segundas á uma hora durante todo o anno.—Anatomia e physiologia geraes das plantas.

Mr. Courchet (Pharmacia, 1.º anno): segundas-feiras ás dez horas.—Elementos de organographia (semestre de inverno).

Trabalhos practicos

Mr. Jadin (sciencias): segundas-feiras das duas ás cinco horas; Anatomia e histologia; processos technicos. Os candidatos á licenciatura e agregação podem trabalhar todos os dias desde as sete horas da manhã até ao pôr do sol.

Mr. Planchon, chefe de trabalhos na Eschola superior de Pharmacia: nas sextas e sabbados desde o meio dia e meia hora até ás tres horas.—Micrographia vegetal.

Mr. Planchon, chefe de trabalhos na Faculdade de Medicina: nas quintas, sextas e sabbados da uma hora e meia ás quatro horas, no fim do anno.—Determinação e descripção das especies medicinaes.

Aos domingos (desde 4 de novembro a 15 de julho) fazem-se herborisações.

O curso de Botanica na Faculdade de Sciencias é annual e comprehende cincoenta e duas lições.

O professor tracta cada anno materias especiaes dando-lhes todo o desenvolvimento possivel, ficando a cargo de seus collegas as exigencias particulares dos diversos programmas.

O curso na Faculdade de Medicina e de Pharmacia comprehende cincoenta lições feitas durante o semestre de verão. Os estudantes de Pharmacia seguem o curso de Botanica por tres annos, durante os quaes o prefessor correspondente desenvolve a botanica systematica. Os estudantes de Medicina seguem o curso

durante o seu primeiro anno, e o professor em cada anno se occupa das familias que tem applicação na therapeutica e na clinica.

Conferencias feitas durante o anno, uma vez por semana, sob a direcção do professor da Faculdade de Sciencias completam estas lições diversas. O programma d'essas conferencias é proposto por este professor aos seus collegas e combinado de tal fórma, que seja rigoroso complemento de todos os cursos.

Além d'isto um dos tres professores faz, uma vez por semana, um curso destinado áquellas pessoas que se interessam pela sciencia, mas ás quaes faltam os exames necessarios para a frequencia regular.

Os exercicios practicos são feitos na sala propria, dirigidos pelo professor, chefe de trabalhos e preparador da Faculdade de Sciencias, e são destinados aos candidatos á licenciatura e agregação. Estes exercicios são precedidos por uma conferencia destinada a explicar o programma do que se ha de executar em cada semana.

Os estudantes de Pharmacia são obrigados a seguir os trabalhos, que lhes são destinados especialmente, durante os dois semestres do seu segundo anno. Estes exercicios duram duas horas e meia.

Os estudantes de Medicina occupam-se na determinação e estudo das plantas que todo o medico deve conhecer. Têm trabalhos tres vezes por semana no segundo semestre de verão.

Esta curta descripção do Instituto botanico e do modo por que n'elle se faz o ensino, é sufficiente para mostrar a importancia de um e de outro. O que alli se faz é hoje reconhecido necessario em toda a parte, e bom era que outro tanto se fizesse entre nós. O desenvolvimento do ensino practico é a causa fundamental do progresso scientifico moderno, e ficarão sempre na retaguarda aquellas escholas em que elle fôr menos considerado.

Um ponto ha digno de attenção pelo triste contraste com o que se passa entre nós. É o que se refere aos estudantes pharmaceu ticos.

Em Montpellier e em todas as outras escholas, têm tres annos de frequencia e n'um d'estes são obrigados a trabalhos practicos, que os habilitarão a reconhecer sem difficuldade muitos productos, de que deverão fazer uso constante. Entre nós o estudo da botanica para estes estudantes é puramente ficticio.

Existe em Montpellier uma eschola, que visitei com cuidado pelas estreitas relações que ha entre o que n'ella se ensina e o que diz respeito á Botanica. Refiro-me á Eschola Nacional de Agri-

cultura. Esta Eschola organisada em 1872 póde talvez considerar-se como continuação de uma outra creada em 1848, a Eschola de La Saulsaie.

É uma das mais completas da França.

Professam-se n'ella os cursos seguintes: Agricultura e arboricultura; Botanica e sylvicultura; Chimica; Contabilidade; Economia e legislação rural; Engenharia rural; Physica e Geologia; Sericicultura; Technologia; Viticultura; Viticultura comparada; Zoologia geral e entomologia; Zoologia dos mammiferos e Zootechnia.

Além d'estes cursos ha conferencias complementares sobre arboricultura e horticultura; culturas diversas; mathematicas; praticas agricolas; desenho; instrucção militar.

Os alumnos não podem ser admittidos antes dos dezeseis annos de edade; fazem um exame de admissão versando sobre mathematicas elementares, physica, chimica e geographia, se não têm o diploma de *bachareis em sciencias,* ou do *ensino secundario especial* ou de *veterinario;* pagam, quando internos, 1:000 francos (réis 180$000) por anno, e 400 francos (72$000 réis) quando semi-internos. Ha tambem os *ouvintes livres,* que são admittidos, sem exame, com auctorisação do director da Eschola e pagam 50 francos (9$000 réis) por semestre.

«O ensino da Eschola de Montpellier é theorico e practico; é destinado aos moços que desejem explorar directamente suas propriedades, ou servir de administradores de grandes propriedades, ou ainda que aspirem á carreira de professor. A instrucção é dada em cursos regulares e em conferencias completadas por meio de trabalhos executados nas terras e nos laboratorios da Eschola ou por meio de visitas aos estabelecimentos agricolas e industriaes da visinhança ou da região. Os alumnos tomam parte nos diversos trabalhos e serviços de exploração, e assim têm occasião de bem conhecer os meios de vigiar, executar ou dirigir quaesquer trabalhos agricolas. Emfim, todos os quinze dias o director faz uma conferencia para os pôr ao corrente da situação agricola da região, das propriedades da Eschola, e dos factos notaveis tanto sob o ponto de vista practico, como scientifico, que forem occorrendo (1).»

Para attingir estes fins a Eschola tem uma organisação completa.

Os cursos, conferencias e exercicios practicos são distribuidos pela ordem seguinte:

---

(1) *Documents sur l'École nat. d'agricult. de Montpellier, publiés à l'occasion de l'Exposit. universelle de 1889.* Montpellier, 1889.

	1.º anno		2.º anno		3.º anno	Total das lições
	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	
Chimica geral	36	18	–	–	–	54
Chimica agricola	–	–	–	18	–	18
Exercicios practicos	36	18	–	18	18	90
Physica	36	–	–	–	–	36
Meteorologia e Geologia	–	18	–	–	–	18
Exercicios practicos	36	18	–	–	–	54
Zoologia geral e Entomologia	36	18	–	–	–	54
Exercicios practicos	36	18	–	–	–	54
Anatomia e Physiologia	18	–	–	–	–	18
Zootechnia	–	–	18	36	–	54
Exercicios practicos	36	–	18	18	–	72
Ingencia rural	–	30	36	36	36	144
Exercicios practicos	–	18	18	18	18	72
Botanica	–	18	36	–	–	54
Sylvicultura	–	–	–	–	36	36
Exercicios practicos	–	54	54	–	18	126
Technologia	–	–	36	18	–	54
Exercicios practicos	–	–	54	36	–	90
Legislação	–	36	–	–	–	36
Economia rural	–	–	–	–	54	54
Agricultura	–	18	18	18	–	54
Arboricultura	–	–	–	–	18	18
Exercicios practicos	–	–	–	18	–	36
Viticultura	–	–	–	36	6	42
Exercicios practicos e Conferencias	–	–	–	36	6	42
Viticultura comparada	–	–	–	–	12	12
Exercicios practicos	–	–	–	–	12	12
Sericicultura	–	–	18	18	–	18
Exercicios practicos	–	–	–	–	–	18
Contabilidade	–	–	–	–	18	18
Mathematica applicada	36	–	–	–	–	36
Conferencias sobre cultura	9	9	9	9	9	45
Trabalhos practicos de cultura	36	54	18	36	–	144
Horticultura	–	18	–	–	18	36
Desenho	36	36	36	36	–	144
Exercicios militares	36	36	36	36	36	180

Para satisfazer ás necessidades do ensino, a Eschola tem laboratorios bem organisados, jardim botanico, observatorio meteorologico, muzeus e terras consideraveis, nas quaes os alumnos podem experimentar culturas diversas. A par de tudo isto ha uma bibliotheca comprehendendo 11:673 volumes.

Descrever todos estes diversos estabelecimentos seria longo. Na obra publicada em 1889 intitulada—*Documents sur l'École d'agriculture de Montpellier*—encontrarão os interessados todos os esclarecimentos desejados.

Visitei tudo sendo guiado pelo sabio director o sr. Foëx e pude admirar a boa ordem de tudo quanto se refere á Eschola. Como no Instituto botanico, aqui não ha luxo; tudo é simples, mas completo.

A Eschola não se limita ao ensino dos alumnos que a frequentam; faz mais. O professor de sericicultura percorre diversas localidades e n'ellas faz conferencias, desenvolvendo assim a educação do bicho da seda.

A Eschola tem publicado quatro volumes de Annaes, nos quaes são contidos trabalhos importantes dos professores; e um dos professores, o sr. Degrully, publica o *Progresso agricola,* que todas as semanas dá a publico as notas e instrucções que o professorado vai ensinando.

Um dos ramos de ensino que merece mais attenção é o da viticultura. Assim devia ser n'uma região essencialmente vinicola.

D'esta Eschola têm sahido as publicações mais valiosas sobre a cultura da vinha e sobre o modo de tratamento das diversas molestias. São bem conhecidos os nomes dos srs. Foëx, Viala, Planchon e de outros para que seja necessario fazer d'elles menção especial.

Como nota indicativa da importancia do estudo da viticultura na Eschola direi apenas que o numero de videiras cultivadas alli (especies e castas) é de 975.

O laboratorio de viticultura é dos mais interessantes.

O valor da Eschola tem chamado consideravel numero de alumnos e successivamente crescente. Assim em 1872, epocha da organisação da Eschola houve dezeseis e no ultimo anno cento e setenta e sete. Entre estes encontram-se individuos de todas as nações, predominando os da Russia.

Portugal é apenas representado por um unico, e esse ainda só na classe de ouvinte. É isso para lastimar porque esta Eschola é de certo a que melhor póde educar para as culturas que mais proprias são do nosso paiz, que sendo comprehendido, como Montpellier, na região mediterranea, tem grandes analogias de clima e portanto de culturas. A viticultura, que no Herault é esmerada, serviria de optima lição aos nossos agricultores.

J. A. Henriques.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

VERSÃO DOS CARMES DE A. TIBULLO

LIVRO QUARTO

Carme sexto

(A J. P. de Oliveira Martins)

Acolhe o sancto incenso, ó Juno natalicia,
Que a formosa te dá na douta mão propicia.
Toda é tua por hoje; em gaudio a trasbordar
Para ti se toucou, por ver-se ante o teu lar.
Do muito ornar-se, ó deusa, a causa te diz ella;
Mas outro a occultas quer enamorar mais bella.
Tu, pois, concede o bem de nada os desunir;
Dá que mutua prisão o amado haja a sentir.
Liga assim um bom par: d'elle mais digno peito
Não póde haver, nem d'ella amante mais perfeito.
Que os não colha, ao gosar, jámais guarda subtil;
E de o illudir lhes dê amor maneiras mil.
Annue e vem mui clara em teu purpureo manto:
Tres dons de pão te offerto e tres de vinho sancto.
Diz cauta mãe á filha o que anhelar convém;
Mas esta a sós comsigo uma outra idéa tem:
Arde, como no altar a chamma a arder veloce;
E nem desarder quer, embora facil fosse.
Seja ella ao moço grata e, no anno que ha de vir,
Volva este amor já velho em votos a florir.

Carme setimo

Chegou-me emfim o amor, e tal que eu mais desejo
De a qualquer o mostrar, que d'occultal-o em pejo.
Cytherea o guiou, rendida aos versos meus,
E veio-m'o depôr no seio a amar, sem veus.
Venus os dons solveu; minha alegria pura
Narre quem sua amante embalde inda procura.
E quanta e quanta foi, nem quero eu escrever;
Por que, antes d'elle, alguem não vá curioso ler.
Mas ter peccado encanta; e enoja-o fama escura:
Saibam que digna fui co'um digno do prazer.

Carme oitavo

Eis o odioso natal, que na molesta aldeia,
E sem o meu Cerintho, hei de ir passar! que idéa!
Que ha melhor que a cidade? a aldeia ás moças diz?
Volve-as no prado Arezo o frio Arno gentis?
Não cances mais, Messala, em me estudar jornadas,
Nem corras tanta vez incommodas estradas.
Mas, pois que o arbitrio meu não vale sobre os teus,
Cá deixo, no partir, minh'alma e os olhos meus.

Carme nono

Sabes, que d'ir perdeu a bella a triste idéa;
Que em Roma o seu natal nos dá poder passar?
Vá essa aurora, pois, de nossas festas cheia,
Que da sorte ora veio escontra o teu pensar.

Carme decimo

É grato que, de mim seguro, te promettas,
Que inepta não cahirei d'amor em faceis tretas:
Se a toga mais te apraz, moça em lavor servil,

Que Sulpicia, de Servio a filha tão gentil;
Velam por nós os qu'ella expõe da dor ás setas,
Nem desço, enlevo meu, a leito ignoto e vil.

Carme undecimo

Da amada acaso tens cuidosa ancia, Cerintho,
Quando a febre opprimir meu corpo inerte sinto?
Ah! não cubiçarei meu triste mal vencer,
Se julgar que não tens tambem egual querer.
Que me aproveita a mim o mal vencer extincto,
Se, a frio o coração, pódes meu mal soffrer?

Carme duodecimo

Já, luz dos olhos meus, não valho esses cuidados
Que fervidos te vi, vão poucos dias nados!
Mas nada louco fiz, dos annos meus na flor,
De que hoje, ao confessar, me peje mais rubor,
Do que hontem te deixar a sós, sem meus agrados,
Desejando fingir menor o meu ardor.

Carme decimo-terceiro

«Que nenhuma mulher nos gosará teu leito:»
Tal de nossa união primeira foi o preito.
Só tu me encantas, só: nem já, sem ti¡ por Deus!
Moça na cidade ha gentil aos olhos meus:
E oxalá só a mim pareças tu formosa,
D'enfado aos mais! assim seguro est'alma gosa.
Que monta invejas ter; longe a ambição vulgar!
Folgue em tacito seio o cauto no gosar.
Como eu vivera bem comtigo em afastada
Selva, onde jámais d'homem se viu pégáda,
Tu ocio ao meu cuidar, da noite á escuridão
Tu luz, tu para mim nos ermos multidão!
Que de Tibullo a amiga ora dos ceus voltára,
Se voltaria em vão! ai! Venus lhe falhára.

Juro-o da tua Juno aos numes immortaes;
Pois que ella só me é grande além de todos mais.
Mas, ai! que faço louco? os meus penhores cedo.
Doidamente jurei; trahira-me este medo.
Agora vais ser forte, agora arder-me audaz.
Como ao misero damna a lingua assim loquaz!
Oh, quanto ordenes, faço escravo teu constante;
Nem fugirei jámais teu jugo, ó minha amante:
De Venus preso irei prostrar-me ao sancto altar;
Ella os injustos pune, e ás preces dá logar.

Carme decimo-quarto

Vae contínuo rumor que pecca a minha amante!
Oh! ceus! que eu fosse surdo, ao menos n'este instante.
Crime tal não me vem sem muita acerba dor.
Porquê o triste opprimir? Silencio! atroz rumor!

Carme decimo-quinto

Mandou-te unir, Tibullo, ao dar da vida as flores,
No Elysio com Virgilio a morte injusta em leis!
Não quiz mais quem chorasse em elegia amores,
Ou desse em metro altivo as guerras d'entre os reis!

A. A.

Á BEIRA DA SEPULTURA

DE

FRANCISCO GOMES DE AMORIM

N'este oceano da morte, mais vasto em proporção da vida do que a extensão das aguas ao pé da exiguidade da terra, vem afundar-se e sumir-se hoje uma existencia brilhante e util, aventurosa e honrada, e desde os primeiros annos até aos seus ultimos momentos eminentemente sympathica.

É ao amigo querido de Garrett, seu enfermeiro na ultima doença e seu biographo; é ao inventor da poesia maritima em Portugal; é ao dramaturgo da vida tão extranha dos paizes novos, onde tanto se mixturam idéas e raças; é a um d'aquelles homens de lettras que serviam de utilissimo vinculo de amizade entre Portugal e o Brazil, e que nunca sacrificou a minima parcella d'essa amizade á vaidade de um dicto de espirito, que nós vimos dizer aqui o ultimo adeus.

Se são justos na sua familia os extremos da dôr e a copia das lagrimas, porque era na familia, como marido e como pae, um modelo difficilmente excedido, é justa a magua da litteratura portugueza, porque se extinguiu uma das suas glorias, será justa a magua do paiz e do Brazil, porque Francisco Gomes de Amorim era um d'aquelles espiritos, para os quaes e pelos quaes os dois paizes nunca se separaram; se era aqui um cidadão, não era lá um extrangeiro.

Nascera n'uma risonha aldeia do Minho em 1827, e de lá fôra para o Pará em verdes annos, passando em breve da capital ao sertão, vivendo em companhia de portuguezes e de indios nas margens do Amazonas, onde um dia, n'um cesto de esteira de uma indigena, encontrou o *Camões,* de Garrett.

Leu, e sentiu-se como que transformado; a poesia que tinha no espirito borbotava-lhe d'elle ao almo calor d'aquelles versos dolentes, repassados de lagrimas, do mesmo modo que nas regiões circumpolares, sob o influxo de um dia longuissimo de sol, rebenta com maravilhosa força a vegetação latente sob a neve.

Deu parte a Garrett do que lhe succedera; perguntou-lhe se tambem elle seria poeta.

Dois ou tres annos depois chegou a resposta de Garrett, que o enchia de enthusiasmo e de esperança, e que o determinou a voltar para a Europa.

Ao desembarcar encontrou a revolução de 1846 e bateu-se por ella. Feita a paz, veio para Lisboa, onde Garrett o acolheu e com sympathia, mas onde, para viver independente e altivo, entrou n'uma loja de chapelleiro, que dentro em pouco era o centro de conversação dos litteratos e dos politicos da capital, os quaes um dia, sob a presidencia de Garrett, deram um jantar de honra a seu novo collega, coração de poeta, alma de artista, que, sem estudos regulares, soubera attingir as elevações da poesia e os encantos da arte.

D'então até ante-hontem, dia em que falleceu, a vida foi-lhe quasi sempre ou cheia pelo trabalho ou cortada pela doença.

Foi um dos modernos homens de lettras que mais escreveu. Introduziu em Portugal a poesia maritima, de que havia apenas, que eu saiba, um modelo em Alfredo de Vigny. Reproduziu na scena, no *Odio de raça* e n'outros dramas, aquella vida das roças, em que a sofreguidão do senhor de escravos, apenas amoravel e mimoso para os filhos, se trava com a ambição do emigrado adolescente, amortecido pelo clima, pelas saudades da patria e pelas aspirações do coração, com a bondade da mulher, embotada pela escravatura, e com a bruteza e simplicidade, bem intencionada ou malevola, das raças inferiores. Descrevia e contava com deliciosa simplicidade, do que são uma prova as *Memorias e Viagens,* de que ha excerptos em diversos jornaes litterarios. Era, além de tudo isto, um dedicado; raras pessoas tenho conhecido mais affeiçoadas e mais rodeadas de affeições; a sua gratidão, se a alguns a devia, era imperecedoura; a sua amizade por Garrett era um culto.

Voltara satisfeito e bastante animado da temporada de verão em Cintra. Na noite do dia seguinte ao do seu regresso o temporal inundou-lhe a casa; e esquecido de si e da sua melindrosa saude, só lembrado da familia, sahiu ao jardim para desobstruir um escoadouro e dar passagem á agua; a chuva e o vento regelaram-lhe os membros e o tronco, congestionaram-lhe os pulmões e mataram-n'o em poucos instantes.

Eis a vida boa, simples e tragica de Gomes de Amorim, dita simplesmente por um amigo.

Digamos-lhe adeus, inscrevamos-lhe o nome na historia da litteratura e guardemos no nosso coração a sua memoria; é uma recordação que fortifica, é uma saudade que lhe devemos.

José Frederico Laranjo.

Nota

Na ultima sessão da Direcção do nosso Instituto apresentou-se uma carta da excellentissima senhora D. Maria Luiza Barbosa Gomes de Amorim, dirigida ao excellentissimo Presidente da mesma Direcção, o sr. dr. José Pereira de Paiva Pitta, em que participava o fallecimento de seu marido, o sr. Francisco Gomes de Amorim, socio correspondente d'esta sociedade. Deliberou-se por unanimidade que se lançasse na acta um voto de profundo sentimento por esta morte, participando-se isto mesmo á sua extremosa Viuva.

Accrescentamos hoje o pequeno discurso, proferido no funeral do nosso desditoso consocio pelo sr. dr. José Frederico Laranjo, seu velho amigo; e da biographia, por este ha pouco tempo escripta, extractamos os curiosissimos paragraphos seguintes:

. . . . . .

Soffrendo de ataques de gotta na cabeça, depois complicados com uma lesão cardiaca, Gomes de Amorim, como dissemos, quasi nunca sahia de casa, excepto no verão, que passava n'uma pequena vivenda, que tinha em Cintra, na villa Estephania; essa casa porém, que era a sua homenagem de prisioneiro da doença, era um encanto de arte e de sentimento, de arte pelo bom gosto e pela boa disposição de tudo, de sentimento pelo perfume de affeição, pela sinceridade e graça de todas as pessoas da familia que a habitava, e que, além do chefe da casa e de sua esposa, se compunha de um filho (1), hoje estabelecido e casado no Brazil, e de cinco filhas (2), com quem a natureza não foi nada avara, e que a esmerada e culta educação tornou gentilissimas. De muito novas, vi-as revezarem-se ás semanas na administração da casa, apprendendo assim a vida, e principalmente as duas mais velhas, que foram as que assistiram á morte de seu pae, auxiliavam-n'o nos trabalhos de investigação e de escripta.

Tem a casa entrada pelo largo do Carmo e pela rua Nova do Carmo; por este lado é um quinto andar, por aquelle entra-se por um portão de ferro para uma rua arborisada, seguida de um pequeno jardim, poeticamente emmoldurado nas ruinas do Carmo e na perspectiva de Nossa Senhora do Monte, da Graça e da encosta do castello, tendo do lado do sul uma cruz de marmore, de cujos braços pendem as heras.

Do jardim descem-se alguns degráus para se entrar no pequeno pateo que precede a casa, que começa por uma estreita sala de espera, a que depois

---

(1) É o sr. Francisco Gomes de Amorim Junior, casado com a ex.ma sr.a D. Aurelia de La Rocque Gomes de Amorim.

(2) São as ex.mas sr.as D. Marianna Gomes de Amorim, D. Maria Luiza Gomes de Amorim, D. Sophia Gomes de Amorim Parreira (casada com o sr. Francisco das Chagas Parreira), D. Margarida Gomes do Amorim Porto (casada com o sr. Carlos Coelho de Vasconcellos Porto) e D. Julia Gomes de Amorim, Viscondessa de Ferreira Lima (casada com o sr. Visconde de Ferreira Lima).

de um corredor se segue a casa do bilhar, e logo em continuação o escriptorio do poeta, que, tendo as paredes forradas de armarios de carvalho do norte, de formosissima talha, de estantes e de columnatas correspondentes, tendo no meio um bufete de páo sancto, a cujo lado direito estava, como o throno vago da litteratura portugueza, a cadeira abbacial de Garrett, offerecida a Gomes de Amorim por El-Rei D. Fernando, surprehendia pelo inesperado a quem entrava pela primeira vez, porque parecia de um opulento, e aos intimos da casa sorria como um oasis feito pelo coração e pela arte.

Nunca alli entrei que não sentisse vontade de me desquitar da politica, para poder poupar com que adquirir um escriptorio assim. Um dia perguntei a Gomes de Amorim quanto tinha custado tudo aquillo, sobretudo os armarios de talha.

—Não custou o que vale, respondeu elle. Fui passar uns dias á Gollegã, a casa do Relvas, que, como sabe, é um dos meus melhores amigos, encontrei lá em monte essa madeira de talha, que tinha pertencido a uma capella demolida; perguntei-lhe que destino lhe dava, respondeu-me que era para queimar.

—Se a has de queimar, disse-lhe eu, dá-m'a antes, que eu farei d'ella alguma cousa.

Mandou-m'a para Lisboa; eu trouxe para casa um marceneiro, que sob as minhas instrucções foi cortando, junctando, e assim se fez isso. Quando o Relvas cá veio, ficou surprehendido.

—Que bonitos armarios! exclamava elle.

—Não conheces?

—Não; nunca os vi.

—Pois são a tua capella.

Gomes de Amorim accrescentava rindo:—E parece-me que ficou com pena de m'a ter dado, e que todos os annos depois teve de se confessar do peccado de inveja dos armarios.

Foi n'esta casa que na madrugada do dia 4 falleceu Gomes de Amorim, levado inesperadamente por uma imprudencia de dedicação.

. . . . . .

A piedade conjugal e filial, que conservaram em casa o cadaver todo o tempo que poderam, por mais de quarenta e oito horas, cobriram-n'o de rosas, alguns amigos, um d'elles Carlos Relvas, cobriram o feretro de corôas; e assim foi, ás onze horas do dia 6, seguido de um prestito numeroso, em que só os litteratos eram poucos, para o cemiterio dos Prazeres, onde um estudante do curso superior de lettras, o sr. Anselmo Vieira, fez o elogio do finado, e o auctor d'estas linhas lhe resumiu a biographia....

Cerrada a pedra da sepultura, começa para o nosso querido poeta o juizo da posteridade, isento quer de lisonja quer de inveja. Os perfumes de uma ou o veneno de outra são egualmente ineffi-cazes á beira do tumulo. Por entre os goivos se esfolham as saudades do homem que existiu... mas fica indelevel a fama do seu grande espirito, perpetuado nas lettras. *Stat magni nominis umbra.*

F. P.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

XIII

Post scriptum

(Continuado do n.º 5, paginas 376)

Intitula-se o capitulo V «LOCAL DA SEPULTURA.» Oiçâmos o sr. Basto:

«Todos os escriptores, que conheço, estão conformes em quanto «á situação do jazigo de Camões.»

Todos? N'esse caso, querendo que alguns escriptores discordem de Faria e Sousa, nega-se a este insigne polygrapho a qualidade de *escriptor!* Mas perdão: se *todos* os escriptores estivessem de accordo n'este assumpto, não me achava eu aqui abarbado com a ardua tarefa de combater o sr. Costa Basto.

«Ha, comtudo, dois,—prosegue este distincto diplomatista— «cujo testemunho tem o valor de prova provada, tanto porque temos «a certeza de que examinaram pessoalmente a campa e os azulejos «respectivos, como por merecerem absoluto credito: um pela sua «propria singeleza e poucas luzes; outro pelas elevadas funcções «que exerceu e pelas circumstancias especiaes que o auctorisam. «D'estes só me valerei.»

Vai o sr. Basto dizer-nos quem são os dois escriptores:

«O primeiro é Diogo Mouro de Sousa, homem sem cultura «litteraria, mas curioso e com a feliz tendencia de reduzir a «escripto o resultado das suas investigações.....

«O segundo é frei Fernando da Soledade.....»

Temos pois o sr. Basto concedendo tambem foros de *escriptor* ao pobre compillador que já conhecemos! é notabilissimo. Estava eu á espera de ouvir falar na tal *copiosa collecção* que Mouro deixou (!!?) dos epitaphios da egreja de Sanct'Anna; felizmente o sr. Basto não fala em tal. Chama-lhe escriptor, por extrema benevolencia.

Diz que o testemunho d'elle *tem o valor de prova provada.*

Porquê? pergunto; esquece o sr. Basto que Mouro ommitte o epitaphio portuguez?

Diz que *temos a certeza* de que examinou pessoalmente a campa e os azulejos, e attesta que essa testemunha merece *absoluto credito..... pelas suas poucas luzes.*

Se me atrevesse, pediria ao meu bom amigo o favor de me dizer em que se funda para ter a *certeza* de que Mouro examinou *pessoalmente* a campa e os azulejos, ao passo que affirma, como quem d'isso tem a *certeza,* que Faria e Sousa *nunca se lembrou ou teve ensejo de visitar a egreja de Sant'Anna,* e que escreveu *por informações alheias!* Note-se: nem sequer a egreja de Sanct'-Anna, quanto mais a campa!!

Concordo com o sr. Basto n'uma coisa: em chamar a Mouro *homem sem cultura litteraria,* e mencionar as suas *poucas luzes.* Ora é evidente que um homem *sem cultura litteraria,* um sujeito reconhecidamente *de poucas luzes,* não póde ser contraposto a um escriptor do cunho de Faria e Sousa, espirito fino, educado para este genero de investigações; não póde, quando, de mais a mais, nada nos leva a suspeitar, sequer por longe, da boa fé e probidade d'este commentador.

O segundo escriptor que o sr. Basto invoca, é Frei Fernando da Soledade; esse sim, que o é. Já os seus assertos foram analysados por mim. Sel-o-hão de novo, e mais a fundo.

*

Primeiro transcreve o sr. Basto as palavras de Mouro de Sousa:

«*Á entrada* da porta principal de Sant'Anna, *á mão esquerda,*

«está a sepultura do famoso poeta Luiz de Camões, a qual *mandou* «*fazer D. Gonçalo Coutinho.*»

(Os sublinhados são do sr. Basto).

Já demonstrei, até á saciedade, o pouquissimo ou nenhum credito que merecem as asserções de Mouro. Quanto a mim (sem os querer comparar) houve n'esse collector o que houve tambem já no sr. Basto: mera confusão entre a primeira sepultura e a campa. De mais, ha muita probabilidade de que Mouro não visse por seus olhos a lousa, visto como ommitte o epitaphio portuguez, que todos sabem lá existia.

Depois, transcreve o sr. Basto as palavras de Frei Fernando:

«Na parede que fica *da parte esquerda ao entrar* pela porta «principal d'esta egreja *junto da sua sepultura,* se vê outra me-«moria de Luiz de Camões.»

(Os sublinhados são tambem do sr. Basto).

Em seguida accrescenta o nosso instruido Academico:

«Sabemos pois indubitavelmente que o poeta foi sepultado logo «ao entrar a porta e á mão esquerda.»

De certo que o sabemos, respondo eu. Foi ahi sepultado (e depois tirado d'ahi para sepultura mais nobre). Isso está averiguado; mas não era preciso, me parece, buscar esses testemunhos, ambos mais modernos que o de Faria e Sousa. Este escriptor é o primeiro de todos que diz isso mesmo com pormenores:

«*Sepultado en ella*—(a egreja)—*y sin señal de sepultura; esto* «*fuè al rincon de la mano izquierda.*»

Porque se não invoca pois em primeirissimo logar este depoimento como mais authentico? Porque se esquece, ou se faz esquecer, o nome do celebre commentador e biographo, o primeiro que desceu a tão preciosa minucia topographica? Porque é que, só pelo testemunho de um desconhecido (como é Mouro), e de um escriptor cento e cincoenta e tantos annos mais moderno (como é Soledade) ficamos sabendo *indubitavelmente* o mesmo que já nos tinha dito, em termos tão claros, um douto antigo, e ainda quasi proximo aos factos que narra (como é Faria e Sousa)? Sim; *indubitavelmente* já todos nós sabiamos, desde que elle o contou, que o Poeta havia sido sepultado em Sanct'Anna, quasi no canto, á mão esquerda de quem entrasse pela que então era porta *principal.*

Aqui toda a confusão involuntaria está entre *sepultura,* e *campa.*

*

Eu repito agora (ou antes explicarei por outras palavras) o como

acceito e interpréto as palavras do Chronista Soledade na 2.ª edição da *Historia Seraphica*.

Já disse lá atraz, que me parece esse o mais forte argumento de Juromenha e Tavares de Macedo; como tal, adopta-o não menos o sr. Basto.

Diz o Padre as palavras que o leitor notou de certo: isto é: que *da parte esquerda, ao entrar pela porta principal* de Sanct'Anna, *junto da sepultura* de Camões, se vê *na parede* outra memoria: os azulejos.

Uma de duas:

Ou Frei Fernando se refere á banda esquerda da porta principal antiga, ou á banda esquerda da porta principal moderna. Se é á esquerda da antiga, a sua expressão *ao entrar,* referida a uma serventia por onde já então não se entrava, é bem pouco exacta, e nada correcta. Se é á esquerda da moderna, o logar dos azulejos é diversissimo do primeiro caso.

Lá, o quadro ficava dominando a primitiva *sepultura* do Epico; mas aqui, ficava na direcção aproximada da *campa*.

Lá, seriam os azulejos anteriores á campa de D. Gonçalo; mas aqui, seriam talvez posteriores; e bem podiam sel-o, porque Miguel Leitão de Andrada só morreu em 7 de setembro de 1630; em 1627, quando fez o seu testamento, morava na calçada de Sanct'Anna, onde já morava em abril de 1622 (1).

A expressão *junto á sua sepultura* não póde, quanto a mim, ser tomada ao pé da lettra rigorosissima; por outra: póde deixar de ser tomada. Essas memorias estavam dentro da clausura, onde Frei Fernando, apezar da sua posição de capellão e chronista, não entrava sempre que o desejasse; o *junto* póde ser lapso de penna, se o quizerem (quem é que os não tem?); e o sr. Basto, conscienciosо em buscar a verdade, não ousou dizer que o Frade, depois de 1729, isto é, depois de feito o côro de baixo, *viu* os azulejos; diz só:

«O proprio Frei Fernando da Soledade *os imaginava* ainda lá, «quando em 1736 publicou a segunda edição do seu trabalho.»

Notem: *os imaginava;* aqui é bem achado o verbo.

Nem sempre estas descripções topographicas feitas pela penna dos nossos antigos são rigorosamente litteraes. O *junto* muita vez quer dizer *de fronte*.

«*De fronte da egreja de S. Bartholomeu, junto a Santo Eloy*»

---

(1) *Lisboa antiga*, parte 1, tomo 1, pag. 122 e 126. Perdão de citar um livro meu.

—diz de um palacio o *Sanctuario Marianno* (1); palavras que significariam a mesmissima coisa trocadas n'estas: *junto* á egreja de S. Bartholomeu, *de fronte* de Sancto Eloy.

N'um documento portuguez quinhentista em latim, por mim descoberto na Bibliotheca (2), lê-se: *Palatium Comitis de Tentugal, contiguum Ecclesiæ Sancti Jacobi.* Ora esse palacio não estava *contiguo* á parochial de S. Thiago; achava-se apenas proximo, se bem que separadissimo d'ella, não só por uma rua mas por predios.

Outro exemplo ainda:

Frei Luiz de Sousa (nada menos), ao descrever a entrada principal do Convento da Batalha, menciona com enthusiasmo «um «*espelho,* que se abre no alto, em meio do frontispicio, para dar «luz dentro (3);» e accrescenta «que se não podia obrar com mais «subtileza e cuidado em trancinhas de agulha, ou em lavor de «cera, ou no *espelho* de uma viola;» e continúa: «E quadra-lhe «bem esta ultima comparação, pela fórma circular e redonda.»

Querem ouvir o que n'uma nota da sua *Memoria historica do Mosteiro de Belem* diz o erudito Varnhagen? diz isto:

«A respeito da propriedade do vocabulo *espelho,* que Frei Luiz «de Sousa adopta, cumpre não esquecer o reparo de que elle na «sua applicação se enganou; por quanto deu explicação da meta-«phora referindo-se ao Convento da Batalha, que em vez da *rosace,* «isto é, do oculo, ou do tal espelho circular das guitarras, tem «uma fresta ou janella das outras, com a só differença de ser «maior.»

E pondera Varnhagen:

«Frei Luiz escrevia naturalmente em Bemfica; e, não tendo «bem de cór esta particularidade excepcional da Batalha, ima-«ginou que devia de ser redondo o vão, conforme a regra geral (4).»

Ha ainda outra demonstração de que é vaga, e bem póde ter sido inexacta a asserção do Padre Soledade: em 1713, quando o Padre Francisco de Sancta Maria escrevia o seu *Anno Historico,* em tempo em que os ossos de Camões se não achavam ainda comprehendidos no recinto da clausura, e portanto eram bem visiveis ao publico, dá-nos esse Ecclesiastico erradissimas noções sobre esta campa historica, dizendo:

«Foi—(Luiz de Camões)—sepultado na Igreja do Mosteiro de «Santa Anna, logo á entrada, da parte esquerda, sem algum sinal,

---

(1) Tomo I, pag. 125.
(2) *Lisboa antiga,* parte II, tomo VII, pag. 464, nota II.
(3) *Historia de S. Domingos,* parte I, liv. VI, cap. XVI.
(4) *Memoria,* nota IV.

«que distinguisse a sua sepultura, até que no anno de 1595 Dom «Gonçalo Coutinho, Cavalleiro illustre, discreto, e Cortesão lhe «levantou hum nobre tumulo, e nelle fez gravar a inscripção se-«guinte:

AQUIZ (sic) JAZ LUIZ DE CAMOENS
PRINCIPE
DOS POETAS DO SEU TEMPO,
VIVEO POBRE, E MISERAVELMENTE,
E ASSIM MORREO,
ANNO DE M.D.LXIX.» (1)

Tres erros:

1.º—O ter D. Gonçalo *levantado* ao Poeta um nobre *tumulo,* quando todos sabemos que uma campa raza não é um tumulo, e não se *levanta;*

2.º—A addição do *viveu pobre e miseravelmente;*

3.º—O engano de dez annos na data, então havida por certa, da morte de Camões.

Se, pois, digo eu, se demonstra engano no Conego secular Sancta Maria, e em Frei Luiz de Sousa, que admira que o mais que septuagenario Frei Fernando se enganasse tambem? A sua exposição, portanto, ácerca da collocação dos azulejos, em relação á campa de Camões, é vaga, parecendo explicita.

E ainda de umas palavras do mesmo Franciscano se tira novo reforço. Transcrevi-as ainda agora, ao mencionar a sepultura de certa Religiosa *no côro de baixo, na entrada da porta antiga* (2). Vejam a nenhuma exacção de taes palavras! No seculo XVII, quando essa senhora morreu em Sanct'Anna, não existia ainda o tal *côro de baixo.* O Chronista, escrevendo depois d'elle construido, exprimia-se assim, porque falava aos contemporaneos. Que nos custa pois a crer, que, ao escrever *porta principal,* se referisse já á porta travéssa? E que nos custa a crer que essa expressão *junto* fosse uma amplificação inconsciente?

Continuemos.

*

Conjectura o sr. Basto, que o cadaver deveu ter sido collocado não parallelamente ao eixo maior do templo, mas sim encostado

---

(1) *Anno Historico,* tomo II, pag. 371.
(2) *Hist. Seraf.,* 2.ª ed., parte IV, tomo II, pag. 175.

á parede do topo, prolongando-se com ella, e diz que deveu a tarja dos azulejos de Leitão de Andrada ter sido larga bastante «para conter horizontalmente os tres lettreiros, ou epitaphios, «largura que não podia ser inferior ao comprimento de uma campa «ordinaria.»

As explorações foram feitas pela 3.ª Commissão no tal espaço á esquerda da antiga porta principal, e não deram resultado; isto é: não se achou ali campa alguma. Já a Commissão de 36 tinha explorado infructuosamente o sitio, e só encontrou *ossos dispersos e nada mais*. A lousa não appareceu, pelo simplicissimo motivo de nunca ali ter existido.

Os proprios azulejos, procurou-os a 3.ª Commissão «levantando «com as cautelas devidas a obra de talha doirada que revestia a «parede, e removendo-se o armario ou meza que tapava o pavi- «mento correspondente»—palavras do sr. Basto.

Nada se achou dos azulejos.

«Falhava mais esta tentativa—diz o mesmo sr.—A nossa sorte «era egual á das Commissões que nos precederam. Tambem ali «não havia nada.»

*

A pesquiza deu porém um indicio, a que o illustre Vogal da Commissão attribue grande poder. Por baixo do estuque velho appareceu—diz elle—«um pedaço de azulejo branco adherente á «parede, o qual para mim tem uma alta importancia. Afigura-se-me «—continúa o narrador—um indicio vehementissimo de que ali «esteve, com effeito, a memoria mandada fabricar por Miguel «Leitão de Andrada.»

Um pedaço de azulejo branco—pergunta o leitor—dá *indicio vehementissimo* da existencia ali de desenhos e epitaphios?!!

O sr. Basto explica:

«E é justamente a circumstancia de não conter letra ou traço «algum que lhe dá a meus olhos a maior auctoridade. Estava «quasi todo (1) a baixo da linha do pavimento antigo; quebrara-se «ao arrancar; não fazia falta ao quadro; foi desprezado por inutil.»

Como o leitor vê, o sr. Basto serve-se das conjecturas com a mesma semcerimonia com que eu tambem me posso servir. A verdade é esta: quasi tudo n'esta emmaranhada questão são con-

---

(1) Quasi todo o pedaço de azulejo? evidentemente.

jecturas; mas o que não deixa de ser curioso, é que, quando sobre ellas apparece uma asserção positiva e luminosa, como é a de Faria e Sousa, rejeitam-n'a homens taes como Juromenha e os seus companheiros, o sr. Basto e os seus collegas, em nome de quê, sancto Deus?! em nome de novas conjecturas!

O periodo recem-transcripto não o percebe bem a minha acanhada intelligencia. Quer o leitor ter a bondade de o tornar a ler? O tal fragmento de azulejo achava-se «*quasi todo* a baixo da linha «do pavimento antigo; quebrara-se ao arrancar; *não fazia falta* «*ao quadro;* foi desprezado por *inutil.*»

Vejamos: os azulejos em geral medem entre 13 e 16 centimetros; isto era apenas um pedaço, portanto menor que essas dimensões; só *uma parte* d'esse pequenino fragmento vidrado de branco é que ficava a baixo da linha do pavimento *antigo*. Ora como descobriu a Commissão, com essa exacção de centimetros e millimetros, o sitio onde corria a linha horizontal do pavimento *antigo?* Como póde demonstrar que o fragmento de azulejo ficava *quasi todo* a baixo d'essa linha? *Antigo* refere-se a que tempo? ao de Andrada? parece; sendo assim, como ficava o azulejo a baixo do pavimento? os quadros ou tarjas d'esse genero começam logo acima, e não a baixo. «Quebrara-se ao arrancar.» Quem? o fragmento? não, que esse está lá; o azulejo? sim. «Não fazia falta ao quadro.» Não fazia falta? Então, deduz-se d'ahi que os que faziam falta á composição do desenho se tiraram com cuidado, e se conservaram algures, ao passo que ahi se punha a talha doirada. Isso está em desaccordo com as accusações de vandalismo muito *intencional* praticado (como logo veremos que o sr. Basto insinua) entre 1729 e 34. «Foi desprezado por *inutil.*» E os outros azulejos arrancados eram *uteis?* uteis a quê?

Ora esse fragmento de azulejo *branco* podia (em boa verdade) ser, e podia tambem não ser, parte do quadro de Miguel Leitão de Andrada.

Se tivesse lettras, se, na altura da parede onde apparecesse, mostrasse uma ou duas palavras, sequer, dos epitaphios, uns traços certos das figuras allegoricas ali desenhadas, então é que o indicio era mais que *vehementissimo;* assim.... um bocadinho de azulejo branco, sumido ao rez da parede.... não passa de hypothese sobre hypothese. *Um pedaço de azulejo* BRANCO!!?

Admittindo que não fosse apenas um misero tassello de azulejo branco, mas um palmo d'elles, com lettras e figuras indiscutiveis, isso vinha reforçar a minha conjectura (eu tambem as posso apresentar), de ter sido ali, junto ao primitivo enterro do Poeta, o sitio dos azulejos anteriores á campa mandada pôr ao meio do templo.

*

«Quem se lembraria então (1)—conclue o sr. Basto com este «singular epiphonema—de que o mesquinho fragmento tomaria «hoje as proporções de um terrivel accusador?!»

Accusador? de quê? Isto agora é grave.

Julgo inutil para o meu caso seguir esse atalho, e procurar, palpando nas trevas, quem destruisse, por que motivo maligno, e em que tempo aproximado, os azulejos do auctor da *Miscellanea*.

Direi apenas duas palavras.

*

Quando hoje, n'um tempo em que ha uma Direcção Geral de Bellas Artes, em que ha Museus de Bellas Artes, em que ha Escolas de Bellas Artes, em que ha muitos mestres e muitos amadores de Bellas Artes, em que ha uma vigilante Associação de Architectos e Archeologos, em que ha o ensino profissional do desenho, se commettem, cada dia, official e extra-officialmente, vandalismos que bradam ao Céo; quando uma picareta infame demole a eito os monumentos sagrados, que a Lei de 1834 roubou ao elemento monachal, depois de o ter assassinado; quando a imprensa quasi toda assiste muda aos actos mais brutalmente ineptos, ou mais ineptamente brutaes, a demolição da Esperança, a demolição de Odivellas, a demolição das Grillas, a profanação de S. Francisco de Xabregas, a profanação de S. Bento do Beato Antonio, os restauros rócócós da velha Sé, a mutilação do monumento nacional dos Jeronymos, a collocação de um gazometro á espalda da Torre de Belem; quando nos proprios profanados claustros e corredores do Mosteiro de Sanct'Anna, onde tão formosos azulejos e tão interessantes padrões se entrevêem ainda, presenceia a Capital, em 1891, o escandalo do destroço mais ridiculo.... que admira, que póde admirar, que, no segundo ou terceiro quartel do seculo XVIII fossem arrancados, e substituidos

---

(1) *Então,* isto é quando (segundo quer o sr. Basto) se arrancaram os azulejos.

por talha doirada, uns azulejos quaesquer no canto de um côro de Freiras?!!

Pois ellas, as pobres senhoras, davam acaso valia estimativa e artistica a esses desenhos? Percebiam o que havia ali de memorias?

Percebiam-n'o tanto, como os antigos escriptores de chorographia e de historia, que, ao falarem de Sanct'Anna, e ao tratarem de Camões, não mencionam tal azulejo, a não ser, por acaso, Mouro, e, por officio, Frei Fernando.

Percebiam-n'o tanto, como os, aliás doutos, Frades de outros conventos, destruindo o ogival para o substituir pelo nosso italiano bastardo.

Percebiam-n'o tanto, como as Dominícas do Salvador, deixando perder-se em 1530 a campa da filha d'el-Rei D. Duarte, hospeda da casa, e lá fallecida.

Percebiam-n'o tanto, como a poderosa e indiscutivel intelligencia do Marquez de Pombal, arrazando o castello de Martim de Freitas para lá pôr um observatorio, ou (conforme a expressão de um critico competente) tornando-se mais damninho ás monumentaes velharias de Evora, do que o terremoto grande ás preciosidades de Lisboa.

Percebiam-n'o tanto, como algumas pessoas nossas conhecidas, que ainda hoje arrancam os *fosseis* azulejos, e os substituem por garridos estuques côr de canario, ou lindos papeis de dois tostões cada peça!

Não é preciso imaginar intenções reservadas, para explicar o naturalissimo desapparecimento de quatro fieiras de azulejos quinhentistas, antiquados, fóra de moda (e talvez muito feios!), no canto escuro do côro de um pobre Mosteiro de Franciscanas.

Bem lettrados eram os Religiosos de S. Domingos do Rocio; e quem lê a descripção do seu Convento, por Frei Lucas de Sancta Catherina, acha mal disfarçado odio contra certo azulejo que vestia as paredes do claustro com scenas da vida do Sancto Patrono, «obra grosseira—diz o Frade com muito mau humor—e indigna «de ser estampa d'aquella vida.»

Se elle lhe podesse ser bom! oh! com que prazer substituiria isso por qualquer outra coisa, visto serem os azulejos *grosseiros!* Os de Sanct'Anna seriam melhores?

*

Não só com padrões artisticos, mais ou menos significativos,

houve nas Casas claustraes, como nas moradas nobres, como nas populares, como em toda a parte, desleixo conhecido. Podiam citar-se muitos factos; muitissimos conhece de certo a erudição do sr. Basto.

Correndo os livros monasticos, a cada passo encontramos as phrases — *d'isto havia registo, que se desencaminhou;* ou *de tal facto havia inquirição testemunhal, que se perdeu;* ou *o documento tal ou tal sumiu-se por negligencia.*

A senhora D. Maria, filha d'el-Rei D. João IV, doou ao seu querido Mosteiro das Descalças de Carnide, entre muitos outros objectos de valia, a cabeça de S. Vital, e o corpo de S. Felix. Pois d'esta ultima reliquia não podiam as Monjas fazer commemoração solemne, por se lhes ter desencaminhado a *authentica!* (1)

Seria sumiço feito *intencionalmente e com perfeito conhecimento de causa?* de certo que não. Não houve menos apreço; não houve intenção malevola; houve negligencia.

N'isto de descaminho de restos mortaes de pessoas aliás muito queridas, ha outro caso que ainda espanta mais. Conta-o Frei Manuel de Monforte na Chronica da Piedade.

Era Frei Antonio de Toledo um dos mais venerados habitadores das casas da ermida da Ribeira em Abrantes; adorado depois de morto. Os seus despojos ali ficaram, sob a guarda das Monjas da Esperança d'aquella villa. Mudando-se ellas, levaram comsigo os ossos para o Mosteiro novo; pois ao depositarem-se, viu-se que tinha desapparecido a cabeça! Isto é serio, mas quasi que faz rir. Mandou a Abbadessa á cova antiga, a caveira appareceu, foi junta aos demais ossos, escondendo-se tudo.... onde? entre o tecto e o forro da nova egreja (por causa das duvidas). Uma vez abateu a abobada, e a ossada sumiu-se.

Isto conta o Chronista, narrador insuspeito. Eu repito, para mostrar que aos olhos das Monjas mais valiam de certo aquelles restos de um justo, do que poderiam valer algumas duzias de azulejos velhos, e (direi mais) do que poderiam valer os ossos de um poeta, fosse elle Homero, Virgilio, ou Camões; e apezar de valerem muito, sumiram-se! ficaram nos escombros da abobada, e ninguem os buscou (2).

Quando trata do Mosteiro das Trinas do Rato, conta João Baptista de Castro que o fundador, Manuel Gomes de Elvas, determinára por testamento, em 1620, ser enterrado n'esse Mos-

---

(1) Frei José de Jesus Maria, *Chron. dos Carm.*, pag. 155.
(2) Frei Manuel de Monforte, *Chron. da Pied.*, pag. 273.

teiro, e que, em quanto este se não achasse prompto, depositassem o cadaver no celebre templo dos Carmelitas.

E conclue o narrador, escrevendo pelos annos de 1757: «Os «ossos do instituidor até agora não se trasladaram, por falta de «noticias que ha do logar onde positivamente foi sepultado seu «corpo na egreja do Carmo.»

Pergunto: eram *conscientes* e *intencionaes* estes sumiços? não eram; explicava-os apenas a desidia nacional.

*

Mas, voltando aos ossos de Camões,—póde alguem objectar: Que lhes custava, ás boas Monjas de Sanct'Anna, mandar avivar de quando em quando as lettras dos epitaphios de Camões, para não se perder a tradição?

O desleixo de não mandar avivar os lettreiros da campa, por fórma que se conservasse viva a tradição que tanto nobilitava aquelle recinto, é certamente pouco louvavel; mas repare o leitor: não se tratava ali de um Sancto, nem mesmo de um Religioso; tratava-se de um secular muito profano. É admissivel, pois, o esquecimento, quando o mesmo se dava para com as outras campas do templo, e quando, nos proprios Cenobios masculinos, até os varões mais conspicuos por santidade eram esquecidos dos confrades em Religião. São innumeraveis os casos; respigarei apenas d'este mesmo livro citado, que tenho aqui em cima da meza.

Foi o Franciscano Frei João de Estremoz modelo de virtudes, desde o fim do seculo XVI e pelo XVII fóra. Os seus restos, achados incorruptos na primeira sepultura, longos annos após o passamento, foram de novo recobertos de cal, e consumidas as carnes. Acondicionados, por ordem do Provincial, estavam para ser depositados em logar decente e honroso; mas houve demora, negligencia, e (não se sabe como) viram-se confundidos com outros, e portanto deram-se por perdidos (1).

Seria tal confusão feita *intencionalmente e com perfeito conhecimento de causa?* de certo que não, repetil-o-hei sempre. Não houve menos apreço, nem o podia haver; não houve intenção maligna; houve o nosso desleixo nacional, que nos aniquila!

O excellente Frei Francisco da Serra da Gatta mereceu ao seu

---

(1) *Chron. da Pied.*, pag. 830.

*

Chronista a mais honrosa e dilatada menção. Era um sancto, e um sabio, consultado nos negocios mais arduos pelos Grandes do Reino, e pelos Soberanos. O seu nome e a sua memoria, ficaram sendo luzeiro entre os seus irmãos. Guardavam-se-lhe as cinzas no Convento do Bosque junto a Borba, no claustro, perto da porta da capella. Houve não sei que obras, foi preciso levantar ali uma escada, tiraram-se os ossos, metteram-se n'uma caixa nova, e sepultaram-se outra vez debaixo dos alicerces da escada. Não se sabe como, começou a correr o boato de que se tinham perdido!

Frei Paulo de Elvas, Guardião, quiz a todo o custo desenganar-se, e fez o que fizeram ultimamente com os ossos de Camões as tres Commissões desde 1836: indagou o sitio, consultou as memorias, e mandou cavar no logar indicado. Nada se achou. Correu-se ao longo do claustro até á Capella; mas sem resultado; rompeu-se o vão da escada; tudo de balde. Recomeçaram as diligencias annos depois, em 1674, desmanchando-se parte da escada; infructuosas pesquizas estas como aquellas! «D'onde se vê—ex-«clama o Chronista—que aquellas reliquias foram d'ali levadas; «lastimosa negligencia dos Religiosos!» (1)

D'onde se vê—exclamo eu tambem—que é a *negligencia,* como elle diz, a verdadeira culpada, e não qualquer proposito *intencional* de vandalismo *com perfeito conhecimento de causa.* D'onde se vê que, se nos Mosteiros succediam casos d'estes (que podemos acreditar, pois não se trata do milagredo nada authentico, em que tanto abunda este nosso Frei Manuel de Monforte), se na Sé de Lisboa foram perdidos e achados umas poucas de vezes os ossos de S. Vicente, devoção de todo Portugal, não admira que os azulejos de Leitão de Andrada fossem desprezados, nem sequer admira que a sepultura de Camões jazesse sem epitaphio, e esquecida.

«Muitas sepulturas famosas – diz Gaspar Estaço—que no mundo «houve, e ainda aquellas que, por sua grandeza e admiravel arti-«ficio, foram contadas entre as sete maravilhas do mundo, todas «acabáram com o tempo; e tambem acabára sua memoria, se não «fôra a escriptura, que de tudo o que é mortal é uma segunda «vida (2).»

N'este nosso caso camoniano, a *escriptura* foi a de Faria de Sousa; e essa *escriptura,* tratam os homens mais honestos e conspicuos de a raspar, obliterar, destruir!!

Singularissimo.

---

(1) *Chron. da Pied.*, pag. 376.
(2) *Varias antig. de Port.*, cap. 53.º

*

Vamos a diante.

Para o sr. Basto, a cujo elevado criterio quero crer que occorressem de certo estas considerações todas, sem aliás o convencerem do que julgo ser a verdade, para o sr. Basto houve a escandalosa, a intencional, a criminosa, a muito consciente destruição das memorias camonianas. O motivo porém, o fortissimo motivo que devia existir, deixou-o em silencio.

A propria tremenda accusação do facto só é formulada n'uma eloquente reticencia. As reticencias foram sempre de grande effeito rhetorico. *Quos ego....*

Depois de nos contar o caso do *azulejo branco,* solta o sr. Basto as palavras que o leitor já leu:

«Quem se lembraria então, de que o mesquinho fragmento «tomaria hoje as proporções de um terrivel accusador!»

Logo depois, e sem transição, tendo lançado no nosso espirito a suspeita de um crime qualquer, abre paragrapho, e diz no tom mais natural:

«Parece-me opportuno aproveitar um documento que casual-«mente encontrei, e que julgo ser util para determinar a epocha «provavel de similhante vandalismo.»

É uma Patente circular do Provincial dos Franciscanos, então o Chronista Frei Fernando da Soledade, em que elle recommenda, entre outras coisas, o respeito das Communidades ás memorias antigas existentes nas varias casas claustraes. N'esse papel queixa-se o Provincial de terem, em quatro Conventos da Ordem (*e serão muitos mais*—accrescenta elle), sido inutilisados «epita-«phios e outros padrões gloriosos» *por não entenderem*—(sim, esse é que era o motivo verdadeiro)—*qual era a sua importancia;* e recommenda cautela nas obras que haviam de fazer-se, de modo que os antigos padrões se não destruam.

D'isto, d'isto apenas, quer o sr. Basto inferir conjecturalmente, que aos ouvidos do Provincial chegasse a noticia da destruição da campa e dos azulejos camonianos, e (mais ainda) dos proprios ossos de Camões!

Parecem-me vagas em demasia as premissas, e ainda mais vaga a consequencia.

Frei Fernando queixa-se de *quatro* Conventos da Ordem (e *serão muitos mais* diz elle). Por que havemos, pois, de encaminhar o raio para Sanct'Anna, quando eram duzentas e oitenta e tres as Casas da Ordem em todo o Reino, e quando só a Provincia de

Portugal tinha cincoenta e sete, entre Conventos masculinos, Mosteiros femininos, Collegios, e Oratorios? Tanto podiam morar em Sanct'Anna os inimigos dos epitaphios, os modernisadores, os iconoclastas, como nas cincoenta e seis Casas restantes, não mettendo na conta a Provincia da Piedade, a da Soledade, a da Conceição, e em summa as muitas outras subdivisões da Ordem Seraphica, nas quaes Frei Fernando não superintendia, é verdade, mas que bem podiam ter commettido desacatos artisticos merecedores da reprovação d'elle. Tanto podiam habitar fóra de Lisboa os menospresadores das antiguidades, como em Sanct'Anna. Das palavras do Provincial, nada se deprehende; dos factos, tambem não.

O que elle menciona unicamente são as antigualhas, memorias historicas, e epitaphios. Se lhe constasse que em Mosteiros de Lisboa se faziam desapparecer, pelo alçapão do desconhecido, ossadas inteiras, seria n'aquelle tom descançado que elle falaria? Não queirâmos ver nos documentos mais do que elles nos podem dar.

Frei Fernando, apezar dos seus setenta e quatro cançados invernos, era homem de estudo; avaliava quanto valem para a historia nacional certas memorias; e tinha certamente lido em Sousa este periodo memoravel, que parece vir de molde ao nosso caso:

«Ha descuido ordinario na nossa Religião em conservar as «memorias antigas; julga-se por ambição e vangloria o procural-as; «é herança dos padres antigos, de que muitas vezes me tenho «queixado.

«Culpa lhe chamo, não só descuido, que por ventura é causa «de ficarem enterradas e sem luz muitas coisas, que nos poderam «honrar muito esta escriptura, e todo o Reino (1).»

Eram essas as doutrinas de certos espiritos, insignificante minoria então, como hoje ainda. Vivia Frei Fernando com essa minoria, n'aquelle periodo de enthusiasmo das muitas academias, e na effervescencia do *Renascimento* dos dias d'el-Rei D. João V; era socio da Academia Real de Historia, conservadora legal dos monumentos; conhecia o Alvará celebre, então recente, de agosto de 1721, sobre antiguidades; quando subiu ao cargo de Provincial em 24 de julho de 1734, quiz o nobre ancião mostrar quem era, quiz tornar-se eccho dos bons principios, quiz collaborar com os seus confrades do Thesouro Velho, e pôr por obra o que elles advogavam com a palavra. Fez logo em dezembro aquella circular. Eis ahi tudo.

Essas conjecturas do sr. Basto reforça-as elle com outras phrases

---

(1) *Historia de S. Domingos*, part. II, liv. II, cap. XII.

da sua Dissertação, e calcula ter sido posterior «á formação d'este «novo côro—(o côro baixo)—o desapparecimento das memorias, «orphãs d'ahi em diante da vigilancia publica que até então as «protegêra;» isto é, entre 1729, anno em que julga se fechasse o côro, e 1734, anno da Patente do Provincial (1).

*

Felizmente para as Monjas, é o proprio sr. Basto, em flagrante contradicção comsigo mesmo, quem se encarrega de as livrar do labéo, não só de inimigas dos *Lusiadas,* que esses pouco os conheceriam ellas, mas de perseguidoras dos ossos do cantor dos *Lusiadas*. Sim, é o sr. Basto, quem transcreve no seu erudito opusculo a asserção positiva do citado Frei Fernando, de que em 1736, dois annos depois da circular aos seus subordinados, os padrões camonianos existiam respeitados, dentro da clausura do Mosteiro:

«Hoje (1736) existem estas memorias dentro da clausura em «o côro inferior, o qual ha poucos annos se fez.»

Portanto, deixemos as Monjas, e os seus Capellães, e os seus Procuradores, em sancta paz. Não, não foram elles os profanadores das memoriss do grande Homem; foi a nossa velha incuria portugueza, foi o espirito acanhado e timido das mesmas senhoras, foi (mais que provavelmente) o terremoto de 1755 e foram as obras subsequentes, que deveram ser muitas, a causa do desapparecimento do azulejo; e ainda assim, respeitou-se a cova, embora sem as lettras avivadas, ali ao meio do templo. Lá está.

Mas—responder-me-ha o sr. Basto—eu não dou a entender que fossem as Freiras as auctoras do vandalismo. Digo apenas: os azulejos e os ossos desappareceram.

---

(1) Salvo melhor juizo, não creio demonstrado que se fizesse em 1729 o côro baixo. *Ha poucos annos* diz Frei Fernando em 1736; o sr. Basto põe 1729 fundado não sei em que documento; mas Diogo Barbosa Machado diz na *Bibliotheca Lusitana,* artigo Camões, que foi em 1731. Depois de falar na campa de D. Gonçalo, que elle diz collocada em 1595, accrescenta: «Passada a dilatada carreira de cento e trinta e seis annos, como se con- «vertesse em côro a entrada da egreja», etc. N'esse anno tinha Barbosa quarenta e nove, edade em que já podia ter a certeza de um facto d'aquella ordem, mórmente sendo habitante de Lisboa, e, de mais a mais, proprietario e morador, elle e seu irmão, ali perto, no bairro, a Rilhafolles.

Adopto pois o depoimento de Diogo Barbosa, salvo se o sr. Basto conhece documento que o destrua.

É verdade isso; mas não é menos verdade que n'essa sua reticencia (reticencia descende do *tacere* latino) ha um mundo de suspeitas, que a bondade justiceira do sr. Basto se não atreveu a formular.

O caso é este:

Conforme todas as Leis divinas e humanas, o profanar uma sepultura é crime horrivel.

O roubar uns ossos, fazel-os desapparecer *intencionalmente e com perfeito conhecimento de causa* (palavras do sr. Basto) é profanar a paz da morte; por outra: é crime.

N'uma egreja pertencente a um Mosteiro, abrir uma sepultura e roubar de lá os ossos, quando esse deposito se acha na clausura monachal, inteiramente confiado á guarda das Madres, só se póde fazer com a perfeita connivencia furtiva dos Capellães, e da Communidade toda.

Logo, a admittir-se o roubo, accusam-se os Capellães, e accusam-se centenares de Senhoras, e accusa-se talvez o Ordinario, se permittiu a entrada dos officiaes indispensaveis para tal desacato.

Parece-me evidente.

Conclusão:

Tal roubo não houve.

Para se suppôr uma torpeza d'aquella ordem, é indispensavel aventar-lhe um motivo fortissimo, e ainda mais torpe do que ella. Não vejo, nem vê o honrado sr. Basto, quem lucrasse, directa ou indirectamente, em fazer desapparecer aquelles azulejos e aquelles ossos. Um invejoso infame poderia lucrar em expungir da face da terra o poema Os LUSIADAS; mas os carcomidos ossos do Cantor, em plena dominação de Reis portuguezes, pertencentes a uma familia cujos avós honráram esse Poeta com a sua amizade, isso porquê, ou para quê?! Que lucrava a Patria, que lucravam os inimigos da Patria, que lucravam os inimigos de Camões, os zoilos, se os havia, que lucravam os Franciscanos, ou, emfim, que lucravam as Franciscanas, em destruir uns restos que eram apenas o pó do Poeta, ao passo que o Poema, que é o genio do Poeta, florescia, e era o maior brazão d'este pobre Paiz!

O sr. Basto acceita por irrecusavel a fidedigna asserção de Frei Fernando, de que em 1736 existiam *dentro da clausura* a campa e os azulejos. Como quer então, que, antes de dezembro de 1734, data da Patente do mesmissimo Frei Fernando, não existissem já no mesmo Mosteiro?

Existiam em 1736; é certo. Logo, existiam em 34; logo, as censuras vagas do Provincial não se referiam á campa de Camões;

logo, ficam para sempre illibadas do odioso vandalismo *consciente* as Monjas de Sanct'Anna; e illibadas pelo proprio sr. Basto.

D'aqui não ha sahir.

*

Poderia alguem contrapôr a isto, que, embora o livro tenha aquella data, já se achava escripto em 1731, como mostra a primeira das licenças, a da Ordem, que é de 27 de junho d'este anno; e que, sendo assim, ainda era possivel que antes de dezembro de 1734 tivessem desapparecido os padrões em questão.

Respondo apenas com a *Bibliotheca Lusitana* do grande Barbosa Machado, onde na Vida de Camões se lê no volume respectivo, sahido a lume em 1752:

«Passada a dilatada carreira de 136 annos, como se convertesse «em côro a entrada da egreja do Convento de Sant'Anna, mere- «ceram as cinzas d'este Homero portuguez, e Virgilio Lusitano, «serem *respeitadas* em tão illustre clausura, onde tantas estrellas «quantas *brilham* n'este serafico Firmamento *formam* Côrte a este «Principe do Parnaso.»

Sublinhei esses dois verbos para mostrar que a affirmação d'este doutissimo bibliographo continha actualidade, e se referia a tempo ainda muito posterior ao prazo a que se refere Frei Fernando.

Está pois provado á evidencia, que as cinzas de Camões (ellas pelo menos) se conservavam *respeitadas* em Sanct'Anna em 1752.

*

Quanto a mim, repito, o vandalo foi o terremoto.

Recomponha o leitor no seu espirito as scenas do 1.º de novembro de 1755! calcule o terror de toda Lisboa, das estações publicas, das casas particulares, dos pobres e dos ricos, dos conventos de Frades, e dos mosteiros femininos, para ver o dia de juizo!!

Restringir-me-hei aqui a mencionar as Monjas de Sanct'Anna. Não se acredita o que padeceram!...

Derrocado o seu Templo e o seu Mosteiro, mortas e estropiadas muitas Religiosas e Seculares da casa, fugiram as sobreviventes em medonha debandada, e, por onde poderam, se foram acolhendo, em Lisboa e nos suburbios, com grave quebra dos seus escrupulos:

umas na cerca de Sancto Antão, d'onde passaram para uns abarracamentos da quinta da Bemposta, outras no seio das familias. Em 9 de janeiro de 1756, ainda tudo se achava na mesma, o que motivou um Decreto ordenando-lhes se acolhessem á cerca da Esperança, e ás casas proximas, que se mandaram despejar; outras ficaram com as familias; outras, não tardou muito tempo que as distribuissem pelos Mosteiros das Provincias (1).

Era uma confusão indescriptivel! Fóra do seu ninho, foragidas, distrahidas, com a clausura rota, e sem futuro, como podia occorrer a uma unica d'essas pobres naufragas a lembrança de recommendar que se conservasse a campa de Camões, e se não tirassem os azulejos quando andassem obras em Sanct'Anna?! Exigir-lhes isso, seria exigir mais, e muito mais, do que a natureza humana póde conceder.

*

Em tres corollarios resume por fim o sr. Basto toda a sua argumentação:

«1.º—..... A verdadeira e unica sepultura de Camões era a que «examinámos nos dias 22 e 23 de Julho passado.»

Quanto a mim, esta asserção caduca pela base. Camões não teve uma sepultura *unica;* teve duas.

«2.º—..... Os ossos do poeta, e as memorias que os authenti-«cavam, foram intencionalmente e com perfeito conhecimento de «causa, tirados d'aquelle logar entre 1729 e 1734, isto é, depois «de se tapar a porta principal, e antes da Patente circular do «Provincial.»

Está sobejamente respondido.

«3.º—..... Serão baldados todos os esforços que se empregarem «para os encontrar na egreja de Sant'Anna.»

Isso justamente é que estava por demonstrar.

Concluirei por aqui esta dissertação, prolixa talvez, mas neces-

---

(1) Amador Patricio, *Mem. das princ. provid.*, passim.

saria visto que se tratava de homens como o Visconde de Juromenha, Tavares de Macedo, e o sr. Basto, que teem peso em assumptos historicos.

Resta-me protestar mais uma vez o meu sincero acatamento moral á memoria de Juromenha e de Tavares de Macedo, e apertar lealmente a mão do meu adversario, e meu amigo, o sr. João Pedro da Costa Basto.

Sacavem, 15 de setembro de 1891.

(Continúa).

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

(Continuado do n.º 4, paginas 296)

XX

Agostinho Manuel de Vasconcellos

Tem um soneto na seguinte obra, que já foi mencionada, sob o n.º 21, a proposito de Miguel da Silveira:

Eternidad del rey D. Felippe III, nuestro señor, el Piadoso. Discurso de su vida y santas costumbres, por D. Ana de Castro Egas. Madrid, viuva de Alonso Martin, 1629.

De Agostinho Manuel de Portugal, que suppômos ser o mesmo, existe uma *Canción* na seguinte obra:

39 — *Las honras que celebró la famosa y gran ciudad de Granada en la muerte de la Sma. Reina de España Doña Margarita de Austria, etc. Recogido todo por Pedro Rodriguez de Ardila...* Granada, 1612.

Barbosa Machado diz que este auctor se chamara antigamente Agostinho de Mello, e Manuel de Galhegos celebra-o no seu *Templo de Memoria* sob o nome de D. Agostinho Manuel de Mello.

XXI

Luiz de Mello

A este escriptor, jurisconsulto e poeta, consagra Jacintho Cordeiro a seguinte oitava no seu *Elogio de poetas lusitanos:*

Si Luis de Melo levantar procura
Y á suprema region ceder la raya,

Quién de precipitado se asegura
Y en tanta inteligencia no desmaya?
Tanto en derecho la agudeza apura,
Tanto en las Musas su poder ensaya,
Que se en Bártulo y Baldo se ha cansado,
A Ovidio se transforma enamorado.

Ha d'elle um soneto em portuguez na seguinte obra:

40 — *El arte poetica de Horatio tradvcida de Latin en Español por don Luis Çapata señor de las villas, y lugares del Cehel,* etc. Lisboa, Alexandre de Syqueira, 1592.

O soneto é d'este teor:

Insigne entendimento, a tua grandeza
do engenho no alto deue estar subida
Porque a terra soês e empobrecida
nã pode emprehender tão grão rareza
En ti nos demostrou a natureza
hũ tisouro de que he enriquicida
porq̃ te deu valor tan sem medida
q̃ pode ter lugar na mor alteza
e apezar de riguor do tempo auaro
pera sẽpre será a tua memoria
no mundo celebrada estranhamente
illustre dom Luys vnico, & raro
pois deste siglo, nem poesia, nẽ historia,
ninguem louuar te pode inteiramente.

Note-se que o poeta aqui se denomina Luis de Mello corte Real.

Tem tambem versos laudatorios em castelhano nas *Varias Poesias* de Paulo Gonçalvez de Andrade; Lisboa, Mattheus Pinheiro, 1629.

XXII

Luiz de Tovar

Jacintho Cordeiro dedica-lhe este elogio:

La pluma, Fénix, cansa, y el aliento,
Y mas cansaros teme desmayada,
Que á vista dese insigne entendimiento,
Qué pluma puede haver tão alentada?
La de Luis de Tovar por digna siento
Del premio de contienda tan honrada,
Y la de Severim con grave empleo,
Merece desta justa ser tropheo.

Tem versos na *Relacion de las fiestas que la insigne villa de Madrid hizo en la Canoniçacion de su Bienauenturado Hijo y Patron San Isidro,* e na *Relacion de las fiestas qve ha hecho el Colegio Imperial de la Compañia de Iesus de Madrid en la Canonizacion de San Ignacio de Loyola,* ambas já descriptas.

XXIII

João Pereira Corte Real

Encontra-se d'elle o seguinte soneto no *Anfiteatro de Felipe el Grande:*

Victima ofrece á la intención su vida
Del dueño, que ha querido honrar su suerte,
El toro, que al león robusto y fuerte
Llevó en valor ventaja conocida.
Inclina la cerviz, y asi la herida
Recibe por do el dulce aliento vierte,
Mostrando que agradece aquella muerte
Digna sólo de fiera agradecida.
¡Oh Júpiter! pues ves que tus ensayos
Igualan tu valor de un mismo modo,
Prosigue con tus manos tus intentos.
Tire tu brazo poderosos rayos;
No sólo vencerás al mundo todo,
Mas vencerás también los elementos.

XXIV

Fr. Francisco de Sancto Agostinho de Macedo

Collaborou, como outros portuguezes, no *Anfiteatro de Felipe el Grande,* de D. José Pellicer de Tovar, onde se acha o seguinte soneto, encabeçado por esta fórma:

Del padre Francisco de Macedo
de la Compañía de Jesús
Catedrático de Retórica en los Reales Estudios
de Madrid

EPIGRAMMA XLVIII

Ya triunfa el toro, y con los pasos mide
Del natural orgullo la fiereza,
Quando de lo alto la sonante alteza
Sulfúreo rayo con furor despide.

Clavó el lugar do su virtud reside,
Voló el acierto en alas de presteza,
Al són previno la mortal flaqueza
Del toro, á quien la muerte el curso impide.
¿Vióse entre fieras golpe más hermoso?
Que redime á las vivas de su afrenta,
Por quien el toro en muerte vida alcanza?
Hace este tiro al mundo un rey famoso,
Tiene en un lance que justicia ostenta,
La virtud premio, y el furor venganza.

Além d'este soneto, Macedo escreveu um interessantissimo poema em latim *Spectacvlum ferarvm Madritense,* inserto na sua obra, que se publicou em Lisboa em 1683 sob o titulo de *Carmina Selecta,* e reproduzido n'um dos volumes do *Corpus poetarum lusitanorum.* É uma bella e minuciosa descripção do espectaculo de feras, em que Philippe IV matou a tiro de escopeta—prodigiosamente!—o touro vencedor das outras alimalias. Foi traduzido em prosa franceza pelo padre Delacour. O nosso amigo, o sr. marquez de Xerez de los Caballeros, que reeditou em Sevilla o *Anfiteatro,* expressou-nos o seu sentimento por não ter conhecido opportunamente o poemasinho de Macedo, de outro modo tel-o-hia incluido, como valiosissimo additamento, na obra de Pellicer de Tovar.

Do padre Francisco de Macedo é o *Iuicio del libro,* que se encontra no *Poema heroico, Napoles recvperada,* de don Francisco de Borja, impresso em Çaragoça em M.DC.LI.

Compoz tambem um epigramma laudatorio em latim na obra do licenciado D. Pedro de la Escalera Guevara, assim intitulada:

41 — *Origen de los Monteros de Espinosa, su Calidad, Exercicio, Preeminencias, j Essenciones,* etc. Madrid, por Francisco Martinez, 1632.

O epigramma é encimado d'esta fórma:

Acvtissimi Lvsitani
P. Francisci de Mazedo,
è Societate Iesv, in Imperiali Madridij
Collegio quondam Poëtices, nunc
Chronologiae Cathedratici
Regij

EPIGRAMMA

In egregiam Auctoris & operis laudem.

O Qui Spinosae secreta indagine saltus
Cingis, & ingenij lumine lustra feris.

Clarû Equitũ munus, queis est data gloria syluae
Detegis, & patrij munia prisca soli.
Quantus honor, quae nobilitas, quae gloria luci
Exprimis, & calamo stemmata picta refers:
His melius vivet Spinosa coloribus, hac se
Miratur vivam pulchriús in tabula.
Quod Patriae debes cumulata sorte rependis,
Hac dabis aeternùm vivere possse manu.

Possue um exemplar d'esta obra o sr. A. Fernandes Thomaz, a quem devemos a copia do epigramma.

(Continúa). Sousa Viterbo.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX—JANEIRO DE 1892

SEGUNDA SERIE—N.º 7

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

ORAÇÃO DE SAPIENCIA — pelo dr. Pedro Augusto Monteiro Castello Branco 457

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO — por Abel Andrade 465

PROJECTO DE LEI SOBRE REVISÃO DA SENTENÇA CRIME — por Bernardino Pereira Pinheiro 472

A REVISÃO DA SENTENÇA CRIME E A ANTHROPOLOGIA CRIMINAL — por Fernando Martins de Carvalho 479

NOVA INTERPRETAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EQUILIBRIO DOS CORPOS SOLIDOS — L. C. Almeida 483

QUESTÃO ENTRE JOSÉ ANASTASIO DA CUNHA E JOSÉ MONTEIRO DA ROCHA — por Antonio José Teixeira 490

NOTES SUR LES AMPHIBIENS ET REPTILES — pelo dr. J. Bedriaga 498

VERSÃO DE POESIAS E PASSOS DE AUCTORES LATINOS, REFERENTES A TIBULLO — por A. A. 508

MEMORIAS DE CASTILHO — por Julio de Castilho 513

FOGOS FATUOS — por Alfredo da Cunha 525

MORS-TEMPUS — por Alfredo da Cunha 526

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES — por Sousa Viterbo 527

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

ORAÇÃO DE SAPIENCIA

Recitada na sala dos actos grandes da Universidade de Coimbra no dia 16 de outubro de 1891 pelo dr. Pedro Augusto Monteiro Castello Branco, lente de prima, decano e director da Faculdade de Direito.

Senhores:—Tres factos dão motivo á nossa reunião n'este recinto: o anniversario da excelsa princeza e rainha, a Senhora D. Maria Pia;—a abertura do anno lectivo n'esta Universidade—e a entrega dos diplomas aos estudantes premiados no ultimo anno.

É de justa cortezia que eu tome em primeiro logar o anniversario da Senhora D. Maria Pia.

Tem sido de uso constante n'esta Universidade solemnisar os anniversarios natalicios dos nossos Monarchas, para manifestar a sua adhesão ás instituições que elles representam. Mas para a excelsa princeza, de quem se celebra hoje o anniversario, ha mais do que esse motivo:—são as qualidades, muito distinctas e beneficas, que tão excellente Senhora tem manifestado e que tanto têm penhorado este paiz. Vinda da Italia e enlaçada em matrimonio com o bondoso Rei o Senhor D. Luiz I, esta princeza teve ensejo de patentear os dotes de esposa carinhosa e de mãe exemplar. Além d'isto adoptou este paiz como seu, e tem sabido exercer a virtude da caridade, ainda atravez de riscos, com uma rara devoção e persistencia, deixando assim fóra de duvida que é por sentimento innato do seu coração e pelo dever, e de nenhum modo por vã ostentação. E depois da fatal morte de seu saudoso marido tem sabido honrar-lhe a memoria; e, podendo retirar-se para a terra em que nascera, preferiu conservar-se juncto de seus filhos e manter-se rigorosamente na elevada posição que lhe pertence no

seu paiz adoptivo. Por estes motivos tem alcançado a estima publica, sendo acatada e bemquista de todos, que a veneram como centro de beneficencia e allivio de afflicções.

Salve, excelsa Rainha! Anjo da caridade!

Entrarei agora no segundo assumpto.

É das Universidades que terei de fallar, porque é n'um dos mais grandiosos e vastos estabelecimentos d'esta ordem que temos de celebrar a abertura do anno escholar. E porque o fim das Universidades é cultivar a sciencia no seu mais alto gráu em todos os seus ramos, não posso escusar-me de fallar-vos d'esta, indo ahi buscar os fundamentos para deduzir as razões que me parecem mais valiosas para mantermos esta instituição.

SENHORES: — É incontestavel, hoje, que a sciencia é uma e multiplice ao mesmo tempo. É uma como o universo, que ella estuda e procura conhecer em todas as leis que o regem e no principio superior a que obedece todo o systema. O grande problema dos sabios é este, nem outro é o motivo de tantas vigilias e trabalhos. A sciencia investiga as leis que regem todos os corpos celestes, as que regem a terra e todos os seres, e, relativamente ao homem e á sociedade, facto natural, as leis do organismo, conservação e progresso a que estes seres estão sujeitos; e por fim procura descobrir as relações que prendem todos estes seres e corpos, porque, descobertas todas as relações, facil será conhecer o principio universal a que tudo aqui está sujeito.

É vastissimo o intento, nobilissima a ambição.

Mas quantas myriades de seculos será preciso passarem, exclama Fichte, para se alcançar um tal fim, se é possivel alcançar-se?!

Mas, por mais audaz que seja o commettimento, por mais demorada que se apresente a realisação de tal fim, o desanimo não entrou nas fileiras dos sabios, e todos os dias as vemos mais robustecidas e numerosas, entrando em novas e mais profundas observações, ora frequentando as escholas, os gabinetes e as bibliothecas, ora penetrando a terra, ora elevando-se até aos astros. É porque o saber é a maxima aspiração do homem em todos os gráus e hierarchias: facto importante, reconhecido em todas as epochas e em toda a parte. Mas porque existe a mesma aspiração em todos os homens, e cada um não póde abranger a universalidade de tudo quanto existe, era natural, pelo maior desenvolvimento das sciencias e artes, a limitação de cada um tambem á especialidade para que o seu genio mais aptidão tivesse,

vindo, d'est'arte, a ser estudados todos os assumptos simultanea e successivamente. É por isso que a sciencia se póde dizer tambem multiplice.

Separada a sciencia segundo as leis que devem presidir ás divisões e agrupamentos de seus diversos ramos, por certo concentra ella melhor a attenção dos seus cultores e ganha em profundidade o que parece perder em extensão. E digo parece perder em extensão, porque realmente não perde, pois que dos estudos parciaes ha de seguir-se o conhecimento geral de todo o universo.

Seria um absurdo e perigo querer dar á especialidade outra importancia, fazendo suppôr que entre as sciencias, como hoje se acham classificadas, existem fronteiras que as distanceiam e separam como extranhas ou inimigas. Seria absurdo e perigoso, dizemos, porque um só d'esses ramos é insufficientissimo para descobrir todas as verdades e as leis do universo, e um só que fosse cultivado acabaria por nos levar aos tempos da fabula e da falsa sciencia. Quem dirá que o gráu de elevação a que tem chegado a sciencia, ou todos os ramos em que está distribuida, não é devido ao desenvolvimento egual que todos elles têm recebido? Projectam luz uns nos outros, auxiliam-se os cultores reciprocamente, e uma verdade descoberta faz progredir a sciencia em todos os seus ramos; porque é uma luz nova que mais esclarece, e muitas vezes é uma verdade que serve de base em outros ramos para novos e mais perfeitos raciocinios e para descobertas importantes. A divisão entre esses ramos resulta sómente da pequenez do homem, da limitação das suas faculdades e do principio da divisão do trabalho, que, bem como nos serviços e na economia politica, é um preceito providencial e uma necessidade de ordem e progresso scientifico.

Não se faz verdadeira sciencia, quando se quer demonstrar a proeminencia de uma sobre outras pela sua maxima importancia ou pela filiação das idéas. A importancia é egual, e a filiação, no sentido de dependencia, é nulla. Recebem umas das outras reciprocamente o auxilio de factos, idéas e principios, e nada mais. Os processos de estudo e de investigação poderão variar n'um ou n'outro caso conforme o assumpto de que se tracta; mas nem ainda n'este ponto se differençam fundamentalmente, porque para todas se tornam indispensaveis a observação e a reflexão.

O que se mostrou necessario e essencial para um movimento regular scientifico, foi organisar o plano de estudos que se accommodasse á vastidão do assumpto e á fraqueza do espirito humano. As Universidades surgiram então como unico meio de satisfazer a estes dois pontos. Reunindo em corporação os homens dedicados a todos os ramos scientificos, facilitando-lhes assim a convivencia

e a communicação de idéas, deram-lhes novos meios e mais coragem para empenhar novos esforços, que em particular e no isolamento não podiam alcançar. Foi a maneira maravilhosa de recompôr a unidade da sciencia, aproveitando melhor as forças de cada um, para profundar em especial os diversos ramos em que ella está dividida.

Fallo das Universidades como centros e corporações de estudo e de trabalho scientifico que devem estar localisadas no mesmo ponto, reunidos ahi todos os ramos da sciencia. E nos institutos scientificos assim organisados vejo todas as vantagens apontadas.

É evidente que, se a sciencia é uma e se todas as suas divisões, como ramos que se destacam do mesmo tronco, são vivificadas pela mesma seiva, os cultores devem ser como irmãos e dirigir seus esforços para um e o mesmo fim.

Em França o primeiro consul ensaiou a separação das faculdades ou das sciencias, localisando-as em pontos differentes e mutilando portanto as antigas Universidades. Foi um erro, que já está reconhecido, porque o movimento da opinião vai-se estabelecendo em sentido contrario, e já nas festas do centenario da Universidade de Montpellier, em 1890, o ministro de instrucção publica confessou o erro e o proposito de o emendar.

Seria pueril, por não dizer affrontoso, o receio de fóco tão luminoso. As Universidades, com todo o seu pessoal docente e discente, nunca podem ser a causa de perturbação da verdadeira ordem publica. Sacerdotes e ministros de Deusa tão augusta, os professores não terão tempo nem disposição para se occuparem de assumptos alheios ás suas funcções; e o corpo discente apprenderá no exemplo dos mestres a cumprir os seus deveres e a respeitar a auctoridade, quando estes comprehenderem bem a sua missão e quizerem desempenhar honradamente as suas attribuições. Não quero negar que um ou outro facto tenha dado prova em contrario do que affirmo. Estudem-se, porém, as causas, e concluir-se-ha que nem sempre o principio do movimento esteve onde o desequilibrio se manifestou.

Muito zeloso foi do principio de auctoridade o marquez de Pombal, e comtudo ninguem deu a esta Universidade organisação mais larga e verdadeiramente robusta. Foi o seu verdadeiro fundador, e muitos cuidados lhe mereceu durante o seu ministerio. Deu-lhe todas as franquias e liberdades, e declarou os professores *cidadãos livres no imperio da razão*. E fez tudo isto sem receiar motins e desordens, sem medo de que da maior, mais larga e livre organisação podesse vir inconveniente para a ordem, paz e tranquillidade dos povos. É porque o marquez de Pombal não era um homem de mediocre estatura. E sabia bem que o movimento

evolucionario das idéas progride sempre até se converter em realidade na vida practica dos povos; mas tambem sabia que, quando isto acontece por fórma branda e natural, sem movimentos fortes e precipitados, a sociedade progride e caminha e o resultado geral é o bem de toda a communidade.

As Universidades, consideradas como centros de reunião de professores e sabios com o fim de se auxiliarem e ministrarem aos ouvintes as diversas doutrinas dos seus programmas, não são um facto novo conquistado sobre tradições contrarias. Foi a tendencia de todos os tempos, como o provam as escholas da Grecia, Alexandria e Roma. Quando porém começou o movimento universitario mais accentuado, embora informe e pouco amplo, foi no seculo XII com o estabelecimento das escholas ou estudos geraes de Bolonha e Paris. A Europa cançada de luctas crueis, de ruinas e devastações, obscurecidas pelas trevas em que os povos tinham sido lançados, obedecendo á aspiração natural de saber, recebeu d'essas duas escholas os primeiros lampejos da sciencia. Fundaram-se depois novas Universidades, ou escholas geraes como então lhes chamavam, mais accrescentadas de cadeiras e ramos scientificos; e tal foi a anciedade de se crearem e diffundirem os institutos universitarios, que na Hispanha chegaram a numero de trinta.

D'esse febril movimento não se tiraram todos os resultados que deviam seguir-se; já porque a auctoridade lhes tolhia e cerceava o campo da acção, já porque a escholastica, methodo então predominante, esterilisava o espirito dos mestres e alumnos. Foi no seculo XVI que principiou a entrever-se a necessidade de se apartar o auctoritarismo dos dominios da sciencia e a libertar-se a razão. Nos seculos XVII e XVIII, e principalmente no actual, a razão impera absolutamente; por isso começou-se o trabalho da classificação dos ramos scientificos, augmentou-se o numero d'estes, e o producto de tanto esforço ahi está patente, mostrando a todos que os trabalhos scientificos bem dirigidos são o meio mais poderoso para o progresso e bem-estar da humanidade.

A nossa Universidade, como estudo geral, foi fundada no seculo XIII, no reinado do Senhor D. Diniz. Estabeleceram-se n'ella as cadeiras das materias que então eram conhecidas e estudadas, servindo-lhe de modelo para a sua organisação as Universidades conhecidas da Europa. Conservou-se até nós, sobresahindo em algumas epochas, notavelmente no reinado do Senhor D. José, em que o marquez de Pombal lhe deu nova, mais completa e robusta organisação. Creou-se a Faculdade de Philosophia que ainda não existia; e ampliaram-se as antigas Faculdades com o augmento de cadeiras novas. Os velhos methodos de ensino—a

escholastica, os commentarios e apostillas—foram totalmente desterrados. E tem sido a nossa unica Universidade, pois que a de Evora foi limitada nos estudos, ephemera no tempo e sem resultados apreciaveis.

Parece-me do que deixo exposto que o melhor modo de favorecer a sciencia é por meio das Universidades. Correspondem estes institutos á unidade scientifica, e favorecem os investigadores e professores nas especialidades pela convivencia de todos e pelo reciproco auxilio, que só na reunião de todos podem obter mais facil e promptamente.

Reconhecido, pois, que é pelas Universidades que melhor se póde conseguir o desenvolvimento scientifico, integral e harmonico, devemos tambem reconhecer, como consequencia, que não lhes devem ser negados os meios indispensaveis para a sua vida e progressos.

Não se reduz só a ensinar o officio do professor. Mais de tudo, e antes de tudo, tem de estudar, investigar e descobrir, apprender e conhecer os progressos que em outras Universidades se tiverem realisado. E isto só póde conseguir-se por meio do estudo nos gabinetes proprios, de viagens scientificas, congressos e conferencias dos professores das differentes nações; por meio da publicação de livros, memorias e revistas scientificas.

Ha Universidades em todas as nações, e a todas ellas são communs os encargos de diffundir e aperfeiçoar os conhecimentos. Se por hypothese quizermos consideral-as isoladas, sem relações umas com as outras, a conclusão que deveriamos tirar é que devia progredir pouco a sciencia, porque o auxilio de poucos homens não póde egualar o que muitos, embora dispersos em grupos por todo o mundo, poderão dar.

É necessario fazer cooperar para o fim commum todos os sabios do mundo, todas as escholas e Universidades. É preciso relacionar todos estes centros de sabedoria, e fazer que as investigações, descobertas e methodos de estudo e ensino feitos e adoptados em uma possam ser conhecidos nas outras, avaliados e seguidos para se comprovar o seu valor.

Aqui, em a nossa Universidade, faltam estes meios de estudo e propaganda scientifica. Não podemos realisar viagens scientificas, nem publicar livros, memorias e revistas. Para as viagens carecemos de meios pecuniarios, que não temos porque esta Universidade os não possue seus. Já os teve, mas não os tem hoje. Para a publicação de livros era-nos preciso ter a certeza de consumo, e os mercados, em que este se poderia effectuar melhor, estão-nos fechados por falta de tractados internacionaes litterarios, feitos convenientemente.

É certo que esta Universidade recebe convites para congressos e conferencias de outras Universidades e governos extrangeiros; recebe livros, revistas e documentos scientificos de outras nações.

Dignamente teria ella correspondido a tantas provas de estima e consideração, se não lhe faltassem os meios que acabo de apontar.

Provam todos estes factos que a Universidade de Coimbra, unica no paiz, gosa de grande credito em todos os centros scientificos do mundo.

E em verdade, se percorrermos os fastos da sciencia em Portugal, encontramos com frequencia memoria de alguns cosmographos, mathematicos e navegadores, naturalistas, theologos, medicos e jurisconsultos portuguezes, que illuminaram o mundo, descobriram continentes e ilhas, ensinaram notavelmente nas Universidades mais acreditadas no mundo, creando ahi systemas e escholas que abriram novos horizontes ao ensino e á sciencia.

Hoje não é inferior aos seculos passados a nossa Universidade. Depois da reforma pombalina ficou ella em melhores condições para se desenvolver, e tem-as aproveitado. Homens notaveis têm-lhe accrescentado os titulos de nobreza e mantido o credito de uma das primeiras da Europa. E se nos ultimos annos não temos visto sahir dos prelos muitas obras como documentos do trabalho e dos progressos dos professores, deve-se esta falta ao encerramento, para nós, dos mercados em que podiam ser consumidas.

Não se duvide de que entre os professores actuaes ha alguns que podem remontar-se á altura dos astros de primeira grandeza, que hão de ser a gloria e a honra do nosso paiz, como os ha bem conhecidos em outras nações.

Saibam os nossos Governos corresponder pela sua parte ás aspirações, á dedicação e ao trabalho dos meus illustradissimos collegas, fornecendo-lhes os meios necessarios para se relacionarem com os centros scientificos de todo o mundo, e conseguindo de certas nações tractados internacionaes litterarios em bons termos, e ver-se-ha depois se a minha affirmação é ou não verdadeira.

Entretanto, para que possa ser apreciado o ensino da nossa Universidade offereço aos nossos hospedes a entrada nas aulas que ora começam a funccionar com a abertura do novo anno escholar. Vereis a pontualidade com que os professores cumprem os seus deveres, e como nas suas prelecções se mostram conhecedores da sciencia que professam, das ultimas theorias e descobertas feitas em qualquer outro centro scientifico, e a critica perspicaz e reflectida que usam na exposição das doutrinas e theorias. E ahi vereis tambem a attenção e o respeito dos nossos

alumnos a seus mestres, e o desejo que manifestam de apprender e de penetrar os pontos mais difficeis da sciencia.

Termino aqui a segunda parte, e passo á terceira:

Dos premiados.

É sempre dia de jubilo e da mais intima satisfação aquelle em que os premiados vêm receber das mãos do dignissimo Prelado d'esta Universidade os diplomas dos premios e das honras de *accessit* que lhes foram votados pelas respectivas Faculdades.

É de jubilo para os mestres, porque poderam exhibir perante esta sempre numerosa e luzida assembléa alguns dos fructos opimos do seu trabalho e vigilias. É de jubilo tambem para as familias d'esses moços laureados, e para o paiz, porque vêem n'elles uma clara esperança de amparo e valimento futuro.

Podiam hoje estar preenchidas todas aquellas cadeiras, e dar maior brilho a esta festa mais alguns mancebos, e com isso maior seria a satisfação dos seus mestres; porque póde o mundo ter como certo que folgamos de ver ante nós estudantes bem applicados, de genio e talento, capazes de levantar duvidas serias, de estudar a resolução dos maiores problemas e de cooperarem comnosco na investigação da verdade e da lei.

Sirva a todos de estimulo o brilho d'esta festa e o pregão que vai fazer-se dos nomes dos laureados. E oxalá que no anno immediato a lista dos vencedores seja maior, por ter augmentado o numero dos que se dedicaram com seriedade e incançavelmente ao estudo.

Assim o espero, e redundará tão seria applicação em proveito da patria e gloria da Universidade.

Disse.

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO

CAPITULO III

Influencia do Cartesianismo sobre o Racionalismo

(Continuado do n.º 6, paginas 383)

5) O Racionalismo cartesiano em Portugal (1)

Debalde procuraremos na evolução philosophica de Portugal a affirmação definida da influencia cartesiana; os elementos historico-philosophicos constituiram um meio pronunciadamente aristotelico, onde não podia desenvolver-se o germen cartesiano. Basta meditar no titulo das obras dos nossos antigos philosophos para nos convencermos de que a sua philosophia era principalmente aristotelica (2).

---

(1) Não nos occupamos da influencia do Cartesianismo sobre o racionalismo na Italia; as condições especialissimas em que se encontrava esta nação, dominada pelo clericalismo, não permittiu a expansão da corrente que estudamos. Ainda assim é digno de notar-se o philosopho *Fardella,* apologista do Cartesianismo de Malebranche, e *Gerdil* cujo ontologismo, mesclado de Cartesianismo, foi asperamente criticado pelo cardeal Zigliara.

A polemica de Vico com os cartesianos constitue um estadio brilhante da evolução philosophica.

A visinha Hespanha não recebeu o influxo directo d'esta eschola; embora Zeferino González attribua a Balmes resaibos de psychismo cartesiano, e Menendez Pelayo dê alguma importancia aos philosophos hespanhoes, discipulos de Descartes, não julgamos que essa corrente se estabelecesse na Hespanha. (Zeferino González, *Hist. de la Filosofia,* tom. IV, pag. 452 e seg.; D. Marcelino Menendez Pelayo, *Hist. de los heterodoxos españoles,* tom. III, pag. 67 e seg.).

(2) *Pedro Hispano* escreveu *Summulae Logicales,* que comprehende diversos tractados: da enunciação (o *Perihermeneias* de Aristoteles), dos pre-

No periodo que decorre até D. João III dominava em Portugal o aristotelismo; na Universidade como nas escholas de Paris ensinavam-se as theorias do illustre philosopho; nem isso deve surprehender-nos, attendendo á reputação excepcional que aureolava o Stagyrita.

Com Antonio Luiz († 1558?) iniciou-se a critica dos textos aristotelicos; este erudito philosopho deve considerar-se o orgão do movimento scientifico que n'esse tempo effervescia na Italia depois do conhecimento dos genuinos textos de Aristoteles e das polemicas animadas que se suscitaram entre os sectarios dos dois philosophos gregos. Não se julgue, porém, que Antonio Luiz representasse o espirito de independencia da razão contra a tradição symbolisada em Aristoteles, limitou-se a corrigir alguns erros á face dos documentos authenticos; assim a critica continuava a venerar Aristoteles como mestre respeitavel (1).

Antonio de Gouvêa, contemporaneo de Antonio Luiz, protestou energicamente contra o anti-aristotelismo; as luctas prolongadas d'este portuguez notavel com Ramus eram a resultante do conflicto necessario de duas tendencias oppostas; não devia ser indifferente aos philosophos nacionaes a gloria de Gouvêa, vencedor de Ramus nas successivas polemicas em que se degladiaram. O que é incontestavel é que Antonio de Gouvêa exalçava Aristoteles no momento preciso em que se iniciava a sua decadencia nos principaes estabelecimentos scientificos da Europa.

O Aristotelismo consolidou-se subsequentemente com os trabalhos de Manuel Goes, Pedro Fonseca, Sebastião do Couto e os celebres conimbricenses; o dominio da tradição philosophica é garantido pela humilhante congregação geral onde os jesuitas colligiram as proposições que deviam ser exterminadas do ensino das suas escholas (2).

Com o reinado de D. José e as medidas do Marquez de Pombal declinou a philosophia aristotelico-escholastica, que foi substituida pelo eclectismo ou pelo sensualismo.

Percorrendo a serie dos philosophos modernos, não encontramos

---

dicamentos (*Predicamentos* de Aristoteles), do syllogismo *simpliciter* (*Liber Priorum* Arist.), das fallacias (*Eleuchos* Arist.), etc.

Pedro Margalho publicou *Physices Compendium;* no prefacio lê-se: «Aristotelis in Philosophia auctoritamenta non contemnenda apposita sunt, ut brevitate pellecti ad Physices studia Scholastici audaciores fiant.»

(1) Escreveu: «*De corde liber absolutissimus, in quo tum plures Aristotelis errores proponuntur, tum plurimae quaestiones enodantur; Liber de erroribus Petri Apponensis in Problematibus Aristotelis exponendis.*»

(2) Lopes Praça, *Historia da philosophia em Portugal*, vol. I, pag. 157–164.

um verdadeiro cartesiano nos seus processos de synthese universal, no principio de experimentação cognoscitiva, em substituição da evidencia propria de uma synthese extra-naturalista, como a formulava Descartes. Por vezes um capitulo do Cartesianismo é perfilhado na exposição e deducção dos principios scientificos, mas não conseguimos vislumbrar um orgão da corrente que estudamos.

*

Ha pouco tempo vivia ainda um homem de quem não podemos deixar de fallar n'um estudo d'esta ordem. Anthero do Quental foi um philosopho original; na Allemanha viveria como factor importante da evolução scientifica, constituiria eschola; em Portugal o seu nome divulgou-se como presidente da *Liga Patriotica do Norte!*

Attendendo á filiação Cartesiana e Hegeliana das suas theorias, esboçaremos muito á pressa a sua synthese philosophica.

Poucos philosophos, de reputação nos circulos scientificos da Europa, conseguiram formular uma synthese tão original, tão completa e scientificamente demonstrada, como Anthero do Quental, o primeiro philosopho de Portugal e um critico de extraordinario merecimento.

Espirito germanico, tinha uma intuição philosophica cheia de verdade e dirigida harmonicamente com as conclusões das sciencias; idealista, superiormente idealista como Hegel, o philosopho incomprehensivel, propheta sonhador da synthese universal á similhança dos revolucionarios do seculo XVI, verificador experimental das theorias philosophicas como Comte e Spencer, Anthero do Quental esboçou um systema que não é o hegelianismo, nem o cartesianismo, nem o positivismo ou o evolucionismo, embora tome por bases algumas conclusões de todas estas escholas. A integração de todos os phenomenos na unidade, que resulta do movimento, a constante aberração da immobilidade mediante a energica operosidade da lei da transformação e conservação das energias physico-sociaes, a reductibilidade dos movimentos philosophicos, que atravessam a humanidade culta desde os primeiros tempos até á renascença, até aos nossos dias, a uma metaphysica, inconsciente como a *idéa* de Hegel, viva e dynamica como a *força* dos evolucionistas, factor ignorado dos antigos, o *nyrwana* dos indios, eis a prophecia de Anthero do Quental.

A convergencia de todas as escholas para um systema desconhecido, a homogeneidade de elementos essenciaes que se encon-

tram nas correntes mais oppostas, a decadencia do espirito de proselytismo, demonstram a probabilidade da existencia de um *stratum* fundamental, de que são manifestações inconscientes as escholas vigentes em philosophia; esse *stratum* não será a longinqua reflexão do *autos* germanico, do *werden* hegeliano?

Ou exista uma verdadeira synthese unitaria, produzida pelo equilibrio dynamico das energias, ou simplesmente um movimento syncretico, um inicio de integração universal na unidade, é indiscutivel que em todas as correntes philosophicas da actualidade encontramos as idéas de *força, lei, immanencia* ou *espontaneidade* e *desenvolvimento;* a synthese ou o syncretismo dos elementos staticos e dynamicos representados por estas idéas é a verdadeira philosophia do futuro.

Anthero parte da evolução monista, que começou no cahos, continuou com a nebulosa primitiva, definiu-se no protoplasma e realisa o seu estadio actual no homem; se Schakespeare vivesse no ultimo quartel do seculo XIX, substituiria o dialogo de Hamlet e Horacio (1) no cemiterio de Elsenor por estes versos:

Fui rocha, em tempo, e fui, no mundo antigo,
Tronco ou ramo na incognita floresta...
Onda, espumei, quebrando-me na aresta
Do granito, antiquissimo inimigo...

Rugi, fera talvez, buscando abrigo
Na caverna que ensombra urze e giesta;
Ou, monstro primitivo, ergui a testa
No limoso paul, glauco pascigo...

Hoje sou homem — e na sombra enorme
Vejo, a meus pés, a escada multiforme,
Que desce, em espiraes, na immensidade...

Interrogo o infinito e ás vezes chóro...
Mas, extendendo as mãos no vacuo, adoro
E aspiro unicamente á liberdade (2).

Este soneto crystallisa uma completa educação scientifica; o nosso poeta não necessita de sujeitar a theoria da evolução ao sacrificio de Procusto, para a descrever n'um soneto. Formula completa e intuitiva do monismo de Spencer, estes quatorze versos bastariam para legalisar a coroação do poeta-philosopho!

Estudou um dos mais importantes e complexos phenomenos

---

(1) *Hamlet* de Schakespeare. Versão do Senhor D. Luiz I, acto quinto, scena I, pag. 130 e seg.

(2) *Os sonetos completos* de Anthero do Quental: *Evolução,* pag. 102.

scientificos, que as sociedades modernas presenciaram, á luz do seu systema fecundo em resultados admiraveis.

Ninguem ignora a influencia do Hegelianismo sobre a construcção de uma equação em que se representavam os elementos dynamicos da historia a-prioristica; a Biologia como a Chimica e a Philologia, a Physica e a Astronomia constituiam-se por raciocinios deductivos em que era totalmente desprezada a inducção. Nenhum philosopho teve uma concepção tão exacta e lucida da revolta contra o dogmatismo allemão iniciada pelo espirito moderno, evolução das sciencias experimentaes, historia com Ranke e Baur, etc., e pela psychologia escosseza. Affirmamos que o trabalho de Quental não é inferior ao estudo feito pelos criticos mais notaveis da Europa; salva a diversidade de orientação, só encontramos um *simile* de Anthero do Quental em Augusto Comte nos estudos sociaes de *Politica Positiva*.

Temos manifestado a convicção de que Anthero do Quental era um philosopho original, de merecimento incontestavel; em abono do nosso merito estudemos uma nova solução, inventada por Anthero, relativa ao importante problema da liberdade psychologica.

—A concepção mechanista do universo, em que uma serie de phenomenos é o effeito necessario de outra serie antecedente, egualmente dynamica, identicamente substancial, gerou uma nova phase philosophica: o determinismo, que abrange todas as modalidades inorganicas e organicas (determinismo astronomico, vitalista, psychologico). Do chão opulento da evolução mechanista brotou irremediavelmente o determinismo; a historia é uma dynamica: o homem, factor historico, é um elemento d'essa dynamicidade.

Mas a consciencia individual e social protesta contra a sympathica evolução, contra o determinismo...

Esta difficuldade é admiravel e ingenhosamente resolvida por Quental.

O espirito define-se como uma força autonoma, que se conhece na sua intima natureza, que é causa dos seus proprios factos e só ás suas proprias leis obedece.

Sendo a força autonoma, consciente e plena, é a força por excellencia, a força-typo. O espiritualismo resolve-se pois n'um dynamismo psychico, assim como o materialismo da philosophia scientifica da natureza se resolvera n'um dynamismo mechanico.

Na simples approximação d'estes dois termos: dynamismo mechanico e dynamismo psychico, estão indicadas ao mesmo tempo a posição actual do problema philosophico e a sua resolução. Se a synthese do pensamento moderno é possivel, não póde ella re-

alisar-se senão n'este terreno do dynamismo, que é justamente o da idéa moderna fundamental, a idéa de *força*. Partindo de polos oppostos e seguindo cada qual as suas naturaes tendencias, sciencia e especulação vêem encontrar-se n'um mesmo ponto. Para uma como para outra o verdadeiro ser, a causa e substancia d'este complicado mundo de apparencias, é essencialmente *força:* um systema de forças é em que, para ambos, se resolve toda a realidade. Sómente, emquanto para a sciencia essas forças são abstractas, cegas e passivas, são ellas para a especulação concretas, racionaes e espontaneas. Por conseguinte forças imperfeitas n'um caso, perfeitas no outro. Ora, como é a força perfeita que é o typo da força imperfeita, é esta naturalmente que tem de ser explicada por aquella. O dynamismo psychico será pois a chave do dynamismo mechanico.

Temos pois já conhecido o terreno da synthese do pensamento moderno, o dynamismo, e o processo adequado á realisação d'ella, a interpretação do mechanismo pelo psychismo. Ora o ponto nodal d'essa synthese é a formidavel antithese determinismo-liberdade.

Vimos que a noção de espirito involve as de *força* e de *causa,* e que esta *força-causa* é aquelle typo da força, do qual no ponto de vista synthetico, a que somos chegados, temos de induzir a natureza intima de todas as forças. Por outras palavras: se todas as forças do universo são, no fundo, analogas ao espirito e participantes da sua essencia, todas ellas têm de ser concebidas como essencialmente *forças-causas.* Ora dizer *força-causa* é dizer força cujas determinações partem radicalmente da sua mesma natureza, e têm, para dentro da esphera dos motivos externos, apparentes e mechanicos, por verdadeiros motivos estados intimos. É dizer por conseguinte força espontanea. É pois no terreno da idéa de espontaneidade que se resolve a antithese determinismo-liberdade. O phenomeno antecedente *não cria* o consequente, *é só condição* para que elle se produza. A *causa* do phenomeno está na mesma natureza do ser onde elle se dá, do qual é essencial modalidade. A necessidade da determinação é pois interna, e a lei na sua constancia exprime apenas a constancia d'aquelle accordo do ser comsigo mesmo, que em identicas relações se manifesta por identicas modalidades.

N'esta theoria de Anthero do Quental (1), muito superior ás conciliações dos espiritualistas francezes, encontramos o determinismo-liberdade lucidamente harmonico, mediante um equilibrio dynamico que, se não corresponde á realidade noumenica, pelo menos

---

(1) *Revista de Portugal,* vol. II, pag. 287-292.

crystallisa superiormente a seriação phenomenal. E ninguem se lembre de impugnar a solução pela simples probabilidade d'essa desejada correspondencia; mesmo depois de Schoupenhauer é muito discutivel a harmonia dos conceitos do *eu* com a realidade do *não-eu*. Anthero do Quental disse o *maximum* de verdade compativel com o estado actual da sciencia.

Depois do que dissemos não é necessario demonstrar a filiação cartesiana de Quental. A synthese universal, a solução dynamica de todos os problemas pelo mechanismo e psychismo, a importancia conferida ao factor *força,* tudo isso demonstra que sob a synthese do nosso philosopho palpita a idéa de Descartes, accommodada á orientação hegeliana, aos progressos do dynamismo contemporaneo, trabalhos da eschola escosseza, de Hartman, Schoupenhauer, etc.

O mesmo Anthero do Quental confessa a sua gratidão ao Cartesianismo: o Cartesianismo, diz Anthero, não é uma menor affirmação da idéa de *força* do que a Monologia de Leibnitz. O *cogito ergo sum* não é sómente a carta de alforria da intelligencia moderna: estabelecendo a absoluta unidade e autonomia do principio pensante, estabelece implicitamente a unidade do mundo pensado e leva forçosamente á conclusão da identidade do ser e do saber (1).

Como já dissemos, a noção de força e a identidade do ser e do saber constituem a alma da theoria philosophica de Quental.

(Continúa). ABEL ANDRADE.

---

(1) Obra e logar citado, pag. 15.

PROJECTO DE LEI SOBRE REVISÃO DA SENTENÇA CRIME

RELATORIO

SENHORES:—O projecto de lei, que tenho a honra de apresentar á camara, visa apenas a introduzir na nossa legislação a fórma do processo que torne em realidade practica uma idéa estudada largamente na sciencia, vivamente reclamada pela opinião publica e já consignada na lei pelo Codigo penal no artigo 126.º:—a revisão da sentença crime condemnatoria, para que os tribunaes judiciaes possam decretar a rehabilitação do condemnado, quando reconhecido e julgado innocente.

Depois da condemnação podem apparecer provas, como ultimamente tem succedido, da innocencia de um réo:—de que esse que está soffrendo a prisão ou o degredo não commetteu o crime que lhe imputaram.

É indispensavel que os tribunaes tenham o direito e o dever de rectificar o acto que practicaram. Só elles podem apreciar cabalmente as provas da innocencia do condemnado, declaral-a sem favor, libertal-o de toda a infamia, repol-o dignamente no seu estado anterior, indemnisal-o segundo a lei dos prejuizos que tiver soffrido.

Perdoar e amnistiar, quando o aconselhem a humanidade e o bem do estado, pertence ao poder moderador, ao chefe da nação; é uma graça, um favor supremo;—reconhecer um direito pelo dever e obrigação de o reconhecer pertence aos tribunaes, ao poder judicial, que administra a justiça.

O projecto é de idéas claras e correntes, sem attritos na practica do moderno fôro. Julgo ter conseguido que o processo seja simples e rapido, sem deixar de ter os meios de segurança para obter e ponderar reflectidamente as provas da improcedencia da acção condemnatoria.

A exemplo do que já, sem sombra de offensa para esta camara, se fizera no direito publico eleitoral,—dei ao supremo tribunal de justiça, tendo por auxiliares e preparadores os tribunaes de

primeira e segunda instancia, a ultima decisão definitiva do pleito, quer fosse do fôro civil, quer do militar, cuja elevada hombridade se não põe em duvida.

Apezar de fervoroso partidario da instituição do jury, não lhe entreguei o conhecimento da acção de revisão, porque o jury no processo condemnatorio apreciou as provas do crime na sua consciencia individual pela justiça, pelo sentimento, por todos os modos que entendeu dever encarar o assumpto;—na revisão da sentença a missão do juizo é diversa: tracta-se de apreciar, por um modo mais restricto e mais juridico, uma prova que só póde ser acceita quando manifesta e plena. E em toda a hierarchia judiciaria é o supremo tribunal de justiça a entidade que maiores garantias offerece de mais profundo conhecimento do direito e de mais perfeita competencia, serena e justa, para a revisão do processo e da sentença crime.

Se, porém, se suscitarem duvidas sobre pontos secundarios, acceitae na generalidade o principio da revisão, que é a idéa fundamental do projecto e a aspiração no assumpto da opinião publica, já formulada na lei, não só do nosso paiz, mas na de nações mais cultas; e emendae, como entenderdes, os pormenores do processo.

Não devemos receiar que invada os tribunaes um numero demasiado d'estas acções; o Codigo do processo civil no artigo 148.º permitte a annullação da sentença civel passada em julgado, e os processos com esse fim são rarissimos no fôro. Se a lei tem remedio para emendar o julgamento civel, com mais razão o deve ter para rectificar as decisões criminaes, cujos effeitos podem ser mais desoladores e mais crueis.

É preciso e indispensavel preencher esta lacuna, tão sensivel e deshumana, da legislação. Decretar o processo, para tornar effectiva a revisão da sentença condemnatoria crime, é uma necessidade social e um dever inadiavel para o parlamento.

PROJECTO

Artigo 1.º Para tornar effectiva a rehabilitação do condemnado, decretada pelo artigo 126.º do Codigo penal e para todos os mais effeitos legaes, é estabelecida a acção de revisão do processo e da sentença crime condemnatoria.

Art. 2.º Aquelle que por sentença, passada em julgado, de tribunal civil ou militar, fôr condemnado, em pena maior, em mais

de um anno de prisão ou demissão de emprego, póde requerer a revisão da sentença, apresentando as provas da sua innocencia.

§ 1.º Podem tambem intentar esta acção o ministerio publico, o conjuge, ascendentes, descendentes ou irmãos do condemnado.

§ 2.º Se houver fallecido, só poderá ser requerida a acção, quando a morte se tiver dado nos ultimos dez annos.

§ 3.º N'este caso, e quando o réo não houver intentado a acção e estiver ausente do reino, ser-lhe-ha nomeado, *ex officio,* pelo juiz um curador.

§ 4.º O ministerio publico deve requerer esta acção, quando lhe fôr ordenado superiormente, ou lhe constar e tiver provas da innocencia de algum réo.

Assistirá a todos os actos do processo, e velará por que se cumpram as formalidades da lei.

Art. 3.º São competentes para o processo de revisão o tribunal da primeira instancia civil ou militar e o cartorio em que tiver corrido o processo crime; o escrivão ou o secretario, tendo-o em seu poder, appensal-o-ha ao da revisão.

§ unico. Com o requerimento para começo da acção, apresentar-se-hão os duplicados para entregar nas citações, que serão effectuadas em cinco dias, ao ministerio publico e ao réo, se estiver na comarca, não sendo elles os requerentes, e á parte querelante ou seus herdeiros, se a tiver havido no processo crime e não houver desistido da accusação.

Art. 4.º A inquirição das testemunhas, exame de documentos apresentados e mais diligencias que fôr preciso effectuar, para demonstrar a innocencia do réo, deverão ser requeridas na petição inicial, e ainda durante o prazo de dez dias a contar da citação, para o mesmo fim; ou para impugnar o allegado na petição. N'este caso a parte querelante ou o ministerio publico, querendo, deduzirão artigos de contestação.

§ 1.º Completa a prova, serão os autos patentes por mais dez dias no cartorio, para os interessados escreverem as suas reflexões.

§ 2.º A apreciação, por escripto, da materia do requerimento e das provas e a devida promoção são obrigatorias para o ministerio publico.

Se a prova apresentada da innocencia do réo fôr manifesta e plena, e o ministerio publico entender que o condemnado deve ser declarado innocente, posto em liberdade e rehabilitado, assim o requererá ao tribunal. Se entender que a prova não procede, requererá o indeferimento do pedido e que o processo seja archivado.

§ 3.º Findo o prazo, serão os autos conclusos ao juiz de direito ou ao conselho de guerra, que dentro de dez dias dará a sentença.

§ 4.º Em todos os termos da acção de revisão na primeira instancia observar-se-ha, no que fôr applicavel, o disposto no Codigo do processo civil, livros 1.º e 2.º, ou no Codigo de justiça militar e respectivo regulamento conforme a natureza do crime, salvas as modificações decretadas n'esta lei.

Art. 5.º Da decisão, tanto da primeira como da segunda instancia, que indeferir o requerimento por falta de prova só haverá recurso se fôr requerido pelas partes ou pelo ministerio publico dentro de dez dias depois da intimação. No acto d'esta será entregue ao intimado contra-fé com a conclusão da decisão; os autos nunca sahirão do tribunal, senão quando forem conclusos aos juizes.

§ 1.º Do julgamento absolutorio poderão as partes e deverá sempre o ministerio publico requerer, *ex officio,* recurso para a relação do respectivo districto judicial, ou para o tribunal superior de guerra e marinha, conforme o processo correr no fôro civil ou no militar, e d'estes tribunaes para o supremo tribunal de justiça.

§ 2.º Com promoção ou sem ella, o escrivão ou o secretario fará subir os autos em cinco dias a contar das intimações, as quaes com o registo e a conta serão feitas em egual prazo.

§ 3.º A sentença absolutoria de revisão nunca passará em julgado sem ser confirmada pelo supremo tribunal de justiça.

Art. 6.º Estes recursos serão processados pelos termos e com os prasos estabelecidos nos artigos 1:070.º a 1:074.º e 1:172.º do Codigo do processo civil no que lhes fôr applicavel; tendo, porém, as seguintes alterações:

1.ª Os autos estarão patentes no cartorio ou secretaria do tribunal superior por dez dias, para as partes e o ministerio publico examinarem, junctarem documentos, requererem quaesquer diligencias que forem indispensaveis e minutarem.

2.ª O tribunal de appellação e o supremo tribunal de justiça poderão mandar proceder por juizes de primeira instancia ás diligencias que lhes forem requeridas ou ás que entenderem convenientes para provar melhor a verdade do allegado; n'este intuito o relator ou qualquer dos dois juizes immediatos, a que os autos forem conclusos para o visto, poderá propôr por escripto o que entender, e levará o processo á conferencia, para ou ser rejeitado o requerido pelas partes ou proposto pelos juizes, ou se ordenar que se expeça carta de ordem para se effectuar a diligencia.

3.ª Depois de realizada, os autos serão, no cartorio por mais cinco dias, facultados ás partes e ao ministerio publico, para escreverem o que entenderem, e repetir-se-hão em seguida os vistos anteriores.

4.ª O julgamento d'estes recursos será no tribunal da relação

*

por secções, tendo o feito sido visto por sete juizes, dos quaes pelo menos cinco estarão presentes.

5.ª Na relação dos Açores chamar-se-hão para o julgamento os juizes das comarcas mais proximas até perfazer os numeros indicados no § anterior.

6.ª Não póde haver outros embargos além dos de declaração, que serão apresentados dentro de vinte e quatro horas a contar da intimação.

§ unico. No tribunal superior de guerra e marinha seguir-se-ha o processo prescripto n'esta lei em tudo que fôr applicavel, sendo o feito visto por cinco vogaes militares e os dois juizes togados, observando-se nos mais termos o determinado no Codigo de justiça militar e respectivo regulamento.

Art. 7.º O supremo tribunal de justiça conhece d'estes recursos pela fórma seguida n'aquelles que julga em unica instancia; e n'esta classe serão distribuidos. Julgal-os-ha definitivamente em tribunal pleno, precedendo os vistos de todos os conselheiros.

§ unico. O réo não poderá no processo de revisão ser condemnado em pena mais grave do que aquella que lhe tiver sido imposta no processo anterior, e ser-lhe-ha sempre levado em conta o que tiver cumprido da primeira sentença.

Art. 8.º Sendo a acção de revisão declarada improcedente, só o ministerio publico e o réo poderão intentar nova acção; e este, se tiver requerido a primeira, só poderá sollicitar a segunda cinco annos depois que a decisão condemnatoria da revisão tenha passado em julgado.

Art. 9.º Na decisão absolutoria será declarada a innocencia do condemnado e a sua rehabilitação em conformidade com o § 5.º do artigo 126.º do Codigo penal, mandado pôr immediatamente em liberdade e restituido ao seu estado anterior de direitos, honras, graduações, postos ou empregos militares ou civis, que possuia antes da pronuncia; — o que se tornará effectivo apenas o accordão do supremo tribunal de justiça passar em julgado.

§ 1.º Se o seu emprego estiver provido, ficará addido sem perda de vencimentos, até ser despachado pelo Governo para logar correlativo.

§ 2.º Se o rehabilitado estiver cumprindo degredo no ultramar, a ordem para ser solto será logo expedida telegraphicamente á auctoridade respectiva pelo ministerio da marinha, á vista da decisão judiciaria, que o tribunal lhe communicará em quarenta e oito horas depois de ter passado em julgado.

§ 3.º Ao rehabilitado será dada passagem por conta do Governo, segundo a sua condição social, para o ponto da metropole da sua ultima residencia, embarcando no primeiro navio adequado que sahir.

Art. 10.º Na conformidade do § 6.º do citado artigo do Codigo penal, a sentença ou accordão, em que o réo fôr declarado innocente, arbitrar-lhe-ha, se assim o houver requerido, a indemnisação de 500 a 2$500 réis por cada dia que tenha estado preso ou no degredo, conforme a sua condição social e os prejuizos que houver soffrido, e tiver provado no processo,—se o rendimento da fortuna pessoal collectavel do rehabilitado não fôr superior a 1:200$000 réis por anno.

§ unico. Dez dias depois que a decisão tenha passado em julgado o rehabilitado, ou os seus herdeiros se houver fallecido, por si ou por seu procurador, poderão receber na respectiva repartição da comarca, onde foi processado, apresentando carta de ordem do supremo tribunal de justiça, mediante recibo e provada a legitimidade e identidade da pessoa, a importancia total da indemnisação que lhe houver sido arbitrada.

Art. 11.º O querelante ou seus herdeiros, de que tracta o § unico do artigo 3.º, serão na sentença e accordãos absolutorios de revisão declarados responsaveis e condemnados na importancia das custas e em metade da indemnisação arbitrada ao rehabilitado.

Effectuarão o pagamento na recebedoria da comarca dentro de dez dias depois de lhes ser intimado o accordão do supremo tribunal de justiça, ou irão a juizo prestar caução. Faltando, o ministerio publico promoverá contra elles a execução summaria que as leis facultam para o pagamento das custas.

§ 1.º O mesmo se fará com os subornadores e as testemunhas por cujo falso depoimento haja sido dada a condemnação, pela parte que a decisão de rehabilitação, tendo em vista a gravidade e effeito do seu delicto, lhes fixar de responsabilidade, na importancia das custas do processo e na indemnisação arbitrada ao rehabilitado, se esse delicto se provar por sentença condemnatoria, passada em julgado.

§ 2.º As execuções contra os responsaveis, indicados n'este artigo, serão promovidas unicamente pelo ministerio publico.

Art. 12.º Para os indigentes os feitos de acção de revisão serão processados gratuitamente e sem sêllos, assignatura ou preparo. Mas far-se-ha a contagem dos autos, quando na decisão se decretar a responsabilidade, pelas custas e sêllos do processo na fórma prescripta no artigo antecedente.

Art. 13.º O accordão do supremo tribunal de justiça, declarando a innocencia e rehabilitação do condemnado, será dentro de dez dias publicado integralmente no *Diario do Governo;* para cuja administração superior o secretario remetterá a copia em tempo com a declaração da urgencia e praso legal da publicação; e bem assim a enviará ás secretarias da guerra e da marinha,

para ser publicada nas ordens do exercito e da armada, se o processo pertencer ao fôro militar.

§ unico. Effectuar-se-hão, além d'isso, as publicações determinadas no § 7.º do artigo 126.º do Codigo penal, expedindo-se portarias, com as certidões do accordão, aos juizes das comarcas, á porta de cujos tribunaes se deve realizar a affixação.

Art. 14.º A propositura da acção de revisão não suspenderá a execução da sentença condemnatoria; excepto:

1.º Quando nos processos militares fôr imposta a pena de morte. Para a suspensão o presidente ou o auditor do tribunal, onde fôr proposta a acção, enviará com officio seu ao general commandante da respectiva divisão militar certidão da conclusão da petição inicial e do despacho que a admittiu e mandou suspender a execução;

2.º Nos casos previstos nos artigos 227.º n.º 2.º e 410.º a 412.º do Codigo de justiça militar e artigos 1:263.º a 1:268.º da Novissima reforma judiciaria; seguindo-se, depois da suspensão da execução da sentença condemnatoria, o processo estabelecido n'esta lei para a sua revisão, no que fôr applicavel.

Art. 15.º Fica revogada a legislação em contrario.

Lisboa, sala das sessões da camara dos senhores deputados, 11 de janeiro de 1892.

O deputado,

Bernardino Pereira Pinheiro.

Lido na mesa, foi admittido e enviado á commissão de legislação.

A REVISÃO DA SENTENÇA CRIME E A ANTHROPOLOGIA CRIMINAL

A proposito de um projecto de lei do sr. Bernardino Pinheiro

No dia 11 de janeiro o sr. Bernardino Pinheiro, um dos chefes do partido democratico, apresentou na camara dos deputados um projecto de lei para a execução do artigo 126.º do Codigo penal. A revisão da sentença crime é um direito: o meio de se tornar effectivo não está, porém, ainda hoje estabelecido em Portugal.

Não sei se qualquer metaphysica irá filiar a revisão da sentença crime n'algum direito natural: não sei se nas escholas ou nos parlamentos se invocarão os *immortaes principios,* as *conquistas da grande Revolução.* Talvez mesmo que n'um luxo de orientação moderna se desenvolva a these do individualismo spenceriano. Tudo isto me é indifferente. O que é verdade, porém, é que o projecto do sr. Bernardino Pinheiro podia ser apresentado com algumas modificações por um sectario da sciencia nova criminal, e que revela no seu auctor uma boa direcção politica. A republica não é uma sociologia inteira: póde apenas ser uma das muitissimas questões sociaes contemporaneas, que, todas ellas, devem preoccupar o espirito do homem de sciencia. A republica, considerada como a solução de todos os problemas sociaes, é uma alchimia, é a influencia morbida de uma *idéa fixa.*

*

A moral não é senão a influencia do uso no desenvolvimento organico-social: o direito a influencia do desuso na atrophia dos orgãos sociaes e no desapparecimento das funcções correlativas. A moral cria habitos do espirito e os habitos tornados hereditarios convertem-se em instinctos. O direito impede a manifestação de certos instinctos, que pelo desuso desapparecem.

No delinquente devem exercer-se duas acções—a moral e a juridica. A acção juridica faz-lhe desapparecer certos instinctos: a acção moral cria n'elle instinctos novos.

N'isto estamos bastante em desaccôrdo com a eschola de anthropologia criminal: é que ella faz darwinismo social, e nós fazemos lamarckismo social. Ella invoca a lei da lucta pela existencia, que tem como fataes consequencias a eliminação dos mais fracos e a selecção natural dos melhores, e apresenta a doutrina de *eliminação* do criminoso. Nós invocamos a doutrina lamarckiana da influencia do uso e do desuso — a base mais importante do transformismo —; e apezar de partirmos em questões penaes do ponto de vista anthropologico, approximamo'-nos da eschola penitenciarista, admittindo a possibilidade da regeneração do criminoso. Não que nós neguemos a importancia da lucta pela existencia na evolução organica e social: mas, por maior que seja a sua importancia, não é certamente primaria. Quando as subsistencias não são sufficientes para a população, a lucta pela existencia, a eliminação dos mais fracos e a selecção dos melhores são factos necessarios; mas a lucta pela existencia só apparece quando existe desproporção entre a população e as subsistencias, e em resultado d'essa desproporção: e então é um factor do progresso. Quando na especie humana existe essa desproporção, os mais fracos — os mais fracos socialmente — são eliminados.

Eis a razão da pena de morte para os criminosos: a pena de morte é uma questão economica. Os criminosos em periodos em que existe aquella desproporção são condemnados á morte, como o são os monstros e os decrepitos muitas vezes tambem, e a pena de morte exerce uma influencia progressiva: se, porém, as subsistencias chegam para a população, o vencido é escravisado, o criminoso é condemnado a trabalhos publicos.

É o que diz a historia: e a historia é a base da sociologia. Póde haver excepções: é que as instituições sociaes continuam como *survivances,* mesmo quando já não continuam os factos que lhe deram origem.

Mas não vamos mais por diante em divagações.

A pena tem além dos effeitos juridicos effeitos moraes. Quando os effeitos juridicos de uma pena desapparecem por se reconhecer a innocencia dos condemnados, é necessario que desappareçam tambem os effeitos moraes. Se a condemnação social continúa a perseguir o innocente, os instinctos moraes tornam-se-lhe desnecessarios sob o ponto de vista, importante, da consideração social: e a desnecessidade produz o desuso e o desuso o desapparecimento das funcções — do espirito como do corpo. A condemnação da opinião publica impossibilita porventura o innocente de encontrar trabalho e poderá talvez por isso arrastal-o ao crime: a necessidade produz o habito e o habito o instincto.

Se se não dá e se não torna effectivo o direito de revisão por

ser uma indemnisação moral, faça-se isso para evitar que do innocente sáia um criminoso: faça-se isso, porque será justiça preventiva.

A hereditariedade psychica, physiologica e pathologica é já hoje admittida por toda a gente. A hereditariedade da tendencia criminosa produz a hereditariedade de infamia: produzia-a já quando era apenas uma crença empirica e ainda não uma doutrina scientifica. O descendente do condemnado deve encontrar-se na sociedade na mesma situação em que este se encontraria. Deve o filho ter direito á revisão da sentença que condemnou o pae, se este foi innocente.

Algumas fórmas da nevroastenia são produzidas pela vida na prisão, e da nevroastenia podem nascer tendencias criminosas: portanto o Estado deve pôr o individuo que sahe da prisão nas melhores condições moraes, como nas melhores condições materiaes.

A lei penal produz o desapparecimento dos instinctos criminosos pelo desuso. Esta influencia da lei penal não se limita ao criminoso; extende-se a toda a sociedade pela *intimidação*. A moral tende á creação dos instinctos pelo uso (habitos). A moral do individuo propaga-se pelo *exemplo*. Se a pena produziu a intimidação, porque não ha de a revisão da sentença produzir o exemplo, patenteando bem a innocencia do condemnado?

*

Existe o homem delinquente. Um homem condemnado já por diversos crimes foi condemnado tambem por um crime de que era innocente: esse homem deverá ter direito á revisão da sentença? Não, responderiam os sectarios da anthropologia criminal, porque o Estado deve punir o criminoso e não o crime: e de que serve declarar innocente de um crime, sendo um crime apenas um symptoma de tendencia criminosa, e tendo-se esta já manifestado? Nós, porém, que admittimos a possibilidade da regeneração do criminoso, julgamos que o homem nas condições indicadas deve ter direito á revisão da sentença quando já houver symptomas de regeneração e elle não tiver practicado novos crimes depois de ter sido condemnado pelo crime de que é innocente.

Muitos, crystallisados n'uma velha orientação, julgarão que a revisão da sentença deve ser permittida sempre que o condemnado foi innocente do crime. Esses são os que julgam que são os crimes que devem castigar-se e não os criminosos que se devem eliminar ou modificar. São os sectarios da doutrina de responsabilidade

moral. A responsabilidade moral, o sentimento que reclama o *castigo dos crimes* e a *proporcionalidade* no castigo, não é porém senão o talião, vivendo uma vida subjectiva depois da vida objectiva, vivendo nos espiritos depois de viver na practica, sendo um sentimento depois de ter sido lei.

Póde qualquer espiritismo invocar as entidades metaphysicas mortas: o livre-arbitrio, a responsabilidade moral. Podem ellas existir ainda como uma hereditariedade morbida. Podem reapparecer por um atavismo. Póde fazer-se rhetorica: atravessamos o seu periodo historico; o parlamentarismo, já o demonstrámos n'esta revista (1), é a ultima phase de degeneração das aristocracias: é o dominio da rhetorica, que n'elle não é apenas uma esthetica litteraria, mas é a ultima phase, degenerativa, de metaphysica: é toda uma sociologia, é uma nova moral e uma nova arte.

O que é verdade é que a sociedade deve punir o criminoso e não o crime.

Para a questão que propozemos atrevemo'-nos a chamar a attenção do sr. Bernardino Pinheiro.

*

Nós apoiamos sinceramente a iniciativa do sr. Bernardino Pinheiro.

E tem essa iniciativa tanto mais valor, quanto n'este *fin de siècle,* periodo de impotencia, as actividades se perdem em pequenas cousas,—pequenos esforços, esforços de detalhe, de Arte e de Sciencia.

O illustre jurisconsulto honra-se ligando o seu nome a reformas de ordem d'aquella de que tomou a iniciativa e mostrando assim que não exgottou as suas energias mentaes na actividade acanhada do jurista.

Mas o sr. Bernardino Pinheiro não é só um jurisconsulto, é tambem um politico, e um dos chefes de um partido. E os grandes esforços, serios, dos homens de um partido são a melhor propaganda. Melhor, muito melhor do que todos os expedientes já banaes de declamação jacobina. Melhor, muito melhor, do que o hypnotismo de uma rhetorica de pequenos expedientes.

FERNANDO MARTINS DE CARVALHO.

---

(1) Volume XXXIX, segunda serie, pag. 146.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

NOVA INTERPRETAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE EQUILIBRIO DOS CORPOS SOLIDOS

On a présenté ces conditions de plusieurs manières; mais on peut remarquer qu'elles se réduisent à cette condition unique, *que les forces appliquées aux divers points du système soient décomposables, suivant les droites qui les joignent, en forces deux à deux égales et contraires.*

POINSOT.—*Équilibre et mouvement des systèmes.*

Designem A, B, C,.... n pontos d'um corpo solido, aos quaes estão applicadas outras tantas forças $P^{(a)}$, $P^{(b)}$, $P^{(c)}$,...; e sejam, em relação a tres eixos orthogonaes, $x^{(a)}$, $y^{(a)}$, $z^{(a)}$, $x^{(b)}$,... as coordenadas d'esses pontos, e $X^{(a)}$, $Y^{(a)}$, $Z^{(a)}$, $X^{(b)}$... as componentes das forças.

Considerando o triangulo ABC como base commum de $n-3$ tetraedros que tenham respectivamente por vertice os pontos D, E, ..., procuremos decompor cada uma d'aquellas forças em tantas outras, quantas forem as arestas que se cruzarem no seu ponto de applicação, dirigidas por essas mesmas linhas.

As novas forças, pelas quaes assim pretendemos substituir cada uma das propostas, apenas ficarão sujeitas á condição de que a somma algebrica das suas projecções sobre cada um dos eixos coordenados seja respectivamente egual á projecção dada da força primitiva sobre o mesmo eixo. Para determinar todas as forças procuradas teremos assim $3n$ equações; e como o numero d'essas forças, duplo do total das arestas, é $6n-12$, o problema ficaria indeterminado, logo que fosse $n>4$; tornar-se-á porém mais que determinado, se, como aqui o supporemos, se pretender que as

duas componentes applicadas nas extremidades de cada aresta e na direcção d'essa linha sejam eguaes e contrarias, pois que, ficando as incognitas reduzidas a $3n - 6$, terão de verificar-se seis equações de condição.

São essas seis equações que presentemente vamos procurar; e resulta do que fica dito que ellas exprimirão as condições necessarias e sufficientes para que as forças propostas possam decompor-se n'outras, duas a duas eguaes e contrarias, na direcção das arestas.

Suppondo por emquanto que sómente quatro, pontos A, B, C, D, do corpo são directamente solicitados por outras tantas forças, e designando por AB, AC, AD, os comprimentos das arestas que se cruzam em A, e por A′B′, A′C′, A′D′ as tres componentes na direcção d'aquellas linhas, pelas quaes pretendemos substituir a força $P^{(a)}$, teremos, com referencia á projecção d'essas forças sobre o eixo dos xx, esta primeira equação

$$A'B' \frac{x^{(b)} - x^{(a)}}{AB} + A'C' \frac{x^{(c)} - x^{(a)}}{AC} + A'D' \frac{x^{(d)} - x^{(a)}}{AD} = X^{(a)},$$

a qual, pondo

$$\frac{A'B'}{AB} = ab, \quad \frac{A'C'}{AC} = ac, \quad \frac{A'D'}{AD} = ad,$$

se transforma (*) em

$$ab\,(x^{(b)} - x^{(a)}) + ac\,(x^{(c)} - x^{(a)}) + ad\,(x^{(d)} - x^{(a)}) = X^{(a)}.$$

Além d'esta equação haverá mais duas relativas ás projecções das mesmas forças sobre os eixos dos yy e dos zz; e essas tres equações e as mais que se formariam analogamente com refe-

---

(*) Conforme o calculo der para ab, ac e ad valores positivos ou negativos, assim tambem as forças designadas por A′B′, A′C′ e A′D′ serão dirigidas respectivamente de A para B, C e D ou em sentido opposto.

rencia ás forças $P^{(b)}$, $P^{(c)}$, $P^{(d)}$ completam o quadro seguinte:

$$(a)\begin{cases}
(1) & ab\,(x^{(b)}-x^{(a)})+ac\,(x^{(c)}-x^{(a)})+ad\,(x^{(d)}-x^{(a)})=X^{(a)},\\
(2) & ab\,(y^{(b)}-y^{(a)})+ac\,(y^{(c)}-y^{(a)})+ad\,(y^{(d)}-y^{(a)})=Y^{(a)},\\
(3) & ab\,(z^{(b)}-z^{(a)})+ac\,(z^{(c)}-z^{(a)})+ad\,(z^{(d)}-z^{(a)})=Z^{(a)},\\
(4) & ba\,(x^{(a)}-x^{(b)})+bc\,(x^{(c)}-x^{(b)})+bd\,(x^{(d)}-x^{(b)})=X^{(b)},\\
(5) & ba\,(y^{(a)}-y^{(b)})+bc\,(y^{(c)}-y^{(b)})+bd\,(y^{(d)}-y^{(b)})=Y^{(b)},\\
(6) & ba\,(z^{(a)}-z^{(b)})+bc\,(z^{(c)}-z^{(b)})+bd\,(z^{(d)}-z^{(b)})=Z^{(b)},\\
(7) & ca\,(x^{(a)}-x^{(c)})+cb\,(x^{(b)}-x^{(c)})+cd\,(x^{(d)}-x^{(c)})=X^{(c)},\\
(8) & ca\,(y^{(a)}-y^{(c)})+cb\,(y^{(b)}-y^{(c)})+cd\,(y^{(d)}-y^{(c)})=Y^{(c)},\\
(9) & ca\,(z^{(a)}-z^{(c)})+cb\,(z^{(b)}-z^{(c)})+cd\,(z^{(d)}-z^{(c)})=Z^{(c)},\\
(10) & da\,(x^{(a)}-x^{(d)})+db\,(x^{(b)}-x^{(d)})+dc\,(x^{(c)}-x^{(d)})=X^{(d)},\\
(11) & da\,(y^{(a)}-y^{(d)})+db\,(y^{(b)}-y^{(d)})+dc\,(y^{(c)}-y^{(d)})=Y^{(d)},\\
(12) & da\,(z^{(a)}-z^{(d)})+db\,(z^{(b)}-z^{(d)})+dc\,(z^{(c)}-z^{(d)})=Z^{(d)}.
\end{cases}$$

Addicionando agora membro a membro as equações (1), (4), (7) e (10), obteremos

$$X^{(a)}+X^{(b)}+X^{(c)}+X^{(d)}=0,$$

ou, mais abreviadamente, $\Sigma X=0$, que, sendo independente das incognitas, deve considerar-se como uma das seis equações de condição que procuravamos.

Acharemos mais duas equações $\Sigma Y=0$, $\Sigma Z=0$, addicionando (2), (5), (8) e (11), e tambem (3), (6), (9) e (12).

Finalmente, multiplicando (1), (4), (7) e (10) respectivamente por $-y^{(a)}$, $-y^{(b)}$, $-y^{(c)}$, $-y^{(d)}$, e (2), (5), (8) e (11) por $x^{(a)}$, $x^{(b)}$, $x^{(c)}$, $x^{(d)}$, e sommando depois todas as equações resultantes, virá uma nova equação, que, com a mesma simplificação já anteriormente usada, póde representar-se por $\Sigma(xY-yX)=0$.

E analogamente se obteriam as duas restantes $\Sigma(yZ-zY)=0$, $\Sigma(zX-xZ)=0$.

Assim e em resumo, no caso de sómente quatro forças actuarem sobre o corpo, serão

$$(b)\begin{cases} \Sigma X=0\ , & \Sigma Y=0\ , & \Sigma Z=0, \\ \Sigma(yZ-zY)=0\ , & \Sigma(zX-xZ)=0\ , & \Sigma(xY-yX)=0 \end{cases}$$

as equações de condição necessarias e sufficientes para que as forças propostas possam decompor-se n'outras, duas a duas eguaes e contrarias.

Demonstraremos agora que, sendo (b) as equações de condição respectivas ao caso de haver i forças applicadas a outros tantos pontos do corpo, ainda conservarão a mesma fórma as equações de condição, quando aquelle numero se eleve a $i+1$; depois do que, tendo em vista a demonstração já dada para quatro forças, se póde concluir que, qualquer que seja o numero d'estas, serão sempre da fórma (b) as equações procuradas.

E, com effeito, escriptas as $3i$ equações (que se transformariam em (a) no caso de ser $i=4$) correspondentes a i forças $P^{(a)}$, $P^{(b)}$, ... $P^{(g)}$, para as quaes suppomos verificarem-se as equações (b), se depois acrescesse mais uma força $P^{(h)}$ applicada em H, aos primeiros membros das primeiras nove d'aquellas equações, relativas ás forças applicadas em A, B e C, teriamos que acrescentar respectivamente as seguintes expressões:

$$(1')\ ah\,(x^{(h)}-x^{(a)}),\quad (2')\ ah\,(y^{(h)}-y^{(a)}),\quad (3')\ ah\,(z^{(h)}-z^{(a)}),$$

$$(4')\ bh\,(x^{(h)}-x^{(b)}),\quad (5')\ bh\,(y^{(h)}-y^{(b)}),\quad (6')\ bh\,(z^{(h)}-z^{(b)}),$$

$$(7')\ ch\,(x^{(h)}-x^{(c)}),\quad (8')\ ch\,(y^{(h)}-y^{(c)}),\quad (9')\ ch\,(z^{(h)}-z^{(c)});$$

e além d'essas $3i$ equações (assim modificadas as primeiras nove) haveria mais a considerar estas outras:

$$(3i+1)\quad ha\,(x^{(a)}-x^{(h)})+hb\,(x^{(b)}-x^{(h)})+hc\,(x^{(c)}-x^{(h)})=X^{(h)},$$

$$(3i+2)\quad ha\,(y^{(a)}-y^{(h)})+hb\,(y^{(b)}-y^{(h)})+hc\,(y^{(c)}-y^{(h)})=Y^{(h)},$$

$$(3i+3)\quad ha\,(z^{(a)}-z^{(h)})+hb\,(z^{(b)}-z^{(h)})+hc\,(z^{(c)}-z^{(h)})=Z^{(h)},$$

que representaremos mais abreviadamente por $K=X^{(h)}$, $L=Y^{(h)}$, $M=Z^{(h)}$.

Ora é

$$(1')+(4')+(7')+K=0,$$

$$(2')+(5')+(8')+L=0,$$

$$(3')+(6')+(9')+M=0,$$

por onde se vê que ainda n'este caso devem verificar-se as tres primeiras das equações (b), agora ampliadas a todas as $i+1$ forças consideradas.

De mais temos

$$-(1')y^{(a)}-(4')y^{(b)}-(7')y^{(c)}-Ky^{(h)}+(2')x^{(a)}+(5')x^{(b)}+(8')x^{(c)}+Lx^{(h)}=0,$$

o que mostra que tambem aqui subsiste com a mesma extensão das anteriores a quarta equação (b), $\Sigma(xY-yX)=0$.

E analogamente se achariam as outras duas, $\Sigma(zX-xZ)=0$, $\Sigma(yZ-zY)=0$.

Assim e em conclusão, qualquer que seja o numero de forças que solicitem um corpo solido, serão sempre (b) as equações cuja verificação é consentanea da decomposição d'essas forças, feita pela fórma anteriormente indicada; e como por outro lado é sabido que aquellas equações são tambem as que exprimem as condições para o equilibrio das mesmas forças applicadas ao corpo solido, teremos assim uma nova interpretação d'essas condições, podendo dizer-se que para haver equilibrio é necessario e sufficiente *que as forças propostas sejam decomponiveis n'outras, duas a duas eguaes e contrarias, na direcção das rectas que unem os seus pontos de applicação.*

Como se acaba de ver, temos assim uma nova interpretação das equações de equilibrio; e teriamos tambem, como é evidente, uma nova deducção d'essas mesmas equações, se acaso se conseguisse demonstrar directamente que, para haver equilibrio, era necessario e sufficiente que as forças podessem decompor-se n'outras, duas a duas eguaes e contrarias.

Digamos, pois, como póde fazer-se essa demonstração; e n'este intuito comecemos por suppor que as forças se equilibram.

As que estão applicadas em D, E,... podem ser decompostas, cada uma em tres na direcção das arestas que se cruzam no seu

ponto de applicação. Assim, a força $P^{(d)}$ ficará substituida pelas tres $D'A'$, $D'B'$, $D'C'$; e considerando applicada em A uma força nulla, resultante de uma força egual a $D'A'$ e d'outra egual e contraria a essa, as quaes designaremos respectivamente por $D'A'$ e $-D'A'$, nos extremos D e A da aresta DA e na direcção d'essa linha haverá assim duas forças eguaes e contrarias, $D'A'$ e $-D'A'$, e no ponto A além d'esta ultima força actuarão mais $P^{(a)}$ e $D'A'$.

Procedendo analogamente a respeito das componentes $D'B'$, $D'C'$, $E'A'$, $E'B'$, $E'C'$,... das forças $P^{(a)}$, $P^{(b)}$, $P^{(c)}$,... se verá que as forças primitivas se acham assim decompostas n'outras, duas a duas eguaes e contrarias, applicadas respectivamente nos extremos e na direcção das arestas que se cruzam nos vertices D, E, ... dos tetraedros, e mais nas seguintes:

em A $P^{(a)}$, $D'A'$, $E'A'$,...

» B $P^{(b)}$, $D'B'$, $E'B'$,...

» C $P^{(c)}$, $D'C'$, $E'C'$....

Posto isto e representando respectivamente por $Q^{(a)}$, $Q^{(b)}$, $Q^{(c)}$ as resultantes d'essas forças applicadas em A, B e C, será agora facil reconhecer que o supposto equilibrio não poderá dar-se sem que se encontre cada uma das forças $Q^{(a)}$, $Q^{(b)}$, $Q^{(c)}$ no plano do triangulo ABC.

Com effeito, sem que o equilibrio seja perturbado, poderemos supprimir as forças eguaes e contrarias applicadas nas extremidades e na direcção das arestas que passam pelos pontos D, E, F,..., ficando assim o corpo a ser actuado sómente por aquellas tres forças (*); ora, suppondo, por exemplo, que a força $Q^{(c)}$ não existia no plano do triangulo, poderiamos decompol-a em duas, uma comprehendida n'esse plano e outra que lhe fosse perpendicular, e depois a primeira componente poderia ainda ser decomposta em duas na direcção de CA e de CB. Feita essa decomposição e considerando invariavelmente fixados os pontos A e B, seriam destruidas as duas componentes de $Q^{(c)}$ na direcção de CA e CB, e o equilibrio continuaria a subsistir estando o corpo actuado sómente pela componente perpendicular ao triangulo, o que não é admissivel (**).

(*) *Cours de Mécanique*, por M. Duhamel, troisième édition, T. 1.º pag. 96, § 8.

(**) Duhamel, *log. citado*, pag. 101 — *Postulatum*.

Pois que a força $Q^{(c)}$ existe no plano ABC, decomponhamol-a em duas $C''A''$, $C''B''$ na direcção de CA e CB, e depois appliquemos em A uma força nulla, resultante de duas, uma egual a $C''A''$, e outra egual e contraria a essa, que designaremos por $C''A''$ e $-C''A''$. E procedendo de um modo analogo a respeito da outra componente $C''B''$, se verá que nos extremos e na direcção de cada um dos lados CA e CB se acham applicadas duas forças respectivamente eguaes e contrarias, de que poderemos abstrahir, e que além d'essas actuam mais

em A $Q^{(a)}$ e $C''A''$ ou sua resultante $R^{(a)}$,

» B $Q^{(b)}$ e $C''B''$ » $R^{(b)}$,

sendo tambem agora facil reconhecer que, para poder dar-se o equilibrio, devem ser eguaes e directamente oppostas essas duas forças $R^{(a)}$ e $R^{(b)}$.

Assim demonstrada a necessidade da decomposição das forças pela fórma já varias vezes indicada, julgamos desnecessario acrescentar o que quer que seja no intuito de justificar a sufficiencia d'uma tal decomposição para assegurar o estado de equilibrio.

L. C. Almeida.

QUESTÃO ENTRE JOSÉ ANASTASIO DA CUNHA E JOSÉ MONTEIRO DA ROCHA

(Ao meu presado amigo e patricio, sr. Abilio Augusto da Fonseca Pinto)

(Continuação do n.º 11, pag. 820, vol. XXXVIII)

5. Examinemos o assumpto com a devida attenção.

Acabamos de ver as equações que resolvem o problema. São as seguintes:

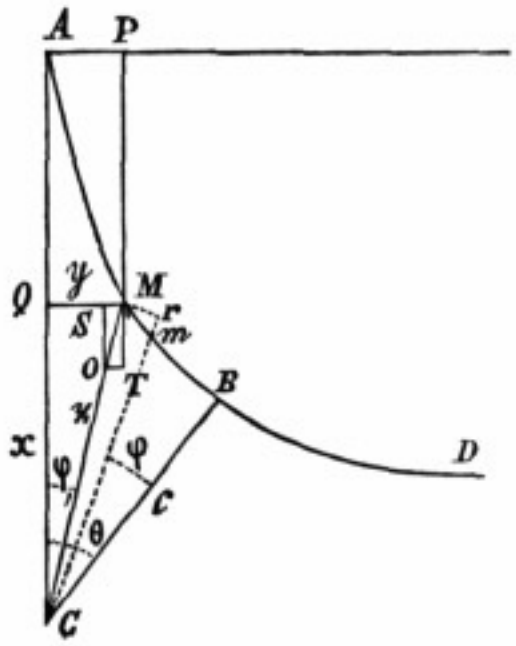
$$d\varphi = \frac{\pm a dz}{z\sqrt{(z-b)^2 - a^2}} \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (1)$$

$$ds = du = z d\varphi \sqrt{1 + \frac{dz^2}{z^2 d\varphi^2}} \ldots\ldots\ldots\ldots (2)$$

ou pondo na segunda o valor de $\frac{dz}{d\varphi}$ tirado na primeira,

$$ds = \frac{(z-b)dz}{\sqrt{(z-b)^2 - a^2}} \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (3)$$

e $\frac{dz}{d\varphi} = 0$, quando fôr $z = c$, por ser B, (vide figura), o ponto



mais baixo da curva; isto é,

$$(c-b)^2-a^2=0;\ \text{ou}\ c=b\pm a\ldots\ldots\ \ldots\ldots(4).$$

A equação (3) integra-se immediatamente (*Franc.*, trad. de 1858, part. IV, n.º 158, V, pag. 189) e dá:

$$s=\sqrt{(z-b)^2-a^2}+\mathrm{C}\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ (5)$$

mas como o arco s principia no ponto B, onde $z=c$, fica $\mathrm{C}=-\sqrt{(c-b)^2-a^2}=0$, em virtude de (4); e

$$s=\sqrt{(z-b)^2-a^2}\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots(6).$$

A equação (1) tambem se integra com facilidade. É necessario distinguir os dois casos de ser $b>a$, ou $b<a$.

1.º Caso, $b>a$;

Como o angulo φ era ACM, e agora é BCM, chamando θ o angulo constante ACB feito com as linhas AC e CB, φ muda-se em $\theta-\varphi$, e a formula (1) em

$$d\varphi=\frac{\mp a dz}{z\sqrt{(z-b)^2-a^2}}\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ (1')$$

mas por causa do signal duplo $\pm$ póde empregar-se tanto esta como a formula (1).

Fazendo n'aquella $z=t+b$, d'onde $dz=dt$, resulta

$$\sqrt{(z-b)^2-a^2}=\sqrt{t^2-a^2};$$

e

$$d\varphi=\frac{\pm a dt}{(t+b)\sqrt{t^2-a^2}}\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ (2').$$

Formando a hypothese $\sqrt{t^2-a^2}=(t+a)u$, sendo u outra variavel, o que dá:

$$u=\sqrt{\frac{t-a}{t+a}};\ t=\frac{a(1+u^2)}{1-u^2};\ dt=\frac{4audu}{(1-u^2)^2};$$

$$t+b=\frac{b+a-(b-a)u^2}{1-u^2};\ (t+a)u=\frac{2au}{1-u^2};$$

vem:

$$d\varphi = \frac{\pm 2adu}{(b-a)\left[\frac{b+a}{b-a} - u^2\right]};$$

ou pondo para abreviar $m^2 = \frac{b+a}{b-a}$,

$$d\varphi = \frac{\pm 2adu}{(b-a)[m^2-u^2]} = \frac{\pm 2a}{(b-a)}\left[\frac{Adu}{m+u} + \frac{Bdu}{m-u}\right] \ldots . (3');$$

de que provém $B = A$, $A = \frac{1}{2m}$; e portanto:

$$d\varphi = \frac{\pm a}{(b-a)m}\left[\frac{du}{m+u} - \left(\frac{-du}{m-u}\right)\right];$$

e

$$\varphi = \frac{\pm a}{(b-a)m} l.\left(\frac{m+u}{m-u}\right) C \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (4')$$

ou pondo em vez de u o seu valor em z,

$$\varphi = \frac{\pm a}{(b-a)m} l.\left(\frac{m\sqrt{z-b+a} + \sqrt{z-b-a}}{m\sqrt{z-b+a} - \sqrt{z-b-a}}\right) C \ldots . (5')$$

Determinando a constante C pela condição de ser $\varphi = 0$, quando $z = c$, tomando em (4) a raiz $c = b + a$, o que dá:

$$\frac{c}{m^2} = b - a,\ b^2 - a^2 = \frac{c^2}{m^2},\ \sqrt{b^2 - a^2} = \frac{c}{m},$$

$$a = \frac{c(m^2-1)}{2m^2},\ b = \frac{c(m^2+1)}{2m^2} \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (5'')$$

$$\frac{a}{(b-a)m} = \frac{a}{\sqrt{b^2-a^2}} = \frac{m^2-1}{2m};$$

obtem-se:

$$0=\frac{\pm a}{\sqrt{b^2-a^2}}\,l.\mathrm{C};\ l.\mathrm{C}=0;\ \mathrm{C}=1;$$

e por tanto:

$$\varphi=\frac{\pm(m^2-1)}{2m}\,l.\frac{\sqrt{m^2z-c}+\sqrt{z-c}}{\sqrt{m^2z-c}-\sqrt{z-c}}$$

$$=\frac{\pm(m^2-1)}{2m}\,l.\frac{\left[\sqrt{m^2z-c}+\sqrt{z-c}\right]^2}{\left[\sqrt{(m^2-1)z}\right]^2};$$

ou

$$\varphi=\frac{\pm(m^2-1)}{m}\,l.\frac{\sqrt{m^2z-c}+\sqrt{z-c}}{\sqrt{(m^2-1)z}}$$

$$=\frac{\pm(m^2-1)}{m}\,l.\frac{\sqrt{m^2-\frac{c}{z}}+\sqrt{1-\frac{c}{z}}}{\sqrt{m^2-1}}\ldots(6').$$

D'outra maneira

Fazendo em (1′)

$$\sqrt{(z-b)^2-a^2}=xz+\sqrt{b^2-a^2};$$

d'onde

$$z^2-2bz+b^2-a^2=x^2z^2+2xz\sqrt{b^2-a^2}+b^2-a^2;$$

e

$$z-2b=x^2z+2x\sqrt{b^2-a^2};\ z=\frac{2(b+x\sqrt{b^2-a^2})}{1-x^2};$$

$$dz=\frac{2[x^2\sqrt{b^2-a^2}+2bx+\sqrt{b^2-a^2}]dx}{(1-x^2)^2};$$

$$zx+\sqrt{b^2-a^2}=\frac{2bx+x^2\sqrt{b^2-a^2}+\sqrt{b^2-a^2}}{1-x^2};$$

e substituindo em (1′) resulta

$$d\varphi=\frac{\mp a\,dx}{b+x\sqrt{b^2-a^2}}=\frac{\mp a\,dx}{\sqrt{b^2-a^2}\left[x+\dfrac{b}{\sqrt{b^2-a^2}}\right]};$$

e consequentemente:

$$\varphi+C=\frac{\overline{\mp}a}{\sqrt{b^2-a^2}}\,l.\left(x+\frac{b}{\sqrt{b^2-a^2}}\right);$$

e pondo por x o seu valor:

$$\varphi+C=\frac{\overline{\mp}a}{\sqrt{b^2-a^2}}\,l.\,\frac{\sqrt{b^2-a^2}\left[\sqrt{(z-b)^2-a^2}-\sqrt{b^2-a^2}\right]+bz}{z\sqrt{b^2-a^2}}.$$

E como $\varphi=0$, quando $z=c$, o valor de C é:

$$C=\frac{\overline{\mp}a}{\sqrt{b^2-a^2}}\,l.\,\frac{bc-(b^2-a^2)}{c\sqrt{b^2-a^2}};$$

o que produz suppondo $m^2=\dfrac{b-a}{b+a}$, tomando $b-a=c$, d'onde

$$b+a=\frac{c}{m^2},\ \sqrt{b^2-a^2}=\frac{c}{m},\ a=\frac{c(1-m^2)}{2m^2};\ b=\frac{c(1+m^2)}{2m^2}\ldots(5''')$$

$$\frac{bc-(b^2-c^2)}{c\sqrt{b^2-a^2}}=\frac{m^2-1}{2m};\ C=\frac{\overline{=}(m^2-1)}{2m}\,l.\,\frac{m^2-1}{2m};$$

$$\sqrt{(z-b)^2-a^2}=\frac{\sqrt{(z-c)\,(m^2z-c)}}{m};$$

$$\sqrt{(z-b)^2-a^2}-\sqrt{b^2-a^2}=\frac{\sqrt{(z-c)(m^2z-c)}-c}{m};$$

$$[\sqrt{(z-b)^2-a^2}-\sqrt{b^2-a^2}]\sqrt{b^2-a^2}+bz$$

$$=\left[\frac{\sqrt{(z-c)(m^2z-c)}-c}{m}\right]\frac{c}{m}+\frac{cz(1+m^2)}{2m^2};$$

$$z\sqrt{b^2-a^2}=\frac{cz}{m};\ \frac{\sqrt{b^2-a^2}[\sqrt{(z-b)^2-a^2}-\sqrt{b^2-a^2}]+bz}{z\sqrt{b^2-a^2}}$$

$$=\frac{2\sqrt{(z-c)(m^2z-c)}-2c+z(1+m^2)}{2mz}$$

$$=\frac{2\sqrt{(z-c)(m^2z-c)}+z-c+m^2z-c}{2mz}$$

$$=\frac{2\sqrt{(z-c)(m^2z-c)}+\sqrt{(z-c)}\sqrt{(z-c)}+\sqrt{(m^2z-c)}\sqrt{(m^2z-c)}}{2mz}$$

$$=\frac{\sqrt{(z-c)(m^2z-c)}+\sqrt{(z-c)(m^2z-c)}+\sqrt{z-c}\sqrt{z-c}+\sqrt{m^2z-c}\sqrt{m^2z-c}}{2mz}$$

$$=\frac{\sqrt{z-c}[\sqrt{z-c}+\sqrt{m^2z-c}]+\sqrt{m^2z-c}[\sqrt{z-c}+\sqrt{m^2z-c}]}{2mz}$$

$$=\frac{[\sqrt{z-c}+\sqrt{m^2z-c}]^2}{2mz};$$

e portanto:

$$\varphi=\frac{\pm(m^2-1)}{2m}\left\{l.\frac{[\sqrt{m^2z-c}+\sqrt{z-c}]^2}{2mz}-l.\frac{(m^2-1)}{2m}\right\};$$

ou

$$\varphi = \frac{\pm(m^2-1)}{2m} l. \frac{[\sqrt{m^2z-c}+\sqrt{z-c}]^2}{z(m^2-1)}$$

$$= \frac{\pm(m^2-1)}{2m} l. \frac{[\sqrt{m^2z-c}+\sqrt{z-c}]^2}{[\sqrt{z(m^2-1)}]^2};$$

$$\varphi = \frac{\pm(m^2-1)}{m} l. \frac{\sqrt{m^2-\frac{c}{z}}+\sqrt{1-\frac{c}{z}}}{\sqrt{m^2-1}}.$$

D'outra maneira ainda

Pondo (*Franc.*, parte citada, n.º 165, paginas 203 a 205),

$$\sqrt{z^2-2bz+b^2-a^2} = \sqrt{(z-\beta)(z-\alpha)} = (z-\beta)x;$$

d'onde $(z-\alpha)=(z-\beta)x^2$; sendo α a raiz maior e β a menor de $z^2-2bz+b^2-a^2=0$; ou $z_{/}=b+a$, $z_{//}=b-a$, $\alpha=b+a$, $\beta=b-a$, resulta

$$x=\sqrt{\frac{z-\alpha}{z-\beta}};\ z=\frac{\alpha-\beta x^2}{1-x^2};\ (z-\beta)x=\frac{(\alpha-\beta)x}{1-x^2};$$

$$dz=\frac{2(\alpha-\beta)xdx}{(1-x^2)^2};$$

e substituindo em (1),

$$d\varphi=\frac{\pm 2adx}{\alpha-\beta x^2};$$

ou

$$d\varphi=\frac{\pm 2adx}{(b-a)\left[\frac{b+a}{b-a}-x^2\right]};$$

ou pondo $$m^2 = \frac{b+a}{b-a},$$

integrando e determinando a constante,

$$\varphi = \frac{\pm(m^2-1)}{m} l . \frac{\sqrt{m^2 - \frac{c}{z}} + \sqrt{1-\frac{c}{z}}}{\sqrt{m^2-1}}.$$

N'estes problemas são dados o comprimento da curva e as coordenadas dos pontos extremos, e pedidos os valores das constantes a e b; mas como a origem está referida a C, e CB$=c$, com $\varphi = 0$, resulta ficar já determinada uma das quantidades pela equação (4), em quanto a outra o será pela equação (6), que se transforma com qualquer dos valores (5′′) ou (5′′′) em

$$s = \frac{\sqrt{(m^2 z - c)(z-c)}}{m} \ldots\ldots\ldots\ldots (6''),$$

continuando a provar assim, que é tambem rectificavel a catenaria, quando as direcções da gravidade concorram n'um centro commum, conforme estava demonstrado quando essas direcções fossem parallelas. O comprimento do arco AB$=s$, e a coordenada AC do ponto A, determinam m.

(Continúa)

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

NOTES SUR LES AMPHIBIENS ET REPTILES

Recueillis par M. Adolphe F. Moller aux Iles de la Guinée

PAR

Dr. J. Bedriaga

Membre et Délégué du Comité d'Organisation des Congrès Internationaux d'Anthropologie et de Zoologie à Moscou en 1892

Parmi les voyageurs naturalistes qui ont visité les Iles de la Guinée (Afrique), Monsieur A. F. Moller mérite une mention spéciale, tout à la fois comme collectionneur passionné et instruit et comme descripteur. Il suffit de parcourir la biographie du savant botaniste attaché au Jardin Botanique de l'Université de Coimbre parue récemment dans le «Jornal de Horticultura Pratica» (1) pour se faire une idée des riches collections zoologiques, botaniques et géologiques qu'il a rapporté de son voyage. La révision et la description de ces matériaux n'est pas encore terminée. Les fascicules de cette revue ainsi que le «Boletim da Sociedade Boteriana», les «Novidades», le «Jornal de Horticultura Pratica», le «Jornal de Sciencias mathematicas, physicas e naturaes», le «Boletim da Sociedade de geographia de Lisboa», le «Instituto», la «Flora», la «Hedwigia», et la «Revue Mycologique», etc., contiennent de temps à autre de nouvelles contributions à l'étude de la faune et de la flore de l'Ile S. Thomé. En ce que concerne l'Herpétologie et l'Amphibiologie M. Moller a été très-heureux dans ses récoltes. Il nous a fait connaître des formes intéressantes sous plusieurs rapports. Ces formes ont été décrites par l'illustre zoologue portugais M. Barboza du Bocage. Pourtant mes confrères ignoraient la provenance des spécimens que M. Barboza

---

(1) Vol. XXII. maio 1891. Porto (Ed. Sequeira, Adolpho Frederico Moller, Esboço biographico).

du Bocage a eu entre les mains et l'ignoreraient encore si M.M. Lopes Vieira (1) et Sequeira (2) n'avaient pas eu l'heureuse idée de rendre le mérite de leur découverte à celui à qui il est dû.

Une partie des Amphibiens et Reptiles capturés par M. Moller aux Iles de la Guinée m'a été gracieusement remise et je me propose de donner ici une courte description des exemplaires incorporés dans ma collection herpétologique.

Anoures

Rana Newtoni Boc.

Rana Newtoni Barboza du Bocage, Reptis e Amphibios de S. Thomé, in «Jornal de Sciencias mathematicas, physicas e naturaes». N° XLII. Lisboa 1886. Reptiles et Batraciens nouveax de l'Ile de St. Thomé, ibidem. — Lopes Vieira, Noticia ácerca dos productos zoologicos trazidos da Ilha de S. Thomé para o Museu Zoologico da Universidade de Coimbra, pelo sr. Adolpho F. Moller, em 1885, in: «O Instituto» revista scientifica e litteraria, vol. XXXIV, n° 5, p. 235. Coimbra 1886.

Description

La tête médiocrement haute, un peu plus longue que large, d'une longueur entrant une fois et trois quarts dans celle du tronc. La face supérieure de la tête est un peu convexe (♂) ou presque plane. Le canthus rostralis est apparent; il part de la paupière et dépasse la narine. Le museau est allongé, conique, à bout légèrement arrondi, dépassant considérablement la lèvre inférieure. Les régions frénales sont très obliquement penchées en dehors. Les narines se trouvent au-dessous du canthus rostralis et un peu plus près du bout du museau que de l'oeil; leur distance du bord de la lèvre est un peu inférieure à la distance qui les sépare des

---

(1) «O Instituto» revista scientifica e litteraria, vol. XXXIV. Novembre 1886, p. 233.
(2) L. c.

yeux et à la distance qui les sépare l'une de l'autre. Le tympan, très visible, presque circulaire, assez grand, est séparé de l'oeil par un espace égal à la moitié ou un peu plus de la moitié de son diamètre. Le diamètre du tympan a environ deux tiers de la longeur du diamètre de l'oeil. La pupille est horizontalement oblongue. La langue est libre en arrière et sur les côtés et échancrée en arrière.

Le palais est armé de dents vomériennes formant deux groupes assez longs, obliquement dirigés d'avant en arrière, situés entre les orifices internes des narines, s'avançant jusqu'à l'extrémité de leur bord antéro-interne et formant un angle très-ouvert et très-obtus. Les extrémités postérieures de ces groupes n'atteignent pas le niveau du bord postérieur des orifices nasaux internes.

Chez le mâle deux vessies vocales latérales, dont les fentes se trouvent en dessous de la mâchoire inférieure et presque au niveau de l'angle des mâchoires.

Les membres antérieurs sont assez forts, surtout chez le mâle. Il y a trois pelotes allongées à la paume de la main; les deux externes sont très-apparentes. Les tubercules sous-articulaires des doigts sont très-accentués. Les doigts sont cylindro-coniques, assez longs. Le premier est le plus court; puis viennent, par ordre de grandeur croissante, le deuxième et le quatrième, peu différents du second et enfin le troisième. Le mâle présente, à la partie supérieure du pouce une pelote très développée et des brosses copulatrices sur la face supérieure du pouce et du deuxième doigt et sur la partie supéro-interne du troisième doigt.

Les membres postérieurs sont allongés; ramenés en avant, l'articulation tibio-tarsienne dépasse le bout du museau d'une longueur égale environ à celle du tronc. La jambe est considérablement plus longue que la cuisse et un peu plus longue que le pied. Les orteils sont très longs, cylindro-coniques, assez larges à la base, munis de gros tubercules sous-articulaires et de palmures embrassant tous les orteils jusqu'à leur dernière ou avant dernière (orteil IV) phalange. Le tubercule métatarsien interne est assez petit, de forme ovalaire, mousse, un peu plus long que le tiers de l'espace compris entre ce tubercule et la pointe terminale du premier orteil; pas d'autre tubercule plantaire. Les tubercules sous-articulaires des orteils sont forts et très saillants. Les orteils croissent du premier au quatrième. Le cinquième égale à peu près le troisième; il est bordé extérieurement d'un repli de peau.

La peau des régions supérieures est finement granuleuse; elle est lisse en dessous et granuleuse sous les cuisses et sur les flancs. Quatre renflements longitudinaux toujours interrompus et

parfois très peu visibles s'étendent sur le dos entre les cordons dorso-latéraux; ces derniers sont faiblement accentués et interrompus. Le mâle présente un pli transversal sur la poitrine.

Le dos, sur un fond brun passant quelquefois au brun-cendré, présente des taches foncées, irrégulières par leur forme, leur nombre et leur situation. Ces taches varient en intensité. Le dessus de la tête est toujours d'un brun beaucoup plus clair que le reste des faces supérieures, tandis que la région frénale est d'un brun foncé. Une grande tache temporale foncée s'étend depuis le bord postérieur de l'oeil, sur le tympan, et jusque derrière l'angle des mâchoires. Un pli glanduleux jaunâtre limite inférieurement la tache temporale et s'étend jusqu'à la racine du membre antérieur. Les lèvres et les flancs—plus clairs que la région frénale—et le dos tiquetés ou marbrés. Les membres sont marqués en dessus de bandes transversales foncées, brunes ou noirâtres sur un fond brun. Le derrière des cuisses est brun foncé ou noirâtre avec des taches jaunâtres ou jaunes assez abondantes. Les bandes humérales sont foncées et bien accentuées; elles se prolongent jusqu'aux pelotes palmaires. Les faces inférieures sont blanchâtres ou jaunes, toujours jaunâtres sous les membres postérieurs, et plus (♀) ou moins (♂) abondamment maculées (♂) ou marbrées (♀) de brun ou de noirâtre. La plante du pied et la paume sont foncées; les tubercules sous-articulaires, surtout sur la main, ainsi que les pelotes sont clairs. Les sacs vocaux sont grisâtes.

	♂	♀
Longeur du corps, du museau à l'anus . . .	58 mm.	64 3/4 mm.
Longeur de la tête	21 »	22 3/4 »
Largeur de la tête	18 1/2 »	19 1/2 »
Hauteur maximum de la tête	10 »	10 »
Espace interpalpébral	3 2/3 »	4 1/2 »
Diamètre de l'oeil	6 1/4 »	6 1/2 »
Diamètre du tympan	4 »	4 »
De l'angle antérieur de l'oeil à la narine	5 1/2 »	5 1/2 »
De l'angle antérieur de l'oeil au bout du museau	10 1/4 »	10 1/2 »
Du bord postérieur de l'oeil au bord antérieur du tympan	2 »	2 1/4 »
Distance entre les narines	5 1/4 »	5 1/2 »
Longueur du tronc	37 »	42 »
Longueur du membre antérieur (de l'épaule au bout du 3. doigt)	35 1/2 »	38–39 »
Longueur du membre postérieur (de l'anus au bout du 4. orteil)	119 »	135 »

	♂		♀	
Longueur de la cuisse.....	35	mm.	41	mm.
Longueur de la jambe.....	39	»	43	»
Longueur du pied.....	35	»	39	»
Longueur du premier orteil.....	7	»	8	»
Longueur du tubercule métatarsien interne.....	2 ½	»	3	»

Cette espèce a été découverte à l'île de St. Thomé par M. A. F. Moller. La description de Barboza du Bocage (l. c.) a été refaite exclusivement sur de nouveaux matériaux, qui m'ont été gracieusement communiqués par M. Moller.

Rappia thomensis Boc.

Hyperolius thomensis, Barboza du Bocage, Reptiles et Batraciens nouveau de l'Ile de St. Thomé, l. c.

Description

La tête est déprimée et élargie en arrière de l'oeil ou au niveau de l'angle postérieur de l'oeil; elle est plus large que longue; depuis les yeux elle s'attenue jusqu'au museau, qui est court, arrondi et comme tronqué. La face supérieure de la tête est un peu concave entre les yeux, elle s'arrondit en avant de chaque côté pour se fondre avec les régions frénales; ces dernières sont peu inclinées. Le canthus rostralis n'est pas accentué. Le museau déborde la mâchoire inférieure. La distance qui sépare les paupières est très grande; elle est supérieure à la distance qui sépare les deux narines et comprend environ deux fois la largeur de la paupière. Les narines sont petites, placées à l'extrémité du museau sur les côtés du museau, mais assez loin de la fente buccale. Leur distance réciproque est légèrement inférieure à la distance qui sépare la narine de l'angle antérieur de l'oeil. Cette dernière est à peu près égale au diamètre horizontal de l'oeil. Les yeux sont grands, quoique médiocrement saillants. La pupille horizontalement oblongue. Pas de tympan, pas de parotides. La fente buccale dépasse l'angle postérieur de l'oeil. La langue est cordi-

forme, libre postérieurment et sur les côtés, assez fortement échancrée en arrière. Palais dépourvu de dents.

Les membres sont longs et pareils à ceux de la rainette; quand on ramène le bras en avant, le poignet dépasse le bout du museau. Les doigts sont déprimés, larges à la base et réunis à la base par des palmures assez épaisses; la membrane, qui réunit les deux doigts internes, est très peu développée. Les doigts portent à leur extrémité des pelotes bien développées et en dessous des tubercules articulaires. Des rainures peu évidentes se trouvent sur les disques terminaux et sur les tubercules sous-articulaires. La paume des mains est couverte de granulations arrondies. Il y a un tubercule métacarpien très peu accentué à la base du premier doigt et un autre à la base du quatrième. Le premier doigt est le plus court; puis viennent, par ordre de grandeur croissante, le deuxième, le quatrième et le troisième.

Quand on ramène le membre postérieur en avant, l'articulation tibio-tarsienne arrive au niveau des narines ou bien elle dépasse assez fortement le museau. La jambe est plus longue que la cuisse, mais en même temps beaucoup plus courte que le pied. Les orteils sont longs, déprimés, munis de disques terminaux fortement développés et de tubercules sous-articulaires. Ils sont largement palmés, leur palmure, légèrement echancrée et granuleuse en dessous, remonte jusqu'aux dernières phalanges; les dernières phalanges du premier et quatrième orteil sont très légèrement bordées. Les orteils croissent du premier au quatrième; le cinquième égale à peu près le troisième. La face inférieure des orteils est passemée de granules. Le tubercule métatarsien interne est allongé, assez saillant et réuni au premier orteil par un repli de peau ou une palmure rudimentaire. Le tubercule métatarsien externe est médiocrement saillant. Les métatarses externes des orteils IV. et V. ne sont pas séparés par une palmure.

La peau paraît en dessus tantôt lisse, sauf sur la tête, où se montrent des granulations fines, tantôt finement granuleuse. D'après Barboza du Bocage le dessus de la tête, du tronc et des membres peut être couvert de petits tubercules épineux régulièrement disséminés. La peau du ventre, la région anale et la face inférieure des cuisses présentent des granulations nombreuses et très distinctes. Le limite entre la main et l'avant-bras est marqué par un pli cutané transversal.

Les deux individus conservés dans l'alcool sont en dessus d'un gris-bleuâtre, tout à fait pareils à nos rainettes saturées d'alcool. La coloration des parties supérieures chez les exemplaires examinés par Barboza du Bocage variait du vert-cendré au brun-

violacé. Le dos et le dessus de la tête sont sans taches, si ce n'est des marbrures brunâtres, quelquefois à peine visibles sur le dos. Les faces supérieures des mains et des pieds sont tachetées de gris très foncé ou de noirâtre; les disques terminaux ainsi que les doigts, les orteils et les palmures internes sont jaunâtres. Le dessous des cuisses est parfois tacheté de gris foncé. Le pourtour de la mâchoire inférieure et le dessous des bras et des jambes sont d'un gris bleuâtre, tandis que le ventre, la gorge, la poitrine, le dessous des cuisses, des pieds et des mains sont jaunâtres. Les faces inférieures sont, sauf des pieds et des mains, bigarrées et tachetées de noirâtre. Ces taches peuvent faire entièrement défaut sur la poitrine et le bas des cuisses, d'autres fois elles sont très-nombreuses et confluentes; elles peuvent aussi former une bande noirâtre qui s'étend de la racine du membre postérieur à l'extrémité de ce membre. Les palmures des orteils externes ainsi que les orteils IV. et V. sont parfois tachetés de noirâtre; une ligne noirâtre est quelquefois visible en dessous du 5ème orteil qui se prolonge sur la plante du pied et même au delà du tubercule métatarsien. Quelques taches jaunes apparaissent parfois sur la partie inférieure de la jambe, sur la partie interne de la cuisse et sur les flancs vers la racine du membre postérieur.

Chez deux exemplaires, très mal conservés, obtenus par voie d'échange du Musée de Coimbre, les faces supérieures sont brunes, tachetées de jaunâtre.

	♀
Longueur du corps du museau à l'anus	46 1/2 mm.
Lougueur de la tête	14 »
Largeur de la tête au niveau de l'oeil	15 1/2 »
Hauteur maximum de la tête	4–4 1/4 »
Circonférence maximum de la tête	39 »
Espace interpalpébral	4 2/3 »
Diamètre de l'oeil	5 »
Distance de l'oeil à la narine	5 »
Distance de l'oeil au bord de la lèvre	1 3/4 »
Distance de l'oeil au bout du museau	6 »
Espace internasal	3 1/2 »
Distance entre la narine et le bord de la lèvre	2 1/2 »
Longueur du tronc	32 1/2 »
Longueur du membre antérieur	31 1/2 »
Longueur de la main	14 »
Longueur du membre postérieur	76 »
Longueur de la cuisse	23 »
Longueur de la jambe	24 »
Longueur du pied	21 1/2 »

Cette belle espèce habite l'Ile de St. Thomé. Elle a été découverte par M. A. F. Moller et décrite pour la première fois par Barboza du Bocage.

Rappia concolor Hallow.

Ixalus concolor, Hallowell in Proc. Acad. Philad. 1844, p. 60.

Description

La tête est plus large que longue et paraît légèrement isolée du tronc. Elle est plus de trois fois longue cemme haute; sa surface supérieure est presque plane, ses côtés sont obliquement penchées en dehors; elle est terminée par un museau arrondi et comme tronqué. Le canthus rostralis est faiblement accentué. La largeur de la tête reste à peu près la même depuis la région tympanique jusqu'au niveau de l'angle antérieur de l'oeil; ses bords décrivent une légère courbe extérieurement convexe dans le sens de sa longueur. La partie antérieure de la tête se rétrécit progressivement vers le museau, qui déborde très légèrement la mâchoire inférieure. Les paupières sont très-étroites et munies à leur base d'un bourrelet arrondi; la largeur de la paupière entre presque trois fois dans celle de l'intervalle séparant les deux paupières. Les narines sont placées latéralement à l'extrémité du museau. Leur distance réciproque est presque moitié moindre que l'espace interpalpébral et sensiblement plus petite que l'intervalle qui existe entre l'un d'elles et le bord antérieur de l'oeil. Les yeux sont de moyenne grandeur, situés latéralement et médiocrement proéminents. L'ouverture horizontale de l'oeil est inférieure à la distance qui sépare la narine de l'angle antérieur de l'oeil. Le coin de la bouche est situé en arrière de l'oeil. Pas de tympan, pas de parotides. Palais dépourvu de dents. La langue est cordiforme, libre postérieurement et sur les côtés, échancrée en arrière.

Les membres sont assez longs et grêles. Ramenés en avant, le poignet atteint à peine le bout du museau. Les doigts sont élargis, légèrement déprimés à leur base et terminés par des disques. La palmure entre le troisième et le quatrième doigt est

assez bien développée; celle entre le troisième et le deuxième est fortement échancrée et courte, tandis que celle qui se trouve à la base des doigts internes est à peine visible. A la paume des mains le tubercule métacarpien est faiblement développé, mais il y a aux doigts des tubercules sous-articulaires assez saillants. Les doigts croissent du premier au troisième; le quatrième est plus long que le deuxième.

Les membres postérieurs sont assez courts; l'articulation tibio-tarsienne peut à peine dépasser le coin antérieur de l'oeil; le tubercule métatarsien dépasse légèrement le museau. La jambe est un peu plus longue que la cuisse, le pied est plus court que la cuisse ou la jambe. Les orteils sont médiocrement longs et un peu plus élargis vers leur base. Ils croissent du premier au quatrième; le cinquième est un peu plus long que le troisième. Les métatarsiens externes ne sont pas séparés. La palmure embrasse les orteils jusqu'à la base des dernières phalanges des premier, deuxième, quatrième et cinquième orteils et remonte un peu plus haut sur le bord extérieur du troisième orteil. Les disques terminaux ainsi que les tubercules sous-articulaires sont moins bien développés qu'aux mains. Le tubercule métatarsien interne est petit.

En dessus la peau est légèrement granuleuse sur la tête. Le ventre, la face inférieure des mains et des pieds ainsi que la région tympanique et surtout la partie qui se trouve derrière la commissure des lèvres sont munis de grains un peu plus gros.

Le dessous est d'un vert bleuâtre. Quelques points noirâtres se disposent en tronçons d'une ligne très peu accentuée, qui se voit sur les bords des membres postérieurs et antérieurs. Le ventre et la gorge sont d'un jaune sale rembruni vers le milieu. Le dessous des membres est rembruni; les articulations jaunâtres.

Longueur du corps, du museau à l'anus	32	mm.
Longueur de la tête	10	»
Largeur maximum de la tête	11 1/2	»
Hauteur maximum de la tête	3 1/2	»
Espace interpalpébral	4 1/3	»
Diamètre de l'oeil	3 1/2	»
Distance de l'oeil à la narine	3 1/4	»
Distance de l'oeil au bord de la lèvre	1 1/2	»
Espace internasal	2 1/2	»
Distance entre la narine et le bord de la lèvre	1 1/2	»
Longueur du tronc	22	»
Longueur du membre antérieur	environ 18	»
Longueur de la main	9	»

Longueur du membre postérieur	47	mm.
Longueur de la cuisse.....	15	»
Longueur de la jambe.....	15 1/2	»
Longueur du pied.....	13	»

Rappia concolor habite l'Afrique tropicale. Cette description est faite d'après un sujet assez mal conservé, communiqué par M. A. F. Moller qui l'a reçu de l'Ile Principe.

(Continúa).

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

VERSÃO DE POESIAS E PASSOS DE AUCTORES LATINOS, REFERENTES A TIBULLO

(Ao Visconde de Seabra)

HORACIO. LIV. I

Ode 33

Não chores, Albio, a tão cruel Glicera,
Mais que muito lembrada, nem descantes
Plangentes elegias, se um mais joven,
Quebrada a fé, prefere.

Lycoris, de gentil pequena testa,
De Cyro o amor abraza, e Cyro anhela
Phóloe esquiva; mas antes lobo e cabras
Serão na Appulia juntas,

Do que Phóloe ceder ao torpe amante.
Assim Venus o quer: ao ferreo jugo
Praz-lhe abater os genios differentes
Com atroz zombaria.

A mim proprio, ao buscar-me amor mais fino,
Prendeu-me em gratos laços a liberta
Myrtal, mais brava do que as vagas curvas
Dos golfos da Calabria.

HORACIO. LIV. I

Epistola 4

Das nossas discussões juiz sincero e lhano
Que fazes, Albio, agora em teu paiz Pedano?
Obra escreves que vença a Cassio, o Parmesão,
Ou, no saudavel bosque andando, em reflexão
Da sciencia e do bem retens a mente preza?
Eras homem gentil, de coração. Belleza
Deu-te o ceu, e fortuna e as artes de a gosar.
Que mais póde ao menino a ama desejar,
Do que o saber facundo, o sentimento puro,
Graça e fama e saude a afiançar futuro,
E o mundo aos pés vencido, e quente a bolsa ter?
Entre esperança e lida, entre iras e temer,
Crê sempre o dia d'hoje o teu extremo dia.
Hora sem se esperar produz mais alegria.
Mas queres rir? vem cá, e pingue me verás
Da vara d'Epicuro o porco mais capaz.

OVIDIO. LIV. III. AMOR.

Elegia 9

Se a Memnon chora a mãe, se a mãe a Achilles chora,
E a desgraça commove até deusas do ceu,
Lacrimosa Elegia, as tranças solta agora;
Tão proprio nunca foi jámais o nome teu.
Tibullo, a tua fama, o vate teu querido,
Ardendo n'alta pyra, inerte corpo jaz;
D'aljava para a terra, eil-o, o infantil Cupido,
E os arcos já quebrou, sem lume o facho traz;
De rojo as azas tem, mesquinho e sem consolo,
E fere a infesta mão seu peito sem cessar;
Bebe o esparso cabello as lagrimas no collo
E soa-lhe na voz pungente soluçar.
Assim no funeral, se diz, do irmão Eneas
Terno Julio gentil dos paços teus sahiu;

Nem menos, Venus, tu, Tibullo morto, ancêas,
Que quando o cerdo atroz ao moço o ventre abriu.
E dizem sacro o vate e aos deuses consagrado,
E ha quem julgue até que em nós existe um deus:
Mas vem morte importuna, ultraja o que é sagrado,
E a todos lança a mão, involta em negros veus.
Que vale a Orpheu Ismario o pae, a mãe que vale,
Ou ver que a fera pasma e humilde aos pés lhe cahe;
Que na molesta lyra ás fundas selvas fale,
Um threno descantando, um threno o proprio pae.
Tambem Homero a quem, manancial eterno,
Pierias aguas vão os vates sempre haurir,
Do tempo o extremo dia o submergiu no Averno.
Só evita o cantar de a pyra o consumir.
De Troya a fama em verso eterna não se some,
E a da teia a tardar da noite co'o lavor:
Vós, Nemesis e Delia, assim tereis o nome,
Uma ultimo cuidado, outra primeiro amor.
Que prol vem de ser sacro ou do egyptano sistro?
Que vale em ermo leito a sós adormecer;
Se os bons (perdão!) nos rouba o fado atroz, sinistro,
Que nem existe um deus, forçado sou a crer.
E's pio; morres pio: adoras; ao recinto
Do templo a morte vem e á queima te arrastou:
Fias-te em versos bons; Tibullo ahi jaz extincto:
De tanto apenas resta o pó que á urna entrou.
E pôde devorar-te a pyra, ó sacro Vate,
E não temeu pascer a chamma os membros teus!
Capaz d'infamia tal que espera e não abate
Em pavoroso incendio o templo aureo de deus.
Eryce no alto assento o lindo rosto esquiva,
A todos o chorar lhes vem do coração:
Comtudo, isto é melhor que na Pheacia riva
Formar-te sepultura ignoto e vil torrão.
Aqui a mãe cerrou-te á vista, que já cança,
Os olhos e levou á cinza os dons finaes;
Aqui afflicta irman, no seio esparsa a trança,
Aos ais da triste mãe juntou seus tristes ais:
Das amantes no beijo aqui teu labio expira;
Foram-te ambas chorar, das chammas ao redor:
Diz Delia ao retirar-se «amada fui!» suspira,
«Viveste em quanto o fogo ardeu do meu amor.»
Nemesis «minha dor, lhe torna, é-te molesta?
Prendeu-me, ao expirar, na sua a minha mão.»

Porém, se, afóra o nome e a sombra, algo nos resta,
Taes restos de Tibullo ao grato Elysio irão.
Tu, pois, d'heras cingido e o Calvo teu comtigo,
Joven, douto Catullo, a recebel-o vem;
E tu, se é falso o crime ao profanado amigo,
Prodigo do teu sangue, o Gallo, eia tambem,
Se inda sombra ha do corpo, á sombra uni-vos logo:
Vive, culto Tibullo, um íncola dos ceus:
E fiquem na urna em paz teus ossos, eis meu rôgo;
E seja á cinza tua a terra leve. Adeus!

LIV. I. AMOR.

Elegia 15

Será, culto Tibullo, o teu cantar sabido,
Em quanto o facho e o arco armar gentil Cupido.

LIV. V. AMOR.

Quem versos de Tibullo a sangue frio leu;
Ou os teus, a quem Cynthia em longo amor prendeu?

LIV. II. TRIST., V. 447

As juras d'ella crer Tibullo arduo declara,
Que ao marido tambem lhe nega d'elle assim;
Confessa que a illudir os guardas a ensinara
E agora em si lamenta os seus ardis por fim.
Lembra as vezes que a mão, fingindo que approvava
Do annel a gemma ou cifra, adrede lhe tocou,
E conta quanta vez na meza lhe traçava
Signaes e com o aceno e os dedos lhe fallou.
Com que succos se extrae a nodoa, que patente
Deixa o chupão no corpo, a sabe elle ensinar;
E emfim pede ao marido, incauto enormemente,
Que o vigie tambem para ella não peccar.

Sabe a quem ladra o cão, pois que elle só lá passa;
Porque á fechada porta ir tanta vez tossir:
E dá de furtos taes muito preceito e traça
Com que artes ao esposo a esposa ha d'illudir.
E não se enganou nisto: e lês Tibullo e o amas;
E, conhecido assaz, já principe o proclamas.

LIV. IV. TRIST.

Virgilio apenas vi; amigas, largas horas
Ter com Tibullo o fado avaro me não deu:
Este a Gallo seguiu; Propercio áquelle segue;
D'elles, no andar do tempo, o quarto, emfim, fui eu.

LIV. V. TRIST.

Se alguem delicias busca em verso voluptuoso,
Não leia escriptos taes; aviso-o desde agora:
Gallo é muito melhor, Propercio mais mimoso;
Prefira de Tibullo a graça encantadora.

Marcial

LIV. VIII. EPIGR.

Nemesis bella afama os hymnos de Tibullo;
E a ti dictou-te Lesbia, a ti, douto Catullo.

LIV. XIV. EPIGR.

Nemesis sensual d'amor Tibullo abraza,
E encanta-o nada ser em toda a propria casa.

A. A.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

(Continuado do n.º 6, paginas 451)

XIV

Agrupam-se aos olhos do leitor algumas das principaes tarefas litterarias de Castilho por este tempo.—Considerações bem tristes ácerca da sua cegueira.

Depois d'esta longa digressão, tornarei a atar o fio da minha narrativa castiliana, voltando com o leitor ao anno de 1836.

. . . . . .

*

Que feliz seria quem não conhecesse os desanimos e desalentos litterarios! os dias tristissimos do inverno da intelligencia!

Em principio do anno de 36 assim se achava o espirito de Castilho, segundo transparece nos prologos e notas d'essa data.

Car il est de ces jours, où notre âme oppressée
Comme un fardeau pesant refuse la pensée—

diria elle muita vez com o seu doce Millevoye.

Pois assim mesmo trabalhava, e trabalhava muito.

N'aquelles longos dias, n'aquelles aproveitados serões da pobre casa do Monte-Olivete, apromptou, auxiliado da sua obsequiosa e diligente companheira, muitos manuscriptos, dos quaes uns viram logo a luz, outros só mais tarde. Comparando as datas das publicações, as dos prologos e das notas, e seguindo assim as indicações da propria cantaria da obra, como se poderia seguir nas paredes de uma cathedral, é que se aprecia o quanto elle odiava o ocio.

Nos annos de 35 e 36 preparou, refundindo-o, quasi, sobre o manuscripto primitivo (segundo o seu costume de incançavel aperfeiçoamento), o original do poema *A noite do castello,* o do poemeto *Os ciumes do bardo,* e traduziu de M.me Delphine Gay *A confissão de Amelia;* compoz o *Prefacio* á *Noite do castello,* o *Preambulo* aos *Ciumes do bardo,* a *Conversação preambular* á *Confissão de Amelia,* notas, etc.; preparou o original da terceira edição das *Cartas d'Eccho e Narciso,* e compoz-lhe o *Prologo;* traduziu as *Palavras de um crente,* de Lamennais, e compoz-lhes o *Proemio;* colligiu o *Tributo portuguez á memoria do Libertador,* artigos politicos, reviu-os e fez-lhes a *Prefação;* refundiu e ampliou toda a *Primavera,* e enriqueceu-a com *Prologo* e copiosas advertencias e notas; limou uma parte da sua versão das *Metamorphoses* de Ovidio, bem como a dos *Amores* do mesmo poeta; trabalhou com assiduidade na redacção politica e na collaboração de varios jornaes do tempo; e finalmente occupou-se dos trabalhos que já sabemos, na importante «Sociedade dos Amigos das Lettras.»

Reflicta-se no pesado e desconsolador que deve ser não escrever cada um de sua mão! Por esse lado, a vida inteira d'este homem foi um constante supplicio. Sem meios para pagar sempre secretario, tinha de mendigar os casuaes auxilios dos amigos e dos parentes. Mas que precario é isso! como se parte o fio aos trabalhos! que importuna deve ser aquella perpetua presença de um estranho, accorrentado á melindrosissima febre da composição! Faltava-lhe o irmão querido; e a doce companheira, que o não desamparava um minuto, era fraca, pobre planta de estufa! não podia sempre vencer o cançasso do longo trabalho da escripta! Esse horror dos horrores foi o tropeço maior da vida do nosso poeta.

E ainda assim, valeu-lhe, e de muitissimo, a companhia d'aquella mulher amada. Elle proprio nol-o diz:

«Uma mulher toda boa, toda extremosa, tomou unicamente a «peito o vingar-me da Natureza; cerca-me de continuo, como um «Anjo, de amor e de luz; empresta-me olhos, para eu ver o mundo «e as obras dos seculos; tira diante dos meus passos todos os «espinhos no caminho da vida; inventa-me um encantamento novo

«para cada minuto; diz-me, e faz-me entender, como a verdadeira «felicidade se não compõe de grandes pedaços, mas sim de atomo- «sinhos que de longe se não podem perceber; repete-me, e per- «suade-me, que nasci para as Musas e para o amor, e não para «a politica, nem para os odios; serve-me, vela-me, e defende-me «como a filho; ama-me como a esposo; zela o meu nome como «o de irmão; lançou a sua vida na minha vida, o seu pensamento «no meu pensamento; existe pelo meu amor; morreria se lhe elle «faltasse!

«Quem lhe ensinou tão generosa, tão nova, benevolencia? Quem «lhe deu tantos segredos de fazer feliz? as suas aves e pombas, «a sua amiga, e alguns livros, unica sociedade da cella, onde, «desde annos verdes, a Providencia m'a estava guardando e «aperfeiçoando (1).»

. . . . . .

. . . . . .

*

Era cego o Castelhano Francisco de Salinas desde os dez annos; e assim mesmo é tido por um dos insignes humanistas, mathematicos, e musicos, da Peninsula.

Muitos outros cegos tem havido, illustres, doutissimos.

Quand l'œil du corps s'éteint, l'œil de l'esprit s'allume—

cantou Victor Hugo.

Mas quanto não custa essa compensação!

Teve Cicero por hospede algum tempo o estoico Diodoro, cego de todo, mas entretidissimo em ouvir ler, de dia e de noite, ou em mandar tocar instrumentos de cordas. Estudou muita mais philosophia depois de cego, do que antes, *quod credibile vix est,* nota o grande Orador nas Tusculanas (2).

Diz engenhosamente o mesmo Cicero n'esse livro tão consolador e tão benevolo, que de todos os sentidos é o da vista o que menos falta faz para os prazeres intimos intellectuaes; «porque o gosto, «o olfato, o tacto, e o ouvido, são elles proprios a séde dos gosos «que nos dão; mas quanto á vista, é a alma e só a alma quem «gosa com o que os olhos descobrem; e para a alma ha varia- «dissimas maneiras de gosar, ainda que lhe falte o ministerio dos «olhos.»

---

(1) *A Primavera*, 2.ª ed., pag. 290.
(2) Tusc., l. v, xxxix.

Depois, accrescenta a modo de parenthesis:

«Já se vê que fallo do homem douto e instruido, para quem o «viver é lidar com o pensamento; para essa lida interior não é «mistér chamar o sentido da vista.»

Sim, mestre; sim, grande alma, illuminada já da mais pura philosophia dos Christãos; sim, catadupa de espiritualismo, vertendo ainda hoje consolações a toda a Humanidade; tudo isso assim é. Mas um homem como Castilho, encerrado desde pequenino dentro na masmorra da cegueira, obrigado a alimentar-se das recordações do que viu até aos seis annos, a economisar, a diluir essas recordações, obrigado a fecundal-as apenas com o que entrevia na sua penumbra; um homem impossibilitado de ler, de escrever, de aproveitar a inspiração quando ella chegava, de prolongar em quanto quizesse a deliciosa vibração do crear, sem ir pesar sobre a força alheia, sem desnudar a olhos alheios os sagrados pudores da composição; um homem pobre, luctando com tudo isso, e sem ao menos, como o estóico Diodoro, ter sempre á mão, de dia ou de noite, a leitura mercenaria, ou a musica mercenaria; um homem, que só em poucos annos teve a felicidade de possuir o mais dedicado e intelligente dos secretarios (annos infecundos em comparação com o que poderiam ter sido, se o silencio forçado o não encerrasse no ermo de uma serra bruta); um homem que lucta com tantas causas de ruina, e ainda assim consegue manifestar a rijissima tempera do seu talento, e consegue ser o que foi.... faz-nos lastimar de veras a perda do mais importante dos seus sentidos, e a sua enclausuração na penitenciaria da cegueira.

Teve alguns periodos mais desafogados, certo é, em que poude contratar secretario algumas horas por dia; mas n'este anno de 36 não era assim. Figuro-me pois os esforços herculeos que empregava no trabalho forçadamente entrecortado e fortuito, no trabalho que ia recaír sobre a debil saude da sua diligente secretária, e que portanto, no estado d'ella, lhe pesava a elle quasi como um remorso!

Incançavel intelligencia! O que elle teria produzido se possuisse vista! se podesse, como tantos outros, ter sempre a penna prompta ao serviço do cerebro! ermar entre os seus livros horas e horas, no concentrado egoismo do compôr, alheado ás distracções, senhor do tempo, entregue á embriaguez da leitura, á conversação muda com os grandes homens, sem ser obrigado a repartir os seus segredos intimissimos de artista com pessoas que nem sempre sabiam annullar-se, e apreciar como sacerdocio a missão melindrosa de serem, por momentos, os olhos d'aquelle cego!

Isto de chegar á meza do trabalho, ver ordem e systema na

desordem dos papeis da vespera, perceber á legua aquelle cahos, decifrar o fecundo enigma de apontamentos velhos, olhar para o tinteiro como para um amigo, ter alli, prestes e á mão, sem dispendio de uma palavra, os livros abertos na sua ordem, o papel cortado, a luz a geito, a solidão intencional; isto de trabalhar em plena liberdade e espontaneidade de espirito, depois de o ter aquecido na contemplação de um quadro, de umas estampas, de uma paizagem, de uma nesga de céo; isto de ser creador com uma simples penna molhada em tinta negra; isto de amar voluptuosamente o aconchegado da papelada, d'onde o estro faz rebentar labaredas que vão illuminar ao longo das edades tantos espiritos alheios; isto de reler sósinho e em voz alta, com todos os cambiantes e coloridos, a obra prompta, para avaliar a musica do periodo e a architectura de um trecho largo; isto, emfim, de abranger o que lemos n'um simples relance de olhos, poupando palavras, tempo, fluido nervoso, vida.... oh! tudo era lettra morta para elle; nada d'isso conheceu. A sua vida de lettras foi um combate.

E apezar de tudo, repito, avaliando, como avaliava, o horror da sua situação, ninguem o ouvia lastimar-se; apenas uma ou outra vez um monosyllabo, um suspiro, um impeto passageiro, e depois o silencio.

Sim; mas n'esse silencio que a sua resignação lhe impunha, não logrou esconder-me a mim os sacrificios que tragava. Eu lia n'elle como n'uma pagina; percebi-lh'os muita vez.

XV

Sai á luz outra obra de Castilho o *Tributo portuguez á memoria do Libertador*. —Outubro de 1836.—Agradecimento de S. M. I. a Duqueza-Viuva de Bragança ao poeta, por intermedio do Marquez de Resende.—Envia a mesma Augusta Senhora ao poeta uma formosa caixa de oiro com os cabellos do senhor D. Pedro.—Parte para Hamburgo José Feliciano de Castilho.—Principia a definhar a saude da mulher de Castilho Antonio. —Desanimo da alma d'elle.—Seu projecto de se passar a França.— Novas utopias.—Preparos para a viagem.—Venda dos seus livros.— Tornada de Augusto Frederico para Lisboa.—Estabelece-se com seu irmão e sua cunhada no Campo de Sanct'Anna.—Revê-se uma nova edição do livro *A Primavera*.—Tristezas no lar.

Foi ainda n'este anno de 1836, que sahiu a lume outra obra de Castilho, collecção de escriptos politicos dispersos em jornaes: o *Tributo portuguez á memoria do Libertador*.

Calculo que apparecesse pelo meio do mez de outubro, porque a peça mais moderna que vem no livro é datada de 24 de setembro, e a Prefação é de 2 de outubro.

*

Em 31 d'esse mesmo mez o Marquez de Resende, Mordomo-mór de Sua Majestade a Imperatriz-Viuva, escrevia ao poeta, a quem muito apreciou toda a vida, uma bella carta em nome de sua Augusta Ama, agradecendo a Castilho as intenções piedosas e patrioticas que lhe dictaram o livrinho.

A carta do Marquez é esta:

«Ill.mo Sr.

«Sendo presente a Sua Majestade Imperial a Senhora Duqueza «de Bragança, minha Augusta Ama, a offerta que V. S. lhe fez «da sua preciosa obrinha, intitulada «Tributo portuguez á Memoria «do Libertador,» Houve Sua Majestade Imperial por bem encar-«regar-me do honroso dever de significar a V. S., nos mais ex-«pressivos termos, a especial complacencia e benevolo acolhimento, «com que Sua Majestade Imperial Aceitou este distincto e mui «valioso obsequio, verdadeiro tributo de amor, respeito, gratidão, «e saudade, que V. S. consagrou ás Soberanas Virtudes do Liber-«tador de Portugal, Augusto Esposo de Sua Majestade Imperial, «recommendando as á memoria e veneração da posteridade com «toda a energia do pensamento, com todas as graças do estylo, «e com todos os affectos do mais nobre e desinteressado patrio-«tismo.

«Digno era por certo este Grande e Soberano Objecto de ser «tratado por uma penna eloquente, fiel á Honra, á Patria, á Vir-«tude, que soubesse pintar em rasgos vigorosos a Alma forte, o «Espirito eminente, o Genio superior, do Restaurador e Defensor «das Liberdades Portuguezas; que soubesse descrever Seus Altos «Pensamentos, Seus Illustres Feitos, Seus Heroicos Sacrificios, «e Incontestavel Constancia, com uma dicção pura, energica, «animada, e persuasiva, e com aquella sensibilidade que não é «filha da arte, mas que tem a sua origem nos movimentos de um «coração inflammado no amor do bem e da virtude; que soubesse «vingar a Gloria do Grande Principe dos ultrages da ingrata e

«abjecta malevolencia, transmittir o Seu Nome, Grande, Puro, e «sem mancha, ao conhecimento dos futuros seculos, e levar aos «corações Portuguezes de todas as idades a profunda convicção «da immensa divida, em que ficaram penhorados para com o seu «Magnanimo Restaurador.

«V. S. desempenhou completamente esta difficil empreza; pre-«encheu dignamente tão grandes fins; e, ao mesmo tempo que «exprimiu com victoriosa eloquencia os sentimentos da lealdade «Portugueza, derramou um balsamo consolador sobre o coração «saudoso de Sua Majestade Imperial a Senhora Duqueza de Bra-«gança, e mitigou um pouco a profunda dor e magoa que con-«stantemente A tem acompanhado, desde o fatal momento em «que Experimentou tão grande perda.

«Sua Majestade Imperial, tendo respeito a tantas e tão justas «considerações, e Desejando Dar a V. S. um testemunho da Sua «Gratidão e Benevolencia, me Encarrega de enviar a V. S. essa «reliquia de Seu Augusto Esposo, alguns Cabellos d'aquella Real «Cabeça, aonde se geraram os mais sublimes pensamentos a favor «da Patria, e aonde tiveram sua origem as mais bellas e as mais «Heroicas Acções de Sua Gloriosa Vida.

«Cumprindo, de Ordem de Sua Majestade Imperial, este grato «dever, aproveito tão feliz opportunidade para expressar a V. S. «os meus particulares sentimentos de estima, admiração, e fiel «respeito.

«Deus Guarde a V. S.—Palacio da Real Quinta de Caxias, «31 de outubro de 1836.

«Ill.^{mo} Sr. Antonio Feliciano de Castilho.

«*Marquez de Resende.*»

N'esta carta, cujo estylo, e até cujas lettras maiusculas, todas cortesãs, pintam ao vivo os enthusiasmos emphaticos d'aquella era de crenças sinceras, e onde se vê não menos a celebridade a que attingira Castilho, apparece o documento irrecusavel da alta benevolencia da Imperatriz-Viuva.

A remessa dos cabellos do Imperador só se realisou porém um mez depois. Quando o Marquez escreveu, ainda o ourives não tinha concluido a obra, em que essa inapreciavel reliquia vinha encastoada. Em fins de novembro chegou ás mãos de Castilho, da parte do mesmo Marquez, uma linda caixa de tabaco, oblonga, de oiro, e em cuja tampa, debaixo de um oculosinho elliptico de

crystal, se via uma pequenina madeixa do cabello do senhor D. Pedro IV, rodeada da data lugubre:

24 DE SETEMBRO DE 1834.

Esta caixa historica, e sem preço aos olhos do coração do poeta, trazia outra prova da delicadeza subtil da Imperatriz, em tudo boa, e em tudo grande: por dentro da tampa liam-se gravadas estas palavras, commovedoras na sua eloquente singeleza:

A VIUVA DE DOM PEDRO
A ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO (1).

*

N'um dos ultimos mezes d'este anno, negocios de familia obrigavam a sahir de novo para fóra do Reino com sua mulher e seu filhinho Alexandre, de dois annos e meio, o irmão mais novo de Castilho, o Dr. José Feliciano de Castilho, cuja recente perda deplorâmos todos (2). Dirigia-se para Hamburgo, onde se demorou alguns annos.

*

Castilho continuava em Lisboa, mas luctava com serias difficuldades; uma era a falta de meios, porque, tendo cessado desde 34 os seus rendimentos, pela abolição do officio que lhe concedera el-Rei D. João, só lhe restava a sua enxada litteraria, que é o que todos sabem em Portugal; a outra era de bem peor genero: a sancta companheira da sua vida parecia definhar a olhos vista,

---

(1) Existe tão preciosa joia em poder de Augusto de Castilho, Capitão de Fragata da Armada Real.

(2) Capitulo escripto em março de 1879. O fallecimento foi a 11 de fevereiro de 1879, no Rio de Janeiro.

de dia para dia, minada de uma dispepsia teimosa, que ia resistindo a todo o tratamento.

Em novembro, na ociosidade do desanimo, pelas duas horas da tarde de 17, e como que para entreter alguma hora de melancolia, começou elle, por mão d'ella, a escrever umas *ephemerides*, que são o retrato da sua alma, e dão alguma luz, se bem que tristissima, a este periodo. Não transcreverei; aquelles sentimentos são demasiado intimos; respeitemos-lhes a obscuridade.

Da melancolica e doentia disposição do seu animo dão testemunho palavras que o auctor imprimiu pouco depois d'este tempo. Percorrendo com a memoria os quatorze annos transactos, dizia elle:

«N'estes quatorze annos, começados a contar aos vinte e dois «da minha vida, não só se encerrou e desvaneceu aquella melhor, «mais florida e derramada parte d'ella, que tanto discrimina e «afasta o periodo seguinte do anterior, senão que ahi se desatou «tão desfeito temporal de successos estranhos, de terrores e cala«midades publicas; tantas certezas sahiram vãs, realisaram-se «tantos impossiveis; por tal arte se transtornou e renovou, ora «em bem ora em mal, a face do nosso Portugal; tão fracas e «tenues reliquias de um passado que ainda nós, os moços, alcan«çámos, subsistem já agora .....
«que por mim digo, n'estes quatorze annos me parece ter a fortuna «desbaratado cabedal de seculos, e o tempo uma larga idade do «mundo.»

*

Exhausto de recursos, impossibilitado de se empregar em qualquer carreira publica, e talvez levado de uma certa tendencia aventurosa que toda a vida manifestou, planeava o pobre poeta nada menos que sahir de Portugal, e transportar para França os seus penates litterarios!!

Via n'uma viagem o restabelecimento da enferma, e um tonico ao desanimado espirito d'elle proprio. Imaginou ir tentar fortuna, abrindo (por que assim o digâmos) banca de homem de lettras em França.

—A França é grande—lhe segredava um genio que habita sempre no homem, e lhe lisonjeia as veleidades—; a França é muito grande; alli ha logar para todos os que saibam trabalhar. O teu conhecimento da lingua ha de completar-se com a tua resi-

dencia entre Francezes; poderás escrever em francez. Tratarás assumptos portuguezes, farás conhecida a nossa historia e a nossa litteratura, e prestarás assim grande serviço á tua terra, onde não tens pão. As relações que has de crear com os principaes litteratos, o estudo de coisas novas, hão de trazer-te seiva desconhecida. Escreverás em francez para lá, e em portuguez para cá: estudos, poemas, impressões, pesquizas, devaneios. E ao verem-te crescer, e tornar-te conhecido n'aquelle vastissimo theatro, dirão os teus amigos: «Bemaventurada ausencia!»

. . . . . .

Formosas utopias! seductoras, e impossiveis. O lado bello, sempre, e nunca o lado pratico!

Bastou pensar no seu pueril projecto, e vel-o applaudido por dois ou tres, e logo se lhe inflammou a alma!

*

Em fins do anno estava tudo assente e resolvido.

Tinha vendido uma parte dos seus livros melhores (1); tinha já trocado em moeda franceza os seus parcos haveres, e devia partir breve a bordo de um dos navios da esquadra do Almirante Hugon, surta no Tejo. Travára relações com o Almirante por intermedio do Marquez de Resende, que era enthusiasta do auctor do *Tributo portuguez;* por signal, que até á morte conservou no seu gabinete de estudo o busto por Assís Rodrigues (2).

Possuo uma carta, em que o Marquez recommenda com muita instancia o seu amigo aos cuidados e carinhos do Almirante, como já o tinham feito nos termos mais obsequiosos o Conde de Saint-Léger da Bemposta, e o proprio Ministro da França. Estava tudo prompto em novembro.

Exacerbava-se porém, de semana para semana, o estado da doente querida; a ponto, que os medicos prohibiram a viagem, que primeiro lhes parecera efficaz; e desfizeram-se n'um sopro os devaneios do pobre visionario!

---

(1) *A Primavera,* 2.ª ed., pag. 7 e 24.

(2) Este busto foi comprado no leilão do espolio do Marquez de Resende pelo sr. Ferreira, que me disse possuil-o n'uma sala da sua quinta do Giestal, á Junqueira, em Lisboa.

Augusto, a quem os deveres do seu cargo de Governador de Beja tinham trazido ausente, achava-se a esse tempo em Lisboa, talvez para obstar a tão intempestiva expatriação.

Com a independencia do seu caracter, entendera o poeta, ao fundar casa sobre si, viver parcamente com sua mulher como podesse, e manter-se do seu braço. O officio fôra extincto, como se sabe, e Lisboa não era o Caramulo. Mas chegou Augusto, e obrigou-o (como elle sabia obrigar) a juntarem-se de novo.

Tomou-se casa em novembro, e deixou-se o Monte-Olivete; e no fim d'este anno de 36 foram todos tres habitar as bellas sobrelojas do palacio da familia Vaz de Carvalho, ao Campo de Sanct'-Anna, na travessa de José Vaz de Carvalho, n.º 1. Attendendo ao estado melindroso da enferma, que principiava a inspirar cuidados serios, entrou-se em rigoroso tratamento.

*

Pois era tal a dedicação d'ella ao seu poeta, que, apezar de tão doente, ainda assim tinha artes, com a sua voz insinuante, de o animar para o trabalho; tinha o condão de o fazer proseguir nas tarefas deixadas em meio! Elle, atterrado, parecia umas vezes querer succumbir á sua desventura; outras vezes, enganado dos sorrisos d'ella, acreditava nas suas *promessas* de prompto restabelecimento!.... E ao raiar uma luzinha de melhora, já ella se entretinha a coordenar-lhe a papelada, a ler-lhe, e a escrever-lhe por sua mão.

Tanto era assim, que o resolvêra a acceder ao desejo de um editor, e publicar uma segunda edição da *Primavera*. N'isso pois trabalhava o auctor com o seu costumado exclusivismo, tendo-a ainda alguma rara vez por secretária, quando ella lhe conseguia enganar as aprehensões; outras vezes, valia-se da amabilidade de algum amigo que apparecia.

Na revisão e accrescentos do manuscripto se passaram os mezes de dezembro de 36 e janeiro de 37; em janeiro ficava prompto para a impressão o original (1). Quem hoje pois folheia aquelle

---

(1) *A Primavera,* 2.ª ed., pag. 171; Advertencia aos *Cantos de Abril;* nota, pag. 291; e n'outros pontos.

*

livro, não suspeita (mas fica-o sabendo agora) que é um livro de tristezas.

> ..... *Sahi, meus versos!*
> *pura mão, don dos Céos, que eu pago em beijos,*
> *sollícita vos abre ao mundo a estrada*

cantava o poeta n'outra parte (1); e ainda n'outra:

> *Logrei contente, e lograrei perpetuo,*
> *nos braços fraternaes consorcio d'almas,*
> *nos de hymeneu fraternidade nova;*
> *meu ente n'estes entes se completa* (2).

(Continúa).

---

(1) *Excavações poeticas*, pag. 203.
(2) Ibid., pag. 303.

FOGOS FATUOS

(Ao dr. Sanctos Valente)

Corriam pelo campo, em flammas pequeninas,
Mil pyrilampos d'oiro.—Ella era uma creança:
Olhava o céo e o campo, e vendo a semelhança,
Via estrellas tambem no escuro das campinas.

Colhia-os, a soltar risadas crystallinas,
Feliz como quem corre atraz d'uma esperança,
E d'elles constellava a sua loira trança,
Ou deixava-os morrer nas suas mãos franzinas.

E esses astros sem luz—estrellas d'um momento,
Mortas constellações d'um falso firmamento—
Deixavam-me a scismar, numa tristeza infinda,

Nos meus sonhos d'amor, nessas visões tão bellas,
—Pyrilampos tambem, que eu suppuzera estrellas,
Quando o meu coração era creança ainda.

ALFREDO DA CUNHA.

(Endeixas e Madrigaes.)

MORS-TEMPUS

(A Trindade Coelho)

O thesoiro, onde tinba avidamente
Minhas pobres riquezas tão guardadas,
—Ficções e sonhos, opulentos nadas,
Com que eu vivia num viver contente—

Um velho m'o roubou sofregamente,
Em horas para mim bem malfadadas.
Seguir tentei as céleres passadas
D'essa harpía feroz e inclemente.

Eu quiz voar após o meu thesoiro,
O meu sacrario, todo luz e oiro,
Que me empolgava a sua garra adunca.

Mas foi em vão; em vão lhe supplicava.
Elle era a Morte, e a ninguem poupava;
Elle era o Tempo—não parava nunca!

ALFREDO DA CUNHA.

(Endeixas e Madrigaes.)

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

(Continuado do n.º 6, paginas 456)

XXV

Melchior Fonseca d'Almeida

O sr. Garcia Peres diz que elle nascera em Coimbra, cujos estudos cursara, passando depois a Madrid, onde figurou entre os poetas, que concorreram aos certamens, tão frequentes no seculo XVII. Ha poesias suas nas seguintes obras:

42—*Descripcion panegyrica de las insignes fiestas que la S. Iglesia catedral de Jaen celebró... Dispvsola Ivan Nvñez Soto-mayor.* Malaga, 1661.

43 — *Academia que se celebró en siete de Enero, al feliz nacimiento del Serenissimo Princepe D. Carlos, N. S. Presidiole en su casa Don Melchor de Fonseca de Almeida,* etc. Madrid, sem indicação de impressor, 1652.

44 — *Academia que se celebró en siete de Enero, en casa de Don Melchor de Fonseca de Almeyda,* etc. Madrid, por D. Francisco Nieto, 1663.

A estas duas Academias não vemos que tivesse concorrido mais nenhum poeta portuguez. Presidiu tambem a outra que publicou com este titulo:

45—*Iardin de Apolo. Academia celebrada por diferentes ingenios.* Madrid, Julian de Paredes, 1654.

O sr. Barrera y Leyrado, que nos dá esta noticia, no seu *Catalogo bibliográfico y biográfico del teatro antiguo español,* diz que é livro *sumamente curioso y raro.*

Aproveitamos o ensejo para uma informação, que nos parece interessante. Com o mesmo titulo, *Iardin de Apolo,* deu á luz o nosso compatriota Francisco de Francia y Acosta uma collecção de versos em 1624, em Madrid. Balvas Barona, poeta hespanhol, que publicou em 1627, em Valladolid, o seu *Poeta castellano,* diz que baptisara primitivamente o seu livro com aquelle titulo, mas que o pozera de parte, vendo o livro de Francia y Acosta, a quem tece grandes elogios. Vide Gallardo, *Ensayo de una biblioteca española,* sob n.º 1:298.

46 — *Corona sepvlcral, elogio en la mverte de Don Martin Suarez de Alarcon, hijo primogenito del Ex.mo Señor Marques de Trocifal, conde de Torres Vedras. Escritos por diferentes Plumas. Sacados a lvz por Don Alonso de Alarcon,* etc. Madrid, 1652.

A poesia de D. Melchior da Fonseca contida n'esta obra é um soneto assim epigraphado:

Al aver mverto D. Martin Suarez de Alarcon, hijo del Conde de Torresvedras, abraçado con el Cabo Frances, a quien tambien dio muerte

Y que importa que muera, sino muere
Quien empieza à vivir à la Memoria?
Se a precio vna pena de vna Gloria;
Que à tanta costa lo immortal se adquiere.
Sin razon, de las lagrimas se quiere
Valer la quexa en tan amable Historia:
Prefiera en los efectos la Victoria
Que en el sucesso à la mayor prefiere.
Mas (ó gran Torres Vedras!) q̃ aduertido
La nueua Accion de tu Bizarro Aliento
Con voz de llanto el sentimiento aclama!
Con voz de llanto? si, porque el ruido
Que haze en el coraçon el Sentimiento,
Niegue al Tiempo el descanso de su Fama.

N'esta extensa collecção de versos elegiacos ha mais alguns de auctores que parecem portuguezes. O marquez de Trocifal é dos que se conservaram fieis ao dominio hespanhol, combatendo com as armas contra a patria. Teve de certo compatriotas, que o lastimaram na morte do filho. Este morreu valorosamente — dizem — no cerco de Barcelona.

D. Melchior da Fonseca foi o auctor do *Sueño politico,* satira poetica contra Philippe IV e seus ministros. Vem descripta esta obra em Salvá sob o n.º 615. Barrera y Leyrado qualifica-a de celebre. Salvá (n.º 200) descreve um manuscripto, *Cancionero de poesías escogidas de nuestros poetas del siglo XVII,* em que ha algumas de Melchior de Almeida.

XXVI

D. Manuel Freire de Andrade

Foi escriptor dramatico de algum apreço. Tem composições poeticas nas seguintes *Academias:*

47 — *Academia que se celebró en dia de Pasqua de Reyes, siendo Presidente Don Melchor Fernandez de Leon,* etc. Madrid, 1674.

48 — *Academia que se celebró en Sevilla jueves 17 de febrero de 1667 años en festejo de las carnestolendas. Presidiola D. Cristábal Bañes de Salcedo, siendo secretario D. Fernando de la Torre Farfan,* etc. En Sevilla, por Lucas Antonio Bedmar.

Aqui o nosso auctor é designado d'esta maneira: *El capitan D. Manuel Freile de Andrada.*

49 — *Academia que se celebró en la real advana desta Corte. Siendo presidente don Melchor Fernandez de Leon, etc. Ano de 1678.* En Madrid: En la Imprenta del Reyno.

N'esta obra acham-se as seguintes oitavas, assim epigraphadas:

Pintase vna tempestad qve impidiò a vn Amante llegar donde estaua su Dama. De D. Manuel Freyre de Andrade, Cauallero del Abito de Christo.

Surcando golfos, en vn buque alado,
Aguila de Neptuno, a cuyo buelo
Entregaua Mamphriso enamorado
Las tiernas ansias de su dulce anhelo:
Y apenas divisò del Puerto amado
La bella reflexion de su desvelo,
Del ayre rompe los ceruleos giros,
Y el coraçon entrega a los suspiros.
Pero sañudo el Aquilon furioso,
Intrepido le embarga el curso amante,
Articulando horrendo, y pauoroso,
Roucos gemidos, de su lid tonante:
Empanose de vn velo tenebroso,
De este Emispherio el cerco rutilante,
Y al impulso de horribles ondas fieras,
Tiemblan las Zonas, cruxen las Espheras.

El cristalino Globo se encendia,
Exhalando obeliscos por centellas,
Tan sobervio que Atlante presumia
Coronar su altiuez de las Estrellas:
Icaro de Zafir se transcendia,
Eclypsando del Sol las luzes bellas,
Y en sus precipitados parasismos,
Al Vagel sepultaua en los abismos.
Sobre montes de espuma fluctuaua
Del iracundo Boreas impelido,
Y la tenebridad se fomentaua
Al furor de su ceño embrauecido:
Con tal velozidad le remontaua,
Que al Orbe de la Luna conduzido,
En su Esphera, tronchando las entenas,
Vino a romper la Quilla en las arenas.
Sacra deidad, pues de la blanca espuma
(El infeliz Amante prorrumpia)
Milagrosa nacio tu Beldad suma,
Aqui me valga tu clemencia pia:
Alado Ciego de neuada pluma,
Pues consagro a tu culto idolatria,
Prestame aqui tu buelo fugitiuo,
O quitale a mi ser lo sensitivo.
Y tu, divina Fili, que estampada
Te eterniza en mi pecho el rendimiento,
Recibe, dulze prenda idolatrada,
Las lagrimas que exhala mi tormento:
Y se alguna llegare congelada
En las ondas que altera mi lamento,
Veràs que es de no verte el dolor tanto
Que al mismo mar anego con mi llanto.

XXVII

Dr. Serafim de Freitas

Celebre jurisconsulto, professor de direito canonico na Universidade de Valladolid. Publicou um Tractado combatendo as doutrinas de Grotius sobre a liberdade dos mares *De justo imperio Lusitanorum asiatico,* o qual foi traduzido ha pouco em francez pelo sr. A. Guichon de Grandpont. (Paris-Lille, 1882.)

Ha d'elle uma poesia, provavelmente latina, na seguinte obra:

50—*Las fiestas solemnes, y grandiosas qve hizo la sagrada Religiõ de N. Señora de la Merced en este su Conuento de Madrid, a... San Pedro Nolasco este año de 1629.* Por el Padre Maestro Fray Alonso Remon. Madrid, Imprenta del Reyno, 1630.

Nas preliminares do *Lavrel de Apolo,* ao citar diversos encomios endereçados a Lope de Vega, lê-se:

«El doctor F. Serafin de Freitas Lusitano, Catedratico de Canones, despues de muchos versos concluye

Cedat Virgilius, palmam det Clarus Homerus
Laurea adest meritis hinc, Lupe, digna tuis.»

XXVIII

Pedro de Andrade Caminha

Bartolomé de Villalba y Estaña viajou, ou antes, perigrinou em Hespanha e Portugal no seculo XVI, reinando D. Sebastião. No nosso paiz, o homem de lettras, com quem teve mais convivencia, foi Pedro de Andrade Caminha, de quem nos conserva uma poesia hespanhola, que não se encontra no volume do nosso poeta publicado em 1798. Egual destino coube aos dois escriptores, cujas obras sahiram posthumas.

As memorias da viagem de Villalba conservaram-se ineditas até ha pouco, sendo dadas á luz pela «Sociedad de Bibliophilos Españoles» sob o titulo de:

51—*El Pelegrino Curioso y Grandezas de España.* Madrid, 1886, 1889.

Eis as decimas de Caminha:

Quatro octavas recebi
con firma de un pelegrino,
que juro por Dios divyno
que, si no es mofar de mi,
no llevan otro camino.
El verso es muy cortesano
y él y vos burlays conmigo;
á la vaya doy de mano:
afuera, afuera Rodrigo,
el soberuio castellano.
Pedir verso á la rudeza,
y a la scuridad la luz,
y al que es pequeño grandeza,
y al pobre que os dé riqueza,
no sé que es, por esta cruz ✠.
Si es por tenerme por tonto,
y entrays con risa mofando,
y con versos motejando,
camino del Elesponto
camina el triste Leandro.

Si es no tener que hazer,
y es eso entretenimiento,
yo¿ en que os puedo entretener,
rudo, simple y sin saber,
malo para dar contento?
Mas todos vuestros reveses
yo creo que ellos son tales
gustar de los portugueses:
mala la visteis, franceses,
la caza de Ronces Valles.
Si vays por favorecerme,
como á la verdad lo entiendo,
es en un cargo ponerme,
que al descargo no lo entiendo,
pues con vos no sé valerme.
Mas otorgo lo emplazado;
por no quebrar nuestra ley
yo cumpliré lo ordenado;
mucho me plaze el buen rey
de cumplir vuestro mandado.
Y para gozar de vos
y bien probar vuestra lanza,
en el jardin, á los dos,
casa el duque de Braganza
oy nos veamos los dos.
Cumplir quiero vuestra ynstancia
que el verso me traspasó,
porque fue tal la elegancia:
que á pesar del Rey de Francia
los puertos de Aspa pasó.

O leitor de certo não deixou de reparar na frequencia das allusões ao romanceiro hespanhol.

Outra circumstancia, que não póde passar sem reparo, é ser a poesia em castelhano, quando Caminha, amigo intimo de Ferreira, seguindo n'isto o seu exemplo, como discipulo afeiçoado, quasi que compoz exclusivamente em portuguez. Apenas nas suas *Poesias* ha uma ode em lingua hespanhola. É a XVII em quatro oitavas. Foi por isto sem duvida que o sr. Garcia Peres não o incluiu no seu *Catalogo*.

De Caminha conhecemos mais quatro sonetos, que não foram colleccionados nas suas *Poesias*, e que se acham publicados nas seguintes obras: nas *Poesias* de André Falcão de Rezende, na *Voz do Amado*, de Hilarião Brandão, nas *Obras* de Sá de Miranda, e nos *Epodon* de Diogo de Teive.

Cadabal Gravio Calidonio, na sua *Brachyologia*, impressa em Lisboa, em 1568, por Antonio Gonçalves, insere uma poesia dedicada a Caminha: *Ad generosvm ac perinde virtutis studiosum oratorem, atque Poetam Petrum ab Andrade serinissimi clarissimique*

Principis Eduardi Cubicularium, Cadabalis Grauij Calidonij Monocolon Encomiasticosque carmen.

XXIX

Manuel Correia Montenegro

Erudito dos fins do seculo XVI e principios do seculo XVII muito celebrado por alguns dos seus contemporaneos. Exerceu, em Hespanha, officialmente, ao que parece, o mistér de corrector de imprensa. Ha d'elle um epigramma latino e um soneto em hespanhol nas seguintes obras:

52—*Disputationes Theologicae, de Miguel de Palacio.* Salamanca, por Gaspar de Portonaris, 1574.

53—*Primera y segunda parte de El Leon de España, de Pedro de la Vecilla Castellanos.* Salamanca, J. Fernandez, 1586.

Tanto uma como outra composição inserimol-as no estudo especial que publicámos ácerca de Manuel Correia de Montenegro.

XXX

Affonso Ribeiro Pegado

O sr. Garcia Peres considera-o portuguez e como tal o inclue no seu *Catalogo*. Ha composições d'elle na *Relacion de las fiestas que la insigne Villa de Madrid hizo en la Canoniçacion de su Bienauenturado Hijo y Patron San Isidro* e na *Relacion de las fiestas qve ha hecho el Colegio Imperial de la Compañia de Iesus de Madrid en la canonizacion de San Ignacio de Loyola y San Francisco Xavier.*

Miguel Botelho de Carvalho no seu romance pastoril *El Pastor de Clenarda* (Madrid, 1641), enumerando os poetas que em seu tempo fulgiam n'aquella côrte, cita diversos poetas portuguezes, entre os quaes Alonso Ribero Pegado. Os restantes compatriotas são: dr. Miguel da Silveira, Antonio Lopes da Veiga, Manuel de Faria e Sousa, Francisco de França, Rodrigo Herrera e Jacintho Cordeiro.

XXXI

D. Bernarda Ferreira de Lacerda

O seu nome apparece entre os dos numerosos poetas que teceram a corôa funebre na morte de Lope de Vega.

Esses versos foram colleccionados e publicados com o titulo de *Fama posthvma* por Iuan Perez de Montalvan.

Já descrevemos esta anthologia. Damos agora o soneto que ahi se encontra da nossa poetisa:

Quando admirable al mundo enriqueciste
Con dulce canto, Apolo soberano,
Mientras el tiempo te mentia humano
Acciones de Diuino al tiempo diste.
Oy que tu ausencia España llora triste,
Muestras Fenix que de Atropos la mano
Contra tanta Deydad se opuso en vano,
Pues felice muriendo renaciste.
De la muerte alcançando assi vitoria,
A tus obras, assombro del oluido,
Supremo altar consagra la Memoria.
Tu ya a los mismos Astros preferido
Entre mares de luz, golfos de gloria,
Eres eterno Sol, si Apolo has sido.

Montalvan correspondia-se com D. Bernarda Ferreira de Lacerda, pela qual tinha singular estima e admiração, chamando-a *Decima musa,* como se vê no frontispicio do seu *Orfeo en lengua castellana,* que lhe endereçou. Nos preliminares d'esta mesma obra se encontra um escripto da *Decima musa* dedicado a Montalvan.

Por morte de Montalvan, os poetas peninsulares fizeram a mesma carpideira que haviam feito por morte de Lope de Vega. D'esta vez foi collector das nenias don Pedro Grande de Tena, que as publicou sob o seguinte titulo:

54—*Lagrimas panegiricas a la temprana mverte del gran poeta, y teologo insigne Doctor Iuan Perez de Montalban, Clerigo Presbitero, y Notario de la Santa Inquisicion, Natural de la Imperial Villa de Madrid. Lloradas y vertidas por los mas Ilustres Ingenios de España,* etc. Madrid, Imprenta del Reino, 1639.

A lagrima de D. Bernarda Ferreira de Lacerda deslisou por esta fórma poetica:

Dvplique mi dictamen la alabança
De vn Monte que erigio hondo desvelo

A tomar la razon de todo el Cielo,
A competir de estrellas semejança.
Si bien no le vencio la confiança
Ni de Soberuia alada infausto buelo:
Porque crecio para exẽplar consuelo
De quãto el Docto por Modesto alcãça.
Corone pues su frente de laureles
Este Pensil de la Naturaleza
Prospero de Retoricos claueles.
No alteren de sus frutos la belleza
De la Invidia los dientes mas crueles,
Que no puede ocultarse su Grandeza.

N'estas composições, em geral, o sentimento era abafado pelo excesso de subtileza. A linguagem da paixão era substituida pelos mais requintados conceitos. Adeante transcreveremos um soneto de João de Mattos Fragoso, sobre o mesmo luctoso assumpto, que é um dos mais deploraveis specimens do gosto predominante da epocha. Da auctora da *España Libertada* conhecemos ainda umas Decimas na seguinte obra:

55—*Cancion real al Smo. misterio de el Ave-maria enla sacratissima Encarnacion de el Verbo Dios Eterno, principio de nuestra feliz y final redencion... por el Lic. I. B. Garcia de Alexandre.* Lisboa, Antonio Alvarez, 1635.

De las alas de Gabriel
Presumo que fue la pluma,
Que en estas de gracias suma,
Tu buelo yguala con el,
Nunca tan verde laurel,
Ni pluma tan excelente,
De Aganippe en la corriente,
Tuuo lugar soberano,
Como la que honra tu mano,
Como el que ciñe tu frente.
Fenix el mundo te admira,
Quando tu Musa sonora,
Canta la diuina Aurora,
Al son de acordada lira,
Y Cisne quando suspira,
En Occaso al Sol divino,
Que tu ingenio peregrino,
Imita al Aguila pura,
Que penetrò la hermosura,
Del cielo mas cristalino.
Alto canto, dulce lloro:
Admirable Iuan nos das,
Y una voz añades mas,
A las del celeste coro.
Tu nombre en laminas de oro,

La fama escriue, y publica,
Que de su melena rica
Te tributa el mismo Apolo
Para mostrar que a ti solo
Obediencias sacrifica.

Garcia Alexandre parece que era um grande frequentador dos parlatorios conventuaes lisbonenses. Não menos de quatro freiras lhe vieram depôr aos pés o seu tributo metrico. São ellas:

D. Vicencia Baptista, do convento de Sancta Clara;

D. Seraphina dos Anjos, do real mosteiro de Odivellas;

D. Seraphina Guedes, religiosa agostinha de Sancta Monica;

D. Violante do Céo, religiosa dominica do convento da Rosa.

D'esta ultima nos vamos occupar em seguida.

Não poremos ponto a este artigo sem citar a opinião de Botelho de Carvalho no seu *Pastor de Clenarda,* a que já nos referimos. Diz elle:

«Pero lo que mas me ha admirado, ha sido vn libro que en Madrid he visto de la restauracion de España en otauas Castellanas, escrito por vna Portuguesa llamada doña Bernarda de Lacerda, con lo que merece que no solamente en su nacion, a quien ha honrado, pero en las mas remotas sea sua fama eterna. Que vna muger, digo Montaño, emprẽdiesse tal grandeza, es tan raro como increible, puesto que no acertasse el vsar de todos los vocablos Castellanos. Algunos tenia q̃ no lo erã, prosigio Lisardo, pension que suelen pagar los que escriuen en lẽgua estraña, sin aver estado algunos años en el mismo Reyno, o sin comunicarlo con personas experimentadas en la misma lẽgua.»

É de advertir, para bem se comprehender o periodo transcripto, que o romance de Botelho é em dialogo.

O dr. Fernando Cardoso, de quem já fizemos menção n'esta resenha, na sua *Oracion funebre en la muerte de Lope de Vega,* Madrid, 1635, diz que este dedicara á nossa poetisa os ultimos acentos da sua lyra, o que ella de certo não deixaria de retribuir, o que effectivamente fez, como vimos. Eis as proprias palavras de Fernardo Cardoso: «Cântò los vltimos acentos en vna Egloga tan bien modulada como afectuosa a la excelente Musa Lusitana D. Bernarda Ferreira, que noble y discreta sabrá recompensar lo bien cantado con lo bien sentido, endechando apenas pastoriles tragicas Elegias.»

Trecho interessante para a vida do FENIX da poesia hespanhola e para quem tanto honrou o feminino Parnaso portuguez.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX—FEVEREIRO DE 1892

SEGUNDA SERIE—N.º 8

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

Pag.

JESUS LIBERTADOR DA HUMANIDADE — pelo **dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos** 537

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO — por **Abel Andrade** 550

PRIMEIRAS NOÇÕES SOBRE O CALCULO DAS QUANTIDADES GEOMETRICAS — por **L. C. Almeida** 562

D. ANTONIO DA COSTA — por **Antonio José Teixeira** 579

Á BEIRA DA SEPULTURA DE D. ANTONIO DA COSTA — por **Bernardino Machado** 582

D. ANTONIO DA COSTA avaliado na camara dos senhores deputados 583

PONTICAS DE OVIDIO NASÃO — pelo **Visconde de Seabra** ... 585

MEMORIAS DE CASTILHO — por **Julio de Castilho** 594

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES — por **Sousa Viterbo** 606

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

JESUS LIBERTADOR DA HUMANIDADE

DISCURSO

Pronunciado na real capella da Universidade na festa da Purificação da Sanctissima Virgem, a 2 de fevereiro de 1892, pelo dr. Antonio Garcia Ribeiro de Vasconcellos, lente cathedratico da Faculdade de Theologia.

Ecce positus est hic in resurrectionem multorum.
Luc., c. 2.

Ill.^mo e Ex.^mo Prelado da Universidade,
Sapientissimos Professores e Doutores,
Sympathicos jovens academicos,
Respeitavel assembleia:

Era preceito do Senhor: por isso Maria, a humilde esposa do pobre carpinteiro de Nazareth, lá vai com o filho nos braços em direcção ao templo, para alli offerecer ao sacerdote duas rolas ou dois pombinhos, que haviam de ser immolados em holocausto á Divindade.

Pobre e desconhecida, passava por entre os fieis sem que ninguem n'ella reparasse, quando um respeitavel ancião, que o Evangelho nos apresenta como homem justo, temente a Deus e cheio de esperança na proxima redempção de Israel, tocado do Espirito divino, a ella se dirige e toma em seus braços o pequenino

Jesus. Em seguida, arrebatado por subita inspiração, exclama entre lagrimas de alegria: «Agora, Senhor, já pódes deixar morrer em paz o teu servo, porque os meus olhos viram o Salvador. Viram Aquelle que brilhará sobre todos os povos como astro luminoso, dissipando as trevas em que se acham immersos os gentios e inundando de refulgente gloria a tua plebe... Elle está destinado a ser a causa da resurreição de muita gente.»

Ecce positus est hic in resurrectionem multorum (1).

Eis a narração evangelica.

Relanceemos agora os olhos pela historia, e, percorrendo os dezenove seculos que já passaram, vejamos a realisação da prophecia.

I

O que era a sociedade, antes de regenerada por Jesus, o divino Salvador?

Um agglomerado ignobil de escravos, sem moralidade, sem ideaes, sem aspirações, tolerando servil e miseravelmente o jugo odioso de seus senhores.

---

(1) A pericopa evangelica a que me refiro, e d'onde é extrahido o evangelho da presente solemnidade, diz assim:

«Et postquam impleti sunt dies purgationis ejus secundum legem Moysi, tulerunt illum in Jerusalem, ut sisterent eum Domino;—Sicut scriptum est in lege Domini: Quia omne masculinum adaperiens vulvam, sanctum Domino vocabitur.—Et ut darent hostiam, secundum quod dictum est in lege Domini, par turturum, aut duos pullos columbarum.—Et ecce homo erat in Jerusalem, cui nomen Simeon, et homo iste justus et timoratus, exspectans consolationem Israel; et Spiritus sanctus erat in eo.—Et responsum acceperat a Spiritu sancto, non visurum se mortem, nisi prius videret Christum Domini.—Et venit in spiritu in templum. Et quum inducerent puerum Jesum parentes ejus, ut facerent secundum consuetudinem legis pro eo,—Et ipse accepit eum in ulnas suas, et benedixit Deum, et dixit:—Nunc dimittis servum tuum, Domine, secundum verbum tuum in pace:—Quia viderunt oculi mei salutare tuum,—Quod parasti ante faciem omnium populorum:—Lumen ad revelationem gentium, et gloriam plebis tuæ Israel.—Et erat pater ejus et mater mirantes super his quæ dicebantur de illo.—Et benedixit illis Simeon, et dixit ad Mariam matrem ejus: Ecce positus est hic in ruinam et in resurrectionem multorum in Israel, et in signum cui contradicetur;—Et tuam ipsius animam pertransibit gladius, ut revelentur ex multis cordibus cogitationes.» Luc. II, 22-35.

O genero humano podia, sem grande inexactidão, dividir-se em duas classes: senhores e escravos.

Os laços que prendiam entre si os homens eram bem symbolisados na algema, e a palavra *escravidão* exprime com verdade o estado social que por toda a parte se observava.

O amor de dominar, a cobiça e ambição, as paixões desordenadas haviam lançado raizes no coração do homem, que, erguendo-se contra o seu similhante, o acurvara sob um jugo degradante, negando-lhe os direitos de pessoa, e reduzindo-o á classe de cousa. Assim originada, a escravatura tornou-se um facto universal.

A seu turno os imperantes esqueceram o mandato que do povo haviam recebido; abusaram do poder que lhes fôra confiado, e transformaram-se em déspotas: a sua vontade fazia lei, e ai d'aquelle que pensasse em transgredil-a. A força publica só cuidava de opprimir o povo, sugando-lhe os ultimos haveres. Era a tyrannia no estado.

O chefe de familia, o proprio chefe de familia, cortando pelos vinculos de affeição e amor que a natureza lhe depozera no coração, é o algoz da esposa e dos filhos se porventura ousam levantar olhos de resistencia aos seus caprichos desordenados; o assassinio, ou, pelo menos, o repudio e a venda é a sorte que os espera. Eis a escravidão mais abjecta corrompendo a familia.

Eram estas as condições em que se achava a antiga sociedade, verdadeiro Lazaro moralmente morto, já corroido pelo esphacelamento, e em estado de decomposição adeantada, podendo bem applicar-se-lhe o *jam fœtet* do Evangelho.

Qual será o braço potente que consiga erguer a descendencia de Adão d'esse abysmo em que se precipitara?

Quem, senão o proprio Deus, poderá resuscitar este gigante, morto e apodrecido?

Quem saberá, quem poderá apontar-lhe novos ideaes, abrir-lhe novos horizontes, e, dizendo o *surge et ambula,* dar-lhe um impulso omnipotente que o faça caminhar em direcção á verdade, ao bem, á felicidade?

Responda por nós o velho Simeão, repetindo as palavras que em arroubamento de enthusiasmo pronunciou, quando tinha nos braços o menino Jesus:

Ecce positus est hic in resurrectionem multorum.

Só Jesus é que podia realisar a grandiosa resurreição da humanidade.

E Jesus realisou-a.

Com palavras, ternas e maviosas como o arrulho da pomba,

ensinou uma doutrina sublime como o céo, na qual havia balsamos admiraveis, capazes de insuflar vida e calor n'aquelle cadaver vilipendiado.

O Espirito de Jesus, sempre assistente á sua Egreja, vela pela pureza de tão sancta doutrina, e constantemente a protege, alenta, vivifica, tornando-a sempre efficaz em curar os males, sempre fecunda em produzir beneficios.

É esta doutrina que, operando com suavidade, tem produzido no correr dos tempos, sem violencias nem perturbações, a revolução social mais completa que poderia imaginar-se.

Foi pela acção da doutrina christã que a sociedade reviveu, e, deixando o antigo estado de humilhação e opprobrio, ergueu com dignidade a cabeça, depois de sentir despedaçadas as tyranicas algemas.

II

A emancipação começou pela familia, reparando a dignidade da mulher, e restabelecendo a unidade e indissolubilidade do laço conjugal, base de toda a sociedade domestica. D'aqui deriva como consequencia a sorte dos filhos, que depende da maior ou menor justeza das relações que ligam os paes.

Segundo as antigas e venerandas tradições biblicas, Deus, depois de creado o primeiro homem, infunde-lhe um somno mysterioso, durante o qual arranca um pedaço do escudo com que a natureza lhe cobrira o coração, e d'esse pedaço fórma um novo ser.

Quando Adão desperta, e vê juncto de si uma creatura, cujo rosto era a expressão genuina da doçura e attractivos da alma; extasiado perante aquelle ser, que elle desde logo considera um portento de graça e de amor, abre-lhe os braços, todo affectos e ternura, e exclama: «Eis o osso de meus ossos, a carne de minha carne: será ella a companheira inseparavel do homem, que deixará pae e mãe para se unir a sua esposa, ficando dois em uma só carne.»

Este primeiro hymno de amor, flor mimosa brotada do coração do homem, resume em si todos os elementos que são a base natural da familia.

A dignidade da mulher, a indissolubilidade e unidade do vinculo conjugal, e o fundamento d'esta união, ou o affecto reciproco que attrahe os corações dos esposos, tudo alli se acha enunciado.

Mas esta constituição da familia, que as primeiras gerações herdaram da natureza, não vigorou por muito tempo.

A fraqueza da mulher fel-a decahir de sua legitima dignidade, e de esposa tornou-se escrava.

Quando Jesus Christo veio ao mundo, a mulher não passava aos olhos do homem de um simples instrumento de sensualidade, e, quando muito, seria considerada como uma condição necessaria para obter filhos, que representassem um nome, e servissem a patria.

Este modo de ver poderia fomentar baixas paixões, mas nunca daria logar ao amor, a esse sentimento puro e levantado, verdadeira base da familia, e garantia da paz domestica.

O christianismo restabelece a dignidade da mulher, começando por dar-lhe logar ao lado do homem. Isto não era mais do que uma consequencia das idéas grandiosas ácerca da humanidade, ensinadas por Jesus.

Perante a religião christã todos somos eguaes, sem distincção de sexo, edade ou condição: a mulher é, não menos que o homem, filha de Deus, redimida por Christo, cidadã do seu reino, coherdeira da gloria.

Depois, em contraposição aos sentimentos grosseiros que a antiguidade nutria pela mulher, Jesus Christo proclama a virtude da virgindade, S. Paulo faz a sua apologia, e a Sancta Egreja, continuadora da obra de Jesus, cérca a virgem christã de uma aureola de luz celeste tão sympathica e divina, que a escrava de outras eras é elevada a rainha, e a sua realeza, tendo por sceptro o sentimento, por imperio o coração, por diadema a virtude, suavisou os costumes, e imprimiu nas novas gerações um indelevel cunho de elevação e decoro.

A mulher, educada pelo Evangelho, tem attrahido os respeitos e a sympathia de todas as almas nobres. A galharda cavallaria da edade media, deslumbrada pelos attractivos de que a viu revestida, d'ella fez o idolo de suas homenagens.

Que espectaculo bello não offerecem esses cavalleiros, arremessando-se como leões contra as hostes agarenas, com o pensamento em Deus e na sua dama, practicando actos do heroismo e desprendimento mais sublime, para depois virem, mansos como cordeiros, ternos como pombas, curvar o joelho e beijar a mão da sua noiva, e depôr a seus pés os louros que lhes cingem as frontes!

Já não é um sentimento grosseiro que prende estas almas generosas: é um amor idealisado, uma veneração, um culto pela graça e pudor que vestem a donzella christã; é ainda mais um sonho dulcissimo da felicidade que entrevêem no futuro, quando gosarem a companhia e os affectos da esposa virtuosa que o céo lhes destina.

E depois, unidos pelo vinculo sacramental do matrimonio, os conjuges encontrarão no lar domestico o amor, a paz e doçura, a dedicação e fidelidade que n'este mundo lhes darão um antegoso da felicidade eterna.

Em tal consorcio, assim modelado pela doutrina de Jesus, nunca os filhos encontrarão sentimentos que não sejam de amor e carinho devido ao mais inestimavel thesouro que Deus póde confiar aos esposos.

Mas, para obter este resultado, o christianismo teve de sustentar luctas atrozes com os potentados semi-barbaros da edade media, que desejavam transformar em harens os seus palacios, ou buscavam no divorcio meio de satisfazer suas novas inclinações. N'essas luctas terriveis encontrou-se a Sancta Egreja sempre ao lado do fraco, servindo-lhe de salvaguarda, de muro inexpugnavel contra o qual vieram em todos os seculos despedaçar-se impotentes as paixões dos poderosos. Mas por fim triumpha a causa da moralidade e da justiça: é restituida a veneração aos sanctos laços do matrimonio, o respeito á mulher, a protecção á creança, e no lar domestico a tyrannia e a escravidão desapparecem, para dar logar ao fecundissimo vinculo do amor.

Eis a resurreição da familia, operada pela doutrina de Jesus.

Ecce positus est hic in resurrectionem multorum.

III

Depois da emancipação domestica veio a resurreição politica.

É triste, muito triste o quadro do estado politico do mundo ao alvorecer do christianismo.

Roma era quasi a senhora do universo, e, empunhando um sceptro de ferro, esmagava dezenas e dezenas de povos sob o peso do mais insoffrivel despotismo.

A propria capital do imperio esquecera o antigo vigor e tradições gloriosas, servindo de pedestal ao throno de uns tyrannos, que conquistavam o diadema á custa de dinheiro e violencias, e vinham por fim a succumbir ao punhal do assassino, depois de mancharem o imperio com os actos mais abominaveis.

A auctoridade senatorial desapparecera, e aquelle povo-rei, diz o satyrico Juvenal, «que ha pouco dispunha do imperio, das fasces, das legiões, de tudo, agora sómente deseja duas cousas: pão e jogos».

Assim eram os destinos da sociedade antiga confiados ao arbitrio d'esses tigrinos imperantes, degenerados dos mais perigosos, que viam o mundo rojar-se servilmente perante elles, adulando-os com o =*Ave, Cæsar; morituri te salutant*=, e que chegaram a desejar que a humanidade tivesse uma só cabeça, para lh'a deceparem de um só golpe.

Entretanto houve a emancipação politica da sociedade; e o poder soberano, despindo a sangrenta capa da tyrannia, vestiu as alvissimas roupagens da justiça.

E quem operou esta conversão?

Foi ainda a doutrina de Jesus Christo.

Ensinando o principio da origem divina do poder, deu o golpe mortal no direito da força, e elevou a dignidade do homem, ente livre, não sujeito á vontade tyrannica de ninguem.

Principio eminentemente fecundo, que, oppondo-se aos excessos do poder e ás insubordinações do povo, é a melhor das garantias da boa ordem social.

Principio summamente razoavel, que, reconhecendo o homem demasiado grande para obedecer a outro homem, faz dimanar de Deus toda a auctoridade, de modo que no homem prestemos obediencia á vontade divina, manifestada na idéa da ordem moral: *Servientes sicut Domino, et non hominibus.*

A Egreja de Jesus Christo, dirigindo-se aos povos, em quem reconhece o direito de escolher fórma de governo e pessoas governantes (1), diz-lhes:

«Obedecei á auctoridade que, exercida por individuos de vossa

---

(1) Talvez a alguem pareçam um pouco extranhas as palavras aqui escriptas. Leiam-se os excerptos das immortaes epistolas do grande pontifice Leão XIII, transcriptos n'esta e nas tres notas seguintes, e ver-se-hão bem corroboradas as minhas idéas. De resto, as doutrinas expostas n'esta parte do meu discurso são faceis de demonstrar, tanto em face das fontes da revelação, como por argumentos philosophicos.

«Procul dubio nullam Ecclesia catholica reprehendit aut improbat formam civitatis; et quæ ab ipsa Ecclesia ad communem utilitatem instituta sunt, prospere esse possunt, sive unius sive plurium potestate et iustitia regatur res publica. Sedes autem Apostolica quæ, in variis vicibus flexibusque rerum publicarum, negotia expediat necesse est cum iis qui populo præsunt, hoc vult, hoc spectat unice, rem christianam salvam esse: lædere vero iura imperii, cuiuscumque tandem ea sint, nec vult, nec velle potest. In rebus autem non iniustis parendum eis esse, qui præsunt, conservandi caussa ordinis, in quo est publicæ fundamentum incolumitatis, nemo dubitat: nec tamen est consequens, obtemperando approbari si quidquam est aut in constitutione aut in administratione civitatis non iustum.» Epist. *Perlectæ a Nobis* ad Archiepisc. Parisien., 22 octobr. 1880.

«Ab his vero dissentiunt catholici homines, qui ius imperandi a Deo repetunt, velut a naturali necessarioque principio.—Interest autem attendere

escolha, é condição essencial á vida da sociedade, e como tal dimana de Deus, auctor da natureza.

«Prestai-lhe obediencia franca e leal, como pede a razão, e nunca deis ouvidos á voz do temor servil que degrada.

«Respeitai-a como representante de Deus, emquanto os seus preceitos forem reflexo da eterna justiça, temperada pelas regras da equidade (1).»

E voltando-se em seguida para cada um d'aquelles que têm em suas mãos as redeas do poder, accrescenta:

«Se o povo te collocou á sua frente foi para bem o dirigires em ordem ao seu fim, e para isso recebeste de Deus a emanação do seu poder.

«Attenta pois na tua missão.

«Não esqueças que toda a lei deve ser pedida pelo bem social, e a tua vontade, quando a sancciona e faz executar, não ha de ser uma potencia arbitraria, senão instrumento e auxiliar da boa razão.

«E nota que do teu governo has de dar contas perante o Juiz supremo, que tem reservados castigos terriveis para os que governarem mal (2).»

---

hoc loco, eos, qui reipublicæ præfuturi sint, posse in quibusdam caussis voluntate iudicioque deligi multitudinis, non adversante neque repugnante doctrina catholica. Quo sane delectu designatur princeps, non conferuntur iura principatus: neque mandatur imperium, sed statuitur a quo sit gerendum.—Neque hic quæritur de rerum publicarum modis: nihil enim est, cur non Ecclesiæ probetur aut unius aut plurium principatus, si modo iustus sit, et in communem utilitatem intentus. Quamobrem, salva iustitia, non prohibentur populi illud sibi genus comparare reipublicæ, quod aut ipsorum ingenio, aut maiorum institutis moribusque magis apte conveniat.—Ceterum ad politicum imperium quod attinet, illud a Deo proficisci recte docet Ecclesia; id enim ipsa reperit sacris Litteris et monumentis christianæ vetustatis aperte testatum; neque præterea ulla potest doctrina cogitari, quæ sit magis aut rationi conveniens, aut principum et populorum saluti consentanea.» Encycl. *Diuturnum*, 29 jun. 1881.

«Ius autem imperii per se non est cum ulla reipublicæ forma necessario copulatum: aliam sibi vel aliam assumere recte potest, modo utilitatis bonique communis reapse efficientem.» Encycl. *Immortale Dei*, 1 novembr. 1885.

(1) «Principum autem et subditorum animi mutuis officiis et iuribus, secundum catholicam doctrinam ac præcepta, ita devinciuntur, ut et imperandi temperetur libido, et obedientiæ ratio facilis, firma et nobilissima efficiatur.—Sane Ecclesia subiectæ multitudini Apostolicum præceptum iugiter inculcat: *Non est potestas nisi a Deo; quæ autem sunt, a Deo ordinata sunt. Itaque qui resistit potestati, Dei ordinationi resistit: qui autem resistunt, ipsi sibi damnationem acquirunt.* Atque iterum: *Necessitate subditos* esse iubet *non solum propter iram, sed etiam propter conscientiam;* et *omnibus debita* reddere, *cui tributum tributum, cui vectigal vectigal, cui timorem timorem, cui honorem honorem.*» (Rom. XIII). Encycl. *Quod Apostolici*, 28 decembr. 1878.

(2) «At vero ut populorum rectores potestate sibi concessa in ædifica-

Mas se, apezar d'estas considerações a auctoridade transpõe os limites de sua legitima acção e manda despoticamente em objecto

---

tionem et non in destructionem utantur, Ecclesia Christi opportunissime monet etiam Principibus supremi iudicis severitatem imminere; et divinæ Sapientiæ verba usurpans, Dei nomine omnibus inclamat: *Præbete aures, vos, qui continetis multitudines, et placetis vobis, in turbis nationum; quoniam data est a Domino potestas vobis, et virtus ab Altissimo, qui interrogabit opera vestra, et cogitationes scrutabitur... Quoniam iudicium durissimum his, qui præsunt, fiet... Non enim subtrahet personam cuiusquam Deus, nec verebitur magnitudinem cuiusquam; quoniam pusillum et magnum ipse fecit, et æqualiter cura est illi de omnibus. Fortioribus autem fortior instat cruciatio.*» (Sap. VI). Encycl. *Quod Apostolici,* 28 decembr. 1878.

«Non est magni negotii statuere, qualem sit speciem formamque habitura civitas, gubernante christiana philosophia rempublicam.—Insitum homini natura est, ut in civili societate vivat: is enim necessarium vitæ cultum et paratum, itemque ingenii atque animi perfectionem cum in solitudine adipisci non possit, provisum divinitus est, ut ad coniunctionem congregationemque hominum nasceretur cum domesticam, tum etiam civilem, quæ suppeditare *vitæ sufficientiam perfectam* sola potest. Quoniam vero non potest societas ulla consistere, nisi si aliquis omnibus præsit, efficaci similique movens singulos ad commune propositum impulsione, efficitur, civili hominum communitati necessariam esse auctoritatem, qua regatur: quæ, non secus ac societas, a natura propterea que a Deo ipso oriatur auctore.—Ex quo illud consequitur, potestatem publicam per se ipsam non esse nisi a Deo. Solus enim Deus est verissimus maximusque rerum dominus, cui subesse et servire omnia, quæcumque sunt, necesse est: ita ut quicumque ius imperandi habent, non id aliunde accipiant, nisi ab illo summo omnium principe Deo. *Non est potestas nisi a Deo.* (Rom. XIII, 1).—Ius autem imperii per se non est cum ulla reipublicæ forma necessario copulatum: aliam sibi vel aliam assumere recte potest, modo utilitatis bonique communis reapse efficientem. Sed in quolibet genere reipublicæ omnino principes debent summum mundi gubernatorem Deum intueri, eumque sibimetipsis in administranda civitate tamquam exemplum legemque proponere. Deus enim, sicut in rebus, quæ sunt quæque cernuntur, caussas genuit secundarias, in quibus perspici aliqua ratione posset natura actioque divina, quæque ad eum finem, quo hæc rerum spectat universitas, conducerent: ita in societate civili voluit esse principatum, quem qui gererent, ii imaginem quamdam divinæ in genus humanum potestatis divinæque providentiæ referrent. Debet igitur imperium iustum esse, neque herile, sed quasi paternum, quia Dei iustissima in homines potestas est et cum paterna bonitate coniuncta: gerendum vero est ad utilitatem civium, quia qui præsunt ceteris, hac una de caussa præsunt ut civitatis utilitatem tueantur. Neque ullo pacto committendum, unius ut, vel paucorum commodo serviat civilis auctoritas, cum ad commune omnium bonum constituta sit. Quod si, qui præsunt, delabantur in dominatum iniustum, si importunitate superbiave peccaverint, si male populo consuluerint, sciant sibi rationem aliquando Deo esse reddendam, idque tanto severius, quanto vel sanctiore in munere versati sint, vel gradum dignitatis altiorem obtinuerint. *Potentes potenter tormenta patientur.* (Sap. VI, 7).—Ita sane maiestatem imperii reverentia civium honesta et libens comitabitur. Etenim cum semel in animum induxerint, pollere, qui imperant, auctoritate a Deo data, illa quidem officia iusta ac debita esse sentient, dicto audientes esse principibus eisdemque obsequium ac fidem præstare cum

que não é de suas attribuições, não nos reconhecemos já obrigados a obedecer-lhe; evitamos emtanto insurgir-nos, para não occasionar perturbação maior da ordem social.

Quando porém o abuso da auctoridade augmenta a ponto de preceituar cousa contraria á moralidade e justiça, então o cidadão ouve uma voz intima, a voz da consciencia, a qual, sentindo-se responsavel e livre, protesta: *Oportet obedire Deo magis quam hominibus* (1).

Foram os martyres do christianismo os obreiros benemeritos do futuro, que, imbuidos nas doutrinas evangelicas, exaltaram a dignidade humana no meio do espanto do paganismo: foram elles que mostraram a impotencia dos tyrannos, com seu cortejo de algozes, cercados de instrumentos de supplicio contra a inviolabilidade do sanctuario da consciencia. Elles os que primeiro patentearam, á custa da propria vida, que o poder do imperante não é illimitado, que a vontade arbitraria do principe não é fonte de legitimidade, que a sociedade é alguma cousa mais que um rebanho de escravos.

Eis como o christianismo operou a reforma politica do mundo; como fez cahir das mãos dos reis o cutello de algoz, substituindo-o pelo sympathico cajado de pastor.

Foi assim que os povos resurgiram do estado aviltante em que se achavam, animados pela doutrina sacrosancta de Jesus.

Ecce positus est hic in resurrectionem multorum.

---

quadam similitudine pietatis, quæ liberorum est erga parentes: *Omnis anima potestatibus sublimioribus subdita sit.* (Rom. XIII, 1). — Spernere quippe potestatem legitimam, quavis eam in persona esse constiterit, non magis licet, quam divinæ voluntati resistere: cui si qui resistant, in interitum ruunt voluntarium. *Qui resistit potestati, Dei ordinationi resistit: qui autem resistunt, ipsi sibi damnationem acquirunt.* (Ibid., v. 2). Quapropter obedientiam abiicere, et, per vim multitudinis, rem ad seditionem vocare est crimen maiestatis, neque humanæ tantum, sed etiam divinæ.» Encycl. *Immortale Dei*, 1 novembr. 1885.

(1) «Si tamen quandoque contingat temere et ultra modum publicam a Principibus potestatem exerceri, catholicæ Ecclesiæ doctrina in eos insurgere proprio marte non sinit, ne ordinis tranquillitas magis magisque turbetur, neve societas maius exinde detrimentum capiat. Cumque res eo devenerit ut nulla alia spes salutis affulgeat, docet christianæ patientiæ meritis et instantibus ad Deum precibus remedium esse maturandum. — Quod si legislatorum ac principum placita aliquid sanciverint aut iusserint quod divinæ aut naturali legi repugnet, christiani nominis dignitas et officium atque Apostolica sententia suadent *obediendum* esse *magis Deo quam hominibus.*» (Act. V, 29). Encycl. *Quod Apostolici*, 28 decembr. 1878.

IV

Mas a obra ainda não é completa. Para o ser faltava abolir a escravatura, esse monstro informe, que em suas fauces retinha captivos dois terços da humanidade.

Profundamente arraigada nas idéas e nos costumes, sanccionada pelas leis, protegida pelos interesses individuaes e sociaes, a escravatura resistiria a qualquer esforço que tentasse derribal-a subitamente.

Uma tal empreza, sobre ser infructifera, teria introduzido no mundo uma desordem social e economica, que o espirito ordeiro e pacifico do christianismo devia evitar.

E o christianismo evita realmente todo o transtorno, toda a violencia e effusão de sangue; mas nem por isso deixa de emancipar o escravo, elevando-o á classe de pessoa, e fazendo d'elle um cidadão.

É um portento de sabedoria e prudencia, senhores, o processo, tão mal apreciado por alguns, que, para alcançar isto, seguiu a Egreja, sempre animada do espirito de Jesus.

Começou por dispôr as intelligencias, removendo a antiga opinião philosophica que fazia dos escravos uma raça vil, condemnada pela propria Divindade ao estado de abjecção em que jazia, e ensinando em seu logar a doutrina sublime que transforma a humanidade n'uma só familia, composta de irmãos, filhos do Pae commum, que está nos céos.

Abendiçoada doutrina, que eguala o escravo a seu senhor na dignidade de natureza, e na participação da graça redemptora. Consoladora doutrina, que fallando a todos os fieis, sem excepção, lhes diz por bocca do apostolo das gentes: «Todos sois filhos de Deus pela fé em Jesus. Já entre vós não ha distincção entre judeu e grego, escravo e livre, homem e mulher, porque todos sois eguaes em Jesus Christo.»

Aqui temos as idéas de *egualdade* e *fraternidade* universal, proclamadas pelo christianismo, quando apenas começava a ganhar corações. Da egualdade e fraternidade dimanará a *liberdade,* quando as gerações e os povos forem sufficientemente educados no espirito do Evangelho.

A semente está lançada ao terreno: o germen lá se acha latente nos corações; as suas radiculas irão penetrando os espiritos e ganhando seiva; e quando tiver decorrido o tempo, e as condições

do meio forem favoraveis, a planta desabrochará em opulenta vegetação, e á sombra d'ella se acolherão todas as christandades.

Quando o escravo se dirigia ao templo, e alli tomava logar á mesa eucharistica ao lado do senhor, e, convivas do mesmo banquete, se saudavam mutuamente trocando o osculo de paz, despontavam já no horizonte os primeiros raios da aurora da emancipação; entre o escravo e o cidadão mediava um passo.

Preparadas assim as intelligencias pela doutrina evangelica, não se esquece a Egreja de Jesus Christo de empregar adequados meios, ou para restringir cada vez mais o numero dos escravos, ou ao menos para lhes suavisar a condição.

Agora arranca-os ás tyrannias e crueldades dos senhores, para os sujeitar, como verdadeiras pessoas, á acção dos tribunaes publiços. Logo vela pelos libertos, extendendo em seu auxilio braço protector, que obsta a que lhes sejam de novo lançadas as algemas da escravidão.

Aqui adopta providencias acertadissimas, para que regressem á liberdade os que á mingua de pão se escravisaram voluntariamente. Acolá despoja os templos de suas alfaias e vasos sagrados, para acudir aos infelizes captivos restituindo-lhes a liberdade por preço superior ao que poderia dispensar a beneficencia individual.

Muitas e muitas vezes a sancta Egreja obteve a liberdade de um escravo para o elevar ás eminencias do sacerdocio, aureolando com o sublime diadema dos ministros do Deus altissimo essa cabeça que ha pouco vergava sob o jugo da escravidão.

E os antigos senhores vinham, e curvavam-se reverentes perante o que fôra seu escravo, e então erguiam-se sobre suas poderosas cabeças as mãos do liberto, que em nome da religião de paz e amor lhes dispensava as bençãos celestes.

Sublime espectaculo, que aos escravos annuncia a proxima hora da redempção!

N'estes termos a escravatura não resiste ao esphacelo que por toda a parte a mina, e finalmente succumbe sem violencias nem perturbações.

Eis partidas as algemas que degradavam a humanidade. A familia foi reconstituida, a sociedade remodelada, a escravatura abolida.

Agora o genero humano, livre por Jesus Christo do sepulcro

em que se achava preso, curado da gangrena que o corroía, já póde erguer com dignidade a cabeça, extender a vista pelos largos horizontes que se abrem ante os seus olhos, aspirar a ideaes superiores, incommensuraveis, infinitos.

E quem foi o auctor de tão assombrosa resurreição moral?

Foi Jesus de Nazareth, o filho de Maria, a respeito do qual prophetisara o sancto velho Simeão:

Ecce positus est hic in resurrectionem multorum.

INFLUENCIA DO CARTESIANISMO SOBRE O RACIONALISMO

(Continuado do n.º 7, paginas 471)

Conclusão

O Cartesianismo é uma crise mental da civilisação europea

Moderna concepção da historia; leis evolutivas de Comte, Spencer e Vico; monodynamismo social; lei da proporcionalidade rythmica; o regimen monotheico na edade media; organisação militar e synthese catholica; phases negativa e organica da evolução social; desintegração da synthese catholica; a synthese philosophico-positiva (factor industrial, esthetico e philosophico); a evolução philosophica; synthese cartesiana; eliminação do sobrenatural, constituição inicial da psychologia, affirmação da existencia, as leis physicas, o mechanismo universal.

A historia é uma dynamica constante em que se integram organicamente os varios factores da evolução biologica, mais ou menos especialisados pelas condições internas e externas da mesologia social.

A seriação linear dos elementos da evolução não descreve uma directriz sempre uniforme e constante desde o inicio do movimento até á sua mais completa integração; muito ao contrario as leis do *corsi* e *recorsi* de Vico, a evolução convergente e divergente de Comte, a integração e desintegração de Spencer, encontram-se realisadas nos movimentos sociaes; o estudo superficial e empirico da vida das sociedades demonstra-nos a existencia de phenomenos, apparencias; porém, se quizermos ultimar uma synthese historica, economica, philosophica, necessitamos de considerar a sociedade como um organismo que se integra nas suas varias funcções, em que ha forças productoras dos phenomenos e leis naturaes, expressão mathematicamente certa das relações organicas dos diversos elementos anatomico-sociaes.

Em harmonia com este criterio naturalista podemos comprehender adequadamente a evolução de todos os elementos integrantes de certo momento historico; se quizermos estudar a in-

fluencia que a industria ou a instrucção exerceram em qualquer seculo, começamos por considerar esses dois factores no seu momento statico, analysando-lhes a natureza, leis de contextura organica, tendencias genericas, etc.; no fim d'este estudo preliminar characterisa-se o meio em que elles se evolucionam e demarca-se a gradação thermometrica do movimento evolutivo correspondente; procede-se por ultimo ao complexo estudo da dynamicidade d'esses factores sociaes.

Entre os homens de sciencia admitte-se como uma verdade indiscutivel, tão evidente é a sua intuição atravez da historia, que as sociedades, como a materia organica e primordialmente a massa inorganica, passam de uma homogeneidade indefinida e incoherente para uma heterogeneidade definida e coherente.

Em Cosmogonia demonstra-se a existencia da nebulosa primitiva; essa nebulosa, em virtude das forças centripeta e centrifuga, destacou do centro diversos anneis nebulosos, que começaram a descrever as orbitas dos futuros astros; os anneis planetarios condensaram-se em planetas, que immediatamente gravitaram em volta do corpo central.

A anorganologia, estudando a massa primitiva da terra, um annel nebuloso condensado, que tinha sido destacado da massa planetaria, descobre pela analyse das propriedades fundamentaes dos corpos (materia, fórma e força) a perfeita racionabilidade da archigonia (autogonia ou plasmagonia). A biologia chega a demonstrar que as propriedades physicas e chimicas infinitamente variadas e complexas dos corpos albuminoides são as causas essenciaes dos phenomenos vitaes; as fórmas organicas resultam da associação de diversos typos de cellulas.

O Lamarkismo estatuiu a descendencia de todas as fórmas de uma fórma primitiva; o Darwinismo examinou as transformações successivas da fórma primitiva; com o auxilio das leis biogeneticas (ontogenia e phylogenia) consolidou-se a evolução monista.

A vida da fórma primitiva desenvolve-se em harmonia com a selecção natural, resultado da combinação da hereditariedade (funcção de reproducção) e da variabilidade (funcção de nutrição).

Em todas estas transformações, summariamente referidas, que vão da nebulosa primitiva até ao homem, encontra-se a lei da transição de um estado de homogeneidade indefinida e incoherente para um estado de heterogeneidade definida e coherente.

A mesma lei se encontra concretisada na vida das sociedades, qualquer que seja o estadio da sua evolução.

No principio a sua constituição homogenea centralisava n'um mesmo orgão o desempenho de todas as funcções, embora pronunciadamente heterogeneas.

Os phenomenos economicos, familiares, artisticos, scientificos, juridicos e politicos pertenciam a um mesmo poder central que distribuia simultaneamente a sua actividade funccional por todas estas importantes manifestações da vitalidade social. A' medida que as sociedades se desenvolviam e os diversos phenomenos se especialisavam, surgiram os nucleos dos varios orgãos correlativos a certas funcções, que traduziam a satisfação de necessidades impreteriveis; com o volver dos seculos constituiram-se funccional e adequadamente estes orgãos, e ainda hoje a funcção juridica se vai integrando parcialmente em cada um dos varios nucleos sociaes.

D'este modo, começando pelas sociedades primitivas, em que o desenvolvimento rudimentar concentrava e assimilava as mais diversas funcções, localisando-as no orgão central da horda, a humanidade attinge um modulo elevado no caminho da evolução, com a especialisação de funcções, organicamente distribuidas por orgãos correlativos. Assim da homogeneidade de funcções caminham as sociedades para uma heterogeneidade definida e coherente, mediante a actualisação inconsciente da lei da especialisação determinada pela constante formação de centros biologicos e sociaes.

O resultado immediato de similhante lei é a formação de centros bio-sociaes, em que se representam de principio, espontaneamente integrados, os mais differenciados factores organicos.

Este primeiro momento biologico corresponde ao *corsi* genetico de Vico, á primeira integração de Spencer e á evolução convergente, inconsciente e espontaneamente integrada de Comte; assim se harmonisam as theorias d'estas tres escholas.

Podemos representar este primeiro momento evolutivo pelo producto dos elementos: $a \times b \times c \times d = m$; deve observar-se que os centros bio-sociaes são successivamente a, b, c, d; abandonamos o seu estudo individual, que se poderia fazer statica e dynamicamente, para prendermos a nossa attenção ao momento historico symbolisado pelo producto $a \times b \times c \times d = m$.

Quando ha pouco referiamos a especialisação do *todo homogeneo* nos centros bio-sociaes a, b, c, d, implicitamente admittiamos um principio de dissolução e construcção organicas, uma força determinante, em virtude da qual o *todo homogeneo* se desaggregava nos elementos a, b, c, d, e estes elementos se integravam no producto m; é necessario observar-se que, anatomica e physiologicamente, não se póde conceber uma duplicidade dynamica, determinante da evolução divergente especialisada nos elementos referidos e da evolução convergente integrada no producto m (1).

---

(1) Expressão scientifica do monodynamismo social encontra-se na *lei da*

Assim nos phenomenos sociaes encontramos esta notavel economia: a evolução divergente é proporcional á evolução convergente; a uma nova dissolução do *todo homogeneo* corresponde uma equivalente evolução no producto.

Se symbolisarmos o *todo homogeneo* por *m*, temos a seguinte equação:

$$m = a \times b \times c \times d$$

que representa, independentemente de qualquer modificação evolutiva, o producto de todos os factores que, integrados, constituem o estado social, o momento da evolução *m*.

Admittimos, hypotheticamente, a instantanea integração *m* e unicamente descobrimos pela analyse os diversos factores integrados *a, b, c, d,* ou seja a instrucção, economia, esthetica, politica, etc.

Em virtude de circumstancias que a sociologia determina com certa probabilidade, inicia-se a desintegração de *m* nos seus multiplices factores; é de ver que n'este movimento social uns factores, previamente integrados em *m,* apparecem, após a nova desintegração, revestidos de maior energia, mais dynamicos, mais especialisados; a sua maior dynamicidade depende mesmo das diversas especialisações de funcções que se accentuam, harmonica e rythmicamente, com a desintegração; desprezamos a multiplicidade de factores sociaes, determinada pela lei da especialisação, e limitamo'-nos a considerar depois da desintegração os mesmos factores revestidos de maior dynamicidade; assim podemos proceder, porque a especialisação de elementos bio-sociaes manifesta-se sempre por um consideravel augmento de dynamicidade n'esses mesmos centros, constituidos pela integração parcial de factores homogeneos.

Em harmonia com estes principios devemos representar a integração subsequente á primeira desintegração correlativa pela equação:

$$m' = a' \times b' \times c' \times d'.$$

Mas, para que a nossa doutrina, relativa á proporcionalidade entre a integração e a desintegração, não pareça infundada,

---

centralisação, estudada por Haeckel nas suas applicações ás fórmas inorganicas e organicas; em virtude d'esta lei todo o organismo é tanto mais perfeito quanto mais unitario; as diversas partes componentes, as funcções e os orgãos devem estar centralisados para uma perfeição simplesmente relativa. Haeckel, *Histoire de la création naturelle* ou *Doctrine scientifique de l'évolution,* traduite par Letourneau, (douzième leçon, pag. 207); *Morphologie générale* (I, 370, 550; II, 257, 266).

necessitamos de examinar a evolução intermedia limitada pelas expressões:

$$m = a \times b \times c \times d$$

e

$$m' = a' \times b' \times c' \times d'.$$

Apprehendendo-se a natureza dos movimentos integrados e desintegrados na vida das sociedades, facilmente se concebe a impossibilidade de todos os factores integrantes e integrados *a, b, c, d,* se desintegrarem simultaneamente em a', b', c', d'; melhor: ninguem admitte que o estado social m se transforme immediatamente em m'; a mesma revolução politica, accelerando a natural evolução, não consegue similhante desideratum. Portanto a evolução começa a effectuar-se por um dos factores, por *a,* exemplificativamente.

Se fosse possivel representar-se com verdade social o primeiro movimento evolutivo que vai de

$$m = a \times b \times c \times d$$

até

$$m' = a' \times b' \times c' \times d'$$

symbolisariamos similhante estado de transição por

$$\frac{m}{a} = b \times c \times d.$$

Muito de proposito referimos este estado intermediario, ficticio, sem alguma realidade social, para melhor estabelecermos a filiação dynamica da integração inicial.

O estado social expresso pela formula:

$$\frac{m}{a} = b \times c \times d$$

não tem realidade alguma; não é mesmo possivel encontrar na transformação dynamica dos elementos sociaes vestigios de tal estado; no mesmo momento em que começa a desintegração expressa pelo symbolo $\frac{m}{a}$ surge uma integração expressa pela equação:

$$m_1 = a' \times b \times c \times d.$$

Por este processo realisam-se infinitos movimentos constitutivos da dynamicidade social, que podem ser symbolisados pelas equações:

$$m_1 = a' \times b \times c \times d$$

$$m_2 = a' \times b' \times c \times d$$

$$m_3 = a' \times b' \times c' \times d$$

$$m' = a' \times b' \times c' \times d' \text{ (1).}$$

D'este modo temos demonstrado a importantissima lei que estabelece a proporcionalidade e dependencia reciproca entre as integrações e desintegrações (2).

---

(1) Devemos observar que as integrações parciaes, limitadas pelas equações: $m = a \times b \times c \times d$ e $m' = a' \times b' \times c' \times d'$, tambem se dão em cada um dos factores sociaes a, b, c, d. Representando o factor a por $x \times y \times z$, é facil reproduzir o raciocinio supra. A evolução social comprehendida na transição do symbolo $m = a \times b \times c \times d$ para a equação $m_1 = a' (b \times c \times d)$ é representada pelos symbolos:

$$m = a \times b \times c \times d$$

$$= (x \times y \times z)\ b \times c \times d$$

$$m_\alpha = x'\ (yz)\ b \times c \times d$$

$$m_\beta = (xy)'\, z\, (b \times c \times d)$$

$$m_1 = (xyz)'\ b \times c \times d = a' (b \times c \times d).$$

Do mesmo modo se representam todas as evoluções de transição.

(2) Os naturalistas admittem para a evolução morphologica duas leis correspondentes. Na selecção natural, artificial, das côres analogas (selecção das côres sympathicas), sexual e psychica, encontramos a acção combinada de dois factores: a hereditariedade e a adaptação, a força conservadora e a modificadora ou progressiva, a centripeta ou de especificação e a centrifuga ou de metamorphose (Goethe).

Consequencias naturaes da selecção devem considerar-se as duas importantes leis: a da *divisão do trabalho* (lei da differenciação, polymorphismo, divergencia dos characteres) e a *lei do progresso* ou da perfectibilidade (teleosis), empiricamente admittida na paleontologia e scientificamente demonstrada por Darwin.

Haeckel (obr. cit., pag. 206) investiga a relação entre as duas leis referidas e discute a sua mutua dependencia. Referindo-se á notavel phrase de

Em harmonia com estes principios vamos estudar a influencia de Descartes sobre a evolução philosophica e demonstrar que o Cartesianismo representa uma crise mental da civilisação europea.

Carl-Ernest Bauer: «o gráu de aperfeiçoamento consiste no gráu de differenciação das partes,» o illustre professor de Iéna continúa: «Quelque juste que soit cette proposition en général, elle n'a pas néanmoins une valeur absolue. Bien plus, dans nombre de cas, on voit que la divergence et le progrès ne coïncident nullement. *Le progrès n'est pas toujours une différenciation, et toute différenciation n'est pas un progrès.*»

Immediatamente Haeckel demonstra a sua doutrina apresentando varios factos tendentes a evidenciar que a reducção numerica das partes similhantes constitue um verdadeiro progresso. Portanto outras causas, que não só a lei da differenciação, determinam o progresso das fórmas organicas.

Não é necessario grande esforço intellectual para approximarmos o polymorphismo de Haeckel da desintegração de Spencer e a lei do progresso da integração. São as mesmas leis expressas por termos diversos.

Antes de mais nada devemos notar que a nossa concepção segundo Spencer e Comte é muito superior á de Haeckel. A natureza do polymorphismo e do progresso organico exige que estas duas leis, como queria Haeckel, se considerem partes integrantes e complementares da mesma lei (Spencer e Comte); não se concebe polymorphismo ou desintegração sem progresso ou integração subsequente: são idéas complementares.

Haeckel assevera que a dependencia das duas leis, como affirmamos no texto, não tem um valor absoluto; devemos observar que, considerando absoluta uma qualquer proposição no dominio da sociologia, não queremos de modo algum exigir que á nossa phrase se ligue um rigor mathematico; os phenomenos sociaes, por eminentemente complexos, nada mais permittem além do relativo, do que succede sempre, sem excluir alguma excepção, que se explica perfeitamente.

O citado professor parece concluir da doutrina estabelecida pelos que não seguem a sua opinião que não ha perfectibilidade organica ou social sem polymorphismo, desintegração. Não assim, porém: de que a desintegração é o antecedente logico do progresso, da integração, não se póde concluir que, accidentalmente, não possa surgir outra causa, outro antecedente de uma fórma ou estado relativamente mais perfeito.

Por ultimo Haeckel não consegue demonstrar a sua doutrina. «A reducção numerica das partes similhantes é antecedente organico do progresso morphologico;» n'esse caso deveremos considerar este phenomeno como uma *correcção organica* de uma anomalia funccional e morphologica.

Sem historiarmos as causas do polymorphismo é certo que as novas funcções são organicamente determinadas pela necessidade imperiosa de satisfazer certas tendencias do organismo; localisam-se as tendencias, as necessidades organicas similares, n'um mesmo orgão, que desempenha uma só funcção. Se n'um modulo avançado da evolução é necessario reduzir funcções e partes similares, é porque na localisação funccional primitiva houve uma anomalia; similhante phenomeno deve considerar-se como uma correcção morphologica.

Não podemos, por estas considerações, admittir toda a doutrina de Haeckel; achamos preferivel a de Spencer, admiravelmente synthetisada por Carl-Ernest Bauer: «o gráu do progresso consiste no gráu da differenciação das partes.»

*

No meio das phases importantes que a humanidade tem apresentado atravez das continuas transformações dos seus movimentos evolutivos, destaca-se como preeminente a edade media, em que vigorou o regimen monotheico.

A comprehensão scientifica dos phenomenos sociaes attribue hodiernamente ao regimen monotheico da edade-media uma importancia social ponderosa; se não existissem as consequencias politicas do regimen monotheico, nunca se affirmaria a revolução social produzida pela critica negativa applicada á vigencia do regimen militar. Demais, a evolução divergente, a desintegração do regimen militar, base da organisação das sociedades anteriores, era condição necessaria da integração subsequente, constituida pela critica positiva.

É notavel a correspondencia rythmica que se observa entre as duas phases criticas; a decomposição do systema militar, fórma politica das sociedades anteriores, coincide com o principio da serie organica; as mesmas causas, que produziam a desorganisação do instituto militar, determinavam a coordenação dos varios elementos sociaes para uma serie organica.

Embora as phases criticas, a organica e a negativa, se correspondam harmonicamente, não tentemos encontrar a sua manifestação historica no mesmo estadio da evolução social; devemos distinguir entre a formação primitiva dos novos elementos em virtude da desorganisação das sociedades militares e a primeira manifestação objectiva, necessariamente posterior, da sua tendencia social para constituir gradualmente os elementos espontaneos de um regimen essencialmente diverso. A formação statica, no meio da dynamica social, a constituição dos novos elementos começa com o seculo XII; a sua manifestação historica accentua-se no seculo XIV.

A synthese social apresenta-nos a serie critica negativa, iniciada no seculo XII, concretisada nos phenomenos industriaes produzidos pelo desenvolvimento communal, no levantamento do terceiro estado; similhante desintegração se verifica ainda no regimen dos exercitos assoldadados e no movimento esthetico e scientifico d'este periodo.

Como já indicámos, a serie negativa correspondia á critica

positiva: a dissolução dos elementos produzia uma nova coordenação social; a concepção monodynamica da evolução mais uma vez se demonstra na correspondencia subita de uma synthese social, de uma critica positiva, com a revolução desorganisadora iniciada no seculo XII. Nem admira: as exigencias inadiaveis dos novos elementos sociaes determinavam a ruina da antiga synthese.

Apezar da variedade indefinida e incoherente, observa Comte, que domina os diversos elementos da evolução positiva, podemos conceber o systema universal dos esforços humanos, disposto n'uma serie linear, comprehendendo as menores operações materiaes, as mais sublimes especulações estheticas, scientificas ou philosophicas. Essa serie linear, hierarchica, é constituida pela combinação racional dos mais importantes factores, dispostos no sentido normal da serie ascendente; em volta dos factores industriaes, estheticos e philosophicos, constituem-se as tres ordens fundamentaes: ordem industrial ou practica, esthetica ou poetica, e scientifica ou philosophica.

A desintegração iniciada no seculo XII, manifestada historicamente no seculo XIV, transforma-se n'uma integração subsequente produzida pela harmonia das syntheses: industrial, esthetica e philosophica, harmonia extraordinariamente aperfeiçoada no seculo XVI, e que ainda hoje se constitue, talvez, definitivamente.

Pondo de parte a synthese industrial e esthetica, vamos estudar a synthese philosophica, a fim de bem comprehendermos a crise philosophica do Cartesianismo e demonstrarmos a realidade d'esta these: o Cartesianismo symbolisa uma crise mental da civilisação europea.

A evolução social é universal e representa a resultante da complexa combinação de todos os factores mais ou menos dynamicos; a dynamicidade latente do elemento philosophico symbolisa um coefficiente de energia, intensamente superior a todas as causas do τὸ *fieri* social. Por isso é que os phenomenos philosophicos dominam em geral as modalidades politicas, industriaes e artisticas, etc.

Se remontarmos aos primeiros momentos da concepção philosophica, encontramos a philosophia theologica; na edade media transforma-se similhante concepção e accentua-se a organisação catholica, que muito concorreu para o acceleramento da evolução scientifica, ainda antes da sua consolidação politica.

Hoje não se póde contestar a influencia da synthese catholica sobre a evolução scientifica; a essa synthese se deve o espirito de discussão racional, o processo especulativo, a legitima aspiração de todos os homens á mais elevada dignidade do mundo,

e muitas outras consequencias, capazes de determinar uma orientação positiva (1).

Com a vigencia da organisação catholica coincide a distincção e differenciação da philosophia natural (metaphysica) e philosophia moral (theologica); o advento da escholastica decidiu do predominio da philosophia natural; a escholastica constituiu o ascendente decisivo do espirito metaphysico sobre o espirito theologico e preparou necessariamente o triumpho ulterior do espirito positivo.

Tinha-se constituido a synthese catholica pela combinação adequada das correntes theologica e metaphysica, quando surgiu Descartes.

Ao dominio limitado da razão succedeu a affirmação, timidamente enunciada como o permittiam as circumstancias coevas, da competencia da razão para a comprehensão dos phenomenos cosmicos, astronomicos e psychologicos. Na synthese catholica a esphera da intelligencia era limitadissima pela intervenção do dogma; a razão affeiçoava-se aos acanhados moldes de Aristoteles, embora eminente philosopho da antiguidade. O Cartesianismo liberta a razão do jugo da tradição, isenta-a do preconceito, e demonstra que as formulas tradicionaes do Stagyrita não podiam desenvolver-se no seu seculo.

Debalde insiste Descartes na separação radical entre o complexo das sciencias profanas e a theologia; o golpe mais profundo que se podia vibrar na theologia começou a existir desde que se affirmou o principio da evidencia. Se não vejamos: a universalidade das sciencias, affirmada expressamente por Descartes, e necessariamente deduzida da unidade de methodo, não imporia aos dogmas incomprehensiveis da organisação catholica o principio da evidencia? Decerto. Mas tambem ninguem duvidará de que o conteúdo dogmatico é absolutamente incapaz de resistir á critica da evidencia. Bastava a pulverisação dos dogmas, da sciencia theologica, para se iniciar a substituição da synthese catholica pela philosophica, porque a organisação catholica assentava unicamente na concepção do dogma.

Não havia o menor argumento para legitimar a linha divisoria

---

(1) «Le système normal de l'éducation que recevaient alors, non seulement tous les ecclésiastiques, mais aussi une foule de laiques, témoigne clairement cette tendance permanente du catholicisme, à l'état ascendant, vers la culture scientifique: car si le *trivium* auquel s'arrêtait la masse des élèves, était, comme aujourd'hui, purement littéraire et métaphysique, il est clair que tous les esprits distingués allaient habituellement jusqu'au *quadrivium*, directement consacré aux études mathématiques et astronomiques.» Augusto Comte, obr. cit., tom. VI, 56.me leçon.

entre a theologia e as outras sciencias; mas, se esse desideratum de Descartes tivesse realidade, não ficava menos vulneravel a synthese catholica, expulsa do convivio das outras sciencias e privada da importante força moral de que tinha disposto nos seculos anteriores.

O Cartesianismo continha em embryão, no principio revolucionario da evidencia, o germen do naturalismo mais radical; a *Vida de Jesus* de Renan e a critica dissolvente de Paulus e Strauss, Voltaire e Büchner, a religião natural de Kant e a evolução monista de Spencer e Haeckel, Augusto Comte e Littré são legitimos representantes de Descartes, o famoso iniciador da organisação philosophica moderna.

A affirmação da existencia pela intuição do pensamento inicía a constituição scientifica da psychologia, tão fertil de resultados surprehendentes, que diariamente conferem a Descartes a honra de começar a reforma philosophica pelo estudo do homem-pensamento, deixando para seculos posteriores o estudo anatomico e physiologico do homem-animal; e os modernos naturalistas limitam-se a tirar as ultimas consequencias do sublime principio cartesiano, auxiliados pela histologia, microbiologia, em summa, pelas sciencias ultimamente constituidas.

Ao mesmo tempo que se creava a sciencia do *eu,* as hesitações do scepticismo eram dominadas pela energica demonstração do *cogito ergo sum;* do chão opulento da synthese cartesiana rebentava a realidade incontestavel da existencia pelo menos do homem-pensamento.

A invariabilidade das leis physicas, um dos mais importantes capitulos do Cartesianismo, estatuia a incompatibilidade da sciencia philosophica com a synthese catholica, onde necessariamente havia milagres; os discipulos radicaes de Descartes reconheciam a impossibilidade de conciliar a noção do milagre, aberração constante da lei natural, com a permanencia da ordem physica. Assim se constituia a synthese philosophica em substituição da organisação catholica.

O mechanismo universal e principalmente astronomico, ao mesmo tempo que unificava todos os movimentos planetarios, preparava o grande principio da attracção universal descoberto por Newton; mais nos surprehendemos diante da natureza mechanica do universo consignada na hypothese dos turbilhões, injustamente desprezada e ás vezes ridiculisada pelos criticos modernos, do que ao contemplar a harmonia da attracção universal; Newton jámais descobriria a sua lei universal, se Descartes não inventasse a hypothese dos turbilhões.

O mechanismo de Descartes determinava um modulo impor-

tantissimo na evolução scientifica, e todos conhecem a influencia da evolução scientifica sobre a evolução philosophica.

Não tergiversamos em affirmar que Descartes foi o grande iniciador da phase philosophico-positiva; o Cartesianismo determinou uma crise mental da civilisação europea, crise que se accentuou differenciadamente, chegando a iniciar uma integração naturalista, positiva, em via de realisação e systematisação definitivas.

ABEL ANDRADE.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

PRIMEIRAS NOÇÕES SOBRE O CALCULO DAS QUANTIDADES GEOMETRICAS

> Cette idée a donc des droits désormais acquis à passer, même dans l'enseignement élémentaire, selon la mesure que cet enseignement comporte.
>
> M. Cournot.

É geralmente reconhecida a difficuldade que na algebra elementar acompanha o estudo de quanto diz respeito á doutrina das quantidades negativas.

Logo na representação d'essas quantidades offerece motivo para reparos o emprego que se faz, para as denotar quando isoladas, de um signal com uso já consagrado na arithmetica e que na algebra continúa tambem a ser aproveitado para designar uma operação elementar (a *subtracção*), que ainda então mal se consegue relacionar devidamente com a natureza propria d'aquellas quantidades.

Por falta da precisa clareza n'essas primeiras noções tambem as regras dos signaes e as operações com as quantidades negativas só por excepção chegam a ser nitidamente comprehendidas.

Emfim, pelo que respeita ás quantidades denominadas imaginarias, o mais que ainda hoje se faz é repetir o conceito, ha muito formulado por um auctor, aliás distinctissimo, que da representação de uma d'essas quantidades affirmou que era «*uma expressão absurda*»; acrescentando ainda: «*mas os mathematicos modernos, quando encontram semelhantes expressões, nem por isso deixam de continuar o calculo: e mostra a experiencia que este sahe certo comtanto que se observem certas cautelas*» (*).

(*) *Principios Mathematicos*, pelo sr. José Anastasio da Cunha, pag. 125.

Para evitar essas e outras mais difficuldades afigura-se-nos muito conveniente que se faça preceder o estudo da algebra elementar de umas breves noções sobre a doutrina das *quantidades geometricas,* visto como n'essa theoria tanto as quantidades reaes, como as imaginarias, e bem assim as operações com umas e outras, todas são susceptiveis de uma representação geometrica extremamente simples, que muito póde e deve concorrer para tornar facil e clara a sua comprehensão.

Cremos tambem que por effeito d'esse pequeno augmento de doutrina não teria de ser acrescentado o tempo destinado para o ensino da algebra elementar, não só porque é muito pouco o que se torna necessario dizer sobre o calculo das quantidades geometricas, mas tambem porque a maior parte das regras ahi deduzidas são depois tambem alli inteiramente applicaveis; além do que a luz que promanar d'essas noções previas necessariamente se ha de reflectir sobre as doutrinas subsequentes do programma, tornando assim mais facil, e portanto mais breve, o percurso d'este.

N'este convencimento e a titulo de ensaio, attendendo a que a theoria das quantidades geometricas, por entre nós ainda não ter sido aproveitada na parte mais elementar da sciencia, se não encontra exposta sob uma fórma que a torne devidamente accessivel, diligenciámos colligir d'essa theoria o que nos pareceu sufficiente para o fim que tinhamos em vista; e ainda para maior facilidade isso mesmo procurámos dispôr, quanto possivel, em harmonia com a ordem que na exposição das doutrinas correlativas da algebra elementar vimos seguida nos livros de ensino.

Tal é o assumpto do pequeno trabalho que vai seguir-se, e taes foram tambem os motivos que nos levaram a emprehendel-o.

I. Hypotheses e definições

1. As quantidades, de que vamos tractar, têem-se como representantes de outras tantas rectas consideradas em grandeza, direcção e sentido e todas existentes n'um mesmo plano.

Tambem se denominam, e com muita propriedade, *quantidades complexas.*

Para relacionar as direcções das differentes rectas ou quantidades geometricas que teremos a considerar, figure-se traçada no respectivo plano uma recta indefinida (*eixo*), partindo de um ponto (*origem ou polo*) n'um sentido determinado, que todavia poderá ser qualquer.

No que vamos dizer, para melhor fixar as idéas, supporemos

vertical o plano, horizontal o eixo, e tirado este da esquerda para a direita do calculador.

2. Qualquer recta existente no plano indicado considera-se traçada de um dos seus extremos (*origem ou principio da recta*) para o outro (*termo ou fim*); e denota-se por um numero (*modulo*) indicativo da grandeza da recta, seguido de um indice que designa o angulo (*argumento*) que essa linha fórma com uma parallela ao eixo tirada no sentido d'este pela origem da recta.

Esse angulo conta-se a partir da parallela ao eixo n'um sentido determinado, como adeante (n.º 5) melhor se verá.

D'este modo, designado por r o modulo e por p o argumento de uma dada recta, será esta representada por r_p.

Uma quantidade geometrica tambem algumas vezes se designa com as letras collocadas nas extremidades da recta que a representa, pondo em primeiro logar a da origem; e tambem frequentemente por uma só letra ou por outro qualquer symbolo convencional.

3. Dizem-se *eguaes* as quantidades geometricas que têm respectivamente modulos e argumentos eguaes ou, antes, as que representam rectas de egual comprimento, parallelas e dirigidas no mesmo sentido.

D'aqui resulta que, proposta no respectivo plano qualquer recta ou quantidade geometrica, sempre pela origem do eixo se poderá tirar outra que lhe seja egual.

4. Duas quantidades geometricas que têm modulos eguaes e argumentos que differem em 180º um do outro, e, mais geralmente, as que representam rectas de egual comprimento, parallelas e dirigidas em sentidos contrarios dizem-se *oppostas*.

Representada de qualquer modo uma quantidade geometrica, para denotar a sua opposta emprega-se tambem algumas vezes o mesmo symbolo ou representação da primeira, precedido do signal $-$.

D'este modo, designando por AB uma recta tirada de A para B, e por BA a tirada de B para A, teremos $AB = -BA$, $BA = -AB$.

As quantidades assim precedidas do signal $-$ são, muito expressivamente, appellidadas *negativas;* denominando-se tambem *positivas* as que não são precedidas d'esse signal.

5. Para se assignar a medida dos angulos, descreva-se com um raio egual á unidade uma circumferencia que tenha por centro a origem do eixo.

Á similhança do que se pratica com as rectas, tambem qualquer arco da circumferencia se considerará descripto de um dos seus extremos (*origem do arco*) para o outro.

Arcos *eguaes* são os que têm a mesma grandeza e estão dirigidos no mesmo sentido.

Arcos da mesma grandeza dirigidos em sentidos contrarios dizem-se *oppostos*.

Serão designados pelos numeros indicativos da sua respectiva grandeza os arcos dirigidos da direita para a esquerda do calculador, e por esses numeros precedidos do signal — os que se considerarem descriptos em sentido opposto áquelle.

II. Addição das quantidades geometricas

6. Propostas quaesquer rectas ou quantidades geometricas, considerem-se tiradas pela origem (*), O, do eixo outras que lhes sejam respectivamente eguaes (n.º 3) e que designaremos por OA, OB, OC, . . . OG, OH.

Posto isto, supponha-se tirada por A uma recta AB′ egual a OB, por B′ outra, B′C′, egual a OC, ... e por G′ uma recta G′H′ egual a OH; traçando depois a recta OH′, esta se denominará *somma* (**) das rectas OA, OB, OC, . . . OG, OH, ou, o que vale o mesmo, somma das rectas propostas.

Indica-se a relação precedente da somma com as parcellas, escrevendo

$$OH' = OA + OB + OC + \ldots + OG + OH,$$

(*) D'aqui em diante empregaremos exclusivamente a letra O para denotar a origem do eixo.

(**) Comparando esta definição de somma com a que foi dada na arithmetica ou na geometria synthetica, reconhece-se que a nova definição comprehende (como devia) a outra como caso particular, referindo-se essa (da arithmetica) sómente ao caso de as rectas que representam as parcellas terem todas a mesma direcção e o mesmo sentido; e tambem como caso particular a definição dada nos livros de algebra, a qual se refere a serem aquellas rectas (parcellas) traçadas na mesma direcção embora algumas em sentido contrario ao de outras.

Póde dizer-se que as quantidades *arithmeticas* representam rectas tiradas no sentido do eixo, e as *algebricas* rectas dirigidas n'esse ou no sentido opposto, emquanto que as quantidades *geometricas* symbolisam rectas traçadas em qualquer direcção e sentido no plano respectivo.

ou suppondo as parcellas representadas pelos seus modulos e respectivos argumentos, sendo

$$OA = r_p, \quad OB = r'_{p'}, \quad OC = r''_{p''}, \ldots\ldots$$

e designando tambem por ρ_α a somma OH′,

$$\rho_\alpha = r_p + r'_{p'} + r''_{p''} \ldots\ldots$$

Emfim, se alguma das parcellas, OB por exemplo, tivesse uma representação negativa, sendo $OB = -r'_{p'}$, escreveriamos

$$\rho_\alpha = r_p + (-r'_{p'}) + r''_{p''} + \ldots\ldots$$

ou mais simplesmente (*)

$$\rho_\alpha = r_p - r'_{p'} + r''_{p''} + \ldots\ldots$$

Scholio. Qualquer que seja o ponto do plano onde se inicie a construcção da linha polygonal OAB′C′ . . . G′H′ para determinar a somma OH′, sempre esta será representada pela mesma quantidade geometrica.

Com effeito, os polygonos assim formados terão os seus lados respectivamente eguaes, parallelos e dirigidos no mesmo sentido.

Corollario 1.° Se as parcellas forem só duas, a somma representará a diagonal, tirada por O, do parallelogrammo construido sobre essas duas linhas.

Corollario 2.° N'uma somma indicada podemos encerrar em parenthesis quaesquer parcellas consecutivas, e, reciprocamente, supprimir o parenthesis que por ventura as involva.

(*) Uma somma assim indicada de differentes parcellas ou *termos* denomina-se *polynomio;* e chama-se *monomio* á expressão que consta de um só termo.

D'aqui em diante tambem algumas vezes representaremos mais abreviadamente um polynomio, denotando por uma só letra cada um dos seus termos (n.° 2).

Na algebra sómente costumam ser considerados os polynomios, cujos diversos termos têm o argumento *zero* ou π (pag. 565, nota **); e demais o modulo de cada termo é ahi, em geral, representado pelo produeto de differentes factores, cada um dos quaes denota uma potencia de um dado numero.

É uma consequencia immediata da construcção geometrica que determina a somma.

Assim, é

$$r_p + r'_{p'} + r''_{p''} + r'''_{p'''} + \ldots = r_p + (r'_{p'} + r''_{p''} + r'''_{p'''}) + \ldots,$$

e tambem

$$r_p - r'_{p'} + r''_{p''} + \ldots = r_p + (-r'_{p'} + r''_{p''}) + \ldots$$

COROLLARIO 3.° A somma não depende da ordem das parcellas.

Considere-se uma somma com qualquer numero de parcellas.

Resulta dos corollarios 2.° e 1.° que na somma indicada poderemos trocar uma pela outra duas quaesquer parcellas consecutivas; d'onde, por successivas permutações entre parcellas contiguas, se deduz a possibilidade de operar essa permutação entre duas quaesquer parcellas embora não immediatas, e d'ahi a verdade da proposição enunciada.

COROLLARIO 4.° É nulla a somma de duas quantidades geometricas oppostas; e, reciprocamente, se a somma de duas quantidades for nulla, uma d'essas quantidades será opposta em relação á outra.

COROLLARIO 5.° Considerando sómente duas parcellas OA e OB ou OA e AB′, caso em que a somma seria OB′ teriamos

$$\mathrm{OA} = \mathrm{OB'} + \mathrm{B'A},$$

o que mostra que uma das parcellas é egual á somma da somma com a quantidade opposta á outra parcella.

7. *Addição de polynomios.* Dadas as quantidades geometricas

$$r_p - r'_{p'} + r''_{p''}, \quad s_q + s'_{q'} - s''_{q''}$$

e pretendendo achar a sua somma ρ_α, escreveriamos

$$\rho_\alpha = (r_p - r'_{p'} + r''_{p''}) + (s_q + s'_{q'} - s''_{q''})$$

ou, (n.º 6, corol. 2.º),

$$\rho_\alpha = r_p - r'_{p'} + r''_{p''} + s_q + s'_{q'} - s''_{q''};$$

e assim reconheceriamos que se obtem a somma, formando um polynomio com todos os termos das parcellas, cada um d'estes com o seu respectivo signal.

COROLLARIO. Da regra precedente e do corollario 4.º do n.º 6 resulta que, proposta uma quantidade geometrica representada por um polynomio

$$a - b + c + \ldots . \tag{1}$$

onde a, b, c, ... designam tambem quantidades geometricas, se obterá a quantidade opposta a essa, tornando oppostos, isto é, mudando o signal a cada um dos termos do polynomio dado (*). Será pois

$$-a + b - c - \ldots .$$

a quantidade opposta a (1).

8. *Somma dos arcos.* Uma construcção, analoga á que já se empregou na determinação da somma de duas ou mais rectas, servirá tambem para se obter a somma dos arcos.

Assim, propostos dois arcos (qualquer d'elles positivo ou negativo) e pretendendo-se a sua somma, faça-se coincidir a origem do segundo com o termo do primeiro, e n'essa posição a somma ficará representada pelo arco que tiver respectivamente por origem e termo a origem do primeiro e o termo do segundo arco dado.

COROLLARIO 1.º Não se altera uma quantidade geometrica, ad-

(*) Isto mesmo se reconhece geometricamente pela inspecção da linha polygonal que (n.º 6) determina a somma, pois que d'ahi se deprehende que H'O, opposta a OH', é a somma das quantidades H'G', ... C'B', B'A, AO, tambem respectivamente oppostas a OH, OG, ... OC, OB, OA.

Emfim o mesmo se vê tambem, attendendo a que dando á linha polygonal OAB'C' ... G'H' um movimento de 180º em torno do ponto O, todos os lados d'essa linha e a recta OH' se tornam respectivamente oppostos em relação aos primeiros.

dicionando ao seu argumento um numero qualquer de circumferencias positivas ou negativas.

COROLLARIO 2.° Uma quantidade geometrica transforma-se na opposta, quando ao seu argumento se addiciona um numero impar de semicircumferencias positivas ou negativas.

III. Subtracção

9. *Subtracção de monomios.* Subtrahir de uma quantidade geometrica dada (*diminuendo*) outra quantidade geometrica tambem dada (*diminuidor*) é achar uma nova quantidade (*resto*) de cuja somma com o diminuidor resulte o diminuendo, ou, n'outros termos, é (n.° 6, corol. 1.°) determinar um dos lados de um parallelogrammo, sendo dados uma diagonal e o outro lado.

De qualquer d'estas definições, e do que ficou dicto no corollario 5.° do n.° 6, immediatamente se deprehende que se obterá o resto, addicionando ao diminuendo a quantidade opposta ao diminuidor.

Assim, sendo a e b duas quantidades geometricas quaesquer, se tirarmos da primeira a segunda, será $a - b$ o resto.

E, egualmente, tirando $-b$ de a, virá $a + b$.

10. *Subtracção de polynomios.* Suppondo agora que eram

$$a - b + c, \quad f - g + h$$

o diminuendo e o diminuidor propostos, seria

$$a - b + c - f + g - h$$

o resto: o que immediatamente se reconhece, tendo em vista a definição acima dada e o corollario do n.° 7.

Assim, forma-se o resto, mudando os signaes aos termos do diminuidor e addicionando depois ao diminuendo o polynomio resultante.

11. *Subtracção dos arcos.* Á similhança do que se pratica com as rectas, subtrahe-se tambem de um arco outro arco, addicionando ao primeiro o opposto do segundo.

COROLLARIO. D'esta regra e do que já fica dicto em os corollarios 1.º e 2.º do n.º 8 conclue-se que, sem que se altere a representação de uma quantidade geometrica, podemos addicionar ou tirar ao seu argumento um numero qualquer de circumferencias positivas ou negativas. E essa é a unica modificação do argumento, de que não resulta alteração para a quantidade primitivamente representada.

IV. Multiplicação

12. *Multiplicação de monomios. Producto* de uma recta ou quantidade geometrica OA por outra OB é uma nova quantidade que se deduz da primeira, multiplicando esta pelo modulo da segunda, o que produzirá uma nova recta OA′ com a mesma direcção de OA, e dando depois a OA′ um movimento em torno de O, indicado pelo argumento de OB (*).

Assim, designando por $r_p = \mathrm{OA}$, $s_q = \mathrm{OB}$ o multiplicando e o multiplicador dados, e por ρ_α o producto procurado, será

$$\rho = rs, \quad \alpha = p + q$$

e

$$\rho_\alpha = (rs)_{p+q}.$$

E, pela mesma regra,

$$r_{-p} \times s_{-q} = (rs)_{-p-q}, \quad r_{-p} \times s_q = (rs)_{-p+q}, \quad r_p \times s_{-q} = (rs)_{p-q}.$$

Portanto, quaesquer que sejam os signaes dos argumentos, obter-se-á o producto, multiplicando os modulos e sommando os argumentos dos factores.

Procurando agora o producto de $-r_p$ por s_q, escreveriamos

$$(-r_p)\, s_q = r_{p+\pi} \times s_q = (rs)_{p+q+\pi} = -(rs)_{p+q}.$$

(*) Como é facil de reconhecer, esta definição comprehende tambem como casos particulares a definição já conhecida, dada na arithmetica, e bem assim a que de ordinario se encontra nos livros de algebra.

Do mesmo modo

$$r_p(-s_q) = r_p s_{q+\pi} = (rs)_{p+q+\pi} = -(rs)_{p+q}.$$

Finalmente

$$(-r_p)(-s_q) = r_{p+\pi} \times s_{q+\pi} = (rs)_{p+q+2\pi} = (rs)_{p+q}.$$

Em conclusão, o producto obtem-se sempre pela regra acima dada, advertindo, porém, que será precedido do signal —, quando só um dos factores tiver tambem esse signal.

COROLLARIO 1.° A ordem dos factores é arbitraria.

COROLLARIO 2.° N'uma multiplicação indicada de muitos factores podemos encerrar em parenthesis quaesquer factores consecutivos, e, reciprocamente, supprimir o parenthesis que os involva.

Se os factores que pretendemos encerrar em parenthesis são os primeiros, a proposição é evidente; aliás levaremos para esse logar os factores indicados, depois encerral-os-emos em parenthesis, e por ultimo transportaremos ao seu primitivo logar o factor representado por esse parenthesis.

COROLLARIO 3.° Uma quantidade diz-se *inversa* em relação a outra, quando da multiplicação da primeira pela segunda resulta um producto egual á unidade.

D'esta definição e da regra precedente da multiplicação resulta que, proposta uma quantidade qualquer r_p, será $\left(\frac{1}{r}\right)_{-p}$ a sua inversa.

COROLLARIO 4.° Considerando sómente dois factores r_p e s_q, para representar o producto ρ_α teriamos, como já se viu,

$$\rho_\alpha = r_p \times s_q = (rs)_{p+q};$$

e multiplicando agora este resultado pelo inverso de um dos factores, de s_q por exemplo, viria

$$(rs)_{p+q} \times \left(\frac{1}{s}\right)_{-q} = r_p,$$

o que mostra que um dos factores é egual ao producto pelo inverso do outro factor.

13. *Multiplicação de polynomios.* O producto de uma somma por uma quantidade geometrica é egual á somma dos productos parciaes que se obtêm, multiplicando por essa quantidade cada uma das parcellas.

Sejam (n.º 6) OA, OB, OC, ... OG, OH as rectas que representam as parcellas da somma dada, e s_q a quantidade pela qual pretendemos multiplicar essa somma.

Multiplicando cada uma d'aquellas parcellss por s, resultarão novas rectas OA′, OB′, OC′, ... OG′, OH′ com a mesma direcção das primeiras; depois do que, para se obterem os productos parciaes das rectas primitivas por s_q, bastará dar ás rectas OA′, OB′, ... OH′ um movimento commum de rotação, representado pelo angulo q, em volta do ponto O, o que levará essas linhas a uma nova posição, onde as representaremos por OA″, OB″,... OH″.

D'aqui resulta que, construidas as linhas polygonaes (n.º 6) respectivas ás duas sommas $OA+OB+...+OH$, $OA''+OB''+...+OH''$, e tiradas as duas rectas que, fechando essas linhas, representam as respectivas sommas e que agora denotaremos por OH_1 e OH_1''; como os dois polygonos assim formados são evidentemente similhantes (*), teremos (**)

$$\frac{\text{mod. } OH_1''}{\text{mod. } OH_1} = \frac{\text{mod. } OA''}{\text{mod. } OA} = s,$$

e portanto

$$\text{mod. } OH_1'' = s \text{ mod. } OH_1.$$

Demais, como o angulo $H_1''OA''$ é egual a H_1OA, e a recta OA″ fórma com o eixo um angulo egual a q mais o angulo que OA fórma com esse mesmo eixo, concluir-se-á finalmente que é

$$OH_1'' = OH_1 s_q.$$

(*) Duas linhas polygonaes dizem-se similhantes, quando têm os angulos respectivamente eguaes e os lados homologos proporcionaes.

Propostas duas d'essas linhas, se unirmos por uma recta as extremidades de cada uma d'ellas, serão tambem similhantes os polygonos resultantes.

(**) Designamos por mod. OH_1'' o modulo da quantidade geometrica OH_1''.

Scholio. Se alguma das parcellas do multiplicando ou a quantidade que serve de multiplicador tiver representação negativa, na respectiva multiplicação parcial observar-se-á com referencia aos signaes a mesma regra já dada em o n.º 12.

Assim

$$(r_p - r'_{p'} + r''_{p''})s_q = (r_p + r'_{p'+\pi} + r''_{p''})s_q =$$

$$= (rs)_{p+q} + (r's)_{p'+q+\pi} + (r''s)_{p''+q} = (rs)_{p+q} - (r's)_{p'+q} + (r''s)_{p''+q}.$$

Corollario 1.º O producto de uma quantidade geometrica por uma somma é egual á somma dos productos parciaes que resultam de multiplicar aquella quantidade por cada uma das parcellas da somma.

É uma consequencia do corollario 1.º do n.º 12 e da regra precedente.

Corollario 2.º O producto de uma somma por outra somma é egual á somma dos productos parciaes que se obtêm multiplicando todas as parcellas da primeira somma por cada uma das da segunda (Veja-se na algebra a demonstação correlativa).

Corollario 3.º Considerando tiradas por O duas rectas de egual comprimento e que formem com o eixo angulos eguaes d'um e outro lado d'esta linha, essas rectas dir-se-ão conjugadas.

Designando por r o seu modulo commum e por p o angulo que uma d'ellas fórma com o eixo, para representar as duas rectas teremos as expressões r_p, r_{-p}, de cuja multiplicação resultará r^2. Assim, *o producto de duas rectas conjugadas é egual ao quadrado do modulo de uma d'ellas.*

V. Divisão

14. *Divisão de monomios.* Divisão é o processo pelo qual, sendo dados o producto (*dividendo*) de dois factores e um d'estes (*divisor*), se determina o outro (*quociente*).

D'esta definição e do que fica dicto em o corollario 4.º do n.º 12

resulta que se achará o quociente multiplicando o dividendo pela quantidade inversa do divisor, assim

$$r_p : s_q = r_p \times \left(\frac{1}{s}\right)_{-q}$$

ou, por ser

$$r_p \times \left(\frac{1}{s}\right)_{-q} = \left(\frac{r}{s}\right)_{p-q},$$

dividindo os modulos e subtrahindo os argumentos do dividendo e divisor.

Se agora pretendessemos dividir $-r_p$, por s_q, escreveriamos

$$-r_p : s_q = r_{p+\pi} : s_q = \left(\frac{r}{s}\right)_{p+q+\pi} = -\left(\frac{r}{s}\right)_{p+q}.$$

Do mesmo modo

$$r_p : -s_q = r_p : s_{q+\pi} = \left(\frac{r}{s}\right)_{p-q-\pi} = -\left(\frac{r}{s}\right)_{p-q}.$$

Finalmente

$$-r_p : -s_q = r_{p+\pi} : s_{q+\pi} = \left(\frac{r}{s}\right)_{p-q}.$$

Por onde se vê que em todos os casos se obtem o quociente com a applicação da regra acima dada, advertindo porém que, se sómente um dos dados (*dividendo* ou *divisor*) tiver representação negativa, tambem o quociente deverá ser precedido do signal —; como aliás se poderia ter deprehendido immediatamente do que ficou dicto em o n.º 12.

COROLLARIO. Não se altera o quociente, multiplicando ou dividindo o dividendo e o divisor pela mesma quantidade.

SCHOLIO. D'este corollario e das regras precedentemente dadas facilmente se deduz que são inteiramente applicaveis ás divisões indicadas entre quantidades geometricas (*quebrados*) todas as regras conhecidas, concernentes ás fracções numericas.

15. *Divisão de polynomios.* Obtem-se o quociente da divisão de um polynomio por um monomio, dividindo cada termo do polynomio pelo monomio dado.

É uma consequencia das regras dadas em os n.os 13 e 14.

Advertencia. A regra conhecida da divisão dos polynomios, dada na algebra, é exclusivamente baseada na composição por meio da multiplicação, alli attribuida aos termos dos polynomios (pag. 566, nota *) e que nós aqui não consideramos.

VI. Potencias

16. A expressão r_p^m indica a potencia de grau m de r_p.

Fazendo pois as multiplicações, indicadas pelo expoente da potencia, acharemos

$$r_p^m = r_p\, r_p\, r_p \ldots . r_p = (r^m)_{mp},$$

o que mostra que se eleva uma quantidade geometrica a uma potencia, elevando o modulo a essa potencia e multiplicando o argumento pelo expoente.

Scholio 1.º Pelo mesmo processo usado na algebra facilmente se demonstra:

1.º que é $r_p^m \times r_p^n = r_p^{m+n}$

2.º e que, sendo $m > n$, é $r_p^m : r_p^n = r_p^{m-n}$.

Esta ultima formula ou a regra que n'ella se traduz, embora sómente deduzida na hypothese de $m > n$, póde ainda ampliar-se ao caso de ser $m = n$ ou $m < n$, bastando para isso admittir-se convencionalmente que uma quantidade geometrica, que tenha *zero* ou um numero inteiro negativo no logar proprio do expoente, equivale aquella á unidade, e esta a uma fracção que tenha por numerador a unidade e por denominador a respectiva quantidade com o expoente positivo.

Com effeito a applicação da regra daria:

para $m = n$, $\quad r_p^m : r_p^n = r_p^m : r_p^m = r_p^0$,

e para $m<n$ ou $n=m+i$,

$$r_p^m : r_p^n = r_p^m : {}_p^{m+i} = r_p^{-i},$$

quando aliás é sabido que

$$r_p^m : r_p^m = 1,\ r_p^m : r_p^{m+i} = \frac{r_p^m}{r_p^{m+i}} = \frac{1}{r_p^i}.$$

Scholio 2.º Tendo em vista a doutrina d'este numero e a do n.º 13, corol. 2.º, e empregando os mesmos processos dados nos livros de algebra, facilmente se demonstra que a formula conhecida do binomio, respectiva ás quantidades algebricas e a um expoente inteiro e positivo, é egualmente applicavel ás quantidade geometricas.

VII. Raizes

17. Proposta uma recta ou quantidade geometrica OA, procuremos a raiz, do grau n, d'essa quantidade.

Designando por p o angulo que a recta dada fórma com o eixo, o seu argumento poderá ter indifferentemente qualquer dos valores comprehendidos em $p+2i\pi$, onde por i se denota um numero inteiro qualquer (inclusive zero) positivo ou negativo.

Suppondo pois que r é o modulo de OA e designando por ρ_α a raiz procurada, teremos

$$(\rho_\alpha)^n = \mathrm{OA} = r_{p+2i\pi},$$

e, pois é

$$(\rho_\alpha)^n = (\rho^n)_{n\alpha},$$

$$\rho^n = r,\quad n\alpha = p+2i\pi,$$

e, portanto,

$$\rho = \sqrt[n]{r},\quad \alpha = \frac{p}{n} + \frac{2i\pi}{n},$$

e finalmente

$$\rho_\alpha = (\sqrt[n]{r})_{\frac{p}{n}+\frac{2i\pi}{n}},$$

d'onde resultarão as raizes procuradas, dando a i n'esta ultima expressão todos os valores acima indicados.

Será pois $\frac{p}{n}$ um dos argumentos procurados (correspondente a $i=0$), e os outros resultarão de se addicionar successiva e separadamente a esse cada um dos termos das seguintes series:

$$(1) \qquad \frac{2\pi}{n}, \quad 2.\frac{2\pi}{n}, \quad 3.\frac{2\pi}{n}, \ldots\ldots (n-1)\frac{2\pi}{n}, \ldots$$

$$(2) \qquad -\frac{2\pi}{n}, \; -2.\frac{2\pi}{n}, \; -3.\frac{2\pi}{n}, \ldots\ldots -(n-1)\frac{2\pi}{n}, \ldots$$

series que aliás não será preciso prolongar além dos termos já escriptos, visto como os que se seguissem dariam successivamente e na mesma ordem, para representar φ_α, as mesmas rectas ou quantidades respectivas áquelles primeiros termos. E porque demais, como é facil de ver, são tambem respectivamente as mesmas as quantidades geometricas ρ_α correspondentes ao ultimo termo de (1) e ao primeiro de (2), ao penultimo de (1) e ao segundo de (2), e assim successivamente, concluiremos finalmente que serão

$$\left(\sqrt[n]{r}\right)_{\frac{p}{n}}, \; \left(\sqrt[n]{r}\right)_{\frac{p}{n}+\frac{2\pi}{n}}, \; \left(\sqrt[n]{r}\right)_{\frac{p}{n}+2.\frac{2\pi}{n}}, \ldots\ldots \left(\sqrt[n]{r}\right)_{\frac{p}{n}+(n-1)\frac{2\pi}{n}}$$

todas as raizes procuradas, e n o numero d'ellas.

Vejamos agora a significação geometrica d'essas raizes.

Para isso, descripta uma circumferencia com o centro O e com o raio $\sqrt[n]{r}$, e depois tirado n'ella um raio OB que forme com o eixo o angulo $\frac{p}{n}$, divida-se essa circumferencia em n partes eguaes a partir do ponto B. Designando por B, B′, B″, ... $B^{(i)}$, ... $B^{(n-1)}$ os pontos de divisão, serão

$$(3) \qquad OB, \; OB', \; OB'', \ldots OB^{(i)}, \ldots OB^{(n-1)}$$

as n raizes de OA.

Corollario 1.º Se quizessemos achar as n raizes da unidade, fariamos nas formulas precedentes $r = 1$, $p = 0$.

E resulta do que fica dicto que essas raizes se poderão tambem obter, descrevendo uma circumferencia com o centro O e com um raio egual á unidade, e dividindo-a depois em n partes eguaes a partir do ponto C onde o eixo a corta.

Designando por C, C′, C″, ... $C^{(n-1)}$ os pontos de divisão, serão

$$OC,\ OC',\ OC'',\ \ldots\ OC^{(n-1)} \tag{4}$$

as n raizes da unidade (*).

Corollario 2.º Considerada uma qualquer, $OB^{(i)}$, das raizes de OA, se a multiplicarmos successivamente por cada uma das n raizes da unidade, dadas por (4), acharemos

$$OB^{(i)},\ OB^{(i+1)},\ \ldots\ OB^{(n-1)},\ OB,\ OB',\ \ldots\ OB^{(i-1)}$$

isto é, todas as quantidades contidas em (3), ou, o que vale o mesmo, todas as n raizes de OA.

Vê-se pois que, para achar todas as diversas raizes da quantidade geometrica OA, bastará multiplicar uma d'ellas successivamente por todas as n raizes da unidade.

(*) Na algebra sómente são consideradas reaes as raizes representadas por linhas rectas dirigidas no mesmo sentido ou em sentido contrario ao do eixo; e n'esta intelligencia póde dizer-se que entre as raizes, do grau n, da unidade haverá duas reaes se n for par, e sómente uma quando n for impar.

(*Continúa*). L. C. Almeida.

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

D. ANTONIO DA COSTA

As linhas que escrevemos em seguida representam apenas um tributo saudoso á memoria do nosso illustre consocio, fallecido em Lisboa a 24 de janeiro ultimo, fundador no anno de 1870 do primeiro *Ministerio de Instrucção Publica,* chefe de repartição, aposentado, da antiga direcção geral de instrucção publica, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e ultramar, e seguidamente dos da instrucção publica.

D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo, filho do primeiro conde de Mesquitella, nasceu em Lisboa a 24 de novembro de 1824. Frequentou a Universidade nos annos lectivos de 1841 a 1848, fazendo n'este o seu acto de formatura, e terminando assim com distincção o curso na Faculdade de Direito.

Ainda em Coimbra, antes de concluida a sua carreira academica, o mancebo estudioso, que era tambem poeta, escrevia em 1842 no *Ramalhete* o seu poema campestre—*Adolpho e Virginia ou a Festa Pastoril;* e offerecia ás senhoras de Lisboa uma collecção de poesias com o titulo: *As minhas saudades,* n'um volume de 8.º de 46 paginas, publicado na Imprensa de Trovão & C.ª

A predilecção do moço escriptor não era, porém, a poesia: principiava já então a manifestar-se pela instrucção publica, e particularmente pela instrucção popular. É sua a *Memoria historica sobre a instrucção primaria entre nós,* que sahiu á luz em os n.os 20 a 23 da *Revista Academica* de 1845.

D. Antonio da Costa manifestava tambem o seu amor pela arte

scenica, fazendo parte da companhia do theatro academico, levantado no collegio de S. Paulo, e sustentado por estudantes que se tornaram actores de primeira ordem. Os nomes de Luiz da Costa Pereira, Luiz de Bessa Correia, Alves da Silva, Francisco Palha, Henrique O'Neill, Paulo Midosi, Bentes, Sá, Theotonio e muitos outros, vivem ainda nas tradições da academia a par do nome de D. Antonio da Costa, o Gubetta da Lucrecia Borgia, e por excellencia a velha dos papeis comicos.

Entretanto rebentou em 1846 a revolução da Maria da Fonte, e D. Antonio da Costa, que frequentara o 4.º anno de Direito, onde tinha o n.º 11, alistou-se na 1.ª companhia do batalhão academico de voluntarios, não obstante ser sobrinho do marechal Saldanha, que era o presidente do conselho de ministros, e fez toda a campanha até 1847, distinguindo-se na acção de 1 de maio no Alto do Viso, defronte de Setubal. Foi então que a triplice alliança da Hespanha, França e Inglaterra começou a intervir para sustentar a dynastia da rainha D. Maria II.

Alguns annos depois, logo que venceu em 1851 o movimento regenerador iniciado pelo marechal Saldanha, foi despachado secretario geral do governo civil de Leiria, e ahi compoz e imprimiu no anno de 1855 um dos seus primeiros livros: *Estatistica do districto administrativo de Leiria.* O capitulo que tracta das prisões está escripto com muita elegancia, e n'elle se encontram alguns trechos de verdadeira eloquencia. Fundou e redigiu o *Leiriense,* publicado na mesma cidade.

Á *Estatistica* seguiu-se o *Moliere: drama historico original portuguez em cinco actos,* dado á luz em 1857 na Imprensa Nacional.

Passados tres annos foi provido em concurso no logar de primeiro official da direcção geral de instrucção publica e nomeado commissario regio juncto do theatro de D. Maria, pelo que n'esta qualidade escreveu e publicou dois relatorios com o titulo: *Relatorios da administração do theatro nacional de D. Maria II apresentados ao ministro do reino:* o primeiro sahido da Imprensa Nacional em 1861, e o segundo da Typographia do *Futuro* em 1862.

Decorridos alguns annos debatia-se a famosa questão do casamento civil, em que entraram escriptores de subido merito a principiar no sabio auctor do Projecto do codigo civil portuguez, visconde de Seabra, a seguir no auctorisado revisor do mesmo diploma, Alexandre Herculano, nos distinctos lentes de Direito, Paes da Silva e Nunes Giraldes, no esperançoso academico Augusto Neves Carneiro, e no festejado escriptor D. Antonio da Costa, que publicou em 1866 os tres opusculos: *O casamento civil, resposta ao sr. Alexandre Herculano; O casamento civil perante a carta con-*

stitucional: segunda resposta ao sr. A. Herculano; O casamento civil perante os principios: terceira resposta ao sr. A. Herculano.

Desde então foi D. Antonio da Costa escriptor fecundissimo. Em 1868 publicou o *Christianismo e o progresso;* em 1870 a *Instrucção nacional,* quando se creou o primeiro ministerio de instrucção publica de que teve a respectiva pasta; em 1871 a *Historia da instrucção popular;* em 1872 *José de Castilho, o heroe do Mondego;* em 1873 *Tres Mundos;* em 1874 a narrativa *No Minho;* em 1878 *Instituição de Oiro;* em 1885 *Auroras da instrucção;* em 1879 *Historia do marechal Saldanha.* E tinha prompto para entrar no prelo um estudo ácerca das mulheres celebres de Portugal. Ha d'elle uma nota *Julio Cesar* na versão dos *Fastos* pelo visconde de Castilho.

D. Antonio da Costa era moço fidalgo com exercicio no paço, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, grão-cruz de Carlos III, socio da Academia das sciencias, do Instituto de Coimbra, e de varias corporações litterarias e scientificas, nacionaes e extrangeiras, do conselho de Sua Majestade, e ministro de estado honorario.

Tinha elevado espirito e excellente character. Mais que o nascimento distincto as suas altas qualidades é que o tornavam querido e estimado por todos quantos o conheciam e com elle tractavam. Na camara electiva, de que fez parte em 1857 e 1858, nas secretarias, como empregado, nas suas relações particulares, o illustre extincto manifestava sempre os preciosos dotes da mais aprimorada educação, e revelava a superioridade com que via os assumptos examinados nos seus livros.

Damos sentidos pezames não só a sua excellentissima familia, mas aos seus muitos admiradores, entre os quaes nos contamos a nós tambem, que perdemos n'elle um verdadeiro e leal amigo.

ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA.

Á BEIRA DA SEPULTURA

DE

D. ANTONIO DA COSTA

Meus senhores:—Permittam-me que accentue as minhas ultimas homenagens ao querido morto que piedosamente viemos acompanhar até aqui.

Ninguem lamenta com mais entranhavel magua a perda que a nação acaba de soffrer com a morte do illustre escriptor e homem publico! Porque eu não tinha por elle só a sympathia, o respeito e a admiração que os seus talentos e a nobreza do seu character inspiravam, impunham; eu venerava-o como a um mestre. Foi á luz dos seus bellos livros e dos seus fecundos projectos e pareceres officiaes que meditei muitos dos difficillimos problemas do governo da educação; e, o que é mais, na sua convivencia, no seu exemplo, apprendi a não desanimar nunca no apostolado da nossa regeneração pelo ensino.

N'esta occasião em que os sagrados interesses educativos correm talvez o risco de ser preteridos por outros que, pela sua urgencia, a muitos se afiguram mais momentosos, que falta nos não faz a sua penna de oiro! com que enternecido alvoroço elle saberia vibrar o grito de alarme até aos corações ainda mais indifferentes! Possa ao menos o prestigio da sua memoria salvar-nos de um esquecimento que seria fatalmente a nossa irremediavel ruina! Achamo'-nos, é infelizmente certo, n'um passo bem angustioso, o paiz atravessa uma formidavel crise economica e moral; mas o nosso profundo mal é a miseria da nossa cultura. Por isso, á beira d'este tumulo invocando a vida generosa de D. Antonio da Costa, a sua honrada imparcialidade e o seu alto criterio, adjuro a todos que se unam como n'uma só familia para cimentar a nossa futura prosperidade no desenvolvimento da educação nacional.

Bernardino Machado.

D. ANTONIO DA COSTA

avaliado na camara dos senhores deputados

Sessão de 27 de janeiro de 1892

O sr. **João Arroyo**:—Sr. presidente, pedi a palavra para fazer uma proposta que, creio, estará no pensamento e no coração de todos os membros d'esta camara, e ao mesmo tempo para commemorar com algumas phrases sentidas o passamento de um dos homens mais illustres e mais queridos de todos quantos têm interferido na politica portugueza.

Refiro-me ao sr. D. Antonio da Costa, cavalheiro que unia á extrema gentileza de character taes dotes de intelligencia e erudição, que a sua morte importa incontestavelmente uma grande perda para o paiz. *(Apoiados.)*

Por isto, e porque a sua vida representa uma serie ininterrompida de trabalhos e esforços, qual d'elles mais valioso e mais bem intencionado, eu julgo interpretar fielmente o sentir d'esta camara, propondo que na acta da sessão de hoje seja lançado um voto de profundo sentimento pela morte d'aquelle cavalheiro, e que em seguida se dê conhecimento d'esta deliberação á familia do illustre fallecido. *(Apoiados geraes.)*

(S. ex.ª não reviu as notas tachygraphicas.)

Leu-se na mesa a seguinte:

PROPOSTA

Proponho que na acta da sessão de hoje seja lançado um voto de profundo sentimento pela morte do sr. D. Antonio da Costa de Sousa de Macedo, e que essa decisão seja participada á familia do finado.—*João Arroyo.*

O sr. **Ministro da Fazenda** (Oliveira Martins):—Associo-me á manifestação de sentimento proposta pelo meu collega e amigo, o sr. dr. Arroyo, e associo-me com tanto mais prazer, quanto o faço não só por parte do Governo, em nome da minha situação politica, como em nome da corporação de homens de lettras, de

que tenho a honra de fazer parte e de que o sr. D. Antonio da Costa era um dos mais distinctos. *(Muitos apoiados.)*

É n'esta dupla qualidade, repito, de politico e de homem de lettras, que me associo á manifestação proposta pelo sr. conselheiro Arroyo.

(S. ex.ª não reviu as notas tachygraphicas.)

O sr. **Frederico Laranjo**:—Sr. presidente, pedi a palavra para, em nome da minoria progressista, tomar parte no voto de sentimento, proposto pelo sr. Arroyo, e a que se associou o sr. ministro da fazenda, pela morte do distincto escriptor, o sr. D. Antonio da Costa.

O sr. D. Antonio da Costa pertencia a uma das familias mais nobres do paiz, em que se tem reunido quasi sempre o morgadio da fortuna e o da intelligencia. D'este fôra elle o herdeiro; n'este reviveu mais uma vez na sua familia um distincto cultor das lettras.

O sr. D. Antonio da Costa foi com os seus livros um dos principaes propugnadores da instrucção popular; palpita, estremece, sente-se nas paginas d'esses livros um intenso amor pelo povo; são um bello epitaphio para uma vida honrada os titulos das obras: *Christianismo e progresso; Instrucção nacional; Auroras da instrucção; Tres mundos;* e essas e outras obras do illustre escriptor são uma bella herança de um espirito que se extingue.

Era vivo o seu amor pelo bem, era nobre e levantado o seu character, por isso com magua deploramos a sua perda e de todo o coração nos associamos ao voto de sentimento proposto pelo sr. Arroyo.

Disse.

Lida na mesa a proposta do sr. Arroyo, foi approvada.

PONTICAS DE OVIDIO NASÃO

LIVRO PRIMEIRO

(Ao seu antigo collega e prezado amigo Ayres de Gouvêa)

Carta primeira

A Bruto (1)

Nasão, que já não é morador novo
Na Tomitana (2) terra, d'entre os getas (3)
Estes livrinhos seus a Bruto envia.
Se pudéres concede aos peregrinos (4)
Um asylo qualquer, porque receiam
Que em publica mansão do auctor o nome
Entrar lhes não permitta. Ah! quantas vezes
Exclamado não tenho:—nada ensinam
Em que haja torpezas! Eia! ávante;
Para a honesta poesia é livre o accesso;
E todavia os meus (5) não se approximam;
Preferem menos publica morada,
Mais seguros se crêem no Lar privado.
Mas onde poderão ser collocados?
Onde a Arte d'amar esteve outr'ora.

---

(1) Crê-se geralmente que este romano era filho do Bruto que assassinara Julio Cesar no Senado e se suicidara depois da perda da batalha de Philippo, ganha por Augusto.

(2) Havia quatro annos (como consta da 2.ª Elegia) desde que Ovidio se achava desterrado, e tinha então cincoenta e seis annos. Veja-se a Elegia 9.ª, liv. 3.º das *Tristezas*, sobre a origem da cidade Tomitana (Tomos).

(3) Ovidio situa os Getas na margem direita do Istro ou Danubio. Sobre a sua posição geographica veja-se a excellente nota publicada por M. Vernadé no fim dos Tristes.

(4) Peregrinos (ou forasteiros), assim chama o poeta os seus livros por terem sido escriptos no Ponto.

(5) Os meus livros.

O que trazem de novo acaso inquiras!...
Toma-os como são; não são d'amores.
Não acharás o titulo dos Tristes,
Mas não é menos triste o assumpto d'elles.
Varía a fórma, não differe o assumpto;
Só não se occulta a direcção da carta;
Nem evital-o, nem querel-o pódes;
Corteja-vos, invito, a musa minha.
Junctal-os-has aos meus, sejam quaes forem;
Nada impede que os filhos do exilado
Sem offensa das leis em Roma vivam.
Não tens que receiar; de Antonio (1) as obras
São lidas francamente; e a livraria
Do douto Bruto (2) está patente a todos.
Equiparar-me a taes varões não ouso;
Mas aos deuses jámais fiz impia guerra,
Nem lhes neguei, irreverente, as honras.
Se acaso me não crês, acolhe ao menos
Dos numes o louvor; supprime o nome
Do auctor; mas o carme acata ao menos.
O ramo d'oliveira apraz na guerra;
E o auctor da paz não ganhará com isso?
Quando, Ilion (3) succumbindo, o pio Eneas
A gran custo seu pae salvara aos hombros,
Diz-se que o fogo, em que a cidade ardia,
Para o deixar passar caminho abrira.
Um Eneada (4) leva este meu livro;
E ser-lhe-ha o transito impedido?
Aqui o Eneas sou, e Augusto o Anchises (5).
Acaso poderá vedar-se a entrada
Ao egypcio (6), que á porta o sistro tange?
Quem ao musico nega a tenue off'renda

---

(1) Marco Antonio, inimigo de Augusto que soffreu e fez pouco caso das suas injurias. Vide Tacito, *Ann.*, liv. 4.º, cap. 54.º.

(2) Cicero nos faz saber (*Acad. 11.ª*, liv. 1.º, cap. 5.º), que Bruto não só foi um grande capitão mas tambem um dos mais celebres philosophos do seu tempo.

(3) Troia.

(4) Romano, allude o poeta á supposta origem do povo romano cantada por Virgilio.

(5) Anchises era o pae de Eneas.

(6) Nos tempos do poeta os egypcios exerciam em grande numero o officio de musicos ambulantes, particularmente os da ilha de Pharo, na foz do Nilo. O seu instrumento musico era o sistro, especie de pandeiro.

Quando ante a mãe dos deuses (1) rompe os ares
Co'os sons da sua recurvada trompa?
Bem que a deusa Diana o não exija,
Aos augures (2) não falta de que vivam;
A mente nos commove a divindade,
(Nem será vergonhoso acredital-o!).
Em vez do sistro, em vez da phrygia trompa,
Não quero outra divisa mais que o nome
Da veneranda e sancta julia gente.
Vaticino, admoesto; abri passagem
Ao vate que transporta o sacro emblema;
Não por mim, pelo grande nume o imploro.
Nem julgueis, porque acaso fui culpado,
Ou incorri do principe nas iras,
Que as minhas oblações e culto engeite.
Da linigera Isis (3) juncto ás aras
Um sacerdote vi sentado outr'ora,
Que indignamente a deusa profanara.
Por crime similhante, outro, punido
Com privação da vista (4), em altos brados
Corria as ruas confessando o crime.
Taes confissões aos deuses sempre agradam,
Porque do seu poder dão testimunho;
Vendo o grande pesar, não poucas vezes
Indultam ou adoçam graves penas,
Devolvendo-lhe até a luz perdida.
Se o miseravel credito merece,
Arrependido estou, padeço e gemo.
Grave é o exilio, mas mais grave a culpa;
E é menos padecer que ser culpado;
Se os deuses, entre os quaes resplende Augusto,
Favoraveis me forem, póde a pena
Attenuar-se, mas a culpa nunca.
Tem seu termo fatal na morte o exilio,
Mas a morte extinguir não póde a culpa.

---

(1) Cybeles.

(2) O poeta diz *vaticinatores* (prophetas). A Diana de que falla Ovidio aqui é a que tinha um templo perto da cidade de Aricia, donde lhe veio o nome de Aricina.

(3) Chama-lhe o poeta linigera em razão das roupas de linho que os sacerdotes trajavam nos sacrificios. Isis era uma divindade egypcia.

(4) Acreditava-se vulgarmente que a deusa Isis privava da vista aquelles que havendo jurado por ella trahiam o seu juramento.

Não é pois d'extranhar que a mente minha
Trepide e como a neve se derreta;
E, qual nau que destroe caruncho occulto,
Doloroso pungir me rôa o peito.
É assim que as vagas o rochedo excavam;
Assim é que a ferruge o ferro come;
E é assim que a traça os livros dilacera.
Taes dores terminar só póde a morte.
Se os deuses, de quem todos dependemos,
Podem acreditar-me, talvez digno
D'algum favor me julguem, e me assignem
Mansão dos arcos scythicos immune;
Excessivo seria mais pedindo.

Carta segunda

A Maximo

Maximo (1), de teu nome digno em tudo,
E que realças a nobreza avita
Com as tuas virtudes, (nem nasceras
Se acaso n'um só dia os Fabios todos (2)
Houvessem perecido). Talvez queiras
Saber porque te escrevo esta missiva,
E conhecer ao certo quem t'a envia.
Ai de mim! Que farei? Receios tenho
De que ouvindo o meu nome o resto leias
Talvez aborrecido. Mas se o virem,
Confesso que o escrevi, e meu mal choro;
Nem eu o negarei, embora o vejam,
E rectificarei a culpa minha.
Confesso que talvez fosse mais grave,
E digno de mór pena acaso fôra.

---

(1) O romano a quem o poeta dirige esta carta pertencia á antiga e illustre familia dos Fabios, e era grande valido de Augusto.

(2) Toda a familia dos Fabios pereceu na guerra contra os etruscos, excepto o moço impubere que continuou a familia.

Por toda a parte cercam-me inimigos,
Como se com a patria a paz perdesse.
Para os golpes tornarem mais funestos
De viboras no fel as settas molham;
Em velozes corceis, e sempre armados,
Andam rodando os aterrados muros;
Como os lobos do bardo a ovelha espreitam,
E, tenso o arco uma vez, não mais o afrouxam.
Nossos tectos de settas cravejados
Representam de bastas estacadas;
E as portas, pouco solidas e firmes,
Difficilmente do hoste nos defendem.
Menos triste não é do solo o aspecto,
Nenhuma arvore ou folha ahi viceja,
Ao inverno que acaba outro succede.
Já quatro invernos tenho aqui soffrido,
Em lucta com a desgraça, o frio e as settas.
O pranto não tem fim; se por ventura
Momentos de estupor o não suspendem,
E insensivel se não tornasse o peito;
Assim mudada Niobe (1) em rochedo,
Deixou de atormental-a a dor pungente,
Que numerosas mortes lhe causavam.
Felizes vós tambem, irmãs queridas (2),
Cuja bocca gemente cerrar pôde
Do alamo ramoso a verde folha;
Só eu não posso em arvore mudar-me,
Nem, por mais que o deseje, em dura pedra!
Bem que Medusa (3) aos olhos meus se off'reça
Seu magico poder não terá força,
Pois só para soffrer respiro e vivo,
E exaspera-se o mal co'a longa mora.
De Ticio (4) assim o figado inconsumpto,
Renasce para perecer mil vezes.
Quando chegar do eterno somno a hora,

---

(1) Filha de Tantalo, transformada em rochedo. Vide a Fabula nas *Metamorphoses* de Ovidio.

(2) As irmãs de Phaetonte que os deuses transformaram em alamos, compadecidos do seu extremo pezar pela perda de seu infeliz irmão Phaetonte.

(3) O simples aspecto da sua cabeça transformava os homens em penedos. Vide *Metamorphoses* de Ovidio.

(4) Filho de Jupiter, pertendendo forçar Latona, agrilhoado por Apollo e Diana, e precipitado nos infernos, ahi offerecia o figado, perpetuamente renascendo, á voracidade dos abutres.

(Cura final do humano soffrimento)
A escura treva extinguirá meus males.
Até dormindo os sonhos me apoquentam,
Porque os sentidos meus a dor aggravam;
Sonho agora que aos dardos getas fujo,
Agora que a meus braços grilhões lançam.
E, se me illude sonho menos grave,
Da casa abandonada o tecto avisto;
Fallo comvosco, amigos venerados,
E outras vezes co'a esposa estremecida,
E se um breve prazer imaginario
Um momento disfructo, despertado
Co'a lembrança do bem meu mal se aggrava.
Quer me illumine o dia o triste rosto,
Quer em seus rociados corredores (1)
Divague a noite, indeclinaveis maguas
O meu peito desfazem, como a cera
Se liquefaz chegando-se-lhe o fogo.
Mil vezes peço a morte, e á morte peço
Que o solo geta me não cubra os ossos.
Quando de Cesar a clemencia lembro,
Não posso duvidar que ao naufragado
Mais branda praia conceder-se possa.
Mas se o meu pertinaz destino encaro
Esmoreço, e a minha tenue esp'rança
Desapparece de terror vencida.
Nem outra cousa mais espero, ou peço,
Que mudar de logar, embora seja
Para sitio peior. Eis quanto pódes
Tentar por mim, e salva a honra tua.
Eloquente orador, toma a teu cargo
D'esta difficil causa o patrocinio;
Sei que é má; mas se d'ella te incumbires
Boa se tornará; pelo exilado
Sentidas expressões dirás apenas.
Posto que o Deus noticia tem de tudo,
Cesar a minha situação não sabe;
Cousas de grande monta o nume occupam,
Para este Deus o que me afflige é nada.
Nem sequer terá tempo de informar-se

---

(1) Os suppostos cavallos da carroça da lua. Metaphora usada por Diniz da Cruz e outros poetas.

Onde Tomos está, (Tomos que apenas
É dos getas visinhos conhecido);
O que o sarmata faz e o fero yazigo (1),
E onde a Orestica deusa é venerada,
E essa gente, que quando o Istro gela
Sobre o dorso do rio endurecido
Em corceis velocissimos divaga.
D'estes, a maior parte, não conhecem
Teus encantos, ó Roma, nem receiam
As armas e o valor dos teus soldados;
Com seu arco, e carcaz de hervadas settas
Affeitos a soffrer a fome e a sede
Só confiam nos rapidos ginetes.
Se conhecera este nefasto solo,
Não me enviara aqui o Deus bondoso.
Não podia querer que algum romano,
(E eu muito mais que a vida lhe devia)
Venha a ser pelos barbaros oppresso,
Podendo me perder a um leve aceno.
Nada aos getas o meu destino importa;
Nem acto algum por mim foi practicado,
Que merecer devesse a pena extrema;
Nem ser podera menos rigoroso;
O que fez contra mim fel-o forçado;
E talvez que demais benigno fosse.
Queiram os deuses pois que sobre a terra
Nada melhor jámais a terra gere,
E a seu cargo por largo tempo esteja
O governo do Estado; e emfim succeda
Por disposição sua a julia gente.
Com lagrimas te rogo pois, amigo,
Que por mim o bondoso juiz implores;
Não lhe peças o bem, porém sómente
Onde, se não melhor, seguro viva,
E afastado do barbaro inimigo;
E que o esqualido geta me não tire
A vida que sómente aos numes devo,
E morto emfim em menos duro solo
Possam meus ossos repousar tranquillos.
Os meus restos mortaes mal inhumados,
Como os d'um exilado, o duro casco

---

(1) Povo da região da Tracia, entre os rios Nere e Ebro.

Dos cavallos Bistonicos (1) não calque;
E se inda sentir póde o fallecido,
Meus manes não aterrem sombras getas.
Tudo isto commover o Cesar póde,
Se commover-te póde a ti primeiro.
A tua voz emfim suasiva, e doce,
Gloria do ausonio idioma, allivio grato
Do temeroso réo, ameigue o ouvido
Do benevolo principe, e o compunjas.
Atreu (2), Theromedonte (3), não supplicas,
Nem esse monstro (4) que de carne humana
Os seus bravos corceis alimentava;
Porém uma alma em castigar morosa,
Veloz no premiar, e que se afflige
Se acaso a ser cruel se vê forçada;
Que vence para perdoar vencidos,
E impôr clausura eterna á civil guerra;
Que mais com ameaças do que penas
Corrige o maleficio, e, só coacto,
Máo grado e raramente os raios vibra.
Tendo de supplicar tão brando ouvido,
Roga-lhe que de Roma me approxime;
Pedes por mim, o teu conviva antigo,
Que a teu lado nas festas se viu sempre;
Teu hymineu cantou no fausto dia;
O mesmo, cujo canto elogiavas,
Excepto aquelle que fatal me fôra;
A quem por vezes lias teus escriptos,
E que da casa tua houve uma esposa,
Que foi sempre de Marcia (5) apreciada,
Que sempre a estimou desde menina,
E havida foi por sua companheira.
E da tia (6) de Cesar dama fôra;
D'ellas a approvação é prova plena.

---

(1) Povo da Tracia, convisinhos dos getas.

(2) Cuja crueldade se tornou famosa banqueteando Thyestes, seu irmão, com o corpo de seus proprios filhos.

(3) Crudelissimo rei da Scythia, que alimentava os seus leões com sangue humano para os tornar mais ferozes.

(4) Diomedes, rei dos Bistonios, o qual alimentava os seus cavallos de carne humana.

(5) Marcia era a mulher de Maximo. (Vid. Tacito, *Ann.*, liv. 1.º, cap. 5.º).

(6) A tia materna de Cesar era Acia, mãe de Marcia.

Melhor que a fama sua á propria Claudia (1)
Superfluo qualquer outro abono fôra;
E nós tambem sem macula passámos
Parte da nossa vida; mas a outra
Deve ser supprimida; aqui fiquemos.
Minha esposa (2) ao cuidado vosso entrego,
Nem podeis renegal-a, salva a honra;
A vós se acolhe, e o vosso altar abraça;
(De juro (3) ampara o Nume os seus devotos)
E em prantos pede que applacado o Cesar
O meu jazigo d'elle se approxime.

VISCONDE DE SEABRA.

---

(1) Era uma Vestal, que suspeita de estupro, a fim de provar a sua pureza, por favor da deusa Cybeles, arrastara *com o cinto* uma nau encalhada no Tibre, que muitos mil homens não poderiam mover.

(2) Refere-se o poeta á sua terceira esposa, procedente da familia Fabia. Ovidio esposou successivamente tres mulheres; a primeira, como elle mesmo diz, fôra-lhe imposta ainda joven, e a repudiou por *inconveniente;* a segunda, que tambem repudiou, não declara porquê, resalvando comtudo o seu comportamento; ha quem diga que por ser esteril. A terceira, finalmente, é a de quem falla o poeta n'esta Elegia, com a qual conservou sempre a mais terna intimidade, e a proclama o modelo das consortes. D'ella teve uma filha, por nome Perilla, que muitas vezes menciona nos seus versos. É para notar que em parte alguma declare Ovidio o nome das suas tres mulheres, mas nós cremos que o nome da ultima fôra o mesmo da filha, pois que Perilla significa —*por ella*—(per illam).

(3) De direito ou justamente.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

(Continuado do n.º 7, paginas 524)

XVI

Janeiro de 1837.—Vai sempre a mais a doença.—Ultimos dias da resignada victima.—Despedidas e ultimas disposições.—O dia fatal 1 de fevereiro.—Funeral no cemiterio do Alto de S. João.—O epitaphio.

O assistente era o sr. Conselheiro José Lourenço da Luz, um dos mais distinctos medicos de Lisboa, hoje Par do Reino (1). Conhecendo o estado gravissimo da doente, entendeu dever prevenir o marido. As primeiras phrases que soltou, no sentido de lhe predispôr o animo, não conseguiram vencer as intimas esperanças que ainda o enganavam. Tinha isso comsigo aquella alma; apegava-se com extraordinaria energia á esperança; era de uma infantilidade providencial!

Ia janeiro a sumir-se, um janeiro frio e triste se jámais os houve. A enferma já se não podia levantar.

A sobreloja do palacio do Campo de Sanct'Anna parecia já uma casa mortuaria, tanta era a melancolia oppressa que tudo

---

(1) Capitulo escripto em abril de 1879. O Conselheiro J. L. da Luz falleceu ha poucos annos.

alli respirava! Entravam e sahiam os raros e bons amigos que nos lances tristes se encontram sempre; e as noticias que recebiam, e em voz baixa transmittiam, eram cada vez mais horrorosas.

Apagava-se a doente; apagava-se de vagarinho, serenamente, na posse de todas as faculdades intellectuaes, e no goso de toda a sua intensa piedade. As suas fallas eram orações, cuidados no marido, o querido amante da sua alma, providencias de amiga e mãe verdadeira, consolações aos que, subtilmente, se lhe chegavam ao leito, a perguntar como se achava.

Confessou-se; n'isso achou grande allivio; esperou.

Não esperou muito.

«O quarto da resignada e valorosa victima, que repartia, sor-«rindo, esperanças que ella mesma para si já não queria,—(são palavras do seu viuvo na *Chave do enigma*)—«tinha a janella «fechada ás tristezas de fóra; as do interior lhe sobejavam.

«Uma lamparina aos pés da Imagem em vulto da *Senhora Mãe «dos homens*, madrinha de Maria, e objecto da sua devoção de toda «a vida, attrahia, como um reflexo precursor da luz perpetua, a «vista perturbada da paciente, indo e vindo da Imagem, que «parecia chamal-a, para o amante, que, recostada a fronte sobre «o seu travesseiro, e apertando-lhe a mão, lhe supplicava muda-«mente o não deixasse.

«Reconcentrou emfim, por um supremo esforço feminil, os «remanescentes do seu vigor exhausto; e mandando chamar meu «irmão, que na proxima sala chorava por ambos nós, nos disse: «que sentia já a sua existencia na vasante, e era tempo de appa-«relhar a alma para as bodas eternas; em quanto lhe restava «entendimento e falla, queria dirigir a cada um de nós um rogo, «que de proposito reservara para aquelle momento, em que nada «se recusa.

«Cada um jurou cumpril-o, fosse qual fosse.

—«Tenho pena de ti, meu pobre poeta!—proseguiu ella após «alguns momentos de concentração—Sei que deixo um grande «vasio na tua vida. Se Anna Lucinda não fosse freira, essa «conhecia-te como eu, amava-te quasi tanto como eu; podia «continuar como tua esposa a obra da tua felicitação, que eu «deixo incompleta. Se jámais a ventura te deparar outra mulher «de alma, e capaz de comprehender a tua, instruida, amante, «superior ao vulgo dos espiritos, apta emfim para te servir e «consolar, offerece-lhe o logar que eu deixo ermo nos teus des-«tinos.... Eu mesma abençoarei lá de cima a vossa união.

«Vim a cumprir-lhe o seu desejo testamentario; ella desem-«penhou-se da promessa.

«Então, voltando-se para o nosso querido irmão, e depois de

«lhe agradecer todas as melindrosas manifestações de affecto, que «tantos annos havia nos liberalisara sem cançasso nem quebra, «lhe supplicou, doce e graciosa como um Anjo, cujas azas de «prata já começavam a despontar, lhe outorgasse emfim a casinha «candida com que tantas vezes lhe fizera sonhar; agora para a «erigir bastava uma só pedra; que lhe pozesse uma inscripção, «na qual ao nome d'ella se ajuntasse o dos seus tres poetas: o «meu, e o dos seus gloriosos parentes, Ferreira e Tolentino.»

. . . . . .

Passou uma hora.

Tinha sido aquelle o seu esforço derradeiro. Não fallou mais, amortecida n'um torpôr somnolento, senão para pedir á sua creada (a Leonor Mortágoa, da Castanheira), com umas phrases incoherentes, de meio delirio, que lhe pozesse mais roupa, a aconchegasse pois sentia muito frio, e a deixasse dormir. Tudo se fez.

Junto ao leito estava sentado o poeta, n'uma anciedade indescriptivel. A doente virou-se a custo para o lado d'elle, estremeceu levemente, como de frio, e ficou. (Leonor Mortágoa é que me deu estes pormenores).

Na sala proxima achava-se o assistente, com Augusto. Vieram correndo. Vieram todos!

O medico observou, tomou aquelle pulso frio, e só disse:

—Acabou de padecer.

. . . . . .

. . . . . .

*

Foi isto em 1 de fevereiro de 1837, uma quarta-feira. Fazia um frio excepcional.

Na noite, e na manhã seguinte, cahiu muita neve. Os telhados amanheceram brancos, brancos.

Coisa rarissima em Lisboa! Conta Damião de Goes, como facto extraordinario, que nevou muito no dia do nascimento do Infante D. Henrique, no Porto. Assim foi no dia 1 de fevereiro. Deve ser horroroso! é um lençol funebre.

*

Ao cahir da tarde do dia 2, seguiam a passo algumas seges atraz de uns coches funerarios, ao longo da estrada que sóbe ao

cemiterio do Alto de S. João. Havia pouco tempo que alli se tinha erguido um dos fortes das linhas do cerco de Lisboa. Aquelle cabeço ainda conservava os anteparos da artilheria; mas entre os escombros da guerra já o novo jardim dos mortos principiava a alastrar a silenciosa paz dos tumulos.

Apeou-se um resumido cortejo á porta do recentissimo e ainda mal alinhado cemiterio, e mãos amigas conduziram o caixão negro, da sancta e estremecida mulher do poeta do *Amor e melancolia*.

Ao chegarem á beira da cova, proferiu um d'elles este sentidissimo adeus á pobre morta:

«Ente unico, que mereceste do melhor dos nossos genios o titulo «de Mulher incomparavel, descança em paz na morada dos mortos, «em quanto a tua alma repoisa bemaventurada no seio do Creador.

«Quando as estrellas formarem ao teu sepulchro um docel bri- «lhante, o vento que então soprar ha de trazer-te no silencio da «noite os ais afflictos do teu esposo, os suspiros da tua amiga, a «saudade dos que te conheceram, e o respeito de todos.

«Ligada pela natureza e pelo hymeneu ás grandezas litterarias «da nossa patria, tu mostraste pelo teu espirito, pelo teu amor ás «lettras, que nas tuas veias circulava o sangue de Ferreira e de «Tolentino, e que os teus destinos se uniram a um dos nossos «maiores vates; e como se este merito, por alheio, não conten- «tasse a tua ambição, tu ennobreceste a tua alma por todas as «virtudes que cabem n'um coração de mulher.

«Quando os teus dias se deslisavam no *mosteiro solitario, entre as montanhas e o mar,* entregue toda ao estudo, e á tua amiga, «tu salvaste o teu coração e o teu espirito d'essa vaidade fria, «d'essa sensibilidade falsa, que na edade das graças costuma «arrebatar ao commum do teu sexo a candura, a felicidade, e o «repouso.

«Foi no meio d'este viver simples e encantador, que te surpre- «hendeu esse sentimento magico, *esse amor que nasceu sem semente, «que cresceu sem esforços, que enlaçou com as suas raizes toda a «essencia de um homem,* e que de tão bellas flores o cobriu!

«*Amor e melancolia!* livro incomprehensivelmente inspirado! «quanto ha de mysterioso e prophetico em tuas paginas, é hoje «revelado e cumprido:

«Julia, Julia, a sua Julia,
«que elle julgava immortal,
«não, não foi exceptuada
«d'essa lei universal!»

. . . . . .

*

Antes de se apartar do cemiterio, mandou aquelle amigo fiel, que era o bondoso e expansivo Lopes de Vasconcellos, collocar na cova provisoria da finada um lettreiro com estas palavras:

D. Maria Isabel de Baêna
e Portugal
Mulher de Antonio Feliciano de Castilho
Falleceu no
1.º de Fevereiro de 1837.

XVII

Amigos fieis n'aquelles tristissimos dias.—Lopes de Vasconcellos.—Alexandre Herculano.—João Jorge de Oliveira e Lima.—O Marquez de Resende.—O Visconde de Monção.—Elegia inedita de Manuel Rodrigues da Silva e Abreu, de Braga.—Elegia do poeta D. João de Azevedo, da casa da Tapada.—Outras commemorações.—Trasladação dos restos mortaes d'esta senhora para o cemiterio dos Prazeres.—O seu moimento.—Menciona-se *A chave do enigma*.

Quem fossem todos os amigos de que se compunha o ultimo cortejo da sonhadora de Vairão, queria eu sabel-o ao certo, mas não sei, nem já tenho quem m'o diga. Oiço apenas, que entre os que mais assiduamente acompanharam o viuvo, se contaram com muita especialidade os seguintes:

Joaquim José Dias Lopes de Vasconcellos, amigo antigo, condiscipulo, companheiro;

Alexandre Herculano, intimo;

João Jorge de Oliveira e Lima, o sympathico ex-Frade Loyo de Coimbra mencionado nas *Excavações poeticas;*

o Marquez de Resende, apreciador enthusiasta de Castilho; e

o Visconde de Monção Gonçalo José Vaz de Carvalho, conversador chistoso.

*

Lopes de Vasconcellos, que foi Governador Civil em varios Districtos, e morreu Conselheiro de Estado, devia ser então um bonito moço, a julgar pelo que era ainda depois de velho, quando o conheci. Era um homem branco, risonho, alto e forte, com muito bom ar, e sempre muito bem vestido. A sua pequenina suissa, muito aparada, dava áquelle rosto a physionomia dos politicos da Restauração.

De Alexandre Herculano possuo um retrato a lapis, feito por uma senhora n'esses annos proximos; e ouvi que era um rapaz magro, tez biliosa, aspecto sombrio e meditativo.

João Jorge de Oliveira e Lima era um rapaz na força da vida, com amabilidade natural e communicativa, segundo nol-o descreve no citado livro o seu amigo Castilho, ao pintar uma visita do amavel Conego de S. João Evangelista ao retiro da Castanheira.

O Marquez de Resende, filho segundo da Casa de Penalva, e constitucional enthusiasta, tinha então (a julgar por um seu retrato a oleo que muito bem conheci nos quartos do mesmo Marquez), um typo de politico e diplomatico antigo: ar fino, cabello puchado para as fontes, cara rapada, e beiços á Metternick.

O Visconde de Monção finalmente, então sujeito de cincoenta e tantos annos, grande apreciador de talentos, e antigo amigo de Bocage, era (segundo posso calcular, pois o conheci na velhice) um homem alto, magro, sem barba, modos francos, e maneiras da *côrte antiga*. Muito loquaz, muito engraçado, e tambem poeta.

*

Não foram estes, como vamos ver, os amigos unicos a quem n'este lance coube o papel de consoladores de uma dor profundissima. E que auxilio que elles prestaram! Castilho perdeu toda a serenidade, e rompeu em excessos de furia, agarrado ao cadaver querido! as suas lamentações e invectivas inconscientes tocavam as raias da demencia, e degeneravam em blasphemias. Esquecia os sentimentos religiosos que tinha então, e proferia impiedades, louco de dor!

Ninguem o sustinha. Apenas Herculano podia dominal-o, e com a sua voz já auctorisada chamal-o á ordem e á resignação.

Encontro uma Elegia, que merece mencionada; é assignada por M. R. S. A., e datada de Braga em 21 d'este mesmo mez de fevereiro.

Foi o sr. dr. José Joaquim da Silva Pereira Caldas, quem teve

a bondade de me descobrir o enigma. Aquellas iniciaes escondem o nome do antigo Bibliothecario de Braga, Manuel Rodrigues da Silva e Abreu (1).

Eis aqui, para amostra, as primeiras tres estrophes da melancolica poesia:

Que sons de magoa, tristissimos,
vem do Tejo a aura espalhando,
e em meus ouvidos coando
ais de lucto e extrema dor!
Como ao Deste, ao longe Cávado,
vem gerar flebil rumor!

Acaso da vida ao tumulo
ente baixou, que sublime,
virtudes roubando ao crime,
volveu a Deus seu auctor?
Dura morte, acaso, asperrima,
estalou grilhões de amor?

Sim, finou-se! Infausta victima,
de um Cisne a esposa mimosa,
em dons, em prendas famosa,
cedeu do fado ao rigor!
Já não ouve; o rosto angelico
revestiu lethal pallor.

*

Cabe tambem n'este sitio a sentida peça de versos, que ao assumpto consagrou um poeta de bons quilates, o conhecido D. João de Azevedo. Eil-a:

AO SENHOR
ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO
NA MORTE DE SUA MULHER
D. MARIA IZABEL DE BAÊNA COIMBRA PORTUGAL

A que vem este dó?!... Senhas de morte
no recinto do Bardo!? um ataúde!
um cadaver femineo, e em torno accezos
brandões exequiaes?! hyssope, e o vaso

---

(1) D'elle falla Innocencio no *Diccionario;* e com mais algumas particularidades o sr. Soares Romeu Junior n'uma *Noticia biographica,* feita segundo apontamentos ministrados pelo sr. Pereira Caldas. Foi Abreu bacharel em Direito, e conviveu em Coimbra com Garrett, e com Castilho, de quem era amigo. Falleceu em Braga a 6 de dezembro de 1869. (Informações do sr. Pereira Caldas).

da agua das bençãos! as paredes lucto,
mudez, e solidão! nem um rugido
que alembre a vida!...
Bardo! bardo!...
Nada
soou a minha voz; nem mesmo ha echos
no abafado salão!
D'além parece
que alguem gemêra; oh! illudi-me. É certo,
um ai surgiu d'além; veio do Bardo,
immobil sombra, que lá estava áquelle
escuso canto, e não a havia eu visto.

Quão pallido que está! a fio as lagrimas
lhe rolam pela face, e ellas sómente
o dão por vivo, que a não serem, espectro
o dissera das campas.
Calou-lhe a dor profunda
por escaninhos d'alma;
e d'alma, ai! como lhe vem viva ao rosto!
É delle, é todo seu, o dó que assoalham
mudez, lucto, brandões, eça, e cadaver.
Nem arfa, de pungido!
Eia, ao lethargo
arranquemos o Bardo, e vá parceiro,
por cortejo de morte á estancia fria
o pranto de dois vates,
saudar co'o feudo lacrimal das tumbas
o miserrimo pó que alli se encerra.
Pranteemos os dois.
Mas qual foi essa,
que o passamento fez? o Bardo o diga.

Choras a casta irmã? a terna amante?
dás lagrimas á mãe? responde!
Mudo
e quedo, qual estatua, e sem dar tino
que alguem o interrogara, inda além jaze
submerso na amargura.
Bardo, dás-me
(se crês) que envolva um ramo de cipreste
n'esta agua benta, e vá espargir com elle
a mulher que já foi?
—Sim, creio, e faze-o—
o Bardo respondeu.
Oh! quanto é doce
de crer como elle crê! Benzâmos. Feito,
hei jus a que conteste, e torno a instal-o:
—Quem pranteias, amigo? A dor me conta,
e menos te será dura essa mogoa.
A amante, a mãe, a irmã, qual d'estas choras?
—Amante, e irmã, e mãe, e tudo, ó homem
que abençoaste aquella cinza; tudo
perdido chóro, que me veio a morte
partir a meio o ser, roubando a esposa!

Prazeres, gostos d'alma, ai! longe, longe;
tudo me vai além n'aquelle esquife,
para não volver mais. Ai! como é longo
este adeus dos finados!...
Que de innumeros seculos que encerra
a campa de um sepulchro!
Quão só que me deixou! quão ermo! A terra
hoje que é para mim? Soidão, deserto,
ou antes, rico pelago de vidas,
onde eu sou nauta de remotas plagas.
A todos estrangeiro, alheio a todos,
na dor e no prazer; ente miserrimo,
abandonado, e só, sem que haja seio
que arfe junto do meu, seio que enxugue
meu pranto com seu pranto, e co'um sorriso
os gosos me avivente.
Ai! como é duro o despertar da morte!
nem um sonho que deixa!...
Gelou-se o labio que nos disse «adoro-te;»
e gelo eterno para sempre o cerra.
Nem ha das eras que aguardar; é nullo
o voltejar dos seculos.
Debulho-me em chorar, que vale? um *sempre,*
um *sempre* lá da tumba em meus ouvidos
a me afferrar no seio!
Ó requintes da dor, quasi que d'alma
valeis a me arrancar voz de maldito
contra o decreto barbaro e nefando.
do Ser que me roubou a esposa a amante,
a quem tu, mais feliz, além divisas
n'esse ferrenho esquife.
Oh! dize, emtorno
não ha hi cherubins? não lhe vislumbras
no labio semi-aberto um como assomo
de angelico sorrir?... Que pensas d'elle?
é annuncio de paz; já dorme em gloria;
bemdito o Creador!
Mas eu sem ella!
eu, que o infortunio apesinhou no berço,
dando-me a treva por herança eterna!
eu, que outro bem não tinha, outro consolo,
mais do que ouvir-lhe a voz!... roubarem-me esse,
e responder-me aos ais enternecidos
o silencio dos tumulos!...
Que tantas ditas gosem sobre a terra
os meigos da fortuna,
e que essa, que me coube unica em sorte,
té essa me arrebatem!...
Que eu não tenha um prazer!... Ai, miserando,
que já de novo a dor me desvairava!
Nem me crimines tu, amigo; o transe
é demasiado acerbo. Une teu pranto
ao pranto que eu derramo; oremos juntos;
sejam do homem lagrimas inuteis,
mas do christão as preces!—

Ambos orámos; e por curto espaço
mal turbou a mudez da hora da morte
o som da pia reza.
Alfim mais ledo,
ou menos succumbido, ergueu-se o Bardo.
Oh! balsamos da Fé! quanto não deve
ser ditoso o mortal que os saboreia!

Invejemos no Bardo a pia crença,
que lhe amaciou a dor no centro d'alma,
e paz áquelle que não tem conforto
nos procellosos transes da amargura!...

D. João de Azevedo Coutinho (1).

*

Era D. João de Azevedo de Sá Coutinho um poeta de pulso. Foi pena que tão cedo o mallograsse a morte. Como neto que era do grande Sá de Miranda, coubera-lhe o engenho poetico em morgadio. Tenho o maior pesar de não o ter conhecido.

Em 1837 era um rapaz de vinte e cinco annos, apenas, e bacharel formado em Canones. Depois entrou na politica, foi Deputado, exerceu varios cargos, e falleceu prematuramente em Lisboa aos quarenta e tres annos, em 1854. Das suas obras falla Innocencio.

*

Entre as commemorações litterarias do fallecimento da senhora D. Maria Isabel de Baêna, houve outra, mas parece-me que ficou inedita: era um artigo historico e necrologico pelo Marquez de Resende. Encontro apenas fugitiva menção d'elle n'uma carta do

---

(1) Vem na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica de Coimbra*, t. II, pag. 8 a 11, 1841. Foi expressamente copiada esta poesia pelo proprio punho do sr. dr. Pereira Caldas, de Braga, em 8 de outubro de 1878, e enviada ao auctor d'estas *Memorias*.

*

Marquez a Castilho, em 31 de maio de 1837. Desculpa-se de o não ter já enviado, pelo ter entregue para censura a um intimo, que ainda o não restituira, e por desejar fazer algumas alterações no logar onde descrevia o sitio de Vairão, pois achara noticias interessantes, e pouco sabidas, ácerca da terra da Maya (a antiga Palancia dos Romanos).

. . . . . .

*

Passado não sei quanto tempo, foi o despojo querido trasladado ao novo cemiterio de Nossa Senhora dos Prazeres.

Hoje, quem percorre a parte septentrional do cemiterio, que é a mais antiga, encontra á sombra de uns folhudos ciprestes um pequenino mausoleo ennegrecido do tempo, em fórma de esguia pyramide sobrepojada de uma urna funeraria, e em cuja face anterior mal se lê, sob o escudo de um brasão de armas, este singelissimo epitaphio repassado de tristeza:

MONUMENTO
DE PERPETUA SAUDADE
CONSAGRADO POR
ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO
A
SUA MULHER
D. MARIA ISABEL DE BAÊNA
COIMBRA PORTUGAL
DIGNA SOBRINHA DE
NICOLÁO TOLENTINO DE ALMEIDA
E
DESCENDENTE DO ANTIGO
POETA ANTONIO FERREIRA.
NASCEU NO PORTO A 2 DE JULHO
DE
1796
E FALLECEU EM LISBOA A 1 DE FEVEREIRO
DE
1837.

*

Além d'esta pedra, que ha de desapparecer um dia, e além de algumas phrases fugitivas ao longo das obras poeticas de Castilho, consagrou elle á sua adorada companheira de dois annos, dois mezes, e dois dias, outro moimento. Esse não morre. É a segunda edição do *Amor e melancolia,* o livro d'Ella, com o supplemento chamado *A chave do enigma*.

Na dedicatoria lê-se:

A AQUELLA QUE JÁ NÃO SENTE, PENDURA COM MÃO TREMULA N'UM RAMO DO SEU CIPRESTE ESTA PEQUENA CORÔA

O AUCTOR.

(Continúa).

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

(Continuado do n.º 7, paginas 536)

XXXII

Soror Violante do Céo

É uma das poetisas mais afamadas do nosso Parnaso, e foi um dos espiritos, que mais enthusiasmo produziu entre os seus contemporaneos.

Collaborou na *Fama Posthuma* e na *Cancion Real*. Na primeira d'estas obras tem a seguinte poesia:

Si credito, si gloria,
No conseguiste, ó Musa con el canto
De Lope la Memoria
Tu credito assegure con el llanto,
Que quando por tal fin se llora y pena
Credito el llanto da, gloria la pena.
Aquel diuino Apolo
Aquella admiracion de las Edades
Aquel Fenix que solo
Murio por renacer a Eternidades
En la diuina Esfera introduzido,
Se ostenta vencedor, quando vencido.
Pensó con vano intento
Mostrar en acto audaz la Parca impia
Deste raro Portento
Mentida la Deydad que el mundo via
Que su diuino ser hizo mas cierto
El quedar immortal despues de muerto.
La diuision que aduierte,
El pesar en tu ser, ó Fenix raro,
Traslacion fue, no muerte,

Que a ser del esplendor aumento claro,
Passaste de lo humano a lo diuino,
Dando a digno valor lugar mas digno.
Perdio con tu partida
Helicona el valor, Parnaso el brio,
Que si solo tu vida
Sustentaua el honor de Euterpe, y Clio
Agora que entre luzes te acomodas
Huerfanas lloraràn las Musas todas.
Perdio su Sol el suelo,
Su credito el saber, su espanto el mundo,
El genio su modelo,
Su exemplo lo suaue, y lo fecundo,
La Fama sus Assumptos en tus glorias,
España en sus escritos sus vitorias.
Tudo enfin ha perdido,
Tu solo entre delicias colocado
Tan diferente has sido,
Que con lo que has perdido te has ganado;
Pues ya por tu virtud, ya por tus obras,
Si vna vida perdiste, innmensas cobras.
O logra eternamente
Esse Abismo de glorias infinitas,
Esse tu digno Oriente,
O Fenix que muriendo resucitas,
Que quien tantas Deydades incluia,
Solo tan digno assiento merecia!
Y tu famosa España,
Cuyo raro valor, cuya grandeza
Tan justo llanto baña:
Alegria introduce en la tristeza,
Que si el perdido bien fue gloria tuya,
Astro sera que erudicion te influya.

Ao auctor da *Cancion Real* dedicou estas *Lyras:*

A tv Diuino accento
(O Cisne raro y solo)
Encomios sacrifique el mismo Apolo!
Que solo su instrumento,
Por dulce y por diuino,
De tu aplauso feliz presumo digno;

Tan soberano cantas;
Tan singular recitas;
Vn principio de glorias infinitas;
Que hasta las mismas plantas
De esteril atributo,
Produzen cõ tu voz Metrico fruto.

La Encarnacion diuina
Del Verbo soberano;
Diuino te haze a ti; si a Dios humano?

Porque con voz tan digna,
Esta verdad refieres?
Que con la humanidad Deidad adquieres.

Quando el mayor Misterio,
Doctissimo descriues,
En laminas de luz tu nombre escriues;
Que como el claro Imperio,
A suspension induzes,
Queda tu nõbre, ó Juan, impresso en luzes.

El Ave que veneras,
Con tan deuoto intento,
Si en su valor tener pudiera augmẽto
De suerte la exageras,
Que por tu pluma rara,
A su misma Deidad se auentajára.

Del Paraninfo Santo
De modo la eloquencia
Representa tu vòz? Canta tu sciẽcia:
Que pienso que tu canto
(Por raro y por subido)
De su mismo saber dictado ha sido.

O prepare a tu pluma
O guarde a tu instrumento,
Cristalino lugar el firmamiento:
Porque tener presuma
Su maquina preclara
Duplicado splẽdor, beldad mas rara:

Tu pluma voladora
Examino en vn buelo
Quãta Regiõ, y esphera ocupa el Cielo,
Lisonja de el Aurora
Fue el canto de tal Ave?
Para alabar el Sol, porque el la alabe.

Baptista soberano,
No temas, no, recelo
En tu humano pulsar, en tu desbelo,
Pues quando mas humano,
Tu impulso peregrino,
Humano canta a Dios, es mas diuino!

XXXIII

João Rodrigues de Sá

Na *Pityographia,* poema, em que o poeta hespanhol Cadabal Gravio Calidonio descreveu a quinta de Sancta Cruz da Maia,

pertencente á mitra do Porto, vem uma poesia latina de João Rodrigues de Sá, assim intitulada: *Dissertissimi viri Ioannis Roderici de Sa Portugallensis arcis præfecti carmen, in Religiosissimi doctoris Roderici Pinarij dei gratia Portugallensis Episcopi encomium.*

A poesia tem 52 versos: transcrevemos, para amostra, os seis primeiros:

Te tua villa tenet, sanctæ venerabile nomen
Quam crucis exornat, non procul à pelago.
Hic lapsis habuit sæclis memorabile fanum
Mater Atlantiadæ, regna tenente Ioue.
Hic fuerant Dryadum, Satyrorum & mille recessus
Quondam, & syluanis mansis grata Deis.

Eis a descripção bibliographica do livro:

56—*Pityographia.* Este titulo por cima das armas do bispo portuense D. Rodrigo Pinheiro. *In amplissimas etc.* Lisboa por Antonio Gonçalves, 1568.

O poema é dedicado ao bispo, a quem o poeta se mostra muito reconhecido.

XXXIV

João de Mattos Fragoso

Foi dramaturgo fecundo, compondo, já isoladamente, já de parceria, com outros engenhos da epocha. Conhecem-se poesias suas esparsas pelas obras abaixo indicadas:

57—*Campaña de Portvgal por la parte de Estremadvra El año de 1662. Execvtada por el serenissimo señor Don Ivan de Avstria. Por Don Geronymo Mascareñas.* Madrid, Diego Diaz de la Carrera, 1663.

Mascarenhas era portuguez, mas viveu quasi sempre em Hespanha, cujo partido seguiu.

Fragoso dedica á obra d'elle o seguinte soneto:

Aquel Bastón, que assombra la Campaña,
Este Papel, que admira el pensamiento,
Si el uno de Laurél adorna el viento,
Otro de insignes clausulas le baña.

Lo que vencio con generosa saña
De aquella Aguila Austràl el Real aliento,
Oy vive en la harmonia de tu acento,
O Grande! O Ilustre! O Seneca de España!
Oy dá luz un Lucero à otro Lucero,
Tu esparces su esplendor en breve suma,
El eterniza en ti lo verdadero;
Ninguno à describir su ardor presuma,
Pues solo cabe tan heroyco azero
En lo sagrado de tan alta Pluma.

Copiamos este soneto da edição de 1762.

58—*La casa de juego, compuesta por Francisco de Navarrete y Ribera, Notario Apostolico.* Madrid, por Rodrigues, 1644.
Traz este soneto:

Ese papel que en hojas desparcidas,
De contingencia armado, al cuerdo empeña
Y de ardor en ardor, de seña en seña
Baraja las potencias mas unidas;
Ese tirano sordo de las vidas,
Que engaña la razon y la despeña,
Juego, enigma ó pesar que de una peña
Centellas sacará sin dar heridas:
Por tu pluma en alivios mejorados
Pueden quedar los que en aquel viciosos
Cedieron al impulso de los hados.
En libros dos, se ostentan generosos,
Que si en aquel se pierden desdichados,
En aqueste se ganan venturosos.

Tanto este como o anterior vêm transcriptos no *Catalogo* do sr. Garcia Peres.

59—*Dias sagrados, y geniales, celebrados en la Canonizacion de S. Francisco de Borja, etc. por Don Ambrosio de Fomperosa y Quintana.* Madrid, Francisco Neto, 1672.

60—*Delicias de Apolo, Recreaciones del Parnaso, por las tres musas Urania, Euterpe y Caliope, hechas de varias poesias de los mejores ingenios de España.* Zaragoza, por I. de Ybar, 1670.
O collector é José Alfay. Traz tres poesias de Mattos.

61—*Trivnfos gloriosos,... y ostentosas fiestas que se celebraron año de MDCLXIX en Madrid... y en el Real Conuento de S. Gil. A la canonizacion de San Pedro de Alcantara. Escrivelas el Padre Fr. Antonio de Huerta.* Madrid, Bernardo de Villa Diego, 1670.

Salvá, que descreve o livro sob o n.º 261, diz José de Mattos, em vez de João. Será equivoco ou será outro poeta?

62—*Peregrinacion del Mvndo, del Doctor D. Pedro Cvbero Sebastian, Predicador Apostolico.* Napoles, Carlos Porsile, 1682.

63—*Sainetes y entremeses representados y cantados, compuestos por don Gil Lopez de Armesto y Castro,* etc. Madrid, 1674.

Decima laudatoria de Mattos.

64—*Fenix de los ingenios, qve renace de las plavsibles cenizas del certamen qve se dedico á la venerabilissima imagen de N. S. de la Soledad en la celebre tranlacion a sv svmptvosa capilla, con vn epitome de su sagrada historia... A diligencias de el licenciado Don Tomas de Oña.* Madrid, Diego Diaz de la Carrera, 1664.

Além de uma comedia de Mattos, *El divino calabres,* traz tambem poesias do mesmo auctor.

65—*Pompa Fvneral. Honras y Exequias en la muerte De la muy Alta y Catolica Señora Doña Isabel de Borbon Reyna de las Españas y del Nuevo Mundo Que se celebraron en el Convento de S. Geronimo de la villa de Madrid.* Madrid. Diego Diaz de la Carrera, 1645.

66—*Elogios épicos á las plavsibles fiestas, que con admiracion emvladas celebró la parroqvial ínclita de S. Miguel de la Ciudad Ilustre como Antigua, y siempre leal de Segovia. Dando principio en veinte y quatro de Septiembre del año de mil seiscentos y setenta y dos. Al qval glorioso Arcangel D. Lope de Bustamante Cuevas y Zuniga, su Autor, dedica, consagra, ofrece.* Madrid, Joseph Fernandez de Buendia, 1673.

Traz a seguinte decima:

AL AVTOR

Escrive, Lope elegante,
En Diamãte, que si escrives,
Veras que en tu nõbre vives
Mucho mejor que en Diamãte.
Del Luzero mas Triunfante
Pintas fiestas, culto y galas,
Y tan diestro las señalas
Que parece que Miguel
Te he dado para pincel
Vna pluma de sus Alas.

67 —*Exequias reales que Felipe el Grande, Cuarto deste nombre, Rey de las Españas (q. D. g.) mandó hacer en San Felipe de Madrid á los soldados que murieron en la batalla de Lérida,* etc. Madrid, Diego Diaz de la Carrera, 1634.

O auctor d'esta obra, segundo se vê da dedicatoria, é Gaspar Davila.

Nas *Lagrimas panegiricas,* que já descrevemos, vêm duas poesias de Fragoso, uma em 13 quadras octosylabas, e outra um soneto, que passamos a transcrever, e que talvez seja das suas peiores ou pelo menos das suas mais extravagantes composições:

Mvere el morir, si a tu morir oy viue,
Tu nombre, que al yazer tu, nunca el yaze,
Luego feliz la dicha satisface
Tus meritos, con tumba que aperciue.
Geroglifico eterno del que Escrive,
Es sabia Pluma, que los siglos haze,
Si al Ocaso de buelos, Fenis nace,
Como la tuya, que al morir reuiue.
Mata el tirano Oluido la Memoria,
Y la Tumba, la Gloria mas subida
Muerte el viuir, mas son en tu Fortuna.
La fama, el Oriente de tu Gloria,
La tumba, altos renombres de tu vida
Y la Muerte, a tu muerte feliz Cuna.

Mattos Fragoso tinha amizade intima com Montalvan, a cuja morte são consagradas as *Lagrimas panegiricas.* O nosso poeta collaborou tambem na *Academia* que descrevemos sob o n.º 47.

XXXV

André Froes de Macedo

O sr. Garcia Peres classifica-o de poeta notavel e diz que o volume de versos, que elle publicou sob o titulo de *Amores divinos y humanos* (Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1631) é um precioso devocionario.

Figura tambem entre os poetas que prestaram a sua homenagem na *Fama posthvma,* consagrada á memoria de Lope de Vega. Deixou alli este soneto sobre a Pira do grande dramaturgo:

Esta elegante Fabrica, esta Pira
De Jaspe vario, de Alabastro fino,
Que por excelsa Culto della digno,
Las estrellas por lamparas aspira.

Atento, o Huesped, la contempla y mira,
Preuilegia tu pie de tu camino,
Pues en su seno guarda cristalino
Del Orfeo Español la dulce lyra.
Quando no tu piedad a tus velozes
Plantas suspenda el curso condolido
De verla sin aquel Dueño elegante.
Ella enfrene tu pie, si que no ha sido
Su harmonia tan poco resonante
Que aun no suenen los ecos de sus vozes.

XXXVI

Manuel de Galhegos

Foi tido em conta de raro espirito por alguns de seus contemporaneos, tanto do Parnaso portuguez, como do Parnaso hespanhol. Lope de Vega deu-lhe o epitheto de Orpheu Lusitano e Sá de Menezes o de novo Apolo. N'aquelle tempo eram tantos os Apolos e os Orpheus, os Homeros e os Virgilios, que a final de contas a qualificação não passáva de um elogio vulgar. Mais alto que aquelles dois, na hyperbolica lisonja, voou Durão no seu *Laurus Parnassea,* chamando-lhe a oitava maravilha do mundo—*octavo mvndi miracvlo.* Isto em seguida a celebrar Camões, devemos concordar que é um poucochinho forte.

Galhegos todavia, postos de parte estes exaggeros, é poeta que merece algum apreço. Honrou tambem as cinzas de Lope de Vega com o seguinte soneto, inscripto na obra anteriormente mencionada:

Detente, espera, o Peregrino, para;
Que aqui pàra quanto huuo peregrino
Desde que el Sacro Artifice Diuino
Ornò de luz la maquina preclara.
Si vas a ver el mundo, donde hallara
Tu desseo Espectaculo mas digno?
Quien aqui no acabara su camino?
Quien viendo al Fenix muerto no parara?
Termino, pues, de tu curiosa planta
Sea este insigne Mauseòlo, aprenda
Admiracion en el tu fantasia.
Suspende el passo aqui, que en gloria tanta,
En tanto assombro, es bien que te suspenda
Muerto, quien viuo al mundo suspendia.

XXXVII

João Gonçalves

Ignoramos as particularidades da sua biographia. Talvez estudante ou professor na universidade de Salamanca. Existe d'elle uma poesia latina na seguinte obra:

68—*Las fiestas que hizo en Salamanca el muy ilustre Sr. Nieto Megia, por la nueva eleccion de Presidente del Consejo Real en el Ilmo. Sr. D. Antonio Mauricio de Pazos.* Salamanca, Pedro Laso, 1578.

XXXVIII

Sebastião Gomes de Figueiredo

Foi professor na universidade de Salamanca. N'esta cidade publicou, que saibamos, duas obras, uma em hespanhol *Milicia christiana* (1596); outra em latim *Explicatio Psalmi L* (1598). Collaborou tambem com versos latinos na obra anteriormente descripta. N'ella apparecem egualmente outros poetas, que se nos afiguram portuguezes, como Duarte de Vasconcellos, mas cuja nacionalidade não podemos authenticar, não tendo examinado a obra, que conhecemos pela descripção, que d'ella nos dá Gallardo, no seu *Ensayo de una Biblioteca,* sob o n.º 1:661.

XXXIX

Francisco de Sá de Menezes

É o auctor da *Malaca conquistada* e tem poesias disseminadas por diversas obras. Na *Fama posthvma* lê-se d'elle o seguinte soneto:

Deten, veràs, o caminante, en nada
El vulto del gran Lope, alto recelo
Tu pecho ocupara, tus venas yelo
Si eres hombre? sino? eres piedra elada.

Mas aduierte que ya se vè ilustrada
La tierra, aun del caduco mortal velo,
Que el nõbre llena al mundo, el alma al Cielo;
Donde fue procedida es trasladada.
Miras vn dulce, aunque lloroso exemplo,
Para los desengaños de la vida,
Que vozes da, sin voz, a los mortales.
Sus obras son imagines en templo
Que muestran llana la aspera subida,
Para escalar los muros Celestiales.

XL

Francisco Martins de Sequeira

Mencionado no *Catalogo* do sr. Garcia Peres. Figura nas *Memorias Funebres* e na *Fama Posthvma*. N'esta ultima encontra-se d'elle o seguinte soneto:

Famosa competencia, ilustre suerte,
Te fabricaste, o Lope uiuo, en quanto
En la diuina Esfera de tu canto
Las honras colocaste de tu Muerte.
Procura España altiua engrandecerte,
Y muerto hazes mayor su mismo espanto,
Quando el que erige Tumulo a tu encanto,
Tu nombre en maravilla lo conuierte.
Descriven las Piramides de Egipto
De tu facundo Ingenio las vitorias,
Y vn infinito alcança otro infinito.
Dos impressiones das a tus historias,
Vna Viuir en Marmoles escrito,
Otra Viuir eterno en las Memorias.

XLI

Manuel de Faria e Sousa

Collaborou na *Pompa Fvneral,* onde tem um soneto.

XLII

Fr. Custodio Lobo

Era frade da Sanctissima Trindade. Encontramos d'elle um Epigramma latino e um soneto em hespanhol na

69—*Segunda Parte de la Vida de Gvsman de Alfarache, Atalaya de la vida Umana. Por Mateo Aleman, su verdadero Autor.* Lisboa, Antonio Aluarez, 1605.

É a edição princeps. Existe um exemplar d'este precioso e rarissimo livro na Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Copiamos o soneto hespanhol:

La vida de Guzman moço perdido
por Mateo Aleman historiada,
es una voz del cielo al mundo dada
que dize. Huid de ser lo que este à sido.
Señal es del peligro conocido
a donde fue la nave çoçobrada
con que la Sirte queda señalada
por donde a tantos males à venido.
El delicado estilo de su pluma
advierte en una vida picaresca
cual deva ser la onesta, justa i buena.
Esta ficcion es una breve summa,
que aunque entretenimiento nos paresca
de morales consejos esta llena.

N'esta mesma obra encontram-se mais poesias latinas dos portuguezes Ruy Fernandes de Almada e João Ribeiro.

No *San Antonio de Padva,* de Mateo Aleman, ha um soneto em portuguez endereçado ao auctor.

Jacintho Cordeiro, no seu *Elogio de Poetas Lusitanos,* consagra a Custodio Lobo os versos seguintes:

Custodio Lobo, docil y elegante,
Admiracion promete en el cuidado,
Que ostenta cisne dulce voz de amante,
Grandezas de un ingenio dilatado.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX—MARÇO DE 1892

SEGUNDA SERIE—N.° 9

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

	Pag.
SOBRE A SYNTHESE CARTESIANA — por **Theophilo Braga** ...	617
CRITICA LITTERARIA — por **Fernando Martins de Carvalho**.	621
PRIMEIRAS NOÇÕES SOBRE O CALCULO DAS QUANTIDADES GEOMETRICAS — por **L. C. Almeida**	626
CONTRIBUTIONS A L'ÉTUDE DE LA FAUNE ENTOMOLOGIQUE DE ST. THOMÉ — par **L. Fairmaire**	640
NOTES SUR LES AMPHIBIENS ET REPTILES — par **dr. J. Bedriaga**	642
JOAQUIM ALVES DE SOUSA — por **José Frederico Laranjo** ..	649
CINCO DE MAIO — por **Ramos-Coelho**	654
CINQUE MAGGIO — por **Prospero Peragallo**	655
PONTICAS DE OVIDIO NASÃO — pelo **Visconde de Seabra** ...	656
MEMORIAS DE CASTILHO — por **Julio de Castilho**	667
CARTAS ESCOLHIDAS — por **F. P.**	682
POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES — por **Sousa Viterbo**	688
BOLETIM BIBLIOGRAPHICO — por **F. P.**	696

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

SOBRE A SYNTHESE CARTESIANA

No grande desenvolvimento das sciencias modernas, e quando se torna mais urgente estabelecer relações theoricas entre ellas para systematisar a complexidade dos phenomenos que constituem o dominio de cada uma, procura-se um principio universal commum a todas essas Sciencias, deduzido d'ellas apezar das suas differenças, e integrando-as em uma concepção geral philosophica. Tal é a doutrina dynamica, ou a theoria mechanica, que se deduz desde os phenomenos astronomicos até aos movimentos organicos e ainda mesmo psychicos. É uma construcção philosophica resultante do trabalho parcial de cada sciencia inductiva, que está revelando ao espirito critico moderno a necessidade de uma vasta synthese, e a renovação do methodo pela preponderancia final do criterio subjectivo reflectido. Na applicação d'esta fórma do pensamento, o nome de Descartes apparece como o impulsor do novo criterio scientifico, e o creador de um systema de Philosophia que assenta na base positiva de noções demonstradas pela mechanica racional. O Cartesianismo é esta dupla actividade mental, considerada como a orientação da intelligencia moderna; é por isso que se estuda hoje com o maximo interesse emquanto á sua historia, origem, propagação e acção definitiva. Não se póde ter um conhecimento claro do estado philosophico do nosso seculo e das transformações das differentes escholas especulativas, se se não tomar como ponto de partida o Cartesianismo. O seu apparecimento está ligado á crise profunda da civilisação europêa, que desde o seculo XVI procurava uma doutrina em que se apoiasse a razão, desde a Edade-media desvairada pelo ontologismo, pelo scholasticismo e pelo aristotelismo arabe. A sua fórma foi uma consequencia das duas unicas sciencias positivas da Grecia, que a Renascença do seculo XVI restaurou e continuou dignamente,

desenvolvendo a Mechanica e demonstrando o movimento da Terra.

Desde a epocha alexandrina nunca mais a Philosophia e a Sciencia se acharam dirigindo simultaneamente a cultura do espirito. A sua separação foi uma invencivel decadencia da consciencia humana; a philosophia converteu-se em uma abstracção separada de toda a realidade, consistindo em subtilezas de phrase e em combinações de entidades nominaes movendo-se ao capricho de uma artificiosa dialectica. A philosophia ficou sem destino social, e cultivou-se como um producto das escholas e um apparato das classes instruidas.

As Sciencias, que na Grecia já tinham constituido de um modo perfeito o par cosmologico da Mathematica e da Astronomia, ficaram improgressivas na Eschola de Alexandria, e não se pôde chegar á constituição de uma Physica e de uma Chimica, cuja falta fez com que a Civilisação occidental cahisse no mysticismo religioso das fórmas do monotheismo universalista. Esta separação entre a Philosophia e a Sciencia fez com que a grande crise *social* da Edade-media fosse aggravada por uma crise *mental,* em que a consciencia humana, libertando-se da synthese ficticia da theologia, procurava construir uma synthese racional formada sobre o conjuncto das leis da natureza. Foi no seculo XVI que esta necessidade se manifestou de uma fórma mais intensa, a ponto de ser a liberdade *mental* um dos estimulos da terrivel reacção religiosa e politica com que termina o seculo entre guerras e carnificinas da intolerancia. E' tambem n'esse seculo que vemos as mais generosas e audazes tentativas para constituir a nova synthese, infelizmente empregando o processo de restauração dos velhos systemas philosophicos. Era tudo debalde. Nada se conseguiu com a restauração do *Platonismo* na Italia, embora essa doutrina elevasse um tanto a expressão do lyrismo; foi improficuo o *Aristotelismo* puro, como o queria o nosso Antonio de Gouvêa, contrapondo-o ao Aristotelismo da Edade-media. Restauraram-se doutrinas de determinados philosophos e escholas, como *Parmenides* por Talesio, *Epicuro* por Gassendi, e os Stoicos por Justo Lipsio. E como se ainda não bastasse essa incoherencia doutrinaria, as theorias do mais completo subjectivismo foram audaciosamente proclamadas por Campanella, por Giordano Bruno e por Pedro Ramus, a ponto de sellarem com o proprio sangue a sinceridade das suas convicções. A crise *mental* não se resolvia, porque eram numerosas e desencontradas as correntes tradicionaes que suggeriam o pensamento; e entre essas correntes não era a menos perturbadora a hallucinação do *Mysticismo,* em que a Theologia e a Metaphysica alexandrina se confundiam com conhecimentos scientificos fragmen-

tarios, inspirando esses philosophos theurgos: Paracelso, Jacob Boehm, Jeronymo Cardan, Van Helmont. Os espiritos mais saudaveis, ou, como se diz na linguagem moderna, melhor equilibrados, conservavam-se n'uma expectativa do bom senso critico, taes como Montaigne e Charron, não se occupando com systemas subjectivos; mas n'esta situação provisoria o portuguez Francisco Sanches foi até á proclamação do negativismo absoluto do *Quod nihil scitur,* demonstrando que o saber que provinha da demonstração da dialectica ou das fórmas do syllogismo não tinha elementos de verdade. De facto Sanches approximava-se da solução do problema da reorganisação do pensamento moderno pelo estabelecimento da natureza scientifica do conhecimento. E esta tendencia apparece na pleiada dos maiores espiritos do seculo XVII, que reunem a cultura scientifica com a philosophica, revelando-se, como observou Cournot, inventores na sciencia e reformadores na philosophia: «Descartes, Pascal, Leibnitz, Newton são ao mesmo tempo geometras de primeira ordem e grandes philosophos. Mersenne, o amigo de Descartes, Arnauld, o amigo de Pascal, Clarke, o amigo de Newton, Gassendi, Malebranche e Spinosa, são pelo menos amadores em geometria, não cessando de tirar das mathematicas exemplos ou typos de idéas e de raciocinios, e procurando introduzir no dominio da especulação philosophica o espirito e o methodo das sciencias exactas. Não se tornara a ver isto desde Platão, desde que as subtilezas peripateticas, stoicas, alexandrinas tinham prevalecido na philosophia grega, e consequentemente na scholastica mussulmana e christã sobre a doutrina das velhas escholas pythagoricas (1).»

Descartes é um dos productos d'esta approximação das Sciencias e da Philosophia no seculo XVII; Bacon, que o precede no reconhecimento da necessidade de uma nova synthese mental, pertencia em espirito ao seculo dos humanistas, e pela sua exclusiva cultura litteraria não conseguiu mais do que formular em bella linguagem indeterminadas aspirações, que se avaliam pelas suggestões que exerceram. Descartes desenvolve a Geometria pela applicação da Algebra, tornando assim possivel a applicação do raciocinio mathematico aos phenomenos physicos. Prevalece o criterio da Mechanica racional; e assim como a invenção do telescopio coadjuva á contemplação de uma mechanica celeste, as observações chimicas de Dalton levam á comprehensão do atomo, e a descoberta da circulação do sangue por Hervey revela uma condição mechanica ou physica da vida. Descartes presentiu que

(1) *Considérations sur la marche des Idées,* t. II, pag. 298.

os phenomenos astronomicos, physicos e organicos eram manifestações de *Movimento,* e como taes susceptiveis de se submetterem ás condições scientificas da Mechanica racional. Reconstruiu por este criterio o universo, e fecundou as sciencias novas que tinham de succeder-se ao primeiro par encyclopedico transmittido pela Renascença. Tal é a essencia da sua doutrina philosophica, que exerceu uma acção surprehendente no seculo XVII.

Deu-se porém um eclipse passageiro durante o seculo XVIII: os geometras abandonaram a philosophia para cultivarem a sciencia exclusivamente, e amesquinharam-se nas especialidades; os philosophos ficaram litteratos, dando expressão a emoções amotinadoras de um negativismo dissolvente. O *Criticismo* de Kant foi uma tentativa de disciplina mental no meio d'esta incoherencia doutrinaria; o *Positivismo* de Comte foi o deliberado esforço de submetter as Sciencias á Philosophia pelo estabelecimento de uma hierarchia theorica, e determinar a preponderancia do criterio subjectivo ao objectivo, organisando a Philosophia sobre os dados geraes verificaveis de todas as Sciencias. Era natural que a Synthese cartesiana, esboçada no seculo XVII com os elementos positivos da Mathematica e da Astronomia, se desenvolvesse com as novas descobertas da Physica e da Chimica. Formaram-se as theorias do equivalente mechanico do calor, e da unidade das forças physicas, que nos dão uma das mais seguras concepções do universo. Por seu turno as Sciencias biologicas, que se constituiram já no nosso seculo, haviam de ampliar a concepção cartesiana com a theoria do Evolucionismo. E que é esta designação de *Physica social,* dada por Comte á systematisação scientifica dos phenomenos sociaes, senão o alargamento da synthese de Descartes pelo conhecimento da nova Sciencia dos aggregados humanos?

O saber scientifico de Herbert Spencer, expendido na sua vasta obra philosophica, acha-se destinado á prova da theoria dynamica desde o agrupamento atomico até á vibração sensorial e psychica. Vê-se que já não é possivel a novidade em systemas philosophicos; o que compete ao espirito moderno é integral-os em um conjuncto segundo as manifestações progressivas da consciencia, e exercer a reacção final da subjectividade definitiva. Para este trabalho philosophico é ponto central a Synthese cartesiana pela sua origem historica e pelo seu fortalecimento do espirito moderno.

THEOPHILO BRAGA.

CRITICA LITTERARIA

A synthese cartesiana.—Influencia do cartesianismo sobre o racionalismo por Abel Andrade. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892.

É um momento solemne o de lançar um livro á publicidade. Elle vai ter todas as criticas: a do que sabe e a do ignorante; a do homem de talento e a dos cretinos rhetoricos que suggestionam as massas novas que dominam.

Elle póde encontrar uma apreciação fria, serena. Mas elle póde encontrar o insulto de um inimigo ou de um sectario. Mas elle encontra sempre uma criticasinha pequena, que se faz nas claques, critica sem responsabilidades mentaes, mas que irrita os nervos.

Sahiu o livro. A sorte está lançada. A sorte; que para essa gente, que é a Opinião, o talento não é uma garantia e não é uma garantia o estudo.

Começa o livro a lucta pela vida. E ás vezes, mesmo quando é, como o do Abel Andrade, uma manifestação energica, sã de um grande, robustissimo talento, um producto de aturadas vigilias intelligentes, não sahe victorioso. A selecção não é só dos fortes, é tambem das côres sympathicas. Grande verdade biologica, grande verdade de sociologia! Um livro de babuzeiras sentimentaes de qualquer *souteneursinho* lyrico tinha assegurado o successo: um plagiato réles da epilepsia genial, que lá fóra produz o decadismo, tinha assegurado pelo menos o escandalo!

*

O livro do Abel Andrade começou n'uma orientação e terminou n'outra, completamente diversa. Quem o ler todo ha de conhecer toda uma evolução scientifica desde as primeiras paginas até ás ultimas.

Começa com a velha philosophia da historia das pequenas causas, dos pequenos expedientes e acaba com as grandes generalisações da philosophia evolucionista contemporanea.

Começa com a velha concepção da Historia-exemplo, deixando apparecer porém já vagas tendencias evolucionistas, reacção de um grande talento a uma acanhada orientação, e termina decididamente pela concepção toda moderna da Historia-evolução.

Compare-se, por exemplo, a critica a Montaigne, que reduz este homem extraordinario ás proporções de um *claqueur* espirituoso, com a esplendida critica feita á obra philosophica de Anthero do Quental.

Comparem-se os velhos processos com que estuda o papel historico da renascença, a que se refere muito por alto, e a segura orientação moderna da conclusão, que é um trabalbo de primeira ordem. Então será evidente a evolução que nós fizemos notar.

Na capa do livro, mesmo, se conhecem os dois stratus scientificos:—o sub-titulo é velho, symptoma evidente de uma velha orientação; o titulo é novo, e revela perfeitamente a nova educação mental.

Compare-se o sub-titulo com o livro e ver-se-ha que o auctor abandonou o problema muito especial que se havia proposto, para fazer um estudo completo de philosophia da historia do cartesianismo. É por isso que se refere ao positivismo e ao spencerianismo, embora estas duas philosophias se não devam de nenhum modo chamar racionalistas.

O racionalismo foi a segunda phase do periodo de negativismo philosophico, que devia preceder a synthese positiva: a primeira foi o cartesianismo. O racionalismo precedeu a synthese positiva como a metaphysica revolucionaria precedeu o socialismo, construcção positiva em via de realisar-se.

Estas observações todas não vieram para desfazer no merecimento do livro do Abel Andrade, que está superior a todas as contestações. Muito pelo contrario:—as duas orientações successivas no livro são a melhor das recommendações. Effectivamente o livro do Abel Andrade possue ao lado da solidez dos estudos da historia da philosophia feitos na velha orientação, do seu character profundamente analytico, as generalisações arrojadas, genialmente suggestivas da philosophia moderna, o seu character superiormente synthetico.

As observações acima apresentadas veem tambem mostrar a incontestavel superioridade mental de quem no decorrer da publicação do livro em artigos no *Instituto* mudou radicalmente a sua orientação scientifica, e assimilou intelligentissimamente, completissimamente, a moderna orientação philosophica, de tal maneira que até a sua influencia no estylo dos ultimos capitulos é transparente.

*

O cançaço mental do aristotelismo produziu uma nevroastenia intellectual: a philosophia de Montaigne, os scepticismos, os mysticismos, o pietismo.

Entre os desvairamentos geniaes d'estas diversas escholas viam-se já, iam-se definindo, as tendencias racionalistas, ou, mais propriamente, negativistas.

A reacção contra o aristotelismo serviu-se das diversas philosophias gregas—Platão, Epicuro, etc., como reclamo e como desculpa. Os ideaes nos grandes momentos historicos fazem apparecer por associação outras idéas similhantes:—é a associação de idéas a explicação d'este facto de psychologia da historia—a resurreição das diversas philosophias gregas como reacção ao aristotelismo. A similhança das novas escholas e das velhas escholas gregas era só formal, o seu papel historico foi diverso:—as philosophias da reacção anti-aristotelica eram para as philosophias gregas atavismos de fórma.

Appareceu o cartesianismo. Qual foi o seu papel historico? Repôr a philosophia na sua phase inicial, nos seus problemas primeiros. Ia-se recomeçar. Abandonaram-se as velhas doutrinas philosophicas, e a obra da hereditariedade morbida psychologica foi destruida. Era preciso, porque as doutrinas cahidas no campo theorico, subsistem muitas vezes, pela acção da hereditariedade psychologica, como sentimentos. O cartesianismo era a phase inicial da philosophia moderna: era a primeira phase da ontogenese, correspondendo á primeira phase da phylogenese philosophica.

O cartesianismo partiu da existencia dos phenomenos de consciencia. Era preciso demonstrar a existencia do Eu e a existencia do Não-Eu. Começam as contradicções, começa a metaphysica, começa a separação de duas escholas—uma que parte dos phenomenos da consciencia para a existencia do Eu e que produz a metaphysica subjectiva do Absoluto,—outra que parte dos phenomenos da consciencia para o Não-Eu e que produz a metaphysica objectiva do Absoluto.

Ia reapparecer o facto metaphysico: a idéa da Substancia, do Absoluto, do Infinito, logar commum de toda a metaphysica, elemento statico de toda a evolução da velha philosophia.

Tendo tido uma base mental na distincção primitiva, empirica, da sensação e da idéa, essa distincção da Fórma e da Substancia é sustentada por essa tristeza superior da philosophia, a tristeza das almas eleitas, não uma tristeza superficial, mas uma tristeza —physiologia do espirito,—pela epilepsia extranha, creadora de Deus.

Ia reapparecer o problema metaphysico—o problema da con-

ciliação do Absoluto e do Relativo, do Noumeno e do Phenomeno, do Livre-arbitrio — doutrina que consiste em suppôr um *ex-nihilo* constante, uma transformação constante do Absoluto em Relativo — e do Determinismo. E mais genial do que todos os outros expedientes para esta conciliação é sem duvida o de Anthero.

Mas, ao mesmo tempo que a obra de Descartes dava a sua origem a duas philosophias metaphysicas, era o antecedente negativista da construcção positiva. Esta parte da existencia dos phenomenos de consciencia, e não se preoccupa com a fórma metaphysica do problema do Eu e do Não-Eu.

Existem os phenomenos da consciencia. O Eu existe e existe o Não-Eu. Dil-o a philosophia? Não: o problema é menos que philosophico. Dil-o a psychologia? Não: o problema é menos que psychologico. Dil-o algum instincto mental da humanidade, algum habito dos primeiros homens tornado hereditario? Não: a resolução do problema devemos ir buscal-a ainda mais longe. Na minha opinião devemos ir buscal-a á adaptação do protoplasma ao meio: a consciencia é uma differenciação do protoplasma primitivo. O problema da adaptação da consciencia ao Não-Eu comprehende dois: — o da differenciação da consciencia e o da adaptação do protoplasma ao ambiente.

Á vaga philosophia metaphysica da Substancialidade succedeu-se a philosophia positiva da Causalidade. A philosophia positiva afastou os problemas do Não-Eu e do Eu pelo principio da relatividade. O spencerianismo, que, se nas diversas sciencias synthetisadas representa um progresso com relação ao positivismo, na synthese representa um retrocesso, prolongou o conhecimento além dos seus limites naturaes pela Fé: o campo da Metaphysica ficou de novo aberto a todas as torturas do espirito.

Quando a psychologia moderna se achar definitivamente constituida, e quando os seus principios pela hereditariedade se tiverem feito sentimentos, então o problema do Eu e do Não-Eu poderá sem perigo ser tractado no dominio proprio da philosophia.

— A influencia do cartesianismo na philosophia posterior foi a principal. Toda a metaphysica moderna derivou do cartesianismo. A philosophia positiva não deriva logicamente do cartesianismo; mas este foi um dos seus factores sociologicos. Mais: a obra scientifica de Descartes teve mais influencia na synthese positiva do que a sua obra philosophica.

*

O problema da missão historica do cartesianismo é de uma extraordinaria difficuldade. Tractou-o brilhantemente o Abel

Andrade. Viu talvez nas philosophias posteriores mais influencia do cartesianismo do que elle realmente teve. Viu no cartesianismo a origem philosophica do positivismo, quando elle foi apenas um dos factores sociologicos de evolução que produziu o positivismo. Com relação á sua influencia no positivismo o cartesianismo devia ser tractado n'um trabalho propriamente sociologico e não n'um trabalho de philosophia.

A filiação historica do racionalismo no cartesianismo e d'este nas philosophias anteriores está perfeitamente indicada na «Synthese cartesiana». E note-se que d'este parentesco genealogico teve o Abel Andrade uma intuição de genio, antes de o conhecer pela sua nova orientação philosophica.

O livro do Abel Andrade é o melhor dos trabalhos de critica da philosophia que o actual meio scientifico nacional tem n'estes ultimos tempos produzido. E a recommendal-o além do talento extraordinario e da extraordinaria mas disciplinada erudição do auctor, tem o prefacio de Theophilo Braga, que é uma synthese genial da evolução philosophica.

Tem defeitos: não o nego, e não o devia negar. Pelo contrario, prefiro apontal-os. O principal é este: aproveitou directamente a philosophia de Spencer para o seu estudo, quando devia aproveital-a indirectamente por meio da philosophia social do mesmo homem de sciencia. Assim o esforço mental seria menos brilhante, mas talvez mais fecundo.

Por vezes o Abel desce a explicações detalhadas, miúdas demais, que dão ao livro um aspecto vulgar de compendio. Devia saber bem que não era para o publico que escrevia, mas apenas para *alguns*.

E depois hoje não se escrevem cousas correntes, correctas, logicas. Os talentos robustos como Littré perderam de moda. Hoje faz-se sciencia e arte como na Edade-media se faziam milagres: hysterisa-se a gente artificialmente.

Meu caro Abel: apezar de divergencias de opiniões, apezar de algumas ligeiras criticas, eu tenho pelo seu livro um amor quasi como o seu, que é de pae.—E um auctor deseja tanto encontrar a serenidade intelligente da critica, como o coração de amigos, que tenham assistido a todos os trabalhos, que tenham acompanhado todas as esperanças, que tenham animado nos momentos de doença da vontade, e assistido aos ataques hystericos de genio, que tenham visto as delicadas alegrias da paternidade e os ciumes sanctos de quem vai entregar um livro aos compradores.

FERNANDO MARTINS DE CARVALHO.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

PRIMEIRAS NOÇÕES SOBRE O CALCULO DAS QUANTIDADES GEOMETRICAS

(Continuação do n.º 8, pag. 578, vol. XXXIX)

VIII. Nova representação das quantidades geometricas

18. Applicando o processo do n.º 17 á determinação das raizes quadradas de -1, attendendo a que é $\sqrt{-1} = \sqrt{1_\pi}$, acharemos, para as denotar, as expressões

$$1_{\frac{\pi}{2}}, \qquad 1_{\frac{\pi}{2}+\pi},$$

ou

$$1_{\frac{\pi}{2}}, \quad -1_{\frac{\pi}{2}},$$

as quaes representam geometricamente duas rectas, cada uma de comprimento egual á unidade, ambas perpendiculares ao eixo, e tiradas uma para a parte superior e outra para a parte inferior do mesmo eixo.

Vê-se pois que a expressão $\sqrt{-1}$ póde representar indifferentemente uma ou outra d'essas duas rectas ou quantidades; pelo que, para evitar toda a ambiguidade, só com a primeira significação se empregará aqui, de modo que será $\sqrt{-1} = 1_{\frac{\pi}{2}}$ e, portanto, $-\sqrt{-1} = 1_{\pi+\frac{\pi}{2}}$.

E, porque o symbolo $\sqrt{-1}$ terá de ser empregado repetidas

vezes d'aqui em diante, por motivo de simplicidade denotal-o-emos pela letra i.

Posto isto, considerando traçada uma recta qualquer OA, figure-se tirada por A uma perpendicular AB sobre o eixo.

Será

$$OA = OB + BA,$$

ou, designando por a o modulo de OB, e por b o de BA,

$$(1) \qquad OA = a + b\sqrt{-1} = a + bi,$$

nova expressão de uma quantidade geometrica qualquer OA.

Vejamos agora como se executam praticamente as diversas operações com essas quantidades assim representadas.

Somma. Seja $OA = a + bi$, $OC = a' + b'i$; será (*)

$$OA + OC = (a + bi) + (a' + b'i) = (a + b_{\frac{\pi}{2}}) + (a' + b'_{\frac{\pi}{2}}) =$$

$$= a + b_{\frac{\pi}{2}} + a' + b'_{\frac{\pi}{2}} = (a + a') + (b + b')_{\frac{\pi}{2}} = (a + a') + (b + b')i.$$

Subtracção. Do mesmo modo se obteria

$$(a + bi) - (a' + b'i) = (a - a') + (b - b')i.$$

Multiplicação (**). $(a + bi)(a' + b'i) = (a + b_{\frac{\pi}{2}})(a' + b'_{\frac{\pi}{2}}) =$

$$= aa' + (ab' + a'b)_{\frac{\pi}{2}} + (bb')_{\pi} = aa' + (ab' + a'b)i - bb'.$$

(*) Chegariamos mais facilmente ao mesmo resultado, attendendo a que a e a' têm ambas a direcção do eixo, e a que bi e $b'i$ têm tambem uma direcção commum perpendicular ao mesmo eixo; pois que d'ahi immediatamente se póde deduzir que é $(a + bi) + (a' + b'i) = (a + a') + (b + b')i$.

(**) Póde obter-se mais facilmente o resultado, ponderando que multiplicar por i equivale a dar ao multiplicando um movimento directo de 90º em roda do ponto O.

Divisão. Procurando agora o quociente de $a+bi$ por $a'+b'i$, achariamos successivamente

$$\frac{a+bi}{a'+b'i}=\frac{(a+bi)(a'-b'i)}{(a'+b'i)(a'-b'i)}=\frac{aa'+bb'+(a'b-ab')i}{a'^2+b'^2}=$$

$$=\frac{aa'+bb'}{a^2+b'^2}+\frac{a'b-ab'}{a'^2+b'^2}i.$$

Potencias. Como a elevação a qualquer potencia indicada por um expoente inteiro e positivo se executa por successivas multiplicações, nada é preciso accrescentar ao que acima ficou dicto sobre esta ultima operação.

Scholio 1.º De uma relação da fórma $a+bi=a'+b'i$ póde concluir-se que será $a=a'$ e $b=b'$.

Scholio 2.º Suppondo em (1) que era *um* o modulo e α o argumento de OA, teriamos $a=\cos\alpha$, $b=\operatorname{sen}\alpha$, e logo

$$1_\alpha=\cos\alpha+i\operatorname{sen}\alpha; \tag{2}$$

e, mais geralmente, se, continuando a representar por α o argumento de OA, for r o modulo d'essa quantidade, teremos

$$\mathrm{OA}=r_\alpha=r\,.\,1_\alpha=r(\cos\alpha+i\operatorname{sen}\alpha).$$

IX. Applicação dos principios precedentes para a deducção de algumas formulas elementares de trigonometria

19. 1.º Figurando tiradas por O duas rectas conjugadas, e designando por r o seu modulo commum e por α o angulo que formar com o eixo a recta tirada para a parte superior d'este, para as representar, teremos (n.º 18) as expressões

$$r_\alpha=a+bi,\quad r_{-\alpha}=a-bi,$$

de cuja multiplicação resulta

$$r^2 = a^2 + b^2,$$

relação que significa: que o quadrado da hypothenusa é egual á somma dos quadrados dos cathetos (*).

Suppondo agora $r = 1$, será $a = \cos\alpha$, $b = \operatorname{sen}\alpha$, e logo (**)

$$1 = \operatorname{sen}^2\alpha + \cos^2\alpha.$$

2.° Descripta uma circumferencia com um raio egual á unidade e tirados n'ella dois raios 1_α e 1_β, será

$$(1) \qquad 1_{(\alpha+\beta)} = 1_\alpha \times 1_\beta,$$

e logo

$$\cos(\alpha+\beta) + i\operatorname{sen}(\alpha+\beta) = (\cos\alpha + i\operatorname{sen}\alpha)(\cos\beta + i\operatorname{sen}\beta),$$

d'onde resulta, fazendo as multiplicações indicadas no segundo membro, e depois egualando separadamente as partes independentes de i e as que estiverem multiplicadas por essa quantidade nos dois membros da equação resultante,

$$(2) \qquad \begin{cases} \operatorname{sen}(\alpha+\beta) = \operatorname{sen}\alpha\cos\beta + \operatorname{sen}\beta\cos\alpha \\ \cos(\alpha+\beta) = \cos\alpha\cos\beta - \operatorname{sen}\alpha\operatorname{sen}\beta. \end{cases}$$

Como as relações (1) d'este numero e (2) do n.° 18, d'onde deduzimos (2), subsistem, quaesquer que sejam os signaes e os valores de α e β, podemos concluir que as formulas (2) serão sem-

---

(*) Visto serem a e b os modulos dos dois cathetos e r o da hypothenusa.

(**) O mesmo se acharia, multiplicando ordenadamentc as duas relações

$$1_\alpha = \cos\alpha + i\operatorname{sen}\alpha,\ 1_{-\alpha} = \cos(-\alpha) + i\operatorname{sen}(-\alpha),$$

a segunda das quaes é equivalənte a $1_{-\alpha} = \cos\alpha - i\operatorname{sen}\alpha$.

pre applicaveis, sem necessidade da generalização a que de ordinario se procede nos tratados de trigonometria.

Assim, suppondo β negativo, teriamos (formulas (2))

$$\operatorname{sen}(\alpha - \beta) = \operatorname{sen}\alpha \cos(-\beta) + \operatorname{sen}(-\beta)\cos\alpha$$

$$\cos(\alpha - \beta) = \cos\alpha\cos(-\beta) - \operatorname{sen}\alpha\operatorname{sen}(-\beta),$$

ou

$$\operatorname{sen}(\alpha - \beta) = \operatorname{sen}\alpha\cos\beta - \operatorname{sen}\beta\cos\alpha$$

$$\cos(\alpha - \beta) = \cos\alpha\cos\beta + \operatorname{sen}\alpha\operatorname{sen}\beta.$$

3.° No circulo precedentemente considerado figure-se tirado um raio $OA = 1_\alpha$ e outro $OB = 1_\beta$, sendo $\beta > \alpha$.

Tirando depois a corda AB, e dividindo ao meio o angulo AOB com um raio $OC = 1_{\frac{\alpha+\beta}{2}}$, seja D o ponto de intersecção de OC com aquella corda.

Emfim tire-se ainda um raio OF que forme com o eixo um angulo egual a AOC, sendo portanto $OF = 1_{\frac{\beta-\alpha}{2}}$; e depois abaixe-se a perpendicular FG sobre o eixo.

Será a corda

$$AB = AO + OB = OB - OA = 1_\beta - 1_\alpha,$$

ou

$$(3) \qquad AB = 1_\beta - 1_\alpha = \cos\beta + i\operatorname{sen}\beta - \cos\alpha - i\operatorname{sen}\alpha.$$

Demais é (*)

$$AB = 2DB = 2GF \times 1_{\frac{\alpha+\beta}{2}} = 2i\operatorname{sen}\frac{\beta-\alpha}{2} \cdot 1_{\frac{\alpha+\beta}{2}},$$

(*) Fixado sobre o eixo um ponto qualquer h e construido sobre Oh um polygono p, figure-se que sobre outra recta OH, tirada em qualquer direcção e considerada como lado homologo a Oh, se construia outro polygono P similhante a p.

Se designarmos por γ o argumento de OH e attendermos ao que se disse

ou

$$(4) \qquad AB = 2i \operatorname{sen} \frac{\beta - \alpha}{2} \left(\cos \frac{\alpha + \beta}{2} + i \operatorname{sen} \frac{\alpha + \beta}{2} \right).$$

Egualando pois as expressões de AB dadas por (3) e (4), virá

$$\cos\beta - \cos\alpha + i(\operatorname{sen}\beta - \operatorname{sen}\alpha) = -2 \operatorname{sen} \frac{\beta - \alpha}{2} \operatorname{sen} \frac{\alpha + \beta}{2}$$

$$+ 2i \operatorname{sen} \frac{\beta - \alpha}{2} \cos \frac{\alpha + \beta}{2};$$

e, separando esta equação em duas,

$$\cos\beta - \cos\alpha = -2 \operatorname{sen} \frac{\beta - \alpha}{2} \operatorname{sen} \frac{\alpha + \beta}{2},$$

$$\operatorname{sen}\beta - \operatorname{sen}\alpha = 2 \operatorname{sen} \frac{\beta - \alpha}{2} \cos \frac{\alpha + \beta}{2}.$$

4.º A partir do ponto E, intersecção da circumferencia com o eixo, tomem-se successivamente n arcos eguaes

$$EA' = A'A'' = A''A''' = \ldots A^{(n-1)} A^{(n)} = \alpha.$$

Será $$EA^{(n)} = n\alpha,$$

---

em o n.º 13, facilmente se reconhecerá que qualquer lado de P é egual ao producto do lado homologo de p por $\left(\frac{OH}{Oh}\right)_\gamma$.

No caso que acima considerámos os polygonos p e P eram os dois triangulos OFG e OBD, e as rectas ultimamente denotadas por OH e Oh eram alli OG e OD, sendo OG = OD; e finalmente era $\gamma = \frac{\alpha+\beta}{2}$. Pelo que o factor $\left(\frac{OH}{Oh}\right)_\gamma$ se reduziu a $1_{\frac{\alpha+\beta}{2}}$.

e tambem

$$OA^{(n)} = \cos n\alpha + i \operatorname{sen} n\alpha, \quad OA^{(n)} = (OA')^n = (\cos \alpha + i \operatorname{sen} \alpha)^n,$$

e logo

$$(5) \qquad (\cos n\alpha + i \operatorname{sen} n\alpha) = (\cos \alpha + i \operatorname{sen} \alpha)^n,$$

em que se comprehende o theorema de Moivre para n inteiro e positivo (*).

X. Applicação do calculo das quantidades geometricas á demonstração de um theorema fundamental na theoria das equações algebricas

20. Ainda como applicação do calculo das quantidades geometricas daremos tambem aqui, ligeiramente modificadas, as demonstrações da existencia das raizes das equações algebricas, devidas a Argand, Cauchy e Mourey (**).

(*) Pondo em (5) $n\alpha = x$ e, portanto, $\alpha = \frac{x}{n}$, sendo α e n variaveis e x um arco determinado; procurando o limite para que tende o desinvolvimento do segundo membro, quando n tende para o infinito, attendendo a que é $\lim\left(n^i \operatorname{sen}^i \frac{x}{n}\right) = \lim\left(\frac{\operatorname{sen}\frac{x}{n}}{\frac{x}{n}}\, x\right)^i = x^i$; e depois egualando separadamente os termos independentes de i e os que se acharem multiplicados por essa quantidade nos dois membros da equação (5) assim transformada, achariamos

$$\operatorname{sen} x = x - \frac{x^3}{2.3} + \frac{x^5}{2.3.4.5} - \ldots.$$

$$\cos x = 1 - \frac{x^2}{2} + \frac{x^4}{2.3.4} - \ldots.$$

(**) Com justo motivo considerava o distincto geometra Hoüel esta demonstração de Argand como a mais simples de quantas eram conhecidas, e a de Cauchy como eonstituindo apenas uma modificação d'aquella. «.... Argand expose (escrevia Hoüel) d'une manière plus satisfaisante divers points de sa théorie, notamment sa démonstration de la proposition fondamentale de la théorie des équations algebriques, démonstration la

Proposta a equação geral do grau n

$$x^n + px^{n-1} + qx^{n-2} + \ldots + sx + t = 0, \tag{1}$$

que representaremos mais abreviadamente por $f(x) = 0$, pretende-se demonstrar que ella ha de ter uma raiz, para o que bastará provar que, seja qual for o valor de $f(x)$ correspondente a um valor qualquer dado a x $(x = z)$, não sendo $f(z) = 0$, sempre será possivel dar a x um novo valor $(x = z + i)$ que torne $f(z+i) < f(z)$ (*).

É o que vamos tentar.

Mudando x em $z + i$ na equação (1), desinvolvendo as potencias de $z + i$ que alli entrarem, ordenando em relação ás potencias crescentes de i, e attendendo a que pela reducção dos termos similhantes poderão desapparecer algumas potencias de i de grau inferior a n, acharemos um resultado da fórma

$$f(z+i) = f(z) + \mathrm{G}i^g + \mathrm{H}i^h + \ldots + i^n, \tag{2}$$

sendo

$$g < h < \ldots < n. \tag{3}$$

Tratando agora da construcção geometrica da quantidade que ha de representar o segundo membro de (2), apresentaremos em separado os processos de Argand e Cauchy, embora esses dois processos apenas na fórma diffiram um do outro.

Methodo de Argand. Tendo tirado pela origem ou polo O a recta $\mathrm{OA} = f(z)$, e pela extremidade A a recta $\mathrm{AB} = \mathrm{G}i^g$, supponhamos que era β a differença entre os argumentos de AB e

---

plus simple que l'on ait donnée jusqu'ici, et que Cauchy n'a fait que reproduire plus tard sous une forme purement analytique, mais moins saisissante.»

A demonstração de Mourey, embora um pouco mais extensa do que qualquer das outras duas, é ainda assim bastante simples e parece-nos tambem muito interessante.

(*) Com effeito, suppondo que nenhum valor de x fazia $fx = 0$, seriamos forçados a admittir que, d'entre os diversos valores que tomaria fx, um d'elles seria o *minimo*, e figurando que era z o valor do x que lhe correspondia, resulta da analyse acima exposta que seria $f(z+i) < f(z)$, consequencia manifestamente inadmissivel, pois que equivaleria a dizer-se que havia um valor menor que o minimo.

OA. Sendo assim, conservando inalteravel o modulo de i, modifique-se o argumento d'esta quantidade fazendo-o variar de $\frac{\pi-\beta}{g}$; então a recta primitiva $AB=Gi^g$, sem mudar de grandeza, terá gyrado em torno do ponto A, vindo tomar a direcção AO, e cahindo o ponto B entre A e O, ou sobre o prolongamento d'esta ultima recta além do ponto O.

N'este ultimo caso, conservando constante o argumento, assim determinado, de i, faça-se decrescer indefinidamente o modulo d'esta quantidade; a recta AB, sempre assente sobre AO, diminuirá de grandeza, e o ponto B virá cair entre O e A, em cuja posição o consideraremos.

Emfim continuando ainda a fazer decrescer i, se assim for preciso, sempre poderemos conseguir (relações (3)) que seja

$$Gi^g > Hi^h + \ldots + i^n;$$

d'onde se infere que, descripta uma circumferencia com o centro B e o raio BA, ficará dentro d'essa curva a extremidade C de uma recta BC, que se suppõe egual a $Hi^h + \ldots + i^n$, e com a qual se completa a construcção necessaria para a determinação do segundo membro de (2).

N'essa posição é manifesto que será $OC < OA$ (*).

Methodo de Cauchy. Ao passo que Argand construia em separado as rectas $AB=Gi^g$, e $BC=Hi^h+\ldots+i^n$, Cauchy procedia immediatamente á construcção de

$$(4) \qquad AC=AB+BC=Gi^g+Hi^h+\ldots+i^n,$$

mostrando ao mesmo tempo que essa recta, cuja grandeza era indefinidamente decrescente com a de i, na sua direcção se podia aproximar tambem indefinidamente de AO, de modo que, descripta uma circumferencia que tivesse por centro o ponto O e cujo raio fosse egual a OA, o ponto C extremidade da recta AC, para

---

(*) Quando por effeito da reducção desapparecessem do segundo membro de (2) todos os termos excepto o primeiro e o ultimo, (os quaes sempre alli deverão entrar, visto ser $f(z)$ differente de zero, e representar i^n a potencia mais elevada de i que figura n'aquelle segundo membro), bastaria fazer $i=\sqrt[n]{-f(z)}$, para que fosse $f(z+i)=0$. E em tal caso ficaria assim reconhecida a existencia de um valor de $x(x=z+i)$, que fazia $f(x)=0$.

valores muito pequenos de i, ficaria dentro d'essa circumferencia, sendo, portanto $OC < OA$.

É o que vamos agora ver.

Para isso, dando á expressão (4) a fórma

$$i^g(G + Hi^{h-g} + \ldots + i^{n-g}), \tag{5}$$

supporemos mais que é

$$i = \rho_\alpha,\ G = S_Q,\ G + Hi^{h-g} + \ldots + i^{n-g} = S'_{Q'},$$

sendo $S'_{Q'}$ uma quantidade variavel com i, a qual terá, evidentemente, por limite S_Q.

D'este modo a expressão (5) de AC mudar-se-á em

$$AC = (S'\rho^g)_{Q'+\alpha g},$$

e debaixo d'esta fórma immediatamente se reconhece que, se, conservando α constante, fizermos tender ρ para zero em $i = \rho^\alpha$, o modulo de AC tenderá tambem para zero, e n'esse successivo decrescimento o ponto C descreverá uma curva, cujas diversas secantes ou cordas, tiradas por A, formarão com o eixo um angulo variavel $Q' + \alpha g$, sendo portanto $Q + \alpha g$ o angulo que a tangente, tambem tirada por A, formará com esse mesmo eixo.

Para que essa tangente caia dentro da circumferencia a que ha pouco nos referimos, é manifestamente necessario e sufficiente que ella forme com AO um angulo agudo, e, para que siga precisamente a direcção d'esta ultima recta e fique, portanto, opposta em relação a OA, bastará que seja

$$Q + \alpha g - P = \pi, \tag{6}$$

designando P o argumento de $OA = f(z)$; para o que deverá dar-se a α o valor que resulta de (6), isto é,

$$\alpha = \frac{\pi + P - Q}{g},$$

o que sempre será possivel, por ser α inteiramente arbitraria.

*

21. *Demonstração de Mourey.* LEMMA: Propostos no respectivo plano n pontos A, B, C, ... F, G, sempre será possivel ahi determinar um ponto X, de modo que o producto das distancias de cada um d'aquelles a esse outro seja egual a uma quantidade geometrica dada $h = \rho_\alpha$, na qual, como é licito, se suppõe positivo o argumento α.

Representando por x a recta ou quantidade geometrica AX, teremos

$$BX = BA + AX = b + x, \quad CX = CA + AX = c + x, \ldots$$

$$GX = GA + AX = g + x,$$

onde b, c, ... g denotam quantidades conhecidas; e assim a condição, acima indicada, de ser egual a h o producto

$$AX \times BX \times CX, \ldots \times GX, \tag{1}$$

ficará expressa por

$$x(b+x)(c+x) \ldots (g+x) = h,$$

ou

$$x^n + (b+c\ldots)x^{n-1} + (bc+bd+\ldots)x^{n-2} + \ldots + bcd\ldots gx = h,$$

ou

$$x^n + px^{n-1} + qx^{n-2} + \ldots sx = h. \tag{2}$$

sendo

$$p = b + c + \ldots, \quad q = bc + bd + \ldots, \quad \ldots, \quad s = bcd\ldots g.$$

Mostraremos agora que a equação (2) tem uma raiz, isto é, que ha um valor que, substituido por x, transforma o primeiro membro d'essa equação n'uma quantidade geometrica, cujo modulo e argumento serão respectivamente eguaes ao modulo e argumento da quantidade h.

Comecemos pelo que diz respeito aos modulos; e para isso por qualquer dos pontos dados, por exemplo, pelo ponto A, figure-se tirada uma recta qualquer AS.

Imaginando o ponto X primeiramente fixado em A, depois afastando-se indefinidamente e sempre sobre a recta AS até ao infinito, é manifesto que por effeito d'esse movimento o producto

(1), representante do primeiro membro de (2), variaria tambem continuamente desde zero até ao infinito; d'onde se póde concluir que o ponto X passará assim por uma posição a, para a qual será o modulo do primeiro membro de (2) egual ao modulo da quantidade h. E porque a recta AS póde ter qualquer direcção em volta do ponto A, mais concluiremos que haverá uma curva fechada (A) que involva o ponto A, e para cada um de cujos pontos se verifique a mesma propriedade ha pouco reconhecida para o ponto a d'essa curva.

Passaremos agora a ver como tambem se póde satisfazer á egualdade dos argumentos.

Adoptado para representar X um ponto qualquer da curva (A), supponhamos que relativamente a essa posição hypothetica de X se denotavam as diversas quantidades geometricas AX, BX, ... GX pelos respectivos modulos affectados de argumentos *negativos*, o que, sendo sempre possivel, daria um valor tambem negativo para argumento do producto (1); e depois, figurando que o ponto X se deslocava sobre a curva (A) com um movimento continuo, *directo* e indefinido, procuremos conhecer como por effeito d'esse movimento variaria o argumento do producto, para o que teremos de previamente averiguar quaes as variações que d'ahi proviriam para os argumentos dos respectivos factores.

Pelo que respeita a AX, é evidente que, por estar o ponto A dentro da curva (A), por cada giro completo que o ponto X faça n'essa curva augmentará de 2π o argumento d'aquella recta.

O mesmo se dará com o argumento de outra qualquer recta, tal como por exemplo BX, cuja origem B se supponha estar tambem dentro da curva (A).

Agora, para conhecer como variará o argumento das rectas que tiverem a sua origem fóra de (A), suppondo, por exemplo, que era CX uma d'essas rectas, imaginem-se tiradas por C as tangentes extremas á curva (A); designando por a' e a'' os respectivos pontos de tangencia, será facil reconhecer que esses pontos dividem a curva (A) em duas partes $a'a''$ e $a''a'$, taes que no percurso do ponto X de a' até a'' o argumento de CX receberá uma variação (positiva ou negativa) egual e contraria á que lhe resultará do movimento d'esse ponto na parte restante da curva, isto é, desde a'' até a' (*).

(*) Não figuramos a hypothese de algum dos pontos B, C,... G se achar sobre a curva (A), porque essa só poderia dar-se quando fosse $h = 0$, caso em que immediatamente se reconhecia que, para satisfazer ao problema proposto, se deveria collocar o ponto procurado X em coincidencia com

Serão pois periodicas as variações dos argumentos concernentes aos factores de (1) que tiverem a sua origem fóra da curva (A), e, ao contrario, serão continua e indefinidamente crescentes as variações dos argumentos respectivos á recta AX e a quaesquer outras que por ventura tenham a sua origem dentro d'essa curva.

E, portanto, durante o movimento indefinido que attribuimos a X, o argumento do producto (1), producto equivalente ao primeiro membro de (2), augmentará tambem indefinidamente desde o seu primitivo valor negativo até ao infinito positivo; e conseguintemente, n'essa passagem de um para o outro valor extremo, attingirá o valor α do argumento h.

Para essa posição do ponto X será pois *inteiramente* satisfeita a equação (2) (*).

22. Demonstrado como está que a equação especial (2) que considerámos (**) tem uma raiz, e admittido *hypotheticamente* que qualquer equação do grau $n-1$ tem $n-1$ raizes, facilmente se reconhece que qualquer equação do grau n ha de tambem ter uma raiz (***).

Com effeito, relativamente a qualquer equação do grau n

$$x^n + Px^{n-1} + Qx^{n-2} + \ldots Sx = T, \tag{3}$$

---

qualquer dos pontos dados A, B..., G, o que daria, respectivamente para representar as raizes da equação (2), $x=0$, $x=-b$, $x=-c$, $x=-g$.

(*) Procedendo com os pontos B, C, D ... G como ha pouco fizemos em relação ao ponto A, reconhecer-se-ia a existencia de outras tantas curvas (B), (C), (D) ... (G) que os involveriam respectivamente, e para todos os pontos das quaes se verificaria a equação (2) pelo que respeita á egualdade dos modulos, havendo um ponto em cada uma d'essas curvas, para o qual, além da egualdade dos modulos subsistiria tambem a egualdade dos argumentos: d'onde se concluiria a existencia de tantas soluções para o problema comprehendido no lemma d'este numero, quantos fossem os pontos dados, sendo, portanto, tambem esse o numero das raizes da equação (2).

Talvez porém se possa objectar a esta demonstração a possibilidade de se confundirem, coincidindo, ou se intersectarem algumas das curvas (A), (B),...(G), e poderem assim as n soluções ficar reduzidas a menor numero. No intuito de evitar essa difficuldade pareceu-nos preferivel modificar a demonstração de Mourey como acima fizemos (n.º 21), aproveitando-a para demonstrar sómente a existencia de uma raiz. (Veja-se mais abaixo a nota (***).

(**) Chamamos-lhe especial em attenção á composição tambem especial que attribuimos aos seus coefficientes, p, q .... s, visto termos supposto $p=b+c+\ldots$, $q=bc+bd+\ldots$, etc., etc.

(***) Admittido que uma equação do grau n tem uma raiz, e que qualquer equação do grau $n-1$ tem $n-1$ raizes, será facil reconhecer que aquella primeira equação de grau n ha de tambem ter n raizes. Com effeito, representada por $Fx=0$ a equação dada do grau n, e designando

dar-se-á essa propriedade (da existencia de uma raiz), se, quaesquer que sejam os coefficientes P, Q, ... S, for sempre possivel determinar $n-1$ quantidades b, c, d, ... g, taes que seja P egual á somma d'essas quantidades, Q egual á somma dos productos distinctos das mesmas quantidades, tomadas duas a duas, e assim por diante; pois que em tal caso ficará (3) com a mesma fórma de (2), para a qual foi já reconhecida a propriedade de que tratamos.

Ora, pois se admitte por hypothese que qualquer equação do grau $n-1$ tem $n-1$ raizes, se designarmos por b, c, ... g as raizes da equação

$$(4) \qquad x^{n-1} - Px^{n-2} + Qx^{n-3} + \ldots \pm S = 0,$$

será o primeiro membro d'esta equação o producto dos factores binomios $(x-b)$, $(x-c)$, ... $(x-g)$, isto é, será

$$(x-b)(x-c)\ldots(x-g) = x^{n-1} - Px^{n-2} + Qx^{n-3} \ldots \pm S$$

e, portanto,

$$P = a+b+\ldots+g,\ Q = ab+ac+\ldots,\ +S = bc\ldots g;$$

d'onde e do que acima fica dicto se conclue que (3) terá uma raiz.

Posto isto e attendendo a que toda a equação do primeiro grau tem uma raiz, concluiremos que qualquer equação do segundo grau ha de tambem ter uma raiz, e portanto (nota (***), pag. 638) tambem duas; d'onde se infere successivamente que analoga propriedade se ha de dar com as equações do terceiro grau, do quarto, ...

---

por a a supposta raiz d'essa equação, será $Fx = (x-a)fx$, onde por fx se designa um polynomio do grau $n-1$. Sendo pois $(x-a)fx = 0$, esta equação será satisfeita não só para $x = a$, mas tambem para todos os $n-1$ valores de x que fizerem $fx = 0$; estes $n-1$ valores e o valor $x = a$ darão pois n raizes para a equação do grau n, $Fx = 0$.

L. C. Almeida.

CONTRIBUTIONS A L'ÉTUDE DE LA FAUNE ENTOMOLOGIQUE DE ST. THOMÉ (1)

Nous revenons donner aux lecteurs du journal l'*Instituto* la notice de quelques autres exemplaires de coléoptères de la magnifique collection entomologique que l'illustre et infatigable explorateur botanique portugais, Mr. Adolpho Frederico Moller, a apportée de St. Thomé, lorsqu'il y a été en 1885 chargé par le gouvernement de son pays d'une mission scientifique.

Parmi les exemplaires de coléoptères que nous mentionnons ci-après, il y en a deux nouvelles espèces dont nous offrons la diagnose.

Nous saisissons cette occasion de renouveler nos remerciments à Mr. Adolpho F. Moller, pour nous offrir l'opportunité d'étudier ces espèces de coléoptères d'Afrique.

---

1. **Cyphonistes camurus** Karsch.

2. **Alaus chalcolepidinus** n. sp.—Long. 21 mill.—Sat elongatus, postice attenuatus, sat convexus, fuscus, valde nitidus, elytris fusco-castaneus, dense fulvo-cinerascenti pubescens, prothorace medio denudato, elytrorum costis parum denudatis; capite medio impresso, antennis sat brevibus, prothoracis basin haud attingentibus, articulo 2° brevissimo, 3° brevi, apice acute producto, sequentibus pectinatis, ultimo appendiculato, apice acuto; prothorace latitudine paulo longiore, elytris haud angustiore, lateribus antice tantum arcuatis, dorso fere brevi, ad marginem externum tantum punctatulo, margine antico utrinque leviter sinuato, angulis deflexis, basi utrinque transversim sat fortiter impressa, medio emarginata, angulis posterioribus paulo obliquatis, intus arcuatis, supra fortiter carinatis; scutello convexo, truncato; elytris ante medium postice leniter attenuatis, apice paulo oblique truncato-subsinuatis, angulis vix productis, dorso punctato-sul-

---

(1) Voir *O Instituto:* 1891, tome xxxix, page 112.

catis, punctis densatis, intervallis convexis, alternatim magis costatis, laevibus; subtus cum pedibus magis cinereo-pubescens, medio denudatus, politus, lateribus subtiliter punctatis.

Cet Elatèride a tout à fait le faciès de certains *Chalcolepidius* américains, mais la structure du sternum est bien celle des *Alaus*. C'est un type fort intéressant.

3. **Macrotoma serripes** Fab.—Ce grand et bel insecte n'avait été signaló encore que de la côte de Guinée.

4. **Monohammus rubigineus** n. sp.—Long. 26 mill.—Oblongus, convexus, fuscus, indumento pubescente-rubiginoso vestitus, elytris minus regulariter vestitis, punctis impressis nudis et spatiis aliquot minus densatis; fronte subquadrata, sat fortiter laxe punctata, clypeo et labro rufo-pilosis, oculis infra magnis, parum convexis; antennis gracilibus, corpore longioribus, basi subtus ciliatis, articulo 1° crasso, 2° asperulo, 3° sequenti longiore; prothorace transverso, lateribus utrinque in dentem basi latum, apice gracilem et truncatulum dilatatis, dorso sat fortiter laxe punctato, basi transversim depresso et bistriato; scutello sat lato, apice rotundato, densissime pubescente; elytris basi truncatis, ad humeros angulatis, ante apicem tantum leviter angustatis, apice rotundatis, irregulariter fortiter punctatis, punctis apice obsolescentibus, basi nigro-granatis, ad suturam obsolete impressiusculis; subtus dense subtiluis pubescens, medio denudatus et politus, prosterno medio leviter sulcato.

Ressemble beaucoup au *M. artensis,* de la N.elle Calédonie, mais plus petit, avec la tête et le corseler ponctués mais non granuleux, les antennes ciliées en dessous, le 1er article densément et plus finement rugueux, les élytres assez fortement ponctuées, granuleuses à la base, les épaules non épineuses et l'extrémité arrondie, inerme.

Paris, février, 1892. L. Fairmaire.

NOTES SUR LES AMPHIBIENS ET REPTILES

Recueillis par M. Adolphe F. Moller aux Iles de la Guinée

PAR

Dr. J. Bedriaga

Membre et Délégué du Comité d'Organisation des Congrès Internationaux
d'Anthropologie et de Zoologie à Moscou en 1892

(Continuado do n.° 7, paginas 507)

Rappia Molleri n. sp.

Description

La tête est plate, large en arrière et surtout élargie au niveau des coins postérieurs des yeux; elle diminue assez brusquement de largeur des yeux au museau et a dans sa partie antérieure la forme d'un triangle dont le sommet est tronqué. Sa largeur est à peu près égale à sa longueur. Les régions frénales sont brusquement rabattues et le canthus rostralis est assez accentué. Le museau s'avance un peu au delà de la mâchoire inférieure et la fente buccale dépasse légèrement l'angle postérieur de l'oeil. L'espace compris entre les paupières mesure deux fois la largeur de la paupière et la distance qui sépare les narines. Les petites narines sont très rapprochées de l'extrémité du museau; elles sont moins distantes entr'elles que du coin antérieur de l'oeil. L'oeil est grand, quoique médiocrement saillant; son diamètre est égal à la distance de l'oeil à la narine correspondante. La pupille est horizontalement oblongue. Pas de tympan, pas de parotides, pas de dents vomériennes. La langue est cordiforme, libre postérieurement et sur les côtés et échancrée en arrière.

Les membres sont assez longs. Quand on ramène le bras en avant, le poignet dépasse légèrement le bout du museau. Les doigts sont plutôt longs, cylindriques, un peu épâtés à la base et amincis sur le milieu; ils sont munis de disques terminaux assez bien développés et de tubercules sous-articulaires très-proéminents. Une palmure très peu développée réunit le troisième et le quatrième doigt; les autres doigts sont à peine palmés, presque libres. Les doigts croissent du premier au troisième; le quatrième est un peu plus long que le deuxième. La paume des mains est granuleuse; un tubercule assez accentué se montre à la base du pouce.

Quand on ramène le long du corps les membre postérieurs en avant, l'articulation tibio-tarsienne arrive jusqu'au milieu de l'oeil ou jusqu'à son coin antérieur. La jambe est un peu plus longue que la cuisse et dépasse notablement le pied. Les orteils sont assez courts, élargis et légèrement déprimés à la base, croissant du premier au quatrième; le cinquième est un peu plus long que le troisième. Leur palmure, très-fortement échancrée, remonte jusqu'aux dernières phalanges, sauf le premier orteil. Les disques terminaux sont moins grands que ceux des doigts. Le tubercule métatarsien interne a à peu près la grandeur des tubercules sous-articulaires. Les métatarses externes (orteils V et IV) se touchent.

La peau est mince et lisse sur les deux faces de l'animal, à l'exception d'une fine granulation sur la tête, sous le ventre et aux environs de l'anus.

Les faces supérieures sont d'un gris verdâtre, avec un pointillé brunâtre mélangé de macules claires, qui forment sur un des côtés du dos une courte bande claire, très-faiblement marquée. Un fin trait clair se montre le long du canthus rostralis; ce trait interrompu vers la partie antérieure de la paupière reparaît sur la partie postérieure de la paupière et court en s'élargissant vers le haut des flancs. Une mince bande brunâtre, formée par une multitude de petits points rapprochés, s'étend sur la partie supérieure de la cuisse; le reste de la cuisse est d'un blanc jaunâtre, sans macules, à l'exception de la partie basale et supérieure de la cuisse, qui est brunâtre. La région anale est piquée assez fortement de brun grisâtre. Les membres antérieurs, la jambe et la partie supéro-externe du pied sont colorés comme le dos; on voit une raie brune très-foncée et interrompue sur le bord interne de la jambe. Les faces inférieures sont claires, blanchâtres, immaculées, sauf sous la gorge et sous les cuisses, où se voient quelques points foncés.

Longueur du corps (du museau à l'anus) . . . . . $20\,^{2}/_{3}{}^{mm}$.

Longueur de la tête	8 2/3 mm.
Largeur de la tête au niveau de l'oeil	8 »
Circonférence maximum de la tête	20 »
Hauteur maximum de la tête	2 1/4 »
Espace interpalpébral	3 »
Diamètre de l'oeil	2 1/4 »
Distance de l'oeil à la narine	2 1/4 »
Distance de l'oeil au bord de la lèvre	1 1/2 »
Distance de l'oeil au bout du museau	1/2 »
Espace internasal	2 »
Distance entre la narine et le bord de la lèvre	1 1/2 »
Longueur du tronc	12 »
Longueur du membre antérieur	14 »
Longueur de la main	5 1/2 »
Longueur du membre postérieur	31–32 »
Longueur de la cuisse	9 1/2 »
Longueur de la jambe	10 1/2 »
Longueur du pied	8 1/2 »

Cette espèce, qui me semble être nouvelle, a été trouvée à l'Ile de St. Thomé; elle m'a été donnée par M. A. F. Moller, auquel je suis heureux de la dédier.

Elle appartiendrait à la section des *Rappia* sans tympan visible, mais elle en diffère par sa coloration, par l'absence de tubercules sous la gorge et par la palmure de ses doigts. Les espèces connues des Iles de la Guinée seront ainsi distinguées:

Rappia thomensis	**R. concolor**	**R. Molleri**
Palmure aux doigts bien développée.	Palmure aux doigts peu développée; elle manque presque complétement entre le 1er et le 2ème	Doigts I et II à peine palmés.
Espace internasal sensiblement plus court que l'intervalle qui sépare l'oeil de la narine.	Espace internasal sensiblement plus court que l'intervalle qui sépare l'oeil de la narine.	Espace internasal presque égal à l'intervalle qui sépare l'oeil de la narine.
Les côtés de la tête obliquement penchées en dehors.	Les côtés de la tête obliquement penchées en dehors.	Les côtés de la tête assez brusquement rabattues.

L'articulation tibio-tarsienne dépassant assez considérablement l'angle antérieur de l'oeil.	L'articulation tibio-tarsienne dépassant l'angle postérieur de l'oeil, mais n'atteignant pas son angle antérieur.	L'articulation tibio-tarsienne atteignant l'angle antérieur de l'oeil.
Faces inférieures avec des taches.	Faces inférieures sans taches.	Faces inférieures sans taches.
Pas de bandes claires sur le dos.	Pas de bandes claires sur le dos.	Des bandes claires sur le dos.
La partie supérieure des cuisses est colorée comme le dos.	La partie supérieure des cuisses est colorée comme le dos.	La partie supérieure des cuisses est marquée d'une étroite bande brunâtre; le reste participant aux teintes claires du ventre.

Céciloides

Dermophis thomensis Boc.

Siphonops thomensis Barboza du Bocage, in: Jorn. Ac. Sc. Lisb. XV, 1873, pag. 224; ibid. vol. XXVI, 1879, pag. 86, 87; Reptis e Amphibios de S. Thomé, l. c. — Greeff, Ueber Siphonops thomensis, in: Sitzungsbericht der Gesellschaft z. Beförderung der gesammt. Naturwissenschaften zu Marburg, N° 1, pag. 15. 1884; ibid. Die Fauna d. Guinea — Inseln S. Thomé u. Rolas, pag. 50. — *Siphonops brevirostris* Peters, in: Monatsberichte d. Akad. d. Wiss. zu Berlin 1874, p. 617, pl. 1. Fig. 2. — *Dermophis thomensis* Peters, ibid. p. 938; ibid. 1880, p. 223. Boulenger, Catalogue of the Batrachia gradientia in the Collection of the British Museum, p. 98. London 1882.

Description

La tête est plutôt petite que grande, conique et élargie en arrière; elle décroît progressivement depuis l'occiput en décrivant

une courbe extérieurement très légèrement convexe. La longueur de la tête surpasse environ d'une moitié sa largeur; sa plus grande hauteur, au niveau de l'occiput, est à peu près égale à la moitié de sa longueur et environ aux deux tiers de sa largeur maximum. Sa surface supérieure est plane ou à peine convexe, s'abaissant insensiblement vers le museau et allant se fondre avec les faces latérales, qui sont assez brusquement rabattues et légèrement arrondies. Le museau est légèrement arrondi, assez étroit, et un peu dirigé en bas; il dépasse sensiblement l'extrêmité de la mâchoire inférieure. L'oeil est très-petit mais distinct au travers de la peau; il est situé latéralement à peu près au milieu de la longueur de la tête. L'espace compris entre les yeux mesure une longueur presque égale à celle qui sépare l'oeil de la narine. L'intervalle qui existe entre l'oeil et le bord de la lèvre supérieure entre quatre fois à quatre fois et demie dans celle de l'espace interoculaire. Les narines sont petites, peu visibles, placées à l'extrémité du museau et regardant en avant et occupant environ le milieu en hauteur de cette face du museau. Un tentacule globulaire, peu évident et ressemblant à un tubercule entouré d'un sillon en cercle est situé en avant et un peu au-dessous du niveau des yeux; il est plus rapproché du bord de la lèvre que de l'oeil et a une moindre distance de l'oeil que le bord de la lèvre juste au-dessus de l'oeil; sa distance de l'oeil est un peu inférieure à l'espace internasal. La fente buccale dépasse considérablement le niveau du coin postérieur de l'oeil. La commissure des lèvres est séparée de l'oeil par un intervalle à peu près égal aux deux tiers de l'espace interoculaire.

La mâchoire inférieure ainsi que la mâchoire supérieure et le palais ont de chaque côté deux séries parallèles de dents: la série supérieure et externe, qui occupe le bord externe d'une moitié de la mâchoire, est composée de 12 à 13 dents, la rangée interne a 7 à 8 dents; la série inférieure et externe est formée par 12 dents, tandis que l'interne n'a que 7 à 8 dents. Les séries internes sont beaucoup plus courtes que les séries externes, et les dents qui constituent les rangées externes sont plus longues et plus fortes — surtout les latérales situées au milieu — que celles qui se trouvent à l'intérieur. Les dents sont assez fortement recourbées en arrière et aiguës.

La langue est bien dégagée antérieurement et libre sur les côtés; elle est à peu près triangulaire, atténuée et arrondie au bout antérieur, élargie en arrière et logée entre les rangées des dents internes; elle a quelquefois deux papilles proéminentes.

Le cou n'est pas distinct. Le tronc est allongé, cylindrique dans son premier tiers, ensuite plus ou moins légèrement déprimé

et plus long que haut. Il comprend environ vingt à vingt cinq fois la tête; son circonférence maximum égale et dépasse la huitième partie de la longueur totale de l'animal. Il a de cent vingt cinq à cent trente neuf (1) sillons ou plis autour du tronc; ces sillons sont beaucoup plus serrés les uns contre les autres vers l'extrémité terminale du tronc que dans le reste de son étendue. L'espace entre les sillons qui occupent les deux premiers tiers ou les trois premiers quarts du tronc mesure environ deux fois la longueur de l'intervalle qui existe entre les sillons terminaux. Parmi les sillons qui ceignent la partie antérieure du dernier tiers de la longueur du corps il y en a successivement un entourant tout le tronc, qui alterne avec un autre, plus court, qui ne descend pas jusque sous le ventre. Parfois ces sillons ou plis incomplets et supplémentaires se brisent aussi sur la région médiane du dos et représentent des tronçons d'un anneau. Il arrive aussi que même parmi les sillons qui entourent les deux premiers tiers de la longueur du tronc quelqu'uns ne sont pas entiers ou parfaitement annuliformes, mais interrompus sur la ligne médiane du ventre. Les sillons antérieurs sont presque toujours moins bien prononcés sur le milieu du dos. Des écailles très-petites, implantées dans la peau accompagnent les sillons. Elles sont à peine visibles, et les plis qui en sont revêtus semblent être légèrement marqués de courtes impressions linéaires et longitudinales ou bien faiblement gaufrés. Ces écailles, ainsi que les granules disposées entre les sillons sur le dos et les flancs et généralement légèrement concaves sur le sommet, se voient surtout chez les exemplaires adultes. Entre les granules s'aperçoivent assez distinctement des grains beaucoup plus petits. Les jeunes individus sont presque lisses, tandis que chez les adultes les tubercules granuleux sont très-apparents et très-serrés les uns contre les autres.

L'orifice anal est arrondi; il se trouve situé sous l'extrémité terminale du corps. La queue n'a qu'un ou deux centimètres de longueur: elle est largement arrondie et assez molle ou elle a la forme d'un cône assez dur incliné en bas. La conformation de la queue me semble constituer un caractère sexuel.

Les jeunes sont jaunâtres, les adultes-tantôt d'un jaune brunâtre ou grisâtre, tantót brunâtres. Les deux premiers tiers du corps sont génèralement plus clairs que le reste de l'animal. Les écailles peuvent apparaître plus claires que la teinte générale.

---

(1) Boulenger (op. cit.) donne comme limites 125 à 145.

Longueur totale	140	mm.	323	mm.
Longueur de la tête depuis le bout du museau jusqu'au premier sillon	6 3/4	»	13	»
Longueur du tronc	132 1/4	»	310	»
Longueur de la queue ..... environ	1	»	2	»
Largeur maximum de la tête... environ	4	»	9	»
Hauteur maximum de la tête.....	3	»	5 3/4	»
Circonférence maximum de la tête	13 1/2	»	26	»
Diamètre maximum du tronc.....	6	»	10 1/4	»
Circonférence maximum du tronc	16 1/2	»	30	»
Espace internasal	1	»	1 1/2	»
Espace interorbitral	3	»	6	»
Distance entre l'oeil et la narine.....	3	»	6	»
Distance entre la narine et le bord de la lèvre..... environ	1/2	»	1	»
Distance entre l'oeil et le bord de la lèvre	1/2–3/4	»	1 3/5	»
Distance entre la narine et le tentacule	2 1/3	»	4 3/4	»
Distance entre l'oeil et le tentacule.... environ	3/5	»	1	»
Distance entre le tentacule et le bord de la lèvre.....	1/4–1/3	»	1/2	»
Nombre de sillons	128	»	135	»

Cette curieuse espèce a été trouvée par M. A. F. Moller á l'île de St. Thomé.

(Continúa).

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

JOAQUIM ALVES DE SOUSA

Falleceu em Portalegre, na segunda-feira, 29 de fevereiro, ás sete horas da manhã, o conhecido e insigne humanista, JOAQUIM ALVES DE SOUSA.

Alquebrado por uma doença que havia muito o torturava, mal desopprimido de sustos pelo risco de existencia de uma filhinha, aproveitara uns dias que pareciam de sol do atormentado outomno da sua vida para os passar em casa de seu irmão, o nosso bom amigo, Antonio Alves de Sousa. Ahi o assaltou de novo a doença e o colheu a morte, juncto pelo menos de corações extremosos, em meio de braços amigos.

É mais uma existencia benefica e util que desappareceu, mais um registro funebre de um morto illustre no nósso jornal.

Nasceu o sr. Joaquim Alves de Sousa em Montemór-o-Velho a 6 de janeiro de 1825; foram seus paes os srs. José Alves de Sousa e D. Maria Pires. Não temos á mão meios de darmos uma biographia em que o sigamos desde a infancia até ao fallecimento; cremos porém que de Montemór-o-Velho veio para Coimbra, frequentando sob a protecção do sr. bispo conde, D. José Manuel de Lemos, os preparatorios e a faculdade de Theologia, revelando em todos estes estudos o trabalhador que sempre foi, a intelligencia que sempre o illuminou.

A faculdade em que se matriculou e em que obteve subidas distincções mostra que se destinava para a vida ecclesiastica e para o professorado da Universidade, chegando, segundo nos

consta, a imprimir as theses para o doutoramento; mudança de idéas porém ou qualquer tenuissimo incidente transformaram-lhe o destino, trazendo-o para o professorado de instrucção secundaria, particular e publico; e nessa carreira, que foi longa, foi utilissimo, continuando a honrosa tradição de humanistas illustres professando em Coimbra, como Gomes de Moura e Cardoso Borges.

Continuou a sua carreira de estudos e começou a do professorado no celebre collegio da Formiga, proximo do Porto, de cujo pessoal docente muitas vezes o ouvimos fallar com elogio e com saudade; d'ahi passou para Coimbra, onde o conhecemos logo no primeiro anno em que alli estivemos, dividindo a sua actividade, com energia incançavel e habitos imperturbaveis, por um curso particular de philosophia em sua casa, ás sete ou ás seis horas da manhã segundo era de inverno ou de verão, por outros da mesma disciplina no collegio de S. Bento e no Seminario, e pelo curso da lingua grega ou hebraica no Lyceu. Ia-se-lhe n'estes trabalhos a manhã, e o resto da tarde, depois do jantar, n'um passeio ás mesmas horas, sempre pelos mesmos sitios; os habitantes de Coimbra podiam acertar o relogio pela passagem d'elle, como se diz que faziam os de Koenisberg pela passagem de Kant.

Fomos seu discipulo no curso particular de philosophia, onde nos recebeu sem remuneração, por apresentação do nosso amigo, Abilio Augusto da Fonseca Pinto, que elle muito prezava, como character excellente e como litterato distincto. Não tinha ainda então publicado o seu *Curso de philosophia elementar* e servia de base para as prelecções, que differiam muito do texto do livro, o compendio do dr. João Antonio de Sousa Doria. Na ultima epocha do anno entregou-nos alguns alumnos mais negligentes do curso, e foi esse o começo da nossa leccionação de philosophia em Coimbra.

Se as manhãs se lhe iam nas aulas e uma parte da tarde no passeio, os serões, aquelles longos e productivos serões de Coimbra, gastava-os em escrever ou rever as suas publicações, as principaes das quaes são:

Grammatica elementar da lingua latina, publicada pela primeira vez em Coimbra em 1857, e que está na undecima edição. Por esta grammatica foi moldada a portugueza de Bento José d'Oliveira, o que muito abreviava o trabalho aos estudantes de portuguez e latim, poupando-os ao estudo de definições differentes para as mesmas cousas, de methodos diversos para resultados identicos.

Curso de themas graduados segundo as regras da grammatica, cuja sexta edição é de 1890.

Curso de philosophia elementar, que está na sexta edição, como a da obra antecedente tambem de 1890.

Além d'estas obras publicou o sr. Alves de Sousa alguns escriptos valiosos de polemica scientifica; um d'elles, em 1865 sob o titulo: *A Grammatica nacional e a Portaria que a impoz ás escholas, analyse d'estes dois escriptos;* um outro, de 1873, *Resposta a um critico ou Exame de algumas asserções do sr. Augusto Epiphanio da Silva Dias sobre grammatica portugueza e latina.*

A razão do primeiro d'estes dois escriptos encontra-se assim no prologo do segundo: «Sete annos ha que tambem subi á imprensa para examinar uma obra de grammatica portugueza pouco antes publicada; porque o Governo, tomando por base uma informação leviana e parcial, não só exaggerara além do commum o merecimento d'essa producção litteraria (com o que os outros e eu pouco tinhamos); mas desacreditava sem razão todas as publicações analogas, e, o que não era menos grave, excluia-as do uso das escholas, não só approvando, mas adoptando a outra, e vulnerava assim injusta e irracionalmente os interesses dos seus auctores. Com este acto menos reflectido o Governo arremessou ao publico a luva, que este se viu forçado a levantar.»

A informação taxada de leviana e parcial era, se nos não enganamos, de Castilho, que teve, segundo se conta, a velleidade de responder com uma defesa analoga áquella em que vingara contra um professor de instrucção primaria as excellencias do *Methodo repentino de leitura;* houve porém quem o dissuadisse do intento, mostrando-lhe que o professor de instrucção primaria e o de instrucção secundaria com que então teria de haver-se não eram nem exacta, nem mesmo proporcionalmente, da mesma estatura.

O segundo escripto foi provocado pelo que da grammatica do sr. Alves de Sousa disse o sr. Epiphanio no prefacio á traducção da *Grammatica latina* de Madvig, publicada no Porto em 1872.

«Publicou-se emfim em 1857, escrevia o sr. Epiphanio, uma nova *Grammatica latina elementar,* obra de um professor do Lyceu de Coimbra, o sr. Joaquim Alves de Sousa. Era de esperar que o novo livro compendiasse ao menos, dentro dos limites que seu auctor pretendeu assignar-lhe, os bons trabalhos que sobre esta materia abundam no extrangeiro. Bem longe d'isso, a nova grammatica é na essencia uma variante da de Gomes de Moura. Fóra de mais algum desenvolvimento dado á doutrina da formação das orações objectivas, onde todavia não são poucas as inexactidões, apresenta a mesma deficiencia, e em alguns pontos ainda maior, não tocando nem de leve doutrinas importantissimas, ás vezes indispensaveis. E não póde o auctor allegar em sua defesa o proposito de fazer um pequeno volume, porquanto gasta muita pagina em redundancias de estylo, em inutilidades e em cousas que podiam e deviam escusar-se, mórmente em um livro elemen-

*

tarissimo. Mas não é a deficiencia a imperfeição principal; ha defeitos muito mais graves. Não conhecendo os modernos trabalhos linguisticos, ainda explica a syntaxe pelas idéas da eschola de Sanches. Não distingue as fórmas usuaes das excepcionaes, as poeticas das dos prosadores, as que pertencem á edade classica das que são da decadencia da lingua, etc.»

A resposta do sr. Alves de Sousa foi não só uma defesa das suas idéas, mas tambem um ataque ás do adversario. Não é este o logar, nem esta a occasião propria para medir competencias, de certo grandes em ambos os professores; escreveremos apenas, em defesa do sr. Alves de Sousa, uma observação que muitas vezes temos feito assistindo a exames de latim.

Os alumnos ensinados pelo methodo de Madvig distinguem com effeito as fórmas usuaes das excepcionaes, as que pertencem á edade classica das que são da decadencia; são uns pequenos sabios n'esta chronologia da lingua latina, tendo apenas o pequeno senão de, em geral, só saberem traduzir alguns poucos trechos que materialmente apprenderam; os ensinados pelo methodo Alves de Sousa não sabem nada de chronologia da lingua, não distinguem a edade a que pertencem as palavras, mas entendem e traduzem melhor o latim; e entre estes dois conhecimentos, o das datas equivocas das palavras e o da mais facil interpretação dos auctores, não ha de certo ninguem de bom senso que não prefira este ultimo. Causariam riso, se não mettessem dó, os pobres sabios de doze e dezeseis annos correndo atraz das evoluções de linguas que não entendem!

O merito incontestavel do sr. Alves de Sousa e a respeitabilidade do seu character fizeram-n'o escolher para ensinar humanidades ao então principe e hoje rei, o senhor D. Carlos I, e a seu irmão, o senhor infante D. Affonso. Acceitou o escolhido a nomeação, transferindo-se por isso e á sua familia, que constituira havia pouco tempo, de Coimbra para Belem, para uma pequena casa da rua do Meio, perto do palacio da Ajuda.

N'esta residencia o visitámos ha pouco tempo, envelhecido mais pela doença do que pelos annos, entre os estremecimentos de susto e de alegria pelas alternativas de perigo e de melhoras de uma filhinha, agradecido aos intelligentes cuidados de seu irmão, que lh'a salvara, e fallando-nos do projecto de ir passar com elle alguns dias a Portalegre, pedindo aos bons ares d'aquella terra de montanhas e ao doce convivio da familia um pouco de saude para o corpo e uma restea de alegria para o coração.

Era isto o que elle dizia; mas o que elle procurava talvez, n'um presagio inconsciente, era esse leito extremo de affectos, essa effusão incessante de cuidados, essa uncção final de lagrimas

de familia, que são o unico logar de refugio, o unico travesseiro suave, as unicas azas brancas de abrigo para quem dorme o ultimo somno.

Descance em paz, cercado dos respeitos devidos ao seu character e ao seu trabalho, das saudades que merece o seu coração, o illustre vulgarisador das sciencias e das lettras.

Devem-lhe muito muitas gerações academicas, e se o actual reinado, que começou em meio de tantas provações, fôr, como tudo leva a crer, um reinado de nitida moralidade, deverá ter parte n'isso a enraizada influencia da sua doutrina, eclectica e perplexa ás vezes nas theorias, mas firmissima, como a de Kant, em tudo que dizia respeito á practica.

Foi o sr. Joaquim Alves de Sousa socio effectivo do nosso Instituto por largos annos, e fez parte da Direcção como secretario sob a presidencia do dr. Francisco José Duarte Nazareth, e depois como director da classe de Litteratura e Bellas-Artes; assim como collaborou por vezes n'este jornal com muita proficiencia, erudição e elegancia de estylo. Podemos citar entre outros artigos como magistral a critica do compendio de *Hermeneutica sacra* do sr. conselheiro dr. Rodrigues de Azevedo, inserta no vol. VII, pag. 214, 215 e 216 (1); e não menos o prologo que acompanha a excellente traducção da *Historia da conjuração de Catilina* por Sallustio, feita por Manuel Matthias Vieira Fialho de Mendonça no vol. VI, pag. 189, 190 e 191.

José Frederico Laranjo.

---

(1) *Synopsis Sacrae Hermeneuticae, quam in usum scholarum coordinavit Franciscus Antonius Rodericius de Azevedo, in Universitate Conimbricensi Sacrae Theologiae Prof. Publ. ord.* Conimbricae, Typis Academicis, MDCCCLVIII.

CINCO DE MAIO

SONETO

Ah! quantos annos já lá vão, ah! quantos!
Que eu de ti góso, ó patria idolatrada!
Mas não m'esquece aquella madrugada,
Em que te vi surgir, cheia de encantos,

Do vaporoso ar por entre os mantos,
D'entre as aguas do Tejo alevantada,
Phantastica visão, tão desejada,
E chorei de alvoroço alegres prantos!

Não me lembra o desterro, a desventura;
Lembra-me o dia em que te vi, sómente;
E inda tanto esse dia hoje fulgura,

Que o passado a meus olhos faz presente,
Que faz toda outra f'licidade escura,
Que inda banha de amor minh'alma ardente.

Lisboa, 5 de maio de 1891.

RAMOS-COELHO.

CINQUE MAGGIO

TRADUCÇÃO

Ah! quanto tempo è già trascorso, ah! quanto!
Che in te, patria adorata, io fo dimora;
Pur l'alba di quel dì ricordo ancora
In che ti ravvisai piena d'incanto,

E tutta avvolta in vaporoso manto,
Dalla linfa del Tago emèrger fuora,
Fantastica vision, bramata ognora;
E, entusiasmato, lietamente ho pianto.

Non rammento l'esilio, la sventura;
Penso al dì in che ti vidi, solamente,
Giorno, che anc'oggi in suo fulgor perdura,

Che il passato à miei sguardi fa presente,
Che fa qualunque altra allegrezza oscura,
Che bagna anco d'amor quest'alma ardente.

PROSPERO PERAGALLO.

PONTICAS DE OVIDIO NASÃO

LIVRO PRIMEIRO

(Ao seu antigo collega e prezado amigo Ayres de Gouvêa)

Carta terceira

A Rufino

Rufino (1) amigo, Ovidio te sauda,
Se amigos póde ter um desgraçado.
As expressões que ha pouco me enviaste
Consolaram-me e deram-me esperanças.
E como o heroe Peancio (2) achou outr'ora
Nas Machaoneas artes prompto allivio,
Assim eu, de cruel golpe ferido,
Reanimado fiquei com teus conselhos,
E recobrei a vida, qual se as veias
Com vinho generoso reanimasse;
Mas inda que a eloquencia tua é grande,
Curar meu coração não pôde em tudo.
E por mais que do barathro (3) profundo
Da nossa dor extraias, o restante
Menos não ficará que o já tirado.
Talvez que a cicatriz o tempo cure,
Mas a asperas mãos, dorida, foge;
Os medicos curar não podem sempre;
Mais que a sciencia o mal mil vezes póde.
Sabes como os pulmões rompendo o sangue

---

(1) Illustre cavalleiro romano, de quem pouco se sabe além do que nos diz o poeta n'esta carta.

(2) O filho de Peancio, Philoctetes, que foi curado de suas feridas com os remedios applicados por Machaon, irmão de Podalirio e filhos de Esculapio.

(3) Barathro, abysmo profundo.

Conduz directamente ao lago Estygio;
E que o mesmo Epidaurio (1), bem que empregue
Todas as suas plantas consagradas,
Males do coração curar não póde.
Não ha na medicina curativo
Para a gotta nodosa, nem allivio
Póde jámais achar quem teme as aguas (2).
Cuidados ha tambem que nenhuma arte
Poderá guarecer, ou quando muito
Só podem moderar-se em largos annos.
Quando os conselhos teus reanimaram
A minha alma abatida, e a armadura
Vesti, que me prestou tua amizade,
O amor da patria (que supera tudo)
Quanto fizeras annullou de novo.
Ou seja piedade, ou seja effeito
De mulheril fraqueza, dizer devo
Que, infeliz, facilmente me enterneço.
A prudencia do Ithacio (3) é bem notoria,
E preferiu comtudo ver de novo
O natalicio fumo. Affecto inexplicavel,
E uma doce paixão nos prende á patria,
E não consente que jámais se olvide.
Que ha ahi melhor que Roma? E que existe
Mais horrivel que os pantanos da Scythia?
Ama-os comtudo o Geta, e Roma odeia.
As filhas (4) de Pandeon, bem que alojadas
Em prazenteira estancia, jámais cessam
De lidar por volver á selva antiga.
Os ferozes leões, os bravos touros
Demandam sempre as costumadas brenhas.
Tu crês comtudo que do exilio as dores
Com teu fomento attenuar se podem;
Mas para sentir menos, meus amigos,
A vossa privação, menos amaveis

---

(1) Epidaurio, assim foi chamado Esculapio em razão do templo que tinha na cidade de Epidaurio na Argolida, golfo de Saronica.

(2) Refere-se á hydrophobia, que se tinha por incuravel.

(3) Ulisses, rei de Ithaca.

(4) As filhas de Pandion foram Progne e Philomela, transformadas pelos deuses, segundo a fabula, em andorinha e rouxinol. O poeta põe aqui a especie pelo genero, pois que todas as aves engaioladas procuram sempre fugir. Pandion foi o antigo rei de Athenas que instituiu as festas de Jupiter.

Commigo deveis ser; comtudo eu creio
Que não devia ter outra morada
Mais dura do que aquella em que nascera.
Prostrado aqui me vejo, em abandono,
N'estas areias dos confins do mundo,
Cujos abysmos cobre infinda neve;
A terra aqui não dá pomos nem uvas,
Salgueiros não produz a ribanceira,
Nem os carvalhos a montanha assombram.
Mais propicio não é o mar que a terra;
Orphão de soes, e entregue á furia horrivel
Das ventanias, entumesce e brama;
Para onde quer que volvas os teus olhos,
Ahi não verás mais que incultos campos,
E terras que nenhum senhor reclama.
De um lado e do outro o inimigo surge,
Que um lado e outro de contínuo aterra.
A' dextra ameaça do Bistonio o chuço
E á esquerda dos Sarmatas o dardo.
Para que vem lembrar o exemplo antigo
Dos heroes que affrontaram corajosos
A sua desventura? E de que serve
Recordar do magnanimo Rutilio (1)
A firmeza com que rejeita a graça
De regressar á patria? Smyrna o tinha
Não o Ponto nem terras inimigas,
Porém a desejavel, grata Smyrna.
O Cynico de Sinope (2) sem magoa
A patria abandonou, porque escolhera
Para seu domicilio o attico (3) solo;
E o valoroso filho de Neocles (4),

---

(1) Varão douto e virtuoso, que, sendo desterrado injustamente para Smyrna, depois da victoria de Sylana, lhe permittiram voltar para Roma, o que elle recusou, dizendo que preferia o desterro a voltar á terra em que o haviam julgado criminoso. Vide *Seneca*, liv. 6.º. Benef.

(2) Diogenes de Sinope, cidade do Ponto, o qual, sendo desterrado, se retirou para Athenas, aonde estudou a philosophia de Anthistenes, o Cinico, donde os seus discipulos tiraram o nome.

(3) De Athenas designadamente.

(4) Themistocles, famoso capitão que defendeu valorosamente a Grecia contra a invasão dos persas derrotando Xerxes; mas seus ingratos companheiros o expulsaram de Athenas, donde se retirou para Argus, cidade de Peloponeso. Rejeitou o convite dos persas para seu capitão, mas sendo accusado falsamente de traidor fugiu para a Corcyra e d'alli para Magnesia, onde morreu.

Que os Persas derrotou, passou em Argos
Seu primeiro desterro; elege Sparta
O desterrado Aristides (1), Sparta
Que excellencias a Athenas disputava.
Patroclo (2) joven, réo d'assassinato,
Foge de Opunta e vai para a Thessalia,
Onde Achilles lhe presta hospicio amigo.
O Cabo (3) que levara a nau sagrada
Á região da Colchida, exilado
Da Hemonia (4) terra, demandou Pirene (5);
Cadmo (6), d'Agenor filho, abandona
Os muros de Sidonia, e nova estancia
Vai levantar em condições melhores.
De Adastro á protecção Tydeu (7) se acolhe.
Teucro (8), da Caledonia expulso, encontra
Em terra, a Venus cara, grato asylo;
E que diremos dos maiores nossos?
D'esses velhos Romanos, cujo exilio (9)
Não se afastava além da fresca Tibur?
Examinem-se todos, nenhum houve
Que desterrado fosse em tal distancia.
Assim o teu saber desculpar deve
Ao que padece tão extranho exilio.

---

(1) Aristides, denominado o justo, foi filho de Lysimacho, natural de Athenas, e contemporaneo de Themistocles; desterrado pelos partidarios d'este por dez annos, passou á Lacedemonia; passados porém tres lhe foi perdoado o desterro. Vide *Herodot.*, liv. 8.º.

(2) Foi natural de Opunta (cidade dos Locros não longe de Asopo), e filho de Menesio, que, tendo assassinado Cleosymo, fugiu para Thessalia, onde foi hospedado por Peleo, e junctamente com o filho d'este foi educado por Chiron, acompanhando-o depois á guerra de Troia. Vide *Hom. e Strab.*, liv. 9.º.

(3) Jason, filho de Eson, rei da Thessalia, que commandou a nau Argus na conquista do Velocino.

(4) Antigo nome de Thessalia, derivado de Emon, filho de Deucalion.

(5) Corintho, assim chamada da fonte Pirena, consagrada ás Musas.

(6) Agenor, rei de Phenicia, tendo ordenado a Cadmo que fosse em cata de sua irmã e não voltasse sem lh'a trazer, como a não podesse encontrar receiou voltar e ficou na Beocia, onde fundou a cidade de Thebas.

(7) Tydeo, filho de Oemo, rei da Caledonia, que, tendo morto involuntariamente seu irmão, foi ter com Adastro que o casou com Deyphile. Vide Lucano.

(8) Teucro, filho de Telomon. que, desgostoso por ter seu pae exigido que não voltasse da guerra de Troia sem seu irmão Ajax que alli fôra morto, não quiz succeder no reino, e se retirou para Chipre, onde Venus tinha um templo e alli fundou Salamina.

(9) *Tibur,* terra de sabinos, não longe de Roma, celebre pela sua amenidade.

Não negarei comtudo que, se acaso
Podesse a chaga minha ser curada,
Co'as tuas prescripções curada fôra;
Mas temo que salvar-me em vão pretendas,
E nada os teus remedios me aproveitem;
Nem me julgo por isto mais sensato,
Porque mais que tu mesmo me conheço;
Como um grande favor tomo comtudo
Essa demonstração e bons conselhos.

Carta quarta

A sua consorte

Já me alvejam as cans na fronte, e as rugas,
Consocias da velhice, o rosto sulcam;
Desfallecem-me as forças, e nem préso
Os jogos juvenis que tanto amava.
Se hoje me visses, não me conheceras,
Tantas ruinas me tem feito a edade!
Isto é obra dos annos; mas ainda
Mais outras causas ha; profundas magoas
E incessantes trabalhos; se contares
Por elles minha edade, inda mais velho
Me tornaria que o Nestor de Pylos.
Vês como a terra dura alquebra as forças
Do corpolento boi? E, todavia,
Que ha ahi que o boi mais forte? A mesma terra
Em contínua cultura e sem alqueives
N'essa lide se exgotta e fica esteril.
Morrerá o corcel, se nos certames
Do Circo não tiver algum repouso.
A nau, inda a mais forte, se carece
De estiar algum tempo em secca praia,
Destruida será voltando aos mares.
A mim males immensos me acabrunham
E intempestivamente me envelhecem.
Ocio o corpo alimenta, e nutre a mente
E a lida immodica ambos aniquila.

Vês como, vindo aqui de Ezão o filho (1),
Fama ganhou nas posteras edades?
Mais leve foi que o nosso o seu trabalho,
Se os factos não altera um nome illustre.
Para o Ponto por Pelias foi mandado,
Porque era dos thessalicos temido.
O mal que soffro veio-me de Cesar,
Que do occaso ao nascente o mundo rege.
Fica a Hemonia do Ponto mais visinha
Que Roma d'esta aborrecida terra,
E mais breve que nós fez seu trajecto;
Os mais nobres achivos (2) o seguiam,
E ninguem quiz, partindo, acompanhar-me;
Em fragil lenho nós o mar sulcámos,
E a nau de Ezão era segura e firme.
Não tive por piloto o insigne Typhis (3),
Nem me ha traçado de Agenor o filho (4)
A melhor rota que seguir devia.
Protegiam-n'o a elle Juno e Pallas,
E nenhum nume defendeu meus dias.
Os segredos de amor uteis lhe foram,
Segredos que ensinar eu não devera.
Elle voltou á patria, e nós, se acaso
Não se applacar do deus lesado a ira,
N'estes brejos sinistros morreremos.
Fidelissima esposa! É pois mais triste,
Do que foi a d'Ezão, a sorte minha.
E até tu mesma, que ao partir de Roma
Joven deixei, terás envelhecido,
Como creio, co'mal que hei supportado.
Oh! Permittam-me os numes, cara esposa,
Que como estás te veja, e em tuas faces
Possa depositar meus ternos beijos,
E abraçar-te o corpo emmagrecido,
Dizendo que a mim deve o mal que soffre,
E, misturando as lagrimas co'as tuas
Referir-te os meus tristes soffrimentos,
Entreter comtigo alguns instantes,
Ventura que esperar já não podia,

---

(1) *De Ezão o filho.* Jasão.
(2) *Achivos.* Gregos da Hemonia ou Thessalia.
(3) *Typhis.* O primeiro piloto de que ha noticia.
(4) *Filho de Agenor.* Cadmo.

E a Cesar e á esposa, digna d'elle,
Prestar com grata mão o sacro incenso.
Possa a mãe de Memnon (1) co'a rosea bocea
Bem depressa chamar tão faustos dias,
Que Cesar veja emfim apasiguado.

Carta quinta

A Maximo

O teu antigo e não menor amigo
Roga-te, caro Maximo, que leias
Estas palavras, em que tu não deves
Buscar vestigios do meu genio antigo.
Não vão crer que o desterro meu não sabes.
Vês como o ocio corrompe o corpo inerte?
Como a agua não movida se vicía?
E eu, se versejar sabia um pouco,
Tudo o ocio levou ou pouco resta;
E estas mesmas palavras que ora escrevo,
Se me acreditas, vou traçando, amigo,
Com mão forçada, a custo e desgostoso.
Não se ageita o meu genio a este estudo;
E por mais que eu a musa minha invoque,
Recusa approximar-se ao duro Geta.
E comtudo procuro urdir meus versos
E, por muito que lide, e vel-o pódes,
Menos duras não sâo que o meu destino.
Relendo o que escrevi, eu me envergonho,
E, bem que auctor, confesso que ha ahi cousas
Que deviam riscar-se. Todavia
Não emendo, que mór trabalho fôra
Que aquelle que tivera; e a mente minha
Mal póde supportar o duro encargo.
Cumpriria tomar severa lima

---

(1) *Memnon.* Segundo a fabula, filho de Tythão, personagem fabuloso, e da Aurora.

E pesar termo e termo attentamente!
Ter-me-ha pouco atormentado a sorte?
Primeiro se unirá Ebro ao Nilo,
E as selvas do Athos se unirão aos Alpes?
Cumpre poupar o coração que soffre!
O boi esquiva ao jugo o leso collo;
Mas porventura os fructos correspondem
Da cultura ao trabalho? Acaso as messes
Recompensam com larga renda o campo?
Bem que percorras os passados annos,
Nenhum'obra acharás que util me fosse,
E oxalá que ruinosa me não fôra!
Deves pois admirar que ainda escreva,
E eu mesmo me admiro e me pergunto:
—Que ganharei com isto?—O povo clama
Que os poetas deliram, e eu garanto
D'essa maxima voz a realidade;
Porque mal pago por um solo ingrato,
Não cesso de semear na mesma terra?
É porque nos captiva o nosso estudo,
E deixamos a custo antigas artes:
O gladiador ferido abjura a lucta,
Mas em breve se esquece e volta ás armas.
Jura ao mar não voltar o naufragante,
E dentro em pouco vel-o-has remando.
Assim eu sempre recomeço o estudo,
E o culto renovo d'essas deusas
A que jámais devera dedicar-me.
E, que melhor faria? O ocio torpe
Não me póde quadrar. A ociosidade
É para mim equivalente á morte.
Não me apraz de passar a noite e o dia
Em largas libações ou revolvendo
Com vagarosa mão o dado incerto.
Dado o repouso que me pede o corpo,
Desperto, que farei de longas horas?
Esquecendo da patria antigos usos,
Apprenderei a armar o arco géta,
Os estylos barbaricos seguindo?
Nem mesmo as forças minhas o permittem,
E mais que o debil corpo esta alma póde.
Se o que posso fazer bem indagares
Verás que para mim nada ha mais util
Que as mesmas artes que não valem nada.

Meu destino esquecer assim consigo,
E basta que esta messe o chão me renda.
Excita-vos a gloria? Mas, applaudidos
Não serão vossos versos, se não forem
No côro das Pierides pensados.
O que facil me occorre escrevo apenas,
Nem ha motivo ahi de largo estudo.
E para que pulir com mão cuidosa
Os versos meus? Receiaria acaso
Que não fossem dos Gétas festejados?
Talvez seja ousadia; mas no Istro
Genio não acharás que o meu supplante.
N'este solo em que vivo não é pouco
Entre os barbaros Gétas ser poeta.
De que me serviria em outro mundo
Alto renome? Tome-se este canto
Que a sorte me assignou, a minha Roma,
E com este theatro se contente
A minha infeliz musa. Dei-lhe causa,
E quizeram-o assim os altos numes.
E nem eu creio que os meus livros cheguem
D'estas praias a esses sitios, onde
Só com azas cançadas chega o Bóreas.
Separa-nos um céo, e esta Ursa
Afastada de Roma o Géta encara,
E mal poderei crer que os meus trabalhos
Por tanto mar e terra achem passagem.
Suppõe que os leem comtudo, e, o que é pasmoso
Que os acham deleitosos...; mas tudo isto
Nada aproveitaria ao triste vate.
Posto que seja lido e elogiado
Na torrida Syene (1), ou n'esses mares
Que a Taprobana (2) indica rodeiam;
E, (subamos mais alto) se louvado
Pelas longinquas Pleiades tu fosses,
Que proveito tirar d'ahi pudéras?
Mas onde estás não chegam meus escriptos
E meu nome commigo deixou Roma.

---

(1) Syene. Cidade da Thebaida meridional, hoje Assouan.
(2) Taprobana. Duvida-se se a Taprobana de que falla Ovidio é hoje a ilha de Ceylão, ou a de Sumatra em frente de Malaca, o que é mais conforme com o que diz Plinio, 6–22.

E vós, que me julgastes fallecido
Quando se viu perdida a minha fama,
Creio tambem que ficareis calados,
Quando exhalar meu ultimo suspiro.

Carta sexta

A Grecino (1)

Quando soubeste a minha desventura
Em terra extranha, entristeceste acaso?
Bem que o disfarces e dizel-o temas,
Se te conheço bem, muito sentiste.
Fereza tal não cabe no teu peito,
Nem menos com teus habitos repugna.
As artes liberaes, que tanto présas,
Noss'alma abrandam e a tristeza expulsam.
E ninguem tão fiel e fervoroso
As abraça e cultiva, quando o cargo
E os trabalhos da guerra t'o permittem.
E eu apenas recobrar-me pude
Do assombro e atordoamento em que ficara.
Um outro mal senti—do amigo a falta—,
Que podia prestar-me um grande auxilio.
As consolações tuas me faltavam
E, parte da minh'alma, os teus conselhos.
Porém, pódes prestar-me outros serviços.
Meu coração co'a tua voz consola,
E, crê-me, pois que nunca mentir soube,
Que insensato seria, não culpado,
E qual do meu passado a origem fosse
Escrever não é facil nem seguro.
De ser tocada teme-se a ferida;
Não me perguntes como se fizera.
Se queres que se feche, não lhe toques;

---

(1) Grecino. Grecino foi consul no anno de Roma de 769. A elle são dirigidas egualmente as Epistolas 6.ª do livro 2.º e 9.ª do livro 4.º.

E, seja como fôr, não dirás nunca
Que haja ahi crime atroz, porém só culpa.
E acaso toda a culpa contra os deuses
Será terrivel crime? Assim, Grecino
Esperanças ainda nutro n'alma
De ver attenuado o meu supplicio.
Quando esta terra odiosa abandonaram
Os deuses, só ficou n'ella a esperança;
É por ella que o escravo agrilhoado
Vive esperando ver-se livre um dia;
É por ella que o naufrago braceja
Sem que de parte alguma terra aviste.
Muitas vezes o enfermo abandonado
E quando a arteria quasi já não pulsa,
A esperança não perde e volta á vida;
Diz-se que o réo no carcere encerrado
Não deixa de esperar de ver-se livre,
E pregado na cruz ainda espera.
E quantos não ha ahi que, imposto o laço,
Tentam suicidar-se e a deusa o estorva?
E eu mesmo, quando, a mão lançando á espada
E erguido o braço, terminar queria
Meus tormentos, embargado fui por ella.
—Que vais fazer—dizia—não precisas
—De verter sangue; ás lagrimas recorre,
—Ellas podem vencer de Augusto as iras.—
E assim, posto que meritos não tenha,
Muito devo esperar do deus bondoso.
Implora pois, Grecino, que me seja
Menos adverso; e teus sinceros rogos
O complemento de meus votos sejam.
E n'esta areia getica me enterrem
Se da tua efficacia e amor duvido.
Primeiro fugirão da torre as pombas,
As feras do covil, do pasto o gado,
E das ondas o aquatico volatil,
Que eu possa acreditar, caro Grecino
Que o velho amigo esqueças e atraiçoes.
Se assim não é, morra eu e me sepultem
N'estas malditas e horridas areias.

VISCONDE DE SEABRA.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

(Continuadô do n.º 8, paginas 605)

XVIII

Castilho continúa a habitar no Campo de Sanct'Anna, d'onde se muda para a calçada do Duque.—É nomeado membro da celebre *Arcadia* de Roma.—O que é essa Academia.—Titulo pastoril concedido a Castilho, conforme os usos.—As suas propriedades territoriaes na Ilha de Egina.—Cita-se o Duque de Saldanha.—Sahe á luz no verão de 1837 a segunda edição da *Primavera*.—Opinião de Herculano ácerca d'este livro.—Menciona se quanto Castilho buscava sempre aperfeiçoar-se.—Extracto de uma carta de Julio Diniz.—Alvorece em Castilho o consummado linguista.—Importancia do correcto escrever.—O neologismo e o archaismo.—Cita-se Quintiliano.—Quintiliano e Castilho.—As conversações d'este na intimidade.—Palavras de Castilho ácerca do estudo da lingua-mãe.

Ficou o viuvo com seu irmão, depois de assim desmuronada a sua vida, habitando ainda o Campo de Sanct'Anna. Pouco depois, não posso dizer quando (mas é de crer que em julho), mudaram-se ambos para um predio que hoje não existe, na calçada do Duque, em frente da embocadura da rua da Condessa. Logo descreverei o sitio e a casa.

*

*

É de crer, e é certo, que, apezar de todos os carinhos e diligencias de amigos intimos, se sentia Castilho Antonio acabrunhado na sua dor, impossibilitado de se entregar aos seus queridos trabalhos litterarios.

O meu particular amigo, Luiz Antonio Ribeiro de Sá, então uma creança de doze annos, contou-me a impressão profunda que lhe causou o vel-o por esse tempo, visitando a mãe do dito meu amigo a senhora Baroneza de Palme, no palacio da Travessa Larga, a S. José. Fez-lhe muita impressão ver aquelle cego, que elle mal podia apreciar ainda, mas que ouvia citar com admiração! vel-o de lucto pesado, e com ar tristissimo! Presenciou até a sensivel creança um ataque de chôro, que á senhora Baroneza impressionou e abalou immenso!...

Não ha minucias inuteis.

*

Fallemos de assumpto mais alegre.

Como estimulo providencial, chegaram ao poeta portuguez alguns testemunhos litterarios de elevado apreço: um, que me esqueceu mencionar, o honrosissimo diploma de Socio do *Instituto Historico* de França, datado de 25 de julho de 1834; e agora o de Membro da celebre Academia denominada a *Arcadia* de Roma, datado de 10 de março de 1837.

Ainda existe a Arcadia, fundada em fins do seculo XVII; antiga e illustre corporação, onde Cardeaes e Principes se não teem dedignado de tomar assento.

Diz-se que, para evitarem odiosas precedencias, se consideravam todos eguaes, todos pastores da mesma Arcadia, e como pegureiros se tratavam entre si pelo seu cryptonimo pastoril. Este cryptonimo era um nome proprio, e um appellido tirado de alguma ficticia herdade situada entre as amenidades deliciosas da Grecia.

A Castilho coube o nome de *Mémnide,* e o cognomento de *Eginense,* por ter sido intitulado senhor de certo casal, ou campo, na ilha de Egina, uma das do archipelago grego, no concavo da bahia de Sarónica. Estas costumeiras tradicionaes não fazem mal a ninguem, e são consagradas pelos seculos.

A proposito:

Uma vez, narrava o proprietario *in partibus* este uso dos doutos confrades da Arcadia romana, ao seu bom e dilecto amigo o Duque de Saldanha; eu proprio assisti á scena, que foi por 1862 no palacio do pateo do Giraldes.

O Duque, espirito fino, achava immensa graça á conservação d'estas praticas velhas; ia partir, por dias, para a Embaixada de Roma, e estavam-n'o interessando as antiguidades romanas e gregas.

—Vou conhecer a Italia, mas tenho de veras pena de não ver a Grecia.

—É dar lá uma saltada.

—A vontade é boa—respondeu o Marechal.

—Pois Marechal,—continuou o poeta n'um tom comicamente serio—se chegar a ir á Grecia, e passar alguma vez pela ilha de Egina, descance lá em casa; tem lá uma choupana muito ás suas ordens; vou mandar avisar os meus feitores.

O Marechal ria a bom rir.

*

Foi no verão de 37, que sahiu a lume a segunda e muito ampliada edição da *Primavera,* conforme a vejo annunciada pela primeira vez no *Gratis* de 18 de junho. O livro, já conhecido do publico desde 1822, teve n'esta edição muito acolhimento, e foi decisiva a sua influencia na nascente litteratura, como logo demonstrarei.

Ácerca do visivel progresso artistico d'esta edição relativamente á primeira, diz Herculano no *Panorama:*

«Quando as vagas dos seculos tiverem passado muitas vezes «por cima dos sepulcros da geração que ora vive; quando a pos-«teridade tiver feito inteira justiça ao maior poeta portuguez dos «nossos dias, darão as duas *Primaveras* argumento para o julgar. «As opiniões que o tempo foi melhor acertando, o estylo que se «foi mudando, serão materia de estudo para vindoiros, porque «ahi se julgou o genio a si mesmo; ahi notou imperfeições, que «a critica não notaria; ahi emfim o grande poeta deu lições de «bom gosto (1).»

Observam-se effectivamente n'esta edição da *Primavera,* como bem aponta o auctor do *Monge de Cister,* duas coisas: mudanças para melhor na parte poetica, e nos prologos observações de critica feitas pelo escriptor em si proprio, com louvavel hombridade e sincero empenho de acertar; exemplo raro, e não seguido.

Toda a vida assim foi. A perfeição, ninguem a attinge; a perfe-

---

(1) *O Panorama,* t. 1, pag. 104.

ctibilidade, é dever do artista procural-a sempre. Nunca o vi, como tantos outros, contente em cheio com alguma obra sua; e no exemplar de casa, e nas edições ulteriores, emendava sem cessar.

*

Uma vez conversava eu com o excellente e insigne Gomes Coelho, esse cuja modestia foi acoitar-se n'um pseudonymo, tornado illustre pelo seu engenho e pelo seu coração: *Julio Diniz.* Foi, por signal, na sua ultima vinda a Lisboa, de passagem para o Funchal, onde nos ficou. Habitava então uma casa de hospedes (creio eu) á Graça; ahi tive a honra de lhe apertar a mão. Fallámos da edição nova de não sei qual dos seus romances. Perguntei-lhe se tinha aperfeiçoado alguma parte do livro, se tinha limado a fórma, e annuido assim a algumas indicações da critica jornalistica. Respondeu-me pouco mais ou menos:

—«Não; nem limarei. Para mim, uma primeira edição impõe ao auctor de um livro um certo compromisso para com o leitor. O leitor comprou o direito de exigir que lhe mantenham intacta a sua propriedade; e a lição que elle adquiriu é propriedade sua. Alterar eu o texto de um livro que já correu mundo, é talvez beneficiar os novos leitores, mas é de certo prejudicar os primeiros. Não é isto orgulho em mim; todos os que me conhecem o sabem; e tanto, que acceito e agradeço criticas sensatas e sinceras; nos meus subsequentes livros me corrigirei; mas cada um d'elles, conserval-o-hei como sahiu.»

Passado tempo, escrevendo-lhe eu para o Funchal, insistia com elle, de passagem, em que revisse e melhorasse a linguagem ou o estylo de não sei qual das suas notabilissimas obras; e elle respondeu-me isto, no meio de uma carta de 10 de abril de 1869:

..... «Em quanto ao conselho de reforma para uma segunda «edição, não o seguirei, ainda que o meu livro tenha de ter uma «segunda edição, caso muito hypothetico. Eu tinha, havia muito, «por systema não alterar, senão em coisas minimas, qualquer livro «que publicasse. Os leitores e compradores da primeira edição «teem direito a que nas subsequentes se não dê nem mais nem «menos do que o que appareceu na primeira. A ausencia de um «aleijão que se mutilou, julgando melhorar a obra, é ás vezes «lamentada por um leitor singular. Depois, formada uma vez «opinião a respeito de um livro, de nada valem reformas para o «modificarem; morre ou vive, agarrado a ella.

«Esta era, como disse, a minha opinião, a qual folguei de «encontrar confirmada n'uma das paginas do Werther. Vendo-a «auctorisada por Goethe, adoptei-a para o meu credo litterario; «e custa-me sempre mentir a um dos artigos do meu credo, de «qualquer natureza que sejam.»

Esse escrupulo, talvez exaggerado, ou, antes, com certeza exaggerado, do auctor das *Pupillas* (inadmissivel em obras historicas), não me parece que se possa defender, senão como um bonito paradoxo, mesmo quando se tratar de obras romanticas e poeticas. Em todo o caso, é certo que esse *escrupulo* não o teve Castilho nunca. Não só emendava de obra para obra, mas emendava tambem quasi sempre de edição para edição, de copia para copia, de prova para prova.

Quem podesse comparar essas variantes, tinha assumpto para uma obra utilissima.

*

N'esta segunda edição da *Primavera,* por exemplo, a mão experiente do metrificador aperfeiçoou, limou, brunhiu, muitos passos; uniu e concertou transições; realçou o claro-escuro; de esbocetos fez quadros; a quadros feitos aprimorou molduras; n'uma palavra: enriqueceu.

Tiraria ao conjuncto a ingenuidade nativa, a pobreza sympathica do opusculo? não creio; a arte de um mestre póde muito.

*

O que mais avulta no trabalho conscıencioso d'este refazimento poetico, é o primoroso empenho do linguista. A esse respeito vai um abysmo entre a primeira *Primavera* e a segunda. Lá, o mancebo de vinte annos hesita, ignora, deseja apenas; aqui, o moço de trinta e seis ousa, conhece, possue.

Passára-se n'aquelle periodo de incubação uma fecunda metamorphose. Alimentado das leituras nos classicos portuguezes e romanos, já o discipulo de Francisco Gomes se nos revela classico. As locuções coloridas e viçosas são o vestido roçagante da sua donosa poesia; e aquella serie de eglogas, arraiadas de todos os donaires e todas as gemmas do nosso opulento idioma, hombreia (penso eu) com o que de mais puro nos legaram os poetas antigos.

*

Vejo que foi por 1836 que melhor se accentuou em Castilho, e o senhoreou, o amor exclusivo e ardente á lingua portugueza. Não se escrevia geralmente em vernaculo. Tantos annos de lucta politica, tantos desenganos, e tantos pesadumbres, tinham até certo ponto deshabituado do gosto e do lazer de escrever puro.

Ha muita gente que tem para si que a liberdade deve ser a licença; e quando davam ouvidos ás ousadas iniciativas de Garrett, julgavam que, no prégar-nos com o exemplo a introducção do romanticismo estrangeiro, prégava o desamor á lingua-mãe, e o afrouxamento no culto d'ella. Tal não queria elle, nem o podia querer, que era um homem sensato, e um genio; e se em assumptos de lingua, propriamente dita, claudicou bastas vezes (como todos), imputemol-o á pressa com que no exilio, entre amarguras, e com poucos livros, compoz alguns passos dos seus poemas, e nunca o attribuamos a proposito firme e meditado. Nem a sombra do seu mestre Filinto lh'o houvera consentido.

N'este ponto capital, a differença entre a fórma da maneira de Castilho e de Garrett cifra-se, quanto a mim, no seguinte:

Garrett, portuguez de lei, timbra mais em ser vernaculo na construcção do periodo, do que propriamente no vocabulo. As linhas geraes são muito nossas, são sempre nossas; os pormenores deixam ás vezes de o ser.

Castilho, tambem portuguez da gemma, une com mais mestria (me parece) o desenho e o lavor; lança com egual vernaculidade o periodo ao sabor nacional e classico, e emprega na sua construcção materiaes sempre nossos.

Exaggerou porém; quem o duvida? a sua indole era de si exaggerada. Não se *fallava* em 1836 como elle *escrevia;* isso não; mas a sua exaggeração é salutar, e intencional. Veio a deixal-a passados annos, depois de a ver cumprir o effeito desejado, e atteve-se ao justo meio.

A sua maior gloria n'este ponto foi ousar ser purista em periodos litterarios de reconhecida decadencia, e ter usado da parenése mais efficaz: o exemplo.

Não largarei ainda o assumpto, visto que n'elle entrei.

*

Acho graça a uns certos escrevedores, que, muito anchos, tratam de ninharia a grande, a importantissima questão da lingua!

A lingua, desenganem-se, é para o escriptor condição principal, e entende-se bem que o seja: é a sua materia prima. A lingua é o marmore d'esta difficillima esculptura; ou melhor: é a tinta d'esta ardua e complexa pintura, que se chama o escrever.

Ora se o primeiro desvelo do esculptor é a acquisição da materia-prima, o Carrara ou o Paros; e se o primeiro empenho do pintor é o iris da sua palheta limpidissima; como ha de ao escriptor ser indifferente a escolha da materia ductil, translucida, nacarada de mil gradações fugidias, com que, mais feliz que o esculptor e o pintor, porque é eterno, vai crear prodigios na grande tela chamada a alma da Humanidade?!

Custa a escrever com pureza e propriedade? custa, sem duvida; quem o nega? mas alcançado isso, quanto não lucrarão as forças do artista!

E que é escrever com pureza, propriedade, e riqueza? é escrever obsoleto? não; nunca; fôra até quasi ridiculo preferir á linguagem que se falla a linguagem que se fallou; dil-o um grande entendedor (1); e o nosso Rodrigues Lobo, que era homem de bom pensar, insurge-se na sua *Côrte na aldeia* (2) contra os que se guindam a termos antiquados; e diz com immensa graça:

«Dos que fallam pela tempera velha, eu os não consentira senão «em homens de barba longa penteada sobre os peitos, com cara-«puça redonda, e pellote de abas pregadas, que vos contem historias «d'el-Rei D. Manuel e dos Infantes em Almeirim, e de quando «D. Rodrigo de Almeida tomou por compadre a villa de Condeixa «do filho que alli lhe nasceu em tempo do Bispo D. Jorge. Porém «nos vestidos justos de agora, e barbinhas turquescas tiradas pela «fieira, e tintas sobre branco, palavras d'aquelle tempo parecem «remendo de outra côr.»

Tudo isso é muito verdade; mas em tudo ha o meio termo; e desprezar o antigo só porque é do tempo do Bispo D. Jorge, seria absurdo e ingratidão.

Escrever puro e rico é apreciar o que é, e o que foi; é accrescentar com mil meios-tons, imperceptiveis quasi, mas limpidos e exactos, a escala chromatica do dizer. Esses meios-tons, sacados de boa fonte, não só no fallar do povo rural se encontram; dá-os a lição diurna e nocturna dos bons escriptores, que do povo extrahiram já, durante gerações, a linguagem pura e genuina, a lavaram,

---

(1) Quintiliano, *Instit. orat.*, liv. I, VI.
(2) Dial. IX, pag. 69 da edição de 1723.

a acrisolaram, a ligaram sabiamente com as linguas mortas, e souberam dar corpo formoso especial ás idéas que são de todos.

Em cada lingua ha duas linguas: uma é a popular, a nativa, a corrente, a familiar, a espontanea, a pobre; outra é a culta, a artistica, a litteraria, a da eloquencia, a opulenta. A primeira é uma pedreira immensa e informe; a segunda é um sacrario de joias.

Os grandes escriptores encontram a lingua geral da sua terra, tomam-n'a a si, amoldam-n'a, cunham-n'a com o sello individual e peculiar do seu talento, e fazem d'ella um admiravel producto, em que o publico se revê, a que chama seu, que o deslumbra, mas de que elle não póde usar.

*

Querer que as linguas párem é um grave absurdo; as linguas não páram; transformam-se. Tudo n'este mundo—observa algures Sainte-Beuve—é sujeito a vicissitudes: não só os imperios, mas até o grande theatro das coisas do espirito.

Querer que as linguas párem é pois grave absurdo; mas consentir no seu rapido esphacelamento, que póde importar a perda de uma nacionalidade, é erro, e crime; litterario, e social.

O neologismo entra necessariamente; não ha fugir-lhe; é uma das fórmas da evolução philologica. Entra pelas sciencias, entra pelos costumes, entra pelas revoluções, entra pelas modas. Aclimar o neologismo é dever dos bons escriptores, mas aclimal-o de vagar, paulatinamente, *parce,* como diz o mestre.

Os Romanos temiam-n'o, mas acceitavam-n'o a pouco e pouco. Cicero, por exemplo, foi grande innovador linguista. Dizia Quintiliano, que era mais licito aos Gregos forjar vocabulos, do que o era aos Romanos; e comtudo, não havia resistir á invasão lenta da lingua nova.

Por outra parte, a lingua envelhece; cahem-lhe as folhas; renascem outras que já tinham cahido; cahem tambem pelas sciencias, pelos usos, pelas modas, e pelo aperfeiçoamento gradual do idioma na litteratura. Sustentar esses ramos ou ramadas em quanto podem prestar, vivificar os moribundos, amparar os rebentos novos, mas tudo com muito tento e mestria, é tambem o dever que aos classicos incumbe (e quando digo *classicos,* não me refiro só aos mortos, senão aos vivos de boa nota e bom prestimo).

É incalculavel a valia esthetica do archaismo, quando intelli-

gentemente usado. Que o diga Sallustio, que o diga Virgilio, poeta colorista de pureza e esmero; e que o digam tantos outros, desde os pagãos até ao proprio Hugo, que sabe o seu latim das Gallias como os que o sabem. Esse oiro basso, de lavor antiquado, tinha na culta Roma partidarios poderosos, e d'elle advém ao discurso uma indizivel majestade cheia de encanto (1).

O neologismo pois, e o archaismo, um representando o futuro, o outro representando a tradição, figuram como dois elementos de grande alcance nos idiomas; e os idiomas, com as suas barreiras insuperaveis, são os mais efficazes baluartes da independencia nacional.

....

*

Nada do que ahi escrevi é meu, confesso, a não ser a fórma; eu nada tenho no mundo, senão o culto d'esta grande Memoria que me obriga a escrever.

Tudo isso que esbocei, ou lh'o ouvi, ou o li em livros d'Elle; são doutrinas suas, mais ou menos.

Digo como Azurara na *Chronica do Conde D. Pedro:*

«Se algum saber em mim ha, posto que seja pequeno, com as «vossas migalhas o apprendi.»

*

Observava eu, que pelos annos de 1836 se declarára mais intenso o amor latente que o devorava á formosa lingua portugueza. Foi, sim, *A Primavera* que veio dar corpo a esse affecto, e ao empenho de pugnar pelas louçanias do portuguez. Essa feição accentuou-se-lhe com o tempo, e veio a tornar-se-lhe segunda natureza. Se a alguma coisa tinha de veras asco, era aos estrangeirismos escusados; e todo esse odio, que outra coisa era, senão amor? Isso confirma e nobilita n'elle o papel de mestre indisputado, e creio que indisputavel.

Tinha porém começado desde muito em Castilho a sua tendencia

---

(1) Quintiliano, *Inst. orat.*, liv. I, VI, e liv. VIII, III,

de respeito aos foros da lingua; ou antes: começou provavelmente nas aulas, com os seus intelligentes e aproveitados estudos de humanidades.

Como trabalho com o microscopio, deparou-se-me na *Primavera* de 1822 uma curiosa prova; é uma nota (1), onde o juvenil escriptor se desculpa de forcejar naturalisar portugueza a palavra *rasserenar,* fundando-se em que a deriva do italiano, lingua congénere e amiga da nossa. É engraçado documento, mórmente se o compararmos com o que hoje se costuma, que é aciganar cada qual o mais que póde o nosso rico idioma, tornando-o uma gira semsabor e derrancada, incapaz dos arrojos em que se lhe extremava a cavalleirosa galhardia.

Quando Castilho viu desamparada a lingua portugueza, fez-se nobremente seu paladim, e por ella quebrou lanças. Exaggerou no principio; exaggerou; era essa em tudo a sua tendencia; não havia fugir-lhe. Elle proprio, conscio de que exaggerava, o explica na *Conversação preliminar* á traducção da *Confissão de Amelia:*

«Pois que a excessivo ponto de corrupção nos vão levando, é «mistér guindar para excessivo ponto de pureza, para que, con-«trastando-se uma por outra coisa, a final nos possâmos ao menos «ficar em meio termo (2).»

Mas, por outro lado, não *ferrou sobre o velho* (como diz o Bispo de Evora n'um romance de Gil Vicente); pelo contrario: nunca houve homem tanto do futuro como Castilho. Introduziu, em muita parte dos seus escriptos, formosos e bem cabidos neologismos, com que opulentou o nosso vocabulario; e d'esse seu ousar dava elle razão no Prologo das *Metamorphoses,* por estes termos:

«Aos quinhentistas mofinos, tacanhos, e apoquentados, respon-«derei que, posto haja thesouros nos seus livros, em nenhuma «parte dos Evangelhos está escripto que d'elles para cá se aca-«basse a faculdade de augmentar e dilatar a lingua; que esse «privilegio exclusivo dado aos mortos é a mais absurda injuria «contra os vivos (3).»

Assim pois, implicita está no seu procedimento a sua doutrina: respeitar a lingua; premunil-a de gallicismos escusados; deduzil-a das suas fontes naturaes; enriquecel-a com archaismos energicos e pittorescos, quando fôr mistér; introduzir parcamente neologismos urgentes, mas vestil-os com summo tento, e conforme ao genio do idioma; aclimar os que se mostrarem uteis, comtanto que se affaçam ao trajo e modo portuguez.

---

(1) A pag. 160.
(2) Vem no vol. da *Noite do Castello.*
(3) Pag. XIX.

*

Realmente: não me parece que tenham sombra de razão, os que se insurgem contra os adeptos da regra e ordem no escrever. No estudo conscienciosо, feito segundo a theoria (que a final é consequencia da pratica), vai muito e muito para o bom resultado que se pretende obter; vai quasi tudo; e digo *quasi,* porque uma parte do que o escriptor consegue, alcança-a inconscientemente; essa é producto do talento, é gestação involuntaria. Certo é.

Quem o adivinhou, e o expressou muito bem, foi o finissimo Quintiliano, quando no seu livro immortal escreveu estas palavras louvadas por La Harpe (1):

«Na minha obra buscareis de balde o que outros aliás já force-«jaram conseguir: isto é, a marcação dos limites *necessarios* e «*immutaveis,* em que se reja e contenha a arte. Não sei que os «haja. Coisa de bem pouca monta seria a rhetorica, se assim fosse «possivel reduzil-a a systema. Tudo se altera e modifica pelas «circumstancias, pelo assumpto, pela occasião, pela necessidade.»

E n'outra parte, mais explicito, diz:

«Queira ficar certo o estudioso, de que ha na arte caminho «furtado a regras, no qual muito consegue por si propria a natu-«reza, nossa guia e mestra (2).»

É sensatissimo; e comtudo, enganam-se os que em si proprios se confiam tão só. A imitação meditada dos bons modelos dá immenso; lá o observa n'outro sitio o mesmo regedor prudentissimo do escrever:

«Não ha duvidar, de que uma parte consideravel da arte se «contém na imitação; porque, se a invenção tem primazias, o que «sahiu inventado com sciencia e criterio é bem digno de ser «seguido (3).»

Citar Quintiliano é sempre um gosto. Lia-o eu muitas vezes com o meu mestre, e poucos se lograriam de commentarios como os que eu alli tinha!

*

(1) *Cours de litter.*, liv. I, cap. I, secção I.
(2) Liv. VIII — proemio.
(3) Liv. X, II.

De veras que é refrigerante para a alma o contemplar, atravez de tantos seculos, aquelle varão consular da litteratura, enchendo ainda hoje o mundo com a sua doutrinação, e impondo-se paternalmente com todo o condão da sua auctoridade. Quintiliano é um professor, e um amigo; o que diz, dil-o com a suavidade do intimo convencimento; em vez de decretar, aconselha; e aconselha com tanto agrado, que até no offerecer-nos lições e exemplos parece confessar-se-nos muito devedor se lh'os acceitâmos.

Não ha fel na sua critica; ha o muito saber, com as repoisadas insistencias da experiencia de longos e meditados annos.

Lel-o é ver correr na grande horta litteraria um arroio limpido, com que toda a novidade se regala e se alegra, que não ha mais ver. São rigueiras crystallinas de avisos optimos, muito chãos, em que os espiritos dóceis se repassam de frescura, ao penetrarem-se de vagarinho de todos os melhores saes de um torrão abençoado.

Ha quasi uma certa uncção religiosa n'aquella prédica de um bom amigo, que andou a desvelar-se em tarefas improbas uma vida inteira, a fim de nos opulentar a nós outros. Para mim, o sentimento que me inspira a obra de Quintiliano provém tambem de outra causa: é ver que aos olhos d'elle a sua doutrinação era um sacerdocio, a que elle sacrificava tudo. No proemio do livro VI faz-nos confidentes das suas mais acerbas amarguras de familia, e, não obstante, achava no estudo a virtude da consolação!

Cicero ao perder a filha escreve as saudosas paginas espiritualistas do seu justamente celebre Tratado; Quintiliano, viuvo de uma esposa adoravel, perde um filho em quem punha toda a sua esperança, e, como consolação suprema, refugia-se no alto trabalho litterario; o seu infortunio reverte em beneficio dos estudiosos; e por um discipulo amado que perdeu, grangeia filhos em todos os seus alumnos ao longo dos seculos.

Tal é, com a ajuda de Deus, o poder da resignação e do estudo.

*

Ora em Quintiliano, n'aquelle bom mestre, a quem chamavam gloria da toga romana, ha muito de Castilho; não tanto do Castilho dos livros, do poeta, do esculptor da lingua, quanto do Castilho intimo, do pedagogo, do homem do conselho e da boa vontade, do Castilho da familia, dos amigos, da escola, e da conversação.

Ferido no mais intimo d'alma, orphanado d'aquella mulher que

era para elle mais que mãe, deveu á litteratura e ao trabalho a distracção e a força. Era de uma vitalidade extraordinaria; e as suas modestas prelecções didacticas conversadas com algum intimo dariam livros tão bellos como os seus melhores.

As suas conversações, se podessem ter sido estenographadas, ás vezes, á noite, no conchego da sua livraria, entre umas chicaras de chá e uns charutos, deitariam volumes de prosas uteis, faiscadas de chiste. Que o digam os que ainda o conheceram, e de muito perto alcançaram a fortuna de o apreciar.

*

Voltando á questão linguistica:

Como se não bastasse o conscienciosо trabalho pratico de Castilho, d'onde os leitores podem inferir as suas doutrinas, explicou-as theoricamente em varios escriptos. Citarei dois fragmentos muito frisantes, a paginas 449 e seguintes, e 461 e seguintes, do tomo I da *Revista Universal*.

São artigos doutrinaes, e de polemica amigavel e cortez com o *Diario do Governo*. Extrahirei d'elles alguns periodos apenas.

«Presupposta—diz Castilho—esta verdade mui consolativa e «fecunda, que o nosso amado portuguez não expirou, e poderá «restaurar-se, examinemos qual será o regimento, que na presente «conjunctura lhe convém.

«Quanto a nós, cifra-se elle n'uma grande liberdade, e n'uma «grande sujeição.

«No tocante ás sciencias novas e crescentes, que todas rece- «bemos por importação..... abramos os portos ás novidades. «Venham com as coisas peregrinas os peregrinos vocabulos, e «ainda, em parte, a construcção e estylo, que o consenso dos «sabios do mundo mostrou ser mais adequado na materia a que «os taes vocabulos pertencem. Venha tudo isso, e nas boas horas «venha. Mas haja ahi verificadores de alfandega, de olho aberto «e mãos limpas e zelosas, que não só não deixem passar de envolta «escusados e damnosos contrabandos, mas as mesmas fazendas «de lei as não deixem correr sem demonstrada necessidade.....

«Todo o espirito bem nascido, quer poeta, quer prosador, ouse «formar por derivação, por composição, por feliz e inspirada «onomatopêa, e até (em alguns casos) por adopção e perfilhação, «mórmente do castelhano, vocabulos, que, bem gravados com o «moderno cunho, bem expressivos e bem carregados de idéas, ou

«relações, jámais d'antes enunciadas, mereçam ficar para sempre «recebidos.....

.....

«Venhamos logo á restricção: ..... Esta restricção, que todos «os estudiosos facilmente comprehendem,..... começa onde se «acabam as raias, que já dissemos, do necessario, do util, e dos «vôos nobres da eloquencia e poesia.....

«Dado por certo, sem mais discursos, nem auctoridades, que «para escrever portuguez é indispensavel ter lido e ler portuguez, «saibamos o que da lição dos classicos se póde e deve aproveitar.

«Teem para si os que nunca os folhearam, que são todos elles «fastidiosos, antiquados, escuros, supersticiosos, crendeiros, e não «sabemos que mais; e por esta preoccupação nescia se privam de «um estudo, que, sobre muito proveitoso, abunda em regalos para «os que de veras o continuam.

«No conversar aquelles mestres, sempre e com razão havidos «por taes, cresce com a veneração o affecto que se lhes tributa; «o qual insensivelmente se vai convertendo em louvavel desejo «de os imitar.

«No desempenho d'este desejo, póde sim haver, como em todas «as coisas boas, seu tal ou qual excesso; mas ha um uso licito, «antes louvavel, contra o qual é nada menos que vergonhoso o «vociferar; este uso é preciso definil-o claramente.

«Consiste elle em duas partes: na construcção do periodo, e na «escolha das palavras, phrases, e dizeres.

«Quanto á construcção do periodo, é evidente, para todos os «que sabem portuguez, quanto do francez differe o nosso essen- «cialmente, e com grande melhoria..... .....

«Quanto á escolha de termos, entendemos que, se muitos dos «antigos foram bem suppridos por equivalentes, muitos outros, «que se aposentaram sem culpa nem successores, é serviço, e «grandissimo, o forcejar pelos repôr em exercicio.

.....

«Quaes serão porém os prestimos d'este trasvasar, que tanto «recommendamos, de um pouco do portuguez velho na enfesada «ARAVÍA do nosso tempo? Muitos, e momentosos:.....

«Quanto mais crescer a terminologia, tanto mais se augmen- «tarão os meios de exprimir cada coisa com propriedade; de variar, «em vez de repetir; de chamar, ou de espertar a attenção; de «acudir ás precisões da oratoria e da poetica..... Poderia alguem «impugnar as vantagens de uma synonymia copiosa?

«Agora quanto á construcção do periodo, excede a nossa com- «prehensão como possa haver (se é que ha) entre pessoas de tino, «quem anteponha a triste construcção franceza que hoje reina, e

«de que La Harpe, e de que todos os criticos de lá, tanto e com tão «bom fundamento se lastimam, á contextura semi-latina propria «do nosso idioma!.....

....

«O amor á lingua da nossa terra anda ligado com o amor da «nossa terra e da nossa gente; é até uma virtude, companheira «certa, se não mãe, de muitas outras.....»

*

Uma verdade me parece incontestavel:

Os estudos publicos estão passando em toda a parte por uma transformação pouco acertada: está-se banindo de proposito firme o classicismo e o estudo profundo das humanidades; de modo que aos espiritos mais distinctos falta o apercebimento indispensavel de conhecimentos especiaes technicos, e segredos do officio.

Começam a escrever; alcançam alguns triumphos, graças á pujança nativa do talento; mas depois, quando esgotaram o impeto do primeiro momento, reconhecem ignorar as regras do seu pesado mistér, e comparam o seu escrever ao dos mestres! param, e coram. Como porém é tarde para apprender, e o seu orgulho lhes não permitte confessar o seu nada, que fazem (ou pelo menos, que teem feito alguns?)? insurgem-se contra os mestres, e renegam-n'os, como para derrubar a barreira que os humilha.

Esse é que é o segredo de tantas raivinhas, meus meninos; é esse. Lá diz Bluteau e mil vezes bem:

«Indicio quasi sempre certissimo de não saber um homem uma «lingua é o desprezal-a, porque ninguem despreza o que sabe.»

E continúa o sizudo polygrapho:

«O que mais claramente manifesta esta verdade, é que ordi-«nariamente este genero de desprezadores não dão, nem sabem «dar, razões solidas do seu desprezo, mas com zombarias e ridiculo «sonsonete arremedam o som da linguagem que ignoram (1).»

*

Basta por agora. Voltarei ao assumpto, que o merece.

(Continúa).

---

(1) *Prosa grammatonomica*—Prosas, t. II, pag. 189, col. 1.ª

EPISTOLOGRAPHIA

CARTAS ESCOLHIDAS

X

Joaquim Ignacio de Freitas
a Antonio Joaquim de Sá

Illustrissimo Senhor Antonio Joaquim de Sá.—Recebi a de que Vossa Senhoria me quiz fazer mercê em data de 16 do corrente sobre o despacho de seu sobrinho, que certo é muito para estimar, e como tal o tenho estimado, principalmente pelas circumstancias e actual estado de nossas cousas, tão estreitas e minguadas. Não quero d'elle, nem dos seus outro reconhecimento mais que o gratuito retorno de gratidão, que por todos os respeitos lhes mereço, como aqui é bem publico e notorio. Ha perto de dez annos que lido e me desvelo para o pôr no estado, em que se acha, e em que certamente se acham mui poucos dos da sua ordem, como homem de letras. Praza a Deus que elle nunca se esqueça do muito que n'esta qualidade me deve, procedendo com toda a honra e decóro em ordem a conseguir benemerito o fim que pretende n'esta vida academica, que se propoz seguir. Queira portanto Vossa Senhoria cooperar commigo com seus bons conselhos e prudentes advertencias sobre seu procedimento e discreta escolha de amigos, pois em tal corrupção de costumes temo e tremo, receioso de ver (o que Deus não permitta) mallogrado tanto trabalho e zelo na melhor obra das minhas mãos, que elle muito desejo queira ter da sua.

Muito estimo approvar Vossa Senhoria vir a familia residir com elle aqui na Imprensa, como eu já ha muito meditava, e lhe é mui conveniente por todos os respeitos de interesse, honra e decóro, seu e d'ella. Deus guarde a Vossa Senhoria muitos annos. —Coimbra, 26 de fevereiro de 1826.—De Vossa Senhoria, muito ven.^{or} affeiçoado am.^{o} e obrig.^{do}—*Joaquim Ignacio de Freitas.*

Nota

Antonio Joaquim de Sá, a quem se endereça esta carta, era conego capitular em Braga e muito da intimidade do arcebispo-primaz D. José da Costa Torres, antigo bispo de Elvas e transferido para esta archidiocese em 1806. Falleceu em 1834. Tinha este conego familia sua em Coimbra, pela qual muito se desvelava, e na Imprensa da Universidade foi por sollicitação sua admittido, sob os auspicios do revisor e director Joaquim Ignacio de Freitas, um sobrinho, Joaquim Urbano de Sampaio, que se doutorou em Canones e mais tarde falleceu sendo lente de Direito. Além d'este teve mais dois sobrinhos empregados na mesma Imprensa, Antonio Augusto de Sá e Sampaio e Antonio Joaquim de Sá e Mendonça (1), ambos successivamente ajudantes-leitores da revisão, sendo o primeiro irmão e o segundo primo do sobredicto dr. Joaquim Urbano.

N'este nosso jornal se deu noticia desenvolvida e curiosissima de um conflicto entre Joaquim Ignacio de Freitas e a Academia Real das Sciencias por causa da revisão das obras de Mello Freire (2), conflicto em que a Academia venceu, mas mal ferida no seu bom senso. Era Joaquim Ignacio professor do Collegio das Artes e distincto humanista, e um revisor impeccavel e conscienciosо. Os seus livros e manuscriptos, muito valiosos, foram por elle legados á Bibliotheca da Universidade. Depois do seu fallecimento foi substituido por José Vicente Gomes de Moura, tambem professor do mesmo Collegio das Artes, e a quem esta Imprensa deve a cedencia das suas edições latinas, que são ainda hoje de grande proveito no ensino secundario, assim como de todas as suas outras obras litterarias. Com estes dois homens se adextrou Joaquim Urbano de Sampaio na carreira das lettras, tornando-se revisor muito habil, canonista profundo e um cathedratico respeitavel.

---

(1) Antonio Joaquim de Sá e Mendonça residiu por muitos annos em Braga na companhia de seu tio; era presbytero e bacharel formado em Theologia, tendo sido no seu quinto anno condiscipulo do actual venerando arcebispo, de Joaquim Alves de Sousa e de outros homens distinctos. Falleceu em Coimbra a 15 de janeiro de 1891, sendo o seu cadaver acompanhado á sepultura no dia 16 por todo o pessoal da Imprensa, onde era bemquisto. Fôra nomeado em novembro de 1844. Tinha na sua sala um bom retrato a oleo de seu tio Antonio Joaquim de Sá.

(2) Veja-se n'este jornal, vol. xxxvi, a excellente monographia, *Uma questão de Imprensa,* pelo nosso carissimo consocio, dr. Antonio José Teixeira.

*

O famoso *Freitasius* (1) foi escolhido para revisor da Imprensa pelo bispo-conde D. Francisco de Lemos com faculdade de a dirigir em tudo o mais na falta do director d'ella, o qual se achava doente, e era então como inspector o dr. José Joaquim de Faria, lente de Mathematica (2). E assim se conservou sempre no governo interino d'este estabelecimento com zelo inexcedivel e competencia incontestada. «Attendendo eu (dizia (3) o grande bispo) a que o professor Joaquim Ignacio de Freitas, sendo encarregado de dirigir a impressão das... obras correctas, cumpriria este officio com muita exactidão, pela sua conhecida intelligencia e decidido zelo pelo bem das lettras, o nomeei revisor da Imprensa da Universidade... Viram-se logo os effeitos da sua diligencia e cuidados» (4).

Este revisor-director falleceu no edificio da Imprensa a 1 de fevereiro de 1831, e n'esse mesmo dia foi logo nomeado para o substituir o padre José Vicente. «Parece-me ainda estar vendo aquelle sacerdote venerando! [dizia o dr. Rodrigues de Azevedo (5)] Que fundo de candura, de moderação! Que nobre simplicidade em todas as suas acções! Que magica doçura em todas as suas palavras!... se discorria sobre qualquer materia cahia, em torrentes,

---

(1) Adoptara Joaquim Ignacio o systema de alatinar todos os appellidos portuguezes, e nas obras officiaes que revia junctava o seu nome pelo teor seguinte: *curante Joachimo Ignatio* FREITASIO, *in Juris Civilis facultate baccalaureo formato, humaniorumque litterarum in Regali Artium Collegio P. P. O.*

(2) Este distincto professor (nascido em 1759, doutorado em 1782 e fallecido em 1828) habitava no largo de Sansão (hoje Praça 8 de Maio) em casa sua propria, onde morreu, edificio que pertence hoje ao honrado negociante, o sr. Adelino Simões de Carvalho.

(3) No officio dirigido ao Principe Regente, datado do Paço das Escholas em 21 de abril de 1816.

(4) A carta de nomeação de revisor, assignada pelo illustre Prelado, é do teor seguinte:—«Sendo a revisão das obras, assim academicas como particulares, que se imprimam na Officina Typographica da Universidade, um objecto de muita importancia e consequencia para a perfeição das mesmas obras, e para o credito e interesse da mesma Officina: Attendendo ao merecimento litterario, zelo e exactidão, e mais circumstancias que concorrem na pessoa do professor Joaquim Ignacio de Freitas, o nomeio para revisor da mesma Officina; com o ordenado e propinas que lhe competem pelo Regimento, e segundo o estado actual da administração d'ella: Esta se cumprirá e registará na Repartição competente. Paço Episcopal de Coimbra, 4 de novembro de 1814. *Francisco, Bispo Conde Reformador Reitor.* Registada a fl. 145 vers. do livro competente. Secretaria da Universidade, 12 de novembro de 1814. *Figueiredo.* Registada a fl. 341 vers. do livro competente do Registo. Contadoria da Junta da Fazenda da Universidade, 15 de novembro de 1814—*Luiz dos Santos Moraes e Sá.*»

(5) Na *Oração funebre,* recitada em Poiares nas exequias de José Vicente Gomes de Moura em 26 de agosto de 1859.

da sua bocca, a instrucção e a moralidade.» Estas expressões, embora encomiasticas, revelam bem os dotes peregrinos d'este digno successor de Joaquim Ignacio, notavel pela sua erudição, que os seus livros confirmam, assim como pela hombridade e abnegação com que recusou a mitra de Vizeu, em que fôra apresentado pelo fallecimento de D. Francisco Alexandre Lobo.

D'estes dois famigerados humanistas ha producções poeticas, de que temos conhecimento. Na *Revista Litteraria,* e n'outros jornaes, se têm inserido algumas do padre José Vicente, quer em latim quer em vernaculo; outras correm ineditas em varias copias. Daremos d'estas dois pequenos trechos.

Tendo-se restabelecido de uma grave doença o revisor dr. Joaquim Urbano, em 1852 ou 1853 pouco mais ou menos, os typographos todos o festejaram affectuosamente com uma poesia, de que enviaram um exemplar ao reverendo José Vicente, então ausente na sua casa de Poiares. Respondeu-lhes este logo com umas quadras, de que selectamos as seguintes:

Recebi com muito gosto
(Crêde que vos não engano)
O mimoso comprimento
Ao senhor Joaquim Urbano.
Em breves versos mostrastes
Vossa sincera affeição,
E de alegria exhalastes
Impulsos do coração.
Rasgos taes vos merecia
Vosso companheiro antigo,
Nos trabalhos vosso guia,
E nosso sincero amigo.
Entre esses typos e prelos
Foi instruido e educado,
Lá lhe nasceram os dentes
E apprendeu a ser honrado.
.....
De que sois gratos e honrados
Já lhe déstes claras provas,
Expondo-lhe vossa estima
Em vossas singelas trovas.
Mostrais que o bem recebido
Em tempo algum vos esquece,
E que sabeis estimar
O merito onde apparece.
Ao dever e á amizade
Nobre tributo prestastes,
Quando festivos clamores
De parabens entoastes (1).

J. V. G. de M.

---

(1) O titulo d'esta poesia, posto pelo proprio J. V., é o seguinte: «Quadras

E quando mais tarde o dr. Joaquim Urbano falleceu, o douto sacerdote honrou a memoria do seu antigo amigo e companheiro com este soneto, de que só conhecemos parte:

Lagrimas verter deve a Academia
De dôr amarga, quando a descarnada
Mão da morte, empunhando a aguda espada,
Fere Alumnos em que esta se revia.
Eis um que ha longo tempo a ennobrecia,
Já na Imprensa, por elle sustentada,
Já quando com sciencia consummada
Na cadeira doutrinas expendia.
Foi bom Irmão, Esposo e Pae zeloso,
Douto, pio, sincero e sempre humano,
No seu dizer exacto e generoso.
.....

J. V. G. de Moura.

O dr. Joaquim Urbano de Sampaio, de quem Joaquim Ignacio escreve com tão carinhoso affecto na sua carta e o padre José Vicente com tão profunda saudade nos seus versos, a quem os artistas da Imprensa estimavam tão cordialmente como amigo, foi n'este estabelecimento ajudante do revisor (1) e depois revisor.

---

suggeridas pelos versos que os Operarios da Imprensa da Universidade offereceram ao dr. J. U. de Sampaio pelas suas melhoras, dos quaes mandaram um exemplar ao A.»

(1) Como curiosidade apontaremos o seguinte: O ajudante do revisor da Imprensa mais antigo de que temos noticia foi o dr. Francisco Xavier da Silva Neto (*a*), nomeado a 19 de janeiro de 1791. Foi substituido em 4 de maio de 1799 pelo padre Emygdio José David Leitão (*b*), professor da primeira cadeira da Lingua Latina; e este em 31 de dezembro de 1803 por Silverio da Silva da Graça, seguindo-se Joaquim Baptista em 19 de abril de 1806. Por despacho da Conferencia de 31 de dezembro de 1814 entrou Joaquim Urbano de Sampaio, que foi suspenso em 1834, e passados annos readmittido como revisor. Foi tambem ajudante do revisor o dr. Joaquim Maria Rodrigues de Brito, que depois passou a revisor, e em seguida o dr. Augusto Cesar Barjona de Freitas. Foi este o ultimo ajudante, sendo o logar extincto, depois de alguns annos de vacatura, em 1873. Os primeiros ajudantes ganhavam 5$000 réis mensaes; o dr. Joaquim Urbano passou mais tarde a 200$000 réis annuaes, e os dois ultimos a 240$000 réis. Quando os revisores assumiam interinamente a direcção da Imprensa, os ajudantes tomavam na Conferencia o logar do revisor; e alguns passaram a revisores effectivos.

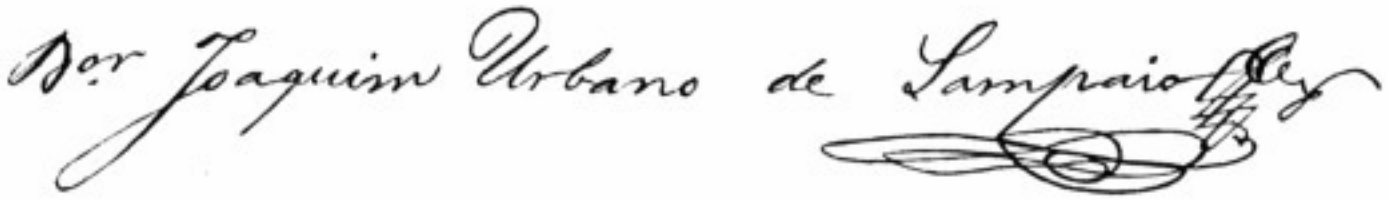
Os ajudantes-leitores têm sido até hoje tres: os dois sobrinhos do conego

(*a*) Era filho de Antonio José da Silva e natural de Coimbra. Doutorou-se em Theologia a 1 de abril de 1784. Este ajudante foi nomeado sendo corrector e revisor o dr. José Fernandes Alvares Fortuna e director o professor João Antonio Bezerra de Lima.

(*b*) Foi auctor do *Novo Compendio da Grammatica Latina*, offerecido ao reformador-reitor Principal Castro, e impresso em 1796.

Pelo seu largo tirocinio (desde 1814 até 1856 com pequeno intervallo), assim como por seus copiosos estudos e escrupuloso desvelo grangeou bem merecida reputação de ser um corrector perfeito, não desmerecendo de seus habeis antecessores, tanto recentes como antigos (1).

Nos fastos da Imprensa da Universidade acha-se inscripto este nome com especial sympathia. O dr. Joaquim Urbano foi aqui educado, aqui se desenvolveu nos dotes do espirito, aqui festejou o seu doutoramento; a sua assignatura, que podemos reproduzir,



está profusamente espalhada pelos livros e documentos d'esta casa. O discipulo e pupillo de Joaquim Ignacio não desmentiu nunca os desejos e aspirações do seu amigo e protector, que tanto se desvelava pela sua educação, que era, como elle dizia, a *melhor obra das suas mãos.*

F. P.

---

bracharense, que acima apontámos, e o actual. Ganhavam a principio réis 2$500 mensaes, passando depois a 300 réis diarios, e por fim a 500 réis em 1879 por disposição do administrador interino. A nomeação d'estes empregados e a taxa dos seus salarios são reguladas pelo Regimento da Imprensa, § 26.º

(1) Além da pericia do Freitasius e de J. Vicente, ha antigas tradições distinctas de Fernão de Oliveira, Christovão Nunes, Sebastião Stochamer, Pedro de Mariz e outros. Vejam-se no *Instituto* os curiosos artigos dos nossos prezados consocios: Ramos-Coelho sobre *Fabio Arcas,* vol. XXXIII, e Sousa Viterbo sobre *Manuel Correia Montenegro,* vol. XXXVIII. Na Universidade por provisão regia de D. João III se creara em 1549 o officio de correitor da impressão.

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

(Continuado do n.º 8, paginas 616)

XLIII

Pedro Gonçalves de Andrada

Gallardo, no *Ensayo de una biblioteca,* descreve, sob o n.º 175, um manuscripto original, assim intitulado:

70 — *El Serafin humano, compuesto por el R. P. fr. Rodrigo Alvarez Pacheco, fraile menor de la Regular observancia del órden de Nuestro Serafico Padre San Francisco Custodio de la provincia de Canarias. A Don Manuel Alvarez Pinto, señor de la villa de Chilucuhes Albolleque y Selada, caballero de la órden de Santiago. Acabose este libro en Granada en 24 de Junio de 1640.*

É um longo poema (400 folhas) escripto em oitavas.

Desconfiamos que o auctor seja portuguez, descendente de portuguezes, ou pelo menos aparentado em Portugal. Entre os versos encomiasticos lê-se uma decima de Sor Dona Juana Pacheco, sobrina del autor, monja en Beja de Portugal.

Ha tambem outra decima do Cap. Pedro Gonzalez de Andrada, natural de Lisboa.

Será irmão ou parente de Paulo Gonçalves de Andrade, um dos melhores engenhos da sua epocha?

XLIV

André Nunes da Silva

Figura entre os numerosos collaboradores que concorreram ao certamen compendiado no seguinte livro:

71—*Ivsta litteraria, certamen poetico, o sagrado inflvxo, en la solemne, qvanto deseada Canonizacion del Pasmo de la Caridad, el Glorioso Patriarca, y Padre de Pobres San Juan de Dios,* etc. Madrid, por Bernardo de Villa Diego, 1692.

O collector foi Antonio de Saravia.

Além de Nunes da Silva, ha versos de D. Francisco Leitão Ferreira, e outros que suppomos portuguezes, taes são D. José Tavares Ferreira, fr. Miguel de Lima e João Pereira da Silva.

A composição de Nunes da Silva é este soneto:

En los braços se via de la Muerte
El Autor de la vida, acompañado
De la Madre, y de Juan, Ivan, que animado,
Alli se viò de la Muger mas Fuerte.
Ivan, assistido de la misma suerte,
Se admira de la Madre, y del Amado,
En el transe prostrero; y confortado
De la grande Madre, en su dolor se advierte.
Si assistir, y assistido ser merece
Vn Iuan, y otro en los terminos fatales,
Y ambos son de Maria soccorridos.
Bien, Iuan de Dios, sin duda se parece
Con Christo, en assistencias tan iguales,
Con Juan, en los alientos recibidos.

XLV

Ayres Barbosa *(Arius Lusitanus)*

Foi mestre de André de Resende, como este proprio confessa na nota 34 do *Commentarius* ao seu poema *Vincentius Leuita & Martir.*

Compoz um epigramma latino para a seguinte obra:

72—*Dictionariũ aelij Antonij Nebrissensis nũc demum denuo*

auctũ e recognitũ, etc. Burgos, por Arnaldo Guilherme de Brocar, 1512.

XLVI

Vicente Nunes Ferreira

Conhecemos d'elle a seguinte poesia latina no poema de Henrique de Visorio, *Anagramma de la vida humana,* já descripto sob n.º 36:

Si medicis laus est, quod rumpãt corpora ferro,
Et sibi de cœso corpore nomen habent.
Maius opus maiora petet præconia laudum,
Mundus vt humano corpore maior inest.
Laus erit Henrrico maior maiora petenti
Cum secet in placidos cuncta creata logos.
Machina cœlestis terrarum machina grato
Illius cantu nunc memorata sonat.
Iudicat, vt terris natus memoranda Potẽtum
Regna manu veluti flumina bella duces.
Notus, & ut cœlo diuina Palacia monstrat,
Et locat in proprias sydera signa domos.
Dum tellus stabit, clarumq̃ mouebitur æther
Henrrici factis fama superstes erit.

XLVII

Amador Leal de Carvalho

Nas *Lagrimas panegiricas,* poesias dedicadas á memoria de Perez de Montalvan, e colligidas por Grande de Tena (Pedro) encontra-se este soneto de Amador Leal de Carvalho, portuguez.

Suspende ó Musa el ya festiuo canto,
De funebre Cipres cine la frente,
Y en ocasion de pena tan vrgente,
Cubre la faz con tenebroso llanto.
La noche obscura con su negro manto
Cubra la luz que mas resplandeciente
Se ostenta, y desde Ocaso, hasta el Oriente
Caos sea todo, y prodigioso espanto.
Clauado el eje mobil de la Esfera
No buele mas en curso presuroso
Llore de Mançanares la Ribera,

Que faltando su Apolo Luminoso,
No espere en sus orillas Primauera
Ni en sus Ninfas Acento numeroso.

XLVIII

João Barreto Bogado

Foi dos que mais copiosamente chorou a morte de Montalvan. Para as *Lagrimas panegiricas* contribuiu elle com tres sonetos e um Epitafio Parenetico. Transcreveremos para amostra este soneto:

Quien eres? que al aspecto horrible aplicas
(Por diuertir la debil vista humana)
Confusa sombra en forma soberana,
Con que sombras mortales multiplicas.
Terrible gesto, en quien nos pronosticas
El fin con desengaño en pompa vana,
E con el te acreditas por tirana,
Y Omicida del Orbe te publicas.
Si eres la Parca que el cabello ondoso
Airada descompones sin respeto,
Retira el passo atras en tu fiereza;
Si a Montalban embistes, victorioso
No aduiertes que tan vnico Sugeto
Vence con su saber tu fortaleza?

XLIX

Licenciado Fonseca da Silva

Ha d'elle um soneto em louvor da obra do Isidro Velasquez Salamantino intitulada:

73—*La entrada que en el reino de Portvgal hizo la S. C. R. M. de don Philippe, invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal, assi con su Real presencia, como con el exercito de su felice campo. Hecho por Isidro Velazquez Salamantino, andante en Corte.* (Escudo do Impressor) *Impresso*

con licencia, examen y approbacion, por Manuel de Lyra. A costa de Simon Lopez Librero.

Es vuestra prosa Isidro de tal arte,
tan dulce en su lenguage Castellano,
que cifra en vos el trato cortesano,
de donde el bien decir se nos reparte.
Admirados hazeys a Phebo y Marte
Deudor a Philippe Rey Hispano,
y no menos al Reyno Lusitano,
y a vuestra cara patria por su parte.
Si el premio por los tres os es deuido,
y a todo el orbe en deuda haueys echado
experad el merescido galardon.
Que a pesar de las aguas del oluido,
Sera vuestro valor eternizado,
por los que el mundo espera y nel son.

L

D. Antonio Pereira

Na obra antecedentemente descripta encontra-se tambem o seguinte soneto de D. Antonio Pereyra:

A vuestra prosa Isidro y verso raro,
en estylo elegante y eloquente,
deue Lusitania eternamente
confessar que le sierue de su amparo.
No puede ser con vos el Reyno auaro,
sino daros el premio conueniente,
ciñendo con el Lauro vuestra frente
por vuestra discrecion, y ingenio claro.
Los casos Portugueses vais contando
con tan suaue voz, que es dulce canto,
digno de estremado galardon.
Y sabiendo el que mas lo fue notando,
que todo passo assi, y que fue tanto
le causa el bien dezir admiracion.

LI

Fr. Antonio de Mazagão

Era frade mercenario. Concorreu com versos latinos, hespanhoes e portuguezes, ao certamen poetico celebrado em honra da bea-

tificação da gloriosa patriarca Santa Teresa de Jesus. Foram estampados na seguinte obra:

74 — *Relacion breve de las fiestas que en la ciudad de Córdoba se celebraron a la beatificacion de la gloriosa Patriarca Santa Teresa de Jesus... Con la Justa literaria etc. por el Licenciado Juan Perez de Valenzuela.* Cordoba, 1615, por la viuva de Andres Barrera.

Transcrevemos as decimas portuguezas, que nos parecem escriptas com algum chiste. O auctor não occulta os seus sentimentos patrioticos, quando diz ironicamente que Deus fôra já portuguez. Parece um protesto contra a dominação hespanhola e faz-nos lembrar aquella admiravel invectiva do padre Antonio Vieira, quando fazia accusação a Deus de ter abandonado as bandeiras catholicas dos portuguezes, protegendo as lutheranos de Hollanda.

São d'este teor as decimas:

Inda que estou derradeiro
Por nacer em Portugal
Nesta justa litteral
Tenho de ser o primeiro
Meu amor auentureiro
Mantem nesta grande empressa
Os amores de Theresa
Poys Deos Portugues foy ja
Por sua esposa terá
Derretida portuguesa.

Portuguesa nos amores.
Doutrinada foy no passo
E poys tam fidalga a fasso
Nisto lhe fasso fauores
Estimay vossos primores
Porque dos santos ouuimos
Que este amor os fez muy primos
Por quem vosso desposado
He tam doce namorado
E vos faz tan grandes mimos.

Falay santa da minha alma
Não seja tudo oraçam
Que em tuda (sic) contemplaçam
Vos tendes ganhada a palma
O vosso espiritu en calma
Em quem ardendo estais posta
E por estar tam desposta
En se vos conuerteo Deos
Por donde os cuidados seos
Que sejao vossos ja gosta.

Martyr fostes de vontade
E virgem de coraçam
Na mays forte tentaçam
Morrereis polla verdade.
Fostes templo da Trindade
Ao Carmo fizestes templo
Sam Francisco vos contemplo
Virgem das merces por Christo
Dos claustraes fostes registo
Dos mendigantes exemplo.

Devemos a copia d'esta poesia ao nosso amigo, o sr. Annibal Fernandes Thomaz, que possue um exemplar da *Relacion*.

Merece transcrever-se o conceito que no mesmo livro se faz do nosso compatriota:

«Obligo El Padre fray Antonio Mazagan Maestro de estudiantes, en el conuento de nuestra Señora de la Merced, con la pluralidad y hermosura de sus escriptos á premiarlos en este certamẽ supernumerariamẽte con vnos guantes de ambar, que aunque desdize la gala de su profesion, no á lo menos la fragrancia de las flores de su ingenio.»

Pela nossa parte parece-nos bem a galanteria do premio. Alguns dos versos do padre Mazagão são tão almiscarados como as luvas. Era o estylo da epocha.

LII

Antonio de Payva

Tem um soneto latino na seguinte obra:

75—*Certissima relacion de la entrada qve hizo Sv Magestad, y sus Altezas en Lisboa; y de la jornada que hizieron las galeras de España, y de Portugal etc. Compvesta por Don Iacinto de Aguilar y Prado.* Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1619.

Milles mauortis cuius generosa
Gesta, tãm Fama fulgidis stellis
Æquare parat, acquisita bellis
Tramite vario, & via vorticosa.
Duplice studet palma gloriosa
Caput ornare, liberum iam telis,
Quibus tu bellax reliquos excellis
Pectore forti, & manu belicosa.

Nunc dûm arma tuba per horrenda
Supremit sonum, calamo diuino
Cãtas Philippi chorêas peregrinas,
Iam non obliuio temporis timenda
Scripta tua stylo peregrino,
Reddunt æternas choreas Philippinas.

LIII

Enrique Manuel

É seu o prologo latino da seguinte obra de Ruy ou Rodrigo Lopes de Sigura:

76 — *Grammaticæ Institutiones a Roderico Lopez a Sigura nuper æditæ, atque Excellentissimo domino Sebastiano, Portugaliae Regi, dicatæ, feliciter incipiunt.* Ulyssipone, ex officina Joannis Alvari typographi Regii, anno 1573.

Além do prologo, escreveu tambem um epigramma latino.

N'esta mesma obra ha tambem um epigramma latino de Antonio Marquez ao auctor.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

BOLETIM BIBLIOGRAPHICO

Ramos-Coelho.—A Mãe de Camões. A proposito da opinião do sr. Wilhelm Storck. 1892. Empreza do *Occidente*. Lisboa. 8.º, 35 paginas.

O sr. Wilhelm Storck, erudito professor da Universidade de Münster, escreveu em allemão a vida de Luiz de Camões, *Luis de Camoens Leben,* livro publicado em 1890, e offerecido á cidade de Coimbra para commemorar o jubileu do sexto centenario da Universidade portugueza. Por este grato motivo foi o sr. Storck nomeado socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, assim como do nosso Instituto por iniciativa do Reitor da Universidade, o sr. conselheiro dr. Antonio dos Sanctos Viégas. Recebemos hontem e muito agradecemos o folheto supra indicado do sr. Ramos-Coelho, em que rectifica a opinião que aquelle illustre biographo expoz no seu livro sobre a filiação materna do poeta. Escripta com a magistral proficiencia e criterio, já de ha muito reconhecidos, do nosso consocio, esta pequena monographia fica subsidiando valiosamente a já muito extensa collecção camoniana.

Ha uma vida de Camões que podemos denominar conjectural, porque se estuda e decifra nas asserções vagas e muitas vezes artificiosas das poesias lyricas. Os grandes genios não têm biographia segura; os esplendores que aureolam a sua memoria eclipsam as minudencias domesticas. O homem esquece, porque a gloria deslumbra e só engrandece e divinisa o vulto do semideus. O barro damasceno quebrou-se, transfundiu-se todo nas variações fataes da materia; mas o espirito gentilissimo ascendeu ao empyreo da immortalidade, estampando-se em constellação rutilante no firmamento das litteraturas.

N'isto que dizemos não ha luxo de estylo; é dicto com profunda convicção. Imaginar que o poeta nos arrobamentos do seu estro traçou scientemente uma autobiographia, uma certidão authentica da sua individualidade, não é muito sensato, porque em area tão restricta lida-se e joga-se apenas com mais ou menos subtilezas. Embora o supponhamos pessoal nos seus versos, que deposite n'este cofre as aspirações do seu ingenho, as queixas da sua alma, as felicidades momentaneas ou as agonias, porventura um pouco mais duradouras, do seu coração sensivel; revele-se embora n'elles com plena expansão, mas com as ficções proprias da sua escripta, e digam-nos, ainda assim, se ha hermeneutica que perfilhe uma veracidade dubia, critica que authentique como historia a inspiração poetica. Apreciamos como meros subsidios estes estudos, mas frageis sempre quando não assentem em documentos mais valiosos.

A discussão que o sr. Ramos-Coelho travou com o sr. Storck é bem sustentada; convence-nos da força superior dos seus argumentos. Aguardamos com curiosidade a continuação que nos promette.

F. P.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX—ABRIL DE 1892

SEGUNDA SERIE—N.° 10

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

	Pag.
GIORDANO BRUNO — por **Joaquim Mendes dos Remedios** ...	697
PROJECTO DE LEI SOBRE A REVISÃO DA SENTENÇA CRIME — por **Bernardino Pereira Pinheiro**	709
REVISÃO DA SENTENÇA CRIME — por **Fernando Martins de Carvalho**	717
ALGEBRA (Ao sr. J. C. Medeiros) — por **Junio de Sousa** ..	722
NOTES SUR LES AMPHIBIENS ET REPTILES — par **dr. J. Bedriaga**	736
THEORIA DO PENDULO COMPENSADOR — por **Antonio Domingues Cortez da Silva Curado**	743
PONTICAS DE OVIDIO NASÃO — pelo **Visconde de Seabra** ...	749
MEMORIAS DE CASTILHO — por **Julio de Castilho**	758
POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES — por **Sousa Viterbo**	772

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

GIORDANO BRUNO

O nosso seculo é o seculo das rehabilitações. A actividade humana, exercendo-se constantemente n'uma lucta sem treguas pela conquista da felicidade, pela acquisição de um goso sempre insaciavel e sempre fugitivo, trabalhando, emfim, pelo futuro, não tem esquecido o passado. Dia a dia, hoje n'um paiz e ámanhã n'outro, um ou mais individuos, e ás vezes uma nação inteira, surgem, cheios de um nobre e sancto enthusiasmo, a protestar contra o esquecimento que involvia a memoria de muitos benemeritos, dando-lhes, no banquete da Immortalidade, o logar que a cada qual compete. Concorrer para este facto, além de ser obrigação da critica historica e objecto de estudo mais ou menos proveitoso, é, antes de tudo e primeiro que tudo, um dever moral imposto de certo modo pela consciencia universal.

Revolver a terra á custa de um enorme dispendio de dinheiro, de trabalho, de vida; gastar dias inteiros na decifração de um velho pergaminho coberto de hieroglyphos, conservar no meio de uma especie de piedosa veneração as obras immorredouras que o genio de nossos antepassados soube crear em todos os generos de manifestações: na Esthetica, na Philosophia, na Sciencia, não constitue um simples *dilettantismo* scientifico, não se dirige a satisfazer uma mera curiosidade. É mais. Ao passo que todo esse trabalho apresentou á nossa admiração Laocoonte e Pompeia, revelou o estado de adiantamento das antigas civilisações, fazendo surgir como que por encanto diante dos nossos olhos o seu modo de existir e de comprehender a Vida, ao passo que a intelligencia encontrava ahi um largo campo onde se desenvolver; e assim, de tudo isto se colhia, como synthese ultima, uma das lições mais proveitosas a que podiamos aspirar para o perfeito conhecimento dos seculos remotos, practicava-se tambem uma boa acção. Esses obreiros de edades remotas, que á custa de fadigas innumeras, de

um talento que ultrapassa o dos nossos tempos e de uma paciencia que nós difficilmente podemos comprehender, deposeram a sua pedra no grande monumento que a Humanidade vem construindo desde os primordios das Civilisações, e que dormiam o seu somno de seculos no fundo das cryptas, esquecidos e ignorados, revivem á voz de um homem que encarnou a sua geração ou á voz da propria geração, illuminados em cheio pela luz da gloria. Solve-se d'esta fórma a divida, com o que, a final, nós somos os unicos a ganhar, porque, como escreveu um distincto escriptor do nosso paiz, «podem os vivos lucrar ás vezes, commemorando algum varão insigne; para a paz dos mortos tanto vale o renome como o esquecimento (1).»

É obedecendo a este criterio que nós vemos os paizes civilisados erigirem constantemente estatuas, celebrarem centenarios, levantarem monumentos áquelles dos seus filhos que mais se distinguiram e mais se avantajaram aos seus contemporaneos. Obedecendo a este criterio é que nós vemos a Italia solemnisar, no dia 9 de julho de 1889 e no meio de uma ovação delirante, a memoria de um philosopho até então apenas conhecido de nome—Giordano Bruno, erigindo no *Campo di Fiori* uma estatua onde se lêm estas palavras «a Giordano Bruno o seculo por elle adivinhado.»

Para a erecção d'esse monumento collaboraram os homens importantes de todos os paizes civilisados. Ao *comité* internacional pertenciam, entre outros, Victor Hugo, E. Renan, Th. Ribot, De Mortillet, Herbert Spencer, Haeckel, Buchner, E. Castellar, Th. Braga, E. de Laveleye, etc., etc. A Italia fazia-se largamente representar por muitas das suas grandes capacidades scientificas. Realisou-se d'esta fórma a prophecia do celebre professor de New-York, W. Drapper: «peut-être que le jour approche où la postérité offrira une expiation pour ce grand crime de l'Eglise et où la statue de Bruno s'élevera au milieu du Saint-Pierre de Rome (2).»

Ninguem ignora os combates que se travaram em volta do nome do philosopho Nolano. Foi uma verdadeira lucta de partidos com todo o ardor das grandes paixões. Tocaram-se os extremos. Uns fizeram d'elle um fetiche, um semi-deus, um impeccavel; em compensação outros rebaixaram-n'o ao mais vil gráu. Reprovamos aquelles e estes. A critica, comquanto não possa ser de todo im-

---

(1) Sr. Silveira da Motta, *Viagens na Galliza*, pag. 76.
(2) *Les conflicts de la science et de la religion*, pag. 130. Veremos mais tarde qual o valor d'esta affirmação de Drapper:—o grande crime da Egreja.

pessoal, porque ha de revelar em gradações varias, é verdade, mas sempre, o genio, o temperamento, a orientação, isso que constitue o *quid* peculiar do escriptor, comquanto não possa ser de todo impessoal, diziamos, deve revestir quanto ser possa o character de imparcialidade. Giordano Bruno é—para nós—quer o consideremos como homem quer como philosopho—muito outro do que nol-o retrataram as pennas apaixonadas de alguns de seus biographos. Para nós elle é perfeitamente o typo da sua epocha, com todas as suas grandezas e baixezas: ora elevando-se nas azas do pensamento e pairando nas mais altas regiões, ora precipitando-se nas baixas espheras, sem norte, sem guia, cego. O seculo XVI mostra-nos effectivamente este desequilibrio que Giordano Bruno traduziu nos seus actos de homem e nas suas obras de philosopho. É um mixto de sanctidade e protervia, de sciencia e ignorancia, de luz e trevas. Conhece-se n'elle uma oscillação constante, inclinando-se umas vezes para um scepticismo grosseiro, outras para a fé mais absoluta. Tem a vida descompassada e irregular de um corpo em convalescença. A este organismo falta-lhe a sufficiente robustez para affrontar todas as crises: o cerebro que o ha de dirigir ainda se não constituiu perfeitamente; é fraco e tumultuario o bater das suas arterias, e a longa doença que o prostrara anteriormente não o deixa agora liberto para todas as luctas, forte para todas as paixões. Indubitavelmente foi um grande seculo, e com razão elle marca um dos maiores estadios que a Humanidade tem transposto.

Vasco da Gama dobrara o *cabo tormentoso* e Fernam de Magalhães atravessara o estreito a que ficou vinculado o seu nome; Christovão Colombo podera, depois de uma viagem perigosa, soltar na noite de 14 de outubro de 1492 esse grito de—*terra!*—em que ia crystallisada toda a fé do seu animo varonil, e que era ao mesmo tempo a sua primeira grande alegria e tambem a ultima. Por outro lado Guttenberg, associado a Fausto e Schoeffer, inventara a imprensa, dotando assim o mundo com uma nova *faculdade,* como mais tarde disse Lamartine. Um membro do parlamento podia dizer com orgulho: «tenho um bom cavallo, *boas pistolas* e uma boa causa.» A historia registra de facto entre as descobertas d'esta epocha—a da polvora—devida segundo alguns dizem a Roger Bacon. As litteraturas de todos os paizes, recebendo o impulso da Italia, entram n'uma nova vida e chegam ao maior apogeu. Em Portugal, Camões; na Hespanha, Cervantes e Calderon; na Italia, Dante, Ariosto, Petrarcha, etc. deixam obras immorredouras. A pintura tem tambem n'este tempo os seus grandes representantes: Miguel Angelo, Leonardo da Vinci, Raphael, Murillo, Rembrandt e tantos outros.

*

Todas estas descobertas, todas estas conquistas, todos estes talentos constituem o que se chama a Renascença. É necessario no emtanto examinar o reverso da medalha e não esquecer os grandes crimes que ou collectiva ou individualmente então se practicaram. A 6 de maio de 1547 realisava-se o saque de Roma, «em que os soldados, avidos de roubo, se espalharam sem commando pelas ruas da cidade, renovando as scenas dos Vandalos.» As guerras da Reforma marcam tambem um triste periodo no progresso da Humanidade. A historia dá-nos egualmente conta das luctas entre varios Estados; da dolorosa tragedia de Maria Stuart; e dos assassinatos do almirante de Coligny (uma das primeiras victimas da horrenda carnificina da Saint-Barthélemy), de Henrique III (que cahiu debaixo do punhal de Jacques Clément); de Darnley, de Rizzo, de Cenci e de muitos outros. Nos grandes homens vamos encontrar superstições ridiculas: Machiavel consagrando um capitulo inteiro á astrologia, o mathematico Cardano acreditando n'um genio familiar, Cornelio Agrippa entregando-se com desvelo á alchimia, o mesmo Luthero resistindo até á bravura comica, ao demonio que por differentes vezes lhe apparecia. Não admira pois que ao lado de Calvino se nos deparem S. Ignacio ou S. Philippe Nery, que admiremos o mysticismo de uma Sancta Thereza de Jesus ao lado do scepticismo de Montaigne e Charron, que ao ler n'uma pagina o nome de Fra Paolo Sarpi encontremos na outra o de Baronio.

Giordano Bruno, influenciado por este meio de orientações tão encontradas, em parte directamente, em parte apenas historicamente, revela no seu ser todas estas aberrações, todas estas asymetrias.

A sua personalidade fica, apezar de tudo, inconfundivel: elle proprio teve o cuidado de o revelar. «Se conhecesseis o auctor, escreve elle n'uma das suas obras, diricis que tem uma physionomia extranha; parece que contempla sempre as penas do inferno; ri por fazer como fazem os outros; as mais das vezes anda fastidioso, obstinado, caprichoso: não se contenta com cousa nenhuma como um velho rabugento de oitenta annos.»

Á frente de outra das suas obras punha a seguinte phrase: «in hilaritate tristis, in tristitia hilaris.»

É esta «extranha physionomia» que tentamos esboçar no nosso trabalho. N'uma primeira parte acompanharemos o Philosopho desde o alvorecer da vida até á sua morte horrorosa, seguindo-o nas accidentadas viagens e procurando fixar a incançavel actividade de que deu mostras até ser encarcerado: n'uma segunda parte tocaremos os topicos da sua doutrina.

CAPITULO I

Infancia e educação de Bruno, viagens, processo e morte

«... di mare in mare, di terra in terra
Questo incostante viaggiator trapassa.»
APPIANO BONAFEDE.

Giovanni ou Giordano Bruno (1) nasceu em Nola em 1548: esta pequena cidade fica situada no reino de Napoles (2), o qual já tinha sido o berço de S. Thomaz e que, em breve, ia sel-o tambem de Campanella (3) e de Vanini (4). Nola, agora abatida da sua primitiva grandeza, já era conhecida por alguns dos seus filhos illustres, por Ambrogio Leone, amigo do grande Erasmo e um philosopho e medico distincto, Albertino Gentile, professor de direito na Universidade de Napoles, Pomponio Algerio, martyr das suas opiniões, por Merliano, emfim, esculptor de grande merito, appellidado o «Buonarotti napoletano.» Bruno veio tomar logar n'esta phalange de notabilidades e excedel-as todas. Era filho de Giovanni Bruno e de Franlissa Savolina, provavelmente de condição nobre (5). Até aos dez ou onze annos perma-

---

(1) «... fu battezato col nome di Giovanni chè mutò in Giordano quando si fece monaco.» *Italiani illustri, ritratti* da Cesare Cantù, vol. 3.º O padre Previti dá outra versão: «al fonte battesimale gli venne imposto il nome di Filippo che poi mutò... etc.»

(2) Nola fica a 23 kilometros de Napoles; é cidade de 12:000 habitantes e pertence á provincia de Caserta.

(3) Tommaso Campanella nasceu em Stilo, aldeia da Calabria em 1568 e morreu em Paris em 1639. Dominicano, alcançou afamada reputação. Por conspirar contra Philippe III esteve preso vinte e sete annos e foi torturado sete vezes. Solto a instancias de Urbano VIII, refugiou-se em Paris n'um convento, sob a protecção de Richelieu. No proprio momento em que Descartes, aterrorisado com a condemnação de Galileu, lançava ao fogo o seu livro—*Du monde*—escrevia elle, á vista dos seus algozes, a *Apologia pro Galilaeo*.

(4) Lucilio Pompeio Vanini (1585–1619) nasceu em Taurisano, terras de Otranto. Percorreu a Europa para se instruir; em Tolosa foi accusado de atheismo; por isso foi condemnado a ser-lhe cortada a lingua, sendo em seguida queimado vivo. Pronunciada a sentença a 9 de abril de 1619, era seis mezes depois pontual e barbaramente executada.

(5) Não é bem averiguada a condição dos paes de Bruno. Uns biographos dizem-n'o de familias nobres, outros de humildes. Michaud *(Dict. Biogr.)*. D. Berti *(Vita da G. Bruno)* seguem a primeira hypothese, que me parece tambem a mais verosimil. O padre Previti, depois de negar terminantemente que elle fosse nobre, ajuncta estas palavras, com as quaes concordamos plena-

neceu na casa paterna, estudando nas escholas que os Jesuitas tinham em Nola; depois, para seguir cursos mais elevados (1), partiu para Napoles. Havia então n'esta cidade, além dos celebres professores Vincenzo Colle da Sarno e Theophilo da Verrano, tres outros professores celebres, denominados pelos contemporaneos «os triumviros da Republica satanica», Valdés, Vermiglio, Ochino, que ensinavam doutrinas accentuadamente protestantes e anti-catholicas. E tão audazes eram já por toda a parte os ataques aos principios religiosos, que o Papa Paulo III (bulla de 14 de janeiro de 1542) auctorisava os inquisidores da Ordem de S. Domingos, os Carmelitanos e outros a procederem contra os propagadores das novas doutrinas. Bruno parece não lhes sentir a influencia, porque em 1563, na edade de quinze annos, tomava o habito dos dominicanos.

Qual o motivo, pergunta Berti (2), porque Giordano deu esse passo? Seria o desgosto do mundo? o amor do estudo? a sua fé religiosa? ou, apenas, um resultado da sua pouca edade? (3) Fosse pelo que fosse, o facto é que o convento de S. Domingos, em Napoles, o recebia na precoce edade de quinze annos, sendo feita a investidura pelo prior Ambrogio Pasqua. Entraria um crente n'este mosteiro oito vezes secular? talvez. O que é certo é que essas abobadas sanctificadas pela crença, bemditas pelo estudo e sob as quaes já tinha resoado a palavra profundamente philosophica do Anjo das Escholas, se acolheram um crente, expulsaram um herege.

Logo no primeiro anno da sua entrada para o convento lhe foi instaurado um processo. Giordano era de genio ardente,

---

mente: «povero o ricco, plebeo o patrizio chè egli sia stato, ciò non monta; perchè nè povertà o ricchezza, nè nobilatà o bassezza di natali tolgono o aggiungono nulla a un uomo, se questi accidenti non sie no accompagnati dal merito della virtù.»

(1) N'este tempo vigorava ainda a famosa distincção do *trivium* e do *quatrivium*, comprehendendo, como se sabe, o *trivium:* a grammatica, a rhetorica e a dialectica; e o *quatrivium:* a arithmetica, geometria, musica e a astronomia.

(2) *Vita da Giordano Bruno* da D. Berti. Um vol. in-4.°, 1889.

(3) «... tocante á la vida y processo de Bruno, el libro más lleno y creo más autorizado y nada sospechoso de ultramontano, es el del señor Berti... Ignórase mucho todavia de Bruno, sobre todo acerca de sus postrimerias; y no hace mucho tiempo que era cosa de andar á tientas para escribir sus *hazãnas.*» *Contestacion á la Historia del conflicto entre la religion y la ciencia de Drapper,* 1880, pag. 288. Não é, porém, caso de se dizer «Como que a natureza se compraz e delicia em deixar mal desenhados, nebulosos, indecisos os contornos d'estes vultos gigantes e singulares, que se poderiam com razão denominar os milagres da humana geração.» Latino Coelho, *Galeria de varões illustres de Portugal,* vol. 1.°; *Luiz de Camões,* pag. 23.

impetuoso, inclinado a discutir e livre em suas opiniões. O seu animo naturalmente aventureiro, sedento do ignoto, do mysterioso, arrastava-o para o campo da innovação. Não tinha os desvairamentos do mystico, mas possuia os arrebatamentos do poeta. Vivia mais pela imaginação do que pela razão.

Encontrando em certo dia um companheiro entregue á leitura de um livro que tractava das sete alegrias de Nossa Senhora, elle diz-lhe: Como?! não te seria mais util a leitura da vida do Sancto Padre?

Este processo não teve consequencias nenhumas; Giordano Bruno, o futuro revolucionario, era em 1569 sub-diacono e em 1572, na edade de vinte e quatro annos, cantava a sua missa-nova no convento de S. Bartholomeu da cidade da Campania. Já sacerdote, accusações mais graves e de maior responsabilidade que as anteriores cahem sobre elle. Não se tracta já de allusões vagamente scepticas ácerca d'este ou d'aquelle ponto. Ha mais. Elle não duvída, nega. Apresenta-se a defender doutrinas heterodoxas, faz a apologia do Arianismo e, a breve trecho, transpondo de um unico salto as suas crenças religiosas, nega os mysterios da Sanctissima Trindade, da Encarnação e o da Virgindade de Maria. «Negada a divindade de Jesus Christo, diz Emilio Saisset (1), tinha feito mais que Luthero, porque este apenas transformara o mysterio eucharistico, julgando de boa fé leval-o á sua pureza primitiva.»

Para evitar as consequencias do processo, evadiu-se do convento; e partindo para Roma ahi se recolheu em outro convento tambem da sua ordem. Seria em 1576. Avisado de que o processo seguia para Roma, Bruno depoz o habito, e fugiu talvez depois de lançar ao Tibre o seu accusador. Dizemos talvez, porque com Berti nós julgamos pouco provavel similhante facto, que, a dar-se, teria causado ao supposto assassino gravissimos transtornos; quando é certo que no processo, mais tarde elaborado, nem ao menos se faz allusão a elle. E podemos razoavelmente suppôr, por um momento que seja, que aos olhares de lynce do inquisidor escaparia um caso tão grave?

A verdade é que a maior parte dos biographos o não menciona. No emtanto Henri de L'Epinois, testimunha insuspeita, escreve: «Bruno suspeitando de quem podia ser o seu accusador, atacou-o, diz-se, lançou-o ao Tibre e fugiu de Roma (2).» Tambem, na denuncia que o discipulo traidor mais tarde fez, lê-se a seguinte

---

(1) *Giordano Bruno et la philosophie au seizième siècle. Revue des deux-mondes*, 15 juin 1847.

(2) *Revue des questions historiques*, 83ª livr., 1er juillet 1887.

passagem: «fu imputato d'haver gettato in tevere chi l'accusò, ò chi credete lui che l'havesse accusato al' inquisitione (1).» Mocenigo affirma ter sabido isto do proprio Bruno, o que faz dizer ao padre Previti: o Nolano mentiu. Nós assim o cremos, se é que não se deva antes culpar o indigno denunciante.

Para o fazer fugir bastavam os ataques á fé, então severamente reprimidos. E Bruno fugia, porque tinha atacado o Christianismo nos seus dogmas mais fundamentaes, e porque o destino tinha-o creado para uma missão que elle nem ao menos ainda tinha principiado. Para cumprir a evangelisação da sua doutrina tinha de calcar a sua fé religiosa. Isso tinha elle feito com a mesma anormal e pungente coragem com que a impudica romana passara com o carro por sobre o corpo do pae inanimado. Como mais tarde elle veio a escrever, a Religião não só não é necessaria, mas é até prejudicial, quando ensina a existencia de penas terriveis, como a do inferno, fim do mundo, etc. No livro *De Monade* diz:

«*Humanam turbant pacem seclique quietem*
Extinguunt mentis lucem neque moribus prosunt.»

Na sua mente debuxa-se a esperança da eliminação da divindade:

«*Speratumque diu seclum succedat in orbe hoc*
Nam relegata dabit tenebrarum numina in orcum (2).»

É a estes primeiros tempos da vida de Bruno que remonta o livro *Arca de Noé,* hoje perdido, que era dedicado ao Papa Pio V e cujo assumpto era a representação symbolica da humanidade por meio de animaes. O auctor escolhe para rei o asno, symbolo, segundo elle, da hypocrisia, da falsa devoção, da estupida paciencia e da ignorancia, conforme o escreveu n'um outro livro:

«*Oh santa asinità, santa ignoranza*
Santa stoltizia e pia devozione
Qual sola puoi far l'anime si buone
Ch'uman ingegno e studio non l'avanza!»

Spacio de la Bestia trionfante (3).

Fugindo de Roma, Giordano Bruno partiu para Noli, pequena

---

(1) Vid. doc. I, no livro de Previti, já citado.

(2) Alguns tempos depois dizia, alimentando, porventura, eguaes esperanças, o escriptor allemão G. C. Lichtenberg (1742–1799) «... un jour notre monde deviendra si beau, qu'il sera aussi ridicule de croire en Dieu, qu'il l'est aujourd'hui de croire aux revenants.» *Phil. du Droit* par W. Belime, t. 1.º, pag. 69, em nota, edição de 1856.

(3) D. Berti, obr. cit., pag. 52.

cidade da Liguria, juncto do Mediterraneo. Ahi permaneceu durante cinco mezes, ensinando publicamente nas escholas da cidade grammatica, e particularmente a alguns gentis-homens a Esphera, estudo então muito cuidado e desenvolvido (1).

Qual foi a latitude que elle deu a esta materia? tractaria apenas de questões relativas á astronomia propriamente dicta? É de crer que não. A imaginação ardente e exaltada devia arrastal-o a pontos mais ou menos connexos, e que para a epocha eram verdadeiros assumptos candentes. A infinidade dos astros, a pluralidade e habitabilidade dos mundos deviam naturalmente chamar-lhe a attenção. Qual seria o seu valor n'esta doutrina? é sabido que a astronomia estava apenas a aurorear e que Bruno, comquanto fosse um propagandista acerrimo das theorias copernicanas, não se dedicou especialmente a este assumpto.

Barbieri (2) affirma que elle saberia apenas o bastante para ensinar a esphera. É certo tambem que os seus biographos mais devotados, apezar de lhe não regatearem louvores, não o elogiam n'este ponto. A vida sedentaria que certamente passava em Noli não satisfazia de modo algum o seu espirito irrequieto. É por isso que, apenas passados cinco mezes, fazendo viagem por Savona, onde demorou cinco dias, se dirigiu para a *deliciosa cidade de Turim,* como elle mesmo a adjectiva. Deliciosa para aquelle tempo, diz Berti (3), porque ainda então não tinha soffrido os effeitos da peste, e porque era n'essa epocha tão favorecida das sciencias que podia competir com as melhores cidades de Italia. Foi por este mesmo tempo da chegada do philosopho a Turim que Tasso, já velho, alquebrado pelos annos e pelos achaques, quasi cego, se avisinhava tambem das portas da cidade a esmolar um boccado de pão, elle que é uma das glorias d'essa formosa Italia, tão prodiga de bellos talentos e que n'essa occasião abrigava sob o mesmo céo, beneficiava com o mesmo clima, alimentava com o mesmo ar, dois homens, um que adorava a cruz, outro que a desprezava, ambos marchando para o tumulo, Tasso para o da existencia, Bruno para o da paz e alegria.

Veneza, essa cidade phantastica, sonho realisado de uma imaginação oriental, theatro de eternas aventuras romanescas, mas então dizimada por uma peste aterradora, na qual succumbiram quarenta e duas mil pessoas, entre ellas o famoso pintor Ticiano, acolheu, depois de Turim, Bruno. Segundo Berti teria sido n'esta

---

(1) «Io steti in Noli circa quattro mesi insegnando la grammatica a figliuoli, et leggendo la sfera a certi gentilhomini...» (Doc. IX, em Previti).
(2) Cit. por H. de L'Epinois, *Revue des Quest. Hist.*
(3) Obr. cit., pag. 58.

cidade que elle escreveu e publicou um livro com o titulo *Dei segni dei tempi,* livro que tem feito o desespero dos bibliographos, não sendo possivel encontrar um unico exemplar. Essa obra seria catholica, porque fôra approvada por um homem douto e pio, o padre Remigio da Fiorenza, dominicano. No tempo em que Bruno visitou Veneza ensinavam philosophia dois professores celebres, Fra Paolo Sarpi (1552–1623), celebre historiador do concilio de Trento e auctor do *Tractado dos beneficios,* e Luigi da Pesaro, que contava no numero dos seus discipulos Andrèa Morosini (1558–1618), o principal historiador da republica, auctor da *Historia de Veneza desde 1521 até 1615.* Passados dois mezes já vamos encontrar Bruno em Padua, então afamada pelos talentos dos padres Tommaso e Mazzialle, professores de Theologia e Metaphysica no convento dos dominicanos; de Francesco Carlo Piccolomini, Giacomo Zabarella e Petrella, professores de Philosophia e Logica. Aconselhado por alguns dominicanos, seus conhecidos, a que retomasse o habito, adheriu, mas só o vestiu em Bergamo, para onde foi depois de uns dias de demora em Brescia. Continuamente peregrinando, dirigiu-se a Milão, que já o recebeu vestido de frade. Foi aqui que, ao menos de fama, elle conheceu sir Philippe Sidney, o aulico afortunado da côrte de Isabel, com quem mais tarde teve estreitas relações de amizade em Londres.

Tendo tido um frio acolhimento juncto dos seus irmãos de habito, no convento de Chambery, onde se tinha hospedado, e suspeitando que o não teria melhor em França, para onde tencionara partir, Bruno resolveu sahir da Italia. Mais tarde n'um arranco de profunda nostalgia elle invoca a Patria:

«Italia, Napoles, Nola quella regione gradita dal cielo, e posta insieme tal volta capo e destra di questo globo, governatrice e domitrice de l'altre generazioni e sempre da noi e altri stata stimata maestra e madre di tutte le virtudi, discipline e umanitadi!»

Sahindo do seu paiz, partiu para a metropole do calvinismo, para Genebra, onde esperava viver em plena liberdade. Não lhe aconteceu porém o que esperava. Em breve era sollicitado a depôr o habito monachal, ao que assentiu. Vivia tão pobremente, que do habito é que mandou fazer as calças, sendo do restante vestuario favorecido pelos seus compatriotas expatriados. Deposto o habito, tomou a capa e espada de cavalleiro. Galeazzo Caracciolo, marquez de Vico, sobrinho do Pontifice Paulo IV, convertido e aferrado á nova seita, a tal ponto que mereceu de Calvino a honra da dedicatoria de um livro (1) publicado por aquelle

(1) *Commentario sobre a Ep. I ad Cor.,* 1556.

celebre heresiarcha, homem muito afamado e estimado, foi seu companheiro de casa e quem concorreu, sem duvida, para que o philosopho abraçasse o calvinismo.

Ainda ha poucos annos se affirmava que Bruno não fôra calvinista. Os documentos, recentemente publicados por Theophilo Dufour, director dos Archivos de Genova, provam o contrario. Segundo esses documentos Bruno teria adherido ao calvinismo, e seria até julgado como protestante pelo facto de ter publicado um folheto contra um professor da Academia, Antonio de la Faye, a proposito de uma lição de philosophia feita por este. Tanto Bruno como o seu editor soffreram: aquelle uma admoestação e a prohibição de entrar na communhão evangelica, e este um dia de prisão e multa. O facto da prohibição na *Ceia* prova que Giordano, pelo menos externamente, tinha seguido o calvinismo contrariamente a quanto affirmou depois no processo veneziano. A sua demora em Genebra não vai além de cinco mezes. Passado este tempo, segue viagem para Lyão, onde se demora apenas um mez e onde nada ha que chame a nossa attenção. A Lyão seguiu-se Tolosa, eschola então celebre, frequentada por mais de dez mil estudantes, dos quaes diz Middentropio: «... tanta quorundam petulantia est, ut professores prae strepitu eorum saepe difficulter docere possint...» Chegando a insolencia de alguns a fazer com que «professor abire cogetur (1).» O direito tinha então um celebre representante em Cuiaccio: primavam as sciencias e as lettras tambem. Passado pouco tempo, conhecia Bruno «um ingenho singular» Francisco Sanches (2), sectario do scepticismo, para defesa do qual escreveu a sua celebre obra *De multum nobili et prima universali scientia—quod nihil scitur*—e que concordava com o nolano na aversão pela escholastica. Nos primeiros tempos Bruno não se deu a conhecer talvez, conjectura Berti, com receio dos religiosos da sua ordem, que habitavam o convento de S. Romão, onde se guardam respeitosamente as reliquias de S. Thomaz de Aquino. Aqui, como já tinha feito em Noli, ensinou a Esphera; tendo porém vagado uma das cadeiras de Philosophia na univer-

---

(1) D. Berti, obr. cit. em nota, pag. 108.

(2) F. Sanches nasceu em Braga e não em Tuy como erradamente mencionam Larousse (*Dict.*—Fr. Sanches) e Michaud (*Biogr. univ.*). Fugindo ás perseguições inquisitoriaes, foi para Montpellier estudar medicina e d'aqui para Tolosa, onde foi director do hospital d'esta cidade durante trinta annos e onde leu philosophia até á sua morte (1632). Os seus Tractados philosophicos são: *De multum nobili et utili scientia, quod nihil scitur deque litterarum percuntium agone ejusque causis; De longitudine et brevitate vitae; In librum Aristotelis physyognomicon commentarium; De divinatione per somnum ad Aristotelem.*

sidade de Tolosa, e obtendo-se esta por meio de concurso, Bruno concorreu; e tendo vencido os seus competidores, foi nomeado professor d'aquella sciencia. Este facto é contestado, entre outros, por Previti. E' certo que não existe documento nenhum comprovativo da demora de Bruno em Tolosa. M. Pont, bibliothecario d'esta cidade, examinou os documentos que existem na bibliotheca, e do fructo das suas pesquizas dava conta ao seu collega de Turim em carta de 21 de junho de 1865. Escreve elle: «nous ne possédons dans nôtre Bibliothèque aucun document le concernant... le nom de Giordano Bruno ne figure nulle part. On croit bien ici qu'il est venu à Toulouse, mais on n'en a aucune preuve (1).»

Resta-nos, pois, o testimunho do proprio Nolano, que, interrogado pelos inquisidores (30 de maio de 1592), dizia: «essendo vocato il luoco del lettor ordinario de filosofia di quella città, il quale si da per concorso, procurai de adottorarmi come io feci per maestro delle arti, et cusì mi presentai al detto concorso et fui admesso et approbato (2).» Apezar de Previti dizer que o philosopho, em questão de mentir, foi de uma efficacia diabolica, nós, tomando essas palavras á conta de muito apaixonadas, cremos nas affirmações do Nolano. Depois de dois annos de estada em Tolosa, partiu para Paris nos fins de 1584, cidade que estava então a braços com fortes convulsões politicas.

(Continúa). JOAQUIM MENDES DOS REMEDIOS.

---

(1) D. Berti, obr. cit.
(2) Doc. IX em Previti, já cit.

PROJECTO DE LEI SOBRE A REVISÃO DA SENTENÇA CRIME

(Na camara dos senhores deputados)

RELATORIO

SENHORES: — As vossas commissões reunidas, de legislação civil e criminal, examinaram com toda a attenção, como lhes cumpria, o projecto de lei n.º 1-D, apresentado pelo illustre deputado o sr. Bernardino Pereira Pinheiro, e acharam tão ponderosas as razões constantes do relatorio, tão sympathica e justa, tão simples e clara a doutrina constante do projecto, que não podem deixar de acceital-a e submettel-a á vossa esclarecida e judiciosa apreciação.

As idéas mais sãs até hoje sustentadas pelos elevados espiritos que se têm occupado de tão importante assumpto, a necessidade, dia a dia reclamada, de simplificar as leis do processo criminal, simplificação de que provirá mais rapidez nos julgamentos, mas não menos possibilidade de um erro de apreciação, a voz imperiosa da consciencia a asseverar-nos que muitos casos se têm dado em que o innocente tem soffrido gravissimas penas, e até mesmo a pena capital, por um desgraçado cortejo de circumstancias que fascinaram ou escureceram o espirito do julgador, o direito e o dever que á sociedade assiste de fazer justiça, a qual não está mais em castigar criminosos do que em reintegrar os condemnados innocentes no estado anterior á condemnação, tanto quanto cabe nos limites do possivel, tudo se congrega para nos dar a convicção intima de que é opportuna e indispensavel uma lei sobre revisão de sentenças crimes.

E se a boa razão nos leva até esse ponto, não menos acontece vendo-se o que sobre o assumpto se tem legislado entre as nações, como a nossa, civilisadas e amantes da justiça. E sem nos espraiarmos ácerca do que os codigos d'essas nações encerram a tal respeito, basta indicar que as fontes principaes do nosso di-

reito penal — o direito romano e o direito francez — não deixam de admittir a revisão das sentenças crimes.

Segundo o direito romano era concedida aos condemnados a faculdade de requererem ao imperador a rescisão da sua condemnação quando affectada de erro, *L. 33 Dig. de re judicata;* e em França, apezar de se ligar primeiro mais importancia á theoria, que parecia insurgir-se contra a revisão, a evidencia dos factos supplantou para logo a theoria e deu logar á disposição de 15 de maio de 1793, relativa ao caso de duas condemnações irreconciliaveis, e á lei de 29 de julho de 1867, que determinou quaes as hypotheses em que a revisão tinha logar.

Não desconhecemos que tambem entre nós tem muito peso o axioma juridico, *res judicata pro veritate habetur,* pois que se tem entendido que a tranquillidade das familias e a manutenção da ordem publica não se compadecem com a incerteza dos direitos de cada um, incerteza que existiria se não se houvesse estabelecido aquella regra geral. Mas, apezar d'isso, aquelle preceito que é de uma importancia indubitavelmente benefica, não é, nem podia ser por tal fórma absoluto, que não admittisse determinadas excepções, inspiradas na verdade e na justiça, que devem estar sempre acima das mais bem fundadas presumpções. Basta mencionar o artigo 5.º do decreto de 19 de maio de 1832, o artigo 17.º da lei de 19 de dezembro de 1843, o artigo 52.º do decreto de 25 de novembro de 1886, os artigos 1263.º e seguintes da novissima reforma judiciaria e o artigo 148.º do Codigo de processo civil.

D'este modo, a tendencia das nossas leis, moldadas cada vez mais no principio do justo, bem longe de ser avessa á revisão, antes nos leva directamente a acceital-a nos devidos termos. Mas não é sómente a tendencia da lei em geral que a isso nos impelle; ha para tanto nos nossos codigos disposições terminantes que consignam esse direito. O Codigo civil no artigo 2403.º preceitua que, *se fôr executada uma sentença criminal e vier a provar-se que foi injusta, terá o condemnado ou seus herdeiros o direito de reparação, que será feita pela fazenda nacional.* Eis como se exprime aquelle codigo. E se a lei civil é tão clara a esse respeito, não menos o é a lei penal; a carta de lei de 14 de junho de 1884 approvou a Nova reforma penal, que no artigo 89.º n.º 3.º e §§ 5.º a 7.º expressa e claramente estatuiu o direito de rehabilitação, dizendo que a mesma reintegrará o condemnado no estado anterior á condemnação, *o que resultará da sentença de revisão,* e que ao estado incumbe a justa indemnisação que a sentença arbitrar ao rehabilitado, sentença que será publicada no *Diario do governo* e convenientemente affixada por certidão na

comarca do réo e na comarca onde o mesmo foi julgado. A doutrina d'este artigo, tão justa como liberal, passou para o artigo 126.º do actual Codigo penal, e accentuou de novo, e mais clara e nitidamente do que no Codigo civil, um direito que, para se tornar effectivo, apenas carece da lei adjectiva ou complementar, que formule a maneira de o exercer.

D'este modo, um projecto de lei, que para esse fim reuna o conveniente conjuncto de preceitos, não só é opportuno, mas deriva-se das fontes do nosso direito penal, harmonisa-se com a tendencia das nossas leis ha muito significada, vem acudir a uma urgencia em que o coração e a razão á porfia se empenham, vem preencher uma lacuna que a justiça e a humanidade não permittem que por mais tempo continue em aberto.

As vossas commissões, de accordo com o Governo, são portanto de parecer que seja approvado o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Para tornar effectiva a rehabilitação do condemnado, decretada pelo artigo 126.º do Codigo penal, e para todos os mais effeitos legaes, é estabelecida a acção de revisão do processo e da sentença crime condemnatoria.

Art. 2.º Aquelle que houver sido condemnado por sentença crime, passada em julgado, de tribunal civil ou militar póde requerer a revisão da sentença, apresentando as provas da sua innocencia.

§ 1.º Podem tambem intentar esta acção o ministerio publico, o conjuge, ascendentes, descendentes ou irmãos do condemnado.

§ 2.º Se houver fallecido, só poderá ser requerida a acção, quando a morte se tiver dado nos ultimos dez annos.

§ 3.º N'este caso, e quando o réo não houver intentado a acção e estiver ausente do reino, ser-lhe-ha nomeado *ex-officio* pelo juiz um curador.

§ 4.º O ministerio publico deve requerer esta acção, quando lhe fôr ordenado superiormente, ou lhe constar e tiver provas da innocencia de algum réo.

Assistirá a todos os actos do processo, e velará que se cumpram as formalidades da lei.

Art. 3.º São competentes para o processo de revisão o tribunal da primeira instancia civil ou militar e o cartorio em que tiver corrido o processo crime; o escrivão ou o secretario, tendo-o em

seu poder, appensal-o-ha ao de revisão; e o juiz o requisitará para o mesmo fim, quando se saiba que elle está n'outra parte.

§ unico. Com o requerimento para começo da acção apresentar-se-hão os duplicados, para entregar nas citações, que serão effectuadas em cinco dias, ao ministerio publico e ao réo, se estiver na comarca, não sendo elles os requerentes, e á parte querelante ou seus herdeiros, se a tiver havido no processo crime e não houver desistido da accusação.

Art. 4.º A inquirição de testemunhas, exame de documentos apresentados, e mais diligencias que fôr preciso effectuar para demonstrar a innocencia do réo, deverão ser requeridas na petição inicial, e ainda durante o praso de dez dias a contar da citação, para o mesmo fim, ou para impugnar o allegado na petição; n'este caso a parte quarelante ou o ministerio publico, querendo, deduzirão artigos de contestação.

§ 1.º Completa a prova, serão os autos patentes no cartorio, para que cada interessado, pela ordem por que figura no processo e no praso de cinco dias para cada um, os examine e escreva as suas reflexões.

§ 2.º A apreciação, por escripto, da materia do requerimento e das provas e a devida promoção são obrigatorias para o ministerio publico.

Se a prova apresentada da innocencia do réo fôr manifesta e plena, e o ministerio publico entender que o condemnado deve ser declarado innocente, posto em liberdade e rehabilitado, assim o requererá ao tribunal. Se entender que a prova não procede, requererá o indeferimento do pedido, e que o processo seja archivado.

§ 3.º Findo o praso, serão os autos conclusos ao juiz de direito ou ao conselho de guerra, que dentro de dez dias dará a sentença.

§ 4.º Em todos os termos da acção de revisão na primeira instancia observar-se-ha, no que fôr applicavel, o disposto no Codigo do processo civil, livros 1.º e 2.º, ou no Codigo de justiça militar e respectivo regulamento, conforme a natureza do crime, salvas as modificações decretadas n'esta lei.

Art. 5.º Da decisão, tanto da primeira como da segunda instancia, que indeferir o requerimento por falta de prova, só haverá recurso, se fôr requerido pelas partes ou pelo ministerio publico, dentro de dez dias depois da intimação. No acto d'esta será entregue ao intimado contra-fé com a conclusão da decisão; os autos nunca sahirão do tribunal, senão quando forem conclusos aos juizes.

§ 1.º Do julgamento absolutorio poderão as partes e deverá

sempre o ministerio publico requerer, *ex-officio,* recurso para a relação do respectivo districto judicial, ou para o tribunal superior de guerra e marinha, conforme o processo correr no fôro civil ou no militar, e d'estes tribunaes para o supremo tribunal de justiça.

§ 2.º Com promoção ou sem ella o escrivão ou o secretario fará subir os autos em cinco dias a contar das intimações, as quaes, com o registo e a conta, serão feitas em egual praso.

§ 3.º A sentença absolutoria de revisão nunca passará em julgado, sem ser confirmada pelo Supremo tribunal de justiça.

Art. 6.º Este recurso será processado pelos termos e com os prasos estabelecidos nos artigos 1070.º a 1074.º e 1172.º do Codigo do processo civil, no que lhes fôr applicavel; tendo, porém, as seguintes alterações:

1.ª Os autos estarão patentes no cartorio ou secretaria do tribunal superior, para que cada interessado, pela ordem por que figura no processo e no praso de cinco dias, os examine, junte documentos, requeira quaesquer diligencias que forem indispensaveis, e minute;

2.ª O tribunal de appellação e o Supremo tribunal de justiça poderão mandar proceder, por juizes de primeira instancia, ás diligencias que lhes forem requeridas ou ás que entenderem convenientes, para provar melhor a verdade do allegado; n'este intuito o relator ou qualquer dos dois juizes immediatos, a que os autos forem conclusos para o visto, poderá propôr por escripto o que entender, e levará o processo á conferencia, para ou ser rejeitado o requerido pelas partes ou proposto pelos juizes, ou se ordenar que se expeça carta de ordem para se effectuar a diligencia;

3.ª Depois de realizada, os autos serão no cartorio por mais cinco dias facultados a cada um dos interessados, para escreverem o que entenderem, e repetir-se-hão em seguida os vistos anteriores;

4.ª Nos casos dos n.os 1.º e 3.º terá applicação o disposto no § 2.º do artigo 4.º da presente lei;

5.ª O julgamento d'estes recursos será no tribunal da relação por secções, tendo o feito sido visto por sete juizes, dos quaes pelo menos cinco estarão presentes;

6.ª Na relação dos Açores chamar-se-hão para o julgamento os juizes das comarcas mais proximas até perfazer os numeros indicados no paragrapho anterior;

7.ª Não póde haver outros embargos além dos de declaração, que serão apresentados dentro de vinte quatro horas a contar da intimação.

§ unico. No tribunal superior de guerra e marinha seguir-se-ha o processo prescripto n'esta lei em tudo que fôr applicavel, sendo o feito visto por cinco vogaes militares e os dois juizes togados, observando-se nos mais termos o determinado no Codigo de justiça militar e respectivo regulamento.

Art. 7.º O Supremo tribunal de justiça conhece d'estes recursos pela fórma seguida n'aquelles que julga em unica instancia; e n'esta classe serão distribuidos. Julgal-os-ha definitivamente, em tribnnal pleno, precedendo os vistos de todos os conselheiros.

§ unico. O réo não poderá no processo de revisão ser condemnado em pena mais grave do que lhe tiver sido imposta no processo anterior, e, ser-lhe-ha sempre levado em conta o que tiver cumprido da primeira sentença.

Art. 8.º Sendo a acção de revisão declarada improcedente, só o ministerio publico e o réo poderão intentar nova acção; e este, se tiver requerido a primeira, só poderá sollicitar a segunda cinco annos depois que a decisão condemnatoria da revisão tenha passado em julgado.

Art. 9.º Na decisão absolutoria será declarada a innocencia do condemnado e a sua rehabilitação, em conformidade com o § 5.º do artigo 126.º do Codigo penal, mandado pôr immediatamente em liberdade e restituido ao seu estado anterior de direitos, honras graduações, postos ou empregos militares ou civis que possuia antes da pronuncia; — o que se tornará effectivo, apenas o accordão do Supremo tribunal de justiça passar em julgado.

§ 1.º Se o seu emprego estiver provido, ficará addido, sem perda de vencimentos, até ser despachado pelo Governo para logar correlativo.

§ 2.º Se o rehabilitado estiver cumprindo degredo no ultramar, a ordem para ser solto será logo expedida, telegraphicamente, á auctoridade respectiva, pelo ministerio da marinha, á vista da decisão judiciaria, que o tribunal lhe communicará em quarenta e oito horas, depois de ter passado em julgado. Se no logar do degredo não houver estação telegraphica, será expedida para a estação que mais proxima ficar para que esta a transmitta logo á auctoridade respectiva.

§ 3.º Ao rehabilitado será dada passagem por conta do Governo, segundo a sua condição social, para o ponto da metropole da sua ultima residencia, embarcando no primeiro navio adequado que sahir.

Art. 10.º Na conformidade do § 6.º do citado artigo do Codigo penal a sentença ou accordão em que o réo fôr declarado innocente, arbitrar-lhe-ha, se assim o houver requerido, a indemnisação de 500 a 2$500 réis, por cada dia que tenha estado preso

ou no degredo, conforme a sua condição social e os prejuizos que houver soffrido, e tiver provado no processo, — se o rendimento da fortuna pessoal collectavel do rehabilitado não fôr superior a 1:200$000 réis por anno.

§ unico. Dez dias depois que a decisão tenha passado em julgado o rehabilitado, ou os seus herdeiros se houver fallecido, por si ou por seu procurador poderão receber na respectiva repartição da comarca onde foi processado, apresentando carta de ordem do Supremo tribunal de justiça, mediante recibo e provada a legitimidade e identidade da pessoa, a importancia total da indemnisação que lhe houver sido arbitrada.

Art. 11.º O querelante particular ou seus herdeiros, de que tracta o § unico do artigo 3.º, serão, na sentença e accordãos absolutorios de revisão, declarados responsaveis e condemnados na importancia das custas e da indemnisação arbitrada ao rehabilitado, caso se torne evidente que da parte d'elles houve má fé.

Effectuarão o pagamento na recebedoria da comarca dentro de dez dias depois de lhes ser intimado o accordão do Supremo tribunal de justiça, ou irão a juizo prestar caução. Faltando, o ministerio publico promovorá *ex-officio* contra elles a execução summaria que as leis facultam para o pagamento das custas, em vista da respectiva certidão, que o secretario do Supremo tribunal de justiça enviará para esse fim ao procurador geral da corôa.

§ unico. O mesmo se fará com os subornadores e as testemunhas, por cujo falso depoimento haja sido dada a condemnação, pela parte que a decisão de rehabilitação, tendo em vista a gravidade e effeito do seu delicto, lhes fixar de responsabilidade, na importancia das custas do processo e na indemnisação arbitrada ao rehabilitado, se esse delicto se provar por sentença condemnatoria, passada em julgado.

Art. 12.º Para os indigentes os feitos de acção de revisão serão processados gratuitamente e sem sêllos, assignatura ou preparo. Mas deverá fazer-se a contagem dos autos, quando na decisão se decretar a responsabilidade, pelas custas e sêllos do processo, na fórma prescripta no artigo antecedente.

Art. 13.º O accordão do Supremo tribunal de justiça, declarando a innocencia e a rehabilitação do condemnado, será dentro de dez dias publicado integralmente no *Diario do governo,* para cuja administração superior o secretario remetterá a copia em tempo, com a declaração da urgencia e praso legal da publicação; e bem assim a enviará ás secretarias da guerra e da marinha, para ser publicada nas ordens do exercito e da armada, se o processo pertencer ao fôro militar.

*

§ unico. Effectuar-se-hão, além d'isso, as publicações determinadas no § 7.º do artigo 126.º do Codigo penal, expedindo-se portarias, com as certidões do accordão, ao juizes das comarcas, á porta de cujos tribunaes se deve realisar a affixação.

Art. 14.º A propositura da acção de revisão não suspenderá a execução da sentença condemnatoria; excepto:

1.º Quando, nos processos militares, fôr imposta a pena de morte. Para a suspensão o presidente ou o auditor do tribunal, onde fôr proposta a acção, enviará, com officio seu, ao geueral commandante da respectiva divisão militar, certidão da conclusão da petição inicial e do despacho que a admittiu e mandou suspender a execução;

2.º Nos casos previstos nos artigos 227.º n.º 2.º e 410.º a 412.º do Codigo de justiça militar e artigos 1:263.º a 1:268.º da Novissima reforma judiciaria; seguindo-se depois da suspensão da execução da sentença condemnatoria, o processo estabelecido n'esta lei para a sua revisão no que fôr applicavel.

Art. 15.º As disposições da presente lei são tambem applicaveis aos feitos anteriores á sua promulgação.

Disposição transitoria

Art. 16.º A indemnisação, de que tracta o artigo 10.º, será fixada na sentença e accordãos absolutorios; mas só poderá ser paga aos rehabilitados quando as circumstancias do thesouro o permittirem; o que será determinado por decreto, não para caso especial mas genericamente. O rehabilitado, porém, receberá a importancia da indemnisação que fôr paga pela parte querelante ou seus herdeiros, e pelas falsas testemunhas e subornadores, a que se refere o artigo 11.º

Art. 17.º Fica revogada a legislação em contrario.

Lisboa, sala das sessões das commissões de legislação, 24 de março de 1892. — *Franco Castello Branco — F. Beirão — José Novaes — A. Pereira Leite — Jacintho Candido — Custodio de Almeida — Eugenio de Castro — L. Monteiro — Joaquim Germano de Sequeira — J. Pinto Moreira — Francisco Mattoso Côrte Real — Amandio Eduardo da Motta Veiga — Mattheus Teixeira de Azevedo — Augusto Pimentel — F. Gabriel de Freitas — J. Monteiro Soares de Albergaria — João de Paiva,* relator.

REVISÃO DA SENTENÇA CRIME

O projecto de lei sobre revisão da sentença crime, apresentado pelo sr. Bernardino Pinheiro e a que n'esta revista já nos referimos, foi acceito com poucas e pouco importantes modificações pelas commissões reunidas de legislação civil e criminal da camara baixa.

O relatorio do sr. Bernardino Pinheiro ao seu projecto de lei é feito de tal modo, que não se choca com nenhuma das orientações recebidas na sciencia do crime e da pena. O relatorio das commissões da camara dos deputados, que precede o projecto de lei revisto, é feito decididamente no velho espirito jurista, segundo os velhos principios abandonados na sciencia, mas que se conservam nos espiritos dos jurisperitos, mumificados, por influencia de um extranho fetichismo do Passado, como os cadaveres no velho Egypto se conservavam pela influencia poderosa do *culto dos mortos*.

No relatorio das commissões da camara dos deputados ha essa erudição, sem um fim, sem um destino scientifico, sem uma utilidade practica, erudição que não é base de uma orientação, mas que é a propria orientação (?) dos espiritos n'uma phase da historia da mente humana.

Ha no relatorio uma erudição, que é um estado pathologico de espirito,—cançaço mental proveniente de tantas doutrinas escholasticas, de tantas metaphysicas dos direitos naturaes.

Effectivamente as camadas superiores da humanidade atravessam um periodo de cançaço mental: o livre-exame de tantas theorias abandonadas, o embate no espirito de tantas theorias novas, uma hereditariedade morbida a difficultar na mente a adaptação á sciencia nova e á nova philosophia, tudo isto devia produzir a *surmenage* mental e correlativamente a doença physica. E depois viriam todos os desvairamentos mentaes e moraes: a *surmenage* é a origem da epilepsia; e o genio e o crime e as outras degenerações mentaes e moraes são epilepsias. Eis porque appareceram na jurisprudencia uma erudição sem talento e sem destino scientifico, na philosophia as hypotheses geniaes das escholas allemãs e da parte metaphysica da obra de Spencer, na litteratura os desvairamentos de genio dos decadentes, e porque appareceram tambem as epidemias de crimes politicos dos anarchistas, e tantos

outros phenomenos morbidos. Todos estes factos, tão distantes apparentemente, têm a sua origem no cançaço da civilisação. Sem uma educação do corpo e do espirito, spenceriana, que dê á sociedade actual um organismo são e uma mente sã, não continuará a evolução normal interrompida. Talvez mesmo que a uma sciencia nova deva corresponder uma raça nova, e que nós, europeus, que preparámos uma nova phase mental, tenhamos de nos resignar a representar um papel secundario, ou mesmo a abandonar definitivamente a campanha social pela vida. A sciencia nova sahiu, é verdade, da Europa; mas não póde n'ella generalisar-se e orientar o espirito collectivo: precisa-se de uma raça nova, em que o cruzamento tenha feito desapparecer dos cerebros a obra da hereditariedade: precisa-se de uma raça como a americana. O futuro talvez seja do *panamericanismo*.

O espirito, porém, já vai longe em divagações inuteis. Mas um cerebro novo divaga facilmente: as associações de idéas são espontaneas, a logica não tem ainda violentado o espirito.

O que é certo é que o relatorio das commissões da camara dos deputados contrasta singularmente com a fórma precisa, clara, com a despretenção dos homens verdadeiramente superiores, que characterisam o relatorio do sr. Bernardino Pinheiro. Francamente: quer-se a Historia-evolução e não a Historia-exemplo: quer-se que a Historia não se converta n'um systematico argumento de auctoridade (auctoridade dos povos e dos homens), mas seja a sciencia das leis da evolução social.

As citações de direito romano, feitas pelas commissões da camara dos deputados, significariam alguma cousa, se fossem feitas para indicar os vestigios de uma evolução; porém como exemplo recommendavel não têm valor nenhum. E depois o direito romano já passou de moda: em vão o jurista lhe chama razão escripta. Desmentem-n'o o sociologista, que lhe chama uma phase na evolução juridica sempre progressiva, e o anthropologista, que não póde deixar de admittir do romano ao homem-moderno uma evolução anthropologica e principalmente craneologica.

Em todo o caso o trabalho da commissão póde ser mal feito, mas é util. Secunda a iniciativa, cheia de talento e de generosidade, do sr. Bernardino Pinheiro. E, se o direito metaphysico está abandonado no campo scientifico, é ainda um factor sociologico importante.

A doutrina dos immortaes principios está já hoje abandonada, mas ainda faz revoluções.

*

O direito é apenas uma transição para a moral. O Estado é uma preparação sociologica para um maior desenvolvimento anthropologico.

Só entre as nações é que por uma *survivance* se realisa ainda hoje uma concorrencia vital meramente anthropologica. Dentro das nações não ha a eliminação dos fracos, mas ha a sua educação physica e mental. A sociedade não é um organismo que a si mesmo se concebe e realisa, como disse Fouillée; mas a sociedade concebe e realisa uma phase superior da evolução anthropologica, impondo habitos ao corpo e ao espirito, habitos que se convertem em funcções, que se localisam em orgãos, e fazendo desapparecer pelo desuso outros habitos e as funcções e orgãos correlativos.

O Estado é a transição sociologica entre duas phases da evolução anthropologica, entre dois *estados naturaes*. Quando pela hereditariedade a obra do Estado se tiver convertido em instinctos moraes, elle já não terá razão de ser.

A missão do Estado foi sempre uma preparação. Assim o regimen proteccionista precedeu o individualismo. Assim o socialismo de Estado precederá o socialismo-anarchista. Á phase juridica, de creação dos instinctos sociaes, segue-se a phase moral, em que as instituições são conservadas pelos sentimentos sem necessidade da acção de Estado.

O Estado é mais forte nas raças que atravessam uma phase inferior da evolução do que nas outras: n'aquellas a sua acção, progressiva, é mais necessaria. Nas raças decadentes o Estado póde ser pouco forte, porque n'ellas não é factor evolutivo, mas apenas um elemento conservador.

A especie humana reunida em sociedade é um d'esses *typos intermediarios* de que a sciencia nos falla. É uma transição entre as raças prehistoricas e as raças post-historicas. Entre umas e outras medeia a Historia: um trabalho doloroso, epico, deliberado, de desenvolvimento cerebral, de progresso psychico, de creação dos instinctos.

A vida embryonaria reproduz as phases da evolução das especies; a vida post-embryonaria do homem reproduz as phases da evolução da especie humana e da sociedade. Qual deve ser, em vista d'isto, a missão do direito em relação ao individuo? Acompanhal-o na sua ontogenese, fazendo-o passar pelos differentes *meios* por que a sociedade passou, fazendo com que as instituições juridicas para a menoridade correspondam ás phases geraes da evolução social que o individuo reproduz, e quando na ontogenese o individuo parar n'uma phase correspondente a uma phase atrazada da phylogenese social (o crime, a loucura), tentar fazel-o passar além, empregando os mesmos processos que foram empregados para

fazer sahir a sociedade da phase correspondente. Como a acção do Estado é differente para as differentes raças segundo a phase da evolução, tambem deve ser differente na mesma raça: o individuo, quando reproduz uma phase inferior da evolução social, deve ser sujeito á fórma do Estado correspondente a essa phase da evolução social; a mulher, anthropologicamente inferior ao homem, deve ser sujeita a uma acção mais intensa do Estado.

Tudo isto vem a dizer que o fim da pena deve ser educativo e não só eliminativo, como quer a eschola de Lombroso, cujo resultado mais fecundo foi substituir, pela sua generalisação aos diversos problemas sociaes, a biologia das sociedades, fundada na doutrina da analogia real dos organismos e das sociedades, pela anthropologia das sociedades. Esta eschola, já tivemos occasião de o affirmar, deixou-se impressionar muito pelos principios peculiares ao darwinismo, que applicou aos phenomenos sociaes que estuda, e muito pouco pelos principios geraes do transformismo.

E, tendo a pena um fim educativo, o direito da revisão impõe-se com um complemento indispensavel do systema penal.

Mas a revisão da pena é tambem consequencia juridica das tendencias individualistas da sociedade moderna.

Ha casos, porém, em que a revisão se impõe só como uma das garantias individuaes tão em harmonia com a phase individualista em que as sociedades entraram deliberadamente, decididamente.

E ha casos em que se impõe tambem como uma necessidade social de rehabilitação moral do condemnado.

No primeiro caso está o individuo, que foi condemnado por supposto auctor de um crime, que só é crime perante a lei. No segundo caso está o individuo que foi condemnado por supposto auctor de um crime, que é uma revelação de uma natureza criminosa, — o criminoso, que é o homem-prehistorico resuscitado n'uma phase da historia por um qualquer phenomeno de atavismo. No primeiro caso está o individuo que é condemnado pela lei, que pela hereditariedade não deu ainda origem a instinctos moraes, a characteres ethicos da raça. No segundo caso está o homem, em que o atavismo resuscitou os characteres anthropologicos do homem primitivo, o Pensar, o Sentir e o Querer neanderthaloides.

Esta differença tão pronunciada entre os dois casos não apparece no projecto revisto. No projecto primitivo ha d'elle uma vaga intuição genial.

Lê-se no artigo 2.º do projecto das commissões: — «Aquelle que houver sido condemnado por sentença crime, passada em julgado, do tribunal civil ou militar, póde requerer a revisão da sentença, apresentando as provas da sua innocencia.» E no artigo 2.º do projecto primitivo diz-se: — «Aquelle que, por sentença passada

em julgado, do tribunal civil ou militar, fôr condemnado, em pena maior, em mais de um anno de prisão ou demissão de emprego, póde requerer a revisão da sentença, apresentando as provas da sua innocencia.»

Pelo projecto primitivo o individuo condemnado a penas differentes d'aquellas a que o seu artigo 2.º se refere, não tem direito á revisão da sentença. É certo que o individuo condemnado injustamente deve ter sempre direito á cessação dos effeitos juridicos da pena e á indemnisação, e tambem é certo que nem sempre as penas minimas correspondem aos crimes que só o são para a lei e não para a consciencia individual. Mas, por outro lado, é verdade que é necessaria a distincção entre os dois casos que nós apresentamos: n'um a rehabilitação é só juridica e n'outro é principalmente moral; n'um é só determinada pelos principios deduzidos do individualismo moderno e n'outro é principalmente determinada por uma necessidade social do exemplo; n'um o ponto de vista deve ser juridico, n'outro o ponto de vista deve ser sociologico. Ora o pensamento d'esta separação parece-nos que o teve o sr. Bernardino Pinheiro, e este pensamento bem aproveitado póde ser fecundo em resultados positivos.

*

A iniciativa, cheia de energia e de talento, do sr. Bernardino Pinheiro foi felizmente secundada. O parlamentarismo, que se dissolve n'uma anarchia mental de pequenos expedientes mediocres, tolerou, já que para mais é impotente, a reforma do sr. Bernardino Pinheiro.

E ella lá vai, como contribuição de um grande esforço da mente e da vontade, incorporar-se n'essa Evolução legislativa, que conduz a sociedade para aquella anarchia idealista, philosophica, da Humanidade—uma Humanidade ideal—sem ó Estado, da Moral sem a Lei.

FERNANDO MARTINS DE CARVALHO.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ALGEBRA

(Ao sr. J. C. Medeiros)

Problemas indeterminados

II

(Continuação do n.º 6, paginas 409)

(a') $h>10+3q$; $h<20$; $2\delta=20-h$; $h>1+2q$; $h<2N-1$;

$$q=1\begin{cases}h<19;\ h>13;\\ h=14,\ 15,\ 16,\ 17,\ 18.\end{cases};$$

$$q=2\begin{cases}h<19;\ h>16;\\ h=17,\ 18.\end{cases};$$

os valores superiores de q, ou dão soluções fraccionarias, ou limites contradictorios para h.

$q=1$; $\lambda=2$; $h=14$; $a=13$; $b=6$; $c=11$; $d=8$; $f=12$; $g=9$; $i=7$; e o quadrado

13	6	11
8	10	12
9	14	7

$q=1$; $\lambda=2$; $h=15$; $a=14$; $b=5$; $c=11$; $d=7$; $f=13$; $g=9$; $i=6$; e o quadrado

14	5	11
7	10	13
9	15	6

$q=1$; $\lambda=2$; $h=16$; $a=15$; $b=4$; $c=11$; $d=6$; $f=14$; $g=9$; $i=5$; e o quadrado

15	4	11
6	10	14
9	16	5

$q=1$; $\lambda=2$; $h=17$; $a=16$; $b=3$; $c=11$; $d=5$; $f=15$; $g=9$; $i=4$; e o quadrado

16	3	11
5	10	15
9	17	4

$q=1$; $\lambda=2$; $h=18$; $a=17$; $b=2$; $c=11$; $d=4$; $f=16$; $g=9$; $i=3$; e o quadrado

17	2	11
4	10	16
9	18	3

$q=2$; $\lambda=4$; $h=17$; $a=15$; $b=3$; $c=12$; $d=7$; $f=13$; $g=8$; $i=5$; e o quadrado

15	3	12
7	10	13
8	17	5

$q=2$; $\lambda=4$; $h=18$; $a=16$; $b=2$; $c=12$; $d=6$; $f=14$; $g=8$; $i=4$; e o quadrado

16	2	12
6	10	14
8	18	4

(b') $h<10-q$; $h>2q$; $2\delta=20-h$; $h>1+2q$; $h<2N-1$;

$$q=1\begin{cases}h<9;\ h>3;\\ h=4,\ 5,\ 6,\ 7,\ 8.\end{cases};$$

$$q=2\begin{cases}h<8;\ h>5;\\ h=6,\ 7.\end{cases};$$

desde $q=3$, só ha soluções fraccionarias ou limites contradictorios para h.

$q=1$; $\lambda=2$; $h=4$; $a=3$; $b=16$; $c=11$; $d=18$; $f=2$; $g=9$; $i=17$; e o quadrado

3	16	11
18	10	2
9	4	17

$q=1$; $\lambda=2$; $h=5$; $a=4$; $b=15$; $c=11$; $d=17$; $f=3$; $g=9$; $i=16$; e o quadrado

4	15	11
17	10	3
9	5	16

$q=1$; $\lambda=2$; $h=6$; $a=5$; $b=14$; $c=11$; $d=16$; $f=4$; $g=9$; $i=15$; e o quadrado

5	14	11
16	10	4
9	6	15

$q=1$; $\lambda=2$; $h=7$; $a=6$; $b=13$; $c=11$; $d=15$; $f=5$; $g=9$; $i=14$; e o quadrado

6	13	11
15	10	5
9	7	14

$q=1$; $\lambda=2$; $h=8$; $a=7$; $b=12$; $c=11$; $d=14$; $f=6$; $g=9$; $i=13$; e o quadrado

7	12	11
14	10	6
9	8	13

$q=2$; $\lambda=4$; $h=6$; $a=4$; $b=14$; $c=12$; $d=18$; $f=2$; $g=8$; $i=16$; e o quadrado

4	14	12
18	10	2
8	6	16

$q=2$; $\lambda=4$; $h=7$; $a=5$; $b=13$; $c=12$; $d=17$; $f=3$; $g=8$; $i=15$; e o quadrado

5	13	12
17	10	3
8	7	15

(c') $\quad h>10+2q$; $h<10+3q$; $2\delta=20-h$;

$h>1+2q$; $h<2N-1$;

o valor, $q=1$, não dá soluções em numeros inteiros;

$$q=2\left\{\begin{array}{l} h<16;\ h>14; \\ h=15. \end{array}\right\};$$

$$q=3\left\{\begin{array}{l} h<19;\ h>16; \\ h=17,\ 18. \end{array}\right\};$$

$q=2$; $\lambda=4$; $h=15$; $a=13$; $b=5$; $c=12$; $d=9$; $f=11$; $g=8$; $i=7$; e o quadrado

13	5	12
9	10	11
8	15	7

$q=3$; $\lambda=6$; $h=17$; $a=14$; $b=3$; $c=13$; $d=9$; $f=11$; $g=7$; $i=6$; e o quadrado

14	3	13
9	10	11
7	17	6

$q=3$; $\lambda=6$; $h=18$; $a=15$; $b=2$; $c=13$; $d=8$; $f=12$; $g=7$; $i=5$; e o quadrado

15	2	13
8	10	12
7	18	5

$$(d') \qquad h>10+\frac{3q}{2};\ h<10+2q;\ 2\delta=20-h;$$

$$h>1+2q;\ h<2N-1;$$

os valores, $q=1, 2$, não dão soluções inteiras;

$$q=3\left\{\begin{array}{l} h<16;\ h>\dfrac{29}{2}; \\ h=15. \end{array}\right\};$$

$$q=4\left\{\begin{array}{l} h<18;\ h>16; \\ h=17. \end{array}\right\};$$

$$q=5\left\{\begin{array}{l} h<19;\ h>\dfrac{35}{2}; \\ h=18. \end{array}\right\};$$

$q=3$; $\lambda=6$; $h=15$; $a=12$; $b=5$; $c=13$; $d=11$; $f=9$;
$g=7$; $i=8$; e o quadrado

12	5	13
11	10	9
7	15	8

$q=4$; $\lambda=8$; $h=17$; $a=13$; $b=3$; $c=14$; $d=11$; $f=9$;
$g=6$; $i=7$; e o quadrado

13	3	14
11	10	9
6	17	7

$q=5$; $\lambda=10$; $h=18$; $a=13$; $b=2$; $c=15$; $d=12$; $f=8$;
$g=5$; $i=7$; e o quadrado

13	2	15
12	10	8
5	18	7

(e') $$h>10+q;\ h<10+\frac{3q}{2};\ 2\delta=20-h;$$

$$h>1+2q;\ h<2\mathrm{N}-1;$$

os valores, $q=1, 2,$ não produzem soluções inteiras;

$$q=3\left\{\begin{array}{l} h<\frac{29}{2};\ h>13; \\ \\ h=14. \end{array}\right\};$$

$$q=4\begin{cases}h<16;\ h>14;\\ h=15.\end{cases};$$

$$q=5\begin{cases}h<\frac{35}{2};\ h>15;\\ h=16,\ 17.\end{cases};$$

$$q=6\begin{cases}h<19;\ h>16;\\ h=17,\ 18.\end{cases};$$

$$q=7\begin{cases}h<19;\ h>17;\\ h=18.\end{cases};$$

$q=3$; $\lambda=6$; $h=14$; $a=11$; $b=6$; $c=13$; $d=12$; $f=8$; $g=7$; $i=9$; e o quadrado

11	6	13
12	10	8
7	14	9

$q=4$; $\lambda=8$; $h=15$; $a=11$; $b=5$; $c=14$; $d=13$; $f=7$; $g=6$; $i=9$; e o quadrado

11	5	14
13	10	7
6	15	9

$q=5$; $\lambda=10$; $h=16$; $a=11$; $b=4$; $c=15$; $d=14$; $f=6$; $g=5$; $i=9$; e o quadrado

11	4	15
14	10	6
5	16	9

$q=5$; $\lambda=10$; $h=17$; $a=12$; $b=3$; $c=15$; $d=13$; $f=7$; $g=5$; $i=8$; e o quadrado

12	3	15
13	10	7
5	17	8

$q=6$; $\lambda=12$; $h=17$; $a=11$; $b=3$; $c=16$; $d=15$; $f=5$; $g=4$; $i=9$; e o quadrado

11	3	16
15	10	5
4	17	9

$q=6$; $\lambda=12$; $h=18$; $a=12$; $b=2$; $c=16$; $d=14$; $f=6$; $g=4$; $i=8$; e o quadrado

12	2	16
14	10	6
4	18	8

$q=7$; $\lambda=14$; $h=18$; $a=11$; $b=2$; $c=17$; $d=16$; $f=4$; $g=3$; $i=9$; e o quadrado

11	2	17
16	10	4
3	18	9

(f') $\quad h>10+\frac{q}{2}$; $h<10+q$; $2\delta=20-h$;

$h>1+2q$; $h<2\mathrm{N}-1$;

os valores, $q=1, 2,$ não formam soluções inteiras;

$$q=3\left\{\begin{array}{l} h<13;\ h>\frac{23}{2}; \\ h=12. \end{array}\right\};$$

$$q=4\left\{\begin{array}{l} h<14;\ h>12; \\ h=13. \end{array}\right\};$$

$$q=5\left\{\begin{array}{l} h<15;\ h>\frac{25}{2}; \\ h=13,\ 14. \end{array}\right\};$$

$$q=6\left\{\begin{array}{l} h<16;\ h>13; \\ h=14,\ 15. \end{array}\right\};$$

$$q=7\left\{\begin{array}{l} h<17;\ h>15; \\ h=16. \end{array}\right\};$$

$q=3$; $\lambda=6$; $h=12$; $a=9$; $b=8$; $c=13$; $d=14$; $f=6$; $g=7$; $i=11$; e o quadrado

9	8	13
14	10	6
7	12	11

$q=4$; $\lambda=8$; $h=13$; $a=9$; $b=7$; $c=14$; $d=15$; $f=5$; $g=6$; $i=11$; e o quadrado

9	7	14
15	10	5
6	13	11

$q=5$; $\lambda=10$; $h=13$; $a=8$; $b=7$; $c=15$; $d=17$; $f=3$; $g=5$; $i=12$; e o quadrado

8	7	15
17	10	3
5	13	12

$q=5$; $\lambda=10$; $h=14$; $a=9$; $b=6$; $c=15$; $d=16$; $f=4$; $g=5$; $i=11$; e o quadrado

9	6	15
16	10	4
5	14	11

$q=6$; $\lambda=12$; $h=14$; $a=8$; $b=6$; $c=16$; $d=18$; $f=2$;
$g=4$; $i=12$; e o quadrado

8	6	16
18	10	2
4	14	12

$q=6$; $\lambda=12$; $h=15$; $a=9$; $b=5$; $c=16$; $d=17$; $f=3$;
$g=4$; $i=11$; e o quadrado

9	5	16
17	10	3
4	15	11

$q=7$; $\lambda=14$; $h=16$; $a=9$; $b=4$; $c=17$; $d=18$; $f=2$;
$g=3$; $i=11$; e o quadrado

9	4	17
18	10	2
3	16	11

(g') $\qquad h>10;\ h<10+\frac{q}{2};\ 2\delta=20-h;$

$$h>1+2q;\ h<2N-1;$$

os valores, $q=1,\ 2,$ não geram soluções inteiras;

$$q=3\left\{\begin{array}{l} h<\frac{23}{2};\ h>10; \\ \\ h=11. \end{array}\right\};$$

$$q=4\left\{\begin{matrix} h<12\,;\ h>10\,; \\ \\ h=11. \end{matrix}\right\};$$

$$q=5\left\{\begin{matrix} h<\frac{25}{2}\,;\ h>11\,; \\ \\ h=12. \end{matrix}\right\};$$

$q=3$; $\lambda=6$; $h=11$; $a=8$; $b=9$; $c=13$; $d=15$; $f=5$; $g=7$; $i=12$; e o quadrado

8	9	13
15	10	5
7	11	12

$q=4$; $\lambda=8$; $h=11$; $a=7$; $b=9$; $c=14$; $d=17$; $f=3$; $g=6$; $i=13$; e o quadrado

7	9	14
17	10	3
6	11	13

$q=5$; $\lambda=10$; $h=12$; $a=7$; $b=8$; $c=15$; $d=18$; $f=2$; $g=5$; $i=13$; e o quadrado

7	8	15
18	10	2
5	12	13

(h') $\quad h>10-q;\ h<10;\ 2\delta=20-h;$

$h>1+2q;\ h<2N-1;$

o valor, $q=1$, não dá solução em numeros inteiros;

$$q=2\left\{\begin{matrix} h<10;\ h>8; \\ h=9. \end{matrix}\right\};$$

$$q=3\left\{\begin{matrix} h<10;\ h>7; \\ h=8,\ 9. \end{matrix}\right\};$$

$q=2;\ \lambda=14;\ h=9;\ a=7;\ b=11;\ c=12;\ d=15;\ f=5;$
$g=8;\ i=13;$ e o quadrado

7	11	12
15	10	5
8	9	13

$q=3;\ \lambda=6;\ h=8;\ a=5;\ b=12;\ c=13;\ d=18;\ f=2;$
$g=7;\ i=15;$ e o quadrado

5	12	13
18	10	2
7	8	15

$q=3;\ \lambda=6;\ h=9;\ a=6;\ b=11;\ c=13;\ d=17;\ f=3;$
$g=7;\ i=14;$ e o quadrado

6	11	13
17	10	3
7	9	14

(Continúa).

JUNIO DE SOUSA.

NOTES SUR LES AMPHIBIENS ET REPTILES

Recueillis par M. Adolphe F. Moller aux Iles de la Guinée

PAR

Dr. J. Bedriaga

Membre et Délégué du Comité d'Organisation des Congrès Internationaux d'Anthropologie et de Zoologie à Moscou en 1892

(Continuado do n.° 9, paginas 648)

Geckotiens

Hemidactylus Greffi Boc.

Barboza du Bocage, op. cit. in Jornal de Sciencias mathematicas, physicas e naturaes, n.° XLII. Lisboa 1886. — Lopes Vieira, l. c.

Description

La tête, un peu plus courte et plus étroite chez la femelle que chez le mâle, a en largeur environ les deux tiers de sa longueur. Sa plus grande largeur est entre l'ouverture auriculaire et l'oeil. La hauteur maximum de la tête dépasse légèrement la moitié de sa longueur. Sur la face supérieure de la tête on voit un sillon longitudinal médian, assez profond, qui prend naissance sur le museau et qui se bifurque entre les orbites. Les régions frénales sont obliquement penchées en dehors, les joues sont arrondies, la face inférieure de la tête est plane. Le museau est allongé, il se rétrécit et s'arrondit vers son extrémité. Le museau et l'espace

entre l'oeil et la narine sont plus longs que l'intervalle existant entre l'oeil et l'oreille. La longueur de l'orbite entrant environ une fois et un tiers dans celle de l'intervalle séparant l'angle antérieur de l'oeil de la narine. L'espace internasal est un peu plus grand que le tiers de l'espace interpalpébral. L'espace entre les bords libres des paupières rudimentaires est égal à la distance qui existe entre la narine et le bord de la paupière et légèrement plus long que l'intervalle séparant l'oeil de l'oreille. L'oreille est petite, ovale ou ayant à peu près une forme rhomboïdale, mais en même temps arrondie antérieurement, légèrement moindre que le tiers du diamètre de l'orbite.

Le tronc est peu déprimé. Membres assez forts et longs; les antérieurs ramenés en avant n'atteignent pas le bord antérieur de l'oeil. Le pouce est rudimentaire, n'ayant pas de phalange terminale élevée et dépassant le disque oblong faiblement développé qui forme la partie basale de ce doigt. Cinq à six paires de lamelles infra—-digitales à chaque pouce, une lamelle simple au bout et une autre à la base du pouce; huit paires de lamelles sous-digitales au troisième doigt et une seule lamelle à son bout; six paires de lamelles au premier orteil, suivies par une lamelle terminale et neuf paires de lamelles au troisième orteil suivies par une lamelle terminale. La partie basale des doigts et des orteils, sauf des internes, est assez élargie sur toute sa longueur et les dernières phalanges élevées au dessus de cette dilatation ou de ce disque sont longues. Les premiers doigts sont dépourvus d'ongles, les autres ont des griffes. Les doigts et les orteils sont réunis à la base par des membranes assez bien développées.

La queue est tétragonale et un peu plus haute vers la racine, ensuite légèrement aplatie et arrondie vers son bout pointu et assez effilé, dépassant quant elle est entière et non mutilée la longueur du corps.

La face supérieure de la tête est revêtue postérieurement de grains arrondis et extrêmement fins, mélés à d'autres grains un peu plus grands; des grains, plutôt allongés que ronds et sensiblement plus grands que ceux qui prédominent sur la portion postérieure de la tête, recouvrent le museau. Le bord de la paupière rudimentaire est légèrement denticulé. La plaque rostrale a quatre pans; ses deux angles supérieurs sont légèrement échancrés; elle est deux fois longue comme haute et se fait remarquer par une incision médio-longitudinale sur sa partie supérieure. Les petites narines sont circonscrites par la plaque rostrale, la première labiale et trois autres scutelles. Il y a onze ou douze plaques labiales supérieures; les quatre postérieures sont très petites. Neufs labiales inférieures, une mentonnière assez

large et longue, triangulaire, en contact avec une petite gulaire et séparant les deux plaques assez grandes qui constituent la première paire des gulaires. Sous la gorge les écailles sont petites, plus petites que celles sous le ventre et granuleuses.

La surface supérieure du tronc est revêtue antérieurement de tubercules granuliformes, extrêmement fins, postérieurement de grains squammeux et ornée de tubercules allongés, ovales ou arrondis, fortement carénés et régulièrement disposés sur dix-huit à vingt rangs longitudinaux. Les écailles qui garnissent les membres sont semblables à celles qui revêtent le dos; cependant les grands tubercules, un peu plus hauts dans leur portion postérieure, affectant parfois une forme conique. Les pieds et les mains sont garnis en dessus de scutelles triangulaires, arrondies et imbriquées. Le pli qui s'étend sur les flancs et qui forme la limite entre le ventre et les flancs est comme denticulé car il est pourvu de tubercules assez hauts, coniques ou prismatiques et pointus; ces tubercules sont plus développés chez le mâle que chez la femelle. La gorge est recouverte de petites écailles granuliformes à surface légèrement bombée. Des squammelles arrondies, subimbriquées et plus grandes que celles de la gorge garnissent le dessous du ventre et des pattes.

Le dessous de la queue est couvert de plaques subimbriquées et en grande partie hexagonales, parmi lesquelles on en distinguent de plus dilatées qui constituent une série médiane et longitudinale. En dessus la queue est légèrement cerclée et revêtue de petites écailles, au milieu desquelles se trouvent un nombre assez grand de tubercules prismatiques et pointus postérieurement qui forment six rangées longitudinales. Les tubercules distribués inférieurement sur les côtés de la queue sont fort rapprochés les uns des autres et très pointus; ils ressemblent à des épines et forment une dentelure en scie. Il y a chez le mâle 46 (24 + 22) pores fémoraux disposés sur une seule ligne courbée, s'étendant d'un jarret à l'autre devant l'anus (1).

Chez le male les régions supérieures ont pour fond de couleur un brun-grisâtre sur lequel se montrent des bandes transversales, onduleuses, d'une teinte grise et peu visibles. Chez la femelle au contraire on remarque des bandes longitudinales, faiblement accentuées, d'un teinte plus foncée que la couleur fondamentale. Une bande foncée, peu apparente, s'étend du bout du museau

---

(1) L'exemplaire (♂) examiné par Barboza du Bocage n'avait que douze pores *pré-anaux* en série continue; les pores fémoraux lui manquaient.

jusqu'à l'oreille tranversant l'oeil. Toutes les parties inférieures sont d'un blanc jaunâtre ou rosâtre.

	♂	♀
Longueur totale	170 mm.	189 mm.
Longueur de la tête	23 »	22 1/2 »
Largeur maximum de la tête	16 »	14 1/3 »
Hauteur maximum de la tête	9 »	8 1/3 »
Diamètre de l'oeil	4 3/4 »	5 »
Distance de l'oeil à la narine	7 3/4 »	7 1/3 »
Distance de l'oeil à l'ouverture auriculaire	7 1/2 »	6 1/2 »
Espace interpalpébral (= interoculaire)	7 1/2 »	7 »
Espace internasal	2 3/4 »	2 3/4 »
Longueur du tronc	64 »	63 »
Largeur maximum du tronc	16 1/2 »	15 »
Longeur de la queue	83 »	103 1/2 »
Largeur maximum de la queue à la racine	8 1/2 »	7 »
Longueur du membre antérieur	27 »	26 1/4 »
Longueur de la partie libre du 1er doigt	1 3/4 »	1 2/3 »
Longueur du 4ème doigt	5 3/4 »	5 »
Longueur du membre postérieur	38 »	34 1/4 »
Longueur de la partie libre du pouce	3 »	3 »
Longueur du 3ème orteil	8 »	7 1/2 »

On trouve le *Hemidactylus Greeffi* à l'île St. Thomé, d'où je l'ai reçu par les soins de M. A. F. Moller. Cette espèce appartient probablement à la section II. A, 2 de Boulenger (Cat. Liz. Brit. Mus. Vol. I, p. 116. London 1885); elle a été découverte à l'île St. Thomé par M. A. F. Moller.

Hemidactylus mabuia Mor. de Jonn. var. Molleri n. var.

Gecko mabuia Moreau de Jonnès, in Bull. Soc. Philom. 1818 p. 138. *Hemidactylus mabouia* Greeff, l. c. — Barboza du Bocage, Note additionnelle sur les reptiles de St. Thomé, in: Jorn. de Sciencias math., phys. e naturaes, N° XLII. Lisboa 1886. — Lopes Vieira, l. c. — Boulenger, op. cit. Vol. 1, pag. 122.

Description

La tête est large et assez haute en arrière. Sa largeur maximum est à peu près deux tiers de sa longueur. La largeur et la

hauteur de la tête décroissant du coin postérieur des yeux au bout du museau. Sa surface supérieure, à peu près plane transversalement ou légèrement bombée, s'abaisse depuis les orbites jusqu'au museau et offre une concavité ovo-rhomboïdale, plus ou moins accentuée sur la ligne médiane de la tête. Les joues sont arrondies, tandis que les régions frénales sont obliquement penchées et munies d'une faible dépression ou mieux d'un léger sillon longitudinal qui est visible chez les individus jeunes. Les orifices nasaux ne sont pas situés sur le bout du museau, mais à une petite distance de l'extremité du museau, elles regardent en haut et en dehors. La distance qui existe entre les narines et l'extrémité du museau est à peu près égale à la moitié de la longueur de l'espace internasal. L'espace séparant la narine de l'oeil est un peu plus grand que l'intervalle compris entre d'oeil et l'oreille. Le diamètre de l'oeil mesure environ les deux tiers de la dîstance séparant l'oeil de la narine. L'espace internasal est un peu moins grand que la moitié de l'espace interpalpébral. L'espace entre les bords libres des paupières rudimentaires est égal à la distance existant entre l'oeil et le méat auditif. L'oreille est petite, ovale; son diamètre vertical est un peu plus grand que le tiers du diamètre horizontal de l'oeil.

Le tronc est légèrement déprimé. Les membres antérieurs sont longs, ramenés en avant ils dépassent le bord antérieur de l'oeil; les membres postérieurs sont relativement courts. Le pouce et le 1er doigt interne sont bien développés. Les disques sont peu dilatés, les dernières phalanges élevées sont modérément longs. Cinq à six rangées tranversales de lamelles sous-digitales à chaque doigt interne, dont deux ou trois rangées consistent de lamelles doubles et sept rangées sous le troisième doigt, dont cinq ou six se composent de lamelles doubles. Quatre à cinq rangées transversales sous le premier orteil, dont trois se composent de lamelles doubles et une à deux de lamelles simples et huit rangées sous le troisième orteil, dont six à huit se composent de six à huit lamelles doubles. Les doigts et les orteils n'ont pas de membranes interdigitales, mais ils sont tous armés de griffes.

La partie antérieure de la queue est cyclo-tétragone.

La tête est couverte sur la partie postérieure de granules extrêmement fines et présente une surface très finement chagrinée. A ces granules se mêlent quelques petits tubercules arrondis. L'intervalle qui sépare les yeux ainsi que l'enfoncement qui existe sur le museau est aussi revêtu de grains très-petits, tandis que les grains qui garnissent le bout du museau et les régions frénales sont relativement assez grands. Le bord de la paupière rudimentaire est légèrement dentelé.

La plaque rostrale est à peu près quadrangulaire avec une incision médiane et verticale sur sa partie supérieure; sa hauteur dépasse légèrement la moitié de sa longueur. La narine est entourée par la rostrale, la première labiale et trois petites nasales (1). Neuf grandes et quatre à cinq petites labiales supérieures; ces dernières se trouvent vers la commissure des lèvres. Dix labiales inférieures. Les grandes gulaires se touchent, la mentonnière est triangulaire et presque aussi longue que large. Des grains très fins revêtent la gorge. Les écailles imbriquées, hexagonales ou arrondies qui garnissent le ventre sont assez petites. Le dessus du tronc et des membres présente de petits tubercules ovales, légèrement carenés, semés au milieu de fines granules qui sont un peu plus grandes que celles sur la partie postérieure de la tête. Ces tubercules quoique disposés irrégulièrement forment treize à quinze rangées longitudinales. Un pli, parfois à peine prononcé s'étend de chaque côté de l'abdomen. La face supérieure est légèrement cerclée; elle présente, en dessus, des grains très-fins et six séries longitudinales d'écailles relativement assez grandes et légèrement relevées ce qui leur donne un aspect d'épines. La ligne médio-longitudinale du dessous est protégée par une suite de larges plaques, de chaque côté desquelles se montrent des petites écailles arrondies, angulaires et subimbriquées.

Les mâles n'ont que six pores sur la région préanale.

En dessus, il régne une teinte jaunâtre ou jaune grisâtre presque uniforme, d'autres fois offrant des faibles marbrures qui montrent la tendance de former des bandes transversales brunâtres, ou bien les parties supérieures de cet Hémidactyle sont d'un gris brunâtre avec des veinures soit des marbrures foncées et un trait brun foncé qui marque les côtés du museau, entre l'oeil et la narine, et les joues. Chez les individus foncés les régions inférieures sont aussi d'une teinte plus sombre; le dessous du corps qui est ordinairement blanchâtre ou jaunâtre prend une teinte foncée et il est semé de points foncés.

Longueur totale? (queue cassée).	
Longueur de la tête	14 1/2 mm.
Largeur maximum de la tête	9 2/3 »
Hauteur maximum de la tête	5 1/4 »
Diamètre de l'oeil	3 1/4 »

(1) Les exemplaires examinés par Barboza du Bocage avaient des narines circonscrites par la rostrale et 3 ou 4 nasales.

Distance de l'oeil à la narine	presque	5 mm.
Distance de l'oeil à l'ouverture auriculaire		4 1/2 »
Espace interpalpébral (= interoculaire)		4 »
Espace internasal.....		1 3/4 »
Longueur du tronc		36 1/2 »
Longueur de la queue.....		?
Largeur maximum de la queue à la racine.....		5 1/2 »
Longueur du membre antérieur		15 1/2 »
Longueur du premier doigt		1 1/4 »
Longueur du troisième doigt.....		3 »
Longueur du membre postérieur		21 1/2 »
Longueur du premier orteil		1 1/2 »
Longueur du troisième orteil		3 3/4 »
Longueur du quatrième orteil (côté externe)		5 1/2 »

Les échantillons de l'*Hemidactylus mabuia* var. *Molleri* (2 ♂ et 1 ♀) que renferme ma collection, ont été apportés de l'île St. Thomé par M. A. F. Moller.

Cette variété ne différerait guère du *mabuia* typique que par le nombre de ses pores:

H. mabuia typique	H. mabuia var. Molleri
Chez le mâle une série non interrompue de pores fémoraux, 15 à 30 de chaque côté (Barboza du Bocage, Boulenger).	Chez le mâle une série de six pores pré-anaux; pas de pores fémoraux.

Or, le nombre des pores semble constituer un caractère différentiel important. Pourtant les *mabuia* typiques de Barboza du Bocage recueillis à St. Thomé munis de 15 à 30 pores fémoraux de chaque côté, mes *mabuia Molleri* de St. Thomé n'ayant que 6 pores pré-anaux, les *Hemidactylus Greeffi* de Barboza du Bocage, originaires de St. Thomé, offrant 12 pores pré-anaux et les miens munis en tout de 46 pores fémoraux et pré-anaux me font supposer que le nombre de ces pores chez les geckotiens insulaires est aussi variable comme chez les Lacertides qui habitent les îles et les îlots. C'est aux naturalistes qui auront l'occasion d'étudier les *mabuia* et les *Greeffi* sur un plus grand nombre de sujets à vérifier les caractères basés sur le nombre des pores.

(Continúa).

THEORIA DO PENDULO COMPENSADOR

Dos diversos typos de pendulos compensadores o mais geralmente adoptado é o de Leroy. Todos elles se fundam na differença de dilatação linear dos metaes empregados, dispostos por fórma que essas dilatações em sentido contrario tornem o comprimento do pendulo L constante a todas as temperaturas.

A solução do problema não é tão simples como á primeira vista parece e, a fim de chegarmos a um resultado theoricamente acceitavel, modificaremos o systema compensador de Leroy, cuja construcção obedece ás condições expressas pelas bem conhecidas formulas,

$$L = l - l' \text{ e } lk = l'k' \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (1).$$

É fóra de duvida que, preenchidas essas condições, o comprimento L é invariavel com a temperatura, mas tambem é certo que esse L, comprimento do pendulo a 0°, deixa de ser o comprimento do pendulo a t^0, se outras condições não forem attendidas, como passaremos a demonstrar.

Designando por L_0 a constante, obtida pelas formulas (1), e por L_t o comprimento do pendulo t^0 e notando que das differentes peças que constituem o compensador umas se approximam e outras se affastam do centro de gravidade do systema, conclue-se que, para ser $L_t = L_0$, devem essas deslocações compensar-se, o que leva a mais uma equação de condição. Além d'isso, sendo L uma funcção dos momentos de inercia da lente e das peças que formam o compensador e como d'estes momentos uns augmentam e outros diminuem com a temperatura, já pelas dilatações, já pelos deslocamentos dos centros de gravidade das respectivas peças, conclue-se a necessidade de que se dê tambem a compensação entre elles, o que leva a mais outra equação de condição.

Passêmos pois a deduzir as equações que na formula

$$L = \frac{\Sigma m r^2}{M\lambda}$$

exprimem as condições de serem Σmr^2 e $M\lambda$ invariaveis com a temperatura.

Compensação de λ

Sejam G o centro de gravidade do pendulo, A o eixo de suspensão, λ a distancia AG; a, b, c.... n a lamina as travessas, as varetas e a massa pendular, designando as mesmas letras os pesos respectivos; r_a, r_b... r_n as distancias dos centros de gravidade das differentes peças ao centro de gravidade do pendulo; α, β, γ e δ os angulos formados pelas varetas com AG.

Supponhamos o pendulo collocado horizontalmente suspenso pelo centro de gravidade.

A equação de equilibrio a 0° será

$$\left.\begin{aligned} ar_a + br_b + cr_c + dr_d + fr_f + 2gr_g\cos\alpha + 2hr_h\cos\beta \\ + 2ir_i\cos\gamma + 2jr_j\cos\delta + mr_m - nr_n = 0 \end{aligned}\right\} \ldots (2).$$

Designando por k e k' os coefficientes de dilatação do aço e do latão e por k_a, k_b... k_n os coefficientes de variação das distancias dos centros de gravidade das respectivas peças na passagem de 0° a 1°, a equação de equilibrio á temperatura t^o será

$$ar_a + ar_ak_at + br_b + br_bk_bt \ldots + 2gr_g\cos\alpha + 2gr_g\cos\alpha k_gt \ldots$$

$$+ mr_m + mr_mkt - nr_n - nr_nkt = 0.$$

Comparando esta equação com (2), vê-se que, para que λ não varie com a temperatura, deve ser nulla a somma dos termos em t, isto é

$$ar_ak_at + br_bk_bt + \ldots . mr_mkt - nr_nkt = 0$$

ou $$ar_ak_a + br_bk_b + \ldots . mr_mk - nr_nk = 0 \ldots\ldots (3).$$

Esta equação com as equações

$$\lambda = l - l' ; \quad lk = l'k' \ldots\ldots\ldots\ldots (4)$$

resolvem esta parte do problema.

Na equação (3) devem os coefficientes $r_a k_a$, $r_b k_b \ldots r_j k_j$ ser substituidos pelos seguintes valores, designando por $l_a\ l_b \ldots l_j$ os comprimentos da lamina e das varetas

$$r_j k_j = l_m k - \frac{1}{2} l_j k'$$

$$r_h k_h = (l_m + l_i) k - \left(l_j + \frac{1}{2} l_h \right) k'$$

$$r_f k_f = (l_m + l_i) k - (l_j + l_h) k'$$

$$r_b k_b = (l_m + l_i + l_g) k - (l_j + l_h) k'$$

$$r_d k_d = (l_m + l_i) k - l_j k'$$

$$r_i k_i = \left(l_m + \frac{1}{2} l_i \right) k - l_j k'$$

$$r_g k_g = \left(l_m + l_i + \frac{1}{2} l_g \right) k - (l_j + l_h) k'$$

$$r_e k_e = l_m k - l_m k'$$

$$r_c k_c = l_m k$$

$$r_a k_a = \left(l_m + l_i + l_g \frac{1}{2} l_a \right) k - (l_j + l_h) k'.$$

Compensação de $\Sigma m r^2$

Para simplificação dos calculos applicaremos ás varetas a formula do momento de inercia do fio e daremos tanto ás travessas como á massa pendular a fórma de sectores annullares.

Designando por r_a o comprimento da lamina, por $r_g \ldots r_m$ e $r'_g \ldots r'_m$ as distancias dos extremos das varetas ao eixo de suspensão e por $r_b \ldots . r_n$ e $r'_b \ldots . r'_n$ os raios interiores e exteriores dos sectores, temos a 0°

$$\Sigma m r^2 = a\frac{r_a^2}{2} + b\frac{r_b^2 + r_b'^2}{2} + \ldots f\frac{r_f^2 + r_f'^2}{2} + 2g\frac{r_g^2 + 2r_g r_g'}{3}$$

$$+ \ldots . m\frac{r_m^2 + 2r_m r_m'}{3} + n\frac{r_n^2 + r_n'^2}{2} \qquad (5).$$

Para obtermos a expressão de $\Sigma m v^2$ á temperatura t, designaremos por $k_c, \ldots k_b$, $k_h, \ldots k_m$, k_n e por $k'_c \ldots k'_f$, $k'_h \ldots k'_m$, k'_n as variações dos rr e $r'r'$ na passagem de 0° a 1° e modificaremos as expressões resultantes da introducção d'estes coefficientes, em ordem a facilitar o calculo.

Os termos da fórma $m\frac{r_\alpha + r'^2_\alpha}{2}$ á temperatura t, tornam-se em

$$m\frac{r_\alpha^2 + r_\alpha^2 k_\alpha^2 t^2 + 2r_\alpha k_\alpha t + r'^2_\alpha + r'^2_\alpha k'^2_\alpha t^2 + 2r'_\alpha k'_\alpha t}{2}$$

ou, desprezando os termos em k_α^2 por inapreciaveis,

$$m\frac{r_\alpha^2 + r'^2_\alpha}{2} + mt(r_\alpha k_\alpha + r'_\alpha k'_\alpha)$$

Os termos da fórma $m\frac{r_\alpha^2 + 2r_\alpha r'_\alpha}{3}$ tornam-se em

$$m\frac{r_\alpha^2 + r_\alpha^2 k_\alpha^2 t^2 + 2r_\alpha k_\alpha t + 2r_\alpha r'_\alpha + 2r_\alpha r'_\alpha k'_\alpha t \; 2r_\alpha r'_\alpha k_\alpha t + 2r_\alpha r'_\alpha k_\alpha k'_\alpha t}{3}$$

ou, despresando os termos em $k_\alpha k'_\alpha$ e k_α^2,

$$m\frac{r_\alpha^2 + 2r_\alpha r'_\alpha}{3} + 2mt\frac{r_\alpha k_\alpha + r_\alpha r'_\alpha k'_\alpha + r_\alpha r'_\alpha k}{3}.$$

A expressão de Σmr^2 a t^0 será portanto

$$\Sigma mr_t^2 = a\frac{r_a^2}{2} + ar_a k_a t + b\frac{r_b^2 + r_b'^2}{2} + bkt(r_b + r'_b) + \ldots$$

$$+ 2g\frac{r_g^2 + 2r_g r'_g}{3} + 4gkt\frac{r_g + 2r_g r'_g}{3} + \ldots.$$

$$+ n\frac{r_n^2 + r_n'^2}{2} + nt(r_n k_n + r'_n k'_n) \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (6).$$

Comparando esta equação com (5) vê-se que, para Σmr^2 ser invariavel com a temperatura deve ser

$$ar_a k_a + bkt(r_b + r'_b) + \ldots. + n(r_n k_n + r'_n k'_n) = 0 \ldots.(7).$$

Na equação (7) devemos substituir os coefficientes $r_h k_h$ e $r'_h k'_h \ldots$ $r_n k_n$ e $r'_n k'_n$ pelos seguintes valores

$$r_h k_h = r'_h k; \quad r_h k_h = r'_h k - l_h k';$$

$$r'_i k'_i = (r'_h + l_i)k - l_h k'; \quad r'_j k'_j = (r'_h + l_i)k - l_h k';$$

$$r_j k_j = (r'_h + l_i)k - (l_h + l_j)k'; \quad r_m k_m = (r'_h + l_i + r_m)k - (l_h + l_j)k';$$

$$r_n k_n = r_n k - \rho k_x; \; r'_n k'_n = r_n k + \rho' k_x; \; r_c k_c = r_i k_i; \; r_d k_d = r_j k_j, \text{ etc.},$$

sendo ρ e ρ' as distancias das superficies curvas da massa pendular ao centro de gravidade e k_x o coefficiente de dilatação do metal da mesma massa pendular.

Com as equações (2), (3), (4) e (7) podemos obter um pendulo, cujo comprimento seja invariavel com a temperatura.

Qualquer peça que tenha de se addicionar, para melhor consolidação do systema, deverá evidentemente entrar tanto na equações (2) e (3) como na equação (7) com o seu peso e as distancias ao centro de gravidade e ao eixo de suspensão.

*

Nas equações (2) (3) e (7) podemos dispôr de doze variaveis o que facilita consideravelmente a solução do problema. Poderá, porém, convir desdobrar qualquer d'ellas em duas ou mais, entrando em cada uma termos em k e k'.

Convem, por exemplo, na equação (7) fazer

$$n(r_n k_n + r'_n k'_n) = 0$$

ou

$$r_n k_n + r'_n k'_n = 0 \ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots (8);$$

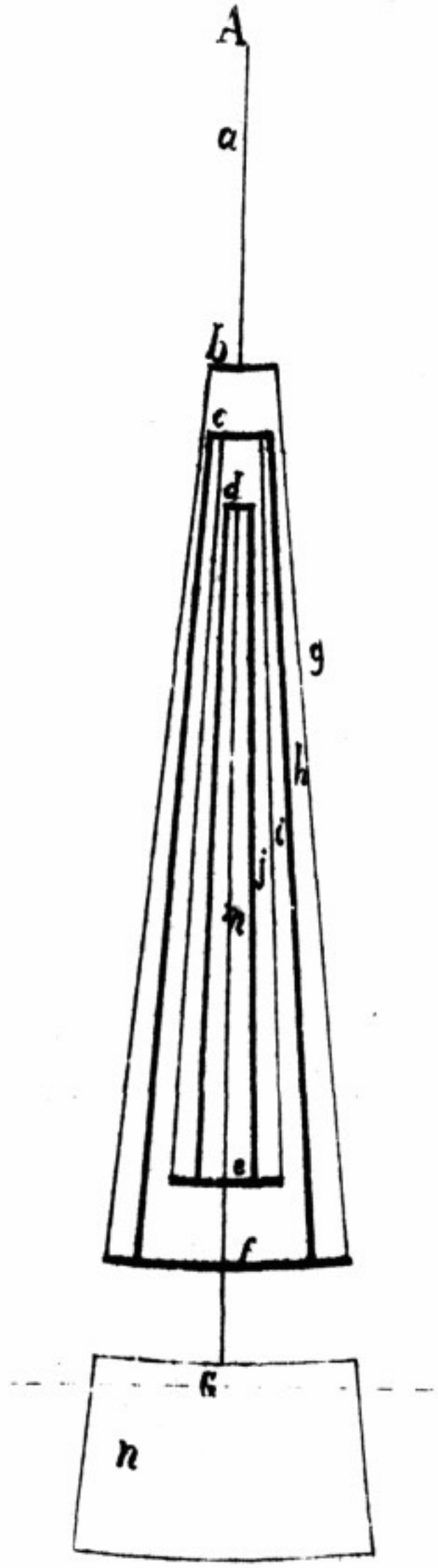
isto é, tornar o momento d'inercia da massa pendular invariavel com a temperatura. Consegue-se isso, prendendo-a pela parte inferior á vareta central, dando a r_n e r'_n valores que satisfaçam á equação (8) o que é sempre possivel visto que de r_n e r'_n só é variavel a parte $r_n - \lambda$ e $r'_n - \lambda$.

Deve até ser este o ponto de partida para a resolução do problema de compensação do pendulo.

Coimbra, 3 de março de 1892.

N. B. *Em logar da disposição que démos ás peças do pendulo, poderá adoptar-se qualquer outra, deduzindo-se pelo mesmo methodo as respectivas equações.*

Antonio Domingues Cortez da Silva Curado.


A
a
b
c
d
g
h
i
k
l
m
e
f
g
n

LITTERATURA E BELLAS-ARTES

PONTICAS DE OVIDIO NASÃO

LIVRO PRIMEIRO

(Ao seu antigo collega e prezado amigo Ayres de Gouvêa)

Carta setima

A Messalino

Esta carta que lês, ó Messalino,
Como se eu te fallasse, te sauda,
Desde a morada dos ferozes getas.
Diz-te o logar acaso quem te escreve?
Precisarás que o nome meu te escreva?
E que outro amigo que Nasão não seja
Relegado aqui jaz no fim do mundo?
Oxalá que nenhum mais dos que te amam
Este paiz inhospito conheça.
Sobejo é que entre settas e entre os gelos
Eu viva aqui, se vida isto se chama.
Bastará que me opprima o horror da guerra,
O frio me atormente e o feroz geta.
Bastará que eu habite n'este clima
Que pomos não produz, nem produz uvas,
E de uma e outra parte o hoste ameaça,
Comtanto que os amigos teus restantes
De cuja multidão fui tenue parte
Possam viver tranquillos e seguros.
Muito infeliz serei, se isto te offende

E disseres que nunca dos teus fôra.
Mas, se me engano, perdoar me deves;
Est'honra que me faço em cousa alguma
Diminuirá teu merito e renome.
Quem não se diz dos Cesares amigo,
Posto que os tenha apenas conhecido?
Não me crimines e serás meu Cesar.
Não devasso comtudo o que não devo.
Contente ficarei, se não negares,
Que a tua porta me estivesse aberta;
E, comquanto comtigo não tivesse
Mais outras relações que um'hora ver-te,
Era uma voz demais a cortejar-te.
Nem teu pae, promotor e causa e guia
Da nossa applicação, e a quem prestámos
Ultimo dom, as lagrimas sentidas
E os versos que no fôro se entoavam,
Jámais desapprovou nossa amizade.
Accresce que um irmão que muito te ama,
Quanto os Tindarios e Atridas se amaram,
Jámais menosprezou minha amizade.
Todavia bom grado me retracto
Se n'isto ha cousa que offendel-o possa.
Antes me repellisse a casa toda.
Mas não repellirá; pois ninguem póde
Evitar que um amigo em erro caia.
Oxalá que negar podesse a culpa,
Como é sabido que não houve crime.
E se nada o meu erro desculpasse,
Pequena fôra do desterro a pena.
E o mesmo Cesar, que penetra tudo,
Reconheceu que a falta em que incorrera
Tinha mais de loucura que de crime.
Quanto o caso e eu proprio o permittia
Me perdoou, usando parcamente
Do fogo dos seus raios; bens e vida
Me não tirou, nem mesmo a esperança
De um proximo regresso, se vencida
Por tuas preces fôr a ira sua.
Foi grave a minha quéda, e não admira
Que as feridas de um nume sejam graves.
E, bem que Achilles retrahisse as forças
Quando Pelias ferira, nem por isso
Menos terrivel foi da lança o golpe.

E, se o proprio juiz me favorece,
Mal póde repellir-me a tua porta.
Se menos cultivei (eu o confesso)
A tua casa, como deveria,
Foi mais um triste azar do meu destino;
Mas não mais obsequiámos casa alguma,
E ao vosso lar nos acolhemos sempre.
A amizade que a teu irmão consagras
É tal, que ainda que amigo teu não fosse,
Alguma estimação te merecera.
Se ao beneficio a gratidão se deve
Merecel-a será fortuna tua?
Mas, se dar-te um conselho me permittes
Pede que os summos deuses te consintam
Que sempre tu dês mais do que recebas.
E assim fazes, se acaso bem me lembro.
Sempre a muitos prestaste bons serviços.
Seja como quizeres, Messalino,
Comtanto que dos teus me não separes.
E se não sentes de Nasão os males,
Sente ao menos que os haja merecido.

Carta oitava

A Severo

Severo meu, gran'parte da minh'alma,
Os emboras do teu Nasão recebe;
Mas o que faço aqui me não perguntes;
Has de chorar, por mais que me resuma.
Em armas sempre e sempre em brava guerra
Com estes aljaviferos gentios,
Guerreiro e exilado ao mesmo tempo
Nenhum ha mais do que eu; todos os outros
Vivem em paz e não lhes tenho inveja.
Para indulgente seres com meus versos,
Nota que os faço com a espada á cinta.
Juncto ás margens do binome Danubio
Uma antiga cidade se levanta,

Que pela posição e fortes muros
Quasi que inexpugnavel se julgava;
Fundada foi pelos Egypcios Caspios (1)
Que lhe deram seu nome, se podemos
Acreditar a sua propria historia;
De improviso assaltada pelos getas,
Assassinados todos os Odrizios (2),
D'ella se apoderaram, sustentando
Contra o seu rei tenaz e dura guerra;
Mas o rei, por antiga stirpe illustre
E não menos distincto por seus dotes,
Prestes co'as suas tropas accudindo,
Tal castigo infligiu aos criminosos,
Que o seu excesso o fez tambem culpado.
E, possas tu ó Rei, que em nossa edade
Nenhum outro em valor ha que te exceda,
O sceptro sustentar com mão gloriosa,
E merecer da bellicosa Roma
E do gran'Cesar o louvor e amparo,
(O bem maior que desejar-te posso).
Mas, revertendo ao ponto que hei deixado,
Lastímo, caro amigo, que aos meus males
Se tenham ajunctado sevas armas.
Depois que a estas regiões estygias
Arremessado fui e vos perdemos,
Outomnos quatro as Pleiades marcaram;
Mas não creias que aqui eu sinta a falta
Da vida da cidade e seus prazeres;
O que sinto é a falta vossa, amigos.
A perda da querida esposa e filhos
Eis o que em meu espirito revolvo.
Depois da minha casa os sitios corro
Da formosa cidade, e attentamente
Tudo examino com os olhos d'alma.
Agora as praças vejo, agora os templos,
Os marmoreos magnificos theatros,
Os lageados porticos, as relvas
Do marcio campo que os jardins confronta,

---

(1) *Egypcios Caspios*. Estes egypcios caspios eram descendentes do povo que deu o nome ao mar Caspio.

(2) *Odrizios*, naturaes de Odriza, cidade da Thracia, que então povoavam a cidade de Egypso.

Lagos, canaes, e as virginias aguas (1);
Mas, se privado fui de urbanos gosos,
Dos campestres gosar podera ao menos.
Não choro a perda dos pelignos (2) campos
Dos hortos e piniferas ladeiras
Que a via Claudia (3) co'a Flaminia (4) avistam
Campos dos quaes não sei quem hoje é dono,
Que outr'ora cultivei e a cujas plantas
Eu proprio, sem que d'isso me pejasse,
As aguas da nascente conduzia.
E lá devem estar (se ainda existem)
As plantas que dispuz e cujos pomos
Não serão pela nossa mão colhidos.
Prouvera aos Céos que ao menos o exilado
Compensar-se podesse d'essa perda,
Cultivando algum modico terreno.
Se licito me fôra, eu mesmo as cabras
Pendentes dos rochedos guardaria;
Ou encostado ao meu cajado vira
Pascer a ovelha nos relvosos prados.
E para me eximir de acerbas maguas,
Eu mesmo iria impôr o jugo aos touros;
Apprendera as palavras e ameaças
Que os novilhos conhecem e que temem.
Eu mesmo, a mão na esteva, abrindo os sulcos,
No terreno amanhado os grãos lançara;
Nem desbravar a terra temeria
Co'o largo alvião, e dera aos hortos
A agua que sequiosos precisassem.
Mas como o poderiamos, do hoste
Por escassa distancia separados,
De portas e muralhas mal seguras?
Mas tu, quando nasceste, a fatal deusa
Sómente deduziu solidos fios,

---

(1) *Virgineas aguas.* Estas aguas eram assim denominadas por terem sido descobertas por uma virgem e foram conduzidas a Roma por Agrippa.

(2) Pelignos campos. Os campos pelignos, propriedade de Ovidio, estavam situados entre os Marsos e os Samnitas, perto de Sulmona, patria do poeta.

(3) *Claudia.* Esta via partia de Roma e passava perto do lago Cimino.

(4) Flaminia. Esta via ou estrada, que tambem partia da cidade, passava pela Tuscia e Umbria e reunia-se á via Claudia no sitio onde Ovidio possuia uma propriedade que lhe tinha vindo em dote de sua mulher. Vide Amor, 3, Elegia 13.ª

O que de todo o coração me alegra.
Agora te possue o marcio campo,
Do Portico retem-te agora a sombra,
Agora o Fôro que te prende pouco;
Outra vez é a Umbria (1) que te chama
Ou a via Appiana te encaminha
Em teu rapido carro ao Agro Albano (2).
Talvez ahi desejarás que Cesar
Apazigue as suas justas iras.
Pois sirva-me de hospicio a tua quinta,
Ó amigo! É demais o que tu pedes!
Modera-te, eu t'o rogo! Encolhe as velas
Ás tuas ambições! O que imploro
É que exilio mais proximo me assignem
E que não esteja á guerra exposto sempre;
Fenecerão em parte os nossos males.

Carta nona

A Maximo (3)

Humedeci de lagrimas a carta,
Em que de Celso a morte me annuncias.
O que dizer-se illicito julgava
E que jámais acontecer podesse,
Li com olhos attentos e a custo.
Dês que estamos no Ponto, ao nosso ouvido
Jámais chegou tão cruciante nova,
E queiram os céos que mais se não repita.
Ante meus olhos se ergue a extincta imagem,
E como viva o meu amor a pinta.

---

(1) *Umbria*, região situada entre os Tuscos e os Sabinos, onde sem duvida Severo possuia alguma casa de campo.
(2) Agro Albano. Esta propriedade de Severo estava situada perto de Alba entre os Sabinos e os Pelignos.
(3) Vide Carta 2.ª

Por vezes gracioso me parece,
Por vezes de severa gravidade.
Mas o tempo, que mais me occorre sempre,
É esse que eu quizera o ultimo fôra,
E em que, com forte abalo estremecendo,
Sobre mim desabou a casa minha.
E, quando tantos outros me deixaram,
Vi-te ao meu lado, ó Maximo, que firme
Não te assustaste co'a desdita minha;
Vi-te chorar meu funebre sahimento
Como se na fogueira o irmão posessem.
Consolaste, abraçaste o decahido,
Uniste as tuas lagrimas ás minhas.
D'esta vida abhorrida, oh! quantas vezes,
Odioso guarda, não me suspendeste
A mão disposta a terminar meus dias!
Muitas vezes disseste—Inexoraveis
«Não são de um nume as iras; não duvides
«Que póde perdoar-te! A vida poupa!
«Mas foi de quanto disse o mais notavel:
«Vê de que póde Maximo prestar-te!
«Procurará com zelo infatigavel
«Que de Augusto o rancor não toque o extremo.
«E aos esforços do irmão os seus unindo,
«Tudo fará por adoçar teus males!»
Estas vozes um pouco attenuaram
O tedio d'esta lastimosa vida;
E acautela que inuteis se me tornem.
Costumava tambem jurar-me ás vezes
Que aqui viria ver-me, se licença
Para a longa viagem lhe outhorgassem.
Porque pelo meu lar tinha o respeito
Que eu tinha pelo Deus, Senhor do mundo.
Crê-me; tu tens innumeros amigos,
Mas a nenhum foi em meritos somenos,
Se é que o talento e eximia probidade
(Não a avoenga e riqueza) o nome illustram,
Justo é que a Celso morto agora sagre
As lagrimas que vivo me ha prestado,
Quando deixei forçado o patrio solo.
Justo é que nos meus versos registemos
Sua rara virtude, e que os vindouros
Possam ler o seu nome venerando.
Eis aqui tudo o que mandar-te posso,

D'esta getica terra é tudo quanto
Aqui posso dizer que n'ella tenho.
Não pude acompanhar-lhe o sahimento,
Ungir-lhe o corpo, perfumar-lhe as cinzas.
Separa-me do seu sepulcro o mundo.
Emquanto vivo, Celso, olhou-te sempre
Como se um verdadeiro nume fosses.
E tu agora, Maximo, lhe déste
Tudo quanto podias. O sahimento
Carpindo acompanhaste e os frios membros
Com essencias e lagrimas ungiste;
Recolheste na urna cineraria
Os seus restos mortaes, que deposeste
No seu tranquillo e ultimo jazigo.
E, como ao morto amigo não recusas
Todas as honras que lhe são devidas
Entre os mortos contar tambem me pódes.

Carta decima

A Flacco

Flacco, Nasão do exilio te sauda,
Se é que podemos dar o que não temos;
Viciado o corpo por diuturnas penas,
Não póde usar de esmorecidas forças.
Dores não soffro nem ardente febre,
Me suffoca e altera a pulsação das veias.
Embotado o padar, enjôo a mesa
E sinto que do cibo a hora chegue.
Tudo o que o mar produz, o céo, a terra
Nada ha hi que appetite me desperte
Inda que Hebe (1) com a sua mão formosa
Me offerecera o nectar e ambrosia
(Iguaria dos deuses), o seu gosto

---

(1) Hebe, filha de Juno, copeira de Jupiter que a substituiu por Ganimedes por ter em um festim cahido indecentemente.

Não despertara o paladar torpente,
No estomago pesando largo tempo.
E sendo isto purissima verdade,
A todos escrevel-o não ousara
Porque podem dizer meu mal fingido.
O que eu rogo é que aquelles que receiam
Que de Augusto o rancor se abrande um pouco,
As delicias desfructem que eu lastímo;
E o mesmo somno, que alimento presta
Ao debil corpo, nada me aproveita.
Velo, e velam sem fim as dores minhas,
E que o mesmo logar me está causando.
Vendo-me agora não me conheceras.
Dirás:—Que é feito d'essa côr que tinhas?
É pouco já do exilado o sangue,
E os membros meus, mais pallidos que a cera.
De Lyeu (1) não o devo ás demasias;
Sabes que bebo apenas agua pura.
Nos banquetes não como mais que devo,
Nem mesmo aqui o abuso facil fôra.
Não me alquebram aqui venereos gosos
A contristados leitos pouco affeitos.
As aguas, o logar, são insalubres;
Mas o peior que tudo é a anciedade
Que jámais cessa de affligir meu peito.
Se tu com teu irmão conjunctamente,
Consolar-me podesses, grande parte
D'esta minha tristeza alliviaras.
Amiga enseada sois para o meu barco
E a protecção me dais que outros me negam.
Continuai-m'a sempre, eu vol-o rogo;
Porque ha de ser indispensavel sempre,
Emquanto Cesar me não fôr propicio.
Unidos deprecai aos vossos deuses
Não que Cesar deponha a justa ira,
Mas que modere a merecida pena.

VISCONDE DE SEABRA.

---

(1) Lyeu, sobrenome de Baccho e se toma pelo mesmo vinho.

FIM DO LIVRO PRIMEIRO.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

(Continuado do n.º 9, paginas 681)

XIX

É Castilho eleito Socio da Academia *degli Ardenti* de Viterbo.—Dezembro de 1837.—Alexandre Herculano amigo intimo.—*O Panorama*.—Estudos de Castilho e seu irmão em historia portugueza.—A regeneração theatral encetada por Almeida Garrett.—Trabalhos de Castilho sobre o assumpto.—Os theatros da rua dos Condes e do Salitre.—Garrett, Herculano, e Castilho, todos tres auctores dramaticos.—Emilio Doux e Cesar Perini.—Polemicas.

Continuavam a affluir de toda a parte as distincções officiaes academicas como homenagem ao poeta da *Primavera*. Em dezembro de 1837, por diploma de 15, é elle nomeado Socio correspondente da Academia de Sciencias e Artes denominada *dos Ardentes*—*degli Ardenti*—de Viterbo, na Italia.

A senhora D. Maria Romana de Castilho, que tinha ido para o Campo de Sanct'Anna fazer companhia a seus irmãos, tomou casa sua na travessa da Boa-Hora, e os dois inseparaveis passaram (como acima disse) a residir na Calçada do Duque, n.º 58, desde julho de 1837 (ou talvez desde fim do seguinte dezembro, ou principio de 1838; não tenho meio de verificar o ponto). Na nova

residencia, que n'um dos seguintes capitulos descreverei, continuaram entregues os dois ás suas tarefas litterarias.

*

Era então Alexandre Herculano um dos mais intimos amigos e frequentadores de Castilho; collaboravam em commum, sem o suspeitarem, para o bem das lettras patrias.

Uma parte da gloria da util e sensata redacção do *Panorama*, um dos filhos dilectos de Herculano, pertence a Castilho. É sabido que este alli collaborou, e até o prologo do Tomo V, em janeiro de 1841, é firmado pelo seu nome; além de que, é facto averiguado ter a redacção do *Panorama* sido primeiramente offerecida a Castilho pela *Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, e ter sido Castilho quem apontou á Sociedade o nome de Herculano. Vê-se que eram então estes dois homens uma só alma em duas entidades diversissimas.

Quem sabe se da convivencia assidua de Castilho com Herculano não resultou o affecto do primeiro aos estudos historicos portuguezes, já muito cultivados pelo segundo? O que sei, é que por este tempo eram leitura favorita de Castilho e seu irmão as nossas Chronicas Reaes e Monasticas, mananciaes inexhauriveis de sincera poesia.

Augusto, que a ninguem cedia, senão em ultimo caso, a tarefa assidua de secretario, fôra nomeado em 18 de abril de 1838 Conego da Sé Metropolitana de Lisboa. Os mistéres do seu canonicato davam-lhe largas horas livres, que elle empregava na companhia de Antonio.

Possuo algumas d'essas chronicas annotadas por Antonio com lettra de Augusto; mais summarios, ou apontamentos, do que outra coisa. Ainda assim, é-me agradabilissimo encontral-os quando folheio os meus queridos alfarrabios; lembram os marcos milliarios ao longo das estradas; ou antes: as pedras calcinadas de lume, junto ao qual se aqueceram pastores ao longo de uma charneca alemtejana.

D'essas leituras nasceram os *Quadros historicos de Portugal*. Proximamente me occuparei d'elles.

*

Aqui teem logar chronologico as fainas theatraes, hoje quasi ignoradas, que absorveram por algum tempo as faculdades do

nosso poeta. Com quanto seja impossivel equiparar a sua influencia, ou a de Herculano, n'este assumpto, com a de Almeida Garrett, é notabilissimo observar como aquelles tres lidadores incutiram a toda esta machina portugueza impulsos civilisadores, e por tantas fórmas, e por tantos lados, e tanto a tempo!

O que me parece é que ainda talvez o illustre Garrett não pensava em arte scenica, e já era apresentado em 9 de junho de 1834 por Antonio Feliciano de Castilho ao Governo, e dedicado ao Duque de Bragança, um desenvolvido projecto para a restauração material, moral, e litteraria, do Theatro portuguez. Assim o affirma o proprio auctor, em lettra redonda, n'uma nota publicada em 1836 á prefação do poema *A noite do castello* (1).

Esse projecto foi mandado pelo Governo ao Prefeito da Provincia, Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, para elle informar (2). Se a informação se deu ou não, ignoro; o que vejo é que o jornal dos Castilhos *A guarda avançada* (3), mencionando tambem a apresentação ao Governo, promettia transcrever o projecto. Logo no dia seguinte (4) o mesmo jornal dizia isto:

«O *Constitucional* traz (a 18) um artigo ácerca do melhoramento «do theatro nacional, cujas idéas essenciaes devem ter sido tiradas, «pois que são as mesmas, da Memoria que sobre este importante «objecto o sr. A. F. de Castilho apresentou a Sua Majestade «Imperial, e que jaz na Prefeitura, como hontem dissemos. Para «se dar o seu a seu dono, cumpriremos com a nossa promessa «publicando-a quanto antes.»

Comtudo, essas tentativas de Castilho para a regeneração do theatro portuguez, tentativas para cuja execução elle confessava em publico ter consultado os seus amigos, «*começando* (formaes palavras) *pelo mui respeitavel sr. Morgado de Assentiz* (5)», tudo isso, com tão boa vontade emprehendido, foi nada em comparação com o que iam realisar Passos Manuel commettendo a Garrett as bases da reforma, Garrett creando o Conservatorio Real, e esse Conservatorio, creando e consagrando o Theatro portuguez, á voz poderosa de Garrett.

Se Castilho ficava na sombra, por circumstancias que, a distancia,

---

(1) Pag. XIII.
(2) Isso se lê no jornal *O Nacional*, de Lisboa, de 24 de janeiro de 1835, pag. 282 do vol., col. 2.ª, pelo meio.
(3) N.º 7, de 18 de fevereiro de 1835, 8.ª col.
(4) N.º 8, de 19 de fevereiro de 1835, 8.ª col.
(5) Lê-se essa affirmação n'um artigo de Castilho ácerca de Emilio Doux, no jornal *O Nacional*, de 28 de junho de 1838.

e sem documentos, me não atrevo a julgar, isso nada influiu para Castilho não coadjuvar quanto poude os esforços de Garrett; e o movimento auspicioso fomentado em 1838 pelo auctor do *Alfageme* teve por auxiliadores (entre muitos outros homens de lettras) Herculano e Castilho. O decreto de 1 de setembro de 1838 nomeia este para membro do jury do Conservatorio Real.

Foi bello e bellissimo ver como todos acudiram ao chamamento do restaurador (melhor diria *creador*) do theatro nacional; todos, com a penna, com a palavra, com o exemplo, pugnaram em favor dos alvitres de Garrett já tornados realidade.

N'um trecho ou outro de obras de Castilho em 1836, se nos deparam allusões ao projecto que tinha apresentado, e sobre o qual se poz uma pedra, que foi campa. Depois, no correr dos annos, não me lembra que tivesse alludido outra vez a isso.

*

Para insinuar no publico adhesões á revolução scenica, encetou-se uma publicação de dramas e farças, portuguezas de lei, intitulada *Repertorio dramatico portuguez*. O programma sahiu firmado pelos nomes, já tão justamente estimados, de João Baptista de Almeida Garrett, Alexandre Herculano de Carvalho, e Antonio Feliciano de Castilho, indo com os mesmos nomes outro (desconhecido hoje): Cesar Perini. Logo direi quem vinha a ser.

E todos escreviam; e todos, sem rivalidades puerís, queriam ajudar o cantor de *D. Branca* na sua obra civilisadora. Se á sua proposta se levantara officialmente o Conservatorio, á sua voz se accendia o gosto nas turbas, e ao seu exemplo entrava na liça uma brilhante phalange de mancebos, que firmou obras notaveis, algumas das quaes morreram, porque mudou o gosto, outras conquistaram logar de honra junto ao throno do chefe.

Passo por alto sobre as festas tão significativas e brilhantes, que illuminaram o antigo theatro da rua dos Condes, sala historica demolida em 1887. Lisboa não tinha outra liça dramatica mais luxuosa; por consequencia, era alli que se reunia, á luz d'aquelles candieiros de azeite, toda a sociedade alta e culta, para applaudir as obras de Garrett e dos seus melhores discipulos. Alli nasceram dramas como *O alfageme de Santarem,* e *Um auto de Gil Vicente; Os dois renegados,* de Mendes Leal; *Os dois campeões,* de D. Pedro da Costa; *As duas filhas,* de Antonio Pereira da Cunha, e quantos outros dramas applaudidissimos!

*

Foi por esses tempos de effervescencia, que se deram as cruas guerras entre o theatro da rua dos Condes e o do Salitre. As do alecrim e mangerona, as das rosas de York e Lancaster, as dos Guelphos e Gibellinos, a Batracomiomachia, as furias da Cotovia cantadas por Duarte Ferrão, e creio até que as dos Gregos e Troianos, não foram mais renhidas, e não deram tanto brado.

Vejamos.

Nos annos de 1835 e 1836 tinha estado aqui uma Companhia dramatica franceza, de que era empresario, e actor, um Emilio Doux, homem muito conhecedor das theorias e regras da sua arte, mas actor menos que mediocre.

«Emilio Doux—diz Julio Cesar Machado no seu livro *Os theatros de Lisboa*—era um mau actor, que appareceu em Portugal «vindo com..... a companhia de Paul e de Madame Charton. «Diz-se que nunca conseguia representar papel, em que a pateada «lhe não desse naufragio.....

«Este actor insufficiente, este actor pateado, era todavia um «conhecedor dos segredos da scena, e um esmerado cultor da arte. «Este actor incapaz, que não sabia representar, era um bom «mestre, que sabia ensinar.»

Quando acabou a epocha, e tendo-se disperso e retirado a Companhia, quiz Doux ficar em Lisboa; e imaginou crear eschola, em que os actores portuguezes se aperfeiçoassem. Tomou por sua conta o theatro da rua dos Condes, e reuniu sob sua direcção alguns actores nossos, a quem estipendiava.

Eu pouco sei dos pormenores do caso; mas pelo que leio, e interpreto, imagino Emilio Doux um pouco fanfarrão, e impondo de bom grado a sua supremacia de regente, contra-regra, e empresario, sem attender a que podia com os seus ares de protecção ferir os justos melindres dos nossos briosos artistas.

A Imprensa em geral fizera optimo acolhimento á Companhia franceza, e até alguns criticos a tinham apontado como modelo aos actores de cá. N'um artigo intitulado *De la nécessité de conserver et protéger le théâtre français en Portugal,* diz no interessante jornal francez publicado em Lisboa *L'Abeille* um articulista assignado C *** estas palavras que traduzo:

..... «O theatro francez, aqui estabelecido ha mais de um anno «pelo sr. Emilio Doux, e por elle sustentado com um exito que «faz o elogio do merito e do talento de tal director, foi um achado «para o theatro portuguez e seus actores, que assim encontram,

«na patria, exemplares de declamação e acção dramatica. São «perfeitos aquelles artistas francezes? certamente não; e comtudo, «bons resultados produziram já, como devem confessar os fre- «quentadores do theatro do Salitre, reconhecendo progressos nos «nossos actores desde a estreia dos francezes em Lisboa (1).»

Apezar dos preconisados serviços de Emilio Doux á arte dramatica, serviços que eu julgaria injustiça desconhecer, é certo que esse homem se tornou pouco sympathico aos nossos. Provavelmente deixou-se levar do orgulho; inebriou-se com os fumos da lisonja; deixou cahir alguma critica menos benevola; soou fóra dos bastidores, cá n'estas regiões litterarias sempre tão mechidas, alguma phrase d'elle mais jactanciosa; e começou, sem se saber, uma reacção patriotica em favor do theatro portuguez, da maneira portugueza de representar, e do applauso incondicionado aos actores portuguezes não inscriptos na rua dos Condes. Esses assomos de patriotismo são muito da nossa terra.

Que a reacção tinha razão de ser, e não se fundamentava no ar, deprehende-se do facto de serem Castilho e Herculano os cabeças do motim; mas que houve os inevitaveis desmandos de parte a parte, é innegavel.

«Levantou-se uma grande questão n'esta cidade—diz Castilho n'um artigo de polemica no *Nacional,* de 28 de junho de 1838— «ácerca de objecto, que por grande a mereceria, se já a não «excusasse por de sobejo claro. Tocámos, eu e o meu amigo Ale- «xandre Herculano de Carvalho, o clarim do rebate.»

Accendeu-se o rastilho, e lavrou o fogo no jornalismo. Os partidarios da arte portugueza entrincheiraram-se no theatro do Salitre, em quanto Emilio Doux se fortificava na rua dos Condes.

Doux era enthusiasta da sua arte; vivia no palco; sonhava theatro; era-lhe indispensavel aquelle elemento; queria, a proposito de tudo, communicar aos mais o seu enthusiasmo, e conseguia-o. Tinha, segundo já mostrei, o don do ensino; tinha a chispa, o fogo sagrado, e a audacia.

Os seus antagonistas, apezar de não serem actores de profissão, eram homens de muita valia, e entendedores. O theatro do Salitre, dirigido por Herculano e Castilho, tinha actores de talento e boa vontade; por exemplo: Grata Niccolini, cujo nome, e cuja graciosidade chegaram nas tradições aos nossos dias; a celeberrima Barbara, actriz de primeira ordem, cheia de estro comico e ao

---

(1) Vejam-se as phrases francezas no n.º 18 do vol. I do periodico *L'Abeille,* de 27 de agosto de 1836.

mesmo tempo sensivel; o Dias, o Gama, o Ferreira, o Gusmão, o Bernardo, e o Ignacio (1).

Essa guerra, cujas minucias não chegaram aos meus ouvidos, deu para muitissimo. A actividade incalculavel de Castilho, aos trinta e oito annos apenas, achava campo onde expandir-se; e ao passo que defendia, em polemicas muito acres, a causa nacional e sympathica do theatro portuguez, enriquecia-o com peças de sua lavra.

Como lhe faltava a bossa dramatica inventiva de enredos e lances, limitou-se a imitar primorosamente comedias estrangeiras, e poz em scena, assim adaptadas, duzias d'ellas.

«O theatro requer duas coisas essencialmente — dizia uma vez o poeta nos já citados apontamentos biographicos exigidos por seu irmão José: — talento para inventar enredos, e naturalidade «para dialogar. Da primeira, careço; por isso, nada ha que eu «admire tanto, em litteratura, como um bom drama, e mesmo «uma boa comedia n'um acto que seja.»

Ninguem se exprime com mais franca singeleza.

As suas primeiras tentativas originaes no genero foram, ainda em Coimbra, a tragedia em cinco actos e em verso *Canace,* e o drama em cinco actos e em prosa *O negro* (2); a terceira o dramasinho pastoril em verso *A festa do amor filial;* tudo obras da mocidade. Traduziu o *Aristodemo* de Monti, *O Conde de Comminges* de Arnaud (esta perdeu-se), algumas peças de Ducis, o *Galioto de Manfredo* de Monti, etc.

O theatro do Salitre desenvolveu-lhe o gosto de se applicar outra vez ao genero dramatico; e n'essa temporada, com o seu costume de se absorver todo no assumpto da actualidade, póde-se dizer que não sahia do palco, a não ser quando os actores vinham a casa d'elle receber lições de declamação (que n'isso era mestre).

---

(1) Encontro esses nomes no jornal *A Estrella,* de 31 de agosto de 1838, e n'outros numeros.

(2) O meu amigo, o sr. Annibal Fernandes Thomaz, da Louzã, adquiriu em Paris, n'um leilão, tres cartas de Castilho, assignadas, e provindas do espolio do bom Ferdinand Denis. Na primeira, datada de 20 de junho de 1830, conta Castilho a Denis andar compondo um drama sobre a escravatura, intitulado *O negro.* «A scena do meu drama — diz elle — é na America «portugueza; o seu fim é interessar a humanidade a favor d'essa raça, cuja «côr differente da nossa parece tel-a excluido da especie que domina o globo, «e haver composto os seus destinos de todas as maldições de Adão, de Caim, «e de Cham..... Ha ainda no meu drama muitos defeitos, para os quaes já «de antemão reclamo toda a severidade, em vez de indulgencia.....»

Não encontrei este drama no espolio litterario do poeta. É possivel que ainda appareça, por motivos que só mais tarde poderei contar.

Imitou então do francez varias comedias: *As mulheres romanticas, A volta inesperada,* de Regnard, *Os cincoenta annos, O avôsinho, O charlatanismo,* de Scribe, *Um anjo da pelle do diabo (Le vieux garçon et la petite fille), A carroagem aerea (Les cabinets particuliers),* e outras.

Herculano apresentou como estreia o seu drama original em tres actos (completamente esquecido) *O fronteiro de Africa;* subiu á scena um Domingo, 28 de outubro de 1838, em beneficio do actor Dias. Veja-se no jornal *A Estrella,* de 9 de novembro, um artigo encomiastico extrahido do *Imparcial.*

E não contribuiu sómente com este drama serio o cabouqueiro dos archivos; tambem alli deu comediasinhas imitadas do francez; exemplo: *O tinteiro e a caçarola* (1).

*

Cesar Perini (de quem acima fallei) era um moço italiano natural de Lucca, e emigrado. Ser italiano é quasi ser portuguez. Apresentado a Castilho por um conhecido de Gibraltar, foi acolhido como confrade, e quasi como patricio. Achei um soneto d'elle ao cantor de Eccho e Narcisco, em que se prova a admiração intelligente que dedicou ao seu novo amigo. O soneto é este:

Ad Antonio Feliciano del Castilho
dopo aver letto
le sue
Lettere di Eco e Narciso

SONETO

Qual estro peregrin, dimmi, t'accese,
O Tu, cui fera sorte orbò del sole,
Quando d'Eco e Narciso le parole
In flebil suono a lamentar imprese?

Chi inspirava il tuo cor? Chi mesto il rese?
A sentire e ad amar come angel suole,
E celesti virtudi al mondo sole,
O Cigno Lusitan, chi mai t'apprese?

---

(1) Vide *A Estrella,* de 26 de novembro de 1838.

Io dal dì che t'udia, gridai: «Costui
Certo non è d'umano fral vestito,
Ma uno spirto del Ciel fra noi disceso!»

Sì, tanto, o Felician, commosso fui!
Tal sull' ali del Bello mi ha rapito
Il tuo canto gentil unquanco inteso!

CESAR PERINI (1).

Este emigrado achava-se aqui muito pobre. Condoeu-se do seu estado o coração affectuoso de Castilho; suggeriu-lhe o poeta, como meio de ganhar honradamente a vida, o escrever para o Salitre, desde que reconheceu no mancebo um distincto talento dramatico. Como Perini não escrevia em portuguez, que fez o seu protector? traduziu alguns dramas de Perini, taes como *Os tres ultimos dias de um sentenciado* (2), *Filippe Mauvert* (3), *Geraldo sem pavor,* etc., e representaram-se em beneficio do auctor.

Rodrigo José de Lima Felner arranjou tambem para a scena *Os empyricos de algum dia,* de Scribe.

. . . . . .

E o publico applaudia, e instruia-se, e entretinha-se. E aquelles dois homens, Castilho e Herculano, estranhos completamente aos lucros financeiros da empreza, fomentavam assim o gosto nacional, e ajudavam a viver as companhias.

Uma vez, n'uma noite de enthusiasmo, deitou-se dos camarotes a seguinte poesia laudatoria:

Ao eximio vate
o sr. Antonio Feliciano de Castilho
pela occasião de subir á scena portugueza
o seu primeiro drama
em o
Theatro Nacional do Salitre

SONETO

Faltava-te, ó Castilho, á scena lusa
Teu estro consagrar já sobre-humano.
Principiaste, e foi de um Lusitano
Começo, que do mundo além transluza.

---

(1) *O Recreio, jornal das familias,* t. IV, pag. 61, numero de março de 1838.

(2) Representado em 7 de julho de 1838. O annuncio vem no jornal lisbonense *A Estrella.*

(3) A'cerca d'este drama, de que possuo o manuscripto, vem um artigo encomiastico no jornal *A Estrella,* de 31 de agosto de 1838. Foi representado em 26.

Thalia és todo tu, que és mais que Musa,
Porque de todas ellas (não me engano)
O côro em ti ressoa, e canta ufano,
Que revive em tua alma alta e diffusa.

Perini te instigou, rompeu-se a scena....
Tremula o pavilhão.... eis a victoria....
Elle é teu nome, e ella a tua penna.

Aos nacionaes auctores vais dar gloria;
Da escolha egregia a gratidão ordena
Que ao templo subas da immortal Memoria.

Lisboa, 1838—Imprensa de C. A. S. Carvalho
no fim da calçada do Garcia, n.º 42 (1).

Esta incrivel bomba, cujo auctor não quiz revelar-se, não é de certo um brasão de Poetica nacional, mas demonstra, sob a sua fórma caricata, os delirios d'aquellas noites de regosijo. Oh! mocidade!

E depois, havia cá fóra na imprensa jornalistica polemicas muito azedas. Castilho, por exemplo, publicou um artigo energico sobre Emilio Doux no *Nacional,* de 28 de junho d'este anno de 38, e no dia 4 de julho o segundo artigo. Logo no dia 10 apparecia no mesmo periodico uma resposta anonyma e crua, e continuou por outros dias. No dia 13 sahiu outro bom artigo de Herculano ácerca de Castilho n'esta questão.

E assim se desafogavam as iras dos dois partidos, mas assim se aguerria nos combates e nas refregas o Theatro nacional.

*

Seja-me permittido antecipar aqui um anno e tanto, e transcrever um parecer, que, na sua qualidade de membro do Jury do Conservatorio dramatico, teve Castilho de apresentar. Fallou-me Silva Tullio uma vez ácerca d'esse parecer, como de um escripto em que a eloquencia vigorosa da fórma realçava a sensatez da idéa.

N'um tempo em que os theatros se teem tornado aggressivos, n'um tempo em que as denominadas «revistas do anno» são satyras obscenas e fescenninas, que as auctoridades toleram em nome de

---

(1) Bibliotheca Nacional de Lisboa—S—7—43.

um phantasma nocivo e perverso chamado a *liberdade,* n'um tempo como o nosso, em que a personalidade dos homens publicos é vilipendiada sem pudor, e em que os casacos do Ministro Fulano, o nariz comprido do Ministro Cicrano, ou o nariz curto do Ministro Beltrano se consideram crimes, e são mais commentados, nas taes ignobeis *revistas do anno,* do que o poderiam ser os proprios actos criminosos d'esses homens, não deixam de ter cabimento as ponderações de Castilho no assumpto «liberdade de publicação theatral.» Essas considerações são extensivas a outros generos de publicação.

Vimos, no nosso tempo, serem expostas em pelourinho, no palco, ás vaias alvares do publico, pessoas inoffensivas, infelizes, e pobres; vimol-as reproduzidas com torpe exacção no seu rosto, no seu trajo, no seu gesto, no seu fallar.

Vimos a caricatura não córar de se deshonrar a si propria ridiculisando as feições de tal ou tal prócere, collocado pelo lapis burlesco em posições ridiculas ou infamantes.

Viram nossos paes, n'um baile elegantissimo da primeira sociedade de Lisboa, no Domingo gordo de 1842, apparecer entre mascaras opulentas a contrafacção de duas desgraçadas senhoras, que por ahi andavam, vestidas de preto, com os seus chapéos antiquados, os seus vestidos rotos, mendigando, e conhecidas pela alcunha de «manas acerta o passo.»

Ora essa tendencia de ferir as personalidades é sempre reveladora de indole perversa; e Castilho censurando com energia, e cauterisando com fogo, uma farça que lhe distribuiram para examinar, generalisava, sem o pensar, a sua justissima reprovação.

N'essa farça intitulada *Pancada na bola,* ou *Oh Roberto! oh Roberto! oh Roberto! Pim! pim!* era enxovalhado pelo ridiculo um inoffensivo cidadão de Lisboa, mais util, talvez, aos seus amigos e aos seus parentes, do que o estolido auctor da farçada aos seus. Castilho, interpretando com denodo uma boa parte da opinião publica, escreveu isto:

Parecer
de
Antonio Feliciano de Castilho
ácerca de censura theatral

«Examinei a farça em um acto, intitulada *Pancada na bola,* ou *Oh Roberto! oh Roberto! Pim! pim!* que por despacho da Inspecção Geral dos Theatros me foi distribuida em data de hoje, 27 de maio de 1840, para dar sobre ella o meu parecer.

«Entendo que por nenhum caso se deve consentir a representação de tal farça n'estes cincoenta annos mais chegados, em theatro algum do Reino, muito menos nos de Lisboa, e muitissimo menos no que é subsidiado da Nação para norma de theatros, e com esse titulo se condecora. É a linguagem d'este improviso dramatico incorrecta, inculta e grosseira; a invenção nulla, que não passa de fria repetição do «Manuel Mendes,» e mais entremezes velhos portuguezes; nem sombra de caracteres; nem um ar ou um longe de gracejo a que se possa decentemente sorrir. Não, comtudo, por algumas d'estas razões, ou por todas ellas juntas, a condemno; peior e mais incuravel achaque a faz indigna da honra de ser representada, e muito mais n'esta epocha, em que se mantem junto com o theatro, custosamente pago pelo thesouro, um tribunal encarregado de o vigiar e dar bom ensino. É a mesquinha e unica intenção apparente d'esta peça ridiculisar um cidadão honrado e pacifico, já victima, e por muitos modos victima, não de um crime nem de uma imprudencia propria, mas de uma intriga de quem quer que fosse, e da malevolencia pueril das turbas, malevolencia não provocada, tumultuosa, e já por fim anarchica. Esta anecdota, demasiadamente conhecida em toda a cidade, já de brinco máo em que principiara, passou a mui reprehensivel e punivel crueldade. As suas tristes consequencias sabem-n'as todos: um velho, desgraçado; uma familia, coberta de vergonha; um estabelecimento, perdido; um filho, impossibilitado de continuar os estudos publicos em que se habilitava para ser util a si e á patria: e tudo isto sem sombra de culpa nos que padecem; assoadas, ferimentos, um homicidio, segundo consta, prisões, processos crimes installados que poderão muito bem rematar em rigorosos castigos.

«D'esta simples exposição resultam duas considerações poderosas: que de tão atroz materia seria coisa infame fazer um brinquedo e divertimento publico, e mais infame coisa ainda, quando, não havendo na farça especie alguma de merito, esse projectado homicidio moral só podia ser havido por mera especulação, com a qual se procurava judaicamente encher a bolsa com o preço, senão do sangue, certamente das lagrimas do innocente: e pondo ainda aqui de parte por um momento a questão da immoralidade, seria facillimo de provar que nenhum homem, nem corporação, tem, nem póde ter, o direito de traficar com a honra e felicidade alheia; e que se alguem o fizesse, e se as auctoridades ou justiça publica o não castigassem, nenhuma acção teria elle para se queixar, se o offendido lançasse depois mão de quaesquer meios para seu desaggravo pessoal, e na falta das leis se levantasse a honra do traficado para tomar por suas mãos vingança do traficante. A merecida ruina d'este acharia porventura recurso nos tribunaes; mas o tribunal

supremo, a razão e a consciencia publica, absolveria e applaudiria o feito. De obscenidades e satyras pessoaes se compoz o theatro na sua infancia: contra umas e outras se declarou o progresso da civilisação. As obscenidades da scena tão bemquistas da relé, nunca d'entre nós se chegaram a extirpar, e ainda hoje, por nimia indulgencia de censores, algumas vezes campeiam despejadamente, impossibilitando a muitas familias honestas de assistir ao mais agradavel dos divertimentos: mas os libellos difamatorios, de cujo uso ou abuso nos deixou amostras Gil Vicente, e que Antonio Xavier e José Agostinho de Macedo escandalosamente tornaram a sacar a publico em comedias da nossa infancia, os libellos difamatorios, contentes com a imprensa que senhoreiam, pareciam ter deixado de uma vez livre o theatro, onde a satyra geral, satyra licita, proveitosa e honrada, era a unica em nossos dias que se afoutava a levantar cabeça. Esta farça, verdadeira satyra pessoal e libello difamatorio, nos recuaria para além da rudeza das carradas de Thespis, de que tão afastados nos cuidavamos já, e nos abateria no juizo de todos os que o teem, até á condição de bando silvestre, que nem ainda principia a domesticar-se.

«Por mim digo, e em minha consciencia o entendo, que se a alguma d'estas duas pestes, devassidão ou satyra, houvessemos de ceder forçadamente o theatro, muito antes o desamparassemos á luxuria, que á petulante maledicencia. Das torpezas declamadas ou representadas, póde qualquer preservar-se fugindo-lhes; mas as baterias que um vosso inimigo ou um cubiçoso assestar n'um tablado, bombardear-vos-hão onde quer que vos escondaes, no fim do reino, no hemispherio opposto, no fundo da sepultura. As immodestias de uma prostituta podem não excitar senão o desprezo; mas a um furioso que apedreja a quem passa é precisão e dever amarral-o.

«Porém se tudo isto é assim, como certamente é, se a satyra theatral é um crime de profunda immoralidade, quanto não sóbe elle de ponto no presente caso! aqui a satyra, não contente de ser satyra, é de mais a mais aleive. Com a ridicula anecdota que deu titulo á peça se reuniram varias outras tambem offensivas, como a da *louça é barro,* a do *chapéo de sôpro* e a da *gallinha constitucional.* Sem deixar assim de offender a mais tres cidadãos por commemorações intempestivas e maliciosas, o auctor da farça pareceu deliciar-se em accumular esse contra-peso de mais tres baldas áquelle em quem já a primeira era de mais, pois que é notorio que esse pêco e insulso caso da proverbial cantilena, ou não existiu, ou, se existiu, nada teve nem com o ancião a quem foi attribuido, nem com pessoa alguma de sua sisuda familia, que tão acerbamente o tem pago.

«A segunda consideração, que eu disse se podia deduzir do acontecido, é a que tem por objecto a policia e tranquillidade publica. N'esta me não quero eu demorar, por serem tão obvias as razões, que eu podera tocar, que a todos os olhos estão saltando: perguntarei sómente, se n'uma cidade onde a força publica se appressa de acudir a qualquer enxovalho publico, por levissimo que seja, se póde ou ha de consentir n'uma injuria maxima, acintosa, estudada, annunciada em cartazes e jornaes, e que talvez a despeito de tudo houvesse de ser applaudida (porque para tudo se acham mãos e vozes na sentina de uma capital). Por derradeiro pergunto: se o injuriado, se os parentes, amigos, e collegas do injuriado, se muitas pessoas das que se indignam perante uma injustiça flagrante concorressem a tal espectaculo, e por uma talvez desculpavel e diminuta represalia misturassem com as pateadas, pessoaes injurias ao auctor, ao empresario, ás auctoridades, e aos comediantes; se então ahi o tumulto viesse a produzir effeitos analogos, e talvez superiores aos que a assoada das ruas já produziu, quem seriam os responsaveis, quem seriam os condemnados pelo juizo publico?—Tomar-se-hão providencias, se responderá.—Muito bem, assistir-se-ha pois a uma farça, como a uma execução patibular; e em quanto na scena se não acabar de assassinar bem assassinada a honra de uma familia, as bayonetas estarão de roda para que ninguem ouse interromper os nobres trabalhos dos comediantes executores da alta justiça theatral!

«Taes são os fundamentos do meu parecer, mas o ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro Inspector Geral dos Theatros determinará o que entender e fôr servido.»

Lisboa, 27 de maio de 1840.

Antonio Feliciano de Castilho.

(Continúa).

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

(Continuado do n.º 9, paginas 695)

LIV

Francisco Rodrigues Prieto

Existe uma composição latina d'este auctor, que se declara lusitano, na seguinte obra do medico de Sevilha Juan de Luna:

77 — *Exercitatio XLI. continet. 1. Sapientissimvm medicorum Hippocratem (qvamvis Laconicé) vsum aquæ frigidæ,* etc., 1619.

LV

Manuel Bocarro Francez

Tem versos na seguinte obra do licenciado Pedro Herrera:

78 — *Descripcion de la Capilla de Nuestra Señora del Sagrario que erigio en la Santa Eglesia de Toledo,* etc. Madrid, Luis Sanchez, 1617.

LVI

Senhora Elisa

Ignoramos quem seja, mas cremos que é portugueza, pois n'esta lingua está escripto um soneto seu, *Letreiro Lvsitano,* que vem na *Fama Posthvma:*

Este he por quem Apolo enmudecia,
E docto, o sacro Monte hoje florece;
Este he por quem o Lauro verde crece
Por coroar seu canto, & melodia.
Quanto, o claro Sol vê, no eterno dia
Com magoas, & saudades se entristece,
Languida a Morte os olhos humedece,
Das Ninphas que o dourado Tejo cria.
Morreu o Filho de Euterpe Esclarecido:
Chorem as Noue Irmãs, que ja acabarão
Sua Arte, Perfeição, & Fermosura.
Faltou o Fenix a seu doce nido,
Van seus gritos tão altos, que passarão
Ainda muito mais da sepultura.

Bonito. E ainda mais bonito ficaria, parece-nos, se o *mais* do ultimo verso fosse substituido por *alem:*

Ainda muito alem da sepultura.

Tambem são harmoniosos e delicados os versos finaes do segundo quarteto. O *nido* do derradeiro terceto é que é um perfeito hespanholismo.

De Elisa, que é provavelmente a mesma, ha tambem um soneto em hespanhol no *Anfiteatro de Felipe el Grande.* É o Epigramma LI:

Escopo fué el mejor, que en caso incierto
Ocupó de un monarca la esperanza;
Si mi frente corona su alabanza,
También sirvió lo intrépido al acierto.
Con la posteridad hice concierto
De hurtarme á la impiedad de su mudanza:
Tanto un remedio á grande mano alcanza,
Tanto se esparce quien feliz ha muerto.
Fénix lunado soy, y aspiro fuerte
Á vivir racional, porque mi herida
En más noble materia me convierte.
Fuéme la gloria del dolor debida,
Que, en tanta vanidad, me halló la muerte
Estrecho entre los claustros de la vida.

LVII

Francisco de Faria Correa

É talvez o Francisco Faria, de que falla Jacintho Cordeiro. Escreveu, sob o titulo de *Epigrama,* o seguinte soneto para a *Fama Posthvma:*

Mvrio el Fenix de España, y quando llega
El fin natal en Tumulo de olores
Fertilissima Pira de sus flores
Para su muerte ministró su Vega.
La misma Parca, aun siendo Parca, niega,
Iuridicion fatal a sus rigores,
Pues con logro de alientos superiores
Al destinado fin su vida entriega.
Assi bien, que forçosa desmentida
Quedò la Muerte en la olorosa llama
Executada si, pero corrida.
Pues tanto el mundo al Fenix viuo aclama,
Que aunque su muerte acreditò a su vida,
No fue su vida estoruo de su Fama.

LVIII

Fernan Pereira de Castro

Cavalheiro de Christo e filho do insigne doutor Gabriel Pereira de Castro. A unica producção litteraria, que d'elle conhecemos, é o seguinte soneto, que vem egualmente na *Fama Posthuma:*

Este postumo honor del ya segundo,
Si primo Apolo no, pompa altanera,
Dize la que oy dexo noche prostrera
A las Musas sin luz, sin Sol al mundo.
Extinto aclama al Heroe mas facundo
Oraculo Español, a quien venera
España muerto, y de quien muerto espera
De tanta Vega fruto bien fecundo.
Admira, ô Peregrino, (ò tu que errante
Espectaculos buscas) tanta gloria
Fin tan lloroso a Mente tan luzida,
Contempla desta Pira lo elegante,
Y erige eterno Templo en la memoria
Al que a las peñas con su voz dio vida.

LIX

Diogo Correia de Sá, visconde da Asseca

D. Pedro Joseph de la Plana escreveu tres peças dramaticas, destinadas a celebrar o quarto, quinto e sexto anniversario natalicio do principe D. João, que foi depois o sumptuoso D. João V. São interessantes para o estudo da arte dramatica e musical em Portugal. Plana não vem mencionado nas obras bibliographicas de Salvá e de Gallardo, nem figura tão pouco no *Catalogo... del teatro antiguo español* do sr. Barrera y Leirado. As tres peças intitulam-se:

79—*Preludio encomiastico,* etc., Lisboa, Miguel Manescal, 1693.

80—*Lvstral celebridad,* idem, idem, 1694.

81—*Concurso festivo,* idem, idem, 1695.

Todas ellas trazem, nos preliminares, poesias encomiasticas dos seguintes poetas:

Conde da Ericeira
Señor de Melo
D. Francisco Mascarenhas Henriques
Andre Rodrigues de Matos
D. Gaspar da Encarnação, prior de S. Vicente
D. Leonardo de S. José, conego de Sancto Agostinho
D. João de Christo, idem
Visconde da Asseca.

D'este ultimo transcrevemos o seguinte soneto da *Lvstral celebridad:*

Tu docto afan, y tu feliz aliento
Oy los años del Principe numera
Siendo a su fama en inmortal esfera,
Alas tu pluma, si tu voz acento;
Solo tu buelo á excelso lucimiento
Con noble impulso competir pudiera,
Porque en sus esplendores reverbera,
Esa luz de su sabio rendimiento.
Si al Principe, y á tu empleo, igual aclama
Generoso el desvelo, si presuma
Logrando gloria que uno, y otro llama;
Pues de sus años dà con dicha suma
Blason a las hedades de su fama,
Siglos a los aplausos de tu pluma.

Não encontrámos, se procurámos bem, no *Diccionario Bibliographico,* o nome do visconde da Asseca, que nos parece aliás digno de menção. Vimos d'elle a seguinte peça dramatica:

Fiesta de Zarzuela, con que el real convento de Santa Clara de Lisboa celebra la felis eleccion de su excelentissima prelada la señora D. Margarita de Portugal. En Lisboa, Miguel Manescal, 1716.

Da *Lvstral celebridad* transcrevemos ainda, por ser em portuguez, um soneto de D. Leonardo de S. José:

Hove (sic) alguns dos Gentios que afirmavão,
Entre varios abusos que seguião,
Que de todos aquelles que morião
A outros corpos as almas se passavão;
Como gentios pois em tudo erravão
Nesta falsa opinião em que vivião.
Mas que muito se a Deos não conhecião,
Quando se os falsos Deoses adoravão.
Quem ler esta Comedia tão famosa
Parto de vosso engenho, em que se admira
Que aos comicos melhores leva a palma;
Sem temer da sensura rigurosa,
Se tão barbara opinião talvez seguira,
Dissera que de Lope era vossa alma.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX—MAIO DE 1892

SEGUNDA SERIE—N.° 11

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

	Pag.
Esboço de uma tentativa scientifica — por **Abel Andrade**	777
A questão social — por **Fernando Martins de Carvalho** ..	781
Giordano bruno — por **Joaquim Mendes dos Remedios** ...	792
Algebra (Ao sr. J. C. Medeiros) — por **Junio de Sousa** ..	802
Propriétés des paraboles du 3.e degré — par **C. A. Laisant**	809
Notes sur les amphibiens et reptiles — par **dr. J. Bedriaga**	814
Ponticas de ovidio nasão — pelo **Visconde de Seabra** ...	821
Memorias de castilho — por **Julio de Castilho**	829
Primeira abertura do tumulo de d. isabel de aragão (a rainha sancta) — por **Antonio de Vasconcellos**	841
La foi (poesia) — par **Thomas Blanc**	853
Poesias de auctores portuguezes em livros de escriptores hespanhoes — por **Sousa Viterbo**	855

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

ESBOÇO DE UMA TENTATIVA SCIENTIFICA

Methodo a seguir nos estudos sobre a evolução politica em Portugal

(Excerpto de um manuscripto)

A historia não se limita hoje á simples narração de acontecimentos, mais ou menos dependentes da vontade arbitraria de um homem, do acaso de uma acção bem succedida ou obedecendo ao *nutus* de uma Providencia divina, superior ás paixões humanas. Se Luiz XIV concentrou no seu sceptro a universalidade do poder, devemos attribuir esse absolutismo á serie de causas sociaes determinantes de uma concentração politica; a indole do character, as suas aptidões intellectuaes, o seu genio politico, desapparecem quando queremos encontrar a causa unica d'este phenomeno, para se esconderem na serie de energias sociaes constitutivas do grande factor historico. A historia é uma dynamica constante em que se integram os varios factores da evolução biologica mais ou menos especialisados pelas condições internas e externas da mesologia social. Póde discutir-se mesmo em face dos modernos progressos da Psychologia—diriamos melhor Physiologia superior?—a existencia do determinismo individual, do determinismo psychologico; nas vesperas da constituição da Physiologia Psychologica (Maudsley) parece tambem constituir-se o determinismo psychologico como uma applicação do determinismo vitalista, manifestação importante dos movimentos cosmologicos. Mas o que não se discute é a existencia do determinismo social, historico; a Sociologia é um facto antes de ser uma sciencia.

As integrações e desintegrações sociaes obedecem a leis, formulas mais ou menos perfeitas de equações de complexidade

crescente em harmonia com a variadissima constituição das forças componentes da dynamica social.

Suppôr tambem que a iniciativa individual bem dirigida é incapaz de modificar a evolução, alterando a directriz dos motivos, dirigindo as series phenomenaes, é desconhecer a existencia do ideal, a possibilidade de uma concepção superior ao meio em que se vive e a influencia extraordinaria das concepções intellectuaes sobre as sociedades.

A existencia dos ideaes constitue um facto universalmente reconhecido; ninguem a póde contestar.

Admittida a existencia de idéas superiores, apparentemente inconciliaveis com o meio em que se desenvolvem, não é necessario evidenciar a influencia d'essas correntes electricas sobre a evolução; em todos os estadios da evolução as idéas predominantes são referidas entre as causas da directriz social.

Em harmonia com estes principios a historia é uma integração dynamica; a integração dos factores é necessariamente determinada, mas assiste ao homem a faculdade de modificar os termos da integração, mediante os processos referidos.

Nos estudos historicos encerrar-nos-hemos entre a synthese difficil e a analyse historica, empirica; não reduziremos o nosso trabalho a uma synthese, que despreze completamente os factos, nem nos preoccuparemos demasiadamente com a analyse. Considerando a sociedade como um complexo organico, tentaremos descrever uma das importantes manifestações da sua dynamica, —estudaremos a phenomenalidade politica.

As idéas politicas vivem a vida das condições sociaes; são mesmo o reflexo das vibrações organicas imprimidas á sociedade pelas energias fortemente dynamicas do pensamento; tudo o que não seja esta mutua dependencia é anormal, anti-organico e por isso mesmo a negação da verdade social. Como a flor brota harmonica do desdobramento das petalas, assim a synthese politica deve fluir da integração e desintegração social.

É bem de ver que fallamos da sociedade como ella deve ser, collocando para a margem, como excepções lamentaveis, os periodos historicos que correspondem a pressões de uma *claque,* de um partido ou de uma potencia extrangeira. A propria desharmonia que se nota na vida momentanea d'essas sociedades demonstra bem a anomalia de similhantes phases historicas.

Se a vida politica deve subordinar-se ao complexo de condições sociaes, é intuitivo que a synthese politica corresponde á synthese social; por seu lado as condições sociaes, variaveis como são, constituem uma aberração constante da permanencia absoluta.

A vida em geral é essencialmente evolutiva; o τὸ *fieri* social

impõe-se, não se discute; poderá duvidar-se das suas causas, mas nunca da sua existencia. Fixemos a nossa attenção sobre um determinado estadio da humanidade e encontraremos sempre uma lucta, opulenta de vitalidade, entre a hereditariedade que sustenta, n'uma insistencia de martyr *pro-aris,* a conservação do passado tradicional,—e a adaptação que caminha ovante, na vanguarda das ultimas exigencias, para uma justa harmonia entre a constituição fundamental e o *ensemble* das condições, creadas pelo fermento das idéas de toda a ordem. A hereditariedade, filha da força coactiva das impressões nervosas, gravadas por infinitas sensações e percepções seculares, representa o principio conservador; a adaptação, creada pelo *meio* bio-social, quasi fórça a sociedade a accommodar-se a novos moldes; e embora esses moldes sejam mais amplos, nem assim a lucta deixa de ser terrivel: é a preoccupação organica do passado.

Todos estes phenomenos se succedem n'um fundo mechanico; na mechanica principalmente vencem as resultantes, que symbolisam a equação das mutuas transacções; isto mesmo acontece na vida social; a hereditariedade e a adaptação, duas forças organicas, combinam-se e apresentam uma resultante denominada scientificamente *selecção social.*

Este constante desdobramento das condições sociaes constitue uma das mais importantes concepções da vida social.

Em Portugal, como em todas as nações da Europa, accentuou-se este movimento e com impeto fóra do vulgar.

N'uma atmosphera, impregnada de theocracia e feudalismo, organisou-se a monarchia portugueza; na impossibilidade de luctar contra o *meio* fortemente constituido aproveitou a energia das forças constituidas e sobre ellas cimentou a sua existencia autonoma. Mas *aproveitar* não era *submetter-se*...

Frequentemente os bons politicos amoldam-se á corrente estabelecida e acabam por ser vencidos e arrastados por ella. Portugal, apenas constituido, resistiu, e tenazmente, contra a preponderancia de forças extranhas; são demonstração eloquente do que dizemos as luctas titanicas entre o rei e o clero.

A hereditariedade da influencia theocratica impunha-se; não tinham dominado debalde os tonsurados egregios nas monarchias peninsulares. Entretanto almejava uma esperança: o terceiro estado, graças ás correntes fermentadoras da opinião social, surgia imponente e audacioso da organisação communal. A monarchia tentava adaptar-se a estas novas condições: necessitava de vencer a hereditariedade para levantar o povo, para se levantar: era a necessidade organica da adaptação.

Sancho I e o bispo do Porto não são simplesmente os chefes

principaes de dois partidos oppostos; symbolisam e crystallisam com toda a verdade a hereditariedade e a adaptação social. *Feudo-Tirou,* o popular saliente dos revoltosos do Porto, é o representante insciente da synthese das novas condições sociaes.

Nem a clereria morreu, nem os monarchas perderam o seu trabalho: houve uma transacção representada pela equação resultante, equação expressa pela selecção social:—esse estado de decadencia em que ficou o clero e a nobreza, em proveito do orgão central e do braço popular.

Entretanto não se póde dizer que a integração politica e social se tivesse constituido; accentuaram-se as desintegrações parciaes das classes até alli preponderantes e iniciou-se um principio de integração parcial á custa dos elementos: poder central e braço popular.

A desintegração referida dynamisou-se até D. José I, em que se consolida a synthese monarchica á custa da completa desintegração do clero, nobreza e do proprio braço popular. A energia integrante da monarchia fundiu no cadinho da evolução todos os outros elementos: fez-se a synthese monarchica; a equação da resultante fez-se toda á custa da desintegração dos outros elementos.

No periodo constitucional, filho de uma dissolução organica da synthese absolutista-monarchica, affirma-se dia a dia a desintegração do absolutismo e da mesma monarchia; qual será a nova synthese? nascerá o despotismo militar ou monarchico? consolidar-se-ha o regimen anarchista? vencerá Lavelaye, Proudhon ou Letourneau?

Não temos a imprudencia de comprometter o nosso juizo.

ABEL ANDRADE.

A QUESTÃO SOCIAL

Ao ex.mo sr. dr. Antonio Henriques da Silva

Suggeriu-me a leitura do livro do sr. Magalhães Lima—*O socialismo na Europa*—a idéa de expôr resumidamente n'esta revista as minhas idéas ácerca da questão social.

O socialismo na Europa não é um resumo de doutrinas com uns ares graves e um estylo tardo de compendio. Não é um trabalho de critica das theorias correntes.

Na obra do sr. Magalhães Lima o socialismo não é discutido como uma doutrina, mas é encarado como um factor da evolução da sociedade contemporanea.

O auctor estuda a filiação historica do movimento socialista, as suas diversas *nuances,* as suas diversas phases. Determina as condições historicas do socialismo, a influencia da raça e de todas as circumstancias nacionaes.

Por vezes a vivacidade do *reporter* prejudica os pontos de vista do homem de sciencia. O livro ás vezes revela o temperamento do auctor, tanto como uma obra de arte, mais do que um estudo scientifico.

Mas é incontestavelmente um estudo moderno, de historia, mas da historia determinista, da historia guiada pela sociologia, obedecendo ao criterio transformista, da historia-evolução, não da velha historia, a historia-exemplo—uma collecção estupida de reflexões moraes e bons conselhos.

O livro tem todas as grandes qualidades scientificas e litterarias que se exigem n'uma obra de vulgarisação.

E tem outras ainda, mais raras, as do evangelisador. Estas possuem-nas só os crentes, que têm as furias geniaes, as illuminações propheticas dos possessos de uma Idéa.

No *Socialismo na Europa* ha uma vaga religião, uma sublime serenidade mystica. É que o sentimento religioso conserva-se por hereditariedade psychologica nos melhores espiritos depois de mortas já as religiões. A' idéa religiosa sobrevive o sentimento religioso e põe-se ao serviço dos grandes ideaes modernos e dá-lhes um mystico resplendor.

Ha na obra a par de alguns defeitos,—os dos individuos que se crearam o feitio especial, leviano e rhetorico, de jornalistas e escrevem depois um trabalho scientifico,—grandes qualidades. Entre estas a principal é esse singular delirio de grandezas mentaes, que mostra, bem aberta, a chaga do genio—um mal do entendimento, e que é o que de verdadeiramente sublime ha no nosso seculo; —é essa extranha hallucinação que produz as extraordinarias construcções da intelligencia, tão comparaveis pela obstinação no Grande ás velhas architecturas do Oriente.

No livro do sr. Magalhães Lima destacam-se duas conclusões: —a ligação intima da questão politica e da questão social; a independencia mental das doutrinas e a autonomia na sua origem e na sua evolução do movimento socialista em Portugal.

O livro não é portanto uma analyse das doutrinas socialistas, mas sim um estudo de philosophia da historia do movimento socialista.

E é melhor isto: as doutrinas socialistas pouco valor scientifico ainda hoje têm, mas o movimento socialista tem uma extraordinaria importancia.

O socialismo ainda não deixou de todo as suas origens poeticas, e ainda se não emancipou da rhetorica, que no periodo que atravessamos, é uma sociologia inteira.

Ainda hoje uma miseria mais ou menos dramatica é uma demonstração completa, uma propaganda inteira do socialismo.

E o socialismo conserva ainda uns vagos ideaes poeticos: por vezes tem as sanctas ingenuidades das creanças que veem n'outras uns vestidos melhores e fazem uma carinha triste e uma beicinha socialista. Esse socialismo desabafa-se em declamações como as tão simples e ingenuas de alguns versiculos dos Evangelhos contra os ricos.

Ha um outro socialismo, empirico, uma confiança sebastianista no Estado, que vê n'uma burocracia operaria com direito a aposentação a solução do problema social.

Ha ainda a sciencia palavrosa do socialismo da cathedra, todas as entidades abstractas das escholas metaphysicas, e os exercicios de cabeçuda dialectica demolidora do incontestavelmente grande Karl Marx.

O socialismo resente-se d'esse mal da mente, o *fin de siècle*, —uma nevropathia produzida pelo cançaço mental e pelo esfalfamento physico de uma civilização velha.

Um socialismo que tenha feito uma sciencia economica subordinada á synthese sociologica não appareceu ainda.

Na pratica o socialismo tem porém uma importancia que no campo das doutrinas está por emquanto muito longe de ter.

Todos os governos transigem com elle, e todos os partidos politicos se approximam d'elle.

E entre nós o partido democratico mostrou-se deliberadamente socialista no programma do directorio, que é o melhor trabalho de synthese sociologica que conhecemos e que é attribuido ao sr. Theophilo Braga.

Mas é tempo de entrar no assumpto, apresentando o meu ponto de vista sobre a questão social, á qual em diversos estudos já me tenho referido. É uma perfeita aventura mental a minha opinião, em que se reflecte a orientação anthropologica dos estudos sociaes, mas não importa.

Deixar ir á redea solta o pensamento a ferir lume como as patas dos cavallos pelas calçadas...

*

A lucta entre o militarismo e o industrialismo (1) é uma lucta de raças.

Dentro das diversas raças humanas primitivas dá-se uma nova differenciação anthropologica. Os alimentos não chegam para a população. E nem sempre da lucta pela vida, a que o facto tragico revelado pela lei de Malthus dá origem, resulta a eliminação dos mais fracos. Estes recorrem algumas vezes a uma nova fórma de accommodação ao meio: d'este modo nascem novas raças, como mostrou Darwin. Destinados a succumbir na lucta pela vida, os incapazes, não podendo competir directamente com os melhores na conquista epica do meio, organizam-se em bandos que roubam o producto do trabalho d'estes. O roubo torna-se permanente, organizado, um parasitarismo: aos novos habitos e aos novos instinctos corresponde uma differenciação de raça. Assim se formam duas raças novas: — uma guerreira, com desenvolvimento occipital, e outra pacifica e activa, com desenvolvimento frontal. Esta trabalha constantemente, aquella é a conquista permanente, o roubo organizado. O militarismo corresponde ao predominio da raça occipital; o industrialismo ao predominio da raça frontal. O militarismo tem constantemente decahido: a casta inferior passa da escravidão á servidão da gleba e ao salariado. N'este regime a casta superior não conserva já a soberania, que antes d'elle era a

---

(1) Damos a este termo a sua accepção lata, scientifica, e não a de capitalismo.

origem directa da propriedade, mas entra na concorrencia economica, em que o proletario entra sem nada, com o capital adquirido em pleno militarismo.

Um dia vem o industrialismo. O militarismo sobrevive ainda: —mas já não corresponde a uma casta hegemonica, dominadora, permanentemente conquistadora. Deixou atraz de si *survivances*, vestigios, ruinas. São os delinquentes. O crime é o estado social representado pelo militarismo que persiste, é a raça occipital que sobrevive ainda, e que já não escravisa vencedora, mas reage vencida, tentando ainda esforços desesperados em luctas deseguaes, fazendo guerra de guerrilhas.

A questão criminal é uma questão anthropologica. Mas o crime não é um atavismo: é a *survivance* do militarismo e o delinquente é um dos raros representantes d'essa raça quasi extincta, e que foi já em tempos uma casta, a raça occipital.

Da eschola de Lombroso seguimos só, como se vê, a orientação geral: concordamos em que a questão criminal é uma questão anthropologica.

E concordamos tambem que no criminoso apparece a degeneração epileptiforme.

E a razão parece-nos clara: o criminoso é o representante de uma raça moribunda, de um estado social passado. Acontece com elle o que acontece com o africano em presença do europeu conquistador: inadaptavel ao novo estado social, incapaz de cruzamento com uma raça superior, degenera. O phenomeno que se dá com o delinquente é similhante ao que se dá na *degeneração das aristocracias* (as aristocracias são as camadas melhores da raça occipital), phenomeno scientificamente estabelecido e que se explica pela inaccommodação da casta aristocratica á nova phase da historia (1).

---

(1) O meu espirito deixa-se ir atraz das associações de idéas, em divagações longas, apezar das exigencias severas do methodo, correndo livremente pelos dominios do pensamento como as creanças pelas praias. Com a logica só estou resolvido a transigir, separando as divagações do corpo do artigo e pondo-as em notas.

Eu admitti já a hypothese atavistica. E explicava o facto da coincidencia constante no delinquente dos characteres do atavismo e da epilepsia, approximando este facto do da degeneração das raças inferiores perante o conquistador branco: —o homem primitivo, resuscitado no homem-delinquente por atavismo, e collocado em presença do homem normal devia degenerar.

Approximo-me da explicação que a eschola italiana dá ao phenomeno criminoso, porém não acceito a sua theoria penal: a theoria da eliminação do criminoso, fundada na lei da lucta pela vida e selecção natural. A eschola italiana tem o defeito de fazer darwinismo penal. O transformismo não suppõe necessariamente o darwinismo. Eu prefiro fazer lamarckismo penal. Dou mais importancia á hypothese do uso e do desuso de Lamarck do que

Os Estados são centros de cruzamento das differentes raças. Os Estados vão extinguindo as differenças de raças, eliminando algumas e cruzando outras. Mas dentro da sociedade torna-se necessaria, e é a necessidade um dos factores da evolução biologica a que Lamarck dá mais importancia, uma nova differenciação de raças.

Admitto, como se vê, a classificação de Gratiolet das raças humanas e deduzo d'ella importantes conclusões sociologicas. Julgo porém que as primitivas raças se distinguiam por characteres differentes dos da classificação de Gratiolet, mas que em certo tempo dentro de todas essas raças se deu uma nova differenciação anthropologica, a que serve de base a essa classificação. Tendem a desapparecer as differenças primitivas de raças pela eliminação das inferiores e pelo cruzamento das superiores; como consequencia necessaria d'este facto deve desapparecer tambem a separação dos Estados, que teve a sua origem na diversidade das raças. Tudo annuncia que vão desapparecer as differenças craneologicas e psychicas que se manifestam dentro das diversas raças; devem por isso acabar as differenças de castas e classes, devidas á separação das raças occipital e frontal.

O desapparecimento das primitivas differenças de raças terá como resultado necessario o desapparecimento dos Estados. O desapparecimento das differenças entre as variedades occipital e frontal das diversas raças terá como resultado necessario a egualdade social.

A conquista permanente da raça occipital, guerreira, deu origem ao militarismo, ás aristocracias.

A raça frontal, trabalhadora, foi pouco a pouco creando energias invenciveis. E perante essa raça victoriosa deu-se a *degeneração das aristocracias*. No meio de uma aristocracia degenerada, de um

---

ás hypotheses de Darwin, e por isso julgo que a pena não deve ter por fim a eliminação do criminoso, mas a sua regeneração: a destruição pelo desuso das suas tendencias criminosas e a creação pelo uso de outras tendencias. A pena é o exercicio moralisador e obrigatorio de uma funcção social, de uma qualquer profissão, uma fórma parcial de socialismo—o dever do trabalho, que com o direito ao trabalho seria todo o socialismo reclamado por uma eschola.

Não admitto portanto a *eliminação* como criterio da pena. A lucta pela vida deriva só da insufficiencia das subsistencias para a população e a eliminação dos mais fracos é um resultado da lucta pela vida. A falta de subsistencias póde ser causa de uma lucta pela existencia de que deva resultar a eliminação directa da raça criminosa, inferior. Mas póde ser este o criterio da pena? O criterio da pena não se deduz certamente da lei de concorrencia vital e da selecção, mas sim da lei, muito mais importante, do uso e do desuso.

feudalismo decadente era uma aventura facil de *condottiére* estabelecer a usurpação de um só, a monarchia absoluta. Mas o povo, a raça outr'ora escravizada ao militarismo — uma victoria permanente —, cada vez tem mais audacias. As dynastias, os poucos restos fortes das aristocracias, transigem. Essa transacção é um symptoma da degeneração das dynastias. A monarchia constitucional, que aliás em alguns paizes se adapta ás condições do meio, é a ultima phase da degeneração das aristocracias.

O triumpho definitivo do industrialismo está para breve. A Historia já poz o machado á raiz da velha arvore (1).

A evolução anthropologica, a evolução politica e a evolução economica correspondem-se.

E a evolução politica, que conduz á democracia, é a evolução economica, que conduz ao socialismo. Democracia e socialismo são os aspectos economico e politico da evolução social nos tempos modernos. A sciencia social é uma; e a politica e a economia não são duas sciencias independentes, mas dois capitulos d'aquella sciencia: a democracia é a conclusão politica de sociologia e o socialismo a sua conclusão economica. Questão social e questão politica são dois aspectos diversos do mesmo problema sociologico. A democracia é a condição politica da solução da questão social e o socialismo o desenvolvimento economico da democracia: esta é o antecedente logico e chronologico do socialismo.

Pensar outra cousa é conservar-se no empirismo de uma especialidade — politica ou economia politica — sem se elevar o espirito ao ponto de vista synthetico da sociologia.

A um regime economico corresponde uniformemente um regime politico: a um regime da propriedade corresponde sempre uma fórma da soberania.

A Revolução franceza deitou por terra o velho regime militarista; mas, limitando-se a um negativismo, sem uma creação organica, reformando a organização politica sem reformar a organização economica, produziu um regime extranho, uma democracia rhetorica — uma fórma sem uma idéa.

Destruido o velho regime economico sem que se tractasse deliberadamente de lhe substituir um outro, tornou-se possivel, como um estado evidentemente transitorio, a formação de uma oligarchia burgueza.

Porém ao negativismo economico seguir-se-ha um periodo positivista, de reconstrucção. O socialismo democratico será a continuação da Revolução franceza.

---

(1) «Jam enim securis ad radicem arborum posita est.» *Matth.*, III, 10.

A evolução politico-economica tem factores anthropologicos.

Os governos são a selecção social de uma raça. O militarismo foi a selecção social da raça occipital e o industrialismo é a selecção da raça frontal.

A egualdade das condições politicas, não a egualdade politica, e a egualdade das condições economicas, não a egualdade economica, são o inevitavel resultado da unidade anthropologica que tende a constituir-se.

*

Os economistas têm-se até agora occupado na tarefa mediocre de inventar umas quaesquer entidades metaphysicas — o Valor, o Capital, o Interesse —, e de fazer gyrar em torno d'estas palavras as mais especiosas discussões, que cançam o espirito e o adormentam n'uma somnolencia doentia.

Ninguem melhor do que Augusto Comte characterizou a escholastica e o culteranismo dos economistas. Lê-se a pag. 197 do vol. IV do *Curso:*

«En considérant, d'un regard impartial, les stériles contestations qui les divisent sur les notions les plus élémentaires de la *valeur,* de l'*utilité,* de la *production,* etc., ne croirait-on pas assister aux plus étranges débats des scolastiques du moyen âge sur les attributions fondamentales de leurs pures entités métaphysiques, dont les conceptions économiques prennent de plus en plus le caractère, à mesure qu'elles sont dogmatisées et subtilisées davantage?»

Ora os socialistas adoptaram precisamente os mesmos pontos de vista da eschola de Manchester. Vejam-se as principaes obras dos socialistas, e verificar-se-ha que elles todos se cançam na tarefa ingloria de recortar das obras dos economistas classicos uma qualquer subtileza metaphysica e d'ella, á força de syllogismos e outras brutalidades e difficuldades de logica, deduzir conclusões favoraveis ás suas doutrinas.

Mas no meio de tanto esforço inutil, de tanta erudição aborrecida, apparecem resultados uteis das obras dos economistas e socialistas. Aquelles estabeleceram claramente a lei da concorrencia, a que todas as theorias economicas acceitaveis (theoria da renda, de Ricardo; do proveito, de Loria, etc.) definitivamente se reduzem: e estes demonstraram no dominio proprio da sciencia economica a lei da evolução.

Os economistas limitaram-se a fundar a *statica* economica — a lei da concorrencia é uma lei statica: os socialistas fundaram com a doutrina da evolução economica, a *dynamica,* mas não souberam

aproveitar a parte util dos trabalhos dos economistas. A solução da questão social está em se fazer uma synthese das partes aproveitaveis da economia classica e do socialismo, recebendo-se d'aquella a statica economica e d'este a dynamica economica.

Effectivamente ha leis naturaes, queiram ou não os socialistas. E a lei da concorrencia é uma d'essas leis naturaes.

Porém isto não quer dizer que as condições em que a concorrencia se realiza e os seus resultados sejam eternamente os mesmos: a evolução transformal-os-ha.

A lei de bronze (Fernando Lassale) indica apenas as condições actuaes e os actuaes resultados da concorrencia. Nada mais.

A concorrencia economica (a concorrencia na troca) é uma lei natural das sociedades. Ella tende a substituir-se completamente á concorrencia vital, á concorrencia na occupação, que hoje só existe entre os Estados pela guerra e não dentro dos Estados. Esta substituição completa da concorrencia na troca á concorrencia na occupação é uma das leis mais importantes da evolução social.

A concorrencia economica ha de sempre existir: é uma consequencia logica da divisão do trabalho. Em virtude, porém, das transformações nas condições economicas, ella deixará de ter os resultados indicados na *lei de bronze,* por se harmonisarem perfeitamente as circumstancias da offerta e da procura de braços e capital. O capital, que foi a conquista no regime militarista, e é hoje, pleno capitalismo, a *plus-value,* é um resultado de certas condições da concorrencia: transformem-se ellas, e o capital dividir-se-ha por todos.

A concorrencia economica n'outras condições e a socialisação de propriedade eis o regime social futuro. Nem ha antagonismo de qualquer especie entre o individualismo e a organisação collectivista da propriedade, como demonstrou genialmente Spencer, o auctor da doutrina scientifica do individualismo.

Mas para que se transformem as condições economicas é preciso que acabem muitas das instituições que hoje existem, *survivances* economicas do militarismo.

Para isto é precisa a intervenção do Estado.

Eu bem sei que as sociedades caminham para o individualismo e até para a anarchia. Effectivamente diz-nos a psychologia moderna que os actos se transformam em habitos e os habitos pela hereditariedade em instinctos, e que a humanidade caminha para a completa inconsciencia de uma vida toda de instinctos. O direito, tornado habitual e hereditario, produz a moral. Concluida a obra hereditaria (a creação da moral) do Estado e da Religião, desapparecerão estas duas instituições sociaes.

O Estado é um elemento transitorio na evolução social; é um elemento dynamico, não um elemento statico.

Mas o Estado tem preparado as diversas transformações sociaes. O regime da livre-troca foi precedido por um regime proteccionista; o anarchismo, na accepção scientifica do termo, será precedido pelo socialismo de Estado.

O Estado é a transição sociologica entre duas evoluções meramente anthropologicas, entre dois *estados-naturaes*. Tendo a acção do Estado formado os habitos do homem, e tendo-se os habitos transformado em sentimentos, a especie humana será abandonada a si mesma.

E se um dia a questão social estiver resolvida, e todos os instinctos do homem estiverem feitos, e realizada a harmonia dos interesses, terminará a Historia, esse trabalho epico, doloroso, da humanidade para se approximar do socialismo. Então a humanidade atravessará monotonamente os tempos sem as epilepsias da Historia: os grandes esforços do espirito serão desnecessarios e a intelligencia atrophiar-se-ha. A sociedade estará formada definitivamente, como as sociedades animaes. Mas não: a Evolução não terminará. Recomeçal-a-ha uma especie superior á especie humana: felizmente a sociologia é apenas um capitulo da historia natural, a evolução social é apenas uma phase na evolução das especies.

Mas resolver-se-ha definitivamente a questão social?

O problema social consiste em reduzir as causas da miseria á desproporção entre a população, que cresce n'uma progressão geometrica, e as subsistencias, que crescem n'uma progressão arithmetica, em acabar com a accumulação que aggrava o estado, que o facto revelado por Malthus creou para a humanidade. Mas, destruido o capital, a lucta pelo interesse continuará: guerrear-se-hão as industrias que não forem indispensaveis e negar-se-ha aos proletarios empregados n'ellas o direito ás subsistencias, e elles succumbirão na lucta pela vida, porque os alimentos não chegam para todos, e porque a desnecessidade produz a eliminação dos orgãos (Lamarck).

Mas a lei de Malthus foi apenas um sonho máo da sciencia. O principio é verdadeiro, mas applicado á evolução de todas as especies: — d'elle deriva a necessidade da concorrencia vital, mas esta póde deixar de se dar dentro das especies para se dar entre as especies.

A Humanidade chegará portanto á perfeição terrivelmente monotona e á felicidade inintelligente das sociedades animaes, sociedades immoveis, mas que tiveram já uma historia, a historia dos instinctos, que não são innatos, mas actos tornados habitos, habitos tornados hereditarios.

*

A revolução social deverá ser um *retour au type?* uma resurreição do estado natural?

O ideal não está no estado primitivo, está na continuação progressiva do estado primitivo. Da evolução havemos de receber muito; mas havemos de recomeçar muita cousa tambem.

A obra hereditaria do christianismo é insufficiente. E a sciencia moderna tem produzido apenas *theorias da moral,* da sua formação evolutiva: a moral nova, a moral practica, está por começar.

Tudo faz prevêr uma revolução moral ao lado da revolução economica. E quem sabe quanto ella será radical? O sentimento da propriedade é um sentimento de proprietarios:—se o odio ao roubo foi durante muito tempo a moral dos despojados, foi por uma *survivance* dos tempos em que a propriedade era collectiva. A voz das baixas camadas sociaes fez-se já ouvir na Convenção, quando lá se disse: Nós somos chamados a recomeçar a Historia!—Sob certo ponto de vista será preciso recomeçar a evolução do espirito, fazer do espirito uma *taboa-raza,* em que se escreverão novos habitos mentaes e moraes e novos instinctos. Não é só a historia da civilização que nós, os de hoje, somos chamados a recomeçar; é tambem a historia natural do cerebro humano.

Tudo está profundamente abalado.

O Estado é a primeira occupação e as conquistas garantidas e conservadas atravez dos seculos.

A lucta approxima-se. A Historia é uma epilepsia sem accessos, uma epilepsia larvada, psychica, que nos momentos das grandes transformações sociaes se revela imprevistamente na illuminação subita do genio e no crime politico.

*

A evolução realiza-se pela successão das raças e pelas transformações dentro das raças.

São luctas de raças os grandes conflictos sociaes modernos. Na Europa estão em viva lucta as tendencias panlatinista, pangermanista e panslavista. No Novo-Mundo ha já uns ideaes vagos de panamericanismo. Uma campanha decisiva entre as raças superiores e as populações inferiores torna-se urgente. A raça crimi-

nosa é em toda a parte perseguida tão encarniçadamente como o são os pelles-vermelhas nos Estados-Unidos. Tudo indica a tendencia energica para a unidade de raça, factor anthropologico do socialismo.

A Egreja, o unico elemento de resistencia ainda hoje poderosamente organisado, allia-se ás raças inferiores, que devem ser eliminadas e christianiza-as. Christianiza o delinquente, mas não o approxima anthropologicamente do homem normal. Pelo socialismo catholico apodera-se do operario, tentando evitar entre elle e as velhas camadas sociaes um conflicto vivo, decisivo.

Nas raças inferiores e nas superiores, tornadas estacionarias, quer firmar solidamente a Egreja o seu poder. Depois poderá constituir-se talvez a unidade de raça, mas pela degeneração das raças superiores até uma inferior, não pelo progresso das raças até á mais elevada.

O abolicionismo, a christianização do criminoso, o socialismo catholico são expedientes diversos que revelam o mesmo grande plano: — conservar as differenças de raças, conservar uma phase anthropologica que corresponda ao estado mental e social do catholicismo, e collocar perante todas as raças superiores uma raça inferior christianizada, resistente, obstrucionista, — o negro perante o europeu, o homem-delinquente perante o homem-normal, a raça occipital e o estado social por ella representado perante o proletariado e o socialismo. A evolução social é uma evolução anthropologica: evitar esta, eis a grande questão.

Mas é um trabalho inutil. É absurdo querer a coexistencia e harmonia de raças e civilizações incompativeis. Debalde a Egreja quer firmar o seu poder nas raças prestes a desapparecer: ellas desapparecerão effectivamente, e constituir-se-ha a unidade de raça e a sociedade nova.

Vencerá a Historia!

FERNANDO MARTINS DE CARVALHO.

GIORDANO BRUNO

(Continuado do n.º 10, paginas 708)

Apezar d'isso Bodin, Du Bellay, De l'Hôpital, Desperrière, Montaigne, Charron, Ronsard, Pasquier illustravam as sciencias e a litteratura d'essa epocha. Ha dois periodos distinctos da vida de Bruno durante a sua demora na capital da França. Principia o primeiro nos fins de 1581 e termina nos meiados de 1583, anno em que visitou Londres; o segundo dista de novembro de 1585, data da sua volta de Londres até á sua partida para Allemanha, no anno seguinte, depois do Pentecostes. O facto de ser doutor e leitor ordinario da universidade de Tolosa facultava-lhe o poder ensinar publicamente em Paris; é todavia certo que o não fez durante os fins de 1581 e todo o anno seguinte. Talvez a peste, que então devastava Paris, o retivesse em casa todo esse tempo que apontamos, tempo que elle devia aproveitar pondo em ordem os seus trabalhos e os seus escriptos, que publicou em 1582, porque todos trazem essa data. Acabada a peste, começou conforme as suas proprias palavras a «leggere una letione straordinaria per farmi conoscere et far saggio di me (1).»

O thema, escolhido pelo philosopho a principio, foi os trinta attributos divinos, guiando-se na ordem da exposição pela «Summa» de S. Thomaz; e depois a arte da memoria e a doutrina methodica de Raymundo de Lulla (2). As aspirações de Bruno para se fazer conhecer não tardaram a ser realisadas. Para isso concorria o

---

(1) Doc. IX já cit.

(2) Raymundo de Lulla (1235-1315). Raros escriptores terão uma vida tão singularmente aventurosa como elle. São numerosos os seus escriptos. Muitos bibliographos contaram até 4:000, mas a maioria apenas enumera 300. Das suas doutrinas a que teve principal voga foi a do methodo, que expoz em muitas obras, sendo a principal a *Ars Magna*. G. Bruno foi de todos os seus discipulos o que mais se deixou influenciar pelas doutrinas da Grande Arte, e talvez tambem pela vida do seu auctor, que merece este juizo a E. Delécluze: «par ses actes et ses écrits religieux et philosophiques, R. Lulle a laissé le souvenir d'un homme qui, joignant l'héroisme à l'étourderie, ne fut qu'un fou sublime de la nature de don Quichote.»

assumpto, já de si curioso, e a *maneira* da exposição, viva, original, exquisita, entrecortada de gestos theatraes. Ouçamos o que a este respeito escreve o seu melhor biographo: «A sua palavra ora discorria clara e elegante, ora inculta e intricada de termos extravagantes, mas tão maravilhosamente amoldada a qualquer assumpto, que os animos dos ouvintes se arrebatavam. Usava de quando em quando de palavras sonoras e expressivas; abundava em comparações, metaphoras, e citações curiosas. Promettia muito, e acompanhava a promessa de palavras vagas e mysteriosas, que excitavam vivamente a curiosidade e attenção dos ouvintes. Ensinava com paixão e gostava de dissertar de improviso sobre qualquer problema ou questão (1).» A fama das suas lições obteve o ser-lhe offerecida uma cadeira na Sorbona, que recusou (2), e o accesso juncto de Henrique III de França (3), ser hybrido, em que havia o escapulario do religioso e a espada do militar e que passava facilmente «dálle orgie alle chiese, dai canti osceni alla salmodia ed alla perghiera.»

Bruno, emphaticamente, sabujando louvores, appellidava-o de «magnanimo, grande e potente, tal que do generosissimo peito da Europa (França) com a voz da sua fama faz resoar os extremos pontos da terra.» A dedicatoria a Henrique do seu livro *De umbris idearum* é um modelo de bajulação: «Quem não sabe que os principaes dons, Sagrada Majestade, são devidos aos homens principaes, os principaes aos maiores e aos grandissimos os principalissimos? é claro que, por isso, esta obra, que deve contar-se entre as mais importantes, quer pela nobreza do assumpto que n'ella se tracta, quer pela singularidade da invenção sobre que

---

(1) D. Berti, obr. cit., pag. 123.

(2) Qual fosse o motivo d'esta recusa dá-a o proprio Bruno: «li lettori pubblici di essa città vanno ordinariamente alla messa e alli altri divini offittii e io ho sempre fuggito questo, sapendo che ero scomunicato per essere uscito dalla religione e haver deposto l'habito; che se bene in Tolosa hebbi quella letione ordinaria, non ero però obligato a questo, come sarei stato in detta città de Paris quando havessi accettata la delta letione ordinaria.» Doc. Ven. IX.

(3) O grande historiador francez, H. Martin, photographa-nos assim o degenerado filho de Catharina «... os vicios abjectos a que se entregou amorteceram em seu peito a ambição, apagando n'elle toda a actividade e toda a perseverança. O tempo dispendia-o na orgia e em exercicios de devoção supersticiosa e theatral: vestia-se de penitente, elle e toda a côrte, com uma tunica em fórma de sacco e um capuz, percorrendo de noite as ruas, n'este preparo, á luz dos cirios e flagellando as costas com disciplinas, o que o não impedia de recomeçar as suas devassidões no dia seguinte.» *Historia de França popular e illustrada etc.*, por H. Martin, tr. de M. Pinheiro Chagas, t. 2.º, pag. 166.

se funda, quer pela gravidade da demonstração com que é exposta, se deve a vós, egregio luminar dos povos, pela virtude de prestante animo validissimo, pela elevação de ingenho celeberrimo, e por esse motivo carissimo, magnanimo e com boa razão merecedor do obsequio de todos os doutos. Em vós está o acceital-a graciosamente, patrocinal-a e com maduro juizo, examinal-a de maneira generosa, potente e sabia como sabeis.»

Esta obra, plenamente racionalista e pantheista, veio levantar contra Bruno uma serie de contradictores, quasi todos professores da Sorbona. Á parte a linguagem, por vezes cabalistica e mysteriosa, o auctor fallava bem claramente para ser entendido. Com os odios dos adversarios chegou o favor regio, que, para lhe pagar os grãos de incenso queimados, o nomeava leitor extraordinario. Um outro livro, publicado após este, o *Canto Circeo,* foi dedicado a um irmão natural do rei Henrique III: a «Henrique d'Angoulême —Altissimum principem, magnum Galliarum priorem, in provinciae regis locum tenentem.»

Uma terceira obra, publicada em Paris, é a que tem por titulo *De compendiosa architectura et complemento artis Lullii,* dedicada «ad illustrissimum D. D. Joannem Morum pro Serenissima Venetorum Republica apud Christianissimum Gallorum et Polonorum regem, Enricum III, legatum.»

Vê-se que o Nolano era farto em adjectivos elogiosos. Esta reles bajulação, juncta a uma *extremada modestia,* são uma bella craveira para avaliar o character moral d'este philosopho, perante o qual um professor celebre (1) de Italia se recolhe cheio de «profonda ammirazione (2).»

Para completar a relação das suas obras escriptas em Paris, nomeamos, por fim, a comedia *Candelajo* «grossolonamente oscena» escreve Cesar Cantú (3) «bislacca, insipida ed oscena» diz Previti.

---

(1) Enrico Morselli—Giordano Bruno—Commemorazione pronunciata nell'aula magna del Collegio romano. 1 folh. in-8.º, 1888.

(2) A monomania do elogio proprio é uma especie de epidemia do seculo XVI, diz Bartholmess; Vanini intitulava-se *o «doutor* mais penetrante, o philosopho mais ingenhoso, o principe dos pensadores.» Cardan escrevia «que a sua natureza se encontrava collocada na extremidade da condição humana, nos confins dos Immortaes.» Giovanni Valdes publicou em 1550 uma obra com o titulo: *Le cento e dieci divine considerazioni del signon G. Valdes, nelle quali si ragiona delle cose più utili, più necessarie et più perfette della cristiana professione.*

(3) *Italiani illustri,* obr. cit. A deshonestidade e o impudor estavam-lhe na massa do sangue. Revelam-n'o os seus escriptos. Bartholmess diz que elle, para divertir o leitor, deixava escapar «des propos trop libres, quelquefois obscènes,» mas que ia na corrente com Bocacio, Ariosto, Bembo, Sadoleto, etc.

É n'esta comedia que elle mette a ridiculo as crenças populares do Christianismo. Escreve o Nolano: «quem quer «agnus Dei,» grãosinhos bentos, agua de S. Pedro Martyr, a semente de S. Gianni, manná de S. Andréa, oleo de gordura, a medulla da cana dos ossos do corpo de S. Piantorio?»

Mas continuemos a acompanhar o philosopho nas suas viagens atravez da Europa.

Nos fins de 1583 chegava elle á capital da mercantil Inglaterra, recommendado por Henrique III a Miguel Castelnau de Mauvissière, embaixador juncto da côrte da rainha Isabel, homem respeitado pela integridade do seu character, muitas vezes provado, quer no campo da batalha, quer no gabinete do ministro. Foi a elle que o philosopho dedicou quatro obras, nas quaes se encontra a cada passo o nome de Castelnau «o seu unico refugio.» Na *Explicatio triginta sigillorum* escreve Bruno na dedicatoria: «Musarum partus iste non ignobilis in tua celeberrima aula editus, tibi, illustrissime domine, sacratur; ut qui mihi debent, musis debere: qui musis debent, et tibi earundem perpetuo fautori et protectori devinctos esse cognoscunt...»

Castelnau havia casado com uma nobre dama, Maria Bochetel, de quem teve dois filhos, Eduardo e Giacomo, e duas filhas, Maria e Isabel. De Maria Bochetel escreve o philosopho: «não sómente era dotada de belleza corporea, que lhe encobria a alma, mas ainda de prudente modestia e honestissima delicadeza, pelo que tem preso por um indissoluvel laço o animo do seu consorte, sendo poderosa em captivar quem a conhece.»

De uma das filhas—Maria—diz que se não podia saber «se ella era da Italia, da França ou da Inglaterra, tal a perfeição com que fallava as linguas d'aquelles paizes; era eximia em musica a ponto de, quando dedilhava instrumentos musicos, se duvidar se ella teria «discesa dal cielo o pur sortita dalla terra.» Estes louvores comprehendem-se e justificam-se.

Castelnau recebeu o expatriado, o apostata, o revolucionario, cavalheirosamente. Hospedou-o em sua propria casa, dispensando-lhe a sua amizade e tractando-o sempre com todas as deferencias, não o obrigando a ouvir a missa a que toda a familia da casa assistia todos os dias, e deixando-o discutir assumptos religiosos livremente.

Ora note-se: por um lado a fama que certamente devia preceder Bruno, por outro os sentimentos catholicos de Castelnau, que affirmou nas luctas religiosas da França, combatendo contra os protestantes: comparem-se estas duas razões, e veja-se se havia ou não motivo para Bruno mostrar o seu reconhecimento ao homem que o acolheu e que foi o seu Mecenas.

Logo que chegou a Londres, publicou Giordano o livro que acima apontamos, *Explicatio,* dedicado, como dissemos, a Castelnau com uma carta ao vice-chanceller e aos doutores da universidade de Oxford, onde elle escreveu esta «strana apologia (1)»: «Philoteus Giordanus Brunus Nolanus magis laboratae Theologiae doctor, purioris et irinocuae sapientiae professor. In praecipuis Europae Achademiis notus, probatus et honorifice exceptus philosophus. Nullibi praeterquam apud barbaros et ignobiles peregrinus. Dormitantium animorum excubitor. Praesumtuosae et recalcitrantis ignorantiae domitor. Qui in actibus universis generalem philanthropiam protestur... Quem stultitiae propagatores et hypocritunculi detestantur, quem probi et studiosi diligunt et cui nobiliora plaudiunt ingenia. Excellentissimo clarissimoque Oxoniensis Achademiae procancellario una cum praecipuis ejusdem universitatis salutem plurimam dicit (2).»

A licença que elle pedia para abrir um curso publico de philosophia foi concedida. Como tinha feito em Paris, o prurido de fazer fallar de si levou-o a escolher para thema das suas lições em Oxford, assumptos de palpitante interesse. A novidade das suas opiniões philophicas obrigou-o a suspender as lições. Oxford era intolerante. Um dos artigos dos Estatutos d'esta celebre universidade dizia: «os *bachelors* e os *masters of arts* que não seguirem fielmente Aristoteles são obrigados a pagar uma multa de cinco schellings por ponto de divergencia ou por qualquer falta contra o Organon.»

Bruno sustentava que «a alma e o corpo são immortaes e que, assim como este se dissolve e transforma, da mesma sorte aquella se *transcorporisa;* e que por uma retribuição infinita agglomerando em volta de si muitos atomos se formam e fabricam novos corpos (3).»

Dizia mais o philosopho que a alma é a mesma em essencia que a das moscas, ostras marinhas e plantas e de qualquer cousa que se encontre animada ou tenha alma; que um é o espirito que anima e move a planta, o animal e o homem, e que os effeitos d'este espirito são tão diversos, quanto maior é a differença que ha entre os instrumentos corporeos de que se servem.

D'esta extranha doutrina resultava a seguinte conclusão, que

---

(1) D. Berti, já cit., pag. 171.

(2) «Apologiste de lui-même avec une abondance et une indiscrétion toutes latines...» *Revue Philosophique,* n.º 10, outubro 1889. Artigo de M. P. Gauthier «travaux récents sur Giordano Bruno.» Para avaliar da sua humildade leia-se o capitulo x da obra do padre Previti.

(3) D. Berti, já cit., pag. 173.

o Nolano formulava n'uma das suas obras: «possete capire, esser possibile, che molte animali fossono avere più ingegno e molto maggior lume d'intelletto che l'uomo...»

Accrescia que o vigor com que defendia o systema copernicano lhe acareava inimigos em todos os campos. Por isso elle leccionou em Oxford apenas durante tres mezes. A sua despedida foi em dezembro de 1583, por occasião da visita á universidade do principe polaco, Alberto de Alasco. A fama da riqueza e virtude d'este principe revolucionou os habitantes da cidade, que estiveram em festa por alguns dias. O vice chanceller e os doutores da universidade, os magistrados, o povo, todos á porfia lhe fizeram enthusiasticas saudações. No programma dos festejos entravam as discussões scientificas, nas quaes Bruno tomou uma parte muita activa.

Impedido de continuar as suas lições em Oxford, voltou a Londres e ahi expendia as suas idéas a alguns amigos. D'estas discussões familiares resultou a publicação *Cena de le ceneri,* á qual se seguiu a *De la causa, principio et uno* e a *De l'infinito, universo et mondi.* Estes dois ultimos livros são os mais importantes para conhecer a philosophia bruniana. Em Londres era bastante admirado, e dispensaram-lhe a sua amizade os homens mais importantes da epocha: entre outros, Philip Sidney, a quem Isabel appellidava de «joia do seu seculo,» que os polacos quizeram fazer rei e que morreu aos trinta e dois annos combatendo pela independencia dos Paizes-Baixos; Greville (sir Fulke); lord Brooke (1554–1628) amigo de Sidney, de quem escreveu a vida, poeta afamado; Edmond Spencer (1552–1599), tambem poeta; o conde de Leicester, o ministro hespanhol Mendoza, etc.

O philosopho sabia conquistar as boas graças dos seus admiradores. Sirva de exemplo a maneira de proceder para com o conde de Leicester, que a historia nos pinta como um vaidoso inutil, aspirando em vão ao throno da Escocia, e como o assassino do duque Norfolk (1). Era este character, que Webber characterisa de ignobil, que fazia escrever a Bruno: «con la luce della sua gran civilitade, è sufficiente a spegnere ed annullare l'oscurità, e con il caldo dell'amore vole cortezia dirozzir e purgar qualsi voglia durezza, ruscità che ritrovar si possa non solo fra i Britanni, ma sino tra gli sciti... Cannibali ed antropofagi...»

Comparem-se agora estes elogios mentirosos, estas phrases encomiasticas, com o que o semi-deus impeccavel, o martyr im-

---

(1) Refere-se a este facto um dos romances do immortal Walter-Scott, *O Castello de Kenilwort.*

polluto — segundo certos escriptores — escrevia a respeito do povo de Londres: «è una sentina, che se non fosse ben suppressa dagli altri, manderebbe tal puzza e sì mal fumo, che verrebbe ad offuscar tanto il nome di tutta la plebe intera, che potrebbe vantarsi l'Inghilterra d'avere una plebe, la quale è in essere irrispettabile, incivile, rozza, rustica, selvatica, male allevata, non cede ad altra.»

Como os pequenos para nada lhe serviam, esmagava-os sob esta critica cruel. Como a sua penna é differente ao dirigir-se a alguma personagem altamente collocada, a Castelnau, a Leicester, a Isabel! Era a verdade que lhe inspirava as suas palavras? dirigia-o a justiça na apreciação de uns e a amizade bem comprehendida na de outros? oh! não. Que se importava elle com esses miseraveis plebeus, com esses artistas e operarios, *incivis, ignorantes* e *malcreados?* Não eram os seus protectores os primeiros a desprezal-os?

Apresentado á rainha Isabel, esta dispensou-lhe bom acolhimento.

Isabel contava então cincoenta annos: era graciosa, bella e espirituosa. Um embaixador italiano retrata-a assim (1): «era mais graciosa que bella; bem proporcionada de corpo, de fina epiderme, posto que morena, de bellos olhos e sobretudo bonitas mãos, do que não faz alarde. É de um espirito e ingenho admiraveis, o que muito bem soube demonstrar nas suspeitas e perigos em que se encontrou, assim como em bem governar.»

Um professor d'ella, Ascham, diz tambem que «tudo o que Aristoteles requer de qualidades se junctam na sua pessoa: belleza, magnanimidade, sabedoria, amor de trabalho, ella possue tudo no mais alto gráu. Conta pouco mais de dezeseis annos; nunca se imaginaria tanta gravidade n'esta edade, nem affabilidade em gráu tão elevado. Falla o francez e o italiano como o inglez; o latim com facilidade, propriedade e acerto; o grego mediocremente... Se é preciso fallar da sua toilette, prefere muito a simples elegancia ao effeito. Ao ver o seu desprezo de artificios do cabello e dos ornatos de ouro, não é Phedra, é Hippolyto, que recordaria a sua maneira de viver (2).»

Bruno vai n'esta corrente de louvores immerecidos: guindado aos favores regios e com a propensão innata para a hyperbole, bajula a famosa rival da infeliz Maria Stuart, fazendo-a possuir a graça de Diana, a belleza de Cleopatra e o genio de Semiramis.

---

(1) Citado por D. Berti.

(2) *L'éducation d'une reine. L'homme à travers,* etc., par A. Lefévre, obr. cit.

No cumulo da sua venal admiração o poeta philosopho diz que ella é entre nós como o sol entre os astros, e ajuncta... «mas sol de um grande esplendor.»

Julgar-se-hia pela leitura d'estes trechos que a orgulhosa rainha de Inglaterra, a quem o grande tragico Shakspeare chamava a «bella vestal» era um perfeito modelo de mulher immaculada.

Felizmente a Historia não se escreve com o testemunho de aulicos apaixonados. Despotica e sanguinaria, Isabel, se teve algumas qualidades aproveitaveis como rainha, possuia outras detestaveis como mulher. Todavia o seu reinado é, materialmente considerado, um largo periodo de prosperidade para a Inglaterra. «Ninguem como ella saberá misturar, no habil exercicio de um poder perigoso pela sua propria grandeza, um instincto feminino a uma firmeza varonil. Que soberano viu jámais o seu throno cercado de mais glorias diversas e deixou um nome melhor acompanhado de nomes illustres? (1)»

Bruno devia sentir-se bem no meio faustoso em que viviam Isabel e a sua côrte, mas a fatalidade de Asheverus parece que o perseguia.

Em fins de 1585, Michel Castelnau voltava a França e como Bruno era preceptor dos filhos, acompanhou-o. Os seus primeiros trabalhos foram uns dialogos latinos ácerca de astronomia, obra hoje rarissima, e um commentario ao livro aristotelico *De physico auditu,* dedicado a Pedro Dalbene, abbade de Belleville. Pouco depois preparava 120 proposições, que um seu discipulo e amigo, Giovanni Hennequim, defendia publicamente na Sorbona.

Crevier dá-nos conta d'esta disputa. Eis as suas palavras: «... Filesac étant Recteur reçut une requête à laquelle il se rendit sans doute peu favorable, de la part d'un homme singulier, philosophe hazardeux, qui sous prétexte d'attaquer la Philosophie Péripateticienne renversait les fondements de toute religion. Cet homme se nommoit Giordain Bruno, natif de Nole dans le royaume de Naples, fugitif de l'Italie, où ses dogmes impies le mettoient en danger d'éprouver les traitements les plus rigoureux, et cherchant un asyle dans les pays où il pût espérer plus de liberté. Paris lui sembla un séjour convenable à ses vues, à cause de la licence qu'y avoient introduite les fureurs ennemies de l'hérésie et de la ligue, et qu'y fomentoit la faiblesse du gouvernement. Il y enseigna ses opinions, non pas à découvert, mais cachées sous le voile d'une Philosophie libre et qui secouoit le joug du Péripatétisme. Je soupçonne que malgré ses déguisements on

---

(1) *Essai sur l'hist. univ.* de Prevost, Paradol, t. 2.º

commençoit à percer les mystères, et que c'est par cette raison qu'il pensa à la retraite. Mais avant que de partir, il voulut donner dans le pays qu'il alloit quitter, un échantillon de ce qu'il savoit faire: et il proposa des articles ou thèses sur la nature et sur le monde, que s'engagea à soutenir sous la présidence pendant les trois jours de la Pentecôte un jeune homme d'un nom illustre, Jean Hennequim. Ce combat littéraire fut précédé d'une déclamation apologétique, que prononça le même Hennequim dans l'auditoire royal de l'université de Paris, le dimanche de la Pentecôte, en faveur des articles de Bruni. C'est à l'occasion de ces articles que l'auteur écrivit et adressa trois lettres, l'une au roi, l'autre aux amateurs de la bonne Philosophie, et la troisième à Jean Filesac, recteur de l'université de Paris (1).»

O rumor, levantado por causa das suas innovadoras concepções, obrigou-o senão a fugir de Paris, ao menos a retirar-se de lá o mais breve possivel.

Antes de sahir, Bruno tentou uma nova volta ao Christianismo, instando juncto do nuncio apostolico, monsenhor de Bérgamo, a que escrevesse ao pontifice, então Sixto V, a obter-lhe a graça de ser recebido no gremio da Egreja, sem por isso ser obrigado a tomar o habito. Nada conseguiu.

É em 1586 que Bruno abandona a França, e a primeira cidade que visita, na Allemanha, é Marbourg: ahi se faz inscrever no registro dos estudantes com o titulo de: «Giordanus Nolanus Napolitanus Theologiae doctor Romanensis» pedindo em seguida licença ao reitor do estudo, Pedro Nigidio, para abrir um curso publico, licença que, tendo sido ouvido o conselho academico, lhe foi negada por *graves razões*. Esta recusa exaltou Bruno, que por isso insultou vergonhosamente o reitor, o qual, conforme o philosopho, tinha obrado contra o direito das gentes e contra o costume de todas as universidades da Allemanha.

Que graves razões foram essas que originaram a recusa? os biographos não são accordes em uma mesma resposta. Á primeira vista parece natural dizer-se que o motivo da recusa seria a fama de Bruno,—fama de ousado, de um revolucionario—o que para a epocha de conservantismo que corria constituia um perigo que era preciso afastar. Todavia este modo de sentir desvanece-se em presença de duas considerações: a primeira é o modo como está feita a matricula de Bruno nos registros dos estudantes, sem uma allusão só que seja ao seu passado; o que parece indicar que

---

(1) *Histoire de l'université de Paris, depuis son origine jusqu'en l'année 1600*, t. 6.°, pag. 384–386.

Nigidio e os professores de Marbourg não conheciam o philosopho de Nola: em segundo logar, supposto que o conhecessem, não se comprehende que lhe recusassem a faculdade de ler publicamente, quando isso era facilmente concedido em qualquer parte, mas sobretudo em Marbourg, conhecida pela sua tolerancia n'este ponto.

Domenico Berti, na sua obra magistral, já tantas vezes citada, suppõe que o verdadeiro motivo da recusa foi o ter o philosopho assignado no registro: *Doutor em Theologia Romana*. Este titulo que de facto lhe competia, porquanto legitimamente o alcançara no concurso feito em Tolosa, nada devia agradar a uma eschola protestante.

Seja como fôr, não é menos verdade que, na phrase de Bruno, os doutores de Marbourg tinham offendido o direito das gentes, visto que, segundo o direito de então, o titulo de doutor habilitava a ler em qualquer universidade.

(Continúa). JOAQUIM MENDES DOS REMEDIOS.

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ALGEBRA

(Ao sr. J. C. Medeiros)

Problemas indeterminados

II

(Continuação do n.º 10, paginas 735)

É conveniente observar que os oito quadrados, escriptos nas paginas 105 a 111, provieram respectivamente dos seguintes valores de p e q:

$p=1$	produziu	o	quadrado	(γ);	$q=1$	originou	o	quadrado (ξ)
$p=3$	»	»	»	(ε);	$q=3$	»	»	» (δ)
$p=3$	»	»	»	(η);	$q=3$	»	»	» (β)
$p=1$	»	»	»	(ϑ);	$q=1$	»	»	» (α)

Os quadrados feitos nas paginas 247 a 250 resultaram dos seguintes valores de p e q:

1.º $p=2$;	21.º $p=3$;	41.º $q=2$;	61.º $q=3$;
2.º $p=6$;	22.º $p=4$;	42.º $q=6$;	62.º $q=4$;
3.º $p=6$;	23.º $p=4$;	43.º $q=6$;	63.º $q=4$;
4.º $p=2$;	24.º $p=3$;	44.º $q=2$;	64.º $q=3$;
5.º $p=1$;	25.º $p=1$;	45.º $q=1$;	65.º $q=1$;
6.º $p=7$;	26.º $p=5$;	46.º $q=7$;	66.º $q=5$;
7.º $p=7$;	27.º $p=5$;	47.º $q=7$;	67.º $q=5$;
8.º $p=1$;	28.º $p=1$;	48.º $q=1$;	68.º $q=1$;

9.° $p=3$;	29.° $p=1$;	49.° $q=3$;	69.° $q=1$;
10.° $p=5$;	30.° $p=4$;	50.° $q=5$;	70.° $q=4$;
11.° $p=5$;	31.° $p=4$;	51.° $q=5$;	71.° $q=4$;
12.° $p=3$;	32.° $p=1$;	52.° $q=3$;	72.° $q=1$;
13.° $p=1$;	33.° $p=2$;	53.° $q=1$;	73.° $q=2$;
14.° $p=6$;	34.° $p=3$;	54.° $q=6$;	74.° $q=3$;
15.° $p=6$:	35.° $p=3$;	55.° $q=6$;	75.° $q=3$;
16.° $p=1$;	36.° $p=2$;	56.° $q=1$;	76.° $q=2$;
17.° $p=2$;	37.° $p=1$;	57.° $q=2$;	77.° $q=1$;
18.° $p=5$;	38.° $p=3$;	58.° $q=5$;	78.° $q=3$;
19.° $p=5$;	39.° $p=3$;	59.° $q=5$;	79.° $q=3$;
20.° $p=2$;	40.° $p=1$;	60.° $q=2$;	80.° $q=1$;

O mesmo aconteceu com os quadrados escriptos desde paginas 395–409 e 722–735 que sairam de valores identicos de p e q.

Eis todos esses oitenta quadrados reunidos.

$$h<f$$

4	18	8	8	18	4	12	14	4	16	6	8
14	10	6	6	10	14	2	10	18	2	10	18
12	2	16	16	2	12	16	6	8	12	14	4

3	18	9	9	18	3	11	16	3	17	4	9
16	10	4	4	10	16	2	10	18	2	10	18
11	2	17	17	2	11	17	4	9	11	16	3

5	18	7	7	18	5	13	12	5	15	8	7
12	10	8	8	10	12	2	10	18	2	10	18
13	2	15	15	2	13	15	8	7	13	12	5

4	17	9	9	17	4	11	15	4	16	5	9
15	10	5	5	10	15	3	10	17	3	10	17
11	3	16	16	3	11	16	5	9	11	15	4

5	17	8	8	17	5	12	13	5	15	7	8
13	10	7	7	10	13	3	10	17	3	10	17
12	3	15	15	3	12	15	7	8	12	13	5

6	17	7	7	17	6	13	11	6	14	9	7
11	10	9	9	10	11	3	10	17	3	10	17
13	3	14	14	3	13	14	9	7	13	11	6

5	16	9	9	16	5	11	14	5	15	6	9
14	10	6	6	10	14	4	10	16	4	10	16
11	4	15	15	4	11	15	6	9	11	14	5

6	15	9	9	15	6	11	13	6	14	7	9
13	10	7	7	10	13	5	10	15	5	10	15
11	5	14	14	5	11	14	7	9	11	13	6

7	15	8	8	15	7	12	11	7	13	9	8
11	10	9	9	10	11	5	10	15	5	10	15
12	5	13	13	5	12	13	9	8	12	11	7

7	14	9	9	14	7	11	12	7	13	8	9
12	10	8	8	10	12	6	10	14	6	10	14
11	6	13	13	6	11	13	8	9	11	12	7

$h > f$

4	14	12	8	6	16	12	2	16	16	2	12
18	10	2	18	10	2	14	10	6	6	10	14
8	6	16	4	14	12	4	18	8	8	18	4

3	16	11	9	4	17	11	2	17	17	2	11
18	10	2	18	10	2	16	10	4	4	10	16
9	4	17	3	16	11	3	18	9	9	18	3

5	12	13	7	8	15	13	2	15	15	2	13
18	10	2	18	10	2	12	10	8	8	10	12
7	8	15	5	12	13	5	18	7	7	18	5

4	15	11	9	5	16	11	3	16	16	3	11
17	10	3	17	10	3	15	10	5	5	10	15
9	5	16	4	15	11	4	17	9	9	17	4

5	13	12	8	7	15	12	3	15	15	3	12
17	10	3	17	10	3	13	10	7	7	10	13
8	7	15	5	13	12	5	17	8	8	17	5

6	11	13	7	9	14	13	3	14	14	3	13
17	10	3	17	10	3	11	10	9	9	10	11
7	9	14	6	11	13	6	17	7	7	17	6

5	14	11	9	6	15	11	4	15	15	4	11
16	10	4	16	10	4	14	10	6	6	10	14
9	6	15	5	14	11	5	16	9	9	16	5

6	13	11	9	7	14	11	5	14	14	5	11
15	10	5	15	10	5	13	10	7	7	10	13
9	7	14	6	13	11	6	15	9	9	15	6

7	11	12	8	9	13	12	5	13	13	5	12
15	10	5	15	10	5	11	10	9	9	10	11
8	9	13	7	11	12	7	15	8	8	15	7

7	12	11	9	8	13	11	6	13	13	6	11
14	10	6	14	10	6	12	10	8	8	10	12
9	8	13	7	12	11	7	14	9	9	14	7

Se não tivessemos attendido ás desegualdades (20) e (20′), pagina 395, obteriamos nas paginas 395–409, e 722–735, vinte e quatro quadrados com o n.º 19, superior n'uma unidade á maior parcella, 18, da somma 90 dos nove primeiros numeros pares.

Eil-os: $h < f$

2	19	9	9	19	2	11	17	2	18	3	9
17	10	3	3	10	17	1	10	19	1	10	19
11	1	18	18	1	11	18	3	9	11	17	2

3	19	8	8	19	3	12	15	3	17	5	8
15	10	5	5	10	15	1	10	19	1	10	19
12	1	17	17	1	12	17	5	8	12	15	3

5	19	6	6	19	5	14	11	5	15	9	6
11	10	9	9	10	11	1	10	19	1	10	19
14	1	15	15	1	14	15	9	6	14	11	5

$h > f$

2	17	11	9	3	18	11	1	18	18	1	11
19	10	1	19	10	1	17	10	3	3	10	17
9	3	18	2	17	11	2	19	9	9	19	2

3	15	12	8	5	17	12	1	17	17	1	12
19	10	1	19	10	1	15	10	5	5	10	15
8	5	17	3	15	12	3	19	8	8	19	3

5	11	14	6	9	15	14	1	15	15	1	14
19	10	1	19	10	1	11	10	9	9	10	11
6	9	15	5	11	14	5	19	6	6	19	5

Estes quadrados foram organisados com os seguintes valores de p e q:

1.º $p=1$;	13.º $q=1$;
2.º $p=8$;	14.º $q=8$;
3.º $p=8$;	15.º $q=8$;
4.º $p=1$;	16.º $q=1$;
5.º $p=2$;	17.º $q=2$;
6.º $p=7$;	18.º $q=7$;
7.º $p=7$;	19.º $q=7$;
8.º $p=2$;	20.º $q=2$;
9.º $p=4$;	21.º $q=4$;
10.º $p=5$;	22.º $q=5$;
11.º $p=5$;	23.º $q=5$;
12.º $p=4$;	24.º $q=4$;

(Continúa).

JUNIO DE SOUSA.

PROPRIÉTÉS DES PARABOLES DU 3.e DEGRÉ

1. Soit une parabole du 3.e degré ayant pour direction asymptotique l'axe des y, c'est-à-dire représentée par une équation de la forme

$$y = a + bx + cx^2 + dx^3. \tag{1}$$

On tire de cette équation

$$\frac{dy}{dx} = b + 2cx + 3dx^2,$$

et par conséquent l'équation de la tangente en un point M_1 de la courbe, ayant pour coordonnées x_1, y_1, est

$$Y - y_1 = (X - x_1)(b + 2cx_1 + 3dx_1^2).$$

Si nous considérons le point T_1 où cette tangente coupe l'axe des y, l'ordonée OT_1 de ce point est donc

$$t_1 = y_1 - x_1 (b + 2cx_1 + 3dx_1^2)$$

ou

$$t_1 = a - cx_1^2 - 2dx^3_1, \tag{2}$$

puisque x_1, y_1 satisfont á l'équation (1), le point M_1 étant sur la courbe.

Supposons que la droite OM_1 coupe la courbe en un nouveau point M_2; nous aurons pareillement

$$t_2 = a - cx_2^2 - 2dx_2^3 \tag{3}$$

et en outre

$$\frac{y_1}{x_1} = \frac{y^2}{x_2} = m.$$

L'équation (1) nous donne donc

$$a = (m-b)x_1 - cx_1^2 - dx_1^3, \tag{4}$$

$$a = (m-b)x_2 - cx_2^2 - dx_2^3. \tag{5}$$

Divisant (2) et (3) par x_1^2, x_2^2, respectivement, et ajoutant les résultats,

$$\frac{t_1}{x_1^2} + \frac{t_2}{x_2^2} = a\left(\frac{1}{x_1^2} + \frac{1}{x_2^2}\right) - 2c - 2d(x_1 + x_2). \tag{6}$$

Divisant (4) et (5) par x_1, x_2, respectivement, retranchant, et divisant le résultat par $x_2 - x_1$, on a très facilement

$$\frac{a}{x_1 x_2} = c + d(x_1 + x_2). \tag{7}$$

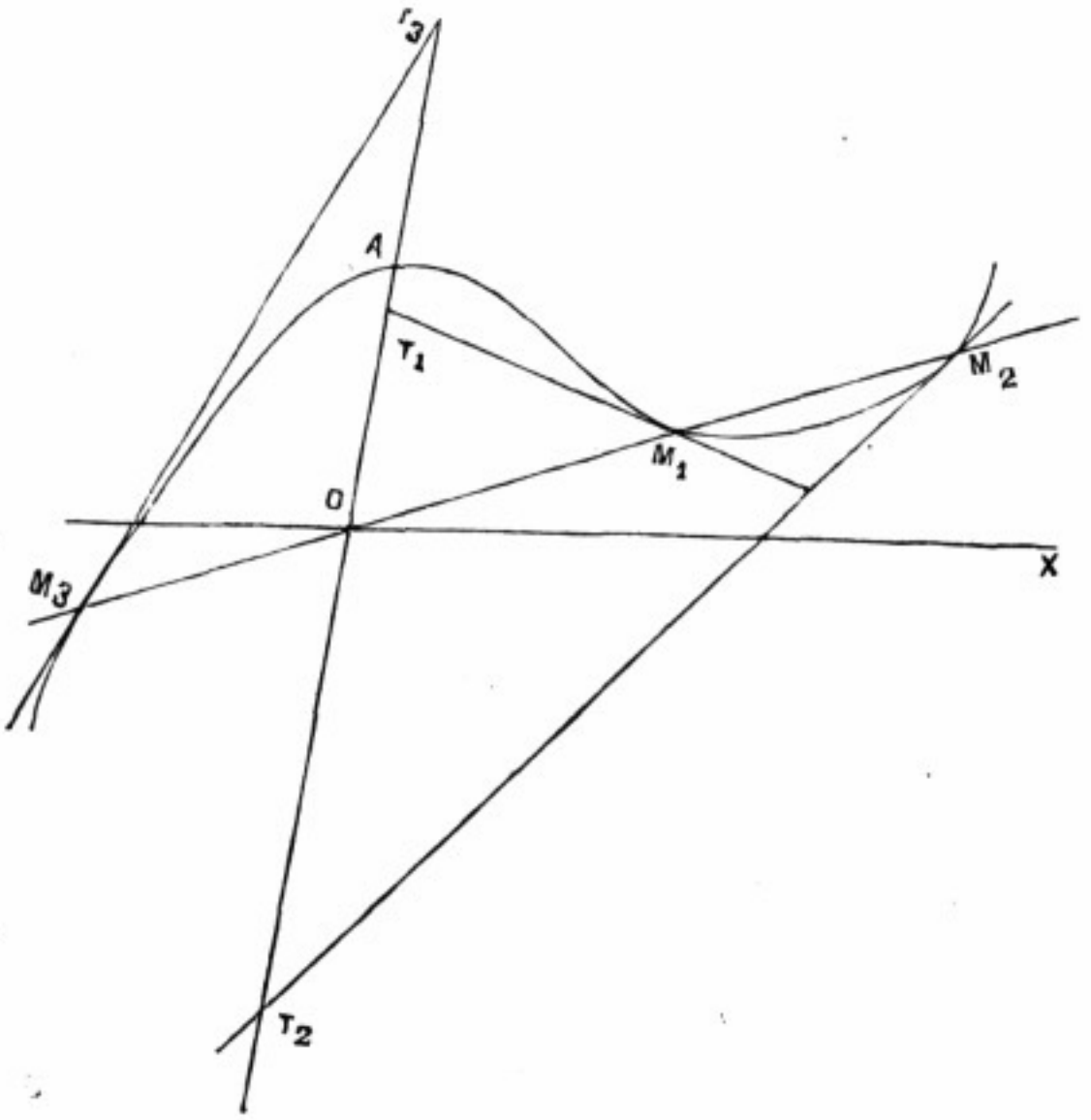
Par conséquent

$$\frac{t_1}{x_1^2} + \frac{t_2}{x_2^2} = a\left(\frac{1}{x_1} - \frac{1}{x_2}\right)^2. \tag{8}$$

Or $a = OA$ représente l'ordonnée du point où la courbe ren-

contre l'axe des y; et l'équation (8) exprime évidemment que A est le barycentre des trois masses

$$\frac{1}{x_1^2},\quad \frac{1}{x_2^2},\quad -\frac{2}{x_1 x_2}$$



respectivement placées en

$$T_1,\quad T_2,\quad O.$$

De là un théorème qu'il serait facile d'énoncer en langage ordinaire. On remarquera que les masses $\frac{1}{x_1^2}, \frac{1}{x_2^2}, -\frac{2}{x_1 x_2}$ peuvent être remplacées par $\frac{1}{OM_1^2}, \frac{1}{OM_2^2}, -\frac{2}{OM_1 \cdot OM_2}$ dont les valeurs sont proportionnelles aux premières.

*

2. En écrivant la relation (8) pour trois points quelconques M_1, M_2, M_3 pris deux à deux, et qui soient sur une même droite issue du point O, on a

$$(8)' \qquad \begin{cases} \dfrac{t_1}{x_1^2} + \dfrac{t_2}{x_2^2} = a\left(\dfrac{1}{x_1} - \dfrac{1}{x_2}\right)^2, \\ \dfrac{t_2}{x_2^2} + \dfrac{t_3}{x_3^2} = a\left(\dfrac{1}{x_2} - \dfrac{1}{x_3}\right)^2, \\ \dfrac{t_3}{x_3^2} + \dfrac{t_1}{x_1^2} = a\left(\dfrac{1}{x_3} - \dfrac{1}{x_1}\right)^2. \end{cases}$$

Ajoutant la première et la troisième de ces équations, et retranchant la seconde,

$$\frac{t_1}{x_1^2} = a\left(\frac{1}{x_1^2} - \frac{1}{x_1x_2} - \frac{1}{x_1x_3} + \frac{1}{x_2x_3}\right) = a\left(\frac{1}{x_1} - \frac{1}{x_2}\right)\left(\frac{1}{x_1} - \frac{1}{x_3}\right),$$

ou

$$t_1 = a\left(\frac{x_2 - x_1}{x_2} \cdot \frac{x_3 - x_1}{x_3}\right),$$

$$(9) \qquad t_1 x_2 x_3 = a(x_2 - x_1)(x_3 - x_1).$$

La propriété exprimée par cette formule (9) peut s'écrire

$$(10) \qquad OT_1 \cdot OM_2 \cdot OM_3 = OA \cdot M_1M_2 \cdot M_1M_3.$$

On a de même

$$OT_2 \cdot OM_3 \cdot OM_1 = OA \cdot M_2M_3 \cdot M_2M_1,$$

et, par division,

$$(11) \qquad \frac{OT_1}{OT_2} = -\frac{OM_1 \cdot M_1M_3}{OM_2 \cdot M_2M_3}.$$

Toutes ces diverses formules constituent autant de théorèmes sur la parabole générale du troisième degré.

3. Supposons que le point O soit le barycentre de masses égales placées aux points d'intersection M_1, M_2, M_3. Alors $x_1+x_2+x_3=0$.
Il est aisé de vérifier que dans cette hypothèse

$$x_1(x_2-x_1)(x_3-x_1)+x_2(x_3-x_2)(x_1-x_2)+$$

$$+x_3(x_1-x_3)(x_2-x_3)=9x_1x_2x_3.$$

Par suite, la formule (9) appliquée successivement aux trois valeurs t_1, t_2, t_3 donnera ensuite, par addition

$$t_1+t_2+t_3=9a.$$

Si nous appelons G le barycentre de trois masses égales placées en T_1, T_2, T_3, nous aurons donc $OG=3OA$.
En d'autres termes: *Soit une sécante coupant une parabole du troisième degré en trois points* M_1, M_2, M_3, *dont le barycentre est* O; *soient* T_1, T_2, T_3 *les points de rencontre des tangentes en* M_1, M_2, M_3 *avec une parallèle á la direction asymptotique, menée par* O, *et* A *le point de rencontre de la courbe avec cette même parallèle. Le barycentre des trois points* T_1, T_2, T_3 *sera distant de* O *du triple de la longueur* OA.
Les formules établies ci-dessus comporteraient sans doute encore de nombreuses conséquences géométriques, que nous livrons aux recherches des lecteurs.

C. A. Laisant,
Docteur ès sciences mathématiques.

NOTES SUR LES AMPHIBIENS ET REPTILES

Recueillis par M. Adolphe F. Moller aux Iles de la Guinée

PAR

Dr. J. Bedriaga

Membre et Délégué du Comité d'Organisation des Congrès Internationaux d'Anthropologie et de Zoologie à Moscou en 1892

(Continuado do n.° 10, paginas 742)

Scincoidiens

Lygosoma africanum Gray

Mocoa africana Gray, Cat. of the specimens of Lizards in the Coll. of the Brit. Mus. p. 83. London 1845. Greeff, l. c. p. 48. Barboza du Bocage, l. c. Lopez Vieira, l. c. *Lygosoma africanum,* Peters, in: Monatsber. d. Königl. Akad. d. Wissenschaften zu Berlin 1874, pag. 162. Boulenger, Cat. Liz. Brit. Mus. vol. III. p. 265. Pl. XIX. fig. 1. London 1887.

Description

Cette espèce a le corps allongé, cyclo-tétragone ou cylindrique. La tête est assez longue chez le mâle, courte chez la femelle, élargie et cyclo-tétragone dans sa moitié postérieure et rétrécie en avant des yeux. Le museau est conique, mais néanmoins arrondi au bout. La largeur maximum de la tête excède d'un tiers environ sa hauteur; sa longueur entrant trois fois et une demie dans celle du tronc. Le diamètre horizontal de l'oeil est presque égal à la distance de la narine jusqu'au coin antérieur de l'oeil, il dépasse légèrement la longueur de l'espace internasal et mesure la moitié de l'espace compris entre les bords des paupières supérieures au niveau de la suture entre la frontale et les

fronteparietales. Les paupières inférieures sont bien développées, avec un disque transparent. Narines s'ouvrant au milieu d'une plaque nasale rhomboïdale qui est suivie par trois petites plaques et une très petite préoculaire. Quatre sus-labiales antérieures, une sous-oculaire qui est presque deux fois plus longue que les labiales antérieures et deux sus-labiales postérieures. Les tempes offrent chacune quatre plaques; les deux supérieures touchent la nuchale, la pariétale et la quatrième supra-oculaire. Les deux nuchales et les deux pariétales viennent se toucher derrière l'interparietale qui est rhomboïdale et entourée par les grandes pariétales et les fronto pariétales. Ces dernières sont génèralement un peu plus longues que l'interpariétale. La frontale est quadrilaterée, large en avant, rétrécie en arrière; elle envoie un angle à peu près droit entre les frontonasales et enfonce un angle très-aigu entre les supraoculaires et les frontopariétales contiguës sur la ligne médiane, tandis que ses deux autres angles se placent entre les premières supra-oculaires et les frontonasales séparées par la frontale et l'interpariétale qui se touchent. La longueur de la frontale n'atteint pas la longueur de l'interpariétale et la longueur de la suture qui existe entre les frontopariétales. Quatre sus-oculaires, les deux antérieures sont en contact avec la frontale. Généralement six surciliaires, parfois sept. L'internasale est hexagonale, pentagonale ou bien arrondie en avant et taillée postérieurement à trois pans; elle est toujours plus large que longue et en contact avec la rostrale; son côté antérieur attenant à la rostrale égale généralement la largeur maximum de la frontale, tandis que son côté postérieur touchant la frontale est très court. La rostrale, environ deux fois aussi large que haute, est fortement rabattue en dessus et sur les côtés du museau. Six ou sept labiales inférieures de chaque côté, la première est très petite. La mentonnière, très large, arrondie en avant, coupée transversalement en arrière, est suivie et entourée postérieurement par une gulaire et par les premières sous-labiales; trois, rarement quatre paires de gulaires, les deux premières contiguës sur la ligne médiane et en contact avec la gulaire impaire. L'ouverture auriculaire est arrondie et très petite, son diamètre est à peu près égal à un quart de la longueur du diamètre de l'oeil; il n'atteint pas la longueur du disque transparent de la paupière.

Les membres antérieurs, ramenés en avant le long du cou, les plus grands doigts dépassent un peu la moitié de l'espace qui existe entre l'oeil et l'oreille. Les doigts sont cylindriques et très courts, avec des ongles très-faiblement développés; le premier doigt est le plus court; puis viennent, par ordre de grandeur

croissante, le cinquième, le second, le quatrième et enfin le troisième qui est un peu plus long que le quatrième.

Les membres postérieurs sont courts et grêles. Ramenés en avant le long du corps, les orteils n'atteignent pas la moitié de la longueur de l'espace qui existe entre les racines des membres postérieurs et antérieurs. Les orteils son subcylindriques, onguiculés et assez courts; ils croissent du premier au quatrième; le cinquième est plus long que le premier, mais un peu plus court que le second. Les écailles sous-digitales sont lisses; il y a 12, 13 ou 15 (Boulenger) sous le quatrième orteil. — Les pattes de devant et de derrière, mises le long du tronc, ne se touchent pas.

La queue a, à sa base, une section cyclo-tétragone, ensuite elle est ronde; elle est plus longue chez le mâle que chez la femelle, toujours plus longue que le reste du corps, grosse dans la plus grande partie de son étendue et terminée par une pointe très-aiguë.

Les écailles du dos, celles du ventre et de la queue sont lisses, élargies, imbriquées, rhomboïdales ou arrondies postérieurement et taillées antérieurement à trois pans; ces pans sont d'ailleurs toujours recouverts par les bords libres des écailles avoisinantes. Il y a vingt-quatre à vingt-six séries d'écailles autour du tronc et environ cinquante-six sur la ligne médiane du dos depuis les plaques nuchales jusqu'à la racine de la queue. Ces écailles sont toutes à peu près de même grandeur, tandis que les préanales sont un peu plus grandes.

La tête et la face supérieure du tronc, de la queue et des pattes sont d'un brun clair ou foncé. Un filet très foncé, interrompu de distance en distance par des écailles claires s'étend de chaque côté du corps, depuis le cou jusqu'à la queue. L'espace compris entre ces deux séries, composées de lignes foncées et d'ocelles clairs, est quelquefois marqué de cinq à six séries de traits foncés, qui s'étendent parallèlement le long du corps. Parfois une seule teinte, un brun cuivreux, couvre tout le dessus du corps et les écailles finement linéolées et ocellées ne se trouvent que sur le cou et au dessus des membres antérieurs. Les indices de lignes foncées et quelques écailles claires existent quelquefois sur la queue, surtout à la base. Les régions inférieures des flancs s'éclaircissent; elles sont d'une teinte brunâtre, uniforme ou bien semées de petits traits bruns foncés et de vestiges de gouttelettes claires. Un semis assez serré se montre généralement le long du bas des flancs. Les régions inférieures sont uniformement d'un blanc verdâtre ou jaunâtre à reflets métalliques, ou bien les côtés du cou, la gorge et parfois la face inférieure de la queue sont marqués de nombreuses petites taches brunes. Chez les mâ-

les adultes le dessous de la queue et des pattes postérieures ainsi que le bas ventre sont parfois d'un beau brun jaunâtre, chez les jeunes tout le dessous et uniformement coloré en blanc jaunâtre ou grisâtre, parfois irisé de vert.

Longueur totale	109 ½ mm.
Longueur de la tête	10 ½ »
Largeur maximum de la tête	6 ½ »
Hauteur maximum de la tête	4 »
Circonférence maximum de la tête	20 »
Longueur du tronc	37 »
Circonférence maximum du tronc	22 ½ »
Longueur de la queue	62 »
Longueur de la queue à la base	5 ¼ »
Membre antérieur	9 ¼ »
Membre postérieur	12 ¼ »
Distance du bout du museau à la racine du membre antérieur	16 »
Intervalle entre les racines du membre antérieur et du membre postérieur	26 »

Le palais est dépourvu de dents.

De nombreux individus de cette jolie espèce ont été recueillis à l'île de St. Thomé par M. A. F. Moller.

Mabuia maculilabris Gray

Euprepis maculilabris, Gray Cat. Liz. Coll. Brit. Mus. p. 114. F. Müller, I. Nachtrag z. Katalog d. herpetolog. Samml. d. Basler Museums in: Verhandlungen naturf. Ges. Basel, VII. Th. 1. Heft, p. 159. *Euprepes notabilis* Barbosa du Bocage, Reptis e Amphibios de S. Thomé, l. c. Greeff op. cit. p. 48. Lopes Vieira, l. c. p. 237. Peters, in: Sitzungsberichte d. Ges. d. naturforsch. Freunde 1879, p. 36. Berlin. *Euprepes anchiaetae* Barbosa du Bocage, in Jorn. Sc. Lisboa I. 1866, p. 62. *Euprepes angasijanus* Peters. Reise nach Mossambique, III. p. 74. *Mabuia maculilabris* Boulenger, Cat. Liz. Brit. Mus. Vol. III. p. 164. Pl. IX. fig. 2.

Description

Cette espèce est assez grande; elle a le tronc allongé, étroit, cylindrique (♂) ou large et légèrement déprimé et fortement pincé derrière la racine des membres antérieurs et aux lombes (♀). Son cou est étroit; la tête est beaucoup moins large que le tronc, assez large et haute à sa base, atténuée en avant; elle est un peu moins de deux fois longue comme large et un peu plus de deux fois longue comme haute. Elle est cyclo-tétragone dans sa moitié postérieure et pyramidale dans sa partie antérieure. Sa surface supérieure s'abaisse visiblement depuis les yeux jusqu'au museau. Les joues sont légèrement arrondies, tandis que les régions frénales sont verticales et faiblement excavées. Le museau est assez effilé à sommet arrondi.

Les pattes sont médiocrement longues, mais assez robustes, surtout celles de derrière. Celles de devant, mises le long du cou, s'étendent au delà du coin postérieur de l'oeil (♂) ou vont jusqu'aux narines; celles de derrière offrent environ les trois quarts de l'étendue qui existe entre la racine du membre antérieur et l'origine de la cuisse. Les pattes de devant dirigées en arrière, celles de derrière dirigées en avant et appliquées contre le tronc se croisent. Elles sont terminées par cinq doigts cylindriques, onguiculés. Le pouce est le plus court; puis viennent, par ordre de grandeur croissante, le cinquième, le deuxième, le troisième et le quatrième; le troisième est presque aussi long que le quatrième. Les orteils se suivent dans le même ordre que les doigts; le troisième orteil est sensiblement plus court que le quatrième.

La queue est très longue chez la femelle, de moyenne dimension chez le mâle: chez la femelle sa longueur est supérieure au double de la longueur du corps; chez le mâle elle est une fois et demie longue comme la tête et le tronc. A la base elle a la forme d'un prisme trapézoïdal, elle s'arrondit ensuite et diminue rapidement de diamètre jusqu'à l'extrémité; sa pointe est effilée, pointue et comprimée chez le mâle.

Le diamètre horizontal de l'oeil excédant la moitié de l'intervalle qui existe entre la narine et l'angle antérieur de l'oeil et dépassant légèrement la longueur de l'espace internasal. Cet espace entre presque deux fois et deux tiers dans l'intervalle séparant les yeux. Les yeux et les narines sont situées latéralement. Les narines sont assez grandes et ovoïdes. Les paupières sont bien développées; la paupière inférieure avec un disque ovalaire, transparent et entier, moins grand que le trou auditif. La lon-

gueur du diamètre horizontal de l'oeil est presque le double du diamètre vertical de l'oreille. L'oreille est ovalaire ; quelques écailles forment une légère dentelure au bord. La distance entre l'oeil et l'oreille est un peu moins grande que l'espace compris entre l'angle antérieur de l'oeil et le bout du museau. Pas de dents au palais. Dents maxillaires coniques et simples. Pas de pores fémoraux ou prè-anaux.

La narine est percée d'arrière en avant dans la partie postérieure de la plaque nasale, au dessus de la première labiale; son bord antérieur correspond avec la suture qui existe entre la rostrale et la labiale. La nasale est circonscrite par la rostrale, la supéro-nasale, la nasale postérieure et la première labiale supérieure. La postéro-nasale est petite et fort étroite; elle est suivie de deux plaques frénales. La frénale antérieure est un peu plus grande que la frénale postérieure; elle est en contact avec la première sus-labiale. Deux petites préoculaires au dessus de la quatrième sus-labiale. Quatre labiales supéro-antérieures, une grande sous-oculaire, qui offre presque la même longueur que deux labiales réunies, et deux labiales postérieures. Les temporales sont faiblement carénées. Les temporales sont en arrière un peu plus larges que longues, continguës sur la ligne médiane derrière l'interpariétale et suivies par deux larges nuchales. L'interpariétale se trouve enclavée entre les deux pariétales et les frontonasales; elle est un peu plus longue que ces dernières, dilatée antérieurement et rétrécie en arrière; elle a quatre pans; deux petits qui forment en avant un grand angle assez ouvert, dont le sommet est parfois légèrement arrondi et enclavé entre les frontopariétales et deux longs bords latéraux formant un angle très-aigu et s'appuyant contre les pariétales. Les frontopariétales sont assez grandes, placées obliquement, se touchant entre elles en avant de l'interpariétale et s'appuyant sur les deux supéro-oculaires postérieures. Le disque sus-oculaire se compose de quatre plaques, le long du bord externe desquelles on observe une série de quatre à cinq plaques allongées et étroites. La frontale est très grande, hexagone, dilatée en avant et faiblement rétrécie en arrière; sa longueur est inférieure ou bien égale à celle de l'interpariétale et de la suture entre les deux fronto-pariétales. L'internasale est à peu près rhomboïdale, plus étendue en largeur qu'en longueur et séparée de la rostrale par une paire de supéronasales très étroites, allongées et contiguës et de la frontale par suite de la contiguité des frontonasales. La rostrale est environ deux fois aussi large que haute, rabattue en dessus et sur les côtés du museau. La plaque mentonnière est grande, dilatée transversalement; derrière elle une gulaire impaire un peu plus grande, la-

quelle est suivie de trois paires de gulaires; les deux premières gulaires viennent se toucher sur la ligne médiane, derrière la gulaire impaire.

Les écailles sont légèrement imbriquées, hexagonales, un peu arquées à leur bord libre, élargies, lisses en dessous, carénées en dessus. La face supérieure des membres offre des éccailles bi-tri-et quadricarénées; les écailles du dos et de la queue sont surmontées de cinq carènes tres-développées et de deux petites carènes plus au moins prononcées. Les bords postérieurs des nuchales et mêmes ceux des pariétales sont relevés de plusieures carènes; on rencontre des sujets adultes ayant treize carènes sur les plaques nuchales. La totalité des rangées longitudinales d'écailles qui existent autour du tronc est de trente à trente deux. Cinquante neuf ou soixante rangs transversaux d'écailles dorsales. Les écailles digitales sont lisses.

Une teinte brune ou olivâtre est repandue sur les parties supérieures. Le dessus du tronc et des pattes et les côtés du cou offrent des gouttelettes bleuâtres (♂) ou quelques petites taches brunâtres ou verdâtres et un nombre assez grand de tachez foncées (♀). Les temporales supérieures et les labiales postérieures sont souvent tachetées de blanc bleuâtre ou verdâtre sur un fond brun grisâtre. Les plaques suscrâniennes sont brunes ou olivâtres sans taches ou très-faiblement tachetées. Les régions inférieures sont jaunâtres nuancées de bleu; le bleu, le bleu verdâtre ou grisâtre se montre surtout sur le bas des flancs, sur les parties latérales de la queue, sur les parties internes et externes des membres et sous la gorge.

	♂		♀	
Longueur totale	221	mm.	288	mm.
Longueur de la tête	20	»	20	»
Largeur maximum de la tête	11	»	11	»
Hauteur màximum de la tête	9	»	9	»
Circonférence maximum de la tête	35 ½	»	36	»
Longueur du tronc	69	»	73	»
Circonférence maximum du tronc	46	»	57	»
Longueur de la queue	132	»	195	»
Largeur de la queue à la base	11	»	12 ½	»
Membre antérieur	28	»	30	»
Membre postérieur	39	»	40 ½	»

Je possède deux individues de cette espèce, rapportés de l'île de St. Thomé par M. A. F. Moller.

(Continúa).

PONTICAS DE OVIDIO NASÃO

(Ao seu antigo collega e prezado amigo Ayres de Gouvêa)

LIVRO SEGUNDO

Carta primeira

A Germanico (1)

Aqui tambem chegou a novidade
Do Cesareo triumpho, aqui, aonde
Do Noto as auras fatigadas chegam.
Julgava que nas Scythicas malezas
Nada podia haver que me alegrasse.
Menos que d'antes este sitio odeio;
Alguma cousa vi por fim, sereno,
De cuidados crueis expulsa a nuvem,
E deu um desmentido á sorte minha.
Bem que Cesar me negue regosijos,
D'este não poderá sequer privar-me.
Os deuses, para que lhes prestem culto
Com bondosa piedade, não consentem
Que em seus dias de festa haja tristezas.

(1) Germanico (Drusus Nero), filho de Druso Nero, neto e filho adoptivo de Tiberio, a quem foi dado o titulo de Germanico por ter conquistado a Germania.

Emfim, posto que seja um devaneio,
Este prazer terei bem que o prohiba.
Sempre que Jove com propicias chuvas
Os dessecados campos reanima,
Na seara cresce a pertinaz bardana;
E nós mesmos, qu'um'herva inutil somos,
O frugifero auxilio desfructamos,
Se bem que de máo grado concedido.
Nos jubilos mentaes de Cesar temos
Uma parte viril (1), e em sua casa
Nada haverá que publico não seja.
Graças te dou, ó fama, que permittes
Que, entre estes rudes getas encerrado,
Possa ver o magnifico triumpho.
Por ti soube que gente innumeravel
Para ver o seu chefe se ajunctara,
E que Roma, que abarca com seus muros
O orbe inteiro, conter podia apenas.
Narraste-me por quantos dias chuvas
O Austro derramara antes da festa,
E por quantos o Sol sereno e puro (2)
Na face dos Romanos reflectira.
Ledo, como cumpria n'um tal dia,
Aos distinctos varões distribuiu premios;
E, antes que a toga triumphal vestisse,
Os perfumes queimou no altar sagrado.
De seu pae exorou piedosamente
A justiça, que sempre no seu peito
Achou guarida e amparo indefectivel.
Por onde quer que dirigia os passos,
O ar com applauso e bençãos resoava
E as rosas o lagedo enrubesciam.
Esculpidos em prata iam na frente

---

(1) Parte viril. Parte viril dizia-se a que tocava a cada herdeiro por cabeça.

(2) Este facto foi cantado por Virgilio (?) no seguinte epigramma:

Nocte pluit tota; redeunt spectacula mane.
Divisum imperium cum Jove Cæsar habet:

que nós traduziremos:

Chuva torrencial durante a noite;
Desponta o dia e voltam os festejos;
Governam por seu turno Jove e Cesar.

Os muros e as cidades conquistadas,
Vencidos rios, montes e pastagens,
Entre florestas, arremessos e armas.
O ouro, que no triumpho se ostentava,
Se o Sol o incendiasse, bem podéra
Illuminar do Forum os largos tectos.
Eram tantos os chefes, que seus collos
Sob os grilhões do vencedor curvavam,
Que um inimigo exercito os disseras.
D'elles a maior parte obtiveram
Com seu chefe Batão (1) indulto e vida.
E dizer poderei que a ira divina
Em meu favor não póde moderar-se,
Quando para o imigo é tão clemente?
Referiu-nos tambem a mesma fama,
Germanico, que n'esta augusta pompa
Appareceram com teu nome inscriptas
Differentes cidades, que ao teu braço
Resistir não poderam pelas armas,
Por sua posição ou fortes muros.
Dêem-te os deuses dilatados annos.
Em ti mesmo acharás o mais que anhelas.
Longa vida é sómente o que precisas.
Isto rogo e será, porque em verdade
O vate prophetisa, e fausto agouro
Propicio ao meu desejo, os céos me deram.
Ver-te-ha Roma triumphante no teu carro
Subir do Tarpeiano forte ao cimo;
Verá teu pae a honra, que, tão joven,
Te é prestada e que elle mesmo outr'ora
Havia já prestado aos seus maiores.
Tu, que na paz e guerra és já modelo,
Não esqueças que agora te annuncio
Qual será teu porvir; e que em meus versos
Os teus feitos talvez serão cantados,
Se em vida resistir aos meus tormentos,
E não se ensope em meu sangue a Thracia,
Ou decepe a cabeça a espada geta;
Mas, se antes que eu falleça receberes
Em nossos templos do triumpho a palma,
Duas vezes dirás—foi certo o agouro!

---

(1) Batão, general Pannonio, trazido para Roma por Tiberio Ravenna.

Carta segunda

A Messalino (1)

Esse que desde os seus mais tenros annos
Respeitou sempre, attento, a casa tua,
Expulso no sinistro Ponto Euxino,
D'entre os getas indomitos te envia
A saudação, que outr'ora, Messalino,
Ovidio pessoalmente te prestava.
Ai de mim, se o teu rosto, ao ver meu nome,
O mesmo não ficou que d'antes era
E na leitura proseguir hesitas!
Continúa... e commigo o não desterres;
Podem na vossa Roma estar meus versos.
Nunca pensei que montes sobrepondo (2),
Os astros com a mão tocar podesse;
Nem, sequaz do Encelado (3), insensato
Declarei guerra aos arbitros do mundo;
Nem, qual Tydeo (4), com temeraria dextra
Contra algum Deus arremessei a lança.
Foi grave a culpa; porém foi só minha,
E só a mim prejudicar podia
Ou ser mais gravemente castigada.
Podem notar-me de ignorante e louco,
Mas nenhum outro nome dar-me podem;
Com Cesar incorri, confesso, em culpa.
E pódes tu tambem com bom direito
Mostrar-te ás minhas supplicas difficil,
Pois que é tal o respeito que consagras
A qualquer, que de Julio o nome tenha,
Que offensa que soffrer a julgas tua.

---

(1) Messalino, cavalleiro de familia consular, de grande importancia em Roma.

(2) O Ossa e o Pelias, montanhas altissimas da Thessalia, que os gigantes, pretendendo escalar o céo, sobrepozeram uma á outra.

(3) Encelado, filho da Terra, o qual Jupiter fulminou e sepultou no Etna.

(4) Diomedes, filho de Tydeo, que na guerra de Troia ferira a mão de Venus, com um bote da lança, que tirara a Eneas. V. Homero, Iliada 5.ª

Ou te armes, e o braço teu levantes
Para ferir-me, não temas que resista.
Ao argivo Achimenides guarida (1)
Presta iliaca nau; e o rei da Mysia
Cura Achilles co'a lança que o ferira.
Não poucas vezes ao altar se acolhe
O seu violador, e não recusa
De implorar o favor do deus que offende.
Dirás—*não é seguro*—nem o nego;
Mas não singra o meu barco em mar sereno.
Outros demandem regiões tranquillas.
Não teme riscos a miseria extrema,
Porque nada peior sobrevir póde.
Quem deixará de subtrahir-se á sorte,
Quando da sorte é victima arrastado!
Muita vez duro espinho rosas gera.
O que arrebatam vagas espumantes
Para as sarças os braços seus extende,
E ás duras rochas agarrar-se busca.
A ave, que evitar o açôr terrivel
Tenta, batendo as azas trepidantes
Até do homem, cançada, busca o seio.
Nem a corça, que foge espavorida
Da matilha inimiga que a persegue,
Duvída penetrar no tecto amigo.
As minhas tristes lagrimas attende,
Eu t'o depreco; e não cerres a porta
Á minha prece timida, e a transmitte
De Roma aos deuses com piedoso affecto,
Deuses que tu respeitas e que adoras,
Como do Capitolio e raio os deuses.
Meu mandatario, a peito a causa toma,
Bem que em meu nome causa alguma é boa.
Já proximo do frigido sepulcro,
Não serei sem fadigas afanosas
Salvo por ti, se preservar-me pódes.
Em meu favor outorgue-te hoje Cesar
A graça costumada, e nunca falte.
Inspire-te a eloquencia hereditaria,
Brilhante sempre, e que por tantas vezes

---

(1) Achimenides, companheiro de Ulysses, por cujo aviso Eneas escapou á crueldade dos Cyclopes.

Poude valer ao tremulo accusado,
Porque do pae em vós vive a eloquencia,
Dom que em vós encontrou condigno herdeiro.
Não imploro que intentes defender-me,
Que defesa não tem o réo confesso.
Não excluas, porém, o erro do facto;
Se convém discutil-o, a ti compete.
Feridas ha de genero incuravel,
Que julgo mais seguro abandonal-as.
Silencio, e accrescentar nada mais deves.
E oxalá que nas minhas proprias cinzas
Tudo o mais supportar emfim podesse.
Falla, como se quasi nenhum erro
Me houvesse seduzido, e gosar possa
D'esta vida que ao grande Cesar devo.
E, quando mais tranquilla e socegada
Mostrar a fronte que o imperio occupa,
Supplica-lhe que não me entregue em presa
Aos indomitos barbaros do Euxino,
E exilio menos duro me conceda.
O ensejo para a supplica é propicio,
Vive feliz, e prospera vê Roma,
Co'as grandezas e forças que lhe ha dado;
Uma esposa fiel os céos protegem;
Da familia o poder seu filho augmenta,
Germanico em valor a edade excede,
E Druso não desmente o esforço avito;
A nora, pias netas, e mais prole,
Florescem na mais prospera fortuna;
Os peonios succumbem, e forçados
Nas montanhas os Dalmatas repousam;
Depondo as armas não recusa a Illyria;
Curvar a fronte escrava aos pés de Cesar.
Elle mesmo, de placido semblante
Pela virgem Phebêa ornada a fronte
O respeito e attenções attrahe de todos.
Cercam-o filhos, de seu pae condignos
E das honras que d'elle receberam.
Parecido aos irmãos, que perto habitam,
Julio, o divino, os vê do seu alcaçar;
Nem tu lhes negarás, prezado amigo,
Pois que tudo ceder lhe deve o passo,
No publico interesse a primazia.
Só ha questão de amor no mais que resta,

E n'este amor não serás tu segundo.
Honras o que em edade prematura
Te premiou com merecidos louros.
Venturosos aquelles que poderam
Aos seus triumphos assistir pomposos,
E a face ver do principe divino.
A mim em seu logar sómente cabe
Do Sauromata ver o feroz rosto,
Terras sem paz e ondas regeladas.
Se me ouves pois e a ti minha voz chega,
Obtem-me do principe outro exilio.
E teu pae, que honrei sempre desde a infancia,
Se a alma (1) do finado sente ainda,
Por mim com seu irmão se empenhe e rogue;
Peça-o tambem o teu irmão comtigo,
Bem que receie que fatal te seja
De salvar-me o desejo; emfim que o peça
Toda a tua familia. E tu bem sabes
Que dos amigos teus sempre fiz parte;
E pelo menos festejaste sempre
Esse genio fatal que me ha perdido,
A Arte de amar exceptuando apenas:
E retirando esse ultimo peccado,
Não ha na minha vida cousa alguma
Que possa deshonrar tua familia.
Emfim prospére o sanctuario vosso;
Os Cesares e os deuses te protejam,
Se a sua divindade deprecares
(Irada contra mim não sem motivo)
Que d'estes brejos scythicos me livre.
Não é facil, confesso; mas caminha
Por entre escolhos a virtude eximia,
E a minha gratidão será sem termo.
E todavia não terás a ouvir-te
No seu antro o ferreiro Polyphemo (2)
Nem um barbaro Antiphates (3); mas antes
Um pae bondoso, a perdoar disposto,
E que sem raios muita vez troveja.

---

(1) *Umbra*, diz o poeta.

(2) Polyphemo. Um dos Cyclopes, filho de Neptuno e Thoas, que habitava a ilha de Sicilia.

(3) Antiphates, rei dos Lestrigões, povo de anthropophagos, notavel pela sua crueldade.

Que se triste castigo acaso ordena,
Elle mesmo mais triste ainda fica,
Como se partilhasse a pena sua;
Venceu na clemencia a culpa nossa,
Coacta a ira, lançou mão da força.
Separado da patria por um mundo,
Ante os deuses prostrar me não é dado;
Tu, sacerdote seu e seu devoto,
Minhas humildes preces lhe apresenta,
Junctando-lhe benevolas instancias,
Se não julgares que serão nocivas.
Perdôa-me, não ha mar que não tema
A victima de um misero naufragio.

VISCONDE DE SEABRA.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

(Continuado do n.º 10, paginas 771)

XX

Julho de 1838.—Sahem á luz os *Quadros historicos de Portugal.*—Apreciações d'essa obra por D. Frei Francisco de S. Luiz, Francisco Antonio Martins Bastos, Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, Antonio Ribeiro Saraiva e Alexandre Herculano.—Appendice a este capitulo.

Foi meado julho de 1838, que sahiu á luz o primeiro numero de uma publicação de Castilho, reveladora da sua tendencia, que acima notei, para os estudos historicos nacionaes; refiro-me aos *Quadros historicos de Portugal* (1).

---

(1) Aquella data, infiro-a do primeiro annuncio que d'esta obra encontrei. Vem no jornal *A Estrella*, de 14 de julho de 1838. O titulo da obra é:
Quadros historicos | *de* | *Portugal.* | *por* | *Antonio Feliciano de Castilho* | *Bacharel formado em Direito, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa,* | *da Sociedade Juridica da mesma Cidade, da Sociedade Litteraria Portuense,* | *do Instituto Historico de Paris, da Academia Real das Sciencias e Bellas-* | *Lettras de Rouen, da dos Ardentes de Viterbo, e da Arcadia de Roma.* | OUVI, QUE NÃO VEREIS COM VÃS FAÇANHAS, | FANTASTICAS, FINGIDAS, MENTIROSAS, | LOUVAR OS VOSSOS, COMO NAS ESTRANHAS | MUSAS, DE ENGRANDECER-SE DESEJOSAS. | *Cam. Lus. C. I* | —(Logar de um escudo das Armas

Estamos em presença de uma das mais notaveis obras de Castilho.

Folgo de suppôr, ainda que sem grande base, que a este movimento do espirito do poeta, não seria estranha, como já tambem indiquei, a convivencia e influencia de Herculano. Como estavam muito unidos aquelles dois engenhos, é de crer que mutuamente se aconselhassem, e é certo que mutuamente se attendiam. Cada um d'elles porém seguiu na mesma estrada o lado que melhor condizia com a sua indole, as suas posses, o seu gosto.

Herculano caminhava do lado da sombra, e contava a uma e uma as pedras da via-Appia das nossas glorias; parava a excavar no solo, ou carreava elle proprio, com uma constancia heroica, os materiaes do seu projectado monumento.

Castilho, mais poeta, inundava-se de sol, sentava-se descançando á sombra das arvores seculares, punha-se a escutar lendas ás gerações que passavam, e relanceava os olhos do seu sequioso espirito aos horizontes azues, sinuosos e vagos, da crendice e da xácara.

Reaes portuguezas)— | Lisboa. | Na typographia da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis. | Rua Nova do Carmo, n.º 39 D. | 1838 | . Fol. max. 1 vol. de 58 paginas.

No numero do periodico lisbonense O Recreio, *jornal das familias*, de fevereiro de 1838, vem um annuncio da redacção, dando conta de que em breve sahiria o 1.º numero dos *Quadros historicos*, e vem tambem o programma em nome do editor.

Ahi se lêem estas palavras:

«Com muito gosto apresentamos em nossas columnas o seguinte Prospecto «de uma Obra, que tanta honra faz a quem emprehendeu a sua publicação, «como á Nação a quem é dedicada, e cujas façanhas, reproduzidas pela «habil penna do sr. Antonio Feliciano de Castilho, nos recordarão ainda o «que fomos.

«Excusado é pois — continúa o jornal — rogarmos aos nossos concidadãos «que hajam de auxiliar uma empreza tão util e patriotica, porque estamos «bem convencidos que bastará citar o nome de seu erudito Redactor, já tão «conhecido na republica das lettras pelos seus excellentes escriptos, para «não carecer de outra recommendação.»

Segue o Programma, que não é da penna de Castilho, mas é provavelmente da de seu irmão Augusto, em nome do editor.

Existiam no espolio litterario do bom Antonio da Silva Tullio as copias de tres cartas, exposições, requerimentos (ou como se lhes deva chamar), que o auctor dos *Quadros historicos* dirigiu á Rainha a Senhora D. Maria II, a el-Rei o Senhor D. Fernando, e á Imperatriz Duqueza de Bragança, chamando a sua attenção para esta obra, e invocando a sua benevolencia, em nome dos altos intuitos patrioticos dos «Quadros.» Estes documentos, adquiridos com muitos outros entre papeis de Tullio, conserva-os no seu precioso archivo o meu querido amigo o dr. Xavier da Cunha.

Comprehendendo o ponto de vista do auctor dos *Quadros historicos,* dizia o erudito Cardeal Saraiva, D. Frei Francisco de S. Luiz, segundo me contou um bom amigo (1), que o titulo se devia alterar um pouco, e escrever-se antes *Quadros poeticos da Historia de Portugal.* Aquillo, continuava o insigne pesquisador, é a poesia da nossa historia, mas não é a historia como hoje se requer.

Tem graça, e é fino o reparo; mas, apezar de baixar de tão alto, não invalida (nem o pretendia) o merecimento da obra. Lá está o finissimo criterio de Garrett a responder:

«A religião das tradições deve ser respeitada e crida sem grandes exames, porque nada ganha a critica em pôr duvidas, e o espirito nacional perde muito em as acceitar (2).»

E prosegue:

«A historia deve ser rigorosa e verdadeira; deve; e os grandes «factos importantes, que fazem epocha, são as balisas da historia «de uma nação. Tambem os eu rejeitarei sem dó, quando lhes «faltarem essas *authenticas* indispensaveis. Agora as circumstan- «cias, para assim dizer episodicas, de um grande feito sabido e «provado, quem as conservará se não forem os poetas, as tradições, «e o grande poeta de todos, o grande guardador de tradições, o «povo?»

*

O seu a seu dono.

Ouvi mil vezes a Castilho, e elle proprio o deixou claramente exarado n'uma nota d'estes *Quadros historicos,* que todo o improbo trabalho de buscas, apuramento de textos, e cotejo de documentos, pertencia a Augusto. Antonio recebia d'elle os materiaes, e traçava, e edificava, e rendilhava. A modestia do dedicadissimo auxiliar do poeta vedou, que no titulo se lhe esculpisse tambem o nome (3).

De varios numeros, ou fasciculos, consta a obra, hoje rara, e

---

(1) O sr. José Carlos Sette, cujo amor ás lettras é de todos conhecido. Ouvi-lhe isto em 24 de setembro de 1878.

(2) *Viagens na minha terra,* t. II, cap. XXXVI.

(3) Veja-se a nobre declaração de Antonio Feliciano de Castilho, na nota 2.ª de pag. 58.

da qual se pagam por bom preço os exemplares que apparecem. Os titulos dos quadros são:

D. Affonso Henriques, primeiro Rei de Portugal

Côrtes de Lamego. (Este fasciculo sahiu meado julho de 1838).
D. Egas Moniz. (Sahiu em 14 de novembro de 1838).
Jornada de Ourique, 1139. (Sahiu pelo meio de abril de 1839. O jornal *A Estrella,* de 22, já o menciona).
Tomada de Santarem, 1147. (Sahiu em agosto de 1839. O jornal *O Recreio,* vol. v, pag. 172, annuncia esse fasciculo).
Tomada de Lisboa, 1147. (Este 5.º fasciculo sahiu em dezembro de 1839; vejo-o annunciado no n.º 12 do vol. v do *Recreio*).
Giraldo sem pavor; tomada de Evora, 1166.
D. Fuas Roupinho.

D. Sancho I, segundo Rei de Portugal

Tomada de Silves. (Sahiu em principios de maio de 1841).

. . . . . .

Foi Sendim (já mencionado n'um dos capitulos supra) o artista que illustrou com boas lithographias quasi toda a obra. Além d'elle são auctores de algumas estampas, o insigne sr. Antonio Manuel da Fonseca, ainda vivo (1), e Joaquim Raphael (2); tambem J. M. Esteves, de Beja, que desenhou obsequiosamente a egreja matriz de Castro-Verde, a capella das Chagas, e o padrão de Ourique, tudo até então inedito; e mais o erudito Francisco Adolpho de Varnhagen, então rapaz muito novo, que desenhou o plano do campo onde se julgava ter sido a celebre batalha contra os cinco regulos mahometanos.

*

Como se viu, o plano adoptado foi este: escolher em cada reinado alguns factos mais dignos de nota, e compôr de cada um d'elles

---

(1) Capitulo escripto em março de 1879. O sr. Fonseca falleceu em Lisboa a 4 de outubro de 1890.

(2) Existe, cuidadosamente conservada no Museu municipal do Porto, a aguarella original de Joaquim Raphael, feita expressamente, a tinta da China, para o Quadro historico de D. Fuas Roupinho. Lá a vi, mas ignoro a sua procedencia.

um quadro sobre si. Em volta do homem grande tomado para nucleo e primeiro assumpto da composição, agrupar os personagens historicos que o fizessem realçar. De cada quadro, em summa, tirar um bom exemplo moral, um incentivo para brios nacionaes.

Logo no limiar da obra, é el-Rei D. Affonso Henriques saudado com entranhado alvoroço de bom Portuguez. Perplexo na escolha do assumpto, enumera o auctor a longuissima serie das gloriosas acções militares d'este Heroe, e a das suas fundações ecclesiasticas; depois, tomando rumo, pinta, com resoluto e livre pincel, a scena tão singela e magnifica das Côrtes de Lamego.

Fica, por assim dizer, aberto o reinado, e inaugurado o livro. Eis ahi o primeiro Quadro.

Seguem-se: o feito de Egas Moniz, contado na grandiosa maneira dos antigos mestres; as lindissimas lendas da jornada de Ourique; a espantosa tomada de Santarem; o quadro completo da conquista de Lissibona aos Moiros; a romantica historia de Giraldo sem pavor; os feitos de Fuas Roupinho; e emfim a tomada de Silves.

E jaz interrompida esta publicação notavel, que, se tivesse podido continuar, seria hoje um verdadeiro Pantheon!

Anima todo aquelle vasto complexo de memorias, pinturas, restaurações, e devaneios, um largo sopro de amor á nossa terra. Lembra a perfumada aragem que vem da colossal cordilheira dos *Lusiadas*. Dir-se-hia, que das epigraphes camonianas, antepostas ás varias divisões da obra, expira um calor delicioso, que nos repassa.

O estylo é largo, potente; o dizer, nervoso, vernaculo; e as figuras de corpo inteiro, que n'aquella opulenta galeria nos saudam, se não são retratos fieis de Van-Dick ou Rembrandt, são quadros magistraes imaginados e idealisados por um Ticiano ou um Paulo Veronez.

A todos estes relevantes merecimentos litterarios correspondia desusado esplendor typographico. Tudo alli conspirava para elevar a alma: desde a grandeza do estylo, até á magnificencia do folio-maximo em papel soberbo!

É aquelle conjuncto bibliographico um bello edificio da Renascença, onde a volta-redonda da eschola classica se casa harmoniosamente com o esbelto das ogivas multicôres. Parece um castello roqueiro floreteado de emblemas, nossos e muito nossos, agigantado no plano, primoroso no acabamento. Só se lhe ergueu um lanço e parte do segundo; mas n'isso mesmo, que ahi ficou incompleto, ha já a melancolia austera das grandes ruinas historicas.

A prosopopêa sonora de Tito-Livio acompanha o dizer ingenuo

de Frei Luiz de Sousa; e as louçanias de Barros sabem unir-se ás hombridades de Sallustio. Finalmente, n'este mixto singular, casa-se a seccura do documento á poesia saudosa da lenda nacional.

Tal é em meu conceito, a publicação intitulada *Quadros historicos.*

*

Deixando de parte as minhas pessoaes apreciações d'esta muito notavel obra de Castilho, citarei outras opiniões que mais valem; transcreverei palavras de estranhos.

O jornal *A Estrella,* de 17 de julho de 1838 louva a empreza, e diz:

..... «Esta magnifica e primorosa obra, perderia inteiramente «o seu merecimento, se a nossa penna se atrevesse a elogial-a. «Os nomes de seus Auctores—(o homem de lettras, e o artista)— «que brilham no frontispicio de uma edição tão correcta, honram «a Nação portugueza a que pertencem, e convidam a attenção «de seus concidadãos, que anciosos buscarão ler uma obra tão «digna, e chamarão a inveja dos estrangeiros, aonde não são raros «eguaes engenhos, mas mais apreciados, e muito mais bem pre- «miados!»

*

A *Revista Litteraria,* do Porto, diz isto:

..... «Até hoje não havia apparecido em Portugal producção «alguma tendente a perpetuar os fastos nacionaes, que juntasse «a um estylo grave e conceituoso a belleza, luxo, e riqueza de «edição. Estava reservado ao sr. Castilho mimosear os amadores «da gloria nacional e das antiguidades patrias com a descripção «de alguns actos historicos, illustrados com paineis analogos (1).»

E n'outra parte:

«Sentimos que esta obra não possa ser tão popular, como é, «por exemplo, o *Panorama;* queriamos que todo o Portuguez «estando com ella em contacto, respirasse o verdadeiro patriotismo «que reluz em cada Quadro, e que anima cada expressão (2).»

Ora a *Revista Litteraria* era então um periodico muito serio, e em cuja redacção se contavam, segundo Innocencio, homens

---

(1) *Revista Litteraria,* do Porto, 1838, t. I, pag. 114.
(2) *Revista Litteraria,* do Porto, 1838, t. II, pag. 293.

como o dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto, Ministro de Estado, D. Frei Francisco de S. Luiz, Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca, depois Visconde e Conde da antiquissima casa de Azevedo, e escriptor erudito, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, já então muito entregue a pesquizas historicas, Ignacio Pizarro de Moraes Sarmento, dramaturgo, José Joaquim da Silva Pereira Caldas, que já então (como hoje) applicava em estudos serios as suas faculdades, José Pereira dos Reis, distincto medico, e Raymundo José da Cunha Mattos, Marechal de Campo e escriptor militar. Por esta lista se vê quanto peso tinham então as apreciações da *Revista Litteraria.*

*

Um moço de grande esperança, e que por esses annos começava a manifestar os dotes de caracter e talento que o distinguem, e o elevaram ás mais subidas honras, o sr. Antonio Maria do Couto Monteiro, imprimiu então no jornal *O Mosaico,* uma Ode, em que esse juvenil auctor desafoga em versos o enthusiasmo que lhe influiram os *Quadros historicos* (1).»

*

Tendo lido esta Ode o douto Professor dos Principes Francisco Antonio Martins Bastos, bom humanista e homem excellente, segundo apregoava a fama publica, dedicou ao joven poeta os seguintes versos:

POESIA

Ao sr. Antonio Maria do Couto Monteiro, louvando os *Quadros historicos* do insigne Portuguez, o sr. dr. Antonio Feliciano de Castilho, no *Mosaico,* n.º 49

ODE

Fortunate puer, tu nunc eris alter ab illo.
VIRG., Ecl. v.

Aguia implume! altaneiros vôos ergues,
Que á Patria novas honras presagiam,

(1) Vejo que esses versos deveram apparecer no n.º 49 do *Mosaico,* mas na Bibliotheca Nacional só ha esta folha até ao n.º 43; o que fez que os não podesse ver.

E que do grande Henrique (1) claro ostentam
Das doutrinas o fructo!
De escutal-o primeiro a honra tive;
Joven pois, não te invejo; só me espanto
Que em nosso tempo, de ignorancia tempo,
Do Pindo brilhem raios!
Raios que abrindo as nuvens se diffundem
Já com tanto esplendor, e força tanta,
Desde o horizonte luso ao Mundo inteiro
Nova luz despedindo.
Da escolha tua, causa inveja o assumpto;
Por pouco me roubaste a nobre palma;
Remir o meu descuido em vão forcejo;
É pelo objecto illustre.
De Castilho em verdade os nobres *Quadros,*
De Lusitania esmaltam a corôa,
De fulgor novo a Patria nossa adornam,
Que eclypsar nada póde.
Via-se a fama eternisada sua,
Na encantadora *Primavera,* lindo
De seu mago pincel egregio traço,
Que as Musas encantara.
Nas do austero *Narciso* austeras notas,
A *Eccho* doce amante respondidas,
Brilha do genio, da poesia brilha
Quanto de grande existe.
E *a do Castello Noite,* primoroso
Apuro da arte! esses do *Bardo* amores!
Quem não vê com transporte, e se extasia
De magicos arroubos!
De João Sexto a Acclamação, nos evos
Tem de durar, no seu Poema eterno
Qual dura de Camões nos aureos versos
De Manuel a fama.
Feliz quem rouba ao Pindo tantas flores! (2)
Feliz quem encomia o Vate eximio,
Desde annos tenros; venturoso agoiro
Desde já se divisa.
Já no bifido monte ousado entraste (3),
E seu palacio as Musas te franqueiam;
Não desistas, ó Joven, da ardua empreza,
Que tanta gloria alcança.

---

(1) O sr. Henrique Henriques de Brito e Oliveira, preclarissimo Lente de Rhetorica, Poetica, Analyse, e Historia ha muitos annos n'esta Côrte.

Nota do auctor dos versos.

(2) Verso do sr. dr. Manuel dos Sanctos Cruz.

Nota do auctor dos versos.

(3) Verso do sr. José Maria da Costa e Silva.

Nota do auctor dos versos.

Dilata de teu nome honrosa fama!
Dilata de teu mestre o claro nome!
Dilata d'esta Patria o lume escaço,
Que a furto ainda brilha.

Francisco Antonio Martins Bastos (1).

*

Fallando incidentemente de certo livro que se achava em cima de uma meza em casa de um personagem do seu romance *A ermida de Castromino,* não perde Teixeira de Vasconcellos o ensejo de dizer:

«O volume dos *Quadros historicos* do nosso grande poeta, e não «menos insigne prosador, Antonio Feliciano de Castilho (é) livro «que todas as casas portuguezas deviam ter no logar mais honroso «d'ellas, em logar dos romances de George Sand ou de Ernest «Feydeau, como na casa do christão deve estar o Evangelho (2).»

*

Antonio Ribeiro Saraiva, o portuguez de lei (3), ao ler em Londres esta publicação, escrevia em 30 de setembro de 1838 ao Conego Augusto Frederico de Castilho:

..... «Sympathisando eu tão profundamente nas idéas e modo de «apreciar a belleza, a excellencia, a sabedoria, do nosso Portugal «antigo, que brilham nos *Quadros historicos,* ha muito que não li «coisa que tanto me deleitasse, como o primeiro; e não menos «deleite espero do segundo. Hoje porém, que um frenesí de inno- «vações, ou antes imitações estranhas, ameaça de obliterar para «sempre, e de todo, as memorias e monumentos d'aquella antiga «sabedoria e gloria de nossos maiores, o trabalho de teu irmão «redobra de preço e merecimento para todo o Portuguez que ainda «se préze de sel-o.

«Quando um degradante e pueril espirito de desprezo pelas «coisas e instituições portuguezas, e de inclinação pelas de outros

---

(1) *O Ramalhete,* de 26 de março de 1840.
(2) *A ermida de Castromino,* cap. IV.
(3) Fallecido ultimamente em S.t Peters, Condado de Kent, Grã-Bretanha, no dia 15 de dezembro de 1890, tendo de edade noventa annos.

«paizes, que não valem as nossas do bom tempo, parece infectar «mais e mais a nação, de que preço não é o apresentar ao mundo «as pinturas, de mão de mestre, em que a gloria do Portugal antigo «resplandece com toda a majestade e belleza inimitada!

«Assim fica teu irmão crédor á estima e reconhecimento de todos «seus compatriotas, capazes de apreciar um tão grande serviço aos «olhos do verdadeiro patriotismo.».....

*

Herculano, certamente bom desembargador em causas d'estas, diz no *Panorama* (1):

«A obra do sr. Castilho lançamos nós como uma luva de desafio «aos estrangeiros. Pelo lado litterario, que nos mostrem os Alle- «mães, os mestres de todas as nações, paginas dos seus escriptos, «mais eloquentes e philosophicas, do que as do Prologo e primeiro «artigo dos *Quadros historicos de Portugal!* Que o faça a Ingla- «terra, quasi emula da Allemanha nas lettras! Que o faça essa «França mercadora de litteratura, onde, no meio de suas ridicu- «larias litterarias, dos seus livros de a tanto por duzia, apparecem «obras-primas de engenho e de saber. Que venham; nós não re- «ceamos a comparação.»

. . . . . .

N'outra parte do volume (2) exclama o mesmo mestre (de quem dizia Castilho uma vez, com graça conceituosa, que sabia muito de todas as coisas, e tudo de algumas) o seguinte:

«Os *Quadros historicos* são, sem a menor duvida, obra a mais «excellente que em seu genero se tem publicado em Portugal.»

E accrescenta:

«É assim, que aproveita a Historia aos que a estudam, que só «apurar datas, reconhecer batalhas, delinear paços e mosteiros, «arido e as mais das vezes inutil estudo é. De poesia e de estylo «admiravel vestida vai, além d'isso, toda esta escriptura, que até «por preceitos de politica, por severidades de moral, por abysmos «de philosophia, sabe derramar o poeta luz de engenho, e sorrir «de imaginação.

«Muito vence este segundo Quadro em extensão o primeiro; e «não o vence pouco em todas as circumstancias que deixamos

---

(1) Tomo II, pag. 263.
(2) A pag. 391.

«apontadas. Oxalá que este trabalho vá ávante, para que tenhamos «um monumento escripto de gloria nacional, com o qual, patente «nas mãos, possâmos dizer aos estrangeiros: Vêde!»

E emfim, n'outro ponto ainda do *Panorama* (1), declara Herculano, que esta obra tem de ser «um monumento mais duradoiro «que os marmores, levantado á gloria portugueza.»

*

Essas são algumas das apreciações que encontrei, de homens abalisados, ácerca da publicação de Castilho. Isso parece que devia animal-o a não largar mão da tarefa. Veio porém interpôr-se-lhe causa de força maior. O homem põe, e Deus dispõe.

Certo é que o bom acolhimento feito aos *Quadros* pelo publico foi condigno. A tiragem, era grande; e apezar d'isso, do primeiro para o segundo exhauriram-se duas edições, o editor projectava terceira, e não sei se a realisou (2).

O fallecimento do melhor amigo do poeta, o seu irmão dilecto, protector, e guia, veio cortar-lhe o animo. Cahiu, para mais não se levantar.

Já o ultimo *Quadro, A tomada de Silves,* sahido em principios de maio de 1841, não é de Castilho. É circumstancia reveladora de boa camaradagem e amizade: para não falhar ao compromisso, veio Herculano auxilial-o. *A tomada de Silves* é do punho do auctor do *Eurico,* segundo declara uma honrada nota de Castilho.

*

Ás homenagens litterarias já transcriptas quero accrescentar uma condigna homenagem artistica: o retrato de Castilho, lithographado por Sendim, e que se encontra quasi sempre anteposto aos exemplares dos *Quadros historicos.*

Devo confessar que me custava a explicar o como, de motu proprio, o auctor, sempre avesso a certas vaidades, mandasse pôr

---

(1) Tomo IV, pag. 99.

(2) Quer dizer: em quatro mezes, porque em julho sahiu, como disse, o 1.º fasciculo, ou numero; e em 14 de novembro o 2.º. Essas varias edições, vejo-as mencionadas no jornal contemporaneo *A Estrella,* de 14 de novembro de 1838.

na sua obra o seu retrato grande, em pé, e segurando o seu folio monumental. O jornal de Monteverde, *O Recreio,* deu-me cabal explicação de tudo. No numero 12 do mesmo periodico, lê-se, já em dezembro de 1839 (1) a seguinte honrosa declaração de Sendim, que me veio demonstrar ter sido d'elle a iniciativa do retrato, como prova de respeito e admiração ao auctor dos *Quadros*. Oiçam:

«Mauricio José Sendim, desenhador dos *Quadros historicos de* «*Portugal,* desejando dar ao sr. Antonio Feliciano de Castilho um «publico testimunho da sua amizade, vai lithographar o seu retrato «da grandeza dos mesmos *Quadros historicos,* em soberbo papel, «e executado com o maior primor, para se poder juntar como «ornamento proprio ao frontispicio d'aquella obra, ou ser encai- «xilhado para sala. O preço de cada retrato será avulso 480, mas «para os Subscriptores dos *Quadros historicos* 240 réis.....»

(Continúa).

---

(1) Vol. v, pag. 252.

PRIMEIRA ABERTURA DO TUMULO DE D. ISABEL DE ARAGÃO (A RAINHA SANCTA)

É mui curioso o documento inedito e inteiramente desconhecido que hoje publíco nas paginas do *Instituto*.

Consta que o tumulo de pedra da sancta esposa de D. Diniz, preciosidade artistica dos principios do 2.º quartel do seculo XIV, foi pela primeira vez aberto em 1612. Emquanto ao dia e mez em que se realisara essa abertura ha divergencias entre os auctores.

Antonio Caetano de Sousa fixa como data d'este acontecimento o dia 6 de março (1); os Bollandistas nos seus *Acta Sanctorum,*

---

(1) «Era voz commua, que com mayor constancia se divulgou na Cidade de Coimbra, de que o corpo da Santa Rainha se conservava inteiro, e incorrupto; e cresceo este mysterioso rumor, de tal sorte, que os Commissarios resolveraõ fazer o exame, e assim no dia de 6. de Março de 1612. se fez etc.» (*Hist. genealog. da Casa Real Port.*, t. I, pag. 224.)

Emquanto ao motivo que levou os juizes commissarios a visitar o tumulo, não é exacto o que diz Sousa com quasi todos os escriptores que referem o facto. Não havia razão alguma para se espalhar a voz de que o corpo se achava inteiro; antes sou levado a crer que todos foram surprehendidos quando na sepultura encontraram mais do que os ossos da bemaventurada rainha.

Os homens que em 1336 conduziram o ataude com o cadaver de D. Isabel da villa de Extremoz, onde fallecera, para Coimbra, metteram o caixão, pregado como vinha, no tumulo de pedra, e cerraram este na sexta feira 12 de julho, persuadidos de que o corpo se achava desarticulado e desfeito, em virtude dos tombos que soffrera na jornada, e da acção intensissima do calor durante sete dias. E' o que se deprehende mui claramente das seguintes passagens da *Lenda,* escripta por um contemporaneo, logo pouco depois da morte de D. Isabel:

«... pero que o ataude fosse largo, & *os que alli* vinhaõ sentiaõ o corpo della ferir de huma parte, & da outra em no ataude, *que bem criom todo o corpo fosse quebrado*».

«Des que foi posto o corpo em o muimento, começaromse aquelles que a leuarom alli antre si a marauilharse do gram milagre que viaõ, hum corpo que trouxerõ a aquelle logo per grandes quenturas, & que hauia noue dias que a alma se del partara, *& que era assi quebrado,* & des que aquel licor corria emcheirára taõ bem, ca huns diziaõ ca lhes pareciaõ ca em tragendoa que vinhaõ por rozaes; outros vinhaõ cheirar ca nunca a tam bom odor de cousa virom.» (Vid. Fr. Francisco Brandão, *Monarch. Lusitan.*, part. VI, pag. 420, col. 1.ª, e pag. 421, col. 2.ª)

Antes da abertura do tumulo em 1612 os fieis olhavam para este moimento

corrigindo o que encontraram referido n'um documento que lhes veio ás mãos, dizem que tivera logar a 16 de março (2), emquanto outros apontam o dia 26 do mesmo mez (3).

---

cheios de amor e fé, mas não se atreviam a formular hypotheses sobre o que restaria do *bello corpo* da caritativa rainha. O conteúdo d'aquelle sepulchro era para elles desconhecido, *de mysterios cheio*. Dil-o a segunda d'estas estrophes, referente ao tumulo de D. Isabel, dadas á estampa em 1597:

«Se Sostris Rey do Egypto por lembrança
De huma filha, que a morte lhe roubara
E por mostras do amor que inda o descansa
Quando depois de morta lho declara,
Hum sepulcro leuanta, & segurança
Por titulo lhe poem, que tudo ampara
Crimes que alli se acolhem no pirigo
Isentos são de pena, & de castigo.

Quanta mòr segurança nos promete
Este Sepulcro *de misterios cheyo,*
Onde Deos, este bello corpo mete
Para ser de bens nossos certo meyo.
Todo o mal seu furor aqui somete
Não foi desconsolado o que aqui veyo.
Que dentro deste marmor hâ virtude
Que as almas cura, & aos corpos dà saude.»

(*Discvrso sobre a vida, e morte, de Santa Isabel Rainha de Portugal,* etc., por Vasco Mousinho de Castelbranco, fol. 57 v.º)

O verdadeiro motivo que determinou os juizes a mandarem proceder á abertura do tumulo foi a ordem expressa que para isso receberam de Roma. A *commissoria* dos auditores da rota romana, que até hoje se tem conservado inedita, diz o seguinte:

«... sepulcrum uero in quo prædictæ Reginæ Elisabethæ corpus reconditum aseruari dicitur, aperietis & uisitabitis, & adhibitis uno perito chirurgo, & altero uel duobus medicis & non pluribus, qui præstito iuramento de ueritate dicenda, corpus, seu ossa, uel reliquias uideant & explorent cum omnibus & singulis circunstantiis describetis & describi facietis, seu relationem quam in scriptis dabunt prædicti medicus & chirurgus manu propria suscriptam in prædicto procesu inseretis.»

Existe uma publica-fórma d'este documento na bibliotheca nacional de Lisboa.

O auto abaixo publicado tambem aponta o mesmo motivo, dizendo que os juizes commissarios visitaram o tumulo «em comprimento doque pella commissao dos Reuerendissimos snorẽs auditores da Rota lhe foi ordenado.»

(2) «... *septimo,* uti ipse quidem perperam ait, *Kalendas Maii,* pro *XVII. Kal. Aprilis*». (*Act. Sanct. Julii,* t. II, pag. 211, col. 1.ª)

(3) Fr. Manuel da Esperança, *Hist. seraf. da ordem dos frades men.,* part. II, pag. 304, col. 2.ª; Fr. Antonio de Escobar, *A Fenis de Portugal,* pag. 293; D. Fernando Correa de Lacerda, *Vida de S.ta Isabel sexta Rainha de Port.,* pag. 320; George Cardoso, *Agiologio Lvsitano,* t. II, pag. 309, etc.

Ha um documento official, redigido em Roma pelo decano do sacro collegio á vista do processo de canonização, do qual devia constar com toda a exactidão aquella data. E' a *Relatio | facta in concistorio | secreto coram S. D. N. | Vrbano Papa VIII. | a Francisco Maria | Episcopo Ostiensi | S. R. E. Card. a Monte. | Die XIII Janvarii M.DC.XXV. | Svper vita, sanctitate, | actis Canonizationis, & miraculis piæ memoriæ | Beatæ Elisabethæ Lusitaniæ Reginæ.* Este relatorio, sobre o qual directamente se baseou a sentença de canonização, ainda vem confundir mais o investigador, porque affirma que tal facto occorrera a 25 de abril (4).

Tambem são conhecidas duas cartas que se dizem escriptas por testimunhas presenciaes do facto, e ambas concordam em o referir ao dia 26 de março. Uma d'estas cartas foi publicada por Jorge Cardoso no seu *Agiologio Lusitano* (5); da outra resta uma copia inedita, archivada na Torre do Tombo (6).

Frederico Francisco de la Figanière, depois de estudado o assumpto com todo o cuidado, conclue por dar pouco credito a estas cartas, visto não lhe constar sufficientemente a authenticidade da primeira, e achar uma contradicção na outra, que fixa a data de *segunda feira 26* de março, quando, diz Figanière, *o certo é que a 26 de março de 1612 foi uma terça feira e não segunda feira, porque as dominicaes foram* GF. Esta carta ainda é para o mesmo auctor um pouco suspeita por não se conhecer d'ella senão uma copia, *assignada por Gaspar Alvares de Lousada Machado, escrivão da Torre do Tombo, cuja fama de falsario é assaz notoria* (7).

Por tudo isto Figanière não se atreve a precisar a data da aber-

---

(4) «Verum adhuc maius exhibere Deus voluit ad Beatæ Reginæ gloriam, in eius corporis integritate miraculum. Anno enim Domini MDCXII. *vij. Kalendas Maij,* Illustrissimi, & Reuerendissimi DD. Episcopi Conimbricensis, & Leriensis, & Doctor Franciscus Vazius Pintus, huius causæ Iudices Commissarij, cum alijs præcipuis Medicis, Sacræ Theologiæ Magistris, ac Religiosis viris, præsentes adfuerunt: dum B. Reginæ sepulcrum patefactum, & sacrum eiusdem corpus recognitum fuit.» Exemplar impresso em Roma, 1625, pag. 39.

(5) «Hontem à noite vim da minha quinta, por me achar *hoje* em S. Clara ao abrir da sepultura da Rainha S. & dei muitas graças a Deos de ver, que auendo perto de 300. annos, que està alli aquelle sãcto corpo, se achou inteiro etc.» (T. II, pag. 318). Tem a data de *Março 26. de 612,* e é assignada por *Manoel Martinz,* secretario do bispo conde D. Affonso Castello Branco, e uma das testemunhas a que se refere o auto abaixo transcripto.

(6) «Segunda fejra pasada *26. deste* se abrio osepulchro da R.ª santa poderase uir uer de m^to^ longe posto que aentrada não foy geral etc.» (Arch. Nac., gav. 16, maç. 1.°, n.° 14.) Foi escripta *em 30. de marco de 612.*

(7) *Memorias das Rainhas de Portugal,* pag. 216, n. 1.

*

tura do tumulo, e limita-se a dizer que tivera logar *em março ou abril de 1612.*

Hoje póde-se já determinar de uma maneira precisa aquella data, em face dos seguintes documentos que tenho podido encontrar. Todos elles são unanimes em referir o facto como occorrido a 26 de março de 1612.

I Auto original da abertura do tumulo, lavrado por um publico notario, e assignado pelos juizes commissarios apostolicos no processo para a canonização da bemaventurada rainha D. Isabel (8). *Inedito.* É o documento que abaixo se reproduz.

II Uma carta particular, escripta a 26 de março de 1612 pelo licenciado Manuel Martins, á qual me referi acima (9). Apezar do que diz Figanière, não tenho duvidas sobre a sua authenticidade desde que ella me é abonada por um escriptor da auctoridade de Jorge Cardoso, o qual affirma que tivera nas mãos esta carta (10).

III Outra carta, escripta a 30 do citado mez pelo mestre Sebastião Coutinho de Sousa, que tambem assistiu á abertura do tumulo. *Inedita.* Já a ella me referi tambem (11). A minuciosidade e

---

(8) Encontra-se este documento original nos *Autos do processo sobre a | Execução da remissoria E | compulsoria que se fizerão | e processarão na Cidade de Co | imbra na Causa da Cano | nisação da Beata dona | Isabel quondam Rainha de | Portugal E molher del Rei | Dom Dinis sapultada no | Real mostr^o de santa Clara | da ordem de s. Frãcisco | prope & extra muros da dita Cidade.* É um grosso vol. de 778 fol. de papel almasso, contendo os autos originaes do processo e depoimentos das testemunhas, bem como os documentos que lhe foram annexos. Este manuscripto precioso está depositado provisoriamente na bibliotheca nacional de Lisboa.

(9) Vid. supr., n. (5).

(10) «... o Licenciado Manoel Martinz, secretario do Bispo Cõde, de quem he a seguinte Epistola, *que nos veio ás mãos,* escritta a hum seu amigo neste comenos». (Loc. cit.)

(11) Vid. supr. n. (6). Figanière errou o calculo. O dia 26 de março de 1612 não foi terça feira como diz o illustre archeologo. Foi segunda feira como affirma esta carta. O erro provém de imaginar o erudito escriptor que a este anno corresponderam as letras dominicaes Gf. O anno de 1612 foi realmente bissexto, mas corresponderam-lhe as letras Ag, o aureo numero 17 e a epacta XXVII. Por um calculo muito simples, ou usando da *Tabula paschalis,* qualquer pessoa medianamente instruida em chronologia poderá verificar que a Paschoa celebrou-se este anno a 1 de abril, e por isso o dia 26 de março foi a *segunda feira da semana santa.* Erram por tanto os auctores que dizem que a abertura do tumulo tivera logar na segunda feira depois do terceiro domingo de quaresma (Esperança, *Hist. seraf.,* t. II, pag. 304; Lacerda, *Vida de S.^ta Isabel,* pag. 320, etc.), e ainda mais se afasta da verdade quem refere este facto á segunda feira depois do segundo domingo de quaresma (Escobar, *A Fenis de Port.,* pag. 293).

singeleza da narração, e a conformidade que se nota entre este e os outros documentos que nos dão conta do facto, não deixam reputal-a uma simples invenção de Lousada Machado.

IV Attestado original, passado a 3 de abril de 1612 pelo dr. Balthazar d'Azeredo, lente de prima jubilado de medicina, e um dos peritos que assistiram á abertura do tumulo (12). *Inedito.*

V Attestado original, analogo ao antecedente, passado na mesma data pelo perito dr. Antonio Sebastião, medico de Coimbra (13). *Inedito.*

VI Attestado original sobre o mesmo assumpto, passado a 5 de abril pelo perito Gonçalo Dias, cirurgião-mór de Coimbra (14). *Inedito.*

VII Narração, feita por Fr. Manuel da Esperança, baseando-se sobre um documento exarado pelo inquisidor Gaspar Borges de Azevedo, que se achara presente á abertura do tumulo, como todos os signatarios dos documentos precedentes (15).

VIII Relatorio feito em Roma pelos juizes apostolicos no processo de canonização da sancta Rainha: o decano e auditores da rota João Baptista Coccini, Affonso Manzanedo de Quinhones, e Thiago Cavalleri (16). *Inedito.*

---

(12) «... faço saber que *a vinte e seis dias do mês d'Março* do presente anno eu me achei no mostejro d'Santa Clara desta Cidade; e em presença dos Senhores Dom Afonso d'Castelbranco Bispo Conde do Cons.º d'estado d'S. M^de^, Dom Martinho Mexías Bpo d'Leiria, e o Doutor Váz Pinto do Cons.º d'ElRej n. s^or^, e seu Desembargador do Paço, á horas dipois do m.º dia; se abrío a sepultura em que iaz sepultado o Corpo da Santa Rajnha Dona Isabel etc.» Este documento acha-se annexo aos autos do processo de canonização. Os Bollandistas publicaram a traducção latina d'elle. (Vid. *Act. Sanct. Jul.*, t. II, pag. 213).

(13) «... faço saber que *aos vinte e seis dias do mes de março* deste presente anno de 612. me achei no mosteiro de S. Clara desta cidade e em presença dos Sñores Dom afonso de Castello Branco Bispo Conde do conçelho do estado de S. mg.^de^ e Dom martim Afonso Mexias Bispo da cidade de Leiria e o Doutor Francisco Vas pinto do Conselho de elRei nosso Sñr. e seu desembragador do Paço á huma ora depois do meio dia se abriu a sepultura em que jas o corpo da S. Rainha Dona ysabel etc.» Annexo aos autos do processo de canonização.

(14) «Certefico eu gonçalo Dias Cirurgião m^or^ em esta Cidade de Coimbra, que he verdade que *aos vinte e seis dias do mes de março* deste presente anno de seis sentos e doze, estiue no mostejro de Santa Clara da dita Cidade em presensa dos Snõrs Dõ Affonço de Castello Branco bispo Conde, do Conselho do stado de Sua Mag^de^, e Dom Martinho mexias Bpo da Cidade de lejria, e do Doutor fr^co^ vas pinto do Conselho DelRej Nosso Sõr, e seu Desembargador do passo: à huma ora depois do meo dia, ao qual tempo se abriu por mandado dos ditos Snõres, a sepultura ẽ que jas o Corpo da S^ta^ Rainha D. jsabel etc.» Ibidem.

(15) Vid. loc. cit., n. (3).

(16) «Veritas itaque istius admirabilis incorruptionis mirificique odoris

Resta explicar as divergencias dos auctores acima apontados. Não é empreza difficil.

O erro de Sousa deve imputar-se ao typographo, que mutilou a data; deixando ficar em descanço na caixa dos typos o algarismo 2, empregou na composição apenas o 6.

A data que se encontra no relatorio do cardeal do Monte provém evidentemente de um lapso commettido por quem se lembrou de substituir o *die Martij 26,* que se lê no relatorio dos auditores da rota, por uma fórma classica, conforme á contagem dos romanos. Em vez de escrever *VII Kalendas Aprilis* (26 de março), escreveu *VII Kalendas Maij* (25 de abril).

Os Bollandistas encontraram, n'uma copia do relatorio dos auditores da rota que lhes veio ás mãos, a data *Die Martii XVI* em vez de *Die Martii XXVI.* Transcrevendo depois o relatorio do cardeal do Monte, notaram a contradicção, e riscando a data errada *VII Kal. Maii* pretenderam emendal-a em conformidade com o primeiro documento, e escreveram *XVII Kal. Aprilis* (16 de março).

Feitas estas reflexões previas, passo a reproduzir com a mais escrupulosa exactidão o auto de abertura do tumulo.

Os *fac-similes* que se dão no fim tambem reproduzem fielmente as assignaturas dos tres juizes commissarios: o bispo-conde D. Affonso de Castello Branco, o bispo de Leiria D. Martim Affonso Mexia, que mais tarde foi bispo de Coimbra, e o conselheiro da majestade catholica, dr. Francisco Vaz Pinto.

Embora no auto se diga que vão assignar outras pessoas, é certo que nenhuma outra assignatura o firma além das tres.

---

deprehenditur non solum ex suprad. historijs, sed etiam ex visitatione ejusdem corporis mense Martio anni 1612 facta de ordine, et commissione nostra per Judices, quos ad hunc effectum in partibus deputavimus, in qua intervenerunt Rmi Dni Episcopi Colimbrieñ, et Lerieñ, cum alijs gravissimis personis Ecclis. et Religiosis, ac Medicis, et Chirurgis ad hoc per Judices deputatis, et fuit facta omni circumspectione diligentia et solemnitate necessaria, et declaratione, fideque dictorum Medicorum et Chirurgorum prout tenor illius docet, quam in præsenti relatione ad unguem inserere placuit, ut omnibus pateat de veritate istius insignis miraculi, et est prout sequitur: *Die vero Martij 26.* anni supradicti 1612 hora prima post meridiem etc.»

Existe uma copia manuscripta d'este interessantissimo documento na bibliotheca real da Ajuda. Sahirá publicado pela primeira vez n'uma collecção de documentos relativos á Rainha Sancta Isabel que tenho no prélo. Possuo um traslado fiel d'aquella copia, devido á amabilidade de el-rei e intervenção do meu amigo e collega Bernardino Machado. D'este relatorio nada se tem publicado senão dois documentos d'elle extrahidos, que se lêem no já citado tomo II dos *Acta Sanctorum Julii* dos Bollandistas, pag. 211-213.

O que porém causa maior extranheza é que, sendo em Roma todo o processo vertido para latim, a fim de poder ser apreciado e julgado pelos tribunaes competentes, n'essa versão official encontramos os seguintes nomes, escriptos por debaixo do auto de abertura do tumulo, como correspondendo a outras tantas assignaturas do mesmo:

DON JOANNES COUTHINO
EMMANUEL DE LIMA
FRANCISCUS PINTO PEREIRA
JOANNES DEL GADO
ANDREAS PALMEIRA
ANTONIUS MONTERIO
EMMANUEL MARTINEZ.

Quem seria o esperto que teve a lembrança de assim preencher a lacuna que se encontra no original?!!

Acompanha este numero do *Instituto* uma reproducção phototypica do tumulo de pedra de D. Isabel de Aragão, o qual é descripto no auto de abertura. N'elle jazeu o corpo da sancta rainha desde sexta feira 12 de julho de 1336, em que foi sepultado, até quarta feira 27 de outubro de 1677, em que o trasladaram para o caixão de madeira forrado de seda em que hoje se conserva.

Esta preciosa joia de pedra do seculo XIV esteve na Egreja do velho convento de Sancta Clara provavelmente até ao anno de 1696, em que se ultimou o templo novo, que foi sagrado a 26 de junho d'este anno. Desde então conserva-se no côro de baixo do actual mosteiro.

Hoje não se acha assente sobre oito leões, como diz o auto. Apenas quatro lhe servem de supporte, e evidentemente não são coevos do tumulo. Talvez fossem esculpidos quando este se mudou para o local onde agora está.

Por essa occasião tambem se commetteu o erro de collocar a tampa do sepulchro invertida, por fórma que os pés da estatua da sancta rainha estão voltados para o tôpo do tumulo, que devia corresponder á cabeça. Nota-se isto confrontando a phototypia com a descripção que se lê no auto de abertura.

ANTONIO DE VASCONCELLOS.

*

Auto da primeira abertura do tumulo

Aos uinte eseis dias do mes de março do presente anno de mil eseis centos Edoze ahuma hora dispois de meio dia os jllustrissimos & Reverendissimos senhores Bispos de Coimbra, Ede Leiria e Doutor francisco vas pinto Iuizes commissa rios na causa do processo Einquirição da uida Emilagres da beata Rainha Dona isabel em comprimento doque pella commissao dos Reuerendissimos snorẽs auditores da Rota lhe foi ordenado, Elevando consigo os Doutores, Balthesar dazeredo fisico mor de sua magestade, Elente da Cadeira de prima de medicina desta vniversidade E o Doutor Ant.º sebastião, outrosi medico, E Goncallo dias surgião, Especial mente deputados, Echamados pera o auto deque abaxo sefara mencão em pre sença de mim notario Edas testemunhas abaxo assinadas, estando outrosi presentes os procuradores desta causa a saber op.e mestre Francisco soares da com panhia de Jesus Elente da cadeira de prima de theologia, Eo p.e mestre frei Egydio da presentácão, da ord.e dos Eremittas de santo Agostinho, lente Ejubilla do na cadeira de uespora de Theologia Eo Doutor João de Carualho lente de Leis na cadeira de digesto velho todos da dita Vniversidade desta cidade, Etodos tres procura dores nesta causa deputados por Sua Magestade, osditos snõrs juizes forão ao mostr.º de santa Clara que esta fora dos muros dadita cidade, Ealem do Rio mondego, esobirão aCapella superior do dito mostr.º eiunto ao choro alto delle onde esta osepulcho da beata Rainha Dona Isabel olim deste Reino de portugal, Eahi uirão odito sepulchro oqual he depedra branca que sepro dus em hum Lugar que chamão Ançaã duas leguas desta cidade, feito em modo de huma arca cauada por dentro e de huma soo pedra de treze palmos de comprimento, Ede seis de largo, Ede cinco de alto todos palmos comuñs, posta Sobre outo Leois da mesma pedra com as cabeças pera fora eem todo o redor cercada de jmagens de figuras lauradas na mesma pedra de meio releuo, E de dous palmos de comprido cada huma, que por ailharga damão direita mostrão hum choro de freiras postas em ordem de procissão com seus livros abertos na' mãos como que estão encomendando aalma da Rainha defunta e no principio deste coro esta hum Bispo uestido depontifical acompanhado de dous ministros com Sobre pelis, e da parte esquerda esta outro choro com as imagens de Christo nosso Salvador, edos doze apostolos, Ena cabeceira do dito sepulcho (que Esta ao poente) esta hum christo crucificado com as imagens de

nossa Snorã ede São João de huma parte eda outra, Eassimais dous escudos pequenos das armas de Aragam; Enos pes do dito sepulchro (que Estão aoleuante) ajmagem de santa Clara Ededuas Rainhas com coroas douradas na cabeça todas da mesma grandeza, e da mesma Esculptura demeio releuo enos quatro cantos os quatro animais figuras dos quatro euangelistas. Esta Caxa Earca se cobre com huma soo pedra da mesma grandeza, na qual da parte superior esta esculpida do releuo inteiro a imagem e figura da mesma Rainha que se entende ser ao natural, Esta uestida no habito das freiras de santa Clara e com ueu preto, esobre elle na cabeça huma coroa dourada, eesta cingida com cordão da mesma ordem, enelle da banda esquerda pendurada huma bolsa e sobre ella laurada huma concha de Santiago dourada, eas mãos postas huma sobre aoutra sobre ocorpo, ede baxo da direita hum liuro, Eda Esquerda, hum bordão da mesma feição, de outro bordão Ebolsa que se achou dentro da sepultura sobre o ataude Ea Cabaceira da dita Rainha estão dous Anjos hum de cada parte com seus toribulos prateados nas mãos encensando o corpo da dita rainha, Ea cabi ceira da jmagem da dita S^{ta} Rainha hum capitel de pedra dourado e bem laurado que parece foraposto dipois de sua morte, porque mostra não ser amesma pedra, Eda parte defora, Esta huma figura de hum Anjo com os bra cos abertos, Ehuma toalha Sobre elles ena toalha huma figurinha pequena que de nota a alma da dita santa.—Aqual jmagem do uulto da dita santa, esta Encarnada epintada a oleo e repre senta ensi grande Magestade Eueneração, ea olongo desta imagẽ estão outo Escudos com as armas de portugal, Aragão, E do Emperador, Eno friso desta pedra de cima que todo esta dourado esta hum Letreiro de letras pretas grandes dos uersos seguintes.

Elisabella jacet sacro hoc Regina sepulcro
quæ meritis nitidi fulget in arce poli
Nempe ita dum uixit cæco se gessit in orbe
uirtute ut morum uixerit omne genus
Quo fit ut asummo diua hæc selecta tonante
Regnet & angelico nos juuet usque choro.

E toda amachina deste sepulcro esta rodeada de grades de ferro, na altura damesma sepultura enos cantos pilares de ferro, sobre que esta armado hum Sobreceu de madeira dourado que cobre todo o sepulcro, E nouão do Sobreceu outro Escudo das armas de portugal, E Aragão partidas. Na parede da dita Capella, que

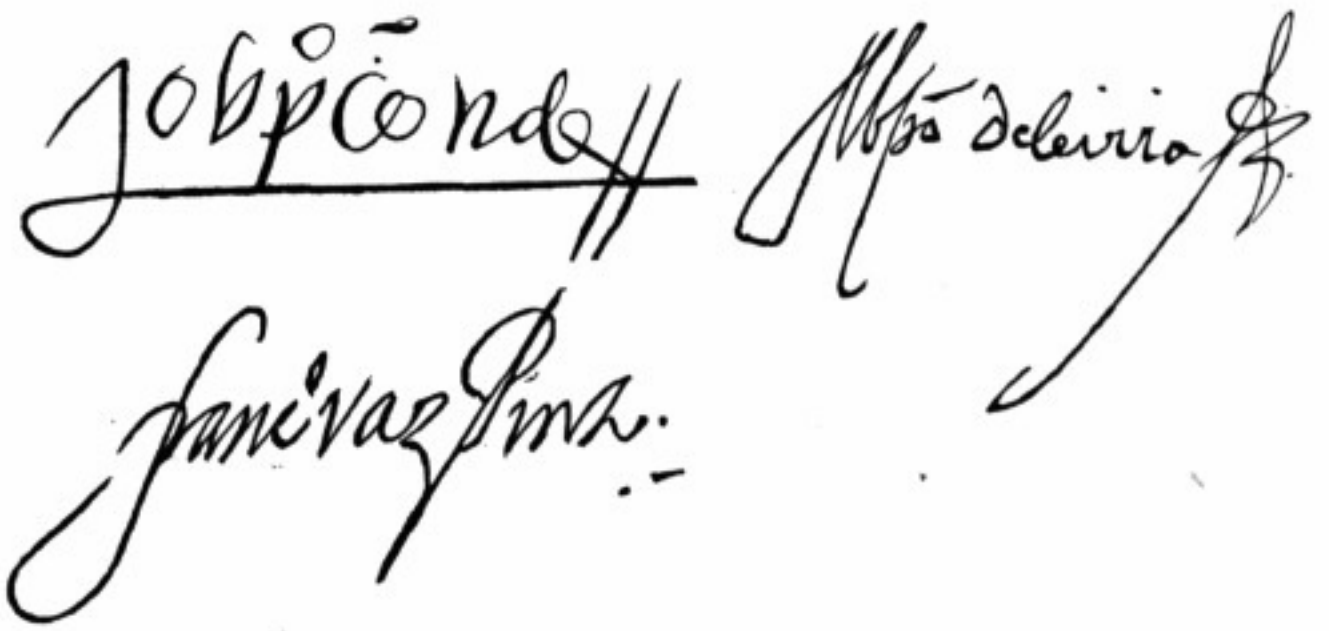
fica aparte da Cabeceira do dito sepulcro esta metida huma pedra com hum letreiro deletras antigas goticas douradas que diz oseguinte.

Era M. CCC. LXX iiij die quarta mensis Iulii, in Castro de Estremos obiit in clita Domina Elisabetha Regina portugaliæ et fuit sepulta x ij die dicti mensis in hoc monasterio Sanctæ Claræ, quod ipsa met fieri jussit et dotauit, & fuit uxor domni Dionisii Illustrissimi Regis portugaliae & filia Regis domni petri de Aragonia & Reginæ domnæ Constantiæ, atque mater domni Alphonsi, Strenuissimi Regis portugaliæ, & Domnæ Constantiæ Reginæ Castellæ, fuit que auia Regis Alphonsi de Castella, & Reginæ domnæ Mariæ uxoris suæ, hos timuit, hos honorauit iis bene dixit, cuius anima requiescat in pace.

Eestando assi presentes os ditos snõrs mandarão uir hum architecto, eofficiais pedreiros que com os engenhos que pera isso trouxerão, des unirão, e apartarão, Eleuantarão adita pedra que cobria odito sepulcro, Edentro da caxa delle acharão, e foi logo uisto, hum ataude de taboas de madeira, cuberto pella parte decima, de hum pano pintado de cor uermelha, ya gastado pella parte defora e pregado todo aoredor, eporbaixo delle outro forro de hum couro de boi com cabello, que tambem cobria eencouraua o dito ataude, deque no capitulo uinte Etres da cronica del Rei dom Afonso sefaz menção Sobre oqual estaua posto hum bordão ao comprido que seria deseis palmos Emeio ordinarios cuberto de laminas de latão dourado elaurado de conchas de santiago, Enoremate do dito bordão huma muleta de pedra de Iaspe uermelho, com remates de latão com carrancas, eligada adita muleta ao bordão com huns fiadores de latão prateado esobre o bordão huma bolsa quadrada que pella banda defora parecia Seda lionada epor dentro couro por algumas partes gastado, edentro della não se achou outra cousa mais que hum bentinho de largura de huma mão trauessa em coadrado enelle laurada huma cruz defio de ouro, o qual bordão Ebolsa se Entende que he odeque se faz menção noliuro antigo da historia dasua uida que lhe foi dado pello Arcebispo de Santiago, indo adita beata Rainha uisitar osepulcro do sagrado apostolo, pera que parecesse Romeira de Santiago, E adita caxa estaua inteira e saã, Eque mostraua não seter bolido nem tocado nella desque ali fora posta. Eos ditos snõrs juizes tirarão logo odito bordão ebolsa eo entregarão a madre Abba dessa do dito mosteiro de santa clara peraque tudo guardasse como reliquias da dita santa com a ueneração deuida, Elogo mandarão abrir adita caxa por um religioso sacerdote da companhia de Jesus, Edentro delle se achou hum En uoltorio, do comprimento do ataude

enuolto em huma colcha de Algodão branca E grossa, aqual estaua saã Einteira sem corrupcão alguma como se depou quo tempo fora ali posta edes atado este enuoltorio apare ceo por baxo dadita colcha outro de pano de linho cru cosido, e tão são e inteiro, e aluo que tambem parecia posto ali de pou quos dias, E aberto com huma tisoura pella parte de cima seuio outra colchazinha mais fina e com a cor botada edebaxo desta colcha estauão as mortalhas de pano de linho m^to fino edelgado tambem com a cor botada, que parecia ser do humor que Sayo do corpo antes de se Enxugar euindo pellas calmas deque ahistoria faz mençâo, porem saãs e riyas esem corrupçâo alguma. As quais mortalhas todas os ditos snõrs juizes mandarão abrir, atee se des cubrir o corpo da Beata Rainha, desda Cabeça atee ospeitos o qual se achou mui são, inteiro, Esem corrupçâo, antes muito aluo echei roso e cuberto de carne, demaneira que a cabeça estaua com os cabellos inteiros louros Esaõs que pegando por elles Estauão fixos, atesta, Etodo orosto cuberto da mesma carne muito alua Ebem proporcionada, com naris, orelhas, olhos, E boca sem corrupcão pegada adita cabeça ao corpo com seu pescoco, muito aluo einteiro, Eda hi seguiam ospeitos com as tetas leuantadas tambem muito aluos Eenxutos, e pondolhe amão com muita força, estaua firme sem se quebrar nem des fazer, eobraço direito posto sobre opeito, inteiro e consolidado com o corpo cuberto de carne, descobrindose as veas, eos neruos na mão, a qual estaua com seus dedos e unhas mui inteira e consolidada, Doquetudo os circunstantes semouerão agrande de uação Eueneração entendendo que o estar aquelle corpo, tão inteiro, solido E in corrupto, e todo com iun tado iunta mente com a suauidade do cheiro que delle saya, Ein teireza da roupa Em que Estaua Emborilhada, mostraua bem sua santi dade Equerella nosso Snõr manifestar, não soo pellos milagres que por ella tem obrado eobra cada dia senão tambem por Este meio, auendo quasi duzentos Eoutenta annos que ali esta sepultada, Enão pareceu aos ditos snõrs juizes que se deuia descobrir odito corpo mais abaxo por estar tão inteiro, Epor reuerencia Ehonesti dade da dita beata Rainha eparecer aos medicos que pello que uião Estaria tudo omais na mesma conformidade Einteireza, E com isto ouuerão os ditos snõrs juizes por satisfeito adita diligentia euisitação do sepulcro na forma da dita comissão, Emandarão logo que odito sepulcro se tornasse a cerrar naforma, Emque dantes estaua cobrindose orosto, Epeitos da dita beata Rainha com hum pano de olanda nouo, Ea juntando os mais que dantes tinha Ecobrindo o ataude com hum pano nouo de ueludo Cramesim. Ede tudo osobredito mandarão os ditos sñrs juizes amim notario que fizesse Este auto, oqual doufee passar tudo nauerdade como

nelle uai Escrito. E forão testemunhas presentes oReitor da Vniuersidade, Dom João Coutinho, Eo padre Manoel de Lima Reitor da companhia de Ihus E o p^e Guardião de são Francisco, Eo doutor Francisco pereira Daião da see desta Cidade, Eo p.^e Ioão del gado Eo padre Andre palmeiro ambos da Companhia de Jesus Eo padre Ant^o monteiro prior da jgreia de São João assistente por notario, E oL^do Manoel martins da casa do s^or bispo conde que todos com os snõrs juizes assinarão Este auto Eeu Thome nunes notario actuario desta causa, oEscrevi.



LA FOI (1)

... et haec est victoria quae
vincit mundum, fides nostra.

I. JOAN., V, 4.

O Foi, flambeau sacré, dont la divine flamme
Éclaire mon esprit, et réchauffe mon âme,
Loin de toi, c'est la mort.
À mes yeux, phare ami, toujours brille, étincelle
Sur les flots écumants, dirige ma nacelle
Vers le céleste port.

Elle est pour moi ce qu'est à la plante épuisée
Quelques gouttes de pluie, une douce rosée,
Un rayon du soleil,
Et pour l'abeille active, à butiner ardente,
Du bouton entr'ouvert de la rose odorante
Le calice vermeil.

Sois esclave des sens, disciple d'Epicure;
Pour Dieu, libre penseur, reconnais la nature,
Adore le veau d'or;
Moi, je n'ai d'autre Dieu que le Dieu du Calvaire,
La Foi, la Foi du Christ, mon Sauveur et mon Père,
Voilà mon seul trésor.

Grand Dieu! je lis ton nom sur le front des étoiles,
Dont la clarté, des nuits perçant les sombres voiles,
Me montre l'infini;

---

(1) Esta formosa poesia nos foi enviada pelo nosso venerando amigo e consocio, M. l'abbé THOMAS BLANC, que nos diz na sua amavel epistola: «Cette pièce sera sans doute le chant du cygne qui aura bientôt 86 révolus.» Quem n'esta edade sente arder no coração com tão vivo enthusiasmo os mais puros affectos religiosos, é varão d'aquella fina tempera apostolica que nos tempos aureos da christandade animava os fieis mais valentes.

Sur les nuages d'or qui flottent à l'aurore,
Que le soleil naissant de ses rayons colore,
Ton nom trois fois béni.

J'entends ta forte voix dans l'éclat du tonnerre,
La voix des grandes eaux, le bruit sourd du cratère,
Qui me glacent d'effroi:
L'imperceptible insecte et le moindre brin d'herbe,
L'éléphant monstrueux et le cèdre superbe,
Tout me parle de toi.

O Foi, divine Foi, sous ta noble bannière,
Nos aïeux pour le Christ, pleins d'une ardeur guerrière,
Ont répandu leur sang;
Reconquis son tombeau sur les fils du Prophète;
Vers le sol africain, honteux de sa défaite,
Refoulé le croissant.

Par toi s'ouvre à son Dieu le coeur pur de l'enfance,
Tu remplis les déserts des chants de l'innocence,
Des pleurs des repentirs;
Par toi des fiers Césars la puissance est brisée,
Tu fais germer la vie, au vaste Colysée (1),
Dans le sang des martyrs.

O Foi, mon seul trésor, au seuil de ma carrière,
De tes rayons divins l'immortelle lumière
Éclaira mon berceau;
Bien, Foi, quand sonnera pour moi l'heure suprême,
Fais luire à mes regards l'éternel diadème,
Au sortir du tombeau.

THOMAS BLANC.

---

(1) Sanguis martyrum semen christianorum.

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

(Continuado do n.º 10, paginas 776)

LX

Rodrigo Ferreira ou Herrera

Citado no *Catalogo* do sr. Garcia Peres. Nasceu no Porto e residiu quasi sempre em Hespanha. Lope de Vega louva-o no seu *Laurel de Apolo.* Como houve outro poeta hespanhol do mesmo nome, parece-nos difficil distinguir, sem attentissimo exame, as composições que pertencem a um ou a outro. Damos aqui sómente o soneto, que se encontra na *Fama Posthvma:*

No yaze muerto aqui, que Eterno viue
Lope Felix, cadauer no receles
Al que a la Fama dio tantos Laureles
Quantos la Fama en Marmoles descriue.
No al successo fatal, Mantua apercibe
Copioso llanto no, diestros Pinceles
El Arte si, que en Laminas de Apeles
Tales Varones la Memoria escriue.
Del Planeta mayor los rayos de oro,
Aguila registrò siempre constante
Y Argos segundo, de Castalia el coro.
Suspende o Peregrino el passo errante,
Y admira con silencio este Tesoro,
Que es el silencio aqui solo elegante.

LXI

Antonio Barbosa Bacelar

Um dos poetas da *Fenix Renascida.* Celebraram-no: Galhegos no *Templo da Memoria,* Jacintho Cordeiro no *Elogio de poetas,*

e Durão na *Laurea Parnassea*. Contribuiu para a *Fama Posthvma* com este soneto:

Mientras Sirena en pielagos de llanto
A la Muerte se opuso tu armonia,
Pues las vidas que indomita rendia
Viuificaua armonico tu canto.
Alta ruina al Reyno del espanto
Temio la Muerte, y con razon temia,
Mas quando mas vingarse presumia
En tu harmonia rezelò su encanto.
Oy que a tu vida se atreuiò la Muerte
Sin duda que tu Musa suspendida
Suspendido tenia el dulce acento.
Pues si cantando te enuistiera fuerte,
En vez de dar la Muerte a tanta vida,
Vida diera a la Muerte tu concento.

LXII

Diogo Gomes de Figueiredo

Militou e poetou com egual honra. Foi a elle de certo que Jacintho Cordeiro consagrou estes versos:

Diego Gomez félice en los amores,
Para gloria del Tajo al monte llega,
Vera con su presencia respetada
Por diestro con la pluma y con la espada.

D. Francisco Manuel de Mello publicou um soneto em «Elogio a um Liuro de destreza das Armas», composto pelo general Diogo Gomes de Figueiredo.

Era general de artilharia e commendador de Sancta Maria de Cofala. Foi um dos juizes do Certamen poetico celebrado pelo Real Convento do Carmo de Lisboa, em 1669, nas festas pela canonização de Sancta Maria Magdalena de Pazzi. Ao subscrever o soneto, que abaixo transcrevemos, intitulava-se *capitan*.

Tem versos nas *Poesias* de Paulo Gonçalves de Andrade, e na *Fama Posthvma* dois sonetos, sendo um em italiano. O outro, em hespanhol, é d'esta fórma:

Nunca la Mverte en su fatal sentencia
A piedad se ostentò mas reduzida
Pues deste Fenix raro la partida
Antes lisonja ha sido que violencia.

Mas si a su inuidia dio su vida essencia,
Y estoruo a mas aplauso fu su vida,
Oy haze desta estatua esclarecida
La fama asilo, si la inuidia ausencia.
Lisonjera la Muerte assi contemplo
Pues este bronce mudamente exclama
Su inuidia en humo, su renombre en Templo.
Dexando al mundo en esta insigne llama
Con dolor inmortal, mas viuo exemplo,
Con muerta inuidia, mas eterna Fama.

LXIII

D. Antonio d'Almeida Coutinho

Barbosa falla d'elle muito elogiosamente, dizendo que alcançara os applausos da côrte de Madrid, onde passara a maior parte da existencia. As suas obras ficaram, porém, ineditas, conhecendo-se apenas publicadas umas oitavas em louvor de soror Ioanna Ines de la Crus, publicadas no 2.º vol. das suas obras, Valladolid, Thomaz Lopez de Haro, 1692.

LXIV

Diogo Barbosa (Iacobus Barbosa)

Foi professor de latim em Salamanca: *Latinitatis Primarius Salmanticae*. Tem dois epigrammas latinos na seguinte obra, que encontramos descripta em Gallardo sob n.º 2782:

82—*Designati Joannis Lopez Serrani Theologi presbyteri Malasitani, et civis Granatensis, Orationes duæ; altera in doctoratum Leonardi Lupi Theologi:—altera verò in ejusdem Oratoris designationem habitæ*. Salamanca, Pedro Lasso, 1588.

LXV

Antonio Luis de Guadalupe

Que saibamos, não collaborou em livro de auctor hespanhol, mas sim em livros de auctores portuguezes, impressos em Hespanha.

Dois d'esses livros são, porém, anthologias, em que figuram poetas das duas nacionalidades, reunidas então sob o mesmo sceptro, embora prestes a separarem-se. O titulo de um e de outro é egualmente *Applauso gratulatorio de la insigne Escuela de Salamanca por la restauracion de los votos de los estudiantes*. A differença está apenas na dedicatoria: um é dedicado ao conde duque de Olivares, o outro a D. Francisco de Borja y Aragon. Collecionou-os Manuel de Azevedo, natural de Lisboa, cathedratico de rhetorica em Salamanca. Elle mesmo, n'uma das dedicatorias, nos dá alguns pormenores da sua genealogia. Seu avô era Alvaro Pires Landim, fidalgo da casa real, do conselho de el-rei de Portugal; foi um dos mais ardentes partidarios de Filippe II— *anduuo tan fino amante del Señor Rey Felipo Segundo en la justificada pretension de aquel Reyno*. Seu pae foi Luis Alvares de Azevedo, cavalheiro do habito de Alcantara, que deixou a patria e foi em serviço para Madrid.

Os portuguezes que collaboraram n'um e n'outro livro são, além do collector:

Fr. José de S. Francisco, franciscano
Manuel de Oliveira, cathedratico de humanidades
D. Antonio Luis de Guadalupe
D. João de Sousa
D. Rodrigo Pacheco
Rafael Nogueira da Silva, cathedratico de rhetorica e Collegial da Madalena
Antonio Vaz Peres
Luis Pereira Pacheco.

Quasi todas estas composições são em latim. Aqui damos uma de D. Antonio Luis de Guadalupe:

Qve modo Palladias tantum fulgere Palæstras
Causa mouet; quare clamor vbique sonat.
Quæ Salmantinis rediens noua gratia campis,
Et Tormis placido vitreus amne fluit.
Pulchrior antiquis Academia floret Athenis
Gratius, & solito nostra Lycæa micant.
Præfuit his olim studijs *Guzmanivs Heros*,
Nuncque patrocinio protegit ille suo.
Redditte quæque sibi, sunt hoc moderamine Princeps
Deliciæ populi, quæ fuerant Domini.
Rectoris merito Salmantica iactet Olivam,
Palladia quoniam pulchrior illa mitet.

Guadalupe tem tambem um epigramma latino na obra do nosso compatriota o licenciado Luiz Sanches de Mello *Invectiva poética contra los cinco vicios,* impressa em Malaga, por I. Serrano de

Vargas y Urueña, em 1641. É antecedida por muitos versos laudatorios e é possivel que, entre os seus auctores, além de Guadalupe, haja mais algum portuguez.

LXVI

Luiz Sanches de Mello

É o auctor da obra citada no numero anterior. Conhecem-se mais poesias suas laudatorias nas seguintes obras:

83—*Ivsta literaria... Nouenario de Fiestas, que hizieron los dos Numeros desta ciudad do Malaga, a Maria Santissima, En sus Desagrauios... el mes de Mayo del Año de 1640. Por Andres Godinez de Zaragoza.* Malaga, Iuan Serrano de Vargas y Vrueña, 1641.

84—*Pompa Fvneral. Honras y Exequias en la muerte de la muy Alta y Catolica Señora Doña Isabel de Borbon...* Madrid, 1645.

Sanches de Mello era *Abogado de las Reales Chancillerarias, y al presente* (1641) *en la ciudad de Malaga.*

LXVII

Affonso de Castro Macedo

Acha-se hespanholadamente escripto Alonso de Castro Macedo, mas suppomol-o portuguez. É auctor do seguinte soneto, que vem nas poesias laudatorias da obra que passamos a descrever:

85—*Libro real de las alabanças de la gloriosa santa Ana y san Ioachin, y su carta executoria, y letras en loor de otros santos. Compuesto por Manuel Aluares de los Reyes Ciudadano de la Ciudad de san Christoual isla de Tenerife,* etc. Lisboa, por Iorge Rodrigues, 1604.

Ingenio fertil muy esclarecido
Graciosa pluma estilo copioso
a quien hara la fama tã glorioso
quanto por obra tal ha parecido.

Bien se conoce ser fauorecido
de Dios de quien con zelo victorioso
tratais el don de gracia caudaloso
de su passion q̃ al mũdo ha redemido.
Por tu humildad Manuel oy se leuanta
la fama a pregonar tan alto hecho
auentajado a humanos escriptores.
Pues vuestra musa soberana canta
el libro Real de Sãta Ana gloriosa
y essotros guerras, fabulas y armas.

Quer-nos parecer que o livro de Alvares dos Reyes, que veio de Hespanha na comitiva de D. Anna de Velasco, duqueza de Bragança, é inteiramente desconhecido. Encontrámol-o na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

LXVIII

Manuel Campos da Gama

Collaborou na anthologia, que passamos a descrever:

86—*Fiestas qve hizo la insigne Civdad de Valladolid, con Poesias y Sermones en la Beatificacion de la Santa Madre Teressa de Iessus. Por Don Manuel de los Rios Heuia Ceron*. Valladolid, Francisco Abarca de Angulo, 1615.

Não temos a certeza da nacionalidade de Campos da Gama, mas parece-nos que elle seria filho de Portugal. Salvá, descrevendo a obra no seu *Catalogo,* sob o n.º 353 diz que ella *comprehende poesias latinas, castellanas y portuguesas del mejor tiempo.*

LXIX

Frei Francisco Salgado

Collaborou na seguinte obra:

87—*Fiestas del Corpvs qve el año de 1610 hizo el illvstrissimo Señor Don Antonio Venegas de Figueroa, Obispo de Pamplona, con vn Dialogo, Cartel Poetico, y poesias premiadas. Escritas por el Licenciado Luys de Morales*. Pamplona, Nicolas de Assiayn, 1610, 4.º

Applicamos a Salgado as mesmas considerações que fizemos ácerca do auctor antecedente. Salvá, ao descrever esta obra sob o n.º 1:324, diz que ella contém *composiciones poéticas en latin, latin macarronico, castellano, una en vascuence y otra en portugues*. E dá a lista dos auctores. Percorrendo-a, não vimos outro nome que nos parecesse de portuguez senão o de fr. Francisco Salgado.

LXX

Henrique Nunes

Não conhecemos particularidades da sua vida e apenas sabemos que era portuguez por elle assim o declarar. Concorreu ao certamen poetico celebrado em Murcia nas exequias de D. Margarida de Austria. Teve o terceiro premio nos sonetos. A peça premiada é esta:

Svrta en el puerto noble España veo,
La nao del mercader simil del cielo,
Y sospecho que busca en este suelo
De buenas Margaritas vn empleo.
Segun lo qual, tu Margarita creo
Ès la que busca, pues fue tal su zelo,
Que merecio partirse sin recelo,
A gozar de sus obras el trofeo.
Al fin el mercader con ella carga
Su nao, dexando fuentes en tus ojos
Del llanto, que fomenta su memoria.
Y assi pues hade ser su ausencia larga,
Contentate con solo sus despojos,
Porque del alma goza, en paz la gloria.

Escreveu ainda mais tres sonetos sobre o mesmo assumpto, sendo dois em portuguez, que reproduzimos a titulo de curiosidade, para se ver como a lingua portugueza sahia dos prelos hespanhoes:

Tecendo estaua no mellor da tea
Aquela Cloto tecedeira parca,
Da vida do milhor e mor Monarca,
Que en todo este Orizõte mais campea.
Faltoulhe pouco para sacra Dea
De todo o belo que a natura abarca
As virtudes eroicas taõ sem marca,
Que o contrario lle foi cousa muy fea.
Esta foi Margarida aquela dama,
De que em vinte e sete anos sós tecidos
De sua vida a parca lhe deu corte.

Mas naõ llo pode dar na eterna fama,
Porque seus atributos taõ crecidos,
Comezan de viuer despois de morte.

Aqvi jaz a mais fina Margarida,
Que en toda a natureza foi achada,
Da mina da Lemaña foi tirada,
Do rico Espanol oiro guarnecida.
Foi pieza da do (sic) ceu, e dele vngida
Por Princesa do mundo, mas foi nada,
Porque o mais foi ser nele consumada
En ser de Satanas aborrecida.
Foi chamada de Deus por voz da morte,
Fez grande magoa, mas foi o choro
De todo o mundo, ser na tenra edade.
Felice a Margarida foi a sorte,
Pois Deus lhe da no seu celeste coro
Por corta vida, longa santidade.

Estes sonetos estão publicados na seguinte obra, de que ha exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa:

88—*Las reales exeqvias qve... la civdad de Murcia... celebrò en su Yglesia Cathedral, A la muerte de la Serenissima Doña Margarita de Austria. Dispuestas en trescientas y treynta Octauas, Por Don Rodrigo Riquelme de Montaluo...* Origuela, Juan Barcelò, M.DCXII.

Nas poesias preliminares laudatorias do auctor vem tambem um soneto de Hnrique Nunes. O nosso compatriota collaborou em outra obra identica, assim intitulada:

89—*Las reales exequias, y dóloroso sentimiento, que la... ciudad de Murcia hizo en la muerte del muy Cathólico Rey, y Señor Don Philippe de Austria, II. Con dos de los celebres Sermones Lugubres de ellas. Collegidas por el Doctor Ioan Alonso de Almeda.* Valẽcia, Diego de la Torre, 1600.

Não vimos esta obra, mas acha-se descripta em Salvá sob o n.º 160.

LXXI

Fr. Paulino da Estrella

Este frade acompanhou a Inglaterra a infanta D. Catharina, que casou com D. Carlos II. Fr. Paulino publicou em Londres em 1667 um livrinho de apreciaveis poesias misticas, intitulado

Flores del desierto, de que se publicou nova edição em Lisboa em 1674. Parte d'ellas foram insertas na seguinte obra:

90—*Poesias Espirituales escritas por F. Luis de Leon, Diego Alfonso Velazquez de Velasco, F. Paulino de la Estrella, Fray Pedro de Padilla y Frey Lope Felix de Vega Carpio.* Madrid, Andres de Sotos, M.DCC.LXXIX.

Este tomo foi publicado por D. Francisco Cerdá y Rico, que poz no principio uma noticia dos auctores d'estas poesias, que se tinham tornado summamente raras.

LXXII

Dr. Manuel da Cunha

A nação hespanhola em Roma, solemnisando as exequias da rainha D. Margarida de Austria, publicou um livro em que colleccionou as poesias consagradas ao assumpto, escriptas em hespanhol, portuguez, latim e italiano. Na secção portugueza veem cinco sonetos, sendo dois do dr. Manuel da Cunha e tres de Francisco Alvarenga.

Vejamos o estro do primeiro:

Con meya alma em penosa vida
Vos deixa da Rainha a triste morte
Qve almas vnidas ereis, mas a morte
Desfez a vnião, roubou a vida:
Com meya alma a gozar de melhor vida
A melhor planta d'Austria passa a morte
Beneficio deuido a hũa morte
Que he só caminho pera eterna vida:
Defendei pois Senhor das mãos da morte
A parte, que em vós ha d'aquella vida
Que em pranto nos deixou com sua morte:
Lembreuos que nos vai em vós a vida
E que he injusto sentir tanto tal morte
E injusto abboreçer tanto tal vida.

Este soneto parece-se com um que já publicámos de fr. Boaventura Machado, martellado egualmente sobre as mesmas invariaveis rimas—*morte e vida*. Talvez fosse considerado n'aquelle tempo o mais opiparo dos manjares poeticos. Para que o leitor não fique fazendo uma idéa pouco favoravel do ingenho do dr.

Manuel de Acuña, vamos reproduzir o segundo soneto, que sempre vale mais que o primeiro:

Nascendo ao mundo faz fermoso o dia
O Sol, e as treuoas com sua luz desterra
E illustrando o monte, o valle, a serra,
Tudo enche de graça, e d'allegria:
Poense no fim, e torna qual soya
Bello e fermoso enriquecendo a terra,
E communicando os bens que em si ensera
Dá luz, fomenta, alegra, produz, cria:
Tal o nosso Sol d'Austria claro, e nobre,
Depois que com sua luz nos enriquece
Entre sombras da morte se encobre:
Mas eis que já do Ceo nos apparece
E com luz noua seu fauor descobre,
Que pera apparecer desapparece.

A obra, em que veem estes sonetos, intitula-se:

91 — *Poesias diversas compuestas en diferentes lenguas, en las honras que hizo en Roma la Nacion de los Españoles. A la Magestad Catolica de la Reyna D. Margarita de Avstria Nvestra Señora.* En Roma, por Iacomo Mascardo, M.DCXII.

Existe um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa, n'um curioso volume de miscellanea rubricado 1:309 azul, secção de litteratura.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

VOLUME XXXIX—JUNHO DE 1892

SEGUNDA SERIE—N.º 12

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

SUMMARIO

	Pag.
GIORDANO BRUNO — por **Joaquim Mendes dos Remedios** ...	865
CRITICA LITTERARIA — por **Abel Andrade**	875
ALGEBRA (Ao sr. **J. C. Medeiros**) — por **Junio de Sousa** ..	884
MAGNETISMO TERRESTRE — por **Antonio Domingues Cortez da Silva Curado**	895
NOTES SUR LES AMPHIBIENS ET REPTILES — par **dr. J. de Bedriaga**	901
PONTICAS DE OVIDIO NASÃO — pelo **Visconde de Seabra** ...	908
MEMORIAS DE CASTILHO — por **Julio de Castilho**	916
POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES — por **Sousa Viterbo**	922
VISITA REAL	931
ORAÇÃO ACADEMICA — por **Luiz Pereira da Costa**	935
CORAÇÃO DE MULHER! (poesia) — por **	938
BOLETIM BIBLIOGRAPHICO — por **Fernando Martins de Carvalho**	939

SCIENCIAS MORAES E SOCIAES

GIORDANO BRUNO

(Continuado do n.º 11, paginas 801)

Dias depois d'este incidente chegava o «cavalleiro andante do livre pensamento» a Wittemberg, «a cidade famosa para onde Shakspeare enviava Hamlet, a cidade em que Luthero affixava n'uma das portas da egreja as suas theses e queimava publicamente a bulla do Papa, a cidade que guardava as cinzas d'este heresiarcha ao lado das de Melanchton, na sepultura erigida pelo eleitor Frederico (1).»

A Athenas da Germania, como elle a appellidou, recebeu-o benignamente. Tambem o philosopho procede de maneira bem differente da que tivera em Oxford; declara que é «homem sem nome, sem fama, sem merecimento, sem recommendações de principes e sem insignias.» O bom acolhimento fel-o demorar dois annos, desde agosto de 1586 a março de 1588. Durante este tempo gozou de toda a liberdade de pensamento e expressão. As suas opiniões astronomico-philosophicas pôde expol-as com a maxima clareza, sem rodeios, sem cabalismos. D'isso se admirava e dizia, referindo-se aos doutores de Wittemberg: «non nasum intorsistis, non sanas exacuistis, boccae non sunt inflatae, pulpita non strepuerunt, in me non est scholasticus furor incitatus... Interim et philosophiam libertatem illibatam conservatis...»

Reconhecido para com os collegas, dedica-lhes a sua obra— *De lampade combinatoria Lulliana*. Nas suas lições commenta o «Organon» de Aristoteles. Um facto politico veio perturbar-lhe o socego. A subida de Christiano I ao throno da Saxonia trouxe o

(1) *Revue Philosophique*, já cit.

triumpho dos calvinistas. Bruno, que tinha todos os seus amigos entre os Lutheranos, temendo uma perseguição, retirou-se de Wittemberg, depois de dirigir uma saudosa despedida aos doutores da Universidade. Esse discurso traz o titulo de *Oratio valedictoria*... (1). «L'éloge de l'Allemagne, des savants allemands, et en particulier de ce Paracelse dont la science exhubérante et la vie agitée devaient plaire singulièrement à Bruno, emplissait ce discours, où semble commencer l'illusion désormais et recemment perdue, qui mit longtemps la race germanique à la tête du progrès philosophique (2).»

Elogia rasgadamente a Luthero; invocando-o, diz: «tu vedesti la luce, o Luthero, tu intendesti lo spirito divino che te chiamava e gli obbedisti e corresti, debbole e senz'armi, contra allo spaventevole nemico de'grandi e dei re e coperto delle sue spoglie, saliste al cielo! (3)»

Deixando Wittemberg, dirigiu-se o philosopho a Praga; para captivar a benevolencia de protectores dadivosos publicou dois folhetos reunidos n'um só volume—*De specierum scrutinio et lampade combinatoria,* offerecidos a Guilherme de S. Clemente, embaixador de Hespanha juncto de Rodolpho II. Ao imperador, que «de dia procurava a pedra philosophal e de noite lia horoscopos (4)» dedicou as suas—cento e sessenta theses contra os mathematicos e philosophos do seu tempo—. Na dedicatoria Bruno segue o processo, muito seu, de fallar hyperbolicamente de quem esperava receber. A Rodolpho, que era «principe de pouco valor e de mediocre cultura», chamava «divus». Pagaram-lhe bem:—300 thalers.

No 1.º de julho de 1589 encontramol-o juncto da sepultura do duque de Brunswick, em Helmstadt, pronunciando uma—*Oratio valedictoria*—que lhe valeu a dadiva de 80 escudos da parte do duque reinante, filho do fallecido e que disputava ao pae a primazia de louvores no discurso do philosopho.

---

(1) Vide *Bibliographia.*

(2) *Revue Philosophique,* já cit. A proposito d'estas ultimas palavras de Gauthiez lembro est'outras de uma gloria de Hespanha: «L'Allemagne est la reine du monde en philosophie, en sciences et en arts... La France pour être une des premières nations, reste pour les choses matérielles au dessous de l'Angleterre, pour les intellectuelles au dessous de l'Allemagne.» Pi y Margall, *Les nationalités, essai de philos. politique,* trad. par Louis Xavier de Ricard. No prefacio o traductor exprime-se bem contrariamente a este modo de pensar: «L'Allemagne n'est plus la terre sacrée de la liberté, de la pensée, non plus que de l'art ni de la science.»

(3) *Italiani illustri, rittrati,* já cit., t. 3.º

(4) D. Berti, pag. 232, já cit.

Passados poucos mezes, via-se obrigado a abandonar a cidade de Helmstadt, porque (provavelmente por causa de alguma discussão religiosa) Boecio, pastor da egreja evangelica, o excommungou.

Em abril de 1590 parte para Franckfort-sur-Meine, onde teve generosos protectores entre os irmãos Wechel, proprietarios de uma grande casa de imprensa. Foram os Wechel que lhe custearam a despeza no convento dos Carmelitas e lhe imprimiram as obras—*De minimo,* etc.; *De numero,* etc.; *De imaginum,* etc. (1).

Franckfort era n'esta epocha uma cidade de activos estudos. Das suas typographias, rivaes das de Paris, Roma, Leão, Florença, etc., sahiam livros numerosos que se exgottavam a breve trecho nos mercados litterarios da Europa. Professores habeis leccionavam nas aulas publicas; numerosos viajantes affluiam de todas as partes. O commercio não era inferior á illustração. Um contemporaneo, Enrico Stefano, escreveu: «acima de qualquer cousa é maravilhoso ver a quantidade de bibliothecas que alli se encontram.»

Comprehende-se como se encontrava bem adequado a este meio o genio de Bruno. Um facto imprevisto mudou a face das cousas, vindo preludiar-lhe o martyrio. «Um mancebo das mais illustres familias de Veneza, amante dos estudos, mas de mente phantastica e animo debil» concebeu o ardente desejo de conhecer o philosopho. Para obter esse fim dirigiu-lhe cartas, pedindo-lhe viesse a Veneza. Fiado, sem duvida, na illustre familia que Giovane Mocenigo, o admirador agora e depois o accusador, representava, Bruno partiu para Veneza. Esta cidade honrava a Italia pela inteireza de character dos seus habitantes, laboriosos e muito amantes do estudo. Bruno entrou na cidade no mez de julho de 1561. Os salões dos nobres venezianos, fervilhando de convidados recrutados em todas as classes da sociedade, acolheram-o com alvoroço. Andrea Morosini, o maior historiador de Veneza, espirito scintillante e cultivado, tinha a primazia d'essas tertulias. Seculares e religiosos, nacionaes e extrangeiros, acudiam a ouvir a conversação erudita do dono da casa, de Paulo Sarpi, de Cioto, de Bruno e de muitos outros.

O philosopho de Nola achava ainda tempo para ir a Padua, centro afamado de estudos. A ousadia, que o levava assim a evidenceiar-se, quando tão rigorosas eram as penas contra os apostatas e herejes, fez dizer a um seu contemporaneo, o celebre latinista

---

(1) Vide *Bibliographia.*

allemão Valente Acidalio: «*miror, miror, nec rumori adhuc fidem habeo.*»

Chegava o tempo da expiação. Mocenigo era dotado de um genio opposto ao de Bruno. O papel que elle representa n'esta triste historia é dos mais vergonhosos que a Fatalidade póde confiar a um homem. Tendo primeiramente sollicitado de Giordano a sua comparencia em Veneza, torna-se depois o seu accusador implacavel. Por cima de delator é hypocrita e ingrato. A Historia esmagará eternamente a sua memoria em pagina coberta de lucto. Foi no dia 23 de maio de 1592 que Mocenigo escreveu ao Geral da Inquisição uma carta em que «denunciava a sua Paternidade muito Reverenda por obrigação da sua consciencia e ordem do seu confessor» o philosopho de Nola. Este, desconfiado das machinações do discipulo, participa-lhe que ia retirar-se. Mocenigo pediu e depois intimou-o a ficar, chegando mesmo a ameaçal-o (1): como o encontrasse inflexivel no seu projecto de partida, decidiu apoderar-se d'elle; e n'uma terça-feira, 22 de maio de 1592, entrou no quarto onde dormia o philosopho, acompanhado de um creado e alguns gondoleiros. Encerrou-o n'uma casa e participou ao Sancto Officio, que se apressou a mandar um capitão das suas guardas. No sabbado, 23 de maio, ás tres horas da noite, Bruno era conduzido para as prisões pertencentes ao Tribunal. Este era composto de seis membros, tres padres e tres seculares. Os seculares tinham a seu cargo vigiar os processos e dar conta d'elles ao Governo, por quem eram nomeados de oito em oito annos.

Figuram n'este processo da parte da Inquisição Mgr. Taberna, nuncio apostolico em Veneza, Mgr. Lourenço Prindi, patriarcha de Veneza e Giovanni Gabriele da Saluzo, dominicano, padre inquisidor. Os assistentes ou — *Savii all'eresia* — foram Luigi Foscari, Sebastiano Barbarigo e Tommaso Morosini. Começou o processo.

Foram ouvidos a depôr no dia 26 de maio de 1592 Giambattista Cioto e Giacomo Bertano, livreiros, que ambos tinham conhecido o accusado. No mesmo dia 26 um homem de estatura media, barba castanha, apparentando a edade de quarenta annos, apresentou-se perante os juizes inquisidores como réo de apostasia. Era Giordano Bruno. Os primeiros interrogatorios versaram sobre a sua vida. Após elles foi o philosopho interrogado sobre se «publica ou particularmente nas lições que tinha dado em diversos logares...

---

(1) É indubitavel este facto. «Celui-ci *(Mocenigo)* tacha de le retenir, d'abord par ses instances, ensuite par des menaces.» *L'Eglise et la science*, par le R. P. Ch. Smedt. S. J., pag. 36.

ensinara, sustentara ou disputara artigo contrario ou repugnante á fé catholica e ao ensino da Sancta Egreja Romana:» respondeu com uma franqueza digna de elogio.

O universo é infinito, diz elle; seria indigno da bondade e do poder de Deus julgar o contrario. O espaço é egualmente infinito e n'elle giram corpos innumeraveis. Ha, pois, universalidade infinita em espaços infinitos.

Existe uma providencia universal, em virtude da qual todas as cousas vivem, vegetam e se movem. Na divindade ha tres attributos: poder, sabedoria e bondade, ou, seja, mente, intelligencia e amor.

Declara ter duvidado da Incarnação do Verbo. O Espirito Sancto, terceira Pessoa da Sanctissima Trindade, é a alma do universo, conforme aquellas palavras de Salomão (c. I, 7):

Spiritus Domini replevit orbem terrarum,

e est'outras de Virgilio (liv. VI, v. 724 e seg. da Eneida):

Principio coelum ac terras camposque liquentes
Lucentemque globum lunae, Titaniaque astra
Spiritus intus alit totamque infusa per artus
Mens agitat molem et toto se corpore miscet.

Abertamente confessa que os seus livros poderão encerrar algo de contrario á fé catholica; mas diz que nunca o fez ex-professo, mas apenas fundando-se na razão natural ou quando expunha as theorias dos herejes. Os milagres de Jesus Christo foram divinos, verdadeiros, reaes e não apparentes. Crê na transsubstanciação do pão e do vinho em corpo e sangue de Christo, real e substancialmente como o ensina a Egreja, e declara que não assistia á missa por causa da excommunhão que pesava sobre elle.

O sacramento da Penitencia foi instituido para nos livrar do peccado; por isso o que morre em peccado mortal morre condemnado. Nem sempre se tinha confessado, mas sempre pedia perdão a Deus, e ter-se-hia confessado se podesse. Não duvída em nada dos restantes sacramentos. A quasi todas as accusações formuladas por Mocenigo oppõe negações decisivas. Quando lhe perguntam se alguma vez duvidara da divindade de Jesus Christo, responde elle unicamente: «maravilho-me que me façam similhante interrogação, não tendo eu nunca sustentado tal opinião e crendo sempre o que crê a Sancta Madre Egreja (1).»

---

(1) Documento XII das Actas do Processo de Veneza.

Os juizes dizem-lhe que elle é accusado de ter ensinado que os milagres de Christo e dos Apostolos eram apparentes e resultado de arte magica; Bruno contrista-se, levanta as mãos ao céo e brada: «Que é isto? nunca me passou pela imaginação similhante idéa: Que cousa é esta? preferia ser morto a que me propozessem tal pergunta.»

A todas as interrogações dos inquisidores Bruno responde com uma clara simplicidade e uma aberta franqueza. Declara ter elogiado a rainha de Inglaterra, chamando-lhe—*Diva*—mas que o não fizera por ella ser hereje, mas sim por costume do tempo. O processo corre vagaroso, demorado; o philosopho é instado a que pense bem em todos os actos da sua vida e a que diga toda a verdade. Findas as interrogações, elle declara: «... può esser ch'io in tanto corso di tempo habbi ancor errato, et deviato dalla S. Chiesa in altre maniere di quelle ho exposto, et che me trovi ancora illaqueato in altre censure ma se bene io ci ho pensato molto sopra non però le riconosco, ho confessato et confesso hora li errori mici prontamente, et son qui nelle mani delle Signorie Vostre Illustrissime per ricever remedio alla mia salute, del pentimento de mei mesfatti non potterei dir tanto quanto é, ne esprimere efficacemente come desiderarei l'animo mio.»

Ajoelhando em seguida, diz: «domando humildente perdono al Sig. Dio et alle Signorie Vostre Illustrissime de tutti li errori da me commessi et sou qui pronto per essequire quanta dalla loro prudentia sará deliberato, et si giudicará espediente all'anima mia... et se dalla misericordia d'Iddio et delle Vostre Sig. Illustrissime mi sará concessa la vita prometto far riforma notabile della mia vita, che ricompensero il scandalo, che ho dato con altro et tanta edificatione.»

Repetidas vezes interrogado sobre se lhe occorre dizer alguma cousa, Bruno responde unicamente: «No mi occorre dir altro (1).»

Este interrogatorio terminou no dia 30 de julho de 1592.

A 12 de setembro do mesmo anno o tribunal de Veneza recebia uma carta do cardeal S. Sanseverino, ordenando que se entregasse o preso ao governador de Ancona para d'aqui ser enviado a Roma. O vigario do patriarcha de Veneza, o padre inquisidor e Thomas Moresini, um dos assistentes ao tribunal do Sancto Officio, participaram essa ordem ao doge, informando-o ao mesmo tempo, ainda que summariamente, do processo que corria contra Bruno.

O doge «o Serenissimo Principe» responde que ficava inteirado

---

(1) Processo de Veneza.

e que depois responderia. Na tarde do mesmo dia, tendo-se o padre inquisidor apresentado a receber as ordens, por isso mesmo que «havia uma barca que estava para partir» e Sanseverino, supremo inquisidor, mandava dizer que o preso fosse «mandato con prima sicura occasione di buon passagio» o Conselho dos doges responde-lhe que o negocio era «de importancia», de «consideração», «que as occupações do Estado eram muitas e que por isso não houvera tempo de resolver.» Esta resolução era, por carta, participada pelo mesmo Conselho ao embaixador em Roma.

Os motivos que influiram no animo dos doges para não mandar o preso foram, como se vê pelos documentos, differentes dos que se deram ao padre inquisidor. Vimos o que responderam a este. Agora para Roma mandavam dizer que a extradição de Bruno «redundaria em muito prejuizo para a auctoridade do tribunal...» e «em grande damno dos subditos venezianos.»

Por desgraça de Bruno o embaixador veneziano Giovanni Moro, a quem elle, em Paris, dedicara o seu livro—*De compendiosa architectura*—havia morrido, occupando então o logar um tal Donato.

Roma não descançava, procurando por todos os meios alcançar o prisioneiro. Agora era o Nuncio de Sua Sanctidade quem a 22 de dezembro se apresentava no Collegio Veneziano para o convencer de que mandasse o preso para Roma. As razões que o Nuncio apresentava eram que «Bruno era subdito napolitano..., que primeiro tinha sido processado em Napoles e depois em Roma, que, muitas vezes, em casos extraordinarios como este os réos eram mandados para o Sancto Tribunal de Roma—capo et superior a tutti gli altri—que, emfim, Bruno era frade e frade heresiarcha e dotado de outras pessimas qualidades; não podia, pois, ser negada a extradição.»

Abalado por estas razões, o Senado, a 7 de janeiro de 1593, chamava Ferigo Contarini, procurador, que dava o seu parecer «achando conveniente satisfazer Sua Sanctidade.» O Conselho inclinava-se a esta opinião: «era conveniente, principalmente n'um caso tão extraordinario, dar satisfação a Sua Beatitude.» Resolveu, por isso, mandar o preso ao tribunal da inquisição romana, avisando o embaixador em Roma de que o apresentasse a Sua Sanctidade como «signal da continuada promptidão da republica em fazer-lhe cousas agradaveis.»

A 16 de janeiro o embaixador dava conta ao Conselho da grande alegria do Papa, o qual «ha riputato questa cosa gratissima et ha corrisposo con parole molte cortesi, et ufficiose, dicendomi, che grandemente desideradi star sempre unita com quella republica...»

Vê-se que Roma conseguira habilmente o seu intento. No meiado

de janeiro o accusado era levado para Roma e lá o encontrámos a 27 nos carceres da inquisição, onde permaneceu desde esta data—1593—até 17 de fevereiro de 1600.

O Papa que regia os negocios da Egreja chamava-se Clemente VIII, «homem de animo elevado, resoluto, prudente, incançavel, attendendo com grandissima diligencia á expedição dos negocios, querendo ver e examinar todas as cousas por seus proprios olhos (1).» Dotado d'estes characteristicos, o Pontifice certamente acompanhou o andamento do processo de Bruno. Ha, todavia, uma figura que desempenha n'este desgraçado processo um papel mais importante ainda que o do Papa. É Sanseverino, que, antes de vestir a purpura, tinha sido juiz da inquisição e vigario geral do cardeal Affonso Caraffa em Napoles, cargos em que se mostrou severo e implacavel contra os innovadores. «Os inimigos tinham-lhe terror, os amigos medo» diz Berti. Muito respeitado em Roma, impunha a sua vontade de ferro aos membros da Sagrada Congregação do Sancto Officio. Era, portanto, Sanseverino quem jogava a existencia de Giordano.

O tribunal de Roma julgava os processos com brevidade, a não se darem algumas circumstancias extraordinarias, como succedia com este. De facto é razoavel conjecturar que a inquisição romana, logo que esteve de posse do philosopho, tractasse de angariar todos os documentos para o julgamento. Ora Bruno teve, como vimos, uma vida accidentada, já até áquella epocha perturbada por tres processos inquisitoriaes. Cotejar estes processos, indagar dos actos do accusado, perscrutar as suas doutrinas, saber dos seus livros, levava muito tempo. Accresce que, quando Bruno foi preso em casa de Mocenigo, trazia elle em via de publicação duas obras, que ficaram, portanto, manuscriptas. A sua correspondencia, os seus apontamentos, as suas lições, emfim, tudo quanto proxima ou remotamente lhe dissesse respeito, devia ser interrogado pelos olhares, gelidamente perspicazes, dos inquisidores.

Recordemos tambem que Bruno fôra frade dominicano e contava entre os seus juizes alguns que o eram ainda. O facto de elle apostatar produziu sensação enorme, chegando alguns chronistas da Ordem (2), cegos pela embriaguez da paixão, a affirmar que Giordano nunca fôra frade pela simplicissima razão de que, sendo-o, permaneceria catholico até á morte.

«Admiravel ingenuidade!» diz E. Saisset (3), e nós accrescen-

---

(1) D. Berti, na obr. cit., pag. 287.
(2) N'este numero estão Quètif e Echard.
(3) *Revue des deux-mondes*, já cit.

tamos:—fatal cegueira a que, como esta, leva o espirito a contraditar factos perfeitamente estabelecidos.

Ora, sendo verdade que Bruno fôra frade e depois repellira o habito, o que produziu uma vivissima emoção em todos, sobretudo nos dominicanos, podemos nós suppôr os juizes tão desapaixonados, que largassem das suas mãos esse escandalo da Ordem, sem o sujeitarem a uma retractação formal, decisiva, completa? que não procurassem, por todos os meios, convencel-o a sujeitar-se ás suas idéas, ao seu modo de ver?

Bruno foi inflexivel: cedeu de um futuro risonho ou, pelo menos, tranquillo, para sustentar as suas opiniões philosophicas, não se importando com a morte, que certamente antevia, mas que desprezava, como em tempo já escrevera:

«Et nos, quantumvis fatis versemur iniquis,
«Fortunae longum a pueris luctamen adorsi,
«Propositum tamen invicti servamus et ausus,
«Queis vel forte Deo tantummodo teste valemus,
«Vel non usque adeo aegroti sumus atque sopiti
«Vel certe sensum morbi retinemus, et ultro
«Temnimus, *et mortem minime horrescimus ipsam*
«*Viribus ergo animi haud mortali subdimus ulli.*»

De Monade, etc., pag. 38 e segg. (1).

Parece-me que as considerações expostas explicam satisfactoriamente o longo praso que demorou o processo—sete annos!

Passado este tempo, um dia, no palacio do supremo inquisidor, Bruno ouvia tranquillamente, serenamente, a sua sentença de morte na fogueira, pronunciada por um dos assistentes.

Terminada a leitura, o philosopho disse estas celebres palavras: «*maggior timore provate voi nel pronunciar la sentenza contra di me che non io nel riceverla!*»

Lida a sentença, Bruno foi entregue ao braço secular com a formula «que seja punido da maneira mais clemente e sem effusão de sangue,» palavras que encerram um euphemismo lancinante. Pela ultima vez o reenviaram ao carcere. Davam-lhe oito dias para se arrepender. Findos estes, as portas da prisão abriram-se para dar passagem ao proximo suppliciado. N'esse dia Roma rejubilava.

Milhares de pessoas enchiam a velha cidade da Italia. Os templos regurgitavam de fieis. Cantavam-se Te-Deums; ouviam-se preces. Cincoenta cardeaes passeiavam as suas vestes purpuradas

(1) Citação extrah. a Chr. Bartholmess, do t. 2.º da sua obra, pag. 15.

em redor do Papa. É que se festejava n'esse mez de fevereiro o jubileu de Clemente VIII.

A Providencia, para castigo de uns e exemplo para todos, tinha ordenado que o mez que via a exaltação de um Papa, visse egualmente o supplicio de um desgraçado. As ruas de Roma tiveram um momento de lucto na occasião da passagem do funebre cortejo.

Como uma lava de fogo que invadisse subitamente uma campina verdejante, essa procissão sinistramente lugubre que, silenciosa, atravessava, em plena luz do dia, as ruas da cidade, pozera uma nota triste em muitos corações.

No «Campo de Flora» não longe do logar onde quatro seculos antes tinha sido queimado Arnaud de Brescia, levantava-se uma pyra.

Giordano Bruno subiu a ella, impassivel, ferozmente sereno; e, tendo repellido o crucifixo, desappareceu entre as labaredas sem expellir um gemido.

Uma multidão enorme tinha seguido o cortejo e presenciado o cruel supplicio.

Antes de se dispersar, viu-se approximar da fogueira, ora extincta, um homem de compridas vestes. Era um frade. Tomou entre os dedos uma pouca de cinza e espalhou-a ao vento. Terminara a ceremonia. A multidão podia voltar aos festejos do jubileu e ver o pontifice romano celebrando missa, assistido dos cardeaes Baronio e Bellarmino.

Tinha havido um incidente. O incidente passara... para elles, porque para nós—ai!—persistirá emquanto persistir a Historia!

(Continúa).

JOAQUIM MENDES DOS REMEDIOS.

CRITICA LITTERARIA

Institutiones Theologiae Dogmatico-Polemicae, quas in scholarum usum disposuit Bernardus Augustus de Madureira; editio secunda aucta et emendata. Conimbricae, Typis Academicis, MDCCCXC.

Não se imagina com facilidade o movimento theologico que se affirma hodiernamente nos centros scientificos da Europa, principalmente na Allemanha; a critica dos codices biblicos nas suas variadissimas relações com as variantes e consequentemente a genuina interpretação biblica, á face de uma philologia, pacientemente constituida, anno a anno, no meio de trabalhos e lucubrações incalculaveis; a discussão travada entre os orientalistas heterodoxos, como Angelo de Gubernatis e Burnouf, Max-Müller e Marius, que sustentam a genése oriental, determinadamente indiana, persa ou egypciaca dos dogmas christãos, e os conservadores, superiormente dirigidos por Harlez, o eminente professor de Louvain, estudando benedictinamente o original do Avesta e tentando convencer os homens de sciencia da originalidade do Christianismo; Réville, resuscitando a antiga heresia de certos hellenistas, de Mosheim, que consideravam o Christo como o desdobramento logico e mesologico do divino Platão, cujas idéas superiormente espiritualistas se integraram na Egreja durante os tres primeiros seculos, e Franck, analysando a Kaballa e o Platonismo, para restringir á simples fórma dos Padres Apostolicos a influencia do primeiro philosopho grego; Renan, o distincto *immortal,* que tenta organisar um Christo-humano, que seja divino sem todavia ser Deus, e Didon, o vernaculo conferente, especialmente votado á demonstração da Divindade de Jesus; na Geologia como em Paleontologia, os antiquarios e philosophos, Louvain e o *British Museum,* a direita e esquerda Hegeliana, no dominio da hypnose, ao lado do neo-kantismo e do associanismo discute-se o problema theologico.

Na transição do seculo XIX a ordem do dia, nos primeiros centros scientificos, é constituida pela resolução da questão do sobrenatural.

Por circumstancias, que facilmente se descobrem, os estudos

theologicos em Portugal estão longe de acompanhar o movimento europeu. As publicações d'este genero não apparecem; de ha muito, a fóra a *Synopsis Hermeneuticae sacrae* do sr. dr. Rodrigues d'Azevedo, os *Apontamentos para a Historia Ecclesiastica* (attribuidos ao sr. dr. Damazio Fragoso), e o *Theolog. fundamentalis compendium* do sr. dr. Eduardo Nunes (hoje arcebispo de Evora), não appareceu nenhum trabalho didactico, elaborado pelos lentes da Faculdade de Theologia.

No meio de similhante inercia sahem a lume, no intervallo de cinco annos, as duas edições do livro do sr. dr. Bernardo de Madureira; dos prelos da Universidade sahiu ha dias a segunda edição.

*

Se compararmos este trabalho com a primeira edição, somos surprehendidos por modificações notaveis, realizadas sempre em harmonia com a orientação contemporanea dos estudos theologicos. A mesma primeira edição, impressa em 1885, destacava-se notavelmente dos outros estudos similares, que possuem uma consideração muito apreciavel na Italia, Allemanha e França; era possivel encontrar, por exemplo, as prelecções de Jungmann, escriptas em latim vernaculo, onde se expõem n'uma lucidez pouco vulgar as conclusões christologicas mais transcendentes; o tractado philosophico, superiormente transcendente, de Stentrup, em que as applicações da philosophia allemã aos ensinamentos theologicos encontram um critico severo e superior; a Bibliotheca de Franzelin, especialmente destinada a restaurar a corrente tradicionalista, em cujo circuito se deve salvaguardar das innovações perigosas o conteúdo dogmatico; a *Graça* de Mazzella e Schneemann, destinada a perpetuar os ultimos esforços da razão para conciliar a graça com a liberdade do homem; os trabalhos de Dupin, Lémann, Luzerne, Meignan, Ayrolo e Heitor Pinto sobre a exegese de algumas prophecias messianicas; tudo isso existia; mas não havia no extrangeiro nem em Portugal um unico compendio das conclusões christologicas mais importantes, em que se alliasse á necessaria brevidade a synthese do vastissimo ambito doutrinal, que constitue o objecto da *Christologia* e *Soterologia*.

Essa lacuna foi preenchida com o compendio do sr. dr. Madureira.

Demais, vivemos n'um periodo de crise, em que as forças vitaes da nação portugueza tendem a desapparecer: na politica, como nas finanças; no *ménage* intimo, como na vida publica, domina o extrangeirismo; a mesma erudição nacional, de superior e in-

contestavel merito ás vezes, é substituida pela bibliographia franceza, bem pouco original e digna de admiração em assumptos theologicos.

O auctor referido comprehendeu este symptoma terrivel: na edição ultima substitue as citações de auctoridades allemãs, italianas, francezas e inglezas pelos nomes de Christophoro Gil, Isidoro da Luz, Francisco de Christo, Estevão Martins, Fr. Francisco de S. Agostinho Macedo, etc., em summa, por auctoridades nacionaes.

O compendio do sr. dr. Madureira é um bom livro; completo, methodico, como poucos, claro como Jungmann, nacional, genuinamente nacional.

Ainda mais: n'este trabalho refutam-se, mas *respeitam-se,* as doutrinas heterodoxas de Büchner, Haeckel, Darwin e de tantos outros, que pelo seu estudo e superior talento merecem o respeito e estima de todos, mesmo dos adversarios intransigentes, como o sr. dr. Madureira.

*

Nos Prologomenos do primeiro volume encontram-se noções precisas e habilmente synthetisadas sobre o objecto, sujeito, principio, subsidios e fontes da Dogmatico-Polemica; a doutrina do auctor apparece confirmada por Christophoro Gil, Isidoro da Luz, Francisco de Christo e muitos outros auctores classicos, como Wiest, Bulsano, Sancto Thomaz, etc. Ainda nos Prologomenos apresenta o auctor uma synthese historica da evolução dogmatico-polemica, iniciada talvez com as revelações contemporaneas dos nossos proto-parentes e que se protrahe aos nossos dias. Trabalho difficillimo, como todas as syntheses, revela conhecimentos vastissimos sobre a lenta formação do systema dogmatico-polemico, sem a alteração dos dogmas originarios correlativos; á precisão historica allía a critica, ás vezes characterisada por uma simples phrase.

N'este intuito divide a historia nos tres periodos: patristico, escholastico e novissimo; acaba por consagrar algumas paginas ao movimento dogmatico nacional, localisando-o, com o fallecido lente da Faculdade, dr. Motta Veiga, em tres phases: da fundação da monarchia até D. João III, de D. João III a D. José, e o periodo ultimo.

O desenvolvimento dos estudos theologicos em Portugal, a successiva orientação da theologia na Universidade de Coimbra, a minuciosa bibliographia theologica, demonstram claramente a preeminencia da nossa Universidade, a superioridade dos seus

ensinamentos sobre as doutrinas professadas n'outros institutos congeneres.

Ainda bem que ha um compendio, officialmente adoptado, onde se presta veneração e respeito a essas glorias nacionaes; antes da segunda edição do compendio referido, necessitavamos de compulsar as paginas de Pesch ou de qualquer outro philosopho allemão para descobrirmos citações importantissimas dos *Conimbricenses*.

Expostos os preliminares, começa o auctor por demonstrar a existencia de Deus a fim de melhor se approximar do conceito de Deus em si mesmo *(in se ipso)*.

Mui avisadamente procedeu o sr. dr. Madureira, estabelecendo primordialmente a existencia de Deus. O estudo d'esta proposição na Philosophia secundaria nunca possue o rigor logico que seria para desejar; ora convém saber que todas as discussões theologico-christologicas partem da existencia de Deus como postulado philosophico.

A critica do Ontologismo, a refutação do Agnoscitismo positivista, a lucida comprehensão do argumento *a simultaneo* de S. Anselmo; em summa, a demonstração da existencia de Deus e demais questões congeneres é um trabalho que honraria theologos de primeira ordem.

Em pontos adiaphoros, segue por vezes a opinião menos geral, mas sempre por uma razão profunda e inabalavel, sua, ou extranha, seja o auctor da eschola que fôr; assim, a *unidade* de Deus não a considerou desde logo o sr. dr. Madureira como attributo divino, invocando a razão dada pelo insigne racionalista Wegscheider; agora, como que para tirar melindres e exaltar justamente a memoria dos theologos conimbricenses corrobora a dicta opinião com a auctoridade de Egydio de Apresentação, e Christophoro Gil, dois insignes mestres que foram da Faculdade de Theologia.

A concepção dos attributos divinos *(quiescentes, operativos* e *moraes)*, superior ás exaggeradas distincções de Schebben e Schwetz, constitue uma secção em que o auctor, sem introduzir innovação essencial, approximou da simplicidade divina as diversas *nuances* do mesmo ente. Não conhecemos tratadista que tenha ultimado similhante estudo, nem com o mesmo methodo, nem com identico rigor philosophico; a integração mutua da liberdade e immutabilidade, da liberdade humana e omnisciencia divina é genialmente vindicada.

Como complemento do estudo de *Deus immanente* encontramos o capitulo terceiro, em que se expõe a doutrina da Trindade.

Talvez não haja secção alguma da obra que analysamos mais

ingrata á pericia de quem a expõe e estuda do que esta. Circumscrever-se o theologo, como Franzelin, á interpretação dos logares patristicos e applicação dos canones conciliares; limitar-se unicamente á accumulação de citações patrologicas em abono das proposições litteralmente extrahidas de algumas definições solemnes, como fez Tournely; não sahir do ambito strictamente dogmatico, é com certeza mais seguro; não ha veredas superiormente inaccessiveis em similhante terreno. Mas tal processo, nem se compadece com a orientação actual da polemica religiosa, nem contentaria um espirito investigador; hoje não se deve estudar o mysterio da Trindade, como o estudou Franzelin, embora talento de envergadura superior.

Obedecendo a esta corrente, o sr. dr. Madureira apresenta um estudo interessante sobre a trindade judaica; tendo na devida consideração a auctoridade de Drach, combatendo os Güntherianos, demonstra as diversas theses da secção referida, e termina com uma refutação peremptoria dos orientalistas que accusam de plagiato o mysterio da Trindade. Já em sua dissertação inaugural tinha o auctor demonstrado de modo brilhantissimo a impossibilidade de a doutrina biblica do *logos* ser importada do *Timeu* de Platão, aqui resolve compendiosamente o mesmo ponto, e cita o seu trabalho anterior, melhor do que o qual não conhecemos nenhum sobre o caso.

Em seguida o auctor analysa a primeira dynamica *ad extra*, a creação, que comprehende na sua maxima complexidade a Cosmologia, Pneumatologia e Anthropologia.

A Cosmologia está disposta harmonicamente com as descobertas ultimamente realizadas na Cosmogonia, Geogenia e Astronomia (Herschel, Laplace, Faye, Wolf, Newcomb, Trowbridge, etc.); alliando á necessaria brevidade a exposição do complexo de theorias hodiernas, consegue apresentar em poucas paginas uma synthese clara e completa da polemica vigorosissima determinada pela interpretação dos primeiros versiculos do Genesis. Na impossibilidade de seguirmos *pari passu* cada um dos §§ d'este capitulo, destacamos o notavel estudo historico-critico do Pantheismo; não existe uma summula dos chefes do Pantheismo tão completa como a elaborada pelo sr. dr. Madureira; a critica do systema não é inferior á de Maret, e compadece-se mais com as dimensões dos trabalhos didacticos.

Zeloso das glorias da sua patria, o sr. dr. Madureira aproveita habilmente todo o ensejo de a ennobrecer, dando noticia dos seus homens de estudo, que se honra de citar apropositadamente. D'este modo, tractando ainda do pantheismo, como erro ou systema, que no correcto dizer do auctor offende o conceito e verdade da creação,

e destrinçando-o nitidamente em todas as suas fórmas, especialisando o *Spinozismo,* que refuta de maneira succinta e inexcedivelmente rigorosa, dá conta do *Pantitheismo,* systema excogitado pelo sr. Cunha Seixas para explicar o machinismo admiravel do mundo, mas *creationis actu non laeso*. Quiz assim o sr. dr. Madureira render ao sr. Cunha Seixas um preito de justiça e de gloria; de justiça aos trabalhos do intelligente escriptor nacional, e de gloria ao espiritualista convicto.

Ao lado do estudo pantheista deve collocar-se o esboço do Positivismo; as differenciações de eschola que separam Comte e Littré de Stuart Mill, Taine e Herbert Spencer nas suas relações com a doutrina creatista, geralmente despercebidas por outros criticos, são lucidamente accentuadas e denotam um espirito de imparcialidade não vulgar em todos os que se julgam auctorizados a desnaturar os systemas avançados para defender a doutrina da creação.

Na defesa dos principios orthodoxos o auctor necessitou de criticar o evolucionismo; distinguindo radicalmente o Darwinismo do Monismo-Haeckeliano, aproveitou habilmente, finamente, como ás vezes é preciso, algumas confissões de Darwin e Haeckel, e tentou confirmar com os principios dos adversarios a pura orthodoxia. É um estudo interessante.

Á Pneumatologia podemos applicar o que dissemos da Trindade. Depois de expôr a doutrina catholica, confrontou-a com o Spiritismo, indicando as suas origens historicas e citando *à propos* a opinião de Gibier.

A Anthropologia constitue o estudo mais interessante d'este primeiro volume. Sobre a creação *immediata* do homem rejeita a interpretação mythica do primeiro capitulo do Genesis e refuta a hypothese transformista.

Quem pretender orientar-se a respeito das questões anthropologico-biblicas, encontra no livro do sr. dr. Madureira os elementos necessarios; a hypothese dos Coadamitas e Preadamistas, a anatomia, geographia, philologia e chronologia são invocadas e criticadas scientificamente.

Quanto á difficillima materia do peccado original, por onde termina o primeiro volume, ainda não vimos trabalho tão methodico, rigoroso e completo, como este!

Qualquer homem de sciencia poderá não concordar com a orientação do livro, irreprehensivelmente catholica e orthodoxa; todos têm restricta obrigação de respeitar as convicções do auctor e analysar os motivos scientificos que fundamentam as suas theses.

Tentando reproduzir a impressão que nos deixou a rapida leitura do primeiro volume, não tergiversamos em affirmar que

não ha compendio algum de Dogmatica Especial tão completo, moderno e coordenado como este. Franzelin, nos seus livros sobre a *unidade de Deus, trindade* e *creação,* despreza completamente os systemas modernos de philosophia heterodoxa; talvez a intima convicção da verdade das suas doutrinas o dispense de similhante estudo. Entretanto é certo que os nomes de Augusto Comte e Spencer, Littré e Mill têm direito a uma discussão; a sua omissão, se traduz desprezo do impio, tambem póde indicar receio do sabio. Stentrup consagra toda a sua attenção aos erros da philosophia allemã e limita a isso a sua polemica mais interessante; julgamos que fóra da Allemanha, na França e Inglaterra, tambem appareceram systemas dignos de serem mencionados. Bulsano e Liebermann, Prunyi e Kenrik adoptam o commodo expediente de extrahir uma definição ou uma simples phrase das obras do seu contendor e refutal-a; não basta isso: a probidade scientifica exige que se critique o conjuncto do systema; d'este modo comprehende-se a difficuldade, e não ha o perigo de se falsear a verdade.

No livro do sr. dr. Madureira não ha similhante inconveniente: a critica-historica de um systema na sua generalidade precede a discussão de uma affirmação especialissima de qualquer auctor; a orientação modernissima impõe-se em todas as paginas, em que se discutem as mais avançadas doutrinas philosophicas; o conteúdo dogmatico explica-se com a possivel lucidez e demonstra-se com argumentos biblicos e tradicionaes; a mesma razão é simultaneamente chamada a depôr na discussão dogmatica.

*

O segundo volume, intitulado *Christologia,* continúa dignamente o plano iniciado e que precedentemente nos esforçámos por fazer sobresahir. Se os theologos nacionaes não tinham podido prever a evolução actual da Cosmologia, Anthropologia, Hypnotismo, Philosophia e Geogenia, o que impossibilitou o distincto auctor de corroborar muitas das suas asserções do primeiro volume com auctoridades nacionaes, expozeram nitidamente as theses christologicas, proporcionando ao sr. dr. Madureira a satisfação de resurgir o movimento intellectual do Portugal antigo em cada uma das paginas do seu livro. A leitura do volume ultimo desperta um duplo interesse: n'elle se expõem com a necessaria precisão as diversas secções da Christologia; simultaneamente analysa-se o movimento theologico de Portugal e convence-se o estudioso de que no extrangeiro nem se produziu mais nem melhor; e não ha nenhum portuguez a quem deixe de sorrir o desejo de conhecer as glorias de Portugal.

No capitulo primeiro demonstra a promessa do redemptor, e em oito §§ discute as profecias mais importantes attinentes a este assumpto.

Entre estes §§ seria injustiça não destacar notavelmente os que estudam as profecias de Jacob, Daniel e Isaias. A analyse philologica do original, determinada pelas primeiras auctoridades, encaminha-se sempre á demonstração do character messianico da profecia; no vaticinio de Daniel, que é incontestavelmente um dos primeiros trabalhos de critica, sem a lamentavel confusão de Bento Pereira, Ayrolo e Heitor Pinto, consegue o auctor descobrir uma solução methodica, harmonica e principalmente rigorosa; não necessitou de recorrer ás divagações de Fabre d'Envieu para sustentar a intenção messianica do vate.

Nos capitulos segundo e terceiro encontra-se a theoria orthodoxa da *Incarnação* e da *Redempção;* começa o auctor com a demonstração da Divindade de Christo.

Convém saber que a Divindade de Christo constitue um meio de resolver todas as duvidas attinentes ao sobrenatural; todos os outros capitulos da Christologia fluem naturalmente d'esse principio, fecundo em consequencias theoricas e practicas.

Não deixou de comprehender isto mesmo o sr. dr. Madureira; a sua demonstração da Divindade de Jesus confirmaria a reputação philosophica de qualquer homem eminente. Conhecemos extensos tractados do mesmo assumpto, o trabalho admiravel de Maran, as classicas refutações de Renan (Passaglia, Freppel, etc.); porém, não encontramos em livro algum o mesmo rigor de processo demonstrativo, que, partindo de principios naturalmente admittidos por todos, consegue dirigir os seus argumentos á demonstração da these fundamental de toda a doutrina theologica. As paginas em que se demonstra esta doutrina honram sobremaneira o nome do auctor, que patenteia as credenciaes de talento superior, logico finissimo e theologo consummado.

Não ha o menor exaggero em tudo o que affirmamos; a leitura imparcial do § a que nos referimos legitima a nossa critica imparcial e justa.

Subsequentemente, a erudição, principalmente nacional, acompanha o natural desenvolvimento das theses; a exposição das noções philosophicas acompanha a demonstração das proposições christologicas; a região superior em que se debatem problemas d'esta ordem não impede que o auctor conserve o mesmo rigor logico e seriação scientifica.

Cupula de tão superior esforço, o tractado da *Graça* constitue a ultima parte do compendio criticado.

Ha tanta difficuldade na conciliação dos dois factores que se

encontram na *Graça:*—o influxo divino e a liberdade humana, que os espiritos mais superiores trepidam ao demonstrarem qualquer doutrina connexa.

O sr. dr. Madureira hombreou com os que melhor comprehenderam essa secção theologica; no seu livro encontra-se a ultima palavra que é possivel dizer-se sobre a *Graça.*

Em estudo algum é tão indispensavel a verdadeira e clara definição dos termos e phrases empregadas como n'este tractado. O *définissez les termes! définissez les termes!* de Voltaire e Menier transforma-se n'uma necessidade de primeira ordem. Por isso é que, a proposito de todas as proposições demonstrandas, o auctor se esforçou extremamente por elaborar noções rigorosas e comprehensiveis. E conseguiu-o.

A harmonia da graça divina e liberdade humana obrigou o sr. dr. Madureira a discutir as conciliações Augustiniana, Thomista, Molinista e de Suarez; é evidente a sympathia do distincto theologo pelo eclectismo Molinista-Suarez: toda a graça em si mesma é uma potencia sufficientemente expedita, em toda a *congruidade;* a sua simples *sufficiencia* depende da resistencia do homem ao influxo superior, como a sua efficacia depende do nosso livre assentimento.

A explanação d'esta theoria é um primor didactico de elevado quilate!

*

Em conclusão: o compendio do sr. dr. Madureira correspondeu a uma impreterivel necessidade academica; os alumnos forram tempo e trabalho que empregariam rastreando as paginas dos innumeros auctores classicos; não raro seriam vencidos pelo tedio ao consultar os numerosos, grossos e por vezes indigestos exegetas antigos, e nem sempre encontrariam as noções que mendigavam.

A impressão que nos causou a obra ahi fica n'essas poucas palavras, as quaes ninguem ousará ter como suspeitas de lisonja, quanto mais que a sentimento de ordem alguma sacrificariamos o nosso modo de ver em assumptos de sciencia. Parece-nos, pois, que a Universidade, e em particular a Faculdade de Theologia, lucram com trabalhos como estes, e o sr. dr. Madureira confirmou os seus creditos de investigador conscienciosso, theologo de primeira ordem e superior talento. O livro está escripto em latim, e ha de ser conhecido lá fóra: *Famam extendere factis.*

ABEL ANDRADE.

---

*

SCIENCIAS PHYSICO-MATHEMATICAS

ALGEBRA

(Ao sr. J. C. Medeiros)

Problemas indeterminados

II

(Continuação do n.º 11, paginas 808)

Se fosse dada qualquer somma de parcellas, não sujeitas á lei das progressões, como por exemplo: $3+7+11+12+16+17+19+20+21=126=\mathrm{S}$; $\frac{\mathrm{S}}{3}=s=42$; $\frac{s}{3}=e=\mathrm{N}=14$: e tomassemos, $p=1$; $\alpha=2$; $h=2$; resultava $a=3$; $b=26$; $c=13$; $d=24$; $e=14$; $f=4$; $g=15$; $i=25$; ou o quadrado

3	26	13
24	14	4
15	2	25

Era porém facil encontrar as condições, para que nenhum dos nove numeros do quadrado fosse superior á maior parcella, 21, da somma 126. Essa parcella equivale com effeito a $2\mathrm{N}-7$; e portanto é necessario que seja qualquer dos numeros menor que $2\mathrm{N}-6$. Temos em consequencia as desegualdades

$$h>6;\ h<2\mathrm{N}-2p-6;\ \mathrm{N}>6+p;\ \ldots\ldots\ldots (21)$$

$$h>6+2q;\ h<2\mathrm{N}-6;\ \mathrm{N}>6+q;\ \ldots\ldots\ldots (21')$$

(*a*) $h<14-3p$; $2\beta=28-2p-h$; $h>6$; $h<2N-2p-6$;

$$p=1\begin{cases}h<11;\ h>6;\\ h=7,\ 8,\ 9,\ 10.\end{cases};$$

$$p=2\begin{cases}h<8;\ h>6;\\ h=7.\end{cases};$$

$p=1$; $\alpha=2$; $h=7$; $a=8$; $b=21$; $c=13$; $d=19$; $e=14$; $f=9$; $g=15$; $i=20$; e o quadrado

8	21	13
19	14	9
15	7	20

$p=1$; $\alpha=2$; $h=8$; $a=9$; $b=20$; $c=13$; $d=18$; $f=10$; $g=15$; $i=19$; e o quadrado

9	20	13
18	14	10
15	8	19

$p=1$; $\alpha=2$; $h=9$; $a=10$; $b=19$; $c=13$; $d=17$; $f=11$; $g=15$; $i=18$; e o quadrado

10	19	13
17	14	11
15	9	18

$p=1$; $\alpha=2$; $h=10$; $a=11$; $b=18$; $c=13$; $d=16$; $f=12$; $g=15$; $i=17$; e o quadrado

11	18	13
16	14	12
15	10	17

$p=2$; $\alpha=4$; $h=7$; $a=9$; $b=21$; $c=12$; $d=17$; $f=11$; $g=16$; $i=19$; e o quadrado

9	21	12
17	14	11
16	7	19

(*b*) $h>14+p$; $2\beta=28-2p-h$; $h<22-2p$;

$h>6$; $h<2N-2p-6$;

$$p=1\begin{cases}h<20;\ h>15;\\ h=16,\ 17,\ 18,\ 19.\end{cases};$$

$$p=2\begin{cases}h<18;\ h>16;\\ h=17.\end{cases};$$

$p=1$; $\alpha=2$; $h=16$; $a=17$; $b=12$; $c=13$; $d=10$; $f=18$; $g=15$; $i=11$; e o quadrado

17	12	13
10	14	18
15	16	11

$p=1$; $\alpha=2$; $h=17$; $a=18$; $b=11$; $c=13$; $d=9$; $f=19$; $g=15$; $i=10$;

18	11	13
9	14	19
15	17	10

$p=1$; $\alpha=2$; $h=18$; $a=19$; $b=10$; $c=13$; $d=8$; $f=20$; $g=15$; $i=9$;

19	10	13
8	14	20
15	18	9

$p=1$; $\alpha=2$; $h=19$; $a=20$; $b=9$; $c=13$; $d=7$; $f=21$; $g=15$; $i=8$;

20	9	13
7	14	21
15	19	8

$p=2$; $\alpha=4$; $h=17$; $a=19$; $b=11$; $c=12$; $d=7$; $f=21$; $g=16$; $i=9$;

19	11	12
7	14	21
16	17	9

(c) $h>14-3p$; $h<14-2p$; $2\beta=28-2p-h$;

$h>6$; $h<2N-2p-6$;

o valor, $p=1$, não dá soluções em numeros positivos e inteiros;

$$p=2\left\{\begin{array}{l} h<10;\ h>8; \\ h=9. \end{array}\right\};$$

$$p=3\left\{\begin{array}{l} h<8;\ h>6; \\ h=7. \end{array}\right\};$$

$p=2$; $\alpha=4$; $h=9$; $a=11$; $b=19$; $c=12$; $d=15$; $f=13$; $g=16$; $i=17$; o que produz o quadrado

11	19	12
15	14	13
16	9	17

$p=3$; $\alpha=6$; $h=7$; $a=10$; $b=21$; $c=11$; $d=15$; $f=13$; $g=17$; $i=18$;

10	21	11
15	14	13
17	7	18

(*d*) $h>14-2p$; $h<14-\frac{3p}{2}$; $2\beta=28-2p-h$;

$h>6$; $h<2N-2p-6$;

os valores, $p=1$, 2, não dão soluções inteiras;

$$p=3\left\{\begin{array}{l} h<\frac{19}{2};\ h>8; \\ h=9. \end{array}\right\};$$

$$p=4\begin{cases} h<8;\ h>6; \\ h=7. \end{cases};$$

$p=3$; $\alpha=6$; $h=9$; $a=12$; $b=19$; $c=11$; $d=13$; $f=15$; $g=17$; $i=16$;

12	19	11
13	14	15
17	9	16

$p=4$; $\alpha=8$; $h=7$; $a=11$; $b=21$; $c=10$; $d=13$; $f=15$; $g=18$; $i=17$;

11	21	10
13	14	15
18	7	17

(*e*) $h>14-\frac{3p}{2}$; $h<14-p$; $2\beta=28-2p-h$;

$h>6$; $h<2N-2p-6$;

os valores, $p=1$, 2, não dão soluções inteiras;

$$p=3\begin{cases} h<11;\ h>\frac{19}{2}; \\ h=10. \end{cases};$$

$$p=4\begin{cases} h<10;\ h>8; \\ h=9. \end{cases};$$

$$p=5\left\{\begin{matrix} h<9;\ h>\frac{13}{2}; \\ h=7,\ 8. \end{matrix}\right\};$$

$$p=6\left\{\begin{matrix} h<8;\ h>6; \\ h=7. \end{matrix}\right\};$$

$p=3$; $\alpha=6$; $h=10$; $a=13$; $b=18$; $c=11$; $d=12$; $f=16$; $g=17$; $i=15$;

13	18	11
12	14	16
17	10	15

$p=4$; $\alpha=8$; $h=9$; $a=13$; $b=19$; $c=10$; $d=11$; $f=17$; $g=18$; $i=15$;

13	19	10
11	14	17
18	9	15

$p=5$; $\alpha=10$; $h=7$; $a=12$; $b=21$; $c=9$; $d=11$; $f=17$; $g=19$; $i=16$;

12	21	9
11	14	17
19	7	16

$p=5$; $\alpha=10$; $h=8$; $a=13$; $b=20$; $c=9$; $d=10$; $f=18$; $g=19$; $i=15$;

13	20	9
10	14	18
19	8	15

$p=6$; $\alpha=12$; $h=7$; $a=13$; $b=21$; $c=8$; $d=9$; $f=19$; $g=20$; $i=15$;

13	21	8
9	14	19
20	7	15

(f) $\quad h>14-p$; $h<14-\frac{p}{2}$; $2\beta=28-2p-h$;

$$h>6;\ h<2\mathrm{N}-2p-6;$$

os valores, $p=1, 2,$ não produzem soluções inteiras;

$$p=3\left\{\begin{matrix} h<\frac{25}{2};\ h>11; \\ h=12. \end{matrix}\right\};$$

$$p=4\left\{\begin{matrix} h<12;\ h>10; \\ h=11. \end{matrix}\right\};$$

$$p=5\left\{\begin{matrix} h<\frac{23}{2};\ h>9; \\ h=10,\ 11. \end{matrix}\right\};$$

$$p=6\left\{\begin{matrix} h<10;\ h>8; \\ h=9. \end{matrix}\right\};$$

$p=3$; $\alpha=6$; $h=12$; $a=15$; $b=16$; $c=11$; $d=10$; $f=18$; $g=17$; $i=13$;

15	16	11
10	14	18
17	12	13

$p=4$; $\alpha=8$; $h=11$; $a=15$; $b=17$; $c=10$; $d=9$; $f=19$; $g=18$; $i=13$;

15	17	10
9	14	19
18	11	13

$p=5$; $\alpha=10$; $h=10$; $a=15$; $b=18$; $c=9$; $d=8$; $f=20$; $g=19$; $i=13$;

15	18	9
8	14	20
19	10	13

$p=5$; $\alpha=10$; $h=11$; $a=16$; $b=17$; $c=9$; $d=7$; $f=21$; $g=19$; $i=12$;

16	17	9
7	14	21
19	11	12

$p=6$; $\alpha=12$; $h=9$; $a=15$; $b=19$; $c=8$; $d=7$; $f=21$; $g=20$; $i=13$;

15	19	8
7	14	21
20	9	13

(g) $$h>14-\frac{p}{2};\ h<14;\ 2\beta=28-2p-h;$$

$$h>6;\ h<2N-2p-6;$$

os valores, $p=1, 2,$ não formam soluções inteiras;

$$p=3\begin{cases} h<14;\ h>\dfrac{25}{2}; \\ h=13. \end{cases};$$

$$p=4\begin{cases} h<14;\ h>12; \\ h=13. \end{cases};$$

$p=3$; $\alpha=6$; $h=13$; $a=16$; $b=15$; $c=11$; $d=9$; $f=19$; $g=17$; $i=12$;

16	15	11
9	14	19
17	13	12

$p=4$; $\alpha=8$; $h=13$; $a=17$; $b=15$; $c=10$; $d=7$; $f=21$; $g=18$; $i=11$;

17	15	10
7	14	21
18	13	11

(*h*) $\quad h>14;\ h<14+p;\ 2\beta=28-2p-h;$

$h>6;\ h<2N-2p-6;$

o valor, $p=1$, não dá soluções inteiras;

$$p=2\begin{cases} h<16;\ h>14; \\ h=15. \end{cases};$$

$$p=3\begin{cases} h<16;\ h>14; \\ h=15. \end{cases};$$

$p=2;\ \alpha=4;\ h=15;\ a=17;\ b=13;\ c=12;\ d=9;\ f=19;$
$g=16;\ i=11;$

17	13	12
9	14	19
16	15	11

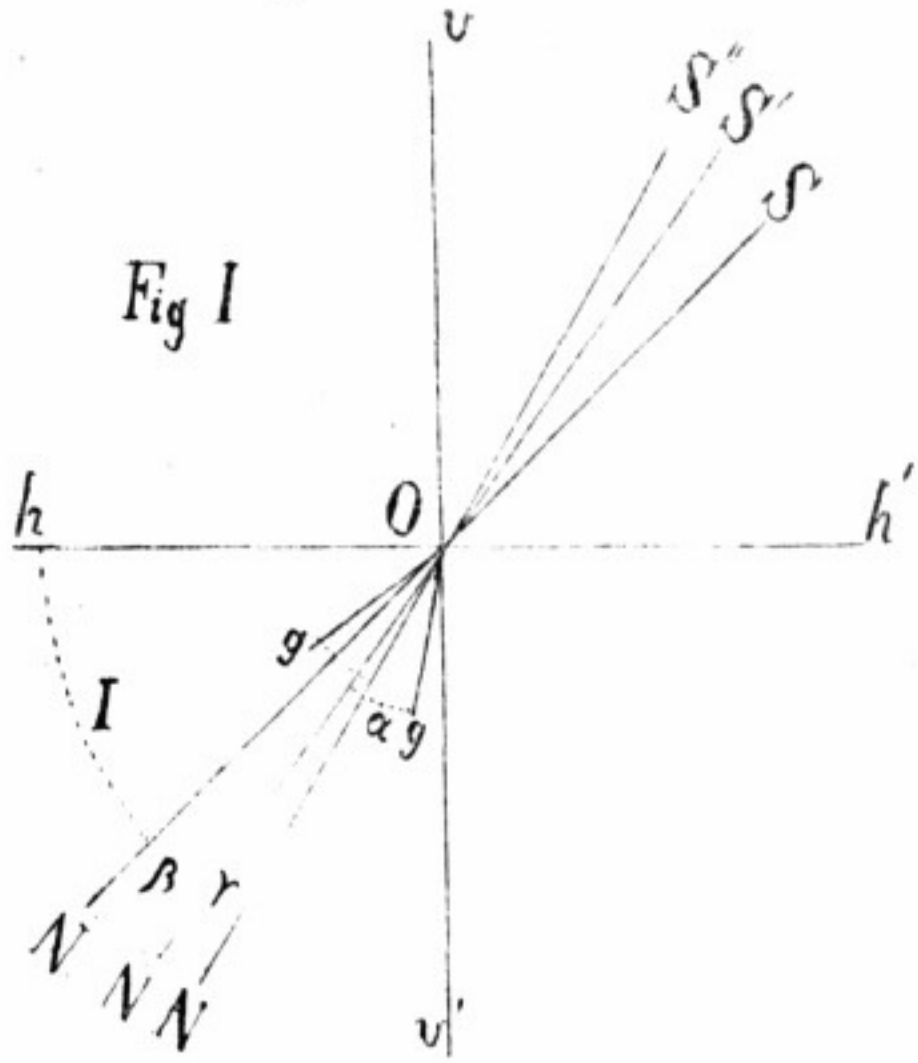
$p=3;\ \alpha=6;\ h=15;\ a=18;\ b=13;\ c=11;\ d=7;\ f=21;$
$g=17;\ i=10;$

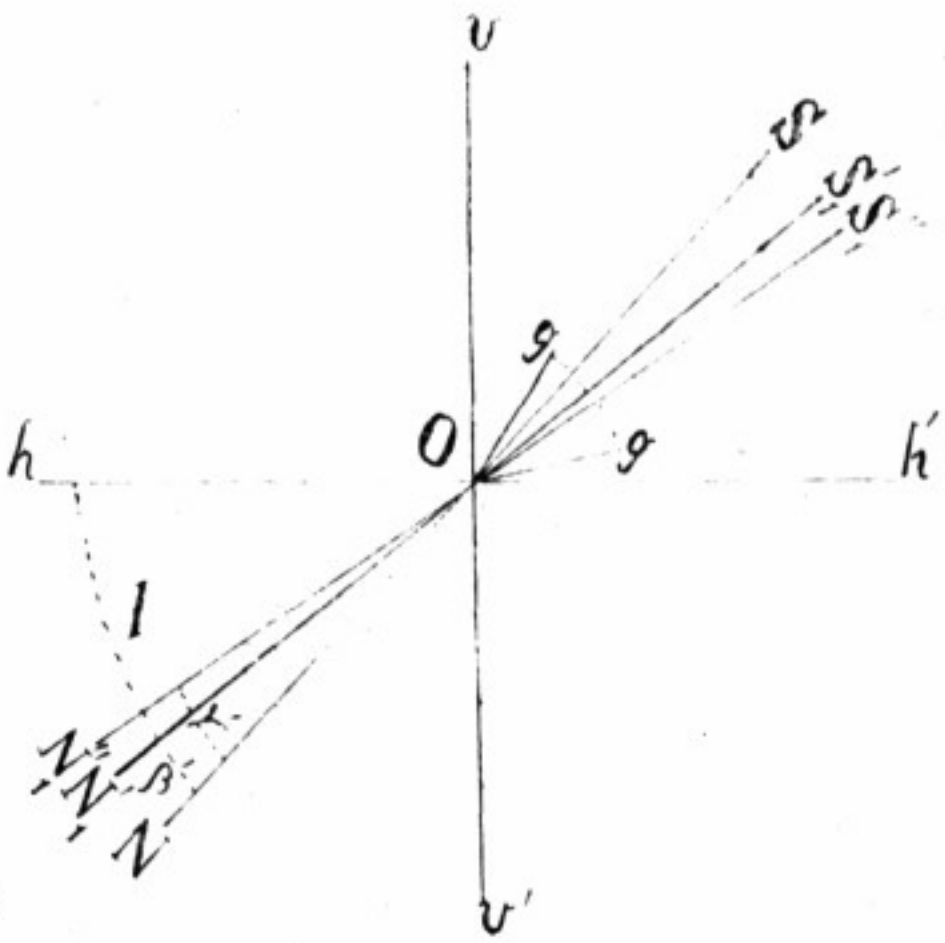
18	13	11
7	14	21
17	15	10

(Continúa).

JUNIO DE SOUSA.

Fig I





MAGNETISMO TERRESTRE

Inclinação magnetica

Os erros que se pretendem corrigir na serie de operações, feitas para determinar a inclinação, são provenientes dos defeitos da agulha e dos defeitos do goniometro. D'estes não nos occuparemos, porque se corrigem sufficientemente na media das leituras, correspondentes ás diversas operações. Como os primeiros só em parte se corrigem, importa conhecer até que ponto nos merece confiança a media das leituras, isto é, deduzir das differentes observações o maximo erro que se commette ao acceitar essa media como valor da inclinação.

Seja N S a direcção do binario terrestre, O o eixo de suspensão da agulha, M o seu momento magnetico absoluto, ω o angulo formado pelo eixo magnetico com o eixo geometrico, d a distancia do centro de gravidade g ao eixo de suspensão, P a acção da gravidade sobre o ponto g, α o angulo de d com o eixo magnetico, I a inclinação e H a intensidade do campo magnetico terrestre.

Consideremos só por emquanto a falta de coincidencia do centro de gravidade com o eixo de suspensão.

Suppondo o centro de gravidade no quadrante $h\,O\,v'$, Fig. I, por baixo do eixo magnetico, a agulha desviar-se-ha de N S, de um angulo β, tomando a posição N′ S′, e teremos

$$H\,M \operatorname{sen} \beta = P\,d \cos (I + \alpha + \beta) \ldots\ldots\ldots\ldots \quad (1)$$

e a leitura será $I + \beta$.

Se lhe voltarmos a face, desviar-se-ha de um angulo γ, tomando a posição N″ S″, e teremos

$$H\,M \operatorname{sen} \gamma = P\,d \cos (I - \alpha + \gamma) \ldots\ldots\ldots\ldots \quad (2)$$

e a leitura será $I + \gamma$.

Se lhe invertermos os polos de maneira que fique no mesmo gráu de magnetisação e a collocarmos com o centro de gravidade para a parte superior do eixo magnetico, Fig. II, desviar-se-ha de um angulo β', tomando a posição $N'_1 S'_1$, e teremos

$$H M \operatorname{sen} \beta' = P d \cos (I + \alpha - \beta') \ldots\ldots\ldots (3)$$

e a leitura será $I - \beta'$.

Se lhe voltarmos a face, desviar-se-ha de um angulo γ', tomando a posição $N''_1 S''_1$, e teremos

$$H M \operatorname{sen} \gamma' = P d \cos (I - \alpha - \gamma') \ldots\ldots\ldots (4)$$

e a leitura será $I - \gamma'$.

Tomando a media das quatro leituras

$$I_a = I + \frac{1}{4}(\beta - \beta') + \frac{1}{4}(\gamma - \gamma') \ldots\ldots\ldots (5)$$

obteremos um valor que se approximará tanto mais de I, quanto menores forem as differenças $\beta - \beta'$ e $\gamma - \gamma'$.

Considerando agora a falta de coincidencia do eixo magnetico com o eixo geometrico, as leituras serão por sua ordem

$$I + \beta \pm \omega,\ I + \gamma \mp \omega,\ I - \beta' \pm \omega \text{ e } I - \gamma' \mp \omega,$$

e por conseguinte a media das leituras annullará completamente o erro ω.

Posto isto, vamos determinar o maximo erro a que está sujeito o calculo de I.

Para $\alpha = 0$ será $\beta = \gamma$ e $\beta' = \gamma'$, reduzindo-se a egualdade (5) a

$$I_a = I + \frac{1}{2}(\beta - \beta').$$

As equações (1) e (3) dão

$$\frac{\operatorname{sen}\beta}{\operatorname{sen}\beta'} = \frac{\cos(I+\beta)}{\cos(I-\beta')}.$$

Como os arcos até dois gráus differem dos seus senos em menos de uma centesima millesima, podemos pôr

$$\frac{\beta}{\beta'} = \frac{\cos(I+\beta)}{\cos(I-\beta')}$$

donde

$$\frac{\beta+\beta'}{\beta'} = \frac{\cos(I+\beta)+\cos(I-\beta')}{\cos(I-\beta')} \quad \ldots\ldots\ldots \quad (6)$$

A somma $\beta+\beta'$ é dada pela differença entre a media das duas primeiras leituras e a media das duas ultimas.

Calculados β e β', conhece-se o erro commettido ao desprezar a sua semi-differença.

Fazendo variar α desde 0 até $90^o - I - \beta$, as equações (1) e (3) mostram que β e β' tendem para 0, e as equações (2) e (4) dão

$$\frac{\operatorname{sen}\gamma}{\operatorname{sen}\gamma'} = \frac{\cos(I-\alpha+\gamma)}{\cos(I-\alpha-\gamma')},$$

o que mostra que a relação $\frac{\gamma}{\gamma'}$ tende para a unidade á maneira que α fôr augmentando.

No limite será $\beta = 0$ e $\beta' = 0$ e o erro ficará reduzido a $\frac{1}{4}(\gamma - \gamma')$.

Fazendo variar α desde $90^o - I$ até I, β e β' nullos no limite anterior, mudam de signal e augmentam com α, mas a relação $\frac{\beta}{\beta'}$ tende para a unidade, como se deduz das equações (1) e (3) que dão

$$\frac{\operatorname{sen}\beta}{\operatorname{sen}\beta'} = \frac{\cos(I+\alpha-\beta)}{\cos(I+\alpha+\beta')}.$$

Por outro lado γ e γ' continuam a approximar-se até se egualarem no limite, como se deduz das equações (2) e (4) que dão

$$\frac{\operatorname{sen}\gamma}{\operatorname{sen}\gamma'}=\frac{\cos\gamma}{\cos\gamma'},$$

egualdade que só póde ter logar para $\gamma=\gamma'$.

No limite o erro ficará portanto reduzido a $\frac{1}{4}(\beta'-\beta)$.

Fazendo variar α de I até 90°, a relação $\frac{\beta}{\beta'}$ continúa a approximar-se da unidade e γ e γ' vão diminuindo.

No limite será

$$\frac{\operatorname{sen}\gamma}{\operatorname{sen}\beta'}=\frac{\operatorname{sen}(I+\gamma)}{\operatorname{sen}(I+\beta')} \text{ e } \frac{\operatorname{sen}\beta}{\operatorname{sen}\gamma'}=\frac{\operatorname{sen}(I-\beta)}{\operatorname{sen}(I-\gamma')},$$

egualdades que só podem ter logar para $\gamma=\beta'$ e $\beta=\gamma'$, reduzindo-se o erro a $\frac{1}{2}(\gamma-\beta)=\frac{1}{2}(\beta'-\beta)$.

As equações (1) e (2) dão

$$\frac{\operatorname{sen}\beta}{\operatorname{sen}\beta'}=\frac{\operatorname{sen}(I-\beta)}{\operatorname{sen}(I+\beta')}.$$

Para $I>45°$, $\frac{\operatorname{sen}(I-\beta)}{\operatorname{sen}(I+\beta')}$ approxima-se mais da unidade do que $\frac{\cos(I+\beta)}{\cos(I-\beta')}$ e portanto ainda n'este caso o erro é menor do que o correspondente a $\alpha=0$, nos pontos do globo em que a inclinação fôr superior a 45°.

Nos pontos em que a inclinação fôr inferior a 45° o erro é maximo para $\alpha=90°$ e será dado pela expressão

$$\frac{\beta+\beta'}{\beta'}=\frac{\operatorname{sen}(I-\beta)+\operatorname{sen}(I+\beta')}{\operatorname{sen}(I+\beta')} \quad \ldots\ldots\ldots \quad (7)$$

sendo a somma $\beta + \beta'$ dada pela differença entre a media das leituras 1.ª e 4.ª e a media das leituras 2.ª e 3.ª

Conclue-se d'esta discussão que nos logares em que a inclinação é superior a 45°, o erro maximo corresponde a $\alpha = 0$ e é dado pela formula (6) e que nos logares em que a inclinação é inferior a 45°, o erro maximo corresponde a $\alpha = 90°$ e é dado pela formula (7).

Fazendo os calculos relativos ás leituras $I + \beta = 60°$ $I - \beta' = 59°$ para $\alpha = 0$, acha-se $\frac{1}{2}(\beta - \beta') = 26'',4$.

Na 2.ª hypothese, para $I + \gamma = 60°$ e $I - \gamma' = 59°$, acha-se no limite $\frac{1}{4}(\gamma - \gamma') = 4''$ approximadamente.

Na 3.ª, para $I - \beta = 59°$ e $I + \beta' = 60°$ acha-se $\frac{1}{4}(\beta' - \beta) = 14''$ approximadamente.

Na 4.ª, para $I - \beta = 59°$ e $I + \beta' = 60°$ acha-se no limite $\frac{1}{2}(\beta' - \beta) = 8''$.

Estes calculos mostram que são pequenissimos os erros correspondentes a differenças consideraveis nas leituras.

Rectificação da agulha

A agulha está sujeita a descentralisar-se com o uso em consequencia das repetidas limpezas. A sua rectificação, quando desmagnetisada, é facillima; mas, como é difficil senão impossivel desmagnetisal-a sem a levar ao fogo, convém rectifical-a pelo seguinte processo:

As formulas de (1) a (4) mostram que, diminuindo M, deve augmentar o desvio correspondente, e portanto os erros de excentricidade serão tanto mais sensiveis, quanto menor fôr o gráu de magnetisação. Por toques ora n'um ora n'outro sentido deve diminuir-se o mais possivel o gráu de magnetisação da agulha. Feito isto e conhecida approximadamente a inclinação no logar da operação, colloca-se a agulha sobre os cutelos e fazem-se as duas leituras correspondentes. O centro de gravidade estará no ramo inferior se os erros forem por excesso e no ramo superior se os erros forem por defeito.

*

Os segundos membros de (1) e (2) e de (3) e (4) mostram ser

$$P\,d\cos(I-\alpha+\gamma)>P\,d\cos(I+\alpha+\beta)$$

e

$$P\,d\cos(I+\alpha-\gamma')>P\,d\cos(I+\alpha-\beta')$$

e portanto

$$\gamma>\beta \text{ e } \gamma'>\beta'.$$

As duas primeiras leituras mostram pois em qual dos ramos está o centro de gravidade bem como qual dos cutelos da agulha que lhe fica mais proximo. Com papel de esmeril roça-se esse cutelo até que as duas leituras sejam proximamente eguaes e em seguida roça-se por egual o ramo correspondente até que a agulha accuse um pequeno erro na inclinação, havendo o cuidado de confrontar sempre as duas leituras para se conhecer de que lado se hão de fazer os ultimos retoques. Não convém levar a rectificação a menos de um gráu, porque esse erro poderá já provir da falta de coincidencia dos dois eixos.

Em seguida, com a agulha no maior gráu de magnetisação possivel, fazem-se as quatro leituras. Se a differença entre a media das duas primeiras e a media das duas ultimas fôr inferior a 10′, a formula (6) accusa-nos um erro inferior a 0″,7 no calculo de I. Se aquella differença fôr maior que 10′ e tal que lhe corresponda na media um erro superior aquelle que pretendemos evitar, repetem-se os retoques com o esmeril até se chegar ao resultado que se pretende.

Coimbra, 2 de março de 1892.

ANTONIO DOMINGUES CORTEZ DA SILVA CURADO.

N. B.—Esta doutrina tinha já sido tractada em parte no nosso artigo *sobre o inclinometro de Barrow*. Este artigo substitue o que sobre aquelle assumpto tinhamos escripto, não só por nos parecer mais correcto e mais claro, mas ainda por tractar do mesmo assumpto com mais generalidade.

NOTES SUR LES AMPHIBIENS ET REPTILES

Recueillis par M. Adolphe F. Moller aux Iles de la Guinée

PAR

Dr. J. de Bedriaga

Membre et Délégué du Comité d'Organisation des Congrès Internationaux d'Anthropologie et de Zoologie à Moscou en 1892

(Continuado do n.º 11, paginas 820)

Ophidiens

Phylothamnus thomensis Boc.

Phylothamnus thomensis Barbosa du Bocage, in: Jorn. Ac. Sc. Lisb. XXXIII. 1882, p. 11; Reptis e amphibios, in: Jorn. de Sc. math., physic. e naturales, N.º XLII. 1886. Lopes Vieira, l. c. p. 237. — *Phylothamnus irregularis* Barboza du Bocage, in: Jorn. Ac. Sc. Lis. XXVI. 1879, p. 87. Greeff, l. c. p. 48.

Description

La tête est longue, environ deux fois longue comme large et moins haute que large et très distincte du tronc. Sa largeur, croissant légèrement d'arrière en avant jusqu'à une petite distance des angles postérieures des yeux, décroit ensuite jusqu'au bout du museau. Les joues sont arrondies verticalement et horizontalement en arrière des yeux, verticales en avant, avec une légère concavité pré-oculaire. La face supérieure légèrement convexe au-dessus des yeux, plane autre part; elle s'abaisse assez lentement depuis l'occiput jusqu'aux yeux, un peu plus vite des yeux

au museau. Le museau est allongé et assez étroit; son extrémité, largement arrondie, déborde un peu la mâchoire inférieure. L'oeil est grand, latéral, peu saillant à pupille ronde. La longueur du diamètre horizontal oculaire est égale à l'intervalle séparant le coin antérieur de l'oeil de la narine. Les grandes narines s'ouvrent latéralement; l'espace compris entre les narines est égal à la distance qui sépare la narine de l'oeil; il est un peu supérieur à la moitié de l'intervalle qui existe entre les yeux. Dix-sept à vingt crochets dentaires sus-maxillaires; les antérieurs sont plus serrés et un peu plus courts que ceux qui les suivent. Dix-sept crochets à la mâchoire inférieure; les antérieurs sont plus longs et plus espacés que les postérieurs.

Le corps est très élancé et allongé, aplati en dessous, arrondi en dessus; il comprend à peu près trente fois la tête. La queue est très longue, très aplatie en dessous, excessivement effilée; elle est un peu plus longue que le tiers de la longueur totale et se détache insensiblement du tronc.

La plaque rostrale est une moitié plus large que haute, à sommet arrondi ou obtus, rabattu légèrement sur le museau et à base fortement échancrée en demi-cercle pour le passage de la langue. Les internasales sont un peu moins longues, mais plus étroites que les préfrontales; ces dernières descendent sur les côtés du museau et s'unissent à la frénale qui est très étroite, allongée, quadrangulaire. La hauteur de la frénale entre deux fois dans sa longueur. Entre la frénale et la rostrale il y a deux nasales, entre lesquelles est percée la narine, et en arriére de la frénale on trouve la préoculaire, dont le sommet se rabat en haut sur la région sus-orbitaire et s'enclave entre la supéro-oculaire, la frontale et la préfrontale. Cette plaque est fort étroite dans la moitié inférieure de sa hauter et élargie dans le haut. Narines s'ouvrant entre trois plaques, les deux nasales et l'internasale. La frontale est rétrécie dans ses deux tiers postérieurs; elle offre un angle en arrière presque droit qui s'enfonce entre les pariétales, deux bords concaves qui adhèrent aux sus-oculaires et antérieurement un bord ondulé qui touche aux préfrontales. La longueur de cette plaque est égale à la distance qui sépare son bord antérieur du bout du museau et légèrement inférieure à la longueur maximum de la pariétale. Une seule sus-oculaire de chaque côté; elle est un peu moins longue que la frontale; son bord externe ressort légèrement, mais il ne dépasse pas le globe de l'oeil. Les pariétales sont très grandes, de forme irrégulière, plus larges en avant qu'en arrière, considérablement plus longues que larges, à coin antéro-latéral légèrement rebattu sur les côtés. Deux postéro-oculaires, la supérieure plus grande. Une petite postéro-oculaire sur-

numéraire en contact avec les deux postéro oculaires (1). Deux temporales sur une file, suivies de deux temporales superposées qui se trouvent au-dessus de la dernière supéro-labiale (2). Neuf plaques sus-labiales. La première sus-labiale et les deux tiers de la seconde servent d'appui aux nasales, la troisième est située en dessous de la frénale, la quatrième touche la frénale, la préoculaire et l'oeil, la cinquième et la sixième bordent l'oeil. On compte dix sous-labiales; les deux premières, larges et se touchant sur la ligne médiane de la tête, derrière la petite postéro-mentonnière; cette dernière est triangulaire; les cinquième et les sixième sous-labiales sont grandes, les autres sont petites. Une paire de gulaires antérieures et une paire de gulaires postérieures allongées et appliquées l'une contre l'autre.

Ecailles du dos lisses, allongées, imbriquées, à peu près rhomboïdales; elles forment quatorze rangées longitudinales au milieu du tronc. Les gastrostèges sont au nombre de 160 à 212, une anale divisée, 140 à 164 paires de plaques urostèges. Régions latérales du ventre et la face inférieure de la queue avec une carène fortement développée.

La partie supérieure du tronc et de la queue est d'une couleur olivâtre ou bien d'un vert olivâtre uniforme. La face supérieure de la tête, les joues et la région frénale sont peintes en brun; les sus-labiales antérieures sont jaunâtres, marquées de taches brunâtres à leur partie supérieure, les labiales postérieures sont verdâtres. Le bas des flancs, le dessous de la queue et les côtés de la gorge sont d'un vert bleuâtre; la partie médiane du ventre comprise entre les carènes est d'un vert-pâle qui passe parfois au brunâtre vers le milieu des gastrostèges ou d'un beau bleu. Les carènes ventrales sont foncées.

Longueur totale	1120	mm.
Longueur de la tête jusqu'à l'articulation maxillo-tympanique	23 1/2	»
Hauteur maximum de la tête	8 1/2	»
Largeur de la tête	11 2/3	»
Longueur du tronc	74	»
Longueur de la queue	36	»

Ma collection possède trois exemplaires de cette belle espèce qui ont été recueillis dans l'île de St. Thomé par M. A. F. Moller.

---

(1) Cette petite plaque surnuméraire manque à un de mes exemplaires sur le côté gauche.

(2) Sur un spécimen cependant la deuxième temporale antérieure est divisée d'un côté en deux plaques superposées.

Boodon lineatus D. B.

Boodon lineatum Duméril et Bibron, Erpétologie générale, tome VII. 1ère partie, p. 363. Günther, Catalogue of Colubrine Snakes in the Coll. of the Brit. Mus. p. 199. London 1858. Boulenger, A Synopsis of the Snakes of South-Africa, in: The Zoologist, may 1887. Boettger, Materialien z. Fauna des unteren Congo II. Bericht üb. d. Senckenberg. naturforsch. Ges. in Frankfurt a. M. 1887–88 (var. *capensis* D. B.). *Boodon capense,* Duméril et Bibron, op. cit. p. 364. Barboza du Bocage, Reptis e Amphibios de S. Thomé, l. c.; Jorn. Ac. Sc. Lisb. XXVI, 1879. Greeff, l. c. p. 48. Lopes Vieira, l. c. p. 237. *Boodon quadrilineatum* Jan, Elenco sistematico degli Ofidi p. 95. Milano 1863.

Description

La tête est longue; chez les jeunes individus sa longueur reste à peu près la même depuis l'articulation maxillo-tympanique jusqu'aux narines; chez les adultes elle s'élargit des yeux à l'occiput; elle est attenuée en avant vers son tiers antérieur. La longueur de la tête est supérieure, sa hauteur est inférieure à sa largeur. Les faces latérales, en arrière des yeux sont plus ou moins fortement inclinées de haut en bas et arrondies; l'inclinaison est très faible en avant les yeux. La face supérieure est plane jusqu'aux narines. Le museau est assez court, très large et largement arrondi à son extrémité; il déborde un peu l'extrémité de la lèvre inférieure. Les yeux sont petits, médiocrement proéminents, situés latéralement quoique visibles supérieurement. La pupille est verticale. L'intervalle séparant l'oeil de la narine un peu plus grand (chez les jeunes) ou beaucoup plus grand (chez les adultes) que le diamètre horizontal de l'oeil. Les narines, situées près de l'extrémité du museau, s'ouvrent latéralement; elles sont assez petites et separées par un espace à peu près égal (juv.) à la distance entre la narine et l'angle antérieur de l'oeil ou par un espace beaucoup plus grand que cette distance (ad.). L'espace internasal mesure une longueur toujours plus grande que celle de l'intervalle interoculaire; la différence est au moins égale à la moitié de la longueur de l'espace qui existe entre les narines. La partie antérieure du maxillaire supérieur est armée

de six grands crochets dentaires, dont deux (le 3ème et le 4ème) presque du double plus forts que les crochets qui occupent la portion postérieure. Les crochets sus-maxillaires postérieurs, au nombre de quinze, décroissent successivement jusqu'aux derniers, qui sont très-rapprochés entre eux. Tous les crochets sus-maxillaires sont courbés et inclinés en arrière. Les crochets sous-maxillaires augmentent de longueur depuis le premier jusqu'au cinquième, puis se raccourcissent d'abord fort peu, ensuite bien distinctement jusqu'au neuvième ou dixième. Ces crochets forment deux groupes bien distincts: les huit crochets antérieurs sont placés plus en dehors et ils sont légèrement inclinés en dehors et en arrière, tandis que les onze crochets postérieurs sont situés plus en dedans et ils sont légèrement inclinés en dedans et en arrière. Les trois derniers crochets et les trois ou quatre crochets qui se trouvent sous l'oeil sont plus serrés que les autres. Huit crochets forment chaque série palatine.

Le cou est assez distinct. Le tronc, toujours plus haut que large, est assez effilé et long chez les jeunes, son plus grand diamètre est compris environ quarante fois dans sa longueur et il a environ vingt trois fois la longueur de la tête. Chez les adultes le tronc est très robuste et proportionnellement plus court que chez les jeunes individus; il comprend à peu près vingt cinq fois la tête et son diamètre égale environ la trentième partie de sa longueur. La queue fait suite au tronc presque sans interruption; elle est triangulaire-arrondie, courte et entre d'environ quatre à sept fois dans la longueur du tronc.

La rostrale, qui est beaucoup plus large qu'elle n'est haute, a son pan inférieur légèrement échancré et un sommet très obtus et faiblement rabattu sur le museau et ne se rabattant point sur les côtés du museau. Ses pans latéraux, légèrement échancrés, se joignent aux nasales antérieures, tandis que son sommet touche aux plaques internasales sans s'enfoncer entre elles. Ces dernières sont triangulaires à sommets antérieurs et extérieurs arrondis et contiguës sur la ligne médiane. Les préfrontales sont un peu plus larges que longues; les deux angles externes descendent sur la région frénale jusqu'à la frénale. La frontale est beaucoup plus longue qu'elle n'est large en avant, très élargie en avant, de largeur décroissant lentement jusqu'au bord postérieur des sus-oculaires, puis se rétrécissant assez brusquement en arrière. Sa longueur est inférieure à la longueur maximum des pariétales et à la distance qui existe entre son bord antérieur et l'extrémité du museau. Les sus-oculaires sont étroites, beaucoup moins longues que la pariétale et rétrécies en avant. Le globe de l'oeil dépasse le bord de la sus-oculaire. Les pariétales, de beaucoup

plus longues qu'elles ne sont larges en avant, descendent antérieurement sur les tempes jusqu'à la postéro-oculaire inférieure. Les ouvertures externes des narines sont circonscrites par la nasale antérieure en avant, par la nasale postérieure en arrière et par l'internasale en haut. La nasale antérieure est située au-dessus de la première labiale, la nasale postérieure adhère par son bord inférieur aux deux premières sus-labiales. La frénale est longue et très basse; sa hauteur entre deux fois dans sa longueur; elle est en contact avec la deuxième et la troisième sus-labiales. Une assez grande pré-oculaire borde l'oeil de chaque côté; cette plaque est large au niveau de la ligne de la suture entre la frénale et la préfrontale. Les sus-labiales sont au nombre de huit; la troisième, la plus grande, touche l'oeil et s'enfonce entre la pré-oculaire et la quatrième labiale. La quatrième et la cinquième sus-labiales bordent l'oeil. Trois sus-labiales postérieures. Deux petites postéro-oculaires superposées. Une première temporale, suivie de deux autres superposées et trois temporales postérieures superposées. La mentonnière est triangulaire un peu plus large que longue ou à peu près égale dans tous les sens. Huit à neuf paires de sous-labiales. Pas de postéro-mentonnière. Quatre gulaires se réunissant sur la ligne médiane; les deux premières sont très allongées et separées de la mentonnière par les premières sous-labiales contiguës sur la ligne médiane.

Le nombre des gastrostèges est de 221 à 237. Une anale entière. 87 urostèges divisées. Plusieurs gastrostèges sillonnées longitudinalement. Les écailles du dos, complètement lisses, sont rhomboïdales, arrondies à leur sommet postérieur, légèrement imbriquées. Une ligne transverse, au milieu du tronc, comptant 25 à 29 squammes.

Cette espèce varie dans la coloration. Chez les jeunes, les parties supérieures sont d'un brun assez foncé. Les écailles sont brunes à leur centre et bordées de brun foncé ou foncées dans une moitié de leur longueur et claires dans l'autre. Sur la tête, on voit de chaque côté une ligne claire qui s'étend depuis le bord postérieur de la préfrontale jusqu'au cou, en passant au-dessus de l'oeil. Cette ligne borde latéralement toute la partie postérieure de la face supérieure de la tête, dont les plaques sont d'un brun foncé. Le brun foncé occupe aussi la partie médiane et postérieure des préfrontales; il forme une tache arrondie en avant et bordée d'un fin liseré clair. Ce liseré se fond avec les lignes claires et forme un U renversé et rétréci en devant, dont l'espace compris entre les branches est coloré comme le dessus du corps. La partie antérieure du tronc, à droite comme à gauche est parcourue par deux raies claires. Le dessous de la tête et du tronc est d'un

blanc jaunâtre, avec des taches brunes ou brunâtres. Le dessous de la queue est brunâtre avec un reflet violâtre. Le museau est brun clair. Deux petites taches foncées se présentent sur la partie latérale de la préfrontale au niveau du canthus rostralis; un trait foncé se voit entre les narines et l'oeil, un autre orne les sus-labiales. Entre ces deux traits foncés se trouve une bande claire qui s'étend, en passant sous l'oeil et au-dessus de la commissure de la bouche sur les côtés du cou et sur les flancs.

Les adultes décrits par plusieurs auteurs sous le nom de *Boaedon* ou *Boodon capense* ont généralement une livrée plus claire que les jeunes. Les taches foncées et les lignes claires n'apparaissent pas bien nettement sur leur fond clair. La teinte générale varie du brun-jaunâtre à l'olivâtre. La grande tache sur la tête et la bande fréno-temporale sont olivâtres, tandis que les lignes qui servent de bordures sont d'un jaune sâle ou d'un jaune brunâtre. Les quatre raies qui occupent les flancs sont jaunâtres. Les gastrostèges sont jaunes presque sans taches. Le dessous de la tête laisse voir quelques taches brunes éffacées. Les urostèges sont d'un jaune grisâtre, un peu plus foncé vers la ligne médiane.

Longueur totale	environ	1160 mm.	620	mm.
Longueur de la tête jusqu'à l'articulation maxillo-tympanique		38 »	19 3/4	»
Largeur maximum de la tête		27 1/2 »	10 1/4	»
Hauteur maximum de la tête		15 »	7	»
Longueur du tronc	environ	980 »	455	»
Circonférence maximum du tronc ...		92 »	36	»
Longueur de la queue		139 » (1)	132	»

Les exemplaires de cette espèce que M. A. F. Moller a bien voulu m'envoyer sont originaires de l'île St. Thomé.

(Continúa).

(1) La queue est probablement mutilée.

PONTICAS DE OVIDIO NASÃO

(Ao seu antigo collega e prezado amigo Ayres de Gouvêa)

LIVRO SEGUNDO

Carta terceira

A Maximo

Maximo, que em virtude o nome egualas,
Nem soffres que te exceda a estirpe antiga,
Tu, que emquanto vivi estimei sempre,
(E poderei dizer que ainda vivo?)
Não desprezando o amigo desgraçado
Fazes o que rarissimo acontece.
É vergonha, mas cumpre confessal-o:
Hoje a amizade está no interesse,
Procura-se o proveito antes do honesto.
Subsiste a lealdade ou cahe por terra,
Se a fortuna inconstante sóbe ou desce.
E um acharás entre milhares de homens
Que entenda que a virtude não precisa
D'outro premio; e que o feito, inda o mais bello,
Se não tem recompensa nada vale.
Sómente o que aproveita nos é caro.
Se a esperança do lucro emfim tirares
Ao cubiçoso, ninguem mais te busca.
Hoje amamos sómente as nossas rendas,
E anciosos pelos dedos as contamos.

A amizade, essa deusa outr'ora sancta,
Como rameira vil se compra e vende;
E tanto mais te admiro, ao ver-te affoito
A torrente affrontar de tanta infamia.
Só é prezado o que a fortuna afaga,
Se o trovão ruge, em torno tudo foge.
Aqui me vês; emquanto a minha barca
Singrava em segurança e vento em pôpa,
Não faltaram innumeros amigos;
Mas, rompendo a medonha tempestade,
Só me achei, rôta a pôpa em mar desfeito.
E, quando a maior parte até receia
De mostrar que já foram meus amigos,
Apenas tu e dois ou tres ficaram
Para no meu naufragio soccorrer-me.
Tu o primeiro foste, e eras digno
De não ser o segundo a dar o exemplo;
E, no teu proceder só procurando
De tu'alma o sincero testemunho,
Mostras que amas o honesto, a probidade,
Só de per si, sem outra recompensa.
A teus olhos é torpe e vergonhoso
Repellir na desgraça um triste amigo,
Que por ser infeliz não te abandona.
A humanidade exige que prestemos
Benigno auxilio ao nadador em risco,
Não que no fundo pelago se abysme.
Vê o que pelo amigo fallecido
De Iacco o neto practicara outr'ora.
E minha vida, crê-me, é quasi a morte.
Theseu Perithoo segue até á Estygia.
E que distancia d'ella nos separa?
Jámais abandonou o joven Phocio
O amigo Orestes, da razão privado.
E em minha culpa insensatez não falta.
Com esse heroe partilha pois a gloria
De tamanha virtude, e continúa
A proteger o amigo desgraçado.
Se te conheço bem, e és o mesmo
Que em outro tempo foste, mais a sorte
Adversa se mostrar, tanto mais força
Contra ella empregarás; e tem cuidado
Que não te vença como a honra o exige
E o ardor do inimigo na contenda,

Sirva só de exaltar o teu esforço,
E o mesmo que me offende assim me sirva.
Sem duvida, excellente e amavel moço,
Tens por indigno unir-te á comitiva
D'essa deusa que sobre a roda gira.
Tua constancia esmorecer não póde;
E, se vacillam na tormenta as vélas
Do meu barco, dirige-as como cumpre;
E se a ruina inevitavel julgas,
Em teus hombros offerece-lhe um amparo.
Ao principio era justa a ira tua,
Como era justa a colera d'aquelle
Que as imprudencias minhas provocaram.
A indignação, que entrou no peito augusto,
Desde logo juraste partilhal-a;
Mas, dês que a origem do erro meu soubeste,
Do desvario meu te apiedaste.
Então veio trazer-me a tua carta
Um principio de allivio co'a esperança
De poder-se abrandar o deus queixoso.
Então tu te sentiste commovido
Pela amizade antiga, que em meu peito
Despontara ainda antes que existisses.
Tu lembras-te que amigo meu nasceste,
E que infante no berço te beijara.
Depois de ter por tanto tempo honrado
Toda a tua familia, é forçoso
Que seja para ti pesado encargo.
Modelo dos romanos oradores,
Cuja eloquencia á estirpe recrescia,
Foi teu pae quem me animou primeiro
A confiar os versos meus á fama,
E foi do genio meu o douto guia.
E teu irmão não poderá por certo
Dizer-nos quando comecei de amal-o;
Mas foste tu e mais que nenhum outro
Que as minhas affeições todas uniste,
E na minha fortuna tão diversa
Gosaste sempre o meu primeiro affecto.
De Italia as costas viram-me comtigo
De lagrimas regando a riba extrema.
Quando me demandaste se os boatos
Que contra mim corriam eram certos
Fiquei embaraçado, sem que ousasse

Affirmar ou negar; pallido o rosto
O meu temor e confusão mostrava.
Como a neve que em chuva o sol dissolve,
Inundavam-me as lagrimas o rosto.
Estas recordações te são presentes.
Pensas que tem desculpa a falta minha,
Como deve escusar-se o erro primeiro;
E é por isso que tu, de um velho amigo,
No infortunio, os olhos não retiras.
E nas minhas feridas cruciantes
Salutifero balsamo derramas.
Por beneficios tantos (se me é dado
Votos formar em plena liberdade)
Rogo aos deuses que infindos bens te outorguem.
Mas, se devo cingir-me aos teus desejos
Sómente pedirei que te conservem
De teu pae e de Cesar a amizade.
Esta era a oração, se bem me lembro
Com que principiavas, quando o incenso
Aos deuses sobre o altar offerecias.

Carta quarta

A Attico (1)

Estas palavras, que Nasão te envia
Das congeladas margens do Danubio,
Recebe, Attico, fido e caro amigo.
Lembras-te inda de mim, ou já meu nome
Do coração baniste? Não! os deuses
Susceptiveis não são de tal crueza.
Não posso acredital-o. É impossivel,

---

(1) Attico, ou antes Tito Pomponio, sogro de Agrippa e que particularmente se distinguia pela benevolencia com que protegia as victimas das dissensões civis. Compoz Annaes que se perderam e suicidou-se para subtrahir-se aos tormentos de uma doença aguda de que padecia.

Que de mim te esquecesses; tua imagem
Diante dos meus olhos está sempre.
Vejo tuas feições, e me recordo
Nossas conversas sobre assumptos serios
E cousas mil, interessantes sempre.
D'est'arte abreviavamos o tempo
Ou se alongava a noite até ao dia.
Outr'ora os versos, que compunha, ouvias
E a musa juvenil te sujeitava.
Para mim teu applauso era o do povo,
E do trabalho meu premio o mais doce.
Muitas cousas mudei por teu conselho.
Muitas vezes os porticos, o fôro
As ruas junctos viram-nos passeiando
E nos theatros um a par do outro.
Emfim, amigo meu, nossa amizade
Em nada cede á que tivera Achilles
Pelo neto de Actor (1). Bem que bebesses
Da Lethea corrente, não podera
Crer que do coração teu me banisses.
Co'a frigida estação vem longos dias,
Tão extensas não são do inverno as noites.
Cessará o calor em Babylonia,
Nem mais frio haverá no Ponto Euxino,
Antes, amigo, que de mim te esqueças.
O mal-me-quer excederá o aroma
Das rosas suavissimas de Pesto (2).
Não, não é tão mofina a sorte minha.
Acautela, porém, que se não diga
Que em minha confiança fui burlado.
Fielmente protege o velho amigo.
Quanto poderes, sem pesado encargo.

---

(1) Neto de Actor, Patroclo.
(2) Pesto. Refere-se o poeta ás rosas de Pæstum, cidade da Lucania, abundantissimas e de rara fragrancia.

Carta quinta

A Salano

A Salano Nasão saude envia,
E estas breves palavras mesuradas
Em disticos alternos. Queira a sorte
Que tudo te vá bem. Tua bondade
Hoje virtude rara, bem merece
Os votos que por ti aos Céos dirijo.
Conhecendo-me pouco, têm-me dicto
Que o meu desterro te afligira, e quando
Os versos lêste que enviei do Ponto
Assim mesmo, como eram, os louvaste,
E mostraste desejo de que Cesar,
Que os deuses amam tanto, se applacasse.
Não o levara a mal o mesmo Cesar.
Era expressão de um coração bondoso,
O que a faz para mim de mór valia.
O que mais deve commover-te, amigo,
É o logar medonho em que padeço.
Não ha no mundo, crê-me, terra alguma
Em que menos socego e paz se gose.
E comtudo esses versos, que aqui faço
Entre os horrores de incessantes guerras,
Tu os lês, os approvas e elogias.
E quanto emana d'uma veia esteril
Transformas tenue arroio em largo rio.
Sim, préso de bom grado os teus louvores;
Bem que ao prazer o infeliz se esquiva.
Quando a musa em levianas cousas brinca,
A' lide facil presta-se o meu genio;
Mas, quando aqui chegou ha pouco a fama
Do glorioso triumpho, mór empenho
Emprehendi, e da proeza o brilho
Minha imprudente audacia ha mallogrado.
Ahi só louvar pódes bons desejos;
Sob o peso do assumpto, o mais languesce.
Se porventura a ti chegar meu livro,

Protege-o, eu t'o rogo, e fal-o-hias
Ainda mesmo que eu t'o não pedisse.
Tua vontade augmente a voz do amigo.
Não mereço elogios, mas teu peito
É mais puro e mais candido que a neve.
Deveras ser dos outros admirado
Pela tua eloquencia e teus talentos.
Que mais louvor mereces que prestal-os?
O mais joven dos principes romanos,
A quem deu a Germania um nome illustre,
Comtigo se associa em seus estudos
Desde a mais tenra edade, e te amou sempre
Pelo teu genio e rigidos costumes.
Fallas? A ouvir-te accode attento
E sua voz co'a tua se harmonisa.
Calas-te? O silencio reina em torno.
Julio do seu cognome digno em tudo
Como o astro que do Oriente resplandesce
Levanta-se e, de pé, sua attitude
Seu aspecto, seu ar, seu vestuario,
Tudo o orador esplendido annuncia.
Chega o momento emfim e a voz que solta
Não humana a dirás, mas voz de um nume,
Tal é a distincção com que se exprime!
E todavia tu, que és seu valido
E cuja frente pelos astros roça,
Desejas do exilado vate as obras.
E porque entre os espiritos unidos
Por estudos communs ha sympathias
E certa alliança que jámais quebramos.
O camponez os lavradores ama,
O soldado o soldado, e o marinheiro
O nauta que o seu barco incerto guia.
Assim amas as musas que cultivas
E meu genio em teu genio amparo encontra.
Nosso labor differe, mas confronta
E artes liberaes ambos seguimos.
Tu empunhas o thyrso e eu cinjo a laurea;
Mas a ambos o estro é necessario.
Se aos versos meus tu dás mais energia,
D'elles tua palavra o brilho toma.
Pensas, pois com razão, que fraternisam
Nossos estudos e ficar devemos
Sempre fieis ao professado culto.

E faço votos, porque nunca deixes
De conservar o amigo a quem pertences,
E que um dia senhor de todo o orbe
Sustente em suas mãos do imperio as redeas;
Votos, que faz commigo, o mundo inteiro.

VISCONDE DE SEABRA.

MEMORIAS DE CASTILHO

POR

Julio de Castilho

LIVRO III

De 1834 a 1840

XX

Julho de 1838.—Sahem á luz os *Quadros historicos de Portugal.*—Apreciações d'essa obra por D. Frei Francisco de S. Luiz, Francisco Antonio Martins Bastos, Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, Antonio Ribeiro Saraiva e Alexandre Herculano.—Appendice a este capitulo.

(Continuado do n.º 11, paginas 840)

Mencionarei, como modelo de cortezia em polemicas litterarias, a que se deu entre o jornal lisbonense *A Estrella,* e o auctor dos *Quadros historicos.*

O jornal *A Estrella,* de Lisboa, 22 de abril de 1839, diz:

«Honrou-nos o bem conhecido sabio e eximio dr. o sr. Antonio Feliciano de Castilho com um exemplar da sua primorosa obra o 3.º Quaderno dos *Quadros historicos de Portugal;* e sabendo avaliar este favor, não é elle quem nos enche de presumpção julgando-nos capazes de indicar defeitos.

«A esta hora em que escrevemos, já a maior parte dos Portuguezes tem corrido a saciar a sua justa curiosidade, lendo e relendo esta excellente producção litteraria tão bem escripta, tão correcta, e tão bem impressa, e egualmente terá tido occasião de elogiar o merecimento do Cavalheiro Antonio Manuel da Fonseca, pelo

excellente desempenho das estampas que se acham juntas; mas nós, agarrados ao nosso velho Horacio, e repetindo com elle:

Ut silvæ foliis pronos mutantur in annos,
Prima cadunt; ita verborum vetus interit ætas,
Et juvenum ritu florent modo nata virentque....
Quæ nunc sunt in honore, vocabula, si volet usus,
Quem penes arbitrium est, et jus et norma loquendi.

Art. Poet.

«Pedimos licença ao auctor, para propôr as duvidas que nos occorrem, e para dizer a nossa opinião, e o que temos visto, e com alguma curiosidade procurado examinar, sem nos pouparmos a um longo estudo. Não nos julgamos por isso mais do que na realidade somos; a nossa maior honra seria sermos discipulos de tão digno sabio.

«Na nota a pag. 20, col. 2.ª, lin. 7, lê-se:

«*Porque é muito de presumir que el-Rei* (D. Affonso Henriques) *não soubesse ler.*»

«Não o acreditâmos, porque em Alcobaça existiam muitas assignaturas do seu proprio punho, maximè o da doação feita aos Monges de Alcobaça, que estava em lettra muito boa, e clara (original).

«Na nota a pag. 19, col. 1.ª, lin. 65, lê-se:

«*Já lá vai o tempo de se discutirem, muito profunda e eruditamente, estas piedosas contendas.* (Falla o auctor do Apostolo Santiago). *Custa a acreditar até, que o Apostolo viesse em vida ás Hespanhas, onde pozesse por primeiro Bispo de Braga S. Pedro de Rates, quanto mais depois de morto.*»

«Este bocadinho (perdôe-nos o auctor) encontra o nosso fanatismo religioso, porque a Egreja canta:

Grates refert Hispania
Felix tuo quæ nomine
Te gloriatur jugiter
Digna sacris ossibus.

«Quando, mais a baixo, vemos negado o primeiro fundamento da gloria da Monarchia portugueza, a apparição a el-Rei D. Affonso I, confessâmos que extraordinario é o nosso sentimento vendo que um homem tão sabio, e a inveja da nossa edade, assim tocou o limite de uma opinião inteiramente nova, ao menos absolutamente contraria a uma tradição tão antiga e tão bem authenticada. D. Affonso pugnava pela fé de Christo, e pelo augmento da sua Religião; que muito, pois, que o seu zelo merecesse de Deus um prodigio? Nós nenhum impossivel encontrâmos n'este Divino favor, se a exis-

tencia de um Deus Verdadeiro e da sua Divina Religião são artigos de fé.

«Se pretendemos negar os prodigios extraordinarios obrados pelo Poder Divino em todas as epochas e edades desde o principio do Mundo, negaremos o peccado de Adão, e o exterminio do Paraizo, as taboas da Lei dadas a Moysés, e todos os mais acontecimentos formidaveis que a Historia Sagrada e a Universal nos contam e authenticam.

«Conhecemos bem que não é objecto de fé; mas para que procurar a celebridade denegando um requisito que mais lustre e gloria dá ao Throno portuguez?! Appareçam os *Quadros historicos de Portugal* transmittindo aos vindouros a grandeza dos seus heroes, e deixemos á inveja dos estrangeiros roubarem-nos alguns preciosos requisitos e ornatos, que teem esmaltado este Reino, tão pequeno como celebre.

«Elogiaremos sempre o zelo com que o sr. Castilho faz triumphar do esquecimento os factos gloriosos da nossa Historia, deixando á Posteridade maximas politicas e moraes; e por isso não levaremos a bem, que tocasse este extremo. Elle tem summa bondade para nos desculpar.»

*

Na *Estrella* de 3 de maio lê-se:

«A seguinte carta do dr. o sr. Antonio Feliciano de Castilho é motivada pelo que dissemos em o n.º 146 quando recommendámos a leitura do 3.º Quaderno dos *Quadros historicos de Portugal,* elogiando, como deviamos, esta primorosa obra.

«Jámais seguimos a doutrina dos discipulos de Pythagoras, jurando *in verbo magistri;* e por isso, com o espirito de imparcialidade que nos caracterisa, e com a ousadia que imprimem em nosso coração a independencia e o amor da verdade e do estudo, offerecemos as nossas duvidas, mas nunca indicámos erros, pois bem nos conhecemos.

«Do que dissemos, o Publico é o verdadeiro juiz: sustentar teimosamente a nossa opinião absolutamente contraria seria um absurdo, porque, além das opiniões dos escriptores, que temos a nosso favor, nada mais nos resta, e então as armas são eguaes.

«Não negamos ao sr. Castilho o seu amor patrio, nem tão pouco o seu eximio talento e raro engenho; mas não nos póde ser prohibido dizer que, afferrados á antiguidade, veneramos e veneraremos sempre a tradição mais remota, preferindo a d'aquelles

escriptores que penderam mais para o elogio da Monarchia e do Throno, e para o *fanatismo* religioso.

«Possuidos já agora d'este erro, sem que a elle nos liguemos pelos vinculos da Fé, desceremos á sepultura satisfeitos da nossa fraqueza, isto tanto mais, quanto lermos e relermos nos primeiros *Quadros historicos* do sr. Castilho aquellas raras façanhas, aquelles incomparaveis portentos de Religião, de Fidelidade e de amor da Patria, e de valor nos combates, que não vemos nos modernos Quadros que desde a Revolução franceza se teem offerecido aos nossos olhos.

«Se tanta gloria se ganha sem saber escrever, e com um puro fanatismo, nós quereriamos que na nossa edade houvesse a mesma ignorancia, e não houvesse tantas luzes, que offendendo a retina, teem influido no cerebro e retalhado uma Nação, que se acha effectivamente dividida em partidos, e envergonhada pela sua estatistica criminal.

«Agradecemos ao sr. Castilho a civilidade com que nos retribue, e, ainda que de nós o não exigisse, dariamos francamente toda a publicidade á sua carta. As columnas d'este Jornal receberiam grande gloria se um sabio tão conhecido quizesse mais uma vez honral-as com as producções do seu delicado engenho.»

A carta de Castilho é esta:

Sr. Redactor da *Estrella*.

«Agradecendo a V. os mais benevolos do que justos elogios com que me honra no seu n.º 146, por occasião de fallar do meu 3.º Caderno historico, devo, não menos, agradecer as censuras que ahi encontro, filhas de bom zelo, portuguezas na intenção, e cortezes, como bem cabe entre litteratos. Mas, por isso mesmo que ellas são taes, e eu as não tenho comtudo por muito bem fundadas, responder-lhes-hei em poucas palavras, ás quaes espero que V. dê cabida no seu periodico.

«Não é V. a unica pessoa que se tem enganado, cuidando que existem assignaturas autographas do senhor D. Affonso Henriques. Nenhumas ha, nem do cartorio de Alcobaça, nem de Sancta Cruz de Coimbra, nem da Torre do Tombo, nem de outro algum archivo do Reino. E do de Alcobaça importa notar, que é esse o mais falsificado, á conta da fabrica dos documentos de Frei Bernardo de Brito e Companhia.

«Este não saber escrever um Soberano por aquelles tempos não é porque espante, nem o desdoira. De Justiniano e Carlos Magno

se duvida que o soubessem. O officio de guerrear impedia todos os outros estudos. E (para nos servirmos das proprias palavras do maior paleographo de Portugal, o sr. João Pedro Ribeiro na 15.ª das suas *Dissertações chronologicas*, pag. 81) *a incursão dos Barbaros no 5.º seculo obrigou na Europa a cuidar mais na guerra que na arte de escrever. Esta ignorancia chegou ao seu cumulo nos 10.º, 11.º e 12.º seculo. Nem se reputava defeito a mesma ignorancia, que as maiores personagens, ainda ecclesiasticas, confessavam sem rebuço nos documentos. É certo que, até o senhor D. Diniz, de nenhum dos nossos Soberanos nos resta assignatura, posto que não nos consta a razão. Pedro de Negara em um documento da era de 1131 do Cartorio do Cabido de Coimbra, diz que manda subscrever o seu nome. Em outro documento da era de 1133, tambem do mesmo Cartorio, Fernando presbytero diz que na sua presença mandara subscrever o seu nome. Em um praso do seculo XV do Mosteiro de Villa-Boa do Bispo assigna só o Prior, declarando o não fazem os mais Conegos por não saberem. No anno 1449 assigna por seu marido e com o nome d'elle um documento a mulher de João Alves Pereira, da illustre Casa da Feira, declarando que tal era o seu costume, pois elle não assignava—(Cartorio da Camara do Porto, Livro das vereações do anno de 1448 e seguintes fl. 73 e 74). Alguns Clerigos e principalmente Monges é que tinham o uso e pericia de escrever: eram elles os notarios de todos os documentos, e ainda d'aquelles em que tinham interesse, e as assignaturas das partes suppriam por cruzes e outros modos.*

«Isto mesmo, que o sr. João Pedro Ribeiro escrevia, nos tinham confirmado pessoas mui sabedoras na materia, e particularmente quem com este intuito tem consultado a Torre do Tombo.

«Quanto á vinda de Santiago ás Hespanhas, não vemos inconveniente algum religioso em não crer n'ella. Varões muito religiosos a teem impugnado, entrando n'essa conta piedosissimos collectores de vidas de Sanctos.

«Argumenta V. com quatro versos de um hymno a Santiago cantado pela Egreja; podera com mais força ainda argumentar com o hymno mosarabe trasladado por Flores na *Hespanha sagrada*, e pelo qual se prova que essa crença já datava de antiquissimos tempos, quando todas estas partes eram ainda de Moiros; mas o que um devoto poetisa e uma ou outra egreja, por sua particular devoção, adopta e canta, pouco ou nada prova para a Historia. Parece-me que muito mal guiado irá o zelo, que para servir ao Christianismo, n'um seculo discursador como este, pretender introduzir, ou conservar, artigos de Fé escusados, e desacompanhados da boa razão. Bases tem o Christianismo assaz valentes, porque são de eterna verdade; dispâmol-as de ficções humanas, que,

parecendo coisas fracas e indifferentes, são da mesma sorte que as plantas que o vento semeia, e que se arraigam com o tempo pelas juntas dos edificios, cunhas e alavancas insensiveis, que os descosem e arruinam.

«A apparição de Christo ao senhor D. Affonso nem é de fé religiosa, nem historica. O negal-a não seria *opinião inteiramente nova*. Mas relendo-se o texto e a nota attentamente, ver-se-ha que nós por nossa parte nem affirmámos nem negámos, antes deixámos aos que folgassem de crer mui boa licença para assim o fazerem, quando no texto escrevemos:

«*Verdade, ou mentira piedosa, milagre do insondavel poder divino que o obrasse, ou milagre do amor patrio que o fingisse, todos o crerão.*

«E mais largas ainda lhes demos na nota, inclinando-nos á coevidade, ou quasi coevidade, d'esta narração. V. nunca nos arguirá, com razão, de procurarmos cercear nem a ponta de uma folhinha á Corôa da Patria. Tão portuguezes somos de coração, que se para algum extremo houvessemos de forçar a consciencia e a razão, seria antes para lhe ajudar a gloria, que para lh'a escurecer.

«Concluindo esta carta, confesso a V. que sinto uma especie de magoa por não ter podido convencer-me de algumas das censuras tão patriotica e tão cortezmente feitas, porque assim eu haveria dado a V. uma prova clara, já da minha boa fé, e já da minha docilidade para com quem procura instruir-me.

«Continue V. (e a todos os senhores redactores de jornaes peço o mesmo) a apontar-me, n'esta ou em qualquer outra minha obra, todos os erros ou descuidos em que possa ter cahido.

«De V.

«muito attento venerador e obrigado

«*Antonio Feliciano de Castilho.*»

*

Cada um dos dois antagonistas expoz lealmente a sua opinião, e combateu o adversario com armas bem temperadas. Logrou algum dos dois convencer o outro? não. O Publico, juiz em suprema instancia ha de proferir, se o não proferiu já, o vere-dictum.

Aqui basta-me reconhecer que muito se honra a si proprio quem se vê refutado e responde com moderação, sem perder um apice da sua dignidade de homem, e de escriptor.

(Continúa).

POESIAS DE AUCTORES PORTUGUEZES EM LIVROS DE ESCRIPTORES HESPANHOES

Ao seu amigo e illustrado consocio o sr. A. A. da Fonseca Pinto

(Continuado do n.º 11, paginas 864)

LXXIII

Francisco Alvarenga

Como dissemos, collaborou na obra anteriormente descripta com tres sonetos. Damos um para amostra:

Qual temperado o Lirico discante
Assi ò natural pulsando anima
Quebra da vida a delicada prima
Ya descomposto fica, e dissonante,
A terceira diz viua, viua, auante
Mas em vaõ se contrasta, em vaõ lastima
Parente nem terceiro a morte estima
A todos faz iguais, nisto he constante:
Tinha o grande Philippe temperada
Sua Harpa Real sua consorte
E daução a Deus serau e alborada
Destempera e discanta a triste morte
A musica ficou desafinada
Q'empranto a conuerteo a dura sorte.

No original o penultimo verso diz *ficai,* mas parece-nos evidentemente erro, em vez de *ficou.* O verso portuguez em mãos de typographo extrangeiro sahe geralmente estropiado. Occorre-nos perguntar, attendendo ás imagens empregadas por Alvarenga, se elle não seria musico?

LXXIV

Dr. André Bayão

Na obra antecedentemente descripta veem tambem duas poesias latinas de André Bayão, el doctor andres Bayano, como lá se diz.

Verteu em latim os *Lusiadas,* mas a sua traducção não chegou a publicar-se.

LXXV

Christovão de Barros

No templo de Apollo, consagrado aos poetas portuguezes por Antonio Figueira Durão no seu *Laurus Parnassea,* lá se encontra a estatua de Christovão de Barros, com este distico:

CHRISTOPHORO DE BARROS GRATIFICATUR APOLLO.

Manuel de Galhegos, no seu *Templo da Memoria,* consagra-lhe a sixtina 184, exhortando-o a que celebre no seu canto o enlace matrimonial do duque de Bragança, que, passados annos, subiu ao throno com o titulo de D. João IV.

Ha tres poesias latinas suas no seguinte livro:

92—*Las obras de Pvblio Virgilio Maron tradvzidas en prosa castellana por Diego Lopez natvral de la Villa de Valencia, Orden de Alcantara, y preceptor en la Villa de Olmedo,* etc. Lisboa, por Antonio Alvares, 1620.

Uma das poesias é dirigida ao seu amigo Pedro Cesar d'Eça, a quem é offerecida a edição; as outras ao livreiro editor.

LXXVI

Dr. Duarte Nunes da Costa

Ou Duarte Nuñez Dacosta, segundo subscreve as suas obras, em hespanhol. Medico en San Lucar de Barrameda. O nosso amigo e collega, dr. Garcia Peres, incluiu-o no seu *Catalogo,* sem todavia nos evidenciar a sua nacionalidade portugueza. Consultámol-o a este respeito e respondeu-nos, dizendo que estava convencido de que elle era effectivamente portuguez, e que essa tradição lhe tinha sido transmittida quando cursou com o dr. Polido, que foi director do hospital de Rilhafolles, a eschola de medicina de Cadix. O nome Nunes da Costa ou Nuñez Dacosta tanto póde ser lusitano como hespanhol.

Por aquella epocha era agente de D. João IV, juncto dos Es-

tados de Hollanda, Jeronymo Nunes da Costa, ou Gerónimo Nuñez de Acosta, segundo se lê na dedicatoria das *Chanças del ingenio,* que lhe endereçou Manuel de Pina, publicadas em 1656. Uma circumstancia bastante importante nos predispõe a acceitar a sua naturalidade portugueza: é o elle ter composto algumas poesias n'esta lingua n'um livro coordenado em 1685 por um seu filho, de nome bem differente do paterno, D. Diego Tenorio de Leon, intitulado *Museo en que se describen diferentes poemas,* etc. Vejam-se as informações que nos fornece o *Catalogo* de Gallardo sob n.º 3236. Incluimol-o portanto na nossa *Resenha,* ainda que um pouco dubidativamente, tendo encontrado algumas poesias suas, com que collaborou na seguinte obra, de que existe um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa:

93—*Templo Panegirico, al Certamen poetico, qve celebró la hermandad insigne del S.mo Sacramento, estrenando la grande fabrica del Sagrario nuevo de la Metropoli Sevillana... Qve ofrece D. Fernando de la Torre Farfan.* Sevilla, Juan Gomes de Blas, 1663.

É um volume in 4.º, 16 fl. prel. inn., 267 numeradas pela frente. Nas primeiras comprehende-se o ante-rosto, gravado, e o retrato do auctor, que vem no fim d'ellas, em chapa de metal, sendo o gravador Matias de Artiaga. Esta obra escapou ás investigações de Gallardo e Salvá.

O dr. Nunes da Costa concorreu a este certamen com nove poesias, que apresentou, ora em seu nome, ora em nome de parentes proximos. Cada poesia é antecedida de uma especie de juizo critico, que deriva de um dialogo entre Apollo e Clio. Não encontramos n'elles nenhuma referencia que nos desvendasse o problema da sua naturalidade. Achamos comtudo dignos de nota os dois seguintes trechos:

«No prosigas—replicò Apollo—que ya tengo noticia de essa razon, y sè que es, por lo menos, del Doctor Duarte Nuñez de Acosta, Medico, a quien yo enseñandole en Sanlucar la vtilidad de las Physicas, era todavia chiquito y me fue chupando la miel de las Poesias.»

«Mira de que ceguedad nos alumbra, quando se sabe, que en la elegancia de vn Romance suyo en Esdrujulos, curò el Teatro en el gravissimo Certamen de Santo Thomas de Villa Nueva, de aquella gran recaida y assi le dieron el primer premio tan justamente merecido.»

De aqui se vê que Nunes da Costa tinha concorrido a outro certamen poetico, em honra de S. Thomaz de Villa Nova, onde alcançou o primeiro premio. Transcrevemos em seguida uma Canção, com que elle entrou poeticamente no *Templo Panegirico:*

Dios a David, que le consagre casa
No quiso permitir: porque tenia
Vida rebuelta, y de discordias llena.
Al hijo por pacifico la fia;
Sangre vertida para vnir no es buena:
La paz fabrica, la discordia abrasa.
Echó la primer basa
Si a tanto culto, bien a Templo tanto,
Con tan santa propuesta el Pastor santo;
Paz de la Iglesia, que en vnion compuesta
Goza de aquel exemplo,
Quando en tiempo de paz consagra el Templo.
Pompa aquel de la sabia Architectura,
De Ophir al Cielo trasladò el tesoro,
De sus Orbes Athlante, o Cortesano.
Lienço de marmol, con retoques de oro,
Donde al deseo no cediò la mano,
Y a lo mas rico aventajò la hechura.
Modelo fue, ò figura
Deste que de otro no se vè excedido,
Siempre admirado, apenas competido:
En cuyas quadras de obra, y primor llenas
Presumiò cada parte,
Que antes del Templo rematava el Arte.
Tablas, Arca, y Mannà (como promessas
De otra accion) guardò el Templo; pero en este
Quanto aquel premetiò, se vè completo;
El Pan divino en cambio del Celeste,
Mejor Arca en Maria; y el Decreto
Tabla que las del Arca muestra ilesas,
De las que obrò grandezas
Con el Arca del nuevo testamento,
Es el Mannâ testigo, causa, aumento,
Y a la Tabla legal glorioso abrigo.
Sacando de su Barca
Tabla el Mannà para adornar el Arca.
Sacramentado en Pan, Dios inefable
Al Arca de la gracia espaldas hizo,
Zelando con mysterios lo infalible:
Porque a su imagen la pureza quiso,
Que fuesse Sacramento en lo creible,
Y evidencia tambien por lo innegable.
Negocio inexcrutable,
Que vn portento acredite otro portento,
Y a dos mysterios cubra vn Sacramento;
Que vna especie de pan, no es mas, que encubra
A Deidad soberana,
Que a vn ser immaculado especie humana.
Si de Setin, o espinas se compone
Arca incorrupta, imagen de Maria,
Throno, o Arca de espinas por lo humano,
No es mucho, que de Dios la valentia,
De la pasta en que tanto obrò su mano,
Quiera diadema, que su bien corone.
En cabeça la pone

En ocasion, que a todos nos redime
Porque era su rescate el mas sublime.
Como cabeça Angelica se trate
Porque muger, y sana
Es Angel preservado en carne humana.
Las Tablas pues, de entrambos la grandeza
En manos de Alexandro testifiquen,
Que es el Arca como elles clara, y lisa.
Ya Clemente en su casa gratifiquen
Del Sucessor la accion, que legaliza
De vno el poder, y de otra la pureza.
Con clemencia y largueza
El Arca soccorriò: piedad valiente,
Que vn Alejandro es justo el ser Clemente.
Las olas se echan; y el Piloto augusto
Cuelga en honra del Arca
La Tabla, que le echò desde la Barca.

LXXVII

João Gomes do Pego

Mencionado elogiosamente em Barbosa e indicado tambem no *Catalogo* do sr. Garcia Peres. Collaborou na *Relacion de las fiestas* em honra de Sancto Isidro, onde deixou o seguinte Romance:

Ya los montes de Tesalia,
Volcanes arden de embidia,
de que al sublime Carmelo
tan diuinas plantas pisan.
No puede negarle el mundo
de Olimpo mayor insignia
porque si no llega al cielo
otro cielo en si tenia.
Cielo a cuyos mouimientos
tantas esferas se giran
que menos bueltas al sol
al mundo ha dado en sus dias.
Minerales de oro y plata
tesoro son que en si cria
Teresa que mas tesoro
sus virtudes que mas minas.
Dos terrenos paraysos
tuuo el mundo que tenian
vno aquel padre primero
otro esta segunda hija
Lo que el vno negò al mundo
el otro alcançar aspira:
aquel con planta de muerte
este con planta de vida.

O carmelo quanta gloria
tu planta te comunica,
que a nuestra España, ò la honra
o sus ramas la cobijan.
A la Fenix Virgen Pura,
pura mas que el Sol Maria,
si no iguala con su ser,
mucho a lo menos imita.
Madre de sus religiones
de su Dios esposa pia
hija de sus sacras obras
Virgen Madre, esposa, y hija.
No publico lo que siento,
que quien todo lo publica,
o es fuerça que sienta poco;
o es fuerça que mucho diga.

Nas *Varias Poesias* de Paulo Gonçalves de Andrade tem as seguintes decimas:

Deste volumen, Letor
Sacaràs, si con el lidias
De Apolo tantas embidias,
Quantas flechas del Amor,
De oy màs deven a su Autor
Flecha Amor, i Lira Apolo,
Pues su plectro unico, i solo,
Aun mas allà los embia
De los terminos del dia
Del uno i del otro polo.
Entre los Signos su Lira
Bien merece colocada
Pues tanto admira tocada
Quanto divulgada admira:
Si a eternidades aspira,
Vencido el tiempo adversario,
Estatuas de marmol Pario
Hurten su ingenio al olvido,
Tan alto por entendido,
Como agradable por vario.

Nas *Rimas de Lvis de Camões,* impressas em Lisboa, por Paulo Craesbeeck, em 1645, vem o seguinte soneto á sepultura de Luis de Camões, *tirado de versos destas suas Rimas:*

Debaixo desta pedra està metido
Hũ varaõ sapiẽte, em quem Thalia
Nos versos saudosos, que escreuia,
Alegra o mundo todo entristecido.
Sempre serà famoso, & conhecido:
Que no juizo das gentes merecia
Da fama eterna ter perpetuo dia,
Que ja por exercicio lhe he deuido:

Musica com voz alta, & mui subida,
Copioso exemplario para a gente,
Onde sua fineza mais se apura.
Hũa memoria noua, & nũca ouuida,
Hum peito magoado, & descontente
Iazem debaixo desta sepultura.

Reproduzido na edição dos *Lvsiadas* do mesmo impressor, de M.DC.LI, e nos *Logares selectos dos classicos portuguezes e brazileiros* —PORTUGIESISCHES LESEBUCH MIT ANMERKUNGEN VON G. C. HOODGIEN, Leipzig, sem anno, mas provavelmente de 1889, data do prologo.

LXXVIII

D. Jorge de Lima

É seu este soneto que vem na *Relacion de las fiestas que la insigne villa de Madrid* celebrou em honra de Sancto Isidro:

Del mundo original (alta eminencia
De Idea diuina) solo en vn traslado
Siete dias la fabrica ha ocupado,
De todo vn Dios la suma omnipotencia.
Criò con soberana inteligencia
De signos doze el Orbe coronado,
Que girados del Sol al mundo han dado
Eterna sucession en su influencia.
A la alta Emulacion Ignacio aspira,
Siete dias penetrado en la Idea suma
Y alli vn mundo fabrica sin segundo.
Signos que el Sol de la justicia gira
Doze criò, que su influencia en suma
Eterna sucession darà a su mundo.

LXXIX

Antonio Enriques Pessoa

Collaborou na obra antecedentemente mencionada com o seguinte romance:

Diuino Atlante de flores,
ya coronado de estrellas,
pues se te humillan los Polos,
como que el cielo sustentas.

De resplandores del Sol
son tus plantas lisongeras
crecidas como el espanto,
pues con lagrimas se regan.
Del zelante mayoral,
a quien das tributo en perlas,
la capa te cerca en torno
que heredaron los Profetas.
Martires y Confessores
sobre tus hombros se aumentan,
lirios de sus marauillas,
de su pureza açuzenas.
Los valientes Eremitas
ya Gigantes de tus fuerças
al palio corren vistosos,
que es premio de la carrera.
Vigilantes precursores
de la Reyna penitencia,
en tus peñascos sublimes
sus palacios se aparejan.
Sobre el diluuio del mundo
queda siempre tu cabeça
eminente de su abismo,
que eres mõte que a Dios llegas.
El Arca pueden llamarte
de la saluacion que engendras
pues la Paloma despide
que el ramo de paz nos nuestra.
Ponga silencio la fama
a sus plumas, y a sus lenguas,
eternamente vencida
de Carmelo y de Teresa.
Que este pimpollo apazible
de toda flor excelencia,
por cedros de sus historias
solicita inteligencias.

LXXX

José de Faria Manuel

D. Luis Ramirez de Arellano publicou uma antologia, que foi reproduzida em Lisboa com o seguinte titulo:

94 — *Avisos para la mverte. Escritos por algunos Ingenios de España. Anadidos en esta segunda impression con algunas obras de Ingenios Portuguezes.* Lisboa, Domingos Carneiro, 1659.

Os portuguezes que collaboraram n'esta obra foram Antonio Barbosa Bacellar, Soror Violante do Céo, de quem já tractámos,

e José de Faria Manuel. Este, além de umas decimas, collaborou com o seguinte soneto:

Emfim, doce Jesus, todo meu bẽ,
q̃ por mi nessa Cruz a vida destes,
ja q̃ por mi, Senhor, morrer quisestes,
quẽ me dera por vós morrer tambem!
De todos os nacidos sou a quem
mais beneficios, & merces fizestes
& de quẽ mais ingrato recebestes
tantas offensas, ai, por tanto bem.
Ó como em confessar esta verdade
corrido a meu delicto, em vôs me embosco,
porq̃ me valha vossa immunidade!
Porem, Senhor, nesse madeiro tosco
recebei esta vltima vontade,
senaõ morro por vôs, morro comvosco.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

VISITA REAL

Annuncia-se para muito breve a visita de Sua Majestade Fidelissima, El-Rei D. Carlos, a Coimbra e á Universidade, acompanhado da Rainha, a Senhora D. Maria Amelia, e de seu Filho, o Principe Real, D. Luiz. Já por occasião do nascimento e baptizado do excelso Principe em 1863 este alcaçar das lettras se adornara de galas, expressando o seu jubilo por intermedio dos discursos de dois illustres professores de Theologia, hoje fallecidos. Foram estes os drs. José Gomes Achilles e Francisco dos Sanctos Donato, e era reitor da Universidade o conselheiro dr. Vicente Ferrer Neto Paiva, que em tempo rejeitara o titulo de visconde do Freixo.

Aproveitando o ensejo, tomamos das orações dos dois cathedraticos alguns trechos selectos, que mostram com exuberancia que a nossa Universidade nunca faltou á consideração devida aos Monarchas portuguezes que a fundaram, ou reformaram e desenvolveram convenientemente.

. . . . . .

«Ne miremini autem, Patres Academici, quod ego, quum de auspicatissimi Principis laudibus dicere debeam, ejus quasi oblitus, regios parentes tantum laudibus prosequar, eorumque inclytas celsasque virtutes ad astra efferam: sunt namque patres veluti quaedam viva filiorum specula, ad quae si rite sese filii spectent et exornent, non solum parentum suorum dotes praestantes, sed ipsammet naturam, mirifice referant: adcedit praeterea, quod qualis pater, talis filius; et, ut scriptum est divinitus aptato calamo, non potest arbor bona malos fructus facere; et iterum, gloria filiorum patres eorum.

«At, ne longior, quam par est, videar, orationis vela colligere, portumque occupare cogor. Antequam vero finem dicendi faciam, audite, si placet, aliquantisper ea, quae Patria, gestientem animum prae se ferens, nunc videtur dicere:—Gaudete mecum, filii mei, iterum dico, gaudete: habemus enim Principem celsissimum, nobis e coelo datum, qui salus, qui spes, qui deliciae nostrae. Ille regiam Brigantinam parentum meorum domum perquam celebra-

tissimam immortalemque reddit. Ille fatidica illa verba, *volo in te, et in semine tuo post te, imperium mihi stabilire,* conditori meo quondam paenuntiata, efficacia luculenter demonstrat. Ille nostrum nomen amplo terrarum orbe praeclarissimum cum gloria sustinebit atque augebit. Abesto igitur procul seditionum ac bellorum timor, qui me longissimis a temporibus, rebus arctis ac pene desperatis, ob maximam cladem, qua nulla mihi contigit acerbior, incesserat: adsunt fausti laetique dies! Cognoscite tandem Regium Principem, qualem mihi portendit venturi temporis aetas. Forma erit excellens vereque regia—innocentia eximius—religione et sanctitate praecipuus—comitate et humanitate facillimus—assentatorum impatiens—veritatis et amicorum diligens—desidiae inimicus—erga probos ac benemeritos liberalis—bonarum artium ac scientiarum cultor egregius—nostrae libertatis impavidus defensor—amore nostro mire flagrans. Cives suos recta facere Princeps optimus, recte faciendo, docebit—quumque sit virtutibus maximus, exemplo major erit: quando oratores de illo verba fecerint, vera tantum loquendo, amplissima praedicabunt; sua ipse facta ornabit ita, ut deterat, qui melius ornare voluerit. Haec Patria.

. . . . . .

«Hae sunt firmissimae spes ac sanctissima vota hujus celebratissimae Academiae, in scientiis, morum gravitate et auctoritate omnium primae, in studio, reverentia et amore erga Principes nostros nulli secundae.

«Hae sunt firmissimae spes ac sanctissima vota totius populi lusitani, exiguae, inquam, hujus domus lusitanae, in ausibus vero magnae, in armis majoris, in Patriae ac libertatis amore maximae.

«Vivat igitur nobis Regius Princeps quam longissime ac felicissime—Vivat ad Regum nostrorum laetitiam, gaudium et amorem—Vivat ad hujus Academiae et scientiarum protectionem, incrementum et gloriam—Vivat ad totius populi lusitani amplitudinem, prosperitatem, atque pacem. Vivat... Vivat...» (1).

«... O Céo escutou compassivo os votos d'esta Nação, o Senhor Deus dos Imperios acaba de conceder-nos o dom precioso que ainda ha pouco lhe pediamos com supplicas ardentes.—O Prin-

---

(1) *Oratio pro celsissimi* CAROLI *Regii Principis celebrando baptismate, quam in* ACADEMIAE CONIMBRICENSIS *Gymnasio Maximo... habuit Josephus Gomes Achilles*... Conimbricae—Typis Academicis, M DCCC LXIII. Este orador falleceu em Coimbra a 27 de outubro de 1875 na edade de sessenta e oito annos, estando já jubilado como lente de prima. Foi depois d'esta oração condecorado com a commenda de Christo.

cipe real, o Herdeiro da corôa portugueza, que tão anciosamente desejavamos, é já nascido nos paços dos nossos Reis!

. . . . . .

«No meio das alegrias e contentamento geral, a nossa Universidade não podia nem devia ficar silenciosa. Guarda fiel do deposito das sciencias, que são a alma e vida do grande corpo social; sentinella vigilante da liberdade—amiga inseparavel das sciencias—; educadora zelosa e infatigavel dos que hão de um dia reger os destinos da patria; bafejada pelo amor e especialmente honrada com a protecção dos nossos Reis, esta Corporação illustre é sempre a primeira a regozijar-se com as venturas da Nação. E hoje tambem ella exulta com o auspicioso nascimento do Principe Herdeiro da corôa, sauda a aurora brilhante de um futuro risonho e cheio de esperanças, e crente na Providencia vem humilde ao pé dos altares dar ao Rei dos reis um testimunho solemne do seu reconhecimento e gratidão.

. . . . . .

«O Principe que o Céo nos envia, e que o paiz inteiro acolhe com tammanhas demonstrações de jubilo, é ainda regia descendencia d'essa famosa dynastia, á qual a patria deve independencia, liberdade, prosperidade e gloria politica; é o fructo abençoado de um consorcio auspicioso, que, unindo dois grandes povos pelos laços das mesmas crenças, das mesmas esperanças e das mesmas aspirações, promette a Portugal dias bonançosos e felizes.

«É por isso que a Nação, vestindo hoje as galas do prazer, exulta jubilosa e festiva.

«Exultemos todos, Portuguezes, sim, exultemos!

«Emquanto dos nossos Principes nascerem Principes; emquanto a Serenissima Casa de Bragança fôr dando felizmente herdeiros á Monarchia; emquanto d'este tronco tão nobre brotarem ramos frondosos, a cuja sombra descancem tranquillos os povos da Lusitania, a Nação não terá que verter lagrimas sobre essas desgraças de antigos tempos.

«Sobretudo rendamos graças á Providencia, que lá do alto vela por nós. Tenhamos fé no futuro. O Principe que a divina Bondade acaba de conceder-nos ha de ser um sustentaculo firme da independencia nacional e um defensor strenuo das liberdades publicas.

«Filho de Reis liberaes, e nascido em um paiz que vive á sombra de instituições livres, Elle ha de beber com o leite o amor e respeito a essas instituições.

«Se a patria, um dia, carecer do seu braço para sustental-as e defendel-as, imitando os exemplos dos seus Augustos Predecessores e ensinado por Elles, brandindo a espada, saberá por acções mostrar que é um digno Neto de Reis soldados.

«E se a patria, gemendo sob o peso de alguma desgraça e infortunio, pedir allivio e conforto a seus males, na eschola de um PEDRO V apprenderá o novo Principe como se ganha o amor e confiança dos povos e se ensinam a ser reis os reis do mundo» (1).

---

(1) *Sermão na festa em acção de graças pelo feliz nascimento de S. A. R. o Principe* D. CARLOS, *recitado na Real Capella da* UNIVERSIDADE DE COIMBRA... *pelo dr. Francisco dos Sanctos Donato*... Coimbra—Imprensa da Universidade, 1863. Este orador, muito mais moço que o precedente, falleceu poucos annos depois do seu collega. Além de lente cathedratico de Theologia, era conego capitular na Sé de Coimbra e prégador muito distincto. Foi egualmente condecorado com a commenda de Christo. Estas honras foram concedidas sob proposta da Reitoria da Universidade.

ORAÇÃO ACADEMICA (1)

Pronunciada, no doutoramento do ex.mo sr. licenciado Antonio Maria Henriques da Silva, na Universidade de Coimbra, a 6 de julho de 1890, pelo lente substituto da Faculdade de Medicina, Luiz Pereira da Costa.

EX.mo PRELADO,
ILLUSTRES PROFESSORES DE TODAS AS FACULDADES,
MINHAS SENHORAS,
MEUS SENHORES:

Vai receber o gráu de doutor o ex.mo sr. Antonio Maria Henriques da Silva; não engrandecerei os seus meritos. O talento e a probidade não se submettem facilmente a descripções oratorias, patenteiam-se por factos, que indeleveis ficam gravados na historia. Nem o tempo os destroe, nem a critica os altera.

Percorrendo a vida academica do sr. Henriques da Silva, encontro brilhantes manifestações de elevado talento e perseverante assiduidade no trabalho.

E estes dois elementos são os factores principaes de todo o progresso humano; são forças poderosissimas que destroem todas as resistencias e vencem todos os obstaculos.

Possue esses dotes o sr. Henriques da Silva; é pois digno das insignias doutoraes, honra-as com o seu talento e ha de engrandecel-as pelo trabalho.

Conferindo o gráu de doutor ao sr. Henriques da Silva, não tenhamos receio de que a nossa Universidade seja apreciada como uma crystallisação da edade media.

O sr. Henriques da Silva será mais uma prova de que esse crystal é dotado de uma extraordinaria constituição molecular.

A luz que sobre elle incide não se apaga, reforçam-n'a a acti-

---

(1) Tendo já publicado uma das duas *orações academicas* (vol. XXXVIII, pag. 15) recitadas no acto do doutoramento do nosso illustre consocio, o sr. Antonio Maria Henriques da Silva, accrescentamos hoje a segunda, devida a outro nosso consocio, não menos illustre.

vidade das suas moleculas, a orientação da sua refrangibilidade e a poderosa força da sua irradiação.

E o sr. Henriques da Silva será mais uma d'essas vibrantes irradiações luminosas que dimanam d'esse crystal, e que, em todos os pontos do nosso paiz e em todos os ramos da actividade humana, scintillam com intenso brilho.

Quando o criterio das affirmações publicas fôr, como sempre deve ser, baseado na fria e justa apreciação dos factos, a nossa Universidade nunca poderá ser considerada como retrograda e estacionaria.

A evolução scientifica que se tem operado, e constantemente se está operando no nosso ensino, não é tão tenue, que a não veja quem a queira ver. Visitem os gabinetes de sciencias naturaes; observem os methodos e processos de ensino em todas as faculdades; investiguem as representações dirigidas aos Governos, a fim de melhorar o ensino; e depois julguem, com consciencia e discernimento, se n'um paiz onde as paixões politicas absorvem quasi todas as actividades productoras, n'um paiz onde a instrucção é descurada e desprotegida pelos poderes publicos, é possivel exigir do professorado mais esforços, mais dedicação e mais progresso.

Ser justo é a primeira condição do orador ou escriptor publico; ser probo é predicado indispensavel para quem não queira alienar a responsabilidade do pensamento, que é a mais nobre das regalias inherentes á actividade mental.

A rhetorica facil, moldada na superficialidade banal do arranjo e sonação das palavras, ou inspirada por desequilibrados sentimentos egoistas, arrasta noções erroneas que a justiça condemna, o bom senso repelle e o conhecimento dos factos destroe.

Mas a justiça faz-se para todos.

E por isso eu não temo que á liberdade do pensamento, que é uma força natural e invencivel, ande sempre alliada a liberdade da palavra, que é o mais poderoso elemento evolutivo da organização social.

Deixe-se, por todas as fórmas, manifestar livre e amplamente a actividade intellectual, porque é da lucta das idéas que surge a verdade dos factos, que são impulso civilisador.

E não é só necessaria a liberdade do pensamento, é tambem egualmente necessaria a liberdade do sentimento, pois que em todas as manifestações da actividade humana um e outro se unem e enlaçam tão intimamente, como se ligam e enlaçam no organismo os elementos materiaes que os produzem.

Em toda a parte, e em todos os tempos, onde existirem rudi-

mentos de vida social, não podem deixar de existir formulas que regulem, sem reprimir na collectividade, essas manifestações, naturaes e indestructiveis, da actividade individual.

A nossa Universidade não podia, nem devia ser uma excepção a essa lei geral, que deve reger todos os actos da vida collectiva nas mutuas relações que são o fundamento de toda a associação.

É a comprehensão justa e clara das noções regulamentares da vida social, que creou, mantem e deve conservar sempre esta apparatosa festa academica que estamos solemnisando, porque é a expansão do sentimento correlativa á manifestação intellectual que o originou.

Que digam os que presenceiam este acto, se não é natural e sympathica esta expansão!

Digam se esta apotheose do talento não é necessaria para expandir todas as emoções vibrantes que aqui ouvimos resoar em unisono e harmonico concerto.

É pois entre jubilos e alegrias que o sr. Henriques da Silva vai receber o gráu de doutor e as insignias doutoraes.

E não lhe devem ser indifferentes todas essas notas alegres que vão resoar sobre a corôa da sua trabalhosa vida academica.

N'essa resonancia deve distinguir vibrações intensas, que hão de abalar profundamente o mais intimo dos seus centros emotivos.

Deve sentir-se orgulhoso por ver sentado ao seu lado, patrocinando o seu doutoramento, um distinctissimo professor da nossa Universidade, a quem, ainda ha pouco, os collegios scientificos do nosso paiz elevaram á dignidade de Par do Reino, entregando-lhe assim, um mandato, que só póde ter por garantia reconhecida competencia e illustração nos assumptos scientificos.

O digno Par do Reino, o ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. dr. Bernardino Luiz Machado Guimarães, ao acceitar esse mandato não offuscou a honra dos collegios scientificos pela honra que recebeu.

As exuberantes provas que tem dado do seu talento e illustração são conhecidas em todo o paiz, e asseguram-lhe, sem duvida, um logar proeminente na direcção superior da instrucção nacional.

CORAÇÃO DE MULHER!

Coração de mulher! Oh livro augusto,
Tanta vez soletrado e nunca lido!
Enigma, cujo mystico sentido
Cada homem decifra a medo e a custo!

Coração de mulher! Pelago immenso,
Mas que perolas tem no extremo fundo!
Leve concha do mar, que encerra um mundo,
Em cuja vastidão me abysmo e penso!

Sancta Biblia d'amor, onde contemplo
Em lettras d'oiro escripto o que ha de grande!
Vaso de fino aroma! Se se expande,
A vida nos perfuma e torna em templo!

BOLETIM BIBLIOGRAPHICO

Cartas selectas, escriptas por Abilio Augusto da Fonseca Pinto. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1891.

O movimento scientifico do fim do seculo é characterisado principalmente pela extensão do criterio biologico á psychologia que se torna a physiologia do espirito, ao estudo das religiões que se torna a sciencia natural das religiões, á linguistica que se torna a historia natural da linguagem, ao direito criminal que se torna a anthropologia criminal, e á synthese sociologica que se torna a biologia das sociedades.

Este movimento produziu tambem o naturalismo litterario.

Porém a litteratura naturalista não deixou ainda a sua phase empirica: — os romances são historia natural, descriptiva, e estão longe de ser ainda *philosophia natural,* applicação do transformismo, definitivamente constituido e universalmente acceito.

O romance deve ser moderna Historia, Historia-determinismo, Historia-evolução, Historia com um character anthropologico. Todo o romance deve ser historico, mas não o antigo romance historico, fundado n'uma velha philosophia da historia — a Historia-exemplo. Na historia está definitivamente abandonada a theoria dos grandes homens, e ella é hoje a sciencia da evolução das instituições, da civilisação, a sciencia da transformação evolutiva do homem prehistorico no homem-historico contemporaneo. O romance deve ser uma applicação concreta da historia scientifica.

Durante muito tempo ainda, porém, a litteratura naturalista será uma cousa empirica, que facilmente degenerará em declamações vermelhas contra o *statu quo* economico e politico, e facilmente poderá constituir um perigo moral, emquanto não se convencerem os homens de lettras de que o romance, como a religião, a philosophia e o estado, é tambem um processo de selecção artificial do character pela hereditariedade e deve formar novos e superiores instinctos, exercendo uma acção poderosa como a da obra hereditaria do christianismo.

Spencer attribue a formação da moral ao direito convertido em instinctos pelos habitos tornados hereditarios; se porém reconhece que a moral é um producto do Estado, não a considera o seu fim,

Fazer da creação natural da moral o fim do Estado é um progresso que, a meu ver, tende a realisar-se. Todos tambem reconhecem a influencia moral do romance, mas ninguem faz hoje da moral o fim do romance. É preciso que se dê uma base naturalista ao romance e que como fim se lhe assigne a formação evolutiva, sedimentada da moral nova.

E a falta de fim é o principal defeito da moderna litteratura. Não queremos que o romance moderno seja como certos romances antigos um exemplo para demonstrar sabia e pesadamente a verdade de uma certa sentença moral. Mas queremos que, tendo por base uma moral independente, concorra para a selecção de um novo typo moral superior, exercendo, como *suggestões hypnoticas a praso e a distancia,* uma selecção no character identica á que observações scientificas modernas attribuem á acção do hypnotismo.

Queremos que o romance seja uma hygiene da vontade. Queremos que elle produza pela hereditariedade psychologica uma influencia moralisadora como a que por muito tempo exerceram as religiões.

E depois o realismo até hoje quasi que se tem limitado ao estudo das teratologias e das pathologias sociaes. O realismo estuda o homem-canalha, um atavismo, como o romantismo estuda o homem-superior, um typo prophetico. Um estuda a nevroastenia nas suas fórmas inferiores, criminosas, o outro estuda a nevroastenia do bem. Mas nem uma nem outra eschola estuda o homem-normal. Uma é um pessimismo, outra um optimismo:—uma e outra são fórmas morbosas. Mas a eschola realista é inferior sob este ponto de vista á eschola romantica:—para que observar o homem-delinquente e não o homem-são, para que pôr a descoberto as ultimas stratificações moraes do cerebro, as mais primitivas?

Corre demonstra a influencia homicida da imprensa sobre os cerebros predispostos, e explica pela imitação o progresso das recidivas e a sua precocidade crescente, e Tarde funda sobre a imitação a sociologia criminal. Existe o crime-epidemia. O simples estudo no romance das teratologias e das pathologias sociaes ha de certamente produzir uma influencia perigosa e talvez ser uma selecção degenerativa, *à rebours*.

*

Possuidor como era ainda ha pouco Latino, e como hoje não é mais ninguem, da fórma sã, feita, da lingua classica, o sr. Abilio Augusto da Fonseca Pinto, no meio da anarchia, talvez degene-

rativa, talvez creadora, da lingua e da arte na actualidade, devia conservar-se extranho á corrente, e trabalhar isoladamente, n'um apartamento individualista de todas as seitas.

É o que tem feito. A sua actividade litteraria é a actividade independente, egoista, do genio, e não a actividade mais fecunda, talvez, mas menos admiravel, de quem segue uma fórma litteraria ou scientifica, a ella se acinge segundo regras postas, seguindo processos estabelecidos, imitando as creações dos mestres.

Seguiria talvez esta esteira, e perderia então em originalidade o que ganharia em nome, se do negativismo metaphysico da litteratura contemporanea tivesse nascido já um positivismo, se alguma cousa já estivesse preciso, definido, organisado. Mas o que nos dá a nova litteratura morbida em vez do organismo cheio de saude da litteratura classica?

No campo em que está collocado, elle conserva-se quasi desapercebido. Não são os homens como elle, de verdadeiro genio, mas modestos e isolados, os vencedores, os *immortaes:*—esses são os homens do meio, sem iniciativa, sem talento, que têm o feitio intellectual de toda a gente, que são a caricatura de toda a gente, com os defeitos e as qualidades boas de toda a gente e que são comprehendidos e admirados por toda a gente.

*

O sr. Abilio Augusto da Fonseca Pinto faz litteratura de *ensaios,* á qual principalmente se dedicou tambem Latino Coelho. Os ensaios litterarios, tão vulgarisados n'este seculo principalmente em Inglaterra, tractando os mais diversos e distantes assumptos, trabalhando-os com uma completa autonomia intellectual deviam apparecer n'este periodo de transição.

A litteratura romantica demoliu-a a acção negativista do realismo. Debalde pretendem restaurar o *romance romanesco:* toda a renascença é um regresso atavico, e a litteratura está n'uma phase de lucta pela vida, de selecção natural e progressiva. A litteratura realista, ainda n'uma phase empirica, ainda hesitante de fórmas e de fins, ainda muito individualista, não está por emquanto tão forte que chame a si todos os grandes espiritos, mesmo os feitos n'um meio completamente differente do do fim de seculo.

É por isso que os homens de talento creados n'aquelle meio, e n'estas condições está o sr. Abilio Augusto da Fonseca Pinto, se dedicam aos *Ensaios.* Não são litteratura romantica, embora

n'elles haja reminiscencias, *survivances* da moral romantica: o estylo é o bello estylo classico, adoravel estylo que nos hypnotisa no passado, nas crenças, nas singelezas do passado, delicioso atavismo para a nossa maior litteratura. Ao lermol-os o espirito e o coração se nos fazem antigos—*animus fit antiquus*.

E se as litteraturas vão seguindo a evolução das sciencias, e se a idéa litteraria e a fórma são cada vez mais scientificas, ha de sempre comtudo haver a litteratura independente, regresso atavico ás velhas fórmas. A litteratura, a verdadeira litteratura, é uma phase na evolução intellectual.

O cerebro humano caminha das analogias e das metaphoras para as generalisações—do anthropomorphismo e das fórmas primitivas da litteratura para o monismo scientifico contemporaneo e para as litteraturas com uma base scientifica.

*

O homem começa por da *sensação* deduzir a existencia do proprio corpo e dos outros corpos, e da *idéa* deduzir a existencia de sua alma e da alma de todos os seres. Em tudo vê o homem Fórma e Ideia, Corpo e Espirito, Phenomeno e Noumeno, Propriedade e Substancia.

A base da metaphysica, tanto das concepções animistas, como das recentes syntheses philosophicas é o principio da substancialidade, producto de uma falsa analogia que tornada habitual e hereditaria se converteu n'um instincto mental da humanidade. É a distincção da Propriedade e da Substancia, quer na sua generalisação d'ella se chegue, fazendo entrar o Eu na essencia de todos os seres, ao pantheismo objectivo, quer, fazendo entrar todas as substancias na substancia do Eu, ao pantheismo subjectivo, é essa distincção que serve de base a todas as philosophias metaphysicas, ás suas primeiras como ás suas ultimas fórmas—a philosophia do Inconsciente de Hartmann e a philosophia do Incognoscivel de Spencer. E junctamente com a distincção da Propriedade e da Substancia o problema da sua união fundamental serve de base a todas as philosophias metaphysicas, quer na sua maior generalisação produza as syntheses kanteanas e neo-kanteanas e ainda a synthese spenceriana da Sciencia e da Religião, quer, limitada ao campo restricto da psychologia, produza os diversos systemas sobre a união da alma com o corpo.

A arte é uma metaphysica, e a metaphysica é apenas uma creação esthetica.

A sciencia destruiu o principio da substancialidade e tomou como unica base o principio da causalidade. Apezar d'isso é quasi impossivel apagar a obra hereditaria dos seculos, das philosophias, das religiões, e o principio da substancialidade, que não é já um principio scientifico, mas sim um sentimento, um instincto do espirito, creado pelo habito, embora um habito máo, e pela hereditariedade. É o instincto do Absoluto, do Infinito, do Noumenal. Elle conserva ainda as religiões, as metaphysicas, a litteratura independente. E da desharmonia entre o principio e os sentimentos, entre as observações e as idéas innatas, hereditarias, resulta o character morbido d'essa anciedade angustiosa do Infinito, que produz ainda mysticismos, que produz a litteratura do fim de seculo, e que produz até essas religiões tenebrosas, hypnotisantes dos espiritistas.

D'esta nevroastenia intellectual do findar do seculo é que resulta a litteratura hodierna, como nunca sentida, como nunca espontanea, como nunca genial, quer essa litteratura faça ruido, faça eschola e se chame o symbolismo, o symbolismo dos mestres, que não o dos imitadores, quer seja modesta, ignorada, sem eschola, como a do livro do sr. Abilio Augusto da Fonseca Pinto.

Lá se revela, lá se revela muitas vezes, a concepção da Outra-Vida, da vida da Substancia além da vida do Phenomeno; mas essa concepção com o mais extraordinario sentimento de dor e o mais extraordinario sentimento de resignação, tal como as concepções de Jesus, que viveu n'um periodo similhante, de epilepsia, de angustia do espirito.

E lá se encontram tambem as concepções que são modernas, mas que pela fórma são só do auctor do livro que não conhece, que não quer conhecer a sciencia actual,—que lhe tem o horror mystico de quem só vive da Arte, o mesmo horror mystico que lhe tem quem só vive da Religião,—idéas que são nascidas espontaneamente no seu espirito, que elle sonhou, porque essa intelligencia extraordinaria, que poucos conhecem, mas que a todos que a conhecem deslumbra, é incapaz de fundar sobre um empirismo uma concepção, e só a sabe tirar inteira do seu espirito de vidente, que tem illuminações propheticas de Possuido.

No livro do sr. Abilio Augusto da Fonseca Pinto ha isso, e ha tambem muitas vezes uma religião calma dos espiritos, um druidismo poetico, cheio de uma suave sensibilidade, que vê em todos os seres espiritos adormentados talvez pelo hypnotismo de qualquer divindade naturalista.

E ha n'elle tambem um culto extraordinario pela patria e pelos seus grandes homens, e o messianismo da Historia, a esperança na salvação pelo passado, como exemplo, como uma educação

inteira. E talvez, talvez que os grandes exemplos, como o auctor das *Cartas Selectas* e só elle os sabe apresentar, possam fazer encarnar nos nossos corpos os *revenants* dos nossos avós, e possessos das suas grandes almas, tenhamos forças para luctar ainda. Luctar e vencer ou luctar e morrer.

*

As *Cartas Selectas* são um producto da *Transição,* d'este periodo de *surmenage,* de nevroastenia, de anarchia litteraria e scientifica. São momentos historicos como o actual que produzem as precocidades e os mysticismos, e é n'estes periodos que o genio — uma epilepsia, essa *furia grande* como o chamou Camões, mais e melhor se manifesta.

Na obra do sr. Abilio Augusto da Fonseca Pinto ha genio. Ha illuminações interiores do espirito, ha essa furia grande e creadora das grandes obras.

E eu tenho uma extranha religião por essa obra, quasi desconhecida, posta de parte porque não é da moda, pois a *nevropathia* litteraria *fin de siècle* tambem tem modas e escholas, porque vejo n'ella concepções extraordinarias, porque tudo n'ella é espontaneo, producto de visões intimas.

E adoro o auctor, que tem a nevroastenia do Bello e do Bem. Elle é um artista, e um sancto: um sancto como Jesus, um sancto como Anthero.

FERNANDO MARTINS DE CARVALHO.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

REDACTORES

Julio Augusto Henriques (Dr.), Presidente
Antonio d'A. Teixeira de Magalhães (Dr.), Vice-Presidente
Abilio Augusto da Fonseca Pinto
Augusto Mendes Simões de Castro
José Epiphanio Marques (Dr.)
José Freire de Sousa Pinto (Dr.)
José Pereira de Paiva Pitta (Dr.)
Manuel d'Azevedo Araujo e Gama (Dr.)

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

Continente e Ilhas	1$560
Para Coimbra	1$500
Numero avulso	160

A correspondencia litteraria deve ser dirigida ao Dr. José Epiphanio Marques, rua dos Militares, n.º 18; a de administração e gerencia, ao gabinete do Instituto — Coimbra.